casa do concurseiro

sinta-se em casa para estudar conosco

MPSP

Ministério Público
ESTADO DE SÃO PAULO

Oficial de Promotoria I

Edital n° 03 / 2015

SUMÁRIO

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Português

Professor Carlos Zambeli

SEMÂNTICA E VOCABULÁRIO

Semântica

A semântica linguística estuda o significado usado por seres humanos para se expressar através da linguagem.
Dependendo da concepção de significado que se tenha, têm-se diferentes semânticas.

Polissemia

A **polissemia** é o fato de uma determinada palavra ou expressão adquirir um novo sentido além de seu sentido original, guardando uma relação de sentido entre elas.

Exemplos de polissemia:

Eu adoro comer laranja.

Pintei a parede de laranja.

Esse era o laranja do grupo.

Depositei o dinheiro neste banco.

Preciso sentar em um banco.

Essa fruta chama-se manga.

Rasguei a manga da minha camiseta.

Palavra + contexto da frase + contexto do parágrafo + ideia do texto

A soma dessa equação chama-se CONTEXTO!

Sinonímia

Sinônimo é a palavra que tem significado idêntico ou muito semelhante ao de outra.

Edgar passou um trabalho fazendo a prova de Português.

Edgar passou um sufoco fazendo a prova de Português.

Edgar passou um aperto fazendo a prova de Português.

Tenho muita esperança com esse concurso!

Tenho muita descrença com esse concurso!

Só escuto verdades no discurso dele.

Só escuto falsidades/ fantasias no discurso dele.

Ele vive uma realidade estranha.

Ele vive um sonho estranho.

Ambiguidade

Aquilo que pode ter mais de um sentido ou significado. É aquilo que apresenta indecisão, hesitação, imprecisão, incerteza, indeterminação.

Papa abençoa fiéis do hospital. Edgar encontrou a esposa em seu carro. A cachorra da minha colega é linda. Os alunos viram o incêndio do prédio ao lado.

CLASSES DE PALAVRAS (MORFOLOGIA) / FLEXÃO NOMINAL E VERBAL

A morfologia está agrupada em dez classes, denominadas classes de palavras ou classes gramaticais.

São elas: Substantivo, Artigo, Adjetivo, Numeral, Pronome, Verbo, Advérbio, Preposição, Conjunção e Interjeição.

Substantivo (nome)

Tudo o que existe é ser e cada ser tem um nome. Substantivo é a classe gramatical de palavras variáveis, as quais denominam os seres. Além de objetos, pessoas e fenômenos, os substantivos também nomeiam:

- lugares: Brasil, Rio de Janeiro...
- sentimentos: amor, ciúmes ...
- estados: alegria, fome...
- qualidades: agilidade, sinceridade...
- ações: corrida, leitura...

Destaque zambeliano

Concretos:

os que indicam elementos reais ou imaginários com existência própria, independentes dois sentimentos ou julgamentos do ser humano.

- Deus, fada, espírito, mesa, pedra.

Abstratos:

os que nomeiam entes que só existem na consciência humana, indicam atos, qualidades e sentimentos.

- vida (estado), beleza (qualidade), felicidade (sentimento), esforço (ação).
- Dor, saudade, beijo, pontapé, chute, resolução, resposta

Sobrecomuns

Quando um só gênero se refere a homem ou mulher.a criança, o monstro, a vítima, o anjo.

Comuns de dois gêneros

Quando uma só forma existe para se referir a indivíduos dos dois sexos.

- o artista, a artista, o dentista, a dentista...

Artigo

Artigo é a palavra que, vindo antes de um substantivo, indica se ele está sendo empregado de maneira definida ou indefinida. Além disso, o artigo indica, ao mesmo tempo, o gênero e o número dos substantivos.

Detalhe zambeliano 1

Substantivação!

- Os milhões foram desviados dos cofres públicos.
- Não aceito um não de você.

Detalhe zambeliano 2

Artigo facultativo diante de nomes próprios.

- Cláudia não veio. / A Cláudia não veio.

Detalhe zambeliano 3

Artigo facultativo diante dos pronomes possessivos.

- Nossa banca é fácil.
- A Nossa banca é fácil.

Adjetivo

Adjetivo é a palavra que expressa uma qualidade ou característica do ser e se "encaixa" diretamente ao lado de um substantivo.

- O querido médico nunca chega no horário!
- O aluno concurseiro estuda com o melhor curso.

Morfossintaxe do Adjetivo:

O adjetivo exerce sempre funções sintáticas relativas aos substantivos, atuando como adjunto adnominal ou como predicativo (do sujeito ou do objeto).

Detalhe zambeliano!

- Os concurseiros dedicados estudam comigo.
- Os concurseiros são dedicados.

Locução adjetiva

- Carne de porco (suína)
- Curso de tarde (vespertino)
- Energia do vento (eólica)
- Arsenal de guerra (bélico)

Pronome

Pessoais

- a 1ª pessoa: aquele que fala (eu, nós), o locutor;
- a 2ª pessoa: aquele com quem se fala (tu, vós) o locutário;
- a 3ª pessoa: aquele de quem se fala (ele, ela, eles, elas), o assunto ou referente.

As palavras EU, TU, ELE, NÓS, VÓS, ELES são pronomes pessoais. São denominados desta forma por terem a característica de substituírem os nomes, ou seja, os substantivos.

- Vou imprimir uma apostila da Casa do concurseiro para dar no dia da inscrição da Ana.
- Vou imprimir uma apostila da Casa do concurseiro para dar no dia da inscrição dela.

Os pronomes pessoais classificam-se em retos e oblíquos, de acordo com a função que desempenham na oração.

RETOS: assumem na oração as funções de sujeito ou predicativo do sujeito.

OBLÍQUOS: assumem as funções de complementos, como o objeto direto, o objeto indireto, o agente da passiva, o complemento nominal.

"Não sei, apenas cativou-me. Então, tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativa. Tu podes ser igual a todos outros no mundo, mas para mim serás único."

Indefinidos

Algum material pode me ajudar. (afirmativo)

Material **algum** pode me ajudar. (negativo).

Outros pronomes indefinidos:

tudo, todo (toda, todos, todas), algo, alguém, algum (alguma, alguns, algumas), nada, ninguém, nenhum (nenhuma, nenhuns, nenhumas), certo (certa, certos, certas), qualquer (quaisquer), o mesmo (a mesma, os mesmos, as mesmas),outrem, outro (outra, outros, outras), cada, vários (várias).

Demonstrativos

ESPAÇO {
- Este, esta, isto – perto do falante.
- Esse, essa, isso – perto do ouvinte.
- Aquele, aquela, aquilo – longe dos dois.

TEMPO {
- Este, esta, isto – presente/futuro
- Esse, essa, isso – passado breve
- Aquele, aquela, aquilo – passado distante

DISCURSO {
- Este, esta, isto – vai ser dito
- Esse, essa, isso – já foi dito

RETOMADA

Edgar e Zambeli são dois dos professores da Casa do Concurseiro. Este ensina Português; aquele, Matemática.

Possessivos

- Aqui está a minha carteira. Cadê a sua?

Verbos

As formas **nominais do verbo** são o g**erúndio**, **infinitivo** e **particípio**. Não apresentam flexão de tempo e modo, perdendo desta maneira algumas das características principais dos **verbos**.

Tempo e Modo

As marcas de tempo verbal situam o evento do qual se fala com relação ao momento em que se fala. Em português, usamos três tempos verbais: presente, passado e futuro.

Os modos verbais, relacionados aos tempos verbais, destinam-se a atribuir expressões de certeza, de possibilidade, de hipótese ou de ordem ao nosso discurso. Essas formas são indicativo, subjuntivo e imperativo.

O modo **indicativo** possui seis tempos verbais: presente; pretérito perfeito, pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito; futuro do presente e futuro do pretérito.

O modo **subjuntivo** divide-se em três tempos verbais: presente, pretérito imperfeito e futuro.

O modo **imperativo** apresenta-se no presente e pode ser afirmativo ou negativo.

Advérbio

É a classe gramatical das palavras que modificam um verbo, um adjetivo ou um outro advérbio. É a palavra invariável que indica as circunstâncias em que ocorre a ação verbal.

- Ela reflete muito sobre acordar cedo!
- Ela nunca pensa muito pouco!
- Ela é muito charmosa.

O advérbio pode ser representado por duas ou mais palavras: **locução adverbial** (à direita, à esquerda, à frente, à vontade, em vão, por acaso, frente a frente, de maneira alguma, de manhã, de súbito, de propósito, de repente...)

- Lugar: longe, junto, acima, atrás...
- Tempo: breve, cedo, já, dentro, ainda...
- Modo: bem, mal, melhor, pior, devagar, (usa, muitas vezes, o sufixo-mente).
- Negação: não, tampouco, absolutamente...
- Dúvida: quiçá, talvez, provavelmente, possivelmente...
- Intensidade: muito, pouco, bastante, mais, demais, tão...
- Afirmação: sim, certamente, realmente, efetivamente...

Preposição

Preposição é uma palavra invariável que liga dois elementos da oração, subordinando o segundo ao primeiro, ou seja, o regente e o regido.

Regência verbal: Entregamos aos alunos nossas apostilas no site.

Regência nominal: Somos favoráveis ao debate.

Zambeli, quais são as preposições?

a – ante – até – após – com – contra – de – desde – em – entre – para – per – perante – por – sem – sob – sobre – trás.

- Lugar: Estivemos em Londres.
- Origem: Essas uvas vieram da Argentina.
- Causa: Ele morreu, por cair de um guindaste.
- Assunto: Conversamos muito sobre política.
- Meio: Fui de bicicleta ontem.
- Posse: O carro é de Edison.
- Matéria: Comprei pão de leite.
- Oposição: Corinthians contra Palmeiras.
- Conteúdo: Esse copo é de vinho.
- Fim ou finalidade: Ele veio para ficar.
- Instrumento: Você escreveu a lápis.
- Companhia: Sairemos com amigos.
- Modo: nas próximas eleições votarei em branco.

Conjunções

Conjunção é a palavra invariável que liga duas orações ou dois termos semelhantes

de uma mesma oração.

As conjunções podem ser classificadas em coordenativas e subordinativas

- Edgar tropeçou e torceu o pé.
- Espero que você seja estudiosa.

No primeiro caso temos duas orações independentes, já que separadamente elas têm sentido completo: período é composto por coordenação.

No segundo caso, uma oração depende sintaticamente da outra. O verbo “espero” fica sem sentido se não há complemento.

Coordenadas – aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas.

Subordinadas – concessivas, conformativas, causais, consecutivas, comparativas, condicionais, temporais, finais, proporcionais.

Curiosidade

Das conjunções adversativas, "mas" deve ser empregada sempre no início da oração: as outras (porém, todavia, contudo, etc.) podem vir no início ou no meio.

Ninguém respondeu a pergunta, mas os alunos sabiam a resposta.

Ninguém respondeu a pergunta; os alunos, porém, sabiam a resposta

Numeral

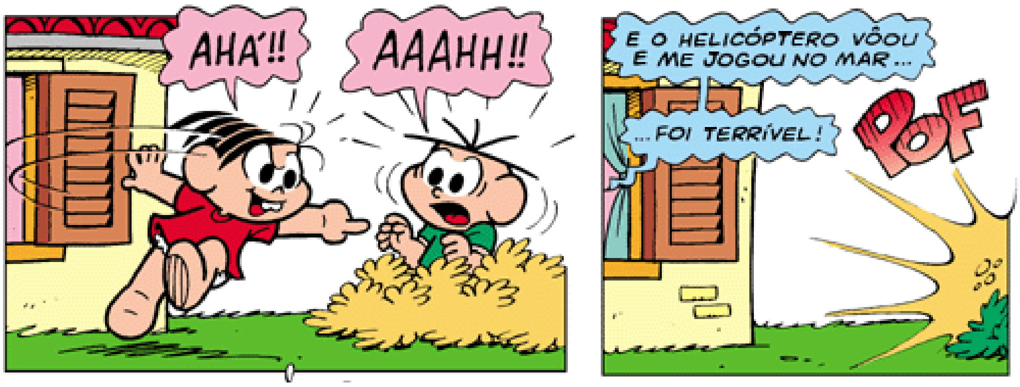
Cardinais: indicam contagem, medida. É o número básico. Ex.: cinco, dois, duzentos mil

Ordinais: indicam a ordem ou lugar do ser numa série dada. Ex.: primeiro, segundo, centésimo

Fracionários: indicam parte de um inteiro, ou seja, a divisão. Ex.: meio, terço, três quintos

Multiplicativos: expressam ideia de multiplicação dos seres, indicando quantas vezes a quantidade foi aumentada. Ex.: dobro, triplo, quíntuplo, etc.

Interjeição



Classifique a classe gramatical das palavras destacadas (substantivo, adjetivo, advérbio)

A cerveja que desce redondo.

A cerveja que eu bebo gelada.

André Vieira é um professor exigente.

O bom da aula é o ensinamento que fica para nós.

Carlos está no meio da sala.

Leu meia página da matéria.

Aquelas jovens são meio nervosas.

Ela estuda muito.

Não faltam pessoas bonitas aqui.

O bonito desta janela é o visual.

Vi um bonito filme brasileiro.

O brasileiro não desiste nunca.

A população brasileira reclama muito de tudo.

O crescimento populacional está diminuindo no Brasil.

Número de matrimônios cresce, mas gaúchos estão entre os que menos casam no país.

Classifique as palavras destacadas, usando este código

1. numeral

2. artigo indefinido

a) ( ) *Um* dia farei um concurso fácil!

b) ( ) Tu queres *uma* ou duas provas de Português?

c) ( ) *Uma* aluna apenas é capaz de enviar os emails.

d) ( ) Zambeli só conseguiu fazer *uma* prova?

e) ( ) Não tenho muitas canetas. Então pegue só *uma* para você!

f) ( ) Ontem *uma* professora procurou por você.

g) ( ) Escrevi *um* artigo extenso para o jornal!

h) ( ) você tem apenas *um* namorado né?

Preencha as lacunas com os pronomes demonstrativos adequados:

a) A grande verdade é ___________: foi o Zambeli o mentor do plano.

b) Embora tenha sido o melhor plano, ele nunca admitiu _________ fato.

c) Ninguém conseguiu provar sua culpa, diante _____________, o júri teve de absolvê-lo.

d) Assisti à aula de Português aqui no curso. Uma aula _________ é indispensável para mim!

e) Por que você nunca lava _________ mãos?

f) Ana, traga ____________ material que está aí do seu lado.

g) Ana, ajude-me a carregar _______ sacolas aqui.

Classifique a classe gramatical das palavras numeradas no texto extraído do jornal Zero Hora.

Ciência mostra que estar só pode trazer benefícios, mas também prejudicar a saúde física e mental

As (1) pessoas preferem sofrer a ficar sozinhas e **desconectadas**(2), mesmo que por poucos minutos. Foi **isso**(3) que mostrou um **recente**(4) estudo realizado por **pesquisadores**(5) da Universidade **de**(6) Virginia, nos Estados Unidos, e publicado **este**(7) mês na revista **científica**(8) "Science". Colocados sozinhos em uma **sala**(9), os voluntários do experimento deveriam passar 15 minutos sem **fazer**(10) nada, longe de **seus**(11) celulares e qualquer outro estímulo, imersos em seus pensamentos. **Mas**(12), caso quisessem, bastava apertar um **botão**(13) e tomariam um **choque**(14) **elétrico**(15).

1.

2.

3.

4.

5.

6.

7.

8.

9.

10.

11.

12.

13.

14.

15.

COLOCAÇÃO PRONOMINAL

Número	Pessoa	Pronomes Retos	Pronomes Oblíquos
Singular	Primeira	Eu	Me, mim, comigo
	Segunda	Tu	Te, ti, contigo
	Terceira	Ele / Ela	Se, si, consigo, o, a, lhe
Plural	Primeria	Nós	Nos, conosco
	Segunda	Vós	Vos, convosco
	Terceira	Eles / Elas	Se, si, consigo, os, as, lhes

Emprego

Pronomes retos (morfologia) exercem a função de sujeito (sintática).

Pronomes oblíquos (morfologia) exercem a função de complemento.

Eu o ajudo, ele lhe oferece uma água!

2. Formas de Tratamento

a) o, a, os, as, quando precedidos de verbos que terminam em –r, -s, -z, assumem a forma lo, la, los, las,e os verbos perdem aquelas terminações.

Queria vendê-la para o Pedro Kuhn.

b) o, a, os, as, quando precedidos de verbos que terminam em –m, -ão, -õe, assumem a forma no, na, nos, nas.

André Vieira e Pedro Kuhn enviaram-nas aos alunos.

c) O/A X Lhe

A Casa do Concurseiro enviou a apostila aos alunos nesta semana.

Colocação

É o emprego dos pronomes oblíquos átonos (me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes) em relação ao verbo na frase.

Os pronomes átonos podem ocupar 3 posições: antes do verbo (próclise), no meio do verbo (mesóclise) e depois do verbo (ênclise).

PRÓCLISE

a) Com palavras ou expressões negativas: não, nunca, jamais, nada, ninguém, nem, de modo algum.

Nada me emociona.

Ninguém te viu, Edgar.

b) Com conjunções subordinativas: quando, se, porque, que, conforme, embora, logo, que, caso...

Quando me perguntaram, respondi que te amava!

Se lhe enviarem o bilhete, avise que nos lembramos dela.

c) Advérbios

Aqui se estuda de verdade.

Sempre me esforcei para passar no concurso.

Se houver vírgula depois do advérbio, a próclise não existirá mais.

Aqui, estuda-se muito!

d) Pronomes

Alguém me perguntou isso? (indefinido)

A questão que te tirou do concurso foi anulada!!! (relativo)

Aquilo me emocionou muito. (demonstrativo)

e) Em frases exclamativas ou optativas (que exprimem desejo).

Deus o abençoe.

Macacos me mordam!

f) Com verbo no gerúndio antecedido de preposição EM.

Em se plantando tudo dá.

Em se tratando de concurso, A Casa do Concurseiro é referência!

MESÓCLISE

Usada quando o verbo estiver no futuro do presente ou no futuro do pretérito.

Convidar-me-ão para a festa.

Entregá-lo-ia a você, se tivesse tempo.

Dar-te-ei a apostila de Português do Zambeli.

ÊNCLISE

Com o verbo no início da frase.

Entregaram-me as apostilas do curso.

Com o verbo no imperativo afirmativo.

Edgar, retire-se daqui!

COLOCAÇÃO PRONOMINAL NAS LOCUÇÕES VERBAIS

Locuções verbais são formadas por um verbo auxiliar + infinitivo, gerúndio ou particípio.

AUX + PARTICÍPIO:

O pronome deve ficar depois do verbo auxiliar. Se houver palavra atrativa, o pronome deverá ficar antes do verbo auxiliar.

Havia-lhe contado aquele segredo.

Não lhe havia enviado os cheques.

Tenho-lhe contado a verdade.

Não lhe tenho contado a verdade.

AUX + GERÚNDIO OU INFINITIVO:

Se não houver palavra atrativa, o pronome oblíquo virá depois do verbo auxiliar ou do verbo principal.

Infinitivo

Quero-lhe dizer o que aconteceu.Quero dizer-lhe o que aconteceu.

Gerúndio

Estou lhe dizendo a verdade.

Ia escrevendo-lhe o e-mail.

Se houver palavra atrativa, o pronome oblíquo virá antes do verbo auxiliar ou depois do verbo principal.

Infinitivo

Não lhe vou dizer aquela história.

Não quero dizer-lhe meu nome.

Gerúndio

Não lhe ia dizendo a verdade.

Não ia dizendo-lhe a verdade.

Vou-lhe confessar.

Vou confessar-lhe.

Estou-lhe telefonando.

Estou telefonando-lhe.

Não lhe vou falar.

Não vou lhe falar.

Não vou falar-lhe.

Não lhe estou perguntando.

Não estou lhe perguntando.

Não estou perguntando-lhe.

Exercício (verdadeiro ou falso)

1. ( ) Vamos, amigos, cheguem-se aos bons.
2. ( ) O torneio iniciar-se-á no próximo Domingo.
3. ( ) Amanhã dizer-te-ei todas as novidades.
4. ( ) Os alunos nos surpreendem com suas respostas.
5. ( ) Os amigos chegaram e me esperam lá fora.
6. ( ) O torneio iniciará-se no próximo domingo.
7. ( ) Tinha oferecido-lhes as explicações, saíram felizes.
8. ( ) Este casamento não deve realizar-se.
9. ( ) Para não falar- lhe, resolveu sair cedo.
10. ( ) É possível que o leitor não nos creia.
11. ( ) A turma quer-lhe fazer uma surpresa.
12. ( ) A turma havia convidado-o para sair.
13. ( ) Ninguém podia ajudar-nos naquela hora.
14. ( ) Algumas haviam-nos contado a verdade.
15. ( ) Todos se estão entendendo bem.
16. ( ) As meninas não tinham nos convidado para sair.

CONCORDÂNCIA VERBAL

Regra geral

O verbo concorda com o núcleo do sujeito em número e pessoa.

"A renúncia progressiva dos instintos parece ser um dos fundamentos do desenvolvimento da civilização humana." (Freud)

Os concurseiros dedicados adoram esta matéria nas provas.

- As alunas dedicadas estudaram esse assunto complicado ontem.

1. Se

a) Pronome apassivador – o verbo (VTD ou VTDI) concordará com o sujeito passivo.

- Compraram-se alguns salgadinhos para a festa.
- Estuda-se esse assunto na aula.
- Exigem-se referências do candidato.
- Emplacam-se os carros novos em três dias.
- Entregou-se um brinde aos alunos durante o intervalo.

b) Índice de indeterminação do sujeito – o verbo

- (VL, VI ou VTI) não terá sujeito claro! Terá um sujeito indeterminado.
- Não se confia em pessoas que não estudam.
- Necessita-se, no decorrer do curso, de uma boa revisão.
- Assistiu-se a todas as cenas da novela no capítulo final.

2. Pronome de tratamento

O verbo fica sempre na 3ª pessoa (= ele/eles).

- Vossa Excelência merece nossa estima. Sua obra é reconhecida por todos.

3. Haver

No sentido de “existir ou ocorrer” ou indicando “tempo” ficará na terceira pessoa do singular. É impessoal, ou seja, não possui sujeito.

- Nesta sala, há bons e maus alunos.
- Avisaram agora que a sala está desarrumada porque houve um simulado antes.
- Há pessoas que não valorizam a vida.
- Deve haver aprovações desde curso.
- Devem existir aprovações desde curso.

4. Fazer

Quando indica “tempo”, “temperatura” ou “fenômenos da natureza”, também é impessoal e deverá ficar na terceira pessoa do singular.

- Faz 3 dias que vi essa aula no site do curso.
- Fez 35 graus em Recife!
- Faz frio na serra gaúcha.
- Deve fazer 15 dias já que enviei o material.

5. Expressões partitivas ou fracionárias

Verbo no singular ou no plural (parte de, uma porção de, o grosso de, metade de, a maioria de, a maior parte de, grande parte de...)

- A maioria das pessoas aceita/ aceitam os problemas sociais.
- Um terço dos candidatos errou/ erraram aquela questão.

6. Mais de um

O verbo permanece no singular:

- Mais de um aluno da Casa passou neste concurso.

Se expressão aparecer repetida ou associada a um verbo que exprime reciprocidade, o verbo deverá ficar no plural:

- Mais de um deputado, mais de um vereador reclamaram dessa campanha.
- Mais de um jogador se abraçaram após a partida.

7. Que x Quem

QUE: se o sujeito for o pronome relativo que, o verbo concorda com o antecedente do pronome relativo.

- Fui eu que falei. (eu falei)   Fomos nós que falamos. (nós falamos)

QUEM: se o sujeito for o pronome relativo quem, o verbo ficará na terceira pessoa do singular ou concordará com o antecedente do pronome (pouco usado).

- Fui eu quem falei/ falou.   Fomos nós quem falamos/falou.

1. É preciso que se __________ os acertos do preço e se ____________ as regras para não _____ mal-entendidos. (faça – façam/ fixe – fixem/ existir – existirem)

2. Não _________ confusões no casamento. (poderia haver – poderiam haver)

3. __________de convidados indesejados. (Trata-se – Tratam-se)

4. As madrinhas acreditam que ________convidados interessantes, mas sabem que ________ alguns casados. (exista – existam / podem haver – pode haver)

5. _______vários dias que não se _________casamentos aqui; _________ alguma coisa estranha no local. (faz – fazem/ realiza – realizam/ deve haver – devem haver)

6. Não _______ emoções que _______esse momento. (existe – existem/ traduza – traduzam)

7. _______ problemas durante o Buffet. (aconteceu – aconteceram)

8. Quando se _____ de casamentos, onde se ________trajes especiais, não _____ tantos custos para os convidados.(trata – tratam/ exige – exigem/ deve haver – devem haver)

9. _____ às 22h a janta, mas quase não______ convidados.
   (Iniciou-se – Iniciaram-se/ havia – haviam)

10. No Facebook, _______fotos bizarras e _______muitas informações inúteis. (publica-se – publicam-se / compartilha-se – compartilham-se)

11. Convém que se _______nos problemas do casamento e que não se ____ partido da sogra. (pense – pensem / tome – tomem)

12. Naquele dia, ______________37º C na festa. (fez – fizeram)

13. ___________aos bêbados todo auxílio. (prestou-se – prestaram-se)

14. Não se ____ boas festas de casamento como antigamente. (faz – fazem)

15. No Sul, _______ invernos de congelar. (faz – fazem)

16. É preciso que se ____ aos vídeos e que se ______ os recados.
(assista – assistam / leia – leiam)

17. Convém que se ________ às ordens da sogra e que se _________ os prometidos. (obedeça – obedeçam / cumpra – cumpram)

18. As acusações do ex-namorado _____ os convidados às lágrimas. (levou / levaram)

19. Uma pesquisa de psicólogos especializados _______ que a maioria dos casamentos não se _______ depois de 2 anos. (revelou / revelaram – mantém / mantêm)

20. A maior parte dos maridos _____ pela esposa durante as partidas de futebol.
(é provocada / são provocados)

21. Mais de uma esposa ___________ dos maridos. (reclama – reclamam)

Concordância Nominal

Regra geral

Os artigos, os pronomes, os numerais e os adjetivos concordam com o substantivo a que eles se referem.

Casos especiais

Adjetivo + substantivos de gênero diferente: concordância com o termo mais próximo.

- Aquele professor ensina complicadas regras e conteúdos.
  complicados conteúdos e regras.

- Notei caídas as camisas e os prendedores.
- Notei caída a camisa e os prendedores.
- Notei caído o prendedor e a camisa.

Substantivos de gêneros diferentes + adjetivo: concordância com o termo mais próximo ou uso do masculino plural.

- A Casa do Concurseiro anunciou a professora e o funcionário homenageado.
- A Casa do Concurseiro anunciou a professora e o funcionário homenageados.
- A Casa do Concurseiro anunciou o funcionário e a professora homenageada.

3. Anexo

- Seguem anexos os valores do orçamento.
- As receitas anexas devem conter comprovante.

4. Obrigado – adjetivo

- “Muito obrigada”, disse a nova funcionária pública!

5. Só

- “O impossível é só questão de opinião e disso os loucos sabem, só os loucos sabem.” (Chorão)
- “Eu estava só, sozinho! Mais solitário que um paulistano, que um canastrão na hora que cai o pano”
- “Bateu de frente é só tiro, porrada e bomba.” (Valesca Popozuda)

Observação!

A locução adverbial a sós é invariável.

6. Bastante

Adjetivo = vários, muitos

Advérbio = muito, suficiente

- Entregaram bastantes problemas nesta repartição.
- Trabalhei bastante.
- Tenho bastantes razões para estudar na Casa do Concurseiro!

7. TODO, TODA – qualquer

- TODO O , TODA A – inteiro
- "Todo verbo é livre para ser direto ou indireto." (Teatro Mágico)
- Todo o investimento deve ser aplicado nesta empresa.

8. É bom, é necessário, é proibido, é permitido

Com determinante = variável

Sem determinante = invariável

- Vitamina C é bom para saúde.
- É necessária aquela dica na véspera da prova.
- Neste local, é proibido entrada de pessoas estranhas.
- Neste local, é proibida a entrada de pessoas estranhas.

9. Meio

Adjetivo = metade

Advérbio = mais ou menos

- Comprei meio quilo de picanha.
- Isso pesa meia tonelada.
- O clima estava meio tenso.
- Ana estava meio chateada.

10. Menos e Alerta

Sempre invariáveis

- Meus professores estão sempre **alerta**.
- Tayane tem **menos** bonecas que sua amiga.

1. Complete as lacunas com a opção mais adequada:

   a) É __________ (proibido OU proibida) conversa durante a aula.

   b) É __________ (proibido OU proibida) a conversa durante a aula.

   c) Não é _______ (permitido OU permitida) a afixação de propagandas.

   d) Saída a qualquer hora, neste curso, não é _____ (permitido OU permitida).

   e) No curso, bebida não é _____ (permitido OU permitida).

   f) Crise econômica não é ____ (bom OU boa) para o governo.

   g) Bebeu um litro e _________ (meio OU meia) de cachaça.

   h) Respondeu tudo com ___________ (meio OU meias) palavras.

   i) Minha colega ficou ____________ (meio OU meia) angustiada.

   j) Ana estava ____________ (meio OU meia) estressada depois da prova.

   k) Nesta turma há alunos __________ (meio OU meios) irrequietos.

   l) Eles comeram ________________ (bastante OU bastantes).

   m) Os alunos saíram da prova __________ (bastante OU bastantes) cansados.

   n) Já temos provas ________ (bastante OU bastantes) para incriminá-lo.

   o) Os alunos ficam _____ (só OU sós).

REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL

A regência verbal estuda a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou as circunstâncias (adjuntos adverbiais).

Um verbo pode assumir valor semântico diferente com a simples mudança ou retirada de uma preposição.

Verbos Intransitivos

Os verbos intransitivos não possuem complemento. São verbos significativos, capazes de constituir o predicado sozinhos. Sua semântica é completa.

- O balão subiu.
- O cão desapareceu desde ontem.
- Aquela geleira derreteu no inverno passado.

Verbos Transitivos Diretos

Os verbos transitivos diretos são complementados por objetos diretos. Isso significa que não exigem preposição para o estabelecimento da relação de regência.

- Zambeli comprou livros nesta loja.
- Pedro ama, nesta loja, as promoções de inverno.

Verbos Transitivos Indiretos

Os verbos transitivos indiretos são complementados por objetos indiretos. Isso significa que esses verbos exigem uma preposição para o estabelecimento da relação de regência.

- Edgar Abreu necessita de férias nesta semana.
- Pedro confia em Kátia sempre!

Verbos Transitivos Diretos ou Indiretos

Há verbos que admitem duas construções: uma transitiva direta, outra indireta, sem que isso implique modificações de sentido. Ou seja, possuem dois complementos: um OD e um OI.

- Tereza ofereceu livros a Zambeli.
- O professor emprestou aos alunos desta turma alguns livros novos.

Verbos de Ligação

Esse tipo de verbo tem a função de ligar o sujeito a um estado, a uma característica. A característica atribuída ao sujeito por intermédio do verbo de ligação chama-se predicativo do sujeito.

Uma maneira prática de se identificar o verbo de ligação é *exclui-lo* da oração e observar se nesta continua a existir uma unidade significativa: Minha professora está atrasada. → Minha professora atrasada.

São, habitualmente, verbos de ligação: *ser, estar, ficar, parecer, permanecer, continuar, tornar-se, achar-se, acabar*...

Pronome relativo

QUE:

Retoma pessoas ou coisas.

- André Vieira, que me ensinou Constitucional, é uma grande professor!
- Os arquivos das provas de que preciso estão no meu email.
- O colega em que confio é o Dudan.

Função sintática dos pronomes relativos

Sujeito

- Os professores <u>que se prepararam para a aula foram bem avaliados</u>.

Objeto direto

- Chegaram as apostilas que comprei no site.

Objeto indireto

- Aqui há tudo de que você precisa para o concurso.

Complemento nominal

- São muitas aprovações de que a Casa do Concurseiro é capaz.

Predicativo do sujeito

- Reconheço a grande mulher que você é.

Agente da passiva

- Aquela é a turma do curso por que foste homenageado?

Adjunto adverbial

- Este é o curso em que trabalho de segunda a sábado!

QUEM:

Só retoma pessoas. Um detalhe importante: sempre antecedido por preposição.

- A professora em quem tu acreditas pode te ajudar.
- O amigo de quem Pedro precisará não está em casa.
- O colega a quem encontrei no concurso foi aprovado.

O QUAL:

Existe flexão de gênero e de número: OS QUAIS, A QUAL, O QUAL, AS QUAIS.

- O chocolate de que gosto está em falta.
- O chocolate do qual gosto está em falta.
- A paixão por que lutarei.
- A paixão pela qual lutarei.

- A prova a que me refiro foi anulada.
- A prova à qual me refiro foi anulada.

CUJO:

Indica uma ideia de posse. Concorda sempre com o ser possuído.

- A prova cujo assunto eu não sei será amanhã!
- A professora com cuja crítica concordo estava me orientando.
- A namorada a cujos pedidos obedeço sempre me abraça forte.

ONDE:

Só retoma lugar. Sinônimo de EM QUE

- O país aonde viajarei é perto daqui.
- O problema em que estou metido pode ser resolvido ainda hoje.
- O lugar onde deixo meu carro fica próximo daqui.

Assistir

VTD: ajudar, dar assistência:

- O policial não assistiu as vítimas durante a prova = O policial não as assistiu...
- O conselho tutelar assiste todas as crianças.

VTI: ver, olhar, presenciar (prep. A obrigatória):

- Assistimos ao vídeo no youtube = Assistimos a ele.
- O filme a que eu assisti chama-se “ Intocáveis”.

Pagar e Perdoar

VTD: OD – coisa:

- Pagou a conta.

VTI: OI – A alguém:

- Pagou ao garçom.

VTDI: alguma COISA A ALGUÉM:

- Pagou a dívida ao banco.
- Pagamos ao garçom as contas da mesa.

Querer

VTD – desejar, almejar:

- Eu quero esta vaga para mim.

VTI – estimar, querer bem, gostar:

- Quero muito aos meus amigos.
- Quero a você, querida!

Implicar

VTD: acarretar, ter consequência

- Passar no concurso implica sacrifícios.
- Essas medidas econômicas implicarão mudanças na minha vida.

VTI: ter birra, implicância

- Ela sempre implica com meus amigos!

Preferir

VTDI: exige a prep. A = X a Y

- Prefiro concursos federais a concursos estaduais.

Ir, Voltar, Chegar

Usamos as preposições A ou DE ou PARA com esses verbos.

- Chegamos a casa.
- Foste ao curso.

Esquecer-se, Lembrar-se: VTI (DE)

Esquecer, Lembrar: VTD

- Eu nunca me esqueci de você!
- Esqueça aquilo.
- O aluno cujo nome nunca lembro foi aprovado.
- O aluno de cujo nome nunca me lembro foi aprovado.

Aspirar

VTD – respirar

- Naquele lugar, ele aspirou o perfume dela.
- O cheiro que aspiramos era do gás!

VTI – desejar, pretender

- Alexandre aspira ao sucesso nos concursos!
- O cargo a que todos aspiram está neste concurso.

Obedecer/ desobedecer

VTI = prep. A

- Zambeli nunca obedece ao sinal de trânsito.

Constar

(A) No sentido de "ser composto de", constrói-se com a preposição DE:

- A prova do concurso constará de trinta questões objetivas.

(B) No sentido de "estar incluído, registrado", constrói-se com a preposição EM:

- Seu nome consta na lista de aprovados do concurso!

Visar

VTD – quando significa "mirar"

- O atirador visou o alvo certo!

VTD – quando significa "assinar"

- Você já visou o chegue?

VTI – quando significar " almejar, ter por objetivo"

- Visamos ao sucesso no vestibular de verão!
- A vaga a que todos visam está desocupada.

Proceder

VTI (a) – iniciar, dar andamento.

- Logo procederemos à reunião.

VTI (de) – originar-se.

- Ele procede de boa família.

VI – ter lógica.

- Teus argumentos não procedem.

Usufruir – VTD

- Usufrua os benefícios da fama!

Namorar – VTD

- Namoro Ana há cinco anos!

Simpatizar/ antipatizar – VTI

- Eu simpatizei com ela.

Regência Nominal

É o nome da relação existente entre um substantivo, adjetivo ou advérbio transitivos e seu respectivo complemento nominal. Essa relação é sempre intermediada por uma preposição.

Deve-se considerar que muitos nomes seguem exatamente a mesma regência dos verbos correspondentes. Conhecer o regime de um verbo significa, nesses casos, conhecer o regime dos nomes cognatos. Por exemplo, **obedecer** e os nomes correspondentes: todos regem complementos introduzidos pela preposição a: obedecer a algo/a alguém; obediência a algo/a alguém; obediente a algo/a alguém; obedientemente a algo/a alguém.

admiração a, por	horror a
atentado a, contra	impaciência com
aversão a, para, por	medo a, de
bacharel em, doutor em	obediência a
capacidade de, para	ojeriza a, por
devoção a, para com, por	proeminência sobre
dúvida acerca de, em, sobre	respeito a, com, para com, por

Distinção entre Adjunto Adnominal e Complemento Nominal

a) Somente os substantivos podem ser acompanhados de adjuntos adnominais; já os complementos nominais podem ligar-se a substantivos, adjetivos e advérbios. Logo, o ermo ligado por preposição a um adjetivo ou a um advérbio só pode ser complemento nominal.

b) O complemento nominal equivale a um complemento verbal, ou seja, só se relaciona a substantivos cujos significados **transitam**. Portanto, seu valor é passivo, é sobre ele que recai a ação. O adjunto adnominal tem sempre valor ativo.

- A vila aguarda a construção da escola.
- A autor fez uma mudança de cenário.
- Observamos o crescimento da economia.
- Assaltaram a loja de brinquedos.

CRASE

Eles foram à praia no fim de semana (A prep. + A artigo)

A aluna à qual me refiro é estudiosa (A prep. + A do pronome relativo A Qual)

A minha blusa é semelhante à de Maria (A prep. + A pronome demonstrativo)

Ele fez referência àquele aluno (A prep. + A pronome demonstrativo Aquele).

Ocorre crase

1. Substitua a palavra feminina por outra masculina correlata; em surgindo a combinação AO, haverá crase.
    - Eles foram à praia.
    - O menino não obedeceu à professora.
    - Sou indiferente às críticas!
2. Substitua os demonstrativos Aqueles(s), Aquela(s), Aquilo por A este(s), A esta(s), A isto; mantendo-se a lógica, haverá crase.
    - Ele fez referência àquele aluno.
    - Aquele: Refiro-me àquele rapaz.
    - Aquela: Dei as flores àquela moça!
    - Aquilo: Refiro-me àquilo que me contastes
3. Nas locuções prepositivas, conjuntivas e adverbiais.

à frente de; à espera de; à procura de; à noite; à tarde; à esquerda; à direita; às vezes; às pressas; à medida que; à proporção que; à toa; à vontade, etc.

- Pagamos a vista / à vista.
- Tranquei a chave / à chave.
- Estudaremos a sombra / à sombra.

4. Na indicação de horas determinadas: deve-se substituir a hora pela expressão "meio-dia"; se aparecer AO antes de "meio-dia", devemos colocar o acento, indicativo de crase no A.

- Ele saiu às duas horas e vinte minutos. (ao meio dia)
- Ele está aqui desde as duas horas. (o meio-dia).

5. Antes de nome próprio de lugares, deve-se colocar o verbo VOLTAR; se dissermos VOLTO DA, haverá acento indicativo de crase; se dissermos VOLTO DE, **não** ocorrerá o acento.

- Vou à Bahia. (volto da). Vou a São Paulo (volto de).

Observação:

Se o nome do lugar estiver acompanhado de uma característica (adjunto adnominal), o acento será obrigatório.

- Vou a Portugal. Vou à Portugal das grandes navegações.

6. Crase com os Pronomes Relativos A Qual, As Quais

A ocorrência da crase com os pronomes relativos **a qual** e **as quais** depende do verbo. Se o verbo que rege esses pronomes exigir a preposição **"a"**, haverá crase.

- São regras **às quais** todos os funcionários devem obedecer.
- Esta foi a conclusão **à qual** Pedro Kuhn chegou.
- A novela **à qual** assisto passa também na internet.

7. Crase com o Pronome Demonstrativo "a"

- Minha crise é ligada **à** dos meus irmãos
- Suas lutas não se comparam as dos jovens de hoje.
- As frases são semelhantes **às** da minha ex-namorada.

8. Se a palavra "distância" estiver determinada, especificada, o "a" deve ser acentuado. Observe:

- A cidade fica à distância de 70 km daqui (determinada).
- A cidade fica a grande distância daqui (não-determinada).

Crase Opcional

1. Antes de nomes próprios femininos.
    - Entreguei o presente a Ana (ou à Ana).
2. Depois da preposição ATÉ.
    - Fui até a escola. (ou até à escola).
3. Antes de pronomes possessivos femininos adjetivos no singular.
    - Fiz alusão a minha amiga (ou à minha amiga). Mas não fiz à sua.

Não ocorre crase

1. Antes de palavras masculinas.
    - Ele saiu a pé.
    - Barco a vapor.
2. Antes de verbos.
    - Estou disposto a colaborar com ele.
    - Produtos a partir de R$ 1,99.
3. Antes de artigo indefinido.
    - Fomos a uma lanchonete no centro.
4. Depois de preposição diferente de A
    - Eles foram para a praia.
    - Ficaram perante a torcida após o gol.
5. Antes de alguns pronomes
    - Passamos os dados do projeto a ela.
    - Eles podem ir a qualquer restaurante.
    - Refiro-me a esta aluna.
    - A pessoa a quem me dirigi estava atrapalhada.
    - O restaurante a cuja dona me referi é ótimo.

6. Quando o A estiver no singular e a palavra a que ele se refere estiver no plural.

- Refiro-me a pessoas que são competentes.
- Entregaram tudo a secretárias do curso.

7. Em locuções formadas pela mesma palavra.

- Tomei o remédio gota a gota.
- A vítima ficou cara a cara com o ladrão.

Utilize o acento indicativo de crase quando necessário.

a) Chegamos a ideia de que a regra não se refere a pessoas jovens.

b) A todo momento, damos sinais de que nos apegamos a vida.

c) Ela elevou-se as alturas.

d) Os alunos davam valor as normas da escola.

e) As duas horas as pegaríamos a frente da escola.

f) Ele veio a negócios e precisa falar a respeito daquele assunto.

g) Foi a Bahia, depois a São Paulo e a Porto Alegre.

h) Eles tinham a mão as provas que eram necessárias.

i) Graças a vontade de um companheiro de trabalho, reformulamos a agenda da semana.

j) Refiro-me a irmã do colega e as cunhadas, mas nada sei sobre a mãe dele.

k) Aderiu a turma a qual todos aderem.

l) A classe a qual pertenço é a única que não fará a visita aquela praia.

m) Não podemos ignorar as catástrofes do mundo e deixar a humanidade entregue a própria sorte.

n) Somos favoráveis as orientações dos professores.

o) O ser humano é levado a luta que tem por meta a resolução das questões relativas a sobrevivência.

p) Sou a favor da preservação das baleias.

q) Fique a espera do chefe, pois ele chegará as 14h.

r) A situação a que me refiro tornou-se complexa, sujeita a variadas interpretações.

s) Após as 18h, iremos a procura de auxilio.

t) Devido a falta de quorum, suspendeu-se a sessão.

u) As candidatas as quais foram oferecidas as bolsas devem apresentar-se até a data marcada.

v) Dedicou-se a uma atividade beneficente, relacionada a continuidade do auxílio as camadas mais pobres da população.

w) Se você for a Europa, visite os lugares a que o material turístico faz referência.

x) Em relação a matéria dada, dê especial atenção aquele caso em que aparece a crase.

y) Estaremos atendendo de segunda a sexta, das 8h as 19h.

z) A pessoa a quem me refiro dedica-se a arte da cerâmica.

PONTUAÇÃO

Emprego da Vírgula

Na ordem direta da oração (**sujeito + verbo + complemento(s) + adjunto adverbial**), NÃO use vírgula entre os termos. Isso só ocorrerá ao deslocarem-se o predicativo ou o adjunto adverbial.

- As pessoas desta turma enviaram as dicas de Português aos colegas no domingo.
- As pessoas desta turma enviaram aos colegas as dicas de Português no domingo.

Dica Zambeliana = Não se separam por vírgulas

- predicado de sujeito = Restam, dúvidas sobre a matéria!
- objeto de verbo = Informei, ao grupo, o sério problema.
- adjunto adnominal de nome = A prova, do concurso, estava acessível!

Entre os termos da oração

1. Para separar itens de uma série. (Enumeração)

- Na páscoa, preciso comer também alface, rúcula, brócolis, cenoura, tomate, chocolate!
- Tempo é um recurso raro, valioso e não renovável.

2. Para assinalar supressão de um verbo.

- Ele vê filmes no *youtube*; eu, no cinema.

3. Para separar o adjunto adverbial deslocado.

- "O preço que se paga, às vezes, é alto demais..."
- No próximo domingo, farei meu concurso!
- O tomate, em razão da sua abundância, vem caindo de preço.

Observação: Se o adjunto adverbial for pequeno, a utilização da vírgula não é necessária, a não ser que se queira enfatizar a informação nele contida.

- Ontem comemoramos o seu aniversário.

4. Para separar o aposto.

- Sempre dei dois conselhos: viva muito e seja feliz!
- São Paulo, considerada a metrópole brasileira, possui um trânsito caótico.

5. Para separar o vocativo.

- Colega, você pode me emprestar esta caneta?

6. Para separar expressões explicativas, retificativas, continuativas, conclusivas ou enfáticas (aliás, além disso, com efeito, enfim, isto é, em suma, ou seja, ou melhor, por exemplo, etc.).

- As indústrias não querem abrir mão de suas vantagens, isto é, não querem abrir mão dos lucros altos.
- Preciso estudar, ou seja, adeus final de semana.

Entre as orações

1. Para separar orações coordenadas assindéticas.

- ”Não me falta cadeira, não me falta sofá, só falta você sentada na sala, só falta você estar.” (Arnaldo Antunes)

2. As orações coordenadas devem sempre ser separadas por vírgula. Orações coordenadas são as que indicam adição (e, nem, mas também), alternância (ou, ou ... ou, ora ... ora), adversidade (mas, porém, contudo...), conclusão (logo, portanto...) e explicação (porque, pois).

- Todos os alunos gostarão dessa dica, no entanto não há chances de ser cobrada na prova.

3. Para separar orações coordenadas sindéticas ligadas por "e", desde que os sujeitos sejam diferentes.

- As pessoas assistiam ao protestos pacificamente, e a polícia respeitava a todos.

- Os sentimentos podem mudar com o tempo e as pessoas não entendem isso!

4. Para separar orações adverbiais, especialmente quando forem longas.

- Em determinado momento, ele ficou bastante estressado, porque não encontrava vaga para estacionar.

5. Para separar orações adverbiais antepostas à principal ou intercaladas, tanto desenvolvidas quanto reduzidas.

- Como pretendia retirar-se logo, aproximou-se da porta.

- Nossas intenções, conforme todos podem comprovar, são as melhores.

6. Orações Subordinadas Adjetivas

Podem ser:

a) Restritivas: Delimitam o sentido do substantivo antecedente (sem vírgula). Encerram uma qualidade que não é inerente ao substantivo.

- As frutas que apodreceram foram descartadas no lixo.

- Os protestos que ocorreram em 2013 podem voltar!

- As rosas que são vermelhas embelezam o planeta.

b) Explicativas: Explicações ou afirmações adicionais ao antecedente já definido plenamente (com vírgula). Encerram uma qualidade inerente ao substantivo.

- A telefonia móvel, que facilitou a vida do homem moderno, provocou também situações constrangedoras.

- Os cachorros, que são peludos, devem ser bem tratados neste canil.

- As rosas, que são perfumadas, embelezam o planeta.

Emprego do Ponto-e-Vírgula

1. Para separar orações que contenham várias enumerações já separadas por vírgula ou que encerrem comparações e contrastes.

- Os jogadores estavam suados, nervosos, procurando a vitória; os espectadores gritavam, incentivavam o time, exigiam resultados; o treinador angustiava-se, projetava substituições.

2. Para separar orações em que as conjunções adversativas ou conclusivas estejam deslocadas.

- As pessoas educadas, todavia, não suportaram aquela atitude.

- Considere-se, portanto, livre deste compromisso.

- Esperava encontrar todos os conteúdos na prova; enxerguei, porém, apenas alguns

3. Para alongar a pausa de conjunções adversativas (mas, porém, contudo, todavia, entretanto, etc.), substituindo, assim, a vírgula.

- Gostaria de estudar hoje; *todavia*, só chegarei perto dos livros amanhã.

Emprego dos Dois-Pontos

1. Para anunciar uma citação.

- Lembrando um poema de Vinícius de Moraes: *"Tristeza não tem fim, Felicidade sim."*

2. Para anunciar uma enumeração, um aposto, uma explicação, uma consequência ou um esclarecimento.

- Sempre tive três grandes amigos: Edgar, Pedro e Sérgio.

- Não há motivo para preocupações: tudo já está resolvido.

IDENTIFICAÇÃO DA IDEIA CENTRAL

Trata-se de realizar **"compreensão"** de textos, ou seja, estabelecer relações com os componentes envolvidos em dado enunciado, a fim de que se estabeleçam a apreensão e a compreensão por parte do leitor.

Interpretar x Compreender

INTERPRETAR é	COMPREENDER é
• Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, inferir. • APARECE ASSIM NA PROVA • Através do texto, infere-se que... • É possível deduzir que... • O autor permite concluir que • Qual é a intenção do autor ao afirmar que	• Intelecção, entendimento, percepção do que está escrito. • APARECE ASSIM NA PROVA • é sugerido pelo autor que • De acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação • O narrador afirma

Procedimentos

Enunciados Possíveis

"Qual é a ideia central do texto?"

"O texto se volta, principalmente, para"

Observação de

1. Fonte bibliográfica;
2. Autor;
3. Título;
4. Identificação do "tópico frasal";
5. Identificação de termos de aparecimento frequente (comprovação do tópico);
6. Procura, nas alternativas, das palavras-chave destacadas no texto.

EXEMPLIFICANDO

Banho de mar é energizante?

Embora não existam comprovações científicas, muitos especialistas acreditam que os banhos de mar tragam benefícios à saúde. "A água marinha, composta por mais de 80 elementos químicos, alivia principalmente as tensões musculares, graças à presença de sódio em sua composição, por isso pode ser considerada energizante", afirma a terapeuta Magnólia Prado de Araújo, da Clínica Kyron Advanced Medical Center, de São Paulo. "Além disso, as ondas do mar fazem uma massagem no corpo que estimula a circulação sanguínea periférica e isso provoca aumento da oxigenação das células", diz Magnólia.

Existe até um tratamento, chamado talassoterapia (do grego thalasso, que significa mar), surgido em meados do século IX na Grécia, que usa a água do mar como seu principal ingrediente. Graças à presença de cálcio, zinco, silício e magnésio, a água do mar é usada para tratar doenças como artrite, osteoporose e reumatismo. Já o sal marinho, rico em cloreto de sódio, potássio e magnésio, tem propriedades cicatrizantes e antissépticas. Todo esse conhecimento, no entanto, carece de embasamento científico. "Não conheço nenhum trabalho que trate desse tema com seriedade, mas intuitivamente creio que o banho de mar gera uma sensação de melhora e bem-estar", diz a química Rosalinda Montoni, do Instituto Oceanográfico da USP.

Revista Vida Simples.

1. Fonte bibliográfica: revista periódica de circulação nacional. O próprio nome da revista – *Vida Simples* – indica o ponto de vista dos artigos nela veiculados.

2. O fato de o texto **não ser assinado** permite-nos concluir que se trata de um EDITORIAL (texto opinativo) ou de uma NOTÍCIA (texto informativo).

3. O fato de o **título** do texto ser uma pergunta permite-nos concluir que o texto constitui-se em uma resposta (geralmente, nos primeiros períodos).

4. Identificação do tópico frasal: percebido, via de regra, no 1º e no 2º períodos, por meio das palavras-chave (expressões substantivas e verbais): *não existam / comprovações científicas / especialistas acreditam / banhos de mar / benefícios à saúde.*

5. Identificação de termos cujo aparecimento frequente denuncia determinado enfoque do assunto: *água marinha / alivia tensões musculares / pode ser considerada energizante / terapeuta / ondas do mar / estimula a circulação sanguínea / aumento da oxigenação das células / talassoterapia / água do mar / tratar doenças / conhecimento / carece de embasamento científico.*

1. Qual é a ideia central do texto acima?

a) Os depoimentos científicos sobre as propriedades terapêuticas do banho de mar são contraditórios.
b) Molhar-se com água salgada é energizante, mas há necessidade de cuidados com infecções.
c) O banho de mar tem uma série de propriedades terapêuticas, que não têm comprovação científica.
d) Os trabalhos científicos sobre as propriedades medicinais do banho de mar têm publicações respeitadas no meio científico.
e) A água do mar é composta por vários elementos químicos e bactérias que atuam no sistema nervoso.

Conclusão

1. Ideia central = palavra-chave 1º e 2º períodos.

2. Comprovação = campo lexical.

3. Resposta correta = a mais completa

(alternativa com maior número de palavras-chave destacadas no texto).

Campo Lexical

Conjunto de palavras que pertencem a uma mesma área de conhecimento.

Exemplo:

- Medicina: estetoscópio, cirurgia, esterilização, medicação
- Concurso, prova, gabarito, resultado, candidato, gabarito

EXEMPLIFICANDO

Trecho do discurso do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, pronunciado quando da declaração de guerra ao regime Talibã.

"Essa atrocidade (o atentado de 11/09, em NY) foi um ataque contra todos nós, contra pessoas de todas e nenhuma religião. Sabemos que a Al-Qaeda ameaça a Europa, incluindo a Grã-Bretanha, e qualquer nação que não compartilhe de seu fanatismo. Foi um ataque à vida e **aos meios de vida**. As **empresa aéreas**, o **turismo** e outras **indústrias** foram afetadas, e a confiança **econômica** sofreu, afetando **empregos** e **negócios** britânicos. Nossa prosperidade e padrão de vida requerem uma resposta aos ataques terroristas."

2. Nessa declaração, destacaram-se principalmente os interesses de ordem

a) moral.
b) militar.
c) jurídica.
d) religiosa.
e) econômica.

Gabarito: **1.** C **2.** E

ESTRATÉGIA LINGUÍSTICA

Que que é isso?

Genericamente, estratégias textuais, linguísticas e discursivas seriam "táticas", "escolhas" do falante/ escritor com relação ao modo como ele se utiliza da linguagem.

As **estratégias textuais** dizem respeito especificamente à construção do texto – oral ou escrito –, considerando que o texto é uma tessitura de linguagem que se enquadra em determinada esfera e gênero, que detém sentido para o falante e para o interlocutor, e que depende de certas características (como coesão e coerência) para ser adequadamente construído e apropriadamente chamado de texto.

As **estratégias linguísticas** estão mais diretamente ligadas à linguagem em sua acepção estruturalista/formalista: léxico, sintaxe, prosódia. As estratégias discursivas dizem respeito à linguagem enquanto discurso, ou seja, interação, envolvendo sujeitos, contexto, condições de produção.



(Gazeta do Povo, online. 05.03.2009)

1. Palavras Desconhecidas = Paráfrases e Campo Semântico

Paráfrase é a reescritura do texto, mantendo-se o mesmo significado, sem prejuízo do sentido original.

A paráfrase pode ser construída por várias formas:

- substituição de locuções por palavras;
- uso de sinônimos;
- mudança de discurso direto por indireto e vice-versa;
- conversão da voz ativa para a passiva;
- emprego de antonomásias ou perífrases (Machado de Assis = O bruxo do Cosme Velho; o povo lusitano = portugueses).

EXEMPLIFICANDO

1. Como o “interior” é uma região mais ampla e tem população rarefeita, a expressão “se dissemina” está sendo empregada com o sentido de “se atenua”, “se dissolve”.

Como regra, a epidemia começa nos grandes centros e se dissemina pelo interior. A incidência nem sempre é crescente; a mudança de fatores ambientais pode interferir em sua escalada.

( ) Certo ( ) Errado

Epidemia: manifestação muito numerosa de qualquer fato ou conduta; proliferação generalizada.

Disseminar: espalhar(-se), difundir(-se), propagar(-se).

2. Supondo que a palavra “eclético” seja desconhecida para o leitor, a melhor estratégia de que ele pode valer-se para tentar detectar o seu significado será

O sucesso deveu-se ao caráter eclético de sua administração. Pouco se lhe dava que lhe exigissem sua opinião. Sua atitude consistia sempre em tomar uma posição escolhida entre as diversas formas de conduta ou opinião manifestadas por seus assessores.

a) aproximá-la de outras palavras da língua portuguesa que tenham a mesma terminação como “político” e “dinâmico”.
b) considerá-la como qualificação de profissionais que atuam na administração de alguma empresa.
c) associá-la às palavras “sucesso” e “caráter”, de forma a desvendar o seu sentido correto, “que ofusca, que obscurece os demais”.
d) observar o contexto sintático em que ela ocorre, ou seja, trata-se de um adjunto adnominal.
e) atentar para a paráfrase feita no segundo período.

2. Observação de palavras de cunho categórico: Advérbios & Artigos

3. Seria mantida a coerência entre as ideias do texto caso o segundo período sintático fosse introduzido com a expressão **Desse modo**, em lugar de “De modo geral”

Na verdade, o que hoje definimos como democracia só foi possível em sociedades de tipo capitalista, mas não necessariamente de mercado. **De modo geral**, a democratização das sociedades impõe limites ao mercado, assim como desigualdades sociais em geral não contribuem para a fixação de uma tradição democrática.

( ) Certo ( ) Errado

4. Por meio da afirmativa destacada, o autor

Os ecos da Revolução do Porto haviam chegado ao Brasil e bastaram algumas semanas para inflamar os ânimos dos brasileiros e portugueses que cercavam a corte. Na manhã de 26 de fevereiro, uma multidão exigia a presença do rei no centro do Rio de Janeiro e a assinatura da Constituição liberal. Ao ouvir as notícias, a alguns quilômetros dali, D. João mandou fechar todas as janelas do palácio São Cristóvão, como fazia em noites de trovoadas.

a) exprime uma opinião pessoal taxativa a respeito da atitude do rei diante da iminência da Revolução do Porto.
b) critica de modo inflexível a atitude do rei, que, acuado, passa o poder para as mãos do filho. **de modo inflexível – loc. adverbial**
c) demonstra que o rei era dono de uma personalidade intempestiva, que se assemelhava a uma chuva forte.
d) sugere, de modo indireto, que o rei havia se alarmado com a informação recebida.
e) utiliza-se de ironia para induzir o leitor à conclusão de que seria mais do que justo depor o rei. **mais do que justo – expressão adverbial**

5. Do fragmento <u>Foi o outro grande poeta chileno</u>, infere-se que houve apenas dois grandes poetas no Chile.

Há cem anos nasceu o poeta mais popular de língua espanhola, com uma obra cuja força lírica supera todos os seus defeitos. Sem dúvida, há um “problema Pablo Neruda”. Foi o outro grande poeta chileno, seu contemporâneo Nicanor Parra (depois de passar toda uma longa vida injustamente à sombra de Neruda), quem o formulou com maliciosa concisão.

( ) Certo ( ) Errado

6. Assinale a opção correta.

Mas, como toda novidade, a nanociência está assustando. Afinal, um material com características incríveis poderia também causar danos incalculáveis ao homem ou ao meio ambiente. No mês passado, um grupo de ativistas americanos tirou a roupa para protestar contra calças nanotecnológicas que seriam superpoluentes.

a) Coisas novas costumam provocar medo nas pessoas.
b) Produtos criados pela nanotecnologia só apresentam pontos positivos.
c) Os danos ao meio ambiente são provocados pela nanotecnologia.
d) Os ativistas mostraram que as calças nanotecnológicas provocam poluição.

3. Marcadores Linguísticos

- expressões que indicam soma ou alternância: não só... mas também, ou, etc.;
- expressões de acréscimo, de progressão, de continuidade ou de inclusão: até, além disso, desde, etc.;
- preposições: até (inclusão ou limite), com (companhia ou matéria), de (diversas relações: tempo, lugar, causa, etc.), desde (tempo, lugar, etc.), entre (intervalo, relação, etc.), para (lugar, destinatário, etc.), etc.;
- Exemplos matemáticos: lançado **do** alto / lançado **para** o alto; números **de** 12 **a** 25 / números **entre** 12 **e** 25.



EXEMPLIFICANDO

7. Assinale a alternativa que encontra suporte no texto.

Profetas do possível

Até que ponto é possível prever o futuro? Desde a Antiguidade, o desafio de antecipar o dia de amanhã tem sido o ganha-pão dos bruxos, dos místicos e dos adivinhos. Ainda hoje, quando o planeta passa por mudanças cada vez mais rápidas e imprevisíveis, há quem acredite que é possível dominar as incertezas da existência por meio das cartas do tarô e da posição dos astros. Esse tipo de profecia nada tem a ver com a Ciência. Os cientistas também apontam seus olhos para o futuro, todavia de uma maneira diferente. Eles avaliam o estágio do saber de sua própria época para projetar as descobertas que se podem esperar. Observam a natureza para reinventá-la a serviço do homem.

Superinteressante

a) O articulador "até" indica o limite de previsibilidade do futuro.
b) A partir da Antiguidade, prever a sorte passou a ser a ocupação de místicos de toda ordem.
c) Profecias e Ciência são absolutamente incompatíveis.
d) Além das cartas de tarô e da posição dos astros, os crédulos atuais buscam saber o futuro por meio da consulta a bruxos.
e) Os cientistas não só observam a natureza – como o fazem os místicos –, mas também buscam moldá-la às necessidades humanas, considerando o estágio atual do conhecimento.

Gabarito: **1.** E **2.** E **3.** E **4.** D **5.** C **6.** A **7.** E

Estratégia linguística 2 (agora vai)

1. Observação de palavras de cunho categórico:

- Tempos verbais
- Expressões restritivas
- Expressões totalizantes
- Expressões enfáticas

Tempos Verbais

1. É irrelevante que **entrem** na faculdade, que **ganhem** muito ou pouco dinheiro, que **sejam** bem-sucedidos na profissão.

O emprego das formas verbais grifadas acima denota

Os pais de hoje costumam dizer que importante é que os filhos sejam felizes. É uma tendência que se impôs ao influxo das teses libertárias dos anos 1960. É irrelevante que entrem na faculdade, que ganhem muito ou pouco dinheiro, que sejam bem-sucedidos na profissão. O que espero, eis a resposta correta, é que sejam felizes. Ora, felicidade é coisa grandiosa. É esperar, no mínimo, que o filho sinta prazer nas pequenas coisas da vida. Se não for suficiente, que consiga cumprir todos os desejos e ambições que venha a abrigar. Se ainda for pouco, que atinja o enlevo místico dos santos. Não dá para preencher caderno de encargos mais cruel para a pobre criança.

a) hipótese passível de realização.
b) fato real e definido no tempo.
c) condição de realização de um fato.
d) finalidade das ações apontadas no segmento.
e) temporalidade que situa as ações no passado.

2. Provoca-se incoerência textual e perde-se a noção de continuidade da ação ao se substituir a expressão verbal vem produzindo por tem produzido.

Na verdade, a integração da economia mundial — apontada pelas nações ricas e seus prepostos como alternativa única — vem produzindo, de um lado, a globalização da pobreza e, de outro, uma acumulação de capitais jamais vista na história, o que permite aos grandes grupos empresariais e financeiros atuar em escala mundial, maximizando oportunidades e lucros.

( ) Certo ( ) Errado

Expressões Restritivas

3. Depreende-se da argumentação do texto que o autor considera as instituições como as únicas "características fixas" aceitáveis de "democracia".

Na verdade, o que hoje definimos como **democracia** só foi possível em sociedades de tipo capitalista, mas não necessariamente de mercado. De modo geral, a democratização das sociedades impõe limites ao mercado, assim como desigualdades sociais em geral não contribuem para a fixação de uma tradição democrática. Penso que temos de refletir um pouco a respeito do que significa **democracia**. Para mim, não se trata de um regime com **características fixas**, mas de um processo que, apesar de constituir formas institucionais, não se esgota nelas. [...]

Renato Lessa. Democracia em debate. In: Revista Cult, n.º 137, ano 12, jul./2009, p. 57 (com adaptações).

( ) Certo ( ) Errado

4. Considerado corretamente o trecho, o segmento grifado em **A colonização do imaginário** não busca nem uma coisa nem outra deve ser assim entendido:

Posterior, e mais recente, foi a tentativa, por parte de alguns historiadores, de abandonar uma visão eurocêntrica da "conquista" da América, dedicando-se a retraçá-la a partir do ponto de vista dos "vencidos", enquanto outros continuaram a reconstituir histórias da instalação de sociedades europeias em solo americano. Antropólogos, por sua vez, buscaram nos documentos produzidos no período colonial informações sobre os mundos indígenas demolidos pela colonização. A colonização do imaginário não busca nem uma coisa nem outra.

(Adaptado de PERRONE-MOISÉS, Beatriz, Prefácio à edição brasileira de GRUZINSKI, Serge, A colonização do imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)).

a) não tenta investigar nem o eurocentrismo, como o faria um historiador, nem a presença das sociedades europeias em solo americano, como o faria um antropólogo.
b) não quer reconstituir nada do que ocorreu em solo americano, visto que recentemente certos historiadores, ao contrário de outros, tentam contar a história do descobrimento da América do modo como foi visto pelos nativos.
c) não pretende retraçar nenhum perfil – dos vencidos ou dos vencedores – nem a trajetória dos europeus na conquista da América.
d) não busca continuar a tradição de pesquisar a estrutura dos mundos indígenas e do mundo europeu, nem mesmo o universo dos colonizadores da América.
e) não se concentra nem na construção de uma sociedade europeia na colônia – quer observada do ponto de vista do colonizador, quer do ponto de vista dos nativos –, nem no resgate dos mundos indígenas.

Expressões Totalizantes

5. De acordo com o texto, no tratamento da questão da biodiversidade no Planeta,

A biodiversidade diz respeito tanto a genes, espécies, ecossistemas como a funções e coloca problemas de gestão muito diferenciados. É carregada de normas de valor. Proteger a biodiversidade pode significar:

- a eliminação da ação humana, como é a proposta da ecologia radical;
- a proteção das populações cujos sistemas de produção e de cultura repousam num dado ecossistema;
- a defesa dos interesses comerciais de firmas que utilizam a biodiversidade como matéria prima, para produzir mercadorias.

a) o principal desafio é conhecer todos os problemas dos ecossistemas.
b) os direitos e os interesses comerciais dos produtores devem ser defendidos, independentemente do equilíbrio ecológico.
c) deve-se valorizar o equilíbrio do ambiente, ignorando-se os conflitos gerados pelo uso da terra e de seus recursos.
d) o enfoque ecológico é mais importante do que o social, pois as necessidades das populações não devem constituir preocupação para ninguém.
e) há diferentes visões em jogo, tanto as que consideram aspectos ecológicos, quanto as que levam em conta aspectos sociais e econômicos.

6. A argumentação do texto desenvolve-se no sentido de se compreender a razão por que

Quando alguém ouve que existem tantas espécies de plantas no mundo, a primeira reação poderia ser: certamente, com todas essas espécies silvestres na Terra, qualquer área com um clima favorável deve ter tido espécies em número mais do que suficiente para fornecer muitos candidatos ao desenvolvimento agrícola.

Mas então verificamos que a grande maioria das plantas selvagens não é adequada por motivos óbvios: elas servem apenas como madeira, não produzem frutas comestíveis e suas folhas e raízes também não servem como alimento. Das 200.000 espécies de plantas selvagens, somente alguns milhares são comidos por humanos e apenas algumas centenas dessas são mais ou menos domesticadas. Dessas várias centenas de culturas, a maioria fornece suplementos secundários para nossa dieta e não teriam sido suficientes para sustentar o surgimento de civilizações. Apenas uma dúzia de espécies representa mais de 80% do total mundial anual de todas as culturas no mundo moderno. Essas exceções são os cereais trigo, milho, arroz, cevada e sorgo; o legume soja; as raízes e os tubérculos batata, mandioca e batata-doce; fontes de açúcar como a cana-de-açúcar e a beterraba; e a fruta banana. Somente os cultivos de cereais respondem atualmente por mais da metade das calorias consumidas pelas populações humanas do mundo.

Com tão poucas culturas importantes, todas elas domesticadas milhares de anos atrás, é menos surpreendente que muitas áreas no mundo não tenham nenhuma planta selvagem de grande potencial. Nossa incapacidade de domesticar uma única planta nova que produza alimento nos tempos modernos sugere que os antigos podem ter explorado praticamente todas as plantas selvagens aproveitáveis e domesticado aquelas que valiam a pena.

(Jared Diamond. Armas, germes e aço)

a) existiria uma dúzia de exceções dentre todas as espécies de plantas selvagens que seriam monopólio das grandes civilizações.
b) tão poucas dentre as 200.000 espécies de plantas selvagens são utilizadas como alimento pelos homens em todo o planeta.
c) algumas áreas da Terra mostraram-se mais propícias ao desenvolvimento agrícola, que teria possibilitado o surgimento de civilizações.
d) a maior parte das plantas é utilizada apenas como madeira pelos homens e não lhes fornece alimento com suas frutas e raízes.
e) tantas áreas no mundo não possuem nenhuma planta selvagem de grande potencial para permitir um maior desenvolvimento de sua população.

Expressões Enfáticas

7. A afirmativa correta, em relação ao texto, é

Será a felicidade necessária?

Felicidade é uma palavra pesada. Alegria é leve, mas felicidade é pesada. Diante da pergunta "Você é feliz?", dois fardos são lançados às costas do inquirido. O primeiro é procurar uma definição para felicidade, o que equivale a rastrear uma escala que pode ir da simples satisfação de gozar de boa saúde até a conquista da bem-aventurança. O segundo é examinar-se, em busca de uma resposta.

Nesse processo, depara-se com armadilhas. Caso se tenha ganhado um aumento no emprego no dia anterior, o mundo parecerá belo e justo; caso se esteja com dor de dente, parecerá feio e perverso. Mas a dor de dente vai passar, assim como a euforia pelo aumento de salário, e se há algo imprescindível, na difícil conceituação de felicidade, é o caráter de permanência. Uma resposta consequente exige colocar na balança a experiência passada, o estado presente e a expectativa futura. Dá trabalho, e a conclusão pode não ser clara.

Os pais de hoje costumam dizer que importante é que os filhos sejam felizes. É uma tendência que se impôs ao influxo das teses libertárias dos anos 1960. É irrelevante que entrem na faculdade, que ganhem muito ou pouco dinheiro, que sejam bem-sucedidos na profissão. O que espero, eis a resposta correta, é que sejam felizes. Ora, felicidade é coisa grandiosa. É esperar, no mínimo, que o filho sinta prazer nas pequenas coisas da vida. Se não for suficiente, que consiga cumprir todos os desejos e ambições que venha a abrigar. Se ainda for pouco, que atinja o enlevo místico dos santos. Não dá para preencher caderno de encargos mais cruel para a pobre criança.

(Trecho do artigo de Roberto Pompeu de Toledo. Veja. 24 de março de 2010, p. 142)

a) A expectativa de muitos, ao colocarem a felicidade acima de quaisquer outras situações da vida diária, leva à frustração diante dos pequenos sucessos que são regularmente obtidos, como, por exemplo, no emprego.
b) Sentir-se alegre por haver conquistado algo pode significar a mais completa felicidade, se houver uma determinação, aprendida desde a infância, de sentir-se feliz com as pequenas coisas da vida.
c) As dificuldades que em geral são encontradas na rotina diária levam à percepção de que a alegria é um sentimento muitas vezes superior àquilo que se supõe, habitualmente, tratar-se de felicidade absoluta.

d) A possibilidade de que mais pessoas venham a sentir-se felizes decorre de uma educação voltada para a simplicidade de vida, sem esperar grandes realizações, que acabam levando apenas a frustrações.
e) Uma resposta provável à questão colocada como título do texto remete à constatação de que felicidade é um estado difícil de ser alcançado, a partir da própria complexidade de conceituação daquilo que se acredita ser a felicidade.

Geralmente, a alternativa correta (ou a mais viável) é construída por meio de palavras e de expressões "abertas", isto é, que apontam para "possibilidades", "hipóteses": *provavelmente, é possível, futuro do pretérito do indicativo, modo subjuntivo, futuro do pretérito (-ria) etc.*

EXEMPLIFICANDO

8. Acerca do texto, são feitas as seguintes afirmações:

No Brasil colonial, os portugueses e suas autoridades evitaram a concentração de escravos de uma mesma etnia nas propriedades e nos navios negreiros.

Essa política, a multiplicidade linguística dos negros e as hostilidades recíprocas que trouxeram da África dificultaram a formação de grupos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano, incluindo-se aí a preservação das línguas.

Porém alguns senhores aceitaram as práticas culturais africanas – e indígenas – como um mal necessário à manutenção dos escravos. Pelo imperativo de convertê-los ao catolicismo, alguns clérigos aprenderam as línguas africanas [...]. Outras pessoas, por se envolverem com o tráfico negreiro [...], devem igualmente ter-se familiarizado com as línguas dos negros.

I – os portugueses impediram totalmente a concentração de escravos da mesma etnia nas propriedades e nos navios negreiros.

II – a política dos portugueses foi ineficiente, pois apenas a multiplicidade cultural dos negros, de fato, impediu a formação de núcleos solidários.

III – Apesar do empenho dos portugueses, a cultura africana teve penetração entre alguns senhores e clérigos. Cada um, é bem verdade, tinha objetivos específicos para tanto.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

9. Considere as afirmações feitas acerca do texto:

Macaco Esperto

Chimpanzés, bonobos e gorilas possuem uma função cerebral relacionada à fala que se pensava exclusiva do ser humano. Isso sugere que a evolução da estrutura cerebral da fala começou antes de primatas e humanos tomarem caminhos distintos na linha da evolução. O mais perto que os primatas chegaram foi gesticular com a mão direita ao emitir grunhidos.

I – de acordo com o segundo período, a evolução da estrutura cerebral da fala está diretamente relacionada ao fato de esta ser atribuída tão somente aos humanos.

II – os seres cujos caminhos tornaram-se distintos durante o processo evolutivo possuem ambos função cerebral relacionada à fala.

III – a estrutura cerebral dos primatas e dos humanos, em relação à fala, teria um ponto em comum.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas II e III.
e) I, II e III.

Gabarito: **1.** A **2.** E **3.** E **4.** E **5.** E **6.** C **7.** E **8.** C **9.** D

INFERÊNCIA

Que que é isso?

INFERÊNCIA – ideias implícitas, sugeridas, que podem ser depreendidas a partir da leitura do texto, de certas palavras ou expressões contidas na frase.

Enunciados – "Infere-se", Deduz-se", "Depreende-se",

Uma inferência incorreta é conhecida como uma **falácia.**



Observe a seguinte frase:

Fiz faculdade, mas aprendi algumas coisas.

O autor transmite 2 informações de maneira explícita:

a) que ele frequentou um curso superior;

b) que ele aprendeu algumas coisas.

Ao ligar as duas informações por meio de “**mas**”, comunica também, de modo implícito, sua crítica ao ensino superior, pois a frase transmite a ideia de que nas faculdades não se aprende muita coisa.

Além das informações explicitamente enunciadas, existem outras que se encontram subentendidas ou pressupostas. Para realizar uma leitura eficiente, o leitor deve captar tanto os dados explícitos quanto os implícitos.

1. “O tempo continua ensolarado”,

Comunica-se, de maneira explícita, que, no momento da fala, faz sol, mas, ao mesmo tempo, o verbo “continuar” permite inferir que, antes, já fazia sol.

2. “Pedro deixou de fumar”

Afirma-se explicitamente que, no momento da fala, Pedro não fuma. O verbo “deixar”, todavia, transmite a informação implícita de que Pedro fumava antes.



1. A leitura atenta da charge só não nos permite depreender que

a) é possível interpretar a fala de Stock de duas maneiras.
b) Wood revela ter-se comportado ilicitamente.
c) há vinte anos, a sociedade era mais permissiva.
d) as atividades de Wood eram limitadas.
e) levando-se em conta os padrões morais de nossa sociedade, uma das formas de entender a fala de Stock provoca riso no leitor.

2. Observe a frase que segue:

É preciso construir mísseis nucleares para defender o Ocidente de um ataque norte-coreano.

Sobre ela, são feitas as seguintes afirmações:

I – O conteúdo explícito afirma que há necessidade da construção de mísseis, com a finalidade de defesa contra o ataque norte-coreano.

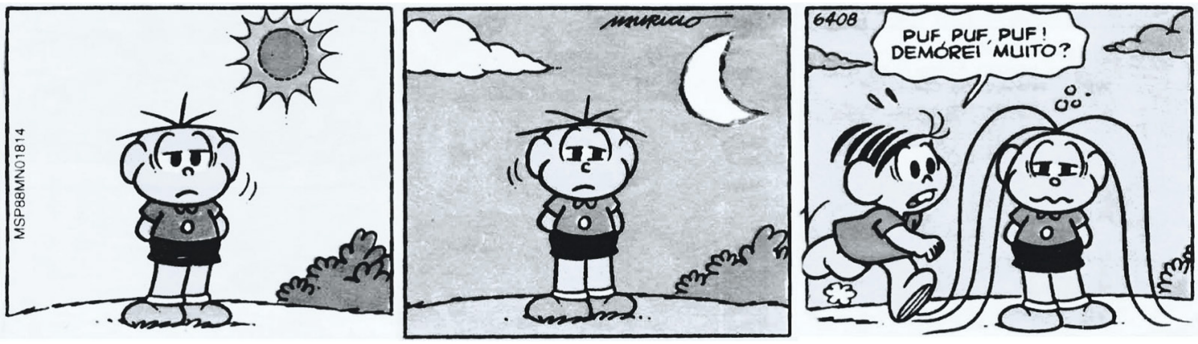
II – O pressuposto, isto é, o dado que não se põe em discussão é o de que os norte-coreanos pretendem atacar o Ocidente.

III – O pressuposto, isto é, o dado que não se põe em discussão é o de que a negociação com os norte-coreanos é o único meio de dissuadi-los de um ataque ao Ocidente.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas I e III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

Inferência Verbal X Não-verbal





Os pressupostos são marcados, nas frases, por meio de vários indicadores linguísticos como

a) certos advérbios:

Os convidados ainda não chegaram à recepção.

Pressuposto: Os convidados já deviam ter chegado ou os convidados chegarão mais tarde.

b) certos verbos:

O desvio de verbas tornou-se público.

Pressuposto: O desvio não era público antes.

c) as orações adjetivas explicativas (isoladas por vírgulas):

Os políticos, que só querem defender seus interesses, ignoram o povo.

Pressuposto: Todos os políticos defendem tão somente seus interesses.

d) expressões adjetivas:

Os partidos "de fachada" acabarão com a democracia no Brasil.

Pressuposto: Existem partidos "de fachada" no Brasil.

Costuma-se acreditar que , quando se relatam dados da realidade, não pode haver nisso subjetividade alguma e que relatos desse tipo merecem a nossa confiança porque são reflexos da neutralidade do produtor do texto e de sua preocupação com a verdade objetiva dos fatos.

Mas não é bem assim. Mesmo relatando dados objetivos, o produtor do texto pode ser tendencioso e ele, mesmo sem estar mentindo, insinua seu julgamento pessoal pela seleção dos fatos que está reproduzindo ou pelo destaque maior que confere a certos pormenores. A essa escolha dos fatos e à ênfase atribuída acertos tipos de pormenores dá-se o nome de **viés**.

3. Infere-se do texto que

a) o ato de informar pode ser manipulado em função da defesa de interesses pessoais de quem escreve.
b) a ausência de viés compromete a carga de veracidade de dados da realidade.
c) a atitude de neutralidade é meio indispensável para a boa aceitação de uma notícia.
d) o escritor tendencioso põe em risco sua posição perante o público.
e) o bom escritor tem em mira a verdade objetiva dos fatos.

4. Infere-se ainda o texto que

a) uma mensagem será tanto mais aceita quanto maior for a imparcialidade do escritor.
b) o escritor, fingindo neutralidade, será mais capaz de interessar o leitor.
c) o interesse da leitura centraliza-se na análise dos pormenores relatados.
d) o viés introduz uma nota de humor na transmissão de uma mensagem.
e) o leitor deve procurar reconhecer todo tipo de viés naquilo que lê.

Gabarito: **1.** C **2.** D **3.** A **4.** A

ANÁLISE DE ALTERNATIVAS/ITENS

COMPREENSÃO DE TEXTOS

Estabelecimento de relações entre os componentes envolvidos em dado enunciado. Assinalar a resposta correta consiste em encontrar, no texto, as afirmações feitas nas alternativas, e vice-versa.

PROCEDIMENTOS DE APREENSÃO DO TEXTO

1. Leitura da fonte bibliográfica;
2. leitura do título;
3. leitura do enunciado;
4. leitura das afirmativas;
5. destaque das palavras-chave das afirmativas;
6. procura, no texto, das palavras-chave destacadas nas alternativas.

Será a felicidade necessária? (2)

(6)

Felicidade é uma palavra pesada. Alegria é leve, mas **felicidade** é pesada. Diante da pergunta "Você é feliz?", dois fardos são lançados às costas do inquirido. O primeiro é procurar uma definição para **felicidade**, o que equivale a rastrear uma **escala** que pode ir da simples satisfação de gozar de boa saúde até a conquista da bem-aventurança. O segundo é examinar-se, em busca de uma resposta.

Nesse processo, depara-se com **armadilhas**. Caso se tenha ganhado um aumento no **emprego** no dia anterior, o mundo parecerá belo e justo; caso se esteja com dor de dente, parecerá feio e perverso. Mas a dor de dente **vai passar**, assim como a euforia pelo aumento de salário, e se há algo imprescindível, na difícil conceituação de felicidade, é o caráter de **permanência**. Uma resposta consequente exige colocar na balança a experiência passada, o estado presente e a expectativa futura. Dá trabalho, e a conclusão pode não ser clara.

Os **pais** de **hoje** costumam dizer que importante é que os **filhos** sejam **felizes**. É uma tendência que se impôs ao influxo das teses libertárias dos anos 1960. É irrelevante que entrem na faculdade, que ganhem muito ou pouco dinheiro, que sejam bem-sucedidos na profissão. O que espero, eis a resposta correta, é que sejam **felizes**. Ora, felicidade é coisa grandiosa. É esperar, no mínimo, que o filho sinta prazer nas pequenas coisas da vida. Se não for suficiente, que consiga cumprir todos os desejos e ambições que venha a abrigar. Se ainda for pouco, que atinja o enlevo místico dos santos. Não dá para preencher caderno de encargos mais cruel para a pobre criança.

*(Trecho do artigo de Roberto Pompeu de Toledo. **Veja**. 24 de março de 2010, p. 142)* **(1)**

(1) Observação da fonte bibliográfica: o conhecimento prévio de quem escreveu o texto constitui-se numa estratégia de compreensão, visto que facilita a identificação da intenção textual. Ao reconhecermos o autor do texto – **Roberto Pompeu de Toledo**, importante jornalista brasileiro, cuja trajetória se marca pelo fato de escrever matérias especiais para importantes veículos e comunicação – bem como o veículo de publicação – **Veja** –, podemos afirmar que se trata de um artigo.

(2) Observação do título: o título pode constituir o menor resumo possível de um texto. Por meio dele, certas vezes, identificamos a ideia central do texto, sendo possível, pois, descartar afirmações feitas em determinadas alternativas. O título em questão – **Será a felicidade necessária?** –, somado ao fato de nomear um artigo, permite-nos inferir que o texto será uma resposta a tal questionamento, a qual evidenciará o ponto de vista do autor.

1. De acordo com o texto, (3)

- Devido à expressão "De acordo com", podemos afirmar que se trata, tão somente, de **compreender o texto**.
- Outras expressões possíveis: "Segundo o texto", "Conforme o texto", "Encontra suporte no texto", ...

Assim sendo,

Compreensão do texto: **RESPOSTA CORRETA** = paráfrase MAIS COMPLETA daquilo que foi afirmado no texto.

Paráfrase: versão de um texto, geralmente mais extensa e explicativa, cujo objetivo é torná-lo mais fácil ao entendimento.

1. De acordo com o texto,

a) a realização pessoal que geralmente faz parte da vida humana, como o sucesso no trabalho, costuma ser percebida como sinal de plena felicidade.
b) as atribuições sofridas podem comprometer o sentimento de felicidade, pois superam os benefícios de conquistas eventuais.
c) o sentimento de felicidade é relativo, porque pode vir atrelado a circunstâncias diversas da vida, ao mesmo tempo que deve apresentar constância.
d) as condições da vida moderna tornam quase impossível a alguma pessoa sentir-se feliz, devido às rotineiras situações da vida.
e) muitos pais se mostram despreparados para fazer com que seus filhos planejem sua vida no sentido de que sejam, realmente, pessoas felizes.

Convite à Filosofia

Quando acompanhamos a história das ideias éticas, desde a Antiguidade clássica até nossos dias, podemos perceber que, em seu centro, encontra-se o problema da violência e dos meios para evitá-la, diminuí-la, controlá-la.

Diferentes formações sociais e culturais instituíram conjuntos de valores éticos como padrões de conduta, de relações intersubjetivas e interpessoais, de comportamentos sociais que pudessem garantir a integridade física e psíquica de seus membros e a conservação do grupo social.

Evidentemente, as várias culturas e sociedades **não definiram nem definem** a violência da mesma maneira, mas, ao contrário, dão-lhe conteúdos diferentes, segundo os tempos e os lugares. No entanto, malgrado as diferenças, certos aspectos da violência são percebidos da mesma maneira, formando o fundo comum contra o qual os valores éticos são erguidos.

Marilena Chauí. In: Internet: <www2.uol.com.br/aprendiz> (com adaptações).

Julgue o item a seguir.

Conclui-se a partir da leitura do texto que, apesar de diferenças culturais e sociais, é por meio dos valores éticos estabelecidos em cada sociedade que se conserva o grupo social e se protegem seus membros contra a violência.

(**x**) Certo ( ) Errado

2º parágrafo

Conclusão

Resposta correta = a mais completa (alternativa com maior número de palavras-chave encontradas no texto).

Optar pela alternativa mais completa, quando duas parecerem corretas.

EXEMPLIFICANDO

Centenas de cães e gatos são colocados para adoção mensalmente em Porto Alegre.

Cerca de 450 animais de estimação, entre cães e gatos, aguardam um novo dono em Porto Alegre. Trata-se do contingente de animais perdidos, abandonados ou nascidos nas ruas e entregues ao Gabea (Grupo de Apoio ao Bem-Estar Animal) e ao CCZ (Centro de Controle de Zoonose), órgão ligado à Secretaria Municipal de Saúde. Destes, cerca de 120 animais são adotados. Os outros continuam na espera por um lar.

O Sul. (adaptado)

Conforme o texto,

a) em Porto Alegre, cães e gatos são abandonados pelos seus donos. (3)
b) animais de estimação, entre eles cães e gatos nascidos nas ruas, são entregues ao Gabea. (4)
c) um contingente de animais de estimação – entre eles cães e gatos – nasce nas ruas, perdem-se de seus donos ou são por eles abandonados nas ruas de Porto Alegre. (6)
d) o CCZ propicia a adoção dos animais abandonados nas ruas de Porto Alegre. (4)
e) 120 animais de estimação são adotados mensalmente em Porto Alegre. (3)

ANÁLISE DE ALTERNATIVAS/ITENS
Parte II

ERROS COMUNS COMPREENSÃO DE TEXTOS

O primeiro passo para acertar é entender o que está sendo pedido no enunciado e o que dizem as alternativas ou itens. Algumas questões dão "pistas" no próprio enunciado. Assim sendo, é fundamental "decodificar" os verbos que nele e nas alternativas se encontram.

Alguns verbos utilizados nos enunciados

- **Afirmar:** certificar, comprovar, declarar.
- **Explicar:** expor, justificar, expressar, significar.
- **Caracterizar**: distinguir, destacar as particularidades.
- **Consistir:** ser, equivaler, traduzir-se por (determinada coisa), ser feito, formado ou composto de.
- **Associar:** estabelecer uma correspondência entre duas coisas, unir-se, agregar.
- **Justificar:** provar, demonstrar, argumentar, explicar.
- **Comparar:** relacionar (coisas animadas ou inanimadas, concretas ou abstratas, da mesma natureza ou que apresentem similitudes) para procurar as relações de semelhança ou de disparidade que entre elas existam; aproximar dois ou mais itens de espécie ou de natureza diferente, mostrando entre eles um ponto de analogia ou semelhança.
- **Relacionar:** fazer comparação, conexão, ligação.
- **Definir:** revelar, estabelecer limites, indicar a significação precisa de, retratar, conceituar, explicar o significado.
- **Diferenciar:** fazer ou estabelecer distinção entre, reconhecer as diferenças.
- **Identificar:** distinguir os traços característicos de; reconhecer; permitir a identificação, tornar conhecido.
- **Classificar:** distribuir em classes e nos respectivos grupos, de acordo com um sistema ou método de classificação; determinar a classe, ordem, família, gênero e espécie; pôr em determinada ordem, arrumar (coleções, documentos etc.).
- **Referir-se:** fazer menção, reportar-se, aludir-se.
- **Determinar:** precisar, indicar (algo) a partir de uma análise, de uma medida, de uma avaliação; definir.
- **Citar:** transcrever, referir ou mencionar como autoridade ou exemplo ou em apoio do que se afirma.
- **Indicar:** fazer com que, por meio de gestos, sinais, símbolos, algo ou alguém seja visto; assinalar, designar, mostrar.
- **Deduzir:** concluir (algo) pelo raciocínio; inferir.
- **Inferir:** concluir, deduzir.
- **Equivaler:** ser idêntico no peso, na força, no valor etc.
- **Propor:** submeter (algo) à apreciação (de alguém); oferecer como opção; apresentar, sugerir.
- **Depreender:** alcançar clareza intelectual a respeito de; entender, perceber, compreender; tirar por conclusão, chegar à conclusão de; inferir, deduzir.
- **Aludir:** fazer rápida menção a; referir-se.

(Fonte: dicionário Houaiss)

ERROS COMUNS COMPREENSÃO DE TEXTOS

EXTRAPOLAÇÃO

Ocorre quando o leitor sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, normalmente porque já conhecia o assunto devido à sua bagagem cultural.

PRECONCEITOS

EXEMPLIFICANDO

8Canudo pela Internet

O ensino a distância avança e já existem mais de 30 mil cursos oferecidos na rede, de graduação e pós-graduação até economia doméstica.

Passados nove anos de sua graduação em filosofia, a professora Ida Thon, 54 anos, enfiou na cabeça que deveria voltar a estudar. Por conta do trabalho no Museu Nacional do Calçado, na cidade gaúcha de Novo Hamburgo, onde mora, resolveu ter noções de museologia. Mas para isso deveria contornar uma enorme dificuldade: o curso mais próximo ficava a 1.200 quilômetros de distância, em São Paulo.

1. Assinale a alternativa cuja afirmação não encontra suporte no texto.

a) A solução encontrada por Ida lançou mão das novas tecnologias educacionais.
b) O problema enfrentado por Ida, bem como a solução por ela encontrada, faz parte da realidade de muitas pessoas no Brasil.
c) A Educação a Distância já é uma realidade brasileira.
d) O ensino oferecido pela web abrange uma vasta gama de possibilidades, buscando atender a variadas tendências intelectuais.
e) Os cursos oferecidos pela web não podem ser considerados de grande importância, tendo em vista não contemplarem a modalidade presencial e abordarem tão somente aspectos triviais do conhecimento.

REDUÇÃO

É o oposto da extrapolação. Dá-se atenção apenas a um ou outro aspecto, esquecendo-se de que o texto é um conjunto de ideias.

EXEMPLIFICANDO

Bichos para a Saúde

Está nas livrarias a obra *O poder curativo dos bichos*. Os autores, Marty Becker e Daniel Morton, descrevem casos bem-sucedidos de pessoas que derrotaram doenças ou aprenderam a viver melhor graças à ajuda de algum animalzinho. Cães, gatos e cavalos estão entre os bichos citados.

(ISTO É)

2. De acordo com o texto,

a) pessoas que têm animais de estimação são menos afeitas a contrair doenças.
b) a convivência entre seres humanos e animais pode contribuir para a cura de males físicos daqueles.
c) indivíduos que têm cães e gatos levam uma existência mais prazerosa.
d) apenas cães, gatos e cavalos são capazes de auxiliar o ser humano durante uma enfermidade.
e) pessoas bem-sucedidas costumam ter animais de estimação.

(A) EXTRAPOLAÇÃO: contrair doenças ≠ derrotar doenças.

(C) REDUÇÃO: cães e gatos < animalzinho.

(D) REDUÇÃO: cães, gatos e cavalos < animalzinho.

(E) EXTRAPOLAÇÃO: pessoas bem-sucedidas > casos bem-sucedidos de pessoas que derrotaram doenças.

CONTRADIÇÃO

É comum as alternativas apresentarem ideias contrárias às do texto, fazendo o candidato chegar a conclusões equivocadas, de modo a errar a questão.

Só contradiga o autor se isso for solicitado no comando da questão.

Exemplo: “Indique a alternativa que apresenta ideia contrária à do texto”.

EXEMPLIFICANDO

O que podemos experimentar de mais belo é o mistério. Ele é a fonte de toda a arte e ciência verdadeira. Aquele que for alheio a essa emoção, aquele que não se detém a admirar as colinas, sentindo-se cheio de surpresa, esse já está, por assim dizer, morto e tem os olhos extintos. O que fez nascer a religião foi essa vivência do misterioso – embora mesclado de terror. Saber que existe algo insondável, sentir a presença de algo profundamente racional e radiantemente belo, algo que compreenderemos apenas em forma muito rudimentar – é esta a experiência que constitui a atitude genuinamente religiosa. Neste sentido, e unicamente neste sentido, pertenço aos homens profundamente religiosos.

(Albert Einstein – Como vejo o mundo)

3. O texto afirma que a experiência do mistério é um elemento importante para a arte, não para a ciência.

(x) Certo ( ) Errado

COMPREENSÃO GRAMATICAL DO TEXTO

Estabelecimento de relações entre os aspectos semânticos e gramaticais envolvidos em dado anunciado.

Procedimentos

1. Leitura do enunciado e das alternativas;

2. identificação do aspecto gramatical apontado no enunciado e/ou na alternativa

3. Aplicação das técnicas de compreensão, inferência e vocabulário.

Os Pais de hoje constumam dizer que importante é que os filhos sejam felizes. [...] É irrelevante que entrem na faculdade, que ganhem muito ou pouco dinheiro, que sejam bem-sucedidos na profissão. O que espero, eis a resposta correta, é que sejam felizes. **Ora felicdade é coisa grandiosa.** É esperar, no mínimo, que o filho sinta prazer nas pequenas coisas da vida. Se não for suficiente, que consiga cumprir todos os desejos e ambições que venham a abrigar. Se ainda for pouco, que atinja o enlevo místico dos santos. Não dá para preencher caderno de encargos mais cruel para a pobre criança

ORA:

Advérbio = nesta ocasião; AGORA; A lei, ora apresentada, proíbe a venda de armas.

Conjunção = Ou... ou...: Ora ria, ora chorava. / Entretanto, mas: Eu ofereci ajuda; ora, orgulhosa como é, nem aceitou.

Interjeição = manifesta surpresa, ironia, irritação etc.

1. *O que espero, eis a resposta correta, é que sejam felizes.* ***Ora****, felicidade é coisa grandiosa.* Com a palavra grifada, o autor

a) retoma o mesmo sentido do que foi anteriormente afirmado.
b) exprime reserva em relação à opinião exposta na afirmativa anterior.
c) coloca uma alternativa possível para a afirmativa feita anteriormente.
d) determina uma situação em que se realiza a probabilidade antes considerada.
e) estabelece algumas condições necessárias para a efetivação do que se afirma.

2. *Por que, enfim, tantas reservas em relação ao consumo? O primeiro foco de explicação para essa antipatia reside no fato de que nossa economia fechada sempre encurralou os consumidores no país. A falta de um leque efetivo de opções de compra tem deixado os consumidores à*

mercê dos produtores no Brasil. ***Não por acaso****, os apologistas do consumo entre nós têm sido basicamente aqueles que podem exercer seu inchado poder de compra sem tomar conhecimento das fronteiras nacionais. O resto da população, mantida em situação vulnerável, ignora os benefícios de uma economia baseada no consumo.*

A expressão “Não por acaso”, ao iniciar o período, indica

a) justificativa.
b) ênfase.
c) indagação.
d) concessão.
e) finalidade.

3. (FCC) *A Companhia das Índias Orientais – a primeira grande companhia de ações do mundo, criada em 1602 – foi a mãe das multinacionais contemporâneas.*

O segmento isolado pelos travessões constitui, no contexto, comentário que

a) busca restringir o âmbito de ação de uma antiga empresa de comércio.
b) especifica as qualidades empresariais de uma companhia de comércio.
c) contém informações de sentido explicativo, referentes à empresa citada.
d) enumera as razões do sucesso atribuído a essa antiga empresa.
e) enfatiza, pela repetição, as vantagens oferecidas pela empresa.

4. (FCC) *A gênese da música do Rio Grande do Sul também pode ser vista como reflexo dessa multiplicidade de referências. Há influências diretas do continente europeu, e isso se mistura à valiosa contribuição do canto e do batuque africano,* ***mesmo tendo sido perseguido, vigiado, quase segregado****.*

O segmento destacado deve ser entendido, considerando-se o contexto, como

a) uma condição favorável à permanência da música popular de origem africana.
b) uma observação que valoriza a persistente contribuição africana para a música brasileira.
c) restrição ao sentido do que vem sendo exposto sobre a música popular brasileira.
d) a causa que justifica a permanência da música de origem africana no Brasil.
e) as consequências da presença dos escravos e sua influência na música popular brasileira.

5. *A média universal do Índice de Desenvolvimento Humano aumentou 18% desde 1990. Mas a melhora estatística está longe de animar os autores do Relatório de 2010. [...] O cenário apresentado pelo Relatório não é animador. [...] Os padrões de produção e consumo atuais são considerados inadequados. Embora não queira apresentar receitas prontas, o Relatório traça caminhos possíveis. Entre eles, o reconhecimento da ação pública na regulação da economia para proteger grupos mais vulneráveis. Outro aspecto ressaltado é a necessidade de considerar pobreza, crescimento e desigualdade como temas interligados. "Crescimento rápido não deve ser o único objetivo político, porque ignora a distribuição do rendimento e negligencia a sustentabilidade do crescimento", informa o texto.*

O trecho colocado entre aspas indica que se trata de

a) comentário pessoal do autor do texto sobre dados do Relatório.
a) insistência na correção dos dados apresentados pelo Relatório.
c) repetição desnecessária de informação já citada no texto.

d) transcrição exata do que consta no texto do Relatório de 2010.
e) resumo do assunto principal constante do Relatório de 2010.

6. *O sonho de voar alimenta o imaginário do homem desde que ele surgiu sobre a Terra. A inveja dos pássaros e as lendas de homens alados, como Dédalo e Ícaro (considerado o primeiro mártir da aviação), levaram a um sem-número de experiências, a maioria fatal.*

(considerado o primeiro mártir da aviação) Os parênteses isolam

a) citação fiel de outro autor.
b) comentário explicativo.
c) informação repetitiva.
d) retificação necessária.
e) enumeração de fatos.

5. (FCC) *Diariamente tomamos decisões (comprar uma gravata, vender um apartamento, demitir um funcionário, poupar para uma viagem, ter um filho, derrubar ou plantar uma árvore), ponderando custos e benefícios.*

O segmento entre parênteses constitui

a) transcrição de um diálogo, que altera o foco principal do que vem sendo exposto.
b) constatação de situações habituais, com o mesmo valor de mercado, vivenciadas pelas pessoas.
c) reprodução exata das palavras do jornalista americano citado no texto, referentes à rotina diária das pessoas.
d) interrupção intencional do desenvolvimento das ideias, para acrescentar informações alheias ao assunto abordado.
e) sequência explicativa, que enumera as eventuais decisões que podem ser tomadas diariamente pelas pessoas.

Gabarito: **1.** B **2.** A **3.** C **4.** B **5.** D **6.** B **7.** E

DENOTAÇÃO X CONOTAÇÃO

O signo linguístico (a palavra) é constituído pelo **significante** – parte perceptível, constituída de sons – e pelo **significado** (conteúdo) – a parte inteligível, o conceito. Por isto, numa palavra que ouvimos, percebemos um conjunto de sons (o significante), que nos faz lembrar um conceito (o significado).

Denotação: resultado da união entre o significante e o significado, ou entre o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Conotação: resultado do acréscimo de outros significados paralelos ao significado de base da palavra, isto é, outro plano de conteúdo pode ser combinado com o plano da expressão. Esse outro plano de conteúdo reveste-se de impressões, valores afetivos e sociais, negativos ou positivos, reações psíquicas que um signo evoca.

Assim,

Denotação é a significação objetiva da palavra – valor referencial; é a palavra em "estado de dicionário"

Conotação é a significação subjetiva da palavra; ocorre quando a palavra evoca outras realidades devido às associações que ela provoca.

DENOTAÇÃO	CONOTAÇÃO
palavra com significação restrita	palavra com significação ampla
palavra com sentido comum do dicionário	palavra cujos sentidos extrapolam o sentido comum
palavra usada de modo automatizado	palavra usada de modo criativo
linguagem comum	linguagem rica e expressiva

EXEMPLIFICANDO

Para exemplificar esses dois conceitos, eis a palavra cão:

sentido denotativo quando designar o animal mamífero quadrúpede canino;

sentido conotativo quando expressar o desprezo que desperta em nós uma pessoa de mau caráter ou extremamente servil.

(Othon M.Garcia)

Um detalhe!

As aspas podem indicar que uma palavra está sendo empregada diferentemente do seu sentido do dicionário!

Eu sempre "namorei" meus livros!

A "bateria" do meu filho não termina nunca! Esse menino não dorme.

Música "Dois rios", de Samuel Rosa, Lô Borges e Nando Reis.

"O sol é o pé e a mão

O sol é a mãe e o pai

Dissolve a escuridão

O sol se põe se vai

E após se pôr

O sol renasce no Japão"

1. Assinale o segmento em que NÃO foram usadas palavras em sentido figurado.

   a) Lendo o futuro no passado dos políticos.
   b) As fontes é que iam beber em seus ouvidos.
   c) Eram 75 linhas que jorravam na máquina de escrever com regularidade mecânica.
   d) Antes do meio-dia, a tarefa estava pronta.
   e) Era capaz de cortar palavras com a elegância de um golpe de florete.

2. Marque a alternativa cuja frase apresenta palavra(s) empregada(s) em sentido conotativo:

   a) O homem procura novos caminhos na tentativa de fixar suas raízes.
   b) "Mas lá, no ano dois mil, tudo pode acontecer. Hoje, não."
   c) "... os planejadores fizeram dele a meta e o ponto de partida."
   d) "Pode estabelecer regras que conduzam a um viver tranquilo ..."
   e) "Evidentemente, (...) as transformações serão mais rápidas."

Sinônimos X Antônimos

A **semântica** é a parte da linguística que estuda o significado das palavras, a parte significativa do discurso. Cada palavra tem seu significado específico, porém podemos estabelecer relações entre os significados das palavras, assemelhando-as umas às outras ou diferenciando-as segundo seus significados.

Sinônimos

Palavras que possuem significados iguais ou semelhantes.

A *bruxa* prendeu os irmãos.

A *feiticeira* prendeu os irmãos.

Porém os sinônimos podem ser

- **perfeitos:** significado absolutamente igual, o que não é muito frequente.
  Ex.: morte = falecimento / idoso = ancião
- **imperfeitos:** o significado das palavras é apenas semelhante.
  Ex.: belo - formoso/ adorar – amar / fobia - receio

Antônimos

Palavras que possuem significados opostos, contrários. Pode originar-se do acréscimo de um prefixo de sentido oposto ou negativo.

Exemplos:

mal X bem

ausência X presença

fraco X forte

claro X escuro

subir X descer

cheio X vazio

possível X impossível

simpático X antipático

3. A palavra que pode substituir, sem prejuízo do sentido, "obviamente", é

Julgo que os homens que fazem a política externa do Brasil, no Itamaraty, são excessivamente pragmáticos. Tiveram sempre vida fácil, vêm da elite brasileira e nunca participaram, eles próprios, em combates contra a ditadura, contra o colonialismo. Obviamente não têm a sensibilidade de muitos outros países ou diplomatas que conheço.

a) Necessariamente
b) Realmente
c) Justificadamente
d) Evidentemente
e) Comprovadamente

4. O texto se estrutura a partir de antíteses, ou seja, emprego de palavras ou expressões de sentido contrário. O par de palavras ou expressões que não apresentam no texto essa propriedade antitética é

Toda saudade é a presença da ausência
de alguém, de algum lugar, de algo enfim
Súbito o não toma forma de sim
como se a escuridão se pusesse a luzir
Da própria ausência de luz
o clarão se produz,
o sol na solidão.
Toda saudade é um capuz transparente
que veda e ao mesmo tempo traz a visão do que não se pode ver
porque se deixou pra trás
mas que se guardou no coração.

(Gilberto Gil)

a) presença / ausência
b) não / sim
c) ausência de luz / clarão
d) sol / solidão
e) que veda / traz a visão

Gabarito: **1.** D **2.** A **3.** D **4.** D

ELEMENTOS REFERENCIAIS

Estabelecem uma relação de sentido no texto, formando um elo coesivo entre o que está dentro do texto e fora dele também. À retomada feita para trás dá-se o nome de anáfora e a referência feita para a frente recebe o nome de catáfora.

Observe:

1. Carlos mora com a tia. Ele faz faculdade de Direito.

Ele – retomada de Carlos = anáfora.

2. Carlos ganhou um cachorro. O cachorro chama-se Lulu.

“**Um cachorro**”, informação para a frente = “o cachorro” = catáfora.

Mecanismos

1. REPETIÇÃO

“Oito pessoas morreram (cinco passageiros de uma mesma família e dois tripulantes, além de uma mulher que teve ataque cardíaco) na queda de um avião bimotor Aero Commander, da empresa J. Caetano, da cidade de Maringá (PR). O avião prefixo PTI-EE caiu sobre quatro sobrados da Rua Andaquara.”

A palavra AVIÃO foi repetida, principalmente por ele ter sido o veículo envolvido no acidente, que é a notícia propriamente dita.

2. REPETIÇÃO PARCIAL

“Estavam no avião o empresário Silvio Name Júnior [...] Gabriela Gimenes Ribeiro e o marido dela, **João Izidoro de Andrade. Andrade** é conhecido na região como um dos maiores compradores de cabeças de gado do Sul do país.”

Na retomada de nomes de pessoas, a repetição parcial é o mais comum mecanismo coesivo. Costuma-se, uma vez citado o nome completo de alguém, repetir somente o seu sobrenome.

1. A sequência em negrito (**globalização do olho da rua. É a globalização do bico. É a globalização do dane-se**.) caracteriza a globalização a partir da desestruturação do mundo do trabalho. Do ponto de vista dos recursos da linguagem é correto afirmar que, no contexto, ocorre uma

a) gradação, com a suavização das dificuldades.
b) contradição, entre os modos de sobrevivência do desempregado.
c) ênfase, com a intensificação da afirmativa inicial.
d) retificação, pela correção gradual das informações iniciais.

e) exemplificação, pelo relato de situações específicas.

3. ELIPSE

É a omissão de um termo que pode ser facilmente deduzido pelo contexto.

"Três pessoas que estavam nas casas atingidas pelo avião ficaram feridas. Elas não sofreram ferimentos graves. <u>Apenas escoriações e queimaduras</u>."

Na verdade, foram omitidos, no trecho sublinhado, o **sujeito** (As três pessoas) e um **verbo** (sofreram): (As três pessoas sofreram apenas escoriações e queimaduras).

2. Aproveitei os feriados da semana passada para curtir algumas releituras que <u>há muito</u> vinha adiando. [...] Com chuva, o Rio é uma cidade como outra qualquer: não se tem muita coisa a fazer. [...] O melhor mesmo é aproveitar o tempo — que de repente fica enorme e custa a passar — revisitar os primeiros deslumbramentos, buscando no passado um aumento de pressão nas caldeiras fatigadas que poderão me levar adiante. [...] Leituras antigas, de um tempo em que estava longe a ideia de um dia escrever um livro. <u>Bem verdade</u> que, às vezes, vinha a tentação de botar para fora alguma coisa.

I – As expressões "releituras", "revisitar" e "Leituras antigas" deixam claro que os livros que o narrador pretende ler já foram obras lidas por ele no passado.

II – Nas expressões "há muito" e "Bem verdade", pode-se depreender a elipse do substantivo "tempo" e do verbo flexionado "É".

III – É possível inferir uma relação de causa e consequência entre as orações conectadas pelos dois-pontos.

Quais afirmativas estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e II.
e) I, II e III.

4. PRONOMES

A função gramatical do pronome é justamente a de substituir ou acompanhar um nome. Ele pode, ainda, retomar toda uma frase ou toda a ideia contida em um parágrafo ou no texto todo.

“Estavam no avião Márcio Artur Lerro Ribeiro, seus filhos Márcio Rocha Ribeiro Neto e Gabriela Gimenes Ribeiro; e o marido dela, João Izidoro de Andrade.”

O pronome possessivo seus retoma Márcio Artur Lerro Ribeiro; o pronome pessoal (d)ela retoma Gabriela Gimenes Ribeiro.

3. “... que lhe permitem que veja a origem de todos os seres e de todas as coisas para que possa transmiti-las aos ouvintes”.

Em **transmiti-las**, **-las** é pronome que substitui

a) a origem de todos os seres.
b) todas as coisas.
c) aos ouvintes.
d) todos os seres.

Pronomes Demonstrativos

ESSE = assunto antecedente.

“A seca é presença marcante no Sul. Esse fenômeno é atribuído a ‘El Niña’.”

ESTE = assunto posterior.

“O problema é este: não há possibilidade de reposição das peças.”

ESTE = antecedente mais próximo

AQUELE = antecedente mais distante

“Jogaram Inter e Grêmio: este perdeu; aquele ganhou.”

4. "Um relatório da Associação Nacional de Jornais revelou que, nos últimos doze meses, foram registrados no Brasil 31 casos de violação à liberdade de imprensa. Destes, dezesseis são decorrentes de sentença judicial - em geral, proferida por juízes de primeira instância.”

Nesse segmento do texto, o pronome demonstrativo sublinhado se refere a

a) relatórios.
b) jornais.
c) meses.
d) casos.
e) atentados.

5. ADVÉRBIOS

Palavras que exprimem circunstâncias, principalmente as de lugar, tempo, modo, causa...

"Em **São Paulo**, não houve problemas. **Lá**, os operários não aderiram à greve."



5. Considere as afirmativas que seguem.

I. O advérbio já, indicativo de tempo, atribui à frase o sentido de mudança.

II. Entende-se pela frase da charge que a população de idosos atingiu um patamar inédito no país.

III. Observando a imagem, tem-se que a fila de velhinhos esperando um lugar no banco sugere o aumento de idosos no país.

Está correto o que se afirma em

a) I apenas.
b) II apenas.
c) I e II apenas.
d) II e III apenas.
e) I, II e III.

6. EPÍTETOS

Palavras ou grupos de palavras que, ao mesmo tempo que se referem a um elemento do texto, qualificam-no.

"Edson Arantes de Nascimento gostou do desempenho do Brasil. Para o ex-Ministro dos Esportes, a seleção..."

6. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o melhor exemplo de que a reforma do Poder Judiciário não está estagnada. Dez anos atrás, época em que ainda se discutia a criação do conselho, ao qual cabia o **epíteto** "órgão de controle externo do Judiciário", a existência de um órgão nesses moldes, para controlar a atuação do Poder Judiciário, gerava polêmica.

O vocábulo "epíteto" introduz uma expressão que qualifica e explica a função do CNJ.

( ) Certo ( ) Errado

7. NOMES DEVERBAIS

São derivados de verbos e retomam a ação expressa por eles. Servem, ainda, como um resumo dos argumentos já utilizados.

"Uma fila de centenas de veículos paralisou o trânsito da Avenida Assis Brasil, como sinal de protesto contra o aumento dos impostos. A paralisação foi a maneira encontrada..."

7. Assinale a alternativa cuja frase apresenta uma retomada deverbal.

a) E naquela casinha que eu havia feito, naquela habitação simples, ficava meu reino.
b) Mas como foi o negócio da Fazenda do Taquaral, lugar em que se escondiam os corruptores?
c) Ao comprar o sítio do Mané Labrego, realizou um grande sonho; tal compra redundaria em sua independência.
d) O que ele quer lá, na fazenda Grota Funda?

Gabarito: **1.** C **2.** E **3.** B **4.** D **5.** E **6.** Certo **7.** C

Mecanismos

PRIORIDADE-RELEVÂNCIA

Ex.: Em primeiro lugar, Antes de mais nada, Primeiramente, Finalmente...

SEMELHANÇA, COMPARAÇÃO, CONFORMIDADE

Ex.: igualmente, da mesma forma, de acordo com, segundo, conforme, tal qual, tanto quanto, como, assim como...

O PAVÃO

Eu considerei a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas. Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com um mínimo de elementos. De água e luz ele faz seu esplendor; seu grande mistério é a simplicidade. Considerei, por fim, que assim é o amor, oh! minha amada; de tudo que suscita e esplende e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz de teu olhar. Ele me cobre de glória e me faz magnífico.

Rubem Braga

1. No trecho da crônica de Rubem Braga, os elementos coesivos produzem a textualidade que sustenta o desenvolvimento de uma determinada temática. Com base nos princípios linguísticos da coesão e da coerência, pode-se afirmar que

a) na passagem, "Mas andei lendo livros", o emprego do gerúndio indica uma relação de proporcionalidade.

b) o pronome demonstrativo "este" (Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com um mínimo de elementos.) exemplifica um caso de coesão anafórica, pois seu referente textual vem expresso no parágrafo seguinte.

c) o articulador temporal "por fim" (Considerei, por fim, que assim é o amor, oh! minha amada) assinala, no desenvolvimento do texto, a ordem segundo a qual o assunto está sendo abordado.

d) a expressão "Oh! minha amada" é um termo resumitivo que articula a coerência entre a beleza do pavão e a simplicidade do amor.

e) o pronome pessoal "ele"(existem apenas meus olhos recebendo a luz de teu olhar. Ele me cobre de glória e me faz magnífico.), na progressão textual, faz uma referência ambígua a "pavão".

2. "Por outro lado, sua eficiência macroeconômica deixa muito a desejar, menos pela incapacidade das instituições do que pela persistência de incentivos adversos ao crescimento."

Em "do que pela", a eliminação de "do" prejudica a correção sintática do período.

( ) Certo ( ) Errado

CONDIÇÃO, HIPÓTESE

Ex.: se, caso, desde que...

ADIÇÃO, CONTINUAÇÃO

Ex.: Além disso, ainda por cima, também, não só...mas também ...

DÚVIDA

Ex.: talvez, provavelmente, possivelmente...

CERTEZA, ÊNFASE

Ex.: certamente, inquestionavelmente, sem dúvida, inegavelmente, com certeza...

FINALIDADE

Ex.: a fim de, com o propósito de, para que...

3. Em ...fruto **não só** do novo acesso da população ao automóvel, **mas também** da necessidade de maior número de viagens..., os termos em destaque estabelecem relação de

a) explicação.
b) oposição.
c) alternância.
d) conclusão.
e) adição.

4. O trecho em que a preposição em negrito introduz a mesma noção da preposição destacada em "Na luta **para** melhorar" é

a) O jogador **com** o boné correu.
b) A equipe **de** que falo é aquela.
c) A busca **por** recordes move o atleta.
d) A atitude do diretor foi **contra** a comissão.
e) Ele andou **até** a casa do treinador.

ESCLARECIMENTO

Ex.: por exemplo, isto é, quer dizer...

RESUMO, CONCLUSÃO

Ex.: em suma, em síntese, enfim, portanto, dessa forma, dessa maneira, logo, então...

CAUSA, CONSEQUÊNCIA, EXPLICAÇÃO

Ex.: por conseguinte, por isso, por causa de, em virtude de, assim, porque, pois, já que, uma vez que, visto que, de tal forma que...

CONTRASTE, OPOSIÇÃO, RESTRIÇÃO, RESSALVA

Ex.: pelo contrário, salvo, exceto, mas, contudo, todavia, entretanto, no entanto, embora, apesar de, ainda que, mesmo que, se bem que...

5. "Machado pode ser considerado, no contexto histórico em que surgiu, um espanto e um milagre, mas o que me encanta de forma mais particular é o fato de que ele estava, o tempo todo, pregando peças nos leitores e nele mesmo."

Foi <u>assim</u> que o mais importante crítico literário do mundo, o norte-americano Harold Bloom, 77, classificou Machado de Assis quando elencou, em Gênio — Os 100 Autores Mais Criativos da História da Literatura, os melhores escritores do mundo segundo seus critérios e gosto particular.

No segundo parágrafo do texto, a conjunção portanto poderia substituir o termo "assim", sem prejuízo para a coesão e a coerência textuais.

( ) Certo ( ) Errado

6. Mariza saiu de casa atrasada e perdeu o ônibus. As duas orações do período estão unidas pela palavra "e", que, além de indicar adição, introduz a ideia de

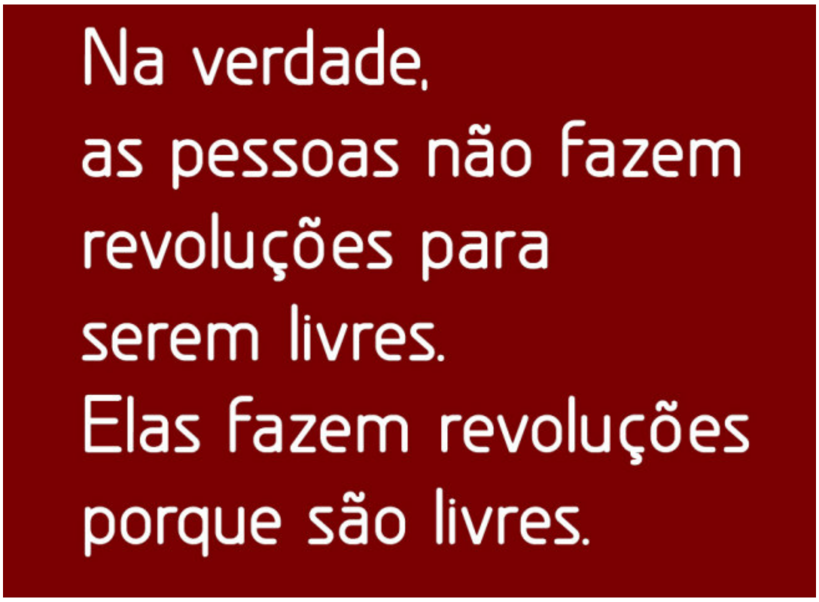
a) Oposição.
b) Condição.
c) Consequência.
d) Comparação.
e) União.

7. "A ação da polícia ocorre em um ambiente de incertezas, ou seja, o policial, quando sai para a rua, não sabe o que vai encontrar diretamente;".

A expressão sublinhada indica a presença de uma

a) retificação.
b) conclusão.
c) oposição.
d) explicação.
e) enumeração.

8. No anúncio publicitário, a substituição do elemento coesivo "para" pelo elemento coesivo "porque" evidencia



a) a importância da liberdade como causa e não como finalidade.
b) a concepção de que a liberdade aumenta à proporção que lutamos por ela.
c) uma reflexão sobre a busca de liberdade como a principal finalidade da vida.
d) a liberdade como uma consequência de uma ação planejada com fins definidos.
e) a necessidade de compreender a liberdade como uma consequência de objetivos claros

Gabarito: **1.** C **2.** Errado **3.** E **4.** C **5.** Errado **6.** C **7.** D **8.** A

POLISSEMIA E FIGURAS DE LINGUAGEM

Polissemia

Polissemia significa (poli = muitos; semia = significado) “muitos sentidos”. Contudo, assim que se insere no contexto, a palavra perde seu caráter polissêmico e assume significado específico, isto é, significado contextual.

Os vários significados de uma palavra, em geral, têm um traço em comum. A cada um deles dá-se o nome de acepção.

- A **cabeça** une-se ao tronco pelo pescoço.

- Ele é o **cabeça** da rebelião.

- Edgar Abreu tem boa **cabeça**.

Contexto!

O contexto determina a acepção de dada palavra polissêmica. Palavras como “flor”, “cabeça”, “linha”, “ponto”, “pena”, entre outras, assumem, em variados contextos, novas acepções.

CONTEXTO	ACEPÇÃO
Adoro flor vermelha!	parte de uma planta
“Última flor do Lácio”	descendente
Vagava à flor da água.	superfície
Ela é uma flor de pessoa.	amável
Ele não é flor que se cheire.	indigno, falso
Está na flor da idade.	juventude



1. O efeito de sentido da charge é provocado pela combinação de informações visuais e recursos linguísticos. No contexto da ilustração, a frase proferida recorre à

a) polissemia, ou seja, aos múltiplos sentidos da expressão "rede social" para transmitir a ideia que pretende veicular.
b) ironia para conferir um novo significado ao termo "outra coisa".
c) homonímia para opor, a partir do advérbio de lugar, o espaço da população pobre e o espaço da população rica.
d) personificação para opor o mundo real pobre ao mundo virtual rico.
e) antonímia para comparar a rede mundial de computadores com a rede caseira de descanso da família.

Exemplos:

- Edgar ocupa um alto posto na Casa. = cargo
- Abasteci o carro no posto da estrada. = posto de gasolina.
- Os eventos eram de graça. = gratuitos
- Aquela mulher era uma graça. = beleza.
- Os fiéis agradecem a graça recebida. = auxílio divino



Figuras De Linguagem

São recursos que tornam mais expressivas as mensagens. Subdividem-se em

- figuras de som,
- figuras de construção,
- figuras de pensamento,
- figuras de palavras.

Algumas Figuras de

Som

Aliteração: consiste na repetição ordenada de mesmos sons consonantais.

- “Es**p**erando, **p**arada, **p**regada na **p**edra do **p**orto.”

- “Que o teu afeto me afetou é fato agora faça-me um favor...”

Onomatópéia: consiste na reprodução de um som ou ruído natural.

- "Não se ouvia mais que o plic-plic-plic da agulha no pano." (*Machado de Assis)*

Construção

Elipse: consiste na omissão de um termo facilmente identificável pelo contexto.

- "Em nossa vida, apenas desencontros."

- No curso, aprovações e mais aprovações!

Zeugma: consiste na elipse de um termo que já apareceu antes.

- Ele prefere cinema; eu, teatro. (omissão de prefiro)

Pleonasmo: consiste numa redundância cuja finalidade é reforçar a mensagem.

- "E **rir** meu **riso** e derramar meu pranto."

- O resultado da eleição, é importante anunciá-lo logo.

O <u>pleonasmo vicioso</u> – ao contrário do literário – é indesejável.

- hemorragia de sangue.

2. Pleonasmo é uma figura de linguagem que tem como marca a repetição de palavras ou de expressões, aparentemente desnecessárias, para enfatizar uma ideia. No entanto, alguns pleonasmos são considerados "vícios de linguagem" por informarem uma obviedade e não desempenharem função expressiva no enunciado. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa em que há exemplo de pleonasmo vicioso.

a) "E então abriu a torneira: a água espalhou-se"
b) "O jeito era ir comprar um pão na padaria."
c) "Matá-la, não ia; não, não faria isso."
d) "Traíra é duro de morrer, nunca vi um peixe assim."
e) "Tirou para fora os outros peixes: lambaris, chorões, piaus..."

Pensamento

Antítese: consiste na aproximação de termos contrários, de palavras que se opõem pelo sentido.

"Nasce o Sol, e não dura mais que um dia
Depois da Luz se segue à noite escura
Em tristes sombras morre a formosura
Em contínuas tristezas, a alegria."

- "**Já estou cheio de me sentir vazio**." (*Renato Russo*)

Ironia: apresenta um termo em sentido oposto ao usual; efeito crítico ou humorístico.

- "A excelente dona Inácia era mestra na arte de judiar crianças".



3. No trecho "...dão um jeito de mudar o mínimo para continuar mandando o máximo", a figura de linguagem presente é chamada

a) Metáfora.
b) Hipérbole.
c) Hipérbato.
d) Anáfora.
e) Antítese.

Hipérbato: inversão ou deslocamento de palavras ou orações dentro de um período.

"Ouviram do Ipiranga as margens plácidas

De um povo heroico o brado retumbante."

Anáfora: repetição de uma ou mais palavras no início de frases ou versos consecutivos.

“Tende piedade, Senhor, de todas mulheres
Quem ninguém mais merece tanto amor
Que ninguém mais deseja tanto a poesia
Que ninguém mais precisa de tanta alegria.”

(*Vinícius de Moraes*)

Eufemismo: consiste na tentativa de suavizar expressão grosseira ou desagradável.

- “Quando a **indesejada** das gentes chegar” (**morte**).”

- “O problema não é você, sou eu.”



Hipérbole: consiste em exagerar uma ideia com finalidade enfática.

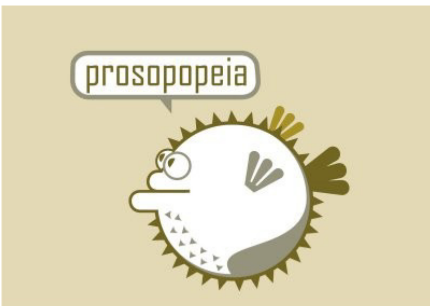
- "Pela lente do amor/Vejo tudo crescer/Vejo a vida mil vezes melhor". (*Gilberto Gil*)

- "Roseana Sarney (PMDB) aproveitou ontem o clima de campanha, na posse do secretariado, para anunciar um mar de promessas."



Prosopopeia ou **personificação:** consiste em atribuir a seres inanimados qualidades ou características que são próprias de seres animados.

Em um belo céu de anil,
os urubus, fazendo ronda,
discutem, em mesa redonda,
os destinos do Brasil.



Palavras

Metáfora: A metáfora implica, pois, uma comparação em que o conectivo comparativo fica subentendido.

"Meninas são bruxas e fadas,
Palhaço é um homem todo pintado de piadas!
Céu azul é o telhado do mundo inteiro,
Sonho é uma coisa que fica dentro do meu travesseiro!"

(*Teatro Mágico*)

Catacrese: Na falta de um termo específico para designar conceito ou objeto, toma-se outro por empréstimo. Devido ao uso contínuo, não mais se percebe que ele está sendo empregado em sentido figurado.

- O **pé** da mesa estava quebrado.
- Não deixe de colocar dois **dentes de alho** na comida.
- Quando **embarquei** no avião, fui dominado pelo o medo.
- A **cabeça do prego** está torta.

Gabarito: **1.** A **2.** E **3.** E

TIPOLOGIA TEXTUAL

O que é isso?

É a forma como um texto se apresenta. As tipologias existentes são: narração, descrição, dissertação, exposição, argumentação, informação e injunção.

Narração

Modalidade na qual se contam um ou mais fatos – fictício ou não - que ocorreram em determinado tempo e lugar, envolvendo certos personagens. Há uma relação de anterioridade e posterioridade. O tempo verbal predominante é o passado.

Exemplo:

COMPRAR REVISTA

Parou, hesitante; em frente à banca de jornais. Examinou as capas das revistas, uma por uma. Tirou do bolso o recorte, consultou-o. Não, não estava incluída na relação de títulos, levantada por ordem alfabética. Mas quem sabe havia relação suplementar, feita na véspera? Na dúvida, achou conveniente estudar a cara do jornaleiro. Era a mesma de sempre. Mas a talvez ocultasse alguma coisa, sob a aparência habitual. O jornaleiro olhou para ele, sem transmitir informação especial no olhar, além do reconhecimento do freguês. Peço? Perguntou a si mesmo. Ou é melhor sondar a barra?”

Carlos Drummond de Andrade

A primeira vez que vi o mar eu não estava sozinho. Estava no meio de um bando enorme de meninos. Nós tínhamos viajado para ver o mar. No meio de nós havia apenas um menino que já o tinha visto. Ele nos contava que havia três espécies de mar: o mar mesmo, a maré, que é menor que o mar, e a marola, que é menor que a maré. Logo a gente fazia ideia de um lago enorme e duas lagoas. Mas o menino explicava que não. O mar entrava pela maré e a maré entrava pela marola. A marola vinha e voltava. A maré enchia e vazava. O mar às vezes tinha espuma e às vezes não tinha. Isso perturbava ainda mais a imagem. Três lagoas mexendo, esvaziando e enchendo, com uns rios no meio, às vezes uma porção de espumas, tudo isso muito salgado, azul, com ventos.

Fomos ver o mar. Era de manhã, fazia sol. De repente houve um grito: o mar! Era qualquer coisa de largo, de inesperado. Estava bem verde perto da terra, e mais longe estava azul. Nós todos gritamos, numa gritaria infernal, e saímos correndo para o lado do mar. As ondas batiam nas pedras e jogavam espuma que brilhava ao sol. Ondas grandes, cheias, que explodiam com barulho. Ficamos ali parados, com a respiração apressada, vendo o mar...

(Fragmento de crônica de Rubem Braga, Mar, Santos, julho, 1938)

1. O texto é construído por meio de

a) perfeito encadeamento entre os dois parágrafos: as explicações sobre o mar, no primeiro, harmonizam-se com sua visão extasiada, no segundo.
b) violenta ruptura entre os dois parágrafos: o primeiro alonga-se em explicações sobre o mar que não têm qualquer relação com o que é narrado no segundo.
c) procedimentos narrativos diversos correspondentes aos dois parágrafos: no primeiro, o narrador é o autor da crônica; no segundo, ele dá voz ao menino que já vira o mar.
d) contraste entre os dois parágrafos: as frustradas explicações sobre o mar para quem nunca o vira, no primeiro, são seguidas pela arrebatada visão do mar, no segundo.
e) inversão entre a ordem dos acontecimentos em relação aos dois parágrafos: o que é narrado no primeiro só teria ocorrido depois do que se narra no segundo.

Descrição

É a modalidade na qual se apontam as características que compõem determinado objeto, pessoa, ambiente ou paisagem. A classe de palavras mais utilizada nessa produção é o adjetivo.

Exemplos:

"Sua estatura era alta, e seu corpo, esbelto. A pele morena refletia o sol dos trópicos. Os olhos negros e amendoados espalhavam a luz interior de sua alegria de viver e jovialidade. Os traços bem desenhados compunham uma fisionomia calma, que mais parecia uma pintura."

Quase todo mundo conhece os riscos de se ter os documentos usados de forma indevida por outra pessoa, depois de tê-los perdido ou de ter sido vítima de assalto. Mas um sistema que começou a ser implantado na Bahia pode resolver o problema em todo o país. A tecnologia usada atualmente para a emissão de carteiras de identidade na Bahia pode evitar esse tipo de transtorno. A foto digital, impressa no documento, dificulta adulterações. A principal novidade do sistema é o envio imediato das impressões digitais, por computador, para o banco de dados da Polícia Federal em Brasília. Dessa forma, elas podem ser comparadas com as de outros brasileiros e estrangeiros cadastrados. Se tudo estiver em ordem, o documento é entregue em cinco dias. Ao ser retirada a carteira, as digitais são conferidas novamente.

Internet: <www.g1.globo.com> (com adaptações).

2. O texto, predominantemente descritivo, apresenta detalhes do funcionamento do sistema de identificação que deve ser implantado em todo o Brasil.

( ) Certo ( ) Errado

Dissertação

A dissertação é um texto que analisa, interpreta, explica e avalia dados da realidade. Esse tipo textual requer um pouco de reflexão, pois as opiniões sobre os fatos e a postura crítica em relação ao que se discute têm grande importância.

O texto dissertativo é temático, pois trata de análises e interpretações; o tempo explorado é o presente no seu valor atemporal; é constituído por uma introdução onde o assunto a ser discutido é apresentado, seguido por uma argumentação que caracteriza o ponto de vista do autor sobre o assunto em evidência e, por último, sua conclusão.

Redes sociais: o uso exige cautela

Uma característica inerente às sociedades humanas é sempre buscar novas maneiras de se comunicar: cartas, telegramas e telefonemas são apenas alguns dos vários exemplos de meios comunicativos que o homem desenvolveu com base nessa perspectiva. E, atualmente, o mais recente e talvez o mais fascinante desses meios, são as redes virtuais, consagradas pelo uso, que se tornam cada vez mais comuns...

Exposição

Apresenta informações sobre assuntos, expõe ideias, explica e avalia e reflete Não faz defesa de uma ideia, pois tal procedimento é característico do texto dissertativo. O texto expositivo apenas revela ideias sobre um determinado assunto. Por meio da mescla entre texto expositivo e narrativo, obtém-se o que conhecemos por relato.

Ex.: aula, relato de experiências, etc.

Em todo o continente americano, a colonização europeia teve efeito devastador. Atingidos pelas armas, e mais ainda pelas epidemias e por políticas de sujeição e transformação que afetavam os mínimos aspectos de suas vidas, os povos indígenas trataram de criar sentido em meio à devastação. Nas primeiras décadas do século XVII, índios norte-americanos comparavam a uma demolição aquilo que os missionários jesuítas viam como "transformação de suas vidas pagãs e bárbaras em uma vida civilizada e cristã."

Argumentação

Modalidade na qual se expõem ideias gerais, seguidas da apresentação de argumentos que as defendam e comprovem, persuadam o leitor, convencendo-o de aceitar uma ideia imposta pelo texto. É o tipo textual mais presente em manifestos e cartas abertas, e quando também mostra fatos para embasar a argumentação, se torna um texto dissertativo-argumentativo.

"Perguntamo-nos qual é o valor da vida humana.Alguns setores da sociedade acreditam que a vida do criminoso não tem o mesmo valor da vida das pessoas honestas. O problema é que o criminoso pensa do mesmo modo: se a vida dele não vale nada, por que a vida do dono da carteira deve ter algum valor? Se provavelmente estará morto antes dos trinta anos de idade (como várias pesquisas comprovam), por que se preocupar em não matar o proprietário do automóvel que ele vai roubar?"

Andréa Buoro et al. Violência urbana – dilemas e desafios. São Paulo: Atual, 1999, p. 26 (com adaptações).

O riso é tão universal como a seriedade; ele abarca a totalidade do universo, toda a sociedade, a história, a concepção de mundo. É uma verdade que se diz sobre o mundo, que se estende a todas as coisas e à qual nada escapa. É, de alguma maneira, o aspecto festivo do mundo inteiro, em todos os seus níveis, uma espécie de segunda revelação do mundo.

3. Embora o texto seja essencialmente argumentativo, seu autor se vale de estruturas narrativas para reforçar suas opiniões.

( ) Certo ( ) Errado

Informação

O texto informativo corresponde aquelas manifestações textuais cujo emissor (escritor) expõe brevemente um tema, fatos ou circunstâncias a um receptor (leitor). Em outras palavras, representam as produções textuais objetivas, normalmente em prosa, com linguagem clara e direta (linguagem denotativa), que tem como objetivo principal transmitir informação sobre algo, isento de duplas interpretações.

Assim, os textos informativos, diferente dos poéticos ou literários (que utilizam da linguagem conotativa), servem para conhecer de maneira breve informações sobre determinado tema, apresentando dados e referências, sem interferência de subjetividade, desde sentimentos, sensações, apreciações do autor ou opiniões. O autor dos textos informativos é um transmissor que se preocupa em relatar informações da maneira mais objetiva e verossímil.

Injuntivo/Instrucional

Indica como realizar uma ação. Também é utilizado para predizer acontecimentos e comportamentos. Utiliza linguagem objetiva e simples. Os verbos são, na sua maioria, empregados no modo imperativo, porém nota-se também o uso do infinitivo e o uso do futuro do presente do modo indicativo.

Ex.: Previsões do tempo, receitas culinárias, manuais, leis, bula de remédio, convenções, regras e eventos.

Gabarito: **1.** D **2.** E **3.** E

GÊNERO TEXTUAL

É o nome que se dá às diferentes formas de linguagem empregadas nos textos. Estas formas podem ser mais formais ou mais informais, e até se mesclarem em um mesmo texto, porém este será nomeado com o gênero que prevalecer!

Os gêneros textuais estão intimamente ligados à nossa situação cotidiana. Eles existem como mecanismo de organização das atividades sociocomunicativas do dia a dia. Sendo assim, gêneros textuais são tipos especificos de textos de qualquer natureza, literários ou não-literários, cujas modalidades discursivas são como formas de organizar a linguagem.

Editorial

É um tipo de texto utilizado na imprensa, especialmente em jornais e revistas, que tem por objetivo informar, mas sem obrigação de ser neutro, indiferente.

A objetividade e imparcialidade não são características dessa tipologia textual, já que o redator demonstra a opinião do jornal sobre o assunto narrado.

Os acontecimentos são relatados sob a subjetividade do repórter, de maneira que evidencie a posição da empresa que está por trás do canal de comunicação, pois os editoriais não são assinados por ninguém.

Assim, podemos dizer que o editorial é um texto mais opinativo do que informativo.

Ele possui um fato e uma opinião. O fato informa o que aconteceu e a opinião transmite a interpretação do que aconteceu.

O alto preço do etanol

A imagem de modernidade e inovação que o Brasil projetou internacionalmente em razão do uso combustível do etanol é incompatível com as condições desumanas a que são submetidos de modo geral os cortadores de cana, que têm uma vida útil de trabalho comparável à dos escravos, como indica pesquisa da Unesp divulgada hoje pela Folha.[...]

Folha de São Paulo

1. O título do texto refere-se

a) ao reflexo do custo da terceirização da colheita da cana no preço do etanol.
b) aos problemas ambientais resultantes da expansão da cultura de cana.
c) aos preços não competitivos do etanol brasileiro no mercado internacional.
d) às precárias condições de trabalho dos trabalhadores rurais na colheita da cana.
e) ao aumento dos lucros obtidos pelos empresários que investem na produção da cana.

2. Podemos citar como características do editorial

a) Imparcialidade na informação;
b) Excesso de narração;
c) Objetividade na informação
d) Dissertativo, crítico e informativo no desenvolvimento do texto
e) poético, rítmico e emocional.

Artigos

São os mais comuns. São textos autorais – assinados –, cuja opinião é de inteira responsabilidade de quem o escreveu. Seu objetivo é o de persuadir o leitor.

É um texto dissertativo que apresenta argumentos sobre o assunto abordado, portanto, o escritor além de expor seu ponto de vista, deve sustentá-lo através de informações coerentes e admissíveis.

3. Leia o texto e considere as afirmações.

"Antes de mais nada, acho que querer ser milionário não é um bom objetivo na vida. Meu único conselho é: ache aquilo que você realmente ama fazer. Exerça atividade pela qual você tem paixão. É dessa forma que temos as melhores chances de sucesso. Se você faz algo de que não gosta, dificilmente será bom. Não há sentido em ter uma profissão somente pelo dinheiro."

DELL, Michael. O Mago do Computador. In: Veja

I – Depreende-se, pela leitura do texto, que querer ser milionário é ruim, pois esse desejo impossibilita o homem de amar o trabalho.

II – Para o autor, as chances de sucesso em uma profissão dependem da paixão com que ela é exercida.

III – É consenso atribuir-se o sucesso à paixão pela atividade que se realiza.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.
b) Apenas II.
c) Apenas III.
d) Apenas I e III.
e) Apenas II e III.

Notícias

Podemos perfeitamente identificar características narrativas, o fato ocorrido que se deu em um determinado momento e em um determinado lugar, envolvendo determinadas personagens. Características do lugar, bem como dos personagens envolvidos são, muitas vezes, minuciosamente descritos. **São autorais, apesar de nem sempre serem assinadas. Seu objetivo é tão somente o de informar, não o de convencer.**

Obra-prima de Leonardo da Vinci e uma das mais admiradas telas jamais pintadas, devido, em parte, ao sorriso enigmático da moça retratada, a "Mona Lisa" está se deteriorando. O grito de alarme foi dado pelo Museu do Louvre, em Paris, que anunciou que o quadro passará por uma detalhada avaliação técnica com o objetivo de determinar o porquê do estrago. O fino suporte de madeira sobre o qual o retrato foi pintado sofreu uma deformação desde que especialistas em conservação examinaram a pintura pela última vez, diz o Museu do Louvre numa declaração por escrito.

Fonte: http://www.italiaoggi.com.br (acessado em 13/11/07)

Crônica

Fotografia do cotidiano, realizada por olhos particulares. Geralmente, o cronista apropria-se de um fato atual do cotidiano, para, posteriormente, tecer críticas ao status quo, baseadas quase exclusivamente em seu ponto de vista. A linguagem desse tipo de texto é predominantemente coloquial.

Características da crônica

- Narração curta;
- Descreve fatos da vida cotidiana;
- Pode ter caráter humorístico, crítico, satírico e/ou irônico;
- Possui personagens comuns;
- Segue um tempo cronológico determinado;
- Uso da oralidade na escrita e do coloquialismo na fala das personagens;
- Linguagem simples.

Dia desses resolvi fazer um teste proposto por um site da internet. O nome do teste era tentador: "O que Freud diria de você". Uau. Respondi a todas as perguntas e o resultado foi o seguinte: "Os acontecimentos da sua infância a marcaram até os doze anos, depois disso você buscou conhecimento intelectual para seu amadurecimento". Perfeito! Foi exatamente o que aconteceu comigo. Fiquei radiante: eu havia realizado uma consulta paranormal com o pai da psicanálise, e ele acertou na mosca.

MEDEIROS, M. Doidas e Santas. Porto Alegre, 2008 (adaptado).

4. Quanto às influências que a internet pode exercer sobre os usuários, a autora expressa uma reação irônica no trecho "Fiquei radiante: eu havia realizado uma consulta paranormal com o pai da psicanálise".

( ) Certo ( ) Errado

Ensaio

É um texto literário breve, situado entre o poético e o didático, expondo ideias, críticas e reflexões éticas e filosóficas a respeito de certo tema. É menos formal. Consiste também na defesa de um ponto de vista pessoal e subjetivo sobre um tema (humanístico, filosófico, político, social, cultural, moral, comportamental, literário, religioso, etc.), sem que se paute em formalidades.

O ensaio assume a forma livre e assistemática sem um estilo definido. Por essa razão, um filósofo espanhol o definiu como "a ciência sem prova explícita".

"Entre os primatas, o aumento da densidade populacional não conduz necessariamente à violência desenfreada. Diante da redução do espaço físico, criamos leis mais fortes para controlar os impulsos individuais e impedir a barbárie. Tal estratégia de sobrevivência tem lógica evolucionista: descendemos de ancestrais que tiveram sucesso na defesa da integridade de seus grupos; os incapazes de fazê-lo não deixaram descendentes. Definitivamente, não somos como os ratos."

Dráuzio Varella.

5. Como a escolha de estruturas gramaticais pode evidenciar informações pressupostas e significações implícitas, o emprego da forma verbal em primeira pessoa — "criamos" — autoriza a inferência de que os seres humanos pertencem à ordem dos primatas.

( ) Certo ( ) Errado

Texto Literário

É uma construção textual de acordo com as normas da literatura, com objetivos e características próprias, como linguagem elaborada de forma a causar emoções no leitor. Uma das características distintivas dos textos literário é a sua função poética, em que é possível constatar ritmo e musicalidade, organização específica das palavras e um elevado nível de criatividade.

Madrugada na aldeia

Madrugada na aldeia nervosa, com as glicínias escorrendo orvalho, os figos prateados de orvalho, as uvas multiplicadas em orvalho, as últimas uvas miraculosas.

O silêncio está sentado pelos corredores, encostado às paredes grossas, de sentinela.

E em cada quarto os cobertores peludos envolvem o sono: poderosos animais benfazejos, encarnados e negros.

Antes que um sol luarento dissolva as frias vidraças, e o calor da cozinha perfume a casa com lembrança das árvores ardendo, a velhinha do leite de cabra desce as pedras da rua antiquíssima, antiquíssima, e o pescador oferece aos recém-acordados os translúcidos peixes, que ainda se movem, procurando o rio.

(Cecília Meireles. Mar absoluto, in Poesia completa.

6. Considere as afirmativas seguintes:

I – O assunto do poema reflete simplicidade de vida, coerentemente com o título.

II – Predominam nos versos elementos descritivos da realidade.

III – Há no poema clara oposição entre o frio silencioso da madrugada e o sol que surge e traz o calor do dia.

Está correto o que consta em

a) I, II e III.
b) I, apenas.
c) III, apenas.
d) II e III, apenas.
e) I e II, apenas.

Peça Publicitária

Modo específico de apresentar informação sobre produto, marca, empresa, ideia ou política, visando a influenciar a atitude de uma audiência em relação a uma causa, posição ou atuação. A propaganda comercial é chamada, também, de publicidade. Ao contrário da busca de imparcialidade na comunicação, a propaganda apresenta informações com o objetivo principal de influenciar o leitor ou ouvinte. Para tal, frequentemente, apresenta os fatos seletivamente (possibilitando a mentira por omissão) para encorajar determinadas conclusões, ou usa mensagens exageradas para produzir uma resposta emocional e não racional à informação apresentada Costuma ser estruturado por meio de frases curtas e em ordem direta, utilizando elementos não verbais para reforçar a mensagem.

7. O anúncio publicitário a seguir é uma campanha de um adoçante, que tem como seu slogan a frase "Mude sua embalagem".

A palavra "embalagem", presente no slogan da campanha, é altamente expressiva e substitui a palavra

a) vida.
b) corpo.
c) jeito.
d) história.
e) postura.



Piada

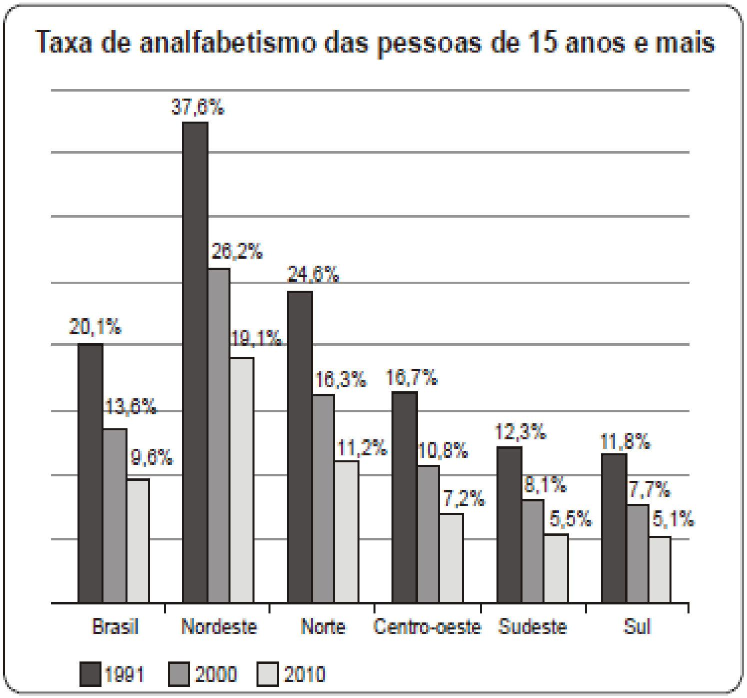
Dito ou pequena história espirituosa e/ou engraçada.

8. "Dois amigos conversam quando passa uma mulher e cumprimenta um deles, que fala:
Eu devo muito a essa mulher...
Por quê? Ela é sua protetora?
Não, ela é a costureira da minha esposa."

Na piada acima, o efeito de humor

a) deve-se, principalmente, à situação constrangedora em que ficou um dos amigos quando a mulher o cumprimentou.
b) constrói-se pela resposta inesperada de um dos amigos, revelando que não havia entendido o teor da pergunta do outro.
c) é provocado pela associação entre uma mulher e minha esposa, sugerindo ilegítimo relacionamento amoroso.
d) firma-se no aproveitamento de distintos sentidos de uma mesma expressão linguística, devo muito.
e) é produzido prioritariamente pela pergunta do amigo, em que se nota o emprego malicioso da expressão sua protetora.

Gráficos e Tabelas



(Fonte: http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/publica-coes/caderno-destaques/arquivos/destaque-colorido)

9. Analisando as informações contidas no gráfico, é correto afirmar que

a) a taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais manteve-se a mesma em todas as regiões do país desde 2000.
b) o número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais diminuiu entre a população brasileira em geral nas últimas décadas.
c) a região Centro-oeste é a que vem apresentando, nos últimos vinte anos, o menor número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais.
d) em comparação com o ano de 1991, pode-se dizer que, no Nordeste, em 2010, o número de analfabetos entre as pessoas de 15 anos ou mais aumentou.

Charge

É um estilo de ilustração que tem por finalidade satirizar algum acontecimento atual com uma ou mais personagens envolvidas. A palavra é de origem francesa e significa carga, ou seja, exagera traços do caráter de alguém ou de algo para torná-lo burlesco. Apesar de ser confundida com cartum, é considerada totalmente diferente: ao contrário da charge, que tece uma crítica contundente, o cartum retrata situações mais corriqueiras da sociedade. Mais do que um simples desenho, a charge é uma crítica político-social mediante o artista expressa graficamente sua visão sobre determinadas situações cotidianas por meio do humor e da sátira.



10. A relação entre o conjunto da charge e a frase “Brasil tem 25 milhões de telefones celulares” fica clara porque a imagem e a fala do personagem sugerem o(a)

a) sentimento de vigilância permanente.
b) aperfeiçoamento dos aparelhos celulares.
c) inadequação do uso do telefone.
d) popularização do acesso à telefonia móvel.
e) facilidade de comunicação entre as pessoas.

QUADRINHOS

Hipergênero, que agrega diferentes outros gêneros, cada um com suas peculiaridades.



11. A mãe identifica no discurso do menino

a) contradição
b) crueldade
c) tristeza
d) generosidade
e) acerto

Gabarito: **1.** D **2.** D **3.** B **4.** C **5.** C **6.** E **7.** B **8.** D **9.** B **10.** D **11.** A

CONFRONTO E RECONHECIMENTO DE FRASES CORRETAS E INCORRETAS

Análise de períodos considerando-se:

- Coesão
- Coerência
- Clareza
- Correção

Coesão

A coesão textual refere-se à microestrutura de um texto. Ela ocorre por meio de relações semânticas e gramaticais.

No caso de textos que utilizam linguagem verbal e não verbal (publicidade, por exemplo), a coesão ocorre também por meio da utilização de

- cores
- formas geométricas
- fontes
- logomarcas
- etc



O pai e seu filhinho de 5 anos caminham por uma calçada.

Repentinamente, o garoto vê uma sorveteria e fala:

– Pai, eu já sarei do resfriado, né?

– Você não vai tomar sorvete! – responde o pai.

A resposta do pai não corresponde coesivamente à pergunta do filho, mas nem por isso é incoerente. Depreende-se que o pai conhecia o objetivo do filho.

Anáfora

Retoma algo que já foi dito antes!

Edgar é um excelente professor. Ele trabalha aqui na Casa do Concurseiro, ensinando Conhecimentos Bancários. Essa matéria é muito relevante para concursos nacionais.

Catáfora

O termo ou expressão que faz referência a um termo subsequente, estabelecendo com ele uma relação não autônoma, portanto, dependente.

A Tereza olhou-o e disse: – Edgar, você está cansado?

Coerência

Na situação comunicativa, é o que dá sentido ao texto.

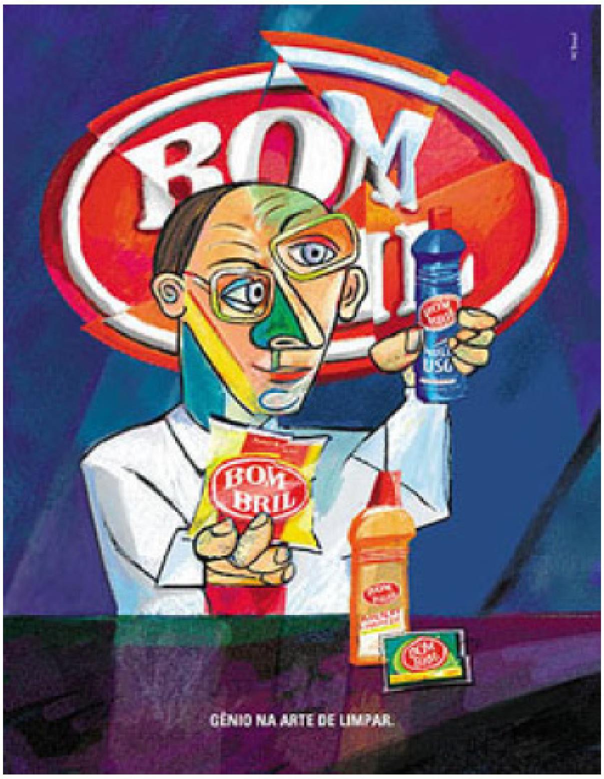
Fatores de Coerência

- encadeamento
- conhecimento da linguagem utilizada
- equilíbrio entre o número de informações novas e a reiteração delas
- possibilidade de inferência
- aceitabilidade
- intertextualidade

Nvoa coçâleo Melissa.
Praa vcoê qeu flaa e etendne ququaler líguna.



http://www.wbrasil.com.br/wcampanhas/index.asp – Acesso em 22 nda agosto de 2005 – uso didático da peça



A elaboração desta peça utiliza características da pintura de Pablo Picasso.

Fonte: http://www.meioemensagem.com.br/projmmdir/home_portfolio.jsp - Acesso em 17 de setembro de 2005 - uso didático da peça.

É fácil de notar se quando falta coerência a um texto.

"Havia um menino muito magro que vendia amendoins numa esquina de uma das avenidas de São Paulo. Ele era tão fraquinho, que mal podia carregar a cesta em que estavam os pacotinhos de amendoim. Um dia, na esquina em que ficava, um motorista, que vinha em alta velocidade, perdeu a direção. O carro capotou e ficou de rodas para o ar. O menino não pensou duas vezes. Correu para o carro e tirou de lá o motorista, que era um homem corpulento. Carregou o até a calçada, parou um carro e levou o homem para o hospital. Assim, salvou lhe a vida."

(Platão & Fiorin)

Vícios De Linguagem

São palavras ou construções que deturpam, desvirtuam, ou dificultam a manifestação do pensamento, seja pelo desconhecimento das normas cultas, seja pelo descuido do emissor.

BARBARISMO

Desvio na grafia, na pronúncia ou na flexão de uma palavra. Divide-se em

Cacografia – má grafia ou má flexão de uma palavra: **flexa** – em vez de flecha / **deteu** – em vez de deteve.

Cacoépia – erro de pronúncia: **marvado** – em vez de malvado.

Silabada – erro de pronúncia quanto à acentuação tônica das palavras: **púdico** – em vez de pudico / **rúbrica** – em vez de rubrica.

Estrangeirismo – emprego desnecessário de palavras estrangeiras, quando elas já foram aportuguesadas: **stress** – em vez de estresse.

SOLECISMO

É qualquer erro de sintaxe. Pode ser

- de **concordância**: Haviam muitos erros – em vez de Havia ...
- de **regência**: Assistimos o filme – em vez de Assistimos ao filme.
- de **colocação**: Escreverei-te logo – em vez de Escrever-te-ei...

AMBIGUIDADE OU ANFIBOLOGIA

Duplo sentido que ocorre em função da má construção da frase:

Carlos disse ao colega que seu irmão morreu. (irmão de quem?)

ECO

Repetição de uma vogal formando rima:

O irmão do alemão prendeu a mão no fogão.

CACOFONIA

Som estranho que surge da união de sílabas diferentes, pela proximidade de duas palavras:

Ela tinha dezoito anos. (latinha)

NEOLOGISMO (palavra nova)

É o emprego de palavras que não passaram ainda para o corpo do idioma:

Devido ao **apoiamento** ao projeto, deram início às obras.

GERUNDISMO

Locução verbal na qual o verbo principal apresenta-se no gerúndio. Seu uso no português brasileiro é recente, é considerado por muitos como vício de linguagem, uma vez que seu uso é demasiadamente impreciso:

“A senhora pode estar respondendo algumas perguntas?”

“Nós vamos estar repassando o problema para a equipe técnica.”

“A senhora vai estar pagando uma taxa de reparo....”

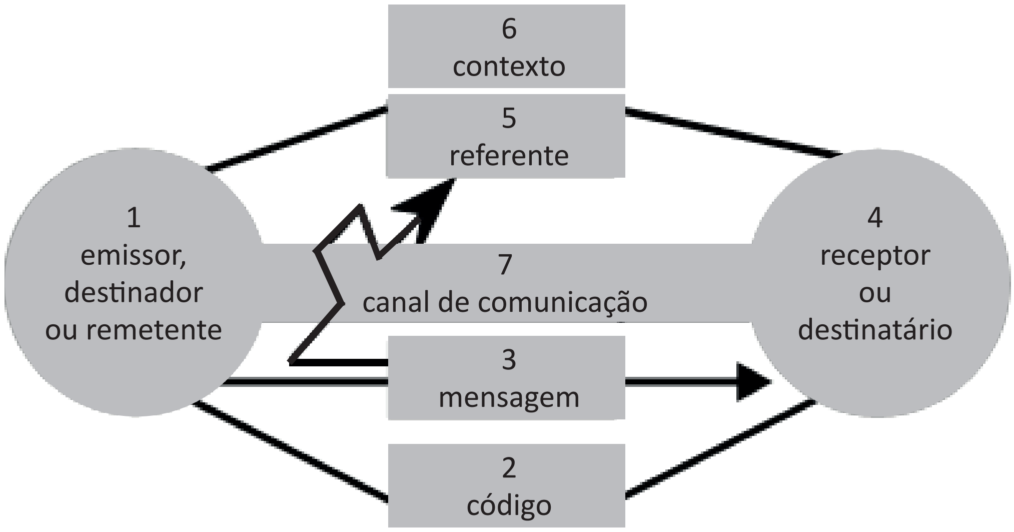
1. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:

a) Peter Burke não compartilha com a tese que os românticos viam o fenômeno da invenção como um atributo de apenas gênios isolados.
b) Na visão de um historiador, não há feito isolado, como invenção absoluta, que independessem de outros fatos concorrentes a ela.
c) Embora aparentemente se oponha quanto ao sentido, tradição e invenção se mesclam como um fator de progresso extremamente inventivo.
d) Não há dúvida quanto a períodos históricos aonde ocorra especial desenvolvimento inventivo, sejam nas artes, sejam na tecnologia.
e) Faz parte do senso comum acreditar, ainda hoje, que toda e qualquer grande invenção decorre do talento pessoal de um gênio.

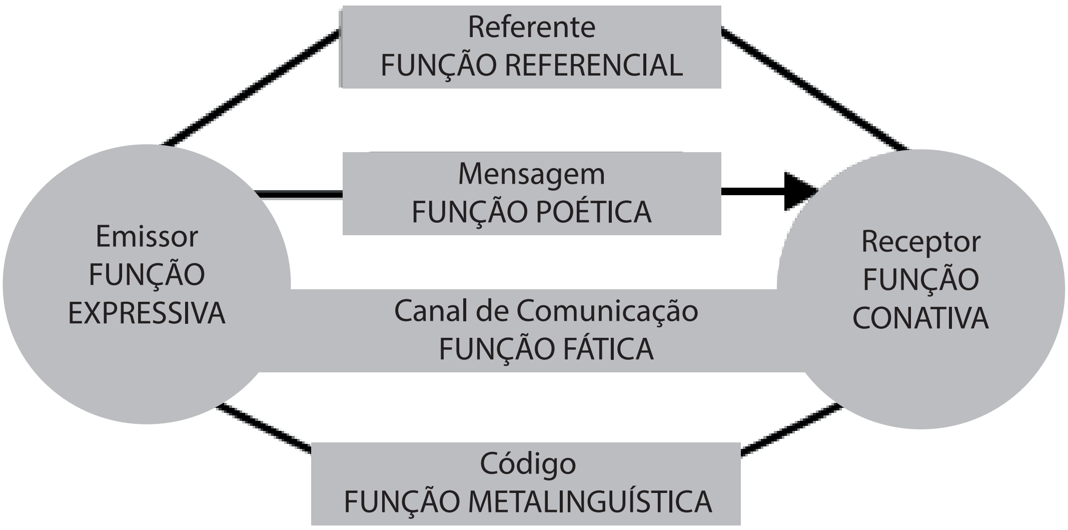
Gabarito: **1.** E

FUNÇÕES DA LINGUAGEM

São várias as funções da linguagem, dependendo da intenção do falante e das circunstâncias em que ocorre a comunicação. A adequada utilização dessas funções permitirá que ocorra o perfeito entendimento da mensagem pretendida.



O linguista russo Roman Jakobson caracterizou seis funções da linguagem. Cada uma delas está estreitamente ligada a um dos seis elementos que compõem o ato de comunicação.



Emissor: o que emite a mensagem.

Receptor: o que recebe a mensagem.

Mensagem: o conjunto de informações transmitidas.

Código: a combinação de signos utilizados na transmissão de uma mensagem. A comunicação só se concretizará, se o receptor souber decodificar a mensagem.

Canal de Comunicação: veículo por meio do qual a mensagem é transmitida (TV, rádio, jornal, revista...)

Contexto: a situação a que a mensagem se refere, também chamado de referente.

O emissor, ao transmitir uma mensagem, sempre tem um objetivo: informar algo, ou demonstrar seus sentimentos, ou convencer alguém a fazer algo, etc; consequentemente, a linguagem passa a ter uma função, que são as seguintes:

- Função Referencial
- Função Metalinguística
- Função Conativa
- Função Fática
- Função Emotiva
- Função Poética

Numa mensagem, é muito difícil encontrarmos uma única dessas funções isolada. O que ocorre, normalmente, é a superposição de várias delas.

Função referencial – busca transmitir informações objetivas, a fim de informar o receptor. Predomina nos textos de caráter científico, didático e jornalístico.

Exemplo: Pesquisas já demonstraram que o universo vocabular de nossos estudantes, mesmo de nível universitário, é pobre.

Função emotiva ou expressiva – exterioriza emoções, opiniões, avaliações, utilizando a 1ª pessoa (eu). Aparece nas cartas, na poesia lírica, nas músicas sentimentais, nas opiniões e avaliações. Predomina o elemento emocional sobre o lógico.

Exemplo: Tendo passado já sete dias sem a ver, se acentuava vivamente em mim o desejo de estar outra vez com ela, beber-lhe o olhar e o sorriso, sentir-lhe o timbre da voz ou a graça dos gestos.

(Cyro dos Anjos – "Abdias")

Função conativa ou apelativa – visa a influir no comportamento do receptor, persuadi-lo, seduzi-lo. Utiliza vocativo, verbos no imperativo e ocorre, principalmente, em textos de propaganda.

Exemplo: O filtro "purex" é indispensável para a saúde de sua família. Procure hoje mesmo o nosso revendedor autorizado.

Função fática – tem por objetivo prolongar o contato com o receptor. Utiliza interjeições, repetições, expressões sem valor semântico e, quando escrita, faz uso de recursos gráficos como diferentes tipos de letras e variadas diagramações. É usada na linguagem coloquial, especialmente nos diálogos.

• POIS É... • ENTÃO... • É FOGO. • Ô. • NEM FALE.	É melhor você começar a ler o Estadão.

Função poética – privilegia o imprevisto, a inovação, a criatividade. Produz no leitor ou no ouvinte surpresa e prazer estético. Predomina na poesia, mas pode aparecer em textos publicitários, jornalísticos, nas crônicas, etc. Nela, aparecem as figuras de linguagem, a conotação.

Exemplo:

"De tudo ao meu amor serei atento
Antes, e com tal zelo, e sempre, e tanto
Que mesmo em face do maior encanto
Dele se encante mais meu pensamento"

Vinícius de Moraes

Função metalinguística – quando a linguagem procura explicar a si mesma, definindo ou analisando o próprio código que utiliza. É empregada nos textos em que se explica o uso da palavra, como nos dicionários, nos poemas que falam da própria poesia, nas canções que falam de outras canções ou de como se fazem canções.

Exemplo: Literatura é ficção, é a forma de expressão mediante a qual o artista recria a realidade.

EXEMPLIFICANDO

O princípio de que o Estado necessita de instrumentos para agir com rapidez em situações de emergência está inscrito no arcabouço jurídico brasileiro desde a primeira Constituição, de 1824, dois anos após a Independência, ainda no Império. A figura do decreto-lei, sempre à disposição do Poder Executivo, ficou marcada no regime militar, quando a caneta dos generais foi acionada a torto e a direito, ao largo do Congresso, cujos poderes eram sufocados pela ditadura. Com a redemocratização, sacramentada pela Constituição de 1988, sepultou-se o decreto-lei, mas não o seu espírito, reencarnado na medida provisória. Não se discute a importância de o Poder Executivo contar com dispositivos legais que permitam ao governo baixar normas, sem o crivo imediato do Congresso, que preencham os requisitos da "relevância e urgência". O problema está na dosagem, que, se exagerada, como ocorre atualmente, sufoca o Poder Legislativo.

O Globo, 19/3/2008 (com adaptações)

1. A função da linguagem predominante no texto é

a) metalinguística.
b) poética.
c) expressiva.
d) apelativa.
e) referencial.

2. Há correspondência entre ELEMENTO do processo de comunicação e FUNÇÃO da linguagem em

a) emissor – poética.
b) destinatário – emotiva.
c) contexto – referencial.
d) código – fática.
e) canal – metalinguística.

3. O texto abaixo utiliza uma linguagem emotiva, que pode ser comprovada especialmente na opção pela subjetividade voltada para o narrador.

"Então, aproveite bem o seu dia. Extraia dele todos os bons sentimentos possíveis. Não deixe nada para depois. Diga o que tem para dizer. Demonstre. Seja você mesmo. Não guarde lixo dentro de casa. Nem jogue seu lixo no ambiente. Não cultive amarguras e sofrimentos. Prefira o sorriso. Dê risada de tudo, de si mesmo. Não adie alegrias nem contentamentos nem sabores bons. Seja feliz. Hoje. Amanhã é uma ilusão. Ontem é uma lembrança. Só existe o hoje."

(   ) Certo   (   ) Errado

4. HISTÓRIA MANJADA

GALÃ CANASTRÃO

TIROS E PERSEGUIÇÕES

EFEITOS GRATUITOS

MAIS TIROS E PERSEGUIÇÕES

FINAL PREVISÍVEL

Conheça outro jeito de fazer cinema.

Cine Conhecimento.

No canal PLUS.

Além de exibir filmes de diversos países, o programa traz análises, comentários, curiosidades e detalhes da produção. **Não perca**! Tem sempre um bom filme para você!

(Revista Monet)

Pelos sentidos e pelas estruturas linguísticas do texto, é correto concluir que o emprego de "Conheça" e "Não perca" indica que a função da linguagem predominante no texto é a

a) metalinguística.
b) poética.
c) conativa.
d) expressiva.

5. No slogan **CELULAR: Não Fale no Trânsito**, uma característica da função conativa da linguagem é

a) a objetividade da informação transmitida.
b) a manutenção da sintonia entre a STTU e o público-alvo.
c) o esclarecimento da linguagem pela própria linguagem
d) o emprego do verbo no modo imperativo

6. Entre os recursos expressivos empregados no texto, destaca-se a

Cidade Grande
Que beleza, Montes Claros.
Como cresceu Montes Claros.
Quanta indústria em Montes Claros.
Montes Claros cresceu tanto,
prima-rica do Rio de Janeiro,
que já tem cinco favelas
por enquanto, e mais promete.

(Carlos Drummond de Andrade)

a) metalinguagem, que consiste em fazer a linguagem referir-se à própria linguagem.
b) intertextualidade, na qual o texto retoma e reelabora outros textos.
c) ironia, que consiste em se dizer o contrário do que se pensa, com intenção crítica.
d) denotação, caracterizada pelo uso das palavras em seu sentido próprio e objetivo.
e) prosopopeia, que consiste em personificar coisas inanimadas, atribuindo-lhes vida.

Gabarito: **1.** E **2.** C **3.** E **4.** D **5.** E **6.** C

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Tanto a língua escrita quanto a oral apresentam variações condicionadas por diversos fatores: regionais, sociais, intelectuais etc.

A língua escrita obedece a normas gramaticais e será sempre diferente da língua oral, mais espontânea, solta, livre, visto que acompanhada de mímica e entonação, que preenchem importantes papéis significativos. Mais sujeita a falhas, a linguagem empregada coloquialmente difere substancialmente do padrão culto.



1. A Linguagem Culta Formal ou Padrão

É aquela ensinada nas escolas e serve de veículo às ciências em que se apresenta com terminologia especial. Caracteriza-se pela obediência às normas gramaticais. Mais comumente usada na linguagem escrita e literária, reflete prestígio social e cultural. É mais artificial, mais estável, menos sujeita a variações.

2. A Linguagem Culta Informal ou Coloquial

É aquela usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo - erros de regência e concordância; barbarismo - erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonasmo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua.

1. Com frequência, a transgressão à norma culta constitui uma marca do registro coloquial da língua. Nesses casos, parece existir, de um lado, a norma culta e, de outro, a "norma" coloquial – e esta muitas vezes se impõe socialmente, em detrimento da primeira. Um exemplo de transgressão à norma culta acontece numa das alternativas abaixo. Assinale-a.

a) Nós éramos cinco e brigávamos muito...
b) estrada lamacenta que o governo não conservava...
c) Miguel fazia muita falta, embora cada um de nós trouxesse na pele a marca de sua autoridade.
d) Você assustou ele falando alto.
e) Se um de nós ia para o colégio, os outros ficavam tristes.

3. Linguagem Popular ou Vulgar

Existe uma linguagem popular ou vulgar, segundo Dino Preti, "ligada aos grupos extremamente incultos, aos analfabetos", aos que têm pouco ou nenhum contato com a instrução formal. Na linguagem vulgar, multiplicam-se estruturas como "nóis vai, ele fica", "eu di um beijo nela", "Vamo i no mercado", "Tu vai í cum nóis".

Saudosa Maloca
Peguemo todas nossas coisas
E fumo pro meio da rua
Preciá a demolição
Que tristeza que nóis sentia
Cada tauba que caía
Duía no coração
Mato Grosso quis gritá
Mais em cima eu falei:
Os home tá c'a razão,
Nóis arranja otro lugá.
Só se conformemo quando o Joca falô:
"Deus dá o frio conforme o cobertô".

BARBOSA, Adoniran. In: Demônios da Garoa - Trem das 11. CD 903179209-2, Continental-Warner Music Brasil, 1995.

2. Considere as afirmações.

I – A letra de "Saudosa Maloca" pode ser considerada como realização de uma "linguagem artística" do poeta, estabelecida com base na sobreposição de elementos do uso popular ao uso culto.

II – Uma dessas sobreposições é o emprego do pronome oblíquo de terceira pessoa "se" em lugar de "nos" (Só se conformemo), diferentemente do que prescreve a norma culta.

III – A letra de "Saudosa Maloca" apresenta linguagem inovadora, visto que, sem abandonar a linguagem formal, dirige-se diretamente ao leitor.

Estão corretas

a) apenas I.
b) apenas II.
c) apenas III.

d) apenas I e II.
e) I, II e III.

4. Gíria

A gíria relaciona-se ao cotidiano de certos grupos sociais. Esses grupos utilizam a gíria como meio de expressão do cotidiano, para que as mensagens sejam decodificadas apenas pelo próprio grupo. Assim, a gíria é criada por determinados segmentos da comunidade social que divulgam o palavreado para outros grupos até chegar à mídia. Os meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, propagam os novos vocábulos; às vezes, também inventam alguns. A gíria que circula pode acabar incorporada pela língua oficial, permanecer no vocabulário de pequenos grupos ou cair em desuso.

3. Nas orações a seguir, as gírias sublinhadas podem ser substituídas por sinônimos.

"... e beijava tudo que era mulher que passasse dando sopa."

"... o Papa de araque..."

"... numa homenagem também aos salgueirenses que, no Carnaval de 1967, entraram pelo cano."

Indique que opção equivale, do ponto de vista do sentido, a essas expressões.

a) distraidamente, falso, saíram-se mal.
b) reclamando, falso, obstruíram-se.
c) distraidamente, esperto, saíram-se vitoriosos.
d) reclamando, falso, deram-se mal.
e) distraidamente, esperto, obstruíram-se.

5. Linguagem Regional

Regionalismos ou falares locais são variações geográficas do uso da língua padrão, quanto às construções gramaticais, empregos de certas palavras e expressões e do ponto de vista fonológico. Há, no Brasil, por exemplo, falares amazônico, nordestino, baiano, fluminense, mineiro, sulino.

Leia o texto a seguir e responda à questão.

"Explico ao senhor: o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem — ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! — é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco — é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. Este caso — por estúrdio que me vejam — é de minha certa importância. Tomara não fosse... Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia. Já sabia, esperava por ela — já o campo!

Ah, a gente, na velhice, carece de ter uma aragem de descanso. Lhe agradeço. Tem diabo nenhum. Nem espírito. Nunca vi. Alguém devia de ver, então era eu mesmo, este vosso servidor. Fosse lhe contar... Bem, o diabo regula seu estado preto, nas criaturas, nas mulheres, nos homens. Até: nas crianças — eu digo. Pois não é o ditado: "menino — trem do diabo"? E

nos usos, nas plantas, nas águas, na terra, no vento... Estrumes... O diabo na rua, no meio do redemunho... "

(Guimarães Rosa. Grande Sertão: Veredas.)

4. O texto de Guimarães Rosa mostra uma forma peculiar de escrita, denunciada pelos recursos linguísticos empregados pelo escritor. Entre as características do texto, está

a) o emprego da linguagem culta, na voz do narrador, e o da linguagem regional, na voz da personagem.
b) a recriação da fala regional no vocabulário, na sintaxe e na melodia da frase.
c) o emprego da linguagem regional predominantemente no campo do vocabulário.
d) a apresentação da língua do sertão fiel à fala do sertanejo.
e) o uso da linguagem culta, sem regionalismos, mas com novas construções sintáticas e rítmicas.

6. Linguagem das Mídias Eletrônicas

São dois os principais motivos da simplificação e da abreviação de palavras entre quem usa a internet e costuma mandar mensagens: o primeiro, a facilidade de se escrever de modo simplificado, e o segundo, a pressa. Esta, por sua vez, está ligada a outras duas razões: a economia e o desejo de reproduzir virtualmente o ritmo de uma conversa oral.

Boa tarde, amigão,

Como vc está interessado em trabalhar nesta empresa, e somente poderá o fazer por meio de concurso público, deve acessar o link Concursos, em www.fepese.org.br. Assim, tu tens informação não apenas a respeito do concurso da CASAN, mas tb de outros que aquela fundação coordena.

Abraços.
Manoel

5. Assinale a alternativa correta, quanto a esse tipo de correspondência.

a) Nesse tipo de correspondência o termo "amigão" é permitido, desde que realmente haja amizade entre quem a envia e quem a recebe.
b) Nesse tipo de correspondência, são aceitáveis abreviaturas como vc e tb, comuns em e-mails entre amigos.
c) Está correto o emprego de pessoas gramaticais diferentes: vc (você) está interessado e tu tens; considerar isso erro gramatical é preconceito linguístico.
d) Em "somente poderá o fazer" há erro no emprego do pronome oblíquo; a correspondência empresarial, mesmo sob a forma eletrônica, obedece à norma culta da língua.

Gabarito: **1.** D **2.** D **3.** A **4.** B **5.** D

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Matemática

Professor Dudan

CONJUNTOS NUMÉRICOS

Números Naturais ($\mathbb{N}$)

Definição: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, ...\}$

Subconjuntos

$\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, ...\}$ naturais não nulos.

Números Inteiros ($\mathbb{Z}$)

Definição: $\mathbb{Z} = \{..., -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, ...\}$

Subconjuntos

$\mathbb{Z}^* = \{..., -4, -3, -2, -1, 1, 2, 3, 4, ...\}$ inteiros não nulos.

$\mathbb{Z}_+ = \{0, 1, 2, 3, 4, ...\}$ inteiros não negativos (naturais).

$\mathbb{Z}^*_+ = \{1, 2, 3, 4, ...\}$ inteiros positivos.

$\mathbb{Z}_- = \{..., -4, -3, -2, -1, 0\}$ inteiros não positivos.

$\mathbb{Z}^*_- = \{..., -4, -3, -2, -1\}$ inteiros negativos.

O módulo de um número inteiro, ou valor absoluto, é a distância da origem a esse ponto representado na reta numerada. Assim, módulo de – 4 é 4 e o módulo de 4 é também 4.

$|-4| = |4| = 4$

Faça você

1. Assinale V para as verdadeiras e F para as falsas

( ) $0 \in N$ ( ) $0 \in Z$ ( ) $-3 \in Z$ ( ) $-3 \in N$ ( ) $N \subset Z$

2. Calcule o valor da expressão $3 - |3 + |-3| + |3||$.

Números Racionais ($\mathbb{Q}$)

Definição: Será inicialmente descrito como o conjunto dos quocientes entre dois números inteiros.

Logo $\mathbb{Q} = \{\frac{p}{q} \mid p \in \mathbb{Z} \text{ e } q \in \mathbb{Z}^*\}$

Subconjuntos

$\mathbb{Q}^*$ → racionais não nulos.

$\mathbb{Q}_+$ → racionais não negativos.

$\mathbb{Q}^*_+$ → racionais positivos.

$\mathbb{Q}_-$ → racionais não positivos.

$\mathbb{Q}^*_-$ → racionais negativos.

Faça você

3. Assinale V para as verdadeiras e F para as falsas:

( ) $0{,}333... \in Z$ ( ) $0 \in Q^*$ ( ) $-3 \in Q+$
( ) $-3{,}2 \in Z$ ( ) $N \subset Q$ ( ) $0{,}3444... \in Q^*$
( ) $0{,}72 \in N$ ( ) $1{,}999... \in N$ ( ) $62 \in Q$
( ) $Q \subset Z$

Frações, Decimais e Fração Geratriz

Decimais exatos

$\frac{2}{5} = 0{,}4$ $\frac{1}{4} = 0{,}25$

Decimais periódicos

$\frac{1}{3} = 0{,}333... = 0{,}\overline{3}$ $\frac{7}{9} = 0{,}777... = 0{,}\overline{7}$

Transformação de dízima periódica em fração geratriz

São quatro passos

1. Escrever tudo na ordem, sem vírgula e sem repetir.
2. Subtrair o que não se repete, na ordem e sem vírgula.
3. No denominador:
   a) Para cada item "periódico", colocar um algarismo "9";
   b) Para cada intruso, se houver, colocar um algarismo "0".

Exemplos

a) 0,333... Seguindo os passos descritos acima: $\frac{(03 - 0)}{9} = 3/9 = 1/3$

b) 1,444... Seguindo os passos descritos acima: $\frac{14 - 1}{9} = 13/9$

c) 1,232323... Seguindo os passos descritos acima: $\frac{123 - 1}{99} = 122/99$

d) 2,1343434... Seguindo os passos descritos acima: $\frac{2134 - 21}{990} = 2113/990$

Números Irracionais ($\mathbb{I}$)

Definição: Todo número cuja representação decimal não é periódica.

Exemplos:

0,212112111... 1,203040... $\sqrt{2}$ π

Números Reais ($\mathbb{R}$)

Definição: Conjunto formado pelos números racionais e pelos irracionais.

$\mathbb{R} = \mathbb{Q} \cup \mathbb{I}$, sendo $\mathbb{Q} \cap \mathbb{I} = \emptyset$

Subconjuntos

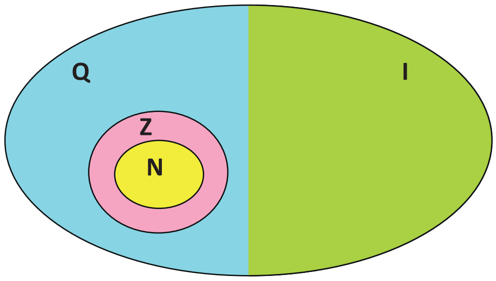
$\mathbb{R}^* = \{x \in R \mid x \neq 0\} \rightarrow$ reais não nulos

$\mathbb{R}_+ = \{x \in R \mid x \geq 0\} \rightarrow$ reais não negativos

$\mathbb{R}^*_+ = \{x \in R \mid x > 0\} \rightarrow$ reais positivos

$\mathbb{R}_- = \{x \in R \mid x \leq 0\} \rightarrow$ reais não positivos

$\mathbb{R}^*_- = \{x \in R \mid x < 0\} \rightarrow$ reais negativos



Números Complexos ($\mathbb{C}$)

Definição: Todo número que pode ser escrito na forma **a + bi**, com **a** e **b** reais.

Exemplos:

3 + 2i	– 3i	– 2 + 7i
9	1,3	1,203040...
$\sqrt{2}$	π	

Resumindo:

Todo número é complexo.

Faça você

4. Seja R o número real representado pela dízima 0,999...
Pode-se afirmar que:

a) R é igual a 1.
b) R é menor que 1.
c) R se aproxima cada vez mais de 1 sem nunca chegar.
d) R é o último número real menor que 1.
e) R é um pouco maior que 1.

5. Entre os conjuntos abaixo, o único formado apenas por números racionais é:

a) $\{\pi, \sqrt{4}, -3\}$

b) $\left\{\sqrt{\frac{1}{4}}, -1{,}777..., -\frac{3}{6}\right\}$

c) $\{-\sqrt{2}, \pi, \sqrt[3]{-3}\}$

d) $\{1, \sqrt{2}, \sqrt[3]{3}\}$

e) $\{\sqrt{4}, \sqrt{6}, \sqrt{9}\}$

6. Dados os conjuntos numéricos $\mathbb{N}$, $\mathbb{Z}$, $\mathbb{Q}$ e $\mathbb{R}$, marque a alternativa que apresenta os elementos numéricos corretos, na respectiva ordem.

a) – 5, – 6, – 5/6, π.
b) – 5, – 5/6, – 6, π.
c) 0, 1, 2/3, $\sqrt{9}$.
d) 1/5, 6, 15/2, $\sqrt{2}$.
e) π, 2, 2/3, $\sqrt{5}$.

7. A lista mais completa de adjetivos que se aplica ao número $\frac{-1+\sqrt{25}}{2}$ é:

a) Complexo, real, irracional, negativo.
b) Real, racional, inteiro.
c) Complexo, real, racional, inteiro, negativo.
d) Complexo, real, racional, inteiro, positivo.
e) Complexo, real, irracional, inteiro.

8. Observe os seguintes números.

I – 2,212121...

II – 3, 212223...

III – $\pi/5$

IV – 3,1416

V – $\sqrt{-4}$

Assinale a alternativa que identifica os números irracionais.

a) I e II
b) I e IV
c) II e III
d) II e V
e) III e V

9. Se a = $\sqrt{5}$, b = 33/25, e c = 1,323232..., a afirmativa verdadeira é

a) a < c < b
b) a < b < c
c) c < a < b
d) b < a < c
e) b < c < a

Gabarito: **1.** * **2.** * **3.** * **4.** A **5.** B **6.** C **7.** D **8.** C **9.** E

TEORIA DOS CONJUNTOS (LINGUAGEM DOS CONJUNTOS)

Conjunto é um conceito primitivo, isto é, sem definição, que indica agrupamento de objetos, elementos, pessoas etc. Para nomear os conjuntos, usualmente são utilizadas letras maiúsculas do nosso alfabeto.

Representações:

Os conjuntos podem ser representados de três formas distintas:

I – Por enumeração (ou extensão): Nessa representação, o conjunto é apresentado pela citação de seus elementos entre chaves e separados por vírgula. Assim temos:

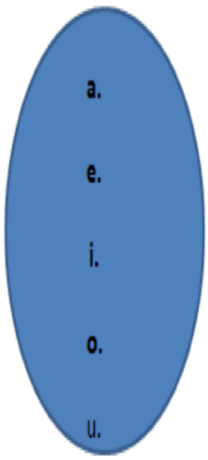
- O conjunto **"A"** das vogais –> **A = {a, e, i, o, u}**.
- O conjunto **"B"** dos números naturais menores que 5 –> **B = {0, 1, 2, 3, 4}**.
- O conjunto **"C"** dos estados da região Sul do Brasil –> **C = {RS, SC, PR}**

II – Por propriedade (ou compreensão): Nesta representação, o conjunto é apresentado por uma lei de formação que caracteriza todos os seus elementos. Assim, o conjunto "A" das vogais é dado por A = {x / x é vogal do alfabeto} –> (Lê-se: A é o conjunto dos elementos x, tal que x é uma vogal)

Outros exemplos:

- B = {x/x é número natural menor que 5}
- C = {x/x é estado da região Sul do Brasil}

III – Por Diagrama de Venn: Nessa representação, o conjunto é apresentado por meio de uma linha fechada de tal forma que todos os seus elementos estejam no seu interior. Assim, o conjunto "A" das vogais é dado por:



Classificação dos Conjuntos

Vejamos a classificação de alguns conjuntos:

- **Conjunto Unitário:** possui apenas um elemento. Exemplo: o conjunto formados pelos números primos e pares.
- **Conjunto Vazio:** não possui elementos, é representado por ∅ ou, mais raramente, por { }. Exemplo: um conjunto formado por elemento par, primo e diferente de 2.
- **Conjunto Universo (U):** possui todos os elementos necessários para realização de um estudo (pesquisa, entrevista etc.)
- **Conjunto Finito:** um conjunto é finito quando seus elementos podem ser contados um a um, do primeiro ao último, e o processo chega ao fim. Indica-se n(A) o número (quantidade) de elementos do conjunto "A".

  Exemplo: **A = {1, 4, 7, 10} é finito e n(A) = 4**
- **Conjunto Infinito:** um conjunto é infinito quando não é possível contar seus elementos do primeiro ao último.

Relação de Pertinência

É uma relação que estabelecemos entre elemento e conjunto, em que fazemos uso dos símbolos ∈ e ∉.

Exemplo:

Fazendo uso dos símbolos ∈ ou ∉, estabeleça a relação entre elemento e conjunto:

a) 10 _____ $\mathbb{N}$

b) – 4 _____ $\mathbb{N}$

c) 0,5 _____ $\mathbb{I}$

d) – 12,3 _____ $\mathbb{Q}$

e) 0,1212... _____ $\mathbb{Q}$

f) $\sqrt{3}$ _____ $\mathbb{I}$

g) $\sqrt{-16}$ _____ $\mathbb{R}$

Relação de Inclusão

É uma relação que estabelecemos entre dois conjuntos. Para essa relação fazemos uso dos símbolos $\subset$, $\not\subset$, $\supset$ e $\not\supset$.

Exemplos:

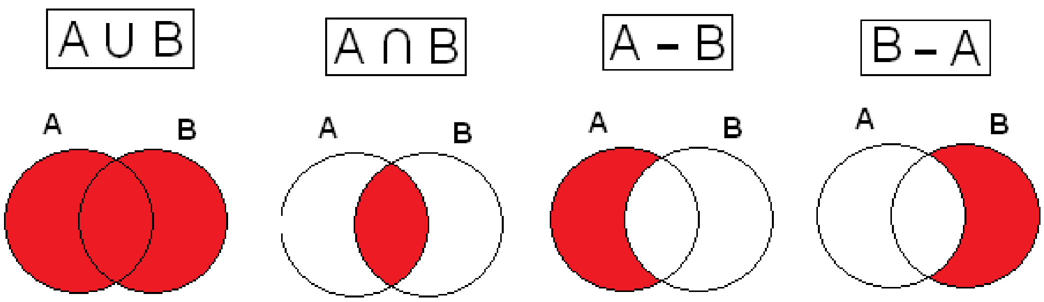
Fazendo uso dos símbolos de inclusão, estabeleça a relação entre os conjuntos:

a) $\mathbb{N}$ ______ $\mathbb{Z}$
b) $\mathbb{Q}$ ______ $\mathbb{N}$
c) $\mathbb{R}$ ______ $\mathbb{I}$
d) $\mathbb{I}$ ______ $\mathbb{Q}$

Observações:

- Dizemos que um conjunto **"B"** é um subconjunto ou parte do conjunto **"A"** se, e somente se, **B** $\subset$ **A**.
- Dois conjuntos **"A"** e **"B"** são iguais se, e somente se, **A** $\subset$ **B** e **B** $\subset$ **A**.
- Dados os conjuntos **"A"**, **"B"** e **"C"**, temos que: se **A** $\subset$ **B** e **B** $\subset$ **C**, então **A** $\subset$ **C**.

União, Intersecção e Diferença entre Conjuntos



Exemplos:

Dados os conjuntos A = {1, 3, 4, 5}, B = {2, 3, 4} e C = {4, 5, 10}. Determine:

a) $A \cap B$

c) $A - B$

e) $A \cap B \cap C$

b) $A \cup B$

d) $B - A$

f) $A \cup B \cup C$

1. Numa sala há *n* pessoas. Sabendo que 75 pessoas dessa sala gostam de matemática, 52 gostam de física, 30 pessoas gostam de ambas as matérias e 13 pessoas não gostam de nenhuma dessas matérias. É correto afirmar que n vale:

a) 170
b) 160
c) 140
d) 100.
e) 110.

2. Numa pesquisa encomendada sobre a preferência entre rádios numa determinada cidade, obteve o seguinte resultado:

- 50 pessoas ouvem a rádio Riograndense
- 27 pessoas escutam tanto a rádio Riograndense quanto a rádio Gauchesca
- 100 pessoas ouvem apenas uma dessas rádios
- 43 pessoas não escutam a rádio Gauchesca O número de pessoas entrevistadas foi.

a) 117
b) 127
c) 147
d) 177
e) 197

3. Uma pesquisa sobre a inscrição em cursos de esportes tinha as seguintes opções: A (Natação), B (Alongamento) e C (Voleibol) e assim foi montada a tabela seguinte:

Cursos	Alunos
Apenas A	9
Apenas B	20
Apenas C	10
A e B	13
A e C	8
B e C	18
A, B e C	3

Analise as afirmativas seguintes com base nos dados apresentados na tabela.

1. 33 pessoas se inscreveram em pelo menos dois cursos.
2. 52 pessoas não se inscreveram no curso A.
3. 48 pessoas se inscreveram no curso B.
4. O total de inscritos nos cursos foi de 88 pessoas.

A alternativa que contém todas as afirmativas corretas é:

a) 1 e 2
b) 1 e 3
c) 3 e 4
d) 1, 2 e 3
e) 2, 3 e 4

4. Assinale a alternativa incorreta:

a) $\mathbb{R} \subset \mathbb{C}$
b) $\mathbb{N} \subset \mathbb{Q}$
c) $\mathbb{Z} \subset \mathbb{R}$
d) $\mathbb{Q} \subset \mathbb{Z}$
e) $\varnothing \subset \mathbb{N}$

Gabarito: **1.** E **2.** C **3.** B 4. D

INTERVALOS NUMÉRICOS

O conjunto dos números reais é formado a partir da união dos conjuntos dos números Naturais, Inteiros, Racionais e Irracionais.

Pode-se representar o conjunto dos números reais associando cada número x ∈ R a um ponto de uma reta r.

Assim se convencionarmos uma origem O, associando a ela o zero, adotamos uma unidade e um sentido positivo para esta reta, teremos aquela que denominamos reta orientada.



Tipos de intervalo

Intervalos Limitados

Intervalo fechado:

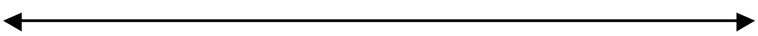
Números reais maiores ou iguais a “a” e menores ou iguais a “b”.



Intervalo: [a, b]

Conjunto: {x ∈ R | a ≤ x ≤ b}

Exemplo: Represente o intervalo [– 2; + 4]



Intervalo aberto:

Números reais maiores do que **a** e menores do que **b**.



Intervalo:]a, b[

Conjunto: $\{x \in R \mid a < x < b\}$

Exemplo: Represente o intervalo (– 2; + 4)

Intervalo fechado à esquerda:

Números reais maiores ou iguais a **a** e menores do que **b**.



Intervalo: [a, b[

Conjunto: $\{x \in R \mid a \leq x < b\}$

Exemplo: Represente o intervalo [– 2; + 4)

Intervalo fechado à direita:

Números reais maiores do que **a** e menores ou iguais a **b**.



Intervalo:]a, b]

Conjunto: $\{x \in R \mid a < x \leq b\}$

Exemplo: Represente o intervalo (– 2; + 4]

Intervalos ilimitados

Semirreta esquerda, fechada, de origem b:

Números reais menores ou iguais a **b**.



Intervalo:] – ∞ ,b]

Conjunto: {x ∈ R | x ≤ b}

Exemplo: Represente o intervalo (– ∞; + 4]



Semirreta esquerda, aberta, de origem b:

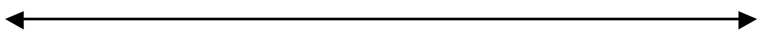
Números reais menores que **b**.



Intervalo:] – ∞ ,b[

Conjunto: {x ∈ R | x < b}

Exemplo: Represente o intervalo (– ∞; +4)



Semirreta direita, fechada, de origem a:

Números reais maiores ou iguais a **a**.



Intervalo: [a,+ ∞ [

Conjunto: {x ∈ R | x ≥ a}

Exemplo: Represente o intervalo [– 2; + ∞)



Semirreta direita, aberta, de origem a:

Números reais maiores que **a**.



Intervalo:]a, +∞ [

Conjunto: {x ∈ R | x > a}

Exemplo: Represente o intervalo (– 2; + ∞)

Reta numérica:

Números reais.



Intervalo:] – ∞ ,+ ∞ [

Conjunto: R

Exercicios:

1. Se A = {x ∈ IR; –1 < x < 2} e B = {x ∈ IR; 0 ≤ x < 3}, o conjunto A ∩ B é o intervalo:

a) [0; 2[
b)]0; 2[
c) [–1; 3]
d)]–1; 3[
e)]–1; 3]

2. Para o intervalo A = [–2, 5], o conjunto A ∩ **IN*** é igual a:

a) {–2,–1, 1, 2, 3, 4, 5}
b) {1, 2, 3, 4, 5}
c) {1, 5}

d) {0, 1, 2, 3, 4, 5}
e)]1, 5]

3. A diferença A – B, sendo A = {x ∈ IR; – 4 ≤ x ≤ 3} e B = {x ∈ IR; – 2 ≤ x < 5} é igual a:

a) {x ∈ IR; – 4 ≤ x < – 2}
b) {x ∈ IR; – 4 ≤ x ≤ – 2}
c) {x ∈ IR; 3 < x < 5}
d) {x ∈ IR; 3 ≤ x ≤ 5}
e) {x ∈ IR; – 2 ≤ x < 5}

4. Dados os conjuntos A = [1, 3[e B =]2, 9], os conjuntos (A ∪ B), (A ∩ B) e (A – B) são, respectivamente:

a) [1, 9],]2, 3[, [1, 2]
b)]1, 9],]2, 3[,]1, 2]
c)]1, 9[,]2, 3[,]1, 2]
d) [1, 9],]2, 3], [1, 2]
e) [1, 9], [2, 3], [1, 2]

Gabarito: **1.** A **2.** B **3.** A **4.** A

NÚMEROS PRIMOS

Por definição, os números primos são números pertencentes ao conjunto dos números naturais não nulos, que possuem exatamente apenas dois divisores naturais distintos, o número 1 e o próprio número.

Segundo esta definição o número 1 não é um número primo, pois o mesmo não apresenta dois divisores distintos. Seu único divisor é o próprio 1.

O número 2 é o único número primo par, já que todos os demais números pares possuem ao menos 3 divisores, dentre eles a unidade, o próprio número e o número 2.

Números naturais não nulos que possuem mais de dois divisores são chamados de números compostos.

Exemplos:

a) 2 tem apenas os divisores 1 e 2, portanto 2 é um número primo.

b) 17 tem apenas os divisores 1 e 17, portanto 17 é um número primo.

c) 10 tem os divisores 1, 2, 5 e 10, portanto 10 não é um número primo.

Observações:

- 1 não é um número primo, porque ele tem apenas um divisor que é ele mesmo.
- 2 é o único número primo que é par.

Os números que têm mais de dois divisores são chamados números compostos.

Exemplo:

15 tem mais de dois divisores → 15 é um número composto.

Como identificar se um número é primo?

Iremos testar a divisibilidade do número por cada um dos números primos, iniciando em 2, até que a divisão tenha resto zero ou que o quociente seja menor ou igual ao número primo que se está testando como divisor.

Vamos testar se o número 17 é primo ou não:

17 ÷ 2 = 8, resta 1;

17 ÷ 3 = 5, restam 2;

17 ÷ 5 = 3, restam 2.

Neste ponto já podemos ter a certeza de que o número 17 é primo, pois nenhum dos divisores primos testados produziu resto 0 e o quociente da divisão pelo número primo 5 é igual a 3 que é menor que o divisor 5.

Vejamos agora se o número 29 é primo ou não:

29 ÷ 2 = 14, resta 1;

29 ÷ 3 = 9, restam 2;

29 ÷ 5 = 5, restam 4.

Como neste ponto quociente da divisão de 29 pelo número primo 5 é igual ao próprio divisor 5, podemos então afirmar com certeza que o número 29 é primo, pois nenhum dos divisores primos testados resultou em uma divisão exata.

E o número 161?

Ele não é par, portanto não é divisível por 2;

1 + 6 + 1 = 8, portanto não é divisível por 3;

Ele não termina em 0 nem em 5, portanto não é divisível por 5;

Quando dividido por 7 ÷ 161 / 7 = 23, com resto zero, logo 161 é divisível por 7, e portanto não é um número primo.

E o número 113:

Ele não é par, portanto não é divisível por 2;

1 + 1 + 3 = 5, portanto não é divisível por 3;

Ele não termina em 0 nem em 5, portanto não é divisível por 5;

Se dividido por 7 ÷ 113 / 7 = 16, com resto 1. O quociente (16) ainda é maior que o divisor (7).

Agora dividido por 11 ÷ 113 / 11 = 10, com resto 3. O quociente (10) é menor que o divisor (11), e além disso o resto é diferente de zero (o resto vale 3), portanto 113 é um número primo.

O Que São Números Primos Entre Si?

Um resultado na teoria de números é que todo número natural, maior que 1, pode ser escrito como um produto, em que os fatores são todos números primos.

Por exemplo, (2.2.5) é a decomposição do número 20 em fatores primos, isto é, 20 = 2.2.5

Deve-se observar que, se o número em questão for um número primo, então a decomposição será o próprio número.

Por exemplo, 7 será a decomposição em fatores primos do número 7.

Assim, se após a decomposição de dois números naturais a e b (maiores que 1), em fatores primos, não houver fatores comuns; então a e b serão denominados números primos entre si.

Observe que 20 e 21 são números primos entre si, pois 20 = 2.2.5 e 21 = 3.7;

Já os números 15 e 21 não são primos entre si, pois 15 = 3.5 e 21 = 3.7

Resumindo: Um conjunto de números inteiros é chamado de mutuamente primo se não existir um inteiro maior do que 1 que divida todos os elementos.

Assim chamamos de números primos entre si um conjunto de dois ou mais números naturais cujo único divisor comum a todos eles seja o número 1.

Exemplo:

Os divisores do número 10 são: 1, 2, 5 e 10.

Os divisores de 20 são: 1, 2, 4, 5, 10 e 20.

Os divisores de 21 são: 1, 3, 7 e 21.

Podemos então afirmar que juntos, os números 10, 20 e 21 são primos entre si, ou mutuamente primos, já que o único divisor comum a todos eles continua sendo o número 1.

Observe, no entanto que os números 10 e 20 não são números primos, pois os números 1, 2, 5 e 10 são divisores comuns aos dois.

Em síntese para sabermos se um conjunto de números são primos entre si, ou mutuamente primos, basta calcularmos o seu máximo divisor comum (MDC). Se for 1, todos números do conjuntos serão primos entre si.

Regra prática para descobrir se dois números naturais são primos entre si:

Seriam os números 49 e 6 primos entre si?

Se colocarmos 49 e 6 na forma de fração $\frac{46}{6}$, não dá para simplificar por nenhum número, logo temos uma fração IRREDUTÍVEL.

Assim dizemos que 49 e 6 são PRIMOS ENTRE SI.

OPERAÇÕES MATEMÁTICAS

Observe que cada operação tem nomes especiais:

- **Adição:** 3 + 4 = 7, onde os números 3 e 4 são as *parcelas* e o número 7 é a *soma ou total*.
- **Subtração:** 8 – 5 = 3, onde o número 8 é o *minuendo*, o número 5 é o *subtraendo* e o número 3 é a *diferença*.
- **Multiplicação:** 6 × 5 = 30, onde os números 6 e 5 são os *fatores* e o número 30 é o *produto*.
- **Divisão:** 10 ÷ 5 = 2, onde 10 é o *dividendo*, 5 é o *divisor* e 2 é o *quociente*, neste caso o *resto* da divisão é ZERO.

Regra de sinais da adição e subtração de números inteiros

- **A soma de dois números positivos é um número positivo.**
  (+ 3) + (+ 4) = + 7, na prática eliminamos os parênteses. + 3 + 4 = + 7

- **A soma de dois números negativos é um número negativo.**
  (-3) + (-4) = – 7, na prática eliminamos os parênteses. – 3 – 4 = – 7

- **Se adicionarmos dois números de sinais diferentes, subtraímos seus valores absolutos e damos o sinal do número que tiver o maior valor absoluto.**
  (– 4) + (+ 5) = + 1, na prática eliminamos os parênteses. – 4 + 5 = 1 assim, 6 – 8 = – 2.

- **Se subtrairmos dois números inteiros, adicionamos ao 1º o oposto do 2º número.**
  (+ 5) – (+ 2) = (+ 5) + (– 2) = + 3, na prática eliminamos os parênteses escrevendo o oposto do segundo número, então: + 5 – 2 = + 3 **(o oposto de +2 é – 2)**

  (– 9) – (- 3) = – 9 + 3 = – 6
  (– 8) – (+ 5) = – 8 – 5 = – 13

DICA

Na adição e subtração, quando os sinais forem iguais, somamos os números e conservamos o mesmo sinal, quadno os sinais forem diferentes, diminuimos os números e conservamos o sinal do maior valor absoluto.

1. Calcule:

a) – 3 + 5 =

b) + 43 – 21 =

c) – 9 – 24 =

d) – 25 + (– 32) =

e) + 5 – 14 =

f) + 7 + (– 4) =

g) – 19 – (– 15) =

h) + 7 – (– 2) =

i) + 9 – 5 =

j) – 8 + 4 + 5 =

k) – 9 – 1 – 2 =

l) + (-6) – (+3) + 5 =

Regra de sinais da multiplicação e divisão de números inteiros

- **Ao multiplicarmos ou dividirmos dois números de sinais positivos, o resultado é um número positivo.**

  a) (+ 3) × (+ 8) = + 24

  b) (+12) ÷ (+ 2) = + 6

- **Ao multiplicarmos ou dividirmos dois números de sinais negativos, o resultado é um número positivo.**

  a) (– 6) × (– 5) = + 30

  b) (– 9) ÷ (– 3) = + 3

- **Ao multiplicarmos ou dividirmos dois números de sinais diferentes, o resultado é um número negativo.**

  a) (– 4) × (+ 3) = – 12

  b) (+ 16) ÷ (– 8) = – 2

DICA

Na multiplicação/divisão, quando os dois sinais forem iguais, o resultado é (+), e quando forem diferentes, o resultado é (–).

2. Calcule os produtos e os quocientes:

a) (– 9) × (– 3) = **b)** 4 ÷ (– 2) = **c)** – 6 × 9 =

d) (– 4) ÷ (– 4) = **e)** 12 ÷ (– 6) = **f)** – 1 × (– 14) =

g) (+ 7) × (+ 2) = **h)** (– 8) ÷ (– 4) = **i)** – 5 x (- 4) ÷ 2 =

3. Efetue os cálculos a seguir:

a) 2085 – 1463 = **b)** 700 + 285 = **c)** 435 x 75 =

d) 4862 ÷ 36 = **e)** 3,45 – 2,4 = **f)** 223,4 + 1,42 =

g) 28,8 ÷ 4 = **h)** 86,2 x 3 =

Potenciação e Radiciação

- No exemplo $7^2 = 49$ temos que: 7 é a base, 2 é o expoente e 49 é a potência.
- A potência é uma multiplicação de fatores iguais: $7^2 = 7 \times 7 = 49$
- Todo número inteiro elevado a 1 é igual a ele mesmo:
  Ex.: **a)** $(-4)^1 = -4$ **b)** $(+5)^1 = 5$
- Todo número inteiro elevado a zero é igual a 1.
  Ex.: **a)** $(-8)^0 = 1$ **b)** $(+2)^0 = 1$
- No exemplo $\sqrt[3]{8} = 2$ temos que: 3 é o índice da raiz, 8 é o radicando, 2 é a raiz e o simbolo $\sqrt{\ }$ é o radical.
  Ex.: **a)** $5^2 = 25$ **b)** $2^3 = 8$ **c)** $3^4 = 81$
  d) $\sqrt[4]{625} = 5$ **e)** $\sqrt{64} = 8$ **f)** $\sqrt[3]{27} = 3$

Regra de sinais da potenciação de números inteiros

- **Expoente par com parênteses: a potência é sempre positiva.**

  Exemplos: **a)** $(-2)^4 = 16$, porque (– 2) × (– 2) × (– 2) × (– 2) = + 16
  b) $(+2)^2 = 4$, porque (+ 2) × (+ 2) = + 4

- **Expoente ímpar com parênteses: a potência terá o mesmo sinal da base**

  Exemplos: **a)** $(-2)^3 = -8$, porque (– 2) × (– 2) × (– 2) = – 8
  b) $(+2)^5 = +32$, porque (+ 2) × (+ 2) × (+ 2) × (+ 2) × (+ 2) = + 32

- **Quando não tiver parênteses, conservamos o sinal da base independente do expoente.**

  Exemplos: **a)** $-2^2 = -4$
  b) $-2^3 = -8$
  c) $+3^2 = 9$
  d) $+5^3 = +125$

4. Calcule as potências:

a) $3^2 =$ | **b)** $(-3)^2 =$
c) $-3^2 =$ | **d)** $(+5)^3 =$
e) $(-6)^2 =$ | **f)** $-4^3 =$
g) $(-1)^2 =$ | **h)** $(+4)^2 =$
i) $(-5)^0 =$ | **j)** $-7^2 =$
k) $(-2{,}1)^2 =$ | **l)** $-1{,}1^3 =$
m) $(-8)^2 =$ | **n)** $-8^2 =$

Propriedades da Potenciação

- **Produto de potência de mesma base:** Conserva-se a base e somam-se os expoentes.

  Exemplos:

  a) $a^3 \times a^4 \times a^2 = a^9$
  b) $(-5)^2 \times (-5) = (-5)^3$
  c) $3 \times 3 \times 3^2 = 3^4$

- **Divisão de potências de mesma base:** Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes.

  Exemplos:

  a) $b^5 \div b^2 = b^3$
  b) $(-2)^6 \div (-2)^4 = (-2)^2$
  c) $(-19)^{15} \div (-19)^5 = (-19)^{10}$

- **Potência de potência:** Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes.

  Exemplos:

  a) $(a^2)^3 = a^6$
  b) $[(-2)^5]^2 = (-2)^{10}$

- **Potência de um produto ou de um quociente:** Multiplica–se o expoente de cada um dos elementos da operação da multiplicação ou divisão pela potência indicada.

  Exemplos:

  a) $[(-5)^2 \times (+3)^4]^3 = (-5)^6 \times (+3)^{12}$
  b) $[(-2) \div (-3)^4]^2 = (-2)^2 \div (-3)^8$

Expressões numéricas

Para resolver expressões numéricas é preciso obedecer a seguinte ordem:

1º resolvemos as potenciações e radiciações na ordem em que aparecem.

2º resolvemos as multiplicações e divisões na ordem em que aparecem.

3º resolvemos as adições e subtrações na ordem em que aparecem.

Caso contenha sinais de associação:

1º resolvemos os parênteses **( )**

2º resolvemos os colchetes **[ ]**

3º resolvemos as chaves **{ }**

5. Calcule o valor das expressões numéricas:

a) $6^2 \div 3^2 + 10^2 \div 50 =$

b) $20 + 2^3 \times 10 - 4^2 \div 2 =$

c) $10^0 + 100^0 + 1000^0 =$

d) $5^2 - 5 \times 1^5 + 5^0 \times 5^3 =$

e) $5^3 - 2^2 \times [2^4 + 2 \times (2^3 - 3)] + 10^0 =$

f) $2 \times \{40 - [15 - (3^2 - 4)]\} =$

Simplificação de frações

- Para simplificar uma fração, divide-se o numerador e o denominador da fração por um mesmo número.

  Exemplo:

  a) $\frac{6}{14} \div \frac{2}{2} = \frac{3}{7}$

  b) $\frac{40}{12} \div \frac{2}{2} = \frac{20}{6} \div \frac{2}{2} = \frac{10}{3}$ ou $\frac{40}{12} \div \frac{4}{4} = \frac{10}{3}$

- Quando o numerador é divisível pelo denominador efetua-se a divisão e se obtém um número inteiro.

  Exemplo:

  a) $\frac{100}{-25} = -4$

  b) $\frac{299}{23} = 13$

6. Simplifique as frações, aplicando a regra de sinais da divisão:

a) $-\frac{75}{50}$　　**b)** $-\frac{48}{84}$　　**c)** $-\frac{36}{2}$　　**d)** $-\frac{10}{15}$

A relação entre as frações decimais e os números decimais

- Para transformar uma fração decimal em número decimal, escrevemos o numerador da fração e o separamos com uma vírgula deixando tantas casas decimais quanto forem os zeros do denominador.

  Exemplo: **a)** $\frac{48}{10} = 4,8$　　**b)** $\frac{365}{100} = 3,65$　　**c)** $\frac{98}{1.000} = 0,098$　　**d)** $\frac{678}{10} = 67,8$

- Para transformar um número decimal em uma fração decimal, colocamos no denominador tantos zeros quanto forem os números depois da vírgula do número decimal.

  Exemplo: **a)** $43,7 = \frac{437}{10}$　　**b)** $96,45 = \frac{9.645}{100}$　　**c)** $0,04 = \frac{4}{100}$　　**d)** $4,876 = \frac{4.876}{1.000}$

Adição e subtração de frações

Com o mesmo denominador

- Sendo os denominadores iguais, basta somar ou diminuir os numeradores.

  Exemplo: **a)** $\frac{21}{6} - \frac{4}{6} + \frac{9}{6} = \frac{26}{6}$ simplificando $\frac{26}{6} = \frac{13}{3}$ **b)** $\frac{1}{4} + \frac{3}{4} = \frac{4}{4} = 1$

Com denominadores diferentes

- Sendo os denominadores diferentes é preciso encontrar as frações equivalentes às frações dadas de modo que os denominadores sejam iguais, uma maneira prática é encontrar o MMC dos denomiadores, veja:

  $\frac{2}{3} - \frac{4}{5}$ o MMC de 3 e 5 é 15. Para encontrar os novos numeradores, dividi-se o MMC (15) pelo denominador da primeira fraçã e multiplica o resultado da divisão pelo seu numerador: 15 ÷ 3 = 5 x 2 = 10 e assim procedemos com as demais frações, então: $\frac{2}{3} - \frac{4}{5} = \frac{10}{15} - \frac{12}{15}$

  Observe que a fração $\frac{10}{15}$ é equivalente à fração $\frac{2}{3}$ e a fração $\frac{12}{15}$ é equivalente a fração $\frac{4}{5}$

  Por fim, efetuamos o cálculo indicado entre $\frac{10}{15} - \frac{12}{15} = -\frac{2}{15}$

7. Calcule o valor das expressões e simplifique quando for possível:

a) $-\frac{3}{4} + \frac{2}{10} - \frac{5}{2} - \frac{5}{10}$

b) $\frac{7}{3} + 2 - \frac{1}{4}$

Multiplicação e divisão de frações

- Para multiplicar frações, basta multiplicar os numeradores entre si e os denominadores entre si também.

  Exemplo: **a)** $\frac{2}{5} \times \left(-\frac{3}{4}\right) = -\frac{6}{20}$ simplificando $-\frac{3}{10}$

- Para dividir frações, basta multiplicar a primeira fração pelo inverso da segunda.

  Exemplo: **a)** $-\frac{3}{8} \div \frac{5}{7} = -\frac{3}{8} \times \frac{7}{5} = -\frac{21}{40}$ **b)** $\frac{\frac{1}{2}}{-\frac{3}{5}} = -\frac{1}{2} \times \frac{5}{3} - \frac{5}{6}$

DICA

Dividir por um número é multiplicar pelo seu inverso!

8. Efetue e simplifique quando for possível:

a) $\frac{4}{7} \div \left(-\frac{2}{5}\right)$ **b)** $-\frac{1}{2}\left(-\frac{3}{4}\right)\frac{2}{3}$ **c)** $(-4) \div \left(-\frac{3}{8}\right)$ **d)** $\dfrac{-1-\frac{1}{7}}{\frac{3}{6}-\left(\frac{-1}{3}\right)}$

9. Aplique seus conhecimentos e calcule o valor das expressões numéricas. Observe as operações indicadas, a existência de sinais de associação e tenha cuidado com as potências.

a) (– 1 – 2 – 3 – 4 – 5) ÷ (+ 15) =

b) (8 + 10 ÷ 2 – 12) ÷ (– 4 + 3) =

c) – 3 – {– 2 – [(- 35) ÷ $\sqrt{25}$ + 2]} =

d) 4 – {(– 2) × (– 3) – [– 11 + (– 3) × (– 4)] – (– 1)} =

e) – 2 + {– 5 – [- 2 – (– 2) – 3 – (3 – 2)] + 5} =

f) – 15 + 10 ÷ (2 – 7) =

10. Efetue os cálculos a seguir:

a) 2075 – 2163 **b)** 740 – 485 **c)** 415 × 72

d) 1548 ÷ 36 **e)** 13,46 – 8,4 **f)** 223,4 + 1,42

g) 3,32 × 2,5 **h)** 86,2 × 3 **i)** 78,8 ÷ 4

j) 100 ÷ 2,5 **k)** 21,2 ÷ 0,24 **l)** 34,1 ÷ 3,1

Potenciação e radiciação de frações

- Para elevarmos uma fração a uma determinada potência, determina-se a potenciação do numerador e do denominador obedecendo as regras de sinais da potenciação.

  Exemplo: **a)** $\left(-\frac{2}{3}\right)^2 = +\frac{4}{9}$ **b)** $\left(-\frac{1}{4}\right)^3 = -\frac{1}{64}$ **c)** $\left(+\frac{3}{5}\right)^3 = \frac{27}{125}$

- Um número racional negativo não tem raiz de índice par no conjunto Q, se o índice for ímpar pode ter raiz positiva ou negativa.

  Exemplo: **a)** $\sqrt{-36} = \notin Q$
  b) $\sqrt[4]{-81} = \notin Q$

- Já o índice ímpar admite raiz nagativa em Q.

  Exemplo: **a)** $\sqrt[3]{-64} = -4$, porque $(-4)^3 = -64$
  b) $\sqrt[5]{-32} = -2$, porque $(-2)^5 = -32$

Expoente negativo

Todo número diferente de zero elevado a um expoente negativo é igual ao inverso do mesmo número com expoente positivo.

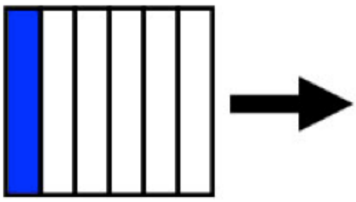
Exemplo: **a)** $\frac{1}{7^2} = \frac{1}{49}$ **b)** $4^{-3} = \frac{1}{4^3} = \frac{1}{64}$ **c)** $\left(-\frac{2}{4}\right)^{-2} = \left(-\frac{4}{2}\right)^2 = +\frac{16}{4}$

FRAÇÕES

Definição

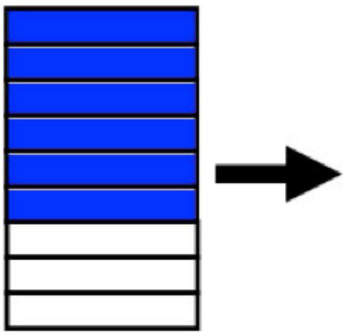
Fração é um modo de expressar uma quantidade a partir de uma razão de dois números inteiros. A palavra vem do latim fractus e significa "partido", dividido ou "quebrado (do verbo frangere: "quebrar").

Também é considerada parte de um inteiro, que foi dividido em partes exatamente iguais. As frações são escritas na forma de números e na forma de desenhos. Observe alguns exemplos:



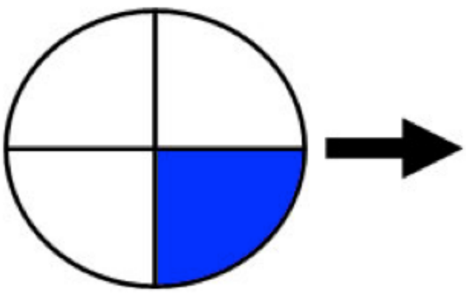
$\frac{1}{6}$

O inteiro foi divido em 6 partes, onde 1 delas foi pintada.



$\frac{6}{9}$

O inteiro foi dividido em 9 partes, onde 6 foram pintadas.



$\frac{1}{4}$

O inteiro foi dividido em 4 partes, onde 1 fora pintada.

Na fração, a parte de cima é chamada de numerador, e indica quantas partes do inteiro foram utilizadas.

A parte de baixo é chamada de denominador, que indica a quantidade máxima de partes em que fora dividido o inteiro e nunca pode ser zero.

$$\frac{2}{5} = \frac{\text{numerador}}{\text{denominador}}$$

Ex.: Uma professora tem que dividir três folhas de papel de seda entre quatro alunos, como ela pode fazer isso?

Se cada aluno ficar com 3/4 (lê-se três quartos) da folha. Ou seja, você vai dividir cada folha em 4 partes e distribuir 3 para cada aluno.

Assim , por exemplo, a fração 56/8 (lê-se cinquenta e seis oitavos) designa o quociente de 56 por 8. Ela é igual a 7, pois 7 × 8 = 56.

Relação entre frações decimais e os números decimais

Para transformar uma fração decimal (de denominador 10) em um número decimal, escrevemos o numerador da fração e o separamos com uma vírgula deixando tantas casas decimais à direita quanto forem os zeros do denominador.

Exemplo: 48 /10 = 4,8 365 / 100 = 3,65

98/1000 = 0,098 678 / 10 = 67,8

Para a transformação contrária (decimal em fração decimal), colocamos no denominador tantos zeros quantos forem os números à direita da vírgula no decimal.

Exemplo: 43,7 = 437 / 10 96,45 = 9645/ 100

0,04 = 4 / 100 4,876 = 4876 / 1000

SIMPLIFICAÇÃO de FRAÇÕES

Para simplificar uma fração, se possível, basta dividir o numerador e o denominador por um mesmo número se eles não são números primos entre si.

Exemplos: $\frac{6}{14} = \frac{3}{7}$ $\frac{40}{12} = \frac{10}{3}$

COMPARAÇÃO entre FRAÇÕES

Se duas frações possuem denominadores iguais, a maior fração é a que possui maior numerador. Por exemplo:

$$\frac{3}{5} < \frac{4}{5}$$

Para estabelecer comparação entre frações, é preciso que elas tenham o mesmo denominador. Isso é obtido através do menor múltiplo comum.

Exemplo:

$$\frac{2}{5} \; ? \; \frac{3}{7}$$

Na comparação entre frações com denominadores diferentes, devemos usar frações equivalentes a elas e de mesmo denominador, para assim compará-las.

O MMC entre 5 e 7 é 35, logo:

$$\frac{35}{5} = 7 \;\therefore\; 7 \times 2 = 14 \longrightarrow \frac{2}{5} = \frac{14}{35}$$

$$\frac{35}{7} = 5 \;\therefore\; 5 \times 3 = 15 \longrightarrow \frac{3}{7} = \frac{15}{35}$$

Assim temos que $\frac{2}{5} < \frac{3}{7}$

ADIÇÃO E SUBTRAÇÃO

- Sendo os denominadores iguais, basta somar ou subtrair os numeradores e manter o denominador.

Exemplos:

$$\frac{21}{6} - \frac{4}{6} + \frac{9}{6} = \frac{21-4+9}{6} = \frac{26}{6} = \frac{13}{3}$$

$$\frac{1}{4} + \frac{3}{4} = \frac{1+3}{4} = \frac{4}{4} = 1$$

- Se os denominadores forem diferentes será necessário encontrar frações equivalentes (proporcionais) que sejam escritas no mesmo denominador comum. Usaremos o M.M.C , veja:

Exemplo:

$$\frac{2}{3} - \frac{4}{5}$$

O m.m.c de 3 e 5 é 15 , em seguida divide-se o m.m.c pelo denominador original de cada fração e multiplica o resultado pelo numerador, obtendo assim , uma fração equivalente.

Observe que com isso , temos :

$$\frac{2}{3} = \frac{10}{15} \; e \; \frac{4}{5} = \frac{12}{15}$$

Por fim efetuamos o cálculo

$$\frac{10}{15} - \frac{12}{15} = -\frac{2}{15}$$

Exemplo:

$$\frac{2}{9} + \frac{3}{6} = \frac{2 \times 2 + 3 \times 3}{18} = \frac{13}{18} \text{(O MMC de 9 e 6 é 18)}$$

Exemplo: Calcule o valor das expressões e simplifique quando for possível:

a) $\frac{-3}{4} + \frac{2}{10} - \frac{5}{2} - \frac{5}{10}$

b) $\frac{7}{3} + 2 - \frac{1}{4}$

c) $\left(\frac{1}{3} + \frac{1}{2}\right) - \left(\frac{5}{6} - \frac{3}{4}\right)$

d) $\frac{1}{2} + (-0,3)$

MULTIPLICAÇÃO e DIVISÃO

Para multiplicar frações basta multiplicar os numeradores entre si e fazer o mesmo entre os denominadores, independente se são iguais ou não.

Exemplo:

$$\frac{2}{5} \cdot \frac{3}{4} = \frac{2.3}{5.4} = \frac{6}{20} = \frac{3}{10}$$

Para dividir as frações, basta multiplicar a primeira fração pelo inverso da segunda fração.

Exemplo:

$$\frac{2}{5} \div \frac{3}{4} = \frac{2}{5} \cdot \frac{4}{3} = \frac{2.4}{5.3} = \frac{8}{15}$$

$$\frac{-\frac{1}{2}}{+\frac{3}{5}} = -\frac{1}{2} \times \frac{5}{3} = -\frac{5}{6}$$

Exemplos: Efetue e simplifique quando for possível:

a) $\frac{4}{7} \div \left(-\frac{2}{5}\right)$ b) $\frac{1}{2}\left(\frac{-3}{4}\right)\frac{2}{3}$ c) $(-4) \div \left(\frac{-3}{8}\right)$ d) $\dfrac{-1-\frac{1}{7}}{\frac{3}{6}-\left(\frac{-1}{3}\right)}$

→ Potenciação e radiciação de frações

Para elevarmos uma fração à uma determinada potência, basta aplicar a potência no numerador e também no denominador, respeitando as regras dos sinais da potenciação.

Exemplo:

$$\left(\frac{2}{3}\right)^2 = \left(\frac{2^2}{3^2}\right) = \frac{4}{9} \qquad \left(-\frac{4}{9}\right)^2 = \left(+\frac{4^2}{9^2}\right) = +\frac{16}{81}$$

$$\left(\frac{3}{5}\right)^3 = \left(\frac{3^3}{5^3}\right) = \frac{27}{125} \qquad \left(-\frac{12}{8}\right)^2 = \left(-\frac{3}{2}\right)^2 = \left(+\frac{3^2}{2^2}\right) = \frac{9}{4}$$

Caso seja necessário aplicar um radical numa fração, basta entender que: "a raiz da fração é a fração das raízes."

Exemplos:

$$\sqrt{\frac{16}{25}} = \frac{\sqrt{16}}{\sqrt{25}} = \frac{4}{5} \qquad \sqrt{0{,}01} = \sqrt{\frac{1}{100}} = \frac{\sqrt{1}}{\sqrt{100}} = \frac{1}{10} = 0{,}1$$

$$\sqrt[3]{-\frac{8}{125}} = -\frac{\sqrt[3]{8}}{\sqrt[3]{125}} = -\frac{2}{5}$$

Exemplo: Calcule o valor das expressões:

a) $\frac{2}{3} + \left(\frac{1}{3}\right)^2 \left(\frac{-2}{6}\right)$

b) $\sqrt{\frac{3}{7}\left(\frac{1}{3} + \frac{1}{4}\right)}$

c) $\dfrac{\sqrt{9}-(-2)+\left(\frac{1}{2}\right)^0}{(-2)^2+(-3)}$

Questões:

1. João e Tomás partiram um bolo retangular. João comeu a metade da terça parte e Tomás comeu a terça parte da metade. Quem comeu mais?

a) João, porque a metade é maior que a terça parte.
b) Tomás.
c) Não se pode decidir porque não se conhece o tamanho do bolo.
d) Os dois comeram a mesma quantidade de bolo.
e) Não se pode decidir porque o bolo não é redondo.

2. Dividir um número por 0,0125 equivale a multiplicá-lo por:

a) 1/125.
b) 1/8.
c) 8.
d) 12,5.
e) 80.

Gabarito: **1.** D **2.** E

POTÊNCIAS

A potenciação indica multiplicações de fatores iguais.

Por exemplo, o produto 3 . 3 . 3 . 3 pode ser indicado na forma 3^4. Assim, o símbolo $\mathbf{a^n}$, sendo **a** um número inteiro e **n** um número natural, n > 1, significa o produto de **n** fatores iguais a **a**:

$$a^n = \underbrace{a \cdot a \cdot a \cdot \ \ldots \ \cdot a}_{\text{n fatores}}$$

Exemplo:

$\mathbf{2^6 = 64}$, onde,

2 = base
6 = expoente
64 = potência

Exemplos:

a) $5^4 = 5 \cdot 5 \cdot 5 \cdot 5 \cdot = 625$
- 5 é a base;
- 4 é o expoente;
- 625 é a potência

b) $(-6)^2 = (-6) \cdot (-6) = 36$
- -6 é a base;
- 2 é o expoente;
- 36 é a potência

c) $(-2)^3 = (-2) \,.\, (-2) \,.\, (-2) = -8$
- - 2 é a base;
- 3 é o expoente;
- - 8 é a potência

d) $10^1 = 10$
- 10 é a base;
- 1 é o expoente;
- 10 é a potência

Casos especiais:

$a^1 = a$ $1^n = 1$ $a^0 = 1$
$a \neq 0$

Exemplo: Calcule as potências.

a) $5^2 =$ b) $-5^2 =$ c) $(-5)^2 =$

d) $-5^3 =$ e) $(-5)^3 =$ f) $-1^8 =$

g) $-(-5)^3 =$ h) $(\sqrt{3})^0 =$ i) $-10^0 =$

j) $-3^3 =$ k) $(-3)^3 =$ l) $-3^2=$

m) $(-3)^2 =$ n) $(-3)^0 =$ o) $-3^0 =$

Potências "famosas"

$2^1 = 2$

$2^2 = 4$

$2^3 = 8$

$2^4 = 16$

$2^5 = 32$

$2^6 = 64$

$2^7 = 128$

$2^8 = 256$

$2^9 = 512$

$2^{10} = 1024$

$3^1 = 3$

$3^2 = 9$

$3^3 = 27$

$3^4 = 81$

$3^5 = 243$

$5^1 = 5$

$5^2 = 25$

$5^3 = 125$

$5^4 = 625$

Potências de base "dez"

"n" inteiro e positivo	"n" inteiro e positivo
$10^n = \underbrace{10000...0}_{\text{"n" zeros}}$	$10^n = \underbrace{0,0000...001}_{\text{"n" algarismos}}$

Exemplos:

a) $10^4 = 10000$

b) $10^6 = 1000000$

c) $10^3 = 1000$

d) $10^{-5} = 0,00001$

e) $10^{-2} = 0,01$

f) $10^{-1} = 0,1$

Exemplo**:** Analise as sentenças abaixo e assinale a alternativa que completa os parênteses corretamente e na ordem correta.

( ) $4^4 + 4^4 + 4^4 + 4^4 = 4^5$
( ) $3^{20} + 3^{20} + 3^{20} = 9^{20}$
( ) $2^7 + 2^7 = 2^8$
( ) $5^3 + 5^3 + 5^3 + 5^3 + 5^3 = 5^{15}$

a) V – F – F – F
b) V – V – V – V
c) F – V – F – V
d) V – F – V – F
e) F – V – V – F

Exemplo: Qual o dobro de 2^{30}?

a) 4^{30}

b) 2^{60}

c) 4^{60}

d) 2^{31}

e) 4^{31}

Exemplo: Qual a metade de 2^{100}?

a) 2^{50}

b) 2^{99}

c) 1^{100}

d) 1^{50}

e) 2^{25}

Propriedades de potências

Produto de potências de mesma base

Na multiplicação de potências de **bases iguais**, conserva-se a base e **somam-se** os **expoentes**.

$$a^x \cdot a^y = a^{x+y}$$

Exemplos:

a) $2^3 \cdot 2^2 = 2^{3+2} = 2^5 = 32$

b) $5^4 \cdot 5 = 5^{4+1} = 5^5$

c) $2^x \cdot 2^6 = 2^{x+6}$

d) $2^4 \cdot 2^{-3} = 2^{4+(-3)} = 2^{4-3} = 2^1 = 2$

e) $3^7 \cdot 3^{-7} = 3^{7+(-7)} = 3^{7-7} = 3^0 = 1$

f) $x^n \cdot x^{-n} = x^{n+(-n)} = x^{n-n} = x^0 = 1$

g) $8 \cdot 2^x = 2^3 \cdot 2^x = 2^{3+x}$

h) $2^x \cdot 2^x = 2^{x+x} = 2^{2x}$

Observação: A propriedade aplica-se no sentido contrário também

$$a^{m+n} = a^m \cdot a^n$$

Exemplo:

a) $2^{x+2} = 2^x \cdot 2^2 = 2^x \cdot 4 = 4 \cdot 2^x$

b) $3^{2x} = 3^{x+x} = 3^x \cdot 3^x = (3^x)^2$

c) $5^{m+x} = 5^m \cdot 5^x$

d) $4^{2+n} = 4^2 \cdot 4^n = 16 \cdot 4^n$

Observação: Somente podemos aplicar essa propriedade quando as **bases** são **iguais**.

$2^5 \cdot 3^2 \neq 6^{5+2}$ (não há propriedade para esses casos)

Não é possível multiplicar as bases quando houver expoente (não há propriedade para esses casos)

Exemplos:

a) $2 \cdot 6^x \neq 12^x$

b) $3^2 \cdot 3^x = 3^{2+x}$

Divisão de potências de mesma base

Na divisão de potências de **bases iguais**, conserva-se a base e **subtraem-se** os **expoentes**.

$$a^x \div a^y = a^{x-y}$$

OU

$$\frac{a^x}{a^y} = a^{x-y}$$

Exemplos:

a) $7^{10} \div 7^8 = 7^{10-8} = 7^2 = 49$

b) $3^2 \div 3^{-5} = 3^{2-(-5)} = 3^{2+5} = 3^7$

c) $10^{2x} \div 10^x = 10^{2x-x} = 10^x$

d) $2^0 \div 2^5 = 2^{0-5} = 2^{-5}$

e) $\frac{10^{3x}}{10^x} = 10^{3x-x} = 10^{2x}$

f) $13^x \div 13^{x+2} = 13^{x-(x+2)} = 13^{x-x-2} = 13^{-2}$

g) $5^3 \div 5^3 = 5^{3-3} = 5^0 = 1$

h) $4^3 \div 4^8 = 4^{3-8} = 4^{-5}$

i) $11^{-5} \div 11^3 = 11^{-5-3} = 11^{-8}$

j) $\frac{x^{5n}}{x^{10n}} = x^{5n-10n} = x^{-5n}$

A propriedade aplica-se no sentido contrário também.

$$a^{m-n} = a^m \div a^n$$

Exemplos:

a) $2^{x-2} = 2^x \div 2^2 = 2^x \div 4 = 2^x/4$

b) $5^{m-x} = 5^m \div 5^x = 5^m/5^x$

c) $4^{2-n} = 4^2 \div 4^n = 16 + 4^n = 16/4^n$

Potência de potência

Quando uma potência está elevada a algum expoente, conserva-se a **base** e multiplica-se o **expoente**.

$$(a^x)^y = a^{xy}$$

Exemplos:

a) $(2^2)^3 = 2^{2 \cdot 3} = 2^6 = 128$

b) $(3^{3x})^2 = 3^{6x}$

c) $(5^{4+x})^3 = 5^{12+3x}$

d) $(7^7)^0 = 7^{7 \cdot 0} = 7^0 = 1$

e) $(2^{-3})^2 = 2^{(-3) \cdot 2} = 2^{-6}$

Cuidado!

$$(a^m)^n \neq a^{m^n}$$

Exemplo:

$(2^3)^2 \neq 2^{3^2} \quad \rightarrow \quad 2^6 \neq 2^9 \quad \rightarrow \quad 128 \neq 512$

Potência de mesmo expoente

O produto de dois números quaisquer **a** e **b**, ambos elevados a um expoente **n**, conserva-se o **expoente** e multiplicam-se as **bases.**

$$a^n \cdot b^n = (a \cdot b)^n$$

Exemplos:

a) $(3 \cdot 2)^3 = 3^3 \cdot 2^3 = 27 \cdot 8 = 216$

b) $(5x)^2 = 5^2 \cdot x^2 = 25x^2$

c) $(-2ab)^4 = (-2)^4 \cdot a^4 \cdot b^4 = 16\, a^4 \cdot b^4$

d) $(x^2y^3)^4 = (x^2)^4 \cdot (y^3)^4 = x^8 \cdot y^{12}$

e) $5^7 \cdot 2^7 = (5 \cdot 2)^7 = 10^7$

f) $(4 \cdot a^3 \cdot b^5)^2 = 4^2 \cdot (a^3)^2 \cdot (b^5)^2 = 16 \cdot a^6 \cdot b^{10}$

Exemplo: A soma dos algarismos do produto $4^{21} \cdot 5^{40}$ é:

Divisão de mesmo expoente

A divisão de dois números quaisquer **a** e **b**, ambos elevados a um expoente **n**, conserva-se os **expoentes** e dividem-se as **bases**. $(b \neq 0)$

$$\frac{a^n}{b^n} = \left(\frac{a}{b}\right)^n$$

Exemplos:

a) $\left(\frac{2}{3}\right)^4 = \frac{2^4}{3^4} = \frac{16}{81}$

b) $\frac{5^7}{5^7} = \left(\frac{5}{5}\right)^7 = 1^7 = 1$

c) $\left(\frac{2x^4z^2}{3y^3}\right)^3 = \frac{2^3\left(x^4\right)^3\left(z^2\right)^3}{3^3\left(y^3\right)^3} = \frac{8x^{12}z^6}{27y^9}$

d) $\frac{8^8}{2^8} = \left(\frac{8}{2}\right)^8 = 4^8$

e) $\frac{9^{2x}}{3^{2x}} = \left(\frac{9}{3}\right)^{2x} = 3^{2x}$

Potência de expoente negativo

O expoente negativo indica que se deve trabalhar com o **inverso multiplicativo** dessa base.

Expoente – 1

$a^{-1} = \frac{1}{a}$

Expoente qualquer

$a^{-n} = \left(\frac{1}{a}\right)^n$ ou $a^{-n} = \frac{1}{a^n}$

Exemplos:

a) $5^{-1} = \frac{1}{5}$

b) $x^{-2} = \left(\frac{1}{x}\right)^{2} = \frac{1}{x^{2}}$

c) $2^{-3} = \left(\frac{1}{2}\right)^{3} = \frac{1}{8}$

d) $y^{-1} = \frac{1}{y}$

Casos especiais:

$$\left(\frac{a}{b}\right)^{-n} = \left(\frac{b}{a}\right)^{n} \qquad \left(\frac{a}{b}\right)^{-1} = \frac{b}{a}$$

Exemplos:

a) $\left(\frac{2}{3}\right)^{-1} = \frac{3}{2}$

b) $\left(\frac{5}{3}\right)^{-2} = \left(\frac{3}{5}\right)^{2} = \frac{9}{25}$

c) $\left(\frac{1}{2}\right)^{-4} = \left(\frac{2}{1}\right)^{4} = 2^{4} = 16$

d) $\left(-\frac{3}{x}\right)^{-2} = \left(-\frac{x}{3}\right)^{2} = \frac{x^{2}}{9}$

Regras importantes

Base NEGATIVA elevada a expoente ÍMPAR resulta em NEGATIVO

Exemplo:

a) $(-1)^5 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = -1$
b) $(-2)^3 = (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) = -8$
c) $(-5)^1 = -5$

Base NEGATIVA elevada a expoente PAR resulta em POSITIVO

Exemplo:

a) $(-2)^4 = (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) \cdot (-2) = +16$
b) $(-7)^2 = (-7) \cdot (-7) = +49$
c) $(-1)^6 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = +1$

Caso especial para BASE = – 1

Exponente PAR

$(-1)^0 = \mathbf{+1}$
$(-1)^2 = (-1) \cdot (-1) = \mathbf{+1}$
$(-1)^4 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = \mathbf{+1}$
$(-1)^6 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = \mathbf{+1}$

.
.
.

$(-1)^{PAR} = +1$

Exponente ÍMPAR

$(-1)^1 = \mathbf{-1}$
$(-1)^3 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = \mathbf{-1}$
$(-1)^5 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = \mathbf{-1}$
$(-1)^7 = (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) \cdot (-1) = \mathbf{-1}$

.
.
.

$(-1)^{ÍMPAR} = -1$

Exemplos:

a) $(-1)^{481} = -1$
b) $(-1)^{1500} = +1$
c) $(-1)^{123} \cdot (-1)^{321} = (-1)^{123+321} = (-1)^{444} = +1$
d) $(-1)^{2n} = +1$ pois "2n" é um número par
e) $(-1)^{6n-1} = -1$ pois "6n – 1" é um número ímpar

Exemplos: Calcule as potências:

a) $8^3 \,.\, 16^5 =$

b) $7^7 \div 7^{-4} =$

c) $5^{-3} =$

d) $(3^3)^5 =$

e) $(-5)^0 =$

f) $-5^0 =$

g) $-\frac{3}{4}^{\;2} =$

h) $-\frac{3}{4}^{\;-3} =$

i) $-\frac{1}{2}^{\;-4} =$

j) $0{,}25^{-3} =$

k) $\frac{7}{4}^{\;-1} =$

l) $\pi^0 =$

m) $10^5 =$

n) $10^{-3} =$

o) $(0{,}001)^3 =$

p) $(0{,}001)^{-3} =$

q) $4^{10} \div 2 =$

r) $1000^3 =$

Exemplo: Relacione a coluna da esquerda com a coluna da direita.

( ) 0^5
( ) 5^0 a) 1
( ) $(-1)^7$ b) – 1
( ) $(-1)^{10}$ c) 0
( ) 1^0

A alternativa que completa corretamente os parênteses, de cima para baixo é:

a) a – b – c – b – a
b) c – a – b – a – a
c) c – b – b – b – a
d) c – b – a – b – c
e) a – a – a – a – c

RADICAIS

Certas situações envolvendo radicais podem ser simplificadas utilizando algumas técnicas matemáticas. Vamos através de propriedades, demonstrar como simplificar números na forma de radicais, isto é, números ou letras que podem possuir raízes exatas ou não. Nesse último caso, a simplificação é primordial para os cálculos futuros e questões de concurso.

Definição

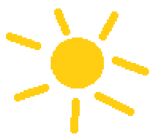
Se perguntássemos que número multiplicado por ele mesmo tem resultado 2, não encontraríamos nenhum número natural, inteiro ou racional como resposta.

Uma raiz nada mais é que uma operação inversa à potenciação, sendo assim, ela é utilizada para representar, de maneira diferente, uma potência com expoente fracionário.

Radiciação de números relativos é a operação inversa da potenciação. Ou seja:

$$a^n = b \Leftrightarrow b = \sqrt[n]{a} \quad \text{(com } n > 0\text{)}$$

Regra do "SOL e da sombra"



$$\sqrt[p]{B^q} = B^{\frac{q}{p}}$$

Exemplos:

a) $7^{\frac{3}{5}} = \sqrt[5]{7^3} = \sqrt[5]{343}$

b) $\sqrt[4]{2^3} = 2^{\frac{3}{4}}$

c) $3^{\frac{1}{2}} = \sqrt{3}$

d) $\sqrt[3]{32} = 2^{\frac{5}{3}}$

e) $10^{0,8} = 10^{\frac{8}{10}} = 10^{\frac{4}{5}} = \sqrt[5]{10^4} = \sqrt[5]{10000}$

<u>Atenção</u>: $\sqrt[par]{\text{negativo}} \neq IR$

Propriedades

I. Simplificação de radicais

Regra da chave-fechadura

Exemplos:

a) $\sqrt{27} =$

b) $\sqrt{32} =$

c) $\sqrt[3]{16} =$

d) $\sqrt[5]{32} =$

e) $\sqrt{36} =$

f) $\sqrt[4]{512} =$

g) $\sqrt{243} =$

h) $\sqrt[3]{729} =$

i) $\sqrt{108} =$

j) $\sqrt[3]{-64} =$

<u>Atenção</u>!

$\sqrt[n]{a^n} = a$

II. Soma e subtração de radicais

Exemplos:

a) $\sqrt{5} - 5\sqrt{20} + \sqrt{45} - 7\sqrt{125} + \sqrt{320} =$

b) $\sqrt[3]{2} - \sqrt[3]{54} + \sqrt[3]{128} =$

III. Multiplicação de raízes de mesmo índice

$$\sqrt[n]{a} \cdot \sqrt[n]{b} = \sqrt[n]{a \cdot b}$$

Exemplos:

a) $\sqrt{2}\ .\ \sqrt{5} = \sqrt{2.5} = \sqrt{10}$

b) $\sqrt[3]{4}\ .\ \sqrt[3]{2} = \sqrt[3]{4.2} = \sqrt[3]{8} = 2$

c) $\sqrt[2]{27}\ .\ \sqrt[2]{3}$

d) $\sqrt[3]{16}\ .\ \sqrt[3]{2}$

IV. Divisão de raízes de mesmo índice

$$\frac{\sqrt[n]{a}}{\sqrt[n]{b}} = \sqrt[n]{\frac{a}{b}}$$

Exemplos:

a) $\dfrac{\sqrt{20}}{\sqrt{5}} = \sqrt{\dfrac{20}{5}} = \sqrt{4} = 2$

b) $\dfrac{\sqrt[3]{4}}{\sqrt[3]{2}} = \sqrt[3]{\dfrac{4}{2}} = \sqrt[3]{2}$

<u>Atenção:</u>

$$\sqrt{1,44} = \sqrt{\frac{144}{100}} = \frac{\sqrt{144}}{\sqrt{100}} = \frac{12}{10} = 1,2$$

V. Raiz de raiz

$$\sqrt[m]{\sqrt[n]{a}} = \sqrt[m.n]{a}$$

Exemplos:

a) $\sqrt{\sqrt[3]{64}} = \sqrt[2.3]{64} = \sqrt[6]{64} = \sqrt[6]{2^6} = 2$

b) $\sqrt[5]{\sqrt[4]{3}} = \sqrt[5.4]{3} = \sqrt[20]{3}$

VI. Simplificação de índice e expoente

$$\sqrt[n.p]{a^{m.p}} = \sqrt[n]{a^m}$$

Exemplos:

a) $\sqrt[4]{9} = \sqrt[4]{3^2} = \sqrt{3}$

b) $\sqrt[8]{7^6} = \sqrt[2.4]{7^{2.3}} = \sqrt[4]{7^3}$

VII. Multiplicação de raízes de índices distintos

$$\sqrt[m]{a} \cdot \sqrt[n]{b} = \sqrt[m.n]{a^n \cdot b^m}$$

Exemplos:

a) $\sqrt[3]{5} \cdot \sqrt[4]{7} = \sqrt[12]{5^4 \cdot 7^3}$

b) $\sqrt[5]{2^2} \cdot \sqrt[4]{5^3} = \sqrt[20]{2^{2 \cdot 4} \cdot 5^{3 \cdot 5}} = \sqrt[20]{2^8 \cdot 5^{15}}$

Exercícios

1. Se x = $\sqrt{2}$ e y = $\sqrt{98} - \sqrt{32} - \sqrt{8}$ então:

a) y = 3x
b) y = 5x
c) y = x
d) y = –x
e) y = 7x

2. Se a = $\sqrt{2}$ e b = $\sqrt{2} - \sqrt{8}$, então a/b é um número:

a) racional positivo.
b) racional não inteiro.
c) racional.
d) irracional.
e) complexo não real.

3. O numeral $512^{0,555}$ é equivalente a:

a) 32.
b) $16\sqrt{2}$.
c) 2.
d) $\sqrt{2}$.
e) $\sqrt[5]{2}$.

4. O valor de $\dfrac{\sqrt{1,777...}}{\sqrt{0,111...}}$ é:

a) 4,444...
b) 4.
c) 4,777...
d) 3.
e) 4/3.

5. O valor de $(16\%)^{50\%}$ é:

a) 0,04%
b) 0,4%
c) 4%
d) 40%
e) 400

6. O valor de $\sqrt[2]{8+\sqrt[2]{14+\sqrt[3]{6+\sqrt{4}}}}$ é:

a) $2\sqrt{3}$
b) $3\sqrt[2]{2}$
c) $\sqrt{5}$
d) $2\sqrt{5}$
e) $5\sqrt{2}$

7. Se $a = 2^{3,5}$, então:

a) $6 < a < 8,5$.
b) $8,5 < a < 10$.
c) $10 < a < 11,5$.
d) $11,5 < a < 13$.
e) $13 < a < 14,5$.

Gabarito: **1.** C **2.** C **3.** A **4.** B **5.** D **6.** A **7.** C

PRODUTOS NOTÁVEIS

Existem alguns produtos que se notabilizaram por algumas particularidades, chamam-se de PRODUTOS NOTÁVEIS. Essas multiplicações são freqüentemente usadas e para evitar a multiplicação de termo a termo, existem algumas fórmulas que convém serem memorizadas.

QUADRADO DA SOMA DE DOIS NÚMEROS

O quadrado da soma de dois números é igual ao quadrado do primeiro somado duas vezes o primeiro pelo segundo, somado o quadrado do segundo.

$$(a + b)^2 = a^2 + 2.a.b + b^2$$

Exemplos:

$(x + 4)^2 = x^2 + 2.x.4 + 4^2 = \mathbf{x^2 + 8x + 16}$

$(3x + 1)^2 = (3x)^2 + 2.3x.1 + 1^2 = \mathbf{9x^2 + 6x + 1}$

$(2a + 3b)^2 = (2a)^2 + 2.2a.3b + (3b)^2 = \mathbf{4a^2 + 12ab + 9b^2}$

$(3x^2 + 2x)^2 = (3x^2)^2 + 2.3x^2.2x + (2x)^2 = \mathbf{9x^4 + 12x^3 + 4x^2}$

CUIDADO: $(x + y)^2 \neq x^2 + y^2$

DICA:

Não é necessário decorar essa fórmula, basta lembrar:

$(a + b)^2 = (a + b).(a + b)$

Aplicando a distributiva,

$$(a + b)^2 = (a + b).(a + b)$$

$(a + b)^2 = a^2 + ab + ab + b^2$

$(a + b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$

Exemplos:

a) $(a + 7)^2 =$

b) $(a^3 + 5b)^2 =$

QUADRADO DA DIFERENÇA DE DOIS NÚMEROS

O **quadrado da diferença** de dois números é igual ao quadrado do primeiro subtraído duas vezes o primeiro pelo segundo, somado o quadrado do segundo.

$$(a - b)^2 = a^2 - 2.a.b + b^2$$

EXEMPLOS:

$(x - 3)^2 = x^2 - 2.x.3 + 3^2 = \mathbf{x^2 - 6x + 9}$

$(5x - 3)^2 = (5x)^2 - 2.5x.3 + 3^2 = \mathbf{25x^2 - 30x + 9}$

$(2a - 4b)^2 = (2a)^2 - 2.2a.4b + (4b)^2 = \mathbf{4a^2 + 16ab + 16b^2}$

$(3x^2 - 2x)^2 = (3x^2)^2 - 2.3x^2.2x + (2x)^2 = \mathbf{9x^4 - 12x^3 + 4x^2}$

CUIDADO: $(x - y)^2 \neq x^2 - y^2$

DICA:

Não é necessário decorar essa fórmula, basta lembrar:

$(a - b)^2 = (a - b).(a - b)$

Aplicando a distributiva,

$(a - b)^2 = (a - b).(a - b)$

$(a - b)^2 = a^2 - ab - ab + b^2$

$(a - b)^2 = a^2 - 2ab + b^2$

Exemplos:

a) $(3x - 1)^2 =$

b) $(5x^2 - 3x)^2 =$

PRODUTO DA SOMA PELA DIFERENÇA ENTRE DOIS NÚMEROS

O **produto** da **soma** de dois termos pela sua **diferença** é igual ao **quadrado** do **primeiro** termo **subtraído** o **quadrado** do **segundo** termo.

$$(a + b).(a - b) = a^2 - b^2$$

Exemplos:

$(x + 1).(x - 1) = x^2 - 1^2 = \mathbf{x^2 - 1}$

$(2a + 3).(2a - 3) = (2a)^2 - 3^2 = \mathbf{4a^2 - 9}$

$(3x + 2y).(3x - 2y) = (3x)^2 - (2y)^2 = \mathbf{9x^2 - 4y^2}$

DICA:

Obs.: Não é necessário decorar essa fórmula, basta lembrar de aplicar a distributiva:

$(a + b).(a - b)$

$(a + b).(a - b) = a^2 - ab + ab - b^2$

$(a + b).(a - b) = a^2 - b^2$

Exemplos:

$(3a - 7).(3a + 7)=$

$(5a^3 - 6).(5a^3 + 6) =$

Exercicios

1. A expressão $(x - y)^2 - (x + y)^2$ é equivalente a:

a) 0
b) $2y^2$
c) $-2y^3$
d) $-4xy$
e) $-2xy$

2. A expressão $(3 + ab).(ab - 3)$ é igual a:

a) $a^2b - 9$
b) $ab^2 - 9$
c) $a^2b^2 - 9$
d) $a^2b^2 - 6$
e) $a^2b^2 + 6$

3. Se $(x - y)^2 - (x + y)^2 = -20$, então x.y é igual a:

a) 0
b) -1
c) 5
d) 10
e) 15

4. Se $x - y = 7$ e $xy = 60$, então o valor da expressão $x^2 + y^2$ é:

a) 53
b) 109
c) 169
d) 420
e) 536

5. A diferença entre o quadrado da soma e o quadrado da diferença de dois números reais é igual:

a) a diferença dos quadrados dos dois números.
b) a soma dos quadrados dos dois números.
c) a diferença dos dois números.
d) ao dobro do produto dos números.
e) ao quádruplo do produto dos números.

Gabarito: **1.** D **2.** C **3.** C **4.** C **5.** E

FATOR COMUM

Quando todos os termos de uma expressão tem um fator comum, podemos colocá-lo em evidência. A forma fatorada é o produto do fator comum pelo que se obtém dividindo-se cada termo da expressão original dada pelo fator comum.

Para usar este método temos que achar um fator que seja comum entre os termos, seja número ou uma incógnita (letra), e colocá-lo em evidência.

Exemplos:

a) $2a + 2b = 2\ (a + b)$

1º Achamos o fator comum que é o 2.

2º Depois colocamos em evidência e dividimos cada termo pelo fator comum:

$2a : 2 = a$

$2b : 2 = b$

b) $6ax + 8ay = 2a\ (3x + 4y)$

1º Neste caso temos a incógnita como fator comum, mas temos também números que aparentemente não têm nada em comum, então devemos achar algum número que seja divisível pelos dois números ao mesmo tempo, ou seja, encontramos o 2. Colocamos assim em evidência.

2º Agora dividimos cada termo pelo fator comum:

$6ax : 2a = 3x$

$8ay : 2a = 4y$

Exemplo: Colocando o fator comum em evidência, fatore os seguintes polinômios:

a) $10a + 10b =$

b) $4a - 3ax =$

c) $35c + 7c^2 =$

TRINÔMIO DO QUADRADO PERFEITO

Outra maneira de fatorar expressões algébricas é utilizando a regra do trinômio do quadrado perfeito. Para fatorar uma expressão algébrica utilizando esse caso, a expressão deverá ser um trinômio e formar um quadrado perfeito.

Então, para compreender melhor esse tipo de fatoração vamos recapitular o que é um trinômio e quando um trinômio pode ser um quadrado perfeito.

Para que uma expressão algébrica seja um trinômio, ela deverá ter exatamente 3 termos. Veja alguns exemplos de trinômios:

$x^3 + 2x^2 + 2x$

$-2x^5 + 5y - 5$

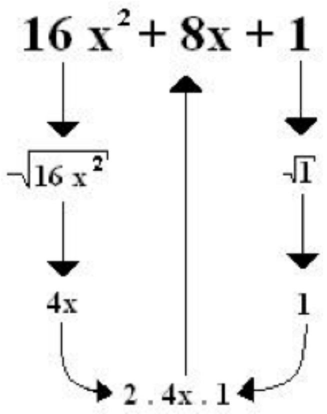
$ac + c - b$

É importante lembrar que nem todos os trinômios são quadrados perfeitos. Por isso é preciso verificar se um trinômio pode ser escrito na forma de um quadrado perfeito.

Como identificar um trinômio do quadrado perfeito?

Veja se o trinômio $16x^2 + 8x + 1$ é um quadrado perfeito, para isso siga as seguinte regra:

Verifique se dois membros do trinômio têm raízes quadradas exatas e se o dobro delas é o outro termo.

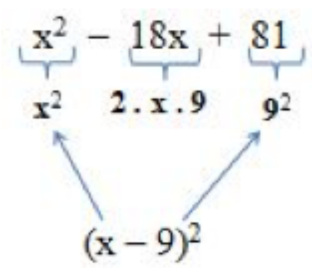


Assim o trinômio $16x^2 + 8x + 1$ é quadrado perfeito.

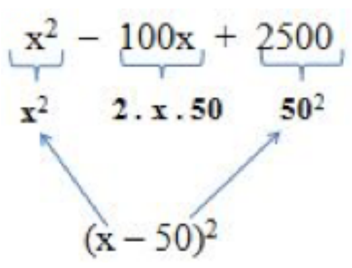
Então, a forma fatorada do trinômio é **$16x^2 + 8x + 1$ é $(4x + 1)^2$**, pois é a soma das raízes ao quadrado.

Exemplos Resolvidos

Fatore a expressão $x^2 – 18x + 81$.



Encontre a forma fatorada de $x^2 – 100x + 2500$.



Exercícios:

1. Para $x \neq 3$, a simplificação da expressão $\frac{x+3}{x^2-9}$ é:

a) $x-3$

b) $3-x$

c) $\frac{1}{x-3}$

d) $\frac{1}{x+3}$

e) $\frac{1}{3-x}$

2. Se $y \neq 0$ e se $x \neq -2y$, a expressão $\frac{2x^2-8y^2}{3x^2y+6xy^2}$ é igual a:

a) $\frac{-2}{y+2x}$

b) $\frac{2x-4y}{3xy}$

c) $\frac{x-4y}{y+2x}$

d) $\frac{1}{x+2y}$

e) $\frac{2}{3}$

3. Para $a \neq -3$ e $a \neq 3$, a expressão $\frac{a^2+6a+9}{3} \div \frac{a^2-9}{a-3}$ é equivalente a:

a) $\frac{a+3}{3}$

b) $a+2$

c) $a+3$

d) $a-3$

e) $\frac{a-3}{3}$

Gabarito: **1.** C **2.** B **3.** A

DIVISORES E MÚLTIPLOS

Os múltiplos e divisores de um número estão relacionados entre si da seguinte forma:

Se 15 é divisível por 3, então 3 é divisor de 15, assim, 15 é múltiplo de 3.

Se 8 é divisível por 2, então 2 é divisor de 8, assim, 8 é múltiplo de 2.

Se 20 é divisível por 5, então 5 é divisor de 20, assim, 20 é múltiplo de 5.

Múltiplos de um número natural

Denominamos múltiplo de um número o produto desse número por um número natural qualquer. Um bom exemplo de números múltiplos é encontrado na tradicional tabuada.

Múltiplos de 2 (tabuada da multiplicação do número 2)

2 x 0 = 0
2 x 1 = 2
2 x 2 = 4
2 x 3 = 6
2 x 4 = 8
2 x 5 = 10
2 x 6 = 12
2 x 7 = 14
2 x 8 = 16
2 x 9 = 18
2 x 10 = 20

E assim sucessivamente.

Múltiplos de 3 (tabuada da multiplicação do número 3)

3 x 0 = 0
3 x 1 = 3
3 x 2 = 6
3 x 3 = 9
3 x 4 = 12
3 x 5 = 15
3 x 6 = 18
3 x 7 = 21
3 x 8 = 24
3 x 9 = 27
3 x 10 = 30

E assim sucessivamente.

Portanto, os múltiplo de 2 são: 0, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 18, 20, ...

E os múltiplos de 3 são: 0, 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27, 30, ...

Divisores de um número natural

Um número é divisor de outro quando o resto da divisão for igual a 0. Portanto,

12 é divisível por 1, 2, 3, 4, 6 e 12.

36 é divisível por 1, 2, 3, 4, 6, 9, 12, 18 e 36.

48 é divisível por 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 24 e 48.

Importante!

- *O menor divisor natural de um número é sempre o número 1.*
- *O maior divisor de um número é o próprio número.*
- *O zero não é divisor de nenhum número.*
- *Os divisores de um número formam um conjunto finito.*

Principais Critérios de Divisibilidade

Dentre as propriedades operatórias existentes na Matemática, podemos ressaltar a divisão, que consiste em representar o número em partes menores e iguais.

Para que o processo da divisão ocorra normalmente, sem que o resultado seja um número não inteiro, precisamos estabelecer situações envolvendo algumas regras de divisibilidade. Lembrando que um número é considerado divisível por outro quando o resto da divisão entre eles é igual a zero.

Regras de divisibilidade

Divisibilidade por 1

Todo número é divisível por 1.

Divisibilidade por 2

Um número natural é divisível por 2 quando ele termina em 0, ou 2, ou 4, ou 6, ou 8, ou seja, quando ele é par.

Exemplos: 5040 é divisível por 2, pois termina em 0.

237 não é divisível por 2, pois não é um número par.

Divisibilidade por 3

Um número é divisível por 3 quando a soma dos valores absolutos dos seus algarismos for divisível por 3.

Exemplo: 234 é divisível por 3, pois a soma de seus algarismos é igual a 2+3+4=9, e como 9 é divisível por 3, então 234 é divisível por 3.

Divisibilidade por 4

Um número é divisível por 4 quando termina em 00 ou quando o número formado pelos dois últimos algarismos da direita for divisível por 4.

Exemplos: 1800 é divisível por 4, pois termina em 00.

4116 é divisível por 4, pois 16 é divisível por 4.

1324 é divisível por 4, pois 24 é divisível por 4.

3850 não é divisível por 4, pois não termina em 00 e 50 não é divisível por 4.

Divisibilidade por 5

Um número natural é divisível por 5 quando ele termina em 0 ou 5.

Exemplos: 55 é divisível por 5, pois termina em 5.

90 é divisível por 5, pois termina em 0.

87 não é divisível por 5, pois não termina em 0 nem em 5.

Divisibilidade por 6

Um número natural é divisível por 6 quando é divisível por 2 e 3 ao mesmo tempo.

Exemplos: 54 é divisível por 6, pois é par, logo divisível por 2 e a soma de seus algarismos é múltiplo de 3 , logo ele é divisível por 3 também.

90 é divisível por 6, pelo mesmos motivos..

87 não é divisível por 6, pois não é divisível por 2.

Divisibilidade por 7

Um número é divisível por 7 quando estabelecida a diferença entre o dobro do seu último algarismo e os demais algarismos, encontramos um número divisível por 7.

Exemplos:

161 : 7 = 23, pois 16 – 2.1 = 16 – 2 = 14

203 : 7 = 29, pois 20 – 2.3 = 20 – 6 = 14

294 : 7 = 42, pois 29 – 2.4 = 29 – 8 = 21

840 : 7 = 120, pois 84 – 2.0 = 84

E o número 165928? Usando a regra : 16592 – 2.8 = 16592 – 16 = 16576

Repetindo o processo: 1657 – 2.6 = 1657 – 12 = 1645

Mais uma vez : 164 – 2.5 = 164 – 10 = 154 e 15 – 2.4 = 15 – 8 = 7

Logo 165928 é divisível por 7.

Divisibilidade por 8

Um número é divisível por 8 quando termina em 000 ou os últimos três números são divisíveis por 8.

Exemplos:

1000 : 8 = 125, pois termina em 000

45128 é divisível por 8 pois 128 dividido por 8 fornece 16

45321 não é divisível por 8 pois 321 não é divisível por 8.

Divisibilidade por 9

Será divisível por 9 todo número em que a soma de seus algarismos constitui um número múltiplo de 9.

Exemplos:

81 : 9 = 9, pois 8 + 1 = 9

1107 : 9 = 123, pois 1 + 1 + 0 + 7 = 9

4788 : 9 = 532, pois 4 + 7 + 8 + 8 = 27

Divisibilidade por 10

Um número é divisível por 10 se termina com o algarismo 0 (zero).

Exemplos: 5420 é divisível por 10 pois termina em 0 (zero)

6342 não é divisível por 10 pois não termina em 0 (zero).

Divisibilidade por 11

Um número é divisível por 11 nas situações em que a diferença entre o último algarismo e o número formado pelos demais algarismos, de forma sucessiva até que reste um número com 2 algarismos, resultar em um múltiplo de 11. Como regra mais imediata, todas as dezenas duplas (11, 22, 33, 5555, etc.) são múltiplas de 11.

1342 : 11 = 122, pois 134 – 2 = 132 → 13 – 2 = 11

2783 : 11 = 253, pois 278 – 3 = 275 → 27 – 5 = 22

7150: 11 = 650, pois 715 – 0 = 715 → 71 – 5 = 66

Divisibilidade por 12

Se um número é divisível por 3 e 4, também será divisível por 12.

Exemplos:

192 : 12 = 16, pois 192 : 3 = 64 e 192 : 4 = 48

672 : 12 = 56, pois 672 : 3 = 224 e 672 : 4 = 168

Divisibilidade por 15

Todo número divisível por 3 e 5 também é divisível por 15.

Exemplos:

1470 é divisível por 15, pois 1470:3 = 490 e 1470:5 = 294.

1800 é divisível por 15, pois 1800:3 = 600 e 1800:5 = 360.

Exemplo: Teste a divisibilidade dos números abaixo por 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

a) 1278

b) 1450

c) 1202154

FATORAÇÃO

Podemos escrever os números como produto (multiplicação) de números primos. Contudo, qual a finalidade de fatorarmos esses números? Preciso realizar a fatoração separadamente ou posso fazê-la simultaneamente, com dois ou mais números? Esses respostas virão adiante.

Um dos pontos importantes da fatoração, encontra-se no cálculo do M.D.C (Máximo Divisor Comum) e do M.M.C (Mínimo Múltiplo Comum). Entretanto, devemos tomar cuidado quanto à obtenção desses valores, pois utilizaremos o mesmo procedimento de fatoração, ou seja, a mesma fatoração de dois ou mais números para calcular o valor do M.D.C e do M.M.C. Sendo assim, devemos compreender e diferenciar o modo pelo qual se obtém cada um desses valores, através da fatoração simultânea.

Vejamos um exemplo no qual foi feita a fatoração simultânea:

12,	42	2 (Divisor Comum)
6,	21	2
3,	21	3 (Divisor Comum)
1,	7	7
1	1	

Note que na fatoração foram destacados os números que dividiram simultaneamente os números 12 e 42. Isto é um passo importante para conseguirmos determinar o M.D.C. Se fôssemos listar os divisores de cada um dos números, teríamos a seguinte situação:

D(12)={1, 2,3,4,**6**,12}
D(42)={1, 2,3,**6**,7,21,42}

Note que o maior dos divisores comuns entre os números 12 e 42 é o número 6. Observando a nossa fatoração simultânea, este valor 6 é obtido realizando a multiplicação dos divisores comuns.

Por outro lado, o M.M.C será obtido de uma maneira diferente. Por se tratar dos múltiplos, deveremos multiplicar todos os divisores da fatoração. Sendo assim, o M.M.C (12,14) = 2 x 2 x 3 x 7 = 84.

Portanto , esse processo de fatoração é muito utilizado no cálculo do M.M.C e do M.D.C também, mas cada um com seu respectivo procedimento, portanto, cuidado para não se confundir.

Exemplos: Vamos fatorar, para o cálculo do M.M.C os valores abaixo:

15,	24,	60	2
15,	12,	30	2
15,	6,	15	2
15,	3,	15	3
5,	1,	5	5
1,	1,	1	

Logo o produto desses fatores primos: $2 \cdot 2 \cdot 2 \cdot 3 \cdot 5 = 120$ é o menor múltiplo comum entre os valores apresentados.

Agora se quiséssemos calcular o M.D.C , teríamos que fatorá-los sempre juntos, até não haver mais divisor comum além do número 1.

Assim:

15,	24,	60	3
5,	8,	20	

E com isso temos que o M.D.C dos valores dados é 3.

Exemplo: Fatore 20 e 30 para o cálculo do M.M.C

20,	30	2
10,	15	2
5,	15	3
5,	5	5
1	1	

Assim o produto desses fatores primos obtidos: 2.2.3.5 = 60 é o M.M.C de 20 e 30.

De fato, se observarmos a lista de múltiplos de 20 e 30 verificaremos que dentre os comuns, o menor deles é, de fato, o 60.

M(20) = 0, 20, 40, 60, 80, 100, 120, 140, 160,...

M(30) = 0, 30, 60, 90, 120, 150,...

Agora se buscássemos o M.D.C teríamos que fatorar de forma diferente.

20,	30	2
10,	15	5
2,	3	

Com isso o produto desses fatores primos, 2 · 5 = 10, obtidos pela fatoração conjunta, representa o M.D.C .

De fato, se observarmos a lista de divisores de 20 e 30 verificaremos que dentre os comuns, o maior deles é, de fato, o 10.

D(20) = 1, 2, 4, 5, 10, 20.

D(30) = 1, 2 ,3 ,5 ,6, 10, 15, 30.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

O mínimo múltiplo comum entre dois números é representado pelo menor valor comum pertencente aos múltiplos dos números. Observe o MMC entre os números 20 e 30:

M(20) = 0, 20, 40, 60, 80, 100, 120, ... e M(30) = 0, 30, 60, 90, 120, 150, 180, ...

Logo o MMC entre 20 e 30 é equivalente a 60.

Outra forma de determinar o MMC entre 20 e 30 é através da fatoração, em que devemos escolher os fatores comuns de maior expoente e os termos não comuns.

Observe:

$20 = 2 * 2 * 5 = 2^2 * 5$ e $30 = 2 * 3 * 5 = 2 * 3 * 5$ logo

$MMC (20; 30) = 2^2 * 3 * 5 = 60$

A terceira opção consiste em realizar a decomposição simultânea dos números, multiplicando os fatores obtidos. Observe:

20,	30	2
10,	15	2
5,	15	3
5,	5	5
1		

$MMC(20, 30) = 2 * 2 * 3 * 5 = 60$

Dica:

Apenas números naturais têm MMC.

Um método rápido e fácil para se determinar o MMC de um conjunto de números naturais é a FATORAÇÃO.

Nela iremos decompor simultaneamente os valores, de forma que ao menos um deles possa ser dividido pelo fator primo apresentado, até que não sobrem valores maiores que 1.

O produto dos fatores primos utilizados nesse processo é o Mínimo Múltiplo Comum.

Para que possamos fazer uma comparação, vamos tomar os números **6**, **8** e **12** como exemplo.

Da fatoração destes três números temos:

6,	8,	12	2
3,	4,	6	2
3,	2,	3	2
3,	1,	3	3
1,	1,	1	

O MMC(6, 8, 12) será calculado pelo produto desses fatores primos usados na decomposição dos valores dados.

Logo: M.M.C (6 , 8 , 12) = 2.2.2.3 = 24

Qual é o MMC(15, 25, 40)?

Fatorando os três números temos:

15,	25,	40	2
15,	25,	20	2
15,	25,	10	2
15,	25,	5	3
5,	25,	5	5
1,	5,	1	5
1,	1,	1	

Assim o MMC(15, 25, 40) = 2. 2 . 2 . 3 . 5 . 5 = 600

Propriedade do M.M.C.

Todo múltiplo comum de dois ou mais números inteiros é múltiplo do m.m.c. destes números.

Exemplo: os múltiplos comuns positivos de 2 , 5 e 6 são exatamente os múltiplos positivos de 30 (m.m.c. (2 ,5 , 6) = 30), ou seja, são 30 , 60, 90,...

Como identificar questões que exigem o cálculo do M.M.C?

Para não ficar em dúvida quanto à solicitação da questão, M.M.C ou M.D.C, basta entender que o M.M.C por ser um "múltiplo comum", é um número sempre será maior ou igual ao maior dos valores apresentados , logo sempre um valor além dos valores dados.

Apesar do nome Mínimo Múltiplo Comum é equivocado pensar que o "mínimo" indica um número pequeno, talvez menor que os valores apresentados. Na verdade ele é o menor dos múltiplos e quase sempre maior que todos esses valores de quem se busca o cálculo do M.M.C.

Exemplo

1. Numa linha de produção, certo tipo de manutenção é feita na máquina A a cada 3 dias, na máquina B, a cada 4 dias, e na máquina C, a cada 6 dias. Se no dia 2 de dezembro foi feita a manutenção nas três máquinas, após quantos dias as máquinas receberão manutenção no mesmo dia?

Temos que determinar o MMC entre os números 3, 4 e 6.

$$\begin{array}{ccc|c} 3, & 4, & 6 & 2 \\ 3, & 2, & 3 & 2 \\ 3, & 1, & 3 & 3 \\ 1, & 1, & 1 & \end{array}$$

Assim o MMC (3, 4, 6) = 2 * 2 * 3 = 12

Concluímos que após 12 dias, a manutenção será feita nas três máquinas. Portanto, dia 14 de dezembro.

2. Um médico, ao prescrever uma receita, determina que três medicamentos sejam ingeridos pelo paciente de acordo com a seguinte escala de horários: remédio A, de 2 em 2 horas, remédio B, de 3 em 3 horas e remédio C, de 6 em 6 horas. Caso o paciente utilize os três remédios às 8 horas da manhã, qual será o próximo horário de ingestão dos mesmos?

Calcular o MMC dos números 2, 3 e 6.

2, 3, 6	2
1, 3, 3	3
1, 1, 1	

MMC (2, 3, 6) = 2 * 3 = 6

O mínimo múltiplo comum dos números 2, 3, 6 é igual a 6.

De 6 em 6 horas os três remédios serão ingeridos juntos. Portanto, o próximo horário será às 14 horas.

3. Em uma árvore de natal, três luzes piscam com frequência diferentes. A primeira pisca a cada 4 segundos, a segunda a cada 6 segundos e a terceira a cada 10 segundos. Se num dado instante as luzes piscam ao mesmo tempo, após quantos segundos voltarão, a piscar juntas?

4. No alto da torre de uma emissora de televisão, duas luzes "piscam" com frequências diferentes. A primeira "pisca" 15 vezes por minuto e a segunda "pisca" 10 vezes por minuto. Se num certo instante, as luzes piscam simultaneamente, após quantos segundos elas voltarão a "piscar simultaneamente"?

a) 12
b) 10
c) 20
d) 15
e) 30

5. Três ciclistas percorrem um circuito saindo todos ao mesmo tempo, do mesmo ponto, e com o mesmo sentido. O primeiro faz o percurso em 40 s, o segundo em 36 s e o terceiro em 30 s. Com base nessas informações, depois de quanto tempo os três ciclistas se reencontrarão novamente no ponto de partida, pela primeira vez, e quantas voltas terá dado o primeiro, o segundo e o terceiro ciclista, respectivamente?

a) 5 minutos, 10 voltas, 11 voltas e 13 voltas.
b) 6 minutos, 9 voltas, 10 voltas e 12 voltas.
c) 7 minutos, 10 voltas, 11 voltas e 12 voltas.
d) 8 minutos, 8 voltas, 9 voltas e 10 voltas.
e) 9 minutos, 9 voltas, 11 voltas e 12 voltas.

Gabarito: **3.** 60 Segundos **4.** A **5.** B **6.** B

MÁXIMO DIVISOR COMUM (MDC)

O máximo divisor comum entre dois números é representado pelo maior valor comum pertencente aos divisores dos números. Observe o MDC entre os números 20 e 30:

D(20) = 1, 2, 4, 5, 10, 20. e D(30) = 1, 2, 3, 5, 6, 10, 15, 30.

O maior divisor comum dos números 20 e 30 é 10.

Podemos também determinar o MDC entre dois números através da fatoração, em que escolheremos os fatores comuns de menor expoente. Observe o MDC de 20 e 30 utilizando esse método.

$20 = 2 * 2 * 5 = 2^2 * 5$ e $30 = 2 * 3 * 5 = 2 * 3 * 5$

Logo MDC (20; 30) = 2 * 5 = 10

A terceira opção consiste em realizar a decomposição simultânea e conjunta dos números, multiplicando os fatores obtidos. Observe:

20, 30	2
10, 15	2
2, 3	

Logo o M.D.C (20 , 30) = 10

Um método rápido e fácil para se determinar o MDC de um conjunto de números naturais é a FATORAÇÃO.

Nela iremos decompor simultaneamente os valores, de forma que todos eles devem ser divididos, ao mesmo tempo, pelo fator primo apresentado, até que se esgotem as possibilidades dessa divisão conjunta.

O produto dos fatores primos utilizados nesse processo é o Máximo Divisor Comum.

Para que possamos fazer uma comparação, vamos tomar novamente os números **6**, **8** e **12** como exemplo.

Da fatoração conjunta destes três números temos:

6,	8,	12	2
3,	4,	6	

O **MDC(6, 8, 12) será calculado pelo produto desses fatores primos usados na decomposição dos valores dados.**

Logo: M.D.C (6 , 8 , 12) = 2

Qual é o MDC (15, 25, 40)?

Fatorando os três números temos:

15,	25,	40	2
3,	5,	5	

Assim o MDC (15, 25, 40) = 5

Exemplo:

Qual é o MDC (15, 75, 105)?

Fatorando os três números temos:

15,	75,	105	3
5,	25,	35	5
1,	5,	7	

MDC (15, 75, 105) = 3 . 5 = 15

Note que temos que dividir todos os valores apresentados, ao mesmo tempo, pelo fator primo. Caso não seja possível seguir dividindo todos , ao mesmo tempo, dá-se por encerrado o cálculo do M.D.C.

Propriedade Fundamental

Existe uma relação entre o m.m.c e o m.d.c de dois números naturais a e b.

m.m.c.(a,b) . m.d.c. (a,b) = a . b

Ou seja, o produto entre o m.m.c e m.d.c de dois números é igual ao produto entre os dois números.

Exemplo

Se x é um número natural em que m.m.c. (14, x) = 154 e m.d.c. (14, x) = 2, podemos dizer que x vale.

a) 22
b) – 22
c) +22 ou – 22
d) 27
e) – 27

Como identificar questões que exigem o cálculo do M.D.C?

Para não ficar em dúvida quanto à solicitação da questão, M.M.C ou M.D.C, basta entender que o M.D.C por ser um "divisor comum", é um número sempre será menor ou igual ao menor dos valores apresentados , logo sempre um valor aquém dos valores dados, dando ideia de corte, fração.

Já o o M.M.C por ser um "múltiplo comum", é um número sempre será maior ou igual ao maior dos valores apresentados , logo sempre um valor além dos valores dados, criando uma ideia de "futuro".

Apesar do nome Mínimo Múltiplo Comum é equivocado pensar que o "mínimo" indica um número pequeno, talvez menor que os valores apresentados. Na verdade ele é o menor dos múltiplos e quase sempre maior que todos esses valores de quem se busca o cálculo do M.M.C.

Exemplo:

1. Uma indústria de tecidos fabrica retalhos de mesmo comprimento. Após realizarem os cortes necessários, verificou-se que duas peças restantes tinham as seguintes medidas: 156 centímetros e 234 centímetros. O gerente de produção ao ser informado das medidas, deu a ordem para que o funcionário cortasse o pano em partes iguais e de maior comprimento possível. Como ele poderá resolver essa situação?

2. Uma empresa de logística é composta de três áreas: administrativa, operacional e vendedores. A área administrativa é composta de 30 funcionários, a operacional de 48 e a de vendedores com 36 pessoas. Ao final do ano, a empresa realiza uma integração entre as três áreas, de modo que todos os funcionários participem ativamente. As equipes devem conter o mesmo número de funcionários com o maior número possível. Determine quantos funcionários devem participar de cada equipe e o número possível de equipes.

3. Para a confecção de sacolas serão usados dois rolos de fio de nylon. Esses rolos, medindo 450cm e 756cm serão divididos em pedaços iguais e do maior tamanho possível. Sabendo que não deve haver sobras, quantos pedaços serão obtidos?

a) 25
b) 42
c) 67
d) 35
e) 18

4. Nas últimas eleições, três partidos políticos tiveram direito, por dia, a 90 s, 108 s e 144 s de tempo gratuito de propaganda na televisão, com diferentes números de aparições. O tempo de cada aparição, para todos os partidos, foi sempre o mesmo e o maior possível. A soma do número das aparições diárias dos partidos na TV foi de:

a) 16
b) 17
c) 18
d) 19
e) 20

5. Um escritório comprou os seguintes itens: 140 marcadores de texto, 120 corretivos e 148 blocos de rascunho e dividiu esse material em pacotinhos, cada um deles contendo um só tipo de material, porém todos com o mesmo número de itens e na maior quantidade possível. Sabendo-se que todos os itens foram utilizados, então o número total de pacotinhos feitos foi:

a) 74
b) 88
c) 96
d) 102
e) 112

Dica:

Quando se tratar de MMC a solução será um valor no mínimo igual ao maior dos valores que você dispõe. Já quando se tratar de MDC a solução será um valor no máximo igual ao menor dos valores que você dispõe.

Gabarito: **1.** 78 **2.** 6 e 19 **3.** C **4.** D

EXPRESSÕES ALGÉBRICAS

Definição

Expressões algébricas são expressões matemáticas que apresentam letras e podem conter números, são também denominadas expressões literais. As letras constituem a parte variável das expressões, pois elas podem assumir qualquer valor numérico.

No cotidiano, muitas vezes usamos expressões sem perceber que as mesmas representam expressões algébricas ou numéricas.

Numa papelaria, quando calculamos o preço de um caderno somado ao preço de duas canetas, usamos expressões como 1x + 2y, onde x representa o preço do caderno e y o preço de cada caneta.

Num colégio, ao comprar um lanche, somamos o preço de um refrigerante com o preço de um salgado, usando expressoes do tipo 1x+1y onde x representa o preço do salgado e y o preço do refrigerante.

As expressões algébricas podem ser utilizadas para representar situações problemas, como as propostas a seguir:

- O dobro de um número adicionado a 20: 2x + 20.
- A diferença entre x e y: x – y
- O triplo de um número qualquer subtraído do quádruplo do número: 3x – 4x

Propriedades das expressões algébricas

Para resolver uma expressão algébrica, é preciso seguir a ordem exata de solução das operações que a compõem:

1º Potenciação ou Radiciação

2º Multiplicação ou divisão

3º Adição ou subtração

Se a expressão algébrica apresentar parênteses, colchetes ou chaves, devemos resolver primeiro o conteúdo que estiver dentro dos parênteses, em seguida, o que estiver contido nos colchetes e, por último, a expressão que estiver entre chaves. Em suma:

1º Parênteses

2º Colchetes

3º Chaves

Assim como em qualquer outro cálculo matemático, esta hierarquia é muito importante, pois, caso não seja seguida rigorosamente, será obtido um resultado incorreto. Veja alguns exemplos:

a) $8x - (3x - \sqrt{4})$
$8x - (3x - 2)$
$8x - 3x + 2$
$5x + 2$

Exemplo Resolvido:

Uma mulher é 5 anos mais nova do que seu marido. Se a soma da idade do casal é igual a 69 anos, qual é a idade de cada um?

$x + (x - 5) = 69$

$x + x - 5 = 69$

$2x - 5 = 69$

$2x = 69 + 5$

$2x = 74$

$x = 37$

$69 - 37 = 32$

$37 - 5 = 32$

Logo, a idade do marido é 37 anos e da mulher 32 anos.

Exercícios:

1. O resultado da expressão:

$1 - 2 + 3 - 4 + 5 - 6 + 7 - 8 + . . . - 168 + 169 - 170$

é igual a:

a) 170
b) – 170
c) 85
d) – 85
e) – 87

2. De um total de 40 questões planejadas para uma prova, eliminaram-se 2x delas e, do resto, ainda tirou-se a metade do que havia sobrado. Qual a tradução algébrica do número de questões que restaram?

a) $(40 - 2x) - 20 + x$
b) $(40 - 2x) - 20$
c) $(40 - 2x) - X/2$
d) $(40 - 2x) - x$
e) $(40 - 2x) - 20 - x$

3. Um ano de 365 dias é composto por n semanas completas mais 1 dia. Dentre as expressões numéricas abaixo, a única cujo resultado é igual a n é:

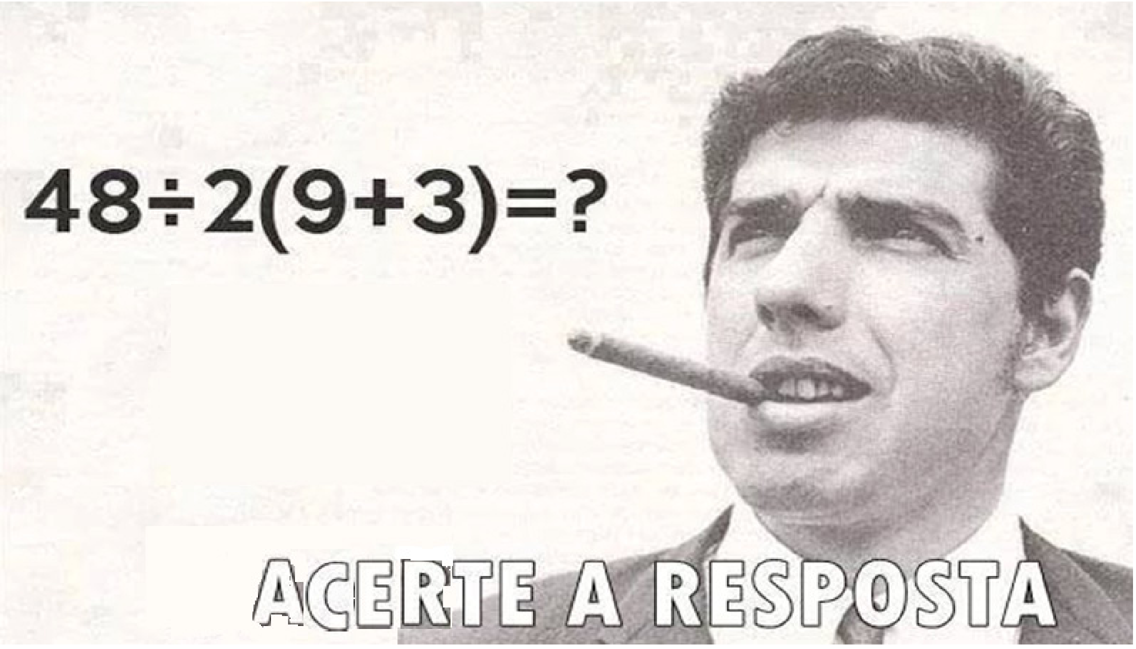
a) $365 \div (7 + 1)$
b) $(365 + 1) \div 7$
c) $365 + 1 \div 7$
d) $(365 - 1) \div 7$
e) $365 - 1 \div 7$

4. Adriano, Bernardo e Ciro são irmãos e suas idades são números consecutivos, cuja soma é igual a 78. Considerando que Ciro é o irmão do meio, então a soma das idades de Adriano e Bernardo há 8 anos era igual a:

a) 33
b) 36
c) 34
d) 37
e) 35

Gabarito: **1.** D **2.** A **3.** D **4.** B

Enigma Facebookiano



PROBLEMAS ALGÉBRICOS E ARITMÉTICOS

Definição

A aritmética (da palavra grega arithmós,"número") é o ramo da matemática que lida com números e com as operações possíveis entre eles. É o ramo mais antigo e mais elementar da matemática, usado por quase todos, seja em tarefas do cotidiano, em cálculos científicos ou de negócios e sempre cobrada em concursos públicos.

Já a álgebra é o ramo que estuda a manipulação formal de equações, operações matemáticas, polinômios e estruturas algébricas. A álgebra é um dos principais ramos da matemática pura, juntamente com a geometria, topologia, análise combinatória, e Teoria dos números.

O termo álgebra, na verdade, compreende um espectro de diferentes ramos da matemática, cada um com suas especificidades.

A grande dificuldade encontrada pelos alunos nas questões envolvendo problemas é na sua interpretação. O aluno tem que ler o texto e "decodificar" suas informações para o matematiquês.

Em algumas questões iremos abordar alguns pontos importantes nessa interpretação.

Exemplos

Há 19 anos uma pessoa tinha um quarto da idade que terá daqui a 14 anos. A idade da pessoa, em anos, está entre:

a) 22 e 26.
b) 27 e 31.
c) 32 e 36.
d) 37 e 41.
e) 42 e 46

Um casal e seu filho foram a uma pizzaria jantar. O pai comeu 3/4 de uma pizza. A mãe comeu 2/5 da quantidade que o pai havia comido. Os três juntos comeram exatamente duas pizzas, que eram do mesmo tamanho. A fração de uma pizza que o filho comeu foi:

a) 3/5
b) 6/20
c) 7/10
d) 19/20
e) 21/15

Dois amigos foram a uma pizzaria. O mais velho comeu 3/8 da pizza que compraram. Ainda da mesma pizza o mais novo comeu 7/5 da quantidade que seu amigo havia comido. Sendo assim, e sabendo que mais nada dessa pizza foi comido, a fração da pizza que restou foi:

a) 3/5
b) 7/8
c) 1/10
d) 3/10
e) 36/40

O dono de uma papelaria comprou 98 cadernos e ao formar pilhas, todas com o mesmo número de cadernos, notou que o número de cadernos de uma pilha era igual ao dobro do número de pilhas. O número de cadernos de uma pilha era:

a) 12
b) 14
c) 16
d) 18
e) 20

Durante o seu expediente Carlos digitalizou 1/3 dos processos que lhe cabiam pela parte da manhã; no início da tarde ele digitalizou metade do restante e no fim da tarde ¼ do que havia sobrado após os 2 períodos iniciais.Se no fim do expediente ele decidiu contar todos os processos que não haviam sido digitalizados e encontrou 30 processos, o número total de processos que ele devia ter digitalizado nesse dia era de:

a) 80
b) 90
c) 100
d) 110
e) 120

RAZÃO E PROPORÇÃO

Razão

A palavra razão vem do latim *ratio* e significa a divisão ou o quociente entre dois números A e B, denotada por $\frac{A}{B}$.

Exemplo: A razão entre 12 e 3 é 4, pois $\frac{12}{3} = 4$.

Proporção

Já a palavra proporção vem do latim *proportione* e significa uma relação entre as partes de uma grandeza, ou seja, é uma igualdade entre duas razões.

Exemplo: $\frac{6}{3} = \frac{10}{5}$, a proporção $\frac{6}{3}$ é proporcional a $\frac{10}{5}$.

Se numa proporção temos $\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$, então os números A e D são denominados extremos enquanto os números B e C são os meios e vale a propriedade: o produto dos meios é igual ao produto dos extremos, isto é:

$$A \times D = C \times B$$

Exemplo: Dada a proporção $\frac{x}{3} = \frac{12}{9}$, qual o valor de x?

$\frac{x}{3} = \frac{12}{9}$ logo 9.x=3.12 → 9x=36 e portanto x=4

Exemplo: Se A, B e C são proporcionais a 2, 3 e 5,

logo: $\frac{A}{2} = \frac{B}{3} = \frac{C}{5}$

Dica

DICA: Observe a ordem com que os valores são enunciados para interpretar corretamente a questão.

- Exemplos: A razão entre a e b é a/b e não b/a!!!

A sua idade e a do seu colega são proporcionais a 3 e 4,

logo $\frac{\text{sua idade}}{\text{idade do colega}} = \frac{3}{4}$.

Faça você

1. A razão entre o preço de custo e o preço de venda de um produto é $\frac{2}{3}$. Se for vendida a R$ 42,00 qual o preço de custo?

2. A razão entre dois números P e Q é 0,16. Determine P+Q, sabendo que eles são primos entre si?

3. A idade do professor Zambeli está para a do professor Dudan assim como 8 está para 7. Se apesar de todos os cabelos brancos o professor Zambeli tem apenas 40 anos, a idade do professor Dudan é de.

a) 20 anos.
b) 25 anos.
c) 30 anos.
d) 35 anos.
e) 40 anos.

4. A razão entre os números (x + 3) e 7 é igual à razão entre os números (x – 3) e 5. Nessas condições o valor de x é?

Grandezas diretamente proporcionais

A definição de grandeza está associada a tudo aquilo que pode ser medido ou contado. Como exemplo, citamos: comprimento, tempo, temperatura, massa, preço, idade e etc.

As grandezas diretamente proporcionais estão ligadas de modo que à medida que uma grandeza aumenta ou diminui, a outra altera de forma proporcional.

Grandezas diretamente proporcionais, explicando de uma forma mais informal, são grandezas que crescem juntas e diminuem juntas. Podemos dizer também que nas grandezas diretamente proporcionais uma delas varia na mesma razão da outra. Isto é, duas grandezas são diretamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra também dobra; triplicando uma delas, a outra também triplica... E assim por diante.

Exemplo:

Um automóvel percorre 300 km com 25 litros de combustível. Caso o proprietário desse automóvel queira percorrer 120 km, quantos litros de combustível serão gastos?

300 km ⟶ 25 litros
120 km ⟶ x litros

$$\frac{300}{120} = \frac{25}{x} \qquad 300.x = 25.120 \longrightarrow x = \frac{3000}{300} \rightarrow x = 10$$

Dica

Quando a regra de três é direta multiplicamos em X, regra do "CRUZ CREDO".

Exemplo:

Em uma gráfica, certa impressora imprime 100 folhas em 5 minutos. Quantos minutos ela gastará para imprimir 1300 folhas?

100 folhas ⟶ 5 minutos
1300 folhas ⟶ x minutos

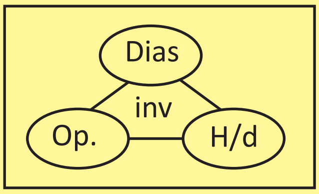
$$\frac{100}{1300} = \frac{5}{x} = \qquad 100.x = 5.1300 \rightarrow x = \frac{5 \times 1300}{100} = 65 \text{ minutos}$$

Grandeza inversamente proporcional

Entendemos por grandezas inversamente proporcionais as situações onde ocorrem operações inversas, isto é, se dobramos uma grandeza, a outra é reduzida à metade.

São grandezas que quando uma aumenta a outra diminui e vice-versa. Percebemos que variando uma delas, a outra varia na razão inversa da primeira. Isto é, duas grandezas são inversamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra se reduz pela metade; triplicando uma delas, a outra se reduz para a terça parte... E assim por diante.

Dica!!



Exemplo:

12 operários constroem uma casa em 6 semanas. 8 operários, nas mesmas condições, construiriam a mesma casa em quanto tempo?

12 op. → 6 semanas

8 op. → x semanas

Antes de começar a fazer, devemos pensar: se diminuiu o número de funcionários, será que a velocidade da obra vai aumentar? É claro que não, e se um lado diminui enquanto o outro aumentou, é inversamente proporcional e, portanto, devemos multiplicar lado por lado (em paralelo).

$8.x = 12.6$

$8x = 72$

$x = \dfrac{72}{8} \rightarrow x = 9$

Dica

Quando a regra de três é inversa, multiplicamos lado por lado, regra da LALA.

Exemplo: A velocidade constante de um carro e o tempo que esse carro gasta para dar uma volta completa em uma pista estão indicados na tabela a seguir:

Velocidade (km/h)	120	60	40
Tempo (min)	1	2	3

Observando a tabela, percebemos que se trata de uma grandeza inversamente proporcional, pois, à medida que uma grandeza aumenta a outra diminui.

5. Diga se é diretamente ou inversamente proporcional:

a) Número de cabelos brancos do professor Zambeli e sua idade.
b) Número de erros em uma prova e a nota obtida.
c) Número de operários e o tempo necessário para eles construírem uma casa.
d) Quantidade de alimento e o número de dias que poderá sobreviver um náufrago.
e) O numero de regras matemática ensinadas e a quantidade de aulas do professor Dudan assistidas.

6. Se um avião, voando a 500 Km/h, faz o percurso entre duas cidades em 3h, quanto tempo levará se viajar a 750 Km/h?

a) 1,5h.
b) 2h.
c) 2,25h.
d) 2,5h.
e) 2,75h.

7. Em um navio com uma tripulação de 800 marinheiros há víveres para 45 dias. Quanto tempo poderíamos alimentar os marinheiros com o triplo de víveres?

a) 130
b) 135
c) 140
d) 145
e) 150

8. Uma viagem foi feita em 12 dias percorrendo-se 150km por dia. Quantos dias seriam empregados para fazer a mesma viagem, percorrendo-se 200km por dia?

a) 5
b) 6
c) 8
d) 9
e) 10

Gabarito: **1.** R$28,00 **2.** 29 **3.** D **4.** 18 **5.** B **6.** B **7.** B **8.** D

REGRA DE TRÊS SIMPLES

Grandezas diretamente proporcionais

A definição de grandeza está associada a tudo aquilo que pode ser medido ou contado. Como exemplo, citamos: comprimento, tempo, temperatura, massa, preço, idade e etc.

As grandezas diretamente proporcionais estão ligadas de modo que à medida que uma grandeza aumenta ou diminui, a outra altera de forma proporcional.

Grandezas diretamente proporcionais, explicando de uma forma mais informal, são grandezas que crescem juntas e diminuem juntas. Podemos dizer também que nas grandezas diretamente proporcionais uma delas varia na mesma razão da outra. Isto é, duas grandezas são diretamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra também dobra; triplicando uma delas, a outra também triplica... E assim por diante.

Exemplo:

Um automóvel percorre 300 km com 25 litros de combustível. Caso o proprietário desse automóvel queira percorrer 120 km, quantos litros de combustível serão gastos?

300 km → 25 litros
120 km → x litros

$$\frac{300}{120} = \frac{25}{x} \qquad 300.x = 25.120 \rightarrow x = \frac{3000}{300} \rightarrow x = 10$$

Dica

Quando a regra de três é direta multiplicamos em X, regra do "CRUZ CREDO".

Exemplo:

Em uma gráfica, certa impressora imprime 100 folhas em 5 minutos. Quantos minutos ela gastará para imprimir 1300 folhas?

100 folhas → 5 minutos
1300 folhas → x minutos

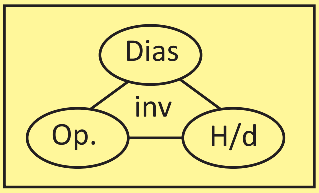
$$\frac{100}{1300} = \frac{5}{x} \quad = \quad 100.x = 5.1300 \quad \rightarrow \quad x = \frac{5 \times 1300}{100} = 65 \text{ minutos}$$

Grandeza inversamente proporcional

Entendemos por grandezas inversamente proporcionais as situações onde ocorrem operações inversas, isto é, se dobramos uma grandeza, a outra é reduzida à metade.

São grandezas que quando uma aumenta a outra diminui e vice-versa. Percebemos que variando uma delas, a outra varia na razão inversa da primeira. Isto é, duas grandezas são inversamente proporcionais quando, dobrando uma delas, a outra se reduz pela metade; triplicando uma delas, a outra se reduz para a terça parte... E assim por diante.

Dica!!



Exemplo:

12 operários constroem uma casa em 6 semanas. 8 operários, nas mesmas condições, construiriam a mesma casa em quanto tempo?

12 op. → 6 semanas

8 op. → x semanas

Antes de começar a fazer, devemos pensar: se diminuiu o número de funcionários, será que a velocidade da obra vai aumentar? É claro que não, e se um lado diminui enquanto o outro aumentou, é inversamente proporcional e, portanto, devemos multiplicar lado por lado (em paralelo).

$8.x = 12.6$

$8x = 72$

$x = \frac{72}{8} \rightarrow x = 9$

Dica

Quando a regra de três é inversa, multiplicamos lado por lado, regra da LALA.

Exemplo: A velocidade constante de um carro e o tempo que esse carro gasta para dar uma volta completa em uma pista estão indicados na tabela a seguir:

Velocidade (km/h)	120	60	40
Tempo (min)	1	2	3

Observando a tabela, percebemos que se trata de uma grandeza inversamente proporcional, pois, à medida que uma grandeza aumenta a outra diminui.

Questões

1. Diga se é diretamente ou inversamente proporcional:

a) Número de cabelos brancos do professor Zambeli e sua idade.
b) Número de erros em uma prova e a nota obtida.
c) Número de operários e o tempo necessário para eles construírem uma casa.
d) Quantidade de alimento e o número de dias que poderá sobreviver um náufrago.
e) O número de regras matemática ensinadas e a quantidade de aulas do professor Dudan assistidas.

2. Se (3, x, 14, ...) e (6, 8, y, ...) forem grandezas diretamente proporcionais, então o valor de x + y é:

a) 20
b) 22
c) 24
d) 28
e) 32

3. Uma usina produz 500 litros de álcool com 6 000 kg de cana – de – açúcar. Determine quantos litros de álcool são produzidos com 15 000 kg de cana.

a) 1000 litros.
b) 1050 litros.
c) 1100 litros.
d) 1200 litros.
e) 1250 litros.

4. Um muro de 12 metros foi construído utilizando 2 160 tijolos. Caso queira construir um muro de 30 metros nas mesmas condições do anterior, quantos tijolos serão necessários?

a) 5000 tijolos.
b) 5100 tijolos.
c) 5200 tijolos.
d) 5300 tijolos.
e) 5400 tijolos.

5. Uma equipe de 5 professores gastaram 12 dias para corrigir as provas de um vestibular. Considerando a mesma proporção, quantos dias levarão 30 professores para corrigir as provas?

a) 1 dia.
b) 2 dias.
c) 3 dias.
d) 4 dias.
e) 5 dias.

6. Em uma panificadora são produzidos 90 pães de 15 gramas cada um. Caso queira produzir pães de 10 gramas, quantos iremos obter?

a) 120 pães.
b) 125 pães.
c) 130 pães.
d) 135 pães.
e) 140 pães.

7. Se um avião, voando a 500 Km/h, faz o percurso entre duas cidades em 3h, quanto tempo levará se viajar a 750 Km/h?

a) 1,5h.
b) 2h.
c) 2,25h.
d) 2,5h.
e) 2,75h.

8. Em um navio com uma tripulação de 800 marinheiros há víveres para 45 dias. Quanto tempo poderíamos alimentar os marinheiros com o triplo de víveres?

a) 130 dias.
b) 135 dias.
c) 140 dias.
d) 145 dias.
e) 150 dias.

9. A comida que restou para 3 náufragos seria suficiente para alimentá-los por 12 dias. Um deles resolveu saltar e tentar chegar em terra nadando. Com um náufrago a menos, qual será a duração dos alimentos?

a) 12 dias.
b) 14 dias.
c) 16 dias.
d) 18 dias.
e) 20 dias.

10. Uma viagem foi feita em 12 dias percorrendo-se 150km por dia. Quantos dias seriam empregados para fazer a mesma viagem, percorrendo-se 200km por dia?

a) 5 dias.
b) 6 dias.
c) 8 dias.
d) 9 dias.
e) 10 dias.

11. Para realizar certo serviço de manutenção são necessários 5 técnicos trabalhando durante 6 dias, todos com o mesmo rendimento e o mesmo número de horas. Se apenas 3 técnicos estiverem disponíveis, pode-se concluir que o número de dias a mais que serão necessários para realizar o mesmo serviço será:

a) 2 dias.
b) 3 dias.
c) 4 dias.
d) 5 dias.
e) 6 dias.

12. Três torneiras, com vazões iguais e constantes, enchem totalmente uma caixa d'água em 45 minutos. Para acelerar esse processo, duas novas torneiras, iguais às primeiras, foram instaladas. Assim, o tempo gasto para encher essa caixa d'água foi reduzido em:

a) 18 min.
b) 20 min.
c) 22 min.
d) 25 min.
e) 28 min.

13. Um empreiteiro utilizou 10 pedreiros para fazer um trabalho em 8 dias. Um vizinho gostou do serviço e contratou o empreiteiro para realizar trabalho idêntico em sua residência. Como o empreiteiro tinha somente 4 pedreiros disponíveis, o prazo dado para a conclusão da obra foi:

a) 24 dias.
b) 20 dias.
c) 18 dias.
d) 16 dias.
e) 14 dias.

Casos particulares

João, sozinho, faz um serviço em 10 dias. Paulo, sozinho, faz o mesmo serviço em 15 dias. Em quanto tempo fariam juntos esse serviço?

Primeiramente, temos que padronizar o trabalho de cada um, neste caso já esta padronizado, pois ele fala no trabalho completo, o que poderia ser dito a metade do trabalho feito em um certo tempo.

Se João faz o trabalho em 10 dias, isso significa que ele faz 1/10 do trabalho por dia.

Na mesma lógica, Paulo faz 1/15 do trabalho por dia.

Juntos o rendimento diário é de $\frac{1}{10} + \frac{1}{15} = \frac{3}{30} + \frac{2}{30} = \frac{5}{30} = \frac{1}{6}$

Se em um dia eles fazem 1/6 do trabalho em 6 dias os dois juntos completam o trabalho.

Sempre que as capacidades forem diferentes, mas o serviço a ser feito for o mesmo, seguimos a seguinte regra: $\frac{1}{t_1} + \frac{1}{t_2} = \frac{1}{t_T(\text{tempo total})}$

14. Uma torneira enche um tanque em 3h, sozinha. Outra torneira enche o mesmo tanque em 4h, sozinha. Um ralo esvazia todo o tanque sozinho em 2h. Estando o tanque vazio, as 2 torneiras abertas e o ralo aberto, em quanto tempo o tanque encherá?

a) 10 h.
b) 11 h.
c) 12 h.
d) 13 h.
e) 14 h.

Gabarito: **1.** * **2.** E **3.** E **4.** E **5.** B **6.** D **7** B **8.** B **9.** D **10.** D **11.** C **12.** A **13.** B **14.** C

REGRA DE TRÊS COMPOSTA

A regra de três composta é utilizada em problemas com mais de duas grandezas, direta ou inversamente proporcionais. Para não vacilar, temos que montar um esquema com base na análise das colunas completas em relação à coluna do "x".

Vejamos os exemplos abaixo.

Exemplo:

Em 8 horas, 20 caminhões descarregam $160m^3$ de areia. Em 5 horas, quantos caminhões serão necessários para descarregar $125m^3$?

A regra é colocar em cada coluna as grandezas de mesma espécie e deixar o X na segunda linha.

+ Horas	Caminhões	– Volume
8	20	160
5	x	125

Identificando as relações em relação à coluna que contém o X:

Se em 8 horas, 20 caminhões carregam a areia, em 5 horas, para carregar o mesmo volume, serão MAIS caminhões. Então se coloca o sinal de + sobre a coluna Horas.

Se 160 m^3 são transportados por 20 caminhões, 125 m^3 serão transportados por MENOS caminhões. Sinal de – para essa coluna.

Assim, basta montar a equação com a seguinte orientação: ficam no numerador, acompanhando o valor da coluna do x, o MAIOR valor da coluna com sinal de +, e da coluna com sinal de –, o MENOR valor.

Assim:

$\frac{20 \times 125 \times 8}{160 \times 5} = 25$ Logo, serão necessários **25 caminhões**.

Exemplo:

Numa fábrica de brinquedos, 8 homens montam 20 carrinhos em 5 dias. Quantos carrinhos serão montados por 4 homens em 16 dias?

Solução: montando a tabela:

–		+
Homens	**Carrinhos**	**Dias**
8	20	5
4	x	16

Observe que se **8** homens montam 20 carrinhos, então 4 homens montam MENOS carrinhos. Sinal de – nessa coluna.

Se em 5 dias se montam 20 carrinhos, então em 16 dias se montam MAIS carrinhos. Sinal de +.

Montando a equação: $x = \dfrac{20 \times 4 \times 16}{8 \times 5} = 32$

Logo, serão montados **32 carrinhos**.

Exemplo:

O professor Cássio estava digitando o material para suas incríveis aulas para a turma do BNB e percebeu que digitava 30 linhas em 2,5 minutos num ritmo constante e errava 5 vezes a digitação nesse intervalo de tempo.

Sabe-se que o numero de erros é proporcional ao tempo gasto na digitação.

Assim com o objetivo de diminuir o total de erros para 4, se Cassio for digitar 120 linhas com velocidade 20% inferior ele precisará de um tempo igual a:

a) 300 segundos.
b) 400 segundos.
c) 500 segundos.
d) 580 segundos.
e) 600 segundos.

RESOLUÇÃO:

Inicialmente organizaremos as colunas nas mesmas unidades de medida, portanto, usaremos o tempo em segundos lembrando que 2,5 minutos = 2,5 x 60 segundos , logo 150 segundos.

Assim:

linhas	t(seg)	erros	velocidade(%)
30	150	5	100
120	x	4	80

Agora temos que fazer as perguntas para a coluna do x:

Se 30 linhas precisam de 150 segundos para serem digitadas, 120 linhas gastarão MAIS ou MENOS tempo? RESPOSTA: MAIS tempo.

Se 5 erros são cometidos em 150 segundos de digitação, 4 erros seriam cometidos em MAIS ou MENOS tempo? RESPOSTA: MENOS tempo.

Se com velocidade de 100% a digitação é feita em 150 segundos, com velocidade reduzida em 20%gastaríamos MAIS ou MENOS tempo?RESPOSTA: MAIS tempo.

Agora colocamos os sinais nas colunas e montamos a equação.

+		–	+
linhas	**t(seg)**	**erros**	**velocidade(%)**
30	150	5	100
120	x	4	80

Assim basta colocar no numerador o valor que respeita o sinal colocado na coluna completa:

Sinal de + , coloca-se o MAIOR , sinal de - , coloca-se o MENOR valor.

$$\mathbf{X} = \frac{150.120.4.100}{30.5.80} = \frac{\cancel{150}.120.4.100}{\cancel{30}.5.80} = \frac{\cancel{5}.120.4.100}{\cancel{5}.80} = \frac{\cancel{120}.4.100}{\cancel{80}} =$$

$$\frac{12.4.100}{\cancel{8}} = \mathbf{12.50 = 600\ segundos.}$$

Alternativa E

Questões

1. Num acampamento, 10 escoteiros consumiram 4 litros de água em 6 dias. Se fossem 7 escoteiros, em quantos dias consumiriam 3 litros de água?

a) 6,50
b) 6,45
c) 6,42
d) 6,52
e) 6,5

2. Em uma campanha publicitária, foram encomendados, em uma gráfica,quarenta e oito mil folhetos. O serviço foi realizado em seis dias, utilizando duas máquinas de mesmo rendimento, oito horas por dia. Dado o sucesso da campanha, uma nova encomenda foi feita, sendo desta vez de setenta e dois mil folhetos. Com uma das máquinas quebradas, a gráfica prontificou-se a trabalhar doze horas por dia, entregando a encomenda em:

a) 7 dias
b) 8 dias
c) 10 dias
d) 12 dias
e) 15 dias

3. Franco e Jade foram incumbidos de digitar os laudos de um texto. Sabe-se que ambos digitaram suas partes com velocidades constantes e que a velocidade de Franco era 80% de Jade. Nessas condições, se Jade gastou 10 min para digitar 3 laudos, o tempo gasto por Franco para digitar 24 laudos foi?

a) 1h e 15 min.
b) 1h e 20 min.
c) 1h e 30 min.
d) 1h e 40 min.
e) 2h.

4. Uma fazenda tem 30 cavalos e ração estocada para alimentá-los durante 2 meses. Se forem vendidos 10 cavalos e a ração for reduzida à metad, os cavalos restantes poderão ser alimentados durante:

a) 3 meses.
b) 4 meses.
c) 45 dias.
d) 2 meses.
e) 30 dias.

5. Uma ponte foi construída em 48 dias por 25 homens, trabalhando-se 6 horas por dia. Se o número de homens fosse aumentado em 20% e a carga horária de trabalho em 2 horas por dia, esta ponte seria construída em:

a) 24 dias.
b) 30 dias.
c) 36 dias.
d) 40 dias.
e) 45 dias

6. Usando um ferro elétrico 20 minutos por dia, durante 10 dias, o consumo de energia será de 5 kWh. O consumo do mesmo ferro elétrico se ele for usado 70 minutos por dia, durante 15 dias será de.

a) 25 kWh.
b) 25,5 kWh.
c) 26 kWh.
d) 26,25 kWh.
e) 26,5 kWh.

7. Trabalhando oito horas por dia, durante 16 dias, Pedro recebeu R$ 2 000,00. Se trabalhar 6 horas por dia, durante quantos dias ele deverá trabalhar para receber R$ 3000,00?

a) 31 dias.
b) 32 dias.
c) 33 dias.
d) 34 dias.
e) 35 dias.

8. Cinco trabalhadores de produtividade padrão e trabalhando individualmente, beneficiam ao todo, 40 kg de castanha por dia de trabalho referente a 8 horas. Considerando que existe uma encomenda de 1,5 toneladas de castanha para ser entregue em 15 dias úteis, quantos trabalhadores de produtividade padrão devem ser utilizados para que se atinja a meta pretendida, trabalhando dez horas por dia?

a) 10
b) 11
c) 12
d) 13
e) 14

9. Uma montadora de automóveis demora 20 dias, trabalhando 8 horas por dia, para produzir 400 veículos. Quantos dias serão necessários para produzir 50 veículos, trabalhando 10 horas ao dia?

a) 1.
b) 2.
c) 3.
d) 4.
e) 5.

10. Em 12 horas de funcionamento, três torneiras, operando com vazões iguais e constantes, despejam 4500 litros de água em um reservatório. Fechando-se uma das torneiras, o tempo necessário para que as outras duas despejem mais 3 500 litros de água nesse reservatório será, em horas, igual a:

a) 10h
b) 11h
c) 12h
d) 13h
e) 14h

11. Em uma fábrica de cerveja, uma máquina encheu 2 000 garrafas em 8 dias, funcionando 8 horas por dia. Se o dono da fábrica necessitasse que ela triplicasse sua produção dobrando ainda as suas horas diárias de funcionamento, então o tempo, em dias, que ela levaria para essa nova produção seria:

a) 16
b) 12
c) 10
d) 8
e) 4

12. Em uma fábrica de tecidos, 7 operários produziram, em 10 dias, 4 060 decímetros de tecido. Em 13 dias, 5 operários, trabalhando nas mesmas condições, produzem um total em metros de tecidos igual a:

a) 203
b) 377
c) 393
d) 487
e) 505

13. Para cavar um túnel, 30 homens demoraram 12 dias. Vinte homens, para cavar dois túneis do mesmo tamanho e nas mesmas condições do primeiro túnel, irão levar:

a) 36 dias.
b) 38 dias.
c) 40 dias.
d) 42 dias.
e) 44 dias.

14. Através de um contrato de trabalho, ficou acertado que 35 operários construiriam uma casa em 32 dias, trabalhando 8 horas diárias. Decorridos 8 dias, apesar de a obra estar transcorrendo no ritmo previsto, novo contrato foi confirmado: trabalhando 10 horas por dia, 48 operários terminariam a obra. O número de dias gasto, ao todo, nesta construção foi:

a) 14
b) 19
c) 22
d) 27
e) 50

15. Numa editora, 8 digitadores, trabalhando 6 horas por dia, digitaram 3/5 de um determinado livro em 15 dias. Então, 2 desses digitadores foram deslocados para um outro serviço, e os restantes passaram a trabalhar apenas 5 horas por dia na digitação desse livro. Mantendo-se a mesma produtividade, para completar a digitação do referido livro, após o deslocamento dos 2 digitadores, a equipe remanescente terá de trabalhar ainda:

a) 18 dias.
b) 16 dias.
c) 15 dias.
d) 14 dias.
e) 12 dias.

Gabarito: **1.** C **2.** D **3.** D **4.** C **5.** B **6.** D **7.** B **8.** A **9.** B **10.** E **11.** B **12.** B **13.** A **14.** C **15.** B

DIVISÃO PROPORCIONAL

Existem problemas que solicitam a divisão de um número em partes diretamente proporcionais a outro grupo de números, assim como aqueles que pedem a divisão em partes inversamente proporcionais. Temos também os casos onde em uma mesma situação um número de ser dividido em partes diretamente proporcionais a um grupo de números e em partes inversamente proporcionais a um outro grupo de números.

A divisão proporcional é muito usada em situações relacionadas à Matemática Financeira, Contabilidade, Administração, na divisão de lucros e prejuízos proporcionais aos valores investidos pelos sócios de uma determinada empresa, por grupos de investidores em bancos de ações e contas bancárias.

São questões sempre presentes em concursos públicos por isso faremos uma abordagem cuidadosa e detalhada desse mecanismo.

CONSTANTE DE PROPORCIONALIDADE

Considere as informações na tabela:

A	B
5	10
6	12
7	14
9	18
13	26
15	30

As colunas A e B não são iguais, mas são PROPORCIONAIS.

Então, podemos escrever:

$5 \propto 10$

$6 \propto 12$

$9 \propto 18$

Assim podemos afirmar que:

$5k = 10$

$6k = 12$

∴

∴

$9k = 18$

Onde a constante de proporcionalidade k é igual a dois.



DIVISÃO PROPORCIONAL

Podemos definir uma DIVISÃO PROPORCIONAL, como uma forma de divisão no qual se determinam valores que, divididos por quocientes previamente determinados, mantêm-se uma razão constante (que não tem variação).

Exemplo Resolvido 1

Vamos imaginar que temos 120 bombons para distribuir em partes diretamente proporcionais a 3, 4 e 5, entre 3 pessoas A, B e C, respectivamente:

Num total de 120 bombons, k representa a quantidade de bombons que cada um receberá.

Pessoa A - k k k = 3k

Pessoa B - k k k = 4k

Pessoas C - k k k = 5k

Se A + B + C = 120 então 3k + 4k + 5k = 120
3k + 4k + 5k = 120 logo 12k = 120 e assim k = 10

Pessoa A receberá 3 x 10 = 30
Pessoas B receberá 4 x 10 = 40
Pessoas C receberá 5 x 10 = 50

Exemplo Resolvido 2

Dividir o número 810 em partes diretamente proporcionais a 2/3, 3/4 e 5/6.

Primeiramente tiramos o mínimo múltiplo comum entre os denominadores 3, 4 e 6.

$$\frac{2}{3}\,\frac{3}{4}\,\frac{5}{6} = \frac{8}{12}\,\frac{9}{12}\,\frac{10}{12}$$

Depois de feito o denominador e encontrado frações equivalentes a 2/3, 3/4 e 5/6 com denominador 12 trabalharemos apenas com os numeradores ignorando o denominador, pois como ele é comum nas três frações não precisamos trabalhar com ele mais.

Podemos então dizer que:

8K + 9K + 10K = 810
27K = 810
K = 30.

Por fim multiplicamos cada parte proporcional pelo valor encontrado de k e assim obtemos:

240, 270 e 300.

8 x 30 = 240

9 x 30 = 270

10 x 30 = 300

Exemplo Resolvido 3

Dividir o número 305 em partes **inversamente proporcionais** a 3/8, 5 e 5/6.

O que muda quando diz inversamente proporcional? Simplesmente invertemos as frações pelas suas inversas.

$\frac{3}{8} \rightarrow \frac{8}{3}$

$5 \rightarrow \frac{1}{5}$ Depois disto usamos o mesmo método de cálculo.

$\frac{5}{6} \rightarrow \frac{6}{5}$

$\frac{8}{3}\frac{1}{5}\frac{6}{5} = \frac{40}{15}\frac{3}{15}\frac{18}{15}$

Ignoramos o denominador e trabalhamos apenas com os numeradores.

40K + 3K + 18K = 305 logo 61K = 305 e assim K = 5

Por fim,

40 x 5 = 200

3 x 5 = 15

18 x 5 = 90

200, 15 e 90

Exemplo Resolvido 4

Dividir o número 118 em partes simultaneamente proporcionais a 2, 5, 9 e 6, 4 e 3.

Como a razão é direta, basta multiplicarmos suas proporcionalidades na ordem em que foram apresentadas em ambas.

2 x 6 = 12

5 x 4 = 20

9 x 3 = 27 logo 12K + 20K + 27K = 118 → 59K = 118 daí

K = 2

Tendo então,

12 x 2 = 24

20 x 2 = 40 24, 40 e 54.

27 x 2 = 54

Questões

1. Dividir o número 180 em partes diretamente proporcionais a 2,3 e 4.

2. Divida o número 250 em partes diretamente proporcionais a 15, 9 e 6.

3. Dividir o número 540 em partes diretamente proporcionais a 2/3, 3/4 e 5/6.

4. Dividir o número 48 em partes inversamente proporcionais a 1/3, 1/5 e 1/8.

5. Dividir o número 148 em partes diretamente proporcionais a 2, 6 e 8 e inversamente proporcionais a 1/4, 2/3 e 0,4.

6. Dividir o número 670 em partes inversamente proporcionais simultaneamente a 2/5, 4, 0,3 e 6, 3/2 e 2/3.

7. Dividindo-se 70 em partes proporcionais a 2, 3 e 5, a soma entre a menor e a maior parte é:

a) 35
b) 49
c) 56
d) 42
e) 28

8. Com o lucro de R$ 30.000,00. O sócio A investiu R$ 60.000,00, o sócio B R$ 40.000,00 e o sócio R$ 50.000,00. Qual a parte correspondente de cada um?

9. Quatro amigos resolveram comprar um bolão da loteria. Cada um dos amigos deu a seguinte quantia:

Carlos: R$ 5,00 Roberto: R$ 4,00 Pedro: R$ 8,00 João: R$ 3,00

Se ganharem o prêmio de R$ 500.000,00, quanto receberá cada amigo, considerando que a divisão será proporcional à quantia que cada um investiu?

10. Três sócios formam uma empresa. O sócio A entrou com R$ 2 000 e trabalha 8h/dia. O sócio B entrou com R$ 3 000 e trabalha 6h/dia. O sócio C entrou com R$ 5 000 e trabalha 4h/dia. Se, na divisão dos lucros o sócio B recebe R$ 90 000, quanto recebem os demais sócios?

11. Três pessoas montam uma sociedade, na qual cada uma delas aplica, respectivamente, R$ 20.000,00, R$ 30.000,00 e R$ 50.000,00. O balanço anual da firma acusou um lucro de R$ 40.000,00. Supondo-se que o lucro seja dividido em partes diretamente proporcionais ao capital aplicado, cada sócio receberá, respectivamente:

a) R$ 5.000,00; R$ 10.000,00 e R$ 25.000,00
b) R$ 7.000,00; R$ 11.000,00 e R$ 22.000,00
c) R$ 8.000,00; R$ 12.000,00 e R$ 20.000,00
d) R$ 10.000,00; R$ 10.000,00 e R$ 20.000,00
e) R$ 12.000,00; R$ 13.000,00 e R$ 15.000,00

12. Uma herança foi dividida entre 3 pessoas em partes diretamente proporcionais às suas idades que são 32, 38 e 45

Se o mais novo recebeu R$ 9 600, quanto recebeu o mais velho?

13. Uma empresa dividiu os lucros entre seus sócios, proporcionais a 7 e 11. Se o 2º sócio recebeu R$ 20 000 a mais que o 1º sócio, quanto recebeu cada um?

14. Certa herança foi dividida de forma proporcional às idades dos herdeiros, que tinham 35, 32 e 23 anos. Se o mais velho recebeu R$ 525,00 quanto coube ao mais novo?

a) R$ 230,00
b) R$ 245,00
c) R$ 325,00
d) R$ 345,00
e) R$ 350,00

15. Certo mês o dono de uma empresa concedeu a dois de seus funcionários uma gratificação no valor de R$ 500. Essa gratificação foi dividida entre eles em partes que eram diretamente proporcionais aos respectivos números de horas de plantões que cumpriram no mês e, ao mesmo tempo, inversamente proporcional à suas respectivas idades. Se um dos funcionários tem 36 anos e cumpriu 24h de plantões e, outro, de 45 anos cumpriu 18h, coube ao mais jovem receber:

a) R$ 302,50
b) R$ 310,00
c) R$ 312,5
d) R$ 325,00
e) R$ 342,50

Casos Especiais

Usaremos o método da divisão proporcional para resolver sistemas de equações que apresentem uma das equações como proporção.

Exemplo Resolvido 5 :

A idade de meu pai está para a idade do filho assim como 9 está para 4. Determine essas idades sabendo que a diferença entre eles é de 35 anos.

$\frac{P}{F} = \frac{9}{4}$

$P - F = 9$

Como já vimos as proporções ocorrem tanto "verticalmente" como "horizontalmente". Então podemos dizer que:

P está para 9 assim como F está para 4. Simbolicamente, $\frac{P}{9} = \frac{F}{4}$

Usando a propriedade de que "toda proporção se transforma em uma igualdade quando multiplicada por uma constante", temos:

P = 9k e F = 4k

Logo a expressão fica:

P – F = 35
9k – 4k = 35
5k = 35
K = 7

Assim, P = 9 x 7= 63 e F = 4 x 7 = 28

16. Se $\frac{x}{9} = \frac{y}{13}$ e x + y = 154 determine x e y:

17. Sabendo-se que x – y = 18, determine x e y na proporção $\frac{x}{y} = \frac{5}{2}$.

18. Os salários de dois funcionários do Tribunal são proporcionais às suas idades que são 40 e 25 anos. Se os salários somados totalizam R$9100,00 qual a diferença de salário destes funcionários?

19. A diferença entre dois números é igual a 52. O maior deles está para 23, assim como o menor está para 19.Que números são esses?

20. A idade do pai está para a idade do filho assim como 7 está para 3. Se a diferença entre essas idades é 32 anos, determine a idade de cada um.

Gabarito: **1.**40,60e80 **2.**125,75e50 **3.**240,270e300 **4.**9,15e24 **5.**32,36e80 **6.**50,20e600 **7.**B **8.**1200/8000/10000 **9.**R$ 125000, R$10000, R$200000 e R$75000 **10.** R$80000, R$ 90000 e R$100000 **11.**C **12.** R$ 13500 **13.** R$35000 e R$ 55000 **14.** D **15.** C **16.** x = 63 / y = 91 **17.** 30 e 12 **18.** R$ 2100 **19.** 299 e 247 **20.** 56 e 24

SISTEMA MÉTRICO DECIMAL

Definição: O **SISTEMA MÉTRICO DECIMAL** é parte integrante do Sistema de Medidas. É adotado no Brasil tendo como unidade fundamental de medida o metro. O Sistema de Medidas é um conjunto de medidas usado em quase todo o mundo, visando padronizar as formas de medição.

Unidades de medida ou **sistemas de medida** é um tema bastante presente em concursos públicos e por isto é mais um dos assuntos tratados nesse livro.

Para podermos comparar um valor com outro, utilizamos uma grandeza predefinida como referência, grandeza esta chamada de unidade padrão.

As unidades de medida padrão que nós brasileiros utilizamos com maior frequência são o **grama**, o **litro** e o **metro**, assim como o **metro quadrado** e o **metro cúbico**.

Além destas também fazemos uso de outras unidades de medida para realizarmos, por exemplo a medição de tempo, de temperatura ou de ângulo.

Dependendo da unidade de medida que estamos utilizando, a unidade em si ou é muito grande ou muito pequena, neste caso então utilizamos os seus múltiplos ou submúltiplos. O **grama** geralmente é uma unidade muito pequena para o uso cotidiano, por isto em geral utilizamos o **quilograma**, assim como em geral utilizamos o **mililitro** ao invés da própria unidade **litro**, quando o assunto é bebidas por exemplo.

Utilização das Unidades de Medida

Quando estamos interessados em saber a quantidade de líquido que cabe em um recipiente, na verdade estamos interessados em saber a sua capacidade. O volume interno de um recipiente é chamado de capacidade. A unidade de medida utilizada na medição de capacidades é o litro.

Se estivéssemos interessados em saber o volume do recipiente em si, a unidade de medida utilizada nesta medição seria o metro cúbico.

Para ladrilharmos um cômodo de uma casa, é necessário que saibamos a área deste cômodo. Áreas são medidas em metros quadrados.

Para sabermos o comprimento de uma corda, é necessário que a meçamos. Nesta medição a unidade de medida utilizada será o metro ou metro linear.

Se você for fazer uma saborosa torta de chocolate, precisará comprar cacau e o mesmo será pesado para medirmos a massa desejada. A unidade de medida de massa é o grama.

Veja a tabela a seguir na qual agrupamos estas principais unidades de medida, seus múltiplos e submúltiplos do **Sistema Métrico Decimal**, segundo o **Sistema Internacional de Unidades – SI**:

Subconjunto de Unidades de Medida do Sistema Métrico Decimal

Medida de	Grandeza	Fator	Múltiplos			Unidades	Submúltiplos		
Capacidade	Litro	10	kl	hl	dal	l	dl	cl	ml
Volume	Métro Cúbico	1000	km^3	hm^3	dam^3	m^3	dm^3	cm^3	mm^3
Área	Metro Quadrado	100	km^2	hm^2	dam^2	m^2	dm^2	cm^2	mm^2
Comprimento	Metro	10	km	hm	dam	m	dm	cm	mm
Massa	Grama	10	kg	hg	dag	g	dg	cg	mg
		÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x

Observe que as setas que apontam para a direita indicam uma multiplicação pelo fator multiplicador (*10, 100 ou 1000 dependendo da unidade de medida*), assim como as setas que apontam para a esquerda indicam uma divisão também pelo fator.

A conversão de uma unidade para outra unidade dentro da mesma grandeza é realizada multiplicando-se ou dividindo-se o seu valor pelo fator de conversão, dependendo da unidade original estar à esquerda ou à direita da unidade a que se pretende chegar, tantas vezes quantos forem o número de níveis de uma unidade a outra.

O metro

O termo "metro" é oriundo da palavra grega "métron" e tem como significado "o que mede". Estabeleceu-se no princípio que a medida do "metro" seria a décima milionésima parte da distância entre o Pólo Norte e Equador, medida pelo meridiano que passa pela cidade francesa de Paris. O metro padrão foi criado no de 1799 e hoje é baseado no espaço percorrido pela luz no vácuo em um determinado período de tempo.

Múltiplos e submúltiplos do Metro

Como o metro é a unidade fundamental do comprimento, existem evidentemente os seus respectivos múltiplos e submúltiplos.
Os nomes pré-fixos destes múltiplos e submúltiplos são: quilo, hecto, deca, centi e mili.
Veja o quadro:

Múltiplos	Unidade Principal			Submúltiplos		
Quilômetro	Hectômetro	Decâmetro	Metro	Decímetro	Centímetro	Milímetro
Km	Hm	Dam	M	Dm	Cm	Mm
1000m	100m	10m	1m	0,1m	0,01m	0,001m
2000m	200m	20m	2m	0,2m	0,02m	0,002m
3000m	300m	30m	3m	0,3m	0,03m	0,003m

Os múltiplos do metro são usados para realizar medição em grandes áreas/distâncias, enquanto os submúltiplos para realizar medição em pequenas distâncias.

Leitura das Medidas de Comprimento

Podemos efetuar a leitura correta das medidas de comprimento com auxilio de um quadro chamado "quadro de unidades".

Exemplo: Leia 16,072 m

Km	Hm	Dam	M	Dm	Cm	Mm
Kilômetro	Hectômetro	Decâmetro	Metro	Decímetro	Centímetro	Milímetro
		1	6,	0	7	2

Após ter colocado os respectivos valores dentro das unidades equivalentes, lê-se a parte inteira acompanhada da unidade de medida do seu último algarismo e a parte decimal com a unidade de medida o último algarismo.

16,072m : dezesseis metros e setenta e dois milímetros.

Veja outros exemplos de leitura:

8,05 km = Lê-se assim: "Oito quilômetros e cinco decâmetros"

72,207 dam = Lê-se assim: "Setenta e dois decâmetros e duzentos e sete centímetros"

0,004 m = Lê-se assim: "quatro milímetros".

Sistemas não Decimais

Para distâncias astronômicas utilizamos o Ano-luz (distância percorrida pela luz em um ano):

Ano-luz = $9,5 \cdot 10^{12}$ km

O pé, a polegada, a milha e a jarda são unidades não pertencentes ao sistemas métrico decimal, são utilizadas em países de língua inglesa. Observe as igualdades abaixo:

Pé = 30,48 cm

Polegada = 2,54 cm

Jarda = 91,44 cm

Milha terrestre = 1.609 m

Milha marítima = 1.852 m

Observe que:

1 pé = 12 **polegadas**

1 jarda = 3 pés

SISTEMA DE MEDIDA DE TEMPO

Medidas de tempo

É comum em nosso dia-a-dia pergunta do tipo:

- Qual a duração dessa partida de futebol?
- Qual o tempo dessa viagem?
- Qual a duração desse curso?
- Qual o melhor tempo obtido por esse corredor?

Todas essas perguntas serão respondidas tomando por base uma unidade padrão de medida de tempo.

A unidade de tempo escolhida como padrão no Sistema Internacional (SI) é o segundo.

Um dia é um intervalo de tempo relativamente longo, neste período você pode dormir, se alimentar, estudar, se preparar para concursos e muitas outras coisas.

Muitas pessoas se divertem assistindo um bom filme, porém se os filmes tivessem a duração de um dia, eles não seriam uma diversão, mas sim uma tortura.

Se dividirmos em 24 partes iguais o intervalo de tempo relativo a um dia, cada uma destas frações de tempo corresponderá a exatamente uma hora, portanto concluímos que um dia equivale a 24 horas e que $\frac{1}{24}$ do dia equivale a uma hora.

Uma ou duas horas é um bom tempo para se assistir um filme, mas para se tomar um banho é um tempo demasiadamente grande.

Portanto dependendo da tarefa precisamos fracionar o tempo, nesse caso, a hora.

Se dividirmos em 60 partes iguais o intervalo de tempo correspondente a uma hora, cada uma destas 60 partes terá a duração exata de um minuto, o que nos leva a concluir que uma hora equivale a 60 minutos, assim como $\frac{1}{60}$ da hora equivale a um minuto.

Dez ou quinze minutos é um tempo mais do que suficiente para tomarmos um bom banho ouvindo uma boa música, mas para atravessarmos a rua este tempo é um verdadeiro convite a um atropelamento.

Se dividirmos em 60 partes iguais o intervalo de tempo relativo a um minuto, cada uma destas partes terá a duração exata de um segundo, com isto concluímos que um minuto equivale a 60 segundos e que $\frac{1}{60}$ do minuto equivale a um segundo.

Das explicações acima podemos chegar ao seguinte resumo:

- 1 dia = 24 horas
- 1 hora = 60 minutos
- 1 minuto = 60 segundos

Assim tambem podemos concluir que :

- 1 hora = 1/24 dia
- 1 minuto = 1/60 hora
- 1 segundo = 1/60 minuto.

Múltiplos e Submúltiplos do Segundo

Quadro de unidades

Múltiplos		
Minutos	Horas	Dia
min	h	d
60s	60 min = 3.600s	24h = 1.440min = 86.400s

São submúltiplos do segundo:

- décimo de segundo
- centésimo de segundo
- milésimo de segundo

Cuidado: Nunca escreva 2,40h como forma de representar 2h 40min. Pois o sistema de medidas de tempo não é decimal.

Observe:

$$2{,}40\,\text{h} = 2\,\text{h} + \frac{40}{100}\,\text{h} = 2\,\text{h e 24 minutos}$$

$$\frac{40}{100} \cdot 60\,\text{minutos} = 24\,\text{minuto}$$

Tabela para Conversão entre Unidades de Medidas de Tempo

sendo	para converter de	para	multiplique por
$1\ h = \frac{1}{24}\ d$	horas	dias	$\frac{1}{24}$
$1\ min = \frac{1}{60}\ h$	minutos	horas	$\frac{1}{60}$
$1\ s = \frac{1}{60}\ min$	segundos	minutos	$\frac{1}{60}$
$1\ min = 60\ s$	minutos	segundos	60
$1\ h = 60\ min$	horas	minutos	60
$1\ d = 24\ h$	dias	horas	24

Além das unidades vistas anteriormente, podemos também relacionar algumas outras:

Unidade	Equivale
Semana	7 dias
Quinzena	15 dias
Mês	30 dias *
Bimestre	2 meses
Trimestre	3 meses
Quadrimestre	4 meses
Semestre	6 meses
Ano	12 meses
Década	10 anos
Século	100 anos
Milênio	1000 anos

* O mês comercial utilizado em cálculos financeiros possui por convenção 30 dias.

Exemplos Resolvidos

- **Converter 25 minutos em segundos**

A unidade de tempo minuto é maior que a unidade segundo, já que 1 minuto contém 60 segundos, portanto, de acordo com o explicado acima, devemos realizar uma multiplicação, mas devemos multiplicar por quanto?

Devemos multiplicar por 60, pois cada minuto equivale a 60 segundos:

Visto que:
A min = 60 seg

Então:
Assim 25 min é igual a 1500 s

- **Converter 2220 segundos em minutos**

Este exemplo solicita um procedimento oposto ao do exemplo anterior. A unidade de tempo segundo é menor que a unidade minuto já que: 1s = $\frac{1}{60}$ min

Logo devemos dividir por 60, pois cada segundo equivale a $\frac{1}{60}$ do minuto: 2.200 ÷ 60 = 37

Note que alternativamente, conforme a tabela de conversão acima, poderíamos ter multiplicado $\frac{1}{60}$ ao invés de termos dividido por 60, já que são operações equivalentes:

$2.200 \times \frac{1}{60} = 37$

Assim 2.220 s é igual a 37 min

- **Quantos segundos há em um dia?**

Nos exemplos anteriores nos referimos a unidades vizinhas, convertemos de minutos para segundos e vice-versa.

Como a unidade de tempo dia é maior que a unidade segundo, iremos solucionar o problema recorrendo a uma série de multiplicações.

Pela tabela de conversão acima para convertermos de dias para horas devemos multiplicar por 24, para convertermos de horas para minutos devemos multiplicar por 60 e finalmente para convertermos de minutos para segundos também devemos multiplicar por 60. Temos então o seguinte cálculo:

1 x 24 x 60 x 60 = 864.000

- **10.080 minutos são quantos dias?**

Semelhante ao exemplo anterior, só que neste caso precisamos converter de uma unidade menor para uma unidade maior. Como as unidades não são vizinhas, vamos então precisar de uma série de divisões.

De minutos para horas precisamos dividir por 60 e de horas para dias temos que dividir por 24. O cálculo será então:

10.080 ÷ 60 ÷ 24 = 7

Assim 10.080 minutos correspondem 7 dias.

1. Fernando trabalha 2h 20min todos os dias numa empresa, quantas minutos ele trabalha durante um mês inteiro de 30 dias.

a) 420
b) 4200
c) 42000
d) 4,20
e) 42,00

2. Um programa de televisão começou às 13 horas, 15 minutos e 20 segundos, e terminou às 15 horas, 5 minutos e 40 segundos. Quanto tempo este programa durou, em segundos?

a) 6.620 s
b) 6.680 s
c) 6.740 s
d) 10.220 s
e) 13.400 s

3. Uma competição de corrida de rua teve início às 8h 04min. O primeiro atleta cruzou a linha de chegada às 12h 02min 05s. Ele perdeu 35s para ajustar seu tênis durante o percurso. Se esse atleta não tivesse tido problema com o tênis, perdendo assim alguns segundos, ele teria cruzado a linha de chegada com o tempo de

a) 3h 58min 05s.
b) 3h 57min 30s.
c) 3h 58min 30s.
d) 3h 58min 35s.
e) 3h 57min 50s.

4. Um atleta já percorreu o mesmo percurso de uma corrida por dez vezes. Em duas vezes seu tempo foi de 2h 25 min. Em três vezes percorreu o percurso em 2h 17 min. Por quatro vezes seu tempo foi de 2h 22 min e em uma ocasião seu tempo foi de 2h 11 min. Considerando essas marcações, o tempo médio desse atleta nessas dez participações é:

a) 2h 13 min.
b) 2h 18 min.
c) 2h 20 min.
d) 2h 21 min.
e) 2h 24 min.

5. Uma espaçonave deve ser lançada exatamente às 12 horas 32 minutos e 30 segundos. Cada segundo de atraso provoca um deslocamento de 44 m de seu local de destino, que é a estação orbital. Devido a uma falha no sistema de ignição, a espaçonave foi lançada às 12 horas 34 minutos e 10 segundos. A distância do ponto que ela atingiu até o destino previsto inicialmente foi de:

a) 2,2 km.
b) 3,3 km.
c) 4,4 km.
d) 5,5 km.
e) 6,6 km.

6. Os $\frac{3}{50}$ de um dia correspondem a

a) 1 hora, 4 minutos e 4 segundos.
b) 1 hora, 26 minutos e 4 segundos.
c) 1 hora, 26 minutos e 24 segundos.
d) 1 hora, 40 minutos e 4 segundos.
e) 1 hora e 44 minutos.

Gabarito: **1.** B **2.** A **3.** B **4.** C **5.** C **6.** C

CONVERSÃO DE UNIDADES

Apresentamos a tabela de conversão de unidades do sistema Métrico Decimal

Medida de	Grandeza	Fator	Múltiplos			Unidades	Submúltiplos		
Capacidade	Litro	10	kl	hl	dal	l	dl	cl	ml
Volume	Metro Cúbico	1000	km^3	hm^3	dam^3	m^3	dm^3	cm^3	mm^3
Área	Metro Quadrado	100	km^2	hm^2	dam^2	m^2	dm^2	cm^2	mm^2
Comprimento	Metro	10	km	hm	dam	m	dm	cm	mm
Massa	Grama	10	kg	hg	dag	g	dg	cg	mg
		÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x	÷ ⇄ x

Exemplos de Conversão entre Unidades de Medida

Converta 2,5 metros em centímetros

Para convertermos **2,5 metros** em **centímetros**, devemos multiplicar (porque na tabela metro está à esquerda de centímetro) **2,5** por **10** duas vezes, pois para passarmos de **metros** para **centímetros** saltamos dois níveis à direita.

Primeiro passamos de **metros** para **decímetros** e depois de **decímetros** para **centímetros**:

2,5m .10.10 = 250cm

Isto equivale a passar a vírgula duas casas para a direita.

Portanto: 2,5 m é igual a 250 cm

Passe 5.200 gramas para quilogramas

Para passarmos **5.200 gramas** para **quilogramas**, devemos dividir (porque na tabela grama está à direita de quilograma) **5.200** por **10** três vezes, pois para passarmos de **gramas** para quilogramas saltamos três níveis à esquerda.

Primeiro passamos de **grama** para **decagrama**, depois de **decagrama** para **hectograma** e finalmente de **hectograma** para **quilograma**:

5200g :10:10:10 = 5,2 kg

Isto equivale a passar a vírgula três casas para a esquerda.

Portanto:5.200 g é igual a 5,2 kg

Quantos centilitros equivalem a 15 hl?

Para irmos de **hectolitros** a **centilitros**, passaremos quatro níveis à direita. Multiplicaremos então 15 por 10 quatro vezes:

15hl .10.10.10.10 = 150000 cl

Isto equivale a passar a vírgula quatro casas para a direita.

Portanto: 150.000 cl equivalem a 15 hl.

Quantos quilômetros cúbicos equivalem a 14 mm^3?

Para passarmos de **milímetros cúbicos** para **quilômetros cúbicos**, passaremos seis níveis à esquerda. Dividiremos então 14 por 1000 seis vezes:

Portanto: 0,000000000000000014 km^3, ou a 1,4 x 10^{-17} km^3 se expresso em notação científica equivalem a 14 mm^3.

Passe 50 dm^2 para hectometros quadrados

Para passarmos de **decímetros quadrados** para **hectometros quadrados**, passaremos três níveis à esquerda. Dividiremos então por 100 três vezes:

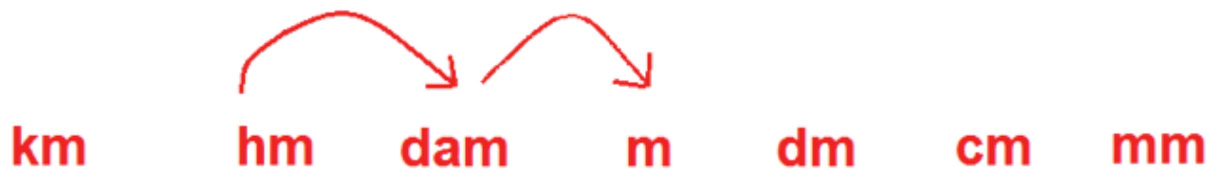
50dm^2 :100:100:100 = 0,00005 km^2

Isto equivale a passar a vírgula seis casas para a esquerda.

Portanto: 50 dm^2 é igual a 0,00005 hm^2.

Agora observe os exemplos de transformações

1. Transforme 17,475hm em m



Para transformar hm (hectômetro) em m (metro) – observe que são duas casas à direita – multiplicamos por 100, ou seja, (10 x 10).

17,475 x 100 = 1.747,50 ou seja 17,475 hm é = 1.747,50m

2. Transforme 2,462 dam em cm



Para transformar dam (Decâmetro) em cm (Centímetro) – observe que são três casas à direita – multiplicamos por 1000, ou seja, (10 x 10 x 10).

2,462 x 1000 = 2462 ou seja 2,462dam é = 2462cm

3. Transforme 186,8m em dam.



Para transformar m (metro) em dam (decâmetro) – observe que é uma casa à esquerda – dividimos por 10.

186,8 ÷ 10 = 18,68 ou seja 186,8m é = 18,68dam

4. Transforme 864m em km.



Para transformar m (metro) em km (Kilômetro) – observe que são três casas à esquerda – dividimos por 1000.

864 ÷ 1000 = 0,864 ou seja 864m é = 0,864km

Obs: Os quadros das medidas foram colocados em cada operação repetidamente, de propósito, para que haja uma fixação, pois é fundamental conhecer "decoradamente" estas posições.

Exercícios:

1. Os $\frac{3}{50}$ de um hectômetro correspondem a:

a) 60 mm.
b) 60 cm.
c) 60 dm.
d) 60 m.
e) 60 dam.

2. A atleta brasileira Fabiana Murer alcançou a marca de 4,60 m no salto com vara, nos Jogos Pan-americanos realizados no Rio de Janeiro em 2007. Sua melhor marca é de 4,80 m, recorde sul-americano na categoria. Qual é a diferença, em centímetro, entre essas duas marcas?

a) 0,2.
b) 2.
c) 20.
d) 200.
e) 2000.

3. O resultado de 15.000 mm² + 15 cm² é igual a:

a) 0,1515 dm²
b) 1,5015 dm²
c) 1,65 dm²
d) 15,15 dm²
e) 151,5 dm²

4. Uma tartaruga percorreu, num dia, 6,05 hm. No dia seguinte, percorreu mais 0,72 km e, no terceiro dia, mais 12.500 cm. Qual a distância que a tartaruga percorreu nos três dias?

a) 1,45m
b) 14,5m
c) 145m
d) 1450m
e) 14500m.

5. Se 13,73 dam foram convertidos para várias unidades diferentes. Das conversões abaixo, assinale a única que está errada.

a) 13730 cm
b) 137,3 m
c) 1,373 hm
d) 0,01373 km
e) 1373 dm

Equivalência entre medidas de Volume e medidas de Capacidade

As principais conversões entre volume e capacidade são:

1m³ = 1000 litros

1 dm³ = 1 litro

1 cm³ = 1 ml

- Um cubo de aresta de 10 cm terá um volume de 1.000 cm³, medida que equivalente a 1 l.
- Como 1.000 cm³ equivalem a 1 dm³, temos que 1 dm³ equivale a 1 l.
- Como um litro equivale a 1.000 ml, podemos afirmar que 1 cm³ equivale a 1 ml.
- dm³ equivalem a 1 m³, portanto 1 m³ é equivalente a 1.000 l, que equivalem a 1 kl.

Exemplos de Conversão entre Medidas de Volume e Medidas de Capacidade

Quantos decalitros equivalem a 1 m^3?

Sabemos que **1 m^3** equivale a **1.000 l**, portanto para convertermos de **litros** a **decalitros**, passaremos um nível à esquerda. Dividiremos então 1.000 por 10 apenas uma vez:

1000l :10 = 100 dal

Isto equivale a passar a vírgula uma casa para a esquerda.

Poderíamos também raciocinar da seguinte forma:

Como **1 m^3** equivale a **1 kl**, basta fazermos a conversão de **1 kl** para **decalitros**, quando então passaremos dois níveis à direita. Multiplicaremos então 1 por 10 duas vezes:

ikl .10.10 = 100dal

Portanto: 100 dal equivalem a 1 m^3.

348 mm^3 equivalem a quantos decilitros?

Como **1 cm^3** equivale a 1 ml, é melhor dividirmos **348 mm^3** por mil, para obtermos o seu equivalente em centimetros cúbicos: **0,348 cm^3**. Logo **348 mm^3** equivale a **0,348 ml**, já que **cm^3** e **ml** se equivalem.

Neste ponto já convertemos de uma unidade de medida de volume, para uma unidade de medida de capacidade.

Falta-nos passarmos de mililitros para decilitros, quando então passaremos dois níveis à esquerda.

Dividiremos então por 10 duas vezes:

0,348 ml :10:10 = 0,00348 dl

Logo: 348 mm^3 equivalem a 0,00348 dl.

6. Transformando 3,5 m^3 em dal, temos:

a) 0,35
b) 3,5
c) 35
d) 350
e) 3500

7. Quantos cm^3 existem em 10 litros?

a) 10
b) 100
c) 1.000
d) 10.000
e) 100.000

Dúvidas Frequentes

- Um metro cúbico equivale a quantos metros quadrados?
- Converter medidas em decilitros para gramas.
- Quantos litros cabem em um metro quadrado?
- Como passar litros para milímetros?
- Quantos centímetros lineares há em um metro quadrado?
- Conversão de litros para gramas.
- Um centímetro corresponde a quantos litros?
- Como passar de centímetros quadrados para mililitros?
- Quantos mililitros tem um centímetro?
- Transformar m^3 em metro linear.
- Quanto vale um centímetro cúbico em gramas?

Você consegue notar algum problema nestas pesquisas?

O problema é que elas buscam a conversão entre unidades de medidas incompatíveis, como por exemplo, a conversão de metro cúbico para metro quadrado. A primeira é uma unidade de medida de volume e a segunda é uma unidade de medida de área, por isto são incompatíveis e não existe conversão de uma unidade para a outra.

Então todas as conversões acima não são possíveis de se realizar, a não que se tenha outras informações, como a densidade do material na última questão, mas isto já é uma outra disciplina.

Acredito que a razão destas dúvidas é o fato de o estudante não conseguir discernir claramente o que são comprimento, área, volume e capacidade, por isto vou procurar esclarecer tais conceitos com maiores detalhes.

Gabarito: **1.** C **2.** C **3.** C **4.** D **5.** D **6.** C **7.** D

RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS

Definição

Definimos por grandeza tudo aquilo que pode ser contado e medido, como o tempo, a velocidade, comprimento, preço, idade, temperatura entre outros. As grandezas são classificadas em: diretamente proporcionais e inversamente proporcionais.

Grandezas diretamente proporcionais

São aquelas grandezas onde a variação de uma provoca a variação da outra numa mesma razão. Se uma dobra a outra dobra, se uma triplica a outra triplica, se uma é divida em duas partes iguais a outra também é divida à metade.

Grandezas inversamente proporcionais

Uma grandeza é inversamente proporcional quando operações inversas são utilizadas nas grandezas. Por exemplo, se dobramos uma das grandezas temos que dividir a outra por dois, se triplicamos uma delas devemos dividir a outra por três e assim sucessivamente. A velocidade e o tempo são considerados grandezas inversas, pois aumentarmos a velocidade, o tempo é reduzido, e se diminuímos a velocidade, o tempo aumenta.

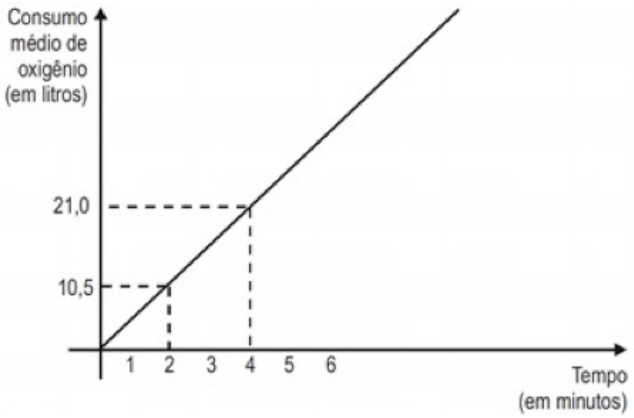
Questões sobre esse assunto exigirão que o candidato ao se deparar com uma tabela ou um gráfico saiba interpreta-lo, por exemplo, o crescimento populacional de uma região em relação ao crescimento econômico; o desmatamento de uma mata com relação ao numero de espécies de pássaros presentes etc.

Os gráficos podem ser curvas ou retas, crescentes ou decrescentes.

Muitas vezes, a área sob a curva pode nos dar algumas informações (que e o produto de x vezes y do gráfico). Gráficos e tabelas são intercambiáveis, ou seja, os dados de uma tabela podem ser plotados em um gráfico, assim como os pontos de um gráfico podem ser tabelados.

Exemplo

1. O gráfico abaixo apresenta o consumo médio de oxigênio, em função do tempo, de um atleta de 70 kg ao praticar natação.



Considere que o consumo médio de oxigênio seja diretamente proporcional à massa do atleta.

Qual será, em litros, o consumo médio de oxigênio de um atleta de 80 kg, durante 10 minutos de prática de natação?

a) 50,0
b) 52,5
c) 55,0
d) 57,5
e) 60,0

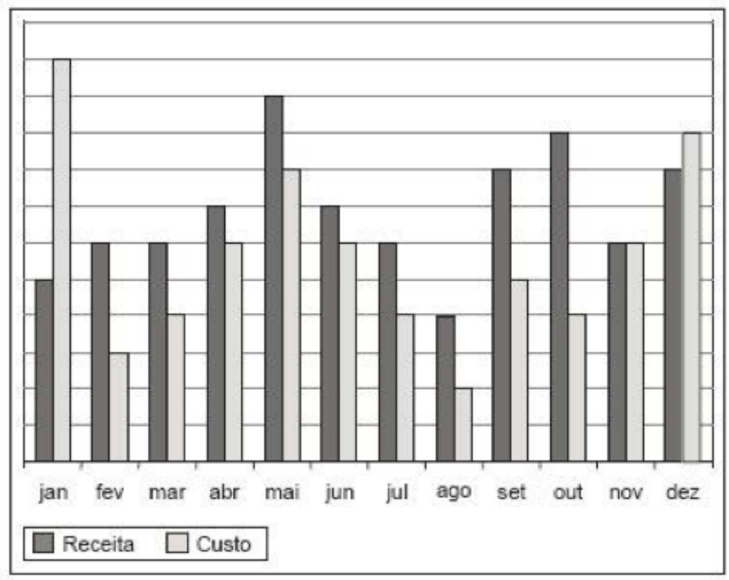
2. O gráfico apresenta informações sobre a relação entre o número de mulheres e o número de homens atendidos em uma instituição, nos anos de 2012 e 2013.

Mantendo-se a mesma relação de atendimentos observada em 2012 e 2013, essa instituição pretende atender, em 2014, 110 homens. Dessa forma, o número total de pessoas que essa instituição pretende atender em 2014 e o número médio anual de atendimentos a mulheres que se pretende atingir, considerando-se os anos de 2012, 2013 e 2014, são, respectivamente,

a) 160 e 113,3
b) 160 e 170
c) 180 e 120
d) 275 e 115
e) 275 e 172,2

Exemplo:

3. O gráfico mostra as receitas que uma empresa conseguiu em cada mês de um ano, além dos custos que ela teve nos respectivos meses.



Considerando que o lucro mensal de uma empresa seja dado pela diferença entre a receita e o custo, nessa ordem, observados naquele mês, o maior lucro mensal obtido por essa empresa no ano considerado ocorreu no mês de:

a) dezembro
b) outubro
c) maio
d) fevereiro
e) janeiro

Gabarito: **1.** E **2.** D **3.** B

EQUAÇÕES DO 1º GRAU

A equação de 1º grau é a equação na forma **ax + b = 0**, onde **a** e **b** são números reais e **x** é a variável (incógnita). O valor da incógnita **x** é $-\frac{b}{a}$

$$ax + b = 0 \rightarrow x = -\frac{b}{a}$$

Resolva as equações:

a) $10x - 2 = 0$

b) $-7x + 18 = -x$

c) $\frac{x+3}{2} - \frac{x-3}{3} = 7$

d) $\frac{2x}{5} + 3 = x$

Faça Você

1. Gastei $\frac{1}{3}$ do dinheiro do meu salário e depois gastei $\frac{1}{4}$ do restante ficando com R$ 120,00 apenas. Meu salário é de:

a) R$ 480,00
b) R$ 420,00
c) R$ 360,00
d) R$ 240,00
e) R$ 200,00

2. Duas empreiteiras farão conjuntamente a pavimentação de uma estrada, cada uma trabalhando a partir de uma das extremidades. Se uma delas pavimentar $\frac{2}{5}$ da estrada e a outra os 81 km restantes, a extensão dessa estrada é de:

a) 125 km.
b) 135 km.
c) 142 km.
d) 145 km.
e) 160 km.

3. O denominador de uma fração excede o numerador em 3 unidades. Adicionando-se 11 unidades ao denominador, a fração torna-se equivalente a $\frac{3}{4}$. A fração original é:

a) $\frac{54}{57}$

b) $\frac{30}{33}$

c) $\frac{33}{36}$

d) $\frac{42}{45}$

e) $\frac{18}{21}$

4. Uma pessoa gasta $\frac{1}{4}$ do dinheiro que tem e, em seguida, $\frac{2}{3}$ do que lhe resta, ficando com R$ 350,00. Quanto tinha inicialmente?

a) R$ 400,00
b) R$ 700,00
c) R$ 1400,00
d) R$ 2100,00
e) R$ 2800,00

5. Uma peça de tecido, após a lavagem, perdeu $\frac{1}{10}$ de seu comprimento e este ficou medindo 36 metros. Nestas condições, o comprimento, em m, da peça antes da lavagem era igual a:

a) 44
b) 42
c) 40
d) 38
e) 32

6. Do salário que recebe mensalmente, um operário gasta $\frac{7}{8}$ e guarda o restante, R$122,00, em caderneta de poupança. O salário mensal desse operário, em reais, é:

a) R$ 868,00
b) R$ 976,00
c) R$ 1204,00
d) R$ 1412,00
e) R$ 1500,00

7. O valor de x que é solução da equação $(x/3) - (1/4) = 2(x - 1)$ pertence ao intervalo:

a)]0, 1]
b)]1, 2]
c)]2, 3]
d)]3, 4]
e)]4, 5]

Gabarito: **1.** D **2.** B **3.** D **4.** C **5.** C **6.** B **7.** B

EQUAÇÕES DO 2º GRAU

A equação de 2° grau é a equação na forma **$ax^2 + bx + c = 0$**, onde **a**, **b** e **c** são números reais e x é a variável (incógnita). O valor da incógnita x é determinado pela fórmula de Bháskara.

Nas equações escritas na forma $ax^2 + bx + c = 0$ (forma normal ou forma reduzida de uma equação do 2º grau na incógnita x) chamamos a, b e c de coeficientes.

- "a" é sempre o coeficiente de x^2;
- "b" é sempre o coeficiente de x,
- "c" é o coeficiente ou termo independente.

Assim:

- $x^2 - 5x + 6 = 0$ é um equação do 2º grau com a = 1, b = – 5 e c = 6.
- $6x^2 - x - 1 = 0$ é um equação do 2º grau com a = 6, b = – 1 e c = – 1.
- $7x^2 - x = 0$ é um equação do 2º grau com a = 7, b = – 1 e c = 0.
- $x^2 - 36 = 0$ é um equação do 2º grau com a = 1, b = 0 e c = – 36.

Complete o quadro conforme os exemplos:

Equação	Coeficientes		
	a	b	c
$6x^2 - 3x + 1=0$			
$-3x^2 - \frac{5}{2} + 4x = 0$			
$2x^2 - 8 = 0$			
$6x^2 - 3x = 0$			

RESOLUÇÃO DE EQUAÇÕES COMPLETAS DE 2º GRAU

$$ax^2 + bx + c = 0$$

Como solucionar uma equação do 2º grau?

Para solucionar equações do 2º grau utilizaremos a fórmula de Bháskara.

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

Onde a, b e c são os coeficientes (números) encontrados na equação.

Exemplo:

Resolução a equação: $7x^2 + 13x - 2 = 0$

Temos a = 7, b = 13 e c = – 2 .

Substituindo na fórmula temos:

$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{13^2 - 4.7.(-2)}}{2.7}$$

$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{169 + 56}}{14}$$

$$x = \frac{-13 \pm \sqrt{225}}{14}$$

$$x = \frac{-13 \pm 15}{14}$$

$$\text{Portanto}: \begin{cases} x' = \dfrac{-13+15}{14} = \dfrac{2}{14} = \dfrac{1}{7} \\ x'' = \dfrac{-13-15}{14} = \dfrac{-28}{14} = -2 \end{cases}$$

$$V = \left\{-2, \frac{1}{7}\right\}$$

Vale ressaltar que de acordo com o discriminante, temos três casos a considerar:

- **1º Caso:** O discriminante é positivo , $\Delta > 0$, então a equação tem duas raízes reais diferentes.
- **2º Caso:** O discriminante é nulo , $\Delta = 0$, então a equação tem duas raízes reais e iguais.
- **3º Caso:** O discriminante é negativo, $\Delta < 0$,então não há raízes reais.

Atenção!

- Raiz (ou zero da função) é(são) o(s) valor(es) da incógnita x que tornam verdadeira a equação.

Exemplos:

I – As raízes de $x^2 - 6x + 8 = 0$ são $x_1 = 2$ e $x_2 = 4$ pois $(2)^2 - 6(2) + 8 = 0$ e $(4)^2 - 6(4) + 8 = 0$

II – As raízes de $x^2 + 6x + 9 = 0$ são $x_1 = x_2 = -3$ pois $(-3)^2 + 6(-3) + 9 = 0$

Faça Você:

1. Determine as raízes das equações:

a) $x^2 - 2x - 15 = 0$ b) $-x^2 + 10x - 25 = 0$ c) $x^2 - 4x + 5 = 0$

RESOLUÇÃO DE EQUAÇÕES INCOMPLETAS DE 2º GRAU

Na resolução das incompletas não é necessário resolver por Bháskara, basta usar os métodos específicos:

Faça Você:

2. Encontre as raízes das equações abaixo:

a) $x^2 - 4x = 0$ b) $-3x^2 + 9x = 0$ c) $x^2 - 36 = 0$ d) $3x^2 = 0$

SOMA E PRODUTO DAS RAÍZES

A soma e o produto das raízes da função quadrática são dados pelas fórmulas:

Soma = $x_1 + x_2 = \dfrac{-b}{a}$

Produto = $x_1 \cdot x_2 = \dfrac{c}{a}$

Faça Você:

3. Determine a soma e o produto das raízes das equações:

a) $x^2 - 7x - 9 = 0$

b) $-4x^2 + 6x = 0$

c) $3x^2 - 10 = 0$

4. O número – 3 é a raíz da equação $x^2 - 7x - 2c = 0$. Nessas condições, o valor do coeficiente c é:

a) 11
b) 12
c) 13
d) 14
e) 15

5. A maior raiz da equação $-2x^2 + 3x + 5 = 0$ vale:

a) – 1
b) 1
c) 2
d) 2,5
e) $\dfrac{\left(3+\sqrt{19}\right)}{4}$

6. O produto das raízes reais da equação $4x^2 - 14x + 6 = 0$ é igual a:

a) $-\frac{3}{2}$

b) $-\frac{1}{2}$

c) $\frac{1}{2}$

d) $\frac{3}{2}$

e) $\frac{5}{2}$

7. A diferença entre o quadrado de um número natural e o seu dobro é igual a 15. Qual é esse número?

a) – 5
b) – 3
c) 1
d) 3
e) 5

8. O quadrado da minha idade menos a idade que eu tinha há 20 anos é igual a 2000. Assim minha idade atual é:

a) 41
b) 42
c) 43
d) 44
e) 45

9. Se a soma das raízes da equação $kx^2 + 3x - 4 = 0$ é 10, podemos afirmar que o produto das raízes é:

a) $\frac{40}{3}$

b) $-\frac{40}{3}$

c) $\frac{80}{3}$

d) $-\frac{40}{3}$

e) $-\frac{3}{10}$

10. Considere as seguintes equações:

I. $x^2 + 4 = 0$

II. $x^2 - 2 = 0$

III. $0{,}3x = 0{,}1$

Sobre as soluções dessas equações é verdade que:

a) II são números irracionais.
b) III é número irracional.
c) I e II são números reais.
d) I e III são números não reais.
e) II e III são números racionais.

Gabarito: **4.** E **5.** D **6.** D **7.** E **8.** E **9.** A **10.** A

SISTEMAS DE EQUAÇÕES

Todo sistema linear é classificado de acordo com o número de soluções apresentadas por ele.

- SISTEMA LINEAR
  - POSSÍVEL OU COMPATÍVEL
    quando admite solução
    - DETERMINADO
      Admite uma única solução
    - INDETERMINADO
      Admite infinitas soluções
  - IMPOSSÍVEL OU INCOMPATÍVEL
    quando não admite solução

Métodos de Resolução

Método da Adição

Definição

Consiste em somar as equações, que podem ser previamente multiplicadas por uma constante, com objetivo de eliminar uma das variáveis apresentadas.

Esse método consiste em multiplicar as equações de maneira que se criem valores "opostos " da mesma variável que será eliminada quando somarmos as equações.

Vale ressaltar que nem sempre é necessária tal multiplicação .

Exemplo: $\begin{cases} x + 2y = 16 \\ 3x - y = 13 \end{cases}$

Assim multiplicaremos a segunda equação por 2, logo:

$\begin{cases} x + 2y = 16 \\ 6x - 2y = 26 \end{cases}$ assim criamos os valores opostos 2y e – 2y.

Agora somaremos as 2 equações , logo:

$$\begin{array}{l} x + 2y = 16 \\ 6x - 2y = 26 \\ \hline 7x + 0y = 42 \end{array}$$

Logo $x = \frac{42}{7} \rightarrow x = 6$ e para achar o valor de y basta trocar o valor de x obtido em qualquer uma das equações dadas:

Assim se x + 2 y = 16, então 6 + 2y = 16 → 2y = 10 e portanto $y = \frac{10}{2} \rightarrow y = 5$

1. Resolva usando o método da adição.

a) $\begin{matrix} 3x + y = 9 \\ 2x + 3y = 13 \end{matrix}$ **b)** $\begin{matrix} 3x - 2y = 7 \\ x + y = -1 \end{matrix}$

Método da Substituição

Definição

Esse método consiste em isolar uma das variáveis numa equação e substituí-la na outra.

Vale ressaltar que preferencialmente deve-se isolar a variável que possuir "coeficiente" 1 assim evitamos um trabalho com o M.M.C.

Exemplo: $\begin{cases} x + 2y = 16 \\ 3x - y = 13 \end{cases}$

Assim isolando o "x" na primeira equação, temos:

x = 16 – 2y e substituindo-a na segunda equação:

$3(16 - 2y) - y = 13 \rightarrow 48 - 6y - y = 13 \rightarrow -7y = 13 - 48 \rightarrow -7y = -35$ logo $x = \frac{-35}{-7} = 5$

Daí basta trocar o valor de x obtido na equação isolada:

Se x = 16 – 2y, logo x = 16 – 2 x 5 → x = 16 – 10 → x = 6

2. Resolva usando o método da substituição.

a) $\begin{matrix} 3x + y = 9 \\ 2x + 3y = 13 \end{matrix}$ **b)** $\begin{matrix} 3x - 2y = 7 \\ x + y = -1 \end{matrix}$

Caso Especial

Sempre que nos depararmos com um sistema de duas equações no qual uma delas seja uma "proporção" , podemos resolve-la de maneira eficaz e segura aplicando os conceitos de Divisão proporcional

Exemplo:

3. A idade do pai está para a idade do filho assim como 7 está para 3. Se a diferença entre essas idades é 32 anos, determine a idade de cada um.

4. Os salários de dois funcionários do Tribunal são proporcionais às suas idades que são 40 e 25 anos. Se os salários somados totalizam R$9100,00 qual a diferença de salário destes funcionários?

Faça Você:

5. Na garagem de um prédio há carros e motos num total de 13 veículos e 34 pneus. O número de motos nesse estacionamento é:

a) 5
b) 6
c) 7
d) 8
e) 9

6. Um aluno ganha 5 pontos por exercício que acerta e pede 3 pontos por exercício que erra. Ao fim de 50 exercícios tinha 10 pontos. Quantos exercícios ele acertou?

a) 15
b) 35
c) 20
d) 10
e) 40

7. Uma família foi num restaurante onde cada criança paga a metade do buffet e adulto paga R$ 12,00. Se nessa família há 10 pessoas e a conta foi de R$ 108,00, o número de adultos é:

a) 2
b) 4
c) 6
d) 8
e) 10

8. O valor de dois carros de mesmo preço adicionado ao de uma moto é R$ 41.000. O valor de duas motos iguais a primeira adicionado ao de um carro de mesmo preço que os primeiros é de R$ 28.000. A diferença entre o valor do carro e o da moto é:

a) R$ 5.000
b) R$ 13.000
c) R$ 18.000
d) R$ 23.000
e) R$ 41.000

9. João entrou na lanchonete BOG e pediu 3 hambúrgueres, 1 suco de laranja e 2 cocadas, gastando R$ 21,50. Na mesa ao lado, algumas pessoas pediram 8 hambúrgueres, 3 sucos de laranja e 5 cocadas, gastando R$ 57,00. Sabendo-se que o preço de um hambúrguer, mais o de um suco de laranja, mais o de uma cocada totaliza R$ 10,00, assim o preço de cada um desses itens em reais, respectivamente, vale.

a) 4; 2,5 e 3,5
b) 3; 2 e 4
c) 4; 3 e 2
d) 4; 2,5 e 3
e) 3; 2,5 e 3,5

10. Durante uma aula de ginástica, três amigas, também com a mesma preocupação, resolveram avaliar o peso de cada uma, utilizando a balança da academia. A pesagem, contudo, foi efetuada duas a duas. Ana e Carla pesaram, juntas, 98 kg; Carla e Márcia, 106 kg; Ana e Márcia, 104 kg. O peso das três amigas, juntas, subtraindo o dobro do peso de Carla, é igual a:

a) 42 kg
b) 46 kg
c) 48 kg
d) 54 kg
e) 58 kg

Gabarito: **5.** E **6.** C **7.** D **8.** B **9.** A **10.** D

ESTATÍSTICA

A ciência encarregada de coletar, organizar e interpretar dados é Chamada de *estatística*. Seu objetivo é obter compreensão sobre os dados coletados. Muitas vezes utiliza-se de técnicas probabilísticas, a fim de prever um determinado acontecimento.

Nomenclatura

- *População:* quantidade total de indivíduos com mesmas características submetidos a uma determinada coleta de dados.
- *Amostra:* parte de uma população, onde se procura tirar conclusões sobre a população.
- *Frequência Absoluta:* quantidade de vezes que determinado evento ocorreu.
- *Frequência Relativa:* é a razão entre a frequência absoluta e a quantidade de elementos da população estatística. É conveniente a representação da frequência relativa em forma percentual.

Exemplo Resolvido 1:

Uma pesquisa foi realizada com os 200 funcionários de uma empresa de comércio atacadista, no intuito de analisarem as preferências por esportes. Dentre as opções esportivas foram fornecidas as seguintes opções: futebol, vôlei, basquete, natação, tênis e ciclismo. Observe os resultados:

Futebol: 70
Vôlei: 50
Basquete: 40
Natação: 20
Tênis: 15
Ciclismo: 5

Modalidade Esportiva	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Futebol	70	70/200 = 0,35 = **35%**
Vôlei	50	50/200 = 0,25 = **25%**
Basquete	40	40/200 = 0,20 = **20%**
Natação	20	20/200 = 0,10 = **10%**
Tênis	15	15,200 = 0,075 = **7,5%**
Ciclismo	5	5/200 = 0,025 = 2,5%
Total	200	100%

Exemplo Resolvido 2:

Em uma empresa, os salários dos 60 funcionários foram divididos de acordo com a seguinte informação:

R$	Frequência Absoluta
600 α 690	6
690 α 780	15
780 α 870	30
870 α 960	6
960 α 1050	3

Vamos determinar a frequência relativa dos salários dessa empresa:

R$	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
600 α 690	6	6/60 = 0,10 = 10%
690 α 780	15	15/60 = 0,25 = 25%
780 α 870	30	30/60 = 0,50 = 50%
870 α 960	6	6/60 = 0,10 = 10%
960 α 1050	3	3/60 = 0,05 = 5%
Total	60	100%

Exemplo Resolvido 3:

Numa prova de matemática a nota 6 foi obtida por cinco alunos. Sabendo que essa turma possui um total de 20 alunos, qual a frequência relativa dessa nota?

Sabendo q a nota 6 foi obtida por 5 dos 20 alunos, temos que sua frequência absoluta é 5 e a frequência relativa é 5/20 = 1/4 = 25%

Exemplo Resolvido 4:

Às pessoas presentes em um evento automobilístico foi feita a seguinte pergunta: Qual a sua marca de carro preferida?

Foi então construída uma tabela para melhor dispor os dados:

Marcas	Frequência Absoluta (FA)	Frequência Relativa (FR)
Ford	4	16,7%
Fiat	3	12,5%
GM	6	25%
Nissan	1	4,2%
Peugeot	3	12,5%
Renault	2	8,3%
Volks	5	20,8%
Total	24	100%

Frequência absoluta: quantas vezes cada marca de automóvel foi citada.

Frequência relativa: é dada em porcentagem. A marca Ford tem frequência relativa 4 em 24 ou 4/24 ou ~0,166 ou 16,66% ou 16,7%.

Exemplo Resolvido 5:

Em uma empresa foi realizada uma pesquisa a fim de saber a quantidade de filhos de cada funcionário. Os dados da pesquisa foram organizados na seguinte tabela:

Número de filhos	Frequência Absoluta	Frrequência Relativa
0	30	30/160 = 0,1875 = 18,75%
1	36	36/160 = 0,225 = 22,5%
2	60	60/160 = 0,375 = 37,5%
3	24	24/160 = 0,25 = 15%
4	10	10/160 = 0,0625 = 6,25%
Total	160	100%

Veja a análise:

18,75% dos funcionários não possuem filhos. 22,5% possuem exatamente um filho. 37,5% possuem dois filhos. 15% possuem três filhos. 6,25% possuem quatro filhos.

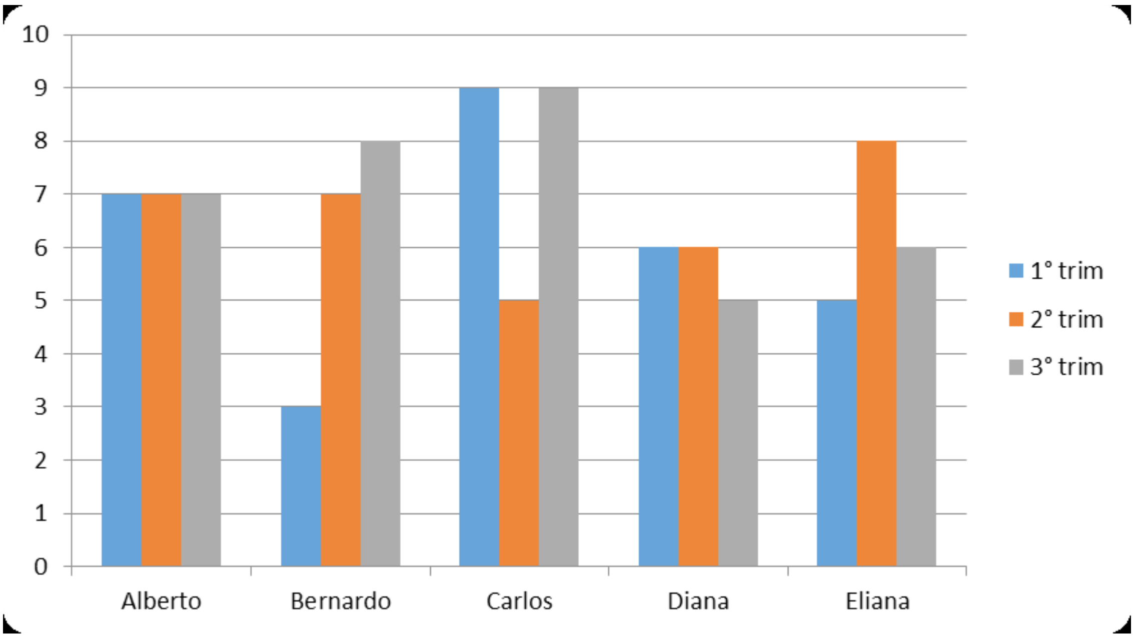
Representação Gráfica

O uso do gráfico nas representações de situações estatísticas é de grande valia, pois auxilia na visualização dos dados. É prudente, porém, observar o tipo de gráfico escolhido para a representação, pois um gráfico inadequado pode omitir dados.

Os tipos de gráficos mais comuns são: o gráfico de colunas, de barras, o histograma, o gráfico de setores, também chamado de "torta" ou "pizza" e o gráfico de linha poligonal.

Gráfico de colunas

Exemplo: Distribuição das notas de Matemática de cinco alunos da 2ª série, ao longo do ano de 2008.



Responda:

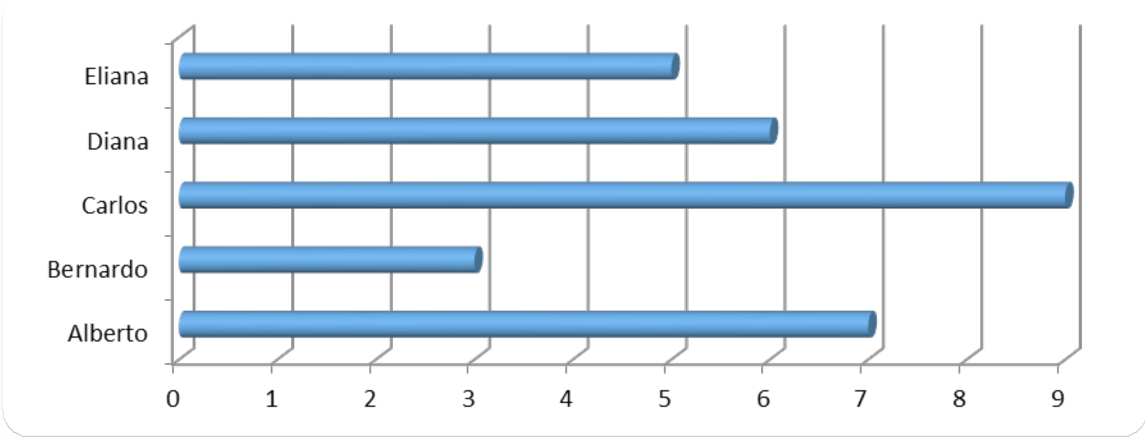
a) qual o aluno mais regular dessa turma?

b) qual aluno ficou com média 6?

c) qual aluno teve desempenho crescente ao longo do ano?

Gráfico de barras

Exemplo: Salário mensal dos engenheiros da empresa “Minérios Brasil”.



Valores em milhares de reais.

Histograma

Exemplo: Estatura dos alunos do curso de Física.

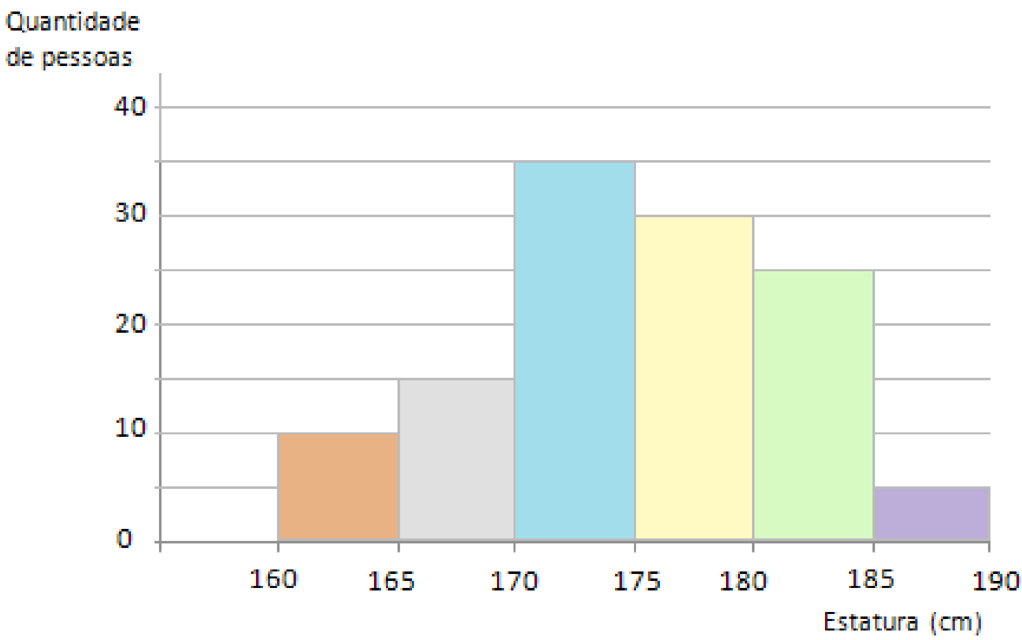
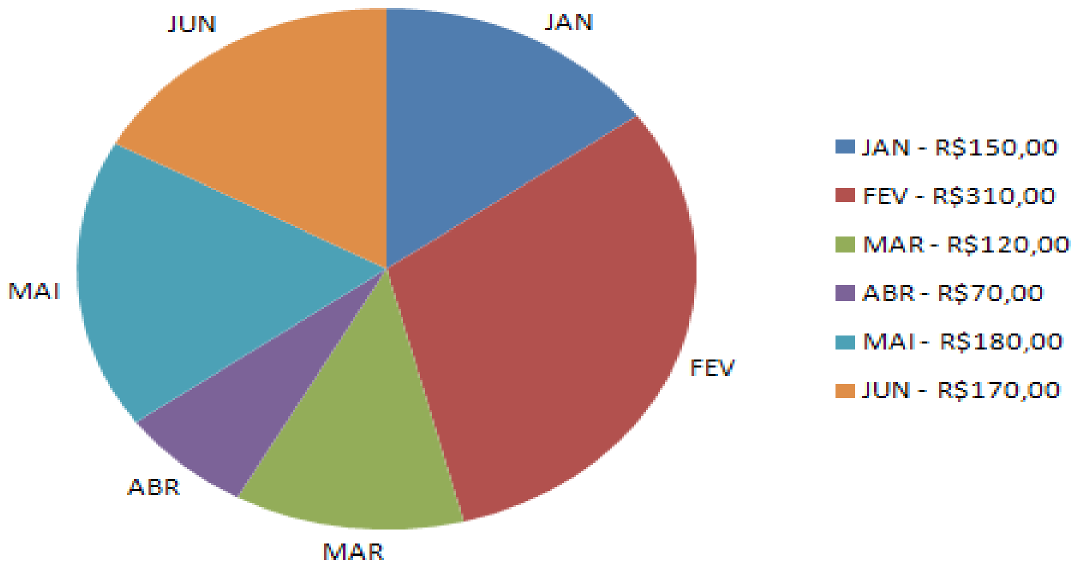


Gráfico de Setores

Exemplo: Durante o primeiro semestre de 2009 a fatura telefônica de uma residência ficou distribuída conforme o gráfico:



Responda:

a) Qual o ângulo central representado pelo mês de fevereiro?

b) Qual o valor do menor ângulo central observado no gráfico?

Linha Poligonal

Exemplo: Do ano 2002 a 2008 o mercado financeiro registrou uma grande oscilação no valor das ações X e Y, conforme representado no gráfico a seguir:



Valores em R$

Responda:

a) Em relação a 2002, as ações X, no fechamento de 2008 tiveram qual variação percentual?

b) Em 2006 qual era a ação mais valorizada?

MÉDIA ARITMÉTICA

A **média aritmética** é uma das formas de obter um valor intermediário entre vários valores. É considerada uma medida de tendência central e é muito utilizada no cotidiano.

Para calcula-la basta somar todos os elementos e dividi-los pelo total de elementos

$$M_a = \frac{x_1 + x_2 + \ldots + x_n}{n}$$

Exemplo Resolvido 1:

Calcule a média anual de Carlos na disciplina de Matemática com base nas seguintes notas bimestrais:

1ºB = 6,0   2ºB = 9,0   3ºB = 7,0   4ºB = 5,0

Logo: Ma = (6,0 + 9,0 + 7,0 + 5,0) / 4

Ma = 27/4

Ma = 6,75

Exemplo Resolvido 2:

O dólar é considerado uma moeda de troca internacional, por isso o seu valor diário possui variações. Acompanhando a variação de preços do dólar em reais durante uma semana verificou-se as variações de acordo com a tabela informativa:

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
R$ 2,30	R$ 2,10	R$ 2,60	R$ 2,20	R$ 2,00

Determine o valor médio do preço do dólar nesta semana.

Ma = (2,3 + 2,1 + 2,6 + 2,2 + 2) / 5

Ma = 11,2 / 5 = 2,24

O valor médio do dólar na semana apresentada foi de R$ 2,24.

Média Ponderada

Ponderar é sinônimo de pesar. No cálculo da média ponderada, multiplicamos cada valor do conjunto por seu "peso", isto é, sua importância relativa.

$$M_p = \frac{x_1 \times P_1 + x_2 \times P_2 + \ldots + x_n \times P_n}{P_1 + P_2 + \ldots + P_n}$$

Exemplo Resolvido 3:

Paulo teve as seguintes notas nas provas de Matemática no ano de 2008: 8,5; 7,0; 9,5 e 9,0, nas quais os pesos das provas foram 1, 2, 3 e 4, respectivamente. Para obter uma nota que representará seu aproveitamento no bimestre, calculamos a média aritmética ponderada (MP).

$$MP = \frac{8,5.1 + 7,0.2 + 9,5.3 + 9,0.4}{1 + 2 + 3 + 4} = \frac{87}{10} = 8,7$$

Exemplo Resolvido 4:

Marcos participou de um concurso, onde foram realizadas provas de Português, Matemática, Biologia e História. Essas provas tinham peso **3**, **3**, **2** e **2**, respectivamente. Sabendo que Marcos tirou 8,0 em Português, 7,5 em Matemática, 5,0 em Biologia e 4,0 em História, qual foi a média que ele obteve?

$$\bar{x}_p = \frac{8,0*3 + 7,5*3 + 5,0*2 + 4,0*2}{3+3+2+2} = \frac{64,5}{10} = 6,45$$

Portanto a média de Marcos foi de 6,45.

1. A média aritmética de 11 números é 45. Se o número 8 for retirado do conjunto, a média aritmética dos números restantes será:

a) 48,7.
b) 48.
c) 47,5.
d) 42.
e) 41,5.

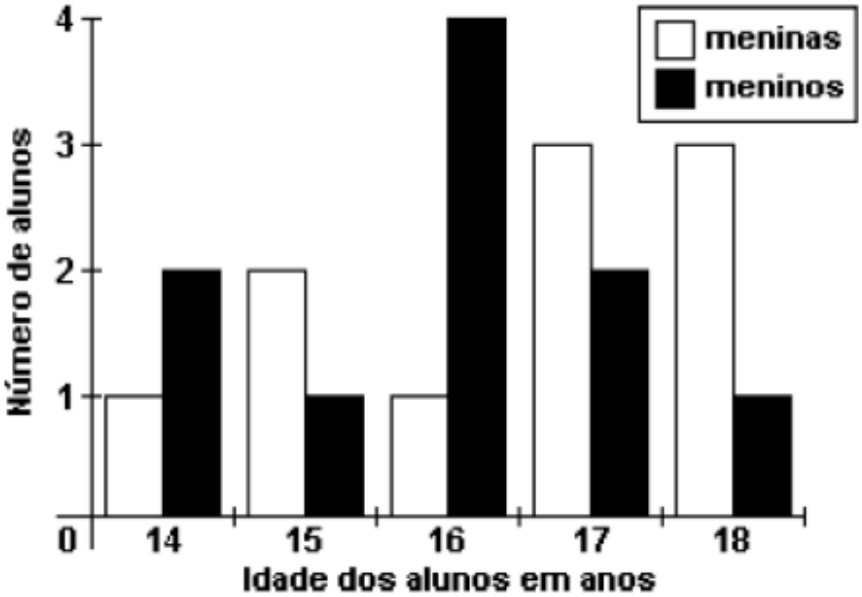
2. Comprei 5 doces a R$ 1,80 cada um, 3 doces a R$ 1,50 e 2 doces a R$ 2,00 cada. O preço médio, por doce, foi de:

a) R$ 1,75.
b) R$ 1,85.
c) R$ 1,93.
d) R$ 2,00.
e) R$ 2,40.

3. Para ser aprovado em um concurso, um estudante precisa submeter-se a três provas parciais durante o período letivo e a uma prova final, com pesos 1, 1, 2 e 3, respectivamente, e obter média no mínimo 7. Se um estudante obteve nas provas parciais as notas 5, 7 e 5, respectivamente, a nota mínima que necessita obter na prova final para ser aprovado é

a) 9.
b) 8.
c) 7.
d) 6.
e) 5.

4. Num curso de iniciação à informática, a distribuição das idades dos alunos, segundo o sexo, é dada pelo gráfico seguinte.



Com base nos dados do gráfico, pode-se afirmar que:

a) o número de meninas com, no máximo, 16 anos é maior que o número de meninos nesse mesmo intervalo de idades.
b) o número total de alunos é 19.
c) a média de idade das meninas é 15 anos.
d) o número de meninos é igual ao número de meninas.
e) o número de meninos com idade maior que 15 anos é maior que o número de meninas nesse mesmo intervalo de idades.

5. No concurso para o Tribunal de Alçada, os candidatos fizeram provas de Português, Conhecimentos Gerais e Direito, respectivamente com pesos 2, 4 e 6. Sabendo-se que cada prova teve o valor de 100 pontos, o candidato que obteve 68 em Português, 80 em Conhecimentos Gerais e 50 em Direito, teve média:

a) 53.
b) 56.
c) 63.
d) 66.
e) 72.

Gabarito: **1.** A **2.** A **3.** A **4.** D **5.** C

MEDIANA (MD)

A mediana é o valor central dos dados estatísticos dispostos em ordem crescente ou decrescente. Se o número de dadas do rol for par, temos que a mediana é a média aritmética dos dois valores centrais.

Exemplos:

1) A mediana dos dados 1, 2, 3, 4, 5, 9, 12, 16, 17 é 5

2) A mediana em 15, 12, 10, 2 vale (12 + 10) /2 = 11.

Exemplo :

População com N° de Elementos Ímpar:

Para a seguinte população: {1, 3, 5, 7, 9}

A mediana será o 3º elemento que é **5** (nesse caso, igual à média).

População com N° de Elementos Par:

Na seguinte população: {1, 2, 4, 8, 9, 10}

Não há um valor central, portanto a mediana é calculada tirando-se a média dos dois valores centrais (no caso, o 3° e 4° elemento).

Logo, a posição da mediana é = (4+8)/2 = 6 (e a média é 5,666).

Como determinar a posição da mediana?

Caso o rol de dados seja muito grande, há uma maneira de localizar a posição exata da mediana nesse rol (quando disposto em ordem crescente ou decrescente)

- **Se a quantidade de elementos for ímpar:**

Posição = (n+1)/2 , n = número de elementos

Exemplo: Se tivermos 73 elementos, a mediana ocupará a posição :

(73+1)/2 = 74 / 2 = 37.

Daí basta usar o conceito de frequência acumulada e verificar em que classe está a mediana e consequentemente, qual o seu valor .

- **Se a quantidade de elementos for par:**

Nesse caso já sabemos que a mediana será calculada pela média aritmética dos dois termos centrais, logo :

Posição dos termos centrais = n/2 e seu sucessor,

Onde n : número de elementos.

Exemplo: Se tivermos 90 elementos, a mediana será calculada pela média entre os termos de posição:

90/ 2 = 45 e seu sucessor.

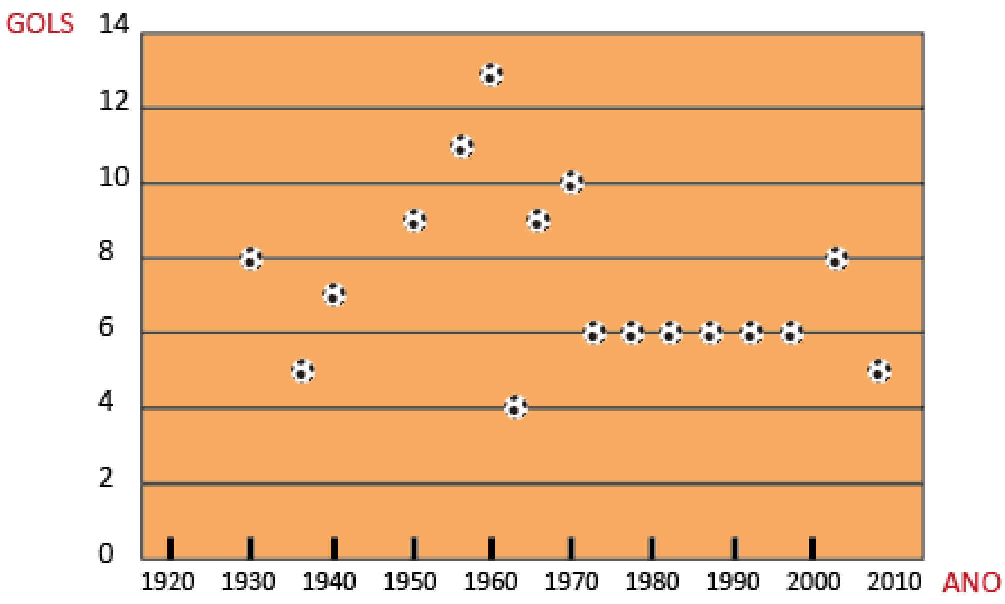
Usaremos novamente o conceito de frequência acumulada para verificar em que classe estão ambos valores e assim calcular a mediana.

CUIDADO: esse recurso permite o calculo da POSIÇÃO da mediana e não de seu valor!

Exemplo:

O gráfico apresenta a quantidade de gols marcados pelos artilheiros das Copas do Mundo desde a Copa de 1930 até a de 2006.

Quantidades de Gols dos Artilheiros das Copas do Mundo



Disponível em http://www.suapesquisa.com. Acesso em: 23 abr.2010 (adaptado)

1. A partir dos dados apresentados, qual a mediana das quantidades de gols marcados pelos artilheiros das Copas do Mundo?

a) 6 gols
b) 6,5 gols
c) 7 gols
d) 7,3 gols
e) 8,5 gols

2. Suponha que a etapa final de uma gincana escolar consista em um desafio de conhecimentos. Cada equipe escolheria 10 alunos para realizar uma prova objetiva, e a pontuação da equipe seria dada pela mediana das notas obtidas pelos alunos. As provas valiam, no máximo, 10 pontos cada. Ao final, a vencedora foi a equipe Ômega, com 7,8 pontos, seguida pela equipe Delta, com 7,6 pontos. Um dos alunos da equipe Gama, a qual ficou na terceira e última colocação, não pôde comparecer, tendo recebido nota zero na prova. As notas obtidas pelos 10 alunos da equipe Gama foram 10; 6,5; 8; 10; 7; 6,5; 7; 8; 6; 0. Se o aluno da equipe Gama que faltou tivesse comparecido, essa equipe:

a) teria a pontuação igual a 6,5 se ele obtivesse nota 0.
b) seria a vencedora se ele obtivesse nota 10.
c) seria a segunda colocada se ele obtivesse nota 8.
d) permaneceria na terceira posição, independentemente da nota obtida pelo aluno.
e) empataria com a equipe Ômega na primeira colocação se o aluno obtivesse nota 9.

3. O Departamento de Comércio Exterior do Banco Central possui 30 funcionários com a seguinte distribuição salarial em reais.

Nº de funcionários	Salários em R$
10	2.000,00
12	3.600,00
5	4.000,00
3	6.000,00

Quantos funcionários que recebem R$3.600,00 devem ser demitidos para que a mediana desta distribuição de salários seja de R$2.800,00?

a) 8
b) 11
c) 9
d) 10
e) 7

Gabarito: **1.** B **2.** D **3.** D

MODA (MO)

A moda de um conjunto de números é o valor que ocorre com maior frequência. A moda pode não existir e também não ser única.

Exemplos:

1) O conjunto de números: 2, 2, 3, 4, 5, 5, 5, 6, 6, 6, 6, 6, 7, 9 tem moda 6.

2) O conjunto de números: 7, 6, 6, 8, 8, 9 tem modas 6 e 8. É, portanto, dito bimodal.

3) Seja o rol de dados: 1, 3, 7, 9, 10. Como todos os dados têm a mesma frequência, dizemos que não existe moda.

O que está na moda hoje em dia?

- ESTUDAR PARA CONCURSO PÚBLICO.
- SER ALUNO DA CASA DO CONCURSEIRO.
- TER O NOME DIVULGADO NO DOU.
- FAZER SELFIE .
- APRENDER MATEMÁTICA.

1. Depois de jogar um dado em forma de cubo e de faces numeradas de 1 a 6, por 10 vezes consecutivas,e anotar o número obtido em cada jogada, construí-se a seguinte tabela de distribuição de frequências.

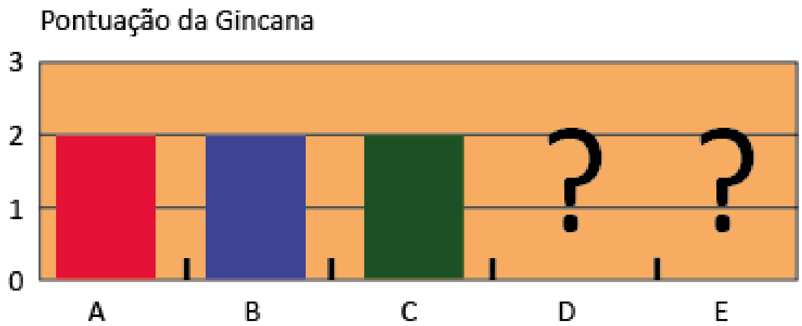
A média, mediana e moda dessa distribuição de frequências são respectivamente:

NÚMERO OBTIDO	FREQUÊNCIA
1	4
2	1
4	2
5	2
6	1

a) 3, 2 e 1
b) 3, 3 e 1
c) 3, 4 e 2
d) 5, 4 e 2
e) 6, 2 e 4

2. Cinco equipes A, B, C, D e E disputaram uma prova de gincana na qual as pontuações recebidas podiam ser 0, 1, 2 ou 3. A média das cinco equipes foi de 2 pontos.

As notas das equipes foram colocadas no gráfico a seguir, entretanto, esqueceram de representar as notas da equipe D e da equipe E.



Mesmo sem aparecer as notas das equipes D e E, pode-se concluir que os valores da moda e da mediana são, respectivamente,

a) 1,5 e 2,0.
b) 2,0 e 1,5.
c) 2,0 e 2,0.
d) 2,0 e 3,0.
e) 3,0 e 2,0.

3. A tabela que segue é demonstrativa do levantamento realizado por determinado batalhão de Polícia Militar, no que se refere às idades dos policiais integrantes do grupo especial desse batalhão:

Idade Nr. de Policiais

25——-12

28——-15

30——-25

33——-15

35——-10

40——–8

A moda, média e mediana dessa distribuição são, respectivamente, iguais a:

a) 31,31,31
b) 31,30,31
c) 30,31,30
d) 30,30,30
e) 30,30, 31

4. As idades dos 11 alunos de uma turma de matemática são respectivamente iguais a:

11 11 11 12 12 13 13 13 13 15 16.

A moda e a mediana desses 11 valores correspondem a:

a) 16 e 12.
b) 12 e 11.
c) 15 e 12.
d) 13 e 13.
e) 11 e 13.

Gabarito: **1.** B **2.** C **3.** C **4.** D

VARIÂNCIA

Na estatística, a variância de uma variável aleatória é uma medida da sua dispersão estatística, indicando quão longe em geral os seus valores se encontram do valor esperado.

- A variância deve ser calculada através da soma dos quadrados entre a diferença de um valor observado e o valor médio. A diferença serve para mostrar quanto um valor observado se distancia do valor médio.
  - Para população a fórmula é a seguinte:

$$V_A = \frac{(X_1 - X_m)^2 + (X_2 - X_m)^2 + \ldots (X_n - X_m)^2}{n}$$

Obs.: a unidade da variância é igual a unidade de medida das observações elevada ao quadrado.

Dentro da Estatística, existem diversas formas de analisar um conjunto de dados, a depender da necessidade em cada caso. Imagine que um treinador anote o tempo gasto por cada um de seus atletas a cada treino de corrida e, depois, observe que o tempo de alguns de seus corredores está apresentando considerável variação, o que pode resultar em derrota em uma competição oficial. Nesse caso, é interessante que o treinador tenha algum método para verificar a dispersão entre os tempos de cada atleta.

Exemplo: No exemplo citado anteriormente, temos os tempos anotados de cada atleta.

Atletas	Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5
João	63 min	60 min	59 min	55 min	62 min
Pedro	54 min	59 min	60 min	57 min	61 min
Marcos	60 min	63 min	58 min	62 min	55 min

Antes de calcular a variância, é necessário encontrar a **média aritmética** dos tempos de cada atleta. Para tanto, o treinador fez os seguintes cálculos:

João → $\bar{x}_J = \frac{63 + 60 + 59 + 55 + 62}{5} = \frac{299}{5} = 59{,}8$ min.

Pedro → $\bar{x}_P = \frac{54 + 59 + 60 + 57 + 61}{5} = \frac{291}{5} = 58{,}2$ min.

Marcos → $\bar{x}_M = \frac{60 + 63 + 58 + 62 + 55}{5} = \frac{298}{5} = 59{,}6$ min

Agora que o treinador já conhece o tempo médio de cada atleta, ele pode utilizar a variância para obter a distância dos períodos de cada corrida em relação a esse valor médio. Para calcular a variância de cada corredor, pode ser realizado o seguinte cálculo:

$$\text{Var} = \frac{(\text{dia } 1 - \bar{x})^2 + (\text{dia } 2 - \bar{x})^2 + (\text{dia } 3 - \bar{x})^2 + (\text{dia } 4 - \bar{x})^2 + (\text{dia } 5 - \bar{x})}{\text{total de dias } (5)}$$

Para cada atleta, o treinador calculou a variância:

João

$$\text{Var (J)} = \frac{(63 - 59{,}8)^2 + (60 - 59{,}8)^2 + (59 - 59{,}8)^2 + (55 - 59{,}8)^2 + (62 - 59{,}8)^2}{5}$$

$$\text{Var (J)} = \frac{10{,}24 + 0{,}04 + 0{,}64 + 23{,}04 + 4{,}84}{5}$$

$$\text{Var (J)} = \frac{38{,}8}{5}$$

$$\text{Var (J)} = 7{,}76 \text{ min}$$

Pedro

$$\text{Var (P)} = \frac{(54 - 58{,}2)^2 + (59 - 58{,}2)^2 + (60 - 58{,}2)^2 + (57 - 58{,}2)^2 + (61 - 58{,}2}{5}$$

$$\text{Var (P)} = \frac{17{,}64 + 0{,}64 + 3{,}24 + 1{,}44 + 7{,}84}{5}$$

$$\text{Var (P)} = \frac{30{,}8}{5}$$

$$\text{Var (P)} = 6{,}16 \text{ min}$$

Marcos

$$Var\ (M) = \frac{(60 - 59{,}6)^2 + (63 - 59{,}6)^2 + (58 - 59{,}6)^2 + (62 - 59{,}6)^2 + (55 - 59{,}6)}{5}$$

$$Var\ (M) = \frac{0{,}16 + 11{,}56 + 2{,}56 + 5{,}76 + 21{,}16}{5}$$

$$Var\ (M) = \frac{41{,}2}{5}$$

$$Var\ (M) = 8{,}24 \text{ min}$$

De acordo com os cálculos da variância, o atleta que apresenta os tempos **mais dispersos** da média é o **Marcos**. Já **Pedro** apresentou tempos mais próximos de sua média do que os demais corredores.

Exemplo: Observe as notas de três competidores em uma prova de manobras radicais com skates.

Competidor A: 7,0 – 5,0 – 3,0

Competidor B: 5,0 – 4,0 – 6,0

Competidor C: 4,0 – 4,0 – 7,0

Ao calcular a média das notas dos três competidores iremos obter média cinco para todos, impossibilitando a nossa análise sobre a regularidade dos competidores.

Partindo dessa ideia, precisamos adotar uma medida que apresente a variação dessas notas no intuito de não comprometer a análise.

Assim calcularemos a variância dos valores apresentados por atleta.

$$V_A = \frac{(7-5)^2 + (5-5)^2 + (3-5)^2}{3} = \frac{4+0+4}{3} = 2{,}667$$

$$V_B = \frac{(5-5)^2 + (4-5)^2 + (6-5)^2}{3} = \frac{0+1+1}{3} = 0{,}667$$

$$V_C = \frac{(4-5)^2 + (4-5)^2 + (7-5)^2}{3} = \frac{1+1+4}{3} = 2$$

Assim percebemos que o competidor B é o mais regular de todos.

Exemplo: O dono de uma microempresa pretende saber, em média, quantos produtos são produzidos por cada funcionário em um dia. O chefe tem conhecimento que nem todos conseguem fazer a mesma quantidade de peças, mas pede que seus funcionários façam um registro de sua produção em uma semana de trabalho. Ao fim desse período, chegou-se à seguinte tabela:

Funcionários	Quantidade de peças produzidas por dia				
	Seg	Ter	Quar	Quin	Sext
A	10	9	11	12	8
B	15	12	16	10	11
C	11	10	8	11	12
D	8	12	15	9	11

Para saber a produção média de seus funcionários, o chefe faz o cálculo da **média aritmética** de produção, isto é, a soma do número de peças produzido em cada dia dividida pela quantidade analisada de dias.

A partir desse cálculo, temos a produção diária média de cada funcionário. Mas se observarmos bem a tabela, veremos que há valores distantes da média. O funcionário **B**, por exemplo, produz uma média de **12,8 peças por dia**. No entanto, houve um dia em que ele produziu **16 peças** e outro dia em que ele confeccionou apenas **10 peças**. Será que o processo utilizado pelo dono da empresa é suficiente para o seu propósito?

Faremos o cálculo da variância para cada um dos funcionários.

Primeiramente calcularemos a média de peças produzidas por cada um deles.

Funcionários	Média Aritmética ($\bar{x}$)	
A	$\bar{X}_A = \frac{10+9+11+12+8}{5} = \frac{50}{5}$	$\bar{X}_A = 10{,}0$
B	$\bar{X}_B = \frac{15+12+16+10+11}{5} = \frac{64}{5}$	$\bar{X}_B = 12{,}8$
C	$\bar{X}_C = \frac{11+10+8+11+12}{5} = \frac{52}{5}$	$\bar{X}_C = 10{,}4$
D	$\bar{X}_D = \frac{8+12+15+9+11}{5} = \frac{55}{5}$	$\bar{X}_D = 11{,}0$

Agora a variância:

Funcionário A:

$$\text{var}(A) = \frac{(10-10)^2 + (9-10)^2 + (11-10)^2 + (12-10)^2 + (8-10)^2}{5}$$

$$\text{var}(A) = \frac{10}{5} = 2{,}0$$

Funcionário B:

$$\text{var}(B) = \frac{(15-12{,}8)^2 + (12-12{,}8)^2 + (16-12{,}8)^2 + (10-12{,}8)^2 + (11-12{,}8)^2}{5}$$

$$\text{var}(B) = \frac{26{,}8}{5} = 5{,}36$$

Funcionário C:

$$\text{var (C)} = \frac{(11 - 10,4)^2 + (10 - 10,4)^2 + (8 - 10,4)^2 + (11 - 10,4)^2 + (12 - 10,4)^2}{5}$$

$$\text{var (C)} = \frac{9,2}{5} = 1,84$$

Funcionário D:

$$\text{var (D)} = \frac{(8 - 11)^2 + (12 - 11)^2 + (15 - 11)^2 + (9 - 11)^2 + (11 - 11)^2}{5}$$

$$\text{var (D)} = \frac{30}{5} = 6,0$$

Podemos afirmar que a produção diária do funcionário C é mais uniforme do que a dos demais funcionários, assim como a quantidade de peças diárias de D é a mais desigual. **Quanto maior for a variância, mais distantes da média estarão os valores, e quanto menor for a variância, mais próximos os valores estarão da média.**

- Para amostra a soma dessas diferenças deve ser dividida por n-1 , onde n é o número de elementos da amostra.

$$V_A = \frac{(X_1 - X_m)^2 + (X_2 - X_m)^2 + \ldots (X_n - X_m)^2}{n - 1}$$

Exemplo:

Calcular a variância amostral do conjunto : 1, 2, 3, 4, 5

n = 5 e X_m (média) = 3

logo:

$$\text{Var} = \frac{(1-3)^2+(2-3)^2+(3-3)^2+(4-3)^2+(5-3)^2}{5-1} = \frac{(-2)^2+(-1)^2+0^2+1^2+2^2}{4} =$$

$$\frac{4+1+0+1+4}{4} = \frac{10}{4} = 2,5$$

DESVIO PADRÃO

O desvio padrão é calculado extraindo a raiz quadrada da variância.

$$D.P. = \sqrt{V_A}$$

A unidade do desvio padrão é igual a unidade de medida das observações.

Exemplo: O dono de uma microempresa pretende saber, em média, quantos produtos são produzidos por cada funcionário em um dia. O chefe tem conhecimento que nem todos conseguem fazer a mesma quantidade de peças, mas pede que seus funcionários façam um registro de sua produção em uma semana de trabalho. Ao fim desse período, chegou-se à seguinte tabela:

Funcionários	Quantidade de peças produzidas por dia				
	Seg	Ter	Quar	Quin	Sext
A	10	9	11	12	8
B	15	12	16	10	11
C	11	10	8	11	12
D	8	12	15	9	11

Faremos o cálculo da variância para cada um dos funcionários.

Primeiramente calcularemos a média de peças produzidas por cada um deles.

Funcionários	Média Aritmética ($\bar{x}$)	
A	$\bar{X}_A = \frac{10 + 9 + 11 + 12 + 8}{5} = \frac{50}{5}$	$\bar{X}_A = 10{,}0$
B	$\bar{X}_B = \frac{15 + 12 + 16 + 10 + 11}{5} = \frac{64}{5}$	$\bar{X}_B = 12{,}8$
C	$\bar{X}_C = \frac{11 + 10 + 8 + 11 + 12}{5} = \frac{52}{5}$	$\bar{X}_C = 10{,}4$
D	$\bar{X}_D = \frac{8 + 12 + 15 + 9 + 11}{5} = \frac{55}{5}$	$\bar{X}_D = 11{,}0$

Agora a variância:

Funcionário A:

$$\text{var (A)} = \frac{(10-10)^2 + (9-10)^2 + (11-10)^2 + (12-10)^2 + (8-10)^2}{5}$$

$$\text{var (A)} = \frac{10}{5} = 2{,}0$$

Funcionário B:

$$\text{var (B)} = \frac{(15-12{,}8)^2 + (12-12{,}8)^2 + (16-12{,}8)^2 + (10-12{,}8)^2 + (11-12{,}8)^2}{5}$$

$$\text{var (B)} = \frac{26{,}8}{5} = 5{,}36$$

Funcionário C:

$$\text{var (C)} = \frac{(11-10{,}4)^2 + (10-10{,}4)^2 + (8-10{,}4)^2 + (11-10{,}4)^2 + (12-10{,}4)^2}{5}$$

$$\text{var (C)} = \frac{9{,}2}{5} = 1{,}84$$

Funcionário D:

$$\text{var (D)} = \frac{(8-11)^2 + (12-11)^2 + (15-11)^2 + (9-11)^2 + (11-11)^2}{5}$$

$$\text{var (D)} = \frac{30}{5} = 6{,}0$$

Calculando o desvio, temos:

Funcionário A:

$$dp(A) = \sqrt{var\ (A)}$$
$$dp(A) = \sqrt{2{,}0}$$
$$dp(A) \approx 1{,}41$$

Funcionário B:

$$dp(B) = \sqrt{var\ (B)}$$
$$dp(B) = \sqrt{5{,}36}$$
$$dp(B) \approx 2{,}32$$

Funcionário C:

$$dp(C) = \sqrt{var\ (C)}$$
$$dp(C) = \sqrt{1{,}84}$$
$$dp(C) \approx 1{,}36$$

Funcionário D:

$$dp(D) = \sqrt{var\ (D)}$$
$$dp(D) = \sqrt{6{,}0}$$
$$dp(D) \approx 2{,}45$$

Exemplo: O serviço de atendimento ao consumidor de uma concessionária de veículos recebe as reclamações dos clientes via telefone. Tendo em vista a melhoria nesse serviço, foram anotados os números de chamadas durante um período de sete dias consecutivos. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Dia	Número de chamadas
Domingo	3
Segunda	4
Terça	6
Quarta	9
Quinta	5
Sexta	7
Sábado	8

Sobre as informações contidas nesse quadro, podemos afirmar que:

a) O número médio de chamadas dos últimos sete dias foi 6,5.
b) A média é menor que a variância.
c) A variância dos dados é 4.
d) O desvio padrão dos dados é $\sqrt{2}$.
e) O desvio é um número ímpar.

ÂNGULOS

Ângulo é a região de um plano concebida pelo encontro de duas semirretas que possuem uma origem em comum, chamada vértice do *ângulo*.

A unidade usual de medida de ângulo, de acordo com o sistema internacional de medidas, é o grau, representado pelo símbolo º, e seus submúltiplos são o minuto ’ e o segundo ”.

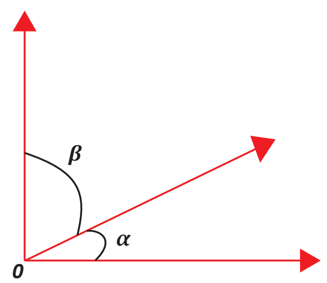
Temos que 1º (grau) equivale a 60’ (minutos) e 1’ equivale a 60”(segundos).

Ângulo é um dos conceitos fundamentais da matemática, ocupando lugar de destaque na Geometria euclidiana, ao lado de ponto, reta, plano, triângulo, quadrilátero, polígono e perímetro.

Tipos de ângulo

- *Ângulos Complementares*: dois ângulos são complementares se a soma de suas medidas é igual a 90º. Neste caso, cada um é o complemento do outro.

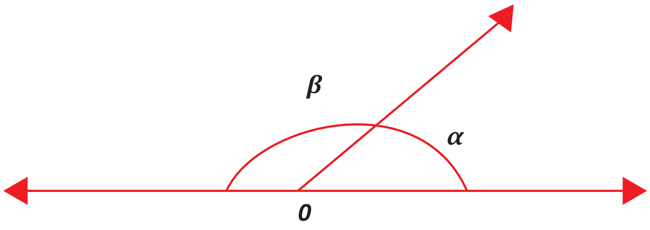
  Na ilustração temos que:



$$\alpha + \beta = 90^\circ$$

- *Ângulos Suplementares*: dois ângulos são Suplementares quando a soma de suas medidas é igual a 180º. Neste caso, cada um é o suplemento do outro.

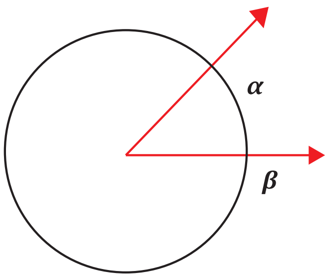
  Na ilustração temos que:



$$\alpha + \beta = 180^o$$

- *Ângulos Replementares*: dois ângulos são replementares quando a soma de suas medidas é igual a 360°. Neste caso, cada um é o replemento do outro.

  Na ilustração temos que:



$$\alpha + \beta = 360^o$$

Exemplo: Assinale V para verdadeiro e F para falso nas sentenças abaixo:

( ) 80° e 100° são suplementares.

( ) 30° e 70° são complementares.

( ) 120° e 60° são suplementares.

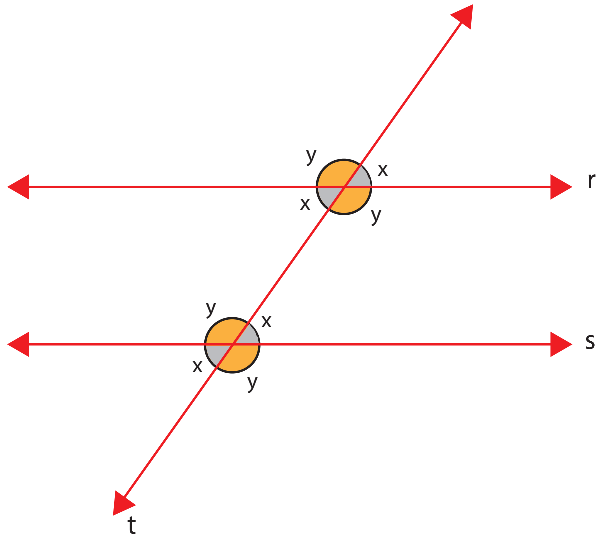
( ) 20° e 160° são complementares.

( ) 140° e 40° são complementares.

( ) 140° e 40° são suplementares.

Exemplo: Dê a medida do ângulo que vale o dobro de seu complemento.

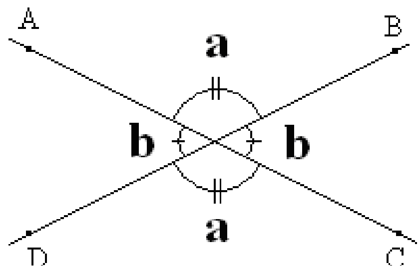
Dadas duas ou mais retas paralelas, cada reta transversal a essas retas formam ângulos opostos pelo vértice.



r/s

t é transversal

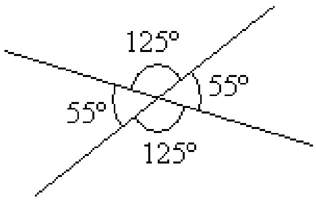
x + y = 180º e ângulos opostos congruentes

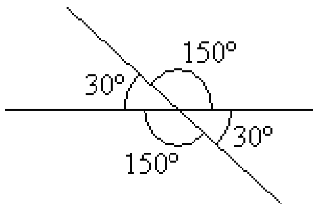


ângulos opostos pelo vértice são CONGRUENTES

a+b= 180º

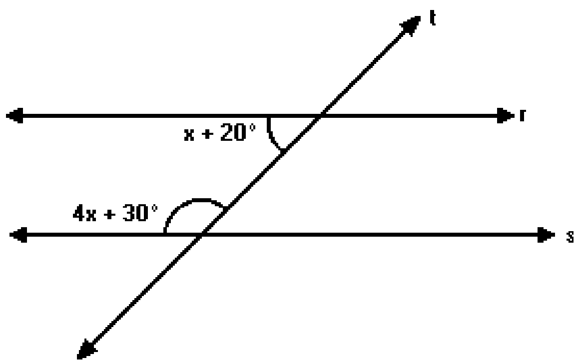
Exemplos:





Exemplo:

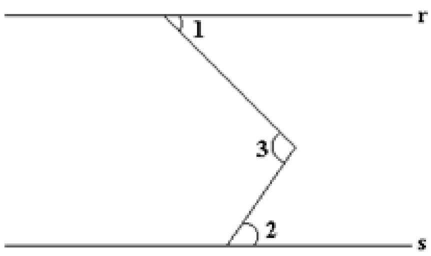
As retas r e s são interceptadas pela transversal "t", conforme a figura. O valor de x para que r e s sejam, paralelas é:



a) 20º.
b) 26º.
c) 28º.
d) 30º.
e) 35º.

Exemplo:

Na figura adiante, as retas r e s são paralelas, o ângulo 1 mede 45° e o ângulo 2 mede 55°. A medida, em graus, do ângulo 3 é:



a) 50º.
b) 55º.
c) 60º.
d) 80º.
e) 100º.

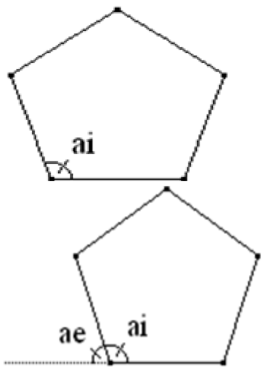
Ângulos de um Polígono

A soma dos ângulos internos de qualquer polígono depende do número de lados (n), sendo usada a seguinte expressão para o cálculo:

número de lados do polígono

$$Si = (n-2).180°$$

soma dos ângulos internos



ângulo interno (ai)

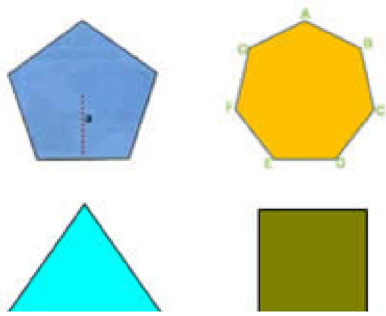
$$ai = \frac{Si}{n} \quad \text{ou} \quad ai = \frac{(n-2).180°}{n}$$

ângulo externo (ae)

$$ai + ae = 180° \quad \text{ou} \quad ae = \frac{360°}{n}$$

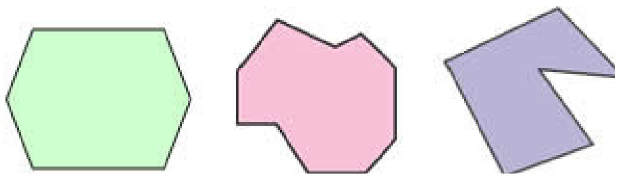
Polígono regular e irregular

Todo polígono regular possui os lados e os ângulos com medidas iguais. Alguns exemplos de polígonos regulares.



Polígonos regulares

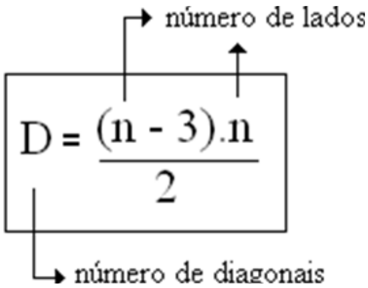
Um polígono irregular é aquele que não possui os ângulos com medidas iguais e os lados não possuem o mesmo tamanho.



Polígonos irregulares

Diagonais de um polígono

Diagonal de um polígono é o segmento de reta que liga um vértice ao outro, passando pelo interior da figura. O número de diagonais de um polígono depende do número de lados (n) e pode ser calculado pela expressão:



Exemplo:

A medida mais próxima de cada ângulo externo do heptágono regular da moeda de R$ 0,25 é:



a) 60º.
b) 45º.
c) 36º.
d) 83º.
e) 51º.

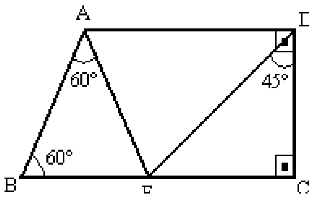
Exemplo:

Os ângulos externos de um polígono regular medem 20°. Então, o número de diagonais desse polígono é:

a) 90º.
b) 104º.
c) 119º.
d) 135º.
e) 152º.

Exemplo:

Dada a figura:



Sobre as sentenças

I – O triângulo CDE é isósceles.

II – O triângulo ABE é equilátero.

III – AE é bissetriz do ângulo BÂD.

é verdade que

a) somente a I é falsa.
b) somente a II é falsa.
c) somente a III é falsa.
d) são todas falsas.
e) são todas verdadeiras.

Gabarito: **1.** V F V F F V **2.** 60° **3.** B **4.** E **5.** E **6.** D **7.** E

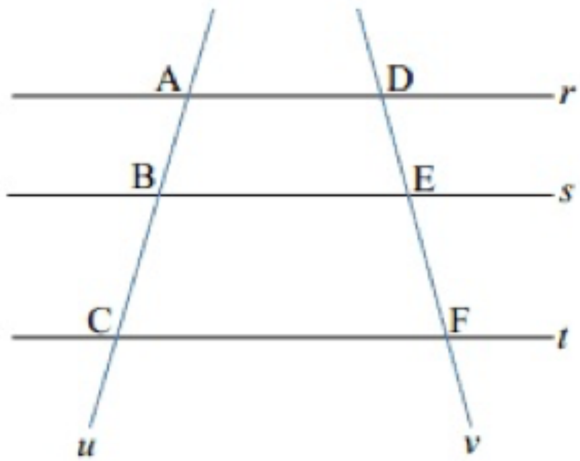
TEOREMA DE TALES

Definição

O Teorema de Tales pode ser determinado pela seguinte lei de correspondência:

"Se duas retas transversais são cortadas por um feixe de retas paralelas, então a razão entre quaisquer dois segmentos determinados em uma das transversais é igual à razão entre os segmentos correspondentes da outra transversal."

Para compreender melhor o teorema observe o esquema representativo a seguir:



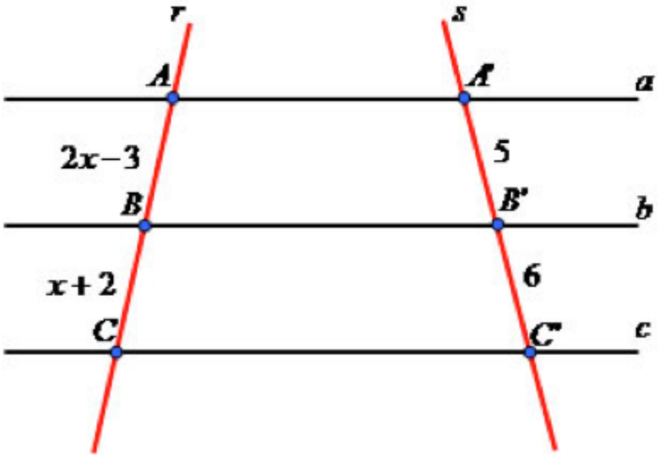
r//s//t

Nesse feixe de retas, podemos destacar, de acordo com o Teorema de Tales, as seguintes razões:

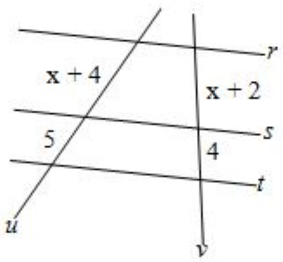
- ✓ $\frac{AB}{BC} = \frac{DE}{EF}$
- ✓ $\frac{AC}{AB} = \frac{DF}{DE}$
- ✓ $\frac{AC}{BC} = \frac{DF}{EF}$

Exemplo 1

Aplicando a proporcionalidade existente no Teorema de Tales, determine o valor dos segmentos AB e BC na ilustração a seguir:



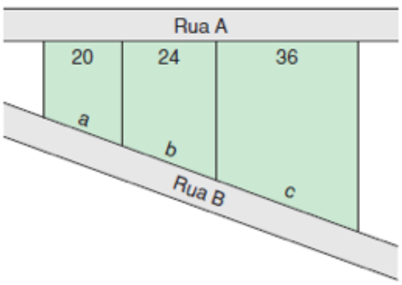
2. Determine o valor de x na figura abaixo:



r//s//t

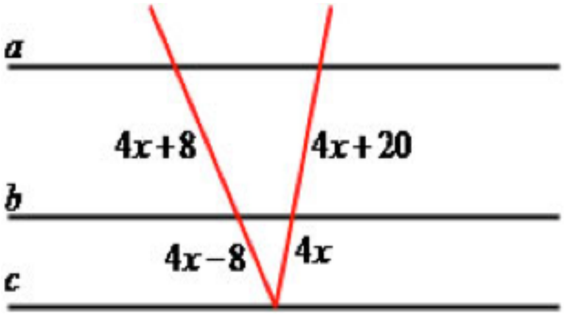
Exemplos

3. O proprietário de uma área quer dividi-la em três lotes, conforme a figura. Sabendo-se que as laterais dos terrenos são paralelos e que a + b + c = 120 m, os valores de a, b¸e c, em metros, são, respectivamente:

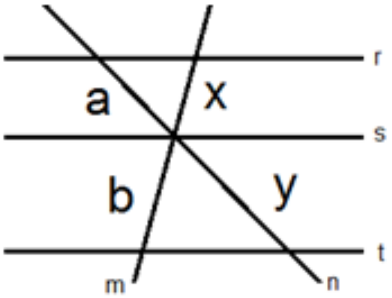


a) 40, 40 e 40
b) 30, 30 e 60
c) 36, 64 e 20
d) 30, 36 e 54
e) 30, 46 e 44

4. Determine o valor de x na figura a seguir:

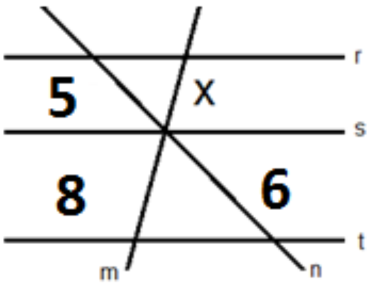


CASO ESPECIAL



Nesse caso as proporções determinadas são: $\frac{a}{x} = \frac{y}{b}$

5. Determine o valor de x.



Gabarito: **3.** D

TEOREMA DE PITÁGORAS

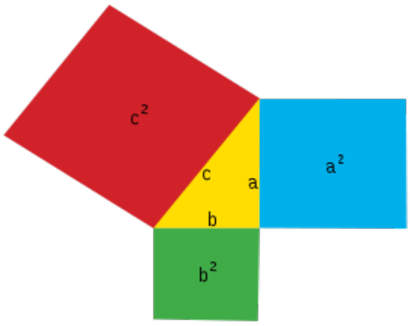
DEFINIÇÃO

O teorema de Pitágoras é uma relação matemática entre os comprimentos dos lados de qualquer triângulo retângulo. Na geometria euclidiana, o teorema afirma que:

"Em qualquer triângulo retângulo, o quadrado do comprimento da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos comprimentos dos catetos."

Por definição, a hipotenusa é o lado oposto ao ângulo reto, e os catetos são os dois lados que o formam. O enunciado anterior relaciona comprimentos, mas o teorema também pode ser enunciado como uma relação entre áreas:

"Em qualquer triângulo retângulo, a área do quadrado cujo lado é a hipotenusa é igual à soma das áreas dos quadrados cujos lados são os catetos."

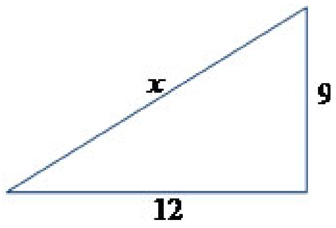


Para ambos os enunciados, pode-se equacionar:?

➔ $a^2 = b^2 + c^2$

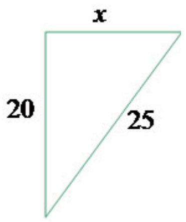
Exemplo:

Calcule o valor do segmento desconhecido no triângulo retângulo a seguir.



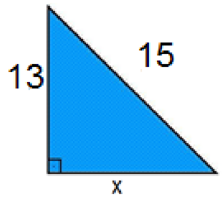
Exemplo:

Calcule o valor do cateto no triângulo retângulo a seguir:



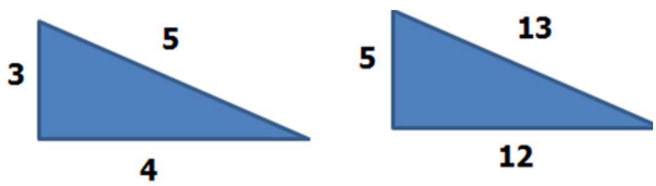
Exemplo:

Determine x no triângulo a seguir



- **Triângulos Retângulos PITAGÓRICOS**

  Existem alguns tipos especiais de triângulos retângulos cujos lados são proporcionais a:



Questões

1. Roberto irá cercar uma parte de seu terreno para fazer um canil. Como ele tem um alambrado de 10 metros, decidiu aproveitar o canto murado de seu terreno (em ângulo reto) e fechar essa área triangular esticando todo o alambrado, sem sobra. Se ele utilizou 6 metros de um muro, do outro muro ele irá utilizar, em metros?

a) 7.
b) 5.
c) 8.
d) 6.
e) 9.

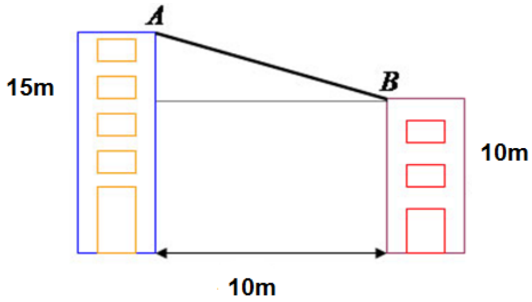
2. Num triângulo ABC, retângulo em B, os catetos medem 5 cm e 12 cm. A altura relativa ao vértice B desse triângulo, em cm, é aproximadamente igual a:

a) 4,6.
b) 1,3.
c) 3,7.
d) 5,2.
e) 6,3.

3. Em um prédio do Tribunal de Justiça, há um desnível de altura entre a calçada frontal e a sua porta de entrada. Deseja-se substituir a escada de acesso existente por uma rampa. Se a escada possui 40 degraus iguais, cada um com altura de 12,5 cm e comprimento de 30 cm, o comprimento da rampa será de:

a) 5 m.
b) 8 m.
c) 10 m.
d) 12 m.
e) 13 m.

4. Um ciclista acrobático vai atravessar de um prédio a outro com uma bicicleta especial, percorrendo a distância sobre um cabo de aço, como demonstra o esquema a seguir:



Qual é a medida mínima do comprimento do cabo de aço?

a) 8m.
b) 9m.
c) 10m.
d) 11m.
e) 12 m.

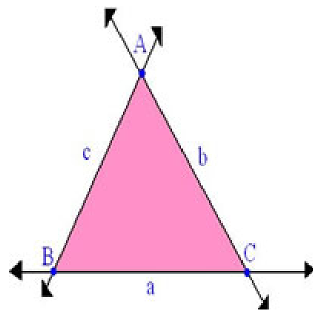
Gabarito: **1.** C **2.** A **3.** E **4.** E

TRIÂNGULO

Triângulo é uma figura geométrica formada por três retas que se encontram duas a duas e não passam pelo mesmo ponto, formando três lados e três ângulos.

Para fazer o cálculo do **perímetro de um triângulo** basta fazer a soma da medida de todos os lados, a **soma dos ângulos internos** é sempre 180°.

Observando o triângulo podemos identificar alguns de seus elementos:



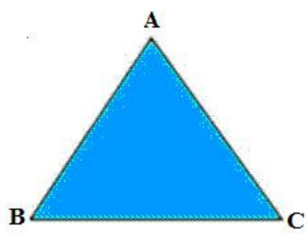
- A, B e C são os vértices.
- Os lados dos triângulos são simbolizados pelo encontro dos vértices (pontos de encontros): $\overline{AB}$,$\overline{BC}$,$\overline{AC}$ segmentos de retas.
- Os ângulos têm duas formas de representá-los: no caso do triângulo ele tem 3 lados, consequentemente, 3 ângulos.

Tipos de Triângulo

O triângulo pode ser classificado segundo:

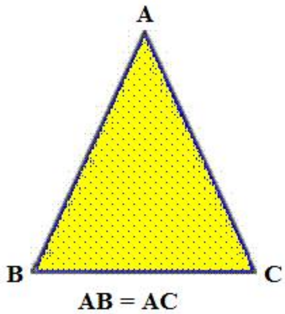
A medida do seu lado.

Triângulo Equilátero: é todo triângulo que apresenta os três lados com a mesma medida. Nesse caso dizemos que os três lados são congruentes.

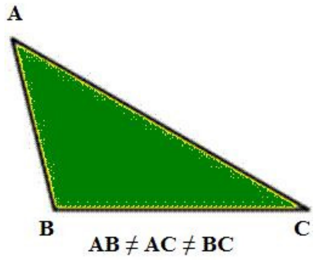


AB = AC = BC

Triângulo Isósceles: é todo triângulo que apresenta dois lados com a mesma medida, ou seja, dois lados de tamanhos iguais.

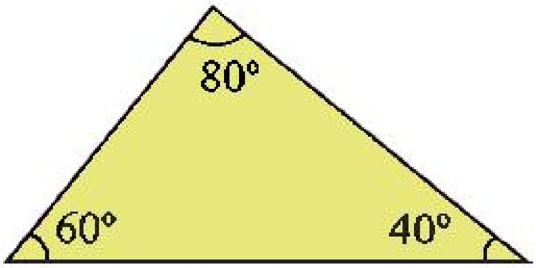


Triângulo Escaleno: é todo triângulo que apresenta os três lados com medidas diferentes, ou seja, três lados de tamanhos diferentes.

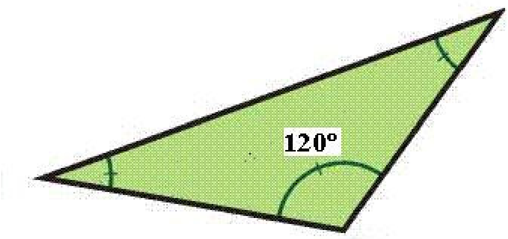


A medida de seus ângulos

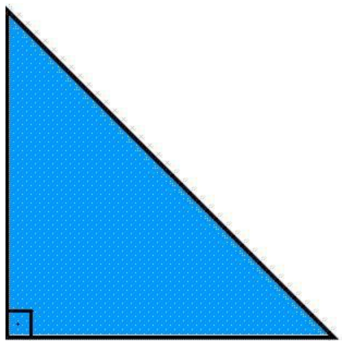
Triângulo acutângulo: é todo triângulo que apresenta os três ângulos internos menores que 90º, ou seja, os três ângulos internos são agudos.



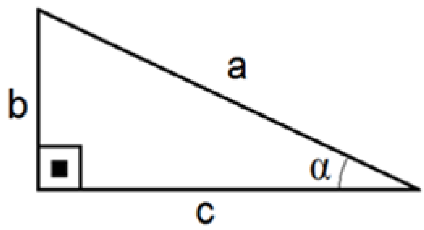
Triângulo obtusângulo: é todo triângulo que apresenta um ângulo interno maior que 90º, ou seja, que possui um ângulo obtuso.



Triângulo retângulo: é todo triângulo que apresenta um ângulo interno reto, ou seja, que possui um ângulo medindo 90º.



TRIÂNGULO RETÂNGULO



Área = $\frac{b.c}{2}$

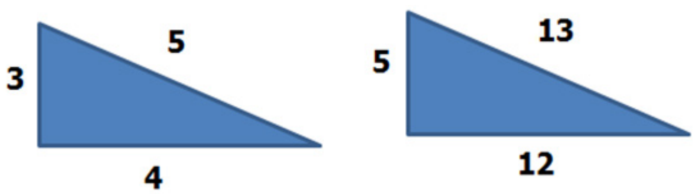
Altura = $a.h = b.c$

Perímetro = $a+b+c$

Pitágoras = $a^2 = b^2 + c^2$

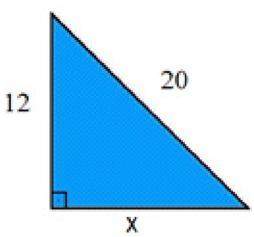
Triângulos Retângulos PITAGÓRICOS

Existem alguns tipos especiais de triângulos retângulos cujos lados são proporcionais a:



Exemplo:

Determine x no triângulo abaixo



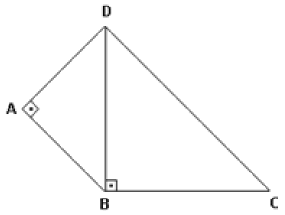
Exemplo:

Num triângulo ABC, retângulo em B, os catetos medem 5 cm e 12 cm. A altura relativa ao vértice B desse triângulo, em cm, é aproximadamente igual a:

a) 4,6
b) 1,3
c) 3,7
d) 5,2
e) 5,9

Exemplo:

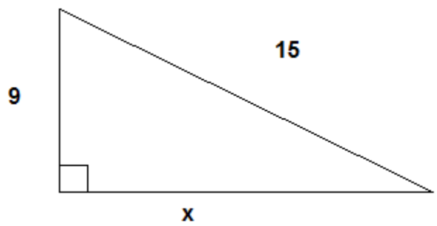
Na figura abaixo, ABD e BCD são triângulos retângulos isósceles. Se AD = 4, qual é o comprimento de DC?

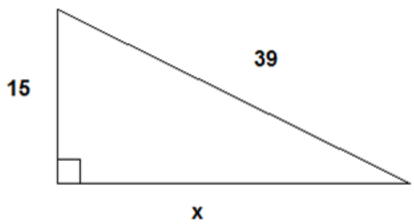


a) $4\sqrt{2}$
b) 6
c) 7
d) 8
e) $8\sqrt{2}$

Exemplo:

Calcule o valor de x.

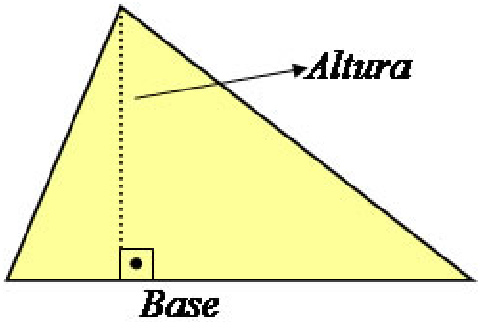




Calculo da área do Triângulo

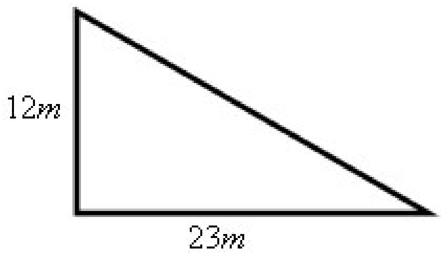
A **área** de um triângulo é a metade do produto da medida da sua altura pela medida da sua base. Assim, a área do triângulo pode ser calculada pela fórmula:

$A = \frac{(B \cdot h)}{2}$ onde *h* é a altura do triângulo, *b* a medida da base.



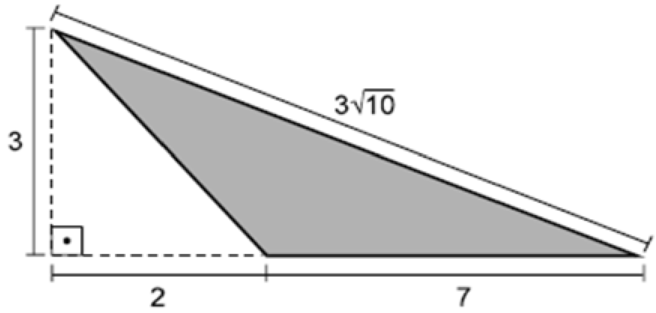
Questões

1. Determinar a área do triângulo a seguir considerando que a sua base mede 23 metros e a altura 12 metros.



Exemplo:

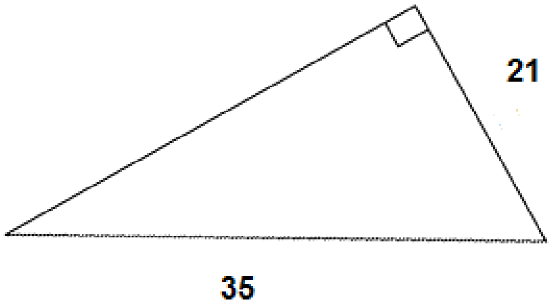
A área do triângulo sombreado da figura abaixo é:



a) 13,5
b) 9 $\sqrt{10}$
c) 10,5
d) 21
e) 10,5 $\sqrt{10}$

Exemplo:

Calcule a área do triangulo retângulo abaixo.



QUADRILÁTEROS

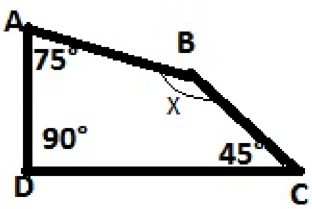
Um quadrilátero é um polígono de quatro lados. Em geral, um quadrilátero será uma figura geométrica limitada por quatro lados, todos diferentes e que formam entre si quatro ângulos internos também diferentes.

Em qualquer caso, a soma dos valores dos ângulos internos de um quadrilátero é sempre 360°.

Algumas Propriedades dos quadriláteros:

1. A soma dos seus ângulos internos é 360º.

2. A soma dos seus ângulos externos é 360º.

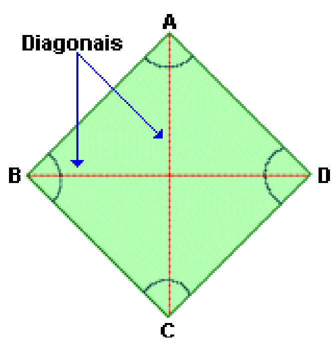


75 + x + 45 +90 = 360

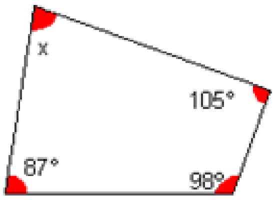
x= 360 - 45- 90 - 75

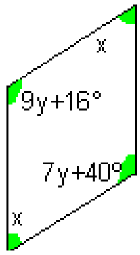
x= 150°

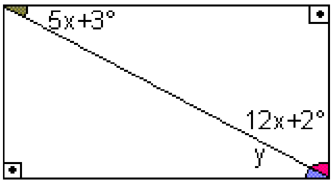
3. Todos os quadriláteros apresentam 2 diagonais.



Exemplo: *Determine a medida dos ângulos indicados:*







Classificação dos Quadriláteros:

Os quadriláteros classificam-se em paralelogramos e trapézios.

Paralelogramos

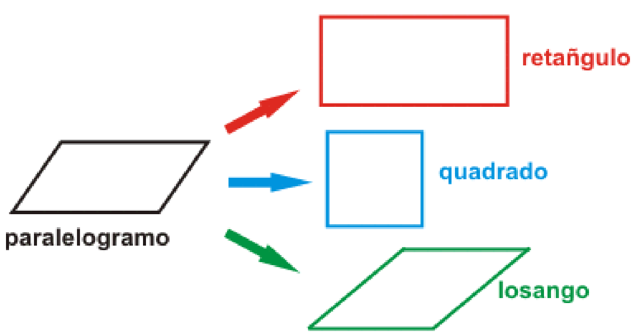
São quadriláteros de lados opostos paralelos.

Exemplos:

Retângulo – Paralelogramo em que todos os ângulos são retos. O retângulo cujos lados são congruentes chama-se quadrado.

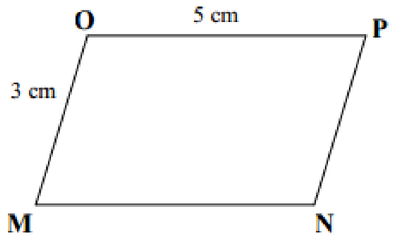
Quadrado – Retângulo cujos lados tem medidas iguais.

Losango, paralelogramo.

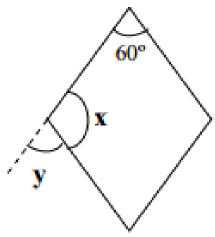


Exemplo: Observe os paralelogramos e, considerando as propriedades estudadas, determine:

a) MN e NP

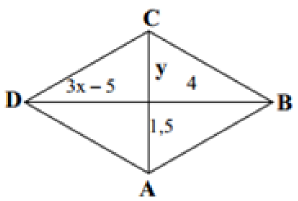


b) x e y

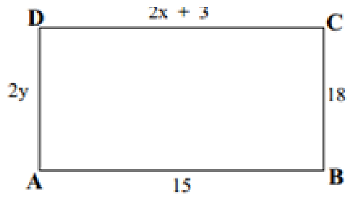


Exemplo: Encontre os valores de x e de y:

a) ABCD é um losango



b) ABCD é um retângulo



Trapézios

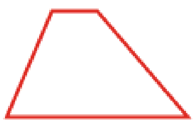
Quadrilátero que tem dois e só dois lados opostos paralelos.

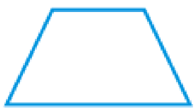
Exemplos:

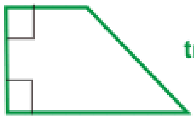
Trapézio Escaleno: tem todos os lados de medidas distintas.

Trapézio Retângulo – Trapézio que tem dois ângulos retos.

Trapézio Isósceles – Trapézio que tem os lados não paralelos com a mesma medida.

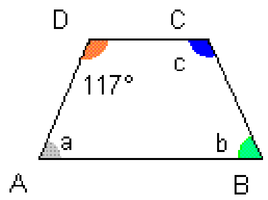






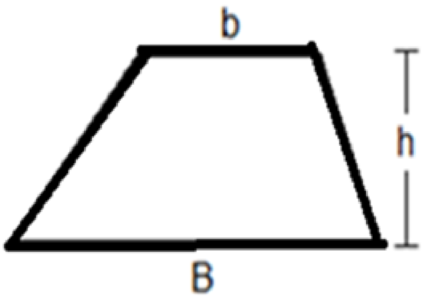
Exemplo:

*A figura abaixo é um trapézio isósceles, onde **a**, **b**, **c** representam medidas dos ângulos internos desse trapézio. Determine a medida de **a**, **b**, **c**.*



Principais Quadriláteros

1. Trapézio



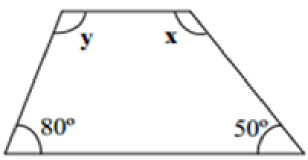
$$\text{Área} = \frac{(B+b)h}{2}$$

Características:

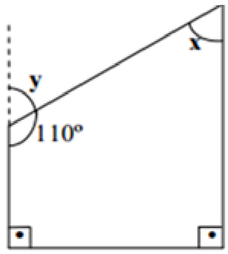
Apresenta 2 lados paralelos apenas.

Exemplos: Calcule o valor de x e de y nos trapézios abaixo:

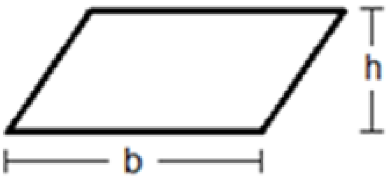
a)



b)



2. Paralelogramo

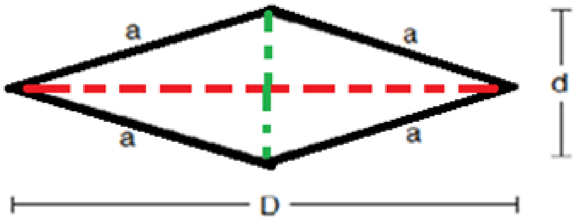


$$\text{Área} = b.h$$

Características:

Lados paralelos congruentes, ângulos opostos congruentes.

3. Losango

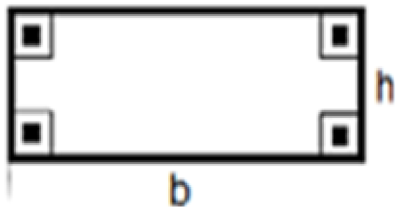


$$\text{Área} = \frac{D.d}{2}$$

Características:

Lados paralelos congruentes, todos os lados de mesma medida, ângulos opostos congruentes, diagonais cortam-se nos seus pontos médios e são proporcionais entre si.

3. Retângulo

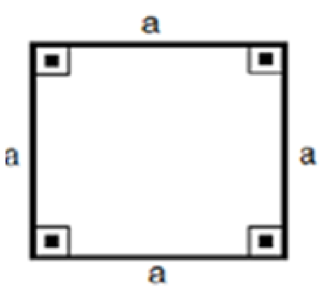


$$\text{Área} = b.h$$

Características:

Todos os ângulos internos são retos, lados paralelos congruentes, diagonais de mesma medida e que se cortam nos seus pontos médios.

4. Quadrado



$$\text{Área} = a^2$$

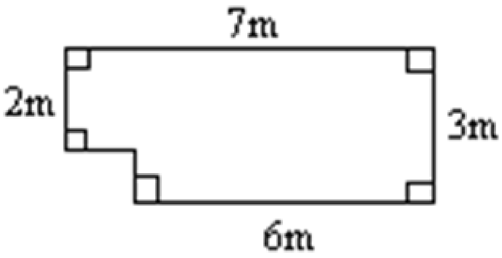
$$\text{Diagonal} = a\sqrt{2}$$

Características:

Todos os ângulos internos são retos, lados paralelos congruentes, todos os lados de mesma medida, diagonais de mesma medida, perpendiculares entre si e que se cortam nos seus pontos médios.

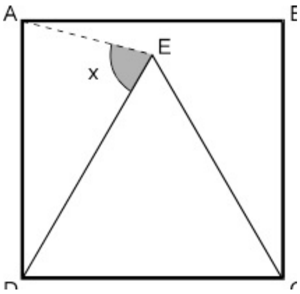
Questões

1. A área da sala representada na figura é:



a) 15 m^2.
b) 17 m^2.
c) 19 m^2.
d) 20 m^2.

2. Na figura, ABCD é um quadrado e DCE é um triângulo equilátero. A medida do ângulo AED, em graus, é:



a) 30.
b) 49.
c) 60.
d) 75.
e) 90.

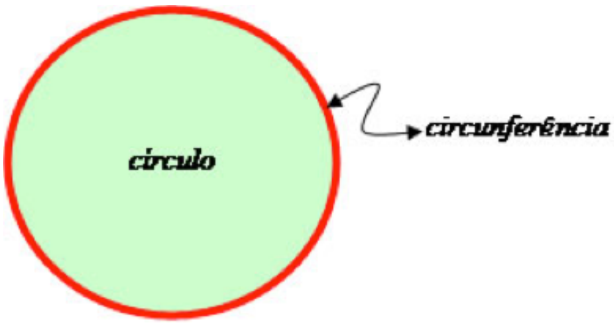
Gabarito: **1.** D **2.** D

FIGURAS CIRCULARES

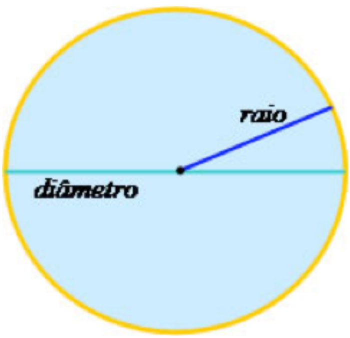
Definição

Os estudos relacionados à Geometria são responsáveis pela análise das formas encontradas na natureza. Tais estudos formulam expressões matemáticas capazes de calcular o perímetro, a área, o volume e outras partes dos objetos. Duas figuras importantes são o círculo e a circunferência. Mas qual a diferença entre as duas formas?

De acordo com a Geometria Euclidiana, circunferência é o espaço geométrico de uma região circular que compreende todos os pontos de um plano, localizados a uma determinada distância, denominada raio, de um ponto chamado centro. Podemos definir o círculo como a região interna da circunferência. A circunferência limita o círculo, observe a ilustração a seguir:



A circunferência e o círculo possuem um elemento denominado diâmetro, que constitui em um segmento que passa pelo centro da figura. Outro segmento importante pertencente às duas figuras é o raio, que corresponde à metade do diâmetro. Observe a figura:



E o famoso valor π ?

Há duas interpretações distintas quanto ao valor do π:

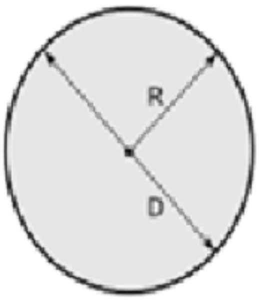
Como constante matemática,costumamos definir PI como sendo a razão entre a circunferência e o diâmetro de um círculo, ou seja vale aproximadamente 3,14.

Agora quando trabalhamos com ângulos, temos a seguinte relação:

π rad = 180°

PRINCIPAIS FÓRMULAS

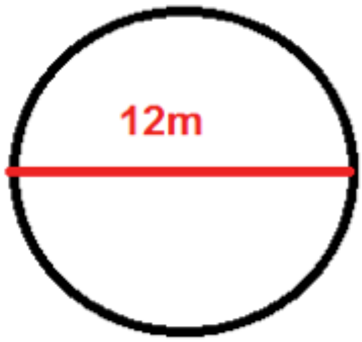
1 – CÍRCULO / CIRCUNFERÊNCIA

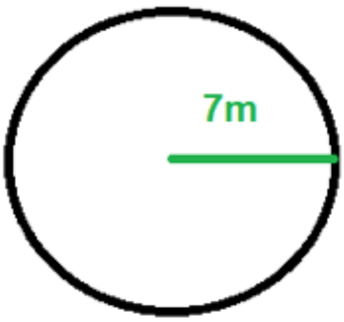


Área $= \pi R^2$

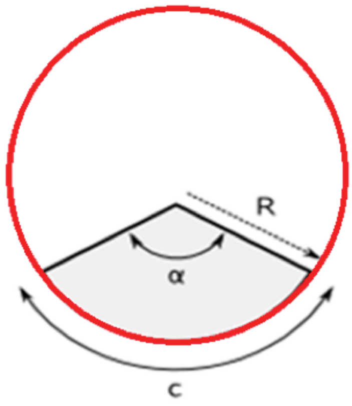
Comprimento ou Perímetro $= 2\pi R$

Exemplo: Calcule o valor da área e do perímetro dos círculos abaixo:

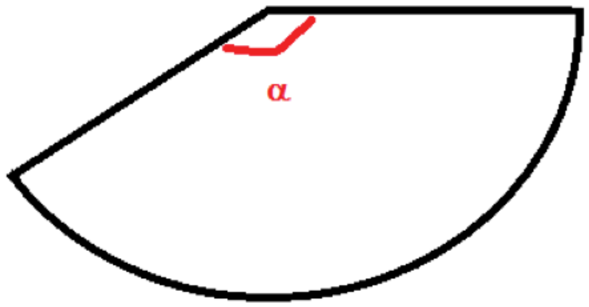




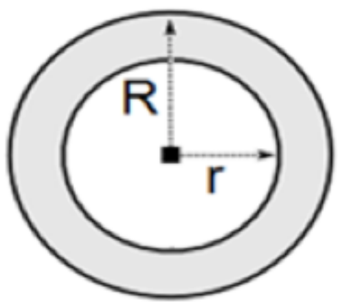
2 – SETOR CIRCULAR



Exemplo: Calcule o perímetro e a área de um setor circular cujo ângulo central vale $\frac{2\pi}{3}$ rad.

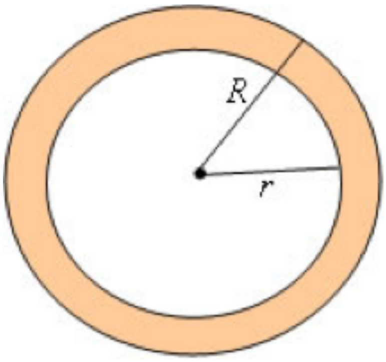


3 – COROA CIRCULAR



$$\text{Área} = \pi(R^2 - r^2)$$

Exemplo: Determine a área da coroa circular da figura a seguir, considerando o raio da circunferência maior igual a 10 metros e raio da circunferência menor igual a 8 metros.



EXERCÍCIOS:

1. Carlos vai pintar uma circunferência cujo comprimento 31,4 metros. Considerando = 3,14, o total de tinta, em m³, que Carlos precisa para pintar, sem que haja desperdício, essa circunferência é igual a:

a) 42,39
b) 59,12
c) 64,78
d) 78,50
e) 85,63

2. Na figura abaixo, o comprimento da circunferência é 36 e = 25º. O comprimento do arco é:

a) 1
b) 1,5
c) 2,5
d) 3
e) 3,5



3. A área de um setor circular de 210° e raio 3 cm é:

a) $\frac{9\pi}{2}$

b) $\frac{15\pi}{4}$

c) 8π

d) $\frac{21\pi}{4}$

e) 6π

Gabarito: **1.** D **2.** C **3.** D

COMPRIMENTO OU PERÍMETRO

Um exemplo claro do uso do conhecimento matemático nessas simples situações é quando precisamos saber o tamanho de certas coisas, logo sabemos que essas medidas que procuramos correspondem também ao uso das unidades de medida correspondentes. Um terreno por exemplo, além da área que possui, também possui medidas laterais independente da natureza que é formado esse terreno - quadrado, retângulo, trapézio, etc .

Se tratarmos de um terreno retangular com dimensões laterais de 12m e 25m, sabemos que sua área é $300m^2$. Isso significa que se quisermos calçar o terreno devemos comprar o material necessário para $300m^2$, mas por outro lado se falarmos por exemplo, em cercar esse mesmo local, falaremos em perímetro.

O perímetro de um determinado lugar é a **soma das medidas de seus lados**. Pegando as dimensões do terreno citado acima temos: 12 m e 25m. Somando a medida de seus lados temos que o perímetro do terreno é igual a 74m (12m + 25m + 12m + 25m).

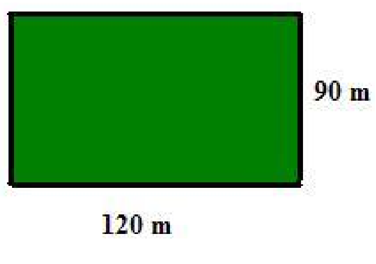
Se necessitarmos obter o perímetro de uma figura geométrica qualquer por exemplo, devemos observar primeiro a natureza da figura, ou seja, quantos lados possui: pentágono 5 lados, eneágono 9 lados, triângulo 3 lados, e depois realizar a soma das medidas de todos os lados para achar o perímetro.

Sendo assim, o perímetro é a medida do contorno de um objeto bidimensional, ou seja, a soma de todos os lados de uma figura geométrica.

Imagine a seguinte situação: Um fazendeiro quer descobrir quantos metros de arame serão gastos para cercar um terreno de pastagem com formato retangular. Como ele deveria proceder para chegar a uma conclusão? De maneira bem intuitiva, concluímos que ele precisa determinar as medidas de cada lado do terreno e então, somá-las, obtendo o quanto seria gasto. A esse procedimento damos o nome de perímetro.

O perímetro de uma figura é representado por 2p apenas por convenção.

Exemplo: Um fazendeiro pretende cercar um terreno retangular de 120 m de comprimento por 90 m de largura. Sabe-se que a cerca terá 5 fios de arame. Quantos metros de arame serão necessários para fazer a cerca? Se o metro de arame custa R$ 15,00, qual será o valor total gasto pelo fazendeiro?



Solução: Imagine que a cerca terá somente um fio de arame. O total de arame gasto para contornar todo o terreno será igual à medida do perímetro da figura. Como a cerca terá 5 fios de arame, o total gasto será 5 vezes o valor do perímetro.

Cálculo do perímetro:

2p = 120m + 90m + 120m + 90m = 420 m

Total de arame gasto:

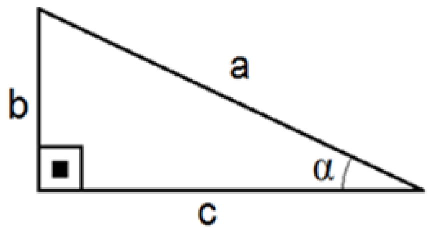
5.420 = 2100m de arame para fazer a cerca.

Como cada metro de arame custa R$ 15,00, o gasto total com a cerca será de:

2100.15 = R$ 31. 500,00.

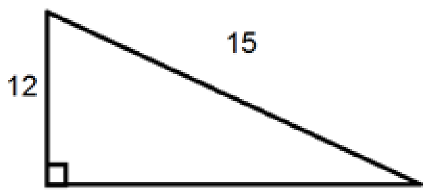
Principais Figuras

1. Triângulo Retângulo

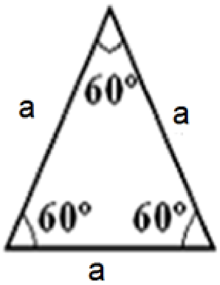


$$Per = a+b+c$$

Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo.

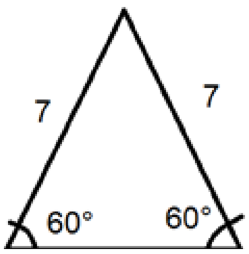


2. Triângulo Equilátero

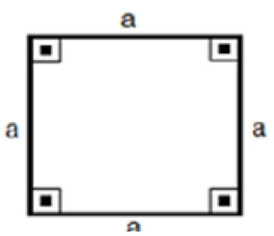


Per = 3a

Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo:

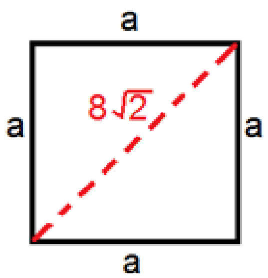


3. Quadrado

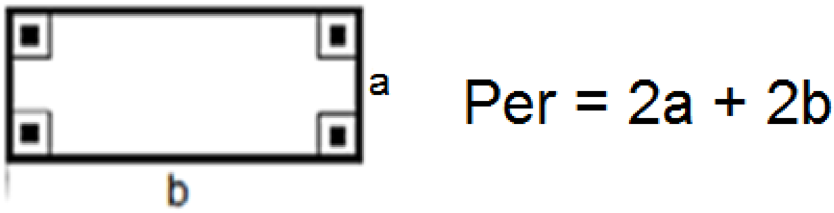


Per = 4a

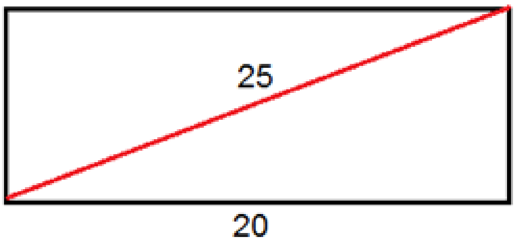
Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo:



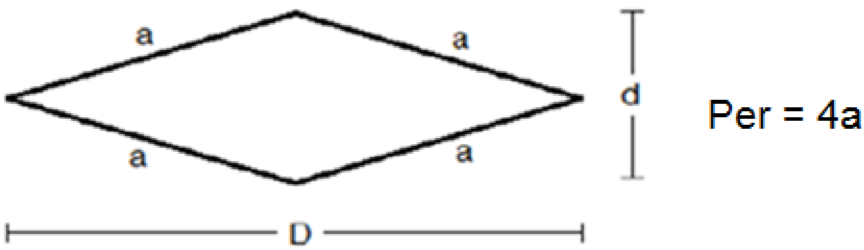
4. Retângulo



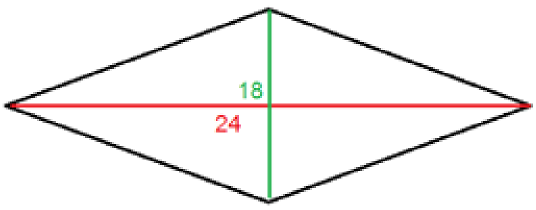
Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo:



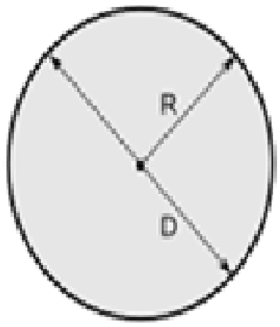
5. Losango



Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo:

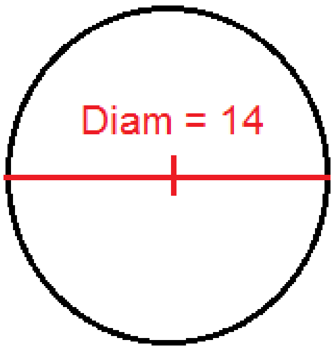


6. Círculo



$Per = 2\pi R$

Exemplo: Calcule o perímetro da figura abaixo:



Questões

1. Roberto irá cercar uma parte de seu terreno para fazer um canil. Como ele tem um alambrado de 10 metros, decidiu aproveitar o canto murado de seu terreno (em ângulo reto) e fechar essa área triangular esticando todo o alambrado, sem sobra. Se ele utilizou 6 metros de um muro, do outro muro ele irá utilizar, em metros,

a) 7.
b) 5.
c) 8.
d) 6.
e) 9.

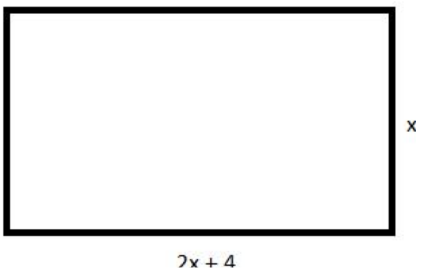
2. Para fazer um cercado para ratos, em um laboratório, dispõe-se de 12 metros de tela de arame. Para um dos lados, será aproveitada a parede do fundo da sala, de modo a fazer o cercado com um formato retangular, usando os 12 metros de tela para formar os outros três lados do retângulo.
Se a parede a ser usada tem 4 metros, qual será a área do cercado?

a) $28m^2$.
b) $24m^2$.
c) $20m^2$.
d) $16m^2$.
e) $12m^2$.

3. Deseja-se traçar um retângulo com perímetro de 28 cm e com a maior área possível. O valor dessa área será de:

a) 14 cm^2.
b) 21 cm^2.
c) 49 cm^2.
d) 56 cm^2.
e) 70 cm^2.

4. Analise as afirmações a seguir, relativas ao retângulo representado abaixo cujo perímetro mede 158 cm.



I – A área desse retângulo é igual a 13,50 m^2.
II – A área desse retângulo é menor do que 1 m^2.
III – O lado menor desse retângulo mede 50 cm.

Quais são verdadeiras?

a) Apenas a I.
b) Apenas a II.
c) Apenas a III.
d) Apenas a I e a III.
e) Apenas a II e a III.

Gabarito: **1.** E **2.** D **3.** C **4.** B

ÁREA

Definição

O cálculo de área é uma atividade cotidiana na vida de todos nós. Sempre nos vemos envolvidos em alguma situação em que há a necessidade de se calcular a área de uma forma geométrica plana. Seja na aquisição de um terreno, na reforma de um imóvel ou na busca de reduzir custos com embalagens, o uso do conhecimento de cálculo de áreas se faz presente. É uma atividade muito simples, mas às vezes deixamos algumas questões passarem despercebidas.

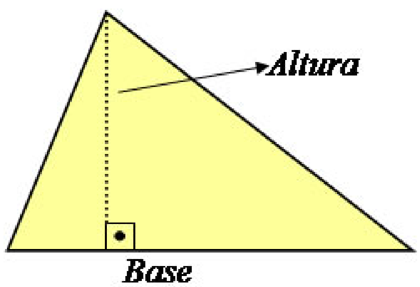
Área é um conceito matemático que pode ser definida como quantidade de espaço bidimensional, ou seja, de superfície.

Existem várias unidades de medida de área, sendo a mais utilizada o metro quadrado (m^2) e os seus múltiplos e sub-múltiplos.

Para não haver erro , lembre-se: "Área é o que eu posso pintar".

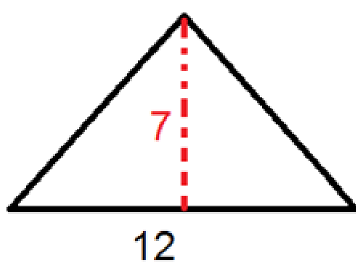
Fórmulas mais importantes

1. Triangulo Qualquer

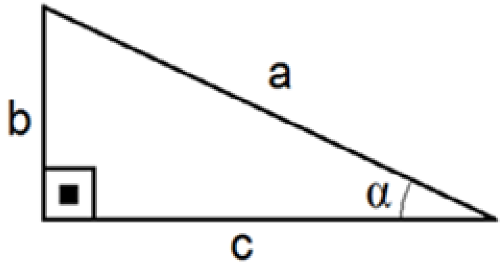


$$A = \frac{(B \cdot h)}{2}$$

Exemplo:

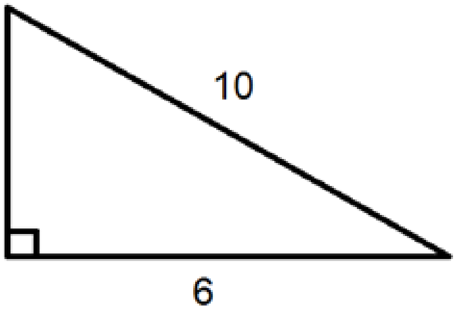


2. Triângulo Retângulo

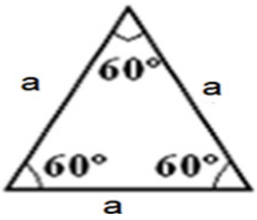


Área = $\frac{b.c}{2}$

Exemplo:

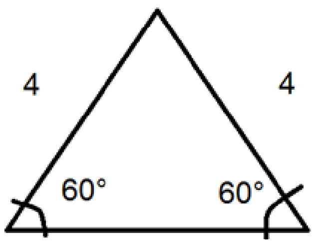


3. Triângulo Equilátero

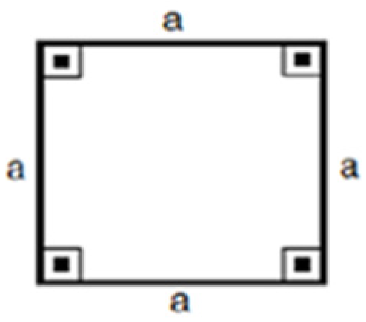


$$A = \frac{a^2\sqrt{3}}{4}$$

Exemplo:

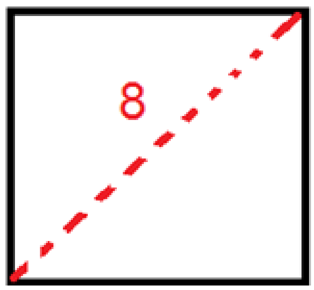


4. Quadrado

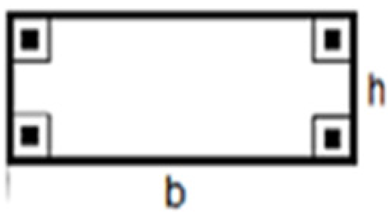


$$\text{Área} = a^2$$

Exemplo:

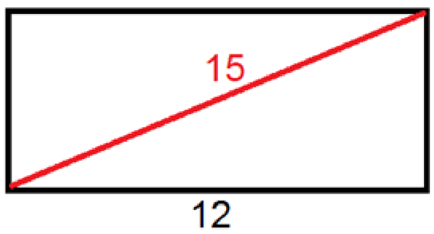


5. Retângulo

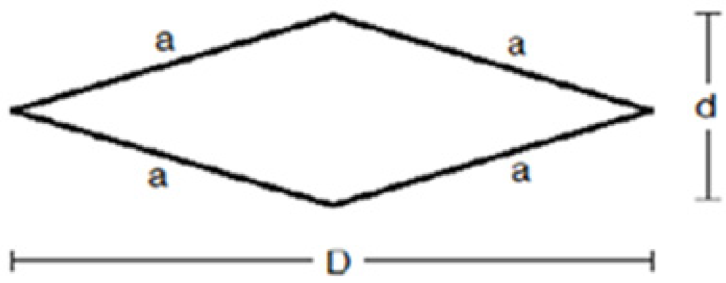


$$\text{Área} = bh$$

Exemplo:

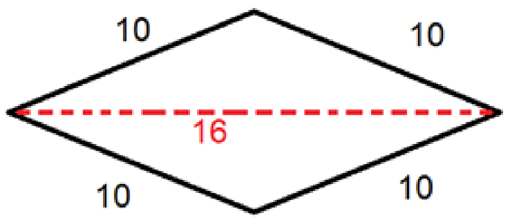


6. Losango

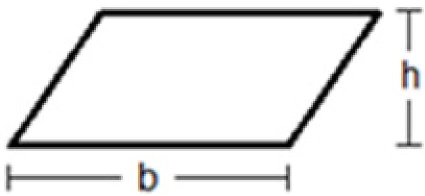


Área = $\frac{D.d}{2}$

Exemplo:

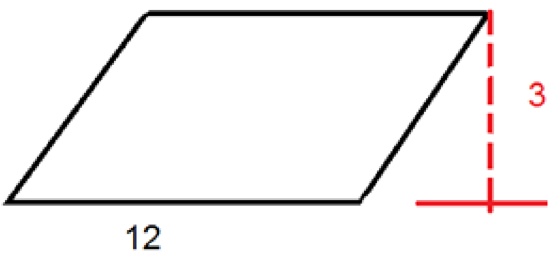


7. Paralelogramo

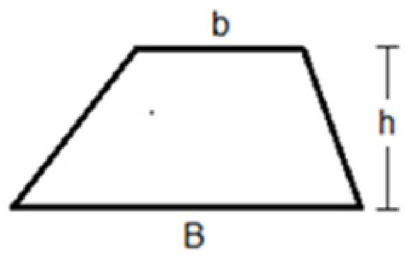


Área = b.h

Exemplo:

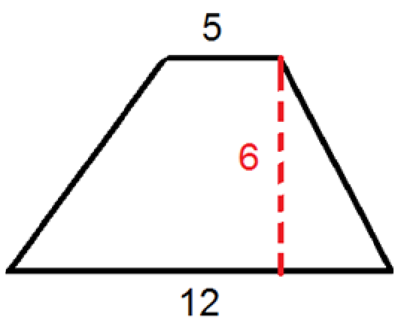


8. Trapézio

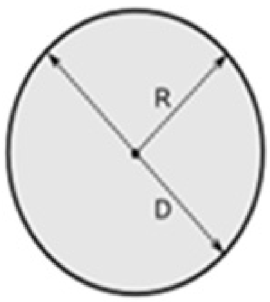


$$\text{Área} = \frac{(B+b)h}{2}$$

Exemplo:

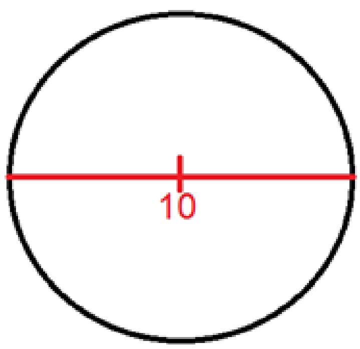


9. Círculo



$$\text{Área} = \pi R^2$$

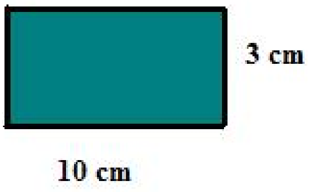
Exemplo



Curiosidades

Primeiro, faremos um exemplo conhecendo as medidas do retângulo, depois faremos a generalização.

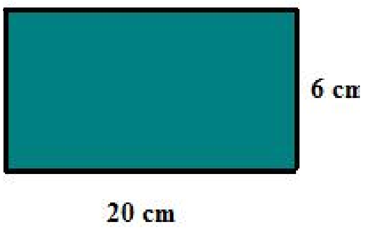
Exemplo 1. Considere o retângulo abaixo:



Sua área será de:

$A_1 = 10 \times 3 = 30 \text{ cm}^2$

Agora, vamos duplicar as medidas dos lados.



A área desse novo retângulo será de:

$A_2 = 20 \times 6 = 120 \text{ cm}^2$

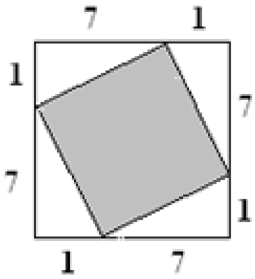
Observe que ao dobrar as medidas dos lados do retângulo sua área mais que dobrou, na verdade quadruplicou.

Questões

1. Uma praça ocupa uma área retangular com 60 m de comprimento e 36,5 m de largura. Nessa praça, há 4 canteiros iguais, e cada um ocupa 128,3 m^2. Qual é a área, em m^2, da praça não ocupada pelos canteiros?

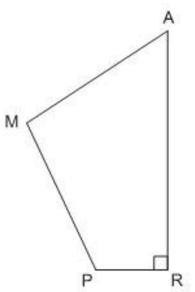
a) 1.676,8
b) 1.683,2
c) 1.933,4
d) 2.061,7
e) 2.483,2

2. A área do quadrado sombreado:



a) 36
b) 40
c) 48
d) 50
e) 60

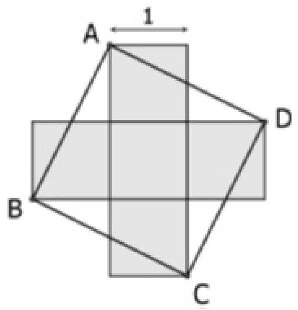
3. No quadrilátero RAMP, o ângulo R é reto, e os lados PR e RA medem, respectivamente, 6 cm e 16 cm.



Se a área de RAMP é 105 cm^2, qual é, em cm^2, a área do triângulo PAM?

a) 47
b) 53
c) 57
d) 63
e) 67

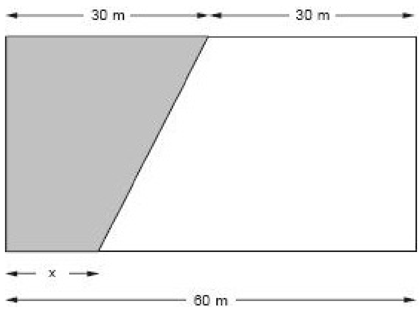
4. No desenho abaixo, uma cruz é formada por cinco quadrados de lado 1 justapostos.



A área do quadrado ABCD é:

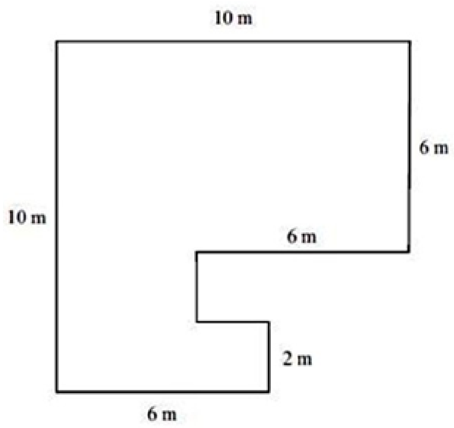
a) 4
b) 5
c) 6
d) 7
e) 8

5. Se a área da região destacada na figura corresponde a 30% da área do terreno, então a medida x vale:



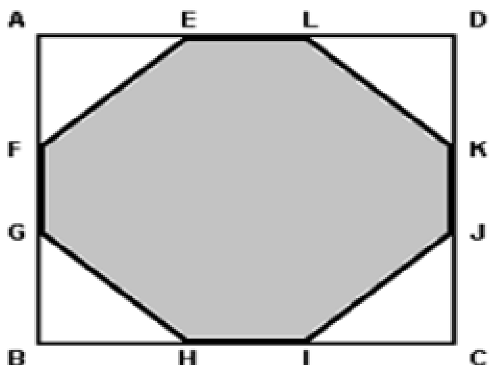
a) 15 m
b) 12 m
c) 10 m
d) 6 m
e) 3 m

6. Sabendo-se que todos os ângulos dos vértices do terreno ilustrado na figura acima medem 90º e que o metro quadrado do terreno custa R$ 120,00, é correto afirmar que o preço desse terreno é



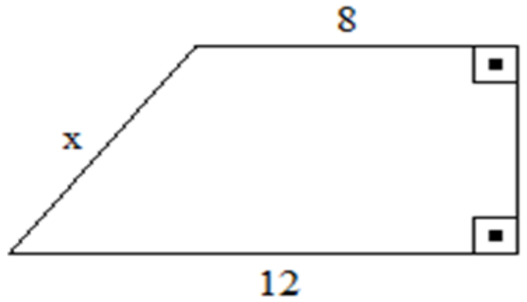
a) superior a R$ 9.900,00 e inferior a R$ 10.100,00.
b) superior a R$ 10.100,00.
c) inferior a R$ 9.500,00.
d) superior a R$ 9.500,00 e inferior a R$ 9.700,00.
e) superior a R$ 9.700,00 e inferior a R$ 9.900,00.

7. Seja o octógono EFGHIJKL inscrito num quadrado de 12cm de lado, conforme mostra a figura a seguir. Se cada lado do quadrado está dividido pelos pontos assinalados em segmentos congruentes entre si, então a área do octógono, em centímetros quadrados, é:



a) 98
b) 102
c) 108
d) 112
e) 120

8. A área do polígono da figura é 30. O lado x mede.



a) $\frac{15}{6}$

b) 3

c) 4

d) 5

e) $\sqrt{17}$

Gabarito: **1.** A **2.** D **3.** C **4.** B **5.** D **6.** D **7.** D **8.** D

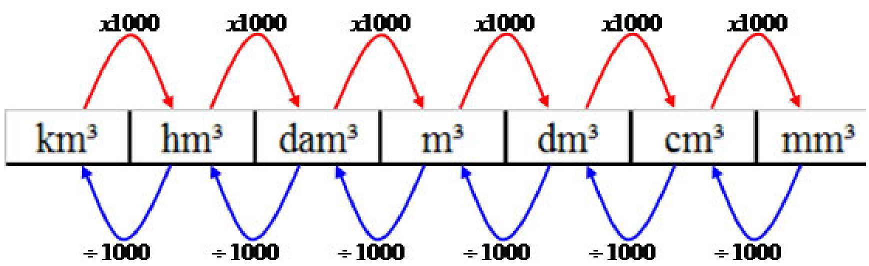
VOLUME

DEFINIÇÃO

As medidas de volume possuem grande importância nas situações envolvendo capacidades de sólidos. Podemos definir volume como o espaço ocupado por um corpo ou a capacidade que ele tem de comportar alguma substância. Da mesma forma que trabalhamos com o metro linear (comprimento) e com o metro quadrado (comprimento x largura), associamos o metro cúbico a três dimensões: altura x comprimento x largura.

O volume de um corpo é a quantidade de espaço ocupada por esse corpo. Volume tem unidades de tamanho cúbicos (por exemplo, cm^3, m^3, dm^3, etc.).

Observe a tabela e os métodos de transformação de unidades de volume:



Exemplos:

Transformar $12km^3$ em m^3 = 12 x 1000 x 1000 x 1000 = 12 000 000 000 m^3

Transformar $2m^3$ em cm^3 = 2 x 1000 x 1000 = 2 000 000 cm^3

Transformar $1000cm^3$ em m^3 = 1000: 1000 : 1000 = 0,001 m^3

Transformar $5000dm^3$ em m^3 = 5000 : 1000 = 5 m^3

Ainda devemos lembrar que :

$1m^3$ ----- 1000 litros

$1\ m^3$ ----- 1 litro

$1\ m^3$ ----- 1 ml

Podemos encontrar o volume de todos os sólidos geométricos. O volume corresponde à "capacidade" desse sólido. Tente imaginar alguns sólidos geométricos, é possível preenchê-lo com algum material, como a água? Se existe essa possibilidade, podemos realizar o cálculo do volume desses objetos.

Para a grande maioria dos sólidos abordados em questões de concursos públicos, o cálculo do volume será feito usando uma fórmula clássica.

Calcularemos a área de sua base para, em seguida, multiplicá-la pela sua altura.

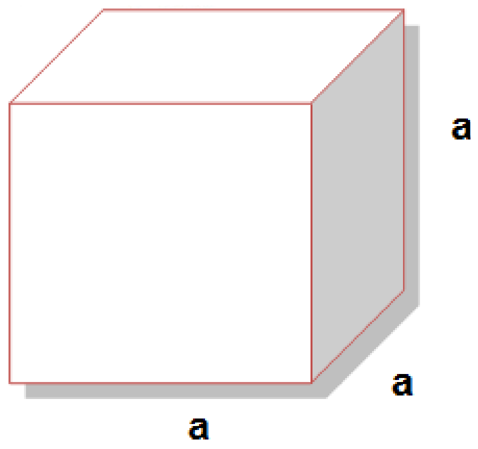
A área da base dependerá de que figura da geometria plana serve de base ao prisma.

Sendo assim:

V = (área da base) . altura

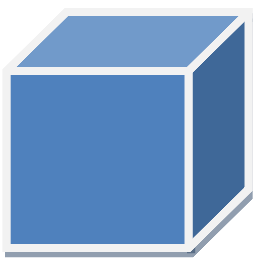
Essa "ideia" serve para os seguintes sólidos abaixo:

1. Cubo

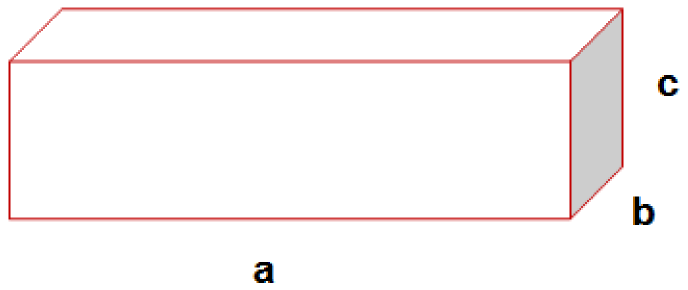


Volume = Ab .H = a^2 .a = a^3

Exemplo: Calcule o volume, em litros , de um cubo de aresta 3m.



2. Paralelepípedo



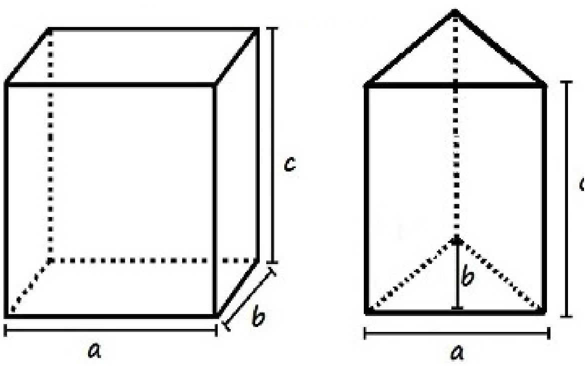
Volume = AB. H = ab.c = abc

Exemplo: Calcule o volume de um paralelepípedo de medidas 2, 3 e 4 m.



3. Prisma qualquer

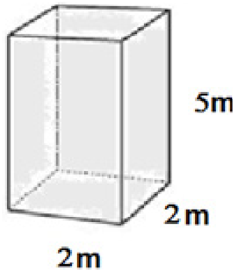
Um prisma é um poliedro que possui uma base inferior e uma base superior. Essas bases são paralelas e congruentes, isto é, possuem as mesmas formas e dimensões, e não se interceptam.



Usaremos a mesma ideia:

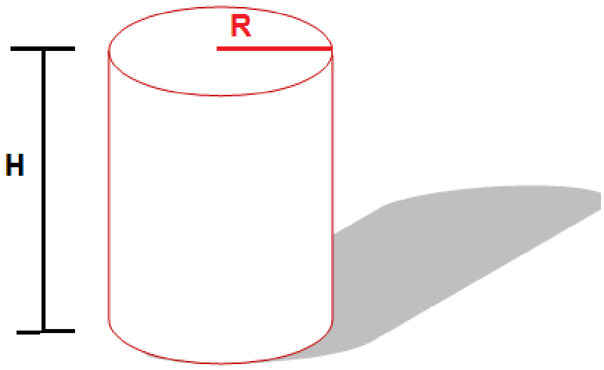
Vol = Ab. H , mas o cálculo da área da base será feita separadamente, dependendo da base.

Exemplo: Calcule o volume do prisma abaixo:



4. Cilindro

Usaremos a mesma ideia.

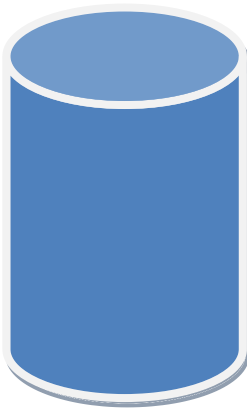


Vol = AB . H = $\pi R^2 . H$

Lembrando que no caso do cilindro reto a geratriz serve como altura.

Exemplo:

Calcule o volume do cilindro cuja base tem diâmetro 12 m e a altura vale 4m.

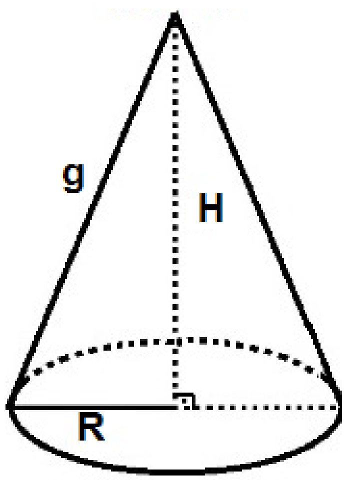


Casos Especiais

Há casos em que teremos que usar a mesma ideia de volume porem deveremos dividir o resultado por “3” .

Esses casos ocorrem nas pirâmides e cones.

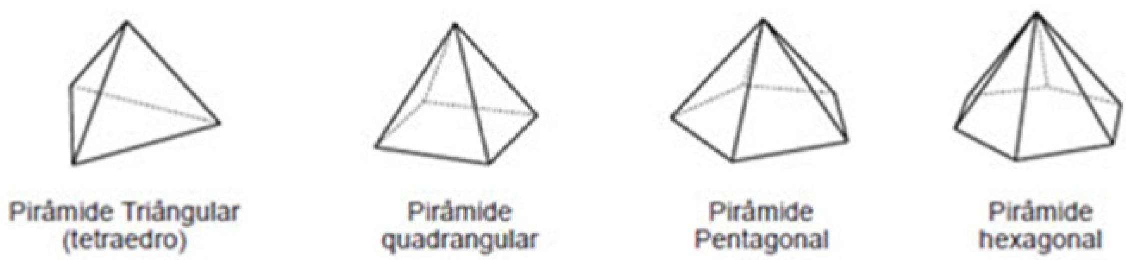
5. Cone



Assim Vol = $\frac{AB.H}{3}$ →V = $\frac{\pi R^2 . H}{3}$

Exemplo: Calcule o volume , em ml, de um cone com geratriz 5cm e raio da base 3cm.

6. Pirâmides



Usaremos a mesma estratégia do cone mas com atenção especial ao cálculo da área da base , pois assim como nos prismas, dependerá da figura plana que serve de base desse sólido.

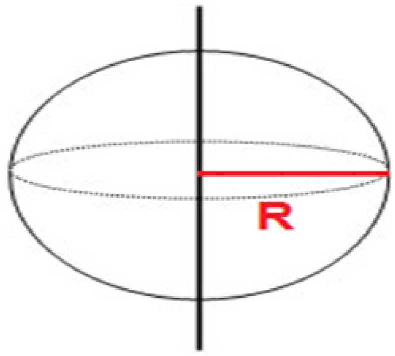
Assim:

Vol = $\frac{AB.H}{3}$

Exemplo: Uma pirâmide quadrangular tem aresta da base medindo 5 cm e altura 4 , qual o volume desse sólido?

7. Esfera

Caso mais particular ainda, seu volume será calculado por uma fórmula específica:



$$V = \frac{4}{3}\pi R^3$$

Exemplo: Calcule o volume de uma esfera de diâmetro 10 m

Questões

1. O volume de um cilindro circular reto é 160 π m³. Se o raio da base desse sólido mede 4 m, a altura mede:

a) 80 dm.
b) 90 dm.
c) 100 dm.
d) 110 dm.
e) 120 dm.

2. Uma caixa d'água tem a forma de um cilindro reto. A base é um círculo de 2m de diâmetro e a altura é de 1,5m. Dentre as opções abaixo, indique aquela que mais se aproxima da capacidade de armazenamento de caixa, em litros.

a) 1000.
b) 2000.
c) 3500.
d) 4700.
e) 5500.

3. Um tanque com a forma de um paralelepípedo retangular tem as seguintes medidas internas: base medindo 3 m x 2 m e altura de 4 m. O tanque inicialmente está vazio. Após serem despejados 15.000 litros de água nesse tanque, a altura que a água atingirá, em m, será de:

a) 1.
b) 2.
c) 2,5.
d) 3.
e) 3,5.

4. Uma piscina retangular de 10,0m x 15,0m e fundo horizontal está com água até a altura de 1,5m. Um produto químico em pó deve ser misturado à água à razão de um pacote para cada 4500 litros. O número de pacotes a serem usados é:

a) 45.
b) 50.
c) 55.
d) 60.
e) 75.

Gabarito: **1.** C **2.** D **3.** C **4.** B

Matemática

Professor Edgar Abreu

PORCENTAGEM – TAXA UNITÁRIA

DEFINIÇÃO: Quando pegamos uma taxa de juros e **dividimos** o seu valor por **100**, encontramos a **taxa unitária.**

A taxa unitária é importante para nos auxiliar a desenvolver todos os cálculos em matemática financeira.

Pense na expressão 20% (vinte **por cento**), ou seja, esta taxa pode ser representada por uma fração, cujo o numerador é igual a 20 e o denominador é igual a 100.

COMO FAZER

$$10\% = \frac{10}{100} = 0{,}10$$

$$20\% = \frac{20}{100} = 0{,}20$$

$$5\% = \frac{5}{100} = 0{,}05$$

$$38\% = \frac{38}{100} = 0{,}38$$

$$1{,}5\% = \frac{1{,}5}{100} = 0{,}015$$

$$230\% = \frac{230}{100} = 2{,}3$$

AGORA É A SUA VEZ:

15%	
20%	
4,5%	
254%	
0%	
22,3%	
60%	
6%	

FATOR DE CAPITALIZAÇÃO

Vamos imaginar que certo produto sofreu um aumento de 20% sobre o seu valor inicial. Qual o novo valor deste produto?

Claro que se não soubermos o valor inicial deste produto fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação a seguir:

O produto valia 100% sofreu um aumento de 20%, logo está valendo 120% do seu valor inicial.

Como vimos no tópico anterior (1.1 taxas unitárias), podemos calcular qual o fator que podemos utilizar para determinarmos o novo preço deste produto, após o acréscimo.

$$\text{Fator de Capitalização} = \frac{120}{100} = 1,2$$

O Fator de capitalização trata-se de um número no qual devo multiplicar o meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, acrescido do percentual de aumento que desejo utilizar.

Assim se o meu produto custava R$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R$ 50,00 pelo fator de capitalização 1,2 para conhecer seu novo preço, neste exemplo será de R$ 60,00.

CALCULANDO O FATOR DE CAPITALIZAÇÃO: Basta somar 1 com a taxa unitária, lembre-se que 1 = 100/100 = 100%

COMO CALCULAR:

- **Acréscimo de 45%** = 100% + 45% = 145% = 145/ 100 = **1,45**
- **Acréscimo de 20%** = 100% + 20% = 120% = 120/ 100 = **1,2**

ENTENDENDO O RESULTADO:

Para aumentar o preço do meu produto em 20% devo multiplicar por 1,2.

Exemplo: um produto que custa **R$ 1.500,00** ao sofrer um **acréscimo de 20%** passará a custar 1.500 x 1,2 (fator de capitalização para 20%) = **R$ 1.800,00.**

COMO FAZER:

$$\text{Acréscimo de } 30\% = 100\% + 30\% = 130\% = \frac{130}{100} = 1,3$$

$$\text{Acréscimo de } 15\% = 100\% + 15\% = 115\% = \frac{115}{100} = 1,15$$

$$\text{Acréscimo de } 3\% = 100\% + 3\% = 103\% = \frac{103}{100} = 1,03$$

$$\text{Acréscimo de } 200\% = 100\% + 200\% = 300\% = \frac{300}{100} = 3$$

1. AGORA É A SUA VEZ:

Acréscimo	Cálculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
22,3%		
60%		
6%		

FATOR DE DESCAPITALIZAÇÃO

Vamos imaginar que certo produto sofreu um desconto de 20% sobre o seu valor inicial. Qual o novo valor deste produto?

Claro que se não soubermos o valor inicial deste produto fica complicado para calcularmos, mas podemos fazer a afirmação a seguir:

O produto valia 100% sofreu um desconto de 20%, logo está valendo 80% do seu valor inicial.

Como vimos no tópico anterior (1.1 taxas unitárias), podemos calcular qual o fator que conseguimos utilizar para aferir o novo preço deste produto, após o acréscimo.

$$\text{Fator de Descapitalização} = \frac{80}{100} = 0{,}8$$

O Fator de descapitalização trata-se de um número no qual devo multiplicar o meu produto para obter como resultado final o seu novo preço, considerando o percentual de desconto que desejo utilizar.

Assim se o meu produto custava R$ 50,00, por exemplo, basta multiplicar R$ 50,00 pelo fator de descapitalização 0,8 para conhecer seu novo preço, neste exemplo será de R$ 40,00.

CALCULANDO O FATOR DE DESCAPITALIZAÇÃO: Basta subtrair o valor do desconto expresso em taxa unitária de 1, lembre-se que 1 = 100/100 = 100%

COMO CALCULAR:

- **Desconto de 45%** = 100% – 45% = 65% = 55/ 100 = **0,55**
- **Desconto de 20%** = 100% – 20% = 80% = 80/ 100 = **0,8**

ENTENDENDO O RESULTADO:

Para calcularmos um desconto no preço do produto de 20% devemos multiplicar o valor deste produto por 0,80.

Exemplo: um produto que custa **R$ 1.500,00** ao sofrer um **desconto de 20%** passará a custar 1.500 x 0,80 (fator de descapitalização para 20%) = **R$ 1.200,00.**

COMO FAZER:

$$\text{Desconto de } 30\% = 100\% - 30\% = 70\% = \frac{70}{100} = 0{,}7$$

$$\text{Desconto de } 15\% = 100\% - 15\% = 85\% = \frac{85}{100} = 0{,}85$$

$$\text{Desconto de } 3\% = 100\% - 3\% = 97\% = \frac{97}{100} = 0{,}97$$

$$\text{Desconto de } 50\% = 100\% - 50\% = 50\% = \frac{50}{100} = 0{,}5$$

2. AGORA É A SUA VEZ:

Desconto	Cálculo	Fator
15%		
20%		
4,5%		
254%		
0%		
22,3%		
60%		
6%		

ACRÉSCIMO E DESCONTO SUCESSIVO

Temas muito comuns abordados nos concursos são os acréscimos e os descontos sucessivos. Isto acontece pela facilidade que os candidatos têm em se confundir ao resolver uma questão deste tipo.

O erro cometido neste tipo de questão é básico, o de somar ou subtrair os percentuais, sendo que na verdade o candidato deveria multiplicar os fatores de capitalização e descapitalização.

Vejamos abaixo um exemplo de como é fácil se confundir se não tivermos estes conceitos bem definidos:

Exemplo:

Os bancos vêm aumentando significativamente as suas tarifas de manutenção de contas. Estudos mostraram um aumento médio de 30% nas tarifas bancárias no 1º semestre de 2009 e de 20% no 2º semestre de 2009. Assim podemos concluir que as tarifas bancárias tiveram em média suas tarifas aumentadas em:

a) 50%
b) 30%
c) 150%
d) 56%
e) 20%

Ao ler esta questão, muitos candidatos se deslumbram com a facilidade e quase por impulso marcam como certa a alternativa "**a**" (**a** de "apressadinho").

Ora, estamos falando de acréscimo sucessivo, vamos considerar que a tarifa média mensal de manutenção de conta no início de 2009 seja de R$ 10,00, logo teremos:

Após receber um acréscimo de 30%

10,00 x 1,3 (*ver tópico* 1.3) = 13,00

Agora vamos acrescentar mais 20% referente ao aumento dado no 2º semestre de 2009.

13,00 x 1,2 (*ver tópico* 1.3) = 15,60

Ou seja, as tarifas estão 5,60 mais caras que o início do ano.

Como o valor inicial das tarifas eram de R$ 10,00, concluímos que as mesmas sofreram uma alta de **56%** e não de 50% como achávamos anteriormente.

COMO RESOLVER A QUESTÃO ANTERIOR DE UMA FORMA MAIS DIRETA:

Basta multiplicar os fatores de capitalização, como aprendemos no tópico 1.3

- **Fator de Capitalização para acréscimo de 30% = 1,3**
- **Fator de Capitalização para acréscimo de 20% = 1,2**

1,3 x 1,2 = 1,56

Como o produto custava inicialmente 100% e sabemos que 100% é igual a 1 (*ver módulo 1.2)*

Logo as tarifas sofreram uma alta média de: 1,56 – 1 = 0,56 = **56%.**

COMO FAZER

Exemplo 1.5.2: Um produto sofreu em janeiro de 2009 um acréscimo de 20% sobre o seu valor, em fevereiro outro acréscimo de 40% e em março um desconto de 50%. Neste caso podemos afirmar que o valor do produto após a 3ª alteração em relação ao preço inicial é:

a) 10% maior
b) 10 % menor
c) Acréscimo superior a 5%
d) Desconto de 84%
e) Desconto de 16%

Resolução:

Aumento de 20% = 1,2

Aumento de 40% = 1,4

Desconto de 50% = 0,5

Assim: 1,2 x 1,4 x 0,5 = **0,84** (valor final do produto)

Como o valor inicial do produto era de 100% e 100% = 1, temos:

1 – 0,84 = **0,16**

Conclui-se então que este produto sofreu um desconto de **16%** sobre o seu valor inicial. **(Alternativa E)**

Exemplo O professor Ed perdeu 20% do seu peso de tanto "trabalhar" na véspera da prova do concurso público da CEF, após este susto, começou a se alimentar melhor e acabou aumentando em 25% do seu peso no primeiro mês e mais 25% no segundo mês. Preocupado com o excesso de peso, começou a fazer um regime e praticar esporte e conseguiu perder 20% do seu peso. Assim o peso do professor Ed em relação ao peso que tinha no início é:

a) 8% maior
b) 10% maior
c) 12% maior
d) 10% menor
e) Exatamente igual

Resolução:

Perda de 20% = 0,8

Aumento de 25% = 1,25

Aumento de 25% = 1,25

Perda de 20% = 0,8

Assim: 0,8 x 1,25 x 1,25 x 0,8 = **1**

Conclui-se então que o professor possui **o mesmo** peso que tinha no início. **(Alternativa E)**.

TAXA PROPORCIONAL

Calculada em regime de **capitalização SIMPLES**: Resolve-se apenas multiplicando ou dividindo a taxa de juros:

Exemplo 2.1: Qual a taxa de juros anual proporcional a taxa de 2% ao mês?

Resposta: Se temos uma taxa ao mês e procuramos uma taxa ao ano, basta multiplicarmos essa taxa por 12, já que um ano possui 12 meses.

Logo a taxa proporcional é de 2% x 12 = 24% ao ano.

Exemplo 2.2: Qual a taxa de juros bimestral proporcional a 15% ao semestre?

Resposta: Neste caso temos uma taxa ao semestre e queremos transformá-la em taxa bimestral. Note que agora essa taxa vai diminuir e não aumentar, o que faz com que tenhamos que dividir essa taxa ao invés de multiplicá-la, dividir por 3, já que um semestre possui 3 bimestres.

Assim a taxa procurada é de $\frac{15\%}{3} = 5\%$ ao bimestre.

COMO FAZER

TAXA	TAXA PROPORCIONAL
25% a.m (ao mês)	300% a.a (ao ano)
15% a.tri (ao trimestre)	5% a.m
60% a. sem (ao semestre)	40% ao. Quad. (quadrimestre)
25% a.bim (ao bimestre)	150% (ao ano)

AGORA É A SUA VEZ

QUESTÕES	TAXA	TAXA PROPORCIONAL
2.1.1	50% a.bim.	____________a.ano
2.1.2	6% a.mês	__________a.quad.
2.1.3	12% a.ano	__________ a.Trim.
2.1.4	20% a. quadri.	___________a.Trim.

Gabarito: **2.1.1.** 300% **2.1.2.** 24% **2.1.3** 3% **2.1.4** 15%

CAPITALIZAÇÃO SIMPLES X CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA

A definição de capitalização é uma operação de adição dos juros ao capital. Bom, vamos adicionar estes juros ao capital de duas maneiras, uma maneira simples e outra composta e depois comparamos.

Vamos analisar o exemplo abaixo:

Exemplo: José realizou um empréstimo de antecipação de seu 13º salário no Banco do Brasil no valor de R$ 100,00 reais, a uma taxa de juros de 10% ao mês. Qual o valor pago por José se ele quitou o empréstimo após 5 meses, quando recebeu seu 13º?

Valor dos juros que este empréstimo de José gerou em cada mês.

Em juros simples, os juros são cobrados sobre o valor do empréstimo (capital)

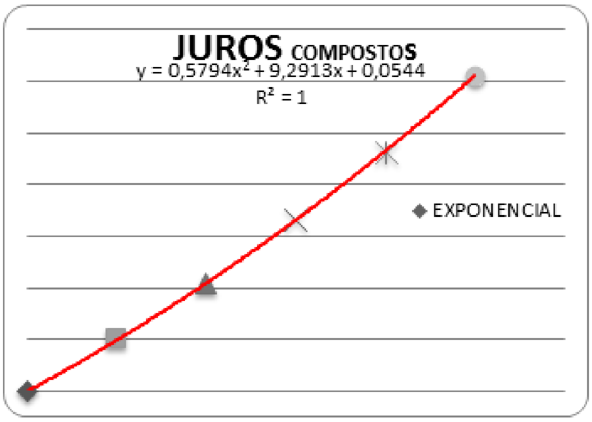
CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA		
MÊS	JUROS COBRADO	SALDO DEVEDOR
1º	10% de R$ 100,00 = **R$ 10,00**	R$ 100,00 + R$ 10,00 = **R$ 110,00**
2º	10% de R$ 100,00 = **R$ 10,00**	R$ 110,00 + R$ 10,00 = **R$ 120,00**
3º	10% de R$ 100,00 = **R$ 10,00**	R$ 120,00 + R$ 10,00 = **R$ 130,00**
4º	10% de R$ 100,10 = **R$ 10,00**	R$ 130,00 + R$ 10,00 = **R$ 140,00**
5º	10% de R$ 100,00 = **R$ 10,00**	R$ 140,00 + R$ 10,00 = **R$ 150,00**

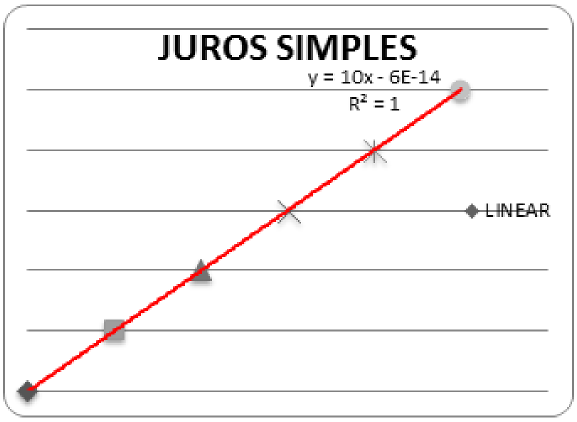
Em juros composto, os juros são cobrados sobre o saldo devedor (capital + juros do período anterior)

CAPITALIZAÇÃO COMPOSTA		
MÊS	JUROS COBRADO	SALDO DEVEDOR
1º	10% de R$ 100,00 = **R$ 10,00**	R$ 100,00 + R$ 10,00 = **R$ 110,00**
2º	10% de R$ 110,00 = **R$ 11,00**	R$ 110,00 + R$ 11,00 = **R$ 121,00**
3º	10% de R$ 121,00 = **R$ 12,10**	R$ 121,00 + R$ 12,10 = **R$ 133,10**
4º	10% de R$ 133,10 = **R$ 13,31**	R$ 133,10 + R$ 13,31 = **R$ 146,41**
5º	10% de R$ 146,41 = **R$ 14,64**	R$ 146,41 + R$ 14,64 = **R$ 161,05**

Assim notamos que o Sr. josé terá que pagar após 5 meses R$ 150,00 se o banco cobrar juros simples ou R$ 161,05 se o banco cobrar juros compostos.

GRÁFICO DO EXEMPLO





Note que o crescimento dos juros compostos é mais rápido que os juros simples.

JUROS SIMPLES

FÓRMULAS:

CÁLCULO DOS JUROS	CÁLCULO DO MONTANTE
$J = C \times i \times t$	$M = C \times (1 + i \times t)$

OBSERVAÇÃO: Lembre-se que o **Montante** é igual ao **Capital + Juros**

Onde:

J = Juros

M = Montante

C = Capital (Valor Presente)

i = Taxa de juros;

t = Prazo.

A maioria das questões relacionadas a juros simples podem ser resolvidas sem a necessidade de utilizar fórmula matemática.

APLICANDO A FÓRMULA

Vamos ver um exemplo bem simples aplicando a fórmula para encontrarmos a solução.

Exemplo: Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R$ 100 mil, prazo de 3 meses e taxa de 2% ao mês. Qual o valor dos juros?

Dados do problema:

C = 100.000,00

t = 3 meses

i = 2% ao mês

OBS: Cuide para ver se a taxa e o mês estão em menção período. Neste exemplo não tem problema para resolver, já que tanto a taxa quanto o prazo foram expressos em meses.

J = C x i x t

J = 100.000 x 0,02 (*taxa unitária*) x 3

J = 6.000,00

Resposta: Os juros cobrado será de R$ 6.000,00

RESOLVENDO SEM A UTILIZAÇÃO DE FÓRMULAS:

Vamos resolver o mesmo exemplo 3.2.1, mas agora sem utilizar fórmula, apenas o conceito de taxa de juros proporcional.

Resolução:

Sabemos que 6% ao trimestre é proporcional a 2% ao mês.

Logo os juros pagos será de 6% de 100.000,00 = 6.000,00

PROBLEMAS COM A RELAÇÃO PRAZO X TAXA

Agora veremos um exemplo onde a taxa e o prazo não são dados em uma mesma unidade, necessitando assim transformar um deles para dar continuidade a resolução da questão.

Sempre que houver uma divergência de unidade entre taxa e prazo é melhor alterar o prazo do que mudar a taxa de juros. Para uma questão de juros simples, esta escolha é indiferente, porém caso o candidato se acostume a alterar a taxa de juros, irá encontrar dificuldades para responder as questões de juros compostos, pois estas as alterações de taxa de juros não são simples, proporcional, e sim equivalentes.

Exemplo 3.2.2 Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R$ 100 mil, prazo de 3 meses e taxa de 12% ao ano. Qual o valor dos juros?

Dados:

C = 100.000,00

t = 3 meses

i = 12% ao ano

Vamos adaptar o prazo em relação a taxa. Como a taxa está expressa ao ano, vamos transformar o prazo em ano. Assim teremos:

C = 100.000,00

t = 3 meses = $\frac{3}{12}$

i = 12% ao ano

Agora sim podemos aplicar a fórmula

J = C x i x t

J = 100.000 x 0,12 x $\frac{3}{12}$

J = 3.000,00

ENCONTRANDO A TAXA DE JUROS

Vamos ver como encontrar a taxa de juros de uma maneira mais prática. Primeiramente vamos resolver pelo método tradicional, depois faremos direto.

Exemplo 3.2.3 Considere um empréstimo, a juros simples, no valor de R$ 100 mil, sabendo que o valor do montante acumulado em após 1 semestre foi de 118.000,00. Qual a taxa de juros mensal cobrada pelo banco.

Como o exemplo pede a taxa de juros ao mês, é necessário transformar o prazo em mês. Neste caso 1 semestre corresponde a 6 meses, assim:

Dados:

C = 100.000,00

t = 6 meses

M = 118.000,00

J = 18.000,00 (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)

Aplicando a fórmula teremos:

18.000 = 100.000 x 6 x *i*

$$i = \frac{18.000}{100.000x6} = \frac{18.000}{600.000} = 0{,}3$$

i = 3% ao mês

Agora vamos resolver esta questão sem a utilização de fórmula, de uma maneira bem simples.

Para saber o valor dos juros acumulados no período, basta dividirmos o montante pelo capital:

Juros acumulado = $\frac{18.000}{100.000} = 1,18$

Agora subtraimos o valor do capital da taxa de juros (1 = 100%) e encontramos:

1,18 – 1 = 0,18 = 18%

18% são os juros do período de um semestre, para encontrar o juros mensal, basta calcular a taxa proporcional e assim encontrar 3 % ao mês.

ESTÃO FALTANDO DADOS?

Alguns exercícios parecem não informar dados suficientes para resolução do problema. Coisas do tipo: O capital dobrou, triplicou, o dobro do tempo a metade do tempo, o triplo da taxa e etc. Vamos ver como resolver este tipo de problema, mas em geral é bem simples, basta atribuirmos um valor para o dado que está faltando.

Exemplo: Um cliente aplicou uma certa quantia em um fundo de investimento em ações. Após 8 meses resgatou todo o valor investido e percebeu que a sua aplicação inicial dobrou. Qual a rentabilidade média ao mês que este fundo rendeu?

Para quem vai resolver com fórmula, a sugestão é dar um valor para o capital e assim teremos um montante que será o dobro deste valor. Para facilitar o cálculo vamos utilizar um capital igual a R$ 100,00, mas poderia utilizar qualquer outro valor.

Dados:

C = 100,00

t = 8 meses

M = 200,00 (o dobro)

J = 100,00 (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)

Substituindo na fórmula teremos:

$100 = 100 \times 8 \times i$

$i = \frac{100}{100x8} = \frac{100}{800} = 0,125$

i = 12,5% ao mês

COMO RESOLVER

Exemplo: A que taxa de juros simples, em porcento ao ano, deve-se emprestar R$ 2 mil, para que no fim de cinco anos este duplique de valor?

Dados:

C = 2.000,00

t = 5 anos

M = 4.000,00 (o dobro)

J = 2.000,00 (Lembre-se que os juros é a diferença entre o Montante e o Capital)

i = ?? a.a

Substituindo na fórmula teremos

2.000 = 2.000 x 5 *i*

$$i = \frac{2.000}{2.000x5} = \frac{2000}{10.000} = 0,2$$

i = 20% ao ano

Exemplo: Considere o empréstimo de R$ 5 mil, no regime de juros simples, taxa de 2% ao mês e prazo de 1 ano e meio. Qual o total de juros pagos nesta operação?

Dados:

C = 5.000,00

i = 2 % ao mês

t = 1,5 anos = 18 meses

J = ???

Substituindo na fórmula teremos

J = 5.000 x 18 x 0,02

J = 1.800,00

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Raciocínio Lógico

Professor Edgar Abreu

PROPOSIÇÃO

PROPOSIÇÃO SIMPLES

Um argumento é uma sequência de **proposições** na qual uma delas é a conclusão e as demais são premissas. As premissas justificam a conclusão.

Proposição: Toda frase que você consiga atribuir um valor lógico é proposição, ou seja, frases que podem ser verdadeiras ou falsas.

Exemplos:

1) Ed é feliz.

2) João estuda.

3) Zambeli é desdentado





Não são proposições frases onde você não consegue julgar, se é verdadeira ou falsa, por exemplo:

1) Vai estudar?

2) Mas que legal!

Sentença: Nem sempre permite julgar se é verdadeiro ou falso. Pode não ter valor lógico.

> Frases interrogativas, no imperativo, exclamativas e com sujeito indeterminado, não são proposições.

Sentenças Abertas: São sentenças nas quais não podemos determinar o sujeito. Uma forma simples de identificá-las é o fato de que não podem ser nem Verdadeiras nem Falsas. Essas sentenças **também não são proposições**

Aquele cantor é famoso.

A + B + C = 60.

Ela viajou.

QUESTÃO COMENTADA

(Cespe – Banco do Brasil – 2007) Na lista de frases apresentadas a seguir, há exatamente três proposições.

I – "A frase dentro destas aspas é uma mentira."

II – A expressão X + Y é positiva.

III – O valor de

IV – Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.

V – O que é isto?

Solução:

Item I: Não é possível atribuir um único valor lógico para esta sentença, já que se considerar que é verdadeiro, teremos uma resposta falsa (mentira) e vice-versa. Logo não é proposição.

Item II: Como se trata de uma sentença aberta, onde não estão definidos os valores de X e Y, logo também não é proposição.

Item III: Como a expressão matemática não contém variável, logo é uma proposição, conseguimos atribuir um valor lógico, que neste caso seria falso.

Item IV: Uma simples proposição, já que conseguimos atribuir um único valor lógico.

Item V: Como trata-se de uma interrogativa, logo não é possível atribuir valor lógico, assim não é proposição.

Conclusão: Errado, pois existem apenas 2 proposições, Item III e IV.

PROPOSIÇÕES COMPOSTAS

Proposição Composta é a união de proposições simples por meio de um conector lógico. Este conector irá ser decisivo para o valor lógico da expressão.

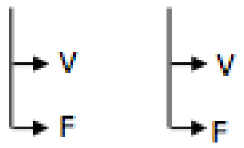
Proposições podem ser ligadas entre si por meio de conectivos lógicos. Conectores que criam novas sentenças mudando ou não seu valor lógico (Verdadeiro ou Falso).

Uma proposição simples possui apenas dois valores lógicos, verdadeiro ou falso.

Já proposições compostas terão mais do que 2 possibilidades distintas de combinações dos seus valores lógicos, conforme demonstrado no exemplo abaixo:

Consideramos as duas proposições abaixo, "chove" e "faz frio"

Chove **e** faz frio.



Cada proposição existe duas possibilidades distintas, falsa ou verdadeira, numa sentença composta teremos mais de duas possibilidades.

Chove V   faz frio F

Chove V   faz frio V

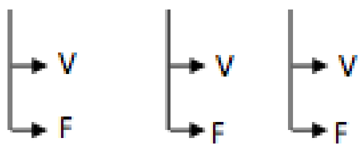
Chove F   faz frio F

Chove F   faz frio V

} Um total de 4 possibilidades distintas em uma sentença composta com duas proposições.

E se caso essa sentença ganhasse outra proposição, totalizando agora 3 proposições em uma única sentença:

Chove e faz frio e estudo.



A sentença composta terá outras possibilidades,

VVV

VFV

VFF

FVV

FVF

FFF

FVF

FFV

} Um total de 8 possibilidades distintas em uma sentença com três proposições.

PARA GABARITAR

É possível identificar quantas possibilidades distintas teremos de acordo com o número de proposição em que a sentença apresentar. Para isso devemos apenas elevar o numero 2 a quantidade de proposição, conforme o raciocínio abaixo:

Proposições	Possibilidades
1	2
2	4
3	8
n	2^n

QUESTÃO COMENTADA

(CESPE – Banco do Brasil – 2007) A proposição simbólica P ∧ Q V R possui, no máximo, 4 avaliações.

Solução:

Como a sentença possui 3 proposições distintas (P, Q e R), logo a quantidade de avaliações será dada por:

$2^{\text{proposições}} = 2^3 = 8$

Resposta: Errado, pois teremos um total de 8 avaliações.

Slides – Proposição

Prova: UESPI - 2014 - PC-PI - Escrivão de Polícia Civil

Assinale, dentre as alternativas a seguir, aquela que NÃO caracteriza uma proposição.

a) 107 - 1 é divisível por 5
b) Sócrates é estudioso.
c) 3 - 1 > 1
d) $\sqrt{8} < 4$ e $3 < \sqrt{8}$
e) Este é um número primo.

Prova: CESPE - 2014 - MEC - Todos os Cargos

Considerando a proposição P: “Nos processos seletivos, se o candidato for pós-graduado ou souber falar inglês, mas apresentar deficiências em língua portuguesa, essas deficiências não serão toleradas”, julgue os itens seguintes acerca da lógica sentencial.

A tabela verdade associada à proposição P possui mais de 20 linhas

( ) Certo ( )Errado

Prova: CESPE - 2013 - SEGER-ES - Analista Executivo

Um provérbio chinês diz que:

P1: Se o seu problema não tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois nada que você fizer o resolverá.
P2: Se o seu problema tem solução, então não é preciso se preocupar com ele, pois ele logo se resolverá.

O número de linhas da tabela verdade correspondente à proposição P2 do texto apresentado é igual a

a) 24.
b) 4.
c) 8.
d) 12.
e) 16.

Prova: CESPE - 2011 - MEC - Todos os Cargos

Considerando as proposições simples P, Q e R, julgue os próximos itens, acerca de tabelas-verdade e lógica proposicional.

A tabela-verdade da proposição $(\neg P \vee Q) \rightarrow (R \wedge Q) \vee (\neg R \wedge P)$ tem 8 linhas.

( ) Certo ( ) Errado

NEGAÇÃO SIMPLES

1. Éder é Feio.
Como negamos essa frase?



Para quem, também disse: “Éder é bonito”, **errou**. Negar uma proposição não significa dizer o oposto, mas sim escrever todos os casos possíveis diferentes do que está sugerido.

“Éder NÃO é feio.”

A negação de uma proposição é uma nova proposição que é verdadeira se a primeira for falsa e é falsa se a primeira for verdadeira

PARA GABARITAR

Para negar uma sentença acrescentamos o não, sem mudar a estrutura da frase.

2. Maria Rita não é louca.

Negação: “Maria Rita é louca.”

Para negar uma negação excluímos o não

Simbologia: Assim como na matemática representamos valores desconhecidos por x, y, z... Na lógica também simbolizamos frases por letras. Exemplo:

$\underbrace{\text{Éder é Feio.}}_{Z}$

Proposição: Z

Para simbolizar a negação usaremos ~ ou ¬.

Negação: Éder não é feio.

Simbologia: ~ Z.

Maria Rita não é louca.

A

Proposição: ~ A

Negação: Aline é louca.

Simbologia: ~ (~A)= A



p= Thiago Machado gosta de matemática.

~p = Thiago Machado não gosta de matemática.

Caso eu queira negar que Thiago Machado não gosta de matemática a frase voltaria para a proposição “p”, Thiago Machado gosta de matemática”.

~p = Thiago Machado não gosta de matemática.

~(~p) = Não é verdade que Thiago Machado não gosta de matemática.

ou

~(~p) = Thiago Machado gosta de matemática.

EXCEÇÕES

Cuidado, em casos que só existirem duas possibilidades, se aceita como negação o "contrário", alternando assim a proposição inicial. Exemplo:

p: João será aprovado no concurso.

~p: João será reprovado no concurso

q: O deputado foi julgado como inocente no esquema "lava-jato".

~q: O deputado foi julgado como culpado no esquema "lava jato".

CONECTIVOS LÓGICOS

Um conectivo lógico (também chamado de operador lógico) é um símbolo ou palavra usado para conectar duas ou mais sentenças (tanto na linguagem formal quanto na linguagem natural) de uma maneira gramaticalmente válida, de modo que o sentido da sentença composta produzida dependa apenas das sentenças originais.

Muitas das proposições que encontramos na prática podem ser consideradas como construídas a partir de uma, ou mais, proposições mais simples por utilização de uns instrumentos lógicos, a que se costuma dar o nome de conectivos, de tal modo que o valor de verdade da proposição inicial fica determinado pelos valores de verdade da ou das, proposições mais simples que contribuíram para a sua formação.

Os principais conectivos lógicos são:

I – "e" (conjunção).

II – "ou" (disjunção).

III – "se...então" (implicação).

IV – "se e somente se" (equivalência).

CONJUNÇÃO – "E"

Proposições compostas ligadas entre si pelo conectivo "e".

Simbolicamente, esse conectivo pode ser representado por "^".

Exemplo:

Chove e faz frio

Tabela verdade: Tabela verdade é uma forma de analisarmos a frase de acordo com suas possibilidades, o que aconteceria se cada caso acontecesse.

Exemplo:

Fui aprovado no concurso da PF **e** Serei aprovado no concurso da PRF

Proposição 1: Fui aprovado no concurso da PF.

Proposição 2: Serei aprovado no concurso da PRF.

Conetivo: e.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**q**" e o conetivo de "^".

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: p^q.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: **Não** fui aprovado no concurso da PF.
q: Serei aprovado no concurso da PRF.

H2:

p: Fui aprovado no concurso da PF.
q: **Não** serei aprovado no concurso da PRF.

H3:

p: **Não** fui aprovado no concurso da PF.
q: **Não** serei aprovado no concurso da PRF.

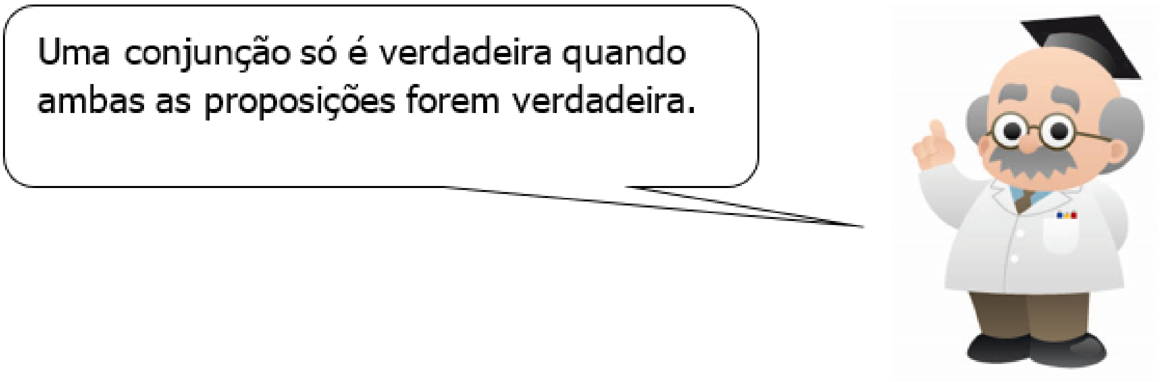
H4:

p: Fui aprovado no concurso da PF.
q: Serei aprovado no concurso da PRF.

Tabela Verdade: Aqui vamos analisar o resultado da sentença como um todo, considerando cada uma das hipóteses acima.

	p	q	P ^ Q
H1	F	V	**F**
H2	V	F	**F**
H3	F	F	**F**
H4	V	V	**V**

Conclusão



Slides – Conectivo E (Conjunção)

1. Prova: CESPE - 2014 - TJ-SE - Técnico Judiciário

Julgue o item que se segue, relacionado à lógica proposicional.

A sentença "O reitor declarou estar contente com as políticas relacionadas à educação superior adotadas pelo governo de seu país e com os rumos atuais do movimento estudantil" é uma proposição lógica simples.

( ) Certo ( ) Errado

2. Prova: FCC - 2009 - TJ-SE Técnico Judiciário

Considere as seguintes premissas:

p : Trabalhar é saudável
q : O cigarro mata.

A afirmação "Trabalhar não é saudável" ou "o cigarro mata" é FALSA se

a) p é falsa e ~q é falsa.
b) p é falsa e q é falsa.
c) p e q são verdadeiras.
d) p é verdadeira e q é falsa.
e) ~p é verdadeira e q é falsa.

Gabarito: **1.** Errado **2.** D

DISJUNÇÃO – "OU"

Recebe o nome de **disjunção** toda a proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo ou. Simbolicamente, representaremos esse conectivo por "v".

Exemplo:

Estudo para o concurso ou assisto o Big Brother.

Proposição 1: Estudo para o concurso.

Proposição 2: assisto o Big Brother.

Conetivo: ou.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**q**" e o conetivo de "v".

Assim podemos representar a sentença acima da seguinte forma: p v q.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: Estudo para o concurso.

q: assisto o Futebol.

H2:

p**: Não** Estudo para o concurso.

q: assisto o Futebol.

H3:

p: Estudo para o concurso.

q: **Não** assisto o Futebol...

H4:

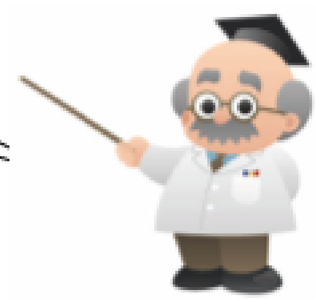
p: **Não** Estudo para o concurso.

q: **Não** assisto o Futebol.

Tabela Verdade:

	p	q	P v Q
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	V	F	V
H4	F	F	F

Muita atenção, a disjunção somente será falsa quando as duas proposições forem falsas.



DISJUNÇÃO EXCLUSIVA – "OU...OU"

Recebe o nome de **disjunção exclusiva** toda a proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo **ou** "primeira proposição" ou "segunda proposição". Simbolicamente, representaremos esse conectivo por "$\underline{v}$".

Exemplo:

Ou vou a praia **ou** estudo para o concurso.

Proposição 1: Vou a Praia.

Proposição 2: estudo para o concurso.

Conetivo: ou.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**q**" e o conetivo de **"** $\underline{v}$ "

Assim podemos representar a sentença acima da seguinte forma: p $\underline{v}$ q

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: Vou à praia.

q: estudo para o concurso do Banco do Brasil.

H2:

p: **Não** Vou à praia.

q: estudo para o concurso do Banco do Brasil.

H3:

p: Vou à praia.

q: **Não** estudo para o concurso do Banco do Brasil.

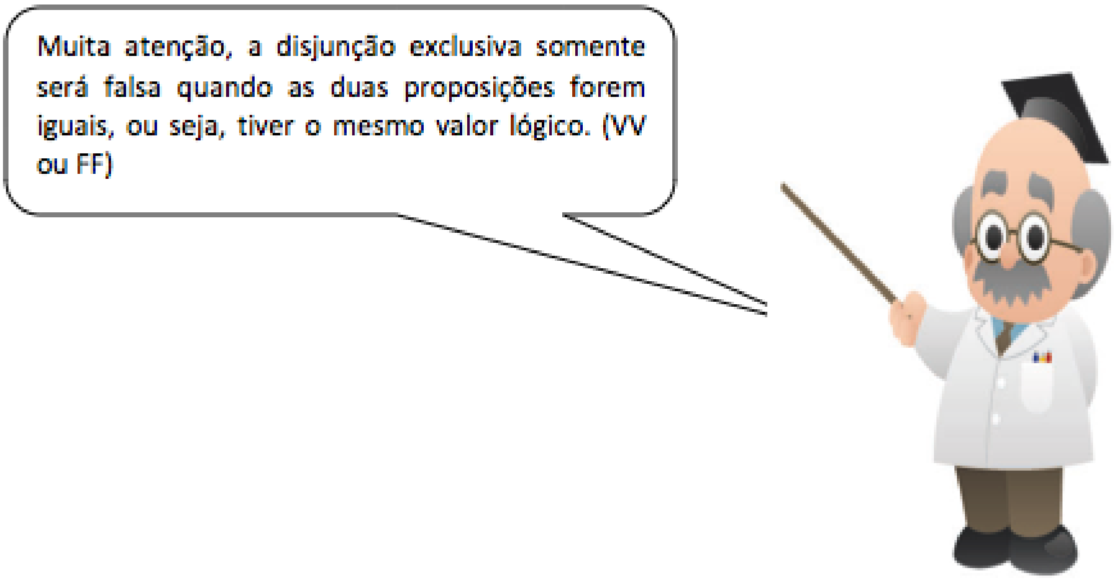
H4:

p: **Não** Vou à praia.

q: **Não** estudo para o concursodo Banco do Brasil.

Tabela Verdade:

	p	q	P ⊻ Q
H1	V	V	F
H2	F	V	V
H3	V	F	V
H4	F	F	F



CONDICIONAL – "SE...ENTÃO..."

Recebe o nome de **condicional** toda proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo Se... então, simbolicamente representaremos esse conectivo por "→".

Em alguns casos o condicional é apresentado com uma vírgula substituindo a palavra "então", ficando a sentença com a seguinte característica: **Se** *proposição 1*, *proposição 2.*

Exemplo: "**Se** estudo, **então** sou aprovado".

Proposição 1: estudo **(Condição Suficiente)**.

Proposição 2: sou aprovado **(Condição Necessária)**.

Conetivo: se... então.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**q**" e o conetivo de "→"

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: p → q

Agora vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: estudo.
q: sou aprovado.

H2:

p: **Não** estudo.

q: sou aprovado.

H3:

p: **Não** estudo.
q: **Não** sou aprovado.

H4:

p: estudo.
q: **Não** sou aprovado.

	p	q	P → Q
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	F	F	V
H4	V	F	F

A tabela verdade do condicional é a mais cobrada em provas de concurso público.

A primeira proposição, que compõe uma condicional, chamamos de condição **suficiente** da sentença e a segunda é a condição **necessária**.

No exemplo anterior temos:

- Estudo é **condição necessária** para ser aprovado.
- Ser aprovado é **condição suficiente** para estudar.



Para detonar uma prova de Raciocínio Lógico em um concurso público, você precisa saber que, uma condicional só será falsa se a primeira proposição for verdadeira e a segunda falsa.

BICONDICIONAL – "... SE SOMENTE SE ..."

Recebe o nome de bicondicional toda proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo ... **se somente se** ... Simbolicamente, representaremos esse conectivo por " ↔". Portanto, se temos a sentença:

Exemplo: "Maria compra o sapato **se e somente se** o sapato combina com a bolsa".

Proposição 1: Maria compra o sapato.

Proposição 2: O sapato combina com a bolsa.

Conetivo: se e somente se.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**q**" e o conetivo de "↔".

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: p ↔ q.

Vamos preencher a tabela abaixo com as seguintes hipóteses:

H1:

p: Maria compra o sapato.

q: O sapato **não** combina com a bolsa.

H2:

p: Maria **não** compra o sapato.

q: O sapato combina com a bolsa.

H3:

p: Maria compra o sapato.

q: O sapato combina com a bolsa.

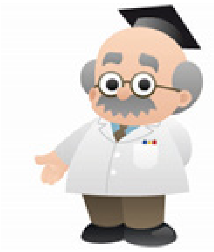
H4:

p: Maria **não** compra o sapato.

q: O sapato **não** combina com a bolsa.

	p	q	P ↔ Q
H1	V	F	**F**
H2	F	V	**F**
H3	V	V	**V**
H4	F	F	**V**

O bicondicional só será verdadeiro quando ambas as proposições possuírem o mesmo valor lógico, ou quando as duas forem verdadeiras ou as duas proposições forem falsas.



Uma proposição bicondicional pode ser escrita como duas condicionais, é como se tivéssemos duas implicações, uma seta da esquerda para direita e outra seta da direita para esquerda, conforme exemplo abaixo:

$$p \leftrightarrow q \Leftrightarrow (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$$

Neste caso, transformamos um bicondicional em duas condicionais conectadas por uma conjunção. Estas sentenças são equivalentes, ou seja, possuem o mesmo valor lógico.

PARA GABARITAR

SENTENÇA LÓGICA	VERDADEIROS SE...	FALSO SE...
p ∧ q	p e q são, **ambos**, verdade	**um dos dois** for falso
p ∨ q	**um dos dois** for verdade	**ambos**, são falsos
p → q	nos demais casos que não for falso	**p** = V e **q** = F
p ↔ q	p e q tiverem valores lógicos **iguais**	p e q tiverem valores lógicos **diferentes**

Slides – Conectivo “se e somente se” (Bicondicional)

1. Prova: FJG - RIO - 2014 - Câmara Municipal -RJ - Analista

P	Q	~ Q ↔ P
V	V	F
V	F	x
F	V	y
F	F	z

Os valores lógicos que devem substituir x, y e z são, respectivamente:

a) V, F e F
b) F, V e V
c) F, F e F
d) V, V e F

2. Prova: CESPE - 2012 - Banco da Amazônia - Técnico Científico

Após reunião de diretores de uma instituição financeira, em que se discutiu acerca da melhor maneira de os clientes efetivarem, de modo seguro, suas operações financeiras via Internet, o diretor de tecnologia solicitou a programação de um novo sistema que atendesse à especificação (*E*) seguinte.

E: A operação financeira será efetivada se, e somente se, o cliente digitar sua senha corretamente ou confirmar determinado dado pessoal solicitado pelo sistema.

Com base nessa situação, julgue os itens seguintes.

A especificação E pode ser simbolicamente representada por A↔[BVC], em que A, B e C sejam proposições adequadas e os símbolos ↔ e V representem, respectivamente, a bicondicional e a disjunção.

( ) Certo ( ) Errado

3. Prova: CESPE - 2012 - TC-DF - Auditor de Controle Externo

Com a finalidade de reduzir as despesas mensais com energia elétrica na sua repartição, o gestor mandou instalar, nas áreas de circulação, sensores de presença e de claridade natural que atendem à seguinte especificação:

P: A luz permanece acesa se, e somente se, há movimento e não há claridade natural suficiente no recinto.

Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

A especificação P pode ser corretamente representada por $p \leftrightarrow (q \wedge r)$, em que p, q e r correspondem a proposições adequadas e os símbolos $\leftrightarrow$ e $\wedge$ representam, respectivamente, a bicondicional e a conjunção

( ) Certo ( ) Errado

Gabarito: **1.** D **2.** Certo **3.** Certo

TAUTOLOGIA

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições **p**, **q**, **r**, ... será dita uma **Tautologia** se ela for **sempre verdadeira**, independentemente dos valores lógicos das proposições **p**, **q**, **r**, ... que a compõem.

Exemplo:

Grêmio cai para segunda divisão **ou** o Grêmio **não** cai para segunda divisão.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "**~p**" e o conetivo de "v".

Assim podemos representar a sentença acima da seguinte forma: **p v ~p.**

Agora vamos construir as hipóteses:

H1:

p: Grêmio cai para segunda divisão.

~p: Grêmio **não** cai para segunda divisão.

H2:

p: Grêmio **não** cai para segunda divisão.

~p: Grêmio cai para segunda divisão.

	p	~p	p v ~p
H1	V	F	**V**
H2	F	V	**V**

Como os valores lógicos encontrados foram todos verdadeiros, logo temos uma TAUTOLOGIA!

Exemplo 2, verificamos se a sentença abaixo é uma tautologia:

Se João é alto, então João é alto ou Guilherme é gordo.

p = João é alto.

q = Guilherme é gordo.

$$p \rightarrow p \vee q$$

Agora vamos construir a tabela verdade da sentença anterior:

	p	q	p v q	p → p v q
H1	V	F	**V**	**V**
H2	F	V	**V**	**V**
H3	F	V	**V**	**V**
H4	F	F	**F**	**V**

Como para todas as combinações possíveis, sempre o valor lógico da sentença será verdadeiro, logo temos uma tautologia.

Slides – Tautologia

1. Prova: Uespi - 2014 - PC-PI - Escrivão de Polícia Civil

Um enunciado é uma tautologia quando não puder ser falso, um exemplo é:

a) Está fazendo sol e não está fazendo sol.
b) Está fazendo sol.
c) Se está fazendo sol, então não está fazendo sol.
d) não está fazendo sol.
e) Está fazendo sol ou não está fazendo sol.

2. Prova: Cespe - 2014 - TJ-SE - Técnico Judiciário

Julgue os próximos itens, considerando os conectivos lógicos usuais ¬, ∧, ∨, →, ↔ e que P, Q e R representam proposições lógicas simples.

A proposição $[P \rightarrow (Q \wedge R)] \leftrightarrow \{[(\neg P) \vee Q] \wedge [(\neg P) \vee R]\}$ é uma tautologia.

( ) Certo ( ) Errado

Gabarito: **1.** E **2.** C

CONTRADIÇÃO

Uma proposição composta formada por duas ou mais proposições **p**, **q**, **r**, ... será dita uma **contradição** se ela for **sempre falsa**, independentemente dos valores lógicos das proposições **p**, **q**, **r**, ... que a compõem.

Exemplo: Lula é o presidente do Brasil **e** Lula **não** é o presidente do Brasil.

Vamos chamar a primeira proposição de "**p**" a segunda de "~**p**" e o conetivo de "^".

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: **p ^ ~p.**

	p	~p	p ^ ~p
H1	**V**	**F**	**F**
H2	**F**	**V**	**F**

Logo temos uma CONTRADIÇÃO!

PARA GABARITAR

- **Sempre verdadeiro** = Tautologia
- **Sempre Falso** = Contradição
- **Verdadeiro e Falso** = Contigência

NEGAÇÃO DE UMA PROPOSIÇÃO COMPOSTA

Agora vamos aprender a negar proposições compostas, para isto devemos considerar que:

Para negarmos uma proposição conjunta devemos utilizar a propriedade distributiva, similar aquela utilizada em álgebra na matemática.

NEGAÇÃO DE UMA DISJUNÇÃO.

Negar uma sentença composta é apenas escrever quando esta sentença assume o valor lógico de falso, lembrando as nossas tabelas verdade construídas anteriormente.

Para uma disjunção ser falsa (negação) a primeira e a segunda proposição tem que ser falsas, conforme a tabela verdade abaixo, hipótese 4:

	p	q	P ∨ Q
H1	V	V	V
H2	F	V	V
H3	V	F	V
H4	F	F	F

Assim concluímos que para negar uma sentença do tipo P v Q, basta negar a primeira (falso) E negar a segunda (falso), logo a negação da disjunção (ou) é uma conjunção (e).

Exemplo 1:

1. Estudo ou trabalho.

p = estudo.
q = trabalho } **P ∨ Q**

Conectivo = ∨

Vamos agora negar essa proposição composta por uma disjunção.

$\sim (p \vee q) = \sim p \wedge \sim q$

Não estudo e **não** trabalho.

Para negar uma proposição composta por uma disjunção, nós negamos a primeira proposição, negamos a segunda e trocamos “ou” por “e”.

Exemplo 2:

Não estudo ou sou aprovado.

p = estudo

q = sou aprovado } $\sim \mathbf{p} \vee \mathbf{q}$

~p = não estudo

Conectivo: “V”

Vamos agora negar essa proposição composta por uma disjunção.

$\sim (\sim p \vee q) = p \wedge \sim q$

Lembrando que negar uma negação é uma afirmação e que trocamos “ou” por “e” e negamos a afirmativa.

Estudo e não sou aprovado.

NEGAÇÃO DE UMA CONJUNÇÃO.

Vimos no capítulo de negação simples que a negação de uma negação é uma afirmação, ou seja, quando eu nego duas vezes uma mesma sentença, encontro uma equivalência.

Vimos que a negação da disjunção é uma conjunção, logo a negação da conjunção será uma disjunção.

Para negar uma proposição composta por uma conjunção, nós devemos negamos a primeira proposição e depois negarmos a segunda e trocamos “e” por “ou”.

Exemplo 1:

Vou a praia e não sou apanhado.

p = vou a praia. } $\mathbf{p} \wedge \sim \mathbf{q}$

q = não sou apanhado

Conectivo = Λ

Vamos agora negar essa proposição composta por uma conjunção.

Não vou à praia **ou** sou apanhado.

PARA GABARITAR

Vejamos abaixo mais exemplo de negações de conjunção e disjunção:

~(p v q) = ~(p)	~(v)	~(q) =	**(~p ∧ ~q)**
~(~p v q) = ~(~p)	~(v)	~(q) =	**(p ∧ ~q)**
~(p∧~q) = ~(p)	~(∧)	~(~q) =	**(~p v q)**
~(~p∧ ~q) = ~(~p)	~(∧)	~(~q) =	**(p v q)**

1. Prova: CESPE – 2008 - TRT 5ª Região(BA) - Téc. Judiciário

Na linguagem falada ou escrita, o elemento primitivo é a sentença, ou proposição simples, formada basicamente por um sujeito e um predicado. Nessas considerações, estão incluídas apenas as proposições afirmativas ou negativas, excluindo, portanto, as proposições interrogativas, exclamativas etc. Só são consideradas proposições aquelas sentenças bem definidas, isto é, aquelas sobre as quais pode decidir serem verdadeiras (V) ou falsas (F). Toda proposição tem um valor lógico, ou uma valoração, V ou F, excluindo-se qualquer outro. As proposições serão designadas por letras maiúsculas A, B, C etc. A partir de determinadas proposições, denominadas proposições simples, são formadas novas proposições, empregando-se os conectivos "e", indicado por v, "ou", indicado por w, "se ... então", indicado por ÷, "se ... e somente se", indicado por ø. A relação AøB significa que (A÷B) v (B÷A). Emprega-se também o modificador "não", indicado por ¬. Se A e B são duas proposições, constroem-se as "tabelas-verdade", como as mostradas abaixo, das proposições compostas formadas utilizando-se dos conectivos e modificadores citados — a coluna correspondente a determinada proposição composta é a tabelaverdade daquela proposição.

A	B	R
V	V	F
V	F	F
F	V	F
F	F	V

Há expressões às quais não se pode atribuir um valor lógico V ou F, por exemplo: “Ele é juiz do TRT da 5.ª Região”, ou “x + 3 = 9”. O sujeito é uma variável que pode ser substituído por um elemento arbitrário, transformando a expressão em uma proposição que pode ser valorada como V ou F. Expressões dessa forma são denominadas sentenças abertas, ou funções proposicionais. Pode-se passar de uma sentença aberta a uma proposição por meio dos quantificadores “qualquer que seja”, ou “para todo”, indicado por oe, e “existe”, indicado por ›. Por exemplo: a proposição (oex)(x 0 R)(x + 3 = 9) é valorada como F, enquanto a proposição (›x)(x 0 R)(x + 3 = 9) é valorada como V. Uma proposição composta que apresenta em sua tabelaverdade somente V, independentemente das valorações das proposições que a compõem, é denominada logicamente verdadeira ou tautologia. Por exemplo, independentemente das valorações V ou F de uma proposição A, todos os elementos da tabela-verdade da proposição Aw(¬A) são V, isto é, Aw(¬A) é uma tautologia.

Considerando as informações do texto e a proposição P: "Mário pratica natação e judô", julgue os itens seguintes.

A negação da proposição P é a proposição R: “Mário não pratica natação nem judô”, cuja tabela-verdade é a apresentada ao lado.

Certo Errado

2. Prova: FCC - 2014 - AL-PE - Agente Legislativo

A negação da frase “Ele não é artista, nem jogador de futebol” é equivalente a:

a) ele é artista ou jogador de futebol.
b) ele é artista ou não é jogador de futebol.
c) não é certo que ele seja artista e jogador de futebol.
d) ele é artista e jogador de futebol.
e) ele não é artista ou não é jogador de futebol.

Gabarito: **1.** E **2.** A

NEGAÇÃO DE UMA CONDICIONAL

Conforme citamos anteriormente, negar uma proposição composta é escrever a(s) linha(s) em que a tabela verdade tem como resultado "falso".

Sabemos que uma condicional só será falsa, quando a **primeira** proposição for **verdadeira** "**e**" a **segunda** for **falsa**.

Assim para negarmos uma sentença composta com condicional, basta repetir a primeira proposição (primeira verdadeira), substituir o conetivo "se...então" por "e" e negar a segunda proposição (segunda falsa).

Vejamos um exemplo:

1. Se bebo então sou feliz.

p = bebo.

q = sou feliz.

$\left.\right\} p \rightarrow q$

Conectivo = →

Negação de uma condicional.

$\sim (p \rightarrow q) = p \wedge \sim q$

Resposta: Bebo e não sou feliz.

2. Se não estudo então não sou aprovado.

p = estudo.

~p = não estudo.

q = sou aprovado.

~q = não sou aprovado

$\left.\right\} \sim p \rightarrow \sim q$

Conectivo = →

Negando: $\sim (\sim p \rightarrow \sim q) = \sim p \wedge q$

Resposta: Não estudo e sou aprovado.

3. Se estudo então sou aprovado ou o curso não é ruim.

p = estudo.

q = sou aprovado.

r = curso é ruim.

~r = curso não é ruim.

$$p \rightarrow q \vee \sim r$$

Negando, $\sim (p \rightarrow q \vee \sim r)$.

Negamos a condicional, mantém a primeira **e** negamos a segunda proposição, como a segunda proposição é uma disjunção, negamos a disjunção, usando suas regras (negar as duas proposições trocando “ou” por “e”).

$$\sim (p \rightarrow q \vee \sim r) = p \wedge \sim (q \vee \sim r) = p \wedge \sim q \wedge r.$$

Estudo e não sou aprovado e o curso é ruim.

NEGAÇÃO DE UMA BICONDICIONAL.

Existe duas maneiras de negar uma bicondicional. Uma é a trivial onde apenas substituímos o conetivo "bicondiciona" pela "disjunção exclusiva", conforme exemplo abaixo:

Sentença: Estudo **se e somente se** não vou à praia.

p = estudo.
q = vou à praia.
~ q = não vou à praia

$\sim[p \leftrightarrow \sim q] = [p \underline{\vee} \sim q]$

Conectivo = $\leftrightarrow$

Logo sua negação será: **Ou** Estudo **ou** não vou à praia.

A segunda maneira de negar uma bicondicional é utilizando a propriedade de equivalência e negando as duas condicionais, ida **e** volta, temos então que negar uma conjunção composta por duas condicionais.

Negamos a primeira condicional **ou** negamos a segunda, usando a regra da condicional em cada uma delas.

Exemplo 1:

Estudo se e somente se não vou à praia.

p = estudo.
q = vou à praia.
~ q = não vou à praia

$p \leftrightarrow \sim q = [p \rightarrow \sim q] \wedge [\sim q \rightarrow p]$

Conectivo = $\leftrightarrow$

Uma bicondicional são duas condicionais, ida e volta.

Negando,

$\sim (p \leftrightarrow \sim q) = \sim [[p \rightarrow \sim q] \wedge [\sim q \rightarrow p]] =$

$\sim [p \leftrightarrow \sim q] \vee \sim [\sim q \rightarrow p]$

$p \wedge q \vee \sim q \wedge \sim p.$

Estudo e vou à praia ou não vou à praia e não estudo.

EQUIVALÊNCIA DE UMA CONDICIONAL

Vamos descobrir qual a sentença equivalente a uma condicional, negando duas vezes a mesma sentença.

Exemplo: Se estudo sozinho então sou autodidata.

Simbolizando temos:

p = estudo sozinho
p = sou autodidata } $p \rightarrow q$

conectivo = $\rightarrow$

Simbolicamente: $p \rightarrow q$

Vamos negar, $\sim [p \rightarrow q] = p \wedge \sim q$

Agora vamos negar a negação para encontrarmos uma equivalência.

Negamos a negação da condicional $\sim [p \wedge \sim q] = \sim p \vee q$

Solução: Não estudo sozinho ou sou autodidata.

Mas será mesmo que estas proposições, $p \rightarrow q$ e $\sim p \vee q$ são mesmo equivalentes? Veremos através da tabela verdade.

p	Q	~p	p → q	~ p v q
V	V	F	V	V
V	F	F	F	F
F	V	V	V	V
F	F	V	V	V

Perceba na tabela verdade que **p → q** e **~ p** ∨ **q** tem o mesmo valor lógico, assim essas duas proposições são equivalentes.

Exemplo 2: Vamos encontrar uma proposição equivalente a sentença "Se sou gremista então não sou feliz."

p = Sou gremista.
q = Sou feliz.
~ q = Não sou feliz.
} p → ~ q

Negação: ~ [p → ~ q] = p ∧ q

Sou gremista e sou feliz.

Equivalência: negação da negação.

~ [p → ~ q] = p ∧ q

~ [p ∧ q] = p V ~ q

Logo, Não sou gremista ou não sou feliz é uma sentença equivalente.

Exemplo 3: Agora procuramos uma sentença equivalente a "Canto ou não estudo."

c = Canto.
e = Estudo .
~ e = Não estudo.
} c V ~ e

Negação: ~ [c V ~ e] = ~ c ∧ e

Equivalência: Negar a negação: ~ [~ c ∧ e] = c V ~ e

Voltamos para a mesma proposição, tem algo errado, teremos que buscar alternativa. Vamos lá:

Vamos para a regra de equivalência de uma condicional.

p → q = ~ p V q

, podemos mudar a ordem da igualdade.

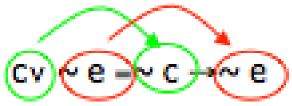
~ p V q = p → q

Veja que o valor lógico de p mudou e q continuou com o mesmo valor lógico.

Usando a regra acima vamos transformar a proposição inicial composta de uma disjunção em numa condicional.

c V ~ e = p → q

Para chegar à condicional, mudo o valor lógico de p,



Troco "ou" por "se...então" e mantenho o valor lógico de q, ficando

Se não canto então não estudo.

Exemplo 4: Estudo ou não sou aprovado. Qual a sentença equivalente?

e = Estudo.
a = Sou aprovado.
~ a = Não sou aprovado.

} $e \vee \sim a$

Dica: quando for "ou" a equivalência sempre será "se...então".

Assim, temos que transformar "ou" em "se...então". Mas como?

$p \rightarrow q = \sim p \vee q$ (equivalentes), vamos inverter.

$\sim p \vee q = p \rightarrow q$

Inverte o primeiro e mantém o segundo, trocando "ou" por "se...então", transferimos isso para nossa proposição.

$e \vee \sim a = \sim e \rightarrow \sim a$

Trocamos "e" por "~ e", mantemos "~ a" e trocamos " V" por " →".

Logo, Se não estudo então não sou aprovado.

Não podemos esquecer que "ou" é comutativo, assim a opção de resposta pode estar trocada, então atente nisto, ao invés de **e** V **~ a** pode ser **~ a** V **e** , assim a resposta ficaria:

Se sou aprovado então estudo.

Quaisquer das respostas estarão certas, então muita atenção!

CONTRAPOSITIVA

Utilizamos como exemplo a sentença abaixo:

Se estudo lógica então sou aprovado

p = estudo lógica.
q = sou aprovado.
} $p \rightarrow q$

Vamos primeiro negar esta sentença:

$\sim(p \rightarrow q) = p \wedge \sim q$

Lembrando da tabela verdade da conjunção "e", notamos que a mesma é comutativa, ou seja, se alterarmos a ordem das premissas o valor lógico da sentença não será alterado. Assim vamos reescrever a sentença encontrada na negação, alterando o valor lógico das proposições.

$p \wedge \sim q = \sim q \wedge p$

Agora vamos negar mais uma vez para encontrar uma equivalência da primeira proposição.

$\sim(\sim q \wedge p) \leftrightarrow \sim q \vee \sim p$

Agora vamos utilizar a regra de equivalência que aprendemos anteriormente.

Regra:
$p \rightarrow q \leftrightarrow \sim p \vee q$

Em nosso exemplo temos:
$q \vee \sim p \leftrightarrow \sim q \rightarrow \sim p$

Logo encontramos uma outra equivalência para a nossa sentença inicial.

Esta outra equivalência chamamos de **contrapositiva** e é muito fácil de encontrar, basta comutar as proposições (trocar a ordem) e negar ambas.

$p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$

Exemplo 2: Encontrar a contrapositiva (equivalente) da proposição "Se estudo muito então minha cabeça dói"

p = estudo muito.
q = minha cabeça dói.
} $p \rightarrow q$

Encontramos a contrapositiva, invertendo e negando ambas proposições.

p → q = ~ q → ~ p

Logo temos que: **Se** minha cabeça **não** dói **então não** estudo muito.

PARA GABARITAR

EQUIVALÊNCIA 1: p → q = ~ p v q

EQUIVALÊNCIA 2: p → q = ~ q → ~ p (contrapositiva)

Slides – Equivalência Contrapositiva

Prova: CESPE – 2014 – ANTAQ – Téc. Administrativo

Julgue o item seguinte, acerca da proposição P:
Quando acreditar que estou certo, não me importarei com a opinião dos outros.

A proposição P é logicamente equivalente a "Como não me importo com a opinião dos outros, acredito que esteja certo".

Certo   Errado

Prova: CESPE – 2014 – ANTAQ – Téc. Administrativo

Julgue o item seguinte, acerca da proposição P:
Quando acreditar que estou certo, não me importarei com a opinião dos outros.

A proposição P é logicamente equivalente a "Como não me importo com a opinião dos outros, acredito que esteja certo".

Certo   **Errado**

Prova: FCC – 2014 – TRF 4ª REGIÃO – Analista Judiciário

Um economista afirmou, no telejornal, que "se os impostos não sobem, então a receita fiscal não cresce". Do ponto de vista da lógica, uma frase equivalente a essa é

a) se a receita fiscal cresce, então os impostos sobem.
b) se os impostos sobem, então a receita fiscal cresce.
c) se a receita fiscal não cresce, então os impostos não sobem.
d) ou o imposto não sobe, ou a receita cresce.
e) o imposto sobe sempre que a receita fiscal aumenta.

Prova: FCC – 2014 – TRF 4ª REGIÃO – Analista Judiciário

Um economista afirmou, no telejornal, que "se os impostos não sobem, então a receita fiscal não cresce". Do ponto de vista da lógica, uma frase equivalente a essa é

a) se a receita fiscal cresce, então os impostos sobem.
b) se os impostos sobem, então a receita fiscal cresce.
c) se a receita fiscal não cresce, então os impostos não sobem.
d) ou o imposto não sobe, ou a receita cresce.
e) o imposto sobe sempre que a receita fiscal aumenta.

EQUIVALÊNCIA BICONDICIONAL E CONDICIONAL

Recebe o nome de bicondicional toda proposição composta em que as partes estejam unidas pelo conectivo ... **se somente se**... Simbolicamente, representaremos esse conectivo por " $\leftrightarrow$ ". Portanto, se temos a sentença:

Exemplo: "Estudo **se e somente se** sou aprovado"

Proposição 1: Estudo.

Proposição 2: Sou aprovado.

Conetivo: se e somente se.

Vamos chamar a primeira proposição de **"p"** a segunda de "q" e o conetivo de " $\leftrightarrow$ "

Assim podemos representar a "frase" acima da seguinte forma: $p \leftrightarrow q$

Sua tabela verdade é:

	p	q	p ↔ q
H1	V	F	F
H2	F	V	F
H3	V	V	V
H4	F	F	V

Uma proposição bicondicional pode ser escrita como duas condicionais, é como se tivéssemos duas implicações, uma seta da esquerda para direita e outra seta da direita para esquerda, conforme exemplo abaixo:

$$p \leftrightarrow q \Leftrightarrow (p \rightarrow q) \wedge (q \rightarrow p)$$

Neste caso, transformamos um bicondicional em duas condicionais conectadas por uma conjunção. Estas sentenças são equivalentes, ou seja, possuem o mesmo valor lógico.

p	q	p → q	p ← q	(p → q) ∧ (p ← q)	p ↔ q
V	V	V	V	V	V
F	F	V	V	V	V
F	V	V	F	F	F
V	F	F	V	F	F

QUANTIFICADORES LÓGICOS

Chama-se argumento a afirmação de que um grupo de proposições iniciais redunda em uma outra proposição final, que será conseqüência das primeiras. Estudaremos aqui apenas os argumentos que podemos resolver por diagrama, contendo as expressões: **Todo, algum, nenhum ou outras similares.**

Um argumento válido tem obrigatoriamente a conclusão como consequência das premissas. Assim, quando um argumento é válido, a conjunção das premissas verdadeiras implica logicamente a conclusão.

Exemplo: Considere o silogismo abaixo:

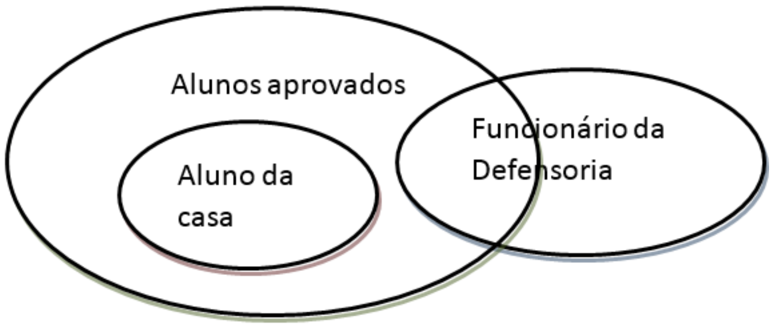
1. Todo aluno da Casa do Concurseiro é aprovado.

2. Algum aprovado é funcionário da defensoria.

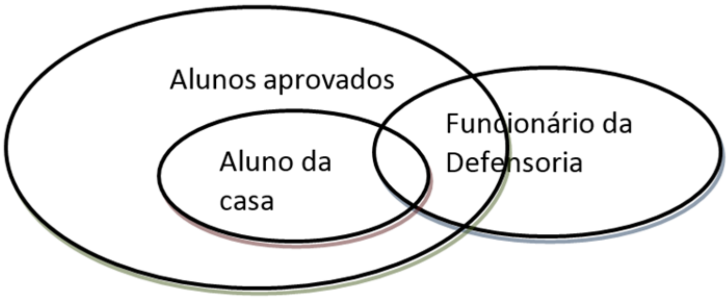
Conclusão:

Existem alunos da casa que são funcionários da defensoria.

Para concluir se um silogismo é verdadeiro ou não, devemos construir conjuntos com as premissas dadas. Para isso devemos considerar **todos** os casos possíveis, limitando a escrever apenas o que a proposição afirma.



Pelo exemplo acima vimos que nem sempre a conclusão acima é verdadeira, veja que quando ele afirma que "existem alunos da casa que são funcionários da defensoria", ele está dizendo que sempre isso vai acontecer, mas vimos por esse diagrama que nem sempre acontece.



Nesse diagrama isso acontece, mas pelo dito na conclusão, sempre vai existir, e vimos que não, logo a conclusão é falsa.

No mesmo exemplo, se a conclusão fosse:

“Existem funcionários da defensoria que não são alunos da casa”.

Qualquer diagrama que fizermos (de acordo com as premissas) essa conclusão será verdadeira, tanto no diagrama 1 quanto no diagrama 2, sempre vai ter alguém de fora do desenho.

Logo, teríamos um silogismo!

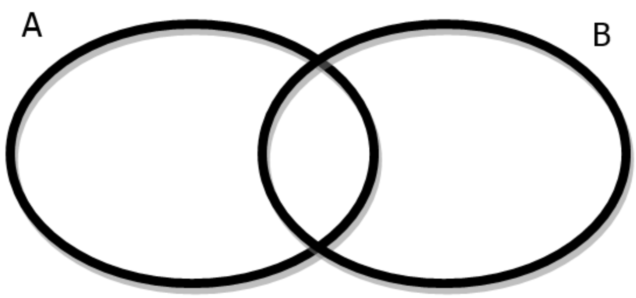
Silogismo é uma palavra cujo significado é o de cálculo. Etimologicamente, silogismo significa “reunir com o pensamento” e foi empregado pela primeira vez por Platão (429-348 a.C.). Aqui o sentido adotado é o de um raciocínio no qual, a partir de proposições iniciais, conclui-se uma proposição final. Aristóteles (384-346 a.C.) utilizou tal palavra para designar um argumento composto por duas premissas e uma conclusão.

ALGUM

Vamos representar graficamente as premissas que contenham a expressão “algum”.

São considerados sinônimos de algum as expressões: existe(m), há pelo menos um ou qualquer outra similar.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



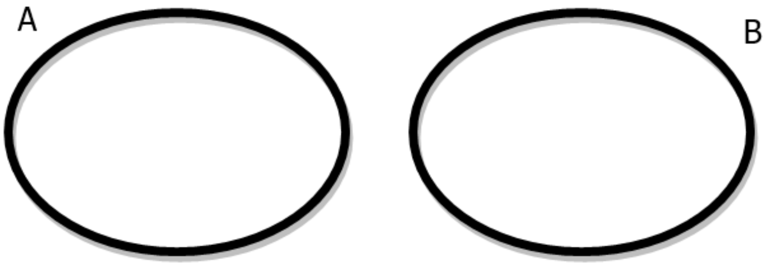
Conclusões:

Existem elementos em A que são B.
Existem elementos em B que são A.
Existem elementos A que não são B.
Existem elementos B que não estão em A.

NENHUM

Vejamos agora as premissas que contém a expressão nenhum ou outro termo equivalente.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



Conclusões:

Nenhum A é B.

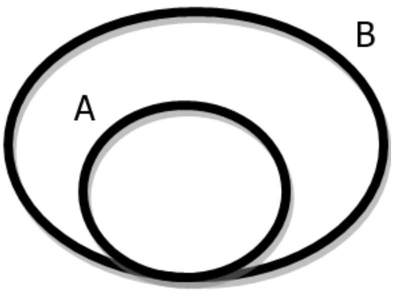
Nenhum B é A.

TODO

Vamos representar graficamente as premissas que contenham a expressão "todo".

Pode ser utilizado como sinônimo de todo a expressão "qualquer um" ou outra similar.

Analise o desenho abaixo, que representa o conjunto dos A e B. O que podemos inferir a partir do desenho?



Conclusão:

Todo A é B.

Alguns elementos de B é A ou existem B que são A.

Prova: FGV - 2014 - AL-BA - Téc.Nível Médio

Afirma-se que: “Toda pessoa gorda come muito”.

É correto concluir que:

a) se uma pessoa come muito, então é gorda.
b) se uma pessoa não é gorda, então não come muito.
c) se uma pessoa não come muito, então não é gorda.
d) existe uma pessoa gorda que não come muito.
e) não existe pessoa que coma muito e não seja gorda.

Gabarito: **1.** C

NEGAÇÃO DE TODO, ALGUM E NENHUM

As Proposições da forma **Algum A é B** estabelecem que o conjunto A tem pelo menos um elemento em comum com o conjunto B.

As Proposições da forma **Todo A é B** estabelecem que o conjunto A é um subconjunto de B. Note que não podemos concluir que A = B, pois não sabemos se **todo** B é A.

Como negamos estas Proposições:

Exemplos:

1. **Toda** mulher é friorenta.

Negação: **Alguma** mulher **não** é friorenta

2. **Algum** aluno da casa será aprovado.

Negação: **Nenhum** aluno da casa vai ser aprovado.

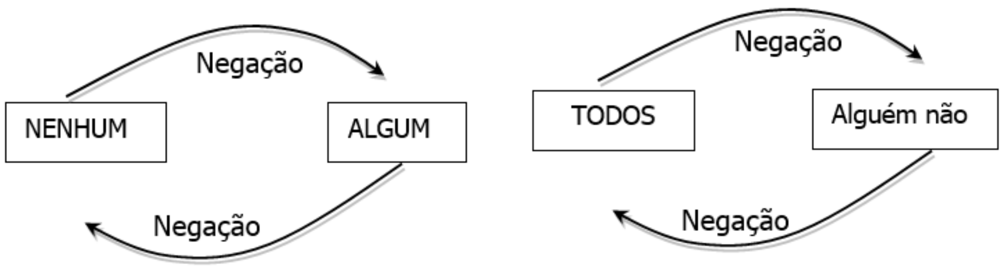
3. **Nenhum** gremista é campeão.

Negação: **Pelo menos um** gremista é campeão.

4. **Todos** os estudantes não trabalham

Negação: **Algum** estudante trabalha.

PARA GABARITAR



Cuide os sinônimos como por exemplo, existem, algum e etc.

1. Prova: Instituto AOCP – 2014 – UFGD – Analista de Tecnologia da Informação

Assinale a alternativa que apresenta a negação de "Todos os pães são recheados".

a) Existem pães que não são recheados.
b) Nenhum pão é recheado.
c) Apenas um pão é recheado.
d) Pelo menos um pão é recheado.
e) Nenhuma das alternativas.

2. Prova: FJG-RIO – 2014 – Câmara Municipal do Rio de Janeiro – Analista Legislativo

Seja a seguinte proposição: **"existem pessoas que não acordam cedo e comem demais no almoço".**

A negação dessa proposição está corretamente indicada na seguinte alternativa:

a) Todas as pessoas acordam cedo ou não comem demais no almoço.
b) Não existem pessoas que comem demais no almoço.
c) Não existem pessoas que acordam cedo.
d) Todas as pessoas que não acordam cedo comem demais no almoço.

3. Prova: CESPE – 2014 – Câmara dos Deputados – Técnico Legislativo

Considerando que P seja a proposição "Se o bem é público, então não é de ninguém", julgue os itens subsequentes.

A negação da proposição P está corretamente expressa por "O bem é público e é de todos".

( ) Certo ( ) Errado

4. Prova: FGV - 2013 – TJ/AM - Analista Judiciário - Serviço Social

José afirmou: *"— Todos os jogadores de futebol que não são ricos jogam no Brasil ou jogam mal".*

Assinale a alternativa que indica a sentença que representa a negação do que José afirmou:

a) Nenhum jogador de futebol que não é rico joga no Brasil ou joga mal.
b) Todos os jogadores de futebol que não jogam no Brasil e não jogam mal.
c) Algum jogador de futebol que não é rico não joga no Brasil e não joga mal.
d) Algum jogador de futebol é rico mas joga no Brasil ou joga mal.
e) Nenhum jogador de futebol que é rico joga no Brasil ou joga mal.

Gabarito: **1.** A **2.** A **3.** Errado **4.** C

SILOGISMO

Silogismo Categórico é uma forma de raciocínio lógico na qual há duas premissas e uma conclusão distinta destas premissas, sendo todas proposições categóricas ou singulares. Existem casos onde teremos mais de duas premissas.

Devemos sempre considerar as premissas como verdadeira e tentar descobrir o valor lógico de cada uma das proposições, com objetivo de identificar se a conclusão é ou não verdadeira.

Sempre que possível devemos começar nossa linha de raciocínio por uma proposição simples ou se for composta conectada pela conjunção "**e**".

Abaixo um exemplo de como resolver uma questão envolvendo silogismo.

QUESTÃO COMENTADA

(FCC: BACEN - 2006) Um argumento é composto pelas seguintes premissas:

I – Se as metas de inflação não são reais, então a crise econômica não demorará a ser superada.
II – Se as metas de inflação são reais, então os superávits primários não serão fantasioso.
III – Os superávits serão fantasiosos.

Para que o argumento seja válido, a conclusão deve ser:

a) A crise econômica não demorará a ser superada.
b) As metas de inflação são irreais ou os superávits serão fantasiosos.
c) As metas de inflação são irreais e os superávits são fantasiosos.
d) Os superávits econômicos serão fantasiosos.
e) As metas de inflação não são irreais e a crise econômica não demorará a ser superada.

Solução:

Devemos considerar as premissas como verdadeiras e tentar descobrir o valor lógico de cada uma das proposições.

Passo 1: Do português para os símbolos lógicos.

I – Se as metas de inflação não são reais, então a crise econômica não demorará a ser superada

$$\sim P \rightarrow \sim Q$$

II – Se as metas de inflação são reais, então os superávits primários não serão fantasiosos.

$$\sim P \rightarrow \sim R$$

III – Os superávits serão fantasiosos.

Passo 2: Considere as premissas como verdade.

PREMISSA 1	PREMISSA 2	PREMISSA 3
VERDADE	VERDADE	VERDADE
~ P → ~ Q	~ P → ~ R	R
Não é possível determinar o valor lógico de P e Q, já que existem 3 possibilidades distintas que torna o condicional verdadeiro.	Não é possível determinar o valor lógico de P e Q, já que existem 3 possibilidades distintas que torna o condicional verdadeiro.	CONCLUSÃO: R=V

Passo 3: Substitui a premissa 3 em 2 e analise.

- Como na premissa 3 vimos que R é V logo ~ R = F.
- Como P é uma proposição, o mesmo pode ser F ou V.

Vamos testar:

P	→	~ R
F		F
V		F

P	→	~ R
F	V	F
V	F	F

Como a premissa 2 é verdade e caso a proposição P tenha valor V teremos uma premissa falsa, logo chegamos a conclusão que **P = F**.

Passo 3: Substitui a premissa 2 em 1 e analise.

- Como na premissa 2 vimos que P é F logo ~ P = V.
- Como Q é uma proposição, o mesmo pode ser F ou V.
- Analisando o condicional temos:

~ P	→	~ Q
V	V	V
V	F	F

Logo ~ Q = V, assim Q = F

Passo 4: Traduzir as conclusões para o português.

Premissa 1: P = F

- as metas de inflação **não** são reais.

Premissa 2: Q = F

- crise econômica não demorará a ser superada.

Conclusão: Alternativa A

Slides

Prova: VUNESP – 2014 – TJ/PA – Analista Judiciário

Se Cláudio é analista judiciário, então Ana e Murilo são médicos. Se Anderson não é enfermeiro, então Marta é analista judiciário e João é dentista. Constata-se que João não é dentista e Ana não é médica. Conclui-se corretamente dessas informações que

a) Marta é analista judiciário e Murilo é médico.
b) Anderson não é enfermeiro e Cláudio é analista judiciário.
c) Marta não é analista judiciário e Murilo não é médico.
d) Anderson é enfermeiro e Cláudio não é analista judiciário.
e) Marta é analista judiciário e Cláudio não é.

Prova: VUNESP – 2014 – TJ/PA – Analista Judiciário

Se Cláudio é analista judiciário, então Ana e Murilo são médicos. Se Anderson não é enfermeiro, então Marta é analista judiciário e João é dentista. Constata-se que João não é dentista e Ana não é médica. Conclui-se corretamente dessas informações que

a) Marta é analista judiciário e Murilo é médico.
b) Anderson não é enfermeiro e Cláudio é analista judiciário.
c) Marta não é analista judiciário e Murilo não é médico.
d) Anderson é enfermeiro e Cláudio não é analista judiciário.
e) Marta é analista judiciário e Cláudio não é.

Prova: CESGRANRIO – 2014 – CEFET/RJ - Assistente

Se chovesse e ventasse, então teria feito frio e, se tivesse feito frio, eu não teria viajado.

Ora, como viajei, então

a) fez frio e não ventou.
b) não fez frio e não choveu.
c) não choveu e não ventou.
d) não choveu ou não ventou.
e) pode ter chovido, mas não ventou.

Prova: CESGRANRIO – 2014 – CEFET/RJ - Assistente

Se chovesse e ventasse, então teria feito frio e, se tivesse feito frio, eu não teria viajado.

Ora, como viajei, então

a) fez frio e não ventou.
b) não fez frio e não choveu.
c) não choveu e não ventou.
d) não choveu ou não ventou.
e) pode ter chovido, mas não ventou.

Prova: VUNESP – 2014 – DESENVOLVESP- Auditor

Se eu falo, então tu te calas. Se não te calas, então ela acorda. Se ela acorda, então eu embalo.
Eu não embalo e não grito.

A partir dessas informações, pode-se concluir correta- mente que:

a) eu falo e tu te calas.
b) eu falo ou eu grito.
c) tu não te calas e ela não acorda.
d) ela não acorda e tu te calas.
e) ela acorda e eu embalo.

Prova: VUNESP – 2014 – DESENVOLVESP- Auditor

Se eu falo, então tu te calas. Se não te calas, então ela acorda. Se ela acorda, então eu embalo.
Eu não embalo e não grito.

A partir dessas informações, pode-se concluir correta- mente que:

a) eu falo e tu te calas.
b) eu falo ou eu grito.
c) tu não te calas e ela não acorda.
d) ela não acorda e tu te calas.
e) ela acorda e eu embalo.

ARGUMENTO COM QUANTIFICADORES VÁLIDO – SILOGISMO

QUESTÃO COMENTADA

FCC: TCE-SP – 2010

Considere as seguintes afirmações:

I – Todo escriturário deve ter noções de Matemática.

II – Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são escriturários.

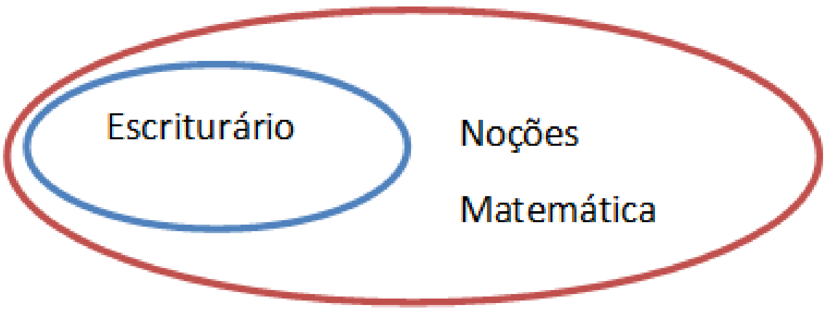
Se as duas afirmações são verdadeiras, então é correto afirmar que:

a) Todo funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deve ter noções de Matemática.
b) Se Joaquim tem noções de Matemática, então ele é escriturário.
c) Se Joaquim é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, então ele é escriturário.
d) Se Joaquim é escriturário, então ele é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
e) Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo podem não ter noções de Matemática.

Resolução:

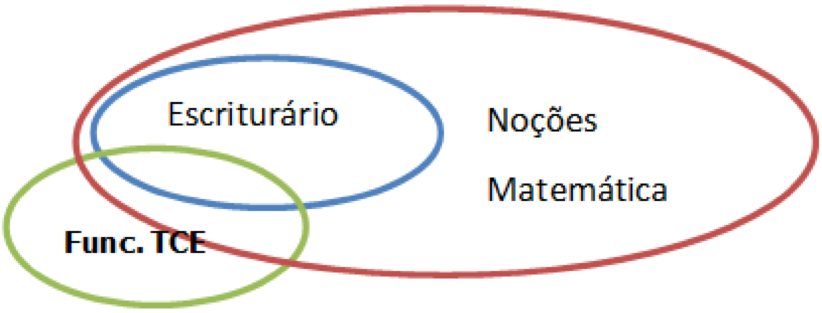
Primeiramente vamos representar a primeira premissa.

I – Todo escriturário deve ter noções de Matemática.

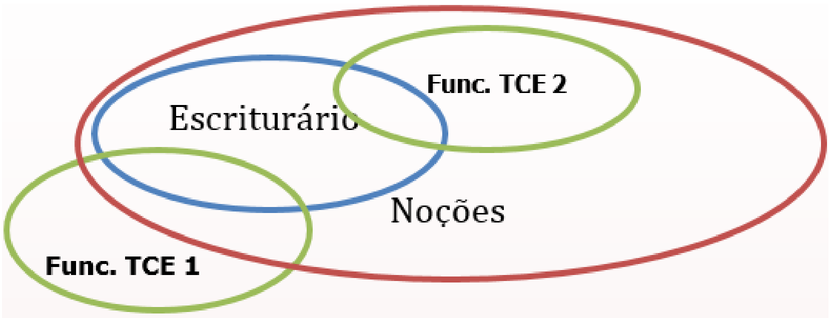


II – Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo são escriturários.

Vejamos uma hipótese para a segunda premissa.



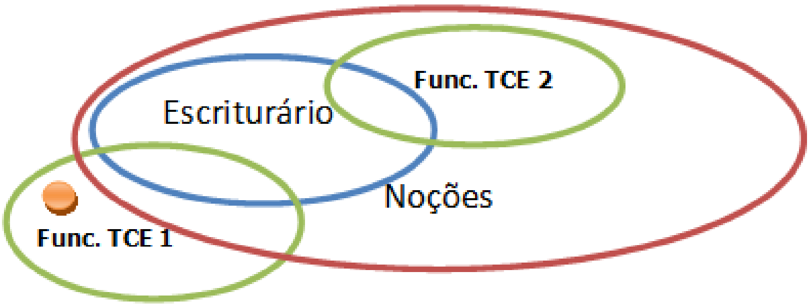
Vamos considerar agora a possibilidade de todos os funcionários terem noções de Matemática, ficamos agora com duas possibilidades distintas.



Analisamos agora as alternativas:

Alternativa A: Todo funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deve ter noções de Matemática

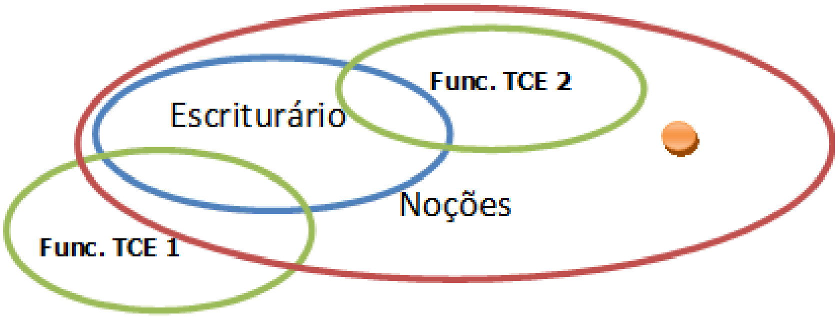
Solução:



Observe que o nosso símbolo representa um funcionário do TCE que **não** possui noção de matemática. Logo a conclusão é precipitada.

Alternativa B: Se Joaquim tem noções de Matemática, então ele é escriturário.

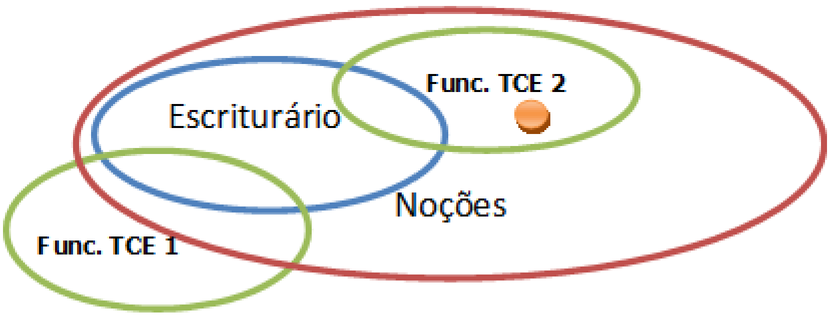
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que possui noção de matemática, porém não é escriturário, logo a conclusão é precipitada e está errada.

Alternativa C: Se Joaquim é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, então ele é escriturário.

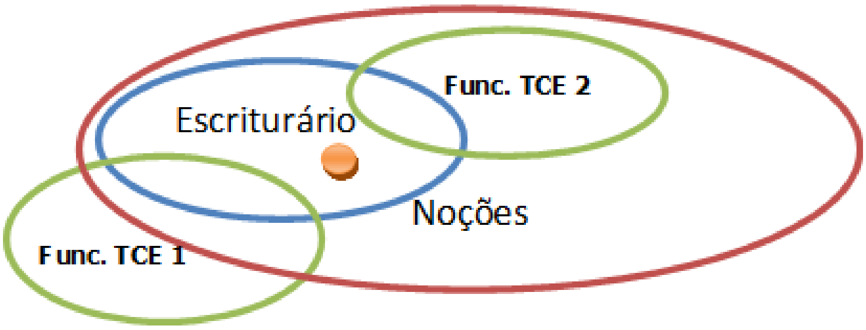
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que possui é funcionário do TCE, porém não é escriturário, logo a conclusão é precipitada e está errada.

Alternativa D: Se Joaquim é escriturário, então ele é funcionário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

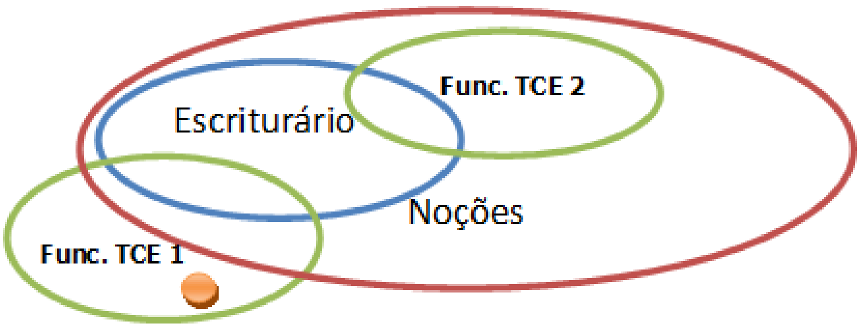
Solução:



O ponto em destaque representa alguém que é escriturário, porém não é funcionário do TCE, logo a conclusão é precipitada e está alternativa está errada.

Alternativa E: Alguns funcionários do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo podem não ter noções de Matemática.

Solução:



O ponto em destaque representa um funcionário do TCE que não tem noção de matemática, como a questão afirma que "podem", logo está correta.

Prova: IESES - 2014 - IGP-SC - Auxiliar Pericial – Criminalístico

Considere que as seguintes frases são verdadeiras e assinale a alternativa correta:

- Algum policial é alto;
- Todo policial é educado.

a) Todo policial educado é alto.
b) Algum policial alto não é educado.
c) Algum policial não educado é alto.
d) Algum policial educado é alto.

Prova: FDRH - 2008 - IGP-RS - Papiloscopista Policial

Considere os argumentos abaixo:

I – Todos os gatos são pretos.
Alguns animais pretos mordem.
Logo, alguns gatos mordem.

II – Se 11 é um número primo, então, 8 não é um número par.
Ora 8 é um número par, portanto, 11 não é um número primo.

III – Todos os X são Y.
Todos os Z são Y.
Alguns X estão quebrados.
Logo, alguns Y estão quebrados.

Quais são válidos?

a) Apenas o I.
b) Apenas o II.
c) Apenas o III.
d) Apenas o II e o III.
e) O I, o II e o III.

Gabarito: **1.** D **2.** D

CÓDIGOS E ANAGRAMAS

1. (Prova: FCC – 2014 - TJ-AP – Analista Judiciário) Bruno criou um código secreto para se comunicar por escrito com seus amigos. A tabela mostra algumas palavras traduzidas para esse código.

Palavra	Tradução no código de Bruno
POTE	QNUD
TERRA	UDSQB
CERA	DDSZ
FOGUEIRA	GNHTFHSZ

A palavra MEL, no código de Bruno, seria traduzida como:

a) LDK.
b) NFM.
c) LFK.
d) NDM.
e) OGN.

2. (Prova: FCC – 2012 – PREF. São Paulo-SP – Auditor Fiscal) Considere a multiplicação abaixo, em que letras iguais representam o mesmo dígito e o resultado é um número de 5 algarismos.

```
R  A  M  O  S
x           9
-------------
S  O  M  A  R
```

A soma (S + O + M + A + R) é igual a:

a) 33.
b) 31.
c) 29.
d) 27.
e) 25.

Gabarito: **1.** D **2.** D

QUESTÕES DE RESTO DE UMA DIVISÃO

São comuns as questões de raciocínio lógico que envolva resto de uma divisão. Normalmente essas questões abordam assuntos relacionados a calendário, múltiplo ou divisores ou qualquer outra sequência que seja cíclica.

Estas questões são resolvidas todas de forma semelhante, vejamos os exemplos abaixo:

QUESTÃO COMENTADA 1

CESGRANRIO: CAPES – 2008

Em um certo ano, o mês de abril termina em um domingo. É possível determinar o próximo mês a terminar em um domingo?

a) Sim, será o mês de setembro do mesmo ano.
b) Sim, será o mês de outubro do mesmo ano.
c) Sim, será o mês de dezembro do mesmo ano.
d) Sim, será o mês de janeiro do ano seguinte.
e) Não se pode determinar porque não se sabe se o ano seguinte é bissexto ou não.

Solução:

Sabendo que o mês de Abril possui 30 dias, logo sabemos que dia 30 de abril foi um domingo. Vamos identificar quantos dias teremos até o último dia de cada mês, assim verificamos se esta distância é múltipla de 7, já que a semana tem 7 dias e os domingos acontecerão sempre um número múltiplo de 7 após o dia 30 de Abril:

MÊS	QUANT. DIAS DO MÊS	DIAS ATÉ 30/04	MÚLTIPLO DE 7
MAIO	31	31	NÃO
JUNHO	30	61	NÃO
JULHO	31	92	NÃO
AGOSTO	31	123	NÃO
SETEMBRO	30	153	NÃO
OUTUBRO	31	184	NÃO
NOVEMBRO	30	214	NÃO
DEZEMBRO	31	245	**SIM (245/7 = 35)**

Solução será dia 31 de Dezembro do mesmo ano, alternativa C.

QUESTÃO COMENTADA 2

FCC: TST – 2012

Pedro é um atleta que se exercita diariamente. Seu treinador orientou-o a fazer flexões de braço com a frequência indicada na tabela abaixo:

Dia da semana	Número de flexões
2ª e 5ª feiras	40
3ª e 6ª feiras	10
4ª feiras	20
Sábados	30
Domingos	nenhuma

No dia de seu aniversário, Pedro fez 20 flexões de braço. No dia do aniversário de sua namorada, 260 dias depois do seu, Pedro:

a) não fez flexão.
b) fez 10 flexões.
c) fez 20 flexões.
d) fez 30 flexões.
e) fez 40 flexões.

Solução:

Com Pedro fez 20 flexões em seu aniversário, logo concluímos que caiu em uma quarta-feira. Devemos descobrir qual o dia da semana será após 260 dias. Primeiramente vamos descobrir quantas semanas se passaram até este dia, dividindo 260 por 7, já que uma semana tem 7 dias.

$\frac{260}{7} = 37$ (resto 1)

Assim sabemos que se passaram 37 semanas e mais um dia.

Como ele fez aniversário na quarta, se somarmos 1 dia temos quinta-feira e o total de flexões para este dia será de 40, segundo a tabela. **Alternativa E**

Prova: FCC - 2014 - AL-PE - Agente Legislativo

O dia 04 de março de 2014 foi uma terça-feira. Sendo assim, é correto afirmar que o dia 04 de março de 2015 será:

a) segunda-feira.
b) quarta-feira.
c) quinta-feira.
d) domingo.
e) terça-feira.

Prova: FCC - 2013 - TRT - 5ª Região (BA) - Analista Judiciário

Um ano bissexto possui 366 dias, o que significa que ele é composto por 52 semanas completas mais 2 dias. Se em um determinado ano bissexto o dia 1º de janeiro caiu em um sábado, então o dia 31 de dezembro cairá em:

a) um sábado.
b) um domingo.
c) uma 2ª feira.
d) uma 3ª feira.
e) uma 4ª feira.

Prova(s): FCC - 2013 - DPE-RS - Técnico de Apoio Especializado

Em uma montadora, são pintados, a partir do início de um turno de produção, 68 carros a cada hora, de acordo com a seguinte sequência de cores: os 33 primeiros são pintados de prata, os 20 seguintes de preto, os próximos 8 de branco, os 5 seguintes de azul e os 2 últimos de vermelho. A cada hora de funcionamento, essa sequência se repete.

Dessa forma, o 530º carro pintado em um turno de produção terá a cor:

a) prata.
b) preta.
c) branca.
d) azul.
e) vermelha.

Gabarito: **1.** B **2.** B **3.** C

PROBLEMAS DE MÍNIMO E MÁXIMO

1. Prova: FCC - 2012 - TJ-RJ - Analista Judiciário

A câmara municipal de uma cidade é composta por 21 vereadores, sendo 10 do partido A, 6 do partido B e 5 do partido C. A cada semestre, são sorteados n vereadores, que têm os gastos de seus gabinetes auditados por uma comissão independente. Para que se garanta que, em todo semestre, pelo menos um vereador de cada partido seja necessariamente sorteado, o valor de n deve ser, no mínimo,

a) 11.
b) 10.
c) 17.
d) 16.
e) 14.

2. Prova: FCC - 2009 - SEFAZ-SP - Agente Fiscal de Rendas - Prova 1

Numa cidade existem 10 milhões de pessoas. Nenhuma delas possui mais do que 200 mil fios de cabelo. Com esses dados, é correto afirmar que, necessariamente,

a) existem nessa cidade duas pessoas com o mesmo número de fios de cabelo.
b) existem nessa cidade pessoas sem nenhum fio de cabelo.
c) existem nessa cidade duas pessoas com quantidades diferentes de fios de cabelo.
d) o número médio de fios de cabelo por habitante dessa cidade é maior do que 100 mil.
e) somando-se os números de fios de cabelo de todas as pessoas dessa cidade obtém-se 2 × 1012.

3. Prova: FCC - 2014 - TRT - 16ª REGIÃO (MA) - Analista Judiciário

Em uma floresta com 1002 árvores, cada árvore tem de 900 a 1900 folhas. De acordo apenas com essa informação, é correto afirmar que, necessariamente,

a) ao menos duas árvores dessa floresta têm o mesmo número de folhas.
b) apenas duas árvores dessa floresta têm o mesmo número de folhas.
c) a diferença de folhas entre duas árvores dessa floresta não pode ser maior do que 900.
d) não há árvores com o mesmo número de folhas nessa floresta.
e) a média de folhas por árvore nessa floresta é de 1400.

Gabarito: **1.** C **2.** A **3.** A

PROBLEMAS ENVOLVENDO FUTEBOL

1. (Prova: FCC – 2014 - TRT 2ª Região (SP) – Técnico Judiciário) Um jogo de vôlei entre duas equipes é ganho por aquela que primeiro vencer três sets, podendo o placar terminar em 3 a 0, 3 a 1 ou 3 a 2. Cada set é ganho pela equipe que atingir 25 pontos, com uma diferença mínima de dois pontos a seu favor. Em caso de igualdade 24 a 24, o jogo continua até haver uma diferença de dois pontos (26 a 24, 27 a 25, e assim por diante). Em caso de igualdade de sets 2 a 2, o quinto e decisivo set é jogado até os 15 pontos, também devendo haver uma diferença mínima de dois pontos. Dessa forma, uma equipe pode perder um jogo de vôlei mesmo fazendo mais pontos do que a equipe adversária, considerando-se a soma dos pontos de todos os sets da partida. O número total de pontos da equipe derrotada pode superar o da equipe vencedora, em até:

a) 47 pontos.
b) 44 pontos.
c) 50 pontos.
d) 19 pontos.
e) 25 pontos.

2. (Prova: SHDIAS – 2014 – CEASA-Campinas – Assistente Administrativo) No basquete, uma cesta pode valer 1, 2, ou 3 pontos, Na partida final do campeonato, Leonardo fez 5 cestas, em um total de 11 pontos. Nesse caso, não é possível que Leonardo tenha feito exatamente:

a) Uma cesta de 1 ponto.
b) Quatro cestas de 2 pontos.
c) Três cestas de 3 pontos.
d) Três cestas de 2 pontos.

3. (Prova: CESPE – 2014 – SUFRAMA – Nível Superior) Em um campeonato de futebol, a pontuação acumulada de um time é a soma dos pontos obtidos em cada jogo disputado. Por jogo, cada time ganha três pontos por vitória, um ponto por empate e nenhum ponto em caso de derrota. Com base nessas informações, julgue o item seguinte.

Nesse campeonato, os critérios de desempate maior número de vitórias e menor número de derrotas são equivalentes.

( ) CERTO

( ) ERRADO

Gabarito: **1.** B **2.** D **3.** Errado

PROBLEMAS COM DIREÇÃO E SENTIDO

1. (Prova: FCC – 2014 – METRÔ-SP – Técnico de Sistemas Metroviários) M, N, O e P são quatro cidades próximas umas das outras. A cidade M está ao sul da cidade N. A cidade O está à leste da cidade M. Se a cidade P está à sudoeste da cidade O, então N está a:

a) noroeste de P.
b) nordeste de P.
c) norte de P.
d) sudeste de P.
e) sudoeste de P.

2. (Prova: FCC – 2014 – SABESP – Tecnólogo) Partindo de um ponto inicial A, Laura caminhou 4 km para leste, 2 km para sul, 3 km para leste, 6 km para norte, 6 km para oeste e, finalmente, 1 km para sul, chegando no ponto B. Artur partiu do mesmo ponto A de Laura percorrendo X km para norte e 1 km para a direção Y, chegando no mesmo ponto B em que Laura chegou. Sendo Y uma das quatro direções da rosa dos ventos (norte, sul, leste ou oeste), X e Y são, respectivamente,

a) 6 e sul.
b) 2 e norte.
c) 4 e oeste.
d) 3 e leste.
e) 4 e leste.

3. (Prova: FCC – 2014 – TRF 3ª Região – Técnico Judiciário) Partindo do ponto A, um automóvel percorreu 4,5 km no sentido Leste; percorreu 2,7 km no sentido Sul; percorreu 7,1 km no sentido Leste; percorreu 3,4 km no sentido Norte; percorreu 8,7 km no sentido Oeste; percorreu 4,8 km no sentido Norte; percorreu 5,4 km no sentido Oeste; per- correu 7,2 km no sentido Sul, percorreu 0,7 km no sentido Leste; percorreu 5,9 km no sentido Sul; percorreu 1,8 km no sentido Leste e parou. A distância entre o ponto em que o automóvel parou e o ponto A, inicial, é igual a :

a) 7,6 km.
b) 14,1 km.
c) 13,4 km.
d) 5,4 km.
e) 0,4 km.

Gabarito: **1.** C **2.** D **3.** A

QUESTÕES ENVOLVENDO SEQUÊNCIA DE NÚMEROS

É comum aparecer em provas de concurso questões envolvendo sequências de números, onde o candidato terá que descobrir a "lógica" da sequência para solucionar o problema.

A verdade é que não existe uma regra de resolução destas questões, cada sequência é diferente das demais, depende da lógica que o autor está cobrando.

O que vamos aprender neste capítulo é a resolver algumas das sequências que já foram cobradas em concursos anteriores, este tipo de questão, só existe uma única maneira de aprender a resolver, fazendo!

QUESTÃO COMENTADA

FCC: BACEN – 2006

No quadriculado seguinte os números foram colocados nas células obedecendo a um determinado padrão.

16	34	27	X
13	19	28	42
29	15	55	66

Seguindo esse padrão, o número X deve ser tal que:

a) X > 100
b) 90 < X < 100
c) 80 < X < 90
d) 70 < X < 80
e) X < 70

Solução:

Quando a sequencia se apresenta em tabelas, similares a esta, procure sempre encontrar uma lógica nas linhas ou nas colunas. A lógica da sequencia desta questão está na relação da linha três com as linhas 1 e 2.

A linha 3 é a soma das linhas 1 e 2 quando a coluna for impar e a subtração das linhas 1 e 2 quando a coluna for par, note:

Coluna 1: 16 + 13 = 29

Coluna 2: 34 - 19 = 15

Coluna 3: 27 + 28 = 55

Logo a coluna 4, que é par, teremos uma subtração:

x – 42 = 66 => x = 66 + 42 = 108

Alternativa A

QUESTÃO COMENTADA 2

FCC : TRT – 2011

Na sequência de operações seguinte, os produtos obtidos obedecem a determinado padrão.

1 x 1 = 1
11 x 11 = 121
111 x 111 = 12.321
1.111 x 1111 = 1.234.321
11.111 x 11.111 = 123.454.321

Assim sendo, é correto afirmar que, ao se efetuar 111 111 111 × 111 111 111, obtém-se um número cuja soma dos algarismos está compreendida entre:

a) 85 e 100.
b) 70 e 85.
c) 55 e 70.
d) 40 e 55.
e) 25 e 40.

Solução:

Note que o termo centra do resultado da multiplicação é sempre a quantidade de número 1 que estamos multiplicando, conforme destacado na tabela abaixo:

1 x 1	**1**
11 x 11	1**2**1
111 x 111	12. **3**21
1. 111 x 1. 111	1. 23**4**. 321
11. 111 x 11. 111	123. 4**5**4. 321

Perceba também que o resultado da multiplicação é formado por um número que começa com 1 e vai até a quantidade de números 1 que tem a multiplicação e depois começa a reduzir até o número 1 de volta.

Logo a multiplicação de 111 111 111 × 111 111 111 temos 9 números 1, assim o resultado certamente será composto pelo número 12345678 **9** 87654321. Agora basta apenas somar os algarismos e encontra como resposta o número 81, alternativa B.

QUESTÃO COMENTADA 3

CESGRANRIO: TCE/RO – 2007

O sistema binário de numeração, só se utilizam os algarismos 0 e 1. Os números naturais, normalmente representados na base decimal, podem ser também escritos na base binária como mostrado:

DECIMAL	BINÁRIO
0	0
1	1
2	10
3	11
4	100
5	101
6	110
7	111

De acordo com esse padrão lógico, o número 15 na base decimal, ao ser representado na base binária, corresponderá a:

a) 1000
b) 1010
c) 1100
d) 1111
e) 10000

Solução:

No sistema decimal que conhecemos, cada vez que conhecemos, a cada 10 de uma casa decimal forma-se outra casa decimal. Exemplo: 10 unidades é igual uma dezena, 10 dezenas é igual a uma centena e assim sucessivamente.

Já no sistema binário, a lógica é a mesma, porém a cada 2 unidades iremos formar uma nova casa decimal. Assim para transformar um número decimal em binário, basta dividirmos este número sucessivamente por dois e analisar sempre o resto, conforme exemplo abaixo.

Transformando 6 em binário:

6 / 2 = 3 (resto zero, logo zero irá ocupar primeira casa binária).

3 / 2 = 1 (resto 1, logo o 1 do resto irá ocupar a segunda casa binária enquanto o 1 quociente da divisão irá ocupar a terceira casa binária).

Resultado: 110

Para saber se está certo, basta resolver a seguinte multiplicação:

110 = 1 x 2^2 + 1 x 2^1 + 0 x 20 = 4 + 2 + 0 = **6**

Utilizando esta linha de raciocínio temos que:

15 / 2 = 7 (resto 1)

7 / 2 = 3 (resto 1)

3 / 2 = 1 (resto 1)

Logo o número será 1111, **Alternativa D**

1. Prova: IDECAN - 2014 - AGU - Agente Administrativo

Observe a sequência: 49, 64, 81, 100, ...

Qual será o sétimo termo?

a) 144.
b) 169.
c) 196.
d) 225.
e) 256.

2. Prova: Instituto AOCP - 2014 - UFGD - Analista Administrativo

A sequência a seguir apresenta um padrão:

1; 8; 15; 22; ...

Qual é o quinto termo desta sequência?

a) 27.
b) 28.
c) 29.
d) 30.
e) 31.

3. Prova: FCC - 2010 - TCE-SP - Auxiliar da Fiscalização Financeira

Considere que os números inteiros e positivos que aparecem no quadro abaixo foram dispostos segundo determinado critério.

1	1	3	1	5	1
2	2	2	4	2	5
1	3	3	3	4	
4	2	4	3		
1	5	2			
6	1				

3. Completando corretamente esse quadro de acordo com tal critério, a soma dos números que estão faltando é:

a) maior que 19.
b) 19.
c) 16.
d) 14.
e) menor que 14.

4. Prova: FCC - 2014 - TRF - 4ª REGIÃO – Analista Judiciário – Informática

A sequência numérica 1, 7, 8, 3, 4, 1, 7, 8, 3, 4, 1, 7, 8, 3, 4, 1, ..., cujos dezesseis primeiros termos estão explicitados, segue o mesmo padrão de formação infinitamente. A soma dos primeiros 999 termos dessa sequência é igual a:

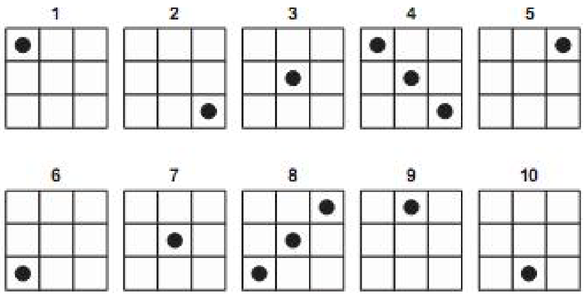
a) 4596.
b) 22954.
c) 4995.
d) 22996.
e) 5746.

Gabarito: **1.** B **2.** C **3.** A **4.** A

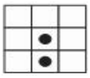
IMAGENS E FIGURAS

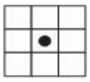
1. Prova: FCC – 2014 – TRT 16ª REGIÃO (AM)– Téc. Judiciário

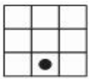
Considere as figuras abaixo:

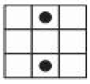


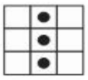
Seguindo o mesmo padrão de formação das dez primeiras figuras dessa sequência, a décima primeira figura é:

a) 

b) 

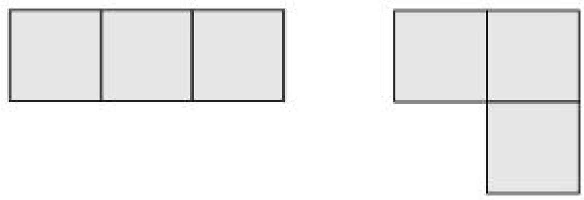
c) 

d) 

e) 

2. Prova: FCC – 2012 – TST – Téc. Judiciário

Marina possui um jogo de montar composto por várias peças quadradas, todas de mesmo tamanho. A única forma de juntar duas peças é unindo-as de modo que elas fiquem com um único lado em comum. Juntando-se três dessas peças, é possível formar apenas dois tipos diferentes de figuras, mostradas abaixo.

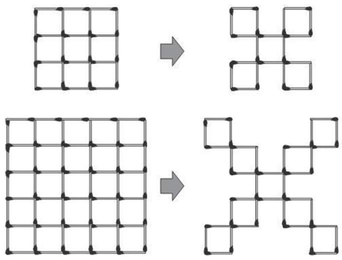


Note que as duas figuras podem aparecer em diferentes posições, o que não caracteriza novos tipos de figuras. O número de tipos diferentes de figuras que podem ser formados juntando-se quatro dessas peças é igual a

a) 4.
b) 5.
c) 6.
d) 7.
e) 8.

3. Prova: FCC – 2012 – TRT – Analista Judiciário

Partindo de um quadriculado n × n formado por palitos de fósforo, em que n é um número ímpar maior ou igual a 3, é possível, retirando alguns palitos, obter um "X" composto por 2n-1 quadrados. As figuras a seguir mostram como obter esse "X" para quadriculados 3 × 3 e 5 × 5.



Seguindo o mesmo padrão dos exemplos acima, partindo de um quadriculado 9 × 9, o total de palitos que deverão ser retirados para obter o "X" é igual a

a) 64.
b) 96.
c) 112.
d) 144.
e) 168.

Gabarito

1. B **2.** B **3.** C

LETRAS

1. (Prova: CEPERJ – 2014 – RIOPREVIDÊNCIA – Assistente Previdenciário) Observe atentamente a sequência a seguir:

ABCDEEDCBAABCDE...

A centésima primeira letra nessa sequência será:

a) A
b) B
c) C
d) D
e) E

2. (Prova: FCC – 2014 – TJ-AP – Técnico Judiciário) Cada termo da sequência a seguir é formado por seis vogais:

(AAAEEI; EEEIIO; IIIOOU; OOOUUA; UUUAAE; AAAEEI; EEEIIO; . . .)

Mantido o mesmo padrão de formação da sequência, se forem escritos os 12º, 24º, 36º e 45º termos, o número de vezes que a vogal U será escrita nesses termos é igual a

a) 1
b) 6
c) 5
d) 2
e) 3

3. Prova: FCC – 2014 – TRT 19ª Região (AL) – Técnico Judiciário

Gabriel descobriu pastas antigas arquivadas cronologicamente, organizadas e etiquetadas na seguinte sequência:

07_55A; 07_55B; 08_55A; 09_55A; 09_55B; 09_55C;

09_55D; 09_55E; 10_55A; 10_55B; 11_55A; 12_55A;

12_55B; 12_55C; 01_56A; 01_56B; 02_56A; 02_56B;

03_56A; xx_xxx; yy_yyy; zz_zzz; 04_56B.

Sabendo-se que as etiquetas xx_xxx; yy_yyy; zz_zzz representam que o código foi encoberto, a etiqueta com as letras yy_yyy deveria, para manter o mesmo padrão das demais, conter o código

a) 03_56C.
b) 04_57C
c) 04_56C.
d) 03_56B.
e) 04_56ª.

Gabarito: **1.** A **2.** C **3.** A

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Penal

Professor Joerberth Nunes

CÓDIGO PENAL – ARTIGOS 293 A 301 E §§ 1º E 2º; 305; 311-A a 317 E §§ 1º E 2º; 319 A 333; 337; 339 A 344; 347; 357 E 359

CÓDIGO PENAL

TÍTULO X

Dos Crimes Contra a Fé Pública

CAPÍTULO II
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos

Art. 293. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I – selo destinado a controle tributário, papel selado ou qualquer papel de emissão legal destinado à arrecadação de tributo;

II – papel de crédito público que não seja moeda de curso legal;

III – vale postal;

IV – cautela de penhor, caderneta de depósito de caixa econômica ou de outro estabelecimento mantido por entidade de direito público;

V – talão, recibo, guia, alvará ou qualquer outro documento relativo a arrecadação de rendas públicas ou a depósito ou caução por que o poder público seja responsável;

VI – bilhete, passe ou conhecimento de empresa de transporte administrada pela União, por Estado ou por Município:

Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I – usa, guarda, possui ou detém qualquer dos papéis falsificados a que se refere este artigo;

II – importa, exporta, adquire, vende, troca, cede, empresta, guarda, fornece ou restitui à circulação selo falsificado destinado a controle tributário;

III – importa, exporta, adquire, vende, expõe à venda, mantém em depósito, guarda, troca, cede, empresta, fornece, porta ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, produto ou mercadoria:

a) em que tenha sido aplicado selo que se destine a controle tributário, falsificado;

b) sem selo oficial, nos casos em que a legislação tributária determina a obrigatoriedade de sua aplicação.

§ 2º Suprimir, em qualquer desses papéis, quando legítimos, com o fim de torná-los novamente utilizáveis, carimbo ou sinal indicativo de sua inutilização:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 3º Incorre na mesma pena quem usa, depois de alterado, qualquer dos papéis a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Quem usa ou restitui à circulação, embora recibo de boa-fé, qualquer dos papéis falsificados ou alterados, a que se referem este artigo e o seu § 2º, depois de conhecer a falsidade ou alteração, incorre na pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

§ 5º Equipara-se a atividade comercial, para os fins do inciso III do § 1o, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em vias, praças ou outros logradouros públicos e em residências.

Petrechos de falsificação

Art. 294. Fabricar, adquirir, fornecer, possuir ou guardar objeto especialmente destinado à falsificação de qualquer dos papéis referidos no artigo anterior:

Pena: reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 295. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

CAPÍTULO III
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação do selo ou sinal público

Art. 296. Falsificar, fabricando-os ou alterando-os:

I – selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município;

II – selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião:

Pena: reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas:

I – quem faz uso do selo ou sinal falsificado;

II – quem utiliza indevidamente o selo ou sinal verdadeiro em prejuízo de outrem ou em proveito próprio ou alheio.

III – quem altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados ou identificadores de órgãos ou entidades da Administração Pública.

§ 2º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falsificação de documento público

Art. 297. Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro:

Pena: reclusão, de dois a seis anos, e multa.

§ 1º Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, aumenta-se a pena de sexta parte.

§ 2º Para os efeitos penais, equiparam-se a documento público o emanado de entidade paraestatal, o título ao portador ou transmissível por endosso, as ações de sociedade comercial, os livros mercantis e o testamento particular.

§ 3º Nas mesmas penas incorre quem insere ou faz inserir:

I – na folha de pagamento ou em documento de informações que seja destinado a fazer prova perante a previdência social, pessoa que não possua a qualidade de segurado obrigatório;

II – na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado ou em documento que deva produzir efeito perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter sido escrita;

III – em documento contábil ou em qualquer outro documento relacionado com as obrigações da empresa perante a previdência social, declaração falsa ou diversa da que deveria ter constado.

§ 4º Nas mesmas penas incorre quem omite, nos documentos mencionados no § 3º, nome do segurado e seus dados pessoais, a remuneração, a vigência do contrato de trabalho ou de prestação de serviços.

Falsificação de documento particular

Art. 298. Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Falsificação de cartão

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, equipara-se a documento particular o cartão de crédito ou débito.

Falsidade ideológica

Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra

Art. 300. Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público; e de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Certidão ou atestado ideologicamente falso

Art. 301. Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena: detenção, de dois meses a um ano.

Falsidade material de atestado ou certidão

§ 1º Falsificar, no todo ou em parte, atestado ou certidão, ou alterar o teor de certidão ou de atestado verdadeiro, para prova de fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena: detenção, de três meses a dois anos.

§ 2º Se o crime é praticado com o fim de lucro, aplica-se, além da pena privativa de liberdade, a de multa.

Supressão de documento

Art. 305. Destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro, de que não podia dispor:

Pena: reclusão, de dois a seis anos, e multa, se o documento é público, e reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é particular.

CAPÍTULO V
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

I – concurso público;

II – avaliação ou exame públicos;

III – processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou

IV - exame ou processo seletivo previstos em lei:

Pena: reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.

TÍTULO XI

Dos Crimes Contra a Administração Pública

CAPÍTULO I
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato

Art. 312. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio:

Pena: reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário.

Peculato culposo

§ 2º Se o funcionário concorre culposamente para o crime de outrem:

Pena: detenção, de três meses a um ano.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

Peculato mediante erro de outrem

Art. 313. Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Inserção de dados falsos em sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-A. Inserir ou facilitar, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

Art. 314. Extraviar livro oficial ou qualquer documento, de que tem a guarda em razão do cargo; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, se o fato não constitui crime mais grave.

Emprego irregular de verbas ou rendas públicas

Art. 315. Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei:

Pena: detenção, de um a três meses, ou multa.

Concussão

Art. 316. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida:

Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa.

Excesso de exação

§ 1º Se o funcionário exige imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza:

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, de um conto a dez contos de réis.

§ 1º Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza: (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

Pena: reclusão, de três a oito anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.137, de 27.12.1990)

§ 2º Se o funcionário desvia, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente para recolher aos cofres públicos:

Pena: reclusão, de dois a doze anos, e multa.

Corrupção passiva

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em conseqüência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena: detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Prevaricação

Art. 319. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal:

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

Art. 319-A. Deixar o Diretor de Penitenciária e/ou agente público, de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo:

Pena: detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

Condescendência criminosa

Art. 320. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente:

Pena: detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Advocacia administrativa

Art. 321. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena: detenção, de um a três meses, ou multa.

Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:

Pena: detenção, de três meses a um ano, além da multa.

Violência arbitrária

Art. 322. Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la:

Pena: detenção, de seis meses a três anos, além da pena correspondente à violência.

Abandono de função

Art. 323. Abandonar cargo público, fora dos casos permitidos em lei:

Pena: detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

§ 1º Se do fato resulta prejuízo público:

Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 2º Se o fato ocorre em lugar compreendido na faixa de fronteira:

Pena: detenção, de um a três anos, e multa.

Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado

Art. 324. Entrar no exercício de função pública antes de satisfeitas as exigências legais, ou continuar a exercê-la, sem autorização, depois de saber oficialmente que foi exonerado, removido, substituído ou suspenso:

Pena: detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Violação de sigilo funcional

Art. 325. Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação:

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.

§ 1º Nas mesmas penas deste artigo incorre quem:

I – permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública;

II – se utiliza, indevidamente, do acesso restrito.

§ 2º Se da ação ou omissão resulta dano à Administração Pública ou a outrem:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

Violação do sigilo de proposta de concorrência

Art. 326. Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública, ou proporcionar a terceiro o ensejo de devassá-lo:

Pena: Detenção, de três meses a um ano, e multa.

Funcionário público

Art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em

entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

CAPÍTULO II DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública

Art. 328. Usurpar o exercício de função pública:

Pena: detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Se do fato o agente aufere vantagem:

Pena: reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

Resistência

Art. 329. Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio:

Pena: detenção, de dois meses a dois anos.

§ 1º Se o ato, em razão da resistência, não se executa:

Pena: reclusão, de um a três anos.

§ 2º As penas deste artigo são aplicáveis sem prejuízo das correspondentes à violência.

Desobediência

Art. 330. Desobedecer a ordem legal de funcionário público:

Pena: detenção, de quinze dias a seis meses, e multa.

Desacato

Art. 331. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Tráfico de Influência

Art. 332. Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada da metade, se o agente alega ou insinua que a vantagem é também destinada ao funcionário.

Corrupção ativa

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

Subtração ou inutilização de livro ou documento

Art. 337. Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público:

Pena: reclusão, de dois a cinco anos, se o fato não constitui crime mais grave.

CAPÍTULO III
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Denunciação caluniosa

Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:

Pena: reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

Comunicação falsa de crime ou de contravenção

Art. 340. Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado:

Pena: detenção, de um a seis meses, ou multa.

Auto-acusação falsa

Art. 341. Acusar-se, perante a autoridade, de crime inexistente ou praticado por outrem:

Pena: detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

Falso testemunho ou falsa perícia

Art. 342. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é praticado mediante suborno ou se cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal, ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

§ 2º O fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:

Pena: reclusão, de três a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Coação no curso do processo

Art. 344. Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral:

Pena: reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Fraude processual

Art. 347. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito:

Pena: detenção, de três meses a dois anos, e multa.

Parágrafo único. Se a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda

que não iniciado, as penas aplicam-se em dobro.

Exploração de prestígio

Art. 357. Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha:

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa.

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um terço, se o agente alega ou insinua que o dinheiro ou utilidade também se destina a qualquer das pessoas referidas neste artigo.

Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito

Art. 359. Exercer função, atividade, direito, autoridade ou múnus, de que foi suspenso ou privado por decisão judicial:

Pena: detenção, de três meses a dois anos, ou multa.

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Processual Penal

Professor Joerberth Nunes

CÓDIGO PROCESSUAL PENAL – ARTIGOS 24 E §§ 1º E 2º; 25; 27; 28; 40 A 42; 46 E §§ 1° E 2°; 47 – ATO NORMATIVO Nº 314-PGJ/CPJ, DE 27.06.2003

CÓDIGO DE PROCESO PENAL

TÍTULO III

Da Ação Penal

Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

> **§ 1º** No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
>
> **§ 2º** Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.

Art. 25. A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

Art. 27. Qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Art. 40. Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

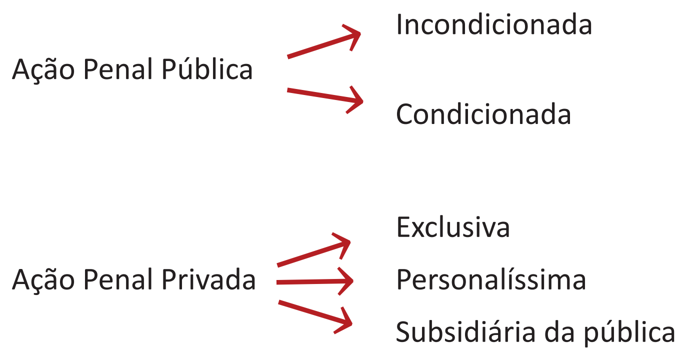
Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.

Art. 42. O Ministério Público não poderá desistir da ação penal.

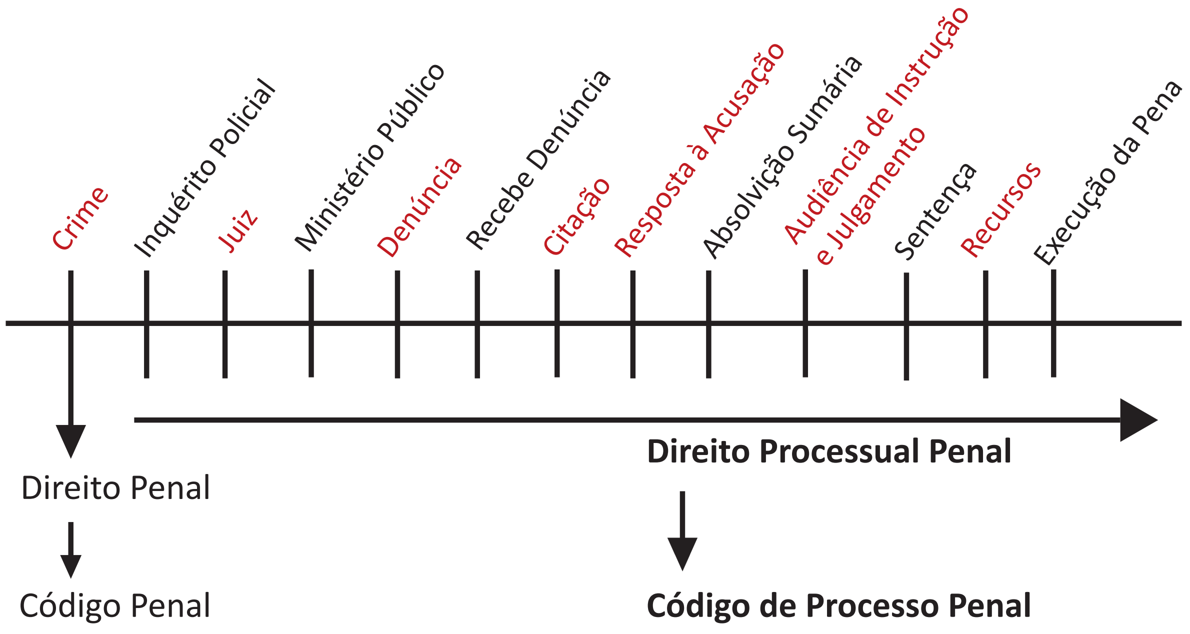
Art. 46. O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado. No último caso, se houver devolução do inquérito à autoridade policial (art. 16), contar-se-á o prazo da data em que o órgão do Ministério Público receber novamente os autos.

> **§ 1º** Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação
>
> **§ 2º** O prazo para o aditamento da queixa será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos, e, se este não se pronunciar dentro do tríduo, entender-se-á que não tem o que aditar, prosseguindo-se nos demais termos do processo.

1. Espécies:



Linha do Processo



Ato Normativo nº 314-PGJ/CPJ, de 27.06.2003

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, em especial da que lhe é conferida pelo art. 19, XII, c, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, e o COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, por meio de seu ÓRGÃO ESPECIAL,

CONSIDERANDO que o art. 26, I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e o art. 104, I, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, autorizam o membro do Ministério Público, no exercício de suas funções, a instaurar procedimentos administrativos pertinentes ao desempenho de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO que o art. 26 do Ato Normativo nº 98-CPJ, de 30 de setembro de 1996, e o art. 22 do Ato Normativo nº 119-CPJ, de 13 de maio de 1997, prevêem a edição, pela Procuradoria-Geral de Justiça, de ato regulamentador, na área criminal, do procedimento administrativo acima referido, depois de regular oitiva do Colégio de Procuradores de Justiça;

CONSIDERANDO que, nesse sentido, o Colégio de Procuradores de Justiça, por meio de seu Órgão Especial, em reunião ordinária realizada em 4 de junho de 2003, manifestou-se favoravelmente à proposta apresentada pela Procuradoria-Geral de Justiça;

RESOLVEM EXPEDIR O SEGUINTE ATO NORMATIVO:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 1º Este ato normativo regulamenta, na área criminal, o procedimento administrativo previsto no art. 26, I, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e no art. 104, I, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993.

CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO E DO PROCESSAMENTO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL

Art. 2º O membro do Ministério Público, no exercício de suas funções na área criminal, poderá, de ofício ou em face de representação ou outra peça de informação, instaurar procedimento administrativo criminal quando, para a formação de seu convencimento, entender necessários maiores esclarecimentos sobre o caso ou o aprofundamento da investigação criminal produzida.

§ 1º A decisão de instauração de procedimento administrativo criminal deverá, conforme o caso, levar em conta, dentre outros aspectos, especialmente os seguintes:

I – prevenção da criminalidade;

II – aperfeiçoamento, celeridade, finalidade e indisponibilidade da ação penal;

III – prevenção e correção de irregularidade, ilegalidade ou abuso de poder relacionado com a atividade de investigação;

IV – aperfeiçoamento da investigação, visando à preservação ou obtenção da prova, inclusive técnica, bem como a validação da prova produzida, para fins de persecução penal;

V – fiscalização da execução de pena e medida de segurança.

§ 2º O membro do Ministério Público, no exercício de suas funções na área criminal, deverá dar andamento, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento, às representações, requerimentos, petições e peças de informação de qualquer natureza que lhes

sejam encaminhadas, quer decida-se, quer não, pela instauração do procedimento administrativo criminal.

Art. 3º A decisão de instauração do procedimento administrativo criminal caberá ao membro do Ministério Público cujo cargo detiver atribuição para, no caso, oficiar em eventual ação penal que possa resultar da investigação.

§ 1º Na hipótese em que mais de um cargo detiver atribuição para o caso, a decisão de instauração do procedimento administrativo criminal caberá ao membro do Ministério Público a quem a notitia criminis for distribuída, segundo as regras ordinárias previstas no sistema de divisão de serviços.

§ 2º No caso do parágrafo anterior, se houver consenso dos membros do Ministério Público envolvidos, a decisão de instauração do procedimento administrativo criminal poderá caber a um deles ou, ainda, em conjunto a todos ou a alguns deles.

§ 3º No caso de instauração de ofício de procedimento administrativo criminal, na hipótese em que mais de um cargo detiver atribuição para o caso, o membro do Ministério Público que tomar a decisão deverá promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da instauração, a distribuição do procedimento, segundo as regras ordinárias previstas no sistema de divisão de serviços. (Incluído pelo Ato (N) nº 611 – PGJ/CPJ, de 06/10/2009)

§ 4º Em todo caso, ainda que instaurado em conjunto por todos ou alguns dos interessados, a presidência do procedimento administrativo criminal caberá a um único membro do Ministério Público. (Renumerado pelo Ato (N) nº 611 – PGJ/CPJ, de 06/10/2009)

§ 5º No caso de afastamento, licença ou férias do presidente do procedimento administrativo criminal, a presidência será exercida por quem for designado pelo Procurador-Geral de Justiça para responder pelo cargo do membro do Ministério Público afastado, em licença ou em férias. (Renumerado pelo Ato (N) nº 611 – PGJ/CPJ, de 06/10/2009)

§ 6º No caso de vacância do cargo cujo titular presidia o procedimento administrativo criminal, a presidência será exercida pelo membro do Ministério Público designado pelo Procurador-Geral de Justiça para responder pelo cargo vago. (Renumerado pelo Ato (N) nº 611 – PGJ/CPJ, de 06/10/2009)

Art. 4º O procedimento administrativo criminal será instaurado por termo de abertura, na forma do anexo I a este ato normativo, numerado em ordem crescente, renovada anualmente, e, depois de autuado, será registrado em livro próprio, segundo o modelo previsto no anexo II a este ato normativo.

Parágrafo único. O termo de abertura necessariamente conterá:

I – a descrição do fato objeto de investigação ou esclarecimentos e o meio ou a forma pelo qual dele se tomou conhecimento;

II – o nome e a qualificação do autor da representação, se for o caso;

III – a determinação das diligências iniciais.

Art. 5º Para secretariar os trabalhos, o presidente designará, nos próprios autos do procedimento administrativo criminal, funcionário ou servidor do Ministério Público, ou, na falta deste, pessoa idônea, mediante compromisso.

§ 1º Caberá ao secretário designado zelar pela guarda dos autos do procedimento administrativo criminal, pela manutenção do sigilo eventualmente decretado e pelo cumprimento das determinações neles contidas.

§ 2º Ao estagiário do Ministério Público incumbe, nos limites consignados no artigo 86 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, auxiliar o presidente do procedimento administrativo criminal.

Art. 6º Ao determinar as diligências necessárias à instrução do procedimento administrativo criminal, o presidente deverá consignar nos autos o responsável por seu cumprimento, o prazo para sua consecução e as advertências e cautelas necessárias a sua realização.

Art. 7º Para instruir o procedimento administrativo criminal o presidente poderá:

I – expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimento e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

II – requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III – requisitar informações e documentos a entidades privadas;

IV – promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere o inciso II deste artigo.

Art. 8º Todas as diligências serão documentadas em auto circunstanciado, assinado pelo presidente e pelo secretário designado.

Parágrafo único. A diligência realizada por outro membro do Ministério Público, a pedido do presidente do procedimento administrativo criminal, será documentado em auto assinado por eles e pelo secretário designado.

Art. 9º As declarações e depoimentos serão sempre tomados por termo.

Art. 10. A diligência que deva ser realizada em outra comarca deverá ser deprecada ao membro do Ministério Público local.

Parágrafo único. A deprecação poderá ser feita por qualquer meio hábil de comunicação, devendo, no entanto, ser formalizada nos autos.

Art. 11. Sem prejuízo da colaboração prestada por órgãos conveniados ou entidades públicas ou privadas, o presidente do procedimento administrativo criminal poderá designar ou solicitar a designação de funcionário ou servidor do Ministério Público ou de pessoa habilitada para, mediante compromisso, praticar diligências ou atos necessários à instrução do feito.

Art. 12. A pedido da interessada, o secretário designado fornecerá comprovação escrita do comparecimento da pessoa notificada ou requisitada ao gabinete do presidente do procedimento administrativo criminal.

Art. 13. Quando a realização da diligência necessitar de ser precedida de autorização ou ordem judicial, o presidente providenciará que o pedido seja acompanhado de cópias integrais do autos do procedimento administrativo criminal ou daquelas necessárias a sua instrução.

Parágrafo único. Cópia da autorização ou ordem judicial, bem como relatório da diligência realizada, serão juntadas aos autos do procedimento administrativo criminal.

Art. 14. O secretário designado somente procederá à juntada aos autos do procedimento administrativo criminal de documentos, ofícios, comunicações ou correspondência e outras peças de informação, relativos à investigação, depois de submetê-los, incontinenti a seu recebimento, ao presidente.

§ 1º Caso seja necessário o desentranhamento de algum documento, o secretário designado providenciará que cópia de seu inteiro teor, rubricada pelo presidente, seja, em substituição, juntada aos autos do procedimento administrativo criminal.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica ao desentranhamento, devidamente autorizado pelo presidente, do que, impertinente ao objeto da investigação, tiver sido

indevidamente juntado aos autos do procedimento administrativo criminal.

Art. 15. O presidente assegurará no procedimento administrativo criminal o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

Parágrafo único. O secretário designado somente poderá permitir vista dos autos ou extração de cópias do procedimento administrativo criminal depois de expressamente autorizado pelo presidente ou, em sua ausência, de quem responder pelas atribuições de seu cargo.

CAPÍTULO III
DA CONCLUSÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL

Art. 16. O procedimento administrativo criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, se necessário, prorrogações por iguais períodos, mediante motivação consignada nos autos por seu presidente.

Art. 17. Concluído o procedimento administrativo criminal, o presidente promoverá as medidas judiciais e extrajudiciais que entender necessárias ou adequadas ao caso.

§ 1º Caso se convença da inexistência de fundamento que lhe autorize a promoção de qualquer medida judicial ou extrajudicial, o presidente promoverá o arquivamento do procedimento administrativo criminal.

§ 2º A promoção de arquivamento será apresentada ao órgão jurisdicional competente sempre que o procedimento administrativo criminal tiver sido instaurado em razão de notícia de infração penal, ou esta tiver surgido no decorrer da investigação, aplicando-se, na hipótese, no que for compatível, o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal.

Art. 18. O arquivamento do procedimento administrativo criminal, ordenado por seu presidente ou pela autoridade judicial, será registrado em livro próprio do Ministério Público.

Parágrafo único. Os autos do procedimento administrativo criminal cujo arquivamento tiver sido ordenado por seu presidente serão depositados em arquivo permanente do Ministério Público.

Art. 19. Depois de promovido o arquivamento do procedimento administrativo criminal, o membro do Ministério Público poderá proceder a novas diligências, se de novos elementos de convicção tiver notícia.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20. A instauração e a conclusão do procedimento administrativo criminal, bem como seu arquivamento e o eventual oferecimento de denúncia ou proposta de transação penal, deverão ser comunicados pelo presidente ao Centro de Apoio Operacional às Execuções e das Promotorias de Justiça Criminal – CAEx-Crim.

Art. 21. O presidente do procedimento administrativo criminal zelará pela integração de suas funções com as da polícia judiciária e de outros órgãos colaboradores, em prol da persecução penal e do interesse público.

Art. 22. Este ato normativo entrará em vigor 60 (sessenta) dias depois da data de sua publicação.

Parágrafo único. Nesse ínterim, os membros do Ministério Público deverão adequar os procedimentos administrativos em andamento às disposições deste ato normativo. São Paulo, 27 de junho de 2003.

LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PROCURADORE DE JUSTIÇA

ANEXO I

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE

O Promotor de Justiça de ________________, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, incisos I, VI e VIII, da Constituição Federal, art. 26, incisos I e V, da Lei nº 8.625/93, e art. 104, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 734/93, e nos termos do Ato Normativo nº 314-PGJ/CPJ, INSTAURA o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL, com o fim precípuo de esclarecer os fatos aqui resumidos:

____

NOMEIA, sob compromisso, para secretariar os trabalhos, o(a) servidor(a) do Ministério Público Sr.(a.)------------------------- e RESOLVE, visando à adequada apuração dos fatos, promover as diligências a seguir enumeradas:

1. ______________________________

2. ______________________________etc.

_________, de _________ de 20__. PROMOTOR DE JUSTIÇA

ANEXO II

TERMO DE ABERTURA

LIVRO Nº _ _

REGISTRO DE PROCEDIMENTOS

ADMINISTRATIVOS CRIMINAIS

Nos termos do Ato Normativo nº 314-PGJ/CPJ, e em face do que disposto no art. 129, I, VI e VIII, da Constituição da República, art. 26 da Lei Federal nº 8.625/93, e art. 104 da Lei Complementar Estadual nº 734/93, promovo a abertura do presente LIVRO DE REGISTRO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS CRIMINAIS, cujas folhas serão por mim numeradas e rubricadas, e que conterá as portarias de instauração de procedimentos administrativos, com os seguintes dados:

a) número de data de instauração;

b) nome e qualificação do interessado, se houver;

c) breve relato acerca do objeto do procedimento administrativo;

d) determinação de diligências investigatórias iniciais;

e) desfecho do procedimento administrativo criminal.

__________, de ______ de 20__.

Publicação em: DOE, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113(120), sábado, 28 de junho de 2003, p.50

CÓDIGO DE PROCESO PENAL

Artigos 257 e 258

TÍTULO VIII

Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado e Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça

CAPÍTULO II
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 257. Ao Ministério Público cabe:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma estabelecida neste Código; e

II – fiscalizar a execução da lei.

Art. 258. Os órgãos do Ministério Público não funcionarão nos processos em que o juiz ou qualquer das partes for seu cônjuge, ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, e a eles se estendem, no que Ihes for aplicável, as prescrições relativas à suspeição e aos impedimentos dos juízes.

LEI Nº 9.099, DE 26.09.1995, ART. 60; 61; 76 E §§ 1º A 6º; 89 E §§ 1° A 7º

LEI Nº 9.099/95

CAPÍTULO III
DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. O Juizado Especial Criminal, provido por juízes togados ou togados e leigos, tem competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência.

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.

Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

Art. 62. O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

Seção I
DA COMPETÊNCIA E DOS ATOS PROCESSUAIS

Art. 63. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.

Art. 64. Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno e em qualquer dia da semana, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Art. 65. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais foram realizados, atendidos os critérios indicados no art. 62 desta Lei.

§ 1º Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

§ 2º A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.

§ 3º Serão objeto de registro escrito exclusivamente os atos havidos por essenciais. Os atos realizados em audiência de instrução e julgamento poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente.

Art. 66. A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

Parágrafo único. Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.

Art. 67. A intimação far-se-á por correspondência, com aviso de recebimento pessoal ou, tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado, ou, sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória, ou ainda por qualquer meio idôneo de comunicação.

Parágrafo único. Dos atos praticados em audiência considerar-se-ão desde logo cientes as partes, os interessados e defensores.

Art. 68. Do ato de intimação do autor do fato e do mandado de citação do acusado, constará a necessidade de seu comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á designado defensor público.

Seção II
DA FASE PRELIMINAR

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.

Art. 70. Comparecendo o autor do fato e a vítima, e não sendo possível a realização imediata da audiência preliminar, será designada data próxima, da qual ambos sairão cientes.

Art. 71. Na falta do comparecimento de qualquer dos envolvidos, a Secretaria providenciará sua intimação e, se for o caso, a do responsável civil, na forma dos arts. 67 e 68 desta Lei.

Art. 72. Na audiência preliminar, presente o representante do Ministério Público, o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, acompanhados por seus advogados, o Juiz esclarecerá sobre a possibilidade da composição dos danos e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.

Art. 73. A conciliação será conduzida pelo Juiz ou por conciliador sob sua orientação.

Parágrafo único. Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre bacharéis em Direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Art. 74. A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo civil competente.

Parágrafo único. Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Art. 75. Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, que será reduzida a termo.

Parágrafo único. O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta Lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

Seção III
DO PROCEDIMENTO SUMARIÍSSIMO

Art. 77. Na ação penal de iniciativa pública, quando não houver aplicação de pena, pela ausência do autor do fato, ou pela não ocorrência da hipótese prevista no art. 76 desta Lei, o Ministério Público oferecerá ao Juiz, de imediato, denúncia oral, se não houver necessidade de diligências imprescindíveis.

§ 1º Para o oferecimento da denúncia, que será elaborada com base no termo de ocorrência referido no art. 69 desta Lei, com dispensa do inquérito policial, prescindir-se-á do exame do corpo de delito quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.

§ 2º Se a complexidade ou circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao Juiz o encaminhamento das peças existentes, na forma do parágrafo único do art. 66 desta Lei.

§ 3º Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao Juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do art. 66 desta Lei.

Art. 78. Oferecida a denúncia ou queixa, será reduzida a termo, entregando-se cópia ao acusado, que com ela ficará citado e imediatamente cientificado da designação de dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, da qual também tomarão ciência o Ministério Público, o ofendido, o responsável civil e seus advogados.

§ 1º Se o acusado não estiver presente, será citado na forma dos arts. 66 e 68 desta Lei e cientificado da data da audiência de instrução e julgamento, devendo a ela trazer suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação, no mínimo cinco dias antes de sua realização.

§ 2º Não estando presentes o ofendido e o responsável civil, serão intimados nos termos do art. 67 desta Lei para comparecerem à audiência de instrução e julgamento.

§ 3º As testemunhas arroladas serão intimadas na forma prevista no art. 67 desta Lei.

Art. 79. No dia e hora designados para a audiência de instrução e julgamento, se na fase preliminar não tiver havido possibilidade de tentativa de conciliação e de oferecimento de proposta pelo Ministério Público, proceder-se-á nos termos dos arts. 72, 73, 74 e 75 desta Lei.

Art. 80. Nenhum ato será adiado, determinando o Juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer.

Art. 81. Aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o Juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se a seguir o acusado, se presente, passando-se imediatamente aos debates orais e à prolação da sentença.

§ 1º Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

§ 2º De todo o ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo Juiz e pelas partes, contendo breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência e a sentença.

§ 3º A sentença, dispensado o relatório, mencionará os elementos de convicção do Juiz.

Art. 82. Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que poderá ser julgada por turma composta de três Juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

§ 1º A apelação será interposta no prazo de dez dias, contados da ciência da sentença pelo Ministério Público, pelo réu e seu defensor, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.

§ 2º O recorrido será intimado para oferecer resposta escrita no prazo de dez dias.

§ 3º As partes poderão requerer a transcrição da gravação da fita magnética a que alude o § 3º do art. 65 desta Lei.

§ 4º As partes serão intimadas da data da sessão de julgamento pela imprensa.

§ 5º Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão.

Art. 83. Caberão embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

§ 1º Os embargos de declaração serão opostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão.

§ 2º Quando opostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para o recurso.

§ 3º Os erros materiais podem ser corrigidos de ofício.

Seção IV
DA EXECUÇÃO

Art. 84. Aplicada exclusivamente pena de multa, seu cumprimento far-se-á mediante pagamento na Secretaria do Juizado.

Parágrafo único. Efetuado o pagamento, o Juiz declarará extinta a punibilidade, determinando que a condenação não fique constando dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial.

Art. 85. Não efetuado o pagamento de multa, será feita a conversão em pena privativa da liberdade, ou restritiva de direitos, nos termos previstos em lei.

Art. 86. A execução das penas privativas de liberdade e restritivas de direitos, ou de multa cumulada com estas, será processada perante o órgão competente, nos termos da lei.

Seção V
DAS DESPESAS PROCESSUAIS

Art. 87. Nos casos de homologação do acordo civil e aplicação de pena restritiva de direitos ou multa (arts. 74 e 76, § 4º), as despesas processuais serão reduzidas, conforme dispuser lei estadual.

Seção VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88. Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas.

Art. 89. Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangi-

das ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).

§ 1º Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do Juiz, este, recebendo a denúncia, poderá suspender o processo, submetendo o acusado a período de prova, sob as seguintes condições:

I – reparação do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo;

II – proibição de freqüentar determinados lugares;

III – proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem autorização do Juiz;

IV – comparecimento pessoal e obrigatório a juízo, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.

§ 2º O Juiz poderá especificar outras condições a que fica subordinada a suspensão, desde que adequadas ao fato e à situação pessoal do acusado.

§ 3º A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.

§ 4º A suspensão poderá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção, ou descumprir qualquer outra condição imposta.

§ 5º Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade.

§ 6º Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

§ 7º Se o acusado não aceitar a proposta prevista neste artigo, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos.

Art. 90. As disposições desta Lei não se aplicam aos processos penais cuja instrução já estiver iniciada.

Art. 90-A. As disposições desta Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.

Art. 91. Nos casos em que esta Lei passa a exigir representação para a propositura da ação penal pública, o ofendido ou seu representante legal será intimado para oferecê-la no prazo de trinta dias, sob pena de decadência.

Art. 92. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS

Art. 93. Lei Estadual disporá sobre o Sistema de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, sua organização, composição e competência.

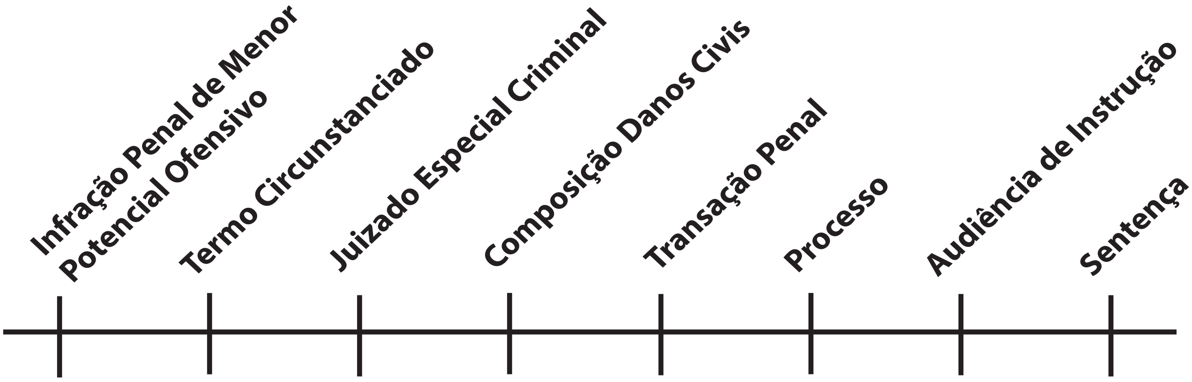
Art. 94. Os serviços de cartório poderão ser prestados, e as audiências realizadas fora da sede da Comarca, em bairros ou cidades a ela pertencentes, ocupando instalações de prédios públicos, de acordo com audiências previamente anunciadas.

Art. 95. Os Estados, Distrito Federal e Territórios criarão e instalarão os Juizados Especiais no prazo de seis meses, a contar da vigência desta Lei.

Parágrafo único. No prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação desta Lei, serão criados e instalados os Juizados Especiais Itinerantes, que deverão dirimir, prioritariamente, os conflitos existentes nas áreas rurais ou nos locais de menor concentração populacional.

Art. 96. Esta Lei entra em vigor no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 9 7. Ficam revogadas a Lei nº 4.611, de 2 de abril de 1965 e a Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984.


Infração Penal de Menor Potencial Ofensivo
Termo Circunstanciado
Juizado Especial Criminal
Composição Danos Civis
Transação Penal
Processo
Audiência de Instrução
Sentença

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Processual Civil

Professor Giuliano Tamagno

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São **princípios institucionais** do Ministério Público a **unidade, a indivisibilidade e a independência funcional**.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira,

na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;

II – as seguintes vedações:

a) receber**,** a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.

<u>Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:</u>

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representa-

ção judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – o Procurador-Geral da República, que o preside;

II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III – três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo lhe:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III – requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 81. O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes.

Art. 82. Compete ao Ministério Público intervir:

I – nas causas em que há interesses de incapazes;

II – nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade;

III – nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.

Art. 83. Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público:

I – terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo;

II – poderá juntar documentos e certidões, produzir prova em audiência e requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

Art. 84. Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, a parte promover-lhe-á a intimação sob pena de nulidade do processo.

Art. 85. O órgão do Ministério Público será civilmente responsável quando, no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude.

PRAZO

PRAZO DOS ATOS PROCESSUAIS

Prazo é o lapso de tempo que um ato processual pode ser validamente praticado. É delimitado pelo termo inicial e termo final.

Os prazos podem ser próprios ou impróprios:

Próprios são aqueles destinados **às partes** para a pratica de determinado ato, uma vez não observados ensejam a perda da possibilidade (preclusão temporal).

Impróprios, são aqueles destinados **ao juiz**, que a não observância não representa nenhuma sanção. Esta consequência fere a garantia da razoável duração do processo (art. 5º LXXVII CF).

Quanto à possibilidade de dilação os prazos podem ser dilatórios ou peremptórios.

Dilatórios são aqueles que podem ser ampliados ou reduzidos de acordo com a convenção das partes. Por exemplo, prazo que o advogado continuará a representar o cliente após a revogação (45) – prazo de suspensão do processo por convenção das partes (265,II).

Importante, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

Peremptórios são fixados em lei de forma imperativa, não permitem alteração, NEM COM A CONCORDÂNCIA DO JUIZ. Ex. prazo para contestar, recorrer.

ATENÇÃO

Qualquer que seja a natureza do prazo, o juiz pode prorrogá-lo por até 60 dias nas comarcas onde for difícil o transporte (182).

Em casos de calamidade a prorrogação não tem limite (182, parágrafo único)

Curso dos prazos

Via de regra, todo prazo é continuo, não se interrompendo nos feriados, mesmo os prolongados como natal, semana santa, carnaval. (178)

O recesso e as férias do judiciário no fim do ano suspendem os prazos. (179)

Suspende-se também o curso do prazo por obstáculo criado pela parte (retirada indevida dos autos de secretaria), pela morte de uma das partes, interdição, impedimento. (180).

MARCO INICIAL DOS PRAZOS

Os prazos são contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento (184), sendo a INTIMAÇÃO o marco inicial do prazo (240).

O prazo começa a fluir no primeiro dia útil subsequente ao dia da publicação.

Prazos para o MP, FP, e DP

Computar-se-á em quadruplo o prazo para contestar, e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público (188).

4 C 2 R

Entende-se por Fazenda Pública:

União, Estado, Distrito Federal, Territórios, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas.

Quanto à Defensoria Pública, todos os prazos serão em dobro (não está no CPC).

(art. 5º §5º lei 1.060/50– Estados) e (Art. 89, I LC 80/94– União)

Art. 177. Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará os prazos, tendo em conta a complexidade da causa.

Art. 178. O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

Art. 179. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo; o que lhe sobejar recomeçará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

Art. 180. Suspende-se também o curso do prazo por obstáculo criado pela parte ou ocorrendo qualquer das hipóteses do art. 265, I e III; casos em que o prazo será restituído por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.

Art. 181. Podem as partes, de comum acordo, reduzir ou prorrogar o prazo dilatório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.

§ 1º O juiz fixará o dia do vencimento do prazo da prorrogação.

§ 2º As custas acrescidas ficarão a cargo da parte em favor de quem foi concedida a prorrogação.

Art. 182. É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios. O juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. Em caso de calamidade pública, poderá ser excedido o limite previsto neste artigo para a prorrogação de prazos.

Art. 183. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.

§ 1º Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade da parte, e que a impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º Verificada a justa causa o juiz permitirá à parte a prática do ato no prazo que lhe assinar.

Art. 184. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que:

I – for determinado o fechamento do fórum;

II – o expediente forense for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos somente começam a correr do primeiro dia útil após a intimação (art. 240 e parágrafo único).

Art. 185. Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

Art. 186. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

Art. 187. Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos que este Código lhe assina.

Art. 188. Computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública ou o Ministério Público.

Art. 189. O juiz proferirá:

I – os despachos de expediente, no prazo de 2 (dois) dias;

II – as decisões, no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 190. Incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e executar os atos processuais no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados:

I – da data em que houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei;

II – da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.

Parágrafo único. Ao receber os autos, certificará o serventuário o dia e a hora em que ficou ciente da ordem, referida no II.

Art. 191. Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

Art. 192. Quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas 24 (vinte e quatro) horas.

DA VERIFICAÇÃO DOS PRAZOS E DAS PENALIDADES

Art. 193. Compete ao juiz verificar se o serventuário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos que este Código estabelece.

Art. 194. Apurada a falta, o juiz mandará instaurar procedimento administrativo, na forma da Lei de Organização Judiciária.

Art. 195. O advogado deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, mandará o juiz, de ofício, riscar o que neles houver escrito e desentranhar as alegações e documentos que apresentar.

Art. 196. É lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao advogado que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro em 24 (vinte e quatro) horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa, correspondente à metade do salário mínimo vigente na sede do juízo.

> **Parágrafo único.** Apurada a falta, o juiz comunicará o fato à seção local da Ordem dos Advogados do Brasil, para o procedimento disciplinar e imposição da multa.

Art. 197. Aplicam-se ao órgão do Ministério Público e ao representante da Fazenda Pública as disposições constantes dos arts. 195 e 196.

Art. 198. Qualquer das partes ou o órgão do Ministério Público poderá representar ao presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei. Distribuída a representação ao órgão competente, instaurar-se-á procedimento para apuração da responsabilidade. O relator, conforme as circunstâncias, poderá avocar os autos em que ocorreu excesso de prazo, designando outro juiz para decidir a causa.

Art. 199. A disposição do artigo anterior aplicar-se-á aos tribunais superiores na forma que dispuser o seu regimento interno.

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Constitucional

Professor André Vieira

TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Artigos	Assunto
5º	Dos direitos e deveres individuais e coletivos
6º-11º	Dos direitos sociais
12º-13º	Da nacionalidade
14º-16º	Dos direitos políticos
17º	Dos partidos políticos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

DESTINATÁRIOS DO ART. 5º:

Proteção dentro do país. Brasileiros, estrangeiros, pessoas físicas e jurídicas.
Embora o texto do artigo garanta expressamente aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País o exercício de todos os direitos e garantias fundamentais, a interpretação aqui é sistemática e finalística além desta proteção ser realizada sem distinção de qualquer natureza. Assim, a proteção dos direitos fundamentais é reservada a todos os indivíduos, independente de sua nacionalidade ou situação no Brasil.
A expressão residentes no Brasil, segundo Alexandre Moraes, deve ser interpretada no sentido de que a Carta Federal só pode assegurar a validade e gozo de direitos fundamentais dentro do território brasileiro, não excluindo, assim, os estrangeiros em trânsito pelo território nacional. As pessoas jurídicas também são beneficiárias dos direitos e das garantias individuais, porque reconhece-se às associações o direito à existência.

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;
II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

TORTURA – ART. 5º, III e LIII

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

DIREITO DE OPINIÃO – Speech Hate

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;



V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

LIBERDADE DE CRENÇA RELIGIOSA

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (ver artigo 15, inciso IV).



DIREITO DE EXPRESSÃO

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

INVIOLABILIDADE DA INTIMIDADE, DA VIDA PRIVADA, DA HONRA E DA IMAGEM

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

INVIOLABILIDADE DO DOMICÍLIO

XI – a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;

REGRA	Inviolabilidade do domicílio

EXCEÇÕES



DIA	NOITE
Flagrante delito	Flagrante delito
Prestar socorro	Prestar socorro
Desastre	Desastre
Determinação Judicial	X

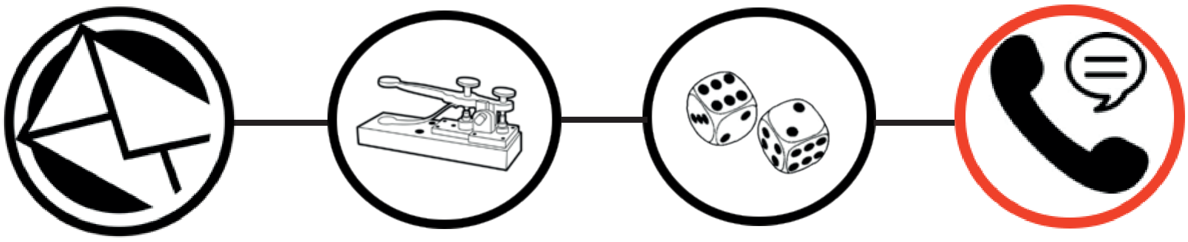
Key-code	Sem consentimento

CONCEITO DE DIA

CPC	Art. 172 (06:00/20:00)
J.A.Silva	(06:00/18:00)
	Sol alto
Nucci	Alvorecer/Anoitecer
	Pouco importando o horário
Lenza	Conjugação de critérios
	(06:00/18:00) + Aurora ao crepúsculo

SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA E DE COMUNICAÇÃO

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;



Só será autorizada por ordem judicial nos seguintes casos:

1 Investigação criminal

Interceptação telefônica

2 Instrução processual penal

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;

LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

DIREITO DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO XV a XXI

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

ASSOCIAÇÃO

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

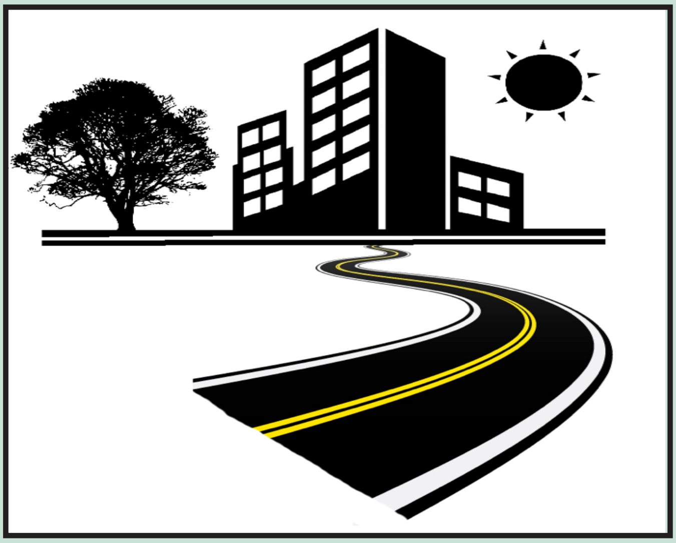
XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;

PROPRIEDADE

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;



XXV – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;

XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;

XXVI

A pequena propriedade rural	Para pagamentos de débitos decorrentes de sua atividade produtiva
	Desde que trabalhada pela família
	Dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento

PEQUENA PROPRIEDADE RURAL



PROPRIEDADE INTELECTUAL

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País;



ABPI ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

http://entendaocasolegiao.blogspot.com.br/

XXX – é garantido o direito de herança;

XXXI – a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do *de cujus*;

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XXXIV – são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal;

PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE JURISDICIONAL – ACESSO À JUSTIÇA

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

XXXVII – não haverá juízo ou tribunal de exceção;

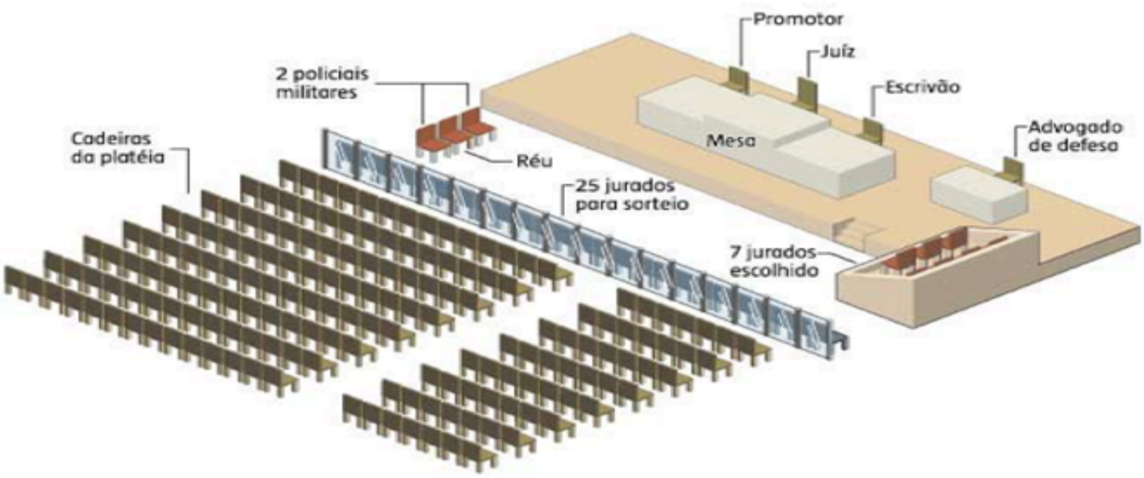
XXXVIII – é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

a) a plenitude de defesa;

b) o sigilo das votações;

c) a soberania dos veredictos;

d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;



PRINCÍPIO DA LEGALIDADE – ANTERIORIDADE

XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL

XL – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;

XLI – a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

CRIMES

XLII – a prática do racismo constitui crime **INAFIANÇÁVEL e IMPRESCRITÍVEL**, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII – a lei considerará crimes **INAFIANÇÁVEIS** e **INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA** a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV – constitui crime **INAFIANÇÁVEL e IMPRESCRITÍ**VEL a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

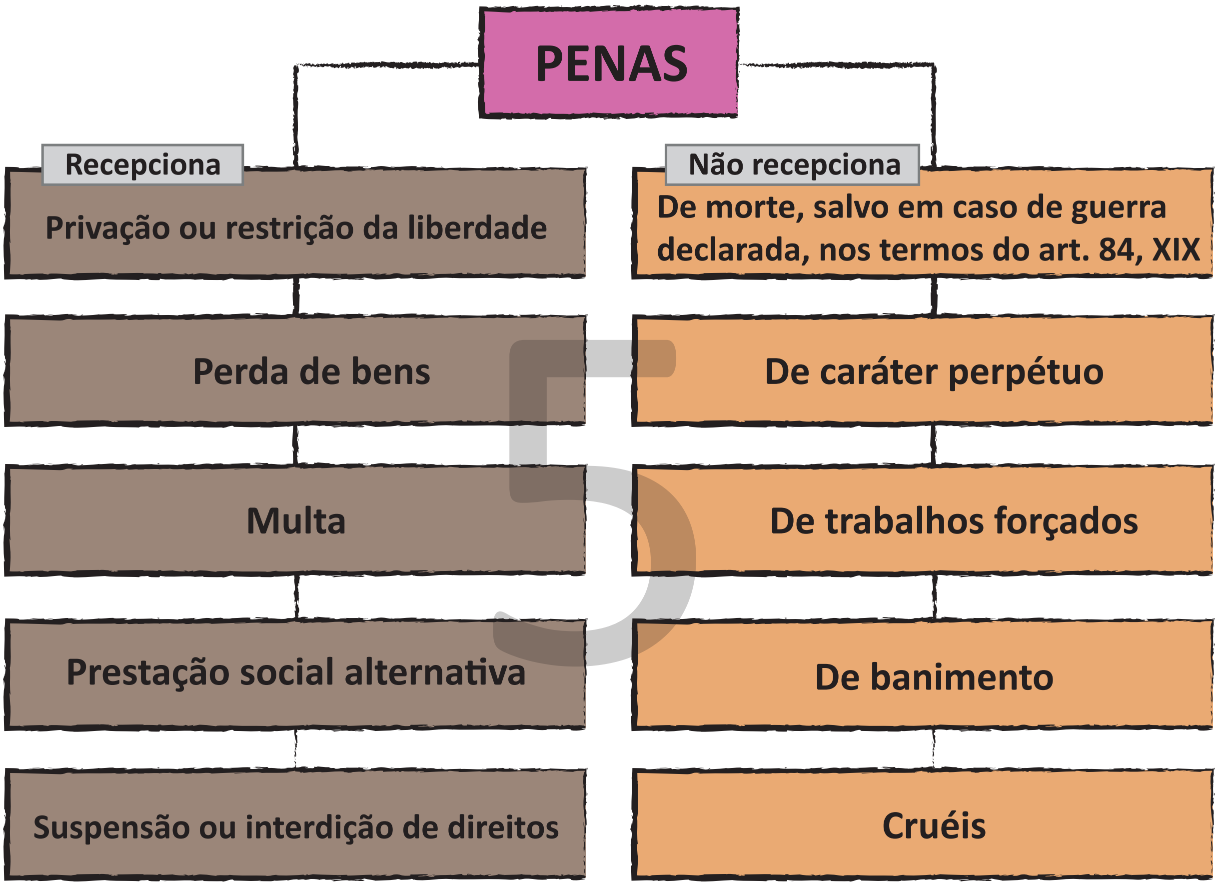
CRIMES	INAFIANÇÁVEL	IMPRESCRITÍVEL	INSUSCETÍVEL
RACISMO	X	X	
AGA	X	X	
TORTURA	X		X
TRÁFICO	X		X
TERRORISMO	X		X
HEDIONDO	X		X

PENAS

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, **ATÉ O LIMITE DO VALOR DO PATRIMÔNIO TRANSFERIDO;**

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

a) privação ou restrição da liberdade;
b) perda de bens;
c) multa;
d) prestação social alternativa;
e) suspensão ou interdição de direitos;



XLVII – não haverá penas:

a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;
b) de caráter perpétuo;
c) de trabalhos forçados;
d) de banimento;
e) cruéis;

XLVIII – a pena será cumprida em ESTABELECIMENTOS DISTINTOS, de acordo com a NATUREZA DO DELITO, a IDADE e o SEXO do apenado;

Do cumprimento da pena

A Estabelecimento distinto

B Natureza do delito

C Idade

D Sexo

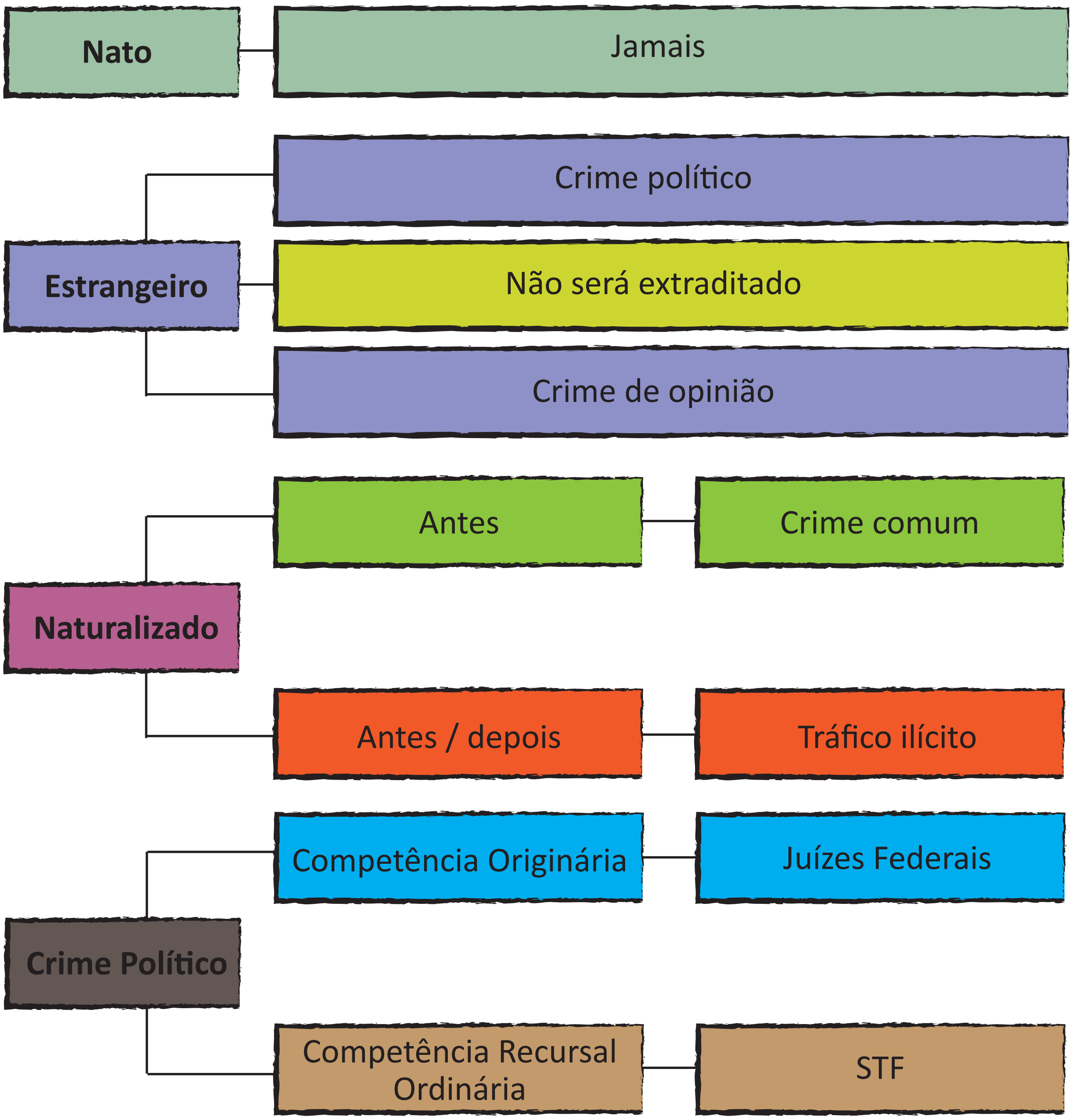
XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

EXTRADIÇÃO

LI – nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

LII – não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião;



PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL – XXXVII e LIII

LIII – ninguém será processado nem sentenciado senão pela **AUTORIDADE COMPETENTE**;



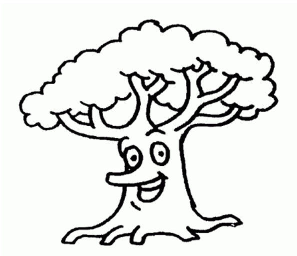
PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;

TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA – FRUITS OF THE POISONOUS TREE

LVI – são inadmissíveis, no processo, **AS PROVAS OBTIDAS POR MEIOS ILÍCITOS**;

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;




LIX – será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal;

LX – a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

PRESO

LXI – ninguém será **PRESO** senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;

PRISÃO

LXII – a **PRISÃO** de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada;

PRESO

LXIII – o **PRESO** será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

LXIV – o **PRESO** tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial;



PRISÃO

LXV – a **PRISÃO** ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;

LXVI – ninguém será levado à **PRISÃO** ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

LXVII – não haverá **PRISÃO** civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

LXVIII – conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

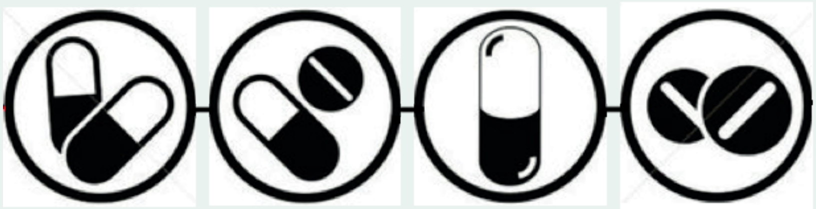
LXXI – conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;

LXXII – conceder-se-á *habeas data*:

a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

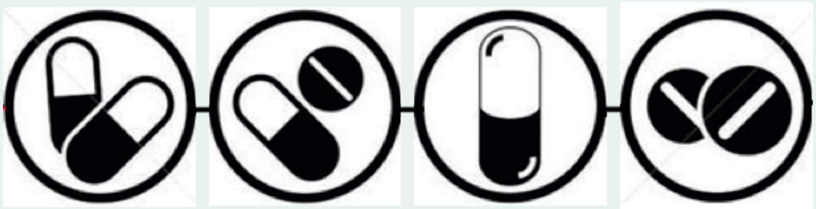
b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;



REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Descrições de Incisos



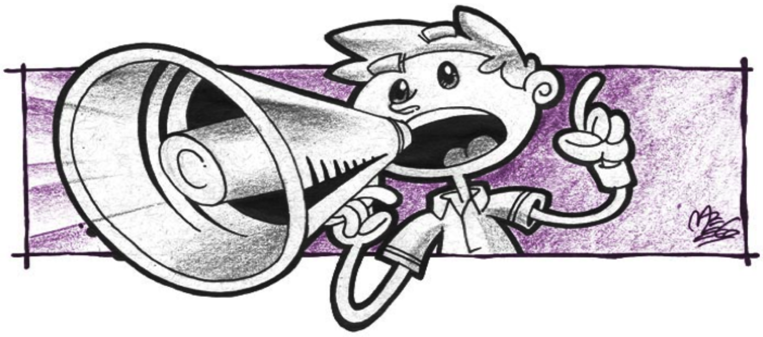
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

Descrições de Incisos

Assistência Jurídica Integral e Gratuita (AJIG)

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXV – o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;

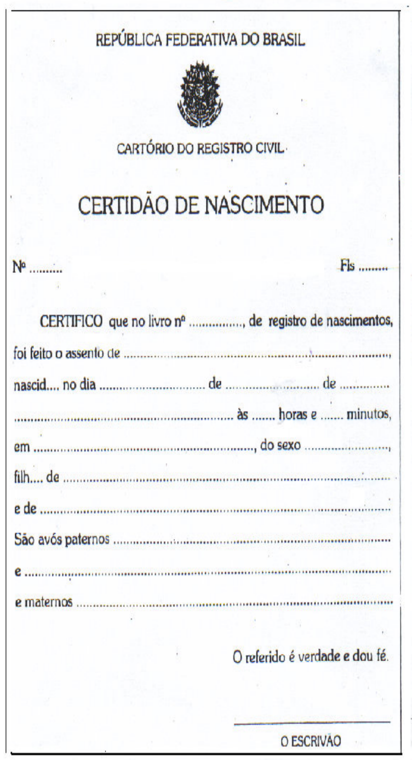


CHEGOU A MINHA VEZ!!!

LXXVI – são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

a) o registro civil de nascimento;

b) a certidão de óbito;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

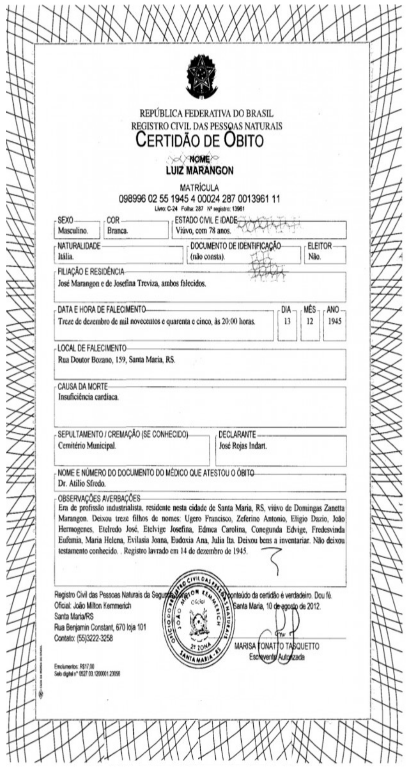
CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Nº .... Fls ....

CERTIFICO que no livro nº ...., de registro de nascimentos, foi feito o assento de .... nascid.... no dia .... de .... de .... às .... horas e .... minutos, em ...., do sexo ...., filh.... de .... e de .... São avós paternos .... e .... e maternos ....

O referido é verdade e dou fé.

O ESCRIVÃO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS
CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME
LUIZ MARANGON

> **LXXVII –** são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

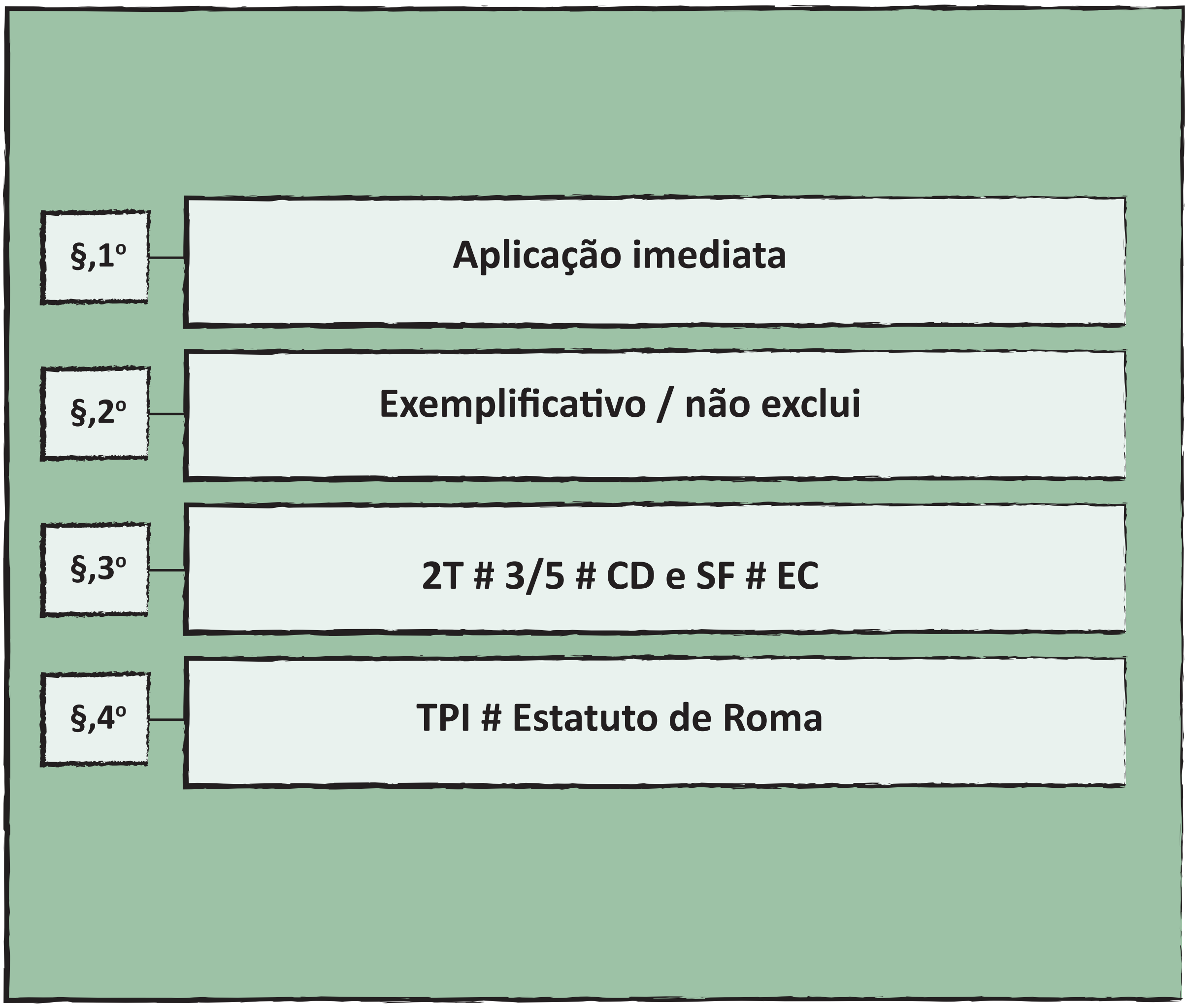
LXXVIII – a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm **APLICAÇÃO IMEDIATA**.

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta **CONSTITUIÇÃO NÃO EXCLUEM OUTROS DECORRENTES DO REGIME E DOS PRINCÍPIOS POR ELA ADOTADOS**, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais **SOBRE DIREITOS HUMANOS** que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

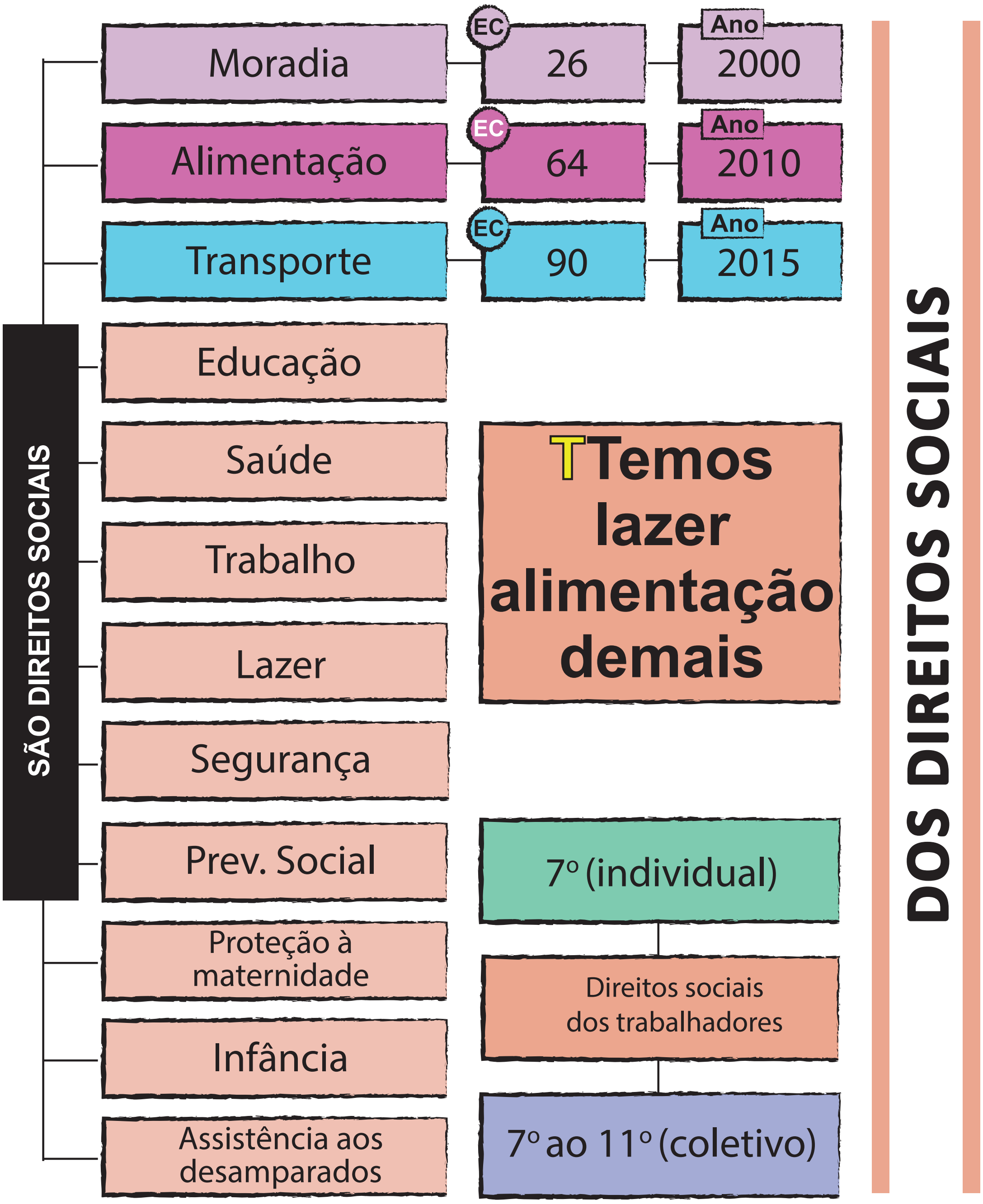
§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.



2ª Geração / Dimensão

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São **direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos** desamparados, na **forma desta Constituição**.



Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Destinatários do Art. 7º

Urbano
Rural
Doméstico
Avulso
Aprendiz
Servidor Público
Oficial das Forças Armadas

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;

XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.



VELHAS NA TPM

Art. 7º IV SALÁRIO MÍNIMO

- (V) Vestuário
- (E) Educação
- (L) Lazer
- (H) Higiene
- (A) Alimentação
- (S) Saúde
- (T) Transporte
- (P) Previdência Social
- (M) Moradia

EMPREGADO DOMÉSTICO

ANTES DA EC 72

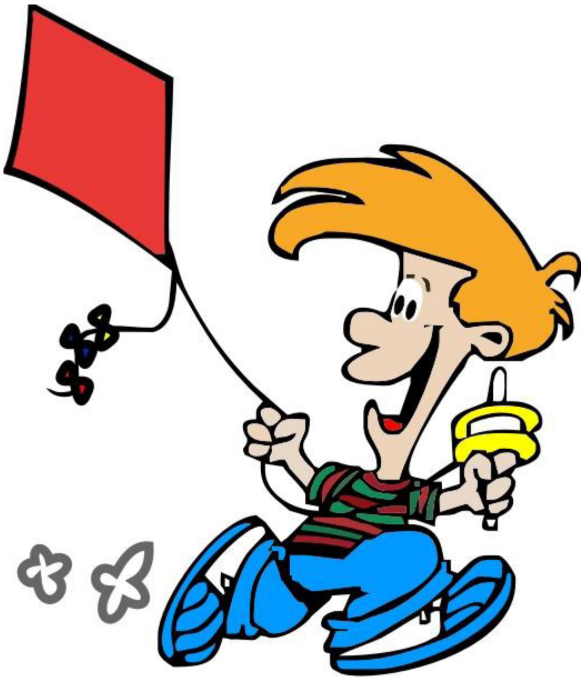
SIDRA FLA

- IV
- VI
- VIII
- XV
- XXI
- XVII
- XVIII
- XIX
- XXIV

NÃO TEM DIREITO

EMPREGADO DOMÉSTICO

- V
- XI
- XIV
- XX
- XXIII
- XXVII
- XXIX
- XXXII
- XXXIV



PROIBIÇÃO PRA JORNADA INSALUBRE é IGUAL PIPA PRO AUTO

1 – PROIBIÇÃO de distinção de trabalho manual, técnico e intelectual;
2 – PRAzo prescricional 2 pra 5;
3 – JORNADA de seis horas ininterruptas com revezamento
4 – INSALUBRidade, Penosidade e Periculosidade;
5 – IGUALdade entre trabalhador permanente e avulso
6 – PIso Salarial;
7 – PArticipação nos lucros;
8 – PROteção do mercado de trabalho da mulher e;
9 – proteção em face da AUTOmação;



Observação: O FGTS do empregado doméstico passou a ser exigido a partir de:

Dia	Mês	Ano
1º	**10**	**2015**

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios institui-rão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADIn 2.135-4)

> **§ 3º** Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

SERVIDORES PÚBLICOS



IV

< 880

VII

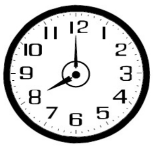


VIII

IX



XII



XIII



XV



XVI



XVII



XVIII

XIX



XX

XXII



XXX

Art. 142, VIII

MILITARES

FORÇAS ARMADAS

- VIII
- XII
- XVII
- XVIII
- XIX
- XXV



Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;



II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

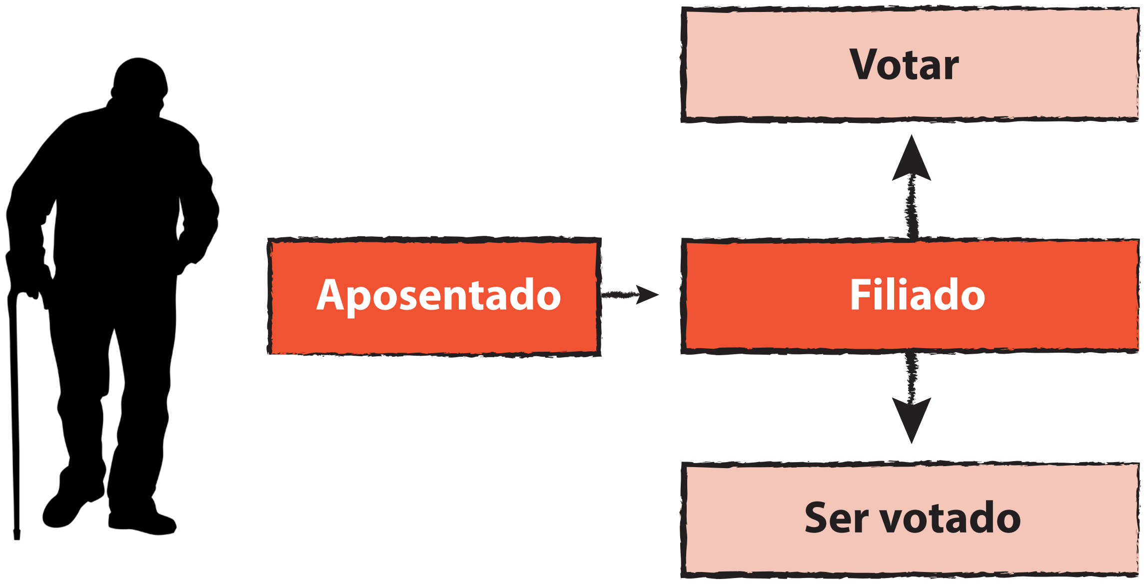
IV – a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.



Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

8

Considerações

I

II

III

IV

V

VI

VII

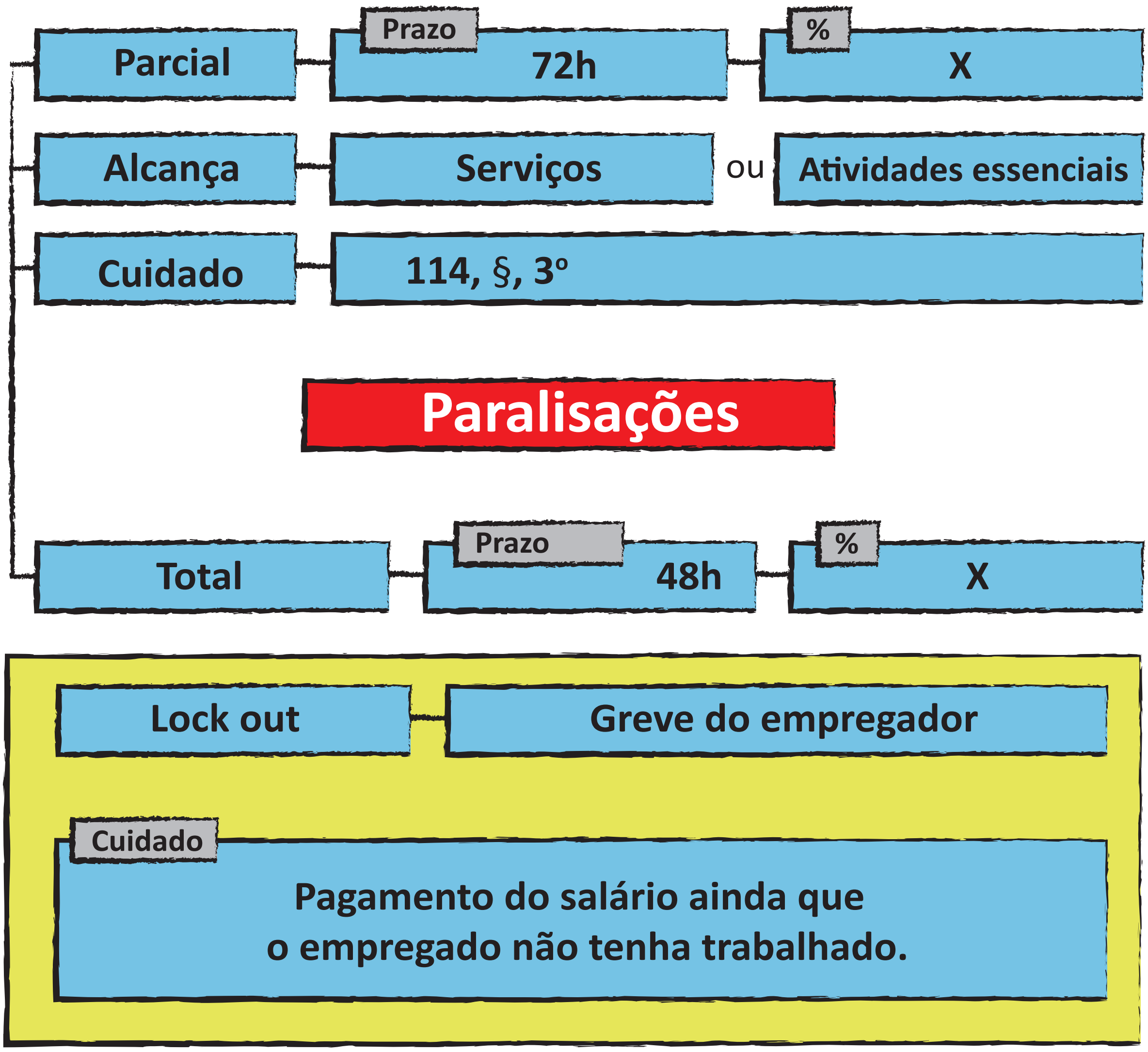
VIII

GREVE

Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

§ 1º A lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

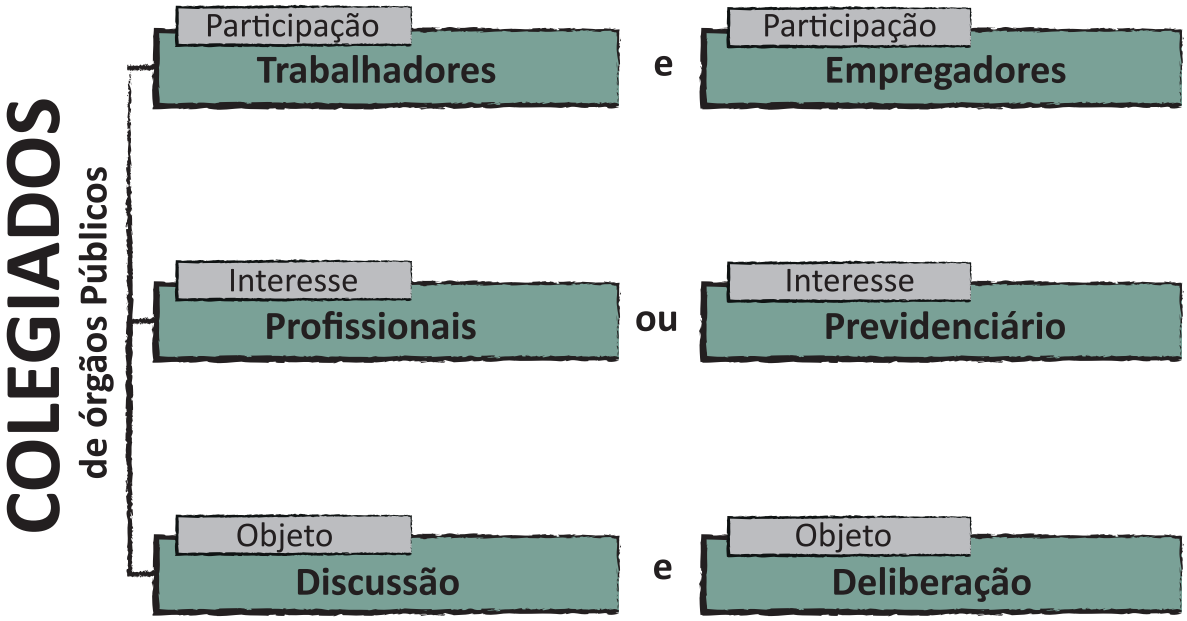
§ 2º Os abusos cometidos sujeitam os responsáveis às penas da lei.



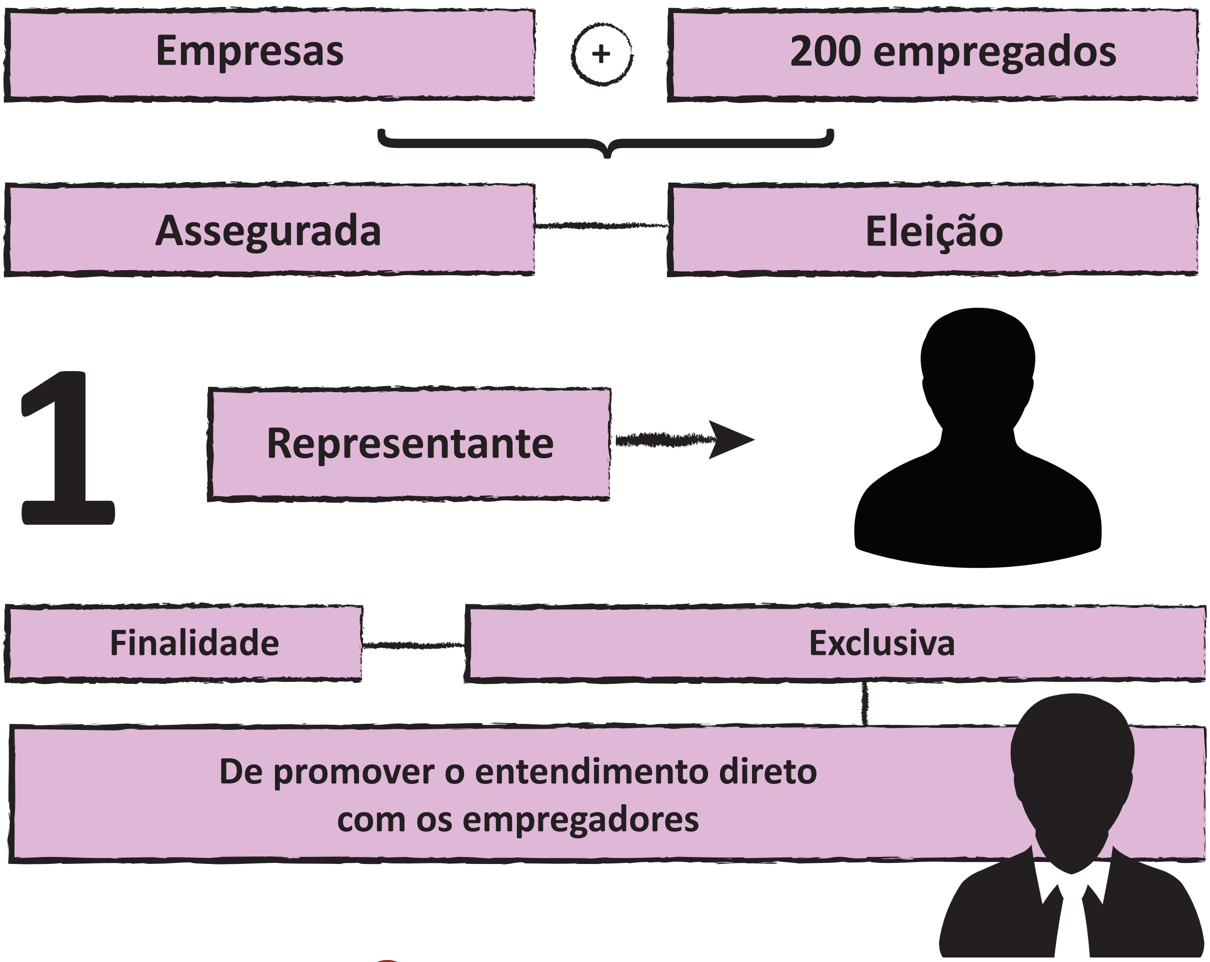
Lei 7783/89

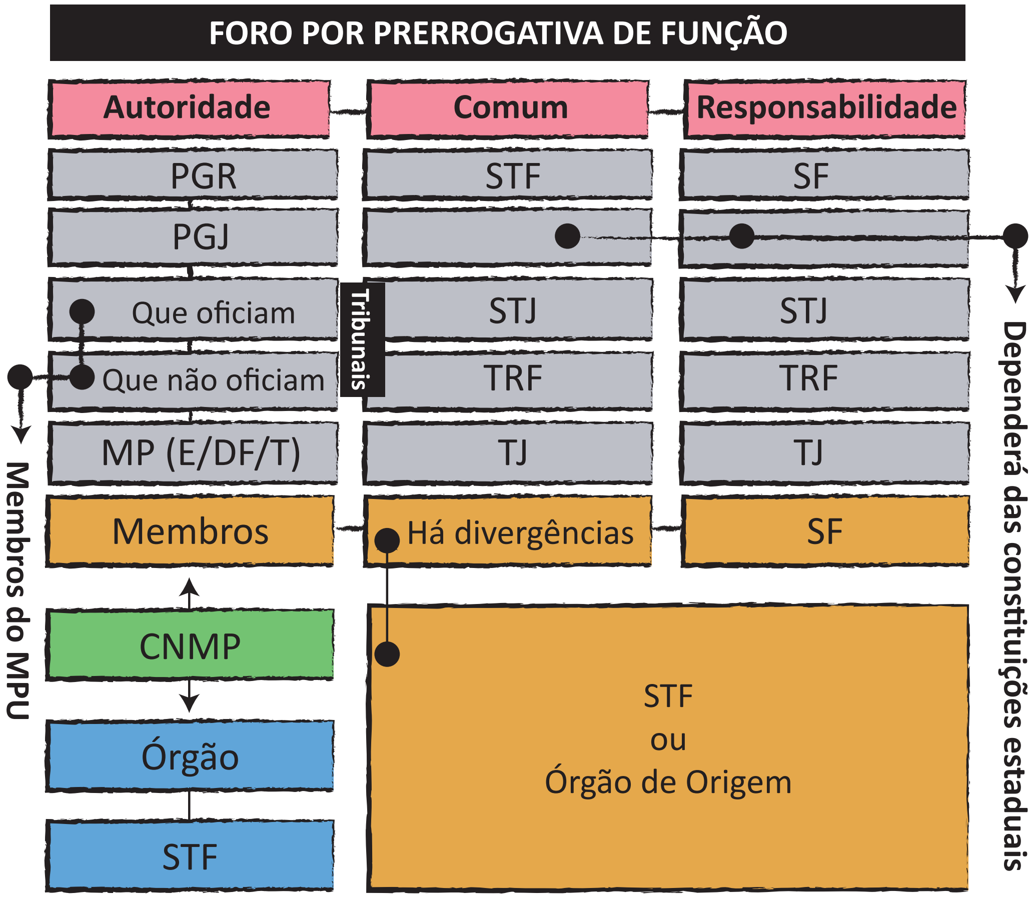
Art. 17. Fica vedada a paralisação das atividades, por iniciativa do EMPREGADOR, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento de reivindicações dos respectivos empregados (LOCK OUT).

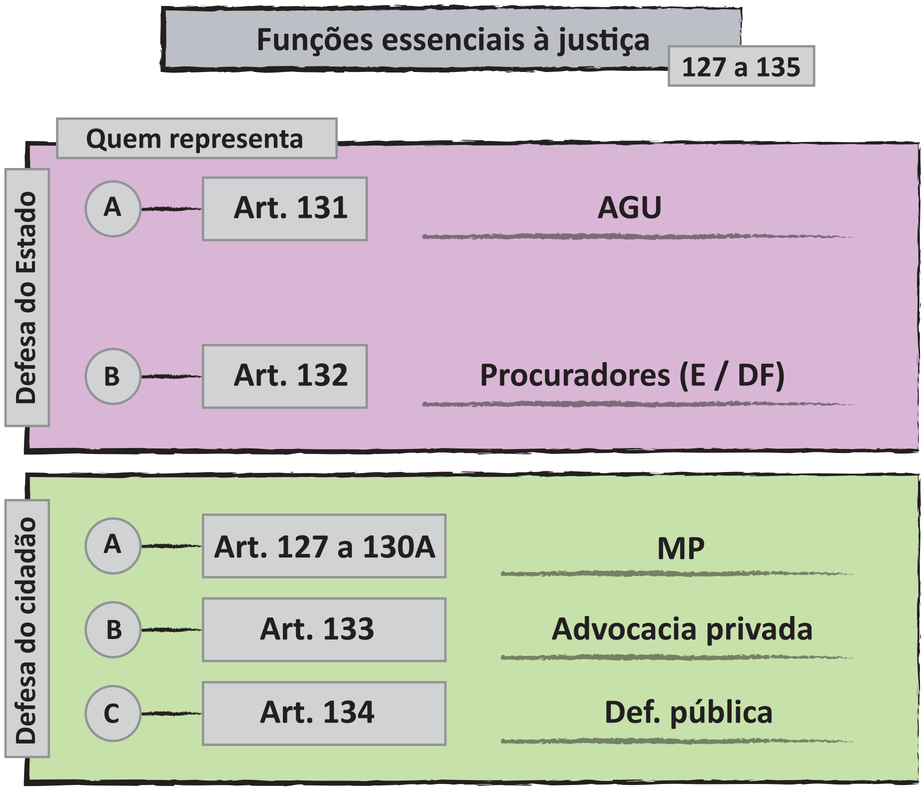
Art. 10. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.



Art. 11. Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.



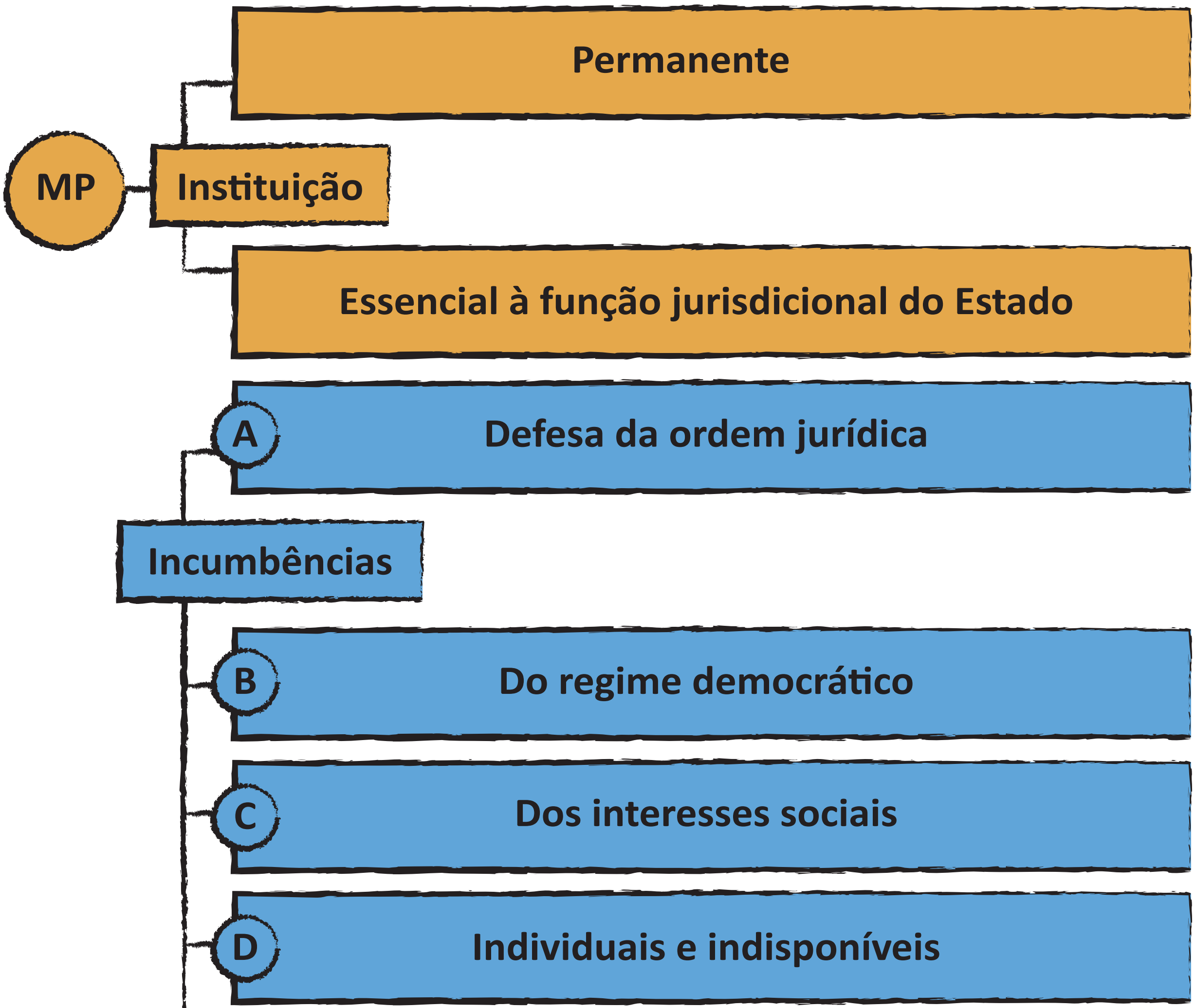

FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO
Autoridade
Comum
Responsabilidade
PGR
STF
SF
PGJ
Que oficiam
Que não oficiam
Tribunais
STJ
TRF
TJ
STJ
TRF
TJ
MP (E/DF/T)
Membros
Há divergências
SF
CNMP
Órgão
STF
STF
ou
Órgão de Origem
Membros do MPU
Dependerá das constituições estaduais


Funções essenciais à justiça
127 a 135
Quem representa
Defesa do Estado
A
Art. 131
AGU
B
Art. 132
Procuradores (E / DF)
Defesa do cidadão
A
Art. 127 a 130A
MP
B
Art. 133
Advocacia privada
C
Art. 134
Def. pública

CAPÍTULO IV
DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Seção I
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

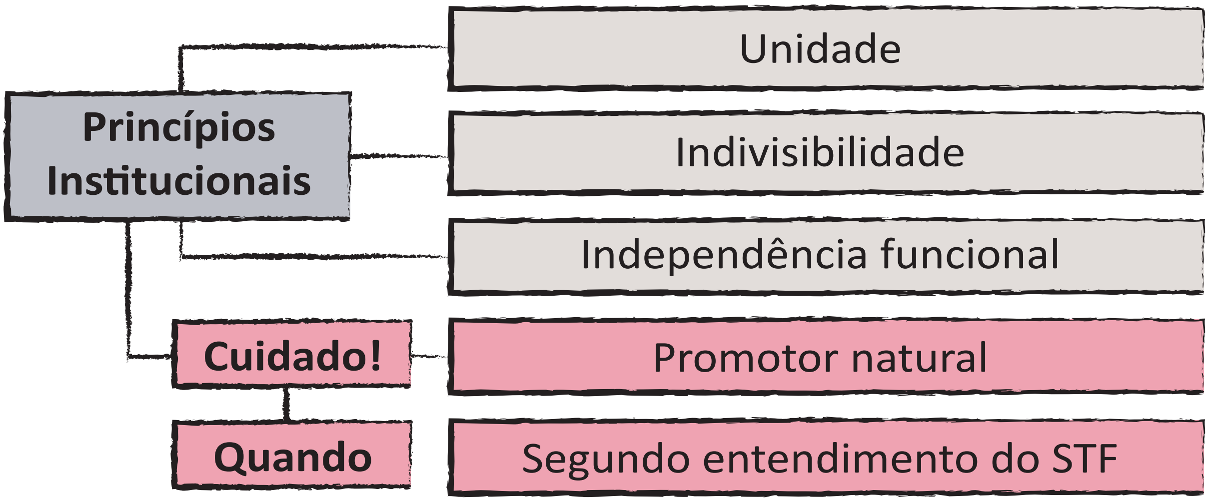
Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.



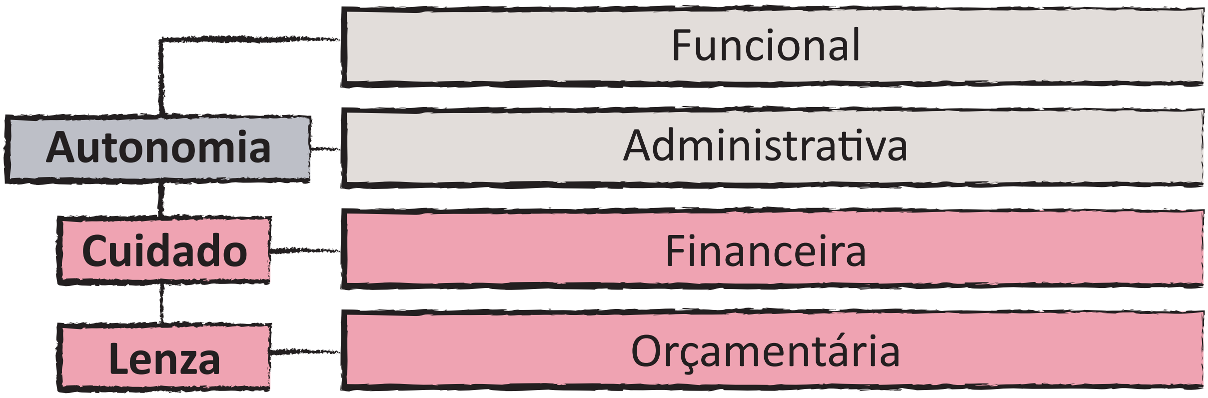
Memorização:
Ordenou o juíz um regime demorado por interesse visual diretamente ao indivíduo indigesto.

A. Ordem jurídica
B. Regime democrático
C. Interesses sociais
D. Direitos individuais indisponíveis

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.



§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.



§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.

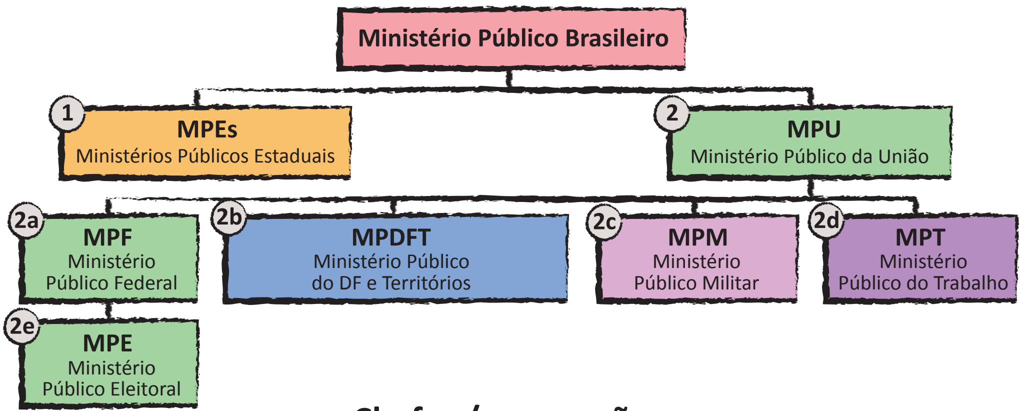
Proposta Orçamentária	
§ 3º	Elaborará
§ 4º	Não encaminhamento
§ 5º	Desacordo
§ 6º	Previamente autorizadas

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – o **MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO,** que compreende:

a) o Ministério Público Federal;
b) o Ministério Público do Trabalho;
c) o Ministério Público Militar;
d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os **MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS.**



Chefes / nomeação

- (1) Procurador-Geral de Justiça dos Estados
- (2) Procurador-Geral da República
- (2a) Procurador-Geral da República
- (2b) Procurador-Geral de Justiça DF e T
- (2c) Procurador-Geral da Justiça Militar
- (2d) Procurador-Geral do Trabalho
- (2e) Procurador-Geral Eleitoral
  - Cuidado – É também cargo exercido pelo PGR

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



Nome	Rodrigo Janot
Chefe	Procurador-Geral da República
Nomeação	Presidente da República
Qualquer um pode ser	Não, dentre integrantes da carreira
Aprovação	Senado Federal
Tipo de aprovação	Maioria absoluta
Requisitos	Maiores de 35 anos / Integrantes da carreira
Mandato	2 anos
Recondução	Permitida a recondução
Destituição	
Iniciativa	Presidente da República
Key Code	Deverá
Condição	Maioria absoluta Senado
Precedida	De autorização

Exoneração	
Aprovação	Senado Federal
Tipo de aprovação	Maioria absoluta
Voto	Voto secreto
Forma	De ofício
Condição	Antes do término do seu mandato
Espécie normativa	Resolução
Base legal	52, XI
Ouvido	Previamente ouvido / Adin e em todos (...)
Promove	A ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta C.F.
Oficia	Junto ao CNJ
Preside	CNMP
Delegações	84, §, ú

Comum	Crimes	Responsabilidade
STF		SF

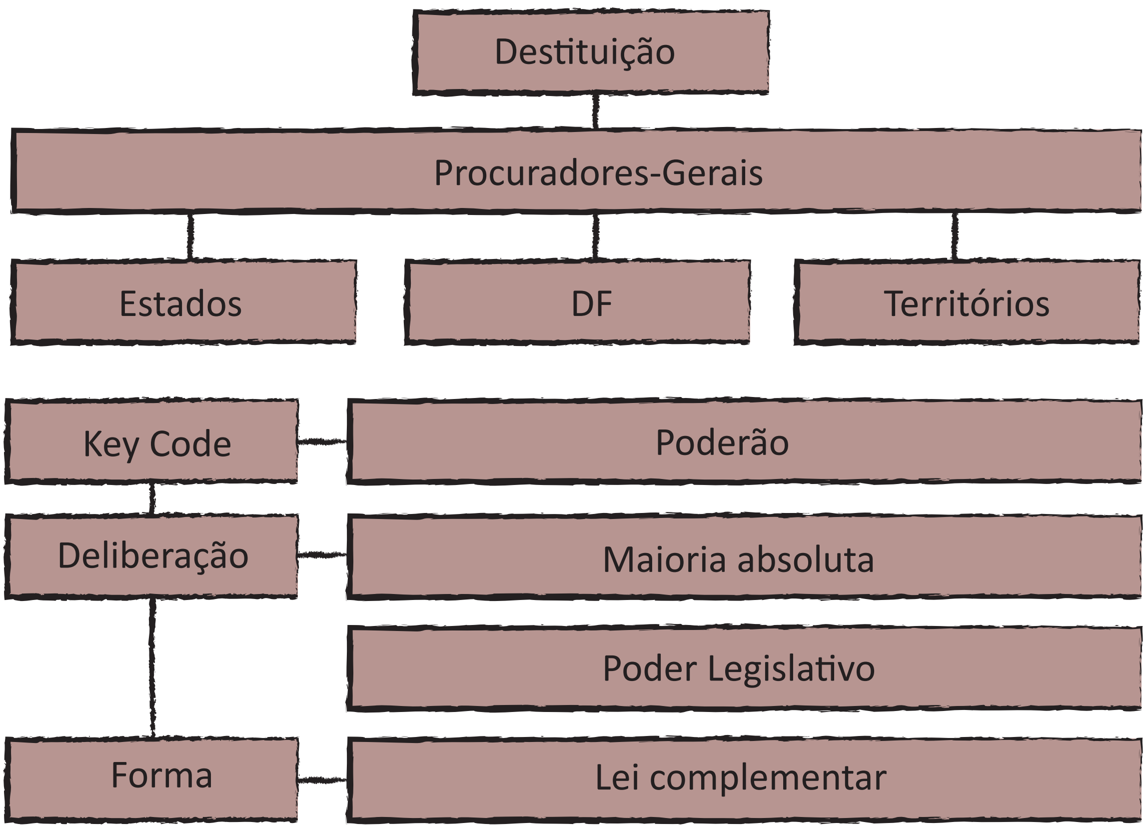
§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

Ministérios Públicos

Estados | DF | Territórios

Key Code	Lista tríplice
Dentre	Integrantes da carreria
Forma	Lei respectiva
Escolha	Procurador-Geral
Nomeação	Chefe do Poder Executivo
Aprovação	Não tem
Tipo de aprovação	Não tem
Mandato	2 anos
Recondução	UMA


Destituição
Procuradores-Gerais
Estados
DF
Territórios
Key Code
Poderão
Deliberação
Maioria absoluta
Poder Legislativo
Forma
Lei complementar

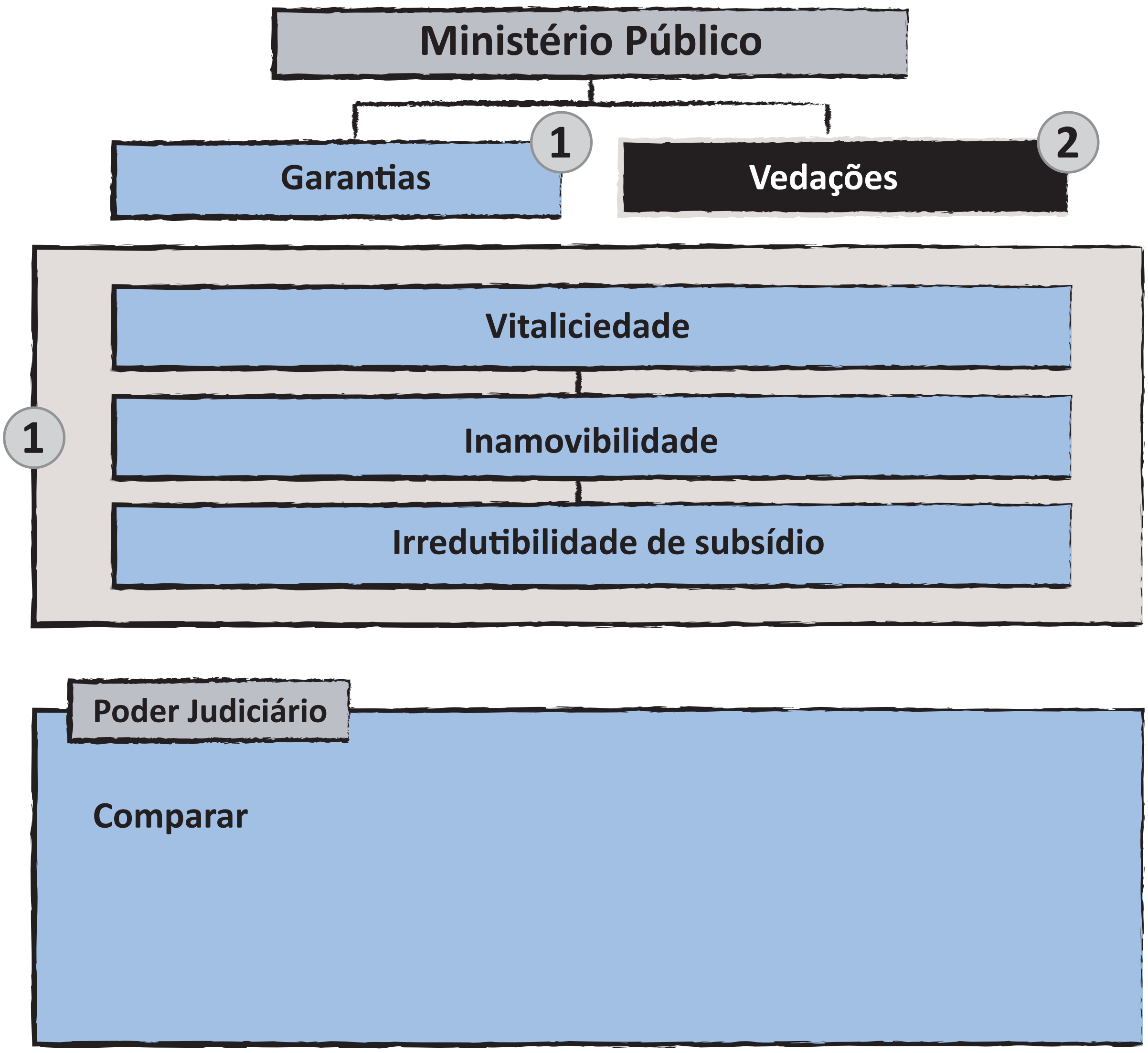
§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;



II – as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

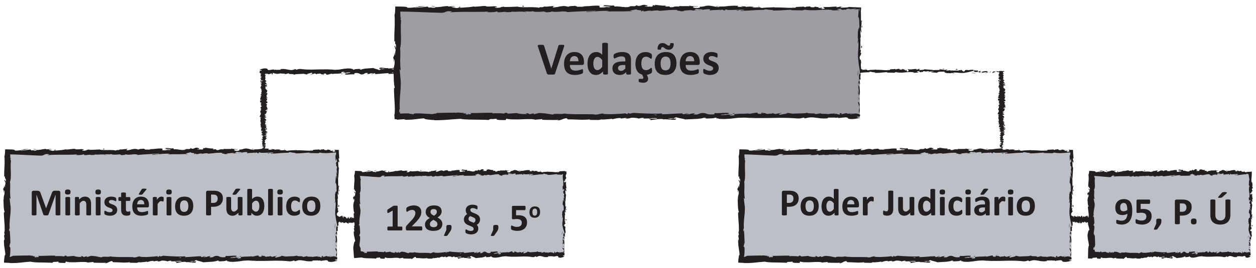
b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.



Ministério Público

Comparar

Poder Judiciário

Comparar

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.

Incisos mais frequentes em concursos

(I) **Privativamente**

(III) **Inquérito civil e ação civil pública**

(V) **Em razão do art. 109, XI**

Funções do MP
Só podem ser exercidas por integrantes da carreira

Imposição
Residir na comarca (de lotação)

Exceção
Salvo autorização do chefe da instituição

Ingresso na carreria
Concurso público deprovas e títulos

OAB
Participação da OAB em sua realização

Prazo de bacharelado
Mínimo de 3 anos

Nomeação
Observa ordem de classificação

Regra do art. 93
No que couber

Distribuição do processo
De forma imediata

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I – o Procurador-Geral da República, que o preside;

II – quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III – três membros do Ministério Público dos Estados;

IV – dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V – dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II – zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III – receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III – requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- **Composição:** 14 membros — **Quem preside:** PGR
- **Nomeação:** Presidente da República
- **Aprovação:** SF — **Tipo de aprovação:** MA
- **Mandato:** 2 anos — **Recondução:** UMA
- **Indicação dos membros do MP:** Pelos respectivos MP
- **Que controle exerce o CNMP:** 130 A, §, 2º

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Processos disciplinares
Pode ser revisto de ofício ou mediante provocação

Relatório estatístico
Relatório anual

Ouvidorias / finalidade
130A, §, 5º

Corregedor Nacional
Será escolhido em votação secreta

Particularidade
Dentre os membros que os integram

Quem oficia
Presidente do CFOAB

Origem - CNMP

(1) PGR	(2) Advogados
(2) Juízes → 1 STF, → 1 STJ	(7) 4 MPU / 3 MPE
(0) X	(2) Cidadão → 1 CD, → 1 SF; → Notável saber jurídico; → Reputação ilibada

Direito Constitucional

Professora Alessandra Vieira

DA NACIONALIDADE

Art. 12. São brasileiros:

I – natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

II – naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 2º A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo nos casos previstos nesta Constituição.

§ 3º São privativos de brasileiro nato os cargos:

I – de Presidente e Vice-Presidente da República;

II – de Presidente da Câmara dos Deputados;

III – de Presidente do Senado Federal;

IV – de Ministro do Supremo Tribunal Federal;

V – da carreira diplomática;

VI – de oficial das Forças Armadas.

VII – de Ministro de Estado da Defesa (Incluído pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)

§ 4º Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I – tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

II – adquirir outra nacionalidade, salvo no casos: (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

a) de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

b) de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis; (Incluído pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

§ 1º São símbolos da República Federativa do Brasil a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.

§ 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão ter símbolos próprios.

1. Do direito brasileiro, decorre a existência de duas classes de nacionalidade:

   a) A do nato e a do equiparado;
   b) A do nato e a do naturalizado;
   c) A do naturalizado e do equiparado;
   d) A do naturalizado e do apátrida.

2. A nacionalidade mista resulta:

   a) De casamento e da anexação do território;
   b) Da combinação da filiação ("jus sanguinis") com o local de nascimento ("jus solis");
   c) Da nacionalidade adquirida e da vontade do indivíduo;
   d) Da naturalização e do parentesco.

3. Uma criança nascida no Brasil, filha de pai coreano e mãe japonesa, será considerada:

   a) Brasileira nata;
   b) Brasileira naturalizada;
   c) Estrangeira;
   d) Brasileira nata, desde que seus pais não estejam a serviço de seus países.

4. São considerados brasileiros natos os nascidos no estrangeiro:

   a) De pai ou mãe brasileiros desde que venham residir na República Federativa do Brasil e optem, antes de completar a maioridade, pela nacionalidade brasileira;
   b) De pai ou mãe brasileiros desde que qualquer deles esteja trabalhando no exterior;
   c) De pai ou mãe brasileiros desde que registrados em repartição brasileira competente no exterior;
   d) De pai e mãe brasileiros desde que venha morar no Brasil a qualquer tempo.

5. São brasileiros natos:

   a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, com exceção dos filhos de pais estrangeiros, desde que estes estejam a serviço de seu país;
   b) Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil;
   c) Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiros desde que sejam registrados em repartição brasileira competente;
   d) todas as anteriores.

6. Segundo a Constituição Federal de 1988, uma pessoa nascida no Brasil, filha de pai Uruguaio e mãe Argentina, será considerada:

   a) Brasileira naturalizada;
   b) Brasileira nata, em qualquer hipótese;
   c) Apátrida;
   d) Brasileira nata, desde que os pais não estejam a serviço de seu país.

7. Os brasileiros nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, são considerados:

   a) Brasileiros natos;
   b) Brasileiros natos, desde que residam no Brasil antes da maioridade e alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
   c) Brasileiros natos, se registrados em repartição brasileira competente;
   d) Estrangeiros.

8. Para aquisição de nacionalidade brasileira pela via ordinária, os originários de países de língua portuguesa necessitam:

a) Residir na República Federativa do Brasil por mais de 15 anos ininterruptamente sem condenação penal;
b) Comprovar haver compatibilidade entre os critérios do "jus solis" e "jus sanguinis";
c) Residir na República Federativa do Brasil por mais de um ano ininterrupto e demonstrar idoneidade moral;
d) Preencher os requisitos previstos em lei ordinária.

9. São privativos de brasileiros natos os cargos:

a) De deputado federal;
b) De carreira diplomática;
c) De Presidente do Banco Central;
d) De Secretário da Receita Federal;
e) De vereador.

10. O brasileiro nato pode perder a nacionalidade:

a) Se alegar imperativo de consciência para se eximir do serviço militar obrigatório e se recusar a cumprir pena alternativa fixada em lei;
b) Como conseqüência de pena acessória se condenado pela prática de crime inafiançável e imprescritível;
c) Se, por imposição de norma estrangeira, tiver que adquirir outra nacionalidade como condição para permanência em território estrangeiro ou para que possa lá exercer os direitos civis;
d) Se adquirir outra nacionalidade.

11. Assinale a opção correta:

a) Em qualquer hipótese, os nascidos em território brasileiro são considerados brasileiros natos;
b) Os cargos da carreira diplomática podem ser ocupados por brasileiros naturalizados;
c) A lei não pode estabelecer diferenças entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na Constituição;
d) Os cargos de magistrados são privativos de brasileiros natos.

12. É brasileiro nato:

a) Todos os que nascem no Brasil;
b) Todos os nascidos no exterior filhos de pais brasileiros;
c) O titular da nacionalidade brasileira primária;
d) Os oriundos de país de língua portuguesa que reside no Brasil há um ano ininterrupto e que não tenha condenação penal.

13. São privativos de brasileiros natos os cargos de:

a) Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro do Supremo Tribunal Federal; da Carreira Diplomática; de Oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado de Defesa;
b) Presidente e Vice-Presidente da República; Deputado Federal; Senador da República; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Carreira Diplomática; de Oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado de Defesa;
c) Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Superior Tribunal de Justiça; Procurador Geral da República; da Carreira Diplomática; de Oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa;
d) Presidente e Vice-Presidente da República; de Governador; Ministro do Supremo Tribunal Federal; Ministro do Superior Tribunal de Justiça, da Carreira Diplomática, de Oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado de Defesa.

14. Casal brasileiro, trabalhando em uma empresa privada em Estado Estrangeiro, vem a ter um filho de nome Antônio, ao qual é outorgada a nacionalidade desse Estado pelo fato de ali haver nascido. Com 30 anos de idade Antônio vem residir no Brasil. Segundo a Constituição Brasileira, Antônio:

a) Nunca poderá ser brasileiro nato por ser natural de outro Estado;
b) Somente poderá ser brasileiro naturalizado, desde que preencha os requisitos legais para a naturalização;
c) Poderá ser brasileiro nato, porque, no caso, sempre lhe será facultado optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
d) Terá automaticamente dupla nacionalidade.

15. Ao disciplinar o direito de nacionalidade, a Constituição Federal:

a) Permitiu que os portugueses com residência permanente no país, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros, adquirirem os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição;
b) Permitiu a extradição de brasileiros natos e naturalizados;
c) Não permitiu a entrada de brasileiros naturalizados no Conselho da República;
d) Reservou a propriedade de empresas jornalísticas, apenas aos brasileiros natos.

16. "A", canadense de origem, naturaliza-se brasileiro e passa a residir em país estrangeiro, cuja lei o obrigou a adquirir a nacionalidade local, como condição de permanência no território. Em face do que dispõe a Constituição Federal, "A"permanece apenas com:

a) A nacionalidade do país estrangeiro;
b) A nacionalidade brasileira;
c) A nacionalidade brasileira e a do país estrangeiro;
d) A nacionalidade canadense e a brasileira.

17. É correto afirmar que são:

a) considerados brasileiros natos, os nascidos em países de língua portuguesa e de pais estrangeiros, desde que registrados nas embaixadas brasileiras;
b) privativos de brasileiros natos, dentre outros, os cargos da carreira diplomática, de senador e de deputado federal;
c) naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil e optem em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
d) símbolos da República Federativa do Brasil, a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais.
e) vedados ao Distrito Federal e aos Territórios, a utilização de símbolos próprios.

18. Um casal de brasileiros reside por determinado tempo na Alemanha, onde o marido é jogador de um clube de futebol. Nem o marido nem a mulher encontram-se a serviço da República Federativa do Brasil. O filho do casal de brasileiros nasceu em território alemão, no dia 15 de maio de 2003.

Considerando a situação hipotética acima descrita e sabendo que a Alemanha adota o sistema do *jus sanguinis* como forma de aquisição da nacionalidade originária, assinale a opção correta.

a) Se o filho do casal vier a residir na República Federativa do Brasil e optar, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, adquirirá a condição de brasileiro nato.

b) O filho do casal será brasileiro nato, desde que seja registrado em repartição consular brasileira competente na Alemanha ou que venha a residir no Brasil antes da maioridade e, nesse caso, opte em qualquer tempo pela nacionalidade brasileira.
c) O filho do casal é considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer condição, uma vez que, apesar de nascido no estrangeiro, é filho de pai e mãe brasileiros.
d) Caso o filho do casal obtenha a condição de brasileiro nato, após atendidos os requisitos estabelecidos na legislação brasileira, não perderá jamais essa condição, visto que a Constituição Federal prevê expressamente que nenhum brasileiro nato pode perder a nacionalidade brasileira.
e) Caso o filho do casal obtenha a condição de brasileiro naturalizado, ainda assim poderá ter a sua naturalização cancelada, por sentença judicial, mas somente em decorrência de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes.

19. O cancelamento da naturalização em razão do exercício de atividades contrárias ao interesse nacional, dar-se-á por:

a) Decreto do Presidente da República;
b) Sentença Judicial com trânsito em julgado;
c) Ato do Ministro das Relações Exteriores;
d) Ato do Governo Estrangeiro.

20. O brasileiro nato pode perder a nacionalidade:

a) Por sentença judicial que cancele a naturalização;
b) Em razão de extradição;
c) Se contratado por empresa multinacional em território alienígena;
d) Ao adquirir outra nacionalidade voluntariamente por naturalização.

21. Sobre nacionalidade é correto afirmar que:

a) Nos termos da Constituição, os filhos de brasileiros que não estejam a serviço do Brasil nascidos no exterior poderão fazer opção pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, após atingida a maioridade;
b) Os portugueses submetidos ao estado da igualdade se equiparam aos brasileiros natos;
c) A lei poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados;
e) A Constituição proíbe a extradição de brasileiro nato ou naturalizado.

22. Guerra, prefeito do Município de Pelotas, edita um decreto no qual isenta os brasileiros natos do recolhimento do I.S.S. Tal procedimento está correto?

a) Sim, uma vez que se trata de imposto de competência exclusiva do Município;
b) Não, por ser matéria de competência de lei estadual;
c) Não, porque a lei não pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados;
d) Sim, porque na hipótese, há autorização expressa na Constituição Federal;
e) Sim, porque se trata de lei municipal sobre matéria discricionária.

23. O art. 12, § 2º da Constituição Federal estabelece que não poderá haver distinção entre brasileiro nato e naturalizado, a não ser que tal distinção esteja prevista:

a) na própria Constituição;
b) em lei complementar;
c) em lei ordinária;
d) na Constituição Estadual;
e) em lei delegada.

24. Aos portugueses que optem pela naturalização brasileira ordinária, é exigido:

a) residência por dois anos ininterruptos e idoneidade moral;
b) residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
c) residência por trinta anos ininterruptos e sem condenação penal;
d) residência permanente e reciprocidade em favor dos brasileiros;
e) residência ininterrupta no Brasil por mais de quinze anos e sem condenação penal.

25. Juan Pablo, espanhol de nascimento, reside desde 1984, ininterruptamente no Brasil. Em razão do tempo de residência, ele:

a) não poderá mais se naturalizar brasileiro;
b) será brasileiro naturalizado se o requerer;
c) será brasileiro naturalizado se o requerer, desde que não tenha condenação penal neste período;
d) deverá esperar completar trinta anos de residência ininterrupta, sem condenação penal, para requerer a nacionalidade brasileira;
e) não poderá retornar à Espanha sem visto.

26. Pelo critério do jus sanguinis a nacionalidade é conferida:

a) ao descendente de nacional pouco importando o local de nascimento;
b) aos que nascerem fora do território do Estado;
c) aos que nascerem no território do Estado;
d) aos que nascerem em território nacional ou estrangeiro;
e) por mérito ao estrangeiro que, participando das Forças Armadas Brasileiras, tenha sido ferido em combate.

27. Filho de pais alemães, nascido em território brasileiro no período em que seus ascendentes estavam a serviço da Alemanha, é considerado:

a) apátrida;
b) estrangeiro;
c) brasileiro nato;
d) alemão equiparado;
e) brasileiro naturalizado.

28. Henrique, brasileiro nato, vai morar no México. Lá requer e obtém a nacionalidade mexicana. Como fica sua situação em face da nacionalidade brasileira?

a) Permanece com a nacionalidade brasileira;
b) Perde a nacionalidade brasileira;
c) Permanece com as duas nacionalidades;
d) Terá prazo de cinco anos para optar por uma das nacionalidades;
e) Terá prazo de dois anos para optar por uma das nacionalidades.

29. Os cargos de Ministro do STJ, devem ser providos por:

a) brasileiros natos;
b) brasileiros;
c) brasileiros natos e portugueses equiparados;
d) brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil;
e) Todas as opções são falsas.

30. Não é privativo de brasileiro nato o cargo de:

a) Ministro do Planejamento;
b) Oficial das Forças Armadas;
c) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
d) Presidente do Senado Federal;
e) Presidente da Câmara dos Deputados.

Gabarito: **1.** B **2.** B **3.** D **4.** C **5.** D **6.** D **7.** A **8.** C **9.** B **10.** D **11.** C **12.** C **13.** A **14.** C **15.** A **16.** C **17.** D **18.** A **19.** B **20.** D **21.** A **22.** C **23.** A **24.** B **25.** C **26.** A **27.** B **28.** B **29.** B **30.** A

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular.

§ 1º O alistamento eleitoral e o voto são:

I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II – facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária;

VI – a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subseqüente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

I – cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

II – incapacidade civil absoluta;

III – condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

IV – recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

V – improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993)

1. João, Vereador que possuía a idade mínima para candidatura quando eleito para a função no pleito de 2008, pretende concorrer nas eleições que se realizarão em 2012 para Prefeito do Município em que exerce a vereança. Maria, sua irmã gêmea e também Vereadora do mesmo Município, pretende candidatar-se à reeleição.

Nessa hipótese, em tese,

a) João deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, de modo a ser elegível para Prefeito, e Maria estará impedida de concorrer à reeleição, por ser parente consanguínea de 2º grau de titular de mandato no Município.
b) Maria deverá renunciar ao mandato até seis meses antes do pleito, de modo a pleitear a reeleição, e João estará impedido de concorrer à eleição para Prefeito.
c) João estará impedido de concorrer à eleição para Prefeito, a menos que Maria renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.
d) João não poderá concorrer ao cargo pretendido, pois não terá a idade mínima necessária para tanto, o que permitirá a Maria concorrer à reeleição.
e) Ambos preenchem as condições de elegibilidade para concorrer aos cargos pretendidos respectivamente.

2. Analise os itens abaixo:

I – Uma das condições de elegibilidade é a idade mínima de 35 anos para Presidente, Vice-Presidente e Senador; 30 anos para Governador e Vice-Governador; 21 anos para Deputado Federal, Estadual e Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito; e 18 anos para Vereador.

II – Estrangeiros residentes no País são elegíveis tão somente aos mandatos de Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador.

III – Os militares são alistáveis, mas não são elegíveis.

Está(ão) CORRETO(S):

a) Apenas o item I.
b) Apenas os itens II e III.
c) Apenas os itens I e III.
d) Apenas o item III.

3. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias, contados da:

a) Eleição;
b) Posse;
c) Diplomação;
d) Proclamação oficial do resultado da eleição pela Justiça Eleitoral.

4. Um militar integrante das Forças Armadas e em atividade desde janeiro de 2003, estando com 27 anos de idade, casado com uma Vereadora do Município em que reside, pretende candidatar-se a Prefeito desse Município no pleito de 2012. Nessa hipótese, o interessado:

a) será inelegível para o cargo pretendido, na medida em que não possuirá a idade mínima para tanto exigida constitucionalmente;
b) será inelegível para o cargo pretendido, pois sua cônjuge é detentora de mandato eletivo na circunscrição para a qual tem a intenção de candidatar-se à chefia do Executivo.
c) será inelegível para o cargo pretendido, pois os militares são inalistáveis.

d) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que seja agregado pela autoridade militar superior e, se eleito, passe para a inatividade.
e) preencherá as condições de elegibilidade para o cargo pretendido, desde que se afaste da atividade militar.

5. Julgue verdadeiro ou falso para as proposições relacionadas à privação dos direitos políticos na Constituição Federal.

I – Constitui hipótese de suspensão dos direitos políticos o cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado. ( )

II – A incapacidade civil absoluta é uma das hipóteses de suspensão dos direitos políticos. ( )

III – O brasileiro que adquire outra nacionalidade perderá os seus direitos políticos, com exceção dos casos de reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira, ou ainda, imposição de naturalização, pela lei estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro,como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. ( )

IV – A Carta Constitucional de 1988 permite a cassação dos direitos políticos, que se dá por meio da sua perda ou suspensão. ( )

Agora, assinale a alternativa que corresponde, respectivamente, ao julgamento CORRETO das proposições acima:

a) F – V – V – F.
b) V – V – F – V.
c) F – V – F – V.
d) V – V – V – F.

6. Sobre os direitos políticos assegurados pela Constituição da República, pode-se afirmar, EXCETO:

a) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
b) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
c) O voto é obrigatório para os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos que tenham se alistado.
d) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

7. A Constituição Federal estabelece idades mínimas para o exercício de cargos públicos eletivos. Assinale a alternativa incorreta.

a) vinte e um anos para Deputado Federal e para Deputado Estadual;
b) Trinta anos para Governador de Estado;
c) Trinta e cinco anos para Presidente da República;
d) Vinte e um anos para Vereador e para Prefeito;
e) Dezoito anos para Vereador.

8. Assinale a opção correta:

a) Todo inalistável é inelegível e todo inelegível é inalistável;
b) O partido político, pessoa jurídica de direito público, pode ter caráter regional;
c) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os estrangeiros e para os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório;
d) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima estabelecida na Constituição.

e) O alistamento eleitoral é facultativo para os analfabetos, mas uma vez alistados possuem obrigação de votar.

9. A lei que alterar o processo eleitoral:

a) Entra em vigor na data de sua publicação, salvo estipulação em contrário, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
b) Entra em vigor sempre na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
c) Entra em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário, aplicando-se à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
d) Entra em vigor imediatamente, aplicando-se à eleição imediatamente seguinte, sem qualquer ressalva de prazo.
e) Entra em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até dois anos da data de sua vigência.

10. Para que alguém possa se eleger Vereador é necessário:

a) Que seja brasileiro naturalizado e tenha mais de 21 anos;
b) Que seja brasileiro nato e tenha mais de 18 anos;
c) Que seja brasileiro nato ou naturalizado e tenha a idade mínima de 18 anos;
d) Que seja brasileiro nato ou naturalizado e tenha a idade mínima de 21 anos;
e) Que seja brasileiro nato ou naturalizado e tenha a idade mínima de 30 anos.

11. O alistamento eleitoral e o voto são:

a) Obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos;
b) Facultativos para os maiores de dezoito anos;
c) Obrigatórios para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório;
d) Facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos;
e) Facultativos para os analfabetos e conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

12. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, somente podendo ser candidatos:

a) Os brasileiros natos no pleno exercício dos direitos políticos;
b) Os brasileiros inscritos como eleitores filiados a partidos políticos e no pleno exercício dos direitos políticos;
c) Os brasileiros natos, inscritos como eleitores, filiados a partidos políticos, que estejam no pleno exercício dos direitos políticos, desde que não sejam analfabetos, tenham a idade mínima pretendida para o cargo pretendido e domicílio eleitoral na circunscrição;
d) Os brasileiros que preencham as condições da alternativa "b" e, além disso, tenham a idade mínima para o cargo pretendido e domicílio eleitoral na circunscrição, desde que não sejam analfabetos ou inelegíveis;
e) Os brasileiros natos, naturalizados e estrangeiros que preencham as condições de elegibilidade previstas na Constituição.

13. São situações de inelegibilidade, segundo a Constituição Federal:

I – Os inalistáveis e os analfabetos;

II – O Presidente da República, no período subseqüente, para o mesmo cargo;

III – O Governador de Estado, no período subseqüente, para o mesmo cargo;

a) I, II e III estão corretas;
b) Apenas I e II estão corretas;

c) Apenas II está correta;
d) Apenas I está correta;
e) Todas estão incorretas.

14. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de ..... dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de .... corrupção ou fraude.

a) 10 – abuso de direito político;
b) 15 – abuso do poder econômico;
c) 15 – abuso de prerrogativas;
d) 12 – abuso de direito político;
e) 5 – abuso do poder econômico.

15. É incorreto afirmar que são inelegíveis:

a) O cônjuge de Presidente da República, para vereador;
b) O pai de Governador de Estado para Deputado Estadual;
c) O cunhado de Prefeito, para a Câmara de Vereadores do mesmo Município;
d) O irmão do Governador para Deputado Estadual;
e) O primo do Prefeito, para vereador.

16. Com relação aos direitos políticos, é vedada sua:

a) Cassação;
b) Perda;
c) Suspensão;
d) Aquisição;
e) Utilização.

17. É condição de elegibilidade:

a) Ter menos de oitenta anos;
b) a idade mínima de dezoito anos para ser prefeito;
c) a idade mínima de trinta anos para analfabeto se eleger Governador de Estado;
d) a idade mínima de vinte e um anos para o estrangeiro, naturalizado brasileiro, ser deputado federal.

18. O filho de Governador de Estado pode disputar eleição para o cargo de Deputado Estadual no território de jurisdição de seu pai?

a) Não, já que a Constituição proíbe, a não ser que seja candidato a reeleição;
b) Sim, pois o impedimento constitucional diz respeito ao mesmo cargo;
c) Sim, já que a Constituição não trata do assunto;
d) Não, em hipótese alguma;
e) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

19. Analise:

I – O direito de sufrágio é bem mais amplo que o direito de voto, pois contém, em seu bojo, a capacidade eleitoral ativa e a capacidade eleitoral passiva.

II – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito.

III – São inelegíveis o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, do Governador ou do Prefeito, ou de quem os haja substituído dentro dos três meses anteriores ao pleito, ainda que titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

IV – O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias da eleição e até trinta dias da diplomação, instruída a ação com provas da prática de eventual crime ou contravenção.

V – Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

É correto o que consta APENAS em

a) I, II e V
b) I e IV
c) II e III
d) II, III e IV
e) somente a I está correta.

20. Quanto aos direitos políticos, estabelece a Constituição Federal que:

a) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua sanção, aplicando-se somente à eleição que ocorrer até um ano da data de sua vigência;
b) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e para os menores de dezoito anos;
c) exige-se, para concorrer aos cargos de Deputado Federal e de Vereador, respectivamente, a idade mínima de trinta e de vinte e um anos;
d) o Governador, para concorrer ao mesmo ou a outros cargos, deve renunciar ao respectivo mandato até três meses antes do pleito;
e) são inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

21. Constitui meio de exercício da soberania popular, previsto na Constituição Federal, dentre outros:

a) a lei delegada;
b) o plebiscito;
c) a lei ordinária;
d) a medida provisória.

22. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação:

a) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por onze Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles;
b) ao Congresso Nacional de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por sete Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
c) ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por quatro Estados, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles;
d) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por nove Estados, com não menos de dois décimos por cento dos eleitores de cada um deles;
e) à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

23. Um brasileiro naturalizado que tenha 35 anos de idade pode exercer o cargo de:

I – Vereador;

II – Prefeito;

III – Governador de Estado;

IV – Deputado Federal

A quantidade de itens certos é igual a:

a) 0
b) 1
c) 2
d) 3
e) 4

24. Acerca dos direitos políticos, assinale a opção correta.

a) O presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos poderão ser reeleitos para apenas um período subsequente, não necessitando da renúncia para concorrer à reeleição;
b) Para concorrerem aos mesmos cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos res-

pectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

c) Segundo a CF, o militar alistável é inelegível;

d) O cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau ou por adoção do presidente da República, de governador de estado ou território, do Distrito Federal e de prefeito podem concorrer, no território da jurisdição do titular.

25. Assinale a opção correta quanto aos direitos políticos e à cidadania:

a) Entre as hipóteses de suspensão dos direitos políticos previstas na CF está a prática de improbidade adminsitrativa;

b) Os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não podem alistar-se como eleitores, salvo mediante prévia autorização do superior hierárquico;

c) Indivíduos analfabetos não possuem direito ao voto;

d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no período subseqüente.

26. Nos termos do que estabelece a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto:

a) facultativo para os analfabetos e maiores de 70 (setenta) anos;

b) obrigatório para os maiores de dezesseis anos;

c) obrigatório para todos, inclusive os analfabetos;

d) obrigatório para todos, inclusive para os maiores de 70 (setenta) anos;

e) facultativo para os maiores de 60 (sessenta) anos.

27. De acordo com a Constituição da República, são inalistáveis e inelegíveis:

a) somente os analfabetos e os conscritos.

b) os estrangeiros, os analfabetos e os conscritos.

c) somente os estrangeiros e os analfabetos.

d) somente os estrangeiros e os conscritos.

28. A capacidade eleitoral passiva consistente na possibilidade de o cidadão pleitear determinados mandatos políticos, mediante eleição popular, desde que preenchidos certos requisitos, conceitua-se em:

a) alistamento eleitoral.

b) direito de voto.

c) direito de sufrágio.

d) elegibilidade.

e) dever sociopolítico.

29. Em relação aos direitos políticos, avalie as proposições a seguir:

I – O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

II – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.

III – São condições de alistabilidade, na forma da lei a nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação partidária.

IV – São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos nove meses

anteriores ao pleito, mesmo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Está(ão) CORRETA(S):

a) Somente as proposições I, II e III.
b) Somente as proposições I, III e IV.
c) Somente as proposições II e III.
d) Somente a proposição II.
e) Somente a proposição IV.

30. Plínio filiado à partido político e brasileiro, de reputação ilibada que acabara de completar vinte anos de idade no mês de junho de 2008, efetuou o seu alistamento eleitoral na circunscrição eleitoral do Município de Caju, onde mantinha seu domicilio. A sua intenção era a de concorrer ao cargo de Prefeito no Município de Margarida, nas eleições daquele mesmo ano, posto que frequentava faculdade na referida Cidade, e era presidente do diretório acadêmico, sendo conhecido e amado pelos colegas de faculdade e pela maioria dos habitantes da região, com grandes chances de vencer as eleições. Porém, sua candidatura ao referido cargo foi barrada, porque não preenchia os requisitos de

a) idade mínima de vinte e cinco anos de idade e domicílio eleitoral referente a um período de dois anos.
b) idade mínima de vinte e um anos de idade e de domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Margarida.
c) domicílio eleitoral na circunscrição do Município de Margarida e de idade mínima de trinta anos de idade.
d) pleno exercício dos direitos políticos e de idade mínima de trinta anos de idade.
e) pleno exercício dos direitos políticos e de idade mínima de vinte e cinco anos de idade.

Gabarito: **1.** E **2.** A **3.** C **4.** E **5.** A **6.** C **7.** D **8.** D **9.** B **10.** C **11.** D **12.** D **13.** D **14.** B **15.** E **16.** A **17.** D **18.** A **19.** A **20.** E **21.** B **22.** E **23.** E **24.** A **25.** A **26.** A **27.** D **28.** D **29.** D **30.** B

DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento

I – caráter nacional;

II – proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;

III – prestação de contas à Justiça Eleitoral;

IV – funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 52, de 2006)

§ 2º Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Constitucional

Professor Cristiano de Souza

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO: DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (DISPOSIÇÕES GERAIS)

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CAPÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I
DISPOSIÇÕES GERAIS

	I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos **brasileiros** que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos **estrangeiros**, na forma da lei;
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	**II –** a investidura em **cargo** ou **emprego público** depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, **na forma prevista em lei**, ressalvadas as nomeações para **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
	III – o prazo de validade do concurso público **será de até 02 anos**, prorrogável uma vez, por igual período;
	IV – durante o prazo **improrrogável** previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos **será convocado com prioridade sobre novos concursados** para assumir cargo ou emprego, na carreira;
	V – as **funções de confiança**, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os **cargos em comissão**, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**;
	VI – é garantido ao **servidor público** civil o direito à livre associação sindical

	VII – o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica
	VIII – <u>a lei</u> reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;
	IX – a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	**X –** a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 **somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica**, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;
	XI – a **remuneração** e o **subsídio** dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da: **– administração** direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos **e os proventos, pensões** ou outra espécie remuneratória, **percebidos cumulativamente ou não**, <u>incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza,</u> não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos **Ministros do Supremo Tribunal** Federal, aplicando-se como limite nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;
	XII – os **vencimentos** dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;
	XIII – é **vedada** a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;
	XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;**

	XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos **são irredutíveis**, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:	**XVI – é vedada** a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: **a)** a de dois cargos de professor; **b)** a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; **c)** a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;
	XVII – a **proibição de acumular** estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;
	XVIII – a administração fazendária e seus servidores fiscais **terão**, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, **precedência** sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;
	XIX – somente por lei específica poderá ser criada **autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, **cabendo à lei complementar**, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
	XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;
	XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

<table>
<tr><td></td><td>XXII – as <u>administrações tributárias</u> da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, <u>terão recursos prioritários</u> para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.</td></tr>
<tr><td colspan="2">§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, <u>dela não podendo constar</u> nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.</td></tr>
<tr><td colspan="2">§ 2º A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.</td></tr>
<tr><td>§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:</td><td>I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.</td></tr>
<tr><td colspan="2">§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão:
• a suspensão dos direitos políticos,
• a perda da função pública,
• a indisponibilidade dos bens e
• o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.</td></tr>
<tr><td colspan="2">§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.</td></tr>
<tr><td colspan="2">§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.</td></tr>
</table>

§ 7º <u>A lei disporá sobre os requisitos e as restrições</u> ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos **<u>órgãos e entidades da administração direta e indireta</u>** poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III – a remuneração do pessoal."

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às **empresas públicas e às sociedades de economia mista**, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.

§ 10. <u>É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria</u> decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, **<u>ressalvados</u>** os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as **parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.**

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do *caput* deste artigo, **<u>fica facultado</u>** aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, **<u>mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica</u>**, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.

Art. 38. Ao **<u>servidor público</u>** da administração direta, autárquica e fundacional, **<u>no exercício de mandato eletivo</u>**, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. (Vide ADIN nº 2.135-4)

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Vide ADIN nº 2.135-4)

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. **7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX**, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

ESQUEMA **DIREITOS COMUNS ENTRE TRABALHADORES URBANOS, RURAIS, SERVIDORES PÚBLICOS E MILITARES – CONFORME A CF/88**		
Art. 7º São direitos dos **trabalhadores urbanos e rurais**, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:	**Art. 39** – § 3º Aplica-se aos **servidores ocupantes de cargo público** o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.	**Art. 142** – § 3º – VIII – aplica-se aos **militares** o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c";

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;		
II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;		
III – fundo de garantia do tempo de serviço;		
IV – salário mínimo , fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;	**SIM**	
V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;		
VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;		
VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;	**SIM**	
VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;	**SIM**	**SIM**
IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;	**SIM**	
X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;		
XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;		

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;	**SIM**	**SIM**
XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;	**SIM**	
XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;		
XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;	**SIM**	
XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal;	**SIM**	
XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;	**SIM**	**SIM**
XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;	**SIM**	**SIM**
XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;	**SIM**	**SIM**
XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;	**SIM**	
XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;		

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;	**SIM**	
XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;		
XXIV – aposentadoria;		
XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas;		**SIM**
XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;		
XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;		
XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;		
XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho;		
XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;	**SIM**	
XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;		
XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;		

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;		
XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;		

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 2015) "Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal."

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I portadores de deficiência;

II que exerçam atividades de risco;

III – cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I – ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II – ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art.

201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Constitucional

Professora Bruna Refosco

Lei Complementar n° 734 de 26 novembro de 1993

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Prof. Bruna Refosco

DISPOSIÇÕES GERAIS

PARA QUE SERVE A LEI COMPLEMENTAR N° 734/1993???

ORGANIZA + **ESTRUTURA** + **DISTRIBUI COMPETÊNCIAS**

DE QUEM???

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

QUEM É O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO?

É UMA INSTITUIÇÃO PERMANENTE

É UMA INSTITUIÇÃO ESSENCIAL PARA A FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO

ATUA NAS SEGUINTES ÁREAS:

- DEFESA DA ORDEM JURÍDICA;
- DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO;
- DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.

O MP/SP NÃO É:

* UM PODER INSERIDO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/ESTADUAL;

* ÓRGÃO INTEGRANTE DO PODER JUDICIÁRIO;

* ÓRGÃO INTEGRANTE DO PODER EXECUTIVO!!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DISPOSIÇÕES GERAIS

SUA ORGANIZAÇÃO DÁ-SE POR MEIO DE LEI COMPLEMENTAR (POR ISSO ESTUDAMOS ESTA LEI ORGÂNICA).

PRINCÍPIOS QUE REGEM O MP/SP:

•UNIDADE;
•INDIVISIBILIDADE;
•INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL.

CHEFE DO MP/SP

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS QUE REGEM O MP/SP:

•UNIDADE – o MP é um só. Não existem vários MP's, o que existem são atribuições diversas (Ex.: MPM, MPE, MPT). Este princípio decorre da concepção que se tem que o MP atua visado os mesmos objetivos.

•INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL – Não há subordinação hierárquica entre os membros do MP e outros órgãos . A atuação do membro do MP não é vinculada. A hierarquia existe em relação à sua organização/estruturação administrativa.

• INDIVISIBILIDADE – O membro do MP atua em nome da instituição e não em nome próprio (porque o membro e a instituição não se dividem).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUTONOMIA

FUNCIONAL | **ADMINISTRATIVA**

- ATOS DE GESTÃO E DECISÃO SOBRE SITUAÇÃO FUNCIOAL DO PESSOAL DO SEU QUADRO;

- ELABORA FOLHAS DE PAGAMENTO;

- AQUISIÇÃO DE BENS, REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES E CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS;

- PROPÕE AO LEGISLATIVO CRIAÇÃO/EXTINÇÃO DE SEUS CARGOS, REAJUSTES E VENCIMENTOS BEM COMO DOS SERVIÇOS AUXILIARES;

- PROVIMENTO DE CARGOS (INICIAL E DERIVADO), BEM COMO REALIZA ATOS QUE IMPORTAM EM VACÂNCIA.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUTONOMIA

FUNCIONAL

ADMINISTRATIVA

IMPORTANTE

- EM RAZÃO DE SUA AUTONOMIA, SEUS ATOS DE GESTÃO ADM, CONVÊNIOS, CONTRATOS E AQUISIÇÕES NÃO DEPENDEM DE PRÉVIA APROVAÇÃO DO EXECUTIVO;

- SEU CONTROLE EXTERNO (FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL, ORÇAMENTÁRIA) É EXERCIDA PELO PODER LEGISLATIVO. O CONTROLE INTERNO COMPETE À DIRETORIA TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DO PRÓPRIO MP).

ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/SP - ÓRGÃOS

MINISTÉRIO PÚBLICO/SP

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

ÓRGÃOS AUXILIARES


ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/SP - ÓRGÃOS
casa do concurseiro
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR MP/SP
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO


ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/SP - ÓRGÃOS
casa do concurseiro
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA


ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/SP - ÓRGÃOS
casa do concurseiro
ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO
COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORES DE JUSTIÇA
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORES DE JUSTIÇA


ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO/SP - ÓRGÃOS
casa do concurseiro
ÓRGÃOS AUXILIARES
ESTAGIÁRIOS
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
COMISSÃO DE CONCURSO
CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
ÓRGÃOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO

COMPETÊNCIAS

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR – PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

•É órgão Executivo;

•Pode ser composta por até 4 Subprocuradorias-Gerais (chefiadas por Subprocuradores);

•Seu Chefe é o Procurador-Geral.

PROCURADOR-GERAL:

•Substituído em caso de: férias/afastamentos/licenças/faltas por Subprocurador-Geral (prazo de até 15 dias e ele indica o Sub);

•Casos de impedimento/vacância e afastamento com + de 15 dias: membro do CSMP;

•Das decisões dos Sub cabe recurso no prazo de 3 dias (ao Procurador).

COMPETÊNCIAS

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO – PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

•Abrangem cargos de Procurador e Serviços Auxiliares;

•São instituídas por atos do Colégio de Procuradores;

•Este ato deverá conter:

- denominação das procuradorias;
- nº de cargos de procuradores de justiça;
- normas de organização interna e funcionamento.

SERVIÇOS AUXILIARES:

• Realizam o suporte Administrativo necessário para o desempenho das funções das Procuradorias;

• São instituídos e organizados por ato do Procurador-Geral de Justiça.

DISPOSIÇÕES

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA -

- São órgãos que possuem um ou mais cargos de Promotor + serviços auxiliares;

- Sua missão é: exercer funções institucionais do MP+ tomar medidas judiciais/extrajudiciais necessárias para desempenhar os planos de atuação do MP.

ORGANIZAÇÃO

- ESPECIALIZADAS
- CÍVEIS
- CRIMINAIS
- CUMULATIVAS
- GERAIS

casa do concurseiro

DISPOSIÇÕES

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA -

ORGANIZAÇÃO

- PROMOTORIAS COM MAIS DE 1 INTEGRANTE: serão escolhidos Promotores para a função de Secretário Executivo e respectivo suplente (prazo de 1 ano com recondução por + 1 ano consecutivo);

- CADA PROMOTORIA ENVIA AO PROCURADOR-GERAL SUGESTÃO DE DIVISÃO INTERNA DOS SERVIÇOS;

- CADA PROMOTORIA MANTEM LIVROS/PASTAS/ ARQUIVOS PARA REGISTRO E CONTROLE;

- RELIZAM REUNIÕES PARA TRATAR DE SEUS INTERESSES (MENSALMENTE).

casa do concurseiro

DISPOSIÇÕES - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA -

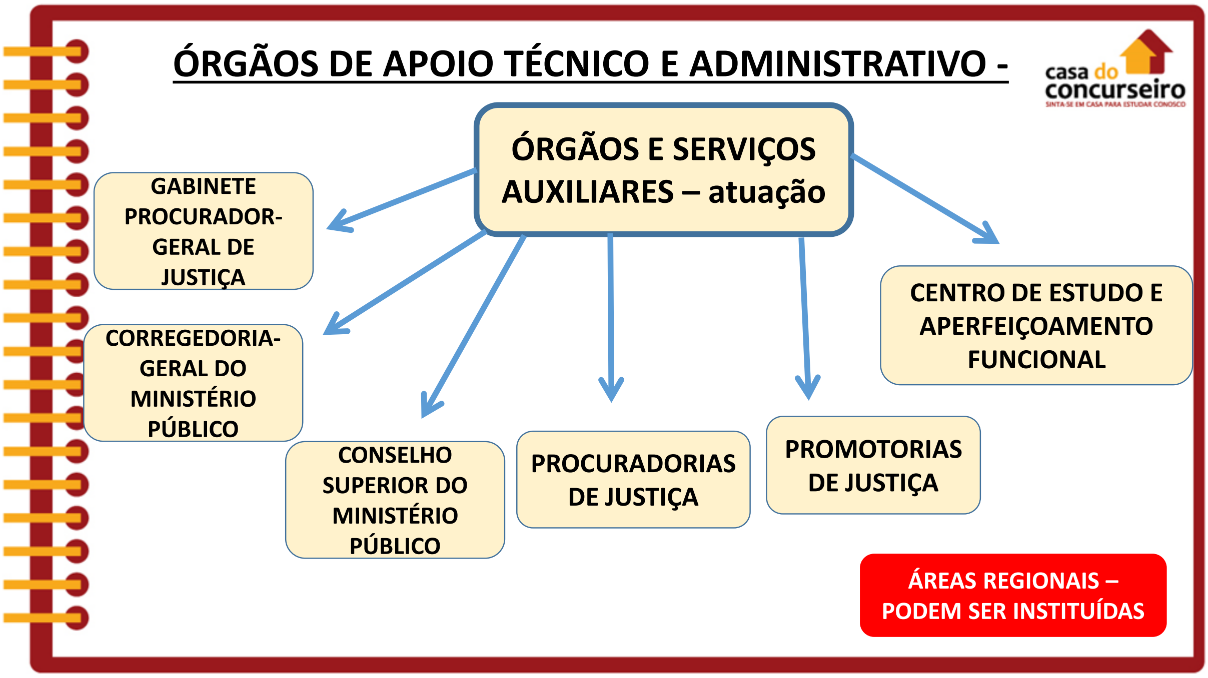
PROMOTORIAS

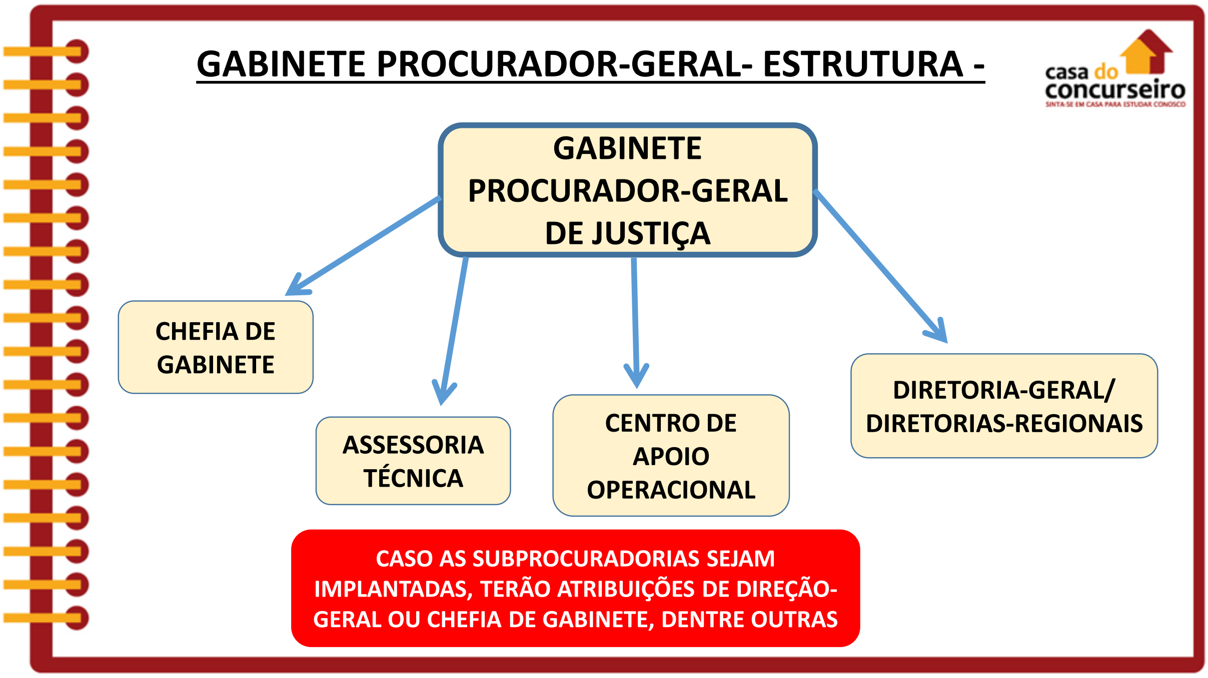
- **ESPECIALIZADAS:** têm suas funções definidas pela espécie de infração penal, pela natureza da relação jurídica de direito civil ou pela competência de determinado órgão jurisdicional, fixada exclusivamente em razão da matéria.
- **CRIMINAIS:** Têm suas funções definidas para a esfera penal, exclusivamente, sem distinção entre espécies de infração penal ou de órgão jurisdicional com competência fixada exclusivamente em razão da matéria.
- **CÍVEIS:** têm suas funções definidas para a esfera civil, sem distinção quanto a natureza da relação jurídica de direito civil ou de órgão jurisdicional com competência fixada exclusivamente em razão da matéria.
- **CUMULATIVAS OU GERAIS:** aquelas cujos cargos que as integram têm, simultaneamente, as funções daqueles que compõem as Promotorias Criminais e Cíveis.

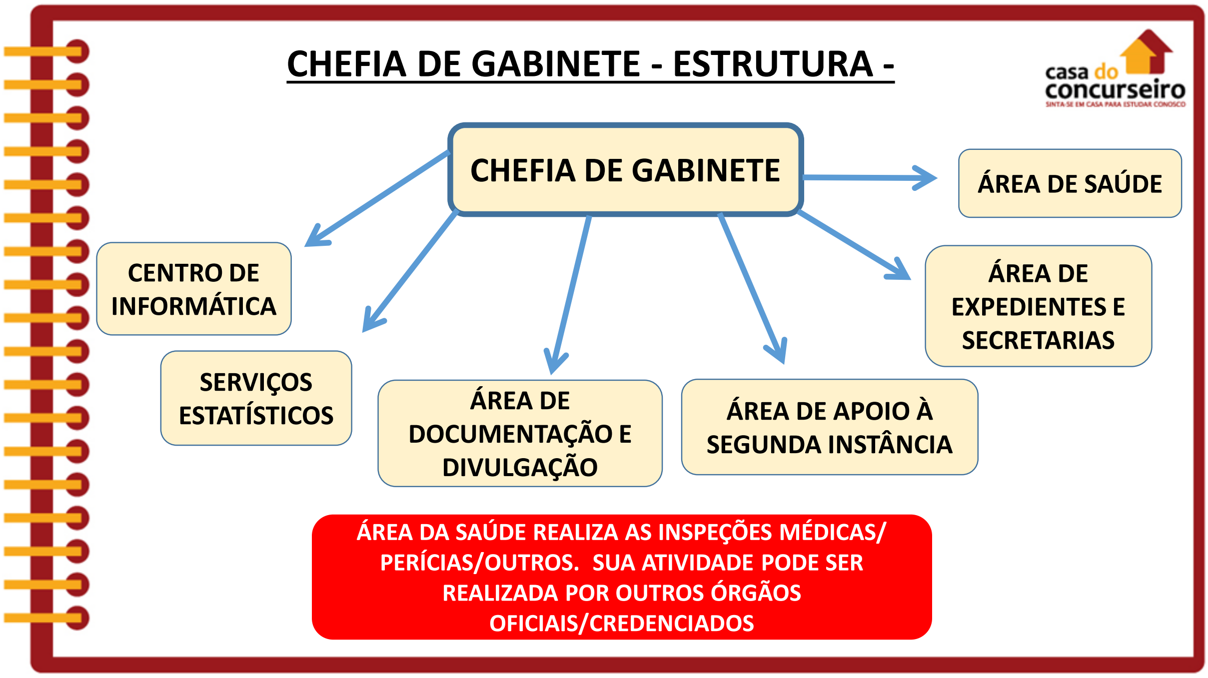
DISPOSIÇÕES - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA -

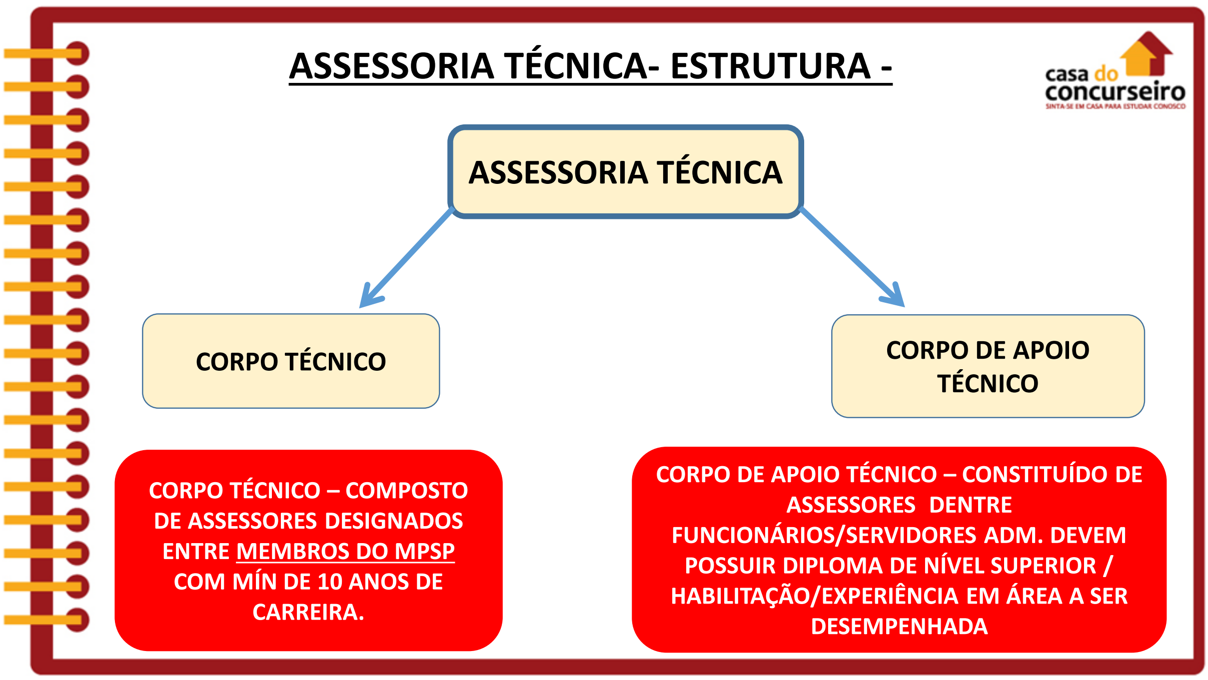
PROMOTORIAS

- **GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL** – Dependem de aprovação pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.
- **ATO DO PROCURADOR GERAL** – É quem organiza as promotorias e define a classificação: Criminal, Especializada, Cível Cumulativas ou Gerais.
- **SERVIÇOS AUXILIARES:** Realizam o suporte administrativo necessário para o funcionamento das promotorias.

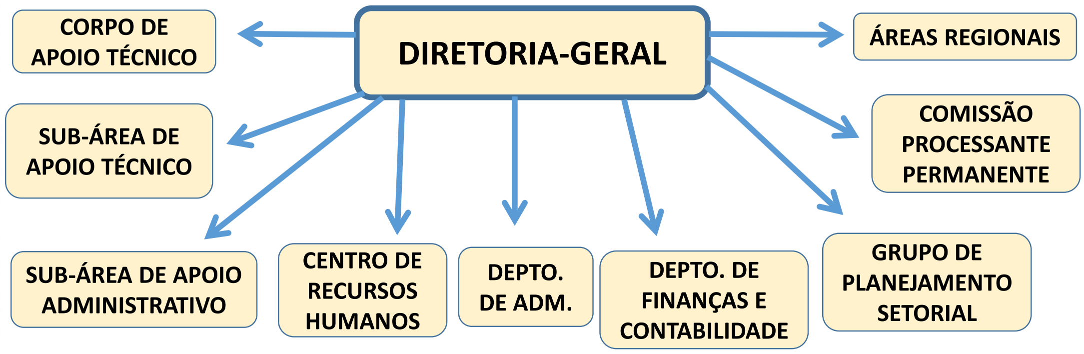

ÓRGÃOS DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO -
ÓRGÃOS E SERVIÇOS AUXILIARES – atuação
GABINETE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
CENTRO DE ESTUDO E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
ÁREAS REGIONAIS – PODEM SER INSTITUÍDAS


GABINETE PROCURADOR-GERAL- ESTRUTURA -
GABINETE PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
CHEFIA DE GABINETE
ASSESSORIA TÉCNICA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
DIRETORIA-GERAL/ DIRETORIAS-REGIONAIS
CASO AS SUBPROCURADORIAS SEJAM IMPLANTADAS, TERÃO ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO-GERAL OU CHEFIA DE GABINETE, DENTRE OUTRAS


CHEFIA DE GABINETE - ESTRUTURA -
casa do concurseiro
CHEFIA DE GABINETE
ÁREA DE SAÚDE
CENTRO DE INFORMÁTICA
ÁREA DE EXPEDIENTES E SECRETARIAS
SERVIÇOS ESTATÍSTICOS
ÁREA DE DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO
ÁREA DE APOIO À SEGUNDA INSTÂNCIA
ÁREA DA SAÚDE REALIZA AS INSPEÇÕES MÉDICAS/ PERÍCIAS/OUTROS. SUA ATIVIDADE PODE SER REALIZADA POR OUTROS ÓRGÃOS OFICIAIS/CREDENCIADOS


ASSESSORIA TÉCNICA- ESTRUTURA -
casa do concurseiro
ASSESSORIA TÉCNICA
CORPO TÉCNICO
CORPO DE APOIO TÉCNICO
CORPO TÉCNICO – COMPOSTO DE ASSESSORES DESIGNADOS ENTRE MEMBROS DO MPSP COM MÍN DE 10 ANOS DE CARREIRA.
CORPO DE APOIO TÉCNICO – CONSTITUÍDO DE ASSESSORES DENTRE FUNCIONÁRIOS/SERVIDORES ADM. DEVEM POSSUIR DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR / HABILITAÇÃO/EXPERIÊNCIA EM ÁREA A SER DESEMPENHADA

DIRETORIA-GERAL- ESTRUTURA -



COMPETÊNCIAS – ÓRGÃOS DIRETORIA-GERAL

CORPO DE APOIO TÉCNICO – Assistência ao DG em sua área de atuação.

SUB-ÁREA DE APOIO TÉCNICO – Elabora mapas/planilhas/quadros/pesquisas/ pareceres/ofícios/contratos/gráficos.

SUB ÁREA DE APOIO ADMINISTRATIVO - Recebe/Registra papéis, expede correspondências, executa serviços de datilografia, etc.

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS – Assiste as autoridades nos assuntos relacionados à Administração de Pessoa; executa/orienta/controla/opina nas questões relativas à esta matéria.

COMPETÊNCIAS – ÓRGÃOS DIRETORIA-GERAL

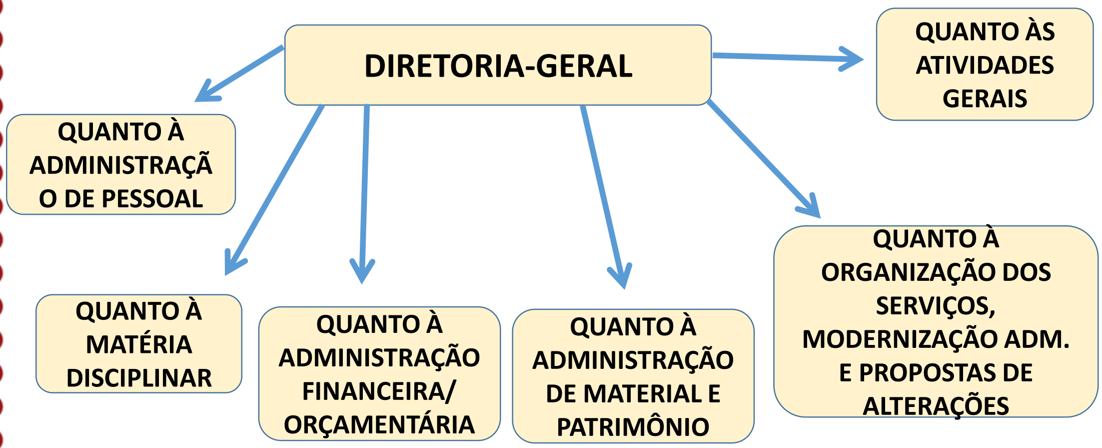
CENTRO DE FINANÇAS E CONTROLE– Supervisiona serviços de contabilidade, execução orçamentária, tomada de contas, emite pareceres, elabora tabelas contemplando aspectos contábeis e orçamentários, dentre outros.

GRUPO DE PLANEJAMENTO SETORIAL – Atribuições definidas em legislação pertinente.

COMISSÃO PROCESSANTE PERMANENTE– Conduz processos administrativos/sindicâncias de funcionários/servidores do MPSP.

ÁREAS REGIONAIS- Tanto da CAPITAL como do INTERIOR Recebem/Registram autos de processos judiciais, papéis e documentos relativos à primeira instância.

DIRETORIA-GERAL- COMPETÊNCIAS



COMPETÊNCIAS – DIREÇÃO GERAL

MATÉRIA DE PESSOAL

•dar posse e exercício aos funcionários e servidores do Ministério Público, inclusive àqueles nomeados para cargos em comissão, bem como de direção e chefia;

• aprovar a indicação ou designar funcionários ou servidores para responder pelo expediente das unidades subordinadas, bem como de substitutos de cargos, funções-atividades ou funções de serviço público de direção, chefia ou encarregatura;.

*Autoriza:
1. o pagamento de diárias a funcionários e servidores, até 30 (trinta) dias;
2. o pagamento de transportes a funcionários e servidores, bem como ajuda de custo, na forma da legislação pertinente;

* CONCEDE:
1. licença a funcionários para tratar de interesses particulares;
2. adicionais por tempo de serviço e sexta-parte, bem como, conceder ou suprimir salário-família aos membros do Ministério Público;

COMPETÊNCIAS – DIREÇÃO GERAL

MATÉRIA DISCIPLINAR

•Determinar:
1. a instauração de processo administrativo ou sindicância, inclusive para apuração de responsabilidade em acidentes com veículos oficiais;

2. as providências para instauração de inquérito policial;
b) ordenar ou prorrogar a suspensão preventiva de funcionário ou servidor, até 30 (trinta) dias;
c) aplicar pena de repreensão e suspensão, limitada a 30 (trinta) dias, bem como converter em multa a suspensão aplicada;

COMPETÊNCIAS – DIREÇÃO GERAL

MATÉRIA FINANCEIRA/ORÇAMENTÁRIA

• Elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público, com dotação própria, devidamente instruída e quanto à sua aplicação e execução submetendo-a à apreciação do Procurador-Geral de Justiça;

•Autorizar:
1. despesa dentro dos limites impostos pelas dotações liberadas para as respectivas unidades de despesa, bem como firmar contratos, quando for o caso;

•Realiza adiantamento.

COMPETÊNCIAS – DIREÇÃO GERAL

MATÉRIA ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL/PATRIMÔNIO

*** Assinar editais de concorrência;**

*** Decidir sobre assuntos relativos a licitação, nas modalidades de Tomada de Preços e Convite, podendo exercer as atribuições referidas no artigo 19, inciso IX, letra "c", nº 1 a 9, desta lei complementar, bem como aplicar penalidade, exceto a de decretação de inidoneidade para licitar ou contratar;**

*** Autorizar, mediante ato específico, autoridades subordinadas, a requisitarem transporte de material por conta do Estado;**

COMPETÊNCIAS – DIREÇÃO GERAL

ATIVIDADES GERAIS

* Assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções;

* Propor o programa de trabalho das unidades subordinadas e as alterações que se fizerem necessárias;

* Coordenar, orientar e acompanhar as atividades das unidades subordinadas;

* Zelar pelo cumprimento dos prazos fixados para o desenvolvimento dos trabalhos;

* Baixar normas de funcionamento das unidades subordinadas;

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Administrativo

Professor Cristiano de Souza

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/1992)

O dever de punição dos atos de improbidade administrativa tem fundamento constitucional no art. 37, § 4º, da CF/88, senão vejamos:

> **Art. 37, § 4º** – Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Consequentemente, a condenação por improbidade administrativa poderá implicar em suspensão dos direitos políticos por força do art. 15, inciso IV, da Carta Maior.

> **Art. 15.** É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:
>
> **V –** improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Mas foi somente em 1992, que o legislador regulamentou o texto constitucional com a publicação da Lei nº 8.429/1992 dispondo sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional a qual passamos a analisar a partir de agora.

Anotações:

Lei nº 8.429, de 2 de Junho de 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Os atos de improbidade praticados por **qualquer AGENTE PÚBLICO**, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei.

Parágrafo único. Estão também sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Dica: Entidades ou Bens protegidos pela Lei:

- administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território,
- Empresa incorporada ao patrimônio público ou de
- Entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra **com mais de 50%** do patrimônio ou da receita anual
- contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de **órgão público**,
- bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra **com menos de 50%** do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

Art. 2º Reputa-se **agente público**, para os efeitos desta lei, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

Art. 3º As disposições desta lei **são aplicáveis**, no que couber, àquele que, **mesmo não sendo agente público (terceiro particular)**, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma **direta ou indireta**.

Art. 4º Os **agentes públicos** de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

Dica: Cade o princípio da eficiência? R: esta lei é de 1992 e o princípio da eficiência foi introduzido somente em 1998, com a EC nº 19 na CF/1988.

Art. 5º Ocorrendo **lesão ao patrimônio público** por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do **agente ou de terceiro**, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Art. 6º No caso de **enriquecimento ilícito**, perderá o **agente público ou terceiro** beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar **lesão ao patrimônio público OU ensejar enriquecimento ilícito**, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o *caput* deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

Art. 8º O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.

CAPÍTULO II
DOS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

<table>
<tr><th colspan="3">QUADRO SISTEMÁTICO SOBRE OS ATOS DE IMPROBIDADE</th></tr>
<tr><td colspan="3">Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.</td></tr>
<tr><td>Art. 6º No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público ou terceiro beneficiário os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.</td><td>Art. 5º Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.</td><td></td></tr>
</table>

Seção I Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam **Enriquecimento Ilícito**	**Seção II** Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam **Prejuízo ao Erário**	**Seção III** Dos Atos de Improbidade Administrativa que **Atentam Contra os Princípios da Administração Pública**
Art. 9º Constitui ato de improbidade administrativa importando enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade nas entidades mencionadas no art. 1º desta lei, e notadamente: **I –** receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público; **II –** perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado; **III –** perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;	**Art. 10.** Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente: **I –** facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei; **II –** permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; **III –** doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, sem observância das formalidades legais e	**Art. 11.** Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: **I –** praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; **II –** retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; **III –** revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo; **IV –** negar publicidade aos atos oficiais; **V –** frustrar a licitude de concurso público; **VI –** deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; **VII –** revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

IV – utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades; **V –** receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem; **VI –** receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre medição ou avaliação em obras públicas ou qualquer outro serviço, ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de mercadorias ou bens fornecidos a qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei; **VII –** adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público;	regulamentares aplicáveis à espécie; **IV –** permitir ou facilitar a alienação, permuta ou ou à disposição de locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º desta lei, ou ainda a prestação de serviço por parte delas, por preço inferior ao de mercado; **V –** permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado; **VI –** realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea; **VII –** conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie; **VIII –** frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente; **IX –** ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento; **X –** agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;	

VIII – aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade;	**XI –** liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular; **XII –** permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;	
IX – perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza; **X –** receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado; **XI –** incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei; **XII –** usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º desta lei.	**XIII –** permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades. **XIV –** celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da gestão associada sem observar as formalidades previstas na lei; **XV –** celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.	

PENAS Art. 12		
I – na hipótese do art. 9	**II –** na hipótese do art. 10	**III –** na hipótese do art. 11
• ressarcimento integral do dano, **quando houver,**	• ressarcimento integral do dano,	• ressarcimento integral do dano, **se houver,**
• perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio,	• perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância,	

• perda da função pública,	• perda da função pública,	• perda da função pública,
• suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos,	• suspensão dos direitos políticos de 5 a 8 anos,	• suspensão dos direitos políticos de 3 a 5 anos,
• pagamento de multa civil de até **03 vezes** o valor do **acréscimo patrimonial** e	• pagamento de multa civil de até **02 vezes** o valor **do dano** e	• pagamento de multa civil de até **100 vezes** o valor da **remuneração** percebida pelo **agente** e
• proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **10 anos**;	• proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **05 anos**;	• proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 0**3 anos.**

CAPÍTULO III
DAS PENAS

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas **isolada ou cumulativamente**, de acordo com a gravidade do fato:

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

II – na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;

III – na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o **juiz levará em conta a extensão do dano causado**, assim como **o proveito patrimonial obtido pelo agente.**

CAPÍTULO IV
DA DECLARAÇÃO DE BENS

Art. 13. A **posse** e o **exercício** de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, **excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico**.

§ 2º A declaração de bens será anualmente **atualizada** e na data em que o agente público **deixar** o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a **pena de demissão**, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no *caput* e no § 2º deste artigo.

CAPÍTULO V
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL

Art. 14. **Qualquer pessoa** poderá representar à **autoridade administrativa** competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

§ 1º A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento.

§ 2º A **autoridade administrativa** rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas no § 1º deste artigo. **A rejeição não impede a representação ao Ministério Público**, nos termos do art. 22 desta lei.

§ 3º Atendidos os requisitos da representação, a **autoridade** determinará a imediata apuração dos fatos que, em se tratando de servidores federais, será processada na forma prevista nos arts. 148 a 182 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (trata do Processo Disciplinar) e, em se tratando de servidor militar, de acordo com os respectivos regulamentos disciplinares.

Art. 15. A **comissão processante** dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência **de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade.**

Parágrafo único. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas **poderá, a requerimento**, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

Art. 16. Havendo **fundados indícios** de responsabilidade, a **comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão** para que **requeira ao juízo** competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de sequestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil. (forma de Medida Cautelar)

Dica: CPC – Do Sequestro

Art. 822. O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o sequestro:

I – de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações;

II – dos frutos e rendimentos do imóvel reivindicando, se o réu, depois de condenado por sentença ainda sujeita a recurso, os dissipar;

III – dos bens do casal, nas ações de separação judicial e de anulação de casamento, se o cônjuge os estiver dilapidando;

IV – nos demais casos expressos em lei.

Art. 823. Aplica-se ao sequestro, no que couber, o que este Código estatui acerca do arresto.

Art. 824. Incumbe ao juiz nomear o depositário dos bens sequestrados. A escolha poderá, todavia, recair:

I – em pessoa indicada, de comum acordo, pelas partes;

II – em uma das partes, desde que ofereça maiores garantias e preste caução idônea.

Art. 825. A entrega dos bens ao depositário far-se-á logo depois que este assinar o compromisso.

Parágrafo único. Se houver resistência, o depositário solicitará ao juiz a requisição de força policial.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

Art. 17. A **ação principal**, **<u>que terá o rito ordinário</u>**, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de **30 dias** da **<u>efetivação</u>** da medida cautelar.

Dica: Medida Cautelar no Código de Processo Civil

Art. 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.

§ 1º <u>É vedada a transação, acordo ou conciliação</u> (TAC) nas ações de que trata o *caput*.

§ 2º A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.

§ 3º No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no <u>§ 3º do art. 6º da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965</u>.

Dica: Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965 – **Regula a ação popular**.

Art. 6º A ação será proposta contra as pessoas públicas ou privadas e as entidades referidas no art. 1º, contra as autoridades, funcionários ou administradores que houverem autorizado, aprovado, ratificado ou praticado o ato impugnado, ou que, por omissas, tiverem dado oportunidade à lesão, e contra os beneficiários diretos do mesmo.

§ 3º A pessoas jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, **<u>poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor</u>**, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

§ 4º O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, **atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei**, sob pena de nulidade.

§ 5º A propositura da ação **<u>prevenirá a jurisdição do juízo</u>** para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

§ 6º A ação será instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade ou com razões fundamentadas da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas, observada a legislação vigente, inclusive as disposições inscritas nos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil.

Dica: CPC – Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 16. Responde por perdas e danos aquele que pleitear de má-fé como autor, réu ou interveniente.

Art. 17. Reputa-se litigante de má-fé aquele que:

I – deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;

II – alterar a verdade dos fatos;

III – usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV – opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V – proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI – provocar incidentes manifestamente infundados.

VII – interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou.

§ 1º Quando forem dois ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção do seu respectivo interesse na causa, ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

§ 2º O valor da indenização será desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.

§ 7º Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a **notificação do requerido**, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, **dentro do prazo de 15 dias**.

§ 8º Recebida a manifestação, o juiz, no prazo de **30 dias**, em decisão fundamentada, **rejeitará a ação**, se convencido da inexistência do ato de improbidade, da improcedência da ação **ou** da inadequação da via eleita.

§ 9º Recebida a petição inicial, será o réu citado para apresentar **contestação**.

§ 10. Da decisão que **receber a petição inicial**, caberá agravo de instrumento (A.I.).

§ 11. Em qualquer fase do processo, reconhecida a inadequação da ação de improbidade, o **juiz extinguirá o processo sem julgamento do mérito**.

§ 12. Aplica-se aos depoimentos ou inquirições realizadas nos processos regidos por esta Lei o disposto no art. 221, *caput* e § 1º, do Código de Processo Penal.

Dica: CPP – **Art. 221.** O Presidente e o Vice-Presidente da República, os senadores e deputados federais, os ministros de Estado, os governadores de Estados e Territórios, os secretários de Estado, os prefeitos do Distrito Federal e dos Municípios, os deputados às Assembléias Legislativas Estaduais, os membros do Poder Judiciário, os ministros e juízes dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal, bem como os do Tribunal Marítimo serão inquiridos em local, dia e hora previamente ajustados entre eles e o juiz.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente da República, os presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal poderão optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício.

Art. 18. A sentença que **julgar procedente** ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Parágrafo único. Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos **danos materiais, morais ou à imagem** que houver provocado.

Art. 20. A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos **só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.**

Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

Art. 21. A aplicação das sanções previstas nesta lei **independe**:

I – da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, salvo quanto à pena de ressarcimento;

II – da **aprovação ou rejeição** das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.

Art. 22. Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público, de ofício, a requerimento de autoridade administrativa ou mediante representação formulada de acordo com o disposto no art. 14, poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

CAPÍTULO VII
DA PRESCRIÇÃO

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei **podem ser propostas**:

I – até **05 anos** após o **término do exercício** de mandato, de cargo em comissão (CC) ou de função de confiança (FC);

II – dentro do prazo prescricional **previsto em lei específica** para faltas disciplinares puníveis com **demissão a bem do serviço público**, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

Dica: Lei nº 8.112/1990. **Art. 142.** A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com **demissão**, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição **começa a correr** da **data em que o fato se tornou conhecido.**

Anotações:

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Administrativo

Professor Leandro Roitman

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968

TÍTULO VI

Dos Deveres, das Proibições e das Responsabilidades

CAPÍTULO I DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

Seção I DOS DEVERES

Art. 241. São deveres do funcionário:

I – ser assíduo e pontual;

II – cumprir as ordens superiores, representando quando forem manifestamente ilegais;

III – desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

IV – guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências;

V – representar aos superiores sobre todas as irregularidades de que tiver conhecimento no exercício de suas funções;

VI – tratar com urbanidade os companheiros de serviço e as partes;

VII – residir no local onde exerce o cargo ou, onde autorizado;

VIII – providenciar para que esteja sempre em ordem, no assentamento individual, a sua declaração de família;

IX – zelar pela economia do material do Estado e pela conservação do que for confiado à sua guarda ou utilização;

X – apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme eterminado, quando for o caso;

XI – atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias ou administrativas, para defesa do Estado, em Juízo;

XII – cooperar e manter espírito de solidariedade com os companheiros de trabalho,

XIII – estar em dia com as leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço que digam respeito às suas funções; e

XIV – proceder na vida pública e privada na forma que dignifique a função pública.

Seção II DAS PROIBIÇÕES

Art. 242. Ao funcionário é proibido:

I – referir-se depreciativamente, em informação, parecer ou despacho, ou pela imprensa, ou qualquer meio de divulgação, às autoridades constituídas e aos atos da Administração, podendo, porém, em trabalho devidamente assinado, apreciá-los sob o aspecto doutrinário e da organização eficiência do serviço;

II – retirar, sem prévia permissão da autoridade competente, qualquer documento ou objeto existente na repartição;

III – entreter-se, durante as horas de trabalho, em palestras, leituras ou outras atividades estranhas ao serviço;

IV – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

V – tratar de interesses particulares na repartição;

VI – promover manifestações de apreço ou desapreço dentro da repartição, ou tornar-se solidário com elas;

VII – exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos dentro da repartição; e

VIII – empregar material do serviço público em serviço particular.

Art. 243. É proibido ainda, ao funcionário:

I – fazer contratos de natureza comercial e industrial com o Governo, por si, ou como representante de outrem;

II – participar da gerência ou administração de empresas bancárias ou industriais, ou de sociedades comerciais, que mantenham relações comerciais ou administrativas com o Governo do Estado, sejam por este subvencionadas ou estejam diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;

III – requerer ou promover a concessão de privilégios, garantias de juros ou outros favores semelhantes, federais, estaduais ou municipais, exceto privilégio de invenção própria;

IV – exercer, mesmo fora das horas de trabalho, emprego ou função em empresas, estabelecimentos ou instituições que tenham relações com o Governo, em matéria que se relacione com a finalidade da repartição ou serviço em que esteja lotado;

V – aceitar representação de Estado estrangeiro, sem autorização do Presidente da República;

VI – comerciar ou ter parte em sociedades comerciais nas condições mencionadas no item II deste artigo, podendo, em qualquer caso, ser acionista, quotista ou comanditário;

VII – incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

VIII – praticar a usura;

IX – constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer repartição pública, exceto quando se tratar de interesse de cônjuge ou parente até segundo grau;

X – receber estipêndios de firmas fornecedoras ou de entidades fiscalizadas, no País, ou no estrangeiro, mesmo quando estiver em missão referente à compra de material ou fiscalização de qualquer natureza;

XI – valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar atividade estranha às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito; e

XII – fundar sindicato de funcionários ou deles fazer parte.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição dos itens II e I deste artigo, a participação do funcionário em sociedades em que o Estado seja acionista, bem assim na direção ou gerência de cooperativas e associações de classe, ou como seu sócio.

Art. 244. É vedado ao funcionário trabalhar sob as ordens imediatas de parentes, até segundo grau, salvo quando se tratar de função de confiança e livre escolha, não podendo exceder a 2 (dois) o número de auxiliares nessas condições.

CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES

Art. 245. O funcionário é responsável por todos os prejuízos que, nessa qualidade, causar à Fazenda Estadual, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único. Caracteriza-se especialmente a responsabilidade:

I – pela sonegação de valores e objetos confiados à sua guarda ou responsabilidade, ou por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecidos nas leis, regulamentos, regimentos, instruções e ordens de serviço;

II – pelas faltas, danos, avarias e quaisquer outros prejuízos que sofrerem os bens e os materiais sob sua guarda, ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

III – pela falta ou inexatidão das necessárias averbações nas notas de despacho, guias e outros documentos da receita, ou que tenham com eles relação; e

IV – por qualquer erro de cálculo ou redução contra a Fazenda Estadual.

Art. 246. O funcionário que adquirir materiais em desacordo com disposições legais e regulamentares, será responsabilizado pelo respectivo custo, sem prejuízo das penalidades disciplinares cabíveis, podendo-se proceder ao desconto no seu vencimento ou remuneração.

Art. 247. Nos casos de indenização à Fazenda Estadual, o funcionário será obrigado a repor, de uma só vez, a importância do prejuízo causado em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais.

Art. 248. Fora dos casos incluídos no artigo anterior, a importância da indenização poderá ser descontada do vencimento ou remuneração não excedendo o desconto à 10ª (décima) parte do valor destes.

Parágrafo único. No caso do item IV do parágrafo único do artigo 245, não tendo havido má-fé, será aplicada a pena de repreensão e, na reincidência, a de suspensão.

Art. 249. Será igualmente responsabilizado o funcionário que, fora dos casos expressamente previstos nas leis, regulamentos ou regimentos, cometer a pessoas estranhas às repartições, o desempenho de encargos que lhe competirem ou aos seus subordinados.

Art. 250. A responsabilidade administrativa não exime o funcionário da responsabilidade civil ou criminal que no caso couber, nem o pagamento da indenização a que ficar obrigado, na forma dos artigos 247 e 248, o exame da pena disciplinar em que incorrer.

§ 1º A responsabilidade administrativa é independente da civil e da criminal. (NR)

§ 2º Será reintegrado ao serviço público, no cargo que ocupava e com todos os direitos e vantagens devidas, o servidor absolvido pela Justiça, mediante simples comprovação do trânsito em julgado de decisão que negue a existência de sua autoria ou do fato que deu origem à sua demissão. (NR)

§ 3º O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena. (NR) (Parágrafos 1º, 2º e 3º acrescentados pelo art. 2º, I da Lei Complementar n. 942, de 6.6.2003).

TÍTULO VII

Das Penalidades, da Extinção da Punibilidade e das Providências Preliminares (Nr)

(Redação dada pelo artigo 1º, II da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003)

CAPÍTULO I
DAS PENALIDADES E DE SUA APLICAÇÃO

Art. 251. São penas disciplinares:

I – repreensão;

II – suspensão;

III – multa;

IV – demissão;

V – demissão a bem do serviço público; e

VI – cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Art. 252. Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.

Art. 253. A pena de repreensão será aplicada por escrito, nos casos de indisciplina ou falta de cumprimento dos deveres.

Art. 254. A pena de suspensão, que não excederá de 90 (noventa) dias, será aplicada em caso de falta grave ou de reincidência.

§ 1º O funcionário suspenso perderá todas as vantagens e direitos decorrentes do exercício do cargo.

§ 2º A autoridade que aplicar a pena de suspensão poderá converter essa penalidade em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, sendo o funcionário, nesse caso, obrigado a permanecer em serviço.

Art. 255. A pena de multa será aplicada na forma e nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento.

Art. 256. Será aplicada a pena de demissão nos casos de:

I – abandono de cargo;

II – procedimento irregular, de natureza grave;

III – ineficiência no serviço;

IV – aplicação indevida de dinheiros públicos, e

V – ausência ao serviço, sem causa justificável, por mais de 45 (quarenta e cinco) dias, interpoladamente, durante 1 (um) ano.

§ 1º Considerar-se -á abandono de cargo, o não comparecimento do funcionário por mais de (30) dias consecutivos ex vi do artigo 63.

§ 2º A pena de demissão por ineficiência no serviço, só será aplicada quando verificada a impossibilidade de readaptação.

Art. 257. Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço público ao funcionário que:

I – for convencido de incontinência pública e escandalosa e de vício de jogos proibidos;

II – praticar ato definido como crime contra a administração pública, a fé pública e a Fazenda Estadual, ou previsto nas leis relativas à segurança e à defesa nacional; (NR)

(Redação dada pelo art. 1º, II da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

III – revelar segredos de que tenha conhecimento em razão do cargo, desde que o faça dolosamente e com prejuízo para o Estado ou particulares;

IV – praticar insubordinação grave;

V – praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa;

VI – lesar o patrimônio ou os cofres públicos;

VII – receber ou solicitar propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, diretamente ou por intermédio de outrem, ainda que fora de suas funções mas em razão delas;

VIII – pedir, por empréstimo, dinheiro ou quaisquer valores a pessoas que tratem de interesses ou o tenham na repartição, ou estejam sujeitos à sua fiscalização;

IX – exercer advocacia administrativa; e

X – apresentar com dolo declaração falsa em matéria de salário-família, sem prejuízo da responsabilidade civil e de procedimento criminal, que no caso couber.

XI – praticar ato definido como crime hediondo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo; (NR)

XII – praticar ato definido como crime contra o Sistema Financeiro, ou de lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores; (NR)

XIII – praticar ato definido em lei como de improbidade. (NR) Incisos XI, XII e XIII acrescentados pelo art. 2º, II da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

Art. 258. O ato que demitir o funcionário mencionará sempre a disposição legal em que se fundamenta.

Art. 259. Será aplicada a pena de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, se ficar provado que o inativo:

I – praticou, quando em atividade, falta grave para a qual é cominada nesta Lei a pena de demissão ou de demissão a bem do serviço público;

II – aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III – aceitou representação de Estado estrangeiro sem prévia autorização do Presidente da República; e

V – praticou a usura em qualquer de suas formas.

Art. 260. Para aplicação das penalidades previstas no artigo 251, são competentes:

I – o Governador;

II – os Secretários de Estado, o Procurador Geral do Estado e os Superintendentes de Autarquia; (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

III – os Chefes de Gabinete, até a de suspensão; (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

IV – os Coordenadores, até a de suspensão limitada a 60 (sessenta) dias; e (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

V – os Diretores de Departamento e Divisão, até a de suspensão limitada a 30 (trinta) dias. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

Parágrafo único. Havendo mais de um infrator e diversidade de sanções, a competência será da autoridade responsável pela imposição da penalidade mais grave. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

Art. 261. Extingue-se a punibilidade pela prescrição: (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

I – da falta sujeita à pena de repreensão, suspensão ou multa, em 2 (dois) anos; (NR) (Redação dada pelo art. 1º, da Lei Complementar nº 61, de 21.8.1972).

II – da falta sujeita à pena de demissão, de demissão a bem do serviço público e de cassação da aposentadoria ou disponibilidade, em 5 (cinco) anos; (NR) (Redação dada pelo

art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

III – da falta prevista em lei como infração penal, no prazo de prescrição em abstrato da pena criminal, se for superior a 5 (cinco) anos. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

§ 1º A prescrição começa a correr: (NR)

1. do dia em que a falta for cometida; (NR)

2. do dia em que tenha cessado a continuação ou a permanência, nas faltas continuadas ou permanentes. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

§ 2º Interrompem a prescrição a portaria que instaura sindicância e a que instaura processo administrativo. (NR) Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.2003).

§ 3º O lapso prescricional corresponde: (NR)

1. na hipótese de desclassificação da infração, ao da pena efetivamente aplicada; (NR)

2. na hipótese de mitigação ou atenuação, ao da pena em tese cabível. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

§ 4º A prescrição não corre: (NR)

1. enquanto sobrestado o processo administrativo para aguardar decisão judicial, na forma do parágrafo 3º do artigo 250; (NR)

2. enquanto insubsistente o vínculo funcional que venha a ser restabelecido. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

§ 5º Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor. (NR) (Redação dada pelo art. 1º, III da Lei Complementar nº 942, de 6.6.2003).

§ 6º A decisão que reconhecer a existência de prescrição deverá desde logo determinar, quando for o caso, as providências necessárias à apuração da responsabilidade pela sua ocorrência. (NR)

Art. 262. O funcionário que, sem justa causa, deixar de atender a qualquer exigência para cujo cumprimento seja marcado prazo certo, terá suspenso o pagamento de seu vencimento ou remuneração até que satisfaça essa exigência.

Parágrafo único. Aplica-se aos aposentados ou em disponibilidade o disposto neste artigo.

Art. 263. Deverão constar do assentamento individual do funcionário todas as penas que lhe forem impostas.

casa do concurseiro

sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Administrativo

Professora Bruna Refosco

DISPOSIÇÕES GERAIS

A QUEM SE APLICA??? (art.1º)

Executivo/Legislativo/Judiciário

- **Adm. Direta**
- **Adm. Indireta**
- **Entidades privadas (convênios/parcerias/contratos/subvenção pública).**

SERVE PARA QUÊ??? Para obter as informações relativas ao seu interesse particular ou coletivo, salvo os casos que envolvam a segurança do Estado.

- Serve para a Administração adotar medidas para franquear a consulta aos documentos;
- Acesso dos usuários aos atos de governo e registros administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS – ARTS. 3º ao 5º

- **DIRETRIZES BÁSICAS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO:**

  I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

  II – divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

  III – utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

  IV – fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

  V – desenvolvimento do controle social da administração pública

+ART.37 CF/88

CONCEITOS IMPORTANTES – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO – dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; (ou seja, DADOS DE QUALQUER FORMA, QUE AINDA NÃO PASSARAM POR UM CRITÉRIO DE VALIDAÇÃO).

DOCUMENTO – unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato; (pode ser então escrito/gravado/filmado/fotografado/esculpido, etc).

INFORMAÇÃO SIGILOSA – aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; (aqui temos uma EXCEÇÃO à LAI e ao princípio da publicidade).

INFORMAÇÃO PESSOAL – aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; (aqui é uma das hipóteses de incidência da LAI).

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação; (Outra incidência da LAI – a forma como a informação será guardada)

DISPONILIDADE – qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados; (nada mais é do que o oposto da informação sigilosa).

AUTENTICIDADE – qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

INTEGRIDADE – qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; (Não teve revisões, supressões ou adições).

PRIMARIEDADE – qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. (Nada mais é do que a informação chamada de "crua").

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO

Os entes a quem se aplica esta Lei devem:

Gerir a Informação. de forma transparente	Proteger a Informação. Para garantir a sua integridade e disponibilidade.	Proteger a informação sigilosa, restringindo o acesso neste caso.

Afinal, essas informações são relativas a quê??

- Atividades desempenhadas pelos órgãos e os serviços que prestam;
- Como os recursos públicos são utilizados (licitações, contratos e prestações de contas);
- Implementação de programas com os resultados obtidos;
- Realização de auditorias e inspeções.

E onde se divulgam as informações?

- Lugares legítimos para publicação (ex. DOE, DOJ, DOU, etc);
- Sítios oficiais (sites na internet. Ex. Portal da Transparência do Governo Federal, das Assembléias Legislativas, etc).

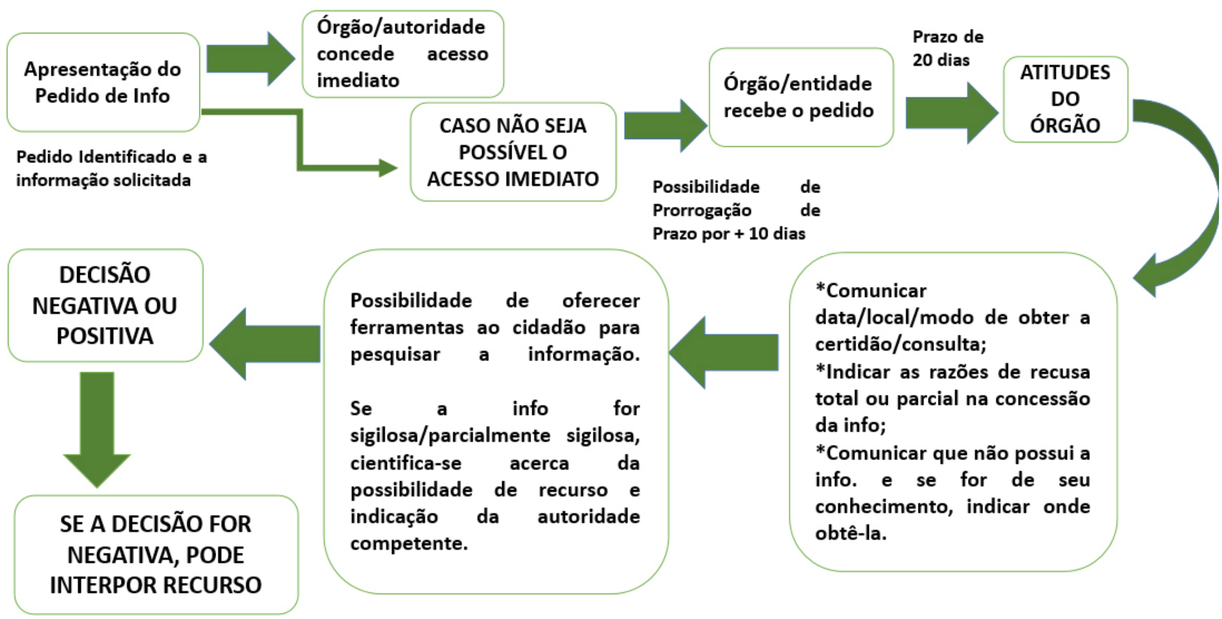
Considerações Relevantes

- No caso de uma informação ser parcialmente sigilosa, a informação também será prestada de forma parcial, via certidão/extrato/cópia;
- Pesquisa e desenvolvimento científico são exceções à garantia da informação;
- Se a informação for negada de forma imotivada, o responsável sofrerá medidas disciplinares.

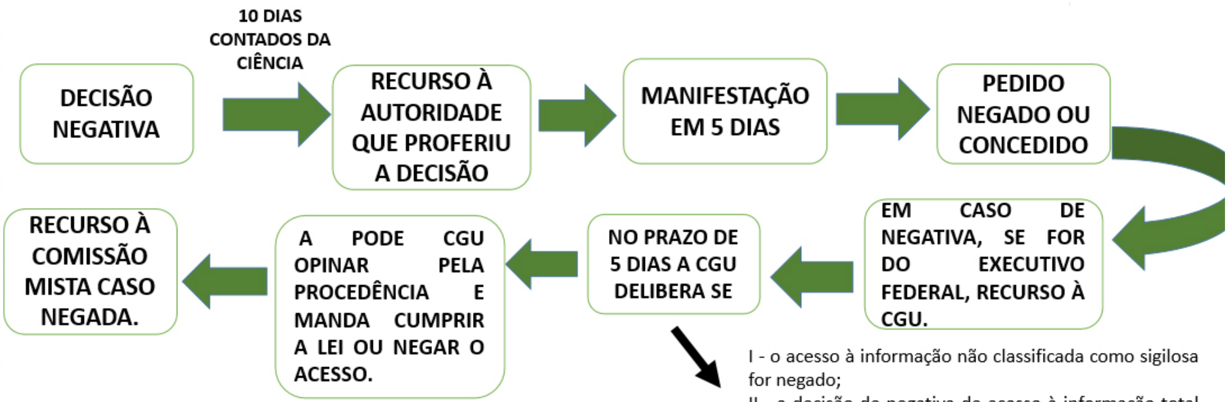
FORMAS DE ASSEGURAR A INFORMAÇÃO

- Criação de serviços de informação para cidadãos;
- Realização de Audiências Públicas, Consulta Popular e Participação Popular.

FLUXOGRAMA DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO



FLUXOGRAMA DO RECURSO DA LAI



I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;
II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.

IMPORTANTE SABER

Cada poder regulamenta seu pedido de revisão;
Aplica-se subsidiariamente a Lei 9.784/99
O solicitante tem o direito de saber informações sobre o trâmite de seu pedido.

RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

SE A INFORMAÇÃO FOR NECESSÁRIA PARA TUTELAR JUDICIALMENTE OU ADMINISTRATIVAMENTE DIREITOS FUNDAMENTAIS, NÃO PODE SER NEGADA.

INFORMAÇÃO QUE DOCUMENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PRATICADAS POR AGENTES PÚBLICOS NÃO PODE SER OBJETO DE RESTRIÇÃO.

RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

SITUAÇÕES QUE TEM RESTRIÇÃO

- RISCO À SOBERANIA NACIONAL/DEFESA E INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO;
- PREJUÍZO OU RISCO ÀS NEGOCIAÇÕES OU RELAÇÕES INTERNACIONAIS;
- RISCO À SAÚDE, À VIDA E INTEGRIDADE DAS PESSOAS;
- RISCO À ESTABILIDADE FINANCEIRA OU MONETÁRIA DO PAÍS;

SITUAÇÕES QUE TEM RESTRIÇÃO

- PREJUÍZO OU RISCO ÀS OPERAÇÕES E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS FORÇAS ARMADAS;
- RISCO AOS PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA;
- RISCO À SEGURANÇA DE INSTITUIÇÕES/AUTORIDADES E SEUS FAMILIARES;
- RISCO ÀS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA/INVESTIGAÇÃO/REPREESÃO DE INFRAÇÕES.

DEMAIS SITUAÇÕES QUE A LEI IMPÕE SIGILO/SEGREDO DE JUSTIÇA OU SEGREDO INDUSTRIAL QUANDO O ESTADO EXPLORA ATIVIDADE ECONÔMICA

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

A CLASSIFICAÇÃO É CONFORME O TEOR OU GRAU DE IMPRESCINDIBILIDADE

ULTRASSECRETA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 25 ANOS.

SECRETA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 15 ANOS.

RESERVADA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 5 ANOS.

- ESTES PRAZOS VIGORAM CONTADOS DA PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO.
- A CLASSIFICAÇÃO SE DÁ DESTA FORMA EM VIRTUDE DE DOIS FATORES: INTERESSE PÚBLICO E UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO MENOS RESTRITIVO POSSÍVEL.

PROTEÇÃO E CONTROLE DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

QUEM É O RESPONSÁVEL?

O ESTADO CONTROLA/PROTEGE E A INFORMAÇÃO SIGILOSA.

QUEM TEM ACESSO?

SÓ AS PESSOAS QUE POSSUEM A NECESSIDADE DE CONHECER, IMPONDO O DEVER DE RESGUARDAR SIGILO.

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA

ULTRASSECRETA – **Presidente da República/Vice; Ministros de Estados/ quivalentes; Comandantes das FA e Chefes de missões diplomáticas/cônsul no exterior.**

SECRETA – **Todos os Anteriores + dirigentes de autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas**

RESERVADA → **Todos os outros dois anteriores + quem exerce função de chefia, assessoramento, comando, direção ou hierarquia equivalente**

TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

- É FEITO DE FORMA TRANSPARENTE, DESDE QUE RESPEITE:

A INTIMIDADE

VIDA PRIVADA

HONRA

IMAGEM

LIBERDADES E GARANTIAS INDIVIDUAIS

!!!!!!CUIDADO!!!!!!

COM O CONSENTIMENTO DA PESSOA A QUE SE REFERIR A INFORMAÇÃO PODERÁ SER ACESSADA, SENDO DISPENSÁVEL NAS SEGUINTES SITUAÇÕES:

- CASOS ENVOLVENDO PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO MÉDICO;
- CASOS DE PESQUISA E ESTATÍSTICA CIENTÍFICA DE EVIDENTE INTERESSE PÚBLICO, PRESERVANDO AS PESSOAS A QUEM SE REFERIR;
- CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL;
- DEFESA DE DIREITOS HUMANOS;

PROTEÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO/GERAL/PREPONDERANTE.

DAS RESPONSABILIDADES

CONDUTAS ILÍCITAS (Ex.)

- Recusa injustificada em fornecer a informação;
- Impor sigilo objetivando proveito pessoal ou de terceiro;
- Divulgar ou permitir divulgação de informação sigilosa ou pessoal;
- Agir com dolo ou má-fé nas solicitações de acesso à informação;
- Destruir ou utilizar indevidamente informação.

DAS RESPONSABILIDADES – PENALIDADES

- Advertência;
- Multa;
- Rescisão de vínculo com o poder público;
- Suspensão temporária para participar de licitação;
- Impedimento para contratar com o poder público por até 2 anos;
- Declaração de inidoneidade.

AS PENALIDADES SÃO APLICÁVEIS ÀS PESSOAS FÍSICAS OU ENTIDADE PRIVADA

DISPOSIÇÕES FINAIS

COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO – pertence ao âmbito federal e é quem reavalia a classificação do grau de sigilo da informação.

REAVALIAÇÃO DO GRAU DE SIGILO – Órgãos e entidades públicas, no prazo de 2 anos, reavaliam o grau de sigilo da informação ultrassecreta e secreta.

As informações que não forem reavaliadas neste prazo, serão automaticamente consideradas de acesso público.

Slides - Lei De Acesso à Informação

LEI 12.527/2011 –

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Prof. Bruna Refosco

DISPOSIÇÕES GERAIS

A QUEM SE APLICA??? (art.1º)

Executivo/Legislativo/Judiciário

- Adm. Direta
- Adm. Indireta
- Entidades privadas (convênios/parcerias/contratos/subvenção pública).

SERVE PARA QUÊ??? Para obter as informações relativas ao seu interesse particular ou coletivo, salvo os casos que envolvam a segurança do Estado.

- Serve para a Administração adotar medidas para franquear a consulta aos documentos;

- Acesso dos usuários aos atos de governo e registros administrativos.

DISPOSIÇÕES GERAIS– ARTS. 3º ao 5º

- DIRETRIZES BÁSICAS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
V - desenvolvimento do controle social da administração pública

+ ART. 37 CF/88

CONCEITOS IMPORTANTES – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

INFORMAÇÃO - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato; (ou seja, DADOS DE QUALQUER FORMA, QUE AINDA NÃO PASSARAM POR UM CRITÉRIO DE VALIDAÇÃO).

DOCUMENTO - unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato; (pode ser então escrito/gravado/filmado/fotografado/esculpido, etc).

INFORMAÇÃO SIGILOSA - aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado; (aqui temos uma EXCEÇÃO à LAI e ao princípio da publicidade).

INFORMAÇÃO PESSOAL - aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável; (aqui é uma das hipóteses de incidência da LAI).

CONCEITOS IMPORTANTES – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO - conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação; (Outra incidência da LAI – a forma como a informação será guardada)

DISPONILIDADE - qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados; (nada mais é do que o oposto da informação sigilosa).

AUTENTICIDADE - qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

INTEGRIDADE - qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino; (Não teve revisões, supressões ou adições)

PRIMARIEDADE - qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações. (Nada mais é do que a informação chamada de "crua")

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO

Os entes a quem se aplica esta Lei devem:

Gerir a Info. de forma transparente

Proteger a Info. Para garantir a sua integridade e disponibilidade

Proteger a informação sigilosa, restringindo o acesso neste caso.

Afinal, essas informações são relativas a quê??

- **Atividades desempenhadas pelos órgãos e os serviços que prestam;**
- **Como os recursos públicos são utilizados (licitações, contratos e prestações de contas);**
- **Implementação de programas com os resultados obtidos;**
- **Realização de auditorias e inspeções.**

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO

E onde se divulgam as informações?

- **Lugares legítimos para publicação (ex. DOE, DOJ, DOU, etc);**
- **Sítios oficiais (sites na internet. Ex. Portal da Transparência do Governo Federal, das Assembléias Legislativas, etc).**

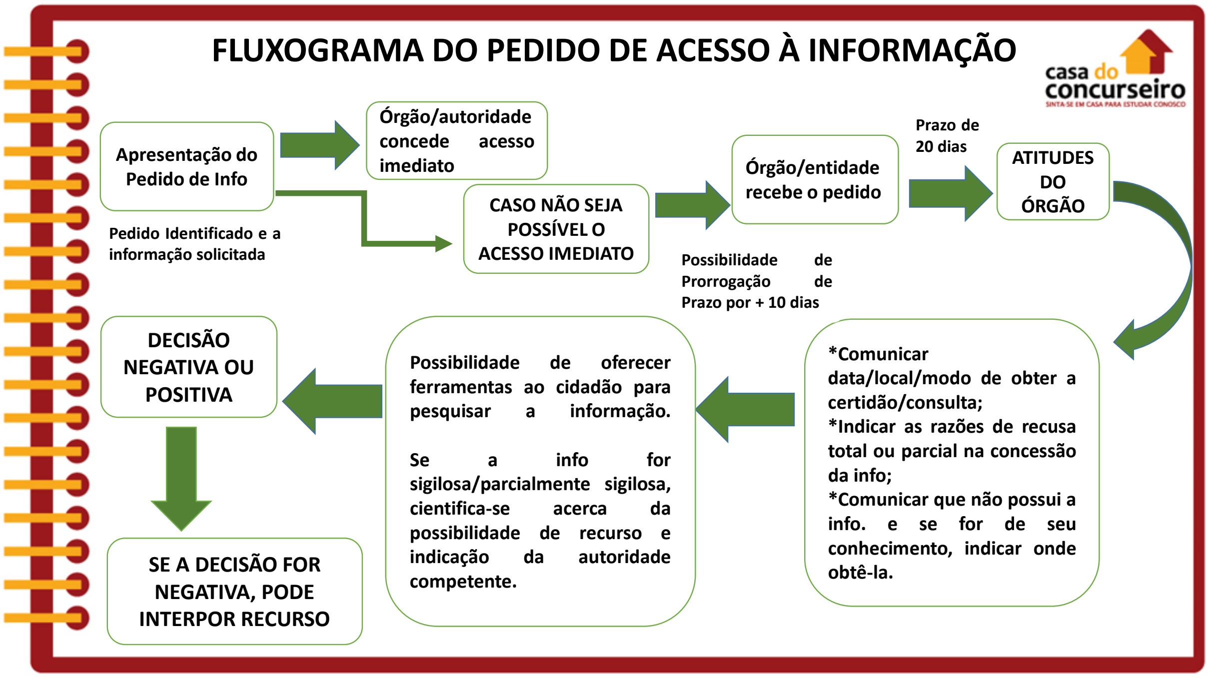
Considerações Relevantes

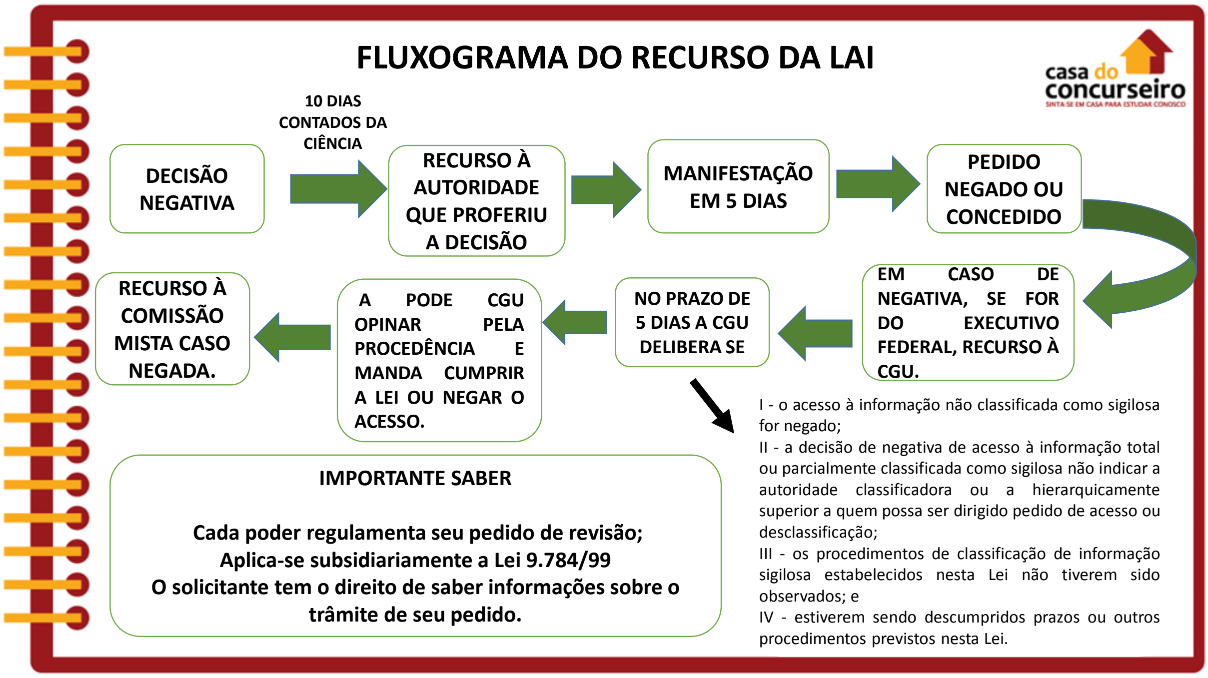
- No caso de uma informação ser parcialmente sigilosa, a informação também será prestada de forma parcial, via certidão/extrato/cópia;
- Pesquisa e desenvolvimento científico são exceções à garantia da informação;
- Se a informação for negada de forma imotivada, o responsável sofrerá medidas disciplinares

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E DA SUA DIVULGAÇÃO

FORMAS DE ASSEGURAR A INFORMAÇÃO

- **Criação de serviços de informação para cidadãos;**
- **Realização de Audiências Públicas, Consulta Popular e Participação Popular.**


FLUXOGRAMA DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO
casa do concurseiro
Apresentação do Pedido de Info
Pedido Identificado e a informação solicitada
Órgão/autoridade concede acesso imediato
CASO NÃO SEJA POSSÍVEL O ACESSO IMEDIATO
Órgão/entidade recebe o pedido
Possibilidade de Prorrogação de Prazo por + 10 dias
Prazo de 20 dias
ATITUDES DO ÓRGÃO
*Comunicar data/local/modo de obter a certidão/consulta;
*Indicar as razões de recusa total ou parcial na concessão da info;
*Comunicar que não possui a info. e se for de seu conhecimento, indicar onde obtê-la.
Possibilidade de oferecer ferramentas ao cidadão para pesquisar a informação.
Se a info for sigilosa/parcialmente sigilosa, cientifica-se acerca da possibilidade de recurso e indicação da autoridade competente.
DECISÃO NEGATIVA OU POSITIVA
SE A DECISÃO FOR NEGATIVA, PODE INTERPOR RECURSO


FLUXOGRAMA DO RECURSO DA LAI
casa do concurseiro
DECISÃO NEGATIVA
10 DIAS CONTADOS DA CIÊNCIA
RECURSO À AUTORIDADE QUE PROFERIU A DECISÃO
MANIFESTAÇÃO EM 5 DIAS
PEDIDO NEGADO OU CONCEDIDO
EM CASO DE NEGATIVA, SE FOR DO EXECUTIVO FEDERAL, RECURSO À CGU.
NO PRAZO DE 5 DIAS A CGU DELIBERA SE
A CGU PODE OPINAR PELA PROCEDÊNCIA E MANDA CUMPRIR A LEI OU NEGAR O ACESSO.
RECURSO À COMISSÃO MISTA CASO NEGADA.
I - o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado;
II - a decisão de negativa de acesso à informação total ou parcialmente classificada como sigilosa não indicar a autoridade classificadora ou a hierarquicamente superior a quem possa ser dirigido pedido de acesso ou desclassificação;
III - os procedimentos de classificação de informação sigilosa estabelecidos nesta Lei não tiverem sido observados; e
IV - estiverem sendo descumpridos prazos ou outros procedimentos previstos nesta Lei.
IMPORTANTE SABER
Cada poder regulamenta seu pedido de revisão;
Aplica-se subsidiariamente a Lei 9.784/99
O solicitante tem o direito de saber informações sobre o trâmite de seu pedido.

RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

SE A INFO. FOR NECESSÁRIA PARA TUTELAR JUDICIALMENTE OU ADMINISTRATIVAMENTE DIREITOS FUNDAMENTAIS, NÃO PODE SER NEGADA.

INFORMAÇÃO QUE DOCUMENTE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS PRATICADAS POR AGENTES PÚBLICOS NÃO PODE SER OBJETO DE RESTRIÇÃO.

SITUAÇÕES QUE TEM RESTRIÇÃO

- RISCO À SOBERANIA NACIONAL/DEFESA E INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO;
- PREJUÍZO OU RISCO ÀS NEGOCIAÇÕES OU RELAÇÕES INTERNACIONAIS;
- RISCO À SAÚDE, À VIDA E INTEGRIDADE DAS PESSOAS;
- RISCO À ESTABILIDADE FINANCEIRA OU MONETÁRIA DO PAÍS;

RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO:

SITUAÇÕES QUE TEM RESTRIÇÃO

- PREJUÍZO OU RISCO ÀS OPERAÇÕES E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DAS FORÇAS ARMADAS;
- RISCO AOS PROJETOS DE PESQUISA CIENTÍFICA;
- RISCO À SEGURANÇA DE INSTITUIÇÕES/AUTORIDADES E SEUS FAMILIARES;
- RISCO ÀS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA/INVESTIGAÇÃO/REPREESÃO DE INFRAÇÕES

DEMAIS SITUAÇÕES QUE A LEI IMPÕE SIGILO/SEGREDO DE JUSTIÇA OU SEGREDO INDUSTRIAL QUANDO O ESTADO EXPLORA ATIVIDADE ECONÔMICA

CLASSIFICAÇÃO DO GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

A CLASSIFICAÇÃO É CONFORME O TEOR OU GRAU DE IMPRESCINDIBILIDADE

ULTRASSECRETA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 25 ANOS

SECRETA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 15 ANOS

RESERVADA – PRAZO DE RESTRIÇÃO DE 5 ANOS

****ESTES PRAZOS VIGORAM CONTADOS DA PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO****

****A CLASSIFICAÇÃO SE DÁ DESTA FORMA EM VIRTUDE DE DOIS FATORES: INTERESSE PÚBLICO E UTILIZAÇÃO DO CRITÉRIO MENOS RESTRITIVO POSSÍVEL**

PROTEÇÃO E CONTROLE DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

QUEM É O RESPONSÁVEL?

O ESTADO CONTROLA/PROTEGE E A INFORMAÇÃO SIGILOSA.

QUEM TEM ACESSO?

SÓ AS PESSOAS QUE POSSUEM A NECESSIDADE DE CONHECER, IMPONDO O DEVER DE RESGUARDAR SIGILO

CLASSIFICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA

ULTRASSECRETA — Presidente da República/Vice; Ministros de Estados/quivalentes; Comandantes das FA e Chefes de missões diplomáticas/cônsul no exterior.

SECRETA — Todos os Anteriores + dirigentes de autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas

RESERVADA — Todos os outros dois anteriores + quem exerce função de chefia, assessoramento, comando, direção ou hierarquia equivalente

TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES PESSOAIS

-É FEITO DE FORMA TRANSPARENTE, DESDE QUE RESPEITE:

A INTIMIDADE

VIDA PRIVADA

HONRA

IMAGEM

LIBERDADES E GARANTIAS INDIVIDUAIS

!!!!!!CUIDADO!!!!!!

COM O CONSENTIMENTO DA PESSOA A QUE SE REFERIR A INFORMAÇÃO PODERÁ SER ACESSADA, SENDO DISPENSÁVEL NAS SEGUINTES SITUAÇÕES:

- CASOS ENVOLVENDO PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO MÉDICO;

- CASOS DE PESQUISA E ESTATÍSTICA CIENTÍFICA DE EVIDENTE INTERESSE PÚBLICO, PRESERVANDO AS PESSOAS A QUEM SE REFERIR;

- CUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL;

- DEFESA DE DIREITOS HUMANOS;

PROTEÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO/GERAL/PREPONDERANTE.

DAS RESPONSABILIDADES

CONDUTAS ILÍCITAS (Ex.)

- Recusa injustificada em fornecer a informação;
- Impor sigilo objetivando proveito pessoal ou de terceiro;
- Divulgar ou permitir divulgação de informação sigilosa ou pessoal;
- Agir com dolo ou má-fé nas solicitações de acesso à informação;
- Destruir ou utilizar indevidamente informação.

DAS RESPONSABILIDADES - PENALIDADES

- Advertência;
- Multa;
- Rescisão de vínculo com o poder público;
- Suspensão temporária para participar de licitação;
- Impedimento para contratar com o poder público por até 2 anos;
- Declaração de inidoneidade.

- **AS PENALIDADES SÃO APLICÁVEIS ÀS PESSOAS FÍSICAS OU ENTIDADE PRIVADA**

DISPOSIÇÕES FINAIS

COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO – pertence ao âmbito federal e é quem reavalia a classificação do grau de sigilo da informação.

REAVALIAÇÃO DO GRAU DE SIGILO – Órgãos e entidades públicas, no prazo de 2 anos, reavaliam o grau de sigilo da informação ultrassecreta e secreta.

As informações que não forem reavaliadas neste prazo, serão automaticamente consideradas de acesso público.

Ato Normativo n° 664 de 08 de outubro de 2010

PGJ/CGMP/CSMP

REGULAMENTAÇÃO DAS FUNÇÕES DE OFICIAIS DE PROMOTORIA NOS INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS DE INQUÉRITOS CIVIS

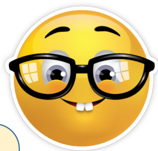
Prof. Bruna Refosco

DISPOSIÇÕES GERAIS

PARA QUE SERVE O ATO NORMATIVO Nº 664/2010???

ATUALIZAR ATO NORMATIVO ANTERIORMENTE EDITADO + UNIFICAR NORMAS INTERNAS + UNIFORMIZAR PROCEDIMENTOS INTERNOS

DE QUEM E PORQUE???



DOS SERVIDORES DO MPSP PARA QUE TODOS OBEDEÇAM A MESM ROTINA RELATIVA A PROCEDIMENTOS E FORMAS DE TRABALHO.

ESCRITURAÇÃO DE LIVROS/DOCUMENTOS/PAPÉIS

PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS: PRESIDIDOS POR ÓRGÃO DO MPSP SÃO SECRETARIADOS POR OFICIAL DE PROMOTORIA/SERVIDOR LOTADO NO ÓRGÃO.

QUALQUER ESCRITURAÇÃO É FEITA EM TINTA PRETA/AZUL, NÃO SENDO PERMITIDO O USO DE BORRACHA OU CORRETIVO. EX.: DESPACHOS, NUMERAÇÕES, ASSINATURAS, ETC.

CUIDADOS:

- RASURAS/ERROS/OMISSÕES/EMENDAS/BORRÕES DEVEM SER EVITADOS;
- ANOTAÇÕES DE "SEM EFEITOS" DEVEM SER AUTENTICADAS;
- EVITAR/INUTILIZAR ESPAÇOS EM BRANCO;
- O OFICIAL DE PROMOTORIA DEVE CONSERVÁ-LOS (TANTO OS EM ANDAMENTO COMO OS FINDOS).

ESCRITURAÇÃO DE LIVROS/DOCUMENTOS/PAPÉIS

REQUISITOS NOTIFICAÇÕES/COMUNICAÇÕES/ OFÍCIOS/AUTOS



- Número do Procedimento;
- Promotoria a qual pertencem;
- Encaminhamento ao destinatário via postal/ fac-símile/ correio eletrônico/qualquer outro meio hábil;
- Informação acerca do envio de documento/ofício/auto/notificação/etc;
- Juntada dos comprovantes de entrega destes documentos aos autos.

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

- **Numeração das folhas pelo Oficial de Promotoria;**
- **Cada volume deverá ter 200 fls. (salvo situações em que o Promotor determine o contrário);**
- **Na abertura/encerramento de volumes, deverá ser lavrado auto de abertura e auto de encerramento**

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

EXEMPLO:

A B E R T U R A

Aos ___ de ______ de 20__ , eu (nome do servidor), Oficial de Promotoria, promovo a abertura do ___º volume dos autos do (inquérito civil, procedimento preparatório de inquérito civil ou procedimento administrativo) nº _____, a partir de fls. _____. (________). Rubrica do funcionário.

E N C E R R A M E N T O

Aos ___ de ______ de 20__ , eu (nome do servidor), Oficial de Promotoria, promovo o encerramento deste ____º volume dos autos do (inquérito civil, procedimento preparatório de inquérito civil ou procedimento administrativo) nº _____, a fls. _____. (________). Rubrica do funcionário.

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

casa do concurseiro

PROBLEMA: E SE UMA SEQUÊNCIA DE DOCUMENTOS ULTRAPASSAR AS 200 FLS. DE UM VOLUME???

Neste caso específico o volume pode ser encerrado com mais ou menos de 200 fls.

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

casa do concurseiro

PROIBIDO – LANÇAR PALAVRAS/EXPRESSÕES ENTRE AS LINHAS/MARGENS (SUBLINHAS TAMBÉM). Se o Oficial de Promotoria verificar isso, deve comunicar ao Promotor.

Certidões/Requisições/Ofícios/Cartas Precatórias/ Termos de conclusão seguem o modelo previsto neste ato e devem conter: Identificação do Oficial de Promotoria que os lavrou. (nome/cargo/função/matrícula e rubrica).

NÃO ESQUEÇA - QUALQUER COISA QUE FOR JUNTADA DEVE SER ACOMPANHADA DE TERMO DE JUNTADA!!!!!!!

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

EXEMPLO – TERMO DE JUNTADA:

J U N T A D A

Aos ___ de _______ de 20__ , eu (nome do servidor), Oficial de Promotoria, junto aos autos deste procedimento os seguintes documentos: ____. (_________). Rubrica do funcionário.

EXEMPLO – TERMO DE CONCLUSÃO:

C O N C L U S Ã O

Aos ___ de _______ de 20__ , eu (nome do servidor), Oficial de Promotoria, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Doutor (nome por extenso), Promotor de Justiça (___________________). Rubrica do funcionário.

PROCEDIMENTOS EM GERAL - DISPOSIÇÕES

- **Caso não haja prazo fixado, requisições e notificações serão encaminhadas em até 5 dias;**
- **Em se tratando de notificação para comparecer em audiência, o AR deve ser juntado aos autos no prazo de 10 dias antes da data designada.**

NOTIFICAÇÃO CONTÉM:
DIA/HORA/LOCAL/NATUREZA DO PROCEDIMENTO/ FATO INVESTIGADO E ADVERTÊNCIA DA POSSIBILIDADE DE CONDUÇÃO COERCITIVA.

AUTUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

- O Oficial de Promotoria é responsável pela guarda/escrituração/manutenção e registros;
- No prazo de 72 horas o Oficial de Promotoria deve abrir conclusão de qualquer auto protocolizado para análise do Promotor (salvo casos urgentes);
- Prazo de 5 dias para executar determinações do Promotor (salvo casos urgentes);

AUTUAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

- Atos e diligências devem ser realizados por determinação expressa do presidente da diligência (salvo atos de mero expediente);
- Procedimentos não devem ficar parados por mais de 30 dias (caso fiquem, o Oficial de Promotoria deve tornar os autos conclusos ao Promotor);
- Procedimentos não devem ficar paralisados além dos prazos fixados, salvo determinação em contrário;

ENTRADA E SAÍDA DE AUTOS

- Remessas de Procedimentos devem ser registradas no livro de cargas;
- Termo de data é a forma como é certificado o recebimento de autos remetidos à conclusão;

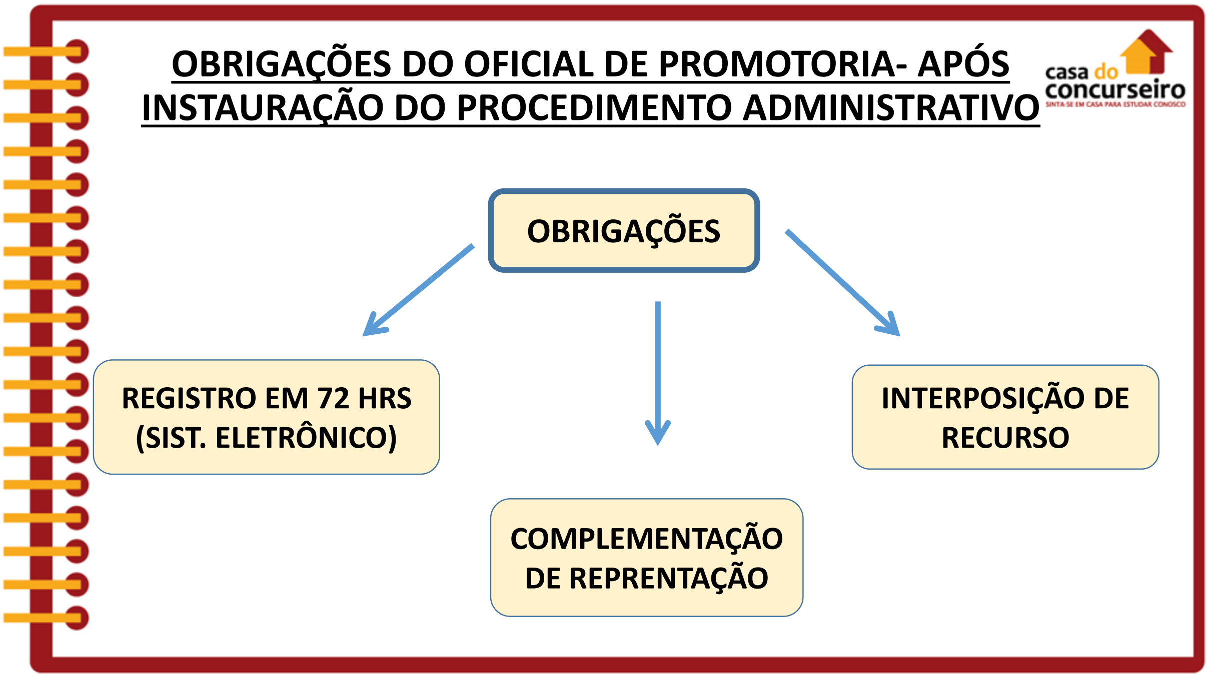
O QUE O OFICIAL DE PROMOTORIA REGISTRA??

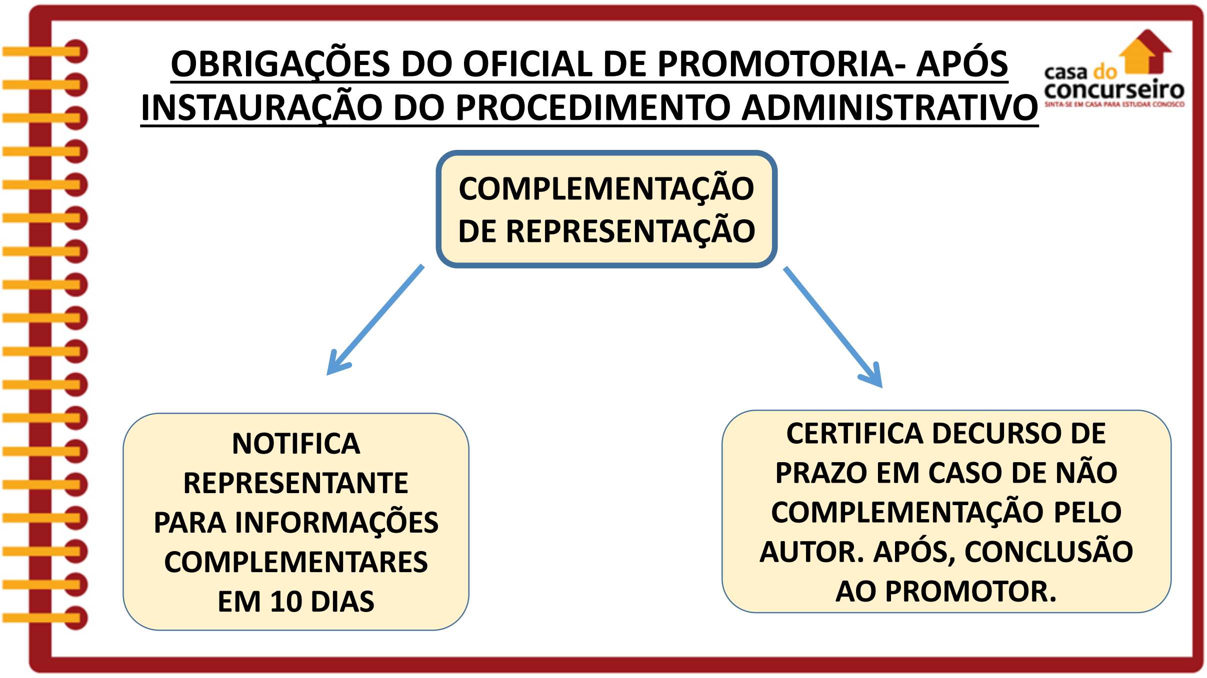
- Retirada de autos por advogados;
- Remessa de procedimentos (representações/autos/ inquéritos para promotores de Justiça

RECEPÇÃO/ REGISTRO DE DOCUMENTOS E PROVIDÊNCIAS

- Qualquer documento recebido no MP, relativo à lesão/ameaça de lesão a interesses difusos/coletivos/ individuais homogêneos e individuais indisponíveis são imediatamente registrados nos livros de protocolo geral;
- O registro é feito em ordem cronológica, pelo Oficial de Promotoria, sob pena de responsabilidade (prazo de 48 horas);
- É feito o envio ao Promotor de Justiça;
- O procedimento depois de recebido é despachado/ registrado/ autuado e cumprem-se as determinações do Promotor.


QUADRO DEMONSTRATIVO
casa do concurseiro
DOCUMENTOS RECEBIDOS NO MPSP
REGISTRO PROTOCOLO GERAL (48H)
* 1 PROMOTOR – ELE ANALISA.
* 2 PROMOTORES - VAI AO PROMOTOR SECRETÁRIO QUE EM 72 HRS DISRIBUI E DEPOIS VAI PARA O PROMOTOR RESPONSÁVEL.
DISTRIBUIÇÃO
DESPACHO
REGISTRO EM SISTEMA ELETRÔNICO PELO OFICIAL DE PROMOTORIA
AUTUAÇÃO E CUMPRIMENTO DAS ORDENS DO PROMOTOR DE JUSTIÇA


OBRIGAÇÕES DO OFICIAL DE PROMOTORIA- APÓS INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
casa do concurseiro
OBRIGAÇÕES
REGISTRO EM 72 HRS (SIST. ELETRÔNICO)
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
COMPLEMENTAÇÃO DE REPRENTAÇÃO


OBRIGAÇÕES DO OFICIAL DE PROMOTORIA- APÓS INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
casa do concurseiro
COMPLEMENTAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO
NOTIFICA REPRESENTANTE PARA INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES EM 10 DIAS
CERTIFICA DECURSO DE PRAZO EM CASO DE NÃO COMPLEMENTAÇÃO PELO AUTOR. APÓS, CONCLUSÃO AO PROMOTOR.


OBRIGAÇÕES DO OFICIAL DE PROMOTORIA- APÓS INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
casa do concurseiro
INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
ANOTAÇÕES NO LIVRO DE REGISTRO DE RECURSOS
JUNTADA AOS AUTOS PETIÇÕES/RAZÕES RECURSAIS. APÓS CONCLUSO AO PROMOTOR PARA REEXAME.
EM CASO DE MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA: REMESSA AO CSMP NO PRAZO DE 3 DIAS

DEMAIS OBRIGAÇÕES

- EM CASO DE INDEFERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO, NOTIFICA O REPRESENTANTE E PODE INTERPOR RECURSO NO PRAZO DE 10 DIAS AO CSMP/SP;

- DECORRIDO PRAZO RECURSAL, CERTIFICA-SE O MESMO E REMETE OS AUTOS AO PROMOTOR DE JUSTIÇA, SENDO ENCAMINHADO AO CSMP NO PRAZO DE 3 DIAS OU AO ARQUIVO.

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL – OFICIAL DE PROMOTORIA

INSTAURA O INQUÉRITO → AUTUAÇÃO → ATUALIZA OS REGISTROS → DIGITALIZA A PORTARIA → CIENTIFICAÇÃO REPRESENTANTE → JUNTADA NOS AUTOS DA CÓPIA DA PUBLICAÇÃO DA INSTAURAÇÃO → NOTIFICAÇÃO DO INTERESSADO → ADOTA PROVIDÊNCIAS PARA QUANTO AOS DOCUMENTOS SIGILOSOS PARA QUE SEJAM ENVELOPADOS/LACRADOS/RUBRICADOS-

IMPORTANTE - INSTAURAÇÃO INQUÉRITO CIVIL

**INVESTIGADO PODE INTERPOR RECURSO – SERÁ CONCLUSO AO PRESIDENTE DA INVESTIGAÇÃO!!!

** SE DO RECURSO NÃO HOUVER RETRATAÇÃO DO PRESIDENTE, REMETE AO CSMP/SP NO PRAZO DE 3 DIAS.

** DECORRIDO O PRAZO DO RECURSO E ESTE NÃO INTERPOSTO, HAVERÁ CERTIFICAÇÃO E OS AUTOS SERÃO CONCLUSOS!

PRAZO RECURSAL:

- CONTA-SE A PARTIR DA DATA DA CIÊNCIA DA DECISÃO (NOTIFICAÇÃO PESSOAL)
- CONTA-SE A PARTIR DA JUNTADA AOS AUTOS DO AR (NOTIFICAÇÃO POR CORREIO);
- CONTA-SE A PARTIR DA JUNTADA AOS AUTOS DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL.

IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO

OPOSIÇÃO EXCEÇÃO IMPEDIMENTO/ SUSPEIÇÃO → AUTUAÇÃO EM APARTADO → REGISTRO EM SISTEMA ELETRÔNICO → APENSAMENTO AO AUTO PRINCIPAL → CONCLUSÃO AO PROMOTOR (PRAZO 48HRS) → DELIBERAÇÃO/ PROSSEGUIMENTO

INSTRUÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PROCEDIMENTO

CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS - Feita pelo oficial de Promotoria.

– Em caso de descumprimento de diligência, certifica a mesma e conclui para deliberação do Promotor.

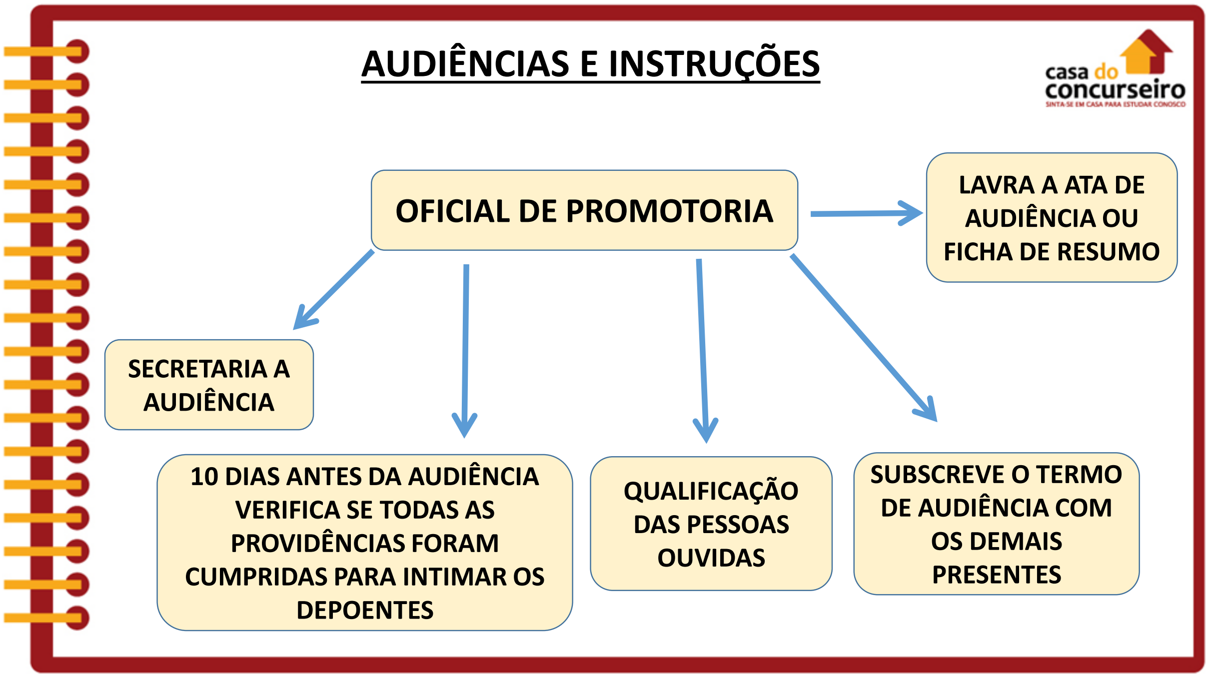
- Em caso de reiteração de diligência não atendida, faz constar nos autos o ocorrido, com eventuais advertências.

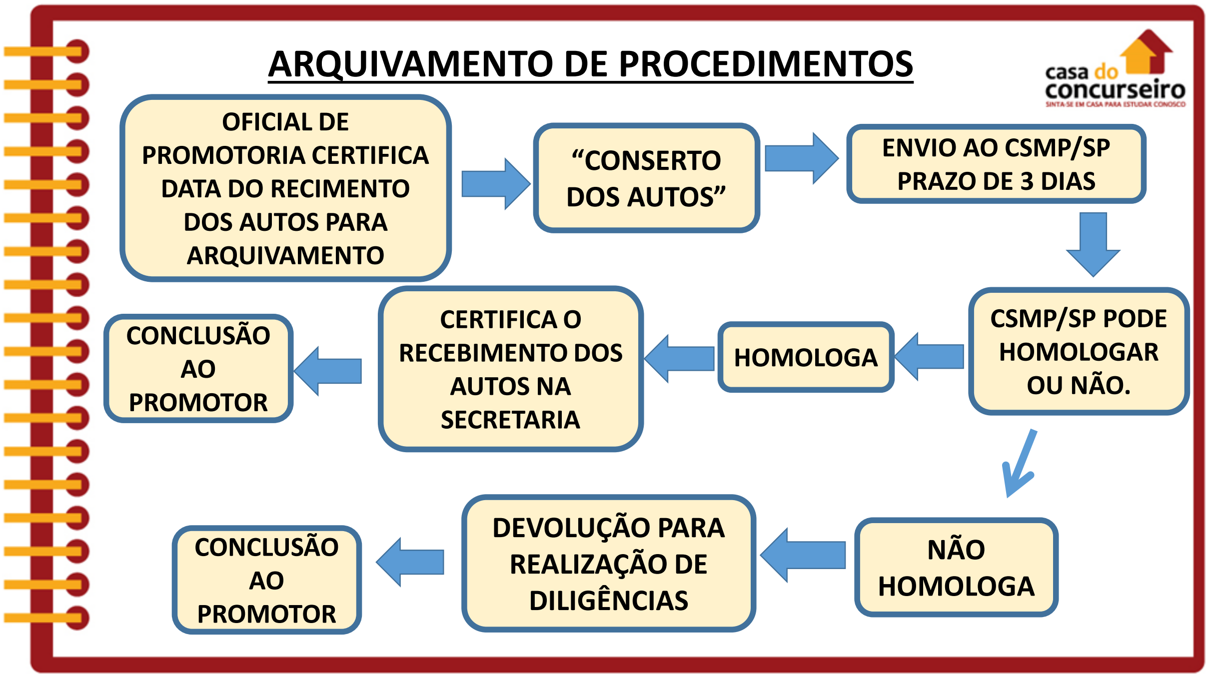
- Em caso de atendimento de diligência, conclui os autos para o Promotor.

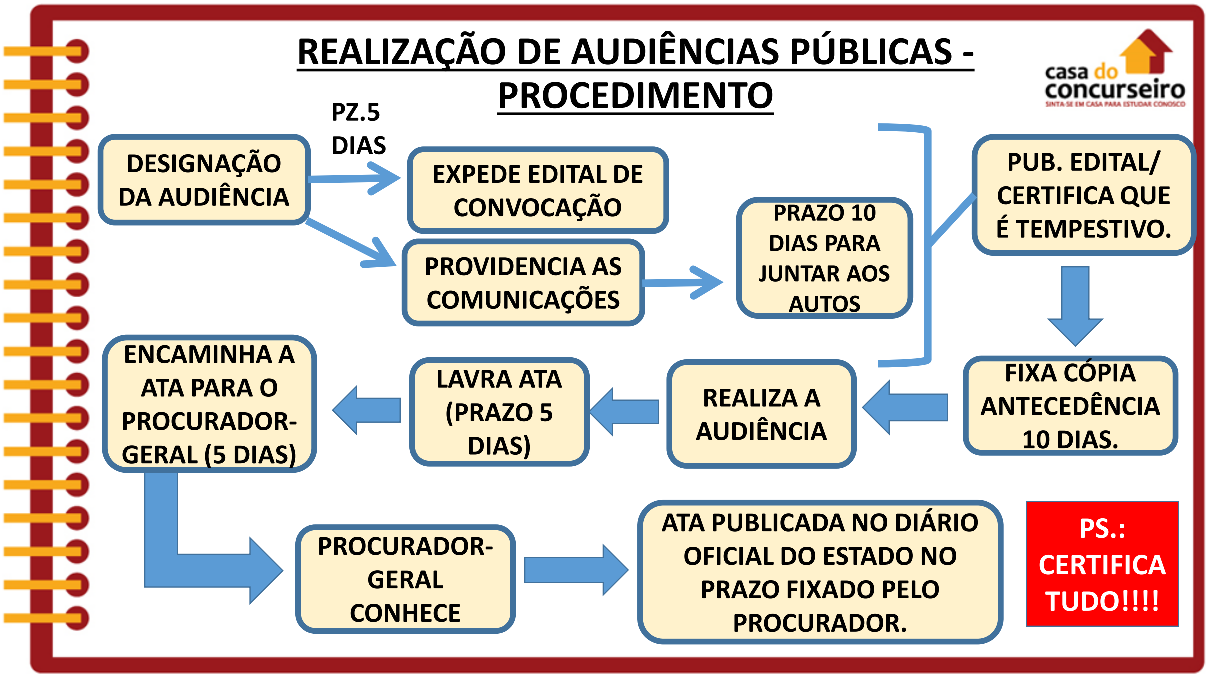
- Em caso de diligência em outra comarca, expede-se carta precatória.

CARTA PRECATÓRIA

- **Deverá ser expedida no prazo de 5 dias, salvo casos urgentes;**
- **Deverá ser confeccionada em duas vias, indicando Promotor de Justiça Deprecado e a diligência a ser realizada;**
- **Deve ser cumprida no prazo de 30 dias contados por recebimento, salvo se houver prazo menor fixado;**
- **Pode ser feita telegrama, “fac-símile”, correio eletrônico ou outro meio, desde que devidamente certificado.**


AUDIÊNCIAS E INSTRUÇÕES
casa do concurseiro
OFICIAL DE PROMOTORIA
LAVRA A ATA DE AUDIÊNCIA OU FICHA DE RESUMO
SECRETARIA A AUDIÊNCIA
10 DIAS ANTES DA AUDIÊNCIA VERIFICA SE TODAS AS PROVIDÊNCIAS FORAM CUMPRIDAS PARA INTIMAR OS DEPOENTES
QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS OUVIDAS
SUBSCREVE O TERMO DE AUDIÊNCIA COM OS DEMAIS PRESENTES


ARQUIVAMENTO DE PROCEDIMENTOS
casa do concurseiro
OFICIAL DE PROMOTORIA CERTIFICA DATA DO RECIMENTO DOS AUTOS PARA ARQUIVAMENTO
"CONSERTO DOS AUTOS"
ENVIO AO CSMP/SP PRAZO DE 3 DIAS
CSMP/SP PODE HOMOLOGAR OU NÃO.
HOMOLOGA
CERTIFICA O RECEBIMENTO DOS AUTOS NA SECRETARIA
CONCLUSÃO AO PROMOTOR
NÃO HOMOLOGA
DEVOLUÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS
CONCLUSÃO AO PROMOTOR



SIGILO DAS INVESTIGAÇÕES



- É OBRIGAÇÃO DO OFICIAL DE PROMOTORIA CERTIFICAR-SE ACERCA DO SIGILO, O GRAU DO SIGILO E SEU ALCANCE ANTES DE PRESTAR INFORMAÇÕES;
- NOS CASOS EM QUE RECAIR SIGILO, PODEM CONSULTAR: INVESTIGADO (PESSOALMENTE) OU PROCURADOR (COM PODERES ESPECÍFICOS);
- O OFICIAL DE PROMOTORIA TEM RESPONSABILIDADE SOBRE OS PROCEDIMENTOS SIGILOSOS, ZELANDO POR SUA GUARDA E CONSERVAÇÃO;
- A DECRETAÇÃO DE SIGILO FICA ANOTADA NA AUTUAÇÃO, ASSIM COMO NOS PROCEDIMENTOS ELETRÔNICOS.



CERTIDÕES E EXTRAÇÕES DE CÓPIAS

- DEPENDEM DE PRÉVIO REQUERIMENTO DO INTERESSADO E AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DO PRESIDENTE DA INVESTIGAÇÃO;
- O OFICIAL DE PROMOTORIA PROVIDENCIA;
- O OFICIAL DE PROMOTORIA CERTIFICA QUANDO EXPEDIR CÓPIAS E CERTIDÕES;
- O PRAZO PARA EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES É DE NO MÁXIMO 15 DIAS, COM BASE NOS REGISTROS EXISTENTES NAS PROMOTORIAS (ELETRÔNICOS OU LIVROS).

OUTRAS DISPOSIÇÕES

***EM CASO DE DIFICULDADE DO OFICIAL DE PROMOTORIA NO CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS, ELE DEVE MENCIONAR ISSO E CONCLUIR OS AUTOS AO PROMOTOR, PARA QUE SOLICITE O APOIO NECESSÁRIO AO CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA;**

*** O OFICIAL DE PROMOTORIA TEM O DEVER DE REALIZAR RELATÓRIOS DO ACERVO E DOS FEITOS EM ANDAMENTO NAS PROMOTORIAS, ENTREGANDO OS MESMOS AO PROMOTOR DE JUSTIÇA QUE ASSUMIR A PROMOTORIA A QUALQUER TÍTULO (PERMANENTE, SUBSTITUTO, ETC).**

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Direito Administrativo

Professor Mateus Silveira

ATO NORMATIVO Nº 484-CPJ, DE 05.10.2006

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, por meio de seu ÓRGÃO ESPECIAL, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 105 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993:

Considerando que a Lei Orgânica do Ministério Público de São Paulo conferiu ao Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça atribuição para editar ato disciplinando o inquérito civil;

Considerando a necessidade de consolidar, num único ato, as normas internas que regem o inquérito civil, de forma a adequar as investigações na área dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos à atual estrutura da Instituição;

Considerando, por fim, a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil à vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

Resolve:

TÍTULO I

Disposições Preliminares

CAPÍTULO I
DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO E DAS DEFINIÇÕES

Art. 1º Este ato normativo disciplina o inquérito civil e os demais meios de investigação da competência do Ministério Público, na área dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações.

Parágrafo único. Todos os meios de investigação devem, obrigatória e independentemente da denominação que se lhes atribua, ser regidos por este ato normativo.

Art. 2º O inquérito civil é investigação administrativa, de caráter inquisitorial, unilateral e facultativo, instaurado e presidido pelo Ministério Público e destinado a apurar a ocorrência de danos efetivos ou potenciais a direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos ou outros que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

Parágrafo único. O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a concretização das demais medidas de sua competência própria. (Redação dada pelo Ato (N) nº 531-CPJ, de 11/04/2008)

Art. 3º As audiências públicas são instrumentos para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em inquérito civil, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.

Parágrafo único. A audiência pública será organizada e presidida pelo Ministério Público, precedida da publicidade devida.

Art. 4º O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento formal, podendo ser cele-

brado nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório de inquérito civil, com os interessados para adequação de suas condutas às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos da legislação específica. (Redação dada pelo Ato (N) nº 531-CPJ, de 11/04/2008)

Art. 5º A recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social.

Parágrafo único. É vedada a expedição de recomendação como medida substitutiva ao compromisso de ajustamento de conduta ou à ação civil pública. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 6º No exercício das suas atribuições o membro do Ministério Público poderá:

I – expedir recomendações e relatórios anuais ou especiais para que sejam observados os direitos que lhe incumba defender ou para a adoção de medidas destinadas à prevenção ou controle de irregularidades;

II – sugerir à esfera de poder competente a edição de normas ou a alteração da legislação em vigor;

III – notificar a autoridade competente para que, em prazo razoável, adote as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais;

IV – receber petições, reclamações, representações e queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e ordenamento jurídico, as quais serão encaminhadas à autoridade competente para resposta e a devida solução, nos termos deste ato normativo e da legislação específica;

V – propor à autoridade administrativa competente a instauração de sindicância ou processo administrativo para a apuração de falta disciplinar ou ilícito administrativo;

VI – exercer outras funções previstas neste ato normativo e na legislação específica.

Parágrafo único. Deverá ser dada a publicidade cabível nos casos dos incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ATIVIDADE INVESTIGATÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 7º A atividade investigatória do Ministério Público rege-se pelos princípios gerais da atividade administrativa, pelos direitos e garantias individuais e pelos princípios especiais que regulam o Ministério Público, obedecendo notadamente:

I – ao respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana;

II – à atuação segundo os parâmetros da vocação e da ética institucional, observando-se o decoro, a boa-fé e a imparcialidade;

III – à independência funcional;

IV – à facultatividade, unilateralidade e ao caráter inquisitorial;

V – à formação de convicção para o exercício responsável do direito de ação ou para a tomada das demais medidas de sua competência própria no seu complexo de funções institucionais, relacionadas com:

a) a defesa da ordem jurídica, do Estado Democrático de Direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

b) a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

c) o zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados no ordenamento jurídico e a promoção das medidas necessárias à sua garantia;

d) outras funções previstas em lei;

VI – à exclusividade e indelegabilidade da instauração, direção, instrução e conclusão, nos termos do disposto neste ato normativo e na legislação específica;

VII – à motivação das decisões e, quando cabível, das diligências;

VIII – à revisão das decisões e deliberações emitidas, nos termos do disposto neste ato normativo e na legislação específica;

IX – à publicidade oficial para fins de conhecimento público, ressalvadas as exceções disciplinadas no ordenamento jurídico para tutela do interesse público, da segurança da sociedade e do Estado e da intimidade e da privacidade;

X – à distribuição ao órgão do Ministério Público dotado de atribuição legal fixada por critérios objetivos prévios;

XI – à celeridade, eficiência, razoabilidade e proporcionalidade na tramitação e na solução;

XII – ao impulso oficial, sem prejuízo do direito de petição e da colaboração de qualquer pessoa física ou jurídica;

XIII – à adoção de formas ou formalidades simples, no que couber, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos das pessoas, e à observância de formalidades essenciais à garantia dos direitos individuais.

Art. 8º A publicidade consistirá na divulgação oficial com o exclusivo fim de conhecimento público mediante publicação de extratos na imprensa oficial e, facultativamente, em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar:

I – as portarias de instauração e os atos de conclusão;

II – a indicação do objeto da investigação e sua necessidade e, se possível, dos interessados.

§ 1º Sem prejuízo desses meios de publicidade, outros poderão ser utilizados, inclusive para possibilitar a colaboração de pessoas físicas ou jurídicas interessadas no objeto da investigação ou em sua instrução, conforme disposto neste ato normativo e na legislação específica.

§ 2º A publicidade também consistirá:

I – na expedição de certidões ou na prestação de informações ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias;

II – na concessão de exame dos autos, na secretaria, bem como extração de cópias, mediante o prévio pagamento dos emolumentos fixados;

III – no fornecimento ao investigado, às suas expensas, de cópia do termo de declarações por ele prestadas, ou de ato do qual tenha participado pessoalmente, ainda que a investigação seja sigilosa.

§ 3º Os atos e peças da investigação são públicos, nos termos e limites deste ato normativo e da legislação específica, salvo:

I – disposição legal em contrário;

II – como medida de conveniência para eficiência das investigações ou como garantia da ordem pública, decretadas em decisão motivada;

III – em razão da proteção jurídica da privacidade e da intimidade, em especial do sigilo fiscal, bancário, financeiro, comercial ou industrial e, conforme o caso, dos dados pessoais ou sensíveis.

§ 4º A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público, e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa jurídica que a motivou.

§ 5º O membro do Ministério Público é pessoalmente responsável, nos termos da lei, pela determinação da preservação e decretação do sigilo e pelo uso adequado das

informações sigilosas obtidas para fins de interesse público.

§ 6º A expedição de certidões ou a prestação de informações deverão observar o disposto nos §§ 3º e 4º deste artigo, sendo:

I – vedado o acesso a dados sensíveis ligados à esfera de privacidade das pessoas;

II – condicionado o acesso às demais informações sigilosas a legítimo interesse e demais requisitos da legislação específica.

§ 7º Na consecução das finalidades da Instituição e considerando o princípio da unidade do Ministério Público, os dados de natureza sigilosa poderão ser enviados a outro membro do Ministério Público, observado o § 5º deste artigo.

§ 8º O membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 9º A atribuição do membro do Ministério Público deverá obedecer às regras ordinárias de distribuição de serviços, recaindo naquele que for dotado de atribuição legal fixada por critérios objetivos prévios, salvo:

I – nos casos de substituição por falta, impedimento, suspeição, afastamento temporário ou vacância;

II – por designação de outro membro à vista da recusa de homologação de promoção de arquivamento ou de provimento de recurso contra o indeferimento de representação;

III – por ato excepcional e fundamentado do Procurador-Geral de Justiça, condicionado à prévia autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

IV – nos casos de concordância do titular da atribuição;

V – nos demais casos previstos em lei.

§ 1º Havendo conflito de atribuições, positivo ou negativo, este deverá ser suscitado nos próprios autos ao Procurador-Geral de Justiça, que o decidirá em 30 (trinta) dias. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 2º Em caso de necessidade de prática de atos urgentes, o Procurador-Geral de Justiça designará um dos membros do Ministério Público até solução definitiva do conflito. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 10. A colaboração de pessoas legitimamente interessadas para a instauração ou instrução da investigação será concedida, em especial, a:

I – pessoas físicas ou jurídicas, direta ou indiretamente interessadas, ou no exercício do direito de petição;

II – órgãos e entidades públicas da Administração Pública.

TÍTULO II

Da Instauração

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. O inquérito civil poderá ser instaurado:

I – de ofício;

II – mediante representação, nos termos do artigo 6º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e das disposições deste ato normativo;

III – mediante comunicação, nos termos dos artigos 6º e 7º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, da legislação específica e das disposições deste ato normativo;

IV – por determinação do Procurador-Geral de Justiça ou do Conselho Superior do Ministério Público, nos termos da lei.

Art. 12. O inquérito civil será instaurado de ofício pelo membro do Ministério Público dotado de atribuição ao tomar ciência de fato determinado.

Parágrafo único. O membro do Ministério Público poderá instaurar inquérito civil, ainda que não identificado o representante, tratando-se de fato determinado.

Art. 13. A representação deverá conter os seguintes requisitos:

I – nome, qualificação e endereço do representante e, se possível, do autor do fato;

II – descrição do fato objeto da investigação;

III – indicação dos meios de provas ou apresentação das informações e dos documentos pertinentes, se houver.

§ 1º Não sendo hipótese de indeferimento liminar da representação, o representante poderá ser notificado para complementá-la, no prazo de 10 (dez) dias. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 2º A representação poderá ser apresentada verbalmente ao membro do Ministério Público, que a reduzirá a termo. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 14. A representação será autuada e registrada em livro próprio ou no sistema de registro, nos termos do Ato Normativo nº 665/2010-PGJ-CGMP. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 15. A representação poderá ser indeferida motivadamente, no prazo de até 30 dias: (Redação dada pelo Ato (N) nº 531-CPJ, de 11/04/2008)

I – pela inexistência de atribuição do Ministério Público para apuração do fato;

II – pela ausência dos requisitos previstos em lei e neste ato normativo;

III – se o fato tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública proposta pelo Ministério Público.

§ 1º A falta de formalidade não implica o indeferimento da representação, salvo se, desde logo, mostrar-se improcedente a notícia. (Incluído e Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§2º Do indeferimento da representação caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma prevista neste ato normativo. (Incluído e Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 16. Constatado que o fato descrito na representação não se insere na atribuição do membro do Ministério Público que a receber, este deverá encaminhá-la ao órgão dotado de atribuição, comunicando-se ao representante.

Art. 17. Qualquer pessoa poderá apresentar petições, reclamações ou queixas ao Ministério Público, as quais serão encaminhadas ao órgão ministerial com atribuição para apreciá-las ou a outros órgãos públicos, devendo ser respondidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias.

§ 1º O expediente será autuado e registrado nos termos dos artigos 14 e 19.

§ 2º Obtida a satisfação do interesse, e não havendo outra providência a tomar, o órgão do Ministério Público promoverá seu arquivamento.

§ 3º O órgão do Ministério Público poderá notificar a autoridade competente para que, em prazo razoável, adote as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais.

Art. 18. Na autuação do inquérito civil, das representações, das peças de informações ou dos procedimentos preparatórios constarão obrigatoriamente:

I – o nome do representante e do representado, se houver;

II – o objeto dos direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos investigado;

III – o número correspondente ao Livro de Registro de Feitos ou do sistema de registro; (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

IV – outras anotações determinadas neste ato normativo;

V – o número de registro do feito no Centro de Apoio Operacional respectivo.

Art. 20. Não havendo prejuízo ao interesse público, o interessado deverá ser cientificado da decisão de instauração do inquérito civil, observadas as disposições do artigo 8º

Art. 21. Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado ao Conselho Superior do Ministério Público, nos termos deste ato normativo.

Art. 22. As representações ou comunicações que se refiram a fatos conexos previnem a atribuição do membro do Ministério Público, devendo este promover, se for o caso, o aditamento da portaria.

CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

Art. 19. O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, observados os requisitos legais e também:

I – o fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público, a descrição de seu objeto e a justificativa, ainda que sucinta, da necessidade da instauração e da atribuição do Ministério Público; (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

II – a indicação, se possível, das pessoas envolvidas no fato a ser apurado;

III – a data e o local da instauração e a determinação das diligências iniciais, se isso não for prejudicial à investigação; (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

IV – a cientificação do representante e a afixação de cópia da portaria em local de costume e sua disponibilização no portal da Instituição, se não houver prejuízo para a investigação. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

CAPÍTULO III
DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DO INQUÉRITO CIVIL

Art. 23. De ofício ou mediante representação ou peças de informação, e sempre que necessário para formar seu convencimento, o membro do Ministério Público dotado de atribuição poderá determinar providências preparatórias à instauração do inquérito civil.

§ 1º O expediente será autuado e registrado, em livro próprio, como procedimento preparatório, e observará o disposto no artigo 19.

§ 2º As providências referidas neste artigo serão tomadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias e atendidas em igual prazo, podendo este ser prorrogado, justificadamente, pelo mesmo período.

§ 3º Encerrado o prazo, com ou sem atendimento das providências preparatórias, o membro do Ministério Público poderá:

I – promover o arquivamento e, se cabível, expedir recomendações na forma do artigo 113, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, encaminhando os autos ao Conselho Superior do

Ministério Público, na forma do Capítulo IV do Título V deste ato normativo;

II – promover a ação civil pública;

III – instaurar inquérito civil.

§ 4º Consideram-se peças de informações ou peças informativas as comunicações previstas nos artigos 6º e 7º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, se feitas por agente público ou se acompanhadas de documentos que contenham início de prova.

§ 5º Em nenhuma hipótese o procedimento preparatório tramitará por prazo superior a 60 (sessenta) dias. (Redação dada pelo Ato (N) nº 494-CPJ, 18/01/2007; Redação repristinada pelo Ato (N) nº 495-CPJ, 22/01/2007).

CAPÍTULO IV
DO PRAZO DE CONCLUSÃO

Art. 24. O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogável quando necessário, cabendo ao órgão de execução motivar a prorrogação nos próprios autos.

Parágrafo único: A motivação referida no "caput" deverá necessariamente ser precedida de um relatório circunstanciado acerca das providências já tomadas e daquelas ainda em curso. (Incluído pelo Ato (N) nº 531 – CPJ, de 11/04/2008)

CAPÍTULO V
DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 25. O presidente do inquérito civil, havendo causa suficiente, declarará, em qualquer momento, seu impedimento ou sua suspeição.

Art. 26. Em qualquer momento da tramitação da investigação, o interessado poderá argüir o impedimento ou a suspeição do presidente do inquérito civil.

Parágrafo único. Considera-se interessado aquele em face de quem pode ser proposta a ação civil pública.

Art. 27. A argüição de suspeição ou impedimento, para ser conhecida, deve ser formulada em peça própria, acompanhada das razões e instruída com prova do fato constitutivo do alegado.

Art. 28. Recebidas as razões e eventuais provas, serão elas autuadas em apartado.

Art. 29. O presidente do inquérito civil lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual:

I – recusará a suspeição ou impedimento, remetendo os autos, em 3 (três) dias, ao Procurador-Geral de Justiça para deliberação; ou

II – concordará com a alegação, remetendo os autos, imediatamente, ao seu substituto automático.

Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o Procurador-Geral de Justiça poderá, sendo relevante a fundamentação da argüição de suspeição ou impedimento, suspender o andamento do inquérito civil até pronunciamento definitivo, comunicando-se ao presidente.

Art. 30. Aplicam-se as disposições deste capítulo, no que couber, aos procedimentos preparatórios de inquérito civil, representações e peças de informação.

TÍTULO III

Da Instrução

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31. A investigação dos fatos constantes da portaria será feita por todos os meios admitidos em direito e as provas colhidas serão juntadas aos autos em ordem cronológica e devidamente

numeradas em ordem crescente. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 1º Admite-se o uso de gravações, filmagens e registros eletrônicos dos atos do inquérito civil. (Redação dada pelo Ato (N) nº 531 – CPJ, de 11/04/2008)

§ 2º Não se admitirá a juntada aos autos de prova obtida por meio ilícito.

Art. 32. Todas as diligências realizadas serão documentadas mediante termo ou auto circunstanciado, assinado pelos participantes do ato e pelo presidente do inquérito civil, se presente.

§ 1º As declarações e depoimentos serão tomados por termo pelo membro do Ministério Público, juntando-os aos autos do procedimento, devidamente assinados pelo Promotor de Justiça, pelo investigado e seu advogado, se presentes, pelo depoente ou declarante, salvo se estes não puderem ou se recusarem a assinar, hipótese em que deverão ser colhidas assinaturas de duas testemunhas. (Incluído e Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§2º As gravações, filmagens e registros eletrônicos deverão ser oportunamente transcritos e registrados em livro próprio. (Incluído, Renumerado e Alterado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 33. O presidente poderá designar servidor do Ministério Público para secretariar o procedimento ou, na sua falta, pessoa idônea, mediante compromisso firmado nos autos.

Art. 34. Se no curso da instrução surgirem novos fatos que comportem investigação, poderá o órgão do Ministério Público aditar a portaria ou, ainda, investigá-los em separado.

§ 1º O aditamento da portaria será anotado na capa dos autos.

§ 2º A instauração de novo inquérito civil será certificada nos autos e registrada em livro próprio.

Art. 35. Terão preferência as diligências que devam ser feitas em procedimentos relativos a fatos cuja prescrição esteja mais próxima.

Parágrafo único. Será anotada na capa dos autos, de forma visível, a data da prescrição.

Art. 36. Nenhuma diligência ou ato serão realizados sem determinação expressa do membro do Ministério Público que estiver presidindo a investigação.

Artigo 36-A. Os Centros de Apoio Operacional, órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, que integram o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, prestarão apoio administrativo e operacional para a realização dos atos do inquérito civil. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 37. O presidente poderá expedir portaria interna em que constem os atos de mero expediente que o Oficial de Promotoria realizará independentemente de determinação expressa.

Parágrafo único. Não constitui ato de mero expediente a determinação de remessa dos autos para reexame do Conselho Superior do Ministério Público.

CAPÍTULO II
DAS NOTIFICAÇÕES

Art. 38. O presidente poderá expedir notificações, das quais deverão obrigatoriamente constar:

I – o objeto da notificação;

II – a natureza do procedimento e do fato investigado;

III – a data, o local e a hora em que será realizado o ato;

IV – eventuais conseqüências advindas do não atendimento.

Art. 39. Se o descumprimento da notificação implicar em condução coercitiva, esta só poderá

ser determinada se houver prova do recebimento pessoal da notificação.

Parágrafo único. Se o destinatário da notificação for agente público, considerar-se-á recebida a notificação se protocolada na repartição em que tenha exercício.

Art. 40. As notificações serão expedidas com antecedência razoável para a realização do ato.

> **Parágrafo único.** Não se admite que a notificação seja feita em período inferior a 24 (vinte e quatro) horas da realização do ato.

Art. 41. Não se fará notificação, salvo em caso de urgência:

> **I –** a quem estiver assistindo qualquer culto religioso;
>
> **II –** ao cônjuge ou a qualquer parente do morto, consangüíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento até o encerramento dos funerais.

Art. 42. Não se fará a notificação aos doentes, enquanto grave o seu estado, e quando se verificar que o notificando é portador de deficiência mental que o impossibilite de entender a natureza do ato.

> **Parágrafo único.** A gravidade da doença e a deficiência mental que impossibilite entender a natureza do ato serão comprovadas por atestado médico na oportunidade da notificação ou em até 5 (cinco) dias úteis.

Art. 43. A notificação será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10 (dez) dias, se tiver por destinatários o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Ministros de Estado, Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça ou do Conselho Nacional do Ministério Público, Desembargadores, Conselheiros dos Tribunais de Contas do Estado ou do Município, Secretários de Estado ou Chefes de missão diplomática de caráter permanente. (Redação dada pelo Ato (N) nº 531 – CPJ, de 11/04/2008; Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 44. O Procurador-Geral de Justiça encaminhará a notificação sem valorar seu conteúdo, mas poderá deixar de enviá-la se: (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

> **I –** não contiver os requisitos legais, na forma indicada neste ato normativo;
>
> **II –** não empregar o tratamento protocolar devido ao destinatário.

Art. 45. A recusa de encaminhamento será comunicada ao presidente para a retificação necessária.

Art. 46. Se a notificação tiver por destinatário servidor público civil ou militar, o presidente o requisitará ao chefe da repartição ou ao comando do corpo a que servir.

CAPÍTULO III
DAS REQUISIÇÕES

Art. 47. Na instrução do inquérito civil o presidente poderá requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 48. O presidente poderá, também, requisitar informações e documentos a entidades privadas e, quando a lei assim o permitir, a pessoas físicas.

Art. 49. As requisições serão cumpridas gratuitamente.

Art. 50. A requisição será sempre escrita, fundamentada e conterá: (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

> **I –** a providência requisitada e a forma e o local da prestação;

II – prazo razoável de atendimento;

III – as conseqüências do não atendimento.

IV – o objeto da investigação. (Incluído pelo Ato (N) nº 531 – CPJ, de 11/04/2008)

§ 1º Se o destinatário for agente público, considerar-se-á recebida a requisição se protocolada na repartição em que tenha exercício. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 2º A requisição será acompanhada de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou indicará o endereço eletrônico oficial em que tal peça estará disponível para visualização. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 3º A requisição será encaminhada pelo Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 10 dias, se tiver por destinatário qualquer das autoridades indicadas no art. 43, aplicando-se o disposto nos arts. 44 e 45 deste Ato Normativo. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 51. A requisição não atendida poderá ser, em caráter excepcional, reiterada por uma única vez.

Art. 52. Não atendida a requisição ou sua eventual reiteração, o presidente adotará imediatamente as providências necessárias para a aplicação das sanções decorrentes de lei, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

Art. 53. O Presidente poderá valer-se de mera solicitação às pessoas referidas no art. 43 para a obtenção de informações ou providências, fixando prazo razoável para atendimento. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Parágrafo único. A solicitação não poderá conter advertência ou expressão que, direta ou indiretamente, caracterize requisição. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 54. A solicitação será encaminhada diretamente ao destinatário pelo presidente da investigação. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 55. Aplicam-se às solicitações as disposições dos artigos 49 e 50. (Redação dada pelo Ato (N) nº 531 – CPJ, de 11/04/2008)

Art. 56. Não atendida a solicitação ou sua eventual reiteração, a informação ou providência deverá ser requisitada, observando-se o disposto no art. 43 deste Ato Normativo. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

CAPÍTULO IV
DAS INSPEÇÕES E VISTORIAS

Art. 57. O presidente poderá realizar inspeções necessárias à investigação do fato, lavrando-se auto circunstanciado.

Art. 58. O presidente poderá determinar vistorias, indicando os pontos que entenda devam ser verificados.

Art. 59. Se a vistoria for feita por servidor do Ministério Público, será lavrado auto circunstanciado.

CAPÍTULO V
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 60. Audiências públicas são reuniões organizadas e presididas pelo Ministério Público, abertas a qualquer do povo, para discussão de situações das quais decorra ou possa decorrer lesão a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

§ 1º As audiências públicas têm por finalidade de coletar, junto à sociedade e ao Poder Público, elementos que embasem decisão do órgão do Ministério Público quanto à matéria objeto da convocação.

§ 2º Os órgãos do Ministério Público podem realizar audiências públicas no curso de inquérito civil ou antes de sua instauração.

Art. 61. As audiências públicas serão precedidas da expedição de edital de convocação do qual constará, no mínimo, a data, o horário e o local da reunião, o objetivo e a forma de cadastramento dos expositores e da participação dos presentes.

Art. 62. Ao edital de convocação será dada a publicidade possível, sendo obrigatória sua publicação no Diário Oficial do Estado e sua afixação na sede da Promotoria de Justiça, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Art. 63. Da audiência será lavrada ata circunstanciada, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar de sua realização.

§ 1º A ata e seu extrato serão encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça ou a quem este indicar, no prazo de 5 (cinco) dias após sua lavratura, para fins de conhecimento, providências e publicação.

§ 2º A ata, por extrato, será afixada na sede da Promotoria de Justiça e será publicada no Diário Oficial do Estado.

Art. 64. Se o objeto da audiência pública consistir em fato da atribuição de mais de um Promotor de Justiça, o órgão do Ministério Público que teve a iniciativa do ato comunicará sua realização aos demais membros do Ministério Público, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

Art. 65. O resultado da audiência pública não vinculará a atuação do órgão do Ministério Público.

CAPÍTULO VI
DA PROVA DOCUMENTAL

Art. 66. Serão juntados aos autos os documentos obtidos pelo Ministério Público e aqueles apresentados pelo investigado, por testemunhas e por qualquer do povo.

Parágrafo único. Deverão ser certificados nos autos, se conhecidos, o nome e a qualificação daquele que apresentar o documento, bem como a data de seu recebimento na Promotoria de Justiça.

Art. 67. As cópias de documentos serão juntadas aos autos independentemente de autenticação, salvo se:

I – relativas à capacidade para firmar compromisso de ajustamento de conduta;

II – o presidente entender necessária a autenticação.

Parágrafo único. Quando o documento original ou cópia já estiver nos autos, eventuais novas cópias serão autuadas em apenso denominado “Cópias repetidas”, ou arquivadas em pasta própria, certificando a ocorrência nos autos.

Art. 68. Para facilidade de manuseio ou exame, poderá ser formado apenso destinado a capear documentos ou cópias, certificando-se tal ocorrência nos autos principais.

Parágrafo único. Na capa do apenso deverá haver menção expressa ao seu conteúdo.

Art. 69. Os documentos sigilosos serão envelopados, lacrados e rubricados pelo presidente, se possível na presença do interessado ou responsável, com vista à preservação do sigilo.

Parágrafo único. Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser autuados em apenso. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

CAPÍTULO VII
DA PROVA TESTEMUNHAL

Art. 70. As testemunhas serão ouvidas na sede da Promotoria de Justiça, em dia e hora previamente agendados.

§ 1º A critério do presidente, a testemunha poderá ser ouvida independentemente de prévio agendamento.

§ **2º** Estando a testemunha na comarca e não sendo possível sua presença na sede da Promotoria de Justiça, por doença, deficiência física ou outra causa, poderá ser ouvida onde se encontre, a critério do presidente.

Art. 71. As testemunhas que tenham a prerrogativa de ser ouvidas em data, hora e local previamente ajustados serão contatadas pelo presidente para a realização do ato, certificando-se nos autos.

§ 1º Não sendo possível o contato pessoal ou o ajuste, o presidente oficiará à testemunha com sugestão de local, data e hora para oitiva.

§ 2º Não obtendo resposta ou se esta for considerada desarrazoada, o presidente comunicará o fato ao Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis.

§ 3º O Procurador-Geral de Justiça comunicará ao presidente a data, hora e local em que o ato deva ser realizado. Se o local ajustado se situar fora do prédio que servir de sede da Promotoria de Justiça, a pedido do presidente poderá ser designado outro membro do Ministério Público para a oitiva.

CAPÍTULO VIII
DA PROVA PERICIAL

Art. 72. As perícias serão realizadas por servidores do Ministério Público ou por servidores públicos da União, Estado ou Município e respectivas administrações indiretas, por universidades públicas, por entidades de pesquisa técnica e científica, oficiais ou subvencionadas pelo Poder Público, ou por aquelas que tenham convênio com a Instituição para esta finalidade.

Art. 73. Da requisição de perícia constará, obrigatoriamente, o ponto sobre o qual deva incidir.

Parágrafo único. Sendo conveniente, o presidente elaborará quesitos.

CAPÍTULO IX
DA OITIVA DO INVESTIGADO

Art. 74. A pessoa que, em tese, possa figurar no pólo passivo de eventual ação civil pública a ser proposta poderá ser convidada a prestar declarações ou oferecer subsídios para esclarecimento dos fatos, sem prejuízo da natureza inquisitiva do inquérito.

Art. 75. Independentemente de convite, poderá o investigado apresentar razões e documentos, que serão juntados aos autos, bem como indicar provas, cuja realização ficará a critério do presidente.

CAPÍTULO X
DAS CARTAS PRECATÓRIAS

Art. 76. Será expedida carta precatória para a colheita de prova em outra comarca.

§ 1º Nas comarcas contíguas e de fácil comunicação, a expedição de carta precatória só será feita se assim entender o presidente.

§ 2º Se a testemunha não tiver domicílio na comarca, sua oitiva será, obrigatoriamente, deprecada, salvo se comparecer espontaneamente na sede da Promotoria de Justiça.

Art. 77. Da carta precatória constarão:

I – a indicação do Promotor de Justiça deprecado;

II – a menção da diligência que lhe constitui o objeto;

III – o encerramento, com a assinatura do Promotor de Justiça.

Art. 78. A carta precatória será instruída com cópia da portaria de instauração e demais documentos necessários à compreensão de seu conteúdo.

Art. 79. Em caso de urgência, a carta precatória poderá ser transmitida por telegrama, fac-sími-

le, via eletrônica ou qualquer outro meio, inclusive por telefone.

Parágrafo único. Se transmitida por telefone, o Promotor de Justiça deprecado mandará lavrar certidão da comunicação e, incontinenti, determinará a realização do ato.

Art. 80. Independem de carta precatória as diligências que devam ser realizadas pelos Centros de Apoio Operacional.

Art. 81. O cumprimento de carta precatória só pode ser recusado se não estiver revestida dos requisitos mencionados neste ato normativo.

§ 1º A carta precatória deverá ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento.

§ 2º Em caso de urgência, devidamente justificado, o presidente poderá fixar prazo menor para cumprimento.

Art. 82. A dúvida quanto à autenticidade da carta precatória será dirimida pelo Promotor de Justiça deprecado, que só a devolverá se constatada não ser autêntica.

Parágrafo único. A carta precatória terá caráter itinerante.

TÍTULO IV

Do Compromisso de Ajustamento de Conduta

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83. Desde que o fato esteja devidamente esclarecido em qualquer fase do inquérito civil ou no curso de ação civil pública, o presidente do inquérito civil poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento para adequação de sua conduta às exigências legais, impondo-lhe o cumprimento das obrigações necessárias à prevenção, cessação ou reparação do dano.

§ 1º O compromisso de ajustamento de conduta é título executivo extrajudicial e, para sua plena eficácia, deverá revestir-se da característica de liquidez, estipulando obrigação certa, quanto à sua existência, e determinada, quanto ao seu objeto.

§ 2º Como garantia do cumprimento da obrigação principal, deverão ser estipuladas multas cominatórias, desde que possível.

§ 3º O disposto no § 2º deste artigo não impede o cumprimento imediato da obrigação.

§ 4º A eficácia do compromisso ficará condicionada à homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público.

§ 5º A celebração de compromisso de ajustamento de conduta não impede que outro, desde que mais abrangente, seja celebrado por quaisquer legitimados.

§ 6º A multa cominatória é exigível a partir do descumprimento do compromisso de ajustamento de conduta, independentemente do cumprimento da obrigação principal.

§ 7º A qualidade de título executivo extrajudicial do compromisso de ajustamento de conduta permitirá a promoção direta de execução por titular de direito nele amparado, nos limites de seu interesse.

CAPÍTULO II
DA FORMALIZAÇÃO

Art. 84. O compromisso será formalizado pelo presidente, por termo nos autos, com observância das exigências legais para a celebração de acordos.

§ 1º O compromisso será assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromitente, cuidando-se para que este esteja devidamente qualificado e, quando for o caso, representado legalmente nos autos.

§ 2º É vedada a dispensa, total ou parcial, das obrigações reclamadas para a efetiva satisfação do interesse ou direito lesado, devendo a convenção com o responsável restringir-se às condições e estipulações de cumprimento das obrigações.

§ 3º Do termo de compromisso constará, obrigatoriamente, a seguinte cláusula: "Este compromisso produzirá efeitos legais depois de homologado o arquivamento do respectivo inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público."

Art. 85. O termo de compromisso deverá ser elaborado em pelo menos duas vias, devidamente assinadas e rubricadas pelo presidente do inquérito civil e pelo compromitente, devendo a segunda via ficar arquivada em pasta própria, juntamente com cópias, autenticadas por Oficial de Promotoria, dos documentos comprobatórios da qualidade e representatividade legal do compromitente.

Art. 86. Após a celebração do compromisso de ajustamento, o presidente do inquérito civil lançará nos autos promoção de arquivamento, nos termos do artigo 91 deste ato normativo, para cumprimento do disposto no artigo 112, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993.

§ 1º Homologado o arquivamento, os autos do inquérito civil serão restituídos ao órgão do Ministério Público de origem, que providenciará a imediata notificação do compromitente para o cumprimento das obrigações na forma e nos prazos avençados.

§ 2º O acompanhamento periódico da execução deverá ser feito nos mesmos autos, e, decorridos os prazos avençados, ou no seu termo final, será providenciada a notificação do compromitente para comprovação do cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da realização de quaisquer diligências, especialmente técnicas, quando for o caso, a critério do presidente do inquérito civil.

Art. 87. Quando houver necessidade da celebração de compromisso de ajustamento com característica de ajuste preliminar, que não dispense o prosseguimento de diligências para uma solução definitiva ou mais completa da questão, o órgão do Ministério Público poderá celebrá-lo, justificadamente, encaminhando os autos ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação somente do compromisso, autorizando o prosseguimento das investigações.

Art. 88. Havendo ação civil pública em andamento, o compromisso será formalizado no processo respectivo, para eventual homologação por sentença, não intervindo o Conselho Superior do Ministério Público.

CAPÍTULO III
DA NOVAÇÃO

Art. 89. Em caráter excepcional, poderá ser celebrada a novação, nos termos da lei civil, caso em que o presidente do inquérito civil deverá, justificadamente:

I – submetê-lo à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, na hipótese de compromisso de ajustamento preliminar, nos termos do artigo 87;

II – promover novo arquivamento do inquérito civil, na hipótese de compromisso de ajustamento definitivo, nos termos do artigo 86;

III – observar, no que couber, o disposto no Capítulo II deste Título.

TÍTULO V

Do Encerramento

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 90. O inquérito civil será encerrado, depois de esgotadas todas as diligências a que se destinava, mediante:

I – propositura de ação civil pública;

II – arquivamento.

Parágrafo único. A celebração de compromisso de ajustamento implicará o arquivamento do inquérito civil apenas para os fins do artigo 112, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, mas não no seu encerramento definitivo até que seja comprovado o cumprimento de todas as obrigações pactuadas.

Art. 91. O encerramento do inquérito civil, em quaisquer das hipóteses referidas no artigo anterior, não constitui ato de mero expediente, e deverá ser celebrado sempre de forma fundamentada.

Art. 92. Quando a ação civil pública não abranger todos os fatos e pessoas mencionadas na portaria inicial do inquérito civil, será promovido, em decisão fundamentada, o arquivamento em relação a eles, enviando-se cópia dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público para o reexame necessário, no prazo de 3 (três) dias.

CAPÍTULO II
DA PROPOSITURA DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Art. 93. Os autos principais do inquérito civil instruirão a ação civil pública.

§ 1º No órgão do Ministério Público será mantida cópia da petição inicial da ação civil pública e, a critério do presidente, das principais peças dos autos do inquérito civil.

§ 2º Os apensos relativos às cópias repetidas de documentos, referidos no parágrafo único do artigo 67, deverão permanecer no arquivo do órgão do Ministério Público.

CAPÍTULO III
DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 94. No exercício da tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, poderá o presidente do inquérito civil, nos termos do artigo 113 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, expedir recomendações e notificações aos órgãos ou entidades referidas no inciso VII do artigo 103 dessa lei.

Art. 95. O presidente do inquérito civil poderá recomendar aos órgãos ou entidades competentes a adoção de medidas destinadas à efetividade dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, bem como para que sejam tomadas, em prazo razoável, as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais e individuais indisponíveis, tratados coletivamente.

Art. 96. O órgão do Ministério Público, com ou sem a realização de audiências públicas, também poderá expedir recomendações aos órgãos ou entidades competentes, sugerindo a edição de normas, a alteração da legislação em vigor ou a adoção de medidas destinadas à efetividade dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, ou prevenção ou controle de irregularidades.

Art. 97. Expedida a recomendação ou a notificação, aguardar-se-á prazo razoável para resposta da autoridade sobre a sua adoção ou não.

Parágrafo único. Será requisitada ao destinatário da recomendação sua divulgação adequada e imediata, bem como resposta escrita.

Art. 98. Atendida a notificação ou obtida a satisfação da representação, da reclamação ou das queixas referidas no artigo 17, e não havendo outra providência a tomar, será o inquérito civil encerrado na forma do artigo 92, inciso II, devendo ser encaminhados os autos do inquérito civil ao Conselho Superior do Ministério Público, para controle de eventual arquivamento implícito.

§ 1º Na hipótese de desatendimento à notificação, o Ministério Público, se for o caso, deverá promover a ação civil competente, sem prejuízo de outras providências que entender cabíveis.

§ 2º Na hipótese em que tiver sido expedida apenas recomendação, o inquérito civil será encerrado nos termos do artigo 90, após a comprovação nos autos do cumprimento do disposto no parágrafo único do artigo 97.

CAPÍTULO IV
DO ARQUIVAMENTO

Art. 99. O inquérito civil será arquivado de forma fundamentada: (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

I – diante da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil pública ou para as medidas previstas no capítulo anterior, depois de esgotadas todas as diligências;

II – na hipótese de a ação civil pública ou as recomendações expedidas não abrangerem todos os fatos referidos na portaria de instauração do inquérito civil;

III – quando celebrado compromisso de ajustamento definitivo.

Parágrafo único. Se a investigação versar sobre mais de um fato e a ação civil pública proposta referir-se apenas a um ou alguns deles, os demais fatos deverão ser objeto de promoção de arquivamento, observando-se, no que couber, o disposto no Capítulo IV do Título V deste Ato Normativo. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Artigo 100. Sob pena de falta grave, os autos principais, com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos no prazo de 3 (três) dias contados da data da promoção, mediante comprovante, ao Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1º A promoção de arquivamento será submetida, na forma do regimento interno, a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público em sessão pública, salvo se houver sigilo, que poderá: (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

I – homologá-la;

II – determinar o ajuizamento da ação civil pública;

III – determinar a instauração de inquérito civil, quando se tratar de peças de informação, e ainda não haja base para propositura de ação;

IV – determinar a conversão do julgamento em diligência, com o prosseguimento no inquérito civil já instaurado, indicando de forma expressa as diligências necessárias.

§ 2º Até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciará a promoção de arquivamento, as pessoas colegitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do procedimento investigatório. (Incluído e renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 3º Se o Conselho Superior do Ministério Público deixar de homologar a promoção de arquivamento, comunicará o fato, desde logo, ao Procurador-Geral de Justiça, para a designação de outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação ou o prosseguimento das investigações. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 4º A designação, salvo motivo justificado, deverá recair no substituto automático do membro impedido ou, na impossibilidade de fazê-lo, sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, oficiar no caso, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviço. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 5º Na hipótese de não homologação do arquivamento proposto pelo Procurador-Geral de Justiça, os autos serão remetidos ao seu substituto legal. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 6º Não ocorrendo a remessa no prazo previsto no "caput" deste artigo, o Conselho Superior do Ministério Público, de ofício ou a pedido de qualquer interessado, requisitará os autos do inquérito civil ou das peças de informação, para exame e deliberação. (Renumerado pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 101. Convertido o julgamento em diligência, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. Neste último caso, será desnecessária a remessa dos autos ao Conselho Superior, bastando comunicar, por ofício, o ajuizamento da ação.

Art. 102. Na hipótese prevista na primeira parte do inciso II do artigo 99, o controle do arquivamento será exercido pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma de seu regimento interno, atendidas pelo órgão do Ministério Público as prescrições do artigo 90.

Art. 103. Na hipótese referida no inciso III do artigo 99, o controle do arquivamento será exercido pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma de seu regimento interno, atendidas pelo órgão do Ministério Público as prescrições dos artigos 86 e 90.

CAPÍTULO V
DO DESARQUIVAMENTO

Art. 104. Depois de homologada, pelo Conselho Superior do Ministério Público, a promoção de arquivamento do inquérito civil, o órgão do Ministério Público poderá proceder a novas investigações se de outras provas ou fatos conexos tiver notícia, bem como se surgirem novos dados técnicos ou jurídicos.

Art. 105. O desarquivamento de inquérito civil deverá ser feito por decisão na qual seja indicado o fundamento de fato ou de direito que determinar o início de novas investigações, comunicando-se o fato ao Centro de Apoio Operacional respectivo.

§ 1º O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de 6 (seis) meses após o arquivamento. Decorrido o prazo, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 2º Em qualquer das situações previstas no parágrafo anterior, a atribuição será do órgão do Ministério Público que promoveu o arquivamento do inquérito civil. (Incluído pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

TÍTULO VI

Da Publicidade na Tramitação

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 106. A publicidade na tramitação do inquérito civil será feita, nos termos do § 2º do artigo 104 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993, mediante a publicação de relatórios pelos Centros de Apoio Operacional.

Parágrafo único. Os relatórios conterão:

I – as portarias de inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados;

II – os arquivamentos;

III – as ações civis públicas ajuizadas, com menção dos números dos registros e das varas para as quais foram distribuídas;

IV – os requisitos previstos no inciso II do artigo 8º deste ato normativo.

Art. 107. Os relatórios serão publicados em, no máximo, 5 (cinco) dias contados do recebimento da comunicação.

Art. 108. A publicidade na tramitação dos inquéritos civis, procedimentos preparatórios e representações no Conselho Superior do Ministério Público serão feitos na forma prevista em seu regimento interno.

Art. 109. A publicidade por qualquer dos meios previstos neste título observará o disposto no § 6º do artigo 8º

CAPÍTULO II
DAS CERTIDÕES E INFORMAÇÕES

Art. 110. As certidões serão expedidas em, no máximo, 15 (quinze) dias, contados de seu requerimento, nos termos do inciso I do § 2º do artigo 8º

Art. 111. O pedido de certidão deverá ser escrito e será juntado aos autos do inquérito civil, se relativo a fato objeto de procedimento.

Parágrafo único. Admite-se que o pedido seja reduzido por termo pela secretaria do órgão do Ministério Público.

Art. 112. Será juntada aos autos cópia da certidão expedida.

Art. 113. Se a certidão tiver por objeto registro do órgão do Ministério Público, o pedido será arquivado em pasta própria, acompanhado de cópia da certidão.

Art. 114. As informações serão prestadas:

I – verbalmente, aos interessados que compareçam na sede do órgão de execução;

II – pela entrega de cópias requeridas, após o pagamento dos emolumentos, nos termos do inciso II do § 2º do artigo 8º

Art. 114-A. Os requerimentos de expedição de certidão e de extração de cópias sobre os fatos investigados deverão ser fundamentados, com esclarecimentos quanto aos fins e razões do pedido, nos termos da Lei nº 9.051/95, e serão cumpridos após deferimento do presidente da investigação. (Incluído pelo Ato (N) nº 718 – CPJ, de 01/12/2011)

CAPÍTULO III
DO EXAME E DA VISTA DOS AUTOS

Art. 115. O pedido de exame dos autos na secretaria do órgão do Ministério Público poderá ser formulado por qualquer pessoa, verbalmente ou por escrito. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Parágrafo único. Se escrito, o seu deferimento será comunicado ao requerente, lavrando-se certidão nos autos.

Art. 116. O pedido de vista dos autos, mediante requerimento fundamentado, poderá ser feito pelo interessado ou procurador legalmente constituído, dependendo de deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil, ficando vedada a retirada dos autos da secretaria. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Art. 117. Ressalvadas as hipóteses de sigilo, poderá ser deferida a extração de cópias, sempre às expensas do interessado, observando-se as devidas cautelas quanto ao deslocamento e à posse dos autos.

TÍTULO VII

Dos Recursos

CAPÍTULO I
DO RECURSO CONTRA O INDEFERIMENTO DE REPRESENTAÇÃO

Art. 118. Da decisão do órgão do Ministério Público que indeferir, fundamentadamente, a representação para a instauração do inquérito

civil, caberá recurso ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da juntada aos autos do comprovante da ciência dada ao representante.

§ 1º Se não houver comprovante da entrega da notificação, o prazo será contado da data da ciência inequívoca do representante.

§ 2º O recurso deverá vir acompanhado das respectivas razões, sob pena de não recebimento, e será interposto perante o órgão do Ministério Público oficiante. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 3º O dia e a hora da entrega do recurso e das respectivas razões deverão ser certificados nos autos, entregando-se recibo ao recorrente. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

§ 4º O recurso será juntado aos autos, dele se fazendo anotação no livro próprio.

Art. 119. Do indeferimento da representação para instauração de inquérito civil, deverá ser dada ciência ao representante, juntando-se aos autos o respectivo comprovante, se houver.

§ 1º Da decisão de indeferimento deverá constar que o representante poderá recorrer ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Se a ciência for dada mediante notificação, nela deverão constar os mesmos requisitos previstos no artigo anterior.

Art. 120. O Promotor de Justiça ou o Procurador-Geral de Justiça, na condição de presidente do inquérito civil, no prazo de 5 (cinco) dias, poderá reconsiderar a decisão recorrida. (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

Parágrafo único. Mantida a decisão, de forma fundamentada, os autos serão encaminhados, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público, com despacho fundamentado.

CAPÍTULO II
DO RECURSO CONTRA A INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

Art. 121. Da instauração do inquérito civil caberá recurso do interessado, com efeito suspensivo, ao Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1º Considera-se interessado aquele em face de quem poderá ser ajuizada a ação civil pública.

§ 2º Deverá ser juntada aos autos cópia da publicação da instauração do inquérito civil, prevista no inciso I do artigo 8º

§ 3º O prazo para a interposição do recurso será de 5 (cinco) dias, contados da juntada da cópia da publicação mencionada no parágrafo anterior ou da data da ciência, pelo interessado, da instauração do inquérito civil, valendo o evento que acontecer primeiramente.

Art. 122. O recurso deverá ser acompanhado das respectivas razões, sob pena de indeferimento, e será interposto perante o órgão do Ministério Público oficiante.

§ 1º O recurso e as respectivas razões serão juntados aos autos, dele se fazendo registro em livro próprio.

§ 2º Serão certificados nos autos o dia e a hora da entrega do recurso e das respectivas razões, dando-se recibo ao recorrente.

Art. 123. O presidente do inquérito civil, no prazo de 5 (cinco) dias, lançará nos autos do procedimento manifestação de sustentação do ato impugnado.

Art. 124. O presidente do inquérito civil não poderá negar seguimento ao recurso, ainda que intempestivo.

Art. 125. O recurso subirá nos próprios autos do inquérito civil, que deverão ser remetidos ao Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 3 (três) dias.

TÍTULO VIII

Disposições Finais

CAPÍTULO I
DOS REGISTROS, DAS ANOTAÇÕES E DAS COMUNICAÇÕES

Art. 126. Os órgãos do Ministério Público que tenham por atribuição a instauração de inquérito civil manterão os livros e as pastas necessários aos registros e às anotações previstos neste ato normativo, na forma estabelecida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 127. Serão encaminhadas, por meio eletrônico, ao Centro de Apoio Operacional respectivo, dentre outras especificadas em Ato próprio, as seguintes peças: (Redação dada pelo Ato (N) nº 718/2011 – CPJ, de 01/12/2011)

I – das portarias de instauração de inquérito civil ou de procedimento preparatório deste último;

II – das representações e eventuais decisões de indeferimento;

III – de promoções de arquivamento;

IV – de petições iniciais de ação civil pública, com a indicação do número que tomou o feito e a vara a que foi distribuído;

V – das medidas tomadas na forma do artigo 113 da Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993;

VI – de recomendações;

VII – de reabertura de inquérito civil;

VIII – de sentenças;

IX – de recursos, ainda que não se refiram à decisão final da causa;

X – de termos de compromisso de ajustamento de conduta, mesmo que lavrados no curso de ação judicial;

XI – de trânsito em julgado de sentença final, quando ocorrer em primeiro grau de jurisdição;

XII – de certidão de cumprimento integral de compromisso de ajustamento de conduta ou de decisão judicial.

CAPÍTULO II
DA VIGÊNCIA

Art. 128. Este ato normativo entrará em vigor em 30 (trinta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 129. Ficam revogados as demais disposições em contrário, em especial:

I – o Ato Normativo nº 52-PGJ/CSMP/CGMP, de 16 de julho de 1992;

II – o Ato Normativo nº 19-CPJ, de 25 de fevereiro de 1994, com a redação dada pelo Ato Normativo nº 5 -CPJ, de 23 de março de 1995; e

III – o Ato Normativo nº 13-CPJ-CSMP, de 2 de dezembro de 1993.

São Paulo, 5 de outubro de 2006.

RODRIGO CÉSAR REBELLO PINHO

Procurador-Geral de Justiça e

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

Publicado em: Diário Oficial: Poder Executivo - Seção I, São Paulo, v.116, n.191, p.36-38, de 6 de outubro de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 17 SETEMBRO DE 2007

(Texto com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 35/2009, 59/2010, 107/2014 e 126/2015)

Regulamenta os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93 e os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação do inquérito civil.

O Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal e com fulcro no artigo 64-A, de seu Regimento Interno;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, inciso III e inciso VI, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 6º, inciso VII, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75/93; os artigos 25, inciso IV, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93 e a Lei n° 7.347/85;

CONSIDERANDO a necessidade de uniformizar o procedimento do inquérito civil, em vista dos princípios que regem a Administração Pública e dos direitos e garantias individuais;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DOS REQUISITOS PARA INSTAURAÇÃO

Art. 1º O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, será instaurado para apurar fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público nos termos da legislação aplicável, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais.

Parágrafo único. O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.

Art. 2º O inquérito civil poderá ser instaurado:

I – de ofício;

II – em face de requerimento ou representação formulada por qualquer pessoa ou comunicação de outro órgão do Ministério Público, ou qualquer autoridade, desde que forneça, por qualquer meio legalmente permitido, informações sobre o fato e seu provável autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização;

III – por designação do Procurador-Geral de Justiça, do Conselho Superior do Ministério Público, Câmaras de Coordenação e Revisão e demais órgãos superiores da Instituição, nos casos cabíveis.

§ 1º O Ministério Público atuará, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, devendo cientificar o membro do Ministério Público que possua atribuição para tomar as providências respectivas, no caso de não a possuir.

§ 2º No caso do inciso II, em sendo as informações verbais, o Ministério Público reduzirá a termo as declarações. Da mesma

forma, a falta de formalidade não implica indeferimento do pedido de instauração de inquérito civil, salvo se, desde logo, mostrar-se improcedente a notícia, atendendo-se, na hipótese, o disposto no artigo 5º desta Resolução.

§ 3º O conhecimento por manifestação anônima, justificada, não implicará ausência de providências, desde que obedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes no artigo 2º, inciso II, desta Resolução.

§ 4º O Ministério Público, de posse de informações previstas nos artigos 6º e 7º da Lei n° 7.347/85 que possam autorizar a tutela dos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, poderá complementá-las antes de instaurar o inquérito civil, visando apurar elementos para identificação dos investigados ou do objeto, instaurando procedimento preparatório.

§ 5º O procedimento preparatório deverá ser autuado com numeração sequencial à do inquérito civil e registrado em sistema próprio, mantendo-se a numeração quando de eventual conversão.

§ 6º O procedimento preparatório deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável.

§ 7º Vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará a respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil.

Art. 3º Caberá ao membro do Ministério Público investido da atribuição para propositura da ação civil pública a responsabilidade pela instauração de inquérito civil.

Parágrafo único. Eventual conflito negativo ou positivo de atribuição será suscitado, fundamentadamente, nos próprios autos ou em petição dirigida ao órgão com atribuição no respectivo ramo, que decidirá a questão no prazo de trinta dias.

CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

Art. 4º O inquérito civil será instaurado por portaria, numerada em ordem crescente, renovada anualmente, devidamente registrada em livro próprio e autuada, contendo:

I – o fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público e a descrição do fato

objeto do inquérito civil;

II – o nome e a qualificação possível da pessoa jurídica e/ou física a quem o fato é atribuído;

III – o nome e a qualificação possível do autor da representação, se for o caso;

IV – a data e o local da instauração e a determinação de diligências iniciais;

V – a designação do secretário, mediante termo de compromisso, quando couber;

VI – a determinação de afixação da portaria no local de costume, bem como a de remessa de cópia para publicação.

Parágrafo único. Se, no curso do inquérito civil, novos fatos indicarem necessidade de investigação de objeto diverso do que estiver sendo investigado, o membro do Ministério Público poderá aditar a portaria inicial ou determinar a extração de peças para instauração de outro inquérito civil, respeitadas as normas incidentes quanto à divisão de atribuições.

CAPÍTULO III
DO INDEFERIMENTO DE REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL

Art. 5º Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos mencionados no

artigo 1º desta Resolução ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de trinta dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado.

§ 1º Do indeferimento caberá recurso administrativo, com as respectivas razões, no prazo de dez dias.

§ 2º As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que indeferiu o pedido, devendo ser remetidas, caso não haja reconsideração, no prazo de três dias, juntamente com a representação e com a decisão impugnada, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva para apreciação.

§ 3º Do recurso serão notificados os interessados para, querendo, oferecer contra-razões.

§ 4º Expirado o prazo do artigo 5º, § 1º, desta Resolução, os autos serão arquivados na própria origem, registrando-se no sistema respectivo, mesmo sem manifestação do representante.

§ 5º Na hipótese de atribuição originária do Procurador-Geral, caberá pedido de reconsideração no prazo e na forma do parágrafo primeiro.

CAPÍTULO IV
DA INSTRUÇÃO

Art. 6º A instrução do inquérito civil será presidida por membro do Ministério Público a quem for conferida essa atribuição, nos termos da lei.

§ 1º O membro do Ministério Público poderá designar servidor do Ministério Público para secretariar o inquérito civil.

§ 2º Para o esclarecimento do fato objeto de investigação, deverão ser colhidas todas as provas permitidas pelo ordenamento jurídico, com a juntada das peças em ordem cronológica de apresentação, devidamente numeradas em ordem crescente.

§ 3º Todas as diligências serão documentadas mediante termo ou auto circunstanciado.

§ 4º As declarações e os depoimentos sob compromisso serão tomados por termo pelo membro do Ministério Público, assinado pelos presentes ou, em caso de recusa, na aposição da assinatura por duas testemunhas.

§ 5º Qualquer pessoa poderá, durante a tramitação do inquérito civil, apresentar ao Ministério Público documentos ou subsídios para melhor apuração dos fatos.

§ 6º Os órgãos da Procuradoria-Geral, em suas respectivas atribuições, prestarão apoio administrativo e operacional para a realização dos atos do inquérito civil.

§ 7º O Ministério Público poderá deprecar diretamente a qualquer órgão de execução a realização de diligências necessárias para a investigação.

§ 8º As notificações, requisições, intimações ou outras correspondências expedidas por órgãos do Ministério Público da União ou pelos órgãos do Ministério Público dos Estados, destinadas a instruir inquérito civil ou procedimento preparatório observarão o disposto no artigo 8°, § 4°, da Lei Complementar n° 75/93, no artigo 26, § 1°, da Lei n° 8.625/93 e, no que couber, no disposto na legislação estadual, devendo serem encaminhadas no prazo de dez (10) dias pelo respectivo Procurador-Geral, não cabendo a este a valoração do contido no expediente, podendo deixar de encaminhar aqueles que não contenham os requisitos legais ou que não empreguem o tratamento protocolar devido ao destinatário."(Texto alterado

pelas Resoluções nº 35, de 23 de março de 2009 e nº 59, de 27 de julho de 2010)

§ 9º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior em relação aos atos dirigidos aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. (Texto acrescentado pela Resolução nº 35, de 23 de março de 2009)

§ 10. Todos os ofícios requisitórios de informações ao inquérito civil e ao procedimento preparatório deverão ser fundamentados e acompanhados de cópia da portaria que instaurou o procedimento ou da indicação precisa do endereço eletrônico oficial em que tal peça esteja disponibilizada."(Alterado pela Resolução nº 59, de 27 de julho de 2010)

Art. 7º Aplica-se ao inquérito civil o princípio da publicidade dos atos, com exceção dos casos em que haja sigilo legal ou em que a publicidade possa acarretar prejuízo às investigações, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.

§ 1º Nos requerimentos que objetivam a obtenção de certidões ou extração de cópia de documentos constantes nos autos sobre o inquérito civil, os interessados deverão fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido, nos termos da Lei nº 9.051/95.

§ 2º A publicidade consistirá:

I – na divulgação oficial, com o exclusivo fim de conhecimento público mediante publicação de extratos na imprensa oficial;

II – na divulgação em meios cibernéticos ou eletrônicos, dela devendo constar as portarias de instauração e extratos dos atos de conclusão;

III – na expedição de certidão e na extração de cópias sobre os fatos investigados, mediante requerimento fundamentado e por deferimento do presidente do inquérito civil;

IV – na prestação de informações ao público em geral, a critério do presidente do inquérito civil;

V – na concessão de vistas dos autos, mediante requerimento fundamentado do interessado ou de seu procurador legalmente constituído e por deferimento total ou parcial do presidente do inquérito civil. (Inciso suprimido pela Resolução nº 107, de 5 de maio de 2014).

§ 3º As despesas decorrentes da extração de cópias correrão por conta de quem as requereu.

§ 4º A restrição à publicidade deverá ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público, e poderá ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.

§ 5º Os documentos resguardados por sigilo legal deverão ser autuados em apenso.

Art. 8º Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

Art. 9º O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de um ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Parágrafo único. Cada Ministério Público, no âmbito de sua competência administrativa, poderá estabelecer prazo inferior, bem como limitar a prorrogação mediante ato

administrativo do Órgão da Administração Superior competente.

Art. 9º-A. Após a instauração do inquérito civil ou do procedimento preparatório, quando o membro que o preside concluir ser atribuição de outro Ministério Público, este deverá submeter sua decisão ao referendo do órgão de revisão competente, no prazo de 3 (três) dias. (Redação dada pela Resolução nº 126, de 29 de julho de 2015)

CAPÍTULO V
DO ARQUIVAMENTO

Art. 10. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, fundamentadamente, o arquivamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório.

§ 1º Os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos ao órgão de revisão competente, no prazo de três dias, contado da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, através de publicação na imprensa oficial ou da lavratura de termo de afixação de aviso no órgão do Ministério Público, quando não localizados os que devem ser cientificados.

§ 2º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do órgão de revisão competente, na forma do seu Regimento Interno.

§ 3º Até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público ou da Câmara de Coordenação e Revisão respectiva, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou do procedimento preparatório.

§ 4º Deixando o órgão de revisão competente de homologar a promoção de arquivamento, tomará uma das seguintes providências:

I – converterá o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo ao órgão competente para designar o membro do Ministério Público que irá atuar;

II – deliberará pelo prosseguimento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, indicando os fundamentos de fato e de direito de sua decisão, adotando as providências relativas à designação, em qualquer hipótese, de outro membro do Ministério Público para atuação.

§ 5º Será pública a sessão do órgão revisor, salvo no caso de haver sido decretado o sigilo.

Art. 11. Não oficiará nos autos do inquérito civil, do procedimento preparatório ou da ação civil pública o órgão responsável pela promoção de arquivamento não homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público ou pela Câmara de Coordenação e Revisão.

Art. 12. O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante, poderá ocorrer no prazo máximo de seis meses após o arquivamento. Transcorrido esse lapso, será instaurado novo inquérito civil, sem prejuízo das provas já colhidas.

Parágrafo único. O desarquivamento de inquérito civil para a investigação de fato novo, não sendo caso de ajuizamento de ação civil pública, implicará novo arquivamento e remessa ao órgão competente, na forma do art. 10, desta Resolução.

Art. 13. O disposto acerca de arquivamento de inquérito civil ou procedimento preparatório também se aplica à hipótese em que estiver sendo investigado mais de um fato lesivo e a ação civil pública proposta somente se relacionar a um ou a algum deles.

CAPÍTULO VI
DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Art. 14. O Ministério Público poderá firmar compromisso de ajustamento de conduta, nos casos previstos em lei, com o responsável pela ameaça ou lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser recuperados.

CAPÍTULO VII
DAS RECOMENDAÇÕES

Art. 15. O Ministério Público, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover.

Parágrafo único. É vedada a expedição de recomendação como medida substitutiva ao compromisso de ajustamento de conduta ou à ação civil pública.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Cada Ministério Público deverá adequar seus atos normativos referentes a inquérito civil e a procedimento preparatório de investigação cível aos termos da presente Resolução, no prazo de noventa dias, a contar de sua entrada em vigor.

Art. 17. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2007.
ANTONIO FERNANDO BARROS E SILVA DE SOUZA
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Atualidades

Professor Cássio Albernaz

INTRODUÇÃO

O que é uma prova de Atualidades?

Corriqueiramente, concurseiros dos mais diversos níveis se deparam com essa pergunta e a resposta não é tão óbvia quanto parece ser. A origem dessa confusão começa no conteúdo dos próprios programas de provas das diferentes instituições organizadoras. As bancas organizadoras possuem diferentes compreensões sobre o que vem a ser uma prova de Atualidades. Portanto, a aprovação na prova de Atualidades começa por uma leitura atenta do edital de prova e do seu conteúdo programático.

Apesar das dificuldades e das desconfianças que se possa ter com relação a este conteúdo existem alguns terrenos seguros nos quais podemos nos debruçar. Para desvendar esses "nós" devemos definir algumas prioridades. Inicialmente, é possível entender atualidades como o domínio global de tópicos atuais e relevantes. Nesse sentido, domínio global significa saber situar e se situar frente aos temas, algo diferente de "colecionar" e "decorar" fatos da atualidade. A relevância de tais tópicos se dá em função da "agenda" de debates do momento e do conteúdo programático do concurso que se vai realizar. Ou seja, nem tudo interessa para uma prova de Atualidades.

Numa prova séria e bem feita de Atualidades (e pasmem elas existem!), o mundo das celebridades, o vai e vem do mercado futebolístico, o cotidiano do noticiário policial, etc., têm pouco valor como conteúdo de prova. Assim, os fatos só passam a ser conteúdos de prova quando possuem valor histórico, sociológico, e político para compreensão da realidade presente e dos seus principais desafios.

Dessa forma, o conteúdo de prova refere-se as "atualidades" e seus fatos através de um desencadeamento global de conhecimentos e noções que se relacionam ao contexto nacional e ao internacional. Portanto, tal conteúdo tem como característica fundamental a interpretação do fenômeno histórico político e social a partir de seus diferentes tópicos: política econômica; política ambiental; política internacional; política educacional; política tecnológica; políticas públicas; política energética; política governamental; aspectos da sociedade; dentre outros; bem como o desencadeamento de relações entre esses conteúdos e os fatos da atualidade.

Desde já, chama-se a atenção para o fato de que o conteúdo de Atualidades é muito diferente de outros conteúdos. Não existem fórmulas, macetes, atalhos, "musiquinhas", ou qualquer outro estratagema capaz de preparar um aluno para tal empreitada. O que existe é interesse e leitura. O que esse material oferece então é o direcionamento para a prova. As chaves de interpretação, modos de pensar e de relacionar os conteúdos serão fornecidos em aula. Assim, colocamos à disposição textos e comentários para informação e reflexão prévia sobre os principais tópicos de Atualidades.

Por que estudar Atualidades?

Para além da resposta óbvia: - para passar no concurso! O conteúdo de atualidades é hoje um diferencial em tempos de concursos tão disputados, pois as médias de acertos são elevadas nas matérias mais tradicionais, como Português, Direitos, etc., os acertos no conteúdo de Atualidades podem lançar o candidato posições à frente. Esse argumento ganha maior peso porque a maioria dos concurseiros não sabe o que estudar e nem como estudar.

Para além desse fato, saber refletir sobre atualidades é um ato de conscientização política e social, engajamento, e cidadania, por isso muitos concursos públicos exigem esse conhecimento de forma orientada.

Dessa forma, pergunto aos concursandos: Por que não estudar atualidades?

Bons estudos!

Cássio Albernaz

ATENÇÃO!

Esse material é uma seleção de notícias e artigos retirados de jornais, revistas, sites e demais veículos de imprensa, como forma de reunir um conjunto de notícias a respeito de determinados assuntos. Essa seleção visa estabelecer uma lista de temas de interesse e seus respectivos conteúdos que estão sendo publicados na imprensa. Portanto, esse material presta um serviço de pesquisa e organização de tópicos de estudos para concursos púbicos relativos ao conteúdo de Atualidades.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Entenda a crise na Ucrânia

Presidente foi destituído após dezenas de mortes em protestos.
Movimento levou à tomada da Crimeia pela Rússia e mais separatismos.

08/04/2014

A Ucrânia vive uma grave crise social e política desde novembro de 2013, quando o governo do então presidente Viktor Yanukovich desistiu de assinar, um acordo de livre-comércio e associação política com a União Europeia (UE), alegando que decidiu buscar relações comerciais mais próximas com a Rússia, seu principal aliado.

A oposição e parte da população não aceitaram a decisão, e foram às ruas, realizando protestos violentos que deixaram mortos e culminaram, em 22 de fevereiro de 2014, na destituição do contestado presidente pelo Parlamento e no agendamento de eleições antecipadas para 25 de maio.

Houve a criação de um novo governo pró-União Europeia e anti-Rússia, acirrou as tensões separatistas na península da Crimeia, de maioria russa, levando a uma escalada militar com ação de Moscou na região. A Crimeia realizou um referendo que aprovou sua adesão à Rússia, e o governo de Vladmir Putin procedeu com a incorporação do território, mesmo com a reprovação do Ocidente.

Após a adesão da Crimeia ao governo de Moscou, outras regiões do leste da Ucrânia, de maioria russa, também começaram a sofrer com tensões separatistas. Militantes pró-Rússia tomaram prédios públicos na cidade de Donetsk e a proclamaram como "república soberana", marcando um referendo sobre a soberania nacional para 11 de maio. A medida não foi reconhecida por Kiev nem pelo Ocidente. Outras cidades também tiveram atuação de milícias russas, como Lugansk e Kharkiv.

O conflito reflete uma divisão interna do país, que se tornou independente de Moscou com o colapso da União Soviética, em 1991. No leste e no sul do país, o russo ainda é o idioma mais usado diariamente, e também há maior dependência econômica da Rússia. No norte e no oeste, o idioma mais falado é o ucraniano, e essas regiões servem como base para a oposição – e é onde se concentraram os principais protestos, inclusive na capital, Kiev.

Disputa e início da crise

Dias depois de anunciar a desistência do acordo com a UE, o governo ucraniano admitiu que tomou a decisão sob pressão de Moscou. A interferência dos russos, que teriam ameaçado

cortar o fornecimento de gás e tomar medidas protecionistas contra acesso dos produtos ucranianos ao seu mercado, foi criticada pelo bloco europeu.

Milhares de ucranianos favoráveis à adesão à UE tomaram as ruas de Kiev para exigir que o presidente voltasse atrás na decisão e retomasse negociações com o bloco. Houve confrontos.

O presidente Yanukovich se recusou e disse que a decisão foi difícil, mas inevitável, visto que as regras europeias eram muito duras para a frágil economia ucraniana. Ele prometeu, porém, criar "uma sociedade de padrões europeus" e afirmou que políticas nesse caminho "têm sido e continuarão a ser consistentes".

A partir daí, os protestos se intensificaram e ficaram mais violentos. Os grupos oposicionistas passaram a exigir a renúncia do presidente e do primeiro-ministro. Também decidiram criar um quartel-general da resistência nacional e organizar uma greve em todo o país. O primeiro-ministro Mykola Azarov renunciou em 28 de janeiro, mas isso não foi o suficiente para encerrar a crise.

Em 21 de janeiro, após uma escalada ainda mais forte da violência, um acordo entre assinado entre Yanukovich e os líderes da oposição determinou a realização de eleições presidenciais antecipadas no país e a volta à Constituição de 2004, que reduz os poderes presidenciais. O acordo também previa a formação de um "governo de unidade", em uma tentativa de solucionar a violenta crise política.

Queda do governo

No dia seguinte à assinatura do acordo, o presidente deixou Kiev e foi para paradeiro desconhecido. Com sua ausência da capital, sua casa, escritório e outros prédios do governo foram tomados pela oposição.

De seu paradeiro desconhecido, Yanukovich disse ter sido vítima de um "golpe de Estado".

Após a mudança na câmara, os deputados votaram pela destituição de Yanukovich por abandono de seu cargo e marcaram eleições antecipadas para 25 de maio. O presidente recém-eleito do Parlamento, o opositor Oleksander Turchynov, assumiu o governo temporariamente, afirmando que o país estava pronto para conversar com a liderança da Rússia para melhorar as relações bilaterais, mas que a integração europeia era prioridade.

Yanukovich teve sua prisão decretada pela morte de civis. Após dias desaparecido, ele apareceu na Rússia, acusou os mediadores ocidentais de traição, disse não reconhecer a legitimidade do novo governo interino e prometeu continuar lutando pelo país.

As autoridades ucranianas pediram sua extradição. Ao mesmo tempo, a União Europeia congelou seus ativos e de outros 17 aliados por desvio de fundos públicos.

Alguns dias depois, a imprensa local informou que ele foi internado em estado grave, possivelmente por um infarto. Em 11 de março, entretanto, ele apareceu publicamente, reafirmou que ainda é o presidente legítimo e líder oficial do país, e afirmou ter certeza que as Forças Armadas locais irão se recusar a obedecer “ordens criminosas”.

Em 27 de fevereiro, o Parlamento aprovou um governo de coalizão que vai governar até as eleições de maio, com o pró-europeu Arseny Yatseniuk como premiê interino.

Líderes da oposição

Um dos principais nomes da oposição é Vitali Klitschko, campeão de boxe que se transformou no líder de um movimento chamado Udar (soco). Ele planeja concorrer à presidência da Ucrânia, com o lema "um país moderno com padrões europeus". Após a deposição de Yanukovich, Klitschko assumiu sua candidatura para as eleições de maio de 2014.

Arseniy Yatsenyuk, líder do segundo maior partido ucraniano, chamado Batkivshchyna (Pátria), apontado premiê interino, também é um grande opositor. Ele é aliado de Yulia Tymoshenko, ex-primeira-ministra-presa acusada de abuso de poder e principal rival política do presidente Yanukovich.

Tymoshenko estava presa desde 2011, e acabou solta no mesmo dia da deposição do presidente. Em discurso aos manifestantes, ela pediu que os protestos continuassem e disse que será candidata nas eleições de 25 de maio.

A libertação de Tymoshenko era pré-condição para a assinatura do acordo da União Europeia com a Ucrânia. Principal adversária do atual presidente na eleição de 2010, foi presa em 2011, condenada a sete anos por abuso de poder em um acordo sobre gás com a Rússia, em 2009.

Também compõem a oposição grupos ultranacionalistas, como o Svoboda (liberdade), liderado por Oleh Tyahnybok, o Bratstvo (Irmandade) e o Setor Direito – este último liderado, Dmitri Yarosh, que também informou que será candidato nas eleições.

Interesse russo

Para analistas, a decisão do governo de suspender a negociações pela entrada na UE se deve diretamente à forte pressão da Rússia. A Rússia adotou medidas como inspeções demoradas nas fronteiras e o banimento de doces ucranianos, além de ter ameaçado com várias outras medidas de impacto econômico.

A Ucrânia está em uma longa disputa com Moscou sobre o custo do gás russo. Em meio à crise, a companhia russa Gazprom decidiu acabar a partir de abril com a redução do preço do gás vendido à Ucrânia, o que prejudicará a economia do país. A empresa também ameaçou cortar o fornecimento de gás.

Além disso, no leste do país – onde ainda se fala russo – muitas empresas dependem das vendas para a Rússia. Yanukovich ainda tem uma grande base de apoio no leste da Ucrânia, onde ocorreram manifestações promovidas por seus aliados.

Após a deposição do presidente, a Rússia disse ter "graves dúvidas" sobre a legitimidade do novo governo na Ucrânia, e afirmou que o acordo de paz apoiado pelo Ocidente no país foi usado como fachada para um golpe.

Crimeia

A destituição de Yanukovich aumentou a tensão na Crimeia, uma região autônoma, onde as manifestações pró-Rússia se intensificaram, com a invasão de prédios do governo e dois aeroportos.

Com o aumento das tensões separatistas, o Parlamento russo aprovou, a pedido do presidente Vladimir Putin, o envio de tropas à Crimeia para "normalizar" a situação.

A região aprovou um referendo para debater sua autonomia e elegeu um premiê pró-Rússia, Sergei Aksyonov, não reconhecido pelo governo central ucraniano.

Dois dias depois, em 6 de março, o Parlamento da Crimeia aprovou sua adesão à Rússia e marcou um referendo para definir o status da região para 16 de março. Posteriormente, o Parlamento se declarou independente da Ucrânia – sendo apoiado por russos e criticado por ucranianos.

O referendo foi realizado em 16 de março, e aprovou a adesão à Rússia por imensa maioria. O resultado não foi reconhecido pelo Ocidente.

Mesmo assim, Putin e o auto-proclamado governo da Crimeia assinaram um tratado de adesão, e a incorporação foi ratificada. Em seguida, tropas que seriam russas passaram a cercar e invadir postos militares na Ucrânia.

A Ucrânia convocou todas suas reservas militares para reagir a um possível ataque russo e afirmou que se trata de uma "declaração de guerra".

Posição internacional

O movimento russo levou o presidente dos EUA, Barack Obama, a pedir a Putin o recuo das tropas na Crimeia. Para Obama, Putin violou a lei internacional com sua intervenção.

Os EUA também anunciaram sanções contra indivíduos envolvidos no processo, e suspenderam as transações comerciais com o país, além de um acordo de cooperação militar. A Rússia respondeu afirmando que o estabelecimento de sanções também afetaria os EUA, e criou impedimentos para cidadãos americanos.

A União Europeia também impôs sanções contra russos.

Em meio à crise, o Ocidente pressionou a Rússia por uma saída diplomática. A escalada de tensão também levou a uma ruptura entre as grandes potências, com o G7 condenando a ação e cancelando uma reunião com a Rússia.

Já a Otan advertiu a Rússia contra as "graves consequências" de uma intervenção na Ucrânia, que seria, segundo ele, um grave "erro histórico".

Leste da Ucrânia

Após a adesão da Crimeia ao governo de Moscou, outras regiões do leste da Ucrânia, de maioria russa, também começaram a sofrer com tensões separatistas. Militantes pró-Rússia tomaram prédios públicos na cidade de Donetsk e a proclamaram como "república soberana", marcando um referendo sobre a soberania nacional para 11 de maio.

A medida não foi reconhecida por Kiev nem pelo Ocidente – e o fato de Donetsk ser uma cidade, e não uma região autônoma, deve enfraquecer a força para a realização de um referendo.

Outras cidades também tiveram atuação de milícias russas, como Lugansk e Kharkiv, onde militantes invadiram prédios governamentais – no que Kiev afirma ser um plano liderado pela Rússia para desmembrar o país.

Com a nova tensão na região, a Rússia pediu que a Ucrânia desistisse de todo tipo de preparativos militares para deter os protestos pró-russos nas regiões do leste ucraniano, já que os mesmos poderiam suscitar uma guerra civil.

Falta de verba da ONU ameaça direitos humanos

Chefe do setor nas Nações Unidas, recém-empossado, se diz chocado com situação e conta com doações de governos para aumentar orçamento

17 de outubro de 2014

Estadão Conteúdo /

São Paulo – A Organização das Nações Unidas (ONU) avisa que seu orçamento para garantir a proteção aos direitos humanos está prestes a terminar. Até o fim de 2014 e para 2015, a entidade conta com apenas US$ 87 milhões, equivalentes ao que se vende por dia em iPhones.

Com um orçamento insuficiente, a ONU está sendo obrigada a viver de doações voluntárias de governos para conseguir operar. Dados obtidos pelo Estado revelam que o governo brasileiro não contribuiu nem em 2013 e nem este ano, diferentemente de países como México, Argentina, Uruguai, Peru e até a Nicarágua.

"Estou chocado", admitiu o comissário da ONU para Direitos Humanos, Zeid Ra'ad al-Hussein, que acaba de assumir o cargo e encontrou uma entidade falida. "Estou tendo de fazer cortes", contou, lembrando que a crise financeira ocorre justamente no momento que suas operações estão "em seu limite". Segundo ele, o dinheiro disponível é insuficiente. "Pedir que eu resolva essas crises com o dinheiro que temos é pedir que eu use um barco e um balde para lidar com uma inundação", alertou.

A ONU fez questão de colocar em perspectiva o orçamento de que dispõe para lidar com as violações de direitos humanos. "As pessoas que vivem na Suíça gastam dez vezes o meu orçamento por ano em chocolate", disse Hussein. Segundo ele, a construção de uma estrada costuma estar orçada em três vezes o valor que a ONU tem para proteger os direitos humanos no mundo por ano. "O que estamos pedindo é menos que os americanos devem gastar em fantasias para seus animais de estimação no dia de Halloween", alertou.

Nos últimos 12 meses, o que se gastou na compra de iPhones seria o suficiente para financiar o escritório da ONU por 391 anos. "Nosso orçamento anual é o equivalente às vendas de um dia de iPhone", constatou o jordaniano.

Por mais que a ONU insista que coloca os direitos humanos como prioridade, o setor recebe apenas 3% do orçamento global da entidade. Com a proliferação de crises, a realidade é que o ano vai terminar ainda com um buraco de US$ 25 milhões. "Qualquer magnata mundial cobriria esse buraco com um piscar de olhos", disse.

O resultado é que funcionários estão sendo obrigados a lidar com sete ou oito países e não há gente nem mesmo para dedicar um funcionário de forma exclusiva para lidar com os impactos

de meio ambiente. "Nossos serviços começam a sofrer", declarou. Segundo o comissário, a ONU está rejeitando planos para ajudar países, evitando abrir novos escritórios e nem mesmo treinando policiais para que respeitem direitos humanos.

"Não estamos pedindo muito. Alguns governos – algumas das maiores economias do mundo, na verdade – estão dando pouco ao sistema internacional de direitos humanos, apesar de falarem com orgulho sobre os direitos humanos", atacou.

"Os governos criaram o escritório de Direitos Humanos da ONU, eles criaram o sistema internacional e precisam garantir que tenhamos os recursos necessários para fazê-lo funcionar", disse. Para o chefe de Direitos Humanos da organização, o custo dessa falência "pode ser muito alto".

Cinco novos países são eleitos para o Conselho de Segurança da ONU

Arábia Saudita, Chade, Nigéria, Chile e Lituânia farão parte dos membros temporários e não terão poder de veto

POR REUTERS
17/10/2013 19:09

Conselho de Segurança da ONU reúne 15 países – dos quais cinco são membros permanentes e têm poder de veto e os outros dez são membros temporários

Conselho de Segurança da ONU reúne 15 países – dos quais cinco são membros permanentes e têm poder de veto e os outros dez são membros temporários

A Arábia Saudita, o Chade e a Nigéria foram eleitos pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) nesta quinta-feira para um mandato de dois anos no Conselho de Segurança da entidade. Com isso, grupos de direitos humanos dos três países foram chamados para aumentarem sua participação no órgão.

Chile e Lituânia também ganharam assentos no conselho, que tem 15 membros. Cinco desses países são membros permanentes do Conselho de Segurança e têm poder de veto – Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Rússia e China – e os outros dez são membros temporários, sem poder de veto.

O grupo eleito nesta quinta-feira irá substituir o Azerbaijão, a Guatemala, o Paquistão, o Marrocos e o Togo no Conselho de Segurança a partir do dia 1º de janeiro de 2014. Eles estavam sem oposição, mas precisaram obter a aprovação de pelo menos dois terços dos 193 membros da Assembleia Geral. Dos 191 votos dos membros da ONU, a Lituânia ganhou 187 votos, Chile e Nigéria ficaram com 186 cada um, o Chade teve 184 votos e a Arábia Saudita recebeu 176.

- Os membros do Conselho de Segurança são rotineiramente chamados para abordar os direitos humanos fundamentais e as questões humanitárias – disse Hillel Neuer, diretor-executivo da UN Watch, escritório de advocacia sediado em Genebra que monitora as Nações Unidas. – A Arábia Saudita e o Chade têm um histórico abismal sobre direitos humanos – completou.

Venezuela comemora ingresso temporário no Conselho de Segurança da ONU

Maduro fez pronunciamento televisionado sobre o resultado; Nações Unidas ainda pede que líder da oposição seja libertado

O DIA

Venezuela – A Venezuela comemora nesta quinta-feira o assento que garantiu no órgão mais poderoso das Nações Unidas como ratificação mundial da revolução socialista do país. Um eufórico presidente Nicolás Maduro apareceu na televisão logo após a Assembléia Geral da ONU aprovar o país em um dos cinco assentos temporários do Conselho de Segurança, o que levou todo o seu gabinete a aplaudir o pronunciamento.

O falecido presidente venezuelano Hugo Chávez tentou obter uma das dez vagas não-permanentes no Conselho em 2006, mas os EUA conseguiram derrubar sua campanha. Maduro disse que a vitória desta quinta mostra que "todo mundo" apoia a visão de Chávez.

A vitória foi obtida em meio a relatório de outro órgão da ONU condenar a Venezuela pela repressão aos protestos de rua contra o governo, criticada amplamente por grupos de direitos humanos.

O Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias pediu que o país libere imediatamente o líder da oposição Leopoldo López, preso desde fevereiro por seu papel nas manifestações de rua.

Na semana passada, o ministro das Relações Exteriores, Rafael Ramirez, rejeitou as medidas da ONU, definindo-as como uma tentativa de interferir na soberania venezuelana.

A Venezuela integrará o grupo junto a Espanha, Malásia, Angola e Nova Zelândia. Os países ocuparão as cadeiras pelos próximos dois anos a partir do dia 1º de janeiro de 2015.

Os 193 membros da Assembleia Geral da ONU escolheram a Venezuela com 181 votos a favor, Malásia com 187, Angola com 190 e a Nova Zelândia com 145, enquanto a Espanha venceu a Turquia numa votação de desempate.

Atualmente, o Conselho de Segurança tem cinco membros permanentes: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China, uma composição que em grande parte reflete o equilíbrio de poder global logo após a 2ª Guerra Mundial. O Brasil tem cobrado reiteradas vezes a necessidade de reforma do órgão para incluir mais países.

Protestos em Hong Kong já causaram prejuízos de 38 mil milhões

16.10.2014 – O movimento Occupy Central, em Hong Kong, já terá causado prejuízos económicos equivalentes a 38 mil milhões de euros, disse o deputado Zheng Anting, na Assembleia Legislativa de Macau.

O movimento, ou referências ao desenvolvimento democrático quer em Hong Kong quer em Macau, foi um tema abordado por três deputados na Assembleia Legislativa de Macau. Zheng Anting destacou que o índice da bolsa da antiga colónica britânica "conheceu em menos de

um mês, uma descida superior a 10%" e causou "prejuízos económicos na ordem dos 380 mil milhões de dólares de Hong Kong (38 mil milhões de euros)".

Em causa nas manifestações de Hong Kong está a decisão de Pequim de conceder à população da antiga colónia britânica a possibilidade de, em 2017, eleger diretamente o seu líder de Governo, num processo que, no entanto, estará limitado à escolha prévia dos candidatos por um comité eleitoral que Pequim acaba por controlar.

Os manifestantes não aceitam a posição política de Pequim e querem ser eles a escolher livremente o seu líder sem entraves nem escolhas prévias dos candidatos.

Para Zheng Anting, deputado eleito no sufrágio indireto (pelas associações), o movimento de Hong Kong "fez com que Macau ficasse a perceber que não se pode precipitar no alcançar da democracia" e que o modelo político "um país, dois sistemas" aplicado às duas regiões Administrativas Especiais da China – Macau e Hong Kong – "foi necessariamente ponderado numa perspetiva de estratégia nacional e corresponde aos interesse dos residentes das duas Regiões".

O deputado defendeu também que o movimento destapou as "divisões" na sociedade de Hong Kong e que deve servir de alerta a Macau.

"Os jovens sentem-se inseguros em relação ao futuro, sobretudo face aos preços elevados dos imóveis e à carestia de vida" pelo que o "Governo deve analisar, a fundo, as motivações por detrás dos conflitos sociais, procurando atenuá-los" porque se isso não acontecer, Macau pode experimentar movimentos idênticos.

Por que Israel e Hamas estão em conflito na Faixa de Gaza?

Assassinato de jovens israelenses foi estopim para ataques.
Esse é o 3º conflito desde que Hamas assumiu o controle de Gaza.

Do G1, em São Paulo

A escalada de violência que começou em junho deste ano entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza é o terceiro conflito do tipo desde que o grupo islâmico passou a controlar a região, em 2007.

Desta vez, foi o sequestro e assassinato de três adolescentes israelenses o estopim para os novos confrontos. Eles desapareceram em 12 de junho, e seus corpos foram encontrados com marcas de tiros no dia 30 do mesmo mês.

Israel afirma que o Hamas foi o responsável pelas mortes – e considera a organização islâmica um grupo terrorista que não aceita se desarmar.

O grupo islâmico não confirmou nem negou envolvimento nas mortes. Durante as buscas pelos adolescentes na Cisjordânia, as forças israelenses prenderam centenas de militantes do Hamas.

No dia seguinte à localização dos corpos dos jovens israelenses, um adolescente palestino foi encontrado morto em Jerusalém Oriental – a autópsia indicou que ele havia sido queimado vivo. Israel prendeu seis judeus extremistas, e três deles confessaram o crime – o que reforçou a tese de crime com motivação política, gerando revolta e protestos em Gaza.

A essa altura, Israel já respondia aos foguetes disparados por ativistas palestinos da Faixa de Gaza em direção ao país. Em 8 de julho, após intenso bombardeio contra o sul de Israel, o Estado judeu passou para os ataques aéreos contra Gaza.

O Hamas respondeu com foguetes contra a capital Tel Aviv, e as forças israelenses decidiram atacar também por terra.

Justificativas

Além das mortes dos adolescentes, Israel justifica seus ataques como respostas aos foguetes disparados pelo Hamas em direção à Israel e uma forma defesa. O Estado israelense afirma ainda que o grupo islâmico esconde militantes e armas em residências da Faixa de Gaza e, por isso, precisa bombardeá-las, mesmo que isso signifique a morte de civis. Essa atitude tem refletivo de forma negativa na opinião pública interna e internacional.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, disse ainda que, com ou sem cessar-fogo na região, seu Exército irá completar a "missão" de destruir os túneis que os militantes palestinos contruíram sobre a fronteira com o Estado judeu.

Do lado palestino, somado à morte do adolescente e às prisões de integrantes do Hamas, está a insatisfação da população de Gaza, que considera abusivo o controle de Israel na região. Por causa dos bloqueios, os moradores dependem do Estado judeu para ter acesso a água, eletricidade, meios de comunicação e dinheiro.

Governo do Egito renuncia abrindo caminho para Sisi

Primeiro-ministro Hazem El-Beblawi fez o anúncio na TV estatal

POR O GLOBO / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS
24/02/2014

O governo egípcio apoiado pelo Exército renunciou nesta segunda-feira, abrindo caminho para o general Abdel Fattah al-Sisi, que depôs o ex-presidente Mohamed Mursi, no ano passado. Após uma reunião de 15 minutos com seu gabinete no início desta segunda-feira, o primeiro-ministro Hazem El-Beblawi afirmou que “a reforma não pode ser feita apenas através do governo”, acrescentando que todos os egípcios devem se esforçar para conseguir a mudança a que aspiram. Sisi, que deve concorrer à Presidência, participou do encontro por ser o atual ministro da Defesa.

“O governo fez todos os esforços para tirar o Egito deste túnel estreito em termos de segurança, pressões econômicas e confusão política”, disse o premier em um curto discurso ao vivo. “É hora de todos nós nos sacrificarmos para o bem do país. Em vez de perguntar o que o Egito nos deu, devemos questionar o que temos feito para o Egito”.

O economista, que serviu como subsecretário-geral da ONU entre 1995 e 2000, foi nomeado primeiro-ministro em julho do ano passado, depois que Mursi foi deposto em meio a protestos em massa. Mas Beblawi foi amplamente criticado internamente por ter demorado demais para declarar a Irmandade Muçulmana uma organização terrorista.

Sisi, aliado estratégico dos Estados Unidos, é o favorito para as eleições de abril. Mas ele precisa renunciar ao seu cargo no ministério e no Exército antes de anunciar oficialmente a candidatura

à Presidência. Há dez dias, o general se encontrou com o presidente da Rússia, Vladimir Putin, para negociar um acordo de compra de armas russas.

A viagem para Moscou foi a primeira internacional do ministro da Defesa desde que ele depôs Mursi, com amplo apoio popular. À época, os meios de comunicação estatais e privados noticiaram amplamente o encontro, que serviu para demonstrar a Washington a força do general em casa e no exterior além de mandar uma mensagem a Washington sobre a independência do Egito.

General Abdel Fatah al-Sisi toma posse no Egito

Sisi foi eleito com 96,91% dos votos.
Irmandade Muçulmana e aliados islamitas boicotaram a eleição

Do G1, em São Paulo

O ex-comandante do Exército e homem forte do Egito, marechal Abdel Fatah al-Sisi, tomou posse neste domingo (8), em cerimônia realizada no Cairo. Ele governará o país por um período de quatro anos.

"Juro por Deus guardar lealdade ao regime da república, respeitar a Constituição e a lei, proteger os interesses do povo em sua totalidade e preservar a independência da pátria, sua unidade e a integridade de seu território", disse em sua proclamação al-Sisi.

Vestido com terno e gravata azul, Sisi jurou seu cargo perante os magistrados do Constitucional e um grupo de convidados, entre os quais estavam os membros do atual governo – que renunciará em bloco -, personalidades políticas e religiosas, e sua família.

A segurança no Cairo foi reforçada, com tanques, caminhões e homens armados posicionados em locais estratégicos enquanto Sisi se dirigia aos dignatários estrangeiros depois de uma salva de 21 tiros no principal palácio presidencial.

Ele exigiu muito trabalho e o desenvolvimento da liberdade "de forma responsável, sem caos", mas não falou em direitos humanos ou democracia.

"Chegou a hora de construir um futuro mais estável", disse Sisi, o sexto líder egípcio com passado militar. "Vamos trabalhar para estabelecer valores de justiça e paz."

Sisi venceu a eleição presidencial com 96,91% dos votos, segundo dados oficiais da comissão eleitoral egípcia. O país é dominado pelo Exército desde 1952.

De acordo com a comissão, cerca de 47% dos eleitores foram às urnas para a eleição, que ocorreu entre 26 e 28 de maio.

Originalmente, o pleito seria realizado em apenas dois dias, mas foi prorrogado para que mais pessoas participassem.

O único adversário de Sisi, o esquerdista Hamdeen Sabbahi, teve 3,09% dos votos.

A Irmandade Muçulmana e seus aliados islamitas, que veem Sisi como o responsável por arquitetar o golpe que depôs o presidente Mohammed Morsi, boicotaram a eleição.

Embora Sisi desfrute de amplo apoio entre boa parte dos egípcios, que o veem como um líder forte capaz de pôr fim a três anos de turbulência no país, alguns dizem não ter ido votar porque nenhum dos dois candidatos preenchia as aspirações manifestadas durante a revolta da Primavera Árabe, de 2011, contra décadas de autocracia.

Estado Islâmico avança na Síria e Iraque; coalizão busca estratégias

O EI já ocupa a metade de Kobane, cidade curda na Síria.
No Iraque, o grupo extremista sunita também ganha espaço no oeste.

Da France Presse 14/10

Os jihadistas do grupo Estado Islâmico (EI) seguem avançando na Síria, sobretudo no norte do país, apesar dos ataques aéreos da coalizão militar internacional, cujos comandantes se reúnem nesta terça-feira (14) em Washington para discutir novas estratégias.

O EI já ocupa a metade de Kobane, a cidade curdo-síria na fronteira com a Turquia, palco há dias de uma luta feroz entre jihadistas e combatentes curdos.

No Iraque, o grupo extremista sunita também ganha espaço no oeste do país, onde está próximo de conquistar a província de Al-Anbar, após uma série de ofensivas que enfraqueceram as posições do exército.

No aspecto humanitário, a ONU começou a reduzir em 40% sua ajuda alimentar para 4,2 milhão de pessoas na Síria por culpa de problemas orçamentários, indicou nesta segunda-feira à AFP a diretora-adjunta do Programa Alimentar Mundial (PAM).

Metade de Kobane em mãos jihadistas

Os jihadistas se instalaram pela primeira vez no centro de Kobane desde o início de sua ofensiva contra os combatentes curdos, que tentam resistir frente a tropas mais numerosas e mais bem armadas, segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH).

"Antes vinham do leste, avançavam e retrocediam, mas desta vez estão bem instalados (no centro). Controlam a metade da localidade", indicou Rami Abdel Rahman, diretor do OSDH.

"O EI já cerca a cidade de três lados distintos", afirmou à AFP Feyza Abdi, uma vereadora de Kobane refugiada na Turquia.

Nesta terça-feira (14), os combates faziam estragos no norte da cidade, nos bairros que levam ao posto fronteiriço turco de Mursitpinar. A coalizão realizou três ataques aéreos na zona, segundo um jornalista da AFP situado no lado turco da fronteira.

No total, 5.400 sírios procedentes de Kobane cruzaram a fronteira do Iraque, "3.600 dos quais o fizeram nas últimas 72 horas", indicou nesta terça-feira o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

São esperados entre 10 mil e 15 mil deslocados no Iraque nos próximos dias, segundo o ACNUR.

Na província de Deir Ezzor, no leste da Síria, pelo menos 10 soldados sírios e três civis, incluindo uma criança, foram mortos nesta terça-feira em combates com o EI.

De acordo com o Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH), os combates aconteceram em Hawijat Sakr, no Eufrates, perto do aeroporto de Deir Ezzor, um reduto do regime nesta província rica em petróleo.

O EI controla a maior parte da província e parte da capital de mesmo nome, enquanto a outra parte está nas mãos do governo, incluindo o aeroporto.

Al-Anbar pode cair

No Iraque, os jihadistas sunitas voltaram a se espalhar, principalmente na província de Al-Anbar – a maior do país – onde o exército não para de perder espaço.

No domingo, 300 soldados abandonaram sua base perto da cidade de Hit para fugir do avanço dos jihadistas nesta região do oeste do Iraque que faz fronteira com Síria, Jordânia e Arábia Saudita.

Hit, que era um dos últimos redutos do governo de Al-Anbar, está 100% controlada pelo EI, afirmou um funcionário da polícia provincial. Segundo a ONU, os combates para conquistar a cidade provocaram a fuga de 180.000 pessoas.

"Podemos dizer que 85% de Al-Anbar está sob controle do EI", considera o número dois do conselho provincial, Faleh al-Isawi, enquanto aperta o cerco sobre Ramadi, capital da região onde os jihadistas já controlam bairros inteiros.

'Se a situação seguir avançando na mesma direção, sem intervenção das forças terrestres estrangeiras nos próximos 10 dias, a próxima batalha será travada às portas de Bagdá', alertou.

Reunião da coalizão

Nesta terça, a situação será estudada em uma reunião militar da coalizão internacional contra o EI em Washington, que contará com a presença do presidente americano Barack Obama.

Obama disse estar ansioso para debater medidas adicionais com o objetivo de 'debilitar e finalmente destruir o EI'.

Não quis, no entanto, evocar os pontos de divergência entre os membros da coalizão, como a criação de uma zona desmilitarizada na fronteira entre Síria e Turquia, uma medida exigida pro Ancara, que Paris apoia, mas que não está na ordem do dia para Washington.

O porta-voz do Estado-Maior do Exército francês, o coronel Gilles Jaron, disse que "Paris buscava participar da elaboração de um plano de ação comum no âmbito regional" e "acordar os grandes aspectos estratégicos" contra o EI.

O presidente francês, François Hollande, considerou nesta terça-feira que a Turquia deveria abrir sem falta sua fronteira com a Síria para ajudar os curdos de Kobane.

Hollande também fez "um apelo para que, para além da coalizão, todos os países que estão envolvidos possam oferecer um apoio aos que lutam contra os jihadistas".

Obama: EUA subestimaram surgimento do Estado Islâmico

Presidente norte-americano disse que a Síria se tornou o "marco zero para jihadistas de todo o mundo"

28/09/2014 |

Em entrevista transmitida neste domingo pelo canal de TV norte-americano CBS, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, reconheceu que as agências de inteligência do país subestimaram a possibilidade de o caos na Síria se constituir em um terreno fértil para o surgimento de uma organização como o Estado Islâmico (EI).

Obama disse que a Síria se tornou o "marco zero para jihadistas de todo o mundo". O presidente afirmou que o chefe dos serviços secretos norte-americanos, Jum Clapper, reconheceu que subestimou o que estava acontecendo na Síria. Além disso, Obama também declarou que seu governo superestimou a capacidade do Exército iraquiano em combater os extremistas do EI.

Segundo o presidente, que lidera a coligação com França e Reino Unido, entre outros países, para combater o grupo, os propagandistas do EI se tornaram muito experientes em utilizar meios de comunicação social para atrair recrutas, tanto em países islâmicos quanto em democracias ocidentais, "que acreditam no seu absurdo jihadista".

Obama afirmou que a solução exige ação militar, com os ataques aéreos que buscam limitar a expansão do EI e de seus recursos, como as refinarias de petróleo tomadas pelo grupo, um dos principais alvos do bombardeio liderado pelos EUA. Ele disse, porém, que Síria e Iraque também precisam resolver suas crises políticas. Enquanto a Síria enfrenta uma guerra civil que matou centenas de milhares de pessoas desde 2011, o Iraque tem dificuldade em estabelecer um governo de coalizão entre grupos xiitas e sunitas.

O que é e o que quer o Estado Islâmico

Grupo ganhou destaque no noticiário internacional após executar dois jornalistas americanos

04/09/2014

Os nomes Estado Islâmico (EI) e Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL) começaram a aparecer com frequência no noticiário em junho, após o grupo iniciar uma ofensiva no Iraque e tomar cidades importantes do norte do país. Porém, o EI ganhou destaque e passou a ser considerado uma das maiores ameaças da atualidade depois de divulgar dois vídeos com a execução de jornalistas americanos. Entenda o que é este grupo e quais são os seus objetivos:

As origens e a brutalidade do grupo terrorista Estado Islâmico

O que é o Estado Islâmico?

É um grupo extremista islâmico sunita que conquistou territórios na Síria e no Iraque, onde estabeleceu um Califado Islâmico. Paulo Visentini, professor de Relações Internacionais da

UFRGS, explica que o grupo, apesar de ser considerado terrorista, age mais como um exército que combate abertamente do que como um grupo terrorista que comete atentados.

O que é um Califado Islâmico?

O Califado é um modelo político criado no século 7, após a morte do profeta Maomé. Neste modelo, o califa é o sucessor do profeta, o chefe da nação e tem o poder de aplicar a sharia (a lei islâmica).

Como o grupo surgiu?

O Estado Islâmico tem origem na Al-Qaeda do Iraque (AQI). O grupo ficou enfraquecido e sem recursos depois que os Estados Unidos derrubaram o ditador Saddam Hussein e declararam seu partido ilegal em 2003, marginalizando os sunitas como um todo. Em 2011, a AQI recebeu apoio financeiro para entrar na guerra civil síria ao lado dos rebeldes – apoiados pelo Ocidente. No mesmo ano, os EUA retiraram suas tropas do Iraque, abrindo espaço para a criação grupo, que adotou o nome Estado Islâmico do Iraque e Levante em 2013.

Qual o objetivo do EI?

O grupo quer construir um estado islâmico sunita sob um regime radical. Em um primeiro momento, o foco é controlar territórios na Síria e no Iraque, mas líderes do EI já assinalaram a possibilidade de avançar para outros países como Jordânia e Arábia Saudita no futuro.

Qual a diferença do EI para outros grupos extremistas?

O Estado Islâmico chama atenção por dois principais motivos: seu poder financeiro e sua crueldade. O grupo já comanda um grande território e tem ricas fontes de recursos, como petróleo. Em relação à violência, Visentini explica que é uma maneira de mostrar força e desestimular respostas ao seu avanço, além de conquistar novos adeptos. O grupo é conhecido por executar as pessoas que se recusam a se converter ao islamismo sunita e divulga imagens de suas crueldades, que incluem decapitação e crucificação.

Como é financiado?

Ainda antes de se chamar Estado Islâmico do Iraque do Levante, o grupo recebeu apoio financeiro para entrar na guerra civil síria contra Bashar Al-assad. Atualmente, o grupo controla um grande território entre o Iraque e a Síria e se tornou autossuficiente.

As principais fontes dos recursos do EI são a cobrança de impostos nas áreas que domina, o roubo de bancos quando toma uma cidade (o grupo roubou US$ 429 milhões do banco central da cidade de Mossul), contrabando de petróleo e a cobrança de resgates por cidadãos de outros países.

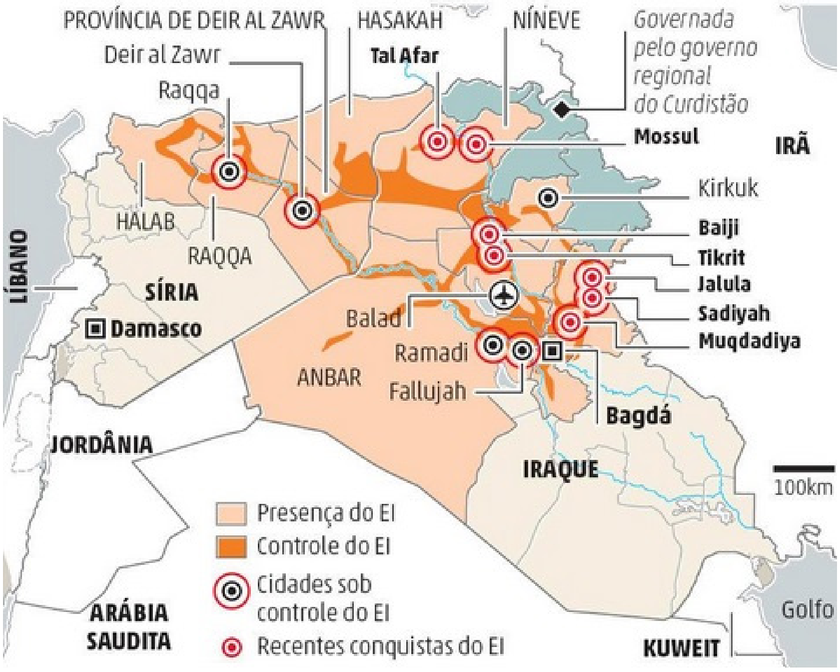
Atualmente, o grupo recebe pouco financiamento externo. Segundo Romain Caillet, especialista em movimentos islâmicos, o financiamento externo, incluindo valores recebido de algumas famílias do Golfo, representa apenas 5% dos seus recursos.

Quantas pessoas fazem parte?

O Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH) avalia que há mais de 50 mil de combatentes do grupo na Síria. No Iraque, segundo Ahmad al-Sharifi, professor de Ciência Política na Universidade de Bagdá, o EI possui entre 8 mil e 10 mil combatentes.

Quais territórios o EI controla?

O Estado Islâmico está presente em cerca de 25% da Síria (45 mil km²) e em aproximadamente 40% do Iraque (170 mil km²), um total de 215 mil km², o que equivale ao Reino Unido (237 mil km²), de acordo com Fabrice Balanche, geógrafo especialista da Síria. No entanto, como pode ser visto no mapa abaixo, o grupo controla apenas uma pequena parte desses territórios.



Quem são seus principais inimigos?

Segundo Visentini, os inimigos do grupo são os estados seculares da região e quem os apoia. Em primeiro lugar, o governo da Síria, que é secular, e do Iraque, que é xiita. Os Estados Unidos se tornaram um alvo do grupo pois combatem o EI com ataques aéreos desde o começo de agosto. Nesta quinta-feira, 4 de setembro, o grupo ameaçou destronar o presidente russo Vladimir Putin por apoiar o regime sírio. *Zero Hora com Agências

Quase 70 mil curdos sírios fogem do Estado Islâmico para a Turquia em 24 horas

Os moradores da cidade de Ain al-Arab deixaram a região depois que ela foi cercada por combatentes do EI

21/09/2014

Dezenas de milhares de curdos atravessaram a fronteira da Síria com a Turquia carregando seus pertences

Quase 70 mil curdos da Síria buscaram refúgio na Turquia nas últimas 24 horas para fugir do avanço do grupo Estado Islâmico (EI) no nordeste do país, anunciou o Alto Comissariado para os Refugiados das Nações Unidas (Acnur).

– O Acnur reforça sua ação para ajudar o governo da Turquia a socorrer os 70.000 sírios que fugiram para a Turquia nas últimas 24 horas. O governo turco e o Acnur se preparam para a possível chegada de centenas de milhares de refugiados nos próximos dias – afirma um comunicado do organismo da ONU divulgado em Genebra.

A Turquia abriu, na sexta-feira, a fronteira aos refugiados sírios que começaram a fugir, na quinta-feira, da cidade e da região de Ain al-Arab (Koban em curdo), cercada pelos combatentes do EI.

Ain al-Arab, terceira maior cidade curda da Síria, estava relativamente segura até o momento e havia recebido 200.000 deslocados sírios. Porém, o avanço do EI na região obrigou muitos habitantes, especialmente os curdos, a fugir do país.

– O fluxo em massa mostra a necessidade de mobilizar a ajuda internacional para apoiar os países vizinhos da Síria – declarou o Alto Comissário para os Refugiados, Antonio Guterres.

O Acnur enviou 20.000 cobertores, 10.000 colchões entre outros materiais, à região.

*AFP

EUA e aliados bombardeiam refinarias do Estado Islâmico na Síria

O objetivo é cortar uma das principais fontes de renda dos terroristas

Atualizada em 26/09/2014 |

Os aviões de combate dos Estados Unidos e dos aliados árabes bombardearam, pelo terceiro dia consecutivo, as refinarias controladas pelo grupo Estado Islâmico (EI) na Síria. Ao mesmo tempo, as aviações americana e francesa prosseguiram com a pressão no Iraque, com ataques aéreos contra as posições do grupo extremista sunita na quinta-feira.

Segundo o Observatório Sírio de Direitos Humanos (OSDH), Estados Unidos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (EUA) lançaram, na noite de quinta-feira e na manhã desta sexta-feira, ataques contra as instalações petrolíferas controladas pelo EI na província de Deir Ezzor (leste), perto da fronteira com o Iraque.

O objetivo dos ataques contra as refinarias é cortar uma das principais fontes de renda dos jihadistas que, segundo os especialistas, podem estar obtendo de 1 a 3 milhões de euros por dia com a venda de petróleo contrabandeado a intermediários de países vizinhos. Os ataques da coalizão na Síria mataram 141 jihadistas desde terça-feira , dos quais 129 estrangeiros, segundo o OSDH.

Carrasco identificado

A polícia federal americana (FBI) anunciou ter identificado o terrorista de sotaque britânico que aparece nos vídeos de execução de três ocidentais. Porém, o FBI não revelou sua identidade.

O grupo jihadista Jund al-Khilafa (Soldados do Califado), vinculado ao EI, divulgou na quarta-feira um novo vídeo no qual também decapitava o refém francês Hervé Gourdel na Argélia, em represália pelos bombardeios franceses no Iraque.

Vários países europeus anunciaram um maior envolvimento na ofensiva contra os jihadistas. Holanda e Bélgica colocaram a disposição da coalizão aviões de combate F-16, enquanto Austrália e Grécia anunciaram a entrega de material militar aos combatentes curdos no Iraque.

Segundo os serviços secretos americanos, mais de 15 mil combatentes de mais de 80 países diferentes se uniram às fileiras dos grupos jihadistas no Iraque e na Síria.

Ucrânia alerta que está no limite de uma grande guerra com a Rússia

Ministro ucraniano disse que não se vê um confronto dessas proporções na Europa desde a Segunda Guerra

01/09/2014

O ministro da Defesa ucraniano alertou, nesta segunda-feira, que seu país está no limite de uma grande guerra com a Rússia, o que poderá causar milhares de vítimas.

– Desde a Segunda Guerra Mundial, não se viu na Europa uma grande guerra como a que está batendo em nossa porta. Infelizmente, as perdas em uma guerra assim não serão medidas em centenas, em sim em milhares e dezenas de milhares de pessoas – afirmou Valeriy Geletey.

Também nesta segunda-feira, o presidente alemão, Joachim Gauck, declarou que a Rússia "terminou de fato com a sua parceria" com a Europa.

– Queremos uma parceria e boas relações com a nossa vizinhança no futuro, mas apenas se Moscou mudar sua política e quando houver um retorno ao respeito aos direitos das pessoas – disse Gauck em um discurso por ocasião do 75º aniversário do início da Segunda Guerra Mundial.

*AFP

Kiev e separatistas assinam memorando de paz

Acordo foi anunciado pelo ex-presidente ucraniano Leonid Kuchma

20/09/2014

Negociadores ucranianos e separatistas pró-russos do leste da Ucrânia chegaram a um acordo na madrugada deste sábado. A decisão foi por um cessar-fogo e pela criação de uma zona desmilitarizada de 30 quilômetros, afirmaram os dois lados em Minsk.

O acordo foi anunciado pelo representante das autoridades ucranianas, o ex-presidente Leonid Kuchma, ao término de sete horas de negociações concluídas na capital bielorrussa.

Segundo Kuchma, entre os nove pontos do documento se destacam o fim dos confrontos armados e um recuo de 15 quilômetros da artilharia pesada a partir da "linha de contato".

— Isto será uma oportunidade para criar uma zona de segurança de pelo menos 30 quilômetros de extensão—, acrescentou o negociador.

As partes estabeleceram que os combatentes não utilizarão armamento pesado em regiões povoadas e que os aviões militares e drones terão que respeitar uma zona de segurança. O acordo será monitorado pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), disse Kuchma.

— O documento também prevê que todos os grupos armados estrangeiros, equipamentos militares, combatentes e mercenários deixem as áreas povoadas—, acrescentou.

O objetivo é que este acordo contribua para a criação de uma zona de "total segurança", disse o líder separatista da auto-proclamada República Popular de Lugansk, Igor Plotnitsky, ressaltando que o delicado assunto do estatuto das regiões separatistas de Lugansk e Donetsk não foi discutido.

— Temos a nossa opinião, assim como a Ucrânia tem a sua—, disse Alexander Zakharchenko, o líder separatista de Donetsk, ao ser perguntado se vai querer permanecer na Ucrânia.

Este acordo é a última tentativa de fazer a paz voltar ao leste da Ucrânia, onde os separatistas pró-russos favoráveis à independência estão em guerra com o Exército ucraniano desde abril.

O chamado "grupo de contato", que inclui também representantes da Rússia e da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, chegou a um pré-acordo de paz no início do mês que conseguiu reduzir a intensidade dos enfrentamentos e as mortes de civis.

No dia 5 de setembro passado, as partes firmaram um protocolo de cessar-fogo, que conseguiu reduzir a intensidade dos confrontos e a morte de civis, mas os combates persistiram. Desde então, 32 pessoas, entre civis e militares, morreram, segundo levantamento da AFP.

Pressão internacional

Enquanto isso, a União Europeia e os Estados Unidos, que acusam a Rússia de atacar a soberania da Ucrânia ao ajudar os rebeldes com armas e tropas, aplicaram novas sanções contra a economia russa, à beira da recessão.

O presidente Barack Obama foi enfático nesta condenação ao receber na quinta-feira o líder ucraniano na Casa Branca.

Obama felicitou Poroshenko por sua difícil decisão de conceder mais autonomia à região separatista do país como parte do plano de paz estabelecido com a Rússia e destacou o papel de liderança desempenhado pelo líder ucraniano. Segundo o presidente, — é fundamental em um momento muito importante para a história da Ucrânia—.

A Otan afirma que cerca de 1.000 soldados russos permanecem no território ucraniano, e Kiev acusa Moscou de concentrar 4.000 militares, com equipamentos e munições, na fronteira administrativa com a Crimeia, a península ucraniana que a Rússia anexou em março passado.

Ucrânia anuncia que irá pedir adesão à União Europeia em 2020

Nesta quinta-feira, Kiev autorizou o fechamento da fronteira com a Rússia

Atualizada em 25/09/2014

O presidente ucraniano, Petro Poroshenko, anunciou, nesta quinta-feira, que o país irá pedir oficialmente adesão à União Europeia (UE) em 2020.

– Vou apresentar um programa de reformas, cuja aplicação permitirá à Ucrânia fazer, em seis anos, um pedido de adesão à União Europeia – disse Poroshenko, ao discursar em um congresso de magistrados, segundo sua assessoria de imprensa.

O presidente ucraniano informou que o plano prevê cerca de 60 reformas, além de programas especiais, e destacou a reforma do sistema judicial, destinada a restabelecer a confiança da sociedade na Justiça.

Poroshenko anunciou também que determinou ao governo renunciar oficialmente ao estatuto de não alinhado, uma medida que abre caminho à entrada da Ucrânia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

Em junho, a Ucrânia assinou um acordo de associação com a UE, que foi ratificado em 17 de setembro pela Rada Suprema (Parlamento ucraniano) e pelo Parlamento europeu.

Ucrânia autoriza fechamento temporário da fronteira com a Rússia

Também nesta quinta-feira, Poroshenko autorizou o governo a fechar temporariamente os 2.300 km de fronteira com a Rússia. O decreto, assinado depois de cinco meses de combates no leste do país entre o exército e os separatistas pró-Rússia, autoriza o governo a fechar as fronteiras terrestres e marítimas.

A decisão foi tomada "em consequência da contínua interferência da Federação da Rússa nos assuntos internos da Ucrânia", afirma o texto do decreto. A Ucrânia e os países ocidentais acusam a Rússia de ter enviado tropas ao leste do país para apoiar os rebeldes que exigem a independência das regiões de língua russa.

A crise na Ucrânia obrigou mais de 500 mil pessoas a abandonarem as casas, informou, no dia 2 de setembro, a agência da Organização das Nações Unidas para os refugiados, advertindo que uma escalada da crise poderia "desestabilizar toda a região". Pelo menos 260 mil pessoas estão deslocadas na Ucrânia e, segundo Moscou, mais 260 mil procuraram asilo na Rússia.

*AFP

Rússia abre investigação criminal por genocídio no leste da Ucrânia

Exército e separatistas ucranianos continuam utilizando armas pesadas, apesar da trégua decretada no início de setembro

29/09/2014

A Rússia anunciou nesta segunda-feira a abertura de uma investigação criminal por genocídio das populações de língua russa no leste da Ucrânia, onde o uso de armas pesadas causou, de acordo com a Comissão de Investigação russa, a morte de pelo menos 2,5 mil pessoas.

"O processo é referente às populações das repúblicas autoproclamadas de Lugansk e Donetsk, os dois principais redutos separatistas no leste da Ucrânia", indicou, em um comunicado, o porta-voz da instituição, Vladimir Markin.

"Indivíduos não identificados, a mando político e militar da Ucrânia, das Forças Armadas da Ucrânia, da Guarda Nacional e do Pravy Sektor (formação paramilitar ultranacionalista ucraniana) ordenaram a aniquilação dos cidadãos de língua russa", acrescentou.

Homem é detido, espancado e torturado por separatista em Donetsk

Ucrânia anuncia que irá pedir adesão à União Europeia em 2020

Segundo Markin, o uso de armas pesadas e da aviação matou pelo menos 2,5 mil pessoas e causou a destruição de mais de 500 edifícios civis nas regiões de Donetsk e Lugansk durante os mais de cinco meses de conflito entre as forças da Ucrânia e os separatistas pró-russos.

A Comissão de Investigação da Rússia é a principal agência de inquéritos criminais do país e não tem jurisdição fora do território russo.

Segundo as Nações Unidas, o conflito no leste da Ucrânia matou mais de 3,2 mil pessoas e provocou o êxodo de mais de 600 mil civis. O exército e os separatistas ucranianos utilizam armas pesadas, incluindo nos últimos dias, apesar da trégua decretada no início de setembro.

*AFP

China faz grandes manifestações contra o Japão por disputa de ilhas

Autorizados pelo governo comunista, protestos ocorrem no aniversário do "incidente de Mukden"

18/09/2012

Milhares de chineses saíram mais uma vez às ruas nesta terça-feira em várias cidades do país para exigir que o Japão devolva a China as ilhas Diaoyu/Senkaku. A data da nova onda de manifestações, autorizada pelo governo comunista, foi escolhida para marcar o aniversário do "incidente de Mukden" que, em 18 de setembro de 1931, serviu de pretexto para o Japão invadir a Manchúria, um dos prelúdios da Segunda Guerra Mundial.

Centenas de empresas e restaurantes japoneses deram folga aos funcionários como medida de precaução.

O governo da China afirmou que se o direito de adotar "novas medidas" de acordo com o desenvolvimento da situação no Mar da China Oriental, afirmou o ministro da Defesa, o general Liang Guanglie, em uma entrevista coletiva após uma reunião com o colega americano, Leon Panetta.

— Com certeza, continuamos esperando uma solução pacífica e negociada para o tema — disse Liang.

O ministro atribuiu ao Japão a responsabilidade pelo aumento da tensão, ao afirmar que o arquipélago em disputa pertenceu a China durante séculos. Onze navios chineses — 10 de vigilância e um de controle da pesca — chegaram nesta terça-feira às imediações de Diaoyu/ Senkaku.

Durante a manhã, mais de mil manifestantes se aproximaram da embaixada do Japão, protegida por policiais e barreira metálicas de dois metros de altura. Os manifestantes atiraram garrafas de plástico e ovos contra a missão diplomática. Pequenos distúrbios foram registrados.

"Japoneses fora das Diaoyu!", "Boicote os produtos japoneses!", Afirmavam os cartazes dos manifestantes, que também exibiam fotos de Mao Tse-tung, fundador da República Popular da China, que morreu em 1976.

Também aconteceram protestos em Xangai e Shenzhen (sul).

O conflito sobre a soberania das ilhas Diaoyu/Senkaku provoca na China explosões recorrentes de nacionalismo.

Japão denuncia invasão de seu espaço aéreo pela China

Um porta-voz do governo japonês afirmou que foi enviado um protesto oficial à China por este incidente

13/12/2012

O voo de um avião chinês sobre um grupo de ilhas em disputa entre Pequim e Tóquio constituiu a primeira invasão do espaço aéreo japonês por parte da China, denunciou nesta quinta-feira o ministério da Defesa do Japão.

Um porta-voz do ministério confirmou informações de que o voo de uma aeronave da Vigilância Marítima da China foi o primeiro que as autoridades militares japoneses registraram como uma invasão em seu espaço aéreo.

O porta-voz do governo japonês, Osamu Fujimura, afirmou à imprensa que o avião chinês entrou pouco depois das 11H00 (0H00 de Brasília) no espaço aéreo das ilhas, situadas no mar da China Oriental e que são reivindicadas por Pequim.

A Força Aérea de Autodefesa (a aviação militar nipônica) enviou imediatamente caças F-15 à região, segundo Fujimura.

O Japão enviou um protesto oficial à China por este incidente.

— O sobrevoo das ilhas Diaoyu por aviões de vigilância marítima chineses é perfeitamente normal — declarou o porta-voz do ministério chinês das Relações Exteriores Hong Lei.

O arquipélago desabitado do mar da China Meridional, que os japoneses chamam de Senkaku e os chineses de Diaoyu, é o centro de uma disputa entre o Japão, que controla as ilhas, e China, que reivindica a área, assim como Taiwan.

Estas ilhas pertencem a um proprietário privado japonês. O governo nipônico anunciou a nacionalização do arquipélago em setembro.

Há poucos meses, manifestações antijaponesas que duraram uma semana foram organizadas em várias cidades da China. Desde que o Japão assumiu o controle direto do arquipélago, navios oficiais chineses permanecem nas águas territoriais ou na zona destas ilhas, que ficam 200 km ao leste das costas de Taiwan e 400 km ao oeste da ilha de Okinawa (sul do Japão).

Esta é a primeira vez desde o início da crise que um avião militar chinês sobrevoa a região, destacou o governo japonês.

Japão vai comprar ilhas reivindicadas pela China

Pequim advertiu formalmente a Tóquio que não cederá "nenhuma polegada"

10/09/2012 |

Ilhas Senkaku, para os japoneses, e Diaoyu, para os chineses, geram tensão crescente entre os dois países

O governo japonês decidiu comprar as ilhas Senkaku, um arquipélago no Mar da China reivindicado por Pequim, anunciou o porta-voz de Tóquio, o que provocou uma resposta de Pequim de que não cederá na questão.

— Durante uma reunião ministerial, decidimos virar proprietários das três ilhas Senkaku o mais rápido possível — declarou o porta-voz Osamu Fujimura, usando o nome japonês deste pequeno arquipélago que Pequim chama de Diaoyu.

Fujimura informou que o governo fechou na sexta-feira um acordo com os proprietários, uma família privada japonesa, mas não quis revelar o preço da aquisição.

Segundo a imprensa, o valor da transação seria de 2,05 bilhões de ienes (US$ 26,1 milhões).

A decisão de comprar as ilhas, que formalmente pertencem a integrantes da guarda costeira japonesa, pretende garantir "a preservação da tranquilidade e estabilidade", afirmou o porta-voz.

Este grupo de ilhas sem habitantes, 2 mil km ao sudoeste de Tóquio e 200 km ao nordeste das costas de Taiwan, que também reivindica o arquipélago, é um dos principais fatores da tensão entre Japão e China.

O primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, afirmou que o país jamais cederá uma polegada na disputa territorial com o Japão.

— As ilhas Diaoyu são parte inerente do território da China. Em termos de soberania e território, o governo e o povo chineses não cederão nenhuma polegada — afirmou, de acordo com a agência oficial Xinhua.

No sábado, Pequim advertiu mais uma vez, formalmente, a Tóquio que não desistirá da reivindicação.

Em agosto, ativistas chineses desembarcaram em uma das ilhas e foram rapidamente detidos. Em seguida foram expulsos.

Poucos dias depois, nacionalistas japoneses chegaram ao mesmo local com uma bandeira do país.

A ação provocou manifestações antijaponesas em mais de 20 cidades da China.

Tóquio também tem um conflito territorial a respeito de outras ilhas com a Coreia do Sul. As relações passam por um momento de tensão entre os dois importantes aliados dos Estados Unidos na região desde uma visita em agosto do presidente sul-coreano, Lee Myung-Bak, às ilhas Doko, reivindicadas pelo Japão com o nome de Takeshima.

Pelos conflitos, o primeiro-ministro japonês, Yoshihiko Noda, não celebrou nenhum encontro formal com os representantes chineses e sul-coreanos durante a reunião de cúpula Ásia-Pacífico (Apec) do fim de semana passado em Vladivostok.

Uganda promulga lei antigay

União Europeia e Nobel Desmond Tutu criticaram decisão

24/02/2014 |

O presidente de Uganda, Yoweri Museveni, promulgou nesta segunda-feira uma lei que transforma a homossexualidade em um crime que pode ser punido com prisão perpétua, ignorando completamente as críticas e pressões ocidentais.

– O presidente Museveni assinou finalmente a lei antigay – afirmou uma porta-voz da presidência em Entebbe, Sarah Kagingo.

O parlamento ugandense já havia aprovado em 20 de dezembro de 2013 por ampla maioria uma lei que aumenta consideravelmente a repressão contra os homossexuais e que prevê a prisão perpétua para reincidentes, considerados culpados de "homossexualidade agravada".

Segundos os termos da lei, passa a ser proibido qualquer "promoção" da homossexualidade e obrigatório a denúncia de qualquer pessoa que se identifique como homossexual.

Os defensores dos direitos humanos e os governos ocidentais, em especial os Estados Unidos, criticaram duramente a lei, apesar de os trechos mais polêmicos da lei, que previam a pena de morte em caso de reincidência, relações com menores ou para as pessoas com Aids, finalmente serem abandonados.

O presidente americano Barack Obama chamou de "passo atrás" a lei, cuja aprovação "complicaria" a relação entre Uganda e Washington.

Apesar das advertências, o presidente ugandês assegurou que não se deixará impressionar:

– Os estrangeiros não podem nos dar ordens. É o nosso país (...) Eles devem nos apoiar, ou senão guardar sua ajuda", declarou, acrescentando que "eu aconselho aos amigos ocidentais que não façam deste assunto um problema, porque eles têm muito a perder.

– Impor valores sociais de um grupo a nossa sociedade é um imperialismo social – insistiu Museveni, cujo governo já vem sofrendo críticas por sua corrupção endêmica.

Ele acusou uma parte dos homossexuais de ter feito essa opção sexual "por razões mercenárias", enquanto os outros se tornaram assim por uma "mistura inata – de elementos genéticos – e adquiridos".

O presidente de Uganda, no poder desde 1986, indicou em um primeiro momento que não promulgaria a lei, mas finalmente mudou de opinião depois de consultar um grupo de cientistas que, segundo ele, explicaram que a homossexualidade "não era uma conduta genética".

Nesta segunda-feira ele também rejeitou o sexo oral, prática que segundo ele é encorajada pelo mundo ocidental.

– A boca serve para comer, ela não é feita para o sexo. Quero proteger nossos filhos – disse.

Os homossexuais são alvos frequentes de perseguições e agressões, e mesmo assassinato em Uganda, país homofóbico e amplamente influenciado pela Igrejas evangélicas.

Museveni já havia aprovado no início do mês uma lei antipornografia, proibindo as pessoas de se vestirem de maneira "provocadora", os artistas de aparecerem com pouca roupa na televisão e vigiando a internet.

O Prêmio Nobel da Paz sul-africano Desmond Tutu pediu no domingo a Museveni que não promulgasse a lei, por considera que legislar contra o amor entre adultos recorda o nazismo e o apartheid, e a Anistia Internacional chamou de "uma horrível extensão da homofobia de Estado" em Uganda.

A chefe da diplomacia europeia, Catherine Ashton, declarou temer que esta lei "conduza Uganda ao passado".

Em 2011, David Kato, símbolo da luta pelos direitos dos homossexuais em Uganda, foi morto em sua casa, três meses após seu nome ser divulgado em uma revista junto a outros sob o título "Prendam-nos".

Rebeldes planejam ataque a reservas de petróleo do Sudão do Sul

Capital Malakal é o foco principal dos rebeldes

por Jacey Fortin
16/04/2014

Existem somente quatro balas no rifle que Liep Wiyual pretende usar contra as tropas do governo nas linhas de frente no Sudão do Sul.

— Quando for lutar, receberei mais balas, ele disse. Para rebeldes como Wiyual, correr nos campos de batalha para tomar armas e munição do inimigo é uma prática comum.

Wiyual, 22 anos, é ex-recepcionista de hotel de Malakal, Estado do Alto Nilo. Dois de seus irmãos foram mortos depois que os conflitos irromperam em meados de janeiro. Ao seu redor, militantes civis da força rebelde conhecida como Exército Branco se preparam para uma nova ofensiva para conquistar os campos petrolíferos de Paloch, no Alto Nilo, estado ao norte.

Porém, os motivos para Wiyual se juntar à batalha têm pouco a ver com o petróleo ou com a disputa política entre o ex-vice-presidente Riek Machar e o presidente, Salva Kiir, que explodiu em violência em 15 de dezembro e rapidamente mergulhou o jovem país numa guerra civil.

— Estamos combatendo o governo que mata pessoas. Não estamos lutando pelo Dr. Riek, disse Wiyual.

Machar planeja o ataque aos campos petrolíferos em seu esconderijo no Alto Nilo. É um posto avançado tranquilo, à exceção do gorjeio incessante dos pássaros. O ex-vice-presidente vive acompanhado de uma pequena equipe de guarda-costas. Ele tem um telefone via satélite e um tablet num estojo marrom surrado; nas horas de folga Machar lê um exemplar de Por Que as Nações Fracassam.

Segundo ele, o livro o inspira a refletir se está tomando as decisões corretas, embora considere Kiir responsável pelo conflito sangrento no Sudão do Sul.

— Acho que um governo que mata o próprio povo perdeu o crédito. A presença de forças leais a Salva Kiir em Paloch, para comprar mais armas e matar nosso povo, para trazer estrangeiros para interferir e matar nossa gente, não é aceitável para nós, ele disse.

O major-general Gathoth Gatkuoth, que comanda as tropas formais e civis para Machar no Estado do Alto Nilo, estimou que os combatentes civis no Exército Branco somavam de 60 mil a 80 mil no Estado, mais 20 mil soldados rebeldes que desertaram do governo.

Ele afirmou que a captura dos campos petrolíferos tiraria a receita do governo, devastando a capacidade militar governista no Alto Nilo.

O governo controla várias capitais de Estados, incluindo Bor e Bentiu. Porém, como o Alto Nilo contém os campos de petróleo ainda funcionando no país, sua capital, Malakal, é agora o foco principal dos rebeldes.

Os combatentes do Exército Branco raramente se encontram diretamente com Machar, cujo esconderijo é razoavelmente isolado. Em vez disso, os combatentes de Nasir se reportam ao comandante Hokdor Chuol Diet, homem taciturno vestido com uniforme de campanha e boina vermelha. O quartel-general fica perto do rio, numa estrutura de concreto em ruínas recoberta com grafites pretos.

Os rebeldes enfrentam forças governamentais dez vezes maiores. Por isso, dois fatores são fundamentais na incomum tática adotada: velocidade e proximidade. Grupos ágeis entram no campo de batalha, correm na direção do inimigo e o derrotam. Um comentarista sul sudanês comparou esse violento ataque a uma multidão de formigas famintas.

— Nosso líder é o Dr. Riek Machar. Se o líder não nos dá a ordem de parar, seguimos com os planos, mas se a liderança afirmar que existe paz e o outro lado respeitar, então paramos, disse Diet.

Ele hesitou repetidas vezes quando questionado se Machar chegou a ordenar ao Exército Branco o cumprimento do cessar-fogo assinado na capital etíope, Adis Abeba, em 23 de janeiro, que foi rapidamente ignorado.

Nhial Tuach Riek, comandante das tropas sentado à esquerda de Diet, ofereceu uma avaliação muito diferente.

— Não podemos esperar ordens de outra pessoa porque nós sabemos que o governo matou essa gente. O Dr. Riek não pode nos dar nenhuma ordem porque nós não estamos lutando por ele.

Diet e seus oficiais se sentaram à sombra de uma árvore, onde um grupo de combatentes esperava para resolver uma disputa. Dois homens afirmavam ter direito a um rifle que foi tirado de um soldado do governo morto, e os comandantes do Exército Branco ouviram atentamente enquanto os dois lados apresentavam sua versão.

Uma civil que buscava a orientação dos líderes da milícia estava sentada do lado de fora do quartel-general do Exército Branco. A mãe de cinco filhos queria resolver uma briga de casal. O marido queria ir para a linha de frente, mas ela dizia que precisava dele em casa para ajudar a alimentar a família.

Para os rebeldes, a participação civil é indispensável. Porém, para as comunidades dos combatentes, ela é complicada. A temporada de chuvas se aproxima e agora está na hora de plantar sementes para a futura colheita ou levar o gado para pastagens mais verdes. Os jovens deixam as mulheres e as crianças para trás para cuidar das propriedades rurais, e grupos humanitários temem que isso possa levar à fome em questão de meses.

— Estou com raiva porque não temos comida, disse a mulher, que se identificou como Nyadang.

Ela disse não se opor à guerra em si; o irmão dela foi morto em Juba, capital da nação, onde as tropas do governo estariam envolvidas na prisão e assassinatos de civis. — Seria melhor meu marido e eu irmos juntos. Estou pronta para lutar por causa do que aconteceu em Juba.

Pessoas como Nyadang são essenciais para o Exército Branco, indo ou não para frente de batalha. A força diz estar carente de recursos; alimentos e apoio vêm principalmente da população.

— Não temos nada. Não temos dinheiro. Dependemos exclusivamente dos recursos locais do nosso povo. É o povo quem está nos ajudando agora, disse Gatkuoth. Apesar das amplas negociações que aconteceram entre os dois lados, Machar afirma não ter muita esperança numa resolução pacífica que deixe Kiir no poder.

— Não sei que tipo de acordo pode ser fechado se ele permanecer no poder. Não vejo os ingredientes para tal acordo. O que estaria envolvido?

Opositores são presos após protestos na Venezuela

Pelo menos 41 manifestantes, entre eles oito estrangeiros, foram detidos

01/03/2014

Pelo menos 41 manifestantes da oposição, entre eles oito estrangeiros, foram detidos nesta sexta-feira, depois de enfrentarem com pedradas e coquetéis molotov os militares da Guarda Nacional que tentavam dispersá-los com gás lacrimogêneo em uma avenida do leste de Caracas, informou a TV oficial.

"A operação especial da Guarda Nacional em Altamira permitiu a detenção de 41 manifestantes, dos quais oito são estrangeiros e são procurados por terrorismo internacional", informou o canal oficial VTV.

Segundo o Sindicato da Imprensa (SNTP, na sigla em espanhol), a fotógrafa italiana Francesca Commi, do jornal local "El Nacional", está entre os detidos. O jornalista americano Andrew Rosati, colaborador do "Miami Herald", foi preso e solto cerca de meia hora depois.

As autoridades não confirmaram as detenções, nem divulgaram detalhes sobre os estrangeiros detidos na Praça Altamira.

As forças da ordem usaram jatos d'água e gás lacrimogêneo nos manifestantes, jovens em sua maioria e muitos deles encapuzados. Os ativistas instalaram dezenas de barricadas nos arredores da Praça Altarmira, principal palco dos protestos contra o governo em Caracas.

Opositores radicais convocaram, neste sábado, novos protestos "contra a tortura e a repressão" na Venezuela.

Nigéria diz ter feito acordo para libertação de meninas sequestradas pelo Boko Haram

17 de outubro de 2014

ABUJA (Reuters) – O governo da Nigéria chegou a um acordo com o grupo militante islâmico Boko Haram para um cessar-fogo e a libertação de cerca de 200 meninas sequestradas há seis meses em uma escola na cidade de Chibok, no nordeste do país, disse uma fonte da Presidência nesta sexta-feira.

"O governo nigeriano chegou a dois acordos com o grupo Boko Haram. Primeiramente, um acordo de cessar-fogo e, em seguida, a liberação das meninas de Chibok sequestradas", disse a fonte à Reuters.

Milhares fazem protesto em Madri contra cortes do governo da Espanha

Passeata denuncia a 'emergência social' gerada pelo desemprego recorde.
Participantes da Marcha da Dignidade seguirão até o centro da capital.

Da France Presse

Milhares de manifestantes vindos de toda a Espanha, alguns a pé, realizavam uma grande passeata neste sábado (22) em Madri para denunciar a "emergência social" gerada pelo desemprego recorde de 26% e os cortes orçamentários do governo.

"A ideia é unir todas as forças em um plano: ou nossas reivindicações são atendidas, ou o governo terá que arrumar as malas", ameaçou Diego Cañamero, porta-voz do Sindicato Andaluz de Trabalhadores, uma das 300 organizações participantes.

Organizados em oito colunas, os participantes da Marcha da Dignidade seguirão até o centro da capital, após viajarem por mais de um mês, alguns a pé, a partir de Andaluzia, Catalunha, Astúrias e Extremadura.

Os lemas são "Não ao pagamento da dívida", "Mais nenhum corte", "Fora governos do trio" e "Pão, trabalho e teto para todos e todas".

Os organizadores anunciaram a mobilização de centenas de ônibus e quatro trens. Autoridades de Madri mobilizaram 1,7 mil policiais para evitar incidentes.

A austeridade sem precedentes do governo conservador desde a sua posse, no fim de 2011, para reduzir o déficit e a dívida do país motivou duas greves gerais em 2012, com centenas de milhares de pessoas nas ruas.

A mobilização perdeu força em seguida, embora estivesse sustentada, principalmente, pelos setores da educação e saúde, atingidos severamente pelos cortes anunciados em 2012, de 150 bilhões de euros ao longo de três anos.

Apesar de os espanhóis já não saírem às ruas tão maciçamente quanto há dois anos, pesquisas de opinião mostram que a austeridade é impopular, e que a maior preocupação é com o desemprego, que atinge mais de um quarto da população economicamente ativa.

"Em 2014, nós nos encontramos em uma situação limite de emergência social, que nos convoca a dar uma resposta coletiva e maciça dos trabalhadores e da cidadania", dizem os organizadores da passeata em seu manifesto.

O texto reclama que as políticas de austeridade beneficiaram apenas os privilegiados, enquanto "centenas de milhares de famílias ficaram sem casa".

"Esta é uma crise capitalista sem precedentes, para a qual os governos, que representam banqueiros e empresários, uns e outros corrompidos até a espinha, não têm proposta alguma que não seja tirar de nós auxílios, pensões e serviços públicos", denunciam.

Além da Escócia, outras regiões europeias cultivam tendências separatistas

Catalunha, País Basco, Flandres: várias regiões desejam, em maior ou menor grau, obter independência ou ao menos mais autonomia. Votação na Escócia pode fortalecer essa chama

Por Deutsche Welle — publicado 18/09/2014

Escócia

Tendências separatistas jamais tiveram chances reais de se concretizarem. Situação pode mudar com o referendo escocês

No Leste Europeu, a desintegração da União Soviética e da Iugoslávia resultou na criação de muitos países. No oeste, entretanto, as fronteiras sempre pareceram estar fixas. É verdade que houve tendências separatistas, algumas delas violentas, mas essas iniciativas jamais tiveram chances reais de atingir seus objetivos.

Essa situação poderá mudar em breve, com o referendo sobre a independência da Escócia marcado para 18 de setembro. Londres já afirmou que respeitará a vontade dos escoceses de sair do Reino Unido, se assim ficar decidido. Pesquisas indicam que uma vitória do "sim"

é possível. Caso aconteça, ela poderá desencadear uma série de outros movimentos pela independência no continente.

Escócia: A união entre a Escócia e o Reino Unido, que já dura mais de 300 anos, poderá chegar ao fim caso a maioria dos escoceses opte pela independência no referendo marcado para 18 de setembro. A pergunta direta a ser respondida com "sim" ou "não" sobre a secessão poderia nem ter sido necessária, caso o governo britânico tivesse permitido uma terceira opção, oferecendo maior autonomia ao país. É bem provável que a maioria dos escoceses optasse por essa possibilidade.

No entanto, Londres não considerou essa terceira opção, presumindo que a possibilidade de uma independência total assustaria a maioria dos escoceses. Esse plano pode ir por água abaixo. Se a maioria optar pelo "sim", a Europa testemunhará o renascimento de um Estado escocês já em 24 de março de 2016.

Catalunha: Em nenhuma outra região europeia o "vírus" escocês pela independência poderá ser mais contagioso do que na Catalunha. Durante a ditadura do general Francisco Franco na Espanha, de 1936 a 1975, o idioma catalão chegou a ser proibido. Atualmente, a região possui alto grau de autonomia cultural e política, além de seu próprio parlamento regional.

Mas, para muitos catalães, isso ainda não é suficiente. Eles querem ter seu próprio Estado, principalmente por razões econômicas. O argumento é que a rica Catalunha estaria sendo sugada pelo Estado espanhol.

Desde o início da crise econômica, o número de apoiadores da independência catalã aumentou significativamente. O governo regional em Barcelona almeja a realização de um referendo, nos mesmos moldes do escocês, em novembro. Mas, ao contrário do governo britânico, Madri não está disposta a aceitar, o que torna o confronto inevitável.

País Basco: O nacionalismo e o idioma basco também foram oprimidos durante o regime de Franco. O País Basco se encontra em situação econômica pior do que a Catalunha. Por outro lado, uma minoria dos nacionalistas bascos exerce militância bem mais ativa. Em 50 anos de tentativas de separar a região da Espanha, a organização clandestina ETA já causou mais de 800 mortes.

Há três anos, o grupo abdicou formalmente da violência. No entanto, nem os ataques ou as negociações deixaram o País Basco próximo de realizar um referendo, menos ainda de obter a independência. Apenas o governo central da Espanha poderia realizar a consulta popular, o que Madri rejeita, da mesma forma que faz com a Catalunha.

Flandres: Nas mais recentes eleições parlamentares na Bélgica, a Nova Aliança Flamenga, sob o comando de Bart De Wever, se tornou a maior força política da região de Flandres. De Wever está convencido de que o Estado belga está, de um jeito ou de outro, fadado ao desaparecimento e almeja iniciar negociações para a independência de Flandres.

O separatismo flamengo é um caso à parte. A Bélgica é composta por essa região, cujo idioma é o holandês; pela Valônia, que é de idioma francês e inclui uma comunidade de língua alemã; e por Bruxelas, oficialmente bilíngue.

Com a secessão de Flandres, a Bélgica perderia mais da metade de sua população e de seu poder econômico. Não sobraria muito do país. Um ponto controverso, nesse caso, é o papel de Bruxelas, sede da União Europeia e da Otan. Também é incerto o que poderia acontecer

com a Valônia. Já houve rumores de que a região poderia aderir à França, Luxemburgo ou até à Alemanha. Apesar de tudo, os belgas conseguiram até hoje manter sua unidade intacta.

"Padania": O movimento separatista do norte da Itália tem apenas uma motivação. A região, que conta com as províncias da Lombardia, Aosta, Piemonte, Ligúria, Veneza e Emília Romana, gera boa parte do PIB italiano com suas empresas, indústrias e bancos. Alguns afirmam que a Itália central e do sul desperdiça o dinheiro que se ganha tão arduamente no norte do país.

Nos anos 1990, o partido Lega Nord chegou a clamar pela secessão total da região que eles próprios denominaram de "Padania", nome derivado da planíce padana do vale do rio Pó. Nos dias de hoje, a Lega Nord está mais moderada. No momento, o grupo pede apenas que o norte possa reter três quartos do dinheiro gerado, em vez de transferi-lo primeiramente a Roma.

Córsega: Por muito tempo, o governo francês tentou apagar o idioma corso da vida pública e das escolas da ilha. As tentativas de conquista da autonomia sempre foram combatidas. Organizações militantes, principalmente o FLNC, tentaram por anos se libertar da França através da violência, atacando símbolos do Estado francês e casas de veraneio de cidadãos franceses continentais.

Neste ano, o FLNC anunciou que abriu mão da violência. Ainda assim, o potencial explosivo permanece. Em 2000, propostas de autonomia da ilha, durante o governo do socialista Lionel Jospin, enfureceram a oposição conservadora. Esta argumenta que, se a autonomia for concedida, outras regiões, como a Bretanha e a Alsácia, também poderiam exigir suas independências.

Tradicionalmente, Paris tem pouco respeito por idiomas regionais, uma vez que os políticos os consideram perigosos para a unidade do país.

Tirol do Sul: No caso do Tirol do Sul, prevalecem os fatores culturais e econômicos. A região pertencia ao Império Austro-Húngaro até o fim da Primeira Guerra Mundial, sendo, posteriormente, anexada à Itália. A língua majoritária é o alemão.

Após um período de "italianização" durante o regime de Benito Mussolini, o Tirol do Sul pôde conquistar maior autonomia política e linguística somente após a Segunda Guerra Mundial. A região, muito rica, tem permissão para reter grande parte de sua própria renda.

Por muito tempo, os cidadãos locais pareciam satisfeitos. Mas a crise da dívida nacional acendeu uma nova chama no movimento separatista. Após a Grécia, a Itália é o país mais endividado da zona do euro. Muitos sul-tiroleses que gozam de boa situação financeira preferem não ter nada que ver com os problemas italianos. Por esse motivo, cada vez mais pessoas almejam a separação de Roma.

Baviera: Poucos na Baviera levam a sério a fundação de um Estado próprio. A região, em seu nome oficial, já é chamada de "Freistaat Bayern", ou seja, Estado Livre da Baviera. O estado mais ao sul da Alemanha poderia sobreviver por conta própria, sendo o maior do país, com mais de 13 milhões de habitantes. A população bávara supera a de países como Suécia e Portugal. Além disso, o estado tem o melhor desempenho econômico do país.

Se o desejo por mais autonomia na Baviera emergir, será em razão do acordo financeiro que estipula que os estados mais ricos do país devem ajudar os mais pobres. Os bávaros gostariam de repassar menos dinheiro aos outros.

Há, de fato, separatistas bávaros. O político conservador Wilfred Scharnagel, da União Social Cristã (CSU) – partido que compõe a coalizão de governo da chanceler federal Angela Merkel – pede a separação da região do resto do país em seu livro Bayern kann es auch allein ("A Baviera também consegue sozinha", em tradução livre), de 2012. Mas, até o momento, não surgiu nenhum movimento separatista relevante.

Espanha ameaça bloquear votação separatista da Catalunha

A Espanha disse que vai usar "toda a força da lei" para bloquear um referendo sobre a independência da Catalunha, incluindo a suspensão da autoridade do governo regional se necessário.

O alerta do ministro de Relações Exteriores espanhol, José Manuel García-Margallo, foi um dos mais fortes emitidos pelo governo de Madri contra a proposta de votação no dia 9 de novembro na rica região industrial. O anúncio foi feito enquanto os líderes catalães debatiam um plano alternativo, no caso de a votação ser proibida. A opção seria realizar uma eleição antecipada para o parlamento regional que poderia testar o apoio dos partidos políticos pró-independência.

García-Margallo afirmou que a Catalunha não pode tomar uma decisão unilateralmente que afetaria o país como um todo. "Todo e qualquer espanhol é dono de todo e qualquer centímetro quadrado do país", declarou.

O ministro falou dois dias antes do referendo de independência na Escócia, cuja força da campanha pró-independência está encorajando separatistas na Catalunha e incomodando o governo espanhol. Pesquisas indicam que a disputa escocesa está apertada, levando o governo em Londres a oferecer aos separatistas concessões que permitam mais poder nas decisões.

Para García-Margallo, um voto de independência na Escócia seria péssimo e "um precedente para balcanização, o que vai contra o processo de união". Ele acrescentou que "honestamente, penso que (a independência) é ruim para a Escócia, para o Reino Unido e para a União Europeia".

Em discurso no parlamento da Catalunha, o presidente regional Artur Mas disse não estar abalado com o comentário do ministro. "Eles não devem pensar que com isso vão parar o curso da história", declarou.

Um porta-voz da coalizão de Convergência e União de Mas questionou retoricamente se Madri estava pronta para processar 1,8 milhão de catalães, em referência ao número estimado de pessoas favoráveis ao referendo que participaram de uma manifestação em Barcelona na última quinta-feira. Fonte: Dow Jones Newswires.

Entenda o legado histórico de Nelson Mandela

O mundo perdeu o mais importante líder da África Negra e ganhador do Prêmio Nobel da Paz, Nelson Mandela. Relembre a sua vida e conquistas e entenda como o pai da pátria africana influencia os dias atuais.

O mundo perdeu Nelson Mandela, mas o seu legado ultrapassa a fronteiras e as barreiras do tempo. O legado de Mandela não se limita à África do Sul. O líder político foi uma importante

figura na luta contra o apartheid, regime de segregação racial na África do Sul. A seguir, relembre a vida e conquistas do vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1993 e entenda como ele continua a influenciar sociedades.

Nelson Mandela nasceu em 18 de julho de 1918 na cidade de Qunu, na África do Sul. Cresceu observando os costumes e rituais africanos. Em 1934, passou pela ritual de circuncisão. Segundo registros no seu diário, "em uma semana a ferida cicatrizou, mas sem anestesia a incisão era como se chumbo derretido estivesse correndo nas minhas veias." Ainda sobre o ritual, Mandela escreve que não gritou "eu sou um homem" com força suficiente.

Formou-se em Direito pela Fort Hare, primeira universidade da África do Sul a ministrar cursos para negros. Fugiu para Joanesburgo quando seu tutor decidiu arranjar-lhe um casamento. Foi então que Mandela se conscientizou do abismo que separava os negros dos brancos e começou a sua luta contra o racismo.

Anos 40 – A Liga Juvenil

Junto aos alguns amigos, criou em 1944 a Liga Juvenil do CNA (Congresso Nacional Africano), que visava mudar a postura do partido quanto aos brancos. O manifesto "Um homem, um voto" denunciava que dois milhões de brancos dominavam oito milhões de negros, detendo 87% do território sul-africano. Apesar das lutas da Liga Juvenil, o Partido Nacional venceu as eleições. A partir disso, começou um regime segregacionista como nunca existiu.

Anos 50 – A luta contra o apartheid

Durante a década de 1950, Mandela foi um dos principais membros do movimento anti-apartheid. Ele divulgou a Carta da Liberdade, documento pelo qual promoviam um programa para o fim do regime segregacionista. Abriu o escritório advocatício Mandela & Tambo com o seu amigo em 1952, e essa sociedade durou até 1958. O objetivo da empresa era defender os interesses dos clientes negros. Em 1953, proferiu um discurso que, pela primeira vez, dizia que os tempos da resistência passiva acabaram. Porém, outros líderes do movimento defendem que a diretiva da não-violência deve ser mantida. Sua casa foi invadida pela polícia no dia 5 de dezembro de 1956. Seu lar foi revistado por 45 minutos e diversos papéis foram apreendidos. Mandela e mais 144 pessoas foram detidas nesse dia.

Anos 60 – A Lança da Nação e a condenação de Mandela

Em 21 de março de 1960, policiais sul-africanos atiraram contra manifestantes negros, assassinando 69 pessoas. Esse evento ficou conhecido como O Massacre de Sharpeville e fez com que Mandela começasse a defender a luta armada contra o sistema. A Lança de uma Nação foi criada em 1961 e era o braço armado do CNA, sendo que Nelson Mandela era o primeiro comandante. Entendeu-se, com isso, que o apartheid não poderia mais ser combatido com a não-violência. O primeiro comandante aprendeu a atirar em alvos fixos e móveis e recebeu treinamento militar dos etíopes. Ficou impressionado com as estratégias das lutas dos argelinos contra os franceses. Suas ideias passavam pela construção de um exército revolucionário e capaz de conquistar o apoio popular. Em 1962, foi detido por sair do país sem passaporte. Foi condenado a 5 anos de prisão e, enquanto estava preso, a polícia invadiu o seu esconderijo em

1963. Por conta de documentos e papéis comprometedores, foi julgado por acusações ainda mais sérias. Em 11 de junho de 1964, foi condenado à prisão perpétua.

1964 – 1990 – Os anos de prisão

Mandela permaneceu preso de 1964 a 1990. Tornou-se símbolo da luta antiapartheid na África do Sul e, mesmo preso, conseguiu enviar cartas para ajudar a organizar e incentivar a luta pelo fim da segregação racial. Recebeu apoio de vários segmentos sociais e governos mundiais. Solto em 1990, o líder é aclamado por uma multidão. Ele ergue o punho no ar, em sinal de luta, e recebe a resposta do conjunto de pessoas que se uniram para vê-lo.

1993 – 1999 – O Prêmio Nobel e o governo de Mandela

Em 1993, dividiu o Prêmio Nobel da Paz com Frederik de Klerk por seus esforços em acabar com o regime de segregação racial na África do Sul. Em 1994, Mandela tornou-se o primeiro presidente negro da África do Sul, governando até 1999. O seu governo foi muito criticado. Segundo o professor de história do Cursinho da Poli Fernando Rodrigues, "Mandela cortou gastos na área de saúde e educação tendo uma repercussão negativa. Foi uma surpresa ele ter se tornado presidente e não ter implementado a política de inserção social para os negros". Isso significa que o líder africano estava mais preocupado com a reconciliação social do que com reformas, o que acarretou na contínua pobreza do povo negro. Ainda assim, o seu governo foi essencial para o fim da segregação e a igualdade de direitos entre brancos e negros. Ainda de acordo com o professor, "o recado do ex-presidente ecoa forte. A mensagem de Mandela motivou líderes como Martin Luther King, e o seu legado é um exemplo que deve ser seguido por governantes. Esse legado não se limita à África do Sul." Em homenagem ao líder, o dia 18 de julho é considerado o Dia Internacional de Nelson Mandela, data definida pela Assembleia Geral da ONU.

O ex-presidente da África do Sul continua sendo símbolo de igualdade social. Apesar de sua morte, o seu legado não será esquecido e o mundo tem muito a agradecer ao homem que passou 26 anos preso por acreditar em um mundo onde não existiria diferença social entre negros e brancos.

PACTO COM IRÃ DÁ A OBAMA MAIOR TRIUNFO DIPLOMÁTICO

IRÃ ACEITA LIMITAR PROGRAMA NUCLEAR E OBAMA CELEBRA VITÓRIA DIPLOMÁTICA

Autor(es): Cláudia Trevisan
O Estado de S. Paulo – 25/11/2013

Aliados dos EUA na região criticam pacto assinado em Genebra; acordo prevê congelamento do processamento de urânio a mais de 5%

WASHINGTON – O presidente americano, Barack Obama, conseguiu neste domingo, 24, sua mais expressiva vitória diplomática no cargo ao alcançar um acordo para frear o avanço do programa nuclear iraniano. O pacto foi assinado em Genebra pelo secretário de Estado

americano, John Kerry, e pelos representantes de Irã, China, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha e França.

O Irã aceitou limitar durante seis meses o seu programa nuclear em troca da suspensão parcial de sanções que estrangularam sua economia. Nesse prazo, os negociadores tentarão chegar a pacto definitivo, que garanta o caráter pacífico de suas atividades de enriquecimento de urânio e permita o fim de todas as sanções aplicadas à república islâmica.

Teerã se comprometeu a não enriquecer urânio a mais de 5% e a neutralizar todo seu estoque de urânio enriquecido a quase 20%, patamar acima do qual o combustível pode ser usado na produção de armas. O país também aceitou se submeter à supervisão da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

Principal elemento que levou a França a resistiu a um acordo no início do mês, o reator de Arak terá suas atividades suspensas – o local poderia produzir plutônio.

Em troca, os EUA aceitaram suspender sanções no valor de US$ 6 bilhões a US$ 7 bilhões ao longo dos próximos seis meses.

O governo americano apresentou o acordo fechado em Genebra como o mais importante avanço em torno do programa iraniano desde 2003, quando houve a primeira tentativa de limitar sua expansão. As conversas foram concluídas pouco depois das 3:00 h do domingo em Genebra (meia-noite, no horário de Brasília).

Em Washington, Obama fez um pronunciamento no qual atribuiu o sucesso das negociações ao impacto das sanções econômicas e à "abertura para diplomacia" trazida pela eleição de Hassan Rohani como novo presidente do Irã, em junho.

A obtenção de um saída pacífica para a questão nuclear iraniana é uma prioridade de Obama desde que ele chegou ao poder, em 2009.

O acordo representa uma rara vitória de sua política externa, abalada pelas revelações de espionagem da Agência de Segurança Nacional (NSA, na sigla em inglês), a errática atuação em relação à Síria – e a insegurança que ela gerou entre aliados americanos no Oriente Médio – e divergências com o Afeganistão em torno de um pacto militar para permanência de tropas americanas no país depois de 2014.

"A diplomacia abriu um novo caminho na direção de um mundo que é mais seguro – um futuro no qual nós podemos verificar que o programa nuclear iraniano é pacífico e não pode construir uma arma nuclear", declarou Obama.

A determinação dos EUA de negociar com o Irã afetou o relacionamento do país com seu principal aliado na região, Israel, que se uniu a nações árabes na condenação do acordo. Para eles, o pacto dará fôlego à república islâmica para continuar a avançar na construção da bomba atômica – Teerã nega que esse seja o objetivo e sustenta que o programa tem fins pacíficos.

Na tarde de domingo, Obama telefonou para Netanyahu e reafirmou o comprometimento americano com Israel. O presidente reconheceu também em seu discurso a existência de "boas razões" para o ceticismo do país em relação ao Irã. "Como presidente e comandante em chefe, farei o que for necessário para impedir o Irã de obter armas nucleares", afirmou. "Mas tenho uma profunda responsabilidade de tentar resolver nossas diferenças pacificamente, em vez de me precipitar na direção de um conflito", justificou.

O pacto é apenas o primeiro passo na direção do desfecho desejado pelos EUA: congelar as atividades das usinas do país e dar tempo aos negociadores para buscarem uma solução de longo prazo.

O documento afirma que o eventual novo pacto deverá entrar em vigor no prazo máximo de um ano. O acordo poderá ser prorrogado depois de seis meses se houver concordância dos sete países envolvidos em sua negociação.

Acenos entre Irã e EUA

Rouhani pede que Obama não ceda à "pressão de míopes"

O Globo – 25/09/2013

Presidente do Irã defende acordo nuclear; e americano acena com diálogo

Nova YORK- Logo pela manhã, o presidente americano, Barack Obama, citou em seu pronunciamento de 40 minutos a "humildade" aprendida com as guerras de Iraque e Afeganistão para justificar a escolha pelas vias diplomáticas no Irã. E num dos discursos mais esperados desta Assembleia Geral da ONU, o novo chefe de Estado do Irã alimentou as expectativas de negociação. Mesmo tendo rejeitado a oferta da Casa Branca de um encontro com Obama, Hassan Rouhani fez sua estreia no púlpito das Nações Unidas com promessas de moderação, abertura e "cooperação responsável" para uma nova diplomada intemadonal — e para resolver o impasse nuclear.

Ele surpreendeu ao mencionar Obama nominalmente e disse esperar que o presidente americano não ceda às pressões contrárias para alavancar o diálogo entre os dois países. Essa referên-da parecia ser um recado velado a Israel, que promete manter sobre Obama o lobby para uma política severa quanto a Teerã.

— Eu ouvi atentamente o discurso do presidente Obama hoje na Assembleia Geral. Espero que eles se abstenham de seguir os interesses míopes de grupos de pressão belicista para que possamos chegar a um meio de gerir

nossas diferenças. Nós esperamos ouvir uma voz consistente de Washington — afirmou.

A delegação israelense fora instruída pelo premier Benjamin Netanyahu a boicotar a aparição do iraniano, Rouhani conclamou os países-membros da ONU a participarem de um esforço coletivo intitulado "Mundo contra a violência e o extremismo" Mas também não poupou críticas duras, embora elegantes, aos EUA.

— A ameaça iraniana serviu de desculpa para justificar crimes nas últimas três décadas: Armar Saddam Hussein com armas químicas e estabelecer a al-Qaeda no Afeganistão... — lembrou ele, garantindo que "o Irã não representa ameaça ao mundo ou à região"

DRIBLE NO ALMOÇO DE BAN

Como de costume em seu país, o presidente iraniano abriu o discurso com um pedido de clemência a Deus. Falou numa era de medo da guerra e esperança pela escolha do diálogo. E

não poupou críticas ao unilateralismo dos EUA, criticando, mais uma vez, uma "mentalidade bipolar de Guerra Fria"

— Os esforços de redesenhar as fronteiras políticas são extremamente perigosos e provocativos. O centro do poder do mundo é hegemônico. Relegar o Sul à periferia provocou um monólogo nas relações internacionais — criticou Rouhani.

Conforme vinha anunciando nas últimas semanas, o presidente reafirmou estar pronto para negociar sobre o programa nuclear que, assegurou, tem fins pacíficos.

— É uma oportunidade única. A República Islâmica do Irã acredita que todos os desafios podem ser resolvidos com sucesso, inclusive a questão nuclear.

Mais cedo, Rouhani faltou ao almoço oferecido aos chefes de Estado pelo secretário-geral da ONU Ban Ki-moon. Seria essa a 1 maior chance de um encontro, ainda que casual, com Obama — seria o primeiro entre líderes americano e iraniano em 36 anos. Segundo a rede iraniana , Press TV a ausência se justifica pelo fato de o anfitrião servir vi-! nho aos convidados — bebida alcoólica cujo consumo é proibido aos muçulmanos.

UMA NOVA DOUTRINA OBAMA

A polêmica sobre o cardápio não se confirmou. Mas, horas depois, fontes da Casa Branca revelaram ter feito uma oferta de encontro com Obama à delegação do Irã. Os iranianos declinaram o convite, alegando que "questões políticas internas" tornavam "complicado" tal encontro. Houve, porém, uma reunião do iraniano com o presidente francês, François HoÜande.

Por sua vez, o presidente americano também tentou usar a ONU para apresentar mudanças. Segundo ele, os EUA não vão mais agir sozinhos para buscar seus interesses vitais, mas estarão prontos para usar a forçai incitar a comunidade intemacional a agir. Foi o que fez com a Síria e o que pretende fazer no Oriente Médio até o fim de seu govemo, garantiu Obama.

Síria e Irã dominaram o discurso. Sobre o primeiro, o presidente disse ser um "insulto"! duvidar dos crimes de guerra cometidos pelo regime def Bashar al-Assad. E sobre o segundo, ressaltou ter ordenado ao secretário de Estado John-Kerry buscar um acordo.

— O caminho diplomático deve ser testado — afirmou, antes de fazer a ressalva — As palavras conciliatórias terão; que estar em linha com ações! Transparentes e verificáveis.

Apesar de frustrarem quem apostava num aperto de mão,! Obama e Rouhani ainda podem, esperar avanços amanhã. É quando os chanceleres de EUA e Irã estarão frente a frente num primeiro encontro sobre as negociações nucleares com o grupo chamado P5+1, formado pelas cinco potências do Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha, sob o comando da chefe da diplomacia europeia, Catherine Ashton.

"Temos uma oportunidade histórica de resolver a questão nuclear" escreveu no Twitter o chanceler do Irã, Javad Zarif.

DILMA ATACA ESPIONAGEM E, NA ONU, PROPÕE REGRA PARA WEB

DILMA ATACA ESPIONAGEM E FAZ BALANÇO DE SEU GOVERNO NA ASSEMBLEIA DA ONU

Autor(es): Tânia Monteiro Claudia Trevisan

O Estado de S. Paulo – 25/09/2013

Presidente apresentou seu 'protesto' e tentou mobilizar os países por uma governança da internet

Em duro discurso na abertura da 68ª Assembleia da ONU, a presidente Dilma Rousseff expressou sua "indignação" e "repúdio" à espionagem norte-americana ao governo, a empresas e a cidadãos do País e do mundo. Ela voltou a apresentar seu "protesto" e a "exigir" dos EUA "explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão". Também tentou mobilizar os demais países no sentido de que sejam criadas regras para governança e uso da internet. O objetivo da fala foi apresentar queixa ao mundo e despertar um sentimento nacionalista no Brasil. O Palácio do Planalto avalia que a população aprovou a forma como foi repudiada a espionagem. Em rápida menção ao tema, Barack Obama disse que "começou a rever" os mecanismos de inteligência.

A presidente Dilma Rousseff fez um contundente discurso na abertura da 68ª Assembleia da ONU no qual expressou "indignação" e "repúdio" à espionagem feita pela inteligência americana ao seu governo, a empresas e cidadãos do Brasil e do mundo* Ela voltou a apresentar "seu protesto" e a "exigir" do governo dos EUA "explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão".

A fala de Dilma não teve apenas Barack Obama como alvo – o presidente americano, inclusive, nem estava presente na sede da Organização das Nações Unidas em Nova York enquanto ela discursava. O Palácio do Planalto já identificou a boa aceitação, no País, de seu posicionamento diante do tema, incluindo a decisão de cancelar a viagem que faria a Washington em outubro. Portanto, a fala também se dirigia ao público brasileiro.

A presidente aproveitou a tribuna internacional para fazer um balanço de seu governo. Foi quando, mais uma vez, dirigiu- se ao público interno. Fez menções aos protestos que se iniciaram em junho – e derrubaram sua popularidade -, afirmando que o governo brasileiro não só "não reprimiu" a voz das ruas, mas a ouviu e compreendeu.

"Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas", disse. "A rua é o nosso chão, a nossa base", completou.

A presidente lembrou que "passada a fase mais aguda da crise, a situação da economia mundial continua frágil com níveis de desemprego inaceitáveis", mas ressalvou que o Brasil "está recuperando o crescimento, apesar do impacto da crise internacional nos últimos anos". Pouco antes, falou do combate à pobreza, à fome e à desigualdade promovido por seu governo, com a ampliação do Bolsa Família, que ajudou a proporcionar redução drástica da mortalidade infantil.

Marco civil» A maior parte do discurso na ONU foi usada para falar da espionagem americana e da tentativa de mobilizar os demais países no sentido de que seja criado um "marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam, a proteção dos dados que por ela trafegam". Dilma pediu que "o espaço cibernético não seja usado como

arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países".

Por três vezes, declarou que a espionagem feita pela inteligência americana é "um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis".

Defendeu também a necessidade de um marco civil multilateral para proteger a internet das intromissões alheias.

Depois de declarar que "as tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados", salientou que "este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio de espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países".

Por isso, pediu que a ONU "desempenhasse papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias".

Obama chegou no final do discurso de Dilma. Ele falou em seguida e dedicou uma pequena parte de seu discurso à espionagem.

Satisfeita» Dilma deixou o plenário da ONU satisfeita com o tom adotado. Tanto que dispensou o comboio oficial que a aguardava e saiu a pé pelas ruas de Nova York, em busca de um restaurante para almoçar com seus principais auxiliares e sua filha, Paula, que a acompanha na viagem. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, resumiu o espírito da comitiva. "O Obama falou assim, meio como o senhor da guerra, e ela falou mais de uma agenda mais social", disse.

Recado explícito»

"Imiscuir-se dessa forma (espionagem) na vida de outros países fere o direito internacional"

"O aproveitamento do pleno potencial da internet passa por uma regulação responsável, que garanta liberdade de expressão, segurança e respeito a direitos humanos"

Dilma Rousseff

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

NA MIRA DOS ESTADOS UNIDOS – DILMA FOI ALVO DIRETO DA ESPIONAGEM AMERICANA

EUA ESPIONAM DILMA

O Globo – 02/09/2013

NSA monitorou telefone e e-mails da presidente A Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA) monitorou o conteúdo de telefonemas, e-mails e mensagens de celular da presidente Dilma Rousseff e de um número ainda indefinido de “assessores-chave” do governo brasileiro. Além de Duma, também foram espionados pelos americanos nos últimos meses o presidente do México, Enrique Peña Nieto, — quando ele era apenas candidato ao cargo — e nove membros de sua equipe. As informações foram reveladas ontem pelo “Fantástico’ que teve acesso a uma apresentação feita dentro da própria NSA, em junho de 2012, em caráter

confidencial. O documento é mais um dos que foram repassados ao jornalista britânico Glenn Greenwald por Edward Snowden, técnico que trabalhou na agência e que hoje está asilado na Rússia. Ontem à noite, ao tomar conhecimento da reportagem, o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, classificou a espionagem como um fato "gravíssimo" e afirmou que, se confirmado o monitoramento das comunicações da presidente Dilma e de seus assessores, o episódio terá sido uma "clara violação à soberania" brasileira. Cardozo antecipou ainda que fará um pedido formal de explicações aos Estados Unidos e que o tema será levado à Organização das Nações Unidas (ONU). — Se forem confirmados os fatos da reportagem, eles devem ser considerados gravíssimos, caracterizarão uma clara violação à soberania brasileira — disse o ministro. — Isso foge completamente ao padrão de confiança esperado de uma parceria estratégica, como é a dos Estados Unidos com o Brasil. Diante desses fatos, vamos exigir explicações formais ao governo americano, o Itamaraty convocará o embaixador dos Estados Unidos para dar explicações e vamos levar o assunto a todos os fóruns competentes da ONU. A apresentação em que a presidente Dilma Rousseff e o presidente Enrique Peña Nieto são citados e aparecem até em fotos tem um total de 24 slides e não traz nenhum exemplo de e-mail ou ligação da governante brasileira. O título é "Intelligency filtering your data: Brazil and Mexico case studies" (inteligência filtrando informação: os estudos de caso do Brasil e do México' numa tradução livre), e sua classificação indica que o documento só pode ser lido pelos países que integram o grupo batizado pela NSA como "five eyes' São eles: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Austrália, Canadá e Nova Zelândia. Nesse mesmo documento, que data de junho de 2012, a NSA explica com grande precisão de detalhes e desenhos como espiona os telefonemas, e-mails e mensagens de celular dos dois líderes latino-americanos. Ao final, congratula-se de ter tido "sucesso" na empreitada. Segundo o jornalista Glenn Greenwald, que recebeu os documentos de Snowden e colaborou com a reportagem do "Fantástico' a apresentação de slides deixa claro que o primeiro passo da NSA é identificar seus alvos, seus números de telefone e seus endereços de e-mail. Depois, usando pelo menos três programas de computador — o Cimbri, Mainway e Dishfire (este capaz de procurar uma palavra-chave numa imensidão de dados) —, a agência filtra as comunicações que devem merecer mais atenção. Para ilustrar esse processamento de dados, a apresentação traz a imagem de duas mensagens de celular. A primeira delas, capturada numa comunicação travada entre dois colaboradores do então candidato Enrique Pefla Nieto, ele aparece citado pela sigla EPN (as primeiras letras de seu nome). A segunda, extraída do celular do próprio Pefia Nieto, traz uma revelação: o nome daquele que viria a ser anunciado, dias mais tarde, como coordena- dor de comunicação social do governo. Nessa parte do documento, lê-se, no alto do slide, o número 85.489. Para Greenwald, o número poderia significar o total de mensagens interceptadas pela NSA no entorno de Peña Nieto. O dado não foi comprovado. Ao trazer à tona o estudo de caso do Brasil, a apresentação da NSA é clara. Seu objetivo é "aumentar o entendimento dos métodos de comunicação" de Dilma Rousseff e de seus "assessores-chave' No slide que vem logo em seguida, a agência mostra, sem revelar nomes, a teia de relacionamentos da presidente e como esses indivíduos se relacionam entre si, Segundo a interpretação de Greenwald, essa é uma forma de os Estados Unidos identifica-rem os principais interlocutores do governo brasileiro E, segundo revela o documento obtido pelo "Fantástico' o esforço tem dado resultado. Na conclusão da apresentação sobre o caso Brasil, a NSA destaca que "foi possível aplicar essas técnicas com sucesso contra alvos importantes' inclusive contra os brasileiros e mexicanos que costumam proteger tecnicamente suas comunicações (os chamados "OPSEC-savvy' em inglês). o ministro José Eduardo Cardozo preferiu não adiantar que providências seriam tomadas caso as denúncias reveladas ontem sejam confirmadas, mas avançou na crítica: — Isso (a espionagem) atinge não só o Brasil, mas a soberania de vários países que pode ter sido violada de forma absolutamente contrária

ao que estabelece o direito internacional — destacou ele. — Não pode haver uma coleta indiscriminada de dados no Brasil sem a determinação do Poder Judiciário. Representei o Brasil em Washington em reuniões sobre o assunto, e propusemos um protocolo de entendimento que visasse a assegurar a soberania internacional, apenas permitindo a interceptação de dados com ordem judicial, mas os Estados Unidos não aceitaram o acordo, dizendo que não iam fazelo nem com o Brasil nem com outro país. 'AMIGO, INIMIGO OU PROBLEMA? Mas o interesse da NSA pelos brasileiros não se esgota aí. Um segundo documento revelado ontem à noite indica que os Estados Unidos ainda têm dúvidas quanto à sua avaliação do Brasil. Em um dos slides do powerpoint intitulado "Identifying challenges for the future" ("Identificando desafios para o futuro"), que também foi repassado a Greenwald por Snowden, a Agência de Segurança Nacional se faz uma pergunta: "Amigos, inimigos ou problemas?' Logo abaixo faz uma lista de países que merecem observação. O Brasil encabeça o ranking composto ainda por Egito, Índia, Irã, México, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Turquia e Lêmen, Classificada pela sigla "FOUO" ("for official use only" ou "exclusivo para uso oficial), a apresentação tem 18 slides e pretende levar a agência a fazer uma reflexão sobre o período que vai de 2014 a 2019. O documento também classificado como confidencial e disponibilizado apenas para os "five eyes' países com quem a NSA diz "trocar informações de forma frequente' No terceiro e último documento repassado por Greenwald ao "Fantástico a maior agência de segurança do mundo revela que mantém uma equipe responsável por monitorar questões comerciais em treze países da Europa e em "parceiros estratégicos" mundo a fora. Na lista da 151 estão Brasil, México, Japão, Bélgica, França, Alemanha, Itália e Espanha. Segundo o documento, são nações que têm em comum o fato de serem importantes para a economia americana e para as "questões de defesa' Essa divisão especializada da NSA também daria ao órgão "informações sobre as atividades militares e de inteligência" desses países.

ESPIONAGEM NA PETROBRAS TEM INTERESSE ECONÔMICO, DIZ DILMA

DILMA DIZ QUE ESPIONAGEM NA PETROBRAS EXPÕE MOTIVAÇÕES ECONÔMICAS DOS EUA

Autor(es): Vera Rosa Tânia Monteiro

O Estado de S. Paulo – 10/09/2013

Para presidente, denúncia de monitoramento da empresa é "tão grave" quanto violação de seus e-mails

A presidente Dilma Rousseff disse que, "se confirmada" a espionagem na rede de computadores da Petrobras pela Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA, os motivos teriam sido "interesses econômicos e estratégicos". Dilma afirmou que o monitoramento da Petrobras "é tão grave quanto" a violação de suas correspondências. Há quatro dias, ela ouviu de Barack Obama que a tentativa de monitorar as comunicações brasileiras "só traz custo". Desde que foram divulgados documentos apontando que a NSA havia espionado e-mails de Dilma e de assessores, o governo suspeitava que os alvos eram as reservas do pré-sal. O ministro Luiz Alberto Figueiredo (Relações Exteriores) e a conselheira de Segurança Nacional da Casa Branca, Susan Rice, terão reunião esta semana para tratar do tema.

A presidente Dilma Rousseff classificou a suspeita de espionagem na rede de computadores da Petrobras como uma prática movida por "interesses econômicos e estratégicos". A violação teria sido feita pela Agência Nacional de Segurança (MSA) dos EUA. Dilma condenou a atitude

em nota divulgada ontem, quatro dias -após ter ouvido do colega americano Barack Obama que a tentativa de monitorar as comunicações brasileiras "só traz custo".

Na nota oficial, a presidente afirmou que a Petrobras não representa ameaça à segurança de qualquer pais, mas, sim, um dos maiores ativos de petróleo do mundo e um patrimônio brasileiro. Desde quando vieram à tona documentos secretos apontando que a NSA havia monitorado e-mails de Dilma e de seus principais assessores, no início do mês, o governo já desconfiava de que os alvos da espionagem eram as reservas do pré-sal.

"Se confirmados os fatos veiculados pela imprensa, fica evidenciado que o motivo das tentativas de violação e de espionagem não é a segurança ou o combate ao terrorismo, mas interesses econômicos e estratégicos", escreveu a presidente na nota. "Tais tentativas de violação e espionagem de dados e informações são incompatíveis com a convivência democrática entre países amigos, sendo manifestamente ilegítimas". A jornalistas, Dilma afirmou que o monitoramento da Petrobras "é tão grave quanto" a violação de suas correspondências. A reportagem que apontou a Petrobras como alvo foi exibida no domingo pelo Fantástico, da TV Globo.

Custo-benefício. Antes de divulgar a nota oficial, Dilma relatou a ministros e parlamentares com quem se reuniu ontem, no Palácio do Planalto, a conversa mantida com Obama, em São Petersburgo (Rússia), na noite de quinta-feira. Os dois se encontraram na cúpula do G-20.

Obama prometeu tomar providências. Ele disse, conforme relatos de auxiliares de Dilma, não haver qualquer benefício que justificasse tal procedimento porque os EUA investem na boa relação com o Brasil.

Foi nesse momento que americano mencionou que a violação das comunicações brasileiros só teria custos para os EUA. Dilma disse ao colega que abordará o assunto em seu discurso de abertura da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) , em Nova York, no próximo dia 24.

Ao que tudo indica, a presidente ainda não tinha detalhes sobre a suspeita de espionagem na rede da Petrobras quando conversou com Obama. Mesmo assim, já estava certa de que havia interesses econômicos por trás do monitoramento. O governo brasileiro decidiu enviar missões a países da Europa para verificar como eles se protegem da bisbilhotagem.

Na conversa com Obama, Dilma disse que o rastreamento das comunicações no Brasil não se enquadraria em nenhum princípio de segurança. Afirmou que o combate ao terrorismo não pode violar a soberania nacional. O americano concordou. "Para um país parceiro, vocês colocam a relação bilateral numa situação muito difícil", argumentou a presidente.

Por escrito. O mesmo tom foi adotado ontem na nota oficial "Inicialmente, as denúncias disseram respeito ao governo, às embaixadas e aos cidadãos – inclusive a essa Presidência. Agora, o alvo das tentativas, segundo as denúncias, é a Petrobras, maior empresa brasileira", diz a nota. "O governo brasileiro está empenhado em obter esclarecimentos do governo norte-americano sobre todas as violações eventualmente praticadas, bem como em exigir medidas concretas que afastem em definitivo a possibilidade de espionagem ofensiva aos direitos humanos, à nossa soberania e aos nossos interesses econômicos", completa a nota de Dilma.

Dilma cancela envio de equipe de assessores a Washington

Dilma cancela envio de equipe aos EUA

Autor(es): Lisandra Paraguassu Tânia Monteiro

O Estado de S. Paulo – 05/09/2013

A presidente Dilma Rousseff mandou cancelar a viagem da equipe precursora – agentes de segurança, diplomatas e cerimonial – para Washington, onde seriam iniciados os preparativos da sua visita aos EUA, em outubro. A suspensão é mais um sinal de que Dilma está revendo o convite de Barack Obama por causa da espionagem sofrida pelo governo brasileiro, apesar de não ter havido nenhuma conversa formal sobre o assunto.

A presidente Dilma Rousseff mandou cancelar o envio da equipe que embarcaria no próximo sábado para Washington para preparar sua visita de Estado em outubro. A suspensão ocorre após Dilma ameaçar, nos bastidores, recusar o convite do presidente Barack Obama por causa das suspeitas de espionagem sofrida pelo governo brasileiro.

A equipe precursora, formada por agentes de segurança, diplomatas e cerimonial da Presidência, faz o primeiro reconhecimento para a visita, analisando questões de logística, hospedagem, transporte, rotas e instalações em geral – e também a agenda prevista e os acordos que podem ser assinados.

Normalmente, a antecedência não é tão grande, mas a viagem era tratada como especial por questões de segurança.

O suspensão da equipe precursora não significa que a viagem está já cancelada – há tempo suficiente para remarcá-la, já que a visita acontece apenas em 23 de outubro -, mas é uma demonstração, para o governo americano, do nível de desagrado no Palácio do Planalto.

A irritação da presidente com a revelação de que ela pode ter tido mensagens eletrônicas monitoradas continua grande, a ponto dela estar, segundo assessores, sem disposição de conversar com Obama em São Petersburgo, onde ambos participam da reunião do G20.

De acordo com um assessor, Dilma informou que, para que a presidente fosse convencida da importância de confirmar a viagem era preciso, por exemplo, que os EUA pedissem desculpas pelas espionagens, se retratassem e assegurassem que não vão mais fazer isso – o que é bastante improvável que aconteça, dado os sinais negativos do governo Obama até agora.

A decisão definitiva sobre o cancelamento deverá aguardar que os americanos apresentem suas novas justificativas dessa vez, exigidas por escrito. Setores do governo ainda defendem a viagem, mas Dilma espera uma resposta bastante diferente da recebida até agora. "Frustrante" e "decepcionante" foram os adjetivos usados pelo governo brasileiro para descrever o resultado da recente missão política do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que ouviu apenas "nãos" e vagas promessas de um grupo de trabalho entre os dois países proposta não aceita pelo Brasil.

DILMA COBRA EXPLICAÇÕES E AMEAÇA ADIAR VISITA AOS EUA

VIAGEM AOS EUA CORRE RISCO

Autor(es): CHIco DE Gois
O Globo – 03/09/2013

Para decidir como agir, Dilma exige de americanos resposta por escrito sobre denúncia de espionagem BRASÍLIA- O governo brasileiro classificou como violação à soberania a espionagem que os Estados Unidos fizeram de telefonemas, e-mails e mensagens de celular da presidente Dilma Rousseff e de seus auxiliares, conforme revelou no domingo o programa "Fantástico da TV Globo A presidente convocou ontem cedo uma reunião de emergência com ministros, e o Itamaraty cobrou do embaixador americano, Thomas Shannon, explicações por escrito de seu governo. Em resposta à espionagem americana, Duma poderá até mesmo suspender o encontro oficial com o presidente Barack Obama marcado para outubro, em Washington, mas isso dependerá das explicações que o governo dos EUA der sobre o caso. Em entrevista o ministro de Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, disseram que o Brasil quer uma resposta do governo americano ainda esta semana e que o país está disposto a levar o assunto a debate em foros internacionais. Apesar da indignação expressada pelo governo brasileiro, por enquanto nenhuma medida concreta foi anunciada. Perguntado sobre a viagem a Washington, Figueiredo disse que não trataria do assunto. Ele afirmou que a reação brasileira dependerá das respostas que serão enviadas pelos Estados Unidos. — o tipo de reação dependerá do tipo de resposta. Por isso queremos uma resposta formal, por escrito, para que seja avaliada e, a partir daí, vamos ver qual será o tipo de reação que adotaremos — disse o chanceler. Dilma não falou publicamente sobre o assunto mas, indignada com a situação, realmente cogita suspender a viagem aos Estados Unidos. Mas os dois ministros ressaltaram várias vezes que é preciso esperar a manifestação dos EUA antes de adotar alguma ação. — Do nosso ponto de vista, isso (a espionagem) representa uma violação inadmissível e inaceitável da soberania brasileira. Esse tipo de prática é incompatível com a confiança necessária para a parceria estratégica entre os dois países. O governo brasileiro quer prontas explicações formais, por escrito, sobre fatos revelados na reportagem — disse Figueiredo. De acordo com o chanceler, a conversa com Shannon foi franca e direta. Ele disse ter deixado claro que o governo brasileiro considera inadmissível e inaceitável o que vê como uma violação à soberania nacional. — Na conversa, ele (Shannon) entendeu o que foi dito, porque foi dito em termos muito claros. Muitas vezes, pensa-se que diplomacia é explicar as coisas de formas sinuosas. Não é. Quando as coisas têm de ser ditas de forma muita claras, são ditas. Ele tomou nota de tudo o que eu disse. Hoje (ontem) é feriado nos Estados Unidos, mas ele se comprometeu a entrar em contato com a Casa Branca ainda hoje (ontem) para narrar nossa conversa, para que eles nos enviem por escrito as informações formais que o caso requer — disse Figueiredo. — Quero que o governo americano dê as explicações. Não necessariamente o embaixador. Ele transmitiu o que o Brasil quer dos Estados Unidos. Cardozo disse que, se as informações veiculadas anteontem pelo "Fantástico" forem verdadeiras, o Brasil vai levar a questão a foros internacionais. — Se confirmados os fatos, isso revelaria uma situação inaceitável e inadmissível à nossa soberania. Quando a interceptação de dados se dá não para investigar ilícitos, mas numa dimensão política e empresarial, a situação fica, sem sombra de dúvida, muito mais séria. Eles nos disseram, textualmente, que não faziam interceptações para finalidades políticas e econômicas para empresas americanas. Não tivemos nenhuma resposta conclusiva. Vamos aguardar as explicações. Participaram da reunião com Dilma alem de Cardozo e Figueiredo, os ministros da Defesa, Celso Amorin, e das Comunicações, Paulo

Bernardo. O ministro da Justiça lembrou que esteve nos Estados Unidos na semana passada e se reuniu com o vice-presidente, Joe Biden. Na ocasião, Cardozo apresentou uma proposta de compartilhamento de dados com os americanos para questões envolvendo suspeitas de ilícitos, mas Biden disse que não faria um acordo dessa natureza nem com o Brasil nem com qualquer outro país. Na conversa, segundo Cardozo, o vice-presidente americano negou que seu governo interceptasse telefonemas ou de mensagens de cidadãos brasileiros. TRÊS PROGRAMAS DE RASTREAMENTO Em julho, O GLOBO informou que a Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA, sigla em inglês) espionou cidadãos brasileiros na última década. Segundo documentos coletados pelo ex-técnico da agência Edward Snowden, telefonemas e e-mails foram rastreados por meio de, pelo menos, três programas. O Brasil aparece com destaque em mapas da NSA, como alvo importante no tráfego de telefonia e dados, ao lado de países como China, Rússia, Irã e Paquistão. O secretário de Estado, John Kerry, quando esteve no país no mês passado, em visita oficial, negou que os EUA tenham acessado o conteúdo de dados de comunicações brasileira De acordo com Kerry, seu país atua em ações preventivas para evitar ataques terroristas. Ele disse que seu governo age como os dos demais países, recolhendo informações. Figueiredo disse que o Brasil discutirá o tema com outras nações. Apesar de, segundo o "Fantástico' o México também ter sido alvo da espionagem, o chanceler brasileiro não conversou ainda com seu colega mexicano. — Vamos conversar com parceiros tanto de países desenvolvidos quanto dos Brics (que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul) para avaliar como eles se protegem desse tipo de situação e quais ações conjuntas podem ser tomadas para lidar com um tema grave como este. (Colaborou Catarina Alencastro).

CRISE NO ITAMARATY – APOIO DE DIPLOMATA A FUGA DE BOLIVIANO DERRUBA PATRIOTA

FUGA DERRUBA PATRIOTA

O Globo – 27/08/2013

Chanceler troca de cargo com o embaixador na ONU, Luiz Alberto Figueiredo, após crise aberta por operação que trouxe senador boliviano para o Brasil BRASÍLIA A operação que trouxe para o Brasil o senador boliviano Roger Pinto Molina, sem que o governo da Bolívia concedesse um salvo-conduto, custou o cargo do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota. A demissão do chanceler foi anunciada ontem à noite pelo Palácio do Planalto. No lugar dele, assumirá o atual embaixador brasileiro na ONU, Luiz Alberto Figueiredo. Oficialmente, Patriota pediu demissão num encontro com a presidente Dilma Rousseff ontem à noite. Mas foi a presidente quem pediu para o diplomata deixar o posto depois de ficar irritada com o caso Roger Molina. "A presidente Dilma Rousseff aceitou o pedido de demissão do ministro Antonio de Aguiar Patriota, e indicou o representante do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, para ser o novo ministro das Relações Exteriores. A presidente agradeceu a dedicação e o empenho do ministro Patriota nos mais de dois anos que permaneceu no cargo e anunciou a sua indicação para a Missão do Brasil na ONU", diz a nota divulgada pelo Palácio do Planalto. A operação foi vista pelo Palácio do Planalto como um verdadeiro desastre, contaram pessoas próximas a Dilma. Patriota já vinha enfrentando uma série de desgastes com a presidente, e o episódio envolvendo o encarregado de negócios da Embaixada do Brasil na Bolívia, Eduardo Saboia, foi considerado uma quebra de hierarquia, de confiança e, principalmente, do princípio internacional do asilo. Um auxiliar da presidente disse que isso era inaceitável e não havia como o comandante – no caso Patriota – deixar de

responder pela operação. – O Patriota é um excelente diplomata, mas não foi um bom ministro – comentou um subordinado da presidente. Irritação no planalto Dilma só foi informada de que o senador boliviano, de oposição ao presidente Evo Morales, havia fugido para o Brasil com o auxílio de um diplomata brasileiro quando ele já havia cruzado a fronteira. Ao saber que a alegação para a retirada do político era que sua saúde corria graves riscos, a presidente pediu para verificar que cuidados médicos haviam sido providenciados quando ele chegou no Brasil. A resposta foi a de que ele não fora levado a nenhum hospital ou médico. A irritação no Palácio ficou ainda maior com Pinto Molina dando entrevistas sem aparentar qualquer fragilidade de saúde. A operação de retirada do senador boliviano, condenado por corrupção em seu país, também foi considerada altamente temerária e arriscada. Como não aconteceu nada mais grave no trajeto, afirmou um assessor da presidente, ficou parecendo que a fuga foi muito bem calculada. Mas o risco foi imenso. – Imagina o que aconteceria se o comboio fosse atacado no meio da estrada e o senador fugisse ou fosse sequestrado – acrescentou o assessor. Outro ponto que deixou o Palácio do Planalto desconfiado foi o fato de a operação ter sido realizada num período em que o posto de embaixador do Brasil na Bolívia está desocupado. O ex-embaixador Marcel Biato está indo para Estocolmo, na Suécia, e seu substituto, Raymundo Santos Rocha Magno, ainda aguarda formalidades burocráticas da Bolívia para assumir o posto. A ordem da Presidência é para que todo o caso seja investigado. Um processo administrativo disciplinar (PAD) será aberto para apurar as responsabilidades. Sobre a situação de Patriota, auxiliares de Dilma afirmam que a atuação do agora ex-chanceler deixou a presidente insatisfeita em algumas ocasiões. Mais recentemente, no episódio envolvendo a detenção por policiais britânicos do brasileiro David Miranda – companheiro do jornalista americano Glenn Greenwald, autor de reportagens que divulgaram documentos secretos americanos – por quase nove horas no aeroporto de Heathrow, em Londres, a expectativa do Palácio era de que o Ministério das Relações Exteriores reagisse de forma mais contundente. O tom utilizado foi considerado diplomático, mas exageradamente ameno. O governo esperava uma posição mais afirmativa para o Brasil por parte do Itamaraty. O caso envolvendo a Bolívia neste fim de semana trouxe novos constrangimentos internos, comprometendo a escala de comando do ministério e sua subordinação à Presidência, assim como a comunicação entre o Itamaraty e o Palácio do Planalto; e externos, com a imagem do país afetada por cobranças públicas do governo boliviano de descumprimento de acordos internacionais. Comissão ouve Pinto Molina. Roger Pinto Molina está abrigado na casa do advogado Fernando Tibúrcio em Brasília. Ontem, ele apareceu por três vezes na porta da residência e posou para fotógrafos. O boliviano recusou-se a responder perguntas sobre seus planos; limitou-se a dizer "amo o Brasil" ao ser abordado por jornalistas. Segundo Tibúrcio, não há risco de o senador ser deportado ou extraditado: – Só (será extraditado) se acontecer uma coisa heterodoxa, que acho que não tem o menor sentido – disse. – Ele é um asilado político. Foi concedido asilo a ele. A mesma situação que tem o (ex-técnico da CIA Edward) Snowden na Rússia e o (fundador do WikiLeaks, Julian) Assange no Equador, é a mesma dele. Pinto Molina pediu refúgio político no Brasil ao chegar em Corumbá (MS), no domingo. Ele já tinha status de asilado político desde junho do ano passado, mas decidiu melhorar as condições de permanência no país. O refugiado político tem direto a trabalhar e a recorrer à rede pública de saúde. O asilo é concedido pela presidente da República ou pelo Itamaraty, e depende de aprovação do Comitê Nacional para os Refugiados, vinculado ao Ministério da Justiça. A Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado vai ouvir o senador boliviano hoje. A ideia é convidar todas as partes envolvidas no caso, incluindo representantes do governo da Bolívia. Integrantes do colegiado defenderam o ato do diplomata Eduardo Saboia, que tomou a decisão de retirar o político da embaixada brasileira. Apenas a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)criticou a ação, alegando que houve quebra de hierarquia e que

Molina seria condenado se fosse "de esquerda". Os senadores que defenderam a atitude de Saboia, que são maioria, alegam que ele tomou a decisão que o governo brasileiro deveria ter tomado há tempos, já que Roger Molina estava há 455 dias em situação precária na embaixada. Para esses parlamentares, o diplomata agiu com base em preceitos humanitários e, por isso, não deve ser retaliado pelo Itamaraty, que anunciou abertura de inquérito para apurar as circunstâncias da operação. Em nota, eles afirmaram que tomarão medidas administrativas e disciplinares em relação ao caso. – A presidente da República devia saber da situação penosa em que vivia o senador boliviano, porque também já foi perseguida, presa e até torturada. Não podemos aceitar esses desatinos que vêm ocorrendo na América Latina – afirmou o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), vice-presidente da CRE. A senadora Ana Amélia (PP-RS), também integrante da comissão, a atitude do diplomata se justificou por se tratar de "circunstâncias da extrema gravidade do risco de vida do senador boliviano". Ela defendeu também o apoio dado pelo presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES). – Entre manchar com sangue de um senador nas circunstâncias que estavam se apresentando e uma atitude humanitária, que foi decisão do diplomata, a atitude sensata tomada por ele, o presidente da CRE tomou a decisão correta – disse a senadora. O líder do PSDB no Senado, Aloysio Nunes (SP), sustenta que Eduardo Saboia agiu de acordo com a Constituição, em defesa da dignidade da pessoa humana. O senador afirmou que a CRE acompanhará de perto os desdobramentos do inquérito no Itamaraty para evitar que o diplomata sofre retaliações. – Este diplomata brasileiro agiu de acordo com a consciência universal, não com regulamentos. Uma pessoa perseguida por suas ideias, atuação política, merece asilo – declarou o senador.

Massacre e estado de emergência: O fim da Primavera no Egito

Como na era Mubarak

O Globo – 15/08/2013

Governo indicado por militares massacra quase 300 partidários de presidente islamista deposto, traz de volta estado de emergência e retoma, na prática, lei marcial vigente na ditadura

Desespero. No acampamento pró-Mursi montado na mesquita de Rabaa al-Adawiya , no Cairo, uma mulher tenta impedir o avanço de um trator e proteger um ferido: além de bombas de gás, munição viva causou mortos e feridos.

Força. Com apoio do Exército, tropas da polícia de choque se preparam para invadir mesquita em Rabaa Adawiya.

CAIRO

Ao fim de um dia de horror que terminou com pelo menos 278 mortos, dois mil feridos, baixas no governo, um decreto de estado de emergência pelo período de um mês e a imposição de um toque de recolher nas ruas, foi uma declaração do ministro do Interior, Mohamed Ibrahim, o alvo da maior preocupação dos egípcios. O primeiro-ministro interino, Hazem el-Beblawy, defendeu a sangrenta ofensiva contra dois acampamentos de civis islamistas que defendiam a restituição do presidente deposto Mohamed Mursi ao poder. Mas Ibrahim fez a única promessa que arrepia igualmente a laicos e religiosos no Egito: a volta da estabilidade da ditadura de Hosni Mubarak.

- Eu prometo que assim que as condições se estabilizarem, que as ruas se estabilizarem, assim que possível, a segurança vai ser restaurada nesta nação como era antes de 25 de janeiro de 2011 – afirmou o ministro do Interior, referindo-se à data que deflagrou a revolução contra a virulenta ditadura do homem que governou o Egito por 29 anos.

A declaração foi vista como sinal da confiança renovada num aparato de segurança cuja brutalidade foi um dos maiores combustíveis da Primavera Árabe no Egito. E, depois de seis semanas de impasse político no país, o ataque de ontem contra os acampamentos da Praça Nahda e da mesquita Rabaa al-Adawiya – com blindados, tanques, disparos de rifles automáticos e gás lacrimogêneo – parece ter enterrado de vez qualquer esperança de um acordo político de reconciliação nacional, capaz de incorporar os islamistas partidários de Mursi ao novo governo interino apontado pelas Forças Armadas.

Ao contrário. Trata-se do mais claro indício de que o velho Estado policial do Egito está ressurgindo com força e desafiando manifestantes e políticos liberais no Gabinete – como o Nobel da Paz e vice-presidente Mohammed ElBaradei, que renunciou ontem em repúdio à violência. Além de provocar uma grave crise de segurança e confiança, o ataque despertou condenações internacionais e pôs o Egito mais próximo de uma guerra civil alimentada por islamistas furiosos com o sequestro do poder que conquistaram nas urnas. Levou de volta à quase estaca zero a revolução que se desenrolava desde 2011. E boa parte da culpa, alegam alguns analistas, é da liderança laica do país.

- Esta é a consequência de apoiar um golpe militar. Eles foram ingênuos. Eles têm sido ativos na adoração ao Exército, então por que mudar de ideia e se mostrar surpresos quando o general Abdel Fattah al-Sissi (o chefe das Forças Armadas) conduz a situação a seu curso militar natural? – Questionou o analista político Shadi Hamid, do Centro Doha da Brookings Institution. – Agora não se pode mais falar de transição. O Egito assiste a uma nova era da revolução.

OCIDENTE PRESSIONOU PARA EVITAR OFENSIVA

A confusão nas ruas e o ultraje público e internacional diante do banho de sangue promovido ontem ainda não permitem avaliar com clareza o tamanho do retrocesso político no país. Por ora, dois fatores remetem, de fato, à odiada era Mubarak: o estabelecimento de um toque de recolher, previsto para vigorar até a manhã de hoje em 11 das 27 províncias do Egito e a volta do estado de emergência, que, na prática, equivale à retomada da odiada lei marcial da ditadura. Para milhares, o estado de exceção é uma das lembranças mais contestadas da era Mubarak por permitir prisões sem mandado, autorizar a interceptação de comunicações e proibir manifestações públicas. Os militares, porém, garantem que a medida é temporária, tendo previsão de duração de um mês.

- Nós achamos que as coisas chegaram a um ponto em que nenhum Estado com respeito próprio pode aceitar. Fomos forçados a intervir. Instruímos o Ministério do Interior a tomar todas as medidas para restabelecer a ordem, mas dentro da lei. As Forças Armadas observaram os mais altos graus de contenção – disse o premier Hazem el-Beblawy. – Se Deus quiser, vamos continuar. Vamos construir nosso Estado, civil e democrático.

Uma ofensiva contra os acampamentos vinha rachando o Gabinete formado pelos militares. Segundo fontes diplomáticas, logo após o fim do Ramadã, na semana passada, tanto Estados Unidos quanto União Europeia (UE) enviaram mensagens ao general Sissi e a ElBaradei insistindo na necessidade de uma solução negociada para a crise política no país.

- Tínhamos um plano político sobre a mesa que tinha sido aceito pela Irmandade Muçulmana. Eles podiam ter estudado esta opção, por isso, tudo o que aconteceu ontem foi desnecessário – lamentou o enviado da UE ao Egito, Bernardino Leon.

MILITARES FORAM ELEITOS GOVERNADORES

Os planos do general Sissi também são uma incógnita, embora ele já tenha dito não ter interesse num cargo político. Apesar de ter nomeado um presidente, um primeiro-ministro, um vice-presidente e todo um Gabinete, é ele a cara do governo. É ele o homem xingado nas ruas.

- Ele não só agiu (no golpe) ao ouvir as manifestações nas ruas contra Mursi como conseguiu recrutar o apoio de várias figuras públicas e políticos em manobras muito espertas – notou o professor de Ciência Política Mustapha Kamel Al-Sayyid, da Universidade do Cairo.

A Irmandade Muçulmana promete manter a luta contra o atual governo, mas não se sabe como. Tampouco está claro se as imagens da violência brutal das forças de segurança contra os islamistas serão capazes de sensibilizar os setores laicos da oposição, favoráveis ao golpe que destituiu Mursi em 3 de julho passado.

O que observadores apontam são indícios de intolerância e a sombra do velho autoritarismo característico da era Mubarak. Um dia antes da ofensiva contra os dissidentes, o governo interino fizera uma nomeação em massa de 25 governadores de províncias para substituir os titulares – islamistas – indicados por Mursi. Entre os novos governadores há nada menos que 19 generais, sendo 17 do Exército e dois da polícia. Entre os outros seis, civis, destacam-se dois ex-juízes leais a Mubarak e, na província mais importante do país, o Cairo, foi nomeado Galal Mostafa Saed, um velho amigo pessoal do ditador deposto e figura proeminente do antigo Partido Democrático Nacional de Mubarak.

Guerra interna entre rebeldes e milicianos da al-Qaeda se espalha para o Leste da Síria

O Globo – 06/01/2014

Ativistas sírios afirmaram nesta segunda-feira que os combates internos entre rebeldes e milícias ligadas à al-Qaeda se espalharam para uma cidade no Leste do país, após varrer áreas controladas pela oposição no Norte. Ambos os grupos lutam contra o regime do ditador Bashar al-Assad.

De acordo com informações do Observatório Sírio para os Direitos Humanos, os rebeldes entraram em confronto nesta segunda-feira contra milicianos do Estado Islâmico no Iraque e do Levante (Isis, na sigla em inglês), ligado à al-Qaeda, no município de Raqqa, um dos redutos do grupo terrorista.

A luta interna começou nas províncias do Norte de Aleppo e Idlib na sexta-feira e vem se espalhando desde então. O impulso para o Leste sugere que os rebeldes estão se preparando para invadir todas as áreas controladas pelo Isis.

Para conter o avanço do grupo extremista, rebeldes opositores a Assad formaram uma aliança, chamada Exército dos Combatentes para a Jihad.

Nas mais recentes demonstrações de expansão do extremismo islâmico liderado pela al-Qaeda, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante assumiu o controle da cidade de Falluja, no Iraque, e cometeu um atentado que matou cinco pessoas – entre elas uma brasileira – em Beirute, no Líbano, na semana passada.

Snowden diz que pode ajudar País a investigar espionagem

Snowden divulga carta agradecendo a brasileiros

O Estado de S. Paulo – 18/12/2013

O ex-agente americano Edward Snowden divulgou uma "carta aberta ao povo do Brasil", agradecendo pela pressão contra a NSA e se dispondo a ajudar nas investigações sobre o roubo de informações no País. A interpretação de que a mensagem representasse um pedido de asilo desencadeou intenso debate em Brasília. Mas o jornalista Glenn Greenwald disse que Snowden não solicitou nenhum asilo.

O ex-espião americano Ed-ward Snowden divulgou ontem uma "carta aberta ao povo do Brasil", na qual agradece ao País pela pressão internacional contra a Agência de Segurança Nacional (NSA) e se dispõe a ajudar nas investigações sobre o roubo de informações do governo e da Pe-trobras. A interpretação de que a mensagem tivesse um pedido de asilo provocou intenso debate em Brasília.

No entanto, segundo o jornalista Glenn Greenwald, o ex-agente americano não solicitou nenhum tipo de abrigo ao Brasil com a carta. "A informação (do pedido de asilo) é totalmente errada", afirmou ao Estado o repórter que revelou os segredos da NSA, com base nos documentos de Snowden, e mantém estreitos contatos com sua fonte.

Em novembro, o ex-espião enviou uma carta semelhante à Alemanha, na qual também se dispunha a colaborar com investigações sobre as ações da NSA. A carta ao Brasil foi antecipada pelo j ornai Folha de S. Paulo, indicando que Snowden pedia um abrigo ao governo.

Greenwaldt também negou que o fugitivo americano tenha proposto algum tipo de "troca" de informações sobre a NSA pelo asilo. Snowden chegou a enviar, em junho, uma carta a 21 países, incluindo o Brasil, na qual pedia proteção política. O País manteve-se em silêncio. O chanceler brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, se reuniria ontem à noite com a presidente Dilma Rousseff para definir a posição brasileira.

"Expressei minha disposição de ajudar como puder (a investigação brasileira sobre a NSA), mas infelizmente o governo dos EUA tem trabalhado duro para que eu não possa fazer isso", escreveu Snowden, dizendo que a situação não mudará até que "algum país" lhe garanta asilo político permanente.

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, disse que Snowden prestou um "grande serviço ao mundo", mas evitou se pronunciar sobre a concessão de um asilo. Apresidente da CPI que investiga a espionagem americana no Brasil, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que solicitará ao ministro da Justiça, José Eduardo Gardozo, que conceda o abrigo a Snowden, enquanto congressistas da oposição disseram temer que a decisão prejudique as relações do Brasil com os EUA.

Segundo Greenwald, o ex-espião americano quis dar uma resposta aos pedidos de autoridades brasileiras para que ele colabore com as investigações sobre a ação da NSA. Snowden também quis agradecer a pressão do governo Dilma Rousseff na ONU contra a espionagem.

"Nos últimos dois ou três meses, senadores e autoridades do Brasil tentaram falar com Snowden, pedindo ajuda na investigação sobre espionagem. Ele quis escrever uma carta explicando para os brasileiros que ele gostaria de ajudar e participar nessa investigação, mas, infelizmente, sua situação não permite", disse Greenwald.

Pedido de asilo de Snowden deixaria Brasil desconfortável

O Globo – 18/12/2013

Para assessores de Dilma, seria difícil justificar rejeição a delator de espionagem

O Ministério das Relações Exteriores sustenta que, até agora, o ex-técnico da CIA Edward Snowden não pediu formalmente asilo ao governo brasileiro. Em julho, quando ele esteve numa espécie de limbo migratório por mais de um mês no aeroporto de Moscou, o Itamaraty afirma ter recebido apenas um pedido feito pela Anistia Internacional a 21 nações, entre elas o Brasil. Mas auxiliares da presidente Dilma Rousseff admitem que, se Snowden formalizar a solicitação, o governo terá dificuldade em justificar uma negativa. Isso porque a presidente tem se pronunciado fortemente, dentro e fora do país, contra a espionagem — o que poderia favorecer um eventual pedido do americano. E ninguém se arrisca a opinar qual seria a decisão de Dilma.

O episódio da vigilância em massa do governo americano voltou à tona ontem após a publicação de uma carta de Snowden, no jornal "Folha de S. Paulo" na qual o ex-técnico da CIA afirma que só poderá colaborar com o Brasil ou qualquer outro país quando receber asilo político permanente. Ele vive na Rússia, onde obteve visto temporário.

Em Brasília, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, negou que haja interesse do governo brasileiro em oferecer asilo em troca de ajuda de Snowden, já que o Brasil já tem informações suficientes para considerar a espionagem "intolerável" O ministro também fez uma defesa do americano:

— Acho que ele prestou um grande serviço para o mundo, ao revelar a espionagem.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, defendeu que o governo brasileiro conceda asilo político a Edward Snowden, caso ele peça oficialmente.

Autor de reportagens sobre a vigilância da Agência de Segurança Nacional dos EUA (NSA, na sigla em inglês), o jornalista Glenn Greenwald descartou que Snowden estaria disposto a colaborar nas investigações em troca de asilo no Brasil.

— Snowden é procurado semanalmente pelas autoridades brasileiras, que pedem a cooperação dele nas investigações sobre a espionagem no país, e ele quis apenas explicar por que não pode ajudar na situação em que está. Não está pedindo novo asilo — disse Greenwald ao GLOBO.

Na carta publicada pela "Folha de S. Paulo" Snowden diz já ter expressado sua "disposição dé auxiliar quando isso for apropriado e legal" mas afirma que, infelizmente, "o governo dos EUA

vem trabalhando arduamente" para limitar sua capacidade de fazer isso, chegando ao ponto de obrigar o avião presidencial de Evo Morales a pousar para impedi-lo de viajar à América Latina.

"Até que um país conceda asilo político permanente, o governo dos EUA vai continuar interferindo na minha capacidade de falar" escreveu Snowden no texto.

A carta foi divulgada um dia depois de um juiz americano determinar que a coleta de dados pelos EUA era ilegal. Greenwald, que diz ter conversado com Snowden na segunda-feira, afirmou que ele se mostrou "muito feliz" com a decisão. Ontem, executivos de empresas de tecnologia como Apple, Google, Yahoo! e Microsoft, pediram ao presidente americano, Barack Obama, mais ações para conter a espionagem eletrônica do governo dos EUA.

IMPULSO A PETIÇÃO NA REDE

O texto de Snowden ajudou a alavancar uma campanha no Brasil para que o govemo conceda residência ao americano. Em novembro, o companheiro de Greenwald, o brasileiro David Miranda, publicou no site da ONG Avaaz uma petição para que o Brasil ofereça asilo a Snowden. Nesta semana, ela contava com 2.500 assinaturas. Ontem, saltou para mais de onze mil.

— Vamos apresentar essa petição à (presidente) Dilma. Snowden é um herói, ele nos ajudou a entender como o governo dos EUA espiona o mundo inteiro. Nada mais justo que dar asilo a ele— defendeu Miranda.

O acordo nuclear com o Irã

O Estado de S. Paulo – 16/12/2013

Existem poucos temas que recentemente tenham atraído tanta atenção quanto o acordo nuclear dos países da União Europeia, Estados Unidos e Rússia com o Irã, assinado em Genebra após anos de árduas negociações.

A importância desse acordo é clara:

- Por um lado, ele evita – ou pelo menos adia – uma intervenção militar dós Estados Unidos para impedir que o Irã desenvolva armas nucleares e abre caminho para a normalização das relações entre os dois países, que foi rompida há mais de 30 anos.
- Por outro, dá ao presidente Barack Obama a oportunidade de recuperar o seu prestígio interno, seriamente abalado pela oposição republicana que domina a Câmara dos Deputados, a qual tem bloqueado sistematicamente a ação do Poder Executivo nos Estados Unidos.

Mais do que isso, porém, o acordo com o Irã vai fixar os procedimentos que serão usados daqui para a frente pelas grandes potências a fim de evitar a proliferação nuclear no restante do mundo, além dos países que já possuem armas desse tipo – Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra, China, índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel.

Os resultados imediatos do acordo são os seguintes: o Irã vai "congelar" por seis meses seu programa de enriquecimento de urânio, que o levaria bem próximo da capacidade de produzir armas nucleares, em troca de um abrandamento das sanções econômicas vigentes.

Especificamente, será abandonado o "enriquecimento" de urânio ao nível de 20% – considerado "perigoso", porque levaria facilmente a armas nucleares. Será mantido o enriquecimento ao nível de 5%, que produz urânio para uso em reatores nucleares, como as instalações brasileiras em Resende (RJ).

Com isso o Irã – que sempre defendeu seu direito "inalienável" de enriquecer urânio como símbolo de soberania e independência nacional – salvou a sua face, mantendo a súa capacidade de "enriquecer". Em compensação, ficou demonstrado que sanções econômicas funcionam para impedir a proliferação nuclear.

O significado maior do acordo é que o programa nuclear do Irã passa a ser monitorado pelas grandes potências, por intermédio da Agência Internacional de Energia Atômica, o que não ocorreu até agora de maneira efetiva. As inspeções que a Agência Internacional de Energia Atômica fazia eram muito limitadas e os iranianos têm sido acusados de comportamento evasivo, tendo mesmo instalado um grande complexo de enriquecimento, além dos reconhecidos oficialmente.

Em outras palavras, o programa nuclear iraniano passou a ser muito parecido com o do Brasil, que também domina a tecnologia de enriquecimento de urânio, mas não é objeto de suspeitas internacionais nem de sanções econômicas.

A razão pela qual isso ocorreu é que em 1992 o presidente Fernando Collor de Mello e o presidente Carlos Menem, da Argentina, decidiram que não era de interesse comum dos dois países (Brasil e Argentina) alimentar uma corrida armamentista no Cone Sul da América Latina, estimulada por grupos militares e que incluía o desenvolvimento | de armas nucleares e foguetes de longo alcance para lançá-las.

A decisão foi tomada não só para economizar vultosos recursos, mas também em razão do reconhecimento, pelos dois presidentes-democraticamente eleitos após anos de governos ditatoriais – , de que a prioridade de seus governos era resolver os problemas de subdesenvolvimento dos seus países, e não o envolvimento em programas controvertidos como a produção de armas nucleares.

Essas ideias ressurgiram em 2002, mas o então recém-eleito presidente Lula da Silva, como anteriormente o presidente Collor, teve o bom senso de perceber que não seria a posse de armas nucleares que daria prestígio ao País, e sim a solução dos seus problemas sociais por s ! meio de programas menos onerosos, como o Bolsa Família, que Ruth Cardoso havia inicia- do no governo de Fernando Henrique.

Por motivos que não são fáceis de entender, o governo iraniano, há mais de 20 anos, decidiu não seguir o mesmo caminho e se envolveu em programas que poderiam levar à posse de armas nucleares. O argumento usado pelo Irã era o de que o programa nuclear tinha a finalidade de produzir energia elétrica, o qual não tem muita credibilidade. Do ponto de vista energético, essa justificativa não fazia muito sentido porquê o Irã tem amplos recursos de petróleo e gás natural, e energia nuclear para geração de eletricidade não era indispensável.

A decisão do Irã baseou-se provavelmente na percepção de que a posse de armas nucleares seria uma forma de assegurar sua soberania nacional, ameaçada pela posição hostil dos Estados Unidos. Há muitas outras formas de defender a soberania nacional, mas no Irã enriquecimento de urânio tornou-se uma obsessão.

Aparentemente, o governo iraniano acreditava que essa estratégia uniria o país em tomo de um objetivo comum que lhe permitiria enfrentar melhor eventuais ameaças externas. Ideias desse tipo circularam também no Brasil em 1985, na fase final do governo militar. Certos grupos acreditavam que uma explosão nuclear uniria a população em torno do governo militar e garantiria sua sobrevida. Foi esse tipo de ideia que levou a Argentina à desastrada Guerra das Malvinas e, obviamente, não teve sucesso.

A aplicação de sanções econômicas internacionais demonstrou que o custo da estratégia adotada pelo Irã era alto demais não só em termos econômicos, mas também porque afetou o fornecimento de peças de reposição de inúmeros equipamentos, em particular para a aviação comercial.

O acordo nuclear firmado agora pelo Irã, se implementado, faz sentido e, ao que tudo indica, o bom senso imperou, como ocorreu com o Brasil e a Argentina no passado.

ONU ataca lei da maconha do Uruguai

O Globo – 12/12/2013

Órgãos internacionais criticam regulamentação; embaixadas do país recebem consultas sobre residência

Montevidéu- Não bastasse o debate acalorado no Uruguai, a nova legislação que regulamenta o cultivo, a distribuição e o uso da maconha criou polêmica bem além das fronteiras do país. Um dia depois de aprovada pelo Senado, a lei reverberou em Viena. E lá, o órgão da ONU que vigia o cumprimento dos convênios internacionais sobre drogas advertiu que a iniciativa viola tratados internacionais. A junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) lamentou a proposta uruguaia e alegou que o governo do presidente José Mujica não levou em conta o "impacto negativo" da legalização da cannabis sobre a saúde da sociedade.

A condenação é baseada na Convenção Única de Entorpecentes. O tratado de 1961 foi adotado por 186 países — incluindo o Uruguai — e contempla o uso da maconha apenas para fins médicos ou científicos devido ao potencial de causar dependência e prejuízos ao cérebro.

"Causa surpresa saber que um governo que é um parceiro ativo na cooperação internacional e na manutenção do Estado de direito internacional tenha decidido conscientemente romper as disposições legais universalmente estipuladas. O uso e abuso da cannabis, principalmente entre os jovens, pode afetar gravemente seu desenvolvimento"," criticou, em nota, o presidente da Jife, Raymond Yans.

As críticas ecoaram em outro órgão internacional preocupado com o impacto sobre o narcotráfico — o Escritório da ONU para Crimes e Drogas (Undoc).

— É infeliz que numa era em que o mundo está envolvido numa discussão permanente sobre o problema das drogas, o Uruguai tenha agido antes da Assembléia Geral da ONU planejada para 2016 — queixou-se o porta-voz do Undoc, David Dadge.

Mas a ousadia do projeto despertou interesse também em outros lugares. Após a aprovação da

lei, embaixadas uruguaias estão recebendo uma enxurrada de consultas de interessados em obter residência por lá: apesar de permitir o plantio da erva para consumo pessoal e a compra

de até 40 gramas por mês em farmácias autorizadas pelo Estado, a nova legislação se aplica somente a residentes.

— Os embaixadores receberam consultas sobre como obter residência no Uruguai, que direitos essa residência confere diante da nova lei, as condições para o turismo... — afirmou o chanceler Luis Almagro, ao jornal local "El País".

A legislação deverá ser sancionada nos próximos dez dias pelo presidente José Mujica. Somente a partir daí, as novas regras poderão ser adotadas após um prazo de 120 dias, necessário para que o governo conclua as regras do mercado de maconha no país, da plantação ao cigarro, passando pelo preço e pelo registro de todos os envolvidos no processo — incluindo os consumidores. A Junta Nacional de Drogas do Uruguai prevê a comercialização de quatro ou cinco tipos de cannabis ao preço de US$ 1 o grama.

A expectativa pela implementação da lei é grande. Principalmente do artigo que permite o acesso à maconha através de clubes de cultura — associações com entre 15 e 45 membros, e até 99 pés de maconha. Para a Associação dos Estudos de Cannabis do Uruguai (Aecu), uma ONG com 600 integrantes, as limitações desses clubes podem inviabilizá-los. Dois deles já existem, antes mesmo de aprovada a nova lei.

— As experiências que fizemos até agora têm muitos problemas financeiros. Vai ser muito difícil ter clubes de cultivo com apenas 45 sócios, porque há muitos custos com as plantas — disse o porta-voz da Aecu, Juan Andrés Vaz.

Caminhos fechados no Mercosul

O Globo – 06/12/2013

Livre circulação de mercadorias entre os países-membros era o principal objetivo do Mercosul quando Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinaram o Tratado de Assunção, em 1991. No entanto, o cenário atual enfrentado pelos países do bloco é composto por entraves econômicos, políticos e cambiais. Tal situação diminui a atividade setorial, refletindo especificamente em logística e transporte internacional.

Pela ideia inicial, o livre comércio deveria simplificar o transporte, gerando oportunidades, ampliando o campo de trabalho e dando mais perspectivas desenvolvimento para as empresas. Mas os controles nos diferentes setores das economias dos membros com a finalidade de protegê-las do próprio bloco é uma situação que contradiz a origem desta criação.

Antes da vigência total haveria um período de ajuste buscando uma redução gradual de tarifas alfandegárias, permitindo uma adaptação competitiva. Esta etapa deveria ter-se encerrado em 1995, mas foi prorrogada, já que começou a surgir na Argentina pressão contra a entrada em massa de produtos brasileiros. E esse protecionismo perdura até hoje — de maneira mais agressiva, inclusive — causando impacto direto nos volumes comercializados e, claro, não é um bom negócio para o setor de logística.

Outro importante desafio a ser superado está nos controles alfandegários, hoje um dos maiores — se não o maior — empecilhos à produtividade das transportadoras atuantes na região. A demora nas autorizações de importação II (Licença de Importação) e Dajai (Declaração Jurada Antecipada de Importação) têm afetado diretamente o custo.

O tempo de operação do transporte, que era de sete dias, leva agora 14. Ou seja, a unidade que fazia duas viagens completas no mês agora faz uma. E nesse mercado a eficiência é um diferencial e o timing um fator de impacto imediato.

Outro obstáculo é enfrentado quando as cargas chegam aos portos, em situação precária devido à falta de investimento, em toda a região. É importante ressaltar que, para que um acordo de livre comércio funcione, além das questões econômicas, políticas e cambiais, é preciso haver infraestrutura.

A saída para que o Mercosul cumpra seu papel é superar as diferenças comerciais e também políticas, visto que os próprios governos geram travas gradativamente. Sua concepção original é servir de solução para potencializar a região, fortalecer o comércio entre os países-membros e defender nosso produto para ascender a outros mercados.

O Mercosul, em seu atual modelo, é útil para o país, mas não nos basta. É necessário estarmos atentos à reorganização das forças produtivas que está acontecendo pelo mundo. Sem novos acordos comerciais, o Brasil corre o risco de ficar de fora das cadeias internacionais. Agora, além de resolver os problemas que já existem, está mais que na hora de pensar na integração da indústria nacional às cadeias produtivas globais.

Entenda a crise na Ucrânia

Presidente foi destituído após dezenas de mortes em protestos.
Movimento levou à tomada da Crimeia pela Rússia e mais separatismos.

08/04/2014

A Ucrânia vive uma grave crise social e política desde novembro de 2013, quando o governo do então presidente Viktor Yanukovich desistiu de assinar, um acordo de livre-comércio e associação política com a União Europeia (UE), alegando que decidiu buscar relações comerciais mais próximas com a Rússia, seu principal aliado.

A oposição e parte da população não aceitaram a decisão, e foram às ruas, realizando protestos violentos que deixaram mortos e culminaram, em 22 de fevereiro de 2014, na destituição do contestado presidente pelo Parlamento e no agendamento de eleições antecipadas para 25 de maio.

Houve a criação de um novo governo pró-União Europeia e anti-Rússia, acirrou as tensões separatistas na península da Crimeia, de maioria russa, levando a uma escalada militar com ação de Moscou na região. A Crimeia realizou um referendo que aprovou sua adesão à Rússia, e o governo de Vladmir Putin procedeu com a incorporação do território, mesmo com a reprovação do Ocidente.

Após a adesão da Crimeia ao governo de Moscou, outras regiões do leste da Ucrânia, de maioria russa, também começaram a sofrer com tensões separatistas. Militantes pró-Rússia tomaram prédios públicos na cidade de Donetsk e a proclamaram como "república soberana", marcando um referendo sobre a soberania nacional para 11 de maio. A medida não foi reconhecida por Kiev nem pelo Ocidente. Outras cidades também tiveram atuação de milícias russas, como Lugansk e Kharkiv.

O conflito reflete uma divisão interna do país, que se tornou independente de Moscou com o colapso da União Soviética, em 1991. No leste e no sul do país, o russo ainda é o idioma mais usado diariamente, e também há maior dependência econômica da Rússia. No norte e no oeste, o idioma mais falado é o ucraniano, e essas regiões servem como base para a oposição – e é onde se concentraram os principais protestos, inclusive na capital, Kiev.

Disputa e início da crise

Dias depois de anunciar a desistência do acordo com a UE, o governo ucraniano admitiu que tomou a decisão sob pressão de Moscou. A interferência dos russos, que teriam ameaçado cortar o fornecimento de gás e tomar medidas protecionistas contra acesso dos produtos ucranianos ao seu mercado, foi criticada pelo bloco europeu.

Milhares de ucranianos favoráveis à adesão à UE tomaram as ruas de Kiev para exigir que o presidente voltasse atrás na decisão e retomasse negociações com o bloco. Houve confrontos.

O presidente Yanukovich se recusou e disse que a decisão foi difícil, mas inevitável, visto que as regras europeias eram muito duras para a frágil economia ucraniana. Ele prometeu, porém, criar "uma sociedade de padrões europeus" e afirmou que políticas nesse caminho "têm sido e continuarão a ser consistentes".

A partir daí, os protestos se intensificaram e ficaram mais violentos. Os grupos oposicionistas passaram a exigir a renúncia do presidente e do primeiro-ministro. Também decidiram criar um quartel-general da resistência nacional e organizar uma greve em todo o país. O primeiro-ministro Mykola Azarov renunciou em 28 de janeiro, mas isso não foi o suficiente para encerrar a crise.

Em 21 de janeiro, após uma escalada ainda mais forte da violência, um acordo entre assinado entre Yanukovich e os líderes da oposição determinou a realização de eleições presidenciais antecipadas no país e a volta à Constituição de 2004, que reduz os poderes presidenciais. O acordo também previa a formação de um "governo de unidade", em uma tentativa de solucionar a violenta crise política.

Queda do governo

No dia seguinte à assinatura do acordo, o presidente deixou Kiev e foi para paradeiro desconhecido. Com sua ausência da capital, sua casa, escritório e outros prédios do governo foram tomados pela oposição.

De seu paradeiro desconhecido, Yanukovich disse ter sido vítima de um "golpe de Estado".

Após a mudança na câmara, os deputados votaram pela destituição de Yanukovich por abandono de seu cargo e marcaram eleições antecipadas para 25 de maio. O presidente recém-eleito do Parlamento, o opositor Oleksander Turchynov, assumiu o governo temporariamente, afirmando que o país estava pronto para conversar com a liderança da Rússia para melhorar as relações bilaterais, mas que a integração europeia era prioridade.

Yanukovich teve sua prisão decretada pela morte de civis. Após dias desaparecido, ele apareceu na Rússia, acusou os mediadores ocidentais de traição, disse não reconhecer a legitimidade do novo governo interino e prometeu continuar lutando pelo país.

As autoridades ucranianas pediram sua extradição. Ao mesmo tempo, a União Europeia congelou seus ativos e de outros 17 aliados por desvio de fundos públicos.

Alguns dias depois, a imprensa local informou que ele foi internado em estado grave, possivelmente por um infarto. Em 11 de março, entretanto, ele apareceu publicamente, reafirmou que ainda é o presidente legítimo e líder oficial do país, e afirmou ter certeza que as Forças Armadas locais irão se recusar a obedecer “ordens criminosas”.

Em 27 de fevereiro, o Parlamento aprovou um governo de coalizão que vai governar até as eleições de maio, com o pró-europeu Arseny Yatseniuk como premiê interino.

Líderes da oposição

Um dos principais nomes da oposição é Vitali Klitschko, campeão de boxe que se transformou no líder de um movimento chamado Udar (soco). Ele planeja concorrer à presidência da Ucrânia, com o lema "um país moderno com padrões europeus". Após a deposição de Yanukovich, Klitschko assumiu sua candidatura para as eleições de maio de 2014.

Arseniy Yatsenyuk, líder do segundo maior partido ucraniano, chamado Batkivshchyna (Pátria), apontado premiê interino, também é um grande opositor. Ele é aliado de Yulia Tymoshenko, ex-primeira-ministra-presa acusada de abuso de poder e principal rival política do presidente Yanukovich.

Tymoshenko estava presa desde 2011, e acabou solta no mesmo dia da deposição do presidente. Em discurso aos manifestantes, ela pediu que os protestos continuassem e disse que será candidata nas eleições de 25 de maio.

A libertação de Tymoshenko era pré-condição para a assinatura do acordo da União Europeia com a Ucrânia. Principal adversária do atual presidente na eleição de 2010, foi presa em 2011, condenada a sete anos por abuso de poder em um acordo sobre gás com a Rússia, em 2009.

Também compõem a oposição grupos ultranacionalistas, como o Svoboda (liberdade), liderado por Oleh Tyahnybok, o Bratstvo (Irmandade) e o Setor Direito – este último liderado, Dmitri Yarosh, que também informou que será candidato nas eleições.

Interesse russo

Para analistas, a decisão do governo de suspender a negociações pela entrada na UE se deve diretamente à forte pressão da Rússia. A Rússia adotou medidas como inspeções demoradas nas fronteiras e o banimento de doces ucranianos, além de ter ameaçado com várias outras medidas de impacto econômico.

A Ucrânia está em uma longa disputa com Moscou sobre o custo do gás russo. Em meio à crise, a companhia russa Gazprom decidiu acabar a partir de abril com a redução do preço do gás vendido à Ucrânia, o que prejudicará a economia do país. A empresa também ameaçou cortar o fornecimento de gás.

Além disso, no leste do país – onde ainda se fala russo – muitas empresas dependem das vendas para a Rússia. Yanukovich ainda tem uma grande base de apoio no leste da Ucrânia, onde ocorreram manifestações promovidas por seus aliados.

Após a deposição do presidente, a Rússia disse ter "graves dúvidas" sobre a legitimidade do novo governo na Ucrânia, e afirmou que o acordo de paz apoiado pelo Ocidente no país foi usado como fachada para um golpe.

Crimeia

A destituição de Yanukovich aumentou a tensão na Crimeia, uma região autônoma, onde as manifestações pró-Rússia se intensificaram, com a invasão de prédios do governo e dois aeroportos.

Com o aumento das tensões separatistas, o Parlamento russo aprovou, a pedido do presidente Vladimir Putin, o envio de tropas à Crimeia para “normalizar” a situação.

A região aprovou um referendo para debater sua autonomia e elegeu um premiê pró-Rússia, Sergei Aksyonov, não reconhecido pelo governo central ucraniano.

Dois dias depois, em 6 de março, o Parlamento da Crimeia aprovou sua adesão à Rússia e marcou um referendo para definir o status da região para 16 de março. Posteriormente, o Parlamento se declarou independente da Ucrânia – sendo apoiado por russos e criticado por ucranianos.

O referendo foi realizado em 16 de março, e aprovou a adesão à Rússia por imensa maioria. O resultado não foi reconhecido pelo Ocidente.

Mesmo assim, Putin e o auto-proclamado governo da Crimeia assinaram um tratado de adesão, e a incorporação foi ratificada. Em seguida, tropas que seriam russas passaram a cercar e invadir postos militares na Ucrânia.

A Ucrânia convocou todas suas reservas militares para reagir a um possível ataque russo e afirmou que se trata de uma "declaração de guerra".

Posição internacional

O movimento russo levou o presidente dos EUA, Barack Obama, a pedir a Putin o recuo das tropas na Crimeia. Para Obama, Putin violou a lei internacional com sua intervenção.

Os EUA também anunciaram sanções contra indivíduos envolvidos no processo, e suspenderam as transações comerciais com o país, além de um acordo de cooperação militar. A Rússia respondeu afirmando que o estabelecimento de sanções também afetaria os EUA, e criou impedimentos para cidadãos americanos.

A União Europeia também impôs sanções contra russos.

Em meio à crise, o Ocidente pressionou a Rússia por uma saída diplomática. A escalada de tensão também levou a uma ruptura entre as grandes potências, com o G7 condenando a ação e cancelando uma reunião com a Rússia.

Já a Otan advertiu a Rússia contra as "graves consequências" de uma intervenção na Ucrânia, que seria, segundo ele, um grave "erro histórico".

Leste da Ucrânia

Após a adesão da Crimeia ao governo de Moscou, outras regiões do leste da Ucrânia, de maioria russa, também começaram a sofrer com tensões separatistas. Militantes pró-Rússia tomaram prédios públicos na cidade de Donetsk e a proclamaram como "república soberana", marcando um referendo sobre a soberania nacional para 11 de maio.

A medida não foi reconhecida por Kiev nem pelo Ocidente – e o fato de Donetsk ser uma cidade, e não uma região autônoma, deve enfraquecer a força para a realização de um referendo.

Outras cidades também tiveram atuação de milícias russas, como Lugansk e Kharkiv, onde militantes invadiram prédios governamentais – no que Kiev afirma ser um plano liderado pela Rússia para desmembrar o país.

Com a nova tensão na região, a Rússia pediu que a Ucrânia desistisse de todo tipo de preparativos militares para deter os protestos pró-russos nas regiões do leste ucraniano, já que os mesmos poderiam suscitar uma guerra civil.

Maduro espera normalização das relações diplomáticas com os EUA

Fonte: Agência Brasil

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, disse hoje (16) que o seu governo espera "normalizar" em breve as relações diplomáticas com os Estados Unidos e que Caracas acredita "na diplomacia de paz, do respeito e não intervencionismo".

Segundo Maduro foi "aberto um canal diplomático muito importante" com a reunião que ocorreu no último sábado (13), em Porto Príncipe, no Haiti, entre o presidente do Parlamento venezuelano, Diosdado Cabello, e um conselheiro do Departamento de Estado norte-americano, em um encontro de "aproximação bilateral".

"No sábado passado houve uma reunião oficial entre enviados especiais. Como vocês sabem, há mais de um ano que designei o companheiro Diosdado Cabello como chefe de uma delegação diplomática especial" para liderar a normalização das relações com os Estados Unidos "na base do respeito", disse.

Nicolás Maduro falou no Palácio Presidencial de Miraflores, em Caracas. Ele destacou o trabalho do embaixador da China na Venezuela, Zhao Rongxiang, que cumpriu cinco anos de missão pelo desenvolvimento das relações entre os dois países.

Durante o encontro "conversaram sobre assuntos que têm a ver com o Haiti e o apoio ao país. Depois, houve uma reunião especial para tratar de assuntos bilaterais, para continuar a canalizar, pelas vias diplomáticas (...) a normalização das relações com os EUA, com o presidente [Barack] Obama".

No domingo (14), Diosdado Cabello informou que se reuniu no dia anterior com um conselheiro do Departamento de Estado norte-americano, em um encontro de "aproximação bilateral". O encontro com Thomas Shannon ocorreu no Haiti, com o patrocínio do presidente daquele país, afirmou Cabello em mensagem na rede social Twitter.

"A reunião foi realizada dentro do processo de aproximação, que leva os governos dos EUA e da Venezuela a normalizar as relações diplomáticas dentro do respeito à legislação internacional, à soberania e à autodeterminação dos povos", diz comunicado da Assembleia Nacional venezuelana.

As relações entre Caracas e Washington caracterizam-se por serem tensas e difíceis. Desde 2010, que os dois países carecem de embaixadores, tendo o governo venezuelano acusado repetidamente vários funcionários norte-americanos de estarem por trás de atos para derrubar o presidente Nicolás Maduro.

Além de Diosdado Cabello (considerado o número 2 do chavismo), estiveram ainda presentes a ministra venezuelana de Relações Exteriores, Delcy Rodríguez, e a embaixadora dos EUA no Haiti, Pamela White.

Maduro diz que canal diplomático aberto com os EUA funciona muito bem

Presidente da Venezuela afirmou que Obama abriu caminho para melhor comunicação

POR O GLOBO / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

CARACAS - O presidente de Venezuela, Nicolás Maduro, disse nesta segunda-feira que um canal diplomático criado recentemente com os Estados Unidos para melhorar a comunicação entre ambos países está trabalhando muito bem, depois de mais de uma década de tensões.

Maduro disse que seu homólogo americano, Barack Obama, abriu o caminho para conseguir uma melhor comunicação em abril, depois que se distanciou de uma ordem executiva que descreve o país sul-americano como uma ameaça para a segurança de Washington.

— O próprio presidente dos Estados Unidos desconhecia o decreto que tinha assinado, e permitiu canais diplomáticos para a busca de respeito e entendimento — disse Maduro durante discurso no Parlamento. — Tem que reconhecê-lo, a valentia também do presidente Obama de dar o passo de aproximar-se, dar-nos a mão, conversar e partir dali instalar um canal diplomático que está funcionando muito bem — acrescentou.

Washington e Caracas iniciaram um dos diálogos mais amplos em anos em uma tentativa para melhorar sua ásperas relações, disse na semana passada à Reuters um funcionário de alto grau dos Estados Unidos com conhecimento do assunto.

Os esforços diplomáticos buscam separar as áreas de desacordo, como as duras medidas adotadas contra a oposição política, dos interesses comuns, como os diálogos de paz na Colômbia e as eleições no Haiti, em um sinal de que a aproximação dos Estados Unidos e Cuba poderia ajudar a reformular outra difícil relação com um país latino-americano.

Mas Maduro ainda acusa Washington de tentar desestabilizar seu governo e debilitar a economia do país sul-americano.

As tensões alcançaram seu auge em março, quando Obama assinou uma ordem executiva que sancionou sete funcionários venezuelanos associados com a repressão dos protestos antigovernamentais de 2014.

Os dois presidentes falaram brevemente em uma cúpula no Panamá este ano, abrindo o caminho para iniciar reuniões entre funcionários de alto nível dos dois governos nos últimos meses.

Os desacordos entre Caracas e Washington tem sido uma constante desde que o falecido líder socialista Hugo Chávez assumiu o poder há quase 16 anos.

Quênia bombardeia campos do Al-Shebab na Somália

Esta é a primeira grande resposta militar após ataque a universidade. Grupo alinhado à Al-Qaeda matou 148 pessoas em campus.

Da Reuters

A Força Aérea do Quênia bombardeou dois campos do Al-Shebab na Somália no domingo (5), informou uma fonte das Forças de Defesa do Quênia, na primeira grande resposta militar ao ataque da semana passada do grupo militante a uma universidade queniana.

Grupos armados do grupo alinhado com a Al-Qaeda mataram 148 pessoas na quinta-feira, ao invadirem o campus da Universidade Garissa, a cerca de 200 quilômetros da fronteira com a Somália.

Caças atacaram os campos em Gondodowe e Ismail, ambos na região fronteiriça de Quênia, disse a fonte militar nesta segunda-feira.

O bombardeio aconteceu depois que o presidente do Quênia, Uhuru Kenyatta, anunciou que responderia "com o maior rigor" aos shebab por seu ataque na quinta-feira em uma universidade de Garissa, leste do Quênia.

As autoridades não divulgaram um balanço de vítimas nos ataques contra os campos dos insurgentes.

Homens armados do grupo shebab atacaram a universidade de Garissa na quinta-feira à noite, no momento que os estudantes dormiam, antes de separar os alunos não muçulmanos, que foram executados, o que Kenyatta chamou de "bárbara matança medieval".

O massacre terminou com as mortes de 142 estudantes, três policiais e três soldados.

Desde que o Quênia decidiu entrar na Somália em 2011 para lutar contra os insurgentes islamitas, o país executou vários bombardeios contra as bases dos shebab. Mais tarde, as tropas de Nairóbi se integraram às forças da União Africana para lutar contra os islamitas.

"Os bombardeios integram um processo e um compromisso contínuos contra o Al-Shebab, que vai continuar", disse Obonyo.

Os shebab fugiram de suas bases, em Mogadíscio, capital da Somália, em 2011, na luta contra as forças da União Africana, integradas por tropas de Burundi, Djibuti, Etiópia, Quênia e Uganda.

No sábado, os shebab advertiram para uma "guerra longa e espantosa" caso o Quênia não retire as tropas da Somália. Eles ameaçaram com "outro banho de sangue".

Grupo armado deixa mortos e faz reféns em universidade no Quênia

Ao menos 147 pessoas morreram; ataque deixou dezenas de feridos. Número de mortos pode aumentar, pois há vítimas em estado grave.

Do G1

O governo do Quênia atualizou para 147 o número de pessoas que morreram nesta quinta-feira (2) quando um grupo de homens armados atacou a Universidade de Garissa, no leste do Quênia e na fronteira com a Somália, informou uma fonte policial à agência Reuters. O ataque deixou dezenas de feridos.

Ao menos dois suspeitos foram mortos pela polícia. Segundo o Ministério do Interior, a operação de resgate se intensificou para libertar os estudantes sequestrados e 90% da ameaça foi neutralizada. Ainda de acordo com o ministério, 500 dos 815 estudantes foram resgatados.

O grupo radical islâmico Al-Shabaab reivindicou o ataque e afirmou que a ação é uma vingança contra a intervenção de tropas do Quênia na Somália. Sheikh Abdiasis Abu Musab, porta-voz do grupo, disse que os muçulmanos que estavam no local foram soltos, enquanto os cristãos ainda eram feitos reféns. De acordo com ele, havia diversos corpos de cristãos mortos dentro do prédio.

O governo está tentando localizar os estudantes da universidade para estimar o número de mortos e reféns. O ministro do Interior do Quênia, Joseph Nkaissery, afirmou que 280 dos 815 estudantes da universidade foram encontrados. “Esforços estão em andamento para localizar os outros”, disse o Centro de Operação de Desastres do governo queniano.

O incidente começou por volta das 5h30 (horário local, 23h30 de quarta, 1º, em Brasília), quando os atiradores entraram no centro universitário, começaram a disparar indiscriminadamente e detonaram vários artefatos explosivos, segundo o Centro de Operação de Desastres.

O inspetor geral da polícia, Joseph Boinnet, explicou em comunicado que também houve um tiroteio entre os atiradores e os policiais que protegiam as residências dos estudantes. "Os atiradores conseguiram entrar nas residências", afirmou Boinnet, acrescentando que neste momento as Forças de Defesa do Quênia e a polícia efetuam uma operação conjunta para pôr fim ao ataque.

Reféns e feridos

Segundo o Ministério do Interior, o grupo armado conseguiu entrar em uma residência e mantém um número ainda não conhecido de reféns. "Dos quatro prédios, três foram esvaziados. Mas os agressores estão cercados", disse um tuíte do Ministério do Interior.

As primeiras informações de que havia quatro feridos mudaram para 30. "Pelo menos 30 feridos foram transferidos ao hospital, quatro deles em estado muito grave. A maioria das vítimas tem ferimentos de bala", informou a Cruz Vermelha do Quênia através de sua conta oficial no Twitter.

Desde outubro de 2011, quando o exército queniano entrou na Somália para combater o Al-Shabaab, o país foi alvo de constantes atentados terroristas, o mais grave deles no shopping Westgate, ocorrido em 2013 e no qual morreram pelo menos 67 pessoas.

ONU e governo brasileiro condenam o ataque

O secretário-geral da ONU Ban Ki-moon condenou o "ataque terrorista" perpetrado por islamitas shebab contra uma universidade no Quênia e exigiu que os responsáveis sejam levados à justiça.

"Ban espera que a situação esteja logo sob controle sem que haja mais danos àqueles que estão detidos (reféns) e pede que os responsáveis pelo ataque sejam rapidamente levados à justiça", afirmou seu porta-voz.

Em nota, o governo brasileiro afirmou que "condena veementemnete o atentado terrorista contra a Universidade de Garissa".

"Ao manifestar sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao povo e ao Governo quenianos, o Brasil reafirma seu firme repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob quaisquer pretextos", diz a nota divulgada pelo Ministério das Relações Exteriores.

Extremistas do al-Shabaab matam 14 no Quênia a poucas semanas de visita de Obama

Ao menos 11 pessoas ficaram feridas, quatro delas foram hospitalizadas

POR O GLOBO / COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS - 07/07/2015

NAIRÓBI - Uma autoridade queniana disse que ao menos 14 pessoas foram mortas em um ataque realizado nesta segunda-feira pelo grupo extremista al-Shabab, no Norte do pais. A violência eclode a poucas semanas da visita do presidente dos EUA, Barack Obama, no Quênia, prevista para o fim do mês.

O comissário do condado de Mandera, Alex Nkoyo, disse que o ataque aconteceu às 2h da manhã (20h de segunda-feira no horário de Brasília) na aldeia de Soko Mbuzi no condado de Mandera perto do fronteira do Quênia com a Somália e 11 pessoas ficaram feridas.

O chefe da Cruz Vermelha do Quênia, Abbas Gullet, disse que quatro dos feridos foram levados para a capital Nairóbi para tratamento médico.

Os militantes baseados na Somália mataram ao menos 85 pessoas, todas elas não muçulmanas, nos últimos oito meses no condado de Mandera.

O al-Shabab prometeu realizar ataques no Quênia como retribuição pelo país ter enviado tropas para a Somália para lutar com os militantes. O Quênia mandou suas tropas para a Somália em outubro de 2011 depois de uma série de ataques na fronteira incluindo sequestros que o governo atribui ao al-Shabab.

Embaixada de Cuba é reaberta em Washington, nos EUA

EUA e Cuba retomaram relações diplomáticas nesta segunda-feira (20). John Kerry deve viajar a Havana para cerimônia em embaixada dos EUA.

Do G1

A embaixada de Cuba foi reaberta oficialmente nesta segunda-feira (20) em cerimônia em Washington, nos Estados Unidos, após 54 anos do rompimento das relações entre os dois países. O prédio, que desde o início do século XX representa os interesses cubanos, está localizado na avenida que dá acesso à Casa Branca.

Na cerimônia, realizada às 11h30 (horário de Brasília), a bandeira cubana foi hasteada em frente ao prédio da embaixada por militares da guarda de honra de Cuba, sob os acordes do hino cubano.

O ato foi acompanhado por aplausos de espectadores na rua em frente à sede diplomática, que também gritavam "Viva Cuba" e "Fidel, Fidel", em meio a um frenesi de cinegrafistas, fotógrafos e jornalistas de vários países. Gritos pelo fim do embargo econômico à ilha ('Cuba sim, embargo não') foram ouvidos durante a cerimônia.

Barack Obama e Raúl Castro anunciaram o descongelamento das relações diplomáticas entre os dois países em dezembro. O embargo econômico, no entanto, continua em vigor. As relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba foram retomadas formalmente mais cedo nesta segunda, com o hasteamento da bandeira cubana no departamento de Estado americano.

Depois do hasteamento da bandeira, um membro da guarda de honra de Cuba mostrou uma placa com o novo estatuto da representação.

Então, o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Bruno Rodriguez, discursou para cerca de 500 pessoas no antigo edifício.

"Chegamos aqui graças a Fidel Castro", afirmou o ministro, que disse que a histórica restauração de relações só fará sentido se os EUA acabarem com o embargo contra Cuba e devolverem a área da prisão de Guantánamo.

Ele também afirmou que Cuba está disposta a avançar na normalização das relações, mas sem abrir mão se sua independência e soberania.

Rodríguez viajou a Washington acompanhado por uma comitiva de pelo menos 30 pessoas e que incluiu a vice-presidente da Assembleia Nacional, Ana María Mari. Uma delegação de autoridades norte-americanas, que não se pronunciaram, liderada pela subsecretária de Estado para a América Latina, Roberta Jacobson.

Em seguida, Rodriguez, o primeiro chanceler cubano em Washington desde 1959, se reuniu com o seu colega americano, John Kerry, na sede do Departamento de Estado.

A seção de interesses dos Estados Unidos em Havana também assumiu oficialmente a condição de embaixada nesta segunda, apesar da cerimônia formal estar programada para as próximas semanas, quando o secretário de Estado americano John Kerry visitar o lugar e hastear a bandeira.

"Chegamos nesta manhã bem emocionados de ser uma embaixada de novo. Teremos um bom dia de trabalho aqui em Havana!", postou o perfil da embaixada no Twitter. O prédio, construído em 1953 na famosa orla Malecon, foi fechado entre 1961 e 1977, quando reabriu como Seção de interesses.

Segundo a subsecretária de Estado para a América Latina, Roberta Jacobson, a embaixada dos EUA em Havana funcionará em um ambiente restritivo, mas a situação é um progresso em relação ao status quo.

A monitorização rigorosa da polícia na frente do enorme edifício, será reduzida, enquanto a revista dos visitantes passará para as mãos dos americanos. Além disso, passará a valer a inviolabilidade da mala diplomática, segundo Jacobson.

Algo impensável há 10 meses, diplomatas americanos, assim como os seus homólogos cubanos em Washington, terão liberdade para circular em toda a ilha e se reunir com diversos setores da sociedade, sem a necessidade de autorização do governo.

Normalização

O presidente cubano, Raúl Castro, definiu esta semana como a conclusão da "primeira fase" do processo de "normalização", cujo principal objetivo é acabar com o embargo econômico contra Cuba, em vigor desde 1962.

Em 20 de julho "começará uma nova etapa, longa e complexa, no caminho para a normalização das relações, e que necessitará de vontade para encontrar soluções para os problemas que se acumularam ao longo de cinco décadas e que afetaram os laços entre nossos países e povos", acrescentou.

A agenda bilateral é ampla: aviação civil, meio ambiente, luta contra o tráfico de droga, bem como o interesse dos educadores e empresários para aumentar o intercâmbio.

A aproximação representa o abandono da política de sanções praticada há décadas por Washington, e o reconhecimento de Havana das realidades econômicas do século XXI.

Repercussão

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, celebrou nesta segunda a retomada das relações diplomáticas entre Estados Unidos e Cuba depois e disse que espera que este passo sirva "para superar o intervencionismo" dos Estados Unidos na América Latina.

"Felicitações, Raúl, felicidades aos Povos de Cuba e Estados Unidos (...) Viva Cuba!", escreveu no Twitter Maduro, um aliado próximo do governo de Raúl Castro.

"Agora lutar para levantar o bloqueio criminoso contra Cuba e a superação do intervencionismo em nossa região, que ama sua Independência", acrescentou o presidente, que em outra mensagem disse que "o mundo espera que este passo permita avançar em novas relações de respeito em termos de igualdade com Cuba e Nossa América".

As relações entre Estados Unidos e Venezuela, que carecem de embaixadores desde 2010, estão tensas desde março, quando o presidente Barack Obama assinou sanções contra sete funcionários do governo venezuelano em um decreto que classificava a situação do país caribenho de ameaça aos Estados Unidos.

Seis resultados da visita de Dilma aos EUA

BBC Brasil

A visita que a presidente Dilma Rousseff encerra nesta quarta-feira aos Estados Unidos foi saudada por ambos os países como uma retomada nas relações bilaterais.

Depois de um período de esfriamento, provocado pelas revelações, em 2013, de que Dilma era alvo de espionagem americana, a viagem marcou um novo capítulo no relacionamento entre as duas nações.

"Nosso foco está no futuro", disse o presidente Barack Obama, em entrevista ao lado de Dilma, após reunião na Casa Branca. "Acredito que esta visita marca mais um passo em um novo e mais ambicioso capítulo na relação entre nossos países."

A viagem ocorre em um momento delicado no Brasil, em meio a uma crise econômica e política, e, se a retomada das relações foi o tema principal, outras questões também ganharam destaque. Confira os principais resultados da visita em diferentes áreas.

1) Meio ambiente

Brasil e Estados Unidos se comprometeram a ampliar a participação de fontes renováveis em suas matrizes elétricas. O objetivo é este índice, sem contar a geração hidráulica, chegue a mais de 20% até 2030.

Segundo os dados mais recentes disponíveis, de 2012, atualmente essa participação é de 12,9% nos Estados Unidos e de 7,8% no Brasil, sem incluir hidrelétricas.

Na declaração conjunta, o Brasil também se comprometeu a atingir, até 2030, participação de 28% a 33% de fontes renováveis em sua matriz energética, incluindo biocombustíveis e sem contar a geração hidráulica, além da eliminação do desmatamento illegal, com a restauração e reflorestamento de 12 milhões de hectares.

2) Comércio

Ambos os governos anunciaram a intenção de assinar um memorando para harmonizar normas técnicas, o que deve facilitar a entrada de produtos brasileiros no mercado americano.

No setor pecuário, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos publicou a chamado "decisão final", um comunicado que reconhece o estatus sanitário do rebanho bovino brasileiro.

Isso potencialmente abre as portas do mercado do país à carne in naturado Brasil, encerrando uma negociação de mais de 15 anos.

3) Concessão de vistos

A tão desejada isenção de visto para turistas brasileiros ainda não foi alcançada.

Mas ambos os governos se comprometeram a tomar as medidas necessárias para que o Brasil entre no programa "Global Entry" até a primeira metade de 2016.

Este programa dispensa viajantes frequentes de entrar em filas ao passar pelos postos de imigração na chegada aos Estados Unidos.

4) Defesa

Dois acordos foram destaque nesta área, um de Cooperação em Defesa e outro de Segurança de Informações Militares, com foco no fluxo de informações, bens, serviços e tecnologias entre ambos os países.

5) Previdência Social

A assinatura de um acordo de previdência social vai permitir que cidadãos brasileiros que trabalham nos Estados Unidos (e vice-versa) tenham suas contribuições à previdência reconhecidas em ambos os países, evitando dupla contribuição.

A expectativa é de que empresas dos dois países economizem mais US$ 900 milhões nos primeiros seis anos em que o acordo estiver em vigor.

6) Educação

Brasil e Estados Unidos assinaram um memorando de entendimento para cooperar em educação técnica e profissionalizante, com aumento da colaboração entre instituições educacionais dos dois países.

Cinco momentos: os altos e baixos da relação Dilma-Obama

BBC Brasil

Ao visitar nesta segunda-feira o presidente americano, Barack Obama, na Casa Branca, Dilma Rousseff espera superar o esfriamento da relação que acompanhou as denúncias de que havia sido espionada pelo governo americano, em 2013.

O maior objetivo de Dilma na visita é estimular a economia brasileira, que está em recessão. Ela tentará convencer empresas americanas a participar dos leilões que o governo está organizando na área de infraestrutura e discutirá com o governo americano formas de facilitar as exportações de produtos brasileiros para os Estados Unidos.

Em sua viagem, Dilma também visitará o Vale do Silício, o mais famoso polo tecnológico do mundo, na Califórnia. Ela tem dito que outro objetivo importante de sua visita é ampliar a cooperação com os Estados Unidos no campo da inovação.

No poder desde 2011, a brasileira já teve outras prioridades em seus contatos com Obama, como pode ser visto abaixo, na lista que a BBC Brasil preparou com cinco dos principais momentos na relação dos dois líderes:

Visita de Obama ao Brasil (março de 2011)

Dois anos após tomar posse, Obama visitou o Brasil em meio a um giro pela América Latina. Um dos principais interesses dele na visita era aumentar as compras de petróleo brasileiro e diminuir a dependência americana de produtores do Oriente Médio.

Na época, o setor petrolífero brasileiro vivia uma onda de euforia. Acreditava-se que a descoberta das reservas no pré-sal tornaria o país um dos maiores produtores de petróleo do mundo.

Obama também estava interessado em discutir com o Brasil parcerias no setor de biocombustíveis, o que casava com o interesse de Dilma em eliminar as tarifas nos Estados Unidos à compra de etanol brasileiro.

A visita não gerou, porém, os efeitos desejados nesses campos.

Dificuldades técnicas para explorar o pré-sal impediram uma rápida expansão da produção brasileira. E, nos anos seguintes, os Estados Unidos protagonizaram uma revolução energética ao desenvolver tecnologias para extrair gás de xisto, reduzindo sua dependência de petróleo e diminuindo o apelo dos biocombustíveis no país.

Visita de Dilma aos EUA (abril de 2012)

Energia e bicombustíveis também foram temas da primeira visita de Dilma aos EUA, mas outras áreas receberam atenção equivalente, entre as quais educação e defesa.

Poucos meses antes, Dilma tinha lançado o programa Ciência Sem Fronteiras, que pretendia financiar a ida de 100 mil alunos brasileiros a universidades estrangeiras e se tornaria uma das vitrines do governo.

Naquela visita, a presidente estava empenhada em abrir universidades americanas de ponta a estudantes brasileiros e visitou duas delas: Harvard e o MIT (Massachussets Institute of Technology), ambas em Boston.

As negociações tiveram bons resultados: os Estados Unidos se tornaram o maior destino de alunos brasileiros no Ciência Sem Fronteiras. Das 78 mil bolsas já concedidas pelo programa, 22 mil foram em universidades nos Estados Unidos.

Um dos momentos mais delicados do encontro ocorreu quando Dilma defendeu que Cuba fosse convidada para a Cúpula das Américas, que ocorreria dentro de poucos dias na Colômbia. Os Estados Unidos haviam vetado a participação de Havana e mantiveram a posição.

Cancelamento da visita (setembro de 2013)

A relação entre os dois líderes chegou ao ponto mais baixo quando Dilma decidiu cancelar a visita de Estado que faria a Washington em outubro de 2013.

Ela reagiu às denúncias de que havia sido espionada pela agência de segurança nacional americana, a NSA. As denúncias se embasavam em documentos divulgados por Edward Snowden, um ex-analista da agência.

Dilma condicionou o reatamento das relações com os Estados Unidos a um pedido de desculpas. E, junto com a Alemanha, cuja premiê também fora alvo da NSA, articulou na ONU a aprovação de uma resolução contra a espionagem.

O episódio congelou o diálogo entre os governos de Brasil e Estados Unidos em várias áreas. Caso a visita ocorresse, esperava-se que Dilma anunciasse a compra de jatos da americana Boeing para a Força Aérea Brasileira (FAB), num negócio de mais de US$ 4 bilhões. O governo acabou optando por jatos suecos Gripen.

Funeral de Nelson Mandela (dezembro de 2013)

O gelo entre os dois países começou a ser quebrado no funeral de Nelson Mandela, na África do Sul. Dilma e Obama conversaram, sorriram e se abraçaram na missa do líder sul-africano.

O clima do encontro foi favorecido por um acontecimento histórico ocorrido momentos antes, quando Obama apertou a mão do presidente cubano, Raúl Castro. O gesto sinalizaria o início da reaproximação entre as duas nações.

Dilma e Obama já haviam se encontrado após o escândalo da espionagem numa cúpula na Rússia, mas na ocasião apenas trocaram um aperto de mão, sem sorrir.

Cúpula das Américas no Panamá (abril 2015)

Em encontro com Obama às margens da cúpula na Cidade do Panamá, Dilma finalmente remarcou sua visita aos Estados Unidos. A presidente estava bem humorada e disse que o episódio da espionagem havia sido superado.

Outra vez, o encontro foi favorecido por um acontecimento histórico. Era a primeira vez que Cuba participava da reunião, estreia saudada por todos os líderes da reunião.

Obama ofereceu a Dilma a possibilidade de visitar os Estados Unidos numa visita de Estado, mais formal, em 2016, mas a presidente preferiu realizar uma visita de trabalho mais cedo.

Segundo assessores, o clima econômico no Brasil a influenciou a viajar antes.

POLÍTICA NACIONAL

Cinco pontos para entender o caso de corrupção na Petrobras

Como funcionava o esquema suspeito de desviar 10 bilhões da petroleira brasileira

Em março deste ano, os policiais fizeram uma série de prisões contra suspeitos de atuar no mercado clandestino de câmbio com origem em corrupção e desvios de recursos públicos. Entre os 12 detidos na operação Lava Jato, estavam o ex-diretor de abastecimento da Petrobras, o engenheiro Paulo Roberto Costa, e o doleiro Alberto Youssef.

Como funcionava o esquema?

PT, PP e PMDB, partidos aliados ao Governo de Lula e de Dilma Rousseff indicavam os diretores da Petrobras. Entre eles, estavam Paulo Roberto Costa (Abastecimento), Nestor Cerveró (Internacional), Renato Duque (Serviços) e outros que passaram pelas diretorias de Exploração e Gás. Segundo as investigações, Costa, Cerveró e Duque recebiam propinas de 1% a 3% do valor de cada contrato de novas obras firmado com a Petrobras. Parte desse dinheiro ilegal era repassado aos partidos envolvidos no esquema. Havia alguns intermediadores, como Youssef.

Exemplo da propina.

De acordo com as apurações baseadas no depoimento de Youssef, a refinaria de Abreu e Lima, no Pernambuco, custou 3,48 bilhões de reais. Foram pagos 68 milhões de reais em propinas, metade para o PT e metade para o PP. 14 empresas são suspeitas de participarem do esquema. A suspeita é que tenha sido desviado até 10 bilhões de reais.

Por que Costa e Youssef resolveram colaborar com a Justiça?

Ambos se valeram do instrumento da delação premiada, quando ao passar informações relevantes aos investigadores, podem ter a pena reduzida. Os advogados de Costa disseram que ele decidiu colaborar depois que notou que sua pena poderia ser superior ao do operador do mensalão, Marcos Valério, que pegou 40 anos de prisão.

O que os envolvidos alegam?

A Petrobras diz que está colaborando com as investigações. O PT disse que todas as doações ao partido foram legais e que vai acionar os advogados do partido para tomarem as medidas

judiciais cabíveis. As empresas suspeitas disseram que desconhecem as irregularidades, assim como o PMDB e o PP.

LEI DA FICHA LIMPA PASSA NO SUPREMO

FICHA LIMPA É CONSTITUCIONAL E JÁ VALE PARA ELEIÇÕES, DIZ SUPREMO

O Estado de S. Paulo - 17/02/2012

Depois de quase dois anos e 11 sessões de julgamento, a Lei da Ficha Limpa foi considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e será aplicada integralmente já nas eleições deste ano. Pela decisão, a lei de iniciativa popular atingirá também atos e crimes praticados antes da sanção da norma, em 2010.

A partir das eleições de 2012, não poderão se candidatar políticos condenados por órgãos judiciais colegiados por crimes como lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e contra o patrimônio público, improbidade administrativa, corrupção eleitoral ou compra de voto, entre outros, mesmo que ainda possam recorrer da condenação.

Também estarão impedidos de disputar as eleições aqueles que renunciaram aos mandatos para fugir de processos de cassação por quebra de decoro, como fizeram, por exemplo, Joaquim Roriz (PSC-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Valdemar Costa Neto (PR-SP). Detentores de cargos na administração pública condenados por órgão colegiado em processos de abuso de poder político ou econômico, ou que tiverem suas contas rejeitadas, também serão barrados.

Pelo texto da lei aprovado pelo Congresso e mantido pelo STF, aqueles que forem condenados por órgãos colegiados permanecem inelegíveis a partir dessa condenação até oito anos depois do cumprimento da pena. Esse prazo, conforme os ministros, pode superar em vários anos o que está previsto na lei.

Se um político for condenado a cinco anos de prisão por órgão colegiado, por exemplo, já estará imediatamente inelegível e continuará assim mesmo se recorrer da sentença em liberdade, até a decisão em última instância. Se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmar a pena de cinco anos, o político ficará inelegível durante o período de reclusão. Quando deixar a cadeia, terá início o prazo de oito anos de inelegibilidade previsto pela Ficha Limpa.

Depurado. "Uma pessoa que desfila pela passarela quase inteira do Código Penal, ou da Lei de Improbidade Administrativa, pode se apresentar como candidato?", indagou o ministro Carlos Ayres Britto. Ele explicou que a palavra candidato significa depurado, limpo. O ministro disse que a Constituição tinha de ser dura no combate à improbidade porque o Brasil não tem uma história boa nesse campo.

"A nossa tradição é péssima em matéria de respeito ao erário", disse Ayres Britto. "Essa lei é fruto do cansaço, da saturação do povo com os maus tratos infligidos à coisa pública."

Por terem de analisar todos os artigos da lei, o julgamento teve diversos placares. Por 6 votos a 5, os ministros julgaram que a Ficha Limpa vale para fatos ocorridos antes da sanção da lei, em 2010. De acordo com Gilmar Mendes, julgar constitucional a lei para atingir casos já ocorridos seria abrir uma porta para que o Congresso aprove legislações casuísticas para atingir pessoas

determinadas com base no que fizeram no passado. "Não há limites para esse modelo. Isso é um convite para mais ações arbitrárias", afirmou. Além dele, votaram contra a retroatividade os ministros Celso de Mello, Marco Aurélio Mello e Cezar Peluso.

Por 7 votos a 4, o Supremo julgou constitucional barrar candidatos condenados por órgãos colegiados. Gilmar Mendes, Celso de Mello, Dias Toffoli e Cezar Peluso consideram que, nesses pontos, a Ficha Limpa viola o princípio da presunção da inocência, segundo o qual ninguém será considerado culpado antes de condenação definitiva.

Por 6 votos a 5, os ministros julgaram não ser exagerado o prazo fixado na lei para que permaneça inelegível o político condenado por órgão colegiado - oito anos a contar do fim do cumprimento da pena. Cinco ministros defendiam que o prazo começasse a contar da condenação pelo órgão colegiado. Assim, quando a pena fosse cumprida, o político poderia se candidatar.

Desde 2010, o STF tentava concluir o julgamento da aplicação e da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Em 2011, com a posse de Luiz Fux, foi decidido que a norma só valeria a partir das eleições de 2012. A chegada de Rosa Weber no fim do ano passado deixou o STF novamente com 11 ministros e, assim, permitiu a conclusão do julgamento de constitucionalidade da lei.

Sob polêmica, Congresso promulga PEC que acaba com voto secreto para cassação

O Congresso promulgou no começo da tarde desta quinta-feira (28) a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que acaba com o voto secreto nos processos de cassações de mandatos e em votação de vetos presidenciais, mas a falta de clareza no texto da proposta pode evitar que a medida seja de fato colocada em prática. Por se tratar de uma PEC, o texto não precisa ser sancionado pela presidente da República e, após promulgado, já está em vigor.

Os presidentes da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), assinaram a emenda constitucional 76/2013 que "abole a votação secreta nos casos de perda de mandato e de apreciação de veto presidencial", mas não prevê de forma expressa que o voto terá de ser aberto.

Caso Donadon

Em 28 de outubro de 2013, em votação secreta, a Câmara manteve o mandato de Natan Donadon (ex-PMDB-RO), condenado pelo Supremo. Com quórum de menos de 410 deputados, 233 votaram a favor de sua cassação, 131 contra e houve 41 abstenções. Para cassá-lo, eram necessários 257 votos, o que representa a metade do total de deputados mais um voto.

O deputado foi acusado de participação em desvio de cerca de R$ 8 milhões da Assembleia Legislativa de Rondônia em simulação de contratos de publicidade.

O caso Donadon foi o que inspirou a Câmara a votar a PEC do Voto Aberto, projeto que foi ao Senado, que a aprovou em segundo turno.

Henrique Alves lembrou que a PEC é uma resposta às reivindicações da população que foi às ruas nos protestos do mês de junho deste ano. "Ao aprovar o voto aberto, o Congresso

caminha ao encontro dos legítimos anseios na nossa gente. Não há mais espaço na política para o obscurantismo. Que cada um assuma suas posições legítimas e busque em cada eleição a aprovação popular", declarou.

"O Brasil está mudando, e as instituições precisam acompanhar as mudanças sobre pena de verem afetada a sua credibilidade", afirmou Renan Calheiros.

Ele explicou que a Constituição determina, como regra geral, o voto aberto no Legislativo, mas prevê algumas exceções. "A intenção é garantir, em questões específicas, que ele [o parlamentar] decida de acordo com sua consciência a salvo de pressões políticas e de governos", disse.

"Alguns votos secretos estão intrinsecamente associados às garantias de liberdade e da democracia", acrescentou.

A PEC que havia sido aprovada por unanimidade na Câmara também previa a abertura do voto para indicações de autoridades (como embaixadores e diretores de agências públicas) e eleições das mesas diretoras das duas Casas, mas a maioria dos senadores rejeitou essa parte do texto.

"Não houve vencedores ou derrotados na longa sessão de terça-feira. Gnahou o Brasil como um todo. Avalio que o Parlamento passa por um histórico processo de amadurecimento, de aproximação com a sociedade", disse Calheiros.

Conflito com regimentos internos

Parlamentares temem que, na falta de uma determinação clara na Constituição, seja adotada a regra dos regimentos internos da Câmara e do Senado, que estabelece que a votação deve ser secreta em casos de cassação de mandato.

"Se não remetermos ou não promulgarmos um texto que não provoque nenhuma dúvida de interpretação, vamos nos sujeitar, primeiro de tudo, a questionamentos da opinião pública e, depois, àquilo que o Senado votou. A consciência do voto do Senado poderá estar sub judice de interpretações", afirmou ontem o senador José Agripino (DEM-RN).

Segundo os senadores Wellington Dias (PT-PI) e Paulo Paim (PT-SP), a regra geral é que o voto seja aberto e de que casos de voto secreto devem estar expressos. O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sugeriu que o regimento interno do Senado seja modificado, o que evitaria qualquer dúvida quanto ao assunto.

PEC do voto aberto é promulgada

- Constituição supera regimento, diz Renan sobre voto aberto
- Renan defende manutenção de voto secreto em alguns casos no Legislativo

Antes da sessão de promulgação, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), minimizou a polêmica. "A Constituição prepondera sobre qualquer regimento, não há dúvida sobre isso. Ela é a lei maior do país. Fundamental que tenhamos voto aberto para cassação e para apreciação de vetos. São conquistas que temos que comemorar. O regimento não vai revogar a Constituição."

Ele lembrou que uma reforma nas regras internas do Senado está sendo discutida na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

Aprovação da PEC no Senado

Em uma sessão tumultada, o plenário do Senado aprovou com mudanças em segundo turno na terça-feira a PEC que acaba com o voto secreto no Legislativo.

O texto-base da PEC, de autoria do ex-deputado Luiz Antônio Fleury (PTB-SP), que a propôs em 2001, foi aprovado por 58 votos a favor, quatro votos contra e nenhuma abstenção. A matéria estabelece que serão abertas as votações de cassações de mandatos parlamentares e de vetos presidenciais.

A proposta de por fim ao voto secreto ganhou força no Congresso após a sessão em que a Câmara, no final do mês de agosto deste ano, manteve o mandato do deputado Natan Donadon (sem partido-RO), condenado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) a 13 anos de prisão por peculato e formação de quadrilha. Na opinião de especialistas, o voto aberto poderia ter evitado esse resultado.

Cassação de mensaleiros

Com a promulgação da PEC, quatro deputados condenados no julgamento do mensalão devem ter os seus processos de cassação examinados em sessões abertas.

Foram condenados os deputados José Genoino (PT-SP), que ainda pode ser beneficiado por um pedido de aposentadoria, Valdemar Costa Neto (PR-SP), Pedro Henry (PP-MT) e João Paulo Cunha (PT-SP).

Na quarta-feira (27), o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), afirmou que, com a promulgação da PEC, o caminho para a abertura de processos de cassação fica aberto e que a Mesa da Câmara vai discutir "caso a caso" o que ocorrerá com os quatro deputados.

(Com informações da Agência Senado)

A função do Bolsa Família

Autor(es): ANDRÉ VARGAS

O Globo - 13/01/2014

Em dez anos de existência, o Bolsa Família tornou-se o maior programa de distribuição de renda do mundo. Tem resultados reconhecidos mundialmente, ao atender quase 50 milhões de brasileiros. Os benefícios imediatos — transferência direta de renda a 13,8 milhões de famílias — permitiram ao país reduzir a extrema pobreza e garantir cidadania à população mais vulnerável, com ganhos inclusive na economia, por estimular o mercado interno.

O programa conseguiu, entre outras conquistas, varrer políticas clientelistas seculares. Curiosamente, quem criticava antes e agora tenta defender o programa, como integrantes do PSDB, impõe condições que significam a perda dos benefícios. O senador Aécio Neves (PSDB-

MG), por exemplo, propõe integrar o programa à Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), enfraquecendo-o ao restringi-lo à área da assistência social.

O Bolsa Família é muito mais que assistência social. Estimula o exercício dos direitos também em educação e saúde. Ficam nítidas, assim, não só as diferenças entre PT e PSDB, mas entre neoliberais e progressistas, sobre o que é um programa de transferência de renda.

Não dá para voltar ao passado. O Bolsa Família já é um programa de Estado, que beneficia famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, e está integrado a um projeto maior, o Plano Brasil Sem Miséria. Esse programa tem foco numa faixa da população composta por cerca de 16 milhões de brasileiros com renda per capita inferior a R$ 70 mensais. O Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a melhor ferramenta para enfrentar a pobreza.

É um programa elogiado por órgãos como a ONU, Banco Mundial e FMI, e replicado em várias partes do mundo. Mesmo assim, há os "especialistas" em pessimismo que insistem em detonar a iniciativa revolucionária do governo do PT e aliados, tachando-a de bolsa esmola.

Nada mais distante da realidade. Dados oficiais mostram que 70% dos beneficiários adultos são trabalhadores, e os estudantes que participam do programa têm média de aprovação quase 5% maior que a média nacional, que é de 75%, além de ter um índice menor de abandono dos estudos: 7,2% entre os alunos do Bolsa Família, contra 10,8% da média nacional. E há portas de saída: 1,6 milhão de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família deixaram espontaneamente o programa. Uma das saídas é o Pronatec Brasil sem Miséria. Dos 8 milhões de matrículas, foram reservadas 1 milhão aos mais pobres, do Bolsa Família.

São várias as contrapartidas que os beneficiários apresentam. Essas condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação em que se encontram. O Bolsa Família é um programa vitorioso, que ninguém nos tira mais.

Realismo diante da Copa do Mundo

O Globo - 08/01/2014

Os estádios deverão estar prontos para receber os jogos, enquanto os problemas ocorrerão pela falta de investimentos em infraestrutura, como em aeroportos

O relacionamento entre autoridades brasileiras e a cúpula da Fifa nunca chegou a ser risonho em torno do projeto da Copa. Escolhido o país, há sete anos, para sediar pela segunda vez o torneio — a primeira, em 1950 —, é certo que houve uma demora para o inicio dos trabalhos. Apenas em 2010 instalou-se o comitê de organização do evento.

Não seria um problema se o poder público, em todos os níveis, fosse um exemplar gerenciador de obras. É muito o contrário, sabe-se. Portanto, cartolas da Fifa — o suíço Joseph Blatter, o primeiro deles, e o francês Jerome Valcker — têm motivos para reclamar de atrasos, embora não contribua em nada para a boa convivência entre a entidade e países-anfitriões a conhecida arrogância com que a federação internacional de futebol conduz seus interesses pelo mundo afora.

Nos últimos dias, Blatter se chocou com a própria Dilma, ao afirmar que a Copa brasileira seria a mais atrasada, à esta altura do calendário, desde sua chegada à Fifa, em 1975. Logo recebeu uma resposta presidencial via twitter, com a garantia de que a deste ano será a "Copa das Copas".

Exagero de ambos os lados. Desconte-se, ainda, que o relacionamento pessoal entre os dois seria acidentado, a ponto de Blatter ter reclamado da presidente ao técnico Luís Felipe Scolari, segundo o jornal "O Estado de S.Paulo".

A seis meses do efetivo pontapé inicial, configura-se um quadro previsto já há muito tempo: estádios prontos, ou pelo menos em condições de receber jogos; o entorno de infraestrutura com precariedades e, num plano mais amplo, legados para as cidades-sede parcos ou inexistentes, a depender do caso.

Dos 12 estádios, faltam concluir seis, que não cumpriram a data-limite da Fifa, 31 de dezembro: São Paulo, Manaus, Natal, Cuiabá, Curitiba e Porto Alegre. Mas a previsão é que eles sejam entregues, paulatinamente, até abril. Nada desastroso, portanto. Não há mais solução possível e definitiva é para as dificuldades que existirão, por exemplo, nos aeroportos, cujas obras são vítima dos atrasos nas licitações provocados pela resistência ideológica dentro da máquina pública à cessão de terminais ao setor privado. O resultado está no Portal da Transparência, do governo, em que o balanço dos investimentos em aeroportos é o seguinte: do total previsto de R$ 6,7 bilhões a serem investidos, apenas R$ 1,7 bilhão (25,3%) havia sido contratado e só R$ 900 milhões (13,4%), gastos. O retrato não muda — até piora, em certas cidades —, ao se verificar o andamento de projetos de mobilidade relacionados ao torneio.

Então, não há por que temer um retumbante fracasso, mas, infelizmente, além de estádios, pouco ficará para a população, quando o circo da Fifa for desarmado — com a exceção do Rio, em que há projetos em curso para as Olimpíadas de 2016. É exigir demais da capacidade de o Estado executar projetos. Ele é bom em pagar salários, aposentadorias, etc. E na cobrança de impostos e similares.

Entenda as denúncias envolvendo a Petrobras

Empresa é investigada por suspeitas de superfaturamento e propina.

Parlamentares também tentam instalar CPI para investigar empresa.

Negócios da Petrobras são alvos de investigações do Tribunal de Contas da União (TCU), Polícia Federal e Ministério Público, e parlamentares disputam a instalação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a estatal.

São 3 as principais denúncias envolvendo a Petrobras:

– Suspeitas de superfaturamento e evasão de divisas na compra da refinaria de Pasadena, no Texas, em 2006;

– Indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco;

– Indícios de pagamento de propina a funcionários da petroleira pela companhia holandesa SBM Offshore.

Veja abaixo detalhes das principais denúncias:

REFINARIA DE PASADENA

A Petrobras pagou, ao todo, mais de US$ 1,3 bilhão pela refinaria, localizada no Texas, nos Estados Unidos – valor muito superior ao pago, um ano antes, pela belga Astra Oil, de US$ 42,5 milhões.

A Petrobras, em princípio, pagou US$ 360 milhões por 50% da refinaria, em 2006. Dois anos depois, a estatal e a Astra Oil se desentenderam e uma cláusula contratual obrigou a estatal a comprar a parte que pertencia à empresa belga, levando a conta a US$ 1,18 bilhão.

Documentos indicam, porém, que o valor total passou de US$ 1,3 bilhão. Memorando mostra que US$ 85 milhões foram pagos em 2007 para compensar uma queda na receita da então sócia.

Empresa recebeu alerta sobre riscos

Na época da compra, a Petrobras justificou a transação alegando que a empresa precisava expandir as atividades de refino e comercialização, no país e no exterior, para acompanhar o crescimento dos mercados. O negócio foi aprovado por unanimidade pelo Conselho de Administração da estatal, que era comandado pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Documentos obtidos pelo "Jornal Nacional" (veja vídeo abaixo) revelaram, porém, que as empresas contratadas para avaliar o negócio antes que ele fosse concretizado deixaram claro para a Petrobras que não tiveram tempo e informações suficientes para fazer avaliação. As consultorias também alertaram para riscos. Mesmo assim a Petrobras concretizou a compra.

Segundo explicação dada pela presidente Dilma, foi somente em 2008 quando a diretoria executiva da Petrobras apresentou a proposta de compra das ações da sócia, que o Conselho de Administração tomou conhecimento de cláusulas contratuais "que, se conhecidas, seguramente não seriam aprovadas". Uma dessas cláusulas era a que obrigava a Petrobras a adquirir a outra metade da refinaria da Astra Oil.

No dia 21 de fevereiro, o executivo da estatal Nestor Cuñat Cerveró, que comandava a área internacional da Petrobras em 2006 e que liderou o negócio da compra da refinaria, foi exonerado do cargo de diretor da BR Distribuidora.

O negócio começou a ser investigado em 2013 pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Como o procedimento ainda está aberto, o TCU não descarta ouvir os integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria da Petrobras à época, incluindo a presidente Dilma Rousseff. O Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal também investigam o caso.

No final de março, a presidente da Petrobras anunciou a criação de uma comissão interna da Petrobras para também apurar as denúncias. Em entrevista ao jornal "O Globo", Graça disse que determinou a abertura das investigações após descobrir a existência de um "comitê de proprietários" da refinaria.

A companhia diz estar colaborando com todos os órgãos Públicos (Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministério Público etc.), "fornecendo informações sobre o processo de compra da refinaria de Pasadena, a fim de contribuir com as respectivas apurações".

REFINARIA ABREU E LIMA

O Tribunal de Contas da União também está investigando a obra da refinaria Abreu e Lima da Petrobras, em Ipojuca (PE). O custo inicial da obra saltou de mais US$ 2 bilhões para cerca de US$ 18 bilhões.

A estatal está arcando sozinha com todos os custos da construção do projeto que era para ser uma parceria com a PDVSA – a estatal de petróleo da Venezuela. O acordo firmado entre os então presidentes Lula e Hugo Chávez, porém, nunca teve a situação jurídica formalizada.

Desde 2008, o TCU faz auditorias na refinaria e já concluiu que houve superfaturamento em alguns contratos. A presidente da Petrobras, Graça Foster, já classificou publicamente os gastos com a refinaria como uma história a não ser repetida.

Como a PDVSA nunca assinou um contrato definitivo para o projeto, a Petrobras teve de abrir mão de cobrar o calote da Venezuela. O que existe hoje é apenas um contrato de associação, um documento provisório. Por ele, se o contrato definitivo tivesse sido assinado, caso a PDVSA não cumprisse a parte dela, o Brasil poderia cobrar a dívida, com juros, ou receber ações da empresa venezuelana.

Segundo a Petrobras, a refinaria deveria ter começado a produzir, principalmente óleo diesel, em 2010 e operar a plena carga em 2011. Agora, a Petrobras diz que a Abreu e Lima vai começar a operar ainda em 2014, com três anos de atraso.

A Polícia Federal investiga o envolvimento do ex-diretor da Petrobras, Paulo Roberto Costa, preso pela Polícia Federal em março, na construção da refinaria. A PF investiga se o Costa recebeu propina do doleiro Alberto Youssef para favorecer empresas em contratos para a obra. O ex-diretor também é investigado pela compra supostamente superfaturada da refinaria de Pasadena.

SUSPEITA DE PROPINA

A Controladoria-Geral da União instaurou uma sindicância para apurar a denúncia de supostos pagamentos de suborno a funcionários da Petrobras pela companhia holandesa SBM Offshore.

O suposto esquema foi revelado na internet em outubro do ano passado por um ex-funcionário da SBM e publicado pelo jornal "Valor Econômico". Segundo a empresa, ele pediu dinheiro para não divulgar os documentos.

Segundo a denúncia, a SBM, uma das maiores empresas de aluguel e operação de plataformas, teria corrompido autoridades de governos de vários países e representantes de empresas privadas para conseguir contratos.

O ex-funcionário disse ainda que, entre 2005 e 2011, o valor pago teria chegado a US$ 250 milhões. No Brasil, o principal intermediário do esquema seria o empresário Julio Faerman. Ele foi um dos representantes da SBM no país até 2012 e é citado na investigação criminal aberta pelo Ministério Público Federal neste mês. Faerman nega as acusações.

Comissão interna da Petrobras concluiu não haver provas de suborno (assista, no vídeo acima, reportagem do Jornal Nacional). A denúncia, porém, está sendo investigada pela Polícia Federal. Os contratos entre a empresa holandesa e a Petrobras passam ainda por uma análise do Tribunal de Contas da União.

A companhia holandesa negou que tenha feito pagamentos indevidos a servidores ou a trabalhadores da estatal. A empresa informou ter pago US$ 139,1 milhões em comissões para seu agente no Brasil, mas reiterou não ter comprovado pagamento de propina a funcionários da Petrobras.

As empresas Faercom e Oildrive, apontadas nas denúncias como intermediárias dos pagamentos de propina no Brasil, também negam envolvimento.

Segundo o "Valor Econômico", a SBM é investigada na Holanda, na Inglaterra e nos Estados Unidos por pagamento de suborno a empresas de outros seis países, além do Brasil. Conforme o jornal, a empresa informou em seu último balanço que tem portfólio de encomendas de US$ 23 bilhões com a estatal brasileira, incluindo as plataformas Cidade de Paraty, Cidade de Maricá e Cidade de Saquarema, em construção.

Terceirização: entenda ponto a ponto projeto que foi aprovado pela Câmara

*Por * Com informações da Agência Câmara*

A proposta de regulamentação da lei de terceirização, aprovada na última quarta-feira (dia 22) na Câmara dos Deputados e que segue agora para o Senado, alterou itens considerados polêmicos do texto-base. Entre as mudanças, o projeto permite, na prática, a terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade-fim, já que não houve qualquer diferenciação com "atividade-meio". Essa emenda foi aprovada por 230 votos a 203. Confira ponto a ponto como ficou o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

Quais empresas podem atuar como terceirizadas

A emenda aumentou os tipos de empresas que podem atuar como terceirizadas, abrindo a oferta às associações, às fundações e às empresas individuais. O produtor rural pessoa física e o profissional liberal poderão aparecer como contratante.

Quarentena

Uma mudança em relação ao texto-base é a diminuição, de dois anos para um ano, do período de "quarentena" que ex-empregados da contratante têm de cumprir para firmar contrato se forem donos ou sócios de empresa de terceirização. Os aposentados não precisarão cumprir prazo. A quarentena procura evitar a contratação de ex-empregados por empresas individuais. Já a subcontratação por parte da contratada ("quarteirização") poderá ocorrer quando se tratar de serviços técnicos especializados.

Quem é responsável pelo recolhimento

Antes, o texto previa que a empresa contratada poderia ser solidária apenas se a contratante não fiscalizasse o recolhimento e o pagamento dessas obrigações. O texto da emenda aprovada

muda o tipo de responsabilidade da empresa contratante do serviço, determinando que ela será solidária em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada. Com a responsabilidade solidária, a contratante poderá ser acionada na Justiça pelo recebimento dos direitos ao mesmo tempo em que a contratada.

O que deve ser fiscalizado

A empresa contratante deve acompanhar a fiscalização do pagamento da remuneração; das férias; do vale-transporte; do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados da contratada. O texto prevê ainda que, no caso de subcontratação, permitida para serviços técnicos especializados, as regras sobre a responsabilidade vão se aplicar tanto à contratante no contrato principal quanto àquela que subcontratou os serviços.

Sindicalização de terceirizados

O texto aprovado prevê que, quando a terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria, os empregados da contratada serão representados pelo mesmo sindicato dos empregados da contratante. No entanto, emenda aprovada retirou do texto a necessidade de se observar os respectivos acordos e convenções coletivas de trabalho.

Recolhimento de impostos

Foi incluída no texto a obrigação de a empresa contratante fazer o recolhimento antecipado de parte dos tributos devidos pela contratada. Deverão ser recolhidos 1,5% de Imposto de Renda na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária; 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 0,65% do PIS/Pasep; e 3% da Cofins. Outra mudança aprovada diminui o recolhimento antecipado do Imposto de Renda na fonte de 1,5% para 1% para empresas de terceirização dos serviços de limpeza, conservação, segurança e vigilância. O projeto aprovado exige ainda que a empresa contratante de determinados serviços faça o recolhimento antecipado, ao INSS, de 11% da fatura em nome da contratada, que poderá compensá-lo quando do recolhimento das contribuições devidas sobre a folha de pagamentos de seus segurados.

Troca de empresa

Quando ocorrer a troca de empresa prestadora de serviços terceirizados com a manutenção dos mesmos empregados da empresa anterior, o texto prevê a manutenção do salário e demais direitos previstos no primeiro contrato. Se o fim do contrato coincidir com o fim do período anual de aquisição de férias, os trabalhadores terão de tirá-las nos últimos seis meses desse período. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) não permite isso normalmente, e o projeto cria essa exceção. Caso a rescisão ocorrer antes de completado o período aquisitivo de férias, elas deverão ser compensadas quando da quitação das verbas rescisórias.

Garantia

Os contratos de terceirização deverão prever o fornecimento de garantia, por parte da contratada, de 4% do valor do contrato. Para contratos nos quais o valor de mão de obra seja igual ou superior a 50% do total, o limite da garantia será 1,3 vezes o valor equivalente a um mês de faturamento.

Alimentação, transporte e salubridade

O texto do projeto da terceirização assegura aos empregados da empresa contratada o acesso às mesmas condições oferecidas aos empregados da contratante quanto à alimentação oferecida em refeitórios; aos serviços de transporte; ao atendimento médico ou ambulatorial nas dependências; e ao treinamento adequado se a atividade exigir. A contratante terá ainda de garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos empregados da contratada enquanto estes estiverem a seu serviço em suas dependências ou em local por ela designado.

Pessoas com deficiência

Os deputados aprovaram ainda emenda que obriga as empresas sujeitas ao cumprimento de cota de contratação de trabalhadores com deficiência a seguirem essa cota segundo o total de empregados próprios e terceirizados.

REGRAS PARA O SERVIÇO TERCEIRIZADO



	Atualmente *	Projeto de Lei 4330/04**
Responsabilidade das empresas envolvidas	A contratante poderá ser acionada na Justiça se a contratada não pagar os direitos trabalhistas e previdenciários (responsabilidade subsidiária)	A responsabilidade da contratante será solidária quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada, podendo ser processada em conjunto com esta.
Atividade que pode ser terceirizada	Atividade-meio da contratante	Qualquer atividade
Filiação sindical	A filiação sindical é livre, mas a Justiça trabalhista tem reconhecido a submissão do contrato de trabalho a acordos e convenções coletivas com o sindicato da atividade preponderante da contratante se a terceirização for considerada irregular ou ilegal	Garante representação pelo mesmo sindicato apenas se a contratante e a contratada forem da mesma categoria econômica, mas não precisarão ser observados os acordos e convenções de trabalho
Troca de empresa	Não é regulamentado. Prejuízos ao trabalhador são julgados a cada caso	Prevê que, se ocorrer troca de empresa prestadora dos serviços terceirizados com admissão de empregados da antiga contratada, os salários e direitos do contrato anterior deverão ser garantidos
Garantia	Não é regulamentado	A contratada deverá fornecer garantia de 4% do valor do contrato, limitada a 50% de um mês de faturamento
Acesso a restaurante e transporte	Não é regulamentado	Prevê que o trabalhador terceirizado terá acesso a restaurantes, transporte e atendimento ambulatorial oferecidos pela contratante aos seus próprios empregados
Recolhimento antecipado de tributos	Não há regulamentação	A contratante deverá recolher antecipadamente parte dos tributos devidos pela contratada

* Não há uma lei regulamentando o assunto, apenas jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) por meio da Súmula 331, de 2003

**Os deputados aprovaram o texto-base, mas não concluíram a votação do projeto. Ainda serão analisados pedidos de alterações no texto.

Entenda a Operação Lava Jato

Investigação apura esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Além da Petrobras, ação apura contratos da Caixa e do Ministério da Saúde.

Do G1,

Deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal (PF), a Operação Lava Jato investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras. A PF estima em R$ 19 bilhões o prejuízo na estatal. Em balanço divulgado em abril de 2015, a empresa admitiu perdas de R$ 6,2 bilhões com a corrupção no ano passado.

OPERAÇÃO LAVA JATO

Segundo a PF e o Ministério Público Federal (MPF), grandes empreiteiras organizadas em cartel pagavam propina a diretores e gerentes da Petrobras e outros agentes públicos. Delatores que fizeram acordo com o MPF disseram que a propina chegava a 3% dos contratos fechados com a estatal, mas investigadores dizem que o percentual pode ser maior.

Mais recentemente, as investigações descobriram irregularidades também em contratos do Ministério da Saúde e da Caixa Econômica Federal.

Em 15 fases, a PF já cumpriu centenas de mandados judiciais, que incluem prisões preventivas, temporárias, busca e apreensão e condução coercitiva (quando o suspeito é levado a depor).

Até o início de julho de 2015, o Ministério Público já havia feito 24 denúncias envolvendo 117 pessoas.

As investigações policiais e do MPF podem resultar ou não na abertura de ações na Justiça. O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância do Judiciário, aceitou denúncia contra 114 suspeitos. Ao todo, 24 ações penais e 5 ações civis públicas foram instauradas na Justiça Federal do Paraná.

São alvos de ações penais as empreiteiras Camargo Corrêa, UTC, Mendes Júnior, Engevix, OAS e Galvão Engenharia. Respondem a ações civis públicas a Galvão Engenharia, Galvão Participações, Sanko Sider, Coesa Engenharia, Jackson Empreendimentos, Mendes Júnior Participações, Mendes Júnior Trading e Engenharia e OAS.

Outras empresas, como Andrade Gutierrez e Odebrecht, são investigadas pela PF e pelo Ministério Público.

Operação Politeia

Em um desdobramento da Lava Jato, a PF cumpriu 53 mandados de busca e apreensão. Agentes entraram nas casas de seis políticos suspeitos de envolvimento com o esquema de corrupção na Petrobras: senador e ex-presidente Fernando Collor de Mello (PTB-AL), senador Ciro Nogueira (PP-PI), deputado Eduardo da Fonte (PP-PE), ex-ministro e ex-deputado Mário Negromonte (PP-BA), ex-ministro e senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) e ex-deputado João Pizzolati (PP).

Na casa de Collor, foram apreendidos três carros de luxo: uma Ferrari, um Porsche e uma Lamborghini. O senador disse que a ação foi truculenta e "extrapolou" todos os limites do estado democrático de direito e da legalidade. Ele se disse "humilhado". Já o Senado, em reação à entrada de policiais em apartamentos funcionais de senadores, disse que a medida "beira à intimidação".

15ª fase

A PF deflagrou a 15ª fase da Operação Lava Jato em 2 de julho, no Rio de Janeiro e em Niterói. Nela, foi preso o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Jorge Luiz Zelada.

Segundo o MPF, ele é suspeito de ter recebido propina e enviado o dinheiro para contas no exterior.

De acordo com as investigações, um saldo milionário em contas em Mônaco e na China, além de auditorias internas na estatal e depoimentos de outros suspeitos que firmaram acordo de delação premiada são provas do envolvimento de Zelada no esquema criminoso.

14ª fase

As empresas Odebrecht e Andrade Gutierrez foram alvos da 14ª fase, chamada de "Erga Omnes", expressão em direito que significa que a lei deve atingir a todos por igual.

Marcelo Odebrecht, presidente da Odebrecht, e Otávio Marques de Azevedo, presidente da Andrade Gutierrez, foram presos preventivamente. Segundo o Ministério Público Federal, as empresas tinham um esquema 'sofisticado' de corrupção, envolvendo pagamento de propina a diretores da estatal por meio de contas bancárias no exterior.

Em nota, a Odebrecht informou que os mandados são "desnecessários", já que a empresa tem colaborado com as investigações. A Andrade Gutierrez também disse que colabora com a PF.

No inquérito relacionado à construtora Andrade Gutierrez, nove pessoas foram indiciadas por crimes contra a ordem econômica, corrupção ativa, lavagem de dinheiro e fraude à licitação. Entre elas, está o presidente da empreiteira.

13ª fase

Apontado como um dos operadores do esquema de propinas da Petrobras, Milton Pascowitch foi preso e levado à sede da PF em Curitiba. Ele já havia prestado depoimento à PF em São Paulo na 9ª fase da operação.

Segundo a PF, Milton presta serviços à Ecovix, empresa do ramo de construção naval e offshore (exploração petrolífera que operam com plataformas no mar).

De acordo com o Ministério Público Federal (MPF), a empresa JD Consultoria, de propriedade do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, recebeu mais de R$ 1,4 milhão em pagamentos da Jamp Engenheiros Associados LTDA, que pertence a Milton Pascowitch.

12ª fase

Com a prisão preventiva do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, nesta quarta-feira (15), começou a 12ª fase da Lava Jato. Ele é investigado por suspeita de receber propina no esquema de corrupção na Petrobras.

A esposa do petista, Giselda Rousie de Lima, teve um mandado de condução coercitiva e foi ouvida em casa. Para a polícia, a fala dela não acrescentou nada à investigação. Há ainda um mandado de prisão temporária contra a cunhada de Vaccari, Marice Correa de Lima.

Desde que surgiram as denúncias, no ano passado, Vaccari tem negado participação no esquema.

11ª fase

A PF deflagrou em 10 de abril a 11ª fase da Operação Lava Jato com sete mandados de prisão.

Foram presos os ex-deputados André Vargas (sem partido), Luiz Argôlo (SDD-BA) e Pedro Corrêa (PP-PE).

A polícia encontrou indícios de irregularidades em contratos publicitários da Caixa e do Ministério da Saúde.

Segundo a PF, a agência dirigida por Ricardo Hoffmann, um dos presos desta fase, subcontratava empresas fornecedoras de materiais publicitários para campanhas da Caixa e do Ministério da Saúde. No entanto, essas empresas eram de fachada e tinham como sócios o ex-deputado André Vargas e seu irmão, Leon Vargas.

Políticos investigados

Até o ano passado, o foco das apurações estava em empreiteiras e funcionários da Petrobras. Em março deste ano, o ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu autorizar a abertura de inquéritos para investigar 50 pessoas, entre elas 48 políticos.

Foram citados 22 deputados federais, 13 senadores, 12 ex-deputados e uma ex-governadora, pertencentes a cinco partidos, além de dois dos chamados "operadores" do esquema – o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e lobista Fernando Soares, o "Fernando Baiano".

Veja todos os nomes, os indícios contra cada um e o que diz a defesa.

Em 12 de março, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) abriu inquéritos para investigar os governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e do Acre, Tião Viana (PT). Os dois foram citados por delatores da Operação Lava Jato como beneficiários do esquema de corrupção na Petrobras. Eles negam as acusações. No inquérito de Pezão, também serão investigados o ex-governador do Rio Sérgio Cabral e o ex-chefe da Casa Civil Regis Fichtner.

Pedidos arquivados

A presidente Dilma Rousseff e o senador Aécio Neves (MG), presidente nacional do PSDB, foram citados em depoimentos de delatores, mas tanto a Procuradoria Geral da República quanto o ministro Zavascki, do STF, entenderam que a investigação em relação a ambos não se justificava.

O esquema na Petrobras

As investigações da PF revelaram uma suposta ligação entre o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa com o esquema de lavagem de dinheiro comandado pelo doleiro Alberto Youssef.

Costa admitiu à polícia que recebeu um carro de luxo avaliado em R$ 250 mil do doleiro, mas alegou que o veículo foi dado em pagamento por um serviço de consultoria. Costa disse que já estava aposentado da Petrobras à época do recebimento do carro. No entanto, ele reconheceu que conhecia Youssef do período em que ainda estava na estatal brasileira. O ex-diretor foi preso em 20 de março de 2014 enquanto destruía documentos que podem servir como provas no inquérito.

Em outubro, ao prestar depoimentos à Justiça Federal, Costa revelou o esquema de pagamento de propina na Petrobras que, segundo ele, era cobrada de fornecedores da estatal e direcionada para atender a PT, PMDB e PP. Os recursos teriam sido usados na campanha eleitoral de 2010. Os partidos negam. Segundo Costa, as diretorias comandadas pelos três partidos recolhiam propinas de 3% de todos os contratos.

Segundo o ex-diretor, a operação teve início em 2006, quando se formou um cartel entre grandes empreiteiras para prestação de serviços à Petrobras e para obras de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas e aeroportos.

Político cassado

A apuração da PF também trouxe à tona indícios de ligação entre Alberto Youssef e o deputado federal André Vargas (sem partido-PR). Os dois teriam atuado para fechar um contrato milionário entre uma empresa de fachada e o Ministério da Saúde. Além disso, o parlamentar do Paraná reconheceu que, em janeiro, viajou para João Pessoa (PB) em um jatinho emprestado pelo doleiro.

Vargas alegou que não há irregularidades na sua relação com o doleiro preso pela operação Lava Jato. Pressionado pelo próprio partido em razão das denúncias, Vargas renunciou ao cargo de vice-presidente da Câmara e se desfiliou do PT. Ele também se tornou alvo de processo por quebra de decoro no Conselho de Ética da Câmara, que aprovou parecer que pede sua cassação. Em dezembro de 2014, o plenário votou pela cassação.

O deputado Luiz Argôlo (SD-BA) também se tornou alvo das investigações da PF devido à relação com Alberto Youssef. Em relatório, a PF disse que"os indícios apontam que o deputado tratava-se de um cliente dos serviços prestados por Youssef, por vezes repassando dinheiro de origem aparentemente ilícita, intermediando contatos em empresas, recebendo pagamentos, inclusive tendo suas atividades operacionais financiadas pelo doleiro". Argôlo nega as acusações.

Em outubro do ano passado, o Conselho de Ética da Câmara aprovou parecer pedindo a cassação do mandato de Argôlo por considerar ter havido "tráfico de influência, prática de negócios e pagamentos ilícitos". Mas ele conseguiu terminar o mandato sem que o relatório fosse votado.

Entenda a proposta que reduz a maioridade penal para 16 anos

Câmara criou comissão para analisar projeto apresentado há 22 anos. Texto permite que pena em prisão comum possa valer a partir de 16 anos.

Do G1,

A comissão especial criada nesta terça-feira (31) na Câmara dos Deputados para discutir a redução da maioridade penal para 16 anos vai analisar uma proposta de emenda à Constituição (PEC 171/1993) apresentada há 22 anos. Junto a esse texto, foram agrupadas outras 37 proposições com o mesmo teor, que serão analisadas em conjunto.

O texto original é de autoria do ex-deputado Benedito Domingos (PP-DF), e altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, com o objetivo de reduzir de 18 para 16 anos a idade mínima para a responsabilização penal.

O que determina a Constituição

Pelo artigo 228 da Constituição Federal, "são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial". A redação proposta pela PEC sugere que o artigo seja substituído por: "São penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial".

O que diz o ECA

A legislação especial ao qual a Constituição se refere trata-se, atualmente, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Segundo o estatuto, o adolescente menor de 18 anos que pratica ato infracional pode ter, como medida socioeducativa, desde advertência e prestação de serviços à comunidade até a internação em estabelecimento educacional, uma "medida privativa da liberdade".

A internação, segundo o ECA, só deve ocorrer em casos de ato infracional considerado violento ou com grave ameaça, quando há reincidência de infrações consideradas graves ou quando há descumprimento de medida socioeducativa anterior. A legislação determina que a internação não pode durar mais de três anos e a liberação é obrigatória aos 21 anos de idade.

A PEC não altera o ECA, mas, conforme a proposta, as punições estabelecidas no estatuto que são válidas para adolescentes que praticam atos infracionais só valeriam para quem tem até 15 anos.

Justificativa da proposta

Na justificativa da PEC, o ex-deputado Domingos alega que a maioridade penal foi fixada em 1940, quando os jovens, segundo ele, tinham "um desenvolvimento mental inferior aos jovens de hoje da mesma idade".

De acordo com Domingos, "o acesso à informação, a liberdade de imprensa, a ausência de censura prévia, a liberação sexual, dentre outros fatores", aumentaram a capacidade de discernimento dos jovens para "entender o caráter delituoso" e, por isso, capazes de serem responsabilizados criminalmente.

"Se há algum tempo atrás se entendia que a capacidade de discernimento tomava vulto a partir dos 18 anos, hoje, de maneira límpida e cristalina, o mesmo ocorre quando nos deparamos com os adolescentes com mais de 16", afirma o texto.

'Cláusula Pétrea'

Entre os argumentos de quem é contra à redução da maioridade penal está o de que o artigo 228 da Constituição Federal seria uma cláusula pétrea, ou seja, não poderia ser objeto de uma proposta de emenda.

O parecer do deputado Marcos Rogério (PDT-RO) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara nesta terça-feira (31), no entanto, argumenta que a proposta do ex-deputado Benedito Domingos não visa abolir a maioridade penal, mas modificá-la.

Tramitação

A comissão especial da Câmara destinada a analisar a PEC 171/1993 será instalada em 8 de abril e terá até 40 sessões para emitir um parecer sobre a proposta. Depois, o projeto segue para apreciação no plenário da Câmara, onde precisará de 308 votos, dos 513 deputados em dois turnos de votação para ser aprovado.

Com a aprovação da Câmara, a PEC segue para o Senado, onde também será analisada pela CCJ da Casa e passará por mais duas votações em plenário, onde são exigidos 49 votos entre os 81 senadores.

Entenda as diferenças entre o projeto de redução da maioridade penal aprovado e o rejeitado

Nova versão da proposta valeria nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal com morte

01/07/2015

Depois de rejeitar, na quarta-feira, o texto da comissão especial para a proposta de emenda à Constituição que reduz a maioridade penal (PEC 171/93), a Câmara dos Deputados voltou atrás. Em sessão que se estendeu até a madrugada desta quinta-feira, os parlamentares aprovaram, em primeiro turno, um texto mais brando sobre a polêmica medida.

O avanço da redução da idade mínima de 18 para 16 anos para a imputação penal para crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte ocorreu graças a uma emenda aglutinativa acordada entre líderes partidários. A proposta excluiu outros crimes rejeitados anteriormente, como roubo qualificado, tortura, tráfico de drogas e lesão corporal grave.

A redução da maioridade penal ainda precisa ser votada em segundo turno pela Câmara e, depois, passar por apreciação do Senado.

Entenda as diferenças entre a proposta rejeitada na quarta-feira e a aprovada na madrugada desta quinta:

O que previa a proposta rejeitada na quarta-feira?

A proposta rejeitada — foram 303 votos a favor, quando o mínimo necessário era de 308 — reduziria de 18 para 16 anos a maioridade penal para crimes cometidos com uso de violência ou grave ameaça, crimes hediondos (como estupro, latrocínio e homicídio qualificado), homicídio doloso, lesão corporal grave ou lesão corporal seguida de morte, tráfico de drogas e roubo.

O que prevê o texto aprovado nesta quinta-feira?

A redução da maioridade penal, de 18 a 16 anos, será nos casos de crimes hediondos (estupro, sequestro, latrocínio, homicídio qualificado e outros), homicídio doloso e lesão corporal. Ou seja: foi retirado do texto crimes como roubo qualificado, tortura, tráfico de drogas e lesão corporal grave. Foram 323 votos a favor, 155 contra e duas abstenções.

O que previa a PEC original?

O projeto original, de 1993, reduz a maioridade penal para 16 anos em qualquer tipo de delito.

Que outras propostas podem ser apresentadas caso a PEC não seja aprovada?

Parlamentares contrários à redução da maioridade penal apontam a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma alternativa à medida, prevendo a ampliação do período de internação de menores infratores. Um projeto do senador José Serra (PSDB-SP) estende dos atuais três para 10 anos o tempo máximo de internação em casos de crimes hediondos, além de prever escolarização, profissionalização e trabalho externo mediante autorização da Justiça. No Congresso, a mudança no ECA é abordada em mais de 30 propostas. O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), pretende criar uma comissão na Casa para analisar todas as propostas sobre o tema.

SEGURANÇA

Brasil lidera ranking de medo de tortura policial

Questionados se estariam seguros ao ser detidos, 80% dos brasileiros discordaram fortemente

Levantamento da ONG ouviu 21 mil pessoas em todo o mundo

Trinta anos depois da assinatura da Convenção Internacional Contra Tortura da ONU por 155 países, entre eles o Brasil, a grande maioria dos brasileiros ainda teme por sua segurança ao ser detida por autoridades, revela um relatório divulgado nesta segunda-feira(12) pela ONG Anistia Internacional, que trabalha com defesa de direitos humanos.

Quando questionados se estariam seguros ao ser detidos, 80% dos brasileiros ouvidos pela ONG no levantamento discordaram fortemente.

Trata-se do maior índice dentre os 21 países analisados no estudo e quase o dobro da média mundial, de 44%.

'É um índice chocante que revela a percepção social em torno da tortura', diz Erika Rosas, diretora para Américas da Anistia Internacional, à BBC Brasil.

'Não podemos dizer que a tortura é uma prática sistemática no Brasil como em outros países, mas temos documentado diversos casos preocupantes'.

Impunidade

No levantamento, que ouviu 21 mil pessoas em todo o mundo, o México ficou num distante segundo lugar, com 64% dos participantes respondendo temer a tortura por autoridades. Turquia e Paquistão empataram na terceira posição, com 58%.

O Reino Unido (15%), a Austrália (16%) e o Canadá (21%) foram os países onde este medo é menor.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Wadih Damous, diz não se surpreender com a posição do Brasil no ranking.

'A tortura persiste porque houve a impunidade com a anistia dos agentes da ditadura que a praticaram. Isso gera um salvo-conduto para as autoridades atuais', afirma Damous.

'A violência policial é perceptível e está enraizada nas políticas de segurança pública do país'.

Nos últimos três anos, o número de denúncias dos atos cometidos por agentes do governo no país cresceu 129%.

Entre 2011 e 2013, foram relatados 816 casos por meio do Disque 100, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, envolvendo 1.162 agentes do Estado.

Avanço

Damous aponta como avanço nesta questão a aprovação no Congresso Nacional do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que prevê, entre outras medidas, a permissão para que peritos independentes tenham acesso a prisões e hospitais psiquiátricos para avaliar o tratamento dado a detentos e pacientes.

'Hoje, os peritos policiais se sentem coagidos por colegas a mudarem seus laudos', afirma Damous.

Rosas, da Anistia Internacional, diz que o sistema aprovado no país é louvável, mas que é agora preciso colocar essa política em prática.

Atualmente, o comitê de peritos ainda precisa ser nomeado pela presidente Dilma Rousseff.

'É preciso treinar as forças de segurança e criar leis secundárias para dar apoio a este sistema', afirma Rosas.

'Isso deve ser feito especialmente em relação às manifestações que ocorreram e ainda estão por vir com a Copa do Mundo, para garantir que os protestos não sejam criminalizados e não colocar os manifestantes numa posição em que possibilite que eles sejam detidos e talvez torturados. O mundo estará de olho no Brasil neste período e a forma como o país lidar com isso servirá de exemplo'.

Ao mesmo tempo, de acordo com a pesquisa da Anistia Internacional, a maioria dos brasileiros condena a tortura: 83% concordam que é preciso haver regras claras contra esta prática e que elas violam leis internacionais e 80% discordam que ela pode ser necessária em alguns casos para obter informações para proteger a população.

'Isso é como o racismo: ninguém declara abertamente apoio à tortura. Mas percebemos que, em segmentos importantes da sociedade, bate-se palmas à tortura ou ela é ignorada porque foi praticada contra criminosos. Isso ocorre principalmente nas redes sociais, onde as pessoas costumam ser mais honestas', afirma Damous.

'A sociedade precisa fazer sua parte e colaborar, porque os policiais sentem-se legitimados por esta parte da população'.

Campanha

Juntamente com a pesquisa, a Anistia Internacional lançou uma campanha contra a tortura.

Em seu relatório, a ONG afirma que, apesar de muitos países terem aceito a proibição universal da tortura e vêm combatendo-a com sucesso, diversos governos ainda usam tortura para extrair informação, obter confissões forçadas, silenciar dissidentes ou simplesmente como uma punição cruel.

Segundo Rosas, da Anistia Internacional, é preciso dar fim à noção de que a tortura é necessária para controlar os níveis de criminalidade.

'Falta vontade política dos governos para punir quem pratica a tortura porque ela é vista como uma prática aceitável para combater o crime', afirma Rosas.

Entre janeiro de 2009 e maio de 2013, a Anistia Internacional teve conhecimento de torturas e maus-tratos em 141 países.

Amarildo

Apesar de não fazer parte oficialmente desta estatística, o caso do pedreiro Amarildo de Souza é citado nominalmente no lançamento da nova campanha contra tortura.

Em 14 de julho de 2013, ele foi detido ilegalmente pela polícia militar na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Uma investigação concluiu que ele foi morto por meio de tortura dentro de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) instalada pela polícia na favela.

'Assim como outros países do continente, o Brasil tem um legado de violência gerado pelas ditaduras, que usava a tortura como ferramenta de opressão. É muito preocupante que, em 2014, autoridades sigam torturando', afirma Rosas.

Vinte e cinco policiais acusados de terem envolvimento com sua tortura e morte estão atualmente em julgamento.

'O caso de Amarildo foi exatamente como ocorria na ditadura e mostra que a tortura não é coisa do passado', afirma Damous.

'Talvez por causa da repercussão na internet e internacionalmente, ele tenha virado uma exceção, porque houve punição. A regra ainda é a impunidade'.

Após acordo, presos decidem acabar com rebeliões no RN

Natal - Após negociação, os detentos amotinados em presídios do Rio Grande do Norte se comprometeram, na noite desta quarta-feira, 18, a acabar com as rebeliões que começaram há uma semana.

O acordo envolveu líderes dos motins, o juiz da Vara de Execuções Penais, Henrique Baltazar, e representantes da Comissão de Direitos Humanos.

As conversas ocorreram na Penitenciária de Alcaçuz, no município de Nísia Floresta, principal unidade prisional do Estado. De lá partiam as "ordens" dos motins nos demais presídios. Pela manhã, detentos haviam iniciado uma rebelião no local.

Durante a negociação, o juiz prometeu enviar ao governo do Estado reivindicações dos presos, como mudanças nos métodos de revistas íntimas de visitantes e revisão de processos, para possibilitar progressões de penas.

Nesta quinta-feira, 19, agentes penitenciários devem realizar uma revista em três pavilhões de Alcaçuz, que foram tomados pelos detentos na semana passada.

Balanço

Ainda nesta quarta, um túnel foi encontrado no Presídio Provisório Professor Raimundo Nonato Fernandes, na zona norte de Natal. O local já havia sido alvo de uma rebelião na última semana

Pouco antes da descoberta, 215 homens da Força Nacional tinham assumido o trabalho de conter os presos amotinados.

Segundo balanço da crise no sistema penitenciário do Estado, desde o último dia 11, foram registradas rebeliões em 14 das 33 unidades prisionais do Rio Grande do Norte.

A secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, que está na capital potiguar, afirmou que os "homens (da Força Nacional) permanecerão o tempo necessário e só sairão quando o governador Robinson Faria (PSD) e a secretária de Segurança, Kalina Leite, liberarem".

Na manhã desta quarta, Regina ressaltou que o trabalho da Força Nacional não era dentro dos presídios. No entanto, ela admitiu que, "se preciso fosse", os homens entrariam nas unidades prisionais, o que acabou ocorrendo à tarde.

A crise no sistema penitenciário também traz problemas na gestão.

O diretor de pavilhão da Penitenciária de Alcaçuz, Osvaldo Júnior Rossato, entregou o cargo na quarta-feira, acusando uma comissão de advogados da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte de incitar os presos à rebelião. A OAB nega.

Aumento de homicídios e rebeliões agravam crise de segurança pública no Brasil

A crise na segurança pública do Brasil foi agravada em 2014 com o aumento do número de homicídios no país, alta letalidade nas operações policiais, uso excessivo de força para reprimir protestos, rebeliões com mortes violentas em presídios superlotados e casos de tortura.

As informações são parte do capítulo brasileiro do Relatório 2014/15 – O Estado dos Direitos Humanos no Mundo, que será lançado mundialmente amanhã (25) pela Anistia Internacional. Devido às diferenças de fuso horário, o relatório foi liberado na noite de hoje (24) para o Brasil.

O diretor executivo da organização no Brasil, Atila Roque, informou que o país está entre as localidades onde mais se mata no mundo, superando territórios com conflitos armados e guerras. “Um país que perde todo ano quase 60 mil pessoas claramente não está conseguindo dar uma resposta adequada ao princípio fundamental do estado, que é proteger a vida. Garantir a vida com qualidade, mas, antes de tudo, garantir a vida. A avaliação é mais dramática se pensarmos que cerca de 30 mil [assassinados] são jovens, entre 15 e 29 anos. Desses, 77% são negros”, explicou.

Outro problema grave apontado pela Anistia é a impunidade. Conforme os dados do levantamento, menos de 8% dos homicídios viram inquérito na Justiça brasileira. “Existe quase uma licença para matar, porque praticamente só vira inquérito o crime cometido à luz do dia, na frente de todo mundo, entre conhecidos, aquele que todo mundo viu quem foi”, acrescentou Roque.

Ele lembra que o Brasil tem a quarta maior população prisional do mundo. "São mais de 500 mil pessoas presas, o que não significa punição para os crimes. Estamos prendendo muito e mal, porque prendemos quem não comete crimes violentos. Está na cadeia quem comete crimes contra a propriedade, contra o patrimônio e crime de tráfico de drogas, que também é bastante controverso."

De acordo com o relatório, a militarização da segurança pública, com uso excessivo de força e a lógica do confronto com o inimigo, principalmente em territórios periféricos e favelas, contribui para manter alto o índice de violência letal no país. "Em um período de cinco anos, a polícia brasileira matou o que a dos Estados Unidos matou em 30 anos. E a polícia americana não é das mais pacíficas do mundo. Entre os países desenvolvidos, é uma das que mais matam", ressaltou o diretor.

Ele destacou que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade estabelece uma relação da violência policial como legado da ditadura militar. Por outro lado, lembrou que o policial também é vítima, sendo alto o número de assassinatos de agentes das forças de segurança.

Entre os casos citados pela Anistia, os destaques são o assassinato do pedreiro Amarildo de Souza em 2013; a prisão de Rafael Braga Vieira, único condenado nas manifestações de junho de 2013; a chacina de novembro, que deixou dez mortos em Belém; a rebelião no Presídio de Pedrinhas (MA); o perigo de retrocesso nas legislações que envolvem a demarcação de terras e criminalização do aborto; a repressão violenta às manifestações antes e durante a Copa do Mundo, além da demora do Congresso em ratificar o Tratado Internacional de Armas.

Nas recomendações, a entidade sugere a elaboração de um plano nacional de metas para a redução dos homicídios, desmilitarização e reforma da polícia, com mecanismos de controle externo, valorização dos agentes e aprimoramento da formação, condições de trabalho e inteligência para investigação. A Anistia Internacional também pede a implementação de um plano de proteção de defensores de direitos humanos.

"É preciso que enfrentemos o tema da reforma e reestruturação das polícias. Temos de pensar a segurança pública como área de afirmação de direitos e não de violação de direitos. É preciso que pensemos a segurança como parte das políticas públicas e, portanto, como problema do Estado. Segurança pública não é uma questão apenas da polícia. Essa conciência precisa ser incorporada no Brasil de forma que possamos sair desse ciclo de horror", ressaltou Roque.

Como pontos positivos, ainda que incompletos, a entidade cita a condenação, em 1992, de 75 policiais pela morte de 111 presos na rebelião do Carandiru; a instituição do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e avanços na legislação em benefício da população LGBT (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros).

Procurados, representantes do Ministério da Justiça informaram que ainda não tiveram acesso ao relatório. A Secretaria de Estado de Segurança do Rio (Seseg) afirmou que, desde 2009, adota o Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados (SIM) e já pagou R$ 282 milhões em premiação a policiais civis e militares pela diminuição dos índices de criminalidade.

Por meio de nota, a secretaria informou que, na comparação entre 2007 e 2014, junto com as unidades de Polícia Pacificadora, o SIM contribuiu para redução de 25,8% dos crimes de letalidade violenta (homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e homicídio

decorrente de intervenção policial). Comparado entre o primeiro semestre de 2014 e o ano de 2008, o percentual sobe para 80,7% nas áreas pacificadas.

De acordo com a secretaria, a formação dos policiais foi reformulada com o programa Novo Tempo para a Segurança, que promoveu duas revisões curriculares e a renovação do corpo docente das academias de polícia, incluindo a disciplina de direitos humanos no conteúdo. Além disso, a Seseg informou que mais de 1,6 mil policiais foram expulsos por desvios de conduta ou abusos desde o início da atual gestão.

Relatório da Anistia Internacional alerta sobre agravamento da crise na segurança pública no Brasil

Documento aborda homicídios, violência policial, tortura, precariedade do sistema prisional e agressões contra jornalistas

O relatório anual da Anistia Internacional, divulgado na noite nesta terça-feira, alerta sobre a crise na segurança pública brasileira. Segundo o documento “O Estado dos Direitos Humanos no mundo”, que será lançado oficialmente nesta quarta-feira, os altos índices de homicídios no país, a violência policial, a tortura, a precariedade do sistema prisional e as agressões contra jornalistas foram os principais fatores que contribuíram para agravar a avaliação realizada pela organização.

Nas 10 páginas do capítulo referente ao Brasil, o relatório faz uma retrospectiva dos acontecimentos de 2014 e alguns destaques de 2013, como os protestos que antecederam a Copa do Mundo. Para a Anistia Internacional, “centenas de pessoas foram cercadas e detidas de modo arbitrário, algumas com base em leis de combate ao crime organizado, mesmo sem qualquer indicação de que estivessem envolvidas em atividades criminosas”.

A organização cita as “424 pessoas mortas pela polícia durante operações de segurança no Rio de Janeiro em 2013”. Entre os casos lembrados estão o do dançarino Douglas Rafael da Silva Pereira, morto em abril do ano passado na favela Pavão-Pavãozinho, e do pedreiro Amarildo de Souza, na Rocinha, torturado até a morte por policiais, além de uma chacina ocorrida em Belém do Pará.

- O Mapa da Violência contabiliza 56 mil homicídios por ano Brasil. Estamos caminhando para os 60 mil. Pelo menos 30 mil são assassinatos de jovens, entre 15 e 29 anos, a maioria negros. É como se, a cada dois dias, derrubassem um avião lotado de jovens - afirmou Átila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil.

Segundo Roque, o objetivo do relatório é apontar os principais desafios dos direitos humanos:

- Queremos chamar a atenção dos estados e da sociedade.

O documento “O Estado dos Direitos Humanos no mundo”, que será enviado a presidente Dilma Rousseff, lembra das condições das prisões no país, como o da penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão, onde 78 detentos foram assassinados entre 2013 e outubro do ano passado.

“Superlotação extrema, condições degradantes, tortura e violência continuaram sendo problemas endêmicos nas prisões brasileiras. Nos últimos anos, vários casos relativos às condições prisionais foram encaminhados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e

à Corte Interamericana de Direitos Humanos, enquanto a situação nos presídios continuava preocupante”, diz o texto.

Os ataques à liberdade de expressão mereceram destaque. A Anistia lembrou dos 18 jornalistas agredidos no exercício da profissão no período da Copa do Mundo em cidades como Rio, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Fortaleza. A organização citou a morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um explosivo durante uma manifestação.

Os conflitos por disputas de terras e direitos dos povos indígenas também estão no documento da Anistia Internacional, assim como a violência contra homossexuais.

"Em maio de 2013, o Conselho Nacional de Justiça aprovou uma resolução autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo, após uma decisão similar do Supremo Tribunal Federal em 2011. No entanto, lideranças políticas e religiosas continuaram a fazer frequentes declarações homofóbicas. Políticos conservadores vetaram as iniciativas do governo federal de distribuir materiais de educação em direitos humanos nas escolas com o fim de conter a discriminação motivada pela orientação sexual. Crimes de ódio homofóbicos ocorreram com frequência. Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 312 pessoas foram mortas em crimes de ódio homofóbicos ou transfóbicos em 2013", ressalta a Anistia.

O documento faz recomendações para tentar minimizar o problema. Entre elas, estão a elaboração de um pano nacional de metas para a redução imediata dos homicídios; a desmilitarização e a reforma da polícia, estabelecendo mecanismos efetivos de controle externo da atividade policial, e a implementação de um programa de defensores de direitos humanos, que proteja lideranças nos campos e nas cidades e promova ampla discussão sobre a origem das violações.

Procurado pelo GLOBO nesta terça-feira, o Ministério da Justiça não quis comentar o relatório divulgado pela Anistia Internacional. O ministério alegou que, por enquanto, não teve acesso ao conteúdo.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

A Anistia Internacional, por sua vez, lembrou da importância do papel da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criado pelo governo Dilma. Na conclusão dos trabalhos, após dois anos e meio de investigação, a CNV listou 434 nomes de vítimas da ditadura militar, sendo 191 mortos, 208 desaparecidos e 35 desaparecidos cujos corpos tiveram seu paradeiro posteriormente identificado.

“O estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade suscitou grande interesse público pelas violações de direitos humanos cometidas no período da ditadura de 1964-1985. Sua criação levou ao estabelecimento de mais de 100 comissões da verdade em estados, cidades, universidades e sindicatos. Essas comissões se ocuparam da investigação de casos como o desaparecimento forçado do então deputado Rubens Paiva em 1971”, diz o documento.

A versão internacional do relatório aborda ainda um diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos em 160 países, com destaque para os conflitos entre grupos do Estado Islâmico e o Boko Haram, desencadeando, segundo o documento da Anistia Internacional, crises humanitárias e o crescimento do extremismo religioso, entre outros fatores.

Presos comandam destruição dentro e fora de presídios rebelados no RN

Dezesseis unidades prisionais ficaram em poder dos presos por uma semana no estado. O Fantástico mostrou como ficou a situação dos presídios.

Uma semana de caos no Rio Grande do Norte! Os repórteres do Fantástico entraram e mostram como ficou a situação dos presídios depois das rebeliões que atingiram quase todo o estado. E revelam também como, lá de dentro, os presos ordenavam ataques nas ruas.

Uma sequência de rebeliões no Rio Grande do Norte. Dezesseis unidades prisionais ficaram em poder dos presos por uma semana. De lá de dentro, eles provocavam pânico também nas ruas.

As reivindicações vinham por vídeos gravados pelos próprios presos.

“Contra os maus tratos constantes, contra internos e familiares, estamos revindicando contra a direção do presídio de Alcaçuz”, diz um preso em um vídeo.

“Trocar a diretora de Alcaçuz ou trocar o juiz de execução penal, no que eles pensavam, era mostrar que eles mandavam”, explica Henrique Baltazar, juiz da Vara de Execução Penal.

Depois de sete dias rebelados, na quarta-feira (18), a Tropa de Choque e a Força Nacional começaram a retomar os presídios.

“Nós fomos pedidos aqui pelo estado para atuarmos na polícia ostensiva, fora dos presídios, na contenção de uma possível fuga”, conta Regina Miki, secretária Nacional de Segurança Pública.

O Fantástico entrou no presídio de Parnamirim, um dos principais presídios do Rio Grande do Norte, na Grande Natal, onde 522 presos se rebelaram e destruíram todas as celas. São dois pavilhões.

No Pavilhão 2, ficam os líderes das organizações criminosas. Geralmente, os presos abrem buracos debaixo dos colchões onde eles guardam os aparelhos de celular e as facas. Nos corredores, muito lixo. Com tudo destruído. São 36 celas e as 36 tiveram as grades arrancadas.

Depois de colocar os presos no pátio, os agentes penitenciários olham tudo. E no refeitório, um detalhe debaixo da mesa chama a atenção: durante a revista, os policiais encontraram um túnel de aproximadamente sete metros, um túnel bem grande. Eles estavam guardando a terra debaixo da mesa.

O principal presídio do estado, Alcaçuz, em Nísia Floresta, na Grande Natal, também ficou destruído. No local, além das grades arrancadas, os detentos abriram buracos nas paredes e atearam fogo nos pavilhões.

No Presídio de Alcaçuz, estão os presos que fazem parte da quadrilha que age dentro e fora das cadeias do Estado de São Paulo. E foi justamente de lá que saiu a ordem para queimar os ônibus nas ruas de Natal, como mostra uma conversa obtida com exclusividade pelo Fantástico:

Preso: Aí você bota em um banco e também em cima dos pneus, sabe?

Comparsa: Sei.

Preso: Você pega o ônibus e manda o ônibus parar, entendeu? Bota nos pneus e já era. Nos pneus e no ônibus.

Em outra gravação, o crimoso que recebeu a ordem de dentro da prisão pede ajuda para cometer o atentado.

Comparsa: Eles falaram para mim que é para pegar ônibus, passar em frente à delegacia e dar uma onda de tiro. Ou senão parar dois ônibus desses da linha e mandar todo mundo descer e botar fogo.

As ordens foram cumpridas: quatro ônibus queimados.

Em dezembro de 2014, o Fantástico já tinha mostrado que a quadrilha que age dentro e fora dos presídios paulistas estava dominando algumas cadeias do Rio Grande do Norte e planejava ataques na ruas de Natal.

"Outros irmãos que tiver (sic) na rua, se vim (sic) ligação da cadeia para fazer qualquer coisa, ele tem que fazer. Se tiver que matar gente, tem que morrer. Já vem de São Paulo (a ordem para fazer)", relatou um preso em depoimento.

Em um trecho inédito do depoimento ao Ministério Público, o preso antecipava os ataques que aconteceram na semana:

Preso: Estão querendo já se juntar para dar ataque no meio da rua. Fechar uma BR dessa, tocar fogo em ônibus. Próximo passo é ataque no meio da rua.

"A ideia é exatamente essa: a de causar terror na população. E eles viram que isso deu certo lá em São Paulo e agora eles estão realmente trazendo isso pra cá", avalia o procurador-geral de Justiça do RN Rinaldo Reis de Lima.

Para os agentes penitenciários, os presos se organizam porque faltam equipamentos de segurança e mais gente. Em Parnamirim, são quatro agentes penitenciários para 522 detentos. Em Alcaçuz, o maior presídio do estado, a situação é ainda pior: "Nós temos hoje 1,1 mil presos e seis agentes de plantão", afirma Vilma Batista, presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários/RN.

Fantástico: Tem muitos presos com celulares. Por que esses aparelhos continuam entrando nos presídios?

Vilma: Pela insuficiência, inclusive, da revista. Nós temos cerca de 600 mulheres para cada dia de visita.

Fantástico: Quer dizer, é possível fazer uma revista bem feita?

Vilma: Jamais. Não tem como. Aqui não tem inclusive um garfo, imagina um detector de metal.

"É um absoluto abandono. Os servidores se sentindo abandonados, a superpopulação carcerária contribuiu sobremaneira", avalia Kalina Leite, secretária interina de Estado da Justiça e Cidadania do RN.

Hoje, o estado tem 4.231 vagas. Mas o número de presos passa de 7,6 mil quase o dobro da capacidade. A secretária de Segurança, que assumiu esta semana provisoriamente o sistema prisional, diz que as reformas nos presídios já vão começar e reconhece a gravidade do problema.

"Tem que ser tratado como uma questão prioritária e com técnica, porque o crime organizado não pode ser mais organizado que o estado", diz Kalina.

Neste sábado (21), 16 suspeitos de liderar os ataques foram transferidos para um presídio federal de segurança máxima. Os outros não ficarão atrás das grades. Até o presídio passar por uma reforma, os presos vão ficar soltos, nos corredores, no pátio. Realmente não tem o que fazer, todas as celas estão sem grades.

As rebeliões foram controladas. Mas, segundo o juiz, o problema continua: "E agora pior, porque os presos estão soltos dentro dos pavilhões. Vão repor as grades, vão reconstruir os presídios que foram destruídos. Só reconstruir só vai voltar o problema que já tínhamos. O Estado precisa ser organiza, precisa fazer alguma coisa, precisa melhorar o sistema. Dessa vez, tivemos sorte, não morreu ninguém. Na próxima...", avalia Henrique Baltazar, juiz da Vara de Execução Penal.

Brasil vive tragédia na segurança pública, diz especialista.

O Brasil vive uma tragédia na área da segurança pública, afirmou hoje (8) o especialista Ricardo Balestreri, durante seminário na Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa (Laad Security 2014), que reúne até quinta-feira (10) no Riocentro, zona oeste da capital fluminense, empresas fabricantes e fornecedores nacionais e internacionais de tecnologia, equipamentos e serviços. Segundo ele, a falta de recursos, de políticas públicas para o setor e de investimento nas carreiras policiais contribuem para que anualmente o país perca em torno de 53 mil vidas desnecessariamente.

"Estamos matando por ano, no país, quase uma cidade de médio porte. São quase 100 mil pessoas entre homicídios e mortes no trânsito. São 53 mil homicídios por ano", comentou ele. "É uma desgraça constante e crônica na área da segurança. Não é qualquer tipo de morte, estamos eliminando anualmente toda uma geração de jovens: em geral, negros, pobres, na faixa dos 14 aos 24 anos", ressaltou.

Comprar mais armas, viaturas, rádios e coletes apenas, sem tecnologia de ponta, como sistemas de comando e controle, vídeo e monitoramento, aparelhamento e treinamento dos policiais é fazer mais do mesmo, segundo ele. "Não teremos a menor chance de reduzir o número de mortes, nem dos demais crimes que assolam hoje a sociedade brasileira, se não tivermos mais seriedade na gestão pública. Comprar apenas apetrechos é manter a política do espetáculo, que é a do tiroteio, do chute na porta, da quantidade de prisões, e ao final o resultado é pífio", comentou.

O orçamento para segurança pública, nas três áreas de governo gira em torno de R$ 40 bilhões a R$ 60 bilhões por ano, e são insuficientes para o setor, de acordo com o especialista. Balestreri, que já foi secretário nacional de Segurança Pública, entre 2008 e 2010, defende leis que garantam padrões orçamentários. "Temos vinculação percentual orçamentária na saúde e na educação, e por que no terceiro elemento do tripé do desenvolvimento não temos? Por que a segurança pública continua sendo tratada de madeira amadorista, empírica, conforme o drama do momento, o clamor popular do momento?" - questionou.

Outro problema também relatado no seminário foi a ineficiência dos inquéritos policiais. "Menos de 8% em média dos crimes são apurados e menos de 2% são punições de homicídios. Cerca de 98% das mortes dolosas no Brasil não são punidas. A impunidade é quase absoluta", lamentou ao se referir às polícias brasileiras como "meias polícias", que fazem trabalhos

incompletos e se atrapalham entre si. "Não defendo a unificação das polícias, mas do ciclo de trabalhos das polícias", declarou.

O palestrante disse que a Polícia Civil transformou-se em mero cartório de registros e de procedimentos, já que os delegados hoje são juízes de instrução sem poder, segundo ele. "As polícias precisam ser divorciadas, fazendo trabalhos especializados e completos, cada um na sua área e cada um com seu cartório próprio", argumentou. Para ele, a Polícia Civil, que é numericamente menor, deveria se superespecializar nos crimes mais sofisticados, como crimes contra a pessoa, colaborar com a Polícia Federal contra lavagem de dinheiro e crime organizado, entre outros. Já a Polícia Militar ficaria responsável pelos crimes ordinários, fazendo inclusive o trabalho cartorial e investigativo que hoje é feito pela Polícia Civil.

Em sua segunda edição, a feira é um dos maiores evento globais sobre tecnologia de inteligência e defesa, que acontece no Brasil. Além de expositores nacionais e internacionais, a LAAD conta com a participação de representantes do Exército, das polícia, das áreas de inteligência e autoridades judiciárias de diferentes países. No encontro também está prevista a primeira reunião extraordinária de 2014, da Liga Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil (Ligabom), que fará encaminhamentos sobre a Câmara Técnica da Política Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares na Segurança Pública.

EDUCAÇÃO

Inep aponta gastos com inadimplentes

Mariana Tokarnia – Repórter da Agência Brasil

Dos cerca de 7,1 milhões de candidatos que se inscreveram no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2013, 5,05 milhões fizeram a prova nesse final de semana. O gasto com os cerca de 2 milhões que não compareceram à prova é aproximadamente R$ 58 milhões. O número corresponde a 58% do custo de R$ 49,86 por candidato. A porcentagem é estimada pelo presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Luiz Claudio Costa.

Costa explica que custos com a correção da redação ou com o transporte são mantidos independentemente do número de candidatos que fazem o exame. Há desperdício com a impressão das provas e a contratação de pessoas para trabalhar no Enem. A taxa de abstenção tem se mantido ao longo dos últimos anos. No ano passado, o percentual dos alunos que não fizeram a prova foi 27,9% – dos 5,6 milhões inscritos, 4,17 milhões compareceram. No entanto, com o aumento do número de candidatos a cada ano, o número total de faltosos também aumenta, levando a mais gastos.

"Isso representa um custo para o país e estamos trabalhando para reduzi-lo", diz. Costa explica que possíveis medidas punitivas aos candidatos que não comparecerem à prova esbarram na lei. Se o candidato for de baixa renda não é possível cobrar a taxa de inscrição. No caso, do Enem, egressos do ensino médio em escola pública também não pagam. "Se o estudante não comparece a um exame e está dentro desse perfil, eu não posso cobrar dele a taxa no exame seguinte. Está na nossa pauta, estamos analisando para ter uma medida estruturante, mas essa medida exige alterações legais".

Independente do número de pessoas que não compareceu ao local de prova, o que é arrecadado com o exame não é o suficiente para pagá-lo. Neste ano, mais de 65% foram isentos da taxa de R$ 35. O ministro Aloizio Mercadante disse em diversas ocasiões que, ainda assim, o Enem é mais barato que vestibulares convencionais. Além disso, ele estima, que o exame leve a uma economia de R$ 5 milhões por instituição que adere ao Enem como forma de seleção.

Para Costa, o Enem consolidou-se no país como um exame de acesso ao ensino superior e políticas públicas, como intercâmbio acadêmico pelo Ciência sem Fronteiras, financiamento estudantil e acesso ao ensino técnico. "O Brasil decidiu que o Enem é importante. Vemos isso pelo número de inscrições maior a cada ano", diz. No ano passado e neste ano, não houve vazamentos de questões ou de gabaritos. Com mais segurança, o Inep volta-se para outras questões. "Temos que ter mais diálogo com o ensino médio, mais discussões pedagógicas, isso tem que ser feito para o Brasil caminhar cada vez mais".

O gabarito do Enem será publicado até o dia 30 no site do Inep. O resultado final deverá ser divulgado na primeira semana de janeiro. Somente no ano que vem, as escolas de ensino médio receberão os resultados do desempenho dos alunos. Segundo o presidente, até dezembro deste ano, os centros de ensino receberão os resultados de 2012.

"Isso é fundamental e faz parte do diálogo com as escolas. Elas vão ter todo o mapa dos estudantes em cada uma das áreas de conhecimento e na redação. Com o mapa, a escola vai ver as potencialidades e planejar uma intervenção pedagógica para melhorar o terceiro ano e fazer uma reflexão do ensino médio", diz Costa.

Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br Publicado em: 29/10/2013

Enem reproduz desigualdades brasileiras

ENEM reflete desigualdades comuns no país

Autor(es): Fabio Vasconcelos
O Globo – 21/10/2013

Análise de dados mostra que a nota da redação está diretamente ligada à renda familiar dos candidatos

Criado para democratizar o acesso ao ensino superior no país, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) não conseguiu se esquivar das desigualdades do Brasil. Uma análise do banco de dados do Ministério da Educação (MEC), realizada pelo GLOBO, mostra que a prova vem refletindo as conhecidas diferenças socioeconômicas do país. O levantamento deixa evidente que o desempenho dos participantes está ligado a sua renda. Quanto melhor a situação financeira e de escolaridade familiar, maior é a nota do candidato na redação, principal prova do disputado processo de seleção do MEC.

Para chegar a essa conclusão, o jornal analisou informações de 3,87 milhões de candidatos do Enem 2011 que responderam ao questionário socioeconômico no ato da inscrição e que fizeram a prova de redação naquele ano. Esses dados são os mais recentes disponíveis em relação ao exame que se tornou a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil. Neste fim de semana, acontece a próxima edição do exame, que tem 7,1 milhões de inscritos.

Ao comparar renda familiar e desempenho na redação, prova que tem o maior peso no exame, percebeu-se um aumento contínuo da nota junto com a situação financeira e a escolaridade dos pais. Enquanto a nota média entre aqueles com renda de até um salário mínimo foi de 460 pontos, o grupo com renda acima de 15 salários chegou a 642 pontos. Diferença de 40%.

Na comparação entre as unidades da federação, essa disparidade é mais ampla no Piauí, onde a diferença entre a menor e a maior médias é de 50%. Santa Catarina e Amapá são os que apresentam menor discrepância: 27%.

— O Enem reproduz brutalmente as nossas desigualdades, e outros estudos que consideraram outras variáveis sociais chegaram às mesmas conclusões. O pobre não é burro, mas ele participa de um concurso com jovens que têm acesso a experiências educacionais muito mais ricas. Nesse Números sentido, a sociedade não se dá conta de que vivemos uma situação de maior concurso público avaliadas segundo a rede do país de ensino, as diferenças persistem. Em 2011, cerca de 1,4 milhão de alunos que fizeram a redação do Enem estavam no ensino médio. A nota

média entre os candidatos de escolas estaduais (78% desse universo) foi de 486 pontos. A rede municipal alcançou 498. Já a média entre os colégios privados chegou a 612, pouco abaixo do ensino federal, com 623. A porcentagem de alunos de escolas federais no Enem, porém, está em 1,8%.

O baixo desempenho nas redes estadual e municipal é explicado também pela renda das famílias. Cerca de 80% dos estudantes das escolas estaduais e municipais que fizeram o Enem 2011 afirmaram ter renda de até dois salários mínimos. Na rede federal, esse percentual cai para 55%, e na privada é de apenas 30%.

Também há muita discrepância quando se comparam notas entre alunos de baixa e alta renda dentro da mesma rede de ensino. Nas escolas municipais, a média entre alunos com renda de até um salário é de 433 pontos, enquanto entre os de renda de mais de 15 salários é de 553 (diferença de 28%). Na rede estadual, as notas vão de 443 a 562 (27%). Na federal, de 550 a 689 (25%). E na particular, de 539 a 652 (21%).

DESISTÊNCIA MAIOR NA REDE ESTADUAL

O coordenador de projetos da Fundação Le-mann, Ernesto Martins Faria, explica que jovens de famílias com poucos recursos vivem em condições desfavoráveis que afetam o aprendizado, como, por exemplo, espaço inadequado em casa para se dedicar aos estudos, baixo acesso a livros e até mesmo um vocabulário pouco diversificado utilizado pelos pais. Para Faria, a relação entre desempenho na redação e renda familiar, contudo, deve ser vista com cautela quando se trata de alunos da rede federal.

— O patamar das notas dos alunos de baixa renda é bem mais baixo nas redes públicas estadual e municipal. Esses alunos têm um background extraescolar mais desfavorável. Alunos da rede particular provavelmente têm pais mais engajados, e o gasto Com educação privada, apesar da baixa renda familiar, ilustra isso. Já entre os alunos da rede federal, alguns devem ter passado por processos seletivos que são feitos em certas escolas. Para alunos que passam por processos seletivos a renda não é uma boa ilustração do background ou das oportunidades educacionais — afirma Faria.

Com poucos recursos e enfrentando situações por vezes desfavoráveis, boa parte dos alunos da rede pública desiste no meio do concurso. Pelos dados analisados pelo jornal, quanto menor a renda familiar, menor é a probabilidade de os alunos participarem da redação, aplicada no segundo dia de provas. A desistência entre os alunos na rede municipal chegou a 24%, seguida da estadual, com 19,7%. Nas escolas federais, a desistência foi de apenas 6%, patamar muito próximo da rede privada (5%).

— Esses dados revelam algo que merece uma maior atenção do poder público. O Enem gera um incentivo à participação dos alunos, porque eles querem o ensino superior. Quem faz a redação está envolvido com essa perspectiva. A desistência maior entre alunos da rede pública indica, a meu ver, uma falta de perspectiva dos alunos. Eles pensam que não poderão ser aprovados ou, caso sejam, pensam em como poderão se manter financeiramente no ensino superior. Isso tudo tem a ver com as políticas que podem ser criadas para permitir que esses jovens se dediquem aos estudos ou possam se manter durante a faculdade — observa Faria.

FALTA DE PROFESSORES PREJUDICA ESTUDANTE

Aluna do Colégio Estadual João Alfredo, Rayane Florêncio, de 17 anos, vai fazer o Enem este ano. A moradora do bairro de Jacaré, na Zona Norte, ficou sem professor de química durante meses, e está sem professor de geografia devido à greve de profissionais da categoria nas redes estadual e municipal do Rio. Para correr atrás, entrou num cursinho pré-vestibular comunitário.

— Gostaria de estar num colégio particular para não ter esses problemas, mas não teria como pagar — conta a aluna, filha de um caminhoneiro e uma dona de casa, cujo sonho é estudar Letras na UFF. — Tenho um pouco de medo. Sei que a prova vai cobrar coisas que não aprendi.

Até agosto, Rayane trabalhava numa pizzaria à noite, para ter seu próprio dinheiro, mas isso atrapalhava demais sua preparação.

— Tinha a escola pela manhã e, depois, o cursinho das 13h às 18h. Saía correndo para o trabalho, onde ficava até meia-noite. Era cansativo. Abri mão do trabalho para focar no Enem — desabafa.

No estudo feito pelo GLOBO, também foram comparadas as médias por estados. Como a participação no Enem é voluntária, os dados servem apenas para ilustrar o desempenho dos alunos que fizeram as provas, e não para explicar disparidades socieconômicas nos estados como um todo. No Piauí, onde a discrepância entre as notas de alunos com baixa e alta renda chega a 50%, os estudantes de famílias que vivem com até um salário mínimo tiveram média da redação de 450 pontos, enquanto os com renda acima de 15 salários alcançaram 676. Em Mato Grosso do Sul, a disparidade foi de 46%. As menores diferenças foram no Amapá e em Santa Catarina (ambos com 27%), seguido de São Paulo (33%).

O impacto da situação socioeconômica no rendimento dos alunos foi analisado pelo doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) Rodrigo Travitzki. Na pesquisa, feita para defesa da sua tese este ano, ele comparou a média das escolas no Enem e concluiu que mais de 80% das variações são explicadas por fatores que não podem ser controlados pelas escolas, como renda e escolaridade familiar.

— Esse dado revela que a educação de um país não pode ser muito melhor que o país. As escolas sozinhas não resolvem. Precisamos melhorar as escolas, mas precisamos também reduzir nossas desigualdades. Minha tese procurou discutir esse tema, porque não adianta focar no ranking das melhores escolas do Enem. Acaba virando marketing das escolas, quando sabemos que elas, sozinhas, pouco podem fazer.

Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do MEC responsável pela aplicação do Enem, Luiz Cláudio Costa reconhece que o exame, por si só, não vai melhorar os rumos da educação. Ele sabe das discrepâncias entre as notas de alunos de baixa e alta renda familiar.

— Educação é maratona. É preciso transformar toda uma realidade. Nossa historia é de exclusão, e o Brasil vem mudando isso, colocando jovens nas escolas. O Enem, assim como as cotas, é uma ferramenta no processo. Antigamente, dois ou três vestibulares influenciavam muito no ensino, e só dialogavam com escolas particulares. O Enem promove diálogo com a escola pública. Mas não é uma mudança rápida

Enade: 30% dos cursos reprovados

Reprovação de 30%

O Globo – 08/10/2013

Instituições privadas de ensino superior respondem por 92% das piores notas

-Brasília- Quase um em cada três cursos de graduação que participaram do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) no ano passado recebeu conceito 1 ou 2, o que equivale à reprovação, na escala que vai até 5. Balanço divul-j gado ontem pelo Ministério da Educação (MEC) mostra que 30% dos cursos em todo o país obtiveram conceitos 1 ou 2. Esse percentual chegou a 36% nas faculdades de Administração e 33%, nas de Direito. Ao todo, fizeram a prova 536 mil for-mandos em 17 áreas do conhecimento.

O Enade avaliou estudantes de 6.306 cursos, atribuindo o conceito insuficiente a 1.887 deles, dos quais 149 no Rio de Janeiro. O resultado do exame por si só, porém, não basta para que o MEC tome providências em relação a essas faculdades. Elas só sofrerão sanções, como suspensão de vestibulares, se forem reprovadas no chamado Conceito Preliminar de Cursos (CPC), no qual a nota do Enade tem peso de 55%.

O CPC, que considera também a infraestrutura das faculdades e o corpo docente, será divulgado em novembro. Nesse caso, cursos que tiraram conceito 1 ou 2 serão considerados reprovados pelo MEC. No Enade, porém, o ministério classifica as notas 1 e 2 como insuficientes.

As instituições particulares de ensino, que respondem por 73% das matrículas no país, foram responsáveis por 91,7% das piores notas no Enade. De 1.887 conceitos 1 e 2, nada menos do que 1.731 foram obtidos por cursos privados. As públicas ficaram com 156 conceitos insuficientes.

— No ensino superior, em geral, o ensino público continua bem melhor do que o privado — disse o ministro Aloizio Mercadante.

PARTICULARES ATACAM FÓRMULA DE AVALIAÇÃO

Já o integrante do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, Paulo Cardim, atacou o governo, criticando o uso do Enade como instrumento de avaliação, já que as notas individuais dos estudantes não são divulgadas. Para Cardim, os alunos não têm motivação na hora de fazer a prova. Ele criticou o sistema de avaliação do ensino superior, afirmando que o CPC não tem amparo legal e serve para o ministério executar uma tarefa para a qual não tem fôlego, que seria enviar comissões de avaliação *in loco* para avaliar todas as instituições de ensino do país.

— Governo nenhum, do PT nem do PSDB, prioriza a Educação. É na base da improvisação.

0 Enade e o Provão têm 18 anos e há 18 anos o setor de ensino superior particular pede que a lei seja cumprida — disse Cardim.

O Enade foi criado em 2004 para substituir o antigo Provão. O exame sofreu modificações e atualmente é feito pelos estudantes que estão concluindo o curso de graduação. A nota de cada curso corresponde à média dos alunos.

No estado do Rio, os 149 cursos que tiraram as notas mais baixas correspondem a 36% de conceitos nas instituições fluminenses submetidas ao teste. O Rio foi o segundo estado com maior número absoluto de "reprovações" no Enade, atrás de São Paulo, onde 542 cursos receberam notas 1 ou 2. O Paraná ficou em terceiro, com 142 cursos nessa situação, seguido por Minas Gerais (140) e Bahia (99). Considerando-se apenas as piores notas (conceito 1), São Paulo teve 46, o maior número do país, e o Rio, 11, o segundo pior resultado, igual a Mato Grosso do Sul.

No outro extremo, 24% dos cursos avaliados no pais tiraram conceitos 4 e 5. A maior parte ficou com 3 (44%), que é considerado suficiente pelo MEC. Para Mercadante, "houve melhora significativa" No caso da nota máxima 5, apenas 5% das faculdades atingiram esse patamar, o equivalente a 339 cursos. A exemplo do que ocorreu no total de faculdades com desempenho insuficiente, o estado de São Paulo também lidera o ranking de maior número absoluto de cursos com nota 5: 84, seguido por Minas (45), Rio Grande do Sul (44), Paraná (27) e Rio de Janeiro (15), que aparece na quinta posição empatado com Santa Catarina.

N0 NORDESTE, SÓ PUBLICIDADE LIDERA RANKING

Em 2012, o Enade avaliou estudantes de 17 áreas do conhecimento. Uma análise dos dez cursos com notas mais altas em cada área — portanto, 170 faculdades — revela que somente oito são do Rio. E nenhuma delas lidera o respectivo ranking nacional.

Das 17 áreas do conhecimento submetidas ao Enade no ano passado, só seis tinham cursos do Rio entre os dez melhores do país: administração, economia, relações internacionais, tecnologia em gestão de recursos humanos, tecnologia em processos gerenciais e turismo. No caso de relações internacionais, porém, os dois cursos do Rio classificados entre os dez melhores tiraram nota 4 e não 5 no Enade, uma vez que nem todos os dez melhores do país nessa área alcançaram o conceito máximo.

Entre as 17 áreas avaliadas, publicidade e propaganda foi a única em que um curso do Nordeste, da Universidade Estadual do Piauí, lidera

o ranking nacional. Nenhum curso do Rio aparece na primeira posição em nenhuma das áreas. O Rio Grande do Sul lidera com cinco primeiros lugares, seguido por São Paulo (4), Minas (3), Paraná (3) e Santa Catarina (1).

Majoritárias entre os cursos com piores notas, as faculdades particulares são maioria também entre as que tiraram nota máxima. Dos 339 cursos com conceito 5,191 (56%) são privadas e 148 (44%), públicas. As 17 áreas avaliadas pelo Enade em 2012 foram: Administração, Ciências Contábeis, Economia, Design, Direito, Jornalismo, Psicologia, Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Secretariado-Executivo, além de Tecnologia em gestão de recursos humanos, Tecnologia em gestão financeira, entre outros.

ANÁLISE DOS CURSOS A CADA TRÊS ANOS

As diferentes áreas do conhecimento são avaliadas a cada três anos. Para um curso participar do Enade, é preciso que já tenha uma turma prestes a se formar. Dos 6.306 cursos inscritos, efetivamente 6.195 receberam notas. Os demais 111 ficaram na categoria sem conceito.

Pela metodologia adotada pelo MEC, sempre haverá cursos com notas de 1 a 5 no Enade, já que as notas são atribuídas mediante comparação do desempenho dos alunos que acertam mais e menos questões no teste. De acordo com o presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (ínep), Luiz Cláudio Costa, isso ocorreria mesmo que todas as faculdades do país tivessem o nível de aprendizagem da Universidade Harvard, símbolo de excelência nos Estados Unidos.

— Mas, no Brasil, na fase em que estamos, (os conceitos) 1 e 2 são deficientes — explicou Luiz Cláudio.

IDH municipal avança em 20 anos; educação ainda é desafio

IDHM avança 47%, mas 'freia' na Educação

O Estado de S. Paulo – 30/07/2013

Em 20 anos, o índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios brasileiros (IDHM) avançou 47,8%. De um país dominado por municípios que não chegavam a alcançar um desenvolvimento médio – mais de 80% eram classificados, em 1991, como de índice muito baixo – o Brasil hoje chegou a 1/3 altamente desenvolvido. No entanto, apesar de um avanço de 128%, o índice de educação continua sendo apenas médio.

Em 20 anos, o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios brasileiros (IDHM) avançou 47,8%. De um País dominado por municípios que não conseguiam nem mesmo alcançar um desenvolvimento médio – mais de 80% eram classificados, em 1991, como muito baixo – o Brasil hoje chegou a 1/3 altamente desenvolvido. As boas notícias, no entanto, poderiam ter sido ainda melhores se o País tivesse começado a resolver antes o seu maior gargalo, a Educação. Dos três índices que compõe o IDHM, é esse que puxa a maior parte dos municípios para baixo.

Apesar de um avanço de 128%, o IDHM de Educação continua sendo apenas médio. O avanço é inegável. O mapa da evolução dos IDHMs mostra que, em 1991, quando o índice foi publicado pela primeira vez, o Brasil não apenas tinha um perfil muito ruim, era também extremamente desigual, com as poucas cidades mais desenvolvidas concentradas totalmente no Sul e Sudeste.

Os dados deste ano mostram que os mais pobres conseguiram avançar mais. Estão nas Regiões Norte e Nordeste as cidades que tiveram o maior crescimento do IDH- como Mateiros (TO), que alcançou 0,607, um IDH médio, mas 0,326 pontos maior do que há 20 anos.

É na Educação que as disparidades mostram sua força. Apenas cinco cidades alcançaram um IDHM acima de 0,800, muito alto, em Educação. Nenhum dos Estados chegou lá. Os melhores, Distrito Federal e São Paulo, foram classificados como Alto IDHM. Mais de 90% dos municípios do Norte e Nordeste têm índices baixos ou muito baixos, enquanto no Sul e Sudeste mais da metade das cidades têm números nas faixas média e alta.

A comparação entre Águas de São Pedro (SP), a cidade com melhor IDHM de Educação do País, e Melgaço (PA), com o pior IDHM, tanto geral quanto em Educação, é um exemplo dos extremos do País. Em Melgaço, a 290 quilômetros de Belém, chega-se apenas de helicóptero ou barco, em uma viagem que pode durar 8 horas. Dos seus 24 mil habitantes, apenas 12,3% dos adultos

têm o ensino fundamental completo. Entre crianças de 5 e 6 anos, 59% estão na escola, mas só 5% dos jovens de 18 a 20 anos completaram o ensino médio.

Águas de São Pedro, a 187 quilômetros da capital paulista, tem 100% das crianças na escola e 75% dos jovens terminaram o ensino médio. Em 1991, mesmo considerando os critérios educacionais mais rígidos do IDHM atuais, o município já era o 12.0 melhor do País. Melgaço, era o 97.° pior, o que mostra que melhorou menos do que poderia.

A Educação é onde os municípios brasileiros estão mais longe de alcançar o IDH absoluto, 1. Os números mostram que o País melhorou mais no fluxo escolar – mais crianças estão na escola e na idade correta -, mas mantém um estoque alto de adultos com escolaridade baixa e, mais grave, parece ainda estar criando jovens sem estudo.

A população de crianças de 5 e 6 anos que frequentam a escola atinge mais de 90%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, apenas 57% completaram o ensino fundamental. Entre 18 e 20,41% concluíram o ensino médio. Em 15% das cidades brasileiras menos de 20% da população terminou o ensino fundamental.

Análises. "O que pesa mais é o estoque de pessoas com pouca formação na população adulta. Se você olhar com atenção, verá que nas pontas, acima dos 15 anos, os indicadores já não são tão bons quanto nos anos iniciais", disse Maria Luiza Marques, coordenadora do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil pela Fundação João Pinheiro, uma das entidades organizadoras.

O presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea),Marcelo Néri, considera o avanço na Educação "muito interessante". "A Educação é a mãe de todas as políticas, mas é difícil de mudar, porque tem uma herança muito grande para resolver. A Educação é a base de tudo e hoje está no topo das prioridades. Mudou a cabeça dos brasileiros."

Educação: Nem a elite se salva

Elite brasileira também fica entre as piores no PISA

O Globo – 09/12/2013

Estudantes brasileiros de 15 anos que estão entre os 25% mais ricos do país tiveram média inferior aos 25% mais pobres de nações com maior nível de desenvolvimento. O desempenho foi medido pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos, que compara o aprendizado em 65 países.

Média dos alunos mais ricos do país é pior que a dos jovens de menor renda em nações desenvolvidas

Os maus resultados do Brasil na Educação não se devem apenas à má qualidade da escola pública ou ao baixo desempenho dos alunos mais pobres.

A elite brasileira, quando comparada com a de outros países, também se sai muito mal no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), exame divulgado na semana passada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que compara o aprendizado de jovens de 15 anos de idade em 65 países em testes de Matemática, leitura e Ciências. Este ano, o Pisa avaliou a capacidade matemática dos estudantes.

Considerando apenas os alunos que, pelos critérios da OCDE, estariam entre os 25% de maior nível socioeconômico em cada nação, a elite brasileira figuraria apenas na 57º posição entre os 65 países. O resultado deixa a desejar mesmo quando esse grupo é comparado com os mais pobres da média da OCDE, grupo que congrega principalmente nações desenvolvidas. Enquanto os brasileiros no topo da pirâmide social registraram uma média de 437 pontos, os 25% mais pobres da OCDE tiveram média de 452 pontos.

Na prática, com essa pontuação, a OCDE entende que os brasileiros de condições econômicas mais favoráveis já dominam operações matemáticas como frações, porcentagens e números relativos, sendo capazes de resolver problemas simples — cerca de 65% dos alunos brasileiros não atingiram esse nível no Pisa. No entanto, eles não conseguem formular e comunicar explicações e argumentos com base em suas interpretações e ações.

Outra maneira de comparar seria considerar um número ainda menor de alunos de elite, considerando que o percentual de 25%, para um país ainda em desenvolvimento como o Brasil, pode não ser um retrato fiel do topo da pirâmide social. Mesmo assim, se considerada só a média dos 5% de alunos com melhor desempenho nos 65 países, a posição do Brasil no ranking seguiria praticamente inalterada: 58º.

O diagnóstico é o mesmo também quando se consideram apenas alunos cujos pais têm nível superior. Nessa comparação, o Brasil ficaria na 56º posição. No topo desse ranking, aparece novamente a província chinesa de Xangai, cuja média dos alunos é 219 pontos superior à dos brasileiros. Pela escala do Pisa, isso equivale a dizer que essa elite brasileira com pais de alta escolaridade precisaria estudar mais cinco anos letivos para chegar ao nível de conhecimento dos chineses de Xangai em Matemática.

Os dados do Pisa foram divulgados uma semana depois de o resultado do Enem 2012 mostrar que as escolas com as melhores médias no exame do MEC são particulares. De acordo com um levantamento feito pelo GLOBO, nove dos dez colégios cariocas com as notas mais altas no Enem têm mensalidades acima de R$ 2 mil.

Na opinião do coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, os dados mostram que as escolas particulares no Brasil cobram muito por um serviço que não é assim tão melhor do que o oferecido pela rede pública. Segundo ele, o ensino privado no Brasil é desregulamentado e conserva margens de lucro superiores aos seus pares no exterior:

— É um comportamento parecido com um mercado de luxo: não presta um serviço tão bom assim, mas consegue fazer com que a elite se diferencie em termos de consumo. Para um determinado estrato da sociedade, colocar os filhos em escolas muito caras, independentemente da qualidade do serviço, é um caráter de diferenciação. E você tem chances também de construir um capital social: o filho de um grande empresário pode conviver com filhos de outro grande empresário — explica Cara.

Para o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro (Sinepe), Vitor Notrica, o mau desempenho brasileiro dos 25% mais ricos no Pisa não se deve necessariamente às escolas, mas a questões culturais. Ele acha que esse rendimento abaixo da média pode estar ligado à relação entre alunos e professores no Brasil.

— A mensalidade da escola está ligada à sua proposta pedagógica. Tem escolas bilíngues, aplicadas em tecnologia, horário integral... Mas a qualidade do ensino depende, principalmente, do pulmão do professor. É fato que em países como a França e a Alemanha os alunos respeitam

muito mais o professor, e por isso são cobrados com vigor. Isso pode também ser uma explicação para o resultado — afirma Notrica.

Membro do Conselho Nacional de Educação e professor da UFMG, Francisco Soares alerta que, mesmo no grupo de 25% mais ricos do Brasil, ainda há alta heterogeneidade:

— Separar em quatro grupos de mesmo tamanho não é razoável para um país tão desigual como o Brasil. Nós temos uma elite, sim, mas não é de 25%. Se formos lá na nata das nossas escolas, talvez elas não deixem a desejarem relação ao resto do mundo. Há escolas, sim, que estão cobrando caro, mas estão colocando os alunos na elite mundial.

O diretor executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne, segue a mesma linha de análise de Francisco Soares, mas ressalta que apenas 1% dos estudantes brasileiros atingiu os níveis mais elevados na prova de Matemática do Pisa:

— Os 25% não são uma comparação ideal num país com renda tão concentrada como o Brasil. Nossa elite se aproxima dos 10% ou 5%, em média. Mas a grande questão é que ninguém está indo muito bem em Educação aqui. Mesmo nessa amostra, somente 1% dos nossos alunos conseguiu alcançar notas boas. Esse é o dado mais assustador. Temos pouquíssimos alunos que sabem bem.

Eliane Porto é gerente-geral no Rio da agência de intercâmbios Cl, que envia jovens brasileiros para cursar parte do ensino médio no exterior. Segundo ela, os alunos voltam empolgados com o ensino lá fora:

— Eles elogiam muito a infinidade de matérias eletivas, que vão da prática de esportes a aulas de marcenaria. Tudo isso os deixa mais envolvidos e motivados com a escola.

DIFERENÇA NO RESPEITO AO PROFESSOR

Cursando o 2º ano do ensino médio num colégio particular do Rio, o aluno Decio Greenwood, de 16 anos, conhece pelo menos duas realidades distintas. Devido ao trabalho de seus pais, o adolescente já passou por escolas inglesas duas vezes: a primeira aos 12 anos; a segunda, no começo deste ano. Segundo ele, as diferenças já começam pelo tratamento dado à rede pública.

— Estudei lá fora em escolas públicas, que são tão boas ou melhores que as particulares daqui. Este ano, frequentei por um mês um colégio que fica perto de Oxford e notei como o ensino de lá é mais preocupado em proporcionar uma vivência ampla ao aluno. Os estudantes têm laboratórios de tecnologia, aulas de culinária e muitas opções esportivas. Enquanto no Brasil as escolas se preocupam em mostrar que um mais um são dois, os professores de lá estão mais interessados em mostrar por que um mais um são dois — compara.

A valorização dos professores nas escolas inglesas também chamou a atenção de Décio.

— Os professores na Inglaterra são muito respeitados. Independentemente da idade deles, os alunos os tratam com muito respeito. Esses profissionais são elevados a um nível muito acima do que esse que notamos aqui, onde nem mesmo o governo os respeita — diz.

Ruim até entre emergentes

O Globo – 05/12/2013

Brasil tem só quatro universidades entre as 100 melhores dos Brics e de países em desenvolvimento.

Um dos países que formam os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dono da 6ª. maior economia do mundo, o Brasil não tem nenhuma universidade entre as dez melhores de 22 países emergentes, segundo um ranking internacional feito pela consultoria britânica de educação superior Times Higher Education (THE).

A inédita pesquisa "Brics & Economias Emergentes" gerou uma lista das cem instituições mais fortes das nações em desenvolvimento. Para o estudo, a THE levou em conta não só os cinco membros dos Brics, mas também 17 outras economias emergentes. Das cem instituições de ensino da lista, apenas quatro são brasileiras.

A melhor posicionada no ranking entre as nacionais é a USP, em 11° lugar, seguida pela Unicamp, em 24°. Bem mais abaixo na tabela estão as outras duas universidades brasileiras: UFRJ, em 60°, e Universidade Estadual Paulista (Unesp), em 87º. No topo da lista, nenhuma surpresa.

Além de ostentar as duas primeiras colocações, com a Universidade de Pequim e a Universidade de Tsinghua, respectivamente, a China é o país com maior número de instituições da lista, com 23. Sua vizinha Taiwan vem em seguida, acumulando 21 universidades dentre as cem.

Numa comparação entre as nações que compõem os Brics, depois dos chineses, os indianos aparecem com dez instituições, seguidos pela África do Sul, com cinco universidades, pelo Brasil, com quatro nomes, e pela Rússia, com duas instituições.

DESEMPENHO DECEPCIONANTE DO BRASIL

Para o editor da THE, Phil Baty, o desempenho do Brasil não condiz com o tamanho de sua economia. Mesmo elogiando o programa federal Ciência sem Fronteiras que dá bolsas de intercâmbios para brasileiros estudarem no exterior, e dizendo que o programa pode gerar indicadores positivos em longo prazo, Baty definiu o resultado nacional como "decepcionante".

Segundo ele, os pontos fracos das universidades brasileiras estão na pesquisa e na publicação de artigos em inglês, fatos que estariam entrelaçados: — As pesquisas do Brasil não têm o mesmo impacto que alguns concorrentes dos Brics. Não são tão amplamente lidas e compartilhadas, o que sugere que sejam de qualidade inferior.

E parte do problema pode ser a falta do inglês: muitos países adotaram a publicação em língua inglesa para garantir que a investigação seja compartilhada e compreendida em todo o mundo, e que suas universidades recebam o devido reconhecimento pelo seu trabalho inovador — ressalta o editor da THE.

A pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da UFRJ, Debora Foguel, comemorou a presença da instituição no ranking, mas não deixou de salientar como o ensino no Brasil precisa evoluir: — o país ainda não tem uma política destinada a colocar suas universidades entre as seletas instituições de classe mundial. Há gargalos que precisamos encarar. E um dos principais deles está justamente relacionado à pesquisa. A disponibilização de recursos voltados diretamente a essa área ainda não é uma realidade nas universidades federais.

Precisamos investir maciçamente nisso — comentou. O reitor da USP, João Grandino Rodas destacou que o fato de se tratar de uma universidade onde se fala um idioma que não é internacional dificulta o alcance das primeiras posições em rankings. Entretanto, medidas adotadas recentemente devem mudar esse quadro.

— Criamos o programa USP Internacional, para fortalecer a presença da universidade no exterior. Também foi estabelecido um programa de bolsas de intercâmbio para alunos de graduação, no qual mais de dois mil estudantes tiveram oportunidade de desenvolver atividades acadêmicas em instituições estrangeiras.

Esse projeto abrange as não contempladas pelo Ciência sem Fronteiras — mencionou. Entre os Brics, o Brasil tem a segunda maior economia do grupo, somente atrás dos chineses. Entretanto, essa realidade segue em descompasso com os indicadores educacionais. Segundo o professor de Relações Internacionais da PUC—Rio João Nogueira, que é membro do Brics Policy Center, isso acontece porque os resultados na Educação dependem de políticas públicas consistentes e de longo prazo.

— Os chineses há muito têm priorizado o crescimento rápido do ensino superior como caminho para estimular a inovação e enfrentar os problemas futuros de oferta de mão de obra. Dezenas de milhares de estudantes de países como a Coreia do Sul vão estudar nas universidades chinesas atualmente.

Ao lado da ampliação do sistema, a China investiu na qualificação de seus pesquisadores em centros de excelência no exterior, com os resultados que vemos nas pesquisas. No caso brasileiro, o dinamismo econômico não foi suficiente para vencer a complacência de seus governantes quando se trata de Educação, tratada mais como política social do que como estratégia associada ao desenvolvimento do país — concluiu.

Por continente, África e Américas aparecem com nove universidades cada. Para a consultoria, o grande destaque do ranking ficou com a Turquia, que não só tem sete instituições na lista como também três delas aparecem dentre as dez primeiras: Universidade de Boaziçi (5º), Universidade Técnica de Istambul (7º) e Universidade Técnica do Oriente Médio (9º).

PESQUISA CONSIDERA 13 INDICADORES

Assim como em outros rankings elaborados pela Times Higher Education, a metodologia da pesquisa foi baseada em 13 indicadores divididos entre as seguintes áreas: “ensino” (30% da pontuação geral do ranking) leva em consideração qualidade e reputação do ensino praticado; “pesquisa” (30%) mede a relevância das pesquisas desenvolvidas; “citações” (30%) é a frequência com que trabalhos da universidade são apresentados em pesquisas ao redor do mundo; “presença na indústria” (2,5%) mede a utilização de tecnologias e ideias desenvolvidas pelas universidades nas indústrias; e “perspectiva internacional” (7,5%) leva em consideração a diversidade de alunos de diferentes origens dentro da universidade.

Educação: País avança, mas ainda está entre os piores

O Globo – 04/12/2013

O Brasil foi o país que registrou, entre 65 nações, o maior avanço no desempenho de alunos de 15 anos em matemática de 2003 a 2012. E isso aconteceu ao mesmo tempo em que mais jovens pobres foram incluídos na escola, já que as taxas de matrícula nessa faixa etária cresceram de 65% parar 78%.

Toda essa melhoria, no entanto, não foi suficiente para tirar o país das últimas colocações do ranking do Pisa, exame elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que compara o desempenho de alunos (em Matemática, o país ficou em 58°). Outro dado preocupante é que, em relação a 2009, a nota de Matemática do Brasil subiu apenas cinco pontos, a avaliação de leitura piorou dois pontos e, na de ciências, permaneceu no patamar idêntico.

Isso deixa o país mais distante da meta governamental de alcançar, até 2022, o nível de qualidade médio da OCDE. Neste ano, o foco do Pisa foi o ensino de matemática. Entre 2000 e 2013, a média dos alunos brasileiros nessa disciplina aumentou de 334 para 391 pontos. A média da OCDE é de 494. E a distância para os deres é ainda maior.

Na província de Xangai, na China, o desempenho médio dos alunos foi de 610 pontos. A distância em pontos ente alunos de Xangai e os brasileiros de 15 anos equivale a dizer, pela escala do Pisa, que os brasileiros precisariam de mais cinco anos letivos para alcançar os chineses. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, criticou essas comparações, uma vez que os estudantes submetidos ao exame em Xangai representam só 1,2% da população chinesa.

O ministro também ponderou que, se for considerado o desempenho isolado da rede federal, a média dos alunos brasileiros no Pisa aumentaria de 391 para 485. Na rede particular brasileira, a média é de 462 e, na estadual, que atende a mais de 80% da população, fica em 380. — o topo da escola pública, que são as federais, é igual à França, à Inglaterra e aos EUA — diz Mercadante.

MAIS JOVENS ESTUDANDO

De acordo com a OCDE, a melhora em matemática no Brasil se deve uma redução na proporção de estudantes de desempenho baixo (níveis 1 e 2 na escala do exame). Isso quer dizer esses alunos são capazes apenas de extrair informações relevantes de uma única fonte e usar algoritmos, fórmulas, procedimentos e convenções básicas para resolver problemas envolvendo números inteiros.

Em 2012, 67% dos alunos no país estavam nesse nível. Em 2003, eram 75%. Apenas 1,1% dos brasileiros tem rendimento de alto nível. De acordo com a diretora-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, por trás deste quadro está o fato de o país ainda estar incluindo jovens em sua rede de ensino, diferentemente de nações que já superaram este processo.

Segundo ela, chegou a hora de o Brasil colocar em prática políticas restruturantes. — Nos últimos dez anos, houve a entrada de 425 mil jovens de 15 anos no sistema educacional. São pessoas provenientes da parcela da população de menor renda no Brasil e que não tiveram acesso à educação infantil.

Eles tendem a puxar a média para baixo, porque estão engrossando a parcela de pessoas com baixo nível escolar nessa faixa etária. É como se a gente tivesse jovens na média 500 e colocasse vários com a média 300. Para se ter uma ideia, se não houvesse essa inclusão, o país teria crescido mais 44 pontos nesses dez anos e subiria sete posições no ranking — diz.

Para o economista André Portela, da Fundação Getúlio Vargas, apesar da estagnação, o país melhorou significativamente o desempenho se a base de comparação for a primeira prova, em 2000. Segundo ele, os ganhos de renda da população como um todo a partir de programas sociais como Bolsa Família estão por trás da melhora do desempenho na última década.

Já o presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, tem leitura mais pessimista dos resultados. Para ele, os avanços foram poucos e não haveria razão para crer em melhoras no futuro, muito menos na ambição de o Brasil alcançar em 2022 os padrões de qualidade educacional dos países da OCDE de hoje: — Não temos uma reforma educacional ampla. Não se faz educação com lei, mas com políticas educacionais.

Brasil se distancia da média mundial em ranking de educação

O Brasil aparece na 38ª posição entre as 40 nações consideradas no relatório britânico

A Indonésia aparece em último lugar no ranking, precedida por México e Brasil

O Brasil se distanciou da média de 40 países em um ranking que compara resultados de provas de matemática, ciência e leitura, e também índices como taxas de alfabetização e aprovação escolar.

No entanto, apesar de ter o seu índice piorado, subiu uma posição no ranking —de penúltimo para antepenúltimo— pois o México apresentou queda maior do que o Brasil no índice.

Esta é a segunda edição do relatório produzido pela empresa de sistemas de aprendizado Pearson (ligado ao jornal britânico Financial Times) e pela consultoria britânica Economist Intelligence Unit (EIU).

O Brasil aparece na 38ª posição do ranking, na frente de México e Indonésia —um avanço de um lugar, na comparação com a edição de 2012.

O indicador do ranking é composto a partir duas variáveis: capacidade cognitiva (medida por resultados de alunos nos testes internacionais PISA, TIMSS e PIRLS) e sucesso escolar (índices de alfabetização e aprovação escolar).

O número usado para comparar os países ('escore z') indica o quão longe cada nação está da média dos 40 países (que é zero, nesta escala). Foram analisadas nações da Ásia, da Europa e das Américas – nenhum país africano participa do ranking.

Em 2012, o Brasil havia obtido um escore de – 1.65; neste ano o indicador foi de – 1,73, o que mostra que o país está mais distante da média dos 40 países. Já o México viu seu escore cair de – 1,6 para – 1,76. O sinal negativo indica que ambos os países estão abaixo da média dos 40 países.

O Brasil piorou nas duas variáveis, tanto na capacidade cognitiva (de – 2,01 para – 2,06) quanto no sucesso escolar (de – 0,94 para – 1,08).

Os escores são sempre comparados com a média das 40 nações. Então não é possível determinar ao certo se a piora do indicador do Brasil se deve a uma queda no desempenho dos alunos brasileiros, ou se houve uma melhora na média mundial.

Mais professores de ciência e matemática

'Países em desenvolvimento ocupam a metade inferior do ranking, com a Indonésia novamente aparecendo em último lugar entre as 40 nações analisadas, precedida por México e Brasil', diz o relatório produzido junto com o ranking ('A Curva de Aprendizagem').

'É preciso questionar a habilidade dos sistemas educacionais destes países de suportar índices altos de crescimento econômico no longo prazo.'

Um dos capítulos do relatório discute 'lições a serem aprendidas por países em desenvolvimento' e conta com contribuições de Maria Helena Guimarães de Castro, diretora da Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), um centro de pesquisas do governo do Estado de São Paulo.

Castro é citada no relatório dizendo que o Brasil precisa de um aumento de 30% no número de professores de ciência e matemática para aliviar as pressões sob o contingente atual – que está sobrecarregado e carece de treinamento.

'Nós não temos professores porque essa carreira não é atraente. Isso é um problema que não será resolvido a não se que o governo e os governantes decidam mudar isso', diz a diretora do Seade, no documento da Pearson e EIU.

Ásia em alta

No topo do ranking, a novidade desta edição é a queda dos países escandinavos e a ascensão de asiáticos.

A Finlândia, que liderava a edição de 2012, viu seu escore piorar de 1,26 para 0,92 – caindo quatro posições e sendo ultrapassada por Coreia do Sul, Japão, Cingapura e Hong Kong. O relatório afirma que países escandinavos, como Suécia e Finlândia, tem visto nos últimos anos as notas de seus alunos piorarem nos testes internacionais.

A Coreia do Sul é o país com a melhor média em relação às 40 nações. Um dos destaques positivos do ranking foi a Rússia, cujos alunos melhoraram suas notas nas avaliações. Com isso, a Rússia subiu sete posições, de 20º para 13º.

O ajuste fiscal ameaça a 'pátria educadora'?

A presidente Dilma Rousseff prometeu que o lema de seu governo será "Brasil: pátria educadora", mas a educação é um dos setores mais atingidos pelos cortes que têm como objetivo promover um ajuste fiscal no país.

Anúncios feitos nos últimos meses começam a elucidar como o Ministério da Educação (MEC) pretende enxugar R$ 9,43 bilhões de seu orçamento. Segundo o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, as mudanças nos atuais projetos para o setor teriam como objetivo "aprimorá-los". "Nenhuma (dessas mudanças) visa quebrar o galho pela falta de dinheiro", disse ao El País.

Mas, afinal, é possível melhorar a qualidade da educação em um cenário de orçamento mais enxuto? E há indícios de que o governo caminha nessa direção?

A BBC Brasil fez essas perguntas a especialistas, autoridades e entidades ligadas ao setor. Um ponto interessante é que parece haver certo grau de consenso de que, em termos orçamentários, o Brasil de fato poderia fazer mais com menos, ou ao menos mais com o mesmo. Dos entrevistados, apenas os representantes das entidades estudantis se dizem contra os cortes a priori.

A questão sobre se o governo estaria de fato estaria caminhando nessa direção - ou seja, se estaria aproveitando a crise para "aprimorar" programas e estratégias para o setor, como promete o ministro Janine – é mais controversa.

Entre os programas e instituições afetados pelos cortes estão os seguintes:

- **Pronatec:** Em 2015, a oferta de vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego deve cair 60% - dos 2,5 milhões de 2014 para 1 milhão. O programa, que oferece cursos gratuitos em instituições de ensino públicas e privadas, foi uma das bandeiras de Dilma na campanha (a presidente prometeu 12 milhões de vagas até 2018).

- **FIES:** Haverá regras mais rígidas para concessão de crédito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), concedido a alunos de faculdades particulares. Segundo o MEC, os mais de 1,9 milhões estudantes já financiados poderão renovar seus contratos. Mas o número de contratos novos cairá dos 731 mil de 2014 para 314 mil. Entre as novas exigências está uma nota mínima no Enem. Terão prioridade cursos bem avaliados nas áreas de Engenharia, Saúde e formação de professores, e nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, os juros devem subir e o teto da renda familiar dos beneficiados deve cair (dos atuais 20 salários mínimos).

- **Creches:** Devem ser cortados mais de R$3 bilhões que seriam destinados a construção de creches e pré-escolas, escolas e quadras esportivas, como prometido por Dilma durante a campanha.

- **Universidades Federais:** Funcionários de dezenas de universidades já participaram de greves neste ano em repúdio aos cortes. Segundo o MEC, o custeio das federais está garantido, mas haverá reduções nos investimentos - então obras que deveriam ser iniciadas este ano terão de ser adiadas. As instituições também reclamam de uma redução de 75% no Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), que financia seminários, viagens de acadêmicos, compra de equipamentos e etc. O MEC ressalta porém que, no geral, a verba para os programas de pós-graduação só caiu 10% e as bolsas de estudo não serão interrompidas.

- **Ciências sem Fronteira:** O número de bolsas para estudantes brasileiros no exterior também deve ser reduzido. Segundo Janine, os contemplados na edição atual têm suas bolsas garantidas mas um novo processo de inscrição só deve ser aberto no final do ano, quando o MEC tiver clareza sobre como financiará o programa.

Os argumentos usados para defender que é possível melhorar a qualidade da educação com um orçamento mais apertado costumam apontar para o fato de, na última década, o Brasil já ter experimentado uma expansão significativa nos gastos no setor.

Um estudo feito pelo economista Marcos Mendes, consultor do Senado, mostra que, desde 2004, os desembolsos para a educação passaram de 4% a 9,3% da receita líquida do Tesouro. Em termos reais, eles quase quadruplicaram, passando de R$ 26,3 bilhões para R$ 102 bilhões.

Críticas

De modo geral, a expansão é vista como positiva, mas há críticas ao que alguns consideram "exageros" ou na forma como esses recursos foram distribuídos.

"O país está precisando fazer um ajuste em parte porque nos últimos anos esses gastos foram ampliados de maneira insustentável", opina Mendes.

Para alguns especialistas, há desequilíbrio entre investimentos em educação básica e ensino superior

Para o consultor, o problema é que "da mesma forma que a expansão foi pouco racional, sem uma estratégia definida para melhorar a qualidade da educação no país, tudo indica que também os cortes estão sendo feitos sem a racionalização que seria necessária".

"Corta-se de forma linear, ou onde é mais fácil e há menos resistência política. Não parece haver qualquer indício que o governo esteja repensando seus projetos nem buscando uma avaliação independente dos atuais programas para entender o que funciona e o que não funciona", diz.

O ministro Janine insiste que há uma "reavaliação" dos projetos do setor.

“O ajuste fiscal se baseia numa realidade. Tem-se menos dinheiro, então o que estamos fazendo é procurar preservar ao máximo possível a qualidade dos programas, a essencialidade dos programas, e escalonar o que não possa ser feito neste ano para fazer no futuro. E também reavaliar projetos e programas em andamento para ver onde podem ser aprimorados”, explicou recentemente à BBC Brasil.

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério, Marcelo Feres, menciona, como exemplo, iniciativas para avaliar a qualidade do Pronatec em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e com o Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas).

"No programa como um todo está havendo uma revisão, o que é um processo natural de aperfeiçoamento de uma política pública. Não dá para fazer política pública achando que o primeiro modelo proposto é o melhor", diz ele.

Entre especialistas, porém, parece haver uma percepção de que os aprimoramentos citados por Janine dizem respeito mais a mudanças nos atuais programas que a um redirecionamento estratégico.

“No geral, as políticas para o setor continuam a ser de curto prazo. Mas para avançar precisamos de políticas de longo prazo e, principalmente, de mais avaliações independentes sobre os resultados de cada um dos programas. Qual o efeito do Pronatec sobre a produtividade dos trabalhadores, por exemplo?”, opina o professor do Insper Otto Nogami.

Para Nogami, entre os indícios que a expansão dos gastos não veio acompanhada de um avanço na qualidade do ensino estariam o baixo desempenho de alunos brasileiros em avaliações internacionais e a estagnação dos índices da produtividade do trabalhador do país.

Prioridades

Outra crítica frequente ao perfil dos gastos em educação é que o país nos últimos anos teria priorizado o Ensino Superior, estratégia que, segundo Mendes, seria menos eficiente na redução das desigualdades sociais e aumento da produtividade.

Mariza Abreu, que por mais de 20 anos foi consultora da Câmara dos Deputados para a área, por exemplo, nota que os custos de programas como o Pronatec, o Fies e o Ciências sem Fronteiras “se expandiram em um ritmo fora da curva, mais acelerado que os aportes para a educação básica”.

Segundo o estudo de Mendes, desde 2004 a participação nas despesas do MEC dos programas voltados para os primeiros anos de ensino caíram de 45% para 37%.

Enquanto isso, os gastos com o FIES cresceram de R$1,1 bilhão para R$13,7 bilhões, representando, no ano passado, 15% do orçamento do ministério. Também foram criadas 18 universidades federais na ultima década.

“As contribuições do governo federal para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) até cresceram bastante, mas é preciso mais”, opina Abreu.

“Em geral o governo se protege de qualquer crítica nessa área dizendo que a educação básica é atribuição dos Estados e municípios. Mas a União também tem uma função supletiva e distributiva importante e sem seu empenho não será possível avançar.”

O MEC diz que não há mudanças nos repasses para o Ensino Médio e Fundamental (Fundeb e ajuda para merenda e transportes). Bárbara Melo, presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, UBES, concorda.

Abreu, porém, cita o cancelamento recente da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), prova que mede o desempenho das crianças do 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas, como indício de que o Ensino Básico ainda não é prioridade.

Os cortes de recursos que iriam para a construção de creches e pré-escolas também são, para especialistas, indícios de que o atendimento à primeira infância ainda está fora da agenda prioritária do ministério, apesar das promessas feitas por Dilma durante a campanha.

Estudantes

Para Carina Vitral, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), a expansão dos investimentos no Ensino Superior foi adequada e qualquer corte pode implicar em perda de qualidade. “Não existe sobra na universidade. Nossa demanda é que o Ensino Superior continue se expandindo”, diz ela.

Greve de professores (Agbr)

Carina admite, porém, que houve "algum exagero" na expansão do FIES e se diz a favor de uma maior regulamentação das universidades privadas, que se beneficiam do programa. "Se o governo financia 40% das vagas no sistema privado é natural que cobre contrapartidas", diz Vitral.

Já para Tamara Naiz, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), um dos problemas da forma como os cortes estão sendo implementados é que o diálogo dos órgãos ligados ao governo com os estudantes tem sido truncado.

"A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por exemplo, não responde a nossos ofícios", reclama. "Mas acho que, mais além disso, um governo que tem como lema pátria educadora não pode colocar o MEC na linha de frente do ajuste."

Entre os que defendem a forma como o governo está enxugando seu orçamento está Rafael Lucchesi, economista e diretor-geral do SENAI.

"Não havia como fugir de um ajuste fiscal, por isso é compreensível que haja uma retração em alguns programas. Mas o governo não cortou nenhum projeto essencial e tem sinalizado que a educação como um todo e a educação profissional, em especial, ainda são prioridade. Ou seja, ainda estamos no caminho certo."

Lucchesi também diz que, no caso de programas como Pronatec, é razoável esperar que volte a haver um aumento do número de vagas em 2016.

Carlos Lazar, do grupo Kroton, o maior grupo educacional brasileiro, e um dos grandes parceiros do governo em programas como o Pronatec e FIES também adota um tom moderado ao falar sobre o ajuste.

"Acho que estamos caminhando em direção a nos tornarmos uma pátria educadora, basta olharmos quanto avançamos em termos de acesso às escolas, faculdades e universidades", diz ele.

"Eu diria que a importância da educação já é observada em todas as áreas do governo, a questão é que isso não é algo que se resolva em quatro anos. É preciso continuar avançando, mesmo em tempos de orçamento mais apertado."

POLÍTICAS PÚBLICAS – SAÚDE

Saúde pública: Problema tem raíz histórica e política no Brasil

Praticamente toda semana são oferecidas pela mídia notícias de descaso com a saúde, problema gerado pelo sucateamento do sistema público.

Mais grave e doloroso do que ver as notícias que tanto nos incomodam é viver esta realidade de quem não tem outra alternativa e depende desse serviço.

A questão que se coloca é: onde se encontra a raiz do problema?

É histórica e política. Se historicamente o problema sanitário foi alvo de um tratamento elitizante desde o início da colonização, o advento da República fez com que houvesse uma busca na melhoria das condições de vida em função da urbanização e industrialização. O Brasil moderno pedia novas medidas.

A cidade do Rio de Janeiro, principal porta do país no início do século, foi alvo das novas políticas sanitárias.

No governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o Rio de Janeiro passou por uma repaginação, quando foram construídas novas avenidas, os cortiços foram derrubados, e a população pobre, deslocada das áreas situadas na orla marítima.

Com a intenção de erradicar a peste bubônica, equipes invadiam as casas, removendo objetos quebrados e tudo que pudesse abrigar ratos. Parte desse programa incluiu a vacinação em massa contra a varíola, comandada por Oswaldo Cruz, diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública.

A vacinação era obrigatória e à força, nos casos de resistência. Esses métodos geraram tensão social e levaram à Revolta da Vacina, movimento popular contra o poder instituído, que se manifestou pelas ruas da cidade.

A prisão de líderes populares e o desgaste do governo frente à opinião pública levaram à revogação de sua obrigatoriedade, tornando a vacina opcional.

Ao final do século 20, apesar dos progressos da medicina, fica claro que a saúde ainda está distante de uma solução que priorize o bem-estar de toda a população.

Órgãos sociais defendem engajamento estudantil nas políticas públicas de saúde

Agência Brasil

A participação dos estudantes na formulação e implementação de políticas públicas de saúde foi defendida hoje (3), pelo Conselho Nacional de Saúde e pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), na Nona Bienal da União Nacional dos Estudantes (UNE), que promoveu um painel sobre Educação, Saúde e Desenvolvimento: a Juventude por Mudanças na Saúde do Brasil para Cuidar Bem das Pessoas.

A presidenta do Conselho Nacional de Saúde, Maria do Socorro de Souza, pediu que os jovens se interessem pelos conselhos de saúde e ajudem a fortalecê-los, de modo a torná-los ambientes legítimos para o atendimento das necessidades da sociedade. Caso contrário, disse ela, "outras instituições vão decidir por nós".

Ela destacou ainda que os jovens têm se engajado em bandeiras libertárias, como liberdade de expressão e respeito às diferentes orientações sexuais, mas é preciso maior participação na defesa de direitos sociais. "Queremos que o jovem também defenda o Sistema Único de Saúde (SUS), os direitos e políticas sociais. O Estado tem que assumir essas funções, se não, vamos cada vez mais depender do mercado", acrescentou.

Maria do Socorro disse que o jovem precisa participar da "batalha simbólica para estabelecer uma agenda positiva de discussão do SUS". Segmento que, na visão dela, vem sofrendo ataques de setores interessados em desmoralizá-lo, em favor da saúde privada. "Há um interesse muito grande de atacar o SUS. O interesse não é atacar para fazer a defesa da qualidade, e sim, atacar para que o mercado abarque mais espaço", enfatizou.

A pesquisadora Lígia Bahia, que representou a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) no debate, argumentou que a participação do jovem pode ser fundamental na discussão da política de drogas, na luta antimanicomial e na defesa do parto normal. "Os jovens são muito críticos, e acompanham os seus parentes nos serviços de saúde. Eles poderiam participar mais desse processo de controle e de fiscalização da qualidade", comentou.

Lígia lembrou que parte dos jovens está se formando em áreas de saúde, e precisam trabalhar também a solidariedade com usuários da saúde pública. "Esses jovens, que serão futuros profissionais, precisam muito lutar pela possibilidade de ter uma carreira pública e um sistema mais justo".

Coordenadora da bienal, a diretora Cultural da UNE, Patrícia de Matos, disse que o evento é mais um espaço para que os jovens reflitam e defendam direitos adquiridos, mas ressaltou que é preciso ir além dos espaços institucionalizados. "Institucional ou não, todo espaço pode ser de reflexão. A bienal é um espaço para que a gente reflita e lute. A universidade é um espaço, e a praça também é", disse ela, e adiantou que defende o engajamento dos movimentos sociais na discussão e formulação de políticas públicas.

Epidemia da dengue: política de "enxugar gelo" assusta o Brasil às vésperas da Copa do Mundo

Com mais de 215 mil casos registrados até o mês de abril em todo o Brasil, a dengue voltou a preocupar a população, mais precisamente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Só essas duas áreas do País concentram 74% do total de ocorrência (215.169), segundo dados do Ministério da Saúde. A situação é inferior à registrada em 2013, mas preocupa, sobretudo pela aproximação da Copa do Mundo, que começa no próximo mês.

A recorrência do problema, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), tem como carro-chefe a falta de continuidade das políticas públicas no combate ao principal vetor da doença, a fêmea do mosquito Aedes aegypti. De acordo com o secretário de Vigilância do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, a forte transmissão da dengue no Brasil nesta mais recente epidemia teve início a partir do final de 2012, após as eleições – o que explica os mais de 921 mil casos registrados no ano passado. Barbosa admite que a falta de ações de combate ao mosquito em alguns municípios, além da circulação de um novo subtipo do vírus – o DENV 4 – contribuíram para o cenário atual.

“Não podemos relaxar no combate ao mosquito. A prevenção precisa ser mantida durante todo o ano”, completou Barbosa. Especialistas ouvidos pelo Brasil Post alegaram não terem dados concretos para sugerir, pelo menos oficialmente, outras possíveis causas que expliquem a atual epidemia de dengue, ainda mais em um ano de forte estiagem em Estados como São Paulo – que já registrou mais de 54 mil casos, conforme dados divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde (com outros 50 mil sob investigação).

Dentre os municípios paulistas, a pior condição se dá em Campinas, onde 22 mil casos já foram confirmados pelas autoridades locais, com uma morte tendo sido registrada até o momento, de uma mulher de 69 anos. A cidade do interior paulista vem batendo recordes desde o início do ano e, diante do alto número de doentes, deixou de realizar os exames de sorologia, passando a tratar imediatamente todos os pacientes com os principais sintomas da dengue – febre, dor de cabeça, dores nas articulações e no fundo dos olhos. Já a capital já conta com quatro mortes, todas ocorridas em abril, e mais de 5 mil casos, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde.

De janeiro até o início de maio, o número é quase o triplo do registrado no mesmo período de 2013, e atinge um patamar similar ao registrado em 2010, último ano com alto registro da doença na capital paulista. Os bairros do Jaguaré, da Lapa e do Rio Pequeno lideram os registros, com uma incidência considerada acima do normal, ou seja, quando são registrados mais de 100 casos por 100 mil habitantes. Na cidade como um todo, a taxa de incidência de 45,3 está na faixa considerada de baixa incidência, segundo normativa adotada pelo Ministério da Saúde.

Sintomas

A presença de dois sinais, combinada com febre alta, é indicação para procurar o serviço médico, principalmente, quem está chegando de viagem de região contaminada. Os sintomas da Dengue Clássica como é chamada, acrescida de dor abdominal contínua, suor intenso e queda de pressão caracterizam a Dengue Hemorrágica.

- Febre alta (acima de 38°C)

- Fraqueza e prostração ou fraqueza
- Dor no corpo e nas juntas
- Dor de cabeça

Já os números do governo federal são divergentes. O Ministério da Saúde informou na segunda quinzena de abril que as cidades com maior número de casos eram Goiânia (GO), 7.878; São Paulo (SP), 7.550; Campinas (SP), 6.611; Luziânia (GO), 5.504; Belo Horizonte (MG), 4.849; Maringá (PR), 4.838; Brasília (DF), 4.532; Aparecida de Goiânia (GO), 3.454; Americana (SP), 3.430 e Taubaté (SP), 2.821. O ministro da Saúde, Arthur Chioro, ainda enfatizou o trabalho que está sendo realizado em conjunto com Estados e municípios, que receberam R$ 363,4 milhões em repasses para o combate à doença.

Ônus da epidemia é dividido entre governos e população

O mosquito Aedes aegypti demanda locais com acúmulo de água para se desenvolver, o que torna abrangente os espaços nos quais a fêmea do inseto pode depositar os ovos, que darão origem às larvas e aos mosquitos adultos. Para se alastrar, porém, o vírus da dengue precisa que existam pessoas com a doença em uma determinada área, para que elas, ao serem picadas pelo mosquito, façam dele um portador do vírus que será levado a outras pessoas.

A facilidade de reprodução do mosquito é o que faz quase 50% da população mundial – estimada em 2,5 bilhões de pessoas – viverem sob o risco de adquirir a doença, conforme informe divulgado no mês passado pela OMS. “Nós, como planeta, estamos de certa forma mais vulneráveis do que nunca. Isso significa que, como planeta, temos que colaborar mais efetivamente para descobrir novas doenças, surtos e ameaças quando elas surgirem prontamente, e responder a elas efetivamente”, completou o diretor do Centro de Controle de Doenças e Prevenção, Tom Frieden.

Entretanto, engana-se quem pensa que o trabalho de prevenção e combate ao mosquito e à dengue se restringe aos governantes. Segundo Jarbas Barbosa, é importante que a população continue verificando o adequado armazenamento de água, o acondicionamento do lixo e a eliminação de todos os recipientes sem uso que possam acumular água e virar criadouros do mosquito. A sociedade civil também deve cobrar o mesmo cuidado nos municípios, responsáveis pelos ambientes públicos e por serviços básicos, como o recolhimento regular de lixo nas vias, a limpeza de terrenos baldios, praças, cemitérios e borracharias.

Atualmente, as medidas de controle adotadas para o combate à dengue vão de encontro justamente ao que poderia evitar a doença – e os posteriores gastos públicos –, com aumento de agentes de saúde e nebulizações nas áreas mais críticas das cidades do País com maior número de casos. É aqui que entra o velho ditado popular que põe o Brasil como um eterno “enxugador de gelo”, correndo atrás do prejuízo apenas depois do problema estar posto, ao invés de uma política consistente e constante de prevenção.

Como prevenir

- Pratos de vasos de plantas devem ser preenchidos com areia;

- Tampinhas, latinhas e embalagens plásticas devem ser jogadas no lixo e as recicláveis guardadas fora da chuva;
- Latas, baldes, potes e outros frascos devem ser guardados com a boca para baixo;
- Caixas d'água devem ser mantidas fechadas com tampas íntegras sem rachaduras ou cobertas com tela tipo mosquiteiro;
- Piscinas devem ser tratadas com cloro ou cobertas;
- Pneus devem ser furados ou guardados em locais cobertos;
- Lonas, aquários, bacias, brinquedos devem ficar longe da chuva;
- Entulhos ou sobras de obras devem ser cobertos, destinados ao lixo;
- Cuidados especiais para as plantas que acumulam água, como bromélias e espadas de São Jorge; ponha água só na terra.

"Tem que haver ação na ponta. A articulação entre os entes federal, estaduais e municipais é muito importante", analisou a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Tânia Araújo Jorge. "Todos possuem um papel [no combate à dengue]", complementou a diretora da Organização Pan-americana da NOS, Carissa Etienne.

Copa do Mundo e vacina em teste no Brasil

A vinda de 3,7 milhões de turistas – segundo dados do Ministério do Turismo – para a Copa do Mundo, que começa em junho em 12 cidades do Brasil, coloca a dengue como um problema também para outros países. Uma vez picada por um mosquito infectado, o estrangeiro pode, eventualmente, levar e desenvolver os sintomas apenas no seu país de origem. A existência de um segundo vetor na Ásia, na América do Norte e na Europa – o mosquito Aedes albopictus – fez com que especialistas respeitados no exterior já tenham se posicionado sobre o tema.

"A febre da dengue pode ser um problema significativo em algumas cidades da Copa, e medidas preventivas são necessárias. A Fifa, as autoridades do Brasil e os patrocinadores do Mundial devem usar a sua influência para comunicar o risco", disse o professor de epidemiologia da universidade inglesa de Oxford, Simon Hay, em declarações reproduzidas pelo jornal The Telegraph. Ao jornal The Independent, Hay disse acreditar que é preciso que o Brasil informe aos estrangeiros o que eles vão encontrar – incluindo a dengue.

Em meio às críticas, as autoridades brasileiras esperam, a médio e longo prazo, dar uma resposta definitiva à dengue em todo o mundo. A razão é a autorização dada ao Instituto Butantan, em São Paulo, para teste em seres humanos de uma vacina contra a doença. O Ministério da Saúde está investindo R$ 200 milhões na pesquisa, que deve durar pelo menos até 2018.

Até lá e sem uma vacina garantida, o combate a dengue segue demandando uma única medida: a prevenção.

Outros detalhes da dengue

- A dengue é transmitida pela picada de um mosquito infectado por um dos quatro tipos de vírus da doença. É uma moléstia cujos sintomas aparecem de três a 14 dias após a picada do mosquito. Ela não é transmitida diretamente de uma pessoa para a outra. Como não há vacina para a dengue, pessoas com a doença devem descansar, beber muito líquido e reduzir o uso de analgésicos – que podem mascarar os sintomas –, além de procurar um médico. O diagnóstico precoce da dengue diminui a chance de morte para nível abaixo de 1%, de acordo com a OMS.
- A doença tem maior incidência na América do Sul e na Ásia, em regiões com climas tropicais e subtropicais, mais precisamente em áreas urbanas e semiurbanas. Ao contrário de outros mosquitos, o Aedes aegypti costuma se alimentar durante o dia, com picos ocorrendo no início da manhã e no fim da tarde, sendo que a fêmea pica várias pessoas durante cada período de alimentação.

(Com Estadão Conteúdo e Agência Brasil)

Governo quer antecipar teste de vacina da dengue em 13 mil pessoas

Doença já atinge 80 mil no estado de Sâo Paulo; 70 morreram.

Testes feitos em 180 pessoas nas primeiras fases foram 'promissores'.

O governo de São Paulo quer antecipar os testes da vacina da dengue, doença que já atinge 80 mil pessoas e matou 70 no estado neste ano. A fase de testes estava prevista para 2016, mas a administração estadual vai pedir autorização à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) nesta quarta-feira (25) para iniciar o teste em 13 mil pessoas.

Se os testes forem aprovados, a vacina pode ficar disponível em 2016 ou no máximo até 2017.

A vacina, que começou a ser elaborada pelo Instituto Butantan há dois anos, deu bons resultados em fases anteriores. Os pesquisadores do instituto e da Faculdade de Medicina da USP fizeram a vacina com o vírus da dengue enfraquecido. Ela foi fabricada para combater os quatro tipos de vírus que existem no país em uma única dose.

Na primeira fase, 50 voluntários foram vacinados e, na segunda fase, 130 pessoas. Os cientistas dizem que os resultados são promissores.

Fiscais aplicam quase 600 multas a proprietários de terrenos sujos

Nova lei de limpeza de terrenos começou a valer há uma semana.

Fiscais vistoriaram mais de 1 mil propriedades em Sorocaba.

O constante avanço da dengue em Sorocaba (SP) fez com que a prefeitura tomasse uma série de medidas para tentar combater a proliferação do mosquito transmissor. Entre elas, está a aprovação de uma nova lei para a limpeza de terrenos baldios. Até esta segunda-feira (23), a regra, que começou a valer na semana passada, já multou 571 propriedades, das 1.010 visitadas pela equipe de fiscalização.

Durante as vistorias, o que o grupo de fiscais da prefeitura encontrou retrata a falta de conscientização, tanto dos donos quanto da população em geral, em relação a uma das piores epidemias já enfrentadas pelo município. No bairro Nova Sorocaba, um dos mais afetados pela dengue, o dono de um terreno que estava com mato alto foi multado e mandou fazer a roçagem recentemente. Porém, o lugar continua sendo ponto de descarte de lixo e materiais sem serventia.

"O lixo foi lançado dentro do terreno, trazendo o risco do mosquito mais uma vez, por pessoas que não estão conscientes do risco que é essa doença", alerta o chefe de fiscalização, José Antônio de Souza.

Outra área, ao lado da casa do aposentado Sinval de Alcântara, é igualmente preocupante. O local tem mato alto e, apesar do muro de quase dois metros de altura, também recebe lixo e entulho – incluindo um sofá velho. Sinval conta que denunciou a situação à prefeitura pelo disque-denúncia."Aí tem móveis, tem colchão, peça de carro velho, peças de plástico, tem entulho de construção, tem tudo", diz o aposentado.

Aqueles que forem multados têm até cinco dias para recorrer. Se o dono apresentar a foto do terreno roçado, a multa é suspensa, mas pode ser revalidada a qualquer momento, caso haja denúncia de falta de limpeza no local. O valor da autuação é de R$ 4,87 por metro quadrado, para terrenos de até 500 m². Para áreas maiores, o valor sobe para R$ 6,96 por metro quadrado. Em caso de reincidência, o valor dobra.

Para o chefe de fiscalização da prefeitura, o combate à dengue é dever de todos. "Nós temos que estar juntos e lutar contra o mosquito. Temos que entender que, juntos, nós somos mais fortes", explica José Antônio.

Casos de dengue sobem 57,2% no Brasil em um ano

De acordo com levantamento do Ministério da Saúde, foram registrados 40.916 pacientes com a doença em janeiro, contra 26.017 no mesmo período do ano passado

07/02/2015

Mosquito 'Aedes aegypti', transmissor da dengue visto na região da Lapa, zona oeste de São Paulo(André Lucas Almeida/Futura Press/VEJA)

O número de casos de dengue subiu 57,2% neste ano no Brasil. Em janeiro, foram identificados 40.916 pacientes com a doença. No mesmo período do ano anterior, haviam sido contabilizados 26.017 casos. O aumento, considerado anormal para a época do ano, é atribuído em parte à crise da água. Tradicionalmente, o pico ocorre em abril e maio. Um sinal, para autoridades sanitárias, de que o pior ainda está por vir.

São Paulo é o campeão em número de casos. O Estado tem 17.612 notificações da doença, o equivalente a 43% do total no País. Seis cidades paulistas estão entre as 20 com maior incidência. Trabiju, cidade no interior de São Paulo com 1.650 moradores, registrou em janeiro 111 casos. É a maior relação de casos por habitantes no Brasil.

Embora São Paulo apresente o maior número total de casos, o Estado do Acre que tem a maior incidência. A relação é de 338,3 casos por 100 000 habitantes, um indicador que permite dizer que o Estado enfrenta epidemia da doença.

Em São Paulo, a incidência explodiu. Era de 4,8 no ano passado e passou para 40 neste ano. É a quarta maior do país, perdendo para Acre, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Mesmo com as estatísticas elevadas, o número de casos graves e de mortes teve uma redução de 83,7% em relação a 2014. Neste ano, foram seis mortes confirmadas até agora.

Crise hídrica – O aumento atípico para esta época do ano é atribuído, em parte, à crise hídrica. "É um dos pontos relevantes, daí a necessidade de se redobrar as ações de prevenção nos reservatórios domésticos de água", disse o ministro da Saúde, Arthur Chioro. Neste sábado uma segunda edição do Dia D será realizada no país, para alertar sobre a necessidade de se adotar medidas para prevenir criadouros do mosquito Aedes aegypti.

Chioro disse que foi identificado aumento significativo de casos em cidades onde o abastecimento de água ocorre de forma intermitente. Para driblar as dificuldades no acesso à água, a população passa a armazená-la em locais improvisados. "Não estamos dizendo para que as pessoas deixem de adotar essa medida. Nem as culpando pelo aumento de casos. Apenas queremos enfatizar a necessidade de cobrir os reservatórios", disse o ministro.

Além de providenciar cobertura para os reservatórios domésticos improvisados, a equipe do ministério recomenda – no caso de recipientes que estejam há tempos com água – a limpeza da borda, com uma esponja. Quando criadouros são identificados, agentes de saúde devem aplicar larvicidas.

(Com Estadão Conteúdo)

Dengue já atinge 90% das cidades de SP e se aproxima de nível epidêmico

Das 645 cidades do Estado, 604 já registraram ao menos um caso.

Em 2015, já houve 281 casos para cada 100.000 habitantes – acima de 300, configura-se epidemia

15/03/2015

A dengue já atinge mais de 90% das cidades paulistas e está próxima de se tornar uma epidemia, apontam dados divulgados pelo Ministério da Saúde neste domingo. Dos 645 municípios do Estado, 604 já registraram ao menos um caso com diagnóstico da doença pelo Sistema Único de Saúde (SUS) neste ano. Foram 123.738 notificações, ou 281 para cada 100.000 habitantes – acima de 300, configura-se epidemia.

Marília, Catanduva, Rio Claro, Sorocaba e Guararapes estão entre as cidades com as maiores ocorrências da doença. De acordo com o governo federal, o Estado já registrou 35 mortes entre 1º de janeiro e o dia 7 deste mês, 26 a mais que o ocorrido no mesmo período de 2014. A Secretaria Estadual da Saúde, por sua vez, informou que, em janeiro e fevereiro, foram confirmados 38.714 casos e 32 mortes. A pasta só considera as ocorrências confirmadas por exames.

Sorocaba, cidade de 630.000 habitantes, tem o maior número de casos confirmados. Foram 12.780 infectados, com doze óbitos – cinco já detectados pelo Instituto Adolfo Lutz. De

acordo com o secretário Francisco Fernandes, os números na cidade vão aumentar até junho, podendo chegar a 45.000 ocorrências. A média tem sido de 700 casos por dia. "Estamos vivendo estabilidade no número de casos, mas não há queda." Depois de instalar um centro de monitoramento – uma unidade improvisada em um galpão – para acelerar o atendimento, a prefeitura destinou mais quinze leitos na Santa Casa de Sorocaba para casos graves. Na quinta, 25 pessoas estavam internadas com suspeita de dengue hemorrágica.

Em Catanduva, o número de mortes confirmadas subiu de seis para quinze. Há ainda outros dezenove óbitos em investigação e 7.649 casos confirmados – a cidade tem 118.200 habitantes. A cidade de Marília, no centro-oeste, registrou 7.240 casos, com seis mortes confirmadas e oito sob investigação. A prefeitura da cidade montou mais uma tenda para atender os pacientes. Depois de advertidos, os moradores que mantêm criadouros do mosquito estão sendo multados. Limeira, na região de Campinas, contabilizava na quinta-feira 11.153 casos notificados. Seis mortes estão sob investigação, além de duas já confirmadas.

Itapira, com 72.500 habitantes, também na região de Campinas, teve mais uma morte suspeita, elevando para dez o número total de casos (oito confirmados). A cidade tem 3.125 casos positivos de dengue, mas a prefeitura informa que o número vem caindo. Na capital do Estado, foram registrados 2.438 casos confirmados de 4 de janeiro a 28 de fevereiro, quase três vezes mais que o número registrado no mesmo período do ano passado. Uma morte foi confirmada e dois óbitos estão sendo investigados.

Alckmin quer liberar vacina da dengue em fase de teste

Intenção é motivada pela alta incidência da doença no Estado de São Paulo. Em menos de três meses, já são 67 mortes. Em todo o ano passado, foram 90

21/03/2015

Dengue

De janeiro até 12 de março, apenas a cidade de São Paulo contabilizou 2.339 casos confirmados de dengue, de acordo com a Secretaria Estadual da Saúde(Nacho Doce/Reuters)

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), quer que o Instituto Butantã antecipe a produção em escala da vacina contra a dengue. Alckmin afirmou nesta semana que pedirá à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorização especial para usar a vacina que ainda está em fase de testes, levando em conta a alta incidência da doença no Estado.

Em menos de três meses, são 67 mortes por complicações da doença neste ano no Estado. Em todo o ano passado, foram 90. Nesta sexta-feira, o Instituto Adolfo Lutz confirmou a terceira morte por dengue na capital paulista. A vítima é um homem de 35 anos, morador do bairro Pedreira, na zona sul.

De janeiro até 12 de março, a cidade de São Paulo contabilizou 2.339 casos confirmados de dengue, de acordo com dados da Secretaria Estadual da Saúde. O orgão informou ainda que 66% dos mais de 56.000 casos confirmados no Estado neste ano estão concentrados em apenas trinta dos 645 municípios paulistas.

Trâmite – Em condições normais, seguindo todos os protocolos de biossegurança, a vacina só estaria pronta para ser usada na população no início de 2018. De acordo com o instituto, os testes em voluntários foram iniciados em 2013, com autorização da Anvisa.

Atualmente, é realizada a segunda fase dos testes, envolvendo 300 voluntários que são atendidos pelo Hospital das Clínicas de São Paulo. Cerca de 160 já receberam a vacina e outros 140 estão sendo recrutados. Essa fase deve terminar em 60 dias. Nela, é avaliada a segurança e a imunogenicidade da vacina.

Falta ainda a terceira etapa, com voluntários de todas as regiões do Brasil e de diferentes faixas etárias. Nessa fase, os testes, que foram iniciados em 2013 e, em condições normais, deveriam se estender até 2018, avaliam a eficácia da vacina. O Butantã informou que o período de cinco anos é necessário para verificar anualmente a resposta imunológica dos participantes.

Fabricantes – O imunizante é desenvolvido em parceria com o National Institutes of Health, dos Estados Unidos. A vacina americana, similar à brasileira, foi testada naquele país e ficou demonstrado que é segura, apresentando "poucos eventos adversos", segundo o instituto.

Existe outra vacina no mercado, da francesa Sanofi. A empresa divulgou, em novembro de 2014, resultados de testes realizados com mais de 20 mil crianças e adolescentes da América Latina, inclusive do Brasil, segundo os quais foi capaz de prevenir, em média, 61% dos casos comuns de dengue e 95,5% dos casos graves. A empresa deve enviar os documentos para registro na Anvisa ainda neste semestre. A previsão é de que essa vacina possa ser usada na população no início de 2016.

A direção do Butantã não se pronunciou sobre a antecipação do uso da vacina. Em nota, a Anvisa informou que não recebeu pedido de registro até a última sexta-feira.

(Com Estadão Conteúdo)

Em um terço do estado, dengue supera total de 2014

São Paulo já responde por 55% dos casos suspeitos registrados no país

18/03/2015

Dengue: 118 cidades paulistas já vivem uma epidemia(André Lucas Almeida/Futura Press/VEJA)

Um terço das 645 cidades paulistas registrou em apenas dois meses de 2015 mais casos de dengue do que em todo o ano passado, revelou um levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo com base em dados da Secretaria Estadual da Saúde. A lista dos 218 municípios nessa condição é composta principalmente por cidades do noroeste do Estado e do entorno de Campinas e de Sorocaba, áreas mais afetadas pela doença.

As estatísticas mostram ainda que 118 cidades paulistas já vivem uma epidemia, com taxa de incidência superior a 300 casos por 100 000 habitantes. E em dezenas desses municípios o índice de crescimento do número de casos e da taxa de incidência entre o ano passado e o primeiro bimestre deste ano é maior que 1.000%.

Desde janeiro, o Estado registrou a contaminação de 56 959 pessoas. Contando os casos que ainda estão em investigação, o número chega a 123 738 registros, 692% a mais do que o

notificado no mesmo período de 2014. Com a alta, São Paulo já responde por 55% dos casos suspeitos de dengue registrados no país.

O maior aumento porcentual tanto no número de casos quanto na taxa de incidência é observado no município de Salto de Pirapora, na região de Sorocaba. Em todo o ano passado, a cidade teve apenas dois casos de dengue. Entre janeiro e fevereiro deste ano, os registros saltaram para 559. A taxa de incidência passou de 4,8 para 1 322 casos por 100 000 habitantes, alta equivalente a 27.555%.

Caos – Considerando as cidades mais populosas, a pior situação é a de Sorocaba, onde a taxa de incidência cresceu 1.703%. Em unidades de saúde públicas do município, a demanda é tanta que pacientes estão esperando atendimento deitados no chão. Entre as mais de 200 pessoas que esperavam pela triagem na unidade, na tarde de terça-feira, muitas passavam mal.

Em todo o Estado, já são pelo menos 35 mortes por dengue confirmadas. Na segunda-feira, a Secretaria da Saúde de Campinas confirmou o primeiro óbito pela doença no ano.

Para o infectologista Jean Gorinchtey, do Instituto Emílio Ribas, o longo período de estiagem vivido pelo Estado desde o ano passado colabora para o quadro epidêmico. "Os ovos do mosquito Aedes aegypti sobrevivem em ambiente seco por mais de um ano. Eles foram sendo colocados pela fêmea durante o ano passado e, quando a chuva finalmente chegou, começou a aparecer uma quantidade enorme de mosquitos."

A Secretaria Estadual da Saúde disse que tem 500 técnicos atuando em parceria com os municípios no combate ao Aedes. A pasta afirma estar dando prioridade a cidades com alta incidência de casos com o envio de equipes e máquinas para combater o vetor da dengue.

(Com Estadão Conteúdo)

Para Ministério da Saúde, é cedo para atestar eficácia da vacina contra a dengue

Giovanini Coelho, do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde, diz que imunizante está em fase de testes; na semana passada, governador Geraldo Alckmin declarou que pretende antecipar a produção da vacina

23/03/2015

O coordenador do Programa Nacional de Controle de Dengue do Ministério da Saúde, Giovanini Coelho, diz não ser possível fazer no momento qualquer avaliação sobre o uso da vacina desenvolvida pelo Instituto Butantã contra dengue. Semana passada, em meio à epidemia que afeta o Estado, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin afirmou que encaminharia um pedido de autorização especial à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para antecipar a produção do imunizante.

Para Coelho, pesquisas realizadas até agora com o produto tiveram resultados promissores. Foram realizados ensaios de fase II, que analisam, principalmente, a segurança e a capacidade de a vacina produzir anticorpos. No entanto, estudos que avaliam a eficácia ainda estão sendo planejados. "Enquanto não tivermos os resultados, não é possível emitir qualquer opinião sobre seu uso", avalia. Pelo cronograma inicial, a vacina, que prevê aplicação de uma dose, deveria entrar no mercado a partir de 2018.

Outra vacina – A vacina em desenvolvimento no Instituto Butantã, em parceria com os Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos, não é a única em fase de pesquisa. A farmacêutica francesa Sanofi também realiza testes de um imunizante contra a dengue. A previsão é a de que o produto, que está em fase mais avançada de desenvolvimento, entre no mercado no próximo ano.

Giovanini, porém, avalia que este imunizante, embora possa ser uma arma importante, não resolverá sozinho o problema de epidemias provocadas pela doença. "A proteção oferecida não ultrapassa 60%. Para um dos subtipos do vírus da dengue, é de 40%", observou o coordenador.

O fato de a vacina ser aplicada em três doses, por sua vez, impede que ela tenha uma eficácia para conter uma epidemia em curso, como a que vivemos no Brasil. "Ela deve ser usada como alternativa a médio e longo prazo", completa. O coordenador avalia que o controle da dengue somente pode ser feito de forma efetiva com o uso simultâneo de diversos recursos. "A capacidade de transmissão do vírus é explosiva. A experiência mostra que, para resolver um problema complexo como esse, é preciso usar estratégias variadas."

Criadouros do mosquito – Dados do Levantamento de Infestação por Aedes aegypti mostram que a maior parte de criadouros do mosquito transmissor da dengue nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul foi encontrada em lixo e recipientes usados para abastecimento de água. Somente no Sudeste, a maior parte dos focos do mosquito foi encontrada em depósitos domiciliares, como vasos de plantas e calhas.

O coordenador reconhece que os números indicam que a presença dos focos, em parte, está associada também a deficiências de serviços públicos, como a coleta regular de lixo e o abastecimento de água. Mas ele completa que, mesmo se esses problemas fossem rapidamente solucionados, a doença estaria presente. Ele cita como exemplo Cingapura. "A cidade tem alto índice de desenvolvimento humano, um sistema de abastecimento e de lixo adequado e, mesmo assim, conviveu com altos índices da infecção", disse. "Outros fatores também são relevantes: hábitos da população, condições climáticas."

(Com Estadão Conteúdo)

O colapso do sistema de saúde no Brasil

Público ou privado, o atendimento em saúde no país vira um suplício para pacientes que dependem do SUS ou que tenham plano particular

Público ou privado, o sistema de saúde do país está doente. O suplício de não encontrar um médico ou leito para internação deixou de ser uma lamúria restrita à população carente, usuária dos SUS. Com o avanço da renda na década, quase 16 milhões de brasileiros passaram a contar com um plano de saúde.

A garantia de atendimento célere, entretanto, virou ilusão. Enquanto o número de clientes das operadoras aumentou 45%, a oferta de médicos pelas empresas não acompanhou a expansão e a estrutura de saúde. Na contramão, minguou. Pelo lado das entidades da categoria, há relatos até de descredenciamentos de médicos devido a queixas na remuneração dos planos — que seguem reajustados para os segurados, enquanto a qualidade do serviço cai.

— Em 10 anos, as mensalidades aumentaram 160% e os honorários, 50%. Há uma grande defasagem — reclama Márcio Bichara, secretário de saúde suplementar da Federação Nacional dos Médicos (Fenam).

Na saúde pública, repete-se o clamor por médicos e estrutura. Mas a raiz do problema não está na falta de profissionais, diagnóstico comum tanto das corporações médicas quanto de governos. Sustentam que apenas estão mal distribuídos, concentrados em grandes centros e ausentes no Interior e nas periferias — assim como a estrutura que permitiria um atendimento mais digno e rápido. Também admitem que há falta de vagas hospitalares e que o número tende a diminuir. Mas discordam em quase tudo no que se refere a soluções.

Os médicos tendem a defender melhores salários e a obrigação dos jovens concursados de irem ao Interior. Já o governo quer importar profissionais.

— Vários países importam médicos, qual o problema? É uma questão de oferta e procura. Mas as entidades de classe médicas são corporativas, querem apenas valorizar os ganhos dos seus representados, esquecendo que a saúde é um bem de todos — alfineta o diretor de Assistência Hospitalar e Ambulatorial da Secretaria Estadual de Saúde, Marcos Lobato, também médico.

Os governos entendem que a saúde básica deve ser reforçada, ao mesmo tempo em que os hospitais deveriam se especializar. Já a maioria das entidades de classe propugna aumento dos valores para internações, como forma de garantir a sustentação dos hospitais. E compra de aparelhos.

— Caneta e estetoscópio não significam atendimento. Qual médico gosta de trabalhar sem aparelhos, sem condições, tendo de fazer o paciente esperar meses? — diz Lobato.

SERVIÇO PRIVADO

PROFISSIONAIS

— DIAGNÓSTICO

Apesar de o usuário pagar pelo serviço, faltam médicos, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM). A entidade calcula que existem 170 mil médicos no país que atendem planos. O número é considerado insuficiente para suportar o crescimento de clientes. De dezembro de 2003 a dezembro passado, o número de usuários, segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), passou de 33 milhões para 47,9 milhões. Uma alta de 45%, fruto da melhoria da renda e da tentativa de parte da população de fugir do SUS. Segundo Isaias Levy, do conselho nacional de saúde suplementar do CFM, no mesmo período o número de médicos que atendem por planos de saúde "não cresceu a metade disso". E há ainda uma busca por descredenciamento devido aos valores pagos pelas operadoras, que os médicos consideram baixos. Conforme o CFM, em média os planos pagam para os médicos até R$ 50, a tabela considerada referência pelos médicos indica R$ 81.

— RECEITA

Na avaliação do CFM, as operadoras deveriam elevar o número de médicos credenciados. Para a entidade, deveriam ser acrescidos no mínimo mais 30 mil profissionais ao quadro para chegar à marca de 200 mil. Para isso, no entanto, a entidade entende que deveria haver melhor

remuneração, chegando aos valores estabelecidos pela Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), considerado um parâmetro de honorários condizente com uma remuneração equilibrada ante o ofício e o custo de manutenção dos consultórios. Segundo o CFM, mais de 90% das operadoras não seguem a CBHPM. Outro ponto que traz contrariedade aos profissionais seria a tentativa de interferência das operadoras na autonomia dos médicos. Conforme as entidades de classe, os planos teriam de parar de pressionar para limitar o número de pedidos de exames, procedimentos e internações.

ESTRUTURA

— DIAGNÓSTICO

Enquanto o número de médicos não cresceu no mesmo ritmo da quantidade de usuários, na questão da estrutura o quadro ainda é pior devido ao fechamento de hospitais e à diminuição de leitos. Citando dados da ANS, o Conselho de Medicina demonstra que, em setembro de 2009, existiam no Brasil cerca de 144 mil leitos para planos de saúde. Em setembro de 2012, o número caiu para 127 mil. Ou seja, em três anos, 14 mil leitos deixaram de ser oferecidos, o equivalente a uma queda de 12%.

Enquanto isso, o número de usuários que adquiriam o seu plano de saúde aumentou em 5,5 milhões de pessoas, chegando a 47,9 milhões de usuários — quase um quinto da população brasileira.

Com maior demanda e menos estrutura para atendimento, as queixas da população aumentaram na ANS. Ano passado, foram 75,9 mil reclamações, quase quatro vezes mais do que uma década atrás.

— RECEITA

No caso da rede conveniada, a saída seria remunerar melhor por serviços e procedimentos. Com isso, seria possível aumentar o número de locais de atendimento e voltar a elevar o número de leitos disponíveis aos clientes dos planos de saúde.

Outra medida que começou a ser adotada e poderia ser ampliada é a construção, pelas operadoras, de hospitais, clínicas, laboratórios e centros de diagnóstico. Dinheiro parece não faltar para as empresas. Desde 2001 a receita dos planos de saúde cresceu, em média, 14% ao ano.

O faturamento pulou de R$ 22 bilhões para R$ 92 bilhões, em 2012. De 2000 até o ano passado, as mensalidades foram aumentadas em 170%.

O percentual supera com folga a inflação oficial do período — 126%, conforme o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador utilizado pelo governo federal.

GESTÃO

— DIAGNÓSTICO

Parte da causa do problema que já chega ao atendimento por planos de saúde pode ser creditada à estrutura das empresas, incapaz de atender à demanda crescente dos usuários, avalia Libânia alvarenga Paes, coordenadora do Curso de Administração Hospitalar e Sistemas

de Saúde. Conforme a especialista, os processos internos de autorização de procedimentos e gerenciamento e monitoramento de pagamentos, por exemplo, são muito lentos. Atenta às demoras no atendimento, a ANS suspendeu a comercialização de mais de 500 planos no Brasil. A oferta de recursos humanos qualificados dos mais variáveis níveis para atuar nas companhias do setor também é deficiente, diz Libânia. A aparente folga financeira das empresas nem sempre é verdadeira, afirma. A incorporação de tecnologia no setor, com exames e procedimentos cada vez mais modernos e caros — em número maior — estaria afetando as margens de lucros das empresas. O envelhecimento da população seria outro fator a pressionar os balanços das empresas.

— RECEITA

Para a especialista da FGV, uma melhor qualificação dos recursos humanos ajudaria a melhorar os processos internos das empresas e a celeridade no atendimento dos usuários. Libânia, no entanto, acredita que também passa por médicos e usuários a solução.

Os profissionais, diz, muitas vezes pediriam exames nem sempre necessários ou então mais complexos do que o caso precisaria.

"Há casos em que um ultrassom poderia resolver o problemas, mas o médico pede uma ressonância, que é mais rápida e muito mais cara", diz Libânia.

Para as entidades médicas, a solução também passa por uma fiscalização mais rigorosa da ANS para que as empresas cumpram as cláusulas dos contratos.

SERVIÇO PÚBLICO

PROFISSIONAIS

— DIAGNÓSTICO

l A população acha que faltam médicos. É o que mostra levantamento divulgado em 2011 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no qual 58,1% dos entrevistados apontam a falta de médicos como o maior problema do SUS.

Mas a realidade é que o Brasil tem até mais médicos que o mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Ela estabelece que o padrão mínimo satisfatório é de um médico para cada mil habitantes. Um estudo publicado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) mostra que existem dois médicos por mil habitantes no país, 55% deles no SUS. O problema é que estão mal distribuídos. Levantamento do Conselho Regional de Medicina (Cremers) mostra que 82 dos 496 municípios gaúchos estão na média preconizada pela OMS. E 157 não têm sequer um médico residente na cidade. Já Porto Alegre tem 8,73 médicos por mil habitantes.

— RECEITA

l O presidente do Sindicato Médico-RS (Simers), Paulo de Argollo Mendes, diz que todas as entidades médicas defendem que o médico recém-concursado seja obrigado a trabalhar nos rincões, antes de escolher seu posto de trabalho. Teria um plano de carreira, como juízes e policiais, e direito a mudar de cidade com o tempo. Ele é contra a importação de médicos e a

favor de pagarem mais aos nacionais. Já o diretor de Assistência Hospitalar e Ambulatorial da Secretaria Estadual de Saúde, Marcos Lobato, diz que o Brasil deveria ter até mais médicos, superando o critério da OMS. "Padrão europeu, até porque nossa população está durando mais, precisa de mais atenção à saúde". E, para isso, ele defende importar médicos e aumentar o número de faculdades de Medicina, especialmente no Interior.

ESTRUTURA

— DIAGNÓSTICO

O número de leitos hospitalares no Brasil sofreu uma redução de 10,5% entre 2005 e 2012, segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM). Em levantamento divulgado quinta-feira, o órgão aponta que, em sete anos, houve uma redução de 41.713 leitos hospitalares no SUS. Hoje são 323.157 leitos públicos, além dos 130.082 privados.

Cerca de 2,5 mil leitos do SUS foram fechados no Rio Grande do Sul no período, o que representa 10% dos 25 mil que existiam em 2005. Parte da explicação se deve aos baixos valores das Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas pelo governo, bem menores que os das operadoras de saúde privadas.

Na maioria dos hospitais, especialmente no Interior, há também falta de equipamentos de última geração. Tomógrafos em condições são incomuns, por exemplo. E exames caros não são autorizados.

— RECEITA

O presidente do Sindicato Médico-RS (Simers), Paulo de Argollo Mendes, diz que só com remuneração melhor aos hospitais o brasileiro terá direito a mais internações. Ele lembra que por muito tempo o governo deixou que fechassem leitos, na ideia de que prevenir com saúde é melhor do que tratar doença.

"O problema é que a rede de prevenção não é boa, faltam médicos e equipamentos".

Argollo ressalta que o orçamento federal destina 4,4% para a Saúde e uma emenda, já aprovada pelo Congresso, prevê aumentar para 10% os gastos na área.

O diretor de Assistência Hospitalar e Ambulatorial da Secretaria Estadual de Saúde, Marcos Lobato, concorda que o fechamento de vagas tem de parar. E vem parando, informa. Ele diz que, após queda acentuada, o Estado teve reabertos mais de 500 leitos desde 2012, voltando a níveis de 2009. Ele defende que hospitais regionais sejam referência e concentrem especialidades, poupando recursos e atendimentos genéricos.

GESTÃO

— DIAGNÓSTICO

Nem a mais enfezada das entidades médicas critica a legitimidade do SUS. São raros os países que oferecem serviço universal de saúde, gratuito e de boa qualidade, como o Brasil — esta última, sim, questionada por alguns especialistas. O problema é o quanto se investe nisso. A própria presidente Dilma Rousseff admite que o Brasil investe menos per capita do que países vizinhos.

"Se você olhar, a Argentina investe 42% per capita em saúde mais do que nós, o Chile, 27% mais, e se você olhar o setor privado versus o setor público, o setor privado per capita está investindo duas vezes e meia mais", disse Dilma, no ano passado, ao falar que o setor enfrenta um "problema sério de gestão".

Criado em 1988, o SUS pretendia universalizar o atendimento. O dilema é a lentidão. Usuários enfrentam filas e esperam meses e até anos para conseguir realizar cirurgias não emergenciais. Até por isso, mais de 30% da população paga um valor extra por planos privados de saúde. Sem falar que é um sumidouro de dinheiro.

— RECEITA

Em matéria de dinheiro público, é preciso enrijecer a fiscalização dos gastos. É preciso fortalecer os conselhos de saúde, que exercem tal controle, afirma em um estudo Maria Fátima de Souza, coordenadora do Núcleo de Estudos em Saúde Pública da Universidade de Brasília (UnB).

Num outro flanco, o da prevenção, ZH ouviu especialistas e uma unanimidade na questão de gestão é a necessidade de cortar custos de internação. Isso seria possível com ampliação do programa Saúde da Família. Hoje apenas 60% das famílias brasileiras fazem parte do programa — o ideal seriam 80%. E apenas 5% das equipes têm médico especializado em Saúde Comunitária.

Pesquisa diz que 93% estão insatisfeitos com SUS e saúde privada

Conselho Federal de Medicina encomendou pesquisa ao instituto Datafolha.

Governo vê 'desafios', mas diz que levantamento também 'aponta avanços'.

Pesquisa realizada pelo instituto Datafolha a pedido do Conselho Federal de Medicina (CFM) aponta que 93% dos eleitores brasileiros avaliam os serviços público e privado de saúde como péssimos, ruins ou regulares. Entre os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), 87% dos entrevistados declararam insatisfação com os serviços oferecidos.

O Ministério da Saúde divulgou nota na qual afirma que o levantamento "reitera desafios importantes", mas também "aponta avanços" do sistema público de saúde (leia a íntegra ao final deste texto).

Na pesquisa, foi pedido aos entrevistados que dessem notas de zero a dez para a saúde no Brasil e para o SUS. O estudo considera ruins ou péssimas as notas de zero a quatro. De cinco a sete, a avaliação é considerada regular.

O Datafolha ouviu 2.418 pessoas com mais de 16 anos entre os dias 3 e 10 de junho deste ano. A pesquisa foi realizada em todas as cinco regiões do país.

O levantamento apontou que nos últimos dois anos, 92% da população brasileira buscou atendimento no SUS e 89% da população conseguiu ser atendida pelo sistema público.

saiba mais

CFM diz que só 11% das ações de saúde do PAC 2 foram concluídas

De acordo com o levantamento, 57% dos eleitores brasileiros consideram que a saúde deveria ser tema prioritário para o governo federal. Em seguida estão a educação (18%) e o combate à corrupção (8%).

Para o presidente do CFM, Roberto D'ávila, a pesquisa mostra a "insatisfação da população". D'ávila disse ainda que não se pode tratar a saúde como "bem de consumo".

"A situação é extremamente grave. Mas toda vez que nós falamos, sempre é levantada a possibilidade de um viés corporativo. A pesquisa mostra a insatisfação da população", afirmou o presidente do CFM.

"Saúde é um dever do Estado e um direito da população. A saúde não é um bem de consumo. É um bem público", concluiu.

Tempo de espera no SUS

Outro ponto destacado pelos entrevistados foi o tempo de espera para o atendimento no SUS. Das pessoas ouvidas, 725 (30%) disseram estar esperando a marcação ou realização de algum serviço no Sistema Único de Saúde ou disseram que tê alguém da família nessa situação.

Destes 725, 24% disseram que estão na fila de espera há até um mês; 47% disseram aguardar o atendimento há entre um e seis meses; e 29% dizem que aguardam na fila do SUS há mais de seis meses – algo em torno de 210 pessoas.

Segundo a pesquisa, as maiores taxas de pessoas que aguardam na fila do SUS estão entre as mulheres de 25 a 55 anos, de classes sociais mais baixas, residentes em regiões metropolitanas e no Sudeste do Brasil.

Serviços do SUS

Entre os serviços oferecidos pelo SUS e considerados de difícil acesso, 33% dos entrevistados consideram o acesso às cirurgias "muito difícil". Em seguida, estão procedimentos específicos como quimioterapia e hemodiálise (23%), o serviço de atendimento em casa – conhecido como "home care" (21%) e internações hospitalares (20%).

Já os serviços considerados de mais fácil acesso são a distribuição de remédios gratuitos pela rede pública – 53% consideram fácil – e o atendimento em postos de saúde (47%).

Para os entrevistados que disseram ter utilizado algum serviço do SUS, 26% consideram a qualidade do atendimento como ruim ou péssimo; 44% avaliam como regular; e 30% considera a qualidade boa ou excelente

Ministério da Saúde aponta avanços

Leia abaixo nota divulgada pelo Ministério da Saúde:

Esclarecimentos do Ministério da Saúde sobre pesquisa Datafolha

A pesquisa Datafolha, divulgada nesta terça-feira (19/8) pelo Conselho Federal de Medicina, reitera desafios importantes para o sistema de saúde e aponta avanços como acesso superior a 84% na maioria dos tipos de serviços avaliados. Das pessoas que procuram os postos de saúde, 91,3% conseguiram atendimento, o que demonstra os bons resultados de estratégias como o Mais Médicos. Dos que utilizaram o SUS, 74% avaliam a qualidade do atendimento com notas superior a 5, sendo que um terço dos entrevistados deram notas entre 8 e 10. Lamentamos a

interpretação tendenciosa e parcial dos dados e o esforço do CFM na tentativa de desconstrução do SUS.

Ministério da Saúde, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde

Saúde no Brasil evolui, mas ainda precisa melhorar qualidade, diz IBGE

Relatório aponta menor mortalidade infantil e malária.

IBGE propõe maiores investimentos em pesquisa e novas tecnologias.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta-feira (29) relatório em que avalia indicadores sociais brasileiros de 2013. No que diz respeito à saúde, afirma que o setor apresentou "relevantes evoluções" nos últimos anos, "com crescente (mesmo se ainda insuficiente) investimento público".

70,3% dos domicílios do país têm saneamento adequado, aponta IBGE

No entanto, pondera que "esforços adicionais são necessários para melhorar a qualidade dos serviços, tornar a saúde pública mais equânime, homogênea no território e capaz de enfrentar os crescentes desafios ligados à dinâmica demográfica".

O IBGE faz a análise dos indicadores brasileiros e os compara com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecidos internacionalmente sob liderança da ONU para serem cumpridos até 2015.

As áreas que obtiveram melhoria, segundo destaque dado pelo IBGE, foram a redução da mortalidade infantil e materna, o tratamento da AIDS e capilaridade da atenção básica.

Mortalidade

Em 1990, a mortalidade infantil era de 53,7 óbitos para cada mil nascidos vivos. Em 2010, o número diminuiu para 18,6 óbitos por mil nascidos vivos. A tendência de redução chega perto do Objetivo do Milênio da ONU de reduzir a mortalidade na infância para 17,9 óbitos por nascidos vivos até 2015. O IBGE coloca como destaque a Região Nordeste, que conseguiu passar de 87,3 óbitos/mil nascidos vivos em 1990 para 22,1 óbitos/mil nascidos vivos em 2010.

Já em relação à mortalidade materna, o objetivo internacional é reduzi-la 75% até 2015, em comparação com 1990. O relatório do IBGE o inclui no contexto "saúde da mulher".

A mortalidade por câncer de mama entre as mulheres de 30 a 69 anos, no período de 1990 a 2010, subiu 16,7% de 17,4 para 20,3 óbitos por 100 mil habitantes. Segundo o instituto, o aumento estaria relacionado a diversos fatores, como diagnóstico tardio devido à dificuldade de acesso a consulta ou desinformação sobre exames preventivos periódicos; redução da taxa de natalidade, que faz com que o organismo receba estrogênio (hormônio que propicia o desenvolvimento do câncer de mama) por mais tempo; e envelhecimento da população devido ao aumento na expectativa de vida.

A mortalidade por câncer de colo de útero, entre mulheres de mesma faixa etária e para o mesmo período, manteve-se estável, com variação entre 8,7 e 8,5 óbitos por 100 mil habitantes.

Combate a doenças

O combate a doenças como a AIDS e malária também é objetivo internacional. O IBGE aponta que os casos de infecção pelo vírus HIV mantiveram-se estáveis na população geral brasileira. A incidência entre 1997 e 2010 variou apenas de 17,1 para 17,9 casos a cada 100 mil habitantes. No entanto, segundo o IBGE, o patamar “mascara diferenças regionais”, já que a taxa diminuiu apenas na região Sudeste, enquanto cresceu no Norte, Nordeste e Sul. A taxa de mortalidade por AIDS diminuiu de 7,6 óbitos por 100 mil habitantes em 1997 para 6,4 em 2010.

Também caiu a taxa brasileira de mortalidade por malária, doença infecciosa transmitida pelo mosquito Anopheles. A redução foi de 1,1 por 100 mil habitantes em 2000 para 0,2 em 2010, sendo que 99,9% dos casos ocorreram na Região Amazônica.

“Investimentos nas condições sanitárias e ambientais, além da sua inegável função social, têm um papel importante para a prevenção de doenças. Ao mesmo tempo, permanece a necessidade de maiores investimentos em pesquisa para tratar doenças ainda relevantes (como a malária) e busca de novas tecnologias e tratamentos mais eficientes, mas que costumam ter custo elevado”, afirma o IBGE no relatório.

Gastos com saúde

O instituto também considera que o objetivo de chegar a um sistema “de cobertura universal e atendimento integral” é um desafio para o Brasil, já que mais da metade (56,3%) das despesas em saúde vêm das famílias, com o consumo final de bens e serviços, enquanto 43,7% vêm de gastos públicos. Nos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) a parte de gastos públicos é de 70%. “A ampliação dos gastos públicos em saúde se mostra um elemento chave para o financiamento atual e futuro do sistema de saúde brasileiro”, diz o documento.

O IBGE também divulga que os gastos com saúde representaram 7,2% do total das famílias, segundo Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009. Desta parcela, 48,6% foram destinados a compra de medicamentos, seguido por plano de saúde (29,8%) e consulta e tratamento dentário (4,7%).

As famílias de menor renda gastam mais com exames (5,1%) e consultas médicas (4,4%) do que as de maior renda. Também têm menor acesso a planos de saúde, o que na avaliação do IBGE, "pode refletir em carências de cobertura do SUS nesses serviços".

Cobertura de planos de sáude

O relatório do IBGE também analisa dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar e estima que a cobertura de plano de saúde no Brasil é de 24,7%. Esta cobertura está concentrada regionalmente, com 64% dos planos no Sudeste, em 2012.

Os estados com maior cobertura de plano de saúde são São Paulo, com 43,6%, Rio de Janeiro, com 36,6% e Espírito Santo, com 32,6%. Em contrapartida, apresentam a menor cobertura os estados das regiões Norte e Nordeste, como Piauí (7,4%), Tocantins (7,0%), Maranhão (6,6%), Roraima (6,6%) e Acre (5,6%).

Brasileiros apontam saúde como principal problema do país

Levantamento foi feita pela CNI em parceria com o Ibope no fim de 2013.

Segurança pública e a violência aparecem em segundo lugar, diz entidade.

A saúde é o principal problema do Brasil, de acordo com a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira – Problemas e Prioridades para 2014", feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Ibope. O item foi assinalado por 58% dos entrevistados.

Educação e corrupção aparecem com mais força entre entrevistados com maior grau

de escolaridade

O levantamento foi realizado entre 23 de novembro a 2 de dezembro de 2013, sendo que foram conduzidas 15.414 entrevistas em 727 municípios – das quais 2.002 entrevistas foram utilizadas para a amostra nacional.

"A segurança pública e a violência aparecem em segundo lugar, citadas por 39%. Em seguida são listadas as drogas (33%), a educação (31%) e a corrupção (27%). Em seguida vem um grupo de itens econômicos, cada um com 10% de assinalações: custo de vida/inflação, geração de empregos, impostos e salários", informou a CNI.

Preocupações por gênero e escolaridade

Os homens, de acordo com o levantamento, mostraram-se mais preocupados com a corrupção do que as mulheres. Entre eles, 31% escolheram essa opção. Entre as mulheres, o percentual se reduz para 24%. Quanto maior a idade do entrevistado, maior a preocupação com a segurança pública. Entre os entrevistados com 16 a 24 anos, esse problema foi escolhido por 32% dos entrevistados. Entre os com idade de 55 anos ou mais, o percentual subiu para 46%.

A educação e a corrupção aparecem com mais força entre os entrevistados com maior grau

de escolaridade, acrescentou a entidade. "No caso da educação, o percentual de assinalações sobe de 25% entre os que têm até a quarta série da educação fundamental para 37% entre os com educação superior. A corrupção foi escolhida como um dos três principais problemas do país por 22% dos entrevistados com até a quarta série da educação profissional e por 34% dos com educação superior", informou.

A preocupação com a geração de emprego é mais significativa, ainda segundo a CNI, entre os entrevistados com menor grau de escolaridade. A opção foi escolhida por 12% dos com até a quarta série da educação fundamental, mas por apenas 6% dos com educação superior. No caso dos impostos, o resultado praticamente se inverte: a opção foi escolhida por 13% dos com educação superior e por apenas 7% dos com até a quarta série da educação fundamental.

Prioridades em 2014

Segundo a pesquisa, quase metade da população brasileira (49%) diz que melhorar os serviços de saúde deve ser prioridade para o governo federal em 2014, ano de eleição do novo presidente da República. Em seguida, aparece o combate à violência e à criminalidade e a melhora da qualidade da educação. As duas questões devem ser priorizadas na opinião de 31% e 28% dos 15.414 entrevistados – a soma é maior que 100% porque era permitido escolher até três opções. Em seguida, ganham destaque na lista de prioridades o aumento do combate às drogas (23%), o reajuste do salário mínimo (23%) e o combate à corrupção (20%).

"Os resultados da pesquisa mostram quais são as insatisfações do brasileiro. Esses problemas não são novos e devem ser priorizados não só por esse governo, como também pelos próximos.

Não são questões de solução fácil e que possam ser resolvidas no curto prazo", avaliou o gerente de Pesquisa e Competitividade da CNI, Renato da Fonseca.

Entenda a polêmica sobre o Programa Mais Médicos

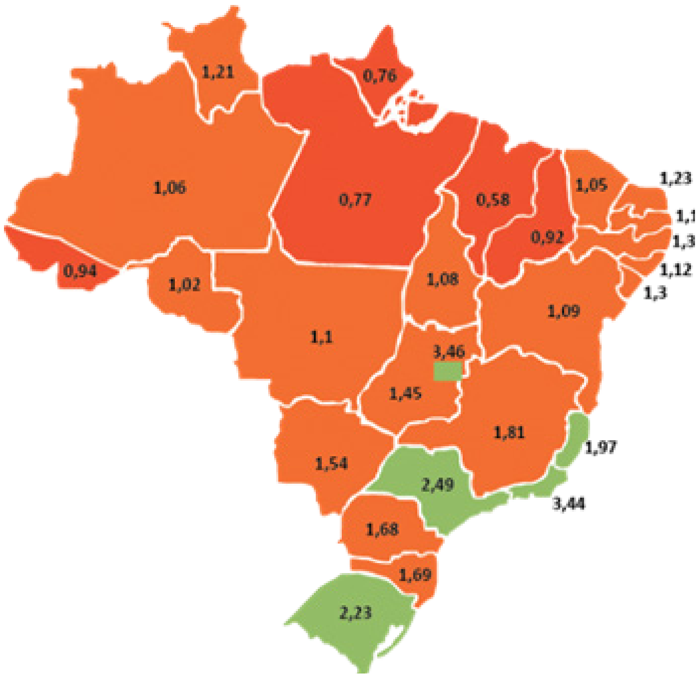
Fonte:Portal EBC

Já são 4.657 médicos cadastrados no Programa Mais Médicos, que tem por objetivo ampliar e melhorar o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o território nacional. O dado faz parte de um balanço divulgado nesta segunda (29), pelo Ministério da Saúde. Enquanto a iniciativa segue seu cronograma, a população assiste às manifestações contrárias de entidades médicas. Mas afinal, o que especificamente prevê o Programa Mais Médicos e quais as motivações daqueles que o criticam?

Segundo o Ministério da Saúde, o Programa Mais Médicos inclui o investimento de aproximadamente R$15 bilhões na infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde e novas contratações direcionadas para regiões que sofrem com a escassez de profissionais da saúde. A meta do governo é aumentar a proporção de médicos por habitante. Segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Brasil possui hoje 1,8 médicos por mil habitantes, atrás de países da América Latina e também da Europa. A meta do governo é elevar essa proporção para 2,5.

Os médicos contratados irão trabalhar na periferia das grandes cidades e nos municípios do interior do país. A intenção é superar a má distribuição de profissionais pelo território nacional. Apesar da média nacional ser de 1,8 médicos por mil habitantes, há 22 estados abaixo deste índice. Como os profissionais precisarão se deslocar, o programa prevê auxílio-moradia e auxílio-alimentação, além de uma bolsa mensal de R$10 mil para cada contratado.

Proporção de médico por mil habitantes



Índices estaduais de quantos médico por mil habitantes. (fonte: Portal da Saúde / dados de 2012)

Médicos estrangeiros

O governo federal desenvolve também uma campanha para estimular médicos estrangeiros a se inscreverem no programa. Dos 4.657 inscritos até o momento, 766 possuem diploma registrado no exterior. No entanto, os brasileiros terão prioridade na escolha das vagas disponíveis e os profissionais estrangeiros só poderão optar entre as possibilidades remanescentes.

Os médicos que vierem de outros países não precisarão passar pelo atual processo de revalidação do diploma, feito por meio de um exame chamado Revalida. Eles terão uma avaliação distinta e, se forem aprovados, receberão um registro provisório que terá validade apenas para atuação dentro do Programa Mais Médicos.

A iniciativa prevê ainda uma reformulação da formação médica no Brasil. Os cursos de medicina teriam mais dois anos totalmente voltados para a atuação no SUS. Além disso, seriam criadas, até 2017, 11.447 novas vagas na graduação e 12.372 na residência médica.

CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS

Quantos? 10 mil profissionais serão contratados

De onde? Brasileiros terão preferência e estrangeiros podem se candidatar para vagas remanescentes, recebendo um registro com validade apenas dentro do Programa

Qual a remuneração? Receberão bolsa mensal de R$10 mil, além de ajuda de custo para instalação, auxílio-moradia e auxílio-alimentação

INVESTIMENTOS: R$15 bilhões

R$ 2,8 bilhões	Reforma de 16 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS)
R$ 3,2 bilhões	Reforma de 818 hospitais e aquisição de equipamentos para 2,5 mil
R$ 1,4 bilhão	Reforma de 877 Unidades de Pronto Atendimento (UPA)
R$ 5,5 bilhões	Construção de 6 mil UBS e 225 UPAs
R$ 2 bilhões	Reestruturação de 14 hospitais universitários

OUTRAS MEDIDAS

- Ampliação do curso de Medicina com os 2 últimos anos voltados para atuar no SUS
- Criação de 11.447 novas vagas nos cursos de Medicina até 2017
- Criação de 12.372 novas vagas de residência médica até 2017

Críticas

Representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Associação Médica Brasileira (AMB), da Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e de organizações estudantis têm realizado constantes manifestações contra o Programa Mais Médicos. Eles acusam o governo de tentar transferir a responsabilidade pelos problemas do SUS para os profissionais da área.

O CFM considera um equívoco que os médicos estrangeiros sejam liberados do processo de revalidação do diploma e argumentam que tal medida facilitará a contratação de profissionais de qualidade questionável. Além disso, há críticas à criação das novas vagas na graduação. Para

o CFM, mais médicos não são necessários e sim uma política de redistribuição dos profissionais ao longo do território nacional.

A Fenam também publicou nota em que acusa o programa de ir contra as leis trabalhistas, uma vez que os médicos não teriam carteira assinada e nem seriam considerados servidores públicos. Já o presidente do Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CRM-SP), Renato Azevedo Júnior, escreveu um artigo onde diz que a ampliação da duração do curso de medicina configura um serviço civil compulsório para médicos, o que seria inconstitucional.

Renato também ressalta que os profissionais não vão para o interior porque o governo não garante condições adequadas de trabalho. "Não dá para fazer medicina sem ter infraestrutura, sem ter outros profissionais da área da saúde, sem ter acesso a um hemograma, a raio-X, medicamentos, maca, etc.", completa.

Entenda as medidas do programa 'Mais Médicos' para a rede pública de saúde



ECOLOGIA E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DESMATAMENTO É MAIOR EM 'ÁREAS DE PROTEÇÃO' GOVERNO ADMITE FALTA DE FISCALIZAÇÃO

Derrubada mais que dobrou; ministério admite falha de fiscalização

Criadas para preservar e conter a destruição de florestas, as áreas de proteção e de conservação declaradas pelo governo são alvo de grande devastação, assim como as terras indígenas. Em 132 Unidades de Conservação observadas pelos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento mais do que dobrou entre 2000 e 2010, passando de 5.036 para 11.463 quilômetros quadrados - aumento de 127,6%. Nessas regiões, a maior parte na Amazônia Legal, o desmate é feito aos poucos, e o estrago só é detectado quando alcança grandes proporções. O Brasil tem hoje 310 Unidades de Conservação, que ocupam 75 milhões de hectares - ou 8,5% de todo o território nacional. O Instituto Chico Mendes, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, admite que a fiscalização é deficiente.

Unidades de Conservação são ameaçadas por grileiros, fazendeiros e ocupações

O Brasil tem atualmente 310 Unidades de Conservação (UC), que ocupam hoje 75 milhões de hectares, o equivalente a 8,5% do território nacional. Só nos últimos três anos, 6,168 milhões de hectares foram declarados como UC, dos quais 5,8 milhões estão na área da Amazônia Legal. Rômulo Mello, presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, admite que o controle dessas áreas, criadas para preservar a biodiversidade, é difícil e requer tempo de implementação.

- O tempo de assinar um decreto e o tempo de implementar uma Unidade de Conservação são muito diferentes - diz Mello, acrescentando que o ICMBio foi criado apenas em 2007 justamente com o objetivo de implantar efetivamente os diferentes modelos de conservação.

Há dois tipos de unidades. As protegidas não podem ser exploradas e devem ser usadas para ecoturismo, pesquisa e educação ambiental. Nas demais, é possível explorar a natureza, mas de forma controlada, em pequena quantidade. É esse controle que ainda é incipiente no país, conforme demonstram os números do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

- Precisamos de fiscalização mais intensa, implementar planos de manejo e promover a regularização fundiária - afirma Mello.

Nos últimos três anos, o Instituto Chico Mendes elaborou 60 planos de manejo, e outros cem estão sendo construídos, afirma ele.

De acordo com Mello, justamente por serem criadas por decreto, quando o instituto chega ao local das Unidades de Conservação constata que já há ali uma ocupação, seja por grileiros, grandes fazendeiros ou simplesmente comunidades que moram no local há anos.

A saída, acrescenta, é promover a regularização fundiária dessas áreas, o que nem sempre ocorre. Um dos exemplos de área de conflito é a Reserva Biológica do Gurupi, no Maranhão, onde uma força-tarefa de 170 pessoas, incluindo Ibama e Força Nacional, está agindo para impedir o trabalho de madeireiras ilegais.

- A reserva se sobrepõe à área indígena, e ainda há de posseiros a grandes fazendeiros. Em áreas como essa, o nível de implementação é muito difícil - diz Mello.

Ele admite problemas também na Reserva Extrativista Chico Mendes. Segundo Mello, parte da reserva foi ocupada por criadores de gado. Por isso, foi criado um grupo de trabalho, envolvendo os seringueiros, para discutir a nova ocupação.

- Não vai ser num estalar de dedos que vamos sair de um passivo ambiental elevado. Mas garanto que, para preservar, mesmo com todos os problemas, é melhor criar uma Unidade de Conservação do que não criar. Sem elas, a situação seria muito pior - afirma.

Meio Ambiente

Entenda a polêmica envolvendo o novo Código Florestal

O Congresso chegou a um impasse na votação do projeto de lei que altera o Código Florestal brasileiro. Os ruralistas defendem as alterações propostas pelo governo, que irão beneficiar os pequenos agricultores, enquanto os ambientalistas temem o risco de prejuízos ao meio ambiente.

O Projeto de Lei no 1.876/99, elaborado pelo deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB), tramita há 12 anos na Câmara dos Deputados, em Brasília. Ele foi aprovado em julho do ano passado por uma comissão especial e colocado em pauta para ser votado no último dia 12 de maio. Porém, prevendo uma derrota, a bancada governista retirou o projeto de pauta, que agora não tem prazo definido para voltar ao plenário.

O Código Florestal reúne um conjunto de leis que visam à preservação de florestas, como limites para exploração da vegetação nativa e a definição da chamada Amazônia Legal (área que compreende nove Estados brasileiros). O primeiro código data de 1934 e o atual (Lei no 4.771), de 1965.

O documento adquiriu maior importância nos últimos anos por conta das questões ambientais. Ao mesmo tempo, precisa ser atualizado para se adequar à realidade socioeconômica do Brasil.

Estima-se que 90% dos produtores rurais estejam em situação irregular no país, pois não seguiram as especificações do código de 1965. Eles plantam e desmatam em locais proibidos pela legislação. É o caso, por exemplo, de plantações de uvas e café nas encostas de morros e de arroz em várzeas, em diversas regiões do país.

Para regularizar a condição dessas famílias, o novo Código Florestal propõe, entre outras mudanças, a flexibilização das regras de plantio à margem de rios e de reflorestamento.

Os ambientalistas, no entanto, contestam o projeto. Segundo eles, haverá incentivo ao desmatamento e impactos no ecossistema.

O desafio será equacionar a necessidade de aumentar a produtividade agrícola no país e, ao mesmo tempo, garantir a preservação ambiental.

Pontos de discórdia

Entre os principais pontos polêmicos do novo Código Florestal estão os referentes às APPs (Áreas de Preservação Permanente), à Reserva Legal (RL) e à "anistia" para produtores rurais.

Áreas de Preservação Permanente são aquelas de vegetação nativa que protege rios da erosão, como matas ciliares e a encosta de morros. O Código Florestal de 1965 determina duas faixas mínimas de 30 metros de vegetação à margem de rios e córregos de até 10 metros de largura. A reforma estabelece uma faixa menor, de 15 metros, para cursos d'água de 5 metros de largura, e exclui as APPs de morros para alguns cultivos.

Entidades ambientalistas reclamam que a mudança, caso aprovada, aumentará o perigo de assoreamento e afetará a fauna local (peixes e anfíbios), além de incentivar a ocupação irregular dos morros, inclusive em áreas urbanas. Já os ruralistas acreditam que a alteração vai ajudar pequenos produtores, que terão mais espaço para a lavoura.

Um segundo ponto diz respeito à Reserva Legal, que são trechos de mata situados dentro de propriedades rurais que não podem ser desmatados. Cerca de 83 milhões de hectares estão irregulares no Brasil, segundo a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

A lei determina que todo dono de terreno na zona rural deve manter a vegetação nativa em proporções que variam de acordo com o bioma de cada região. Na Amazônia é de 80%, no cerrado, 35%, e nas demais regiões, 20%.

Anistia

O projeto exclui a obrigatoriedade para pequenos proprietários (donos de terras com até quatro módulos fiscais, ou, aproximadamente, de 20 a 400 hectares) de recuperarem áreas que foram desmatadas para plantio ou criação de gado. Para os médios e grandes proprietários são mantidos os porcentuais, com a diferença de que eles poderão escolher a área da RL a ser preservada. O dono de uma fazenda em Mato Grosso, por exemplo, poderia comprar terras com vegetação natural em Minas para atender aos requisitos da lei.

Para a oposição, há pelo menos dois problemas. Fazendeiros podem dividir suas propriedades em lotes menores, registrados em nome de familiares, para ficarem isentos da obrigação de reflorestamento. E, caso possam comprar reservas em terrenos sem interesse para a agricultura, poderão criar "bolsões" de terras áridas. A bancada ruralista, ao contrário, acredita que a medida vai favorecer produtores que não têm condições de fazer reflorestamento.

O terceiro ponto de discórdia diz respeito à anistia para quem desmatou, tanto em Áreas de Preservação Permanente quanto em Reserva Legal. O Código Florestal prevê que serão multados proprietários que desmataram em qualquer época. O texto em debate isenta os produtores de multas aplicadas até 22 de julho de 2008 - data em que entrou em vigor o

decreto regulamentando a Lei de Crimes Ambientais. Os contrários à proposta acham que a anistia criará precedente que irá estimular a exploração predatória das florestas.

Desmatamento na Amazônia aumenta

Da Agência Brasil

Fonte: Agência Brasil (EBC) Publicado em: 18/11/2013

O desmatamento na Amazônia subiu 28% segundo números do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélites (Prodes) e do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe). Os dados apresentados hoje (14), pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, são equivalentes ao período de agosto de 2012 a julho de 2013 e mostram que a área desmatada foi 5.843 quilômetros quadrados.

Apesar do aumento, a ministra assegurou que essa é a "segunda menor taxa de desmatamento já registrada em toda a história" desde que o monitoramento começou a ser feito pelo Inpe. Entre os estados que mais desmataram estão Mato Grosso (52%) e Roraima (49%). Quando o cálculo é feito em quilômetros os estados que lideram o ranking de desmatamento são o Pará, com 2.379 quilômetros quadrados, e Mato Grosso, com 1.149 quilômetros quadrados.

Izabella também confirmou que retornará mais cedo da Conferência Mundial do Clima, em Varsóvia, na Polônia, para participar de uma reunião com todos secretários estaduais de meio ambiente da Região Amazônica, onde cobrará explicações sobre os desmatamentos em cada estado.

Devastação da Amazônia deve crescer 20% este ano

Desmatamento em alta

Autor(es): Danilo Fariello
O Globo - 12/11/2013

Governo prevê que devastação na Amazônia Legal, em um ano, tenha aumentado até 20%

BRASÍLIA - Após quatro anos em queda, o desmatamento na Amazônia Legal deverá voltar a crescer este ano, principalmente puxado pela derrubada da floresta em grandes áreas do Pará e do sul do Amazonas, onde havia uma trajetória de redução da devastação há anos. A área ambiental do governo ainda não possui os cálculos fechados sobre o período de agosto de 2012 a julho deste ano — quando se encerra o ano-base para o cálculo —, mas prevê um aumento de até 20% da área devastada em relação ao período anterior, quando se chegou a uma mínima histórica desde 1988, com supressão de apenas 4,57 mil quilômetros quadrados da floresta.

O número oficial deverá ser anunciado até o fim deste mês. Apesar da provável alta, o volume de área devastada não deverá superar a marca de 2011, quando foram desmatados 6,41 mil quilômetros quadrados, e ficará certamente abaixo da média dos anos anteriores a 2008. É

essa redução estrutural na área desmatada por ano que deverá ser divulgada pelo governo Dilma Rousseff durante a campanha eleitoral do próximo ano, em que o tema ambiental deverá voltar à pauta com a participação de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, ao lado do governador Eduardo Campos (PSB-PE).

A previsão de aumento do desmatamento tem base, principalmente, na apuração feita por satélite (do sistema Deter) que indicou um aumento de 35% nas áreas com problemas, de 2012 para 2013. O número oficial a ser divulgado (com base no sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), porém, é mais abrangente.

ONG FALA EM AVANÇO DE 92% NA DEVASTAÇÃO

A ONG Imazon, que também analisa dados de satélites, denuncia que, de um ano-base para o outro, a área devastada avançou 92% — muito acima das estimativas oficiais, portanto. Mas esse percentual de aumento é descartado pelo governo federal. Como forma de mostrar que a ação contra o desmatamento permanece na ordem do dia, o governo federal deverá mostrar em breve os esforços que têm sido feitos por Ibama, Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública para identificar as motivações para a ampliação da devastação em grandes áreas.

No ano passado, os autos de infração do Ibama somaram R$ 1,6 bilhão em ações contra desmatamento, valor que subiu ainda mais este ano. O governo também tem usado a inteligência policial e da fiscalização para conter máfias que acabam reduzindo o impacto das ações de contenção do avanço do desmatamento. Neste ano, por exemplo, a superintendência regional do Ibama em Barra do Garça, em Mato Grosso, teve afastados todos os seus servidores após denúncias de envolvimento em irregularidades que colaboravam para o avanço do desmatamento.

GOVERNO DIZ QUE HÁ SERVIDORES ENVOLVIDOS

Segundo fontes do próprio governo federal, ou- tros servidores do governo estariam vendendo o “desembargo” de áreas que já haviam sido em- bargadas pelo órgão ambiental federal, e por is- 50 estão sob investigação. — Esperamos que possa haver algum tipo de oscilação natural. O que meu pessoal no campo me diz é que voltaram a ocorrer no Pará grandes desmatamentos, em áreas acima de mil hectares, onde não havia mais — admitiu a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Segundo ela, por isso também as ações do governo federal têm sido mais ostensivas, principalmente nos eixos que envolvem o trajeto da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e também no eixo da rodovia Transgarimpeira, no Pará. Apesar da indicação ruim dos números desse último ano, as primeiras impressões do próprio Deter já são positivas para o novo período de análise que se iniciou em agosto, segundo Francisco Oliveira, diretor de Políticas para Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente.

No trimestre, o volume de área sob risco caiu 24%, segundo ele. — Com esse indicativo de redução, já estamos voltando para o patamar de antes, em sinal positivo para se chegar à meta de 2020, que pode até ser antecipada — disse Oliveira. A meta do governo exibida na apresentação do balanço do ano passado era de uma redução média de 4% ao ano até 2020,

quando se pretende reduzir a área de desmatamento a menos de 4 mil quilômetros quadrados por ano.

Segundo Beto Veríssimo, pesquisador do Imazon, aumentou em 2013 o chamado desmatamento especulativo, que ocorre nessas áreas de fronteiras novas no oeste do Pará e no sudeste do Amazonas, onde o governo está melhorando a infraestrutura de estradas.

DEVASTAÇÃO MAIOR EM ÁREAS DE CONSERVAÇÃO

Além disso, segundo Veríssimo, também há maior devastação em unidades de conservação ambiental, como Floresta Nacional do Jamanxim (PA). Ele aponta ainda um outro possível motivo para o aumento da devastação: as mudanças no Código Florestal aprovadas pelo Congresso.

- O Código Florestal sinalizou para alguns agentes que a lei se acomoda à realidade, que depois de um tempo eles podem ser anistiados, embora o texto em si não aponte, nem o governo tenha indicado isso. Em 2004, o governo lançou plano de combate ao desmatamento; depois, um segundo plano entre fim de 2007 e início de 2008, quando houve um repique do desmatamento, que assustou o governo, lembra Veríssimo.

- De lá para cá, o escopo do combate tem sido mantido, mas, se o desmatamento, defato subir, está claro que o governo vai ter que fechar todas as torneiras para evitar especulação com áreas de fronteira agrícola.

Leilão de Libra põe Petrobras diante de seu maior desafio

Petrobras será testada até o limite com Libra

Correio Braziliense - 23/10/2013

Especialistas vão monitorar, com lupa, números da estatal, que vem sofrendo diante do congelamento dos preços dos combustíveis e do elevado endividamento. Ontem, depois da euforia, as ações caíram. Dilma diz que manterá o sistema de partilha.

SÍLVIO RIBAS

Um dia depois do leilão do Campo de Libra, o primeiro do pré-sal dentro das regras da partilha, os olhos de analistas e investidores se voltaram para a capacidade de a Petrobras responder ao seu maior desafio. Como operadora legal da área e sócia majoritária do consórcio vencedor, com 40%, a estatal terá de redobrar os esforços para conciliar as atuais dificuldades de caixa e o seu elevado endividamento com o atual plano de investimentos e a participação no novo projeto, que custará US$ 80 bilhões até 2024.

O sintoma da emergente preocupação veio da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa). Após a euforia da véspera, com o anúncio da parceria entre a Petrobras e as europeias Shell e Total, quando as ações da estatal subiram mais de 5%, ontem, os papéis preferenciais recuaram 1,6% e os ordinários (com direito a votos), 1%. As indefinições em torno da política de reajuste

de combustíveis, que têm minado os cofres da empresa, e os compromissos mais urgentes da empreitada na maior reserva petrolífera do país começaram a ser colocadas na mesa.

Até então, valia o otimismo com a composição do grupo vencedor no leilão de Libra, que revela apoio à liderança técnica da petroleira brasileira, e alívio com a redução da presença chinesa, representada pelas estatais CNPC e CNOOC. Apesar do ágio zero resultante da ausência de competição, especialistas consideraram favorável à Petrobras a vitória com o lance mínimo de 41,65% em óleo excedente que terá de ser entregue à União.

Para a presidente da Petrobras, Graça Foster, houve uma solução "bastante razoável" para o leilão de Libra. "Ficamos muito satisfeitos", assinalou. Em relação ao grupo do qual a estatal faz parte, disse "que as estratégias vão se afinando, grupos entram, grupos saem. O que é mais incrível é a complementaridade das competências. Foi fantástico, algo de que eu não abriria mão", enfatizou

Superavit primário

A primeira pressão direcionada contra a estratégia da empresa, depois da ressaca com as notícias de segunda-feira, veio da dúvida sobre a sua engenharia financeira para depositar, até o fim de novembro, os R$ 6 bilhões equivalentes a sua parcela dos R$ 15 bilhões do bônus de assinatura do contrato de partilha.

Esses recursos são esperados, desesperadamente, pelo governo federal para engordar o minguado superavit primário (economia para o pagamento de juros da dívida pública) deste ano.

"A companhia não terá dificuldade em cumprir a sua parte, tendo feito o lance que analisou estar condizente com as suas possibilidades. O governo também não está cogitando fazer aporte do Tesouro na empresa. Se for o caso, o mercado está aberto para fazer novos empréstimos a ela", afirmou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Para ele, a Petrobras terá condições de suportar o peso das despesas no desenvolvimento de Libra até 2019, quando a extração começará a ressarcir os investimentos.

Em reforço, o diretor de Gás da Petrobras, Alcides Santoro, declarou que o desembolso para a aquisição da jazida recorde na Bacia de Santos (RJ) não vai reduzir o apetite da estatal pela próxima rodada da Agência Nacional do Petróleo (ANP), envolvendo a exploração de gás em terra firme e também a programada para o mês que vem. "O interesse no certame está mantido, não diminuiu em nada. Avaliamos o custo e o uso de gás e isso faz parte da nossa estratégia para a 12ª rodada", resumiu.

Em menor grau de receio, o mercado também acompanha os desdobramentos jurídicos do leilão de Libra. A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que a Justiça ainda precisa analisar quatro ações, de um total de 27 que questionam a privatização do pré-sal. Na avaliação de advogados, apesar de não terem sido concedidas liminares para suspender a disputa, ainda há risco de anulação.

O diretor da ANP Helder Queiroz avisou que o próximo leilão do pré-sal deve ter mais de uma área em oferta e os blocos serão de porte menor que o de Libra. A recomendação da agência é de que não haja nenhum outro leilão na área onde se acredita existir grandes reservas de petróleo, no prazo de dois anos, dada a demanda de investimentos em Libra. "Não há nenhum

outro Libra conhecido. Mas, com o estado de informação que temos hoje, a tendência é de que num próximo leilão surjam maior número de oportunidades de menor porte e de risco variado", avaliou.

Gigante, usina de Belo Monte enfrenta polêmica e guerra de liminares no Pará

O Globo - 24/12/2013

Maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com custo estimado em R$ 29 bilhões e capacidade para gerar energia barata (R$ 78 o megawatt) para 60 milhões de pessoas, a usina de Belo Monte, no Pará, está sendo construída em meio a uma guerra de ações e liminares na Justiça na tentativa de interromper as obras. Belo Monte será a terceira maior hidrelétrica do mundo, depois de Três Gargantas (China) e a binacional Itaipu.

O presidente da Norte Energia, consórcio que comanda a usina, Duilio Diniz Figueiredo, garante que as condicionantes socioambientais estão sendo implementadas e, muitas delas, a exemplo da qualidade da água, são "perenes, tem que ser monitoradas a vida inteira". O próximo relatório do Ibama sai no fim de janeiro.

- A licença de instalação está pautando nossas ações - diz.

O procurador Felício Pontes Júnior, do Ministério Público Federal no Pará aponta várias condicionantes da licença prévia (LP) ambiental emitida pelo Ibama que estão sendo descumpridas. Na lista, aparecem problemas envolvendo moradias e o atraso nas obras de saneamento e saúde, por exemplo. Segundo ele, o maior impacto ainda não aconteceu: trata-se do desvio da Volta Grande do Xingu (desvio do Rio Xingu, que reduzirá a vazão), que vai atingir povos indígenas e a população ribeirinha.

Sem embargo à obra

Já o procurador geral federal substituto da Advogacia Geral da União, Renato Vieira, destacou que atualmente não há qualquer decisão da Justiça contrária à construção de Belo Monte. Ele explicou que algumas condicionantes socioambientais só podem ser executadas depois que a usina estiver funcionando. Citou como exemplo o "hidrograma de consenso", que depois de seis anos vai medir a quantidade de vazão da água e a navegabilidade do rio.

Vieira lembra que foram ajuizadas 27 ações contra Belo Monte: nove já foram julgadas no mérito a favor do governo.

- A Justiça sempre concordou com os argumentos do governo federal - disse Vieira.

Os atrasos nos projetos socioambientais não devem ser encarados como um problema, já que o mais importante é que essas obras estão previstas em contrato, que terão de ser cumpridos pelo consórcio. Esta é a opinião do professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel, do Instituto de Economia da UFRJ:

- Ter obras atrasadas não é um problema, porque implica previamente no comprometimento do consórcio em fazer tudo o que foi comprometido. Do ponto de vista legal, eles (a empresa) vão ter que fazer tudo o que foi acordado.

Para o coordenador do Gesel, quanto mais os movimentos sociais puserem empecilhos nas obras, com liminares, mais prejudicados ficarão os projetos socioambientais. Segundo Nivalde de Castro, é claro que uma obra do porte de Belo Monte tem impacto na cidade. Mas ele ressalta que, a partir de agora, o número de pessoas nos canteiros vai começar a diminuir. Para ele, o importante serão as obras de infraestrutura, saneamento e saúde que vão ficar para a cidade:

- É preciso ter uma visão mais pragmática e não ideológica. Há uma posição ideológica contra a usina. Então, tudo é motivo para suspender a obra. Saneamento, escolas e hospitais não desaparecem quando a obra termina.

Por outro lado, organizações ambientais como o Instituto Socioambiental (ISA) e o Movimento Xingu Vivo fazem duras críticas ao projeto. O secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas, disse que o maior problema é que o projeto - no qual a Eletrobras é dona de 50% e conta com financiamento do BNDES - é fiscalizado pelo próprio governo:

- Nada foi feito em questões como das terras indígenas, de saúde e saneamento. As obras da usina estão a todo vapor com 60% executadas, enquanto as obras socioambientais estão aos trancos e barrancos, com apenas 20% de sua execução.

Ibama avalia condições

Antonia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, lembra que as obras de saneamento básico deveriam ter começado em 2011, mas, diz, começaram há quatro meses.

- Já encaminhamos denúncia ao Ministério Público, pois as obras estão sendo feitas com material de baixa qualidade. Em janeiro, um técnico do Ministério Público fará uma fiscalização. A falta de saneamento será agravada, pois estamos entrando no período de chuvas. Altamira tem 140 mil pessoas.

Em nota, o Ibama disse que “avalia se o empreendedor está cumprindo as condicionantes exigidas através de um parecer técnico que avalia os relatórios semestrais consolidados”.

O presidente da Norte Energia classifica como “incompreensão, falta de conhecimento e até maldade” as críticas de que não são cumpridas exigências ambientais. Ele diz que a relação com os índios melhorou muito, sobretudo nos últimos sete a oito meses, porque a empresa mudou o local de trabalho.

Doha deve ser retomada, mas com metas mais modestas

O Estado de S. Paulo - 09/12/2013

Atual cenário econômico dificulta debate sobre derrubada de subsídios e abertura de mercados, dizem especialistas

A Rodada Doha será revista e as metas estabelecidas em 2001 deverão passar por uma séria mudança. No sábado, em Bali (Indonésia), a Organização Mundial do Comércio (OMG) fechou seu primeiro acordo, reduzindo a burocracia nas exportações e simplificando procedimentos aduaneiros, em consenso costurado pelo diretor-geral do órgão, o brasileiro Roberto Azevêdo. No entanto, a entidade adiou todas as decisões importantes.

Agora, diplomatas decidiram que voltarão para Genebra e começarão um debate direto: é politicamente realista manter os objetivos da Rodada Doha?

O processo foi lançado em 2001 e, naquele momento, o principal objetivo era conseguir que os países reformulassem suas regras para a agricultura, reduzindo as distorções nos mercados.

Negociadores que participaram daquela reunião relatam que o acordo apenas saiu porque governos queriam dar um sinal positivo para a economia mundial, ainda sob o choque do atentado de 11 de setembro.

Agora, os mesmos governos admitem que aquela ambição já não poderia ser atingida. "O que existe no papel é irrealista. Por isso nunca houve um acordo", admitiu ao Estado um negociador americano. Um dos principais obstáculos é a resistência de governos europeus e dos Estados Unidos em abrir mão de ajuda ao setor privado, justamente num momento que mal conseguem dar uma resposta à crise econômica.

De outro lado, países emergentes passaram a ser cobrados por também contribuir com o sistema e americanos e europeus deixam claro que não farão qualquer tipo de concessão enquanto Brasil. índia e Ghina não abrirem seus mercados para os produtos industrializados lo mundo rico, algo que não estava previsto explicitamente em 2001. O problema ainda é que os países emergentes insistem que precisam de espaço para implementar suas políticas industriais.

Avaliação. Azevêdo, diretor da OMC, conseguiu um compromisso dos governos de que, nos próximos 12 meses, um estudo será realizado com todos os 159 países da entidade para tentar identificar o que ainda pode ser feito com Doha. Ele e seus assistentes admitem que as metas estabelecidas há mais de uma década podem ter ficado fora de alcance dentro da nova realidade econômica mundial e reconhece que "não há prazo" para fechar Doha.

Ele também declarou agover-nos que "grandes barganhas" podem não ser realistas. Ou seja, a ideia de que os países emergentes conseguirão um corte nos subsídios agrícolas americanos ao oferecer acesso a seus mercados para bens industriais pode não se concretizar.

Pequenos passos. Uma das opções que será colocada sobre a mesa será a possibilidade de se fechar acordos menores e, gradualmente, chegar a um entendimento completo sobre o comércio. Outra alternativa seria incluir novos temas, como um acordo sobre investimentos.

"Doha está desatualizada", escreveu Robert Lighthizer, representante de Comércio dos EUA na administração de Ronald Reagan, nos anos 1980.

O chanceler brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, indicou em Bali que o País está disposto a repensar a estratégia para a OMC. Mas rejeitou a ideia de novos acordos limitados e alertou que o Brasil não aceitaria temas novos sem que as distorções na agricultura sejam solucionadas. "Esse também é um tema do século 21", disse. Para ele, Bali teria de ser "o último" acordo limitado da OMC. "Temos de recuperar a ambição", defendeu.

Entre os americanos, a percepção é de que não existe mais espaço realista para abrir mão de subsídios agrícolas. Ontem, o presidente Barack Obama elogiou Azevêdo e a OMC pelo acordo. Mas não fez a mínima referência a concessões em agricultura.

"As pequenas empresas americanas estarão entre os grandes ganhadores, já que são as que mais encontram dificuldades para navegar no atual sistema", disse Obama.

Na Europa, a avaliação é semelhante. "Fechamos um acordo e politicamente ele foi fundamental. Mas sabemos que deixamos tudo que era complicado sem uma solução", admitiu um diplomata europeu.

COP-19: poucos resultados práticos

O Globo - 06/12/2013

Entre 11 e 23 de novembro, foi realizada em Varsóvia, na Polônia, a 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-19. O maior evento mundial de discussões sobre as alterações no clima era notadamente, nesta edição, uma conferência intermediária, sem grandes expectativas quanto ao alcance de resultados práticos relevantes. Apesar do contexto pouco promissor, a COP-19 tinha a importante missão de construir as bases para um novo acordo global de clima, o qual deverá substituir o Protocolo de Kyoto, sendo assinado na COP-21, em dezembro de 2015, em Paris.

A importante missão não foi cumprida. A COP-19 terminou um dia após o previsto e longe de chegar ao resultado necessário. Em vez do estabelecimento de compromissos obrigatórios de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), como era esperado, os países estão querendo apresentar apenas contribuições (que não são obrigatórias), atitude no mínimo temerária.

Apesar desse ponto de alerta, pode-se dizer que foi surpreendente o modo como foram tratadas as questões relativas à Redução de Emissões Provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Essa estratégia estava travada há anos nas edições anteriores das Conferências das Partes e neste ano teve grande avanço. A REDD+ é uma estratégia que visa a oferecer incentivos para que países em desenvolvimento reduzam emissões de GEEs provenientes de desmatamento, investindo em práticas de baixo carbono para o uso da terra.

Em Varsóvia, o mundo compreendeu a importância da REDD+, estabelecendo regras para sua aplicação e mecanismos de compensação pela conservação florestal, incluindo definições sobre a origem dos recursos que serão repassados aos detentores das áreas naturais. Ganham os países em desenvolvimento que ainda possuem grandes áreas naturais nativas, caso do Brasil.

Embora a estruturação do REDD+ seja um ponto positivo, o alerta de insucesso permanece. Com a falta de avanço oficial dos negociadores em relação às metas e estratégias para redução de emissões de GEEs, a opinião pública será de grande importância para que se aprove um novo acordo com a magnitude de que o mundo precisa. Esse novo acordo deve contribuir para que a temperatura média do planeta não suba mais que 2°C até o fim do século, com base na temperatura média do período pré-industrial. É arriscado apenas estimular projetos de REDD+ para conservação de florestas, se a comunidade internacional não promover rapidamente a redução das emissões de GEEs.

O mecanismo de REDD+ é bom, precisa ser comemorado e bem utilizado para promover desenvolvimento e conservação para as regiões ainda bem conservadas, mas não é suficiente para garantir a conservação da biodiversidade dessas áreas, muito menos a mitigação das mudanças climáticas globais.

Como demonstrado pelo Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Seeg), lançado pelo Observatório do Clima no início de novembro, o Brasil só reduziu emissões no setor de mudança de uso do solo (supressão ou conversão de áreas naturais em pastos e

lavouras). Em todos os demais, o país aumentou mais de 40% suas emissões desde 1990, com destaque para o setor de energia, com 126% de aumento até 2012. Porém, com o anúncio, na COP-19, do aumento de 28% do desmatamento na Amazônia no último ano, nossa mais importante conquista no caminho de um desenvolvimento mais limpo está em risco.

O tempo está passando, a cada ano temos mais prejuízos socioeconômicos e ambientais causados pelas mudanças climáticas. Crescem os alertas dos cientistas e as certezas de que a influência humana sobre o clima causou mais da metade do aumento da temperatura observado desde 1950. Com vontade política é possível mudar para melhor e resolver um problema que causamos, na história recente do mundo, e que ainda temos tempo de solucionar.

ONU lança rascunho de objetivos de desenvolvimento sustentável

Proposta foi desenhada por especialistas de diversas áreas e ficará aberta para consulta pública até o dia 22

Quase um ano após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, começa a se desenrolar uma de suas principais promessas – o estabelecimento dos chamados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem substituir os Objetivos do Milênio da ONU a partir de 2015.

A Organização das Nações Unidas divulgou na terça-feira um rascunho com a sugestão de dez objetivos que o mundo poderia adotar. A proposta foi desenhada por um grupo internacional de especialistas de diversas áreas e ficará aberta para consulta pública até o dia 22 no site www.unsdsn.org/resources/draft-report-public-consultation . As sugestões poderão ser incorporadas em um texto que será analisado pela Assembleia Geral da ONU, em setembro deste ano.

A definição dessas metas era esperada como resultado da conferência do Rio no ano passado. Mas, sem acordo entre os países, o documento final não chegou nem sequer a listar os temas que deveriam ser contemplados nos ODSs.

Aflito com a vagarosidade do processo diplomático, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-Moon lançou logo após a Rio+20 a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, com o objetivo de reunir o conhecimento global científico e tecnológico em torno dos desafios do desenvolvimento sustentável. Como primeira missão, os especialistas teriam de propor uma base para as negociações diplomáticas que vão por fim estabelecer os ODSs.

O documento parte das diretrizes do texto da Rio+20 e, assim como ele, traz objetivos bem genéricos. Ainda não aparecem, por exemplo, metas concretas com prazos de cumprimento. E os temas são os mais diversos:

1. Erradicar a pobreza extrema, inclusive a fome.
2. Alcançar o desenvolvimento dentro dos limites planetários.
3. Assegurar o aprendizado efetivo de todas crianças e jovens para a vida e a subsistência.
4. Alcançar a igualdade de gêneros, a inclusão social e os direitos humanos.
5. Alcançar a saúde e o bem-estar para todas as idades.
6. Melhorar os sistemas agrícolas e aumentar a prosperidade rural.

7. Tornar as cidades mais inclusivas, produtivas e resilientes.

8. Refrear as mudanças climáticas e garantir energia limpa para todos.

9. Proteger os serviços ecossistêmicos, a biodiversidade e a boa gestão dos recursos naturais.

10. Ter uma governança voltada para o desenvolvimento sustentável.

Coordenador do tema florestas da Rede, o brasileiro Virgílio Viana, superintendente da Fundação Amazonas Sustentável, afirma que esse tom mais genérico era de se esperar nessa etapa do processo. "Os países ainda precisam concordar com os temas. Com o amadurecimento desse processo, esperamos que sejam estabelecidas metas, prazos."

Ele ressalta como vantagem a maior ênfase em questões ambientais – ao contrário dos objetivos do milênio, que eram quase exclusivamente sociais. "A não-valorização dos serviços ambientais é uma falha do mercado", afirma se referindo à proposta, contida no objetivo 9, de pagamento por serviços ambientais. "Só vamos mudar radicalmente os padrões de uso da terra e de consumo tendo estímulos econômicos para manter a floresta em pé", afirma.

A concordância sobre os temas, porém, pode ser uma das coisas mais difíceis de alcançar. Durante a Rio+20, um dos impasses foi justamente em torno dos ODSs e da chamada economia verde. "Alguns países mais militantes na causa do desenvolvimento não querem ver suas metas diluídas pela causa ambiental", comenta o ex-embaixador Rubens Ricupero, que esteve à frente das negociações brasileiras na Rio 92, e acompanhou de perto o desenrolar da Rio+20. "Não é todo mundo que vê com clareza que o desenvolvimento só pode ser sustentável", diz. Ele acredita que para entrar em vigor em 2015, os ODSs têm de ser impulsionados já na próxima Assembleia Geral.

Desenvolvimento Sustentável

desenvolvimento sustentável Durante muito tempo, meio ambiente e desenvolvimento econômico foram consideradas questões opostas. Porém, com a percepção da finitude dos recursos naturais e de que sua má utilização provocaria, além dos problemas vigentes, o comprometimento da existência de gerações futuras, a sociedade – ou parte dela, passou a conceituar uma nova forma de desenvolvimento que levava em conta o meio ambiente; pois afinal, está intimamente relacionado à saúde humana através do ar que se respira, da água necessária à vida, do solo etc.

O Planeta Terra abriga cerca de 6,6 bilhões de habitantes, com produção média de US$ 8 mil per capita. Acontece que, por volta do ano 2050, estima-se que este número atinja a marca dos 9 bilhões de pessoas com produção média de US$ 20 mil per capita. Os especialistas afirmam que, visto o desequilíbrio e a má conservação do meio ambiente, se com o avançar dos anos os países ricos, principalmente, não reduzirem consideravelmente a velocidade de consumo, um desastre ecológico será inevitável. Entretanto, acredita-se também na possibilidade de que Políticas Públicas globais possam, através da tecnologia, elevar o padrão de vida da população e, ao mesmo tempo, reduzir o impacto humano sobre a diversidade biológica.

A ideia de sustentabilidade como sendo um desenvolvimento consciente capaz de suprir as necessidades da população atual, sem que as gerações futuras sejam prejudicadas, surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas.

Posteriormente, a “onda verde” do desenvolvimento sustentável foi crescendo mundialmente com velocidade proporcional à necessidade do ser humano em relação à preservação do planeta. A Conferência de Estocolmo e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ECO 92, representam um marco histórico no estabelecimento mundial de programas governamentais de desenvolvimento sustentável e, a partir disso, o assunto passou a ser visto não apenas como uma projeção futura, mas sim como uma atual necessidade, sendo então constituídas diversas leis para regulamentar o tema. Segundo o artigo 02º, da Lei do SNUC, o uso sustentável consiste na:

(...) exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável;

Por muitas vezes, desenvolvimento é confundido com crescimento econômico. Este último é dependente do consumo de energia e dos recursos naturais, sendo assim insustentável, pois leva à carência de tais recursos dos quais o ser humano necessita. Portanto, o desenvolvimento sustentável sugere que: a qualidade substitua a quantidade e haja a redução do uso de matéria-prima, bem como a eliminação do desperdício com a reutilização e a reciclagem.

Rio +20

Cidade do Rio de Janeiro.O Rio +20 é a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. O evento recebeu esse nome como comemoração do aniversário de 20 anos da Rio 92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A ideia era propor decisões para o desenvolvimento sustentável nas próximas décadas.

A conferência tinha o objetivo de estabelecer o comprometimento político com o desenvolvimento sustentável, implementar processos e avaliar resultados pertinentes ao tema.

Os principais temas são:

A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;

A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

Dos dias 13 a 15 de junho ocorreu a III Reunião do Comitê Preparatório com a presença de governantes para negociar os documentos usados na Conferência. Entre os dias 16 e 19 de junho foram realizados eventos com a sociedade civil.

Entre 20 e 22 de junho, foi realizado o Segmento de Alto Nível da Conferência, com a presença de diversos membros e chefes de estado de todo o mundo. Foram aproximadamente 193 estados-membros que compareceram ao local com diversos participantes de variadas áreas da sociedade civil.

Fatos Ocorridos durante a Conferência do Rio +20

O presidente Mahmoud Ahmadinejad tentou se aproximar dos Brics com um encontro com a presente Dilma Rousseff, mas a reunião não aconteceu.

O presidente Barack Obama não compareceu. Assim como Angela Merkel e David Cameron, respectivamente chanceler da Alemanha e o primeiro-ministro do Reino Unido.

O Rio de Janeiro decretou 3 dias de feriado durante o evento para evitar trânsito e muitos transtornos. No entanto, a cidade precisa se preparar, pois nos próximos anos o Rio de Janeiro irá sediar Os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo.

As 59 maiores cidades do mundo acordaram a decisão de reduzir mais de 1 bilhão de toneladas das emissões de carbono até 2030.

ONU cria fórum para monitorar desenvolvimento sustentável

Novo órgão foi reivindicação da Rio+20; criação teve apoio do Brasil e da Itália.

Da BBC

A ONU atendeu nesta terça-feira (24) a uma reivindicação da Rio+20 ao criar, com o apoio do Brasil e da Itália, um fórum de chefes de Estado e governo destinado a acompanhar, orientar e monitorar iniciativas de desenvolvimento sustentado.

O chamado Fórum de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentado se reunirá a cada quatro anos na Assembleia Geral da ONU, com reuniões em nível ministerial uma vez por ano.

Suas deliberações se traduzirão em declarações governamentais acordadas pelas partes. A partir de 2016, a instância acompanhará a implementação de metas de desenvolvimento sustentável pelos países da ONU, com comentários para cada país.

A Rio+20 discutiu o modelo de desenvolvimento sustentável que os governos devem buscar a partir de 2015, em substituição às metas básicas de redução da pobreza e elevação de indicadores sociais contidas nos Objetivos do Milênio - oito metas estabelecidas pela ONU para serem alcançadas por 191 países membros até 2015.

"Chegamos a uma síntese entre desenvolvimento, erradicação da pobreza e preservação do meio-ambiente. Nossa tarefa agora é efetivar os compromissos assumidos", disse a presidente, durante a inauguração. "O fórum oferece à comunidade internacional uma nova arquitetura, uma nova governança capaz de responder aos desafios do desenvolvimento sustentável."

Dilma afirmou que "depois da Rio+20, a palavra desenvolvimento nunca mais deixará de estar associada ao qualificativo de sustentável". "Alcançamos consenso em torno do objetivo de construir um modelo de desenvolvimento que contemple de forma equilibrada as dimensões econômica, social e ambiental."

Benefícios econômicos

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde - que esteve no lançamento do Fórum - disse que a economia global precisa retomar o crescimento, "mas nos trilhos corretos".

"Sabemos que o tipo equivocado de crescimento econômico pode prejudicar o meio ambiente, e a degradação ambiental pode prejudicar a economia", disse Lagarde. "Não se enganem: são os países mais pobres que serão afetados antes e mais fortemente."

Mesmo sem ser uma organização para fins ambientais, disse Lagarde, o FMI pode ajudar na tarefa de combinar crescimento e desenvolvimento com seus estudos: por exemplo, trazendo à tona subsídios trilionários ao setor de energia que "ajudam os que menos precisam". "Estes subsídios, incluindo subsídios fiscais, consumiram US$ 2 trilhões em 2011 -impressionantes 2,5% do PIB global que podiam ter sido usado de melhor maneira."

Estudos do FMI indicam que uma distribuição mais equilibrada da renda leva a mais crescimento sustentável e maior estabilidade econômica, citou a diretora-gerente do Fundo. "É crucial alcançar maior inclusão da vida econômica, para que todos possamos dividir a prosperidade e realizar seu potencial."

PIB sustentável' do Brasil cresceu apenas 2% em 20 anos, diz estudo

Da BBC Brasil

Se toda a riqueza produzida pelo Brasil fosse dividida pelo total de habitantes do país em 1990, cada brasileiro levaria para casa R$ 3.999. Vinte anos depois, em 2010, a divisão desse bolo – conhecido pelos economistas como o PIB per capita - seria de R$ 5.604, uma alta de 40%.

No entanto, segundo um novo indicador divulgado nesta quarta-feira (10), a economia brasileira teria crescido na verdade apenas uma fração disso: 2% em duas décadas.

A explicação: se por um lado, mais bens e serviços foram produzidos, por outro, mais recursos renováveis e não renováveis também foram gastos para alimentar esse crescimento. Além disso, por causa de flutuações de mercado, parte dessas matérias-primas também perdeu valor ao longo do tempo.

Ou seja, conclui o relatório, o Brasil ficou mais rico, mas a um ritmo inferior do que supõe a métrica tradicional.

Em sua segunda edição, o Índice de Riqueza Inclusiva (ou IRW, de Inclusive Wealth Index) mediu o desempenho econômico de 140 países entre 1990 e 2010 de forma a refletir a evolução do desenvolvimento sustentável nesse período.

Publicado a cada dois anos desde 2012, o levantamento não se restringe a analisar o quanto aumentou o PIB per capita no período - calcula o impacto na economia das mudanças em capital humano (mão de obra), capital natural (recursos naturais) e capital produzido (produção de bens e serviços) de cada país.

De forma geral, segundo aponta o relatório, os países apresentaram um crescimento bem mais expressivo quando analisado apenas seu desempenho econômico pelos critérios de PIB per capita. Entre 1990 e 2010, esse indicador registrou alta de 50%.

No entanto, quando as mudanças no capital humano, natural e produzido são consideradas, a economia mundial cresceu muito menos: apenas 6%.

De acordo com a pesquisa, o baixo nível de crescimento do capital humano (em termos de educação, aptidão e habilidades), combinado com vastas perdas no capital natural (terras

agrícolas, florestas, reservas fósseis e minerais), explicam o mau desempenho do crescimento da economia global apesar dos enormes ganhos no capital produzido.

"O relatório desafia a perspectiva limitadora do PIB. E também destaca a necessidade de integrar a sustentabilidade na evolução econômica e no planejamento de políticas públicas", afirmou Partha Dasgupta, professor emérito de Economia da Universidade de Cambridge e um dos responsáveis pelo estudo.

"Olhar além do PIB e adotar um Índice de Riqueza Inclusiva internacionalmente é fundamental para que a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 se adeque aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU", acrescentou Dasgupta.

Perda de recursos

O Brasil não foi exceção entre os países que apresentaram desequilíbrios entre os critérios convencionais de medição do crescimento da economia e a alternativa proposta pelo IWI.

Entre 1990 e 2010, os economias per capita de Estados Unidos, Índia e China, por exemplo, cresceram respectivamente 33%, 155% e 523%. Já quando o desenvolvimento sustentável é analisado, a riqueza inclusiva desses países teria crescido 13%, 16% e 47% em duas décadas.

Outros países inclusive tiveram desempenho negativo quando avaliada a variação do IWI, como o Equador, onde o PIB per capita aumentou 37% e a riqueza inclusiva caiu 17%. A economia do Catar quase dobrou de tamanho (alta de 85%) segundo a medição tradicional, mas o IWI apresentou queda de 53%.

De acordo com o relatório, o crescimento populacional e a depreciação do capital natural são os dois principais fatores por trás da queda da geração de riqueza sustentável per capita na maioria dos países analisados.

O estudo acrescenta que a população aumentou em 127 dos 140 países analisados, enquanto o capital natural registrou trajetória inversa, caindo também em 127 das 140 nações avaliadas.

"Embora ambos os fatores tenham influenciado negativamente o crescimento da riqueza, as mudanças populacionais foram responsáveis pelas maiores reduções", destaca a pesquisa.

Fonte finita

No caso do capital natural, a situação do Brasil é curiosa. Apesar de ter a segunda maior cobertura florestal do mundo, com 56% do território dominado por florestas, o país foi um dos que mais perdeu capital florestal nos últimos anos, ao lado de Nigéria, Indonésia, Mianmar e Zimbábue, e acabou ultrapassado pela China.

O país asiático, por sua vez, lidera o ranking global, mas só tem 18% de seu território coberto por florestas, segundo o estudo, devido às diferenças de preço da madeira. A China tem mais áreas onde a matéria-prima pode ser extraída e vendida legalmente.

Além disso, acrescenta o relatório, o Brasil perdeu capital florestal entre 1990 e 2000 devido ao desmatamento e só começou a recuperá-lo na última década, quando medidas para conter a derrubada de árvores, como leis mais duras, foram tomadas pelo governo.

Por outro lado, o país ganhou capital natural ao aumentar o número de terras destinadas à agricultura.

O estudo alerta, no entanto, sobre o consumo desenfreado das matérias-primas que alimentou o crescimento econômico na década anterior, medido pelos critérios convencionais.

"Por mais de meio século, avaliamos o progresso das nações com base em quanto é produzido, consumido e investido; nós o medimos em dólares americanos e agregamos os dados em uma métrica fácil de ser comparada: o Produto Interno Bruto (PIB)", afirmou Anantha Duraiappah, diretor da Unesco / Instituto Mahatma Gandhi de Educação para Paz e Desenvolvimento Sustentável.

"A suposição implícita, no entanto, de que a fonte da qual depende esse crescimento é infinita claramente não é verdadeira. Menos de 50% dos 140 países analisados estão uma trajetória sustentável; mais da metade deles está consumindo além do que podem", acrescentou ele.

Com 12% da água doce mundial, o Brasil cuida bem dela? Entenda por que não

O Brasil é o país do mundo que possui maior quantidade de água doce, com 12% do total existente no planeta. É mais que todo o continente europeu ou africano, por exemplo, que detêm 7% e 10%, respectivamente. Mas será que o país mais rico em recursos hídricas faz bom uso dessa dádiva da natureza?

Para responder a questão, o UOL ouviu cinco especialistas e representantes do setor, que não têm dúvidas: o país não gere bem, planeja mal e desperdiça muita água.

O geólogo Claudionor Araújo, presidente do Conselho Estratégico do Instituto Hidroambiental Águas do Brasil, não tem dúvidas de que a gestão é ruim, mas divide a culpa entre governos e população.

"Nenhum dos segmentos cuida bem. Esse sistema é como um casamento, em que marido e mulher têm de cuidar bem da casa. Os governos, em regra, só correm atrás de tomar remédio quando a dor chega, visto essa crise atual", afirma. "Mas água temos. Sabendo usar, não vai faltar."

Falta de planejamento

Para o meteorologista aposentado do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e da Universidade Federal de Alagoas, Luiz Carlos Molion, o Brasil ainda não aprendeu lições para cuidar bem de seu recurso hídrico. Ele acredita que faltam sistemas de armazenamento de água --que basicamente se perde indo para o oceano--, e uma legislação mais flexível para investimentos.

"Nós temos muito recurso hídrico que não é utilizado, e não há um plano para a utilização. Há também certas concepções erradas com relação ao uso. Existe outro conceito errado, de que a agricultura consome água", comenta. "O produtor usa muita água na irrigação, mas a maior parte retorna pra atmosfera. Além disso, existe uma grande resistência da interligação das bacias."

O professor recusa o argumento usado por muitos gestores de que a falta de chuvas é o problema. "A média global de chuva é em torno de 800 mm no ano, e são raras as regiões aqui que chovem menos que isso. Falta é planejamento estratégico a longo prazo. E a tendência é que até 2025, 2030, as chuvas reduzam de 10 a 20%", disse. "Isso é relativamente pouco e pode ser compensado com técnicas de armazenamento e educando a população ao uso racional."

Para o professor Itabaraci Nazareno, integrante do Grupo de Pesquisa em Recursos Hídricos da UFC (Universidade Federal do Ceará), a gestão das águas subterrâneas no país é ainda pior que a água superficial. "Apesar dos avanços, o país precisa investir mais em pesquisa a fim de fundamentar e saber como usar essas águas subterrâneas. Falta muito conhecimento atualizado para que possa proporcionar ao gestor modo de fazer um bom gerenciamento", afirmou.

Nazareno deixa claro que, se houvesse um melhor planejamento e investimentos direcionados, as cidades não sofreriam os impactos da seca de forma como vêm sofrendo nos últimos três anos. "De que adianta destinar milhões e milhões de reais, entregar maquinários às prefeituras, mandar o Exército fazer poço, se necessitamos é de conhecimento? Não se faz esses investimentos de uma hora para outra. As crises que temos de água como a de São Paulo refletem bem que o homem pode ter todo conhecimento, mas se não tiver os dados para empregar, não fará nada. No Nordeste, a política emergencial nem deveria existir", diz.

Perdas levam 37% da água

O presidente do Instituto Trata Brasil, Edson Carlos, acredita que um ponto deixa claro o mau uso dos recursos hídricos: o alto índice de perdas de água tratada, que chega a 37%. "Hoje, temos uma visibilidade do problema pela falta de água, mas essas perdas são históricas. Há décadas não tomamos cuidado com a água potável. Em dez anos de história, a redução dessas perdas foi pífia, e isso mostra que o país trata a água já tratada", afirma.

Para Carlos, os municípios deveriam se envolver mais na questão, assim como os governos estaduais e federal. "O governo deve atrelar o desembolso de recursos a índices mais decrescentes de perdas. Normalmente, não há essa obrigatoriedade, e as empresas não se sentem pressionadas. As empresas também precisam melhorar a gestão interna", disse. "A perda de volume é perda financeira também. É como uma padaria: como sobreviveria perdendo 37 a cada cem pães? Esse recurso faz muito falta."

Desvalorização e burocracia

O presidente da Associação Brasileira de Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Roberto Tavares, acredita que o brasileiro dá pouco valor à água. "Aqui no Brasil se dá mais valor à telefonia celular, por exemplo", lamenta.

Tavares aponta que existe uma hierarquia "equivocada", que nem sempre coloca como primeiro ponto de prioridade o abastecimento humano. Além disso, existiria uma redundância de regulação, que dificulta investimento das empresas de saneamento.

"No Brasil, há um arranjo institucional complexo para que o investimento aconteça. Temos múltiplas regulações, tanto ambientais, quanto de desordem urbana. Essa multiplicidade de agentes reguladores dificulta a segurança jurídica de ter retorno do investimento", afirmou.

Para Tavares, apesar de ter muita água doce, ela está concentrada onde mora a menor parte da população. "O balanço hídrico não é bom pra o país", completa, defendendo que o sistema de abastecimento hídrico brasileiro copie o modelo integrado do país –no qual regiões mais favorecidas socorrem locais com menos potencial.

"Não seria completamente igual, porque não precisa transportar água por tantas distâncias, mas a gente poderia ter mais sistemas integrando bacias regionais para que não se passe o que o Nordeste e São Paulo passam hoje. Nós defendemos uma proposta de integração de bacias. Essa discussão ocorre de forma muito mais atuante em outros países", explica.

País deve usar crise para debater e aprimorar gestão hídrica, diz ANA

O presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), Vicente Andreu Guillo, afirmou que a crise de abastecimento deste ano, sobretudo em São Paulo, tem de ser usada como oportunidade para debater e aprimorar as regras de uso de recursos hídricos. "Quando chove um pouco, há uma desmobilização em torno do assunto. Vivemos a cultura da abundância, como se pudéssemos usar tudo, sempre, o tempo todo. A crise mostra que isso precisa ser alterado", disse Andreu, durante o lançamento do Encarte Especial sobre Crise Hídrica nesta sexta-feira (20), em Brasília.

Para Andreu, a primeira oportunidade para aprimoramento surge em abril, com o início das discussões da outorga do Sistema Cantareira. A outorga, de 2004, deveria ter sido renovada em 2014, mas foi adiada para este ano. Participam das discussões a ANA, governo de São Paulo e de Minas, além de comitês. Entre os pontos que precisam ser discutidos, afirmou, estão novas regras para operação, as estratégias que devem ser adotadas diante de sobras ou ameaças de redução dos níveis de água. "Hoje o que temos é: entre o mínimo e o máximo, tudo pode. Não há marcações intermediárias e estratégias para serem adotadas nestas fases", observou.

O relatório lançado nesta sexta-feira pela ANA dedica um espaço significativo ao Sistema Cantareira, que registrou vazão média anual equivalente a 8,7 metros cúbicos por segundo, o menor valor desde 1930. O documento também destaca a grande quantidade de municípios do Nordeste com baixa garantia hídrica. Entre 2012 e 2014, registrou-se uma situação crítica no semiárido. Os níveis dos reservatórios da região caíram de 61,7% em maio de 2012 para 25,3% em março deste ano.

Puxada pelos Brics, demanda por água crescerá 55% até 2050, diz Unesco

Morador do campo migra para a cidade, melhora de vida e aumenta o consumo de água. Trata-se de um fenômeno planetário e preocupante identificado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos 2015. Nesse cenário, a demanda por água no mundo crescerá 55% até 2050.

O crescimento da demanda é puxado pelos países em desenvolvimento, com um grande peso das economias emergentes dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

"A rápida urbanização, o aumento da industrialização e a melhora do nível de vida em geral combinam-se para aumentar a procura global por água nas cidades", aponta o relatório divulgado nesta sexta-feira (20), antevéspera do Dia Mundial da Água.

O impacto vem apoiado em números: a população mundial deve subir de 7,2 bilhões para 9,1 bilhões em 2050, sendo que 6,3 bilhões viverão em áreas urbanas.

O documento alerta para o risco de agravamento do deficit de água e das disputas por recursos hídricos. Os mais ameaçados, diz a Unesco, são os pobres, as mulheres e as crianças.

Como está, o recurso já é escasso. Atualmente, afirma o relatório, 748 milhões de pessoas não têm acesso à água potável.

"Percursos de desenvolvimento insustentável e falhas de governança têm afetado a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos (...). A não ser que o equilíbrio entre demanda e oferta seja restaurado, o mundo deverá enfrentar um deficit global de água cada vez mais grave".

Energia, agricultura e mudanças climáticas

Outro alerta feito pelo relatório da Unesco é sobre o peso da geração de energia termelétrica no aumento da demanda por água no mundo. O documento propõe limites para o uso desse sistema devido ao consumo de recursos hídricos. Em contraponto, os autores defendem investimentos em sistemas de energia eólica e solar.

A agricultura também é motivo de preocupação. Estima-se que será necessário produzir 60% a mais de alimentos em 2050; a alta necessária nos países em desenvolvimento pode chegar a 100%. Para evitar desperdícios e tentar combater o aumento de consumo de água, o relatório propõe subsídios a agricultores que utilizam sistemas eficientes de irrigação.

Os efeitos das mudanças climáticas pesam ainda mais sobre o cenário. Em locais como Calcutá (Índia), Xangai (China) e Dacca (Bangladesh), os aquíferos já têm sido invadidos pela água salgada em função do aumento do nível do mar, o que afeta o abastecimento.

América Latina

O documento traz recomendações regionais a respeito das políticas relacionadas à água. Para a região da América Latina e Caribe, que inclui o Brasil, as grandes prioridades, diz o relatório, são "construir a capacidade institucional" para "gerenciar os recursos hídricos" e "promover a integração sustentável da gestão desses recursos para o desenvolvimento socioeconômico e a redução da pobreza". "Outra prioridade é garantir o pleno cumprimento do direito humano à água e ao saneamento".

ECONOMIA INTERNACIONAL

Crise na Argentina: um país contra os "abutres"

Rejeição à dívida histórica, que remete a um passado que os argentinos repudiam, coloca o país ao lado de Cristina Kirchner

28/06/2014

Basta você ter dado uma volta por Buenos Aires ou visitado os argentinos em Porto Alegre na semana passada. Ao compartilhar um mate e assuntar sobre política, sobressaem amargas convicções. Os dois episódios da História que eles mais abominam são, nesta ordem: 1) o regime militar (1976-1983), que deixou 30 mil mortos desde antes do golpe em si, com o advento da Triple A sob os auspícios do "brujo" López Rega em 1974; 2) a década em que o presidente Carlos Menem (1989-1999) lançou o Plano de Conversibilidade, pelo qual a lei impunha que um peso valia um dólar à custa da dívida projetada geometricamente — ressalve-se que há quem se empanturrou com pizza e champanhe e sinta saudade disso.

Pois o kirchnerismo, que assumiu o país em 2003 com Néstor Kirchner e que segue no poder com sua mulher, Cristina, tem, entre notórios equívocos, méritos que o mais empedernido opositor reconhece. Não deu trégua a repressores e negociou a dívida com os credores para livrar o país do calote, em 2005 e 2010, ensaiando a volta ao cenário internacional. Dívida, aliás, que muitos consideram turbinada já na ditadura.

Contexto dificulta uma ajuda externa

Daí se entende por que os argentinos, mesmo vociferando que dívidas devem ser pagas, fazem coro pela negociação. Sem isso, acreditam, o destino do país é o calote. Mas, como não existe falência de uma nação, a primeira ideia é a de que a ajuda chegará. Aí, pensam: de onde? O Brasil, com a presidente envolvida numa eleição renhida, aplicaria dinheiro em outro país? Difícil. A Venezuela, dependente do petróleo em baixa e em meio ao desabastecimento de um terço da cesta básica? Inviável. Os Estados Unidos, preocupados com o Iraque? Improvável.

Pesquisa do instituto Ibarómetro mostra: 55% dos argentinos estão irados com a decisão da Justiça americana que deu razão aos "abutres" e ao chamado "capitalismo de rapina". É evidente que os 93% dos credores que aceitaram um acordo com o governo em 2005 e 2010 não o fizeram por caridade. Divisavam ganhos polpudos. Aliás, esses fundos especulativos compram títulos com desconto porque sabem do risco. Certamente, com ou sem acordo, saem ganhando.

Quem são os 7% que não abrem mão de receber 100% da dívida, situação com potencial para inviabilizar a Argentina? São os chamados "fundos abutres", que compraram dívidas não honradas por preços baixos, para depois cobrar o valor integral. No dia 16, um grupo venceu disputa com o governo na Suprema Corte dos EUA. Pela decisão, a Argentina tem de pagar o valor integral, juros e multas. Estrago de US$ 1,3 bilhão. Mas pode ser pior. Na negociação com os credores que aderiram à renegociação, ficou estabelecido, contratualmente: se fosse pago valor maior a alguém até o final do ano, seria estendido aos que negociaram. E a decisão da Justiça americana pode se estender a quem topou receber em valores menores, lá em 2005 e 2010. Isso elevaria o desembolso a ser feito pela Argentina a US$ 15 bilhões, algo que esvazia o cofre das reservas em moeda estrangeira, de US$ 28 bilhões.

Prazo vence nesta segunda-feira

A armadilha tem de ser desativada até esta segunda-feira. É quando vence parcela das dívidas reestruturadas com 93% dos credores e também o prazo para pagar os "abutres". Na quinta-feira, a Argentina depositou cerca de

US$ 1 bilhão para honrar o pagamento aos credores que aceitaram a renegociação. No dia seguinte, estava criado o impasse: o juiz Thomas Griesa declarou o pagamento "ilegal" e exigiu quitação da pendência com os "holdouts" (que não aderiram, os "abutres").

— A reação governamental manteve a estratégia tradicional: rejeita negociar com os "abutres" e desqualifica a Justiça americana. O discurso busca inflamar paixões nacionalistas, é pátria ou abutres. Muitos já comparam com a Guerra das Malvinas — diz o historiador argentino Carlos Malamud.

A oposição, seja a direita de Mauricio Macri (prefeito de Buenos Aires) ou a esquerda do cineasta Fernando Solanas, dá respaldo ao governo. Os motivos são de lógica, uma vez que a dívida não nasceu agora. E de ordem prática: em 2015, haverá eleições presidenciais, com favoritismo da oposição. Cristina não conseguiu aprovar a segunda reeleição e, centralizadora, tolheu outros líderes. Caberá a um opositor segurar a onda do país depenado. É a voz do povo e do dinheiro. A opção que surge para empurrar a situação até dezembro é uma triangulação com os "holdouts". Bancos comprariam novos bônus argentino. Os "benfeitores" escalados para a tarefa altamente rentável (o percentual sobre a operação seria altíssimo). Dois deles são o Goldman Sachs e o Bank of America Merril Lynch.

Davos põe Brics ‘no divã’: grupo perdeu brilho

O Globo – 23/01/2014

O Brics — nomeação que abrange Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países que marcaram o sucesso do mundo emergente — perdeu o brilho no Fórum Econômico Mundial de Davos. Por causa da desaceleração destes países, alguns empresários já duvidam do futuro de seus integrantes. É o fim do Brics? Economistas e um ministro ouvidos pelo GLOBO relativizaram as críticas e avaliaram que cada nação terá de lidar com os próprios desafios. Jeffrey Sachs, da Universidade de Columbia, em Nova York, reagiu assim: — Com certeza não são mais o que eram, e o entusiasmo é menor. Mas tudo é exagerado aqui. Falam neste ano que o Brics acabou. Mas é claro que não! — Afirma, classificando a ideia como “visão de curto prazo” e apostando que Brasil e os parceiros de Brics terão uma década de crescimento acelerado.

Ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), o americano John Lipsky diz que o declínio do Brics e a retração dos investidores são fatos consumados. Se estes países se levantam ou não no longo prazo, afirma, dependerá das políticas que adotarem:

— Os mercados do Brics já tiveram declínio. Mas, no longo prazo, a questão será o desempenho destes países, que enfrentam desafios diferentes — diz. — Ninguém chegou a uma conclusão sobre todos os países emergentes.

Para ele, os investidores deixaram de ver o Brics como um bloco de oportunidades e estão diferenciando os países.

— Isso não está acontecendo somente com o Brics, mas também com outros grandes mercados emergentes.

Por sua vez, P. Chidambaram, ministro das Finanças da Índia — que teve o menor crescimento em uma década (5%) e enfrenta problemas nas finanças públicas —, reagiu lembrando o avanço das iniciativas capitaneadas pelo bloco.

— Por que isso tem que levar à conclusão de que países do Brics atingiram o seu limite? Estamos avançando no trabalho para um criação de um banco do bloco. Acho que há bastante compromisso no Brics (para avançar).

Corrupção no brasil preocupa

Chidambaram reconhece que seu país tem problemas estruturais, mas diz que muito da desaceleração veio de fatores externos. Num debate ontem, ele previu que a Índia vai crescer 6% em 2014 e 2015 até atingir, “passo-a-passo”, o seu potencial de 8% ao ano.

A expectativa está afinada com a de Jeffrey Sachs, para quem o crescimento de Brasil, Rússia, Índia e China vai ultrapassar a expansão dos países ricos “em vários pontos percentuais” nos próximos dez anos. Em relação ao Brasil, ele se diz otimista, mas chama a atenção para os problemas do país:

— O Brasil tem uma economia diversificada e cada vez mais sofisticada, que exporta aviões. Tem alta tecnologia, pessoas inteligentes e é uma economia muito grande com produtividade alimentar e recursos naturais — lembrou. — Mas crescimento de 2% é, sim, baixo. As pessoas estão insatisfeitas com a governança no Brasil. Foram às ruas (protestar), e o colapso de Eike Batista foi uma grande coisa. Houve muito entusiasmo em relação à economia brasileira, que não está se materializando.

Chocado com os escândalos de corrupção, ele afirmou esperar ouvir da presidente Dilma Rousseff, que neste ano irá ao Fórum de Davos pela primeira vez, “a mensagem de que o Brasil vai ser governado de forma correta e que em dez anos não haverá tantos ministros renunciando por conta de corrupção”.

Lipsky também destacou o potencial do país e os desafios que tem de enfrentar.

— O crescimento é uma questão nos anos que virão. Depende também da economia global — ponderou, frisando que o Brasil precisa elevar a qualidade da educação para melhorar a produtividade.

Na Argentina, 75% consideram situação econômica preocupante

O Globo – 20/01/2014

Os argentinos estão vivendo um mês de janeiro atípico. Longe da relativa tranquilidade dos últimos verões, este ano o país está em estado de alerta por sinais cada vez mais preocupantes de sua economia. Na semana passada, o dólar paralelo, que o governo Cristina Kirchner insiste em ignorar, subiu 1,15 peso e fechou em 11,95, a cotação mais alta desde 1991. A nova equipe econômica, chefiada pelo jovem ministro Axel Kicillof minimiza um problema que economistas locais consideram grave e diretamente relacionado ao principal drama que assola o país: uma inflação que no ano passado, de acordo com as principais empresas de consultoria privadas, alcançou 28,3% e este ano poderia chegar a 40%. Pelo índice oficial, a alta foi de meros 10,9%.

Sem saber como conter a demanda de dólares, o Banco Central da República Argentina (BCRA) continua perdendo reservas – na sexta-feira passada, o montante caiu para US$ 29,7 bilhões, o mais baixo desde 2006 -, e o clima de intranquilidade é cada vez maior. De acordo com pesquisa divulgada neste domingo pelo jornal “Clarín”, 75% dos argentinos acreditam que a economia vai mal.

- É preciso mudança. Este modelo não está funcionando e está empobrecendo a Argentina – disse o ex-ministro da Economia Roberto Lavagna, que comandou a pasta nos primeiros anos de gestão de Nestor Kirchner (2003-2007) e hoje é um importante membro do peronismo dissidente.

Cenário mudou em dois anos

A sensação de que o modelo kirchnerista esgotou-se é cada vez maior entre os argentinos. Segundo a mesma pesquisa do “Clarín”, hoje o aumento de preços e a insegurança são as principais preocupações da sociedade. Cerca de 55% dos argentinos acham que a situação pessoal vai piorar em 2014 e apenas 12% esperam melhora. Em 2011, quando Cristina foi reeleita com 54% dos votos, apenas 12% dos apontavam a inflação como um problema central da economia do país. Nesse período, o BCRA perdeu US$ 21,5 bilhões.

Em pouco mais de dois anos, o cenário econômico e político do país modificou-se de forma expressiva. A Argentina passou de ter uma presidente onipresente, que falava por rede nacional de rádio e TV todas as semanas, a uma Cristina em silêncio, ainda às voltas com problemas de saúde. A chefe de Estado não fala ao país há mais de 40 dias e neste período foram divulgadas pouquíssimas imagens de Cristina, em meio a fortes rumores sobre sua saúde.

Apesar da onda de apagões que deixou vários bairros de Buenos Aires às escuras por até três semanas, a disparada do dólar paralelo, a pressão dos sindicatos por reajustes salariais de até 35%, a sangria de reservas do BCRA, a expectativa de uma inflação de 3,5% este mês e a crescente falta de alguns produtos nos supermercados, a presidente passa seus dias na residência oficial de Olivos, vai cada vez menos à Casa Rosada e permanece calada.

No domingo, Kicillof embarcou para Paris, onde espera-se que tente avançar nas negociações com o Clube de Paris para saldar uma dívida estimada em US$ 10 bilhões. Não está claro, porém, qual será sua proposta, mas segundo informações extraoficiais a ordem de Cristina foi conseguir melhorar as relações do país com a comunidade internacional.

Tudo aumenta na Argentina, dos alimentos, ao pedágio, os planos de saúde privados e as tarifas de transporte. Em muitos casos, os reajustes são superiores a inflação calculada pelos economistas e chegam a 50% de um mês para o outro. Nos últimos dias, algumas redes de supermercados, como o Carrefour, ampliaram as limitações na venda de alimentos como biscoitos e macarrão. Uma legenda avisa: "Produto para consumo familiar: máximo duas unidades por pessoa". Ainda não se fala em desabastecimento, mas na economia argentina tudo tem mudado e se deteriorado muito rápido, e o temor entre economistas e a população é grande.

Brasil quer reforçar laços comerciais com países ricos

O Globo – 10/01/2014

O governo brasileiro quer reforçar as relações comerciais com os países desenvolvidos, aproveitando a recuperação de algumas economias, notadamente a americana. Segundo disse ao GLOBO o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, esta reaproximação não significa, porém, retomar a ideia de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), projeto sepultado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tampouco abandonar a política de integração Sul-Sul, entre o Brasil e as demais nações em desenvolvimento.

Ele ressaltou que, por outro lado, a Europa ainda está bastante fragilizada e talvez por isso esteja reagindo timidamente à proposta do Mercosul de abrir uma ampla negociação comercial. As ofertas entre os dois blocos, para a criação de uma zona de livre comércio, estavam previstas para ocorrer em meados do mês passado. No entanto, de acordo com fontes do governo brasileiro, isso só deverá acontecer no mês que vem, porque os negociadores europeus alegaram dificuldades para obter aval de todos os países membros da União Europeia.

- Nós queremos reforçar laços comerciais com os países desenvolvidos. Mas enfrentamos problemas gravíssimos, sobretudo o do protecionismo, que marca as grandes potências e que dificulta uma relação equilibrada. Que fique claro, no entanto, que o Brasil não está disposto a reanimar o cadáver da Alca, como alguns analistas vêm propondo em forma disfarçada quando fazem a apologia da Aliança do Pacífico e da TPP (Transpacific Partnership). Como essa TPP traz embutida uma política anti-China, ela começa a enfrentar resistências em países latino-americanos, como é o caso do Chile – afirmou Garcia que, junto com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, é um dos principais articulares da política externa da presidente Dilma Rousseff.

Ao fazer essa declaração, o assessor presidencial se referia a dois grandes blocos comerciais: a Aliança do Pacífico, criada ano passado e composta por Chile, México, Peru e Colômbia, em contraposição ao Mercosul; e a TPP, parceria que está sendo negociada por EUA, Japão, Austrália, Peru, Malásia, Vietnã, Nova Zelândia, Chile, Cingapura, Canadá, México e Brunei.

EUA são 2º maior parceiro

Garcia disse que a política Sul-Sul, desenhada ainda no governo Lula, chegou a ser subestimada anteriormente, mas acabou representando uma “aguda e premonitória" percepção da evolução da situação mundial na primeira década deste século. Um novo grupo de países, entre os quais

Brasil, China e Índia, emergia a passava a ter um papel decisivo, não apenas na economia mundial, como na própria configuração global.

Os Estados Unidos são os segundos principais compradores de produtos brasileiros. Em 2013, compraram US$ 24,9 bilhões do Brasil. A China ficou em primeiro lugar como país de destino de nossas exportações, com US$ 46 bilhões no ano passado.

Entenda o que é e saiba quais são os países do G20

Grupo se reúne anualmente para debater economias mundiais e crescimento sustentável

Do R7

O G20 é um grupo que reúne 19 países de países desenvolvidos e emergentes mais a União Europeia. Criado em 1999, após a crise financeira que atingiu a Ásia em 1997, o grupo tem o objetivo de aproximar economias desenvolvidas – como a dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França – e em desenvolvimento – como a do Brasil, Índia e México – e estabilizar o mercado financeiro mundial.

Os países que compõem o G20 são Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Coreia do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, além da União Europeia.

Desde seu início, o G20 realiza reuniões anuais entre ministros das finanças – ou da Fazenda, no caso do Brasil – e presidentes de Bancos Centrais dessas nações. Os encontros visam discutir medidas para estabilizar o mercado financeiro e atingir o desenvolvimento econômico sustentável.

Para superar a crise econômica e financeira mundial iniciada em 2008 e que atingiu todo o mundo, os membros do G20 foram convocados pelos governantes para estreitar a cooperação internacional. As ações do G20 foram decisivas para ajudar a economia mundial a superar a crise mundial.

Cúpula do G20 começa neste sábado; entenda a importância do evento

Reunião dos principais líderes mundiais tem o objetivo de discutir a crise econômica, mas debate político pode ganhar a pauta

Alguns dos principais líderes mundiais já estão em Brisbane, na Austrália, onde participam neste sábado (15) e domingo (16) da cúpula do G20, o grupo das principais potências econômicas mundiais. Entenda como funciona o G20 e qual a importância desse encontro:

O que é o G20?O Grupo dos 20 (G20) foi criado em 1999, reunindo os ministros de finanças e presidentes de bancos centrais daquelas consideradas as principais economias mundiais. O objetivo era discutir em conjunto questões-chave da economia global.

Quem faz parte? África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia. A cadeira remanescente é da União Europeia, representada pelo presidente do Banco Central europeu. Com que frequência ocorrem as cúpulas? As reuniões acontecem uma vez ao ano, mas em 2009 e 2010 foram realizados dois encontros, devido à crise global da economia.

Como são definidas as sedes das reuniões? A cada ano a reunião é realizada em um país diferente, escolhido em comum acordo pelos integrantes do G20. Este ano ela acontece em Brisbane, na Austrália. Sediar a cúpula é uma oportunidade de propor uma agenda e liderar as discussões. O que está em discussão na cúpula 2014? De acordo com os organizadores, o objetivo maior é discutir a crise financeira mundial e definir acordos para promover o crescimento econômico e a geração de empregos. Porém, outros assuntos em voga podem ganhar a pauta, como o conflito na Ucrânia, mudanças climáticas e a epidemia de ebola.

ENTENDA O QUE É O FMI

Fonte: http://academico.direito-rio.fgv.br/ccmw/FMI

Origem

Durante a década de 40, que comportou por quase 6 anos a Segunda Guerra Mundial, a atividade econômica decaiu nas principais nações industriais. Os países tornaram-se mais protecionistas, restringindo as importações, o que resultou em uma queda no comércio, na produção, no padrão de vida e no aumento do desemprego pelo mundo.

O FMI foi fundado em julho de 1944 em uma conferência das Nações Unidas ocorrida na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos. Nessa conferencia, representantes de 45 países concordaram em estabelecer um sistema de cooperação econômica, desenvolvido para evitar a repetição das desastrosas políticas econômicas que contribuíram para a ocorrência da Grande Depressão na década de 30.

À medida que a Segunda Grande Guerra chegava ao fim, os líderes aliados decidiram tomar medidas para estabilizar as relações financeiras internacionais. Na conferência de Bretton Woods, criaram o FMI.Portanto, criado em 1944, em Bretton Woods, EUA, o FMI entra em vigor somente no ano de 1945 com a assinatura de 29 países dos Articles of Agreement.

A reunião inaugural da Board of Governors teve lugar em Savannah, Georgia, em março de 1946, e o primeiro encontro do Executive Board em maio do mesmo ano, na Sede do Fundo, em Washington, DC, EUA.

OBS: O FMI foi criado por John Maynard Keynes, entre outros

Objetivos e Princípios

Para elucidação do tópico, cabe analisar o artigo 1º do Articles of Agreement of The Internacional Monetary Fund, que trata dos seus propósitos:

Promover a cooperação monetária internacional através de uma instituição permanente que forneça a maquinaria para o consulta e a colaboração em problemas monetários internacionais.

Facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional, e para contribuir desse modo a promoção e à manutenção de níveis de emprego elevados e da renda e ao desenvolvimento dos recursos produtivos de todos os membros como objetivos preliminares da política econômica.

Promover a estabilidade de troca, para manter arranjos de troca em ordem entre membros, e para evitar a depreciação do competidor na troca.

Ajudar no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos em respeito as transações atuais entre membros e na eliminação das limitações de troca estrangeira que impossibilitam o crescimento do comércio de mundo.

Dar a confiança aos membros fazendo os recursos gerais do fundo temporariamente disponível a eles sob proteções adequadas, assim fornecendo-as com a oportunidade de corrigir desajustamentos em seu contrapeso de pagamentos sem recorrer às medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional.

De acordo com o acima, para encurtar a duração e para diminuir o grau de desequilíbrio nos contrapesos de pagamentos internacionais dos membros.

Portanto, o FMI nasce para atuar como uma agência supranacional de caráter permanente, para regular e fiscalizar o sistema financeiro internacional.

As principais metas a serem seguidas são: promover a cooperação monetária internacional, a estabilidade cambial, o crescimento do comércio internacional, a eliminação das restrições cambiais impostas pelos países, a distribuição de recursos a fim de equilibrar as balanças de pagamentos dos membros, além de evitar problemas de ordem interna, tais como a inflação e o desemprego.

Quadro de Membros

Como dito acima, o FMI foi originariamente criado com 29 membros, em 1945. Hoje o fundo conta com a participação de 185 membros. O último país à aderir ao FMI foi Montenegro, em 2007. Com exceção de Cuba, Coreia do Norte, Andorra, Mônaco, Liechtenstein, Tuvalu e Nauru, todos os Estados-membro da ONU participam do FMI.

Estrutura Institucional

A estrutura institucional do FMI inclui o Conselho de Governadores, o Conselho Provisório, o Comitê para o Desenvolvimento, o Diretório Executivo, o Director-Gerente e o corpo de funcionários.

O Conselho de Governadores é o órgão máximo de decisão do Fundo. É constituído por um Governador e um Governador Alterno, apontados por cada membro do Fundo (normalmente Ministros das Finanças ou Governadores dos Bancos Centrais nacionais). Não possuem mandato fixo, mantendo suas posições até quando houver apontamento dos seus sucessores. Possui poderes específicos como a decisão sobre admissão de novo membro, a determinação das cotas, e a alocação de SDRs. Todos os outros poderes foram delegados ao Conselho Executivo. Reúnem-se, geralmente, uma vez por ano, mas podem se encontrar sempre que

necessário, precisando de um quorum de no mínimo 15 membros, ou a presença de membros que possuem ao menos um quarto do poder de voto.

O Conselho Provisório é constituído por 24 Governadores e reúne-se duas vezes por ano. É um órgão representativo do Conselho de Governadores no acompanhamento da atividade corrente do Fundo. Aconselha e se reporta ao Conselho de Governadores em funções relativas à supervisão da gerência e adaptação do sistema financeiro internacional; à consideração de propostas do Diretório-Executivo para emendas aos Articles of Agreement; e a segurança e bom funcionamento(livre de distúrbios) do sistema financeiro internacional.

O Comitê para o Desenvolvimento é constituído por Governadores do Fundo ou do Banco Mundial ou Ministros de Estado — enquanto que o Conselho Provisório integra apenas elementos do Conselho de Governadores do Fundo — e acompanha os trabalhos do FMI que mais se relacionam com os países em desenvolvimento. Foi estabelecido com a finalidade de estudar e recomendar medidas para promover a transferência de recursos para países em desenvolvimento, prestando especial atenção aos problemas dos menos desenvolvidos. Os encontros do comitê são geralmente feitos simultaneamente e no mesmo lugar do encontro do Comitê Provisório.

O Diretório-Executivo, que reúne normalmente três vezes por semana na sede, em Washington, é o órgão coletivo de acompanhamento da atividade cotidiana do Fundo. É composto por 24 diretores executivos nomeados pelos países com maior quota na instituição (nove) ou eleito por grupos de países associados por proximidade geográfica ou linguística (quinze diretores). São funções fundamentais deste Diretório, entre outras relativas à vida interna do Fundo, as relacionadas com a supervisão da política cambial dos países membros, a prestação de assistência financeira (incluindo a aprovação dos acordos de financiamento aos países) e a análise da evolução da economia internacional.

O Diretor-Gerente, nomeado pelo Diretório Executivo, é o responsável hierárquico máximo da instituição. Ele é o presidente do Diretório Executivo e participa em reuniões com o Conselho de Governadores, o Comitê Provisório e o Comitê para o desenvolvimento. A posição é tradicionalmente ocupada por um europeu, ao contrario do Banco Mundial, em que a mesma regra determina que seja um norte-americano.

O corpo de funcionários do FMI inclui cerca de 2200 pessoas, da maior parte dos países membros, escolhidos sobre a maior base geográfica possível, dentre profissionais altamente especializados.

Tomada de Decisão

O método de tomada de decisão no FMI está claramente disposto em seu estatuto, no artigo VII, seção 5. Cada membro desta instituição terá direito a 250 votos, acrescidos de 1 voto adicional para cada fração de suas quotas equivalente a 100000 direitos de saque especiais.

Conforme a alínea b desta seção, existem outros ajustes no número de votos:

I) Pela adição de 1 voto por cada parcela equivalente a 400000 direitos de saque especial das vendas líquidas da sua moeda, proveniente dos recursos gerais do Fundo, efetuadas até à data da votação; ou

II) Pela dedução de 1 voto por cada parcela equivalente a 400000 direitos de saque especiais das suas compras líquidas, nos termos do artigo V, secção 3-b) e f), efetuadas até à data da votação, entendendo-se que a importância líquida quer das compras, quer das vendas não será nunca considerada como excedendo uma importância igual à quota do membro interessado.

Salvo disposição em contrário, as decisões serão tomadas por maioria simples.

O Brasil, por exemplo, possui 3.036,1 quotas (1,40% do total), o que se traduz em 30.611 votos, o que representa 1,38% do capital votante.

Solução de Controvérsias

O sistema de solução de controvérsias do FMI está claramente descrito no Artigo XXIX do Estatuto: [observação: tradução feita em português de Portugal.]

ARTIGO XXIX

Interpretação

a) Qualquer questão de interpretação das disposições do presente Acordo que surja entre qualquer membro e o Fundo, ou entre quaisquer membros do Fundo, será submetida à decisão do Directório Executivo. Se a questão afectar especialmente um membro que não possua o direito de nomear um director executivo, ele terá o direito de se fazer representar de harmonia com o artigo XII secção 3, j).

b) Em qualquer caso em que o Directório Executivo tenha tomado uma decisão ao abrigo do parágrafo a) acima, qualquer membro poderá solicitar, no prazo de três meses a contar da data da decisão, que a questão seja submetida à Assembleia de Governadores, de cuja decisão não haverá recurso. Qualquer questão submetida à Assembleia de Governadores será considerada pela Comissão de Interpretação da Assembleia de Governadores. Cada membro da Comissão terá direito a um voto. A Assembleia de Governadores estabelecerá a composição, o regulamento e as maiorias de voto da Comissão. Qualquer decisão da Comissão será considerada como uma decisão da Assembleia de Governadores, salvo se esta, por uma maioria de 85% do total dos votos, decidir em contrário. Enquanto a Assembleia se não tiver pronunciado, o Fundo poderá, se o julgar necessário, agir segundo a decisão do Directório Executivo.

c) Sempre que surja desacordo entre o Fundo e um membro que se retirou ou entre o Fundo e qualquer membro durante a liquidação do Fundo, esse desacordo será submetido à arbitragem de um tribunal constituído por três árbitros, um nomeado pelo Fundo, outro pelo membro ou pelo membro demissionário e um árbitro de desempate nomeado, salvo acordo em contrário, entre as partes, pelo presidente do Tribunal de Justiça Internacional ou qualquer outra entidade indicada por regulamento adoptado pelo Fundo. O árbitro de desempate terá plenos poderes para resolver todas as questões de processo em qualquer caso em que as partes estejam em desacordo a esse respeito.

FMI X BANCO MUNDIAL

FMI

- Tem em vista o sistema monetário internacional;
- Promove estabilidade de troca e relações em ordem da troca entre seu membro países;
- Presta assistência a todos os membros–países industriais e em desenvolvimento que se encontram em dificuldades financeiras provendo créditos a curto e médio termo;
- Suplementa as reservas de moeda corrente de seus membros com o alocamento dos SDRs (direitas extraindo especiais);
- Extrai seus recursos financeiros principalmente das subscrições de quota do seu países de membro;
- Tem em sua disposição cotas totalmente pagas que totalizam agora o SDR 145 bilhões (sobre $215 bilhões);
- Tem uma equipe de funcionários de 2.300 pessoas de 182 países de membro.

Banco Mundial

- Busca promover o desenvolvimento econômico dos países mais pobres do mundo;
- Presta assistência a países em desenvolvimento com o financiamento a longo prazo de programas desenvolvimento e projetos;
- Fornece aos países mais pobres cujo PIB per capita é menos de $865, um auxílio financeiro especial anual, através da International Development Association (IDA);
- Incentiva empresas privadas em países em desenvolvimento, através de sua filial, a Corporação de finanças internacionais (IFC);
- Adquire a maioria de seus recursos financeiros pegando emprestado no mercado de ações internacional;
- Tem um capital autorizado de $184 bilhões, do qual os membros pagam aproximadamente 10 por cento;
- Tem uma equipe de funcionários de 7000 pessoas de 180 países de membro.

Principais Tratados

Acordo Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, de 22 de Julho de 1944, assinado em Bretton Woods, no estado de New Hampshire, nos EUA. (Que, ao longo dos anos, sofreu emendas, como a de 1992, 1978 e a de 1968 por exemplo).

By-Laws Rules and Regulations of the International Monetary Fund (Estatutos e Regulamentos do FMI)

Selected Decisions and Selected Documents of the IMF, Thirtieth Issue (conjunto de Resoluções, interpretações, decisões, entre outros do FMI)

Dissemination Standards Bulletin Board (DSBB): estabelecido para guiar os países para provisionar suas economias e informações financeiras para o público.

General Data Dissemination System (GDDS): Traz recomendações sobre boas práticas de disseminação e produção de estatísticas.

Special Data Dissemination Standard (SDDS) : Norteia os membros do FMI que pretendem ou tem acesso ao Mercado internacional de capitais, explicando como fornecer informações.

O FMI NA ATUALIDADE

Novas potências econômicas obrigam o FMI a se comportar de maneira mais justa e eficaz

Texto extraido de:http://wharton.universia.net/index.cfm?fa=viewArticle&id=1220&language=portuguese&specialId=

Os Estados Unidos e a Europa constituíam os dois núcleos da economia mundial em meados do século 20. Nesse contexto, nasceu no ano de 1945 o Fundo Monetário Internacional (FMI), que refletiu fielmente em sua estrutura e em seu modo de operar essa realidade.

A situação econômica do mundo evoluiu com o passar das décadas até o ponto em que, nos primeiros anos do século 21, o mapa da riqueza tomou uma forma jamais imaginada pelos criadores da instituição. O rápido crescimento de alguns países asiáticos e latino-americanos tornou obsoletas as normas de um jogo do qual a China, Índia, México ou Turquia desejam participar de forma mais ativa.

A direção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e os 184 países associados chegaram à conclusão que, depois de cinco anos sem crises econômicas para debelar e com os cofres da instituição cheios por falta de atividade, tem-se agora a oportunidade “única e sem paralelo” de se levar a cabo uma reforma em profundidade na instituição.

Divisão de poder

Cada país membro do FMI tem direito a uma cota que reflete seu poder de voto na tomada de decisões da instituição, especifica o montante de recursos financeiros com que está obrigado a contribuir com o FMI e o montante que pode tomar emprestado em caso de crise.

Atualmente, a cota de cada país é determinada de tal forma que reflita basicamente sua situação econômica em relação aos demais membros. Para alterá-la, são levados em consideração vários fatores econômicos, entre eles o Produto Interno Bruto (PIB), as transações em conta corrente e as reservas oficiais.

Atualmente, o FMI é dominado pelos EUA, Europa e Japão. Washington tem poder de veto, com uma cota de 17,4%, seguido do Japão, com 6,2%, Alemanha, França e Reino Unido.

A economia chinesa, duas vezes maior do que a belga e a holandesa, tem um poder de veto de 2,98%, semelhante ao que têm individualmente os dois países europeus, com 2,13% e 2,38%, respectivamente. Contudo, esse problema de sub-representação não se limita à China; ele se estende pela maior parte das regiões que cresceram significativamente nos últimos anos, como

a Ásia, o Oriente Médio, a América Latina e até mesmo a Espanha, cujo poder de veto de 1,41% do total está muito longe do que faria jus hoje o seu peso econômico. A Suíça, por exemplo, cuja economia é praticamente a metade da espanhola, tem um poder de veto de 1,6%.

Para os especialistas, o problema é óbvio: a estrutura do FMI reflete um mundo econômico que hoje não existe mais. A distribuição de votos tem de mudar para refletir o salto gigantesco dado por países como Brasil, Índia, China e outras economias nas últimas décadas. "Se a voz daqueles países sub-representados, e cujas economias estão se desenvolvendo de forma muito rápida, não for ouvida de modo adequado, o FMI não terá com manter sua credibilidade e legitimidade", advertiu recentemente o ministro das Finanças japonês, Sadakazu Tanigaki.

Na opinião de Mauro Guillén, professor da Wharton, "os EUA e a Europa precisam abrir mão de parte do poder atual, já que a economia desses países não tem mais a posição dominante que tinha há 50 anos. A Espanha deveria ter sua cota ampliada, principalmente por seu papel destacado de investidor".

Legitimidade

Hugo Macías Cardona, da Universidade de Medellín, na Colômbia, e integrante da Red Ecolatín, concorda com Guillén e acha que a cessão de poder por parte das grandes potências é imprescindível, caso queria se manter viva a instituição. "É necessário compartilhar um pouco do poder que os europeus têm no Fundo, basicamente porque vários países tornam-se independentes saldando suas dívidas, provocando com isso não só a deslegitimização do órgão, mas também seu enfraquecimento financeiro."

Macías crê que "para resgatar a instituição, basta ceder um pouco do poder transferindo-o para os que se distanciaram da instituição por sua falta de credibilidade". E adverte: "Se os EUA e a Europa não conseguirem atrair os países afastados, o futuro da instituição ficará seriamente ameaçado."

O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Rato, tem consciência da situação, e em recente entrevista ao Financial Times, garantiu que há um acordo entre os 184 membros do organismo para fazer frente a dois problemas: refletir sobre "as mudanças do peso dos países" e manter "a representação das economias pobres".

Rato explicou que espera receber um mandato claro do organismo para pôr em funcionamento um plano de reformas em duas fases, que espera concluir em dois anos. Os detalhes do plano, que são confidenciais, foram apresentados ao Conselho executivo do órgão. O acordo para a primeira fase da reforma já foi divulgado. Trata-se de um incremento modesto da cota ou peso do voto dos seguintes países: China, Coreia do Sul, Turquia e México, que são países com representação inadequada dada sua condição de potência econômica.

Existe no FMI o consenso de que a atual fórmula de divisão de poder não é satisfatória e deve ser simplificada; contudo, não há acordo com respeito ao sistema no qual deverá se basear o peso de cada país. A maioria dos membros quer que a nova metodologia tome por base o PIB e a abertura de cada economia, talvez com a soma de outros fatores.

Fórmulas

Os EUA pressionam para que a nova fórmula responsável pela determinação da cota de cada país leve em conta principalmente o tamanho de cada economia. Assim, o peso relativo dos países asiáticos aumentaria em detrimento de vários pequenos países europeus. Estes, por sua vez, argumentam que a cota não deve se basear exclusivamente no tamanho do PIB, e criticam os EUA por querer manter um peso significativo o suficiente na instituição que lhe permita vetar as principais decisões do órgão.

O Banco Central da Alemanha (Bundesbank) não é favorável à cessão precipitada de capital e direito de voto no FMI a países em desenvolvimento. “Precisamos encontrar uma solução que seja transparente e coincida com uma representação justa para todos os países membros do FMI”, disse Axel Weber, presidente do Bundesbank. “Por isso, os sócios da UE não devem colocar à disposição dos demais as pretensões de outros países de forma antecipada”, disse Weber ao jornal Handelsblatt.

Berlim quer que sejam o PIB e o grau de abertura de uma economia as variáveis decisivas para o cálculo da cota de cada país em detrimento das reservas de divisas. Dessa forma, países como a Alemanha, Espanha e Irlanda estariam sub-representados no organismo internacional.

Guillém é partidário da idéia de que a variável escolhida para avaliar o peso dos países “seja uma ponderação de vários fatores: tamanho da economia, volume de exportação, investimentos externos e solidez do sistema financeiro”.

Alheio aos indicadores de riqueza, Macías aposta na “criação de uma organização de países em desenvolvimento que representará os interesses desses membros e que terá um poder real de negociação dentro do Fundo. Poderiam participar tanto países latino-americanos quanto africanos e também alguns da Ásia”.

Para o professor da Universidade de Medellín, “o mais importante é que os países assumam posições regionais, em bloco. Assim, a América Latina deve se esforçar para participar unida, evitando com isso os erros cometidos sistematicamente pelo Fundo”.

Comissão executiva

Os postos da comissão executiva da instituição serão igualmente motivo de discussão da reforma. Os países da UE ocupam oito dos 24 assentos disponíveis, mas esse número poderia chegar até nove com os assentos consignados à Alemanha, Reino Unido e França e mais os de representantes permanentes: Bélgica, Itália, Holanda, países nórdicos e Suíça. A essas oito nações se uniria a Espanha, em novembro, ao assumir um posto na comissão executiva que compartilha em turno com o México e Venezuela.

Nesse aspecto, Washington defende que os estados europeus renunciem a algum assento, ou que a zona do euro seja representada em conjunto no FMI, algo que parece pouco provável, porque exigiria que a França, a Alemanha e a Itália abrissem mão do poder. Algumas vozes já se levantam contra essas medidas com o argumento de que, para isso, a Europa teria de contar com uma integração política muito mais sólida.

Contudo, além das discussões sobre a divisão do poder de decisão e da organização dos órgãos que dão forma à sua estrutura, o FMI enfrenta também uma necessidade de reforma que diz

respeito à sua essência. O órgão deve analisar qual o seu papel hoje no sistema financeiro internacional.

Guillén ressalta que os principais objetivos de reforma do FMI devem ser “corrigir o desequilíbrio relativo ao peso dos países, mas também fazer com que a instituição se concentre em sua missão fundamental, que consiste em facilitar os pagamentos internacionais e ajudar a solucionar os desequilíbrios da balança de pagamentos”.

Hoje, a concessão de empréstimos aos mercados emergentes passou para segundo plano em razão do aumento dos fluxos privados de capital e do crescimento das reservas dos bancos centrais, sobretudo na Ásia. Rato salientou que a principal tarefa do Fundo consiste em supervisionar, e não em conceder empréstimos.

“O objetivo principal da reforma do FMI deve ser o de recuperar sua legitimidade, que se acha seriamente abalada principalmente nos países em desenvolvimento. A instituição, criada durante as negociações para pôr fim à Segunda Guerra Mundial, passa por um momento crítico em que deve se reestruturar, se redefinir, porque mudou muito desde sua criação”, observa Macías.

Funções

As propostas apresentadas sugerem que o órgão faça uma avaliação “multilateral” dos problemas “sistêmicos” com impacto regional ou mundial. Ao mesmo tempo, deve-se avaliar também o impacto das políticas econômicas nacionais dos grandes países sobre a economia mundial, com ênfase especial sobre as políticas de taxas de câmbio, de modo que se comprove sua “compatibilidade” com a estabilidade econômica mundial.

O professor da Universidade de Medellín explica que “hoje, o problema principal do mundo é a enorme concentração de receitas. Isto sim deveria ocupar a atenção dos principais programas do Fundo Monetário Internacional”. “A instituição”, acrescenta Macías, “deve atentar mais para as realidades locais dos países onde implanta seus programas, de modo que as possibilidades de êxito sejam maiores. São muitos os exemplos de programas do FMI que não só não deram certo como até mesmo pioraram seriamente a situação de alguns subsistemas das economias locais. Além disso, o FMI precisa assegurar um ambiente externo previsível para as economias em desenvolvimento”.

Não se deve esperar que isso ocorra depois da reunião de cúpula de Cingapura — nos dias 19 e 20 de setembro — quando começarão os trabalhos que fixarão os contornos do “novo” FMI, bem como uma fórmula mais equitativa de divisão de cotas. Rato advertiu que não se esperar que a reunião de Cingapura proponha algum avanço significativo para a resolução dos desequilíbrios econômicos como resultado do novo processo de consultas multilaterais introduzido pelo FMI em março.

O processo de consultas, de acordo com Rato, encontra-se ainda em fase inicial. O FMI concluiu recentemente uma primeira rodada de contatos bilaterais com os EUA, China, zona do euro e Arábia Saudita, e começará em breve as consultas em grupo. Espera-se que as discussões multilaterais terminem no final do ano. “Falaremos sobre isso na reunião do FMI de 20 de março de 2007”, disse o ex-ministro da Economia da Espanha.

FMI quer liderar ampla reforma do sistema financeiro

JAMIL CHADE – Agencia Estado

GENEBRA – Depois de um silêncio que deixou muitos analistas perplexos, o Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma que quer liderar uma "ampla reforma" do sistema financeiro e estima que o pacote que os Estados Unidos espera aprovar deve ser apenas o primeiro passo para dar uma solução à crise. Para a entidade, que busca um novo papel diante de um mundo em plena crise, uma ação coordenada internacional ainda precisa ser estabelecida e alerta: o mercado não irá curar o mercado.

Nos últimos dias, a cúpula do Fundo vem mantendo contatos com governos e BCs dos demais países ricos para tentar convencê-los de que está na hora de seguir os passos adotados pelos Estados Unidos e até ir adiante: dar um mandato para que o FMI possa começar a pensar em uma reforma completa do sistema. Nos contatos, a entidade estaria reinvindicando que esse mandato lhe seja dado, praticamente redefinindo os próprios objetivos originais do FMI.

O Fundo estaria disposto a negociar e estabelecer um novo marco regulatório para o sistema financeiro para evitar que crises como a que hoje afeta o mundo voltem a ocorrer. Até lá, uma ação internacional ainda será necessária para garantir a tranqüilidade dos mercados. Na Europa, os governos já deixaram claro que não estão dispostos a seguir esses passos.

Em entrevista publicada neste fim de semana no Journal de Dimanche, da França, o diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, estima que a crise pede que controles mais rígidos sejam criados sobre o mercado e deixa claro que isso seria um papel ideal para sua entidade. "Por enquanto, estamos apagando o incêndio, e é isso o que os americanos fizeram. Mas depois precisamos tirar as conseqüências do que ocorreu e, portanto, criar regras para as instituições e os mercados financeiros", afirmou. "Precisamos reformar o sistema", disse. "Um plano americano é necessário, mas ele precisa ser apenas o primeiro ato de ação política internacional", afirmou.

Entenda a crise econômica mundial

Conheça os cinco pontos que ajudam a explicar a turbulência nos mercados financeiros

O problema da dívida em países na zona do euro "está assustando o mundo", nas palavras do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Embora esteja no foco das atenções dos investidores, a turbulência na Europa é apenas parte da crise econômica mundial .

Entenda como a crise pode atingir seu bolso

Entenda como a crise pode afetar sua empresa

Permanecem no radar o elevado nível de endividamento público americano, a fragilidade das instituições financeiras em diversos países e os claros sinais de desaceleração da economia mundial.

1 – Mais do mesmo

"Na verdade, não estamos vivendo uma nova crise mundial. A crise é a mesma que teve início em 2008, estamos só em uma nova fase", afirma Antonio Zoratto Sanvicente, professor do Insper.

Naquele ano foi deflagrada a crise das hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, com a quebra do banco Lehman Brothers.

Basicamente, os problemas começaram porque as instituições financeiras emprestaram dinheiro demais para quem não podia pagar. Isso levou à falência de bancos e à intervenção governamental para evitar o colapso do sistema financeiro e uma recessão mais aguda.

Ao injetar recursos em bancos e até em empresas, no entanto, os governos aumentaram seus gastos, em um momento em que a economia mundial seguia encolhendo. O resultado não poderia ser outro: aprofundamento do déficit público, que em muitos países já era bastante elevado.

Na Grécia, por exemplo, a crise de 2008 ajudou a exacerbar os desequilíbrios fiscais que o país já apresentava desde sua entrada na zona do euro, diz o economista Raphael Martello, da Tendências Consultoria.

2 – Europa endividada

Faz quase dois anos que a crise da dívida soberana em países da União Europeia tem sido discutida nos mercados financeiros. Mas foi nos últimos meses que o problema veio à tona com mais intensidade e se tornou um dos maiores desafios que o bloco já enfrentou desde a adoção do euro em 2002.

Além da Grécia, países como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha sofrem os efeitos do endividamento descontrolado e buscam apoio financeiro da zona do euro e do Fundo Monetário Internacional.

Para receber ajuda, no entanto, precisam adotar medidas de "austeridade fiscal" que, na prática, significam enxugar os gastos públicos, por meio do corte de benefícios sociais e empregos, por exemplo, e elevar a arrecadação por meio de impostos.

O problema é que essas medidas deprimem ainda mais a economia e geram descontentamento, greves e manifestações. Nas últimas semanas, os movimentos populares têm se intensificado especialmente na Grécia.

Em meio ao clima de instabilidade e discussão até mesmo sobre a manutenção desses países na zona do euro, o parlamento alemão aprovou a ampliação do fundo de socorro europeu para um total de 440 bilhões de euros.

3 – Enquanto isso, nos Estados Unidos

O déficit público americano já vinha crescendo vertiginosamente nos anos 2000, respondendo em parte aos gastos exorbitantes com a guerra do Iraque, em 2003, e às perdas causadas pelo furacão Katrina, em 2005. "Já existia um problema estrutural, mas com a crise em 2008 o

governo injetou muito recurso nos bancos e empresas e isso levou a um sério aprofundamento do déficit", afirma Martello.

O resultado é que a dívida saiu de controle. Nos últimos meses, essa situação criou a necessidade de elevar o limite de endividamento público do país, para evitar que fosse decretado um calote. Isso levou a um prolongado embate político entre democratas e republicanos, que gerou enorme estresse nos mercados financeiros e levou a agência de classificação de risco S&P a rebaixar a nota de crédito americana no começo de agosto.

Para piorar o cenário, os números revisados do PIB americano no primeiro e segundo trimestre apontam para desaceleração da economia, que também enfrenta altos índices de desemprego.

Enquanto isso, a disputa política segue firme nos Estados Unidos, desta vez em torno da aprovação de um pacote proposto por Obama para estimular a geração de empregos no país.

Na avaliação do professor José Márcio Camargo, da PUC-RJ, "a proposta do presidente Barack Obama de desoneração de impostos deve passar no Congresso americano, mas o aumento de gastos em infraestrutura para estimular a economia não deve ter aprovação da maioria. A briga entre políticos, que reprovam os programas de incentivo financeiro, e o Fed, o Banco Central dos Estados Unidos, pode comprometer a independência da instituição."

4 – Bancos em risco

A fragilidade do sistema financeiro na Europa e Estados Unidos continua a tirar o sono dos investidores. Se em 2008 os bancos, principalmente americanos, sofreram com a exposição a hipotecas de alto risco, desta vez, instituições de ambos os lados do Atlântico sentem os efeitos da exposição a títulos da dívida soberana de países europeus.

City, o centro financeiro de Londres; bancos sofrem com exposição a títulos da dívida europeia

É o caso dos bancos franceses, bastante expostos a títulos públicos da Grécia – país que busca com urgência nova parcela de resgate para evitar o calote.

Alguns estudos tentam estimar o volume total de recursos que seria necessário para recapitalizar os bancos europeus em caso de um default da Grécia ou mesmo de outros países, como Portugal.

Mas economistas afirmam que não é possível saber exatamente o tamanho do rombo, pois além dos títulos públicos, os bancos também estão expostos a seguros contra a dívida.

Por não ser negociado em mercado formal, ninguém sabe ao certo quanto os bancos perderiam com esses seguros.

5 – Mundo em desaceleração

Se há alguns meses a inflação mundial era a principal preocupação de líderes e analistas de mercado, hoje o tema que domina as conversas é a desaceleração da economia global.

Mundo mostra sinais claros de desaceleração no ritmo de atividade econômica.

Em um relatório recente, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) alertou para evidente desaceleração da atividade econômica em praticamente todos os países.

E o Brasil não está imune. Pelo contrário, é a nação que mostra os sinais mais claros de esfriamento da atividade, segundo a OCDE.

Na avaliação do Banco Central brasileiro, “observa-se moderação do ritmo de atividade” do País, mas a economia “ainda continuará sendo favorecida pela demanda interna".

No cenário internacional, a autoridade monetária vê "possibilidade elevada de recessão" em alguns países devido à crise global, "em especial nas economias maduras".

Entenda a crise econômica mundial em 15 etapas:

1. A partir de 2001, o mercado imobiliário dos Estados Unidos passou por uma fase de expansão acelerada.

2. Com a ajuda do Federal Reserve (o Banco Central norte-americano), que passou a reduzir a taxa de juros, a demanda por imóveis cresceu, atraindo compradores.

3. Ao mesmo tempo, com os juros baixos, cresceu o número de pessoas que hipotecavam seus imóveis, a fim de usar o dinheiro da hipoteca para pagar dívidas ou consumir.

4. Em meio à febre de comprar imóveis ou hipotecá-los, as companhias hipotecárias passaram a atender clientes do segmento subprime (de baixa renda, às vezes com histórico de inadimplência). Contudo, como o risco de inadimplência desse setor é maior, os juros cobrados também eram maiores.

5. Diante da promessa de retornos altos aos empréstimos, os bancos compravam esses títulos subprime das companhias hipotecárias e liberavam novas quantias de dinheiro, antes de o primeiro empréstimo ser pago.

6. Ao mesmo tempo, esses títulos lastreados em hipotecas eram vendidos a outros investidores, que, por sua vez, também emitiam seus próprios títulos, igualmente lastreados nos subprime, passando-os, a seguir, para frente.

7. Todos se esqueceram, no entanto, de que se o primeiro tomador do empréstimo não consegue pagar sua dívida inicial, ele dá início a um ciclo de não-recebimento, de tal maneira que todo o mercado passa a ter medo de continuar emprestando dinheiro ou comprando novos títulos subprime.

8. A partir de 2006, os juros, que vinham subindo desde 2004, encareceram o crédito e afastaram os compradores de imóveis. Como a oferta começou a superar a demanda, o valor dos imóveis passou a cair.

9. Com a subida dos juros, as dívidas ficaram mais caras (e também as prestações das hipotecas), o que aumentou a inadimplência, fazendo com que a oferta de crédito também diminuísse.

10. Sem oferta de crédito, a economia dos EUA se desaqueceu, pois, se há menos dinheiro disponível, compra-se menos, o lucro das empresas diminui e empregos não são gerados.

11. Preocupado com os pagamentos de créditos subprime nos EUA, o banco BNP Paribas congelou cerca de 2 bilhões de euros de alguns fundos.
12. O mercado imobiliário, então, entrou em pânico, pois o ciclo de empréstimos sobre empréstimos havia sido congelado. Começaram a surgir os pedidos de concordata.
13. A crise passou a afetar todo o sistema bancário, afinal, as instituições financeiras apostavam nos títulos subprime. Várias instituições se viram à beira da falência. E se descobriu que, com a globalização, o sistema financeiro internacional estava contaminado e sofreria graves consequências.
14. Instalou-se, assim, uma crise de confiança e os bancos pararam de emprestar, congelando a economia, reduzindo o lucro das empresas e provocando desemprego.
15. Muitos países entraram em recessão, e seus respectivos governos têm, desde então, tomado diferentes medidas para aquecer a economia e, ao mesmo tempo, garantir que o sistema financeiro volte a emprestar.

FMI se reúne para discutir baixo crescimento mundial

O relatório World Economic Outlook aponta que o crescimento mundial está projetado em apenas 3,3% neste ano

O Fundo Monetário Internacional (FMI), inicia nesta sexta-feira, em Washington, reunião para tentar desatar o nó da crise econômica global, iniciada em 2008. O encontro deve buscar soluções para que os países superem o baixo crescimento da economia global, disse, em entrevista por telefone à Agência Brasil, o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Carlos Comzendey.

“Acho que a discussão vai girar em torno [da busca de respostas para a crise]. O que [se deve fazer] para reagir. Acredito que a discussão estará centrada na conjuntura. Ou seja, na verificação de que a expectativa que havia no início do ano de um crescimento mais forte de uma economia global, que não se realizou, [exige ação]".

Conforme o FMI, no relatório World Economic Outlook, divulgado esta semana, o ano de 2014 praticamente está se encerrando com crescimento mundial projetado em apenas 3,3%. A revisão das previsões ocorre em razão de o crescimento na primeira metade de 2014 ter sido inferior ao projetado, refletindo série de "surpresas negativas", incluindo o desempenho relativamente fraco dos Estados Unidos, o crescimento modesto na zona euro e a progressão da economia nipônica abaixo do previsto.

Comzendey lembrou que, durante toda a semana, os economistas do FMI e a própria diretora-gerente do fundo, Christine Lagarde, alertaram sobre a necessidade de os países adotarem medidas para retomar o crescimento. “Claramente [o FMI] está demonstrando que há uma frustração da expectativa de crescimento da economia mundial. Mesmo os Estados Unidos, [que vêm se recuperando], em março, tinha uma previsão de crescimento de 2,9%, agora já são 2,2%”, destacou.

No caso do Brasil, o FMI reduziu para 0,3% estimativa de crescimento em 2014, abaixo da estimativa do governo de 1,8, defendida pelo governo até setembro, e revisada, desde então, para 0,9%.

"A economia cresceu pouco no primeiro semestre, como a gente sabe, mas está se recuperando agora. Comparativamente a outros países, a gente vê que há uma queda das expectativas, quase todos os países foram revisados para baixo. [Houve] muito pouca análise para cima, como é o caso da Índia. A maioria das previsões mostram a expectativa de crescimento para baixo e o Brasil está nesta mesma direção", avaliou Comzendey.

Além do encontro do FMI e do Banco Mundial, o grupo G20 [que reúne as maiores economias do planeta] agendou reuniões em Washington. Segundo Comzendey, hoje haverá encontro dos países que lideram a economia mundial para preparar o encontro de cúpula que acontece na Austrália, em novembro. O secretário observou que devem ser feitos ajustes finais sobre os termos da proposta para a iniciativa global de infraestrutura. "O G20 aprofundou neste ano esta discussão com o objetivo de encontrar caminhos para melhorar a infraestrutura, com a melhora dos investimentos públicos e atração de investimentos privados para a infraestrutura", disse.

Ele admitiu que são importantes, sim, os investimentos em infraestrutura, por ser "um dos nós do crescimento do país". E acrescentou: "O governo vem fazendo o que qualquer governo [faria]", disse.

A diminuição nas previsões de crescimento do Fundo Monetário Internacional (FMI) tornou-se um ritual repetido a cada três meses de forma inquietante desde o início da grande crise econômica. Quando a economia do Japão, da China e da zona do euro não apresentam nenhuma surpresa positiva, o mundo só pode confiar sua expansão àquela que ainda é a principal potência mundial, os Estados Unidos, mas esse impulso não é suficiente. A instituição dirigida por Christine Lagarde confirma o que todos os analistas esperavam: o mundo vai crescer menos do que havia sido calculado em outubro. E as expectativas daquele momento já tinham sido reduzidas em relação às anteriores.

O PIB dos EUA vai aumentar 3,6% este ano e 3,3% em 2016, o que representa um aumento de 0,5% e 0,3%, respectivamente, em comparação com os prognósticos de três meses atrás. A única outra grande economia cujo horizonte está melhor é a espanhola, que em 2015 avançaria 2%, de acordo com o FMI, 0,3% a mais que o estimado até agora, enquanto em 2016 a estimativa de 1,8% é mantida. Mas essa boa notícia contrasta com uma nova redução para toda a zona do euro, a economia japonesa, chinesa, os emergentes da América Latina e, em última instância, o resto do mundo.

"Os novos fatores que respaldam o crescimento, tais como o baixo preço do petróleo e a depreciação do euro e do iene, são compensados por outras forças negativas persistentes, incluindo o pesado legado da crise e um potencial de crescimento menor em muitos países", de acordo com o economista-chefe do FMI, Olivier Blanchard. O órgão apresentou na madrugada desta terça-feira as novas estimativas em Pequim, a capital de um gigante que, há alguns anos, era capaz de empurrar as economias desenvolvidas, mas que também, como o resto das novas potências em desenvolvimento, teve que pisar no freio.

A economia chinesa vai avançar este ano 0,3% menos que o previsto em outubro e 0,5% menos em 2016, chegando a 6,8% e 6,3%, enquanto que no seu auge superou os 7% até 2014. A zona do euro, enquanto isso, vai crescer 1,2% em 2015 e 1,4% em 2016, o que representa uma redução de 0,2% e 0,3% em comparação com a última estimativa, que também foi rebaixada. O FMI espera um impulso das novas medidas monetárias que serão adotadas pelo Banco Central Europeu (BCE), o que dará luz verde à compra de títulos da dívida pública. O Fundo insiste nesta linha sem se referir à zona do euro: "Se uma nova queda da inflação, ainda que

temporária, reduzir ainda mais as expectativas inflacionárias nas grandes economias, a política monetária deve manter a orientação de acomodamento através de outros meios para impedir um aumento das taxas de juros reais", afirma.

No Japão, que entrou em recessão no terceiro trimestre de 2014, nem sequer a grande expansão monetária realizada até agora evitou a redução do consumo. A equipe de Blanchard reduziu em 0,2% a expectativa em relação aos japoneses para este ano, chegando a um crescimento do PIB de 0,6%.

No geral, a expansão econômica mundial para este ano e o próximo é de 3,5% e 3,7%, 0,3% a menos do que o estimado há três meses. A recuperação vai perdendo fôlego a cada relatório. O próprio FMI reconheceu no final do ano que suas previsões, feitas há um ano, para o período 2011-2014 eram "muito otimistas", em geral cerca de 0,6% superiores aos resultados.

O problema não é apenas que a economia mundial vai crescer menos, mas que também está retrocedendo sua capacidade de crescer

Agora, nem sequer a queda do preço do petróleo anima os economistas do Fundo a acrescentar alguns décimos a suas previsões de outubro, já bem baixas. A queda do preço do petróleo, que chegou a 55% desde setembro, é um estímulo para a atividade econômica, mas o FMI conclui que "esse estímulo será muito superado por fatores negativos", como "a debilidade do investimento à medida que muitas economias avançadas e mercados emergentes continuam a se adaptar a um crescimento a médio prazo que oferece expectativas menos encorajadoras".

No médio prazo, isso é o que mais preocupa o Fundo, existe o risco de uma "estagnação secular", que foi o centro da análise do antigo secretário do Tesouro norte-americano Larry Summers. O problema não é apenas que a economia mundial vai crescer menos, mas que também está retrocedendo sua capacidade de crescer, mesmo se todos os seus recursos fossem colocados em marcha: nas economias avançadas, por exemplo, o potencial output foi em média de 2,5% no período 1996-2003 enquanto que, entre 2004 e 2011, este caiu para 1,6%.

O impulso que pode significar o petróleo mais barato vai ser diluído ao longo do tempo e, além disso, terá efeitos assimétricos. Não só significa dificuldades para os exportadores, também serve como impulso para os importadores, mas entre estes últimos, as simulações realizadas pelo Fundo calculam o crescimento do PIB entre 0,4% e 0,7% em 2015 no caso da China e entre 0,2% e 0,5% nos EUA. Nas palavras de Blanchard, a redução do custo do petróleo e a depreciação do euro e do iene "criam um mosaico complicado" que implica "boas notícias para os importadores e ruins para os exportadores", assim como "boas notícias para as economias ligadas ao euro e ao iene, e ruins para as atreladas ao dólar".

A diminuição mais profunda do FMI foi para a Rússia, muito penalizada pela queda do preço do petróleo nos últimos meses, mas, sobretudo, pelos efeitos do conflito na Ucrânia, das sanções econômicas e pela perda de confiança. As previsões para este ano caíram 3,5%, calculando uma recessão de 3% e de 2,5% em 2016, chegando a -1%. Também sofrem os exportadores da América Latina.

O pior é que, de acordo com o Fundo, em muitas economias de mercados emergentes "a política macroeconômica continua tendo uma margem limitada para apoiar o crescimento". No entanto, há uma janela aberta, já que o preço mais baixo do petróleo "vai suavizar a pressão

inflacionária e as vulnerabilidades externas, o que dará aos bancos centrais a oportunidade de manter sem aumento os juros da política monetária ou de aumentá-los de forma mais gradual".

Blanchard deixa um vislumbre de esperança: "Quando nos reunirmos de novo no primeiro semestre de 2016, espero que nossas previsões tenham sido muito pessimistas."

Economia da China

Economia da China atual, o desenvolvimento econômico, o crescimento do PIB da China, entrada na economia de mercado, globalização, mão-de-obra chinesa, exportações

Indústrias chinesas: crescimento e poluição

Introdução

A China possui atualmente uma das economias que mais crescem no mundo. A média de crescimento econômico deste país, nos últimos anos é de quase 9%. Uma taxa superior a das maiores economias mundiais, inclusive a do Brasil. O Produto Interno Bruto (PIB) da China atingiu US$ 10,4 trilhões ou 63,35 trilhões de iuanes em 2014 (com crescimento de 7,4%), fazendo deste país a segunda maior economia do mundo (fica apenas atrás dos Estados Unidos). Estas cifras apontam que a economia chinesa representa atualmente cerca de 15% da economia mundial.

Vejamos os principais dados e características da economia chinesa:

- Entrada da China, principalmente a partir da década de 1990, na economia de mercado, ajustando-se ao mundo globalizado;
- A China é o maior produtor mundial de alimentos: 500 milhões de suínos, 450 milhões de toneladas de grãos;
- É o maior produtor mundial de milho e arroz;
- Agricultura mecanizada, gerando excelentes resultados de produtividade;
- Aumento nos investimentos na área de educação, principalmente técnica;
- Investimentos em infra-estrutura com a construção de rodovias, ferrovias, aeroportos e prédios públicos. Construção da hidrelétrica de Três Gargantas, a maior do mundo, gerando energia para as indústrias e habitantes;
- Investimentos nas áreas de mineração, principalmente de minério de ferro, carvão mineral e petróleo;
- Controle governamental dos salários e regras trabalhistas. Com estas medidas as empresas chinesas tem um custo reduzido com mão-de-obra (os salários são baixos), fazendo dos produtos chineses os mais baratos do mundo. Este fator explica, em parte, os altos índices de exportação deste país.

- Abertura da economia para a entrada do capital internacional. Muitas empresas multinacionais, também conhecidas como transnacionais, instalaram e continuam instalando filiais neste país, buscando baixos custos de produção, mão-de-obra abundante e mercado consumidor amplo.
- Incentivos governamentais e investimentos na produção de tecnologia.
- Participação no bloco econômico APEC (Asian Pacific Economic Cooperation), junto com Japão, Austrália, Rússia, Estados Unidos, Canadá, Chile e outros países;
- A China é um dos maiores importadores mundiais de matéria-prima.
- No ano de 2014, com o crescimento do PIB em 7,4%, a economia da China demonstrou que sofreu abalo da crise econômica mundial (iniciada em 2008), porém conseguiu manter seu crescimento num patamar elevado em comparação as outras grandes economias do mundo.
- O forte crescimento econômico dos últimos anos gera emprego, renda e crescimento das empresas chinesas. Porém, apresenta um problema para a economia chinesa que é o crescimento da inflação.
- Em 2011 a balança comercial chinesa foi positiva em US$ 240 bilhões com exportações de US$ 1,90 trilhão e importações de US$ 1,66 trilhão.

Problemas:

Embora apresente todos estes dados de crescimento econômico, a China enfrenta algumas dificuldades. Grande parte da população ainda vive em situação de pobreza, principalmente no campo. A utilização em larga escala de combustíveis fósseis (carvão mineral e petróleo) tem gerado um grande nível de poluição do ar. Os rios também têm sido vítimas deste crescimento econômico, apresentando altos índices de poluição. Os salários, controlados pelo governo, coloca os operários chineses entre os que recebem uma das menores remunerações do mundo. Mesmo assim, o crescimento chinês apresenta um ritmo alucinante, podendo transformar este país, nas próximas décadas, na maior economia do mundo.

EUA registram a maior taxa de crescimento em 11 anos

Expansão anualizada da maior economia mundial foi de 5% no terceiro trimestre

Se o desempenho da economia norte-americana surpreendeu no segundo trimestre por sua solidez, o terceiro foi ainda muito melhor do que o esperado. O produto interno bruto (PIB) da maior potência mundial se expandiu 5% com relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa 1,1 ponto percentual a mais do que estimativa de um mês atrás. É a maior taxa de crescimento em 11 anos.

Com esse dado nas mãos dos investidores, o índice Dow Jones abriu a sessão acima dos 18.000 pontos pela primeira vez na sua história. Os analistas esperavam uma revisão para cima, em torno de 0,7 ponto percentual, ficando próximo dos 4,6% mensurados no segundo trimestre. Mas o consumo privado permitiu um resultado ainda melhor, com um crescimento de 3,2%, frente a 2,2% da previsão.

O setor de serviços também foi fortemente reavaliado para cima, de 1,2% para 2,5%, enquanto o investimento empresarial cresceu 7,7%. Finalmente, o gasto em defesa e o aumento das exportações explicam o restante da recuperação em meados deste ano. Todos os detalhes confirmam que a economia dos EUA está agora na direção de um crescimento robusto.

O perfil do crescimento nos últimos dois trimestres, que resulta numa taxa anualizada média de 4,8%, parece mais com o de uma economia em desenvolvimento, contrastando com o estancamento da Europa e do Japão. O dado, além disso, mostra uma forte recuperação quando se toma como referência a contração que a economia norte-americana sofreu no começo de 2014.

Analistas do IHS Global dizem que o novo dado é uma boa base para entrar em 2015, mas admitem que será difícil manter esse ritmo. As atenções voltam-se agora para o quarto trimestre, quando o crescimento deverá ficar mais perto do potencial de longo prazo, em 3%. Então será possível avaliar os efeitos pelo lado do consumo da queda no preço da energia.

Os dados de habitação já mostram uma desaceleração, e a temporada de compras natalinas não está sendo tão boa como se esperava. A projeção é de que o ano termine com uma taxa de crescimento médio de 2,4%, podendo chegar a 3% em 2015, se o atual inverno for mais brando que o do ano passado. A evolução da economia global também será determinante.

O Federal Reserve (banco central) decidiu há uma semana manter intacta sua estratégia de retomada da normalidade monetária. Não se espera uma alta dos juros antes de meados do ano que vem. A presidenta da Fed, Janet Yellen, já excluiu uma decisão nesse sentido em janeiro ou março, apesar de os dados de crescimento, aliados à inflação baixa, indicarem que já há margem para a normalização.

Estados Unidos obtêm a maior geração de emprego em 15 anos

Principal economia mundial fecha o ano com quase três milhões de novos postos

A economia dos Estados Unidos, a maior do mundo, se empenha em adoçar os dois últimos anos de Barack Obama na Casa Branca e em premiar as políticas de estímulo que o presidente e o Federal Reserve mantiveram, apesar do ceticismo de muitos, entre eles os europeus. Alheios às turbulências que castigam a Europa, a Ásia e os países emergentes, os dados de emprego divulgados nesta sexta-feira confirmam um crescimento robusto. Obama, que assumiu um país deprimido, em pleno colapso financeiro, encontrou na economia um inesperado aliado para marcar alguns tentos na última etapa do seu mandato, contrapondo-se à onda republicana que acaba de assumir o controle do Congresso.

Ao longo de 2014, a economia dos EUA gerou 2,95 milhões de empregos, dos quais 252.000 em dezembro, o que permitiu que a taxa de desemprego fechasse o ano em 5,6%. Trata-se da maior geração de postos de trabalho em 15 anos (em 1999 houve 3,1 milhões) e o quinto ano consecutivo em que os Estados Unidos se mostram capazes de contratar mais do que demitir – sendo quatro anos consecutivos acima de dois milhões de empregos por ano.

Em dezembro, o número de desempregados era de 8,7 milhões de pessoas. Ao longo do ano, o número de desempregados diminuiu 1,1 ponto percentual (1,7 milhão de trabalhadores). Entre os jovens, no entanto, a desocupação chega a 16,8%. Os desempregados crônicos (pelo

menos seis meses) são 2,8 milhões, ou 31,9% do total de inativos. Ao longo do ano houve um decréscimo de 1,1 milhão de trabalhadores na categoria dos desempregados crônicos. Os serviços, o comércio, a construção, a saúde e a indústria foram os setores que melhor se comportaram no último mês do ano.

A população ativa se mantém em 62,7% da população total, a menor cifra em 30 anos. Quase não se alterou ao longo do ano, apesar de uma oscilação de 0,2 ponto percentual em dezembro com relação a novembro. O número de empregados forçados a trabalhar em tempo parcial se mantém em 6,9 milhões. Em dezembro, o número de pessoas que não procuravam trabalho de forma ativa (as últimas quatro semanas) era de 2,3 milhões.

Thomas Perez, secretário de Trabalho da Administração Obama, comemorou os dados, mas recordou que ainda há muito por fazer. "A tarefa pendente é que a prosperidade chegue a todos. Para isso é necessário que haja um aumento dos salários. Mas vamos em boa direção", observou. O estancamento salarial é um dos motivos de frustração popular, apesar do bom andamento da economia. Em dezembro, o salário médio por hora trabalhada caiu 0,2%. Em novembro cresceu 0,4%.

A economia dos EUA foi capaz de gerar uma média de 250.000 empregos por mês, o que na velha Europa seria um sonho. É um dos trunfos de Obama nestes dois últimos anos de seu mandato, que se prenunciam tormentosos. E um feito do Fed (banco central), que tem entre as suas atribuições a de estimular a geração de emprego. Para isso, não hesitou em regar a economia com um programa de compra maciça de ativos financeiros e empréstimos hipotecários, que se prolongou durante 37 meses, até outubro de 2014. A taxa de desemprego, entretanto, recupera-se a um ritmo mais lento.

O desafio de Obama

Obama chegou à Casa Branca em janeiro de 2009 com a economia dos Estados Unidos em baixa. Depois de anos de pleno emprego, a situação começa a ficar ruim em 2008, o ano da quebra da Lehman Brothers e do colapso financeiro. Em apenas dois anos, entre janeiro de 2008 e fevereiro de 2010, foram perdidos 8,7 milhões de postos de trabalho, momento em que a crise tocou fundo, com o país tendo apenas 129,6 milhões de assalariados.

Não era o fim do desastre. Oito meses depois, e apesar dos estímulos monetários e fiscais, o desemprego alcançou o nível máximo, com 10%, e ainda se manteria acima dos 9% por mais um ano. Foram necessários quatro anos e quatro meses, até maio do ano passado, para recuperar todas as vagas eliminadas durante a última Grande Recessão. A taxa de ocupação está ainda a um ano, segundo as previsões da Reserva Federal, do pleno emprego.

Algumas nuvens continuam jogando sombra no mercado de trabalho, razão pela qual os norte-americanos não comungam do entusiasmo dos dados: a população ativa se reduziu por causa das pessoas que deixaram de procurar trabalho, o desemprego entre os jovens se mantém alto (mais do dobro da taxa geral), os empregos de meio período continuam prejudicando muitos cidadãos e os salários permanecem estancados quando cruzados com a alta dos preços.

A bonança do emprego é a continuidade dos excelentes dados de crescimento no terceiro trimestre, divulgados recentemente. O PIB refletiu um inesperado 5%, uma melhora de 1,1 ponto em relação à estimativa anterior. Todos os analistas consideram que esse é um ritmo muito difícil de se manter. A previsão para o quarto trimestre é muito mais conservadora. O

setor de construção se desacelerou e as compras natalinas foram piores do que o esperado. A avaliação é que o ano se encerre com uma taxa anual de crescimento de 2,4% (3% em 2015).

O Fed não prevê elevar as taxas de juros até meados de 2015. A baixa taxa de inflação (1,3%) continua dando margem para que o preço do dinheiro siga em 0% durante um "período considerável". A queda do preço do petróleo, que coincide com a apreciação do dólar, está tendo um efeito decisivo. A ata da última reunião, publicada esta semana, descara a possibilidade de aumento antes de abril e expressa preocupação com o ritmo da economia no restante do mundo.

O Fed teme que o preocupante panorama mundial afete o crescimento dos EUA. A nova queda no Japão, a desaceleração dos emergentes, a tormenta financeira na Rússia e o estancamento, quando não, retrocesso, na Europa, agravado pela nova crise grega, ameaçam com novas turbulências mundiais. Na quarta-feira foi divulgado que a taxa de inflação interanual na zona do euro ficou em -0,2%, ou seja, entrou no campo negativo pela primeira vez em cinco anos, um dado terrível para o consumo e para os países endividados. O Banco Central Europeu terá de suportar novas pressões. Com um desemprego teimosamente alto e o euro frágil, a instabilidade volta a castigar os 19 países da moeda comum.

Mercosul reconhece o impacto da queda do preço do petróleo

Cristina, Maduro e Morales apontam interesses políticos por trás do barateamento do petróleo; críticas às possíveis sanções dos Estados Unidos contra a Venezuela

A alegria pela normalização das relações entre Cuba e Estados Unidos depois de 53 anos de embargo norte-americano contra o país caribenho dominou a cúpula do Mercosul, realizada nesta quarta-feira no Paraná, na Argentina. Mas nessa cidade a 372 km ao norte de Buenos Aires, outros assuntos graves também tiveram lugar nos discursos dos presidentes dos países, em reunião em que foram tomadas poucas decisões de transcendência política ou econômica. Por um lado, quase todos externaram sua preocupação com o impacto na região da queda do preço do petróleo e de outras matérias-primas. Por outro, alguns deles criticaram o Congresso dos EUA pelo projeto de sanções contra funcionários da Venezuela em razão de sua suposta responsabilidade na repressão a dirigentes opositores.

A presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, disse que em plena cúpula via como caía a 54 dólares o preço do petróleo WTI. Rousseff, que recebeu de Cristina Fernández de Kirchner, a presidência semestral do Mercosul, alertou sobre o baixo crescimento do comércio mundial, uma recuperação dos EUA que não alcança ainda os níveis anteriores à crise de 2008/2009 e uma China desacelerada que "tem provocado uma redução dos preços das 'commodities' (produtos básicos), e isso afeta a região". As principais exportações do Brasil são minério de ferro (13% do total), petróleo (8,3%) e soja (7%). "Em especial, o petróleo vai afetar toda a região, de formas diferentes", afirmou Rousseff.

Nesse contexto, a líder da principal economia latino-americana defendeu "reforçar a integração regional", mas também as "alternativas". O Mercosul, integrado também por Paraguai, Uruguai e Venezuela, e ao qual a Bolívia espera aderir, conseguiu terminar neste semestre a redação de uma oferta de abertura comercial à União Europeia, embora Rousseff tenha esclarecido que será preciso esperar pela proposta de Bruxelas. A chefe de Estado argentina também se

referiu à UE, ainda que sem mencioná-la, pelas altas tarifas sobre a importação de produtos agrícolas, que atingem 140%, contra a taxa máxima de 35%, vigente no Mercosul. "Isso revela o protecionismo que todos criticam nos encontros multilaterais, mas depois o exercem", criticou Fernández.

Brasil pede menos obstáculos ao comércio no Mercosul e anuncia uma oferta de abertura à União Europeia

Só que vários parceiros da Argentina no Mercosul se queixam do protecionismo de Buenos Aires em relação a eles. "Temos que recuperar a fluidez comercial intrabloco, buscar soluções conjuntas para retomar trajetória ascendente do comércio em um ambiente de regras claras", pediu uma vez mais Rousseff, sem culpar explicitamente a Argentina. A presidenta brasileira não deixou de destacar que o Mercosul aumentou mais de 12 vezes o comércio desde sua fundação, em 1991, mais que o crescimento do intercâmbio no mundo, no que pareceu uma resposta às críticas ao bloco, reforçadas a partir do nascimento, em 2012, da Aliança do Pacífico. De qualquer modo Rousseff defendeu incrementar também o comércio com esse bloco, integrado por México, Colômbia, Peru e Chile.

"É impossível se integrar ao mundo se previamente não nos integramos na região", disse Fernández. Também afirmou que o colapso do preço do petróleo "exemplifica que o mercado é um maravilhoso eufemismo" e que por trás dele há "razões políticas, geopolíticas e interesses dos países". Acrescentou que tampouco o mercado atua quando são feitas sanções contra países, em alusão implícita à Venezuela e à Rússia, cuja crise também pode prejudicar a compra de alimentos sul-americanos e o financiamento de projetos de infraestrutura de empresas russas na região. A Argentina economizaria 2,7 bilhões de dólares (cerca de 7,3 bilhões de reais) por ano na importação de gás e combustíveis, mas o petróleo barato também pode desacelerar a chegada de investimentos na rica jazida de hidrocarbonetos de xisto de Vaca Muerta.

Na última cúpula do Mercosul com José Mujica como presidente do Uruguai e na qual se decidiu que todos os automóveis do bloco usem o mesmo padrão de placa a partir de 2016, o chefe de Estado venezuelano, Nicolás Maduro, lamentou que os EUA, enquanto reatam relações com Cuba, pretendam aplicar "armas de sabotagem econômica" contra a Venezuela. Frente ao colapso do preço do petróleo, pediu apoio ao Mercosul para que seu país passe de um modelo de "rentismo petrolífero" para uma "economia produtiva".

O presidente da Bolívia, Evo Morales, opinou que "esta baixa do petróleo não é por acaso, é outra agressão econômica, em especial contra a Venezuela". Também considerou que o projeto de lei de sanções de Washington contra Caracas constitui "outra agressão". Enquanto isso, continua esperando que o Parlamento paraguaio, que atrasou o ingresso da Venezuela no Mercosul, acabe aprovando a entrada da Bolívia.

Quem ganha e quem perde com a queda do preço do petróleo?

Países importadores, como a Espanha, são os mais beneficiados pelo menor custo

O preço do petróleo está em queda livre. O barril de Brent, o óleo cru de referência na Europa, passou de 115 dólares (295,88 reais) em junho para aproximadamente 84 dólares (216,12 reais) em outubro, ou seja, mais de 26% de baixa. O West Texas, a variedade de referência para os Estados Unidos, estava em 82 dólares (210,98 reais). A cotação de preços dos dois produtos

já era a mais baixa desde 2010. E, nesta quinta-feira, o preço baixou mais ainda: para 79,84 dólares. Os motivos da derrubada são vários, e vão desde as novas técnicas de extração que elevam a produção (como a perfuração hidráulica), às recentes exportações dos EUA ou a maior oferta vinda de países como a Líbia e o Iraque. Para além das causas, quem ganha e quem perde com a baixa dos preços? A Espanha está no lado ganhador. Mas é preciso ter cuidado: uma queda de 26% do óleo cru não significa que amanhã a gasolina vá custar 26% a menos para os espanhóis ou os brasileiros.

É mais barato que em junho. E que nos últimos quatro anos: o preço médio do óleo cru em 2011 era de 107 dólares (275,30 reais), em 2012 de 111 dólares (285,59 reais) e em 2012, de 110 dólares (283,02 reais). Mas seu custo não pode ser considerado barato se a evolução for olhada com mais perspectiva: em 2008, o preço médio do barril era de 45 dólares (115,78 reais) e chegou naquele ano a cair para 36 dólares (92,62 reais).

Quem mais ganha: os países importadores

Os países com grande dependência energética serão, em princípio, os principais beneficiados com contas entre 20% e 30% mais baratas. Não é questão de quais países consomem mais, mas quais são obrigados a importar mais barris e, portanto, a pagá-lo com preços mais caros.

Europa, a grande beneficiada. Por regiões, a Europa é a que realizou as maiores importações de petróleo do exterior em 2013: comprou 9,3 milhões de barris de óleo cru por dia e outros 3,3 milhões de barris de produtos petrolíferos, segundo o relatório anual World Energy 2014. Ainda que seja necessário levar em consideração que os preços variam de acordo com os produtos, a procedência e os seguros sobre os preços de combustível, uma queda de preços de 30% (de 110 dólares [283,02 reais] para 80 dólares [205,83 reais] por barril), é possível verificar uma economia conjunta média de 370 milhões de dólares (951, 97 milhões de reais) por dia em matéria prima.

A Espanha, no grupo ganhador. A Espanha consome em média 1,2 milhões de barris de petróleo por dia. E não produz praticamente nada. Comprar esses barris dos países produtores por 80 dólares (205,83 reais) no lugar de 110 (283,02 reais), se o consumo se mantiver esse ano, significaria gastar 36 milhões de dólares (92,66 milhões de reais) a menos por dia na matéria prima do combustível. Haverá economia se os preços continuarem baixos, ainda que seja muito difícil quantificar seu valor real, já que o preço do óleo cru varia a cada dia, da mesma forma que o consumo.

Impulso para a China e a Índia. A conta energética de duas das economias mais pujantes do mundo é muito alta. Os dois países importam mais petróleo do que toda a Europa junta. A China compra no exterior 5,6 milhões de barris de óleo cru por dia e 1,2 milhões de outros produtos petrolíferos. Suas exportações são mínimas. A Índia, por seu lado, não exporta nada e se vê obrigada a importar 3,8 milhões de barris de óleo cru por dia.

Os motoristas? Talvez no futuro. Se o barril vale 26% a menos, significa que uma pessoa que abasteça seu carro com gasolina pagará 26% a menos? Não. Os brasileiros não verão sua conta nos postos de gasolina reduzida a esse ponto – pelo contrário, o preço da gasolina subiu neste ano. No momento, bem pouco da queda nos preços mundiais foi notado nos postos. A primeira explicação está relacionada com a composição do preço do combustível: o preço do óleo cru é somente uma parte do que pagam por cada litro de gasolina, já que, além da matéria-prima

do petróleo, a gasolina tem incluso no preço o custo do refino e transformação, assim como uma elevada porcentagem de impostos. Em tudo isso, é preciso adicionar também o peso da moeda: o petróleo é pago em dólares. Se o euro se desvaloriza (como aconteceu, passou de 1,36 [3,50 reais] para 1,28 dólares [3,29 reais] desde junho), a compra de barris para países do euro sai mais cara, e isso pode amortizar a queda do preço da matéria prima. Esta baixa será mais intensa nos próximos dias? Depende em parte das empresas donas dos postos de gasolina. Por enquanto, desde junho, ficou três centavos mais barata na Espanha, por exemplo. Talvez seja questão de tempo, ainda que as autoridades da área há anos denunciem o efeito foguete-pena: significa que os postos colocam os aumentos de preço como um foguete, mas as diminuições refletem-se com a velocidade da queda de uma pena.

Empresas industriais, companhias aéreas, transporte por rodovia... A conta energética é uma parte essencial das empresas e, na indústria, um elemento básico de competitividade frente outros países. Além disso, o petróleo é usado como matéria-prima de uma grande variedade de produtos químicos. Para as companhias aéreas, o custo do combustível implica cerca de 30% de seus custos fixos, o que deveria fazer com que se beneficiassem com descontos. Do mesmo modo, todas as companhias que trabalham com transporte por rodovias poderiam se beneficiar pelo menor preço do combustível, ainda que nesse caso dependa se o transporte for feito com mais frequência para os fornecedores, algo que, por enquanto, ainda não aconteceu.

Algumas companhias de cobertura de riscos por combustível. Nas indústrias nas quais o preço do petróleo é vital, como na indústria aérea, é comum a existência de seguros ou coberturas, que as empresas contratam para que, se o preço disparar, tenham ao menos uma porcentagem desse aumento coberto. Os preços estão baixando e, portanto, as empresas que pagaram esses contratos não ativarão os seguros, os que beneficia as firmas que os emitiram.

Os que perdem: exportadores e petroleiras

O mercado de petróleo funciona, em princípio, marcado pela oferta e pela demanda. Mas também marcado pela previsão de oferta e demanda, por conta do elevado peso no setor dos contratos futuros e seguros de cobertura. Para os países exportadores de petróleo, uma queda de preços se traduz em uma redução da renda. A questão é se finalmente alguns grandes produtores agirão contra a queda, reduzindo sua produção para manter os preços.

Os grandes exportadores. Os 11 países da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) produzem cerca de 40% do óleo cru do mundo. A Arábia Saudita produz 11,5 milhões de barris por dia. O Irã, 3,5 milhões. A Nigéria, 2,3 milhões... A imensa maioria vai para a exportação e agora será menos rentável. Além da OPEP, a Rússia é outro dos grandes operadores do mundo: produz mais de 10 milhões de barris por dia. Apesar da redução de preços, no momento, os exportadores tradicionais não fizeram cortes na produção para aumentar os preços e parecem apostar em manter as cotas do mercado.

Os novos produtores. Existem países, como o Brasil, que entraram nos últimos anos na lista de exportadores ou áreas como Vaca Muerta (Argentina) onde se multiplicaram os trabalhos de extração, apesar dos trabalhos poderem ficar mais caros, pois o elevado preço de venda compensa. Se a queda de preços ficar muito acelerada, poderia desincentivar as técnicas extrativas mais caras.

As empresas petrolíferas. As contas das companhias petrolíferas estão ligadas ao preço internacional do óleo cru, do refino e dos achados feitos durante o ano. A queda do preço do óleo cru, se continuar, pode impactar nos resultados da Rapsol, Cepsa e BP. No momento, os investidores já se movimentam diante do possível efeito: as ações da Repsol caíram 16% desde junho. As da BP, mais de 20%.

Uma beliscada nos cofres públicos? Os fundos públicos dos países produtores de petróleo são alimentados pelas rendas da exportação do óleo cru. Entretanto, até nos países importadores, o preço do combustível está ligado aos impostos. Dos 1,4 euros (4,50 reais) que o litro de diesel custa na Espanha, 0,7 euros (2,25 reais) são de impostos. E, se o preço baixar, a arrecadação diminuirá. O Governo estima uma arrecadação de 9,94 bilhões de euros (31,93 bilhões de reais) em hidrocarbonetos esse ano, e de 10,69 bilhões de euros (34,34 bilhões de reais) em 2015. Segundo as estimativas dos Orçamentos Gerais do Estado, o preço médio do óleo cru será de 106,2 dólares (273,36 reais) por barril este ano e de 104,1 dólares (267,95 reais) no próximo ano. Sendo inferiores, podem reduzir a arrecadação tributária, ainda que os benefícios pelo custo inferior compensem

FMI recomenda ao Brasil contas austeras e reformas econômicas

Diante de um cenário mais negativo para a economia mundial, Fundo aponta necessidade de melhorar o ambiente de negócios e de avanço nos investimentos em infraestrutura

A recuperação econômica global ficou aquém do esperado, e para cobrir essa lacuna cada país terá que fazer sua lição de casa específica. A recomendação do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o Brasil, por exemplo, em relatório divulgado nesta quinta-feira para o Grupo das 20 nações mais ricas (G-20), é trabalhar por uma situação fiscal mais consistente – leia-se controle das contas públicas, e ao mesmo tempo uma política monetária mais justa – leia-se calibragem da taxa de juros – caso as expectativas de inflação piorem.

O Fundo sugere reformas na área trabalhista e de educação, com vistas a melhorar os níveis de produtividade

O Fundo também sugere reformas na área trabalhista e de educação, com vistas a melhorar os níveis de produtividade, e aperfeiçoar o ambiente de negócios e para o investimento em países emergentes, como o Brasil. A necessidade de um projeto para corrigir gargalos na infraestrutura se tornam fundamentais diante de um cenário em que alguns obstáculos se mostram persistentes, especialmente na América Latina. O crescimento previsto para o continente este ano é de 1,3%, e de 2,2% em 2015, projeções de 1 ponto porcentual e 0,8 ponto porcentual menores, respectivamente, do que a projeção anterior, feita pela instituição. O baixo desempenho do comércio exterior, e as “idiossincrasias domésticas” de cada nação explicam essa revisão.

O Brasil, por exemplo, está hoje às voltas com um imbróglio no que diz respeito ao controle das contas públicas. Com gastos maiores do que a receita arrecadada, o Governo brasileiro tenta refazer os cálculos para fechar o ano, e garantir um resultado fiscal – diferença entre receitas e

despesas, para pagamento de dívida – abaixo do que havia sido planejado no início deste ano. Para isso, quer alterar o compromisso estabelecido no início do ano – de 1,9% do PIB – dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se mudar o limite, o resultado fiscal pode ficar próximo ou abaixo de zero.

O relatório aponta para um 2015 arrastado, com a China mantendo seu projeto de desaceleração – de um PIB de 7,4% este ano, para 7,1% no ano que vem -, um novo patamar de preços do petróleo, (queda de 20% desde setembro) e uma crescimento lento, perto da estagnação, tanto na zona do euro como no Japão, terceira maior economia do mundo. A baixa demanda e a produção industrial fraca em países como Alemanha e França revelam que o mundo está às voltas com o pessimismo com uma retomada econômica.

Apenas os Estados Unidos parecem responder à expectativa de crescimento, com uma alta de 3% do PIB no ano que vem. Trata-se de uma perspectiva importante para o Brasil, que deve retomar as negociações com o Governo de Barack Obama, que estavam paralisadas desde o ano passado, quando vieram à tona as denúncias sobre espionagem que partiriam do país norte-americano.

Entenda a crise que levou a Argentina ao calote técnico

Da AGÊNCIA BRASIL

Brasília – O default (calote) técnico na dívida externa da Argentina reflete a herança de políticas do fim dos anos 90. Embora o país vizinho atravesse uma crise cambial desde o início do ano, o impasse no pagamento aos credores internacionais pouco tem a ver com a gestão atual da economia.

Diferentemente de outros países que deram calote na dívida pública, a Argentina, desta vez, tem dinheiro para pagar os títulos reestruturados. O problema, na verdade, decorre de disputa com uma pequena parte dos credores que contestou a renegociação na Justiça norte-americana e não quer receber com desconto.

Origem do calote: câmbio sobrevalorizado

Na década de 90, a Argentina manteve o regime de câmbio fixo, pelo qual um peso equivalia a um dólar com garantia na Constituição do país. Para financiar a moeda sobrevalorizada, a economia argentina tornou-se cada vez mais dependente do capital especulativo. Após a crise da Rússia, em 1998, e do Brasil, em 1999, a Argentina ainda resistiu por dois anos à fuga de divisas. No entanto, em dezembro de 2001, o governo do ex-presidente Fernando de la Rúa liberou o câmbio.

Dívida impagável

A desvalorização abrupta do peso tornou impagável a dívida pública (externa e interna) do país, que era em boa parte corrigida pelo dólar. Sem reservas internacionais para honrar os compromissos, a Argentina viu-se obrigada a deixar de pagar os juros e a dívida principal dos papéis que havia emitido. Com a moratória, o país foi excluído do sistema financeiro internacional e ficou sem acesso a crédito externo.

Renegociação: descontos de até 65%

Em 2005 e 2010, a Argentina renegociou a dívida e apresentou diversos planos de reestruturação. Dos credores internacionais, 93% aceitaram a proposta do governo argentino para quitar os débitos de forma parcelada com desconto de 60% a 65% no valor da dívida. No entanto, 7% não aceitaram o plano e decidiram contestar o acordo na Justiça norte-americana, que tem jurisdição sobre os títulos emitidos na Bolsa de Nova York.

Fundos abutres e contestação na Justiça

Em novembro de 2012, o juiz de primeira instância Thomas Griesa, do Tribunal Federal de Nova York, aceitou a alegação de um grupo que representa 1% do total de credores e obrigou o pagamento do valor integral dos papéis, mais os juros. Esse grupo é formado pelos fundos abutres, que compram títulos podres e depois cobram o valor dos papéis na Justiça.

Precedente perigoso

Segundo o governo argentino, a decisão do juiz Griesa abre precedente para que os demais 6% que não aceitaram o acordo de reestruturação também cobrem o valor integral da dívida. Alguns entraram com processo em outros tribunais dos Estados Unidos. Se esses grupos fossem cobrar hoje, a Argentina teria de desembolsar cerca de US$ 15,4 bilhões, mais juros, o que ficaria em torno de US$ 17 bilhões. O montante equivale a mais da metade das reservas internacionais do país, em torno de US$ 30 bilhões.

Derrotas na Justiça

Em agosto do ano passado, a Corte de Apelações do Segundo Circuito de Nova York manteve a sentença de Griesa e ordenou a Argentina a pagar a totalidade do US$ 1,3 bilhão devido aos fundos abutres. A batalha judicial arrastou-se até junho deste ano, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos rejeitou os recursos do governo argentino e manteve as sentenças de primeira e segunda instâncias.

Confisco

Desde então, a Argentina entrou numa corrida contra o tempo para evitar o calote. No fim de junho, o país depositou mais de US$ 1 bilhão em um banco de Nova York para pagar a parcela devida aos 93% de credores que aceitaram a renegociação. O juiz Griesa, no entanto, sustou o pagamento, alegando que o Banco de Nova York ajudaria a Argentina a violar a sentença judicial se permitisse ao país pagar os credores da dívida reestruturada, antes dos fundos abutres, ganhadores do processo.

Calote técnico

Em 30 de julho, venceu o prazo para que o governo argentino pagasse uma nova parcela da dívida renegociada. Sem ter como pagar aos credores que aceitaram a reestruturação, o país entrou em default técnico.

Entenda a crise econômica mundial

Conheça os cinco pontos que ajudam a explicar a turbulência nos mercados financeiros

Danielle Assalve, iG São Paulo

O problema da dívida em países na zona do euro "está assustando o mundo", nas palavras do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama. Embora esteja no foco das atenções dos investidores, a turbulência na Europa é apenas parte da crise econômica mundial .

Permanecem no radar o elevado nível de endividamento público americano, a fragilidade das instituições financeiras em diversos países e os claros sinais de desaceleração da economia mundial.

O **iG** conversou com especialistas em economia internacional e selecionou cinco pontos fundamentais para entender a crise. Veja a seguir:

1 – Mais do mesmo

"Na verdade, não estamos vivendo uma nova crise mundial. A crise é a mesma que teve início em 2008, estamos só em uma nova fase", afirma Antonio Zoratto Sanvicente, professor do Insper.

Naquele ano foi deflagrada a crise das hipotecas imobiliárias nos Estados Unidos, com a quebra do banco Lehman Brothers.

Basicamente, os problemas começaram porque as instituições financeiras emprestaram dinheiro demais para quem não podia pagar. Isso levou à falência de bancos e à intervenção governamental para evitar o colapso do sistema financeiro e uma recessão mais aguda.

Ao injetar recursos em bancos e até em empresas, no entanto, os governos aumentaram seus gastos, em um momento em que a economia mundial seguia encolhendo. O resultado não poderia ser outro: aprofundamento do déficit público, que em muitos países já era bastante elevado.

Na Grécia, por exemplo, a crise de 2008 ajudou a exacerbar os desequilíbrios fiscais que o país já apresentava desde sua entrada na zona do euro, diz o economista Raphael Martello, da Tendências Consultoria.

2 – Europa endividada

Faz quase dois anos que a crise da dívida soberana em países da União Europeia tem sido discutida nos mercados financeiros. Mas foi nos últimos meses que o problema veio à tona com mais intensidade e se tornou um dos maiores desafios que o bloco já enfrentou desde a adoção do euro em 2002.

Além da Grécia, países como Portugal, Irlanda, Itália e Espanha sofrem os efeitos do endividamento descontrolado e buscam apoio financeiro da zona do euro e do Fundo Monetário Internacional.

Para receber ajuda, no entanto, precisam adotar medidas de "austeridade fiscal" que, na prática, significam enxugar os gastos públicos, por meio do corte de benefícios sociais e empregos, por exemplo, e elevar a arrecadação por meio de impostos.

O problema é que essas medidas deprimem ainda mais a economia e geram descontentamento, greves e manifestações. Nas últimas semanas, os movimentos populares têm se intensificado especialmente na Grécia.

Em meio ao clima de instabilidade e discussão até mesmo sobre a manutenção desses países na zona do euro, o parlamento alemão aprovou a ampliação do fundo de socorro europeu para um total de 440 bilhões de euros.

3 – Enquanto isso, nos Estados Unidos

O déficit público americano já vinha crescendo vertiginosamente nos anos 2000, respondendo em parte aos gastos exorbitantes com a guerra do Iraque, em 2003, e às perdas causadas pelo furacão Katrina, em 2005. "Já existia um problema estrutural, mas com a crise em 2008 o governo injetou muito recurso nos bancos e empresas e isso levou a um sério aprofundamento do déficit", afirma Martello.

O resultado é que a dívida saiu de controle. Nos últimos meses, essa situação criou a necessidade de elevar o limite de endividamento público do país, para evitar que fosse decretado um calote. Isso levou a um prolongado embate político entre democratas e republicanos, que gerou enorme estresse nos mercados financeiros e levou a agência de classificação de risco S&P a rebaixar a nota de crédito americana no começo de agosto.

Para piorar o cenário, os números revisados do PIB americano no primeiro e segundo trimestre apontam para desaceleração da economia, que também enfrenta altos índices de desemprego.

Enquanto isso, a disputa política segue firme nos Estados Unidos, desta vez em torno da aprovação de um pacote proposto por Obama para estimular a geração de empregos no país.

Na avaliação do professor José Márcio Camargo, da PUC-RJ, "a proposta do presidente Barack Obama de desoneração de impostos deve passar no Congresso americano, mas o aumento de gastos em infraestrutura para estimular a economia não deve ter aprovação da maioria. A briga entre políticos, que reprovam os programas de incentivo financeiro, e o Fed, o Banco Central dos Estados Unidos, pode comprometer a independência da instituição."

4 – Bancos em risco

A fragilidade do sistema financeiro na Europa e Estados Unidos continua a tirar o sono dos investidores. Se em 2008 os bancos, principalmente americanos, sofreram com a exposição a hipotecas de alto risco, desta vez, instituições de ambos os lados do Atlântico sentem os efeitos da exposição a títulos da dívida soberana de países europeus.

É o caso dos bancos franceses, bastante expostos a títulos públicos da Grécia – país que busca com urgência nova parcela de resgate para evitar o calote.

Alguns estudos tentam estimar o volume total de recursos que seria necessário para recapitalizar os bancos europeus em caso de um default da Grécia ou mesmo de outros países, como Portugal.

Mas economistas afirmam que não é possível saber exatamente o tamanho do rombo, pois além dos títulos públicos, os bancos também estão expostos a seguros contra a dívida.

Por não ser negociado em mercado formal, ninguém sabe ao certo quanto os bancos perderiam com esses seguros.

5 – Mundo em desaceleração

Se há alguns meses a inflação mundial era a principal preocupação de líderes e analistas de mercado, hoje o tema que domina as conversas é a desaceleração da economia global.

Em um relatório recente, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) alertou para evidente desaceleração da atividade econômica em praticamente todos os países.

E o Brasil não está imune. Pelo contrário, é a nação que mostra os sinais mais claros de esfriamento da atividade, segundo a OCDE.

Na avaliação do Banco Central brasileiro, "observa-se moderação do ritmo de atividade" do País, mas a economia "ainda continuará sendo favorecida pela demanda interna".

No cenário internacional, a autoridade monetária vê "possibilidade elevada de recessão" em alguns países devido à crise global, "em especial nas economias maduras".

Saiba mais sobre a crise na Europa e entenda quem são os "Piigs"

Cinco países altamente endividados estão no centro da maior turbulência econômica na região desde a Segunda Guerra

Ilton Caldeira, iG São Paulo

A crise da dívida que afeta a Europa tem reflexos não só no continente, mas em várias outras partes do mundo, inclusive no Brasil , em um cenário internacional onde as relações econômicas e financeiras estão cada vez mais interligadas.

Mas as fragilidades causadas pelos altos déficits , que ocorrem quando um país gasta mais do que arrecada, são mais latentes e concentradas em cinco países da região que adotou o euro como moeda única: Portugal , Irlanda , Itália , Grécia e Espanha , batizados de "Piigs", uma sigla depreciativa criada com a junção das letras iniciais do nome de cada nação, em inglês, e cuja sonoridade se assemelha com a palavra "porcos", no mesmo idioma.

O alto risco de um calote nesses países é considerado pelos especialistas como a maior ameaça à economia da União Europeia desde a Segunda Guerra Mundial. Esse cenário de medo e incertezas tem levado a indagações sobre a real viabilidade futura da união monetária , com reflexos nas principais bolsas de valores do mundo , que sofrem com as constantes quedas e fortes oscilações ao sabor dos acontecimentos de curto prazo.

O motivo de tanta tensão é a dificuldade que alguns países vêm enfrentando para conseguir empréstimos e refinanciar suas dívidas públicas. Essa capacidade de se refinanciar acontece porque existe um grande desequilíbrio fiscal, com a arrecadação dos governos em queda e os gastos em alta.

A União Europeia , sob a liderança da Alemanha , a maior economia do bloco, tem buscado saídas para a crise, mas a falta de medidas concretas e de grande impacto tem contribuído ainda mais com clima de incerteza.

O resultado dessa falta de ação na vida das pessoas comuns pode ser percebida com a queda de vários governos na Europa. A crise econômica já derrubou dez chefes de governo desde 2009, sendo que o último a cair foi o do primeiro-ministro espanhol José Luis Zapatero derrotado nas eleições parlamentares de 20 de novembro.

Eleitores insatisfeitos com as respostas dadas pelos governos para a crise foram às urnas e mudaram o comando de países como Irlanda, Portugal e Espanha. Na Grécia e na Itália, os premiês, também sob forte pressão, renunciaram a seus mandatos.

O sentimento de reprovação às soluções propostas para debelar a crise também pode ser notado nas manifestações de movimentos como o "Indignados" , que tem protestado em diversas cidades da Europa contra as distorções geradas por um mundo financeiro com instrumentos de fiscalização comprovadamente falhos em muitos casos.

Veja a seguir alguns pontos para entender a crise que afeta a Europa e os “Piigs”

Portugal

Portugal enfrenta uma taxa de desemprego superior a 12% e uma economia em contração . O recém empossado primeiro-ministro Pedro Passos Coelho terá que implantar reformas fiscais e sociais amplas e urgentes, incluindo mais medidas de austeridade para restaurar a saúde fiscal do país e encorajar o crescimento econômico.

Os termos do acordo de ajuda financeira acertado com a União Europeia e credores incluem aumento dos impostos, congelamento de aposentadorias e cortes nos benefícios dos funcionários. O novo governo terá que implementar o pacote econômico que prevê uma ajuda financeira de 78 bilhões de euros ao país.

Diferentemente de outros países, não houve qualquer estouro de bolha em Portugal. O que houve foi um processo gradual de perda de competitividade, com o aumento dos salários e redução das tarifas de exportações de baixo valor da Ásia para a Europa.

Com o baixo crescimento econômico, o governo tem tido dificuldade para obter a arrecadação necessária para arcar com os gastos públicos crescentes, em parte por causa de uma sucessão de projetos, incluindo melhorias no setor de transportes, com o objetivo de aumentar a competitividade portuguesa.

Quando estourou a crise financeira global, em setembro de 2008, Portugal passou a enfrentar problemas com sua dívida pública, que ficou cada vez mais difícil de ser financiada.

Irlanda

A República da Irlanda foi uma das maiores casos de sucesso recente na Europa, nos anos pré-crise. Tanto que devido a esse fato o país foi apelidado de "Tigre Celta". Mas esse crescimento econômico era dependente de uma frágil bolha imobiliária que ruiu em 2008. O país foi do "boom" ao desastre financeiro em um período de apenas três anos.

O preço dos imóveis caiu rapidamente cerca de 60% e os empréstimos de risco, concedidos principalmente para as construtoras, se acumularam nas carteiras dos principais bancos. Para ajudar as principais instituições financeiras e evitar um colapso em todo o sistema foi necessário um aporte emergencial de 45 bilhões de euros, mais de R$ 100 bilhões, o que aprofundou ainda mais o já elevado déficit no orçamento do governo irlandês.

As finanças do país também estão sendo afetadas pela queda na arrecadação de impostos. À medida que a economia se retrai, cresce o desemprego e aumentam os temores de que o país esteja à beira de uma volta à recessão.

O país já adotou uma série de programas de austeridade desde o início da crise da dívida, mas o governo terá de fazer muito mais nos próximos anos para cumprir as difíceis metas estabelecidas pela União Europeia (UE), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Central Europeu (BCE), que são credores do país.

Em 7 de novembro, a União Europeia fez uma emissão de bônus dez anos no valor de 3 bilhões de euros destinados ao programa de assistência financeira à Irlanda. A operação foi realizada por meio do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), com vencimento dos títulos em 4 de fevereiro de 2022 e rentabilidade de 3,6%.

Itália

O agravamento da situação da economia italiana tem colocado em dúvida as soluções propostas até agora pela União Europeia para a crise. A Itália possui uma dívida de 1,9 trilhão de euros, muito maior que a de Grécia, Irlanda e Portugal juntos.

A quebra da Itália , terceira maior economia do bloco, que representa cerca de 20% da União Europeia, poderia abalar seriamente a estrutura do euro. Para blindar a Itália, os líderes europeus decidiram em outubro ampliar o Fundo de Estabilidade Financeira (FEEF) para 1 trilhão de euros, mediante um mecanismo que estimule a compra da dívida dos países mais frágeis, oferecendo uma garantia de 20% sobre perdas eventuais.

Diante da gravidade da situação, o presidente da Itália, Giorgio Napolitano, nomeou em 13 de novembro o economista e ex-comissário da União Europeia Mario Monti como primeiro-ministro do país, em substituição a Silvio Berlusconi , que ocupou o cargo por cerca de dez anos, e passava por uma crise de credibilidade após se envolver em sucessivos escândalos, além de ter seu nome associado em denúncias de corrupção.

Monti te como função principal implementar o plano de austeridade aprovado em 12 de novembro pelo parlamento italiano. O pacote contém medidas duras para cortar 59,8 bilhões de euros e equilibrar o orçamento do país até 2014.

Entre as medidas estão o aumento do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), de 20% para 21%, congelamento dos salários de servidores até 2014, aumento da idade mínima de aposentadoria

para as trabalhadoras do setor privado, de 60 anos em 2014 para 65 em 2026, maior rigidez na aplicação das leis contra evasão fiscal, além de um imposto especial para o setor de energia.

Grécia

A Grécia foi uma das maiores beneficiadas com a de adesão ao euro em 2001. Mas o governo grego foi incapaz de gerir a expansão dos gastos públicos que dispararam de forma desordenada. Nesse período, os salários do funcionalismo praticamente dobraram. Agora, a Grécia é o país de maior evidência no grupo de devedores da União Europeia.

O país tem hoje uma dívida equivalente a cerca de 142% do Produto Interno Bruto (PIB), a maior relação entre os países da zona do euro. O volume de dívida está muito acima do limite de 60% do PIB estabelecido pelo pacto de estabilidade do bloco assinado pelo país para fazer parte do euro.

A Grécia gastou bem mais do que podia na última década, pedindo empréstimos pesados e deixando a economia cada vez mais exposta aos riscos da crescente dívida. Enquanto os cofres públicos eram esvaziados pelos gastos, a receita era afetada pela evasão de impostos, deixando o país totalmente vulnerável quando o mundo foi afetado pela crise de crédito que veio à tona em setembro de 2008.

Apesar da ajuda da União Europeia, a Grécia segue em dificuldades. Em meados de 2011, foi aprovado um segundo pacote de ajuda, de cerca de 109 bilhões de euros, em recursos da União Europeia, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de bancos do setor privado. Um programa de recompra de dívidas deve somar outros 12,6 bilhões de euros vindos de instituições financeiras não estatais, chegando a cerca de 50 bilhões de euros apenas a contribuição dos credores privados.

Diante das pressões, tanto internas como da comunidade financeira internacional, no início de novembro o primeiro-ministro grego George Papandreou aceitou renunciar ao cargo para que fosse montado um governo de coalizão no país. Após uma longa negociação entre os partidos governistas e de oposição, o ex-vice-presidente do Banco Central Europeu (BCE) Lucas Papademos foi nomeado em 10 de novembro o novo primeiro-ministro do governo de união nacional na Grécia, com a missão de restaurar a confiança do mercado financeiro e estabilizar a situação econômica do país.

Espanha

Com a taxa de desemprego mais alta entre os países industrializadas (22% da população ativa), ameaça de resgate financeiro e risco crescente de recessão, a Espanha vive sua pior crise em mais de quatro décadas.

A fragilidade econômica vem causando uma rápida mudança social na Espanha, empurrando de volta para a pobreza pessoas que vinham ascendendo economicamente. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), mais de um em cada cinco espanhóis, (21% da população), ou cerca de 10 milhões de pessoas, era classificado como pobre em julho, e analistas estimam que este índice chegue a 22% até o fim do ano. Em 1991, o índice era de 14%. Uma em cada quatro famílias no país não tem dinheiro suficiente para saldar as dívidas no fim de cada mês.

Essas estatísticas recentes contrastam com o perfil de um país que até seis anos atrás criava cerca de 500 mil empregos por ano e que em uma década de crescimento contínuo importou 5 milhões de imigrantes.

Algumas medidas para tentar ajustar o país ao momento de baixo crescimento como congelamento de pensões, aumento na idade de aposentadoria, que passou dos 65 para 67 anos, corte de 5% nos salários do funcionalismo, aumento de impostos, entre outras, foram decretadas nos últimos meses. Mas essas decisões acabaram com a popularidade dos políticos socialistas, que chegaram ao poder em 2004, num momento de expansão econômica impulsionada pelo que, no futuro, se transformaria em uma bolha imobiliária. A forte expansão do setor da construção na Espanha fez com que o PIB do país crescesse mais de 60% nos últimos 15 anos. Entre 1994 e 2007, os imóveis tiveram uma valorização de mais 170%.

Após a realização de eleições parlamentares em 20 de novembro e sob o comando do novo primeiro-ministro Mariano Rajoy , de perfil conservador, a Espanha deve ter pela frente períodos de mais ajustes fiscais, com cortes de gastos do governo e crescimento mais lento.

Sucesso dos Brics gerou proliferação de acrônimos econômicos

Nos últimos tempos, noticiário econômico e internacional vê cada vez mais novas siglas como Pigs, Civets, Carbs, Cement ou Cassh.

BBC

Os Brics podem salvar os Pigs? Talvez com a ajuda dos Cement. Com isso, Civets, Mints, Mist, Carbs e Cassh poderão continuar crescendo.

No rastro do sucesso do acrônimo Bric, cunhado há dez anos pelo economista-chefe do banco Goldman Sachs, uma série de novos acrônimos vem aparecendo para denominar grupos de países com algo em comum, seja para a felicidade da mídia, que pode usá-los para simplificar conceitos e economizar espaço, seja para simplesmente 'vender' os países aos investidores internacionais.

Novos acrônimos e siglas vêm sendo apresentados com cada vez mais frequência no noticiário econômico ou internacional. Além dos "filhotes" dos Brics, há a proliferação dos já tradicionais agrupamentos G (G2, G4, G5, G7, G8, G20, G77 etc...).

Quando Jim O'Neill, do Goldman Sachs, criou os Bric, sua intenção era identificar o grupo dos quatro países de grandes dimensões com crescimento econômico acelerado (Brasil, Rússia, Índia e China) nos quais seus clientes poderiam investir com perspectivas de grandes ganhos futuros.

O sucesso do acrônimo, que se utiliza também do trocadilho em inglês com brick (tijolo), numa referência aos blocos de construção do crescimento global, gerou não só uma atenção global maior sobre os países como levou-os a institucionalizá-lo, com reuniões de cúpula periódicas e mecanismos de consultas diplomáticas para a discussão de posições comuns. No rastro, também popularizou o nome de O'Neill.

Siglas fáceis

Uma pesquisa acadêmica citada recentemente pelo diário "The Wall Street Journal" mostra que siglas fáceis de serem lembradas podem ajudar a vender investimentos. O estudo, publicado em 2006, mostrou que as ações cujas siglas formavam sons de palavras comuns reconhecíveis se valorizaram 8,5% a mais em comparação com as demais.

Isso explica em grande parte a proliferação das siglas. O próprio acrônimo Bric já ganhou variações, com Brics (com a inclusão recente da África do Sul ao grupo institucionalizado) ou Brick (com a inclusão da Coreia do Sul, como defendem alguns analistas).

Desde o ano passado, com o agravamento da crise da dívida nos países da Europa, parte da mídia passou a se referir aos países em dificuldades como Pigs (porcos, em inglês). Fazem parte do grupo Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha. Com a contaminação da Itália pela crise, a sigla ganhou um novo I e gerou os Piigs.

Compreensivelmente e diferentemente dos Brics, porém, nem os Pigs ou os Piigs se assumem como tal nem há um "pai" declarado do acrônimo.

A maioria dos acrônimos que apareceram nos últimos tempos tem sentido positivo. Os Civets (nome em inglês dos cervos almiscareiros) reúnem Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul. O acrônimo foi criado pela Economist Intelligence Unit (EIU), o braço de pesquisas da revista "The Economist", para agrupar países emergentes com economias dinâmicas e diversificadas e com populações jovens.

Os Civets são de alguma maneira complementares aos Brics, da mesma maneira que o grupo Cement (cimento em inglês, num trocadilho que envolve também os tijolos Brics). O Cement (Countries in Emerging Markets Excluded by New Terminology, ou Países nos Mercados Emergentes Excluídos pela Nova Terminologia) foi criado pelos críticos dos Brics que afirmam que o crescimento do grupo depende diretamente do crescimento dos demais países emergentes. Para eles, sem cimento os tijolos não servem para nada.

Outra adição recente ao rol dos acrônimos econômicos é o Carbs (abreviação em inglês para carboidratos), que reúne Canadá, Austrália, Rússia, Brasil e África do Sul. O acrônimo foi cunhado pelo Citigroup, que em um relatório publicado neste mês chamado Carbs make you strong (Carbos deixam você forte) argumentou que os cinco países têm economias e moedas particularmente sensíveis às variações nos preços das commodities.

Outros acrônimos criados nos últimos anos incluem, entre outros, Eagles (Emerging and Growth Leading Economies), Mints (Malásia, Indonésia, Nova Zelândia, Tailândia e Cingapura), Mist (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia) e Cassh (Canadá, Austrália, Cingapura, Suíça e Hong Kong).

A lista não para de crescer. Em alguns casos, porém, quando a lógica do agrupamento dos países não combina com a cunhagem de um acrônimo, outras soluções são necessárias, como no caso dos Next-11 (Próximos 11).

O grupo, criado também pelo pai dos Bric, Jim O'Neill, inclui os países em que ele vê potencial para se juntar às maiores economias do século 21 – Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Coreia do Sul, Turquia e Vietnã. Ganha um prêmio quem conseguir criar um acrônimo simples com as iniciais desses países.

Entenda a crise financeira que atinge a economia dos EUA

da Folha Online

A crise no mercado hipotecário dos EUA é uma decorrência da crise imobiliária pela qual passa o país, e deu origem, por sua vez, a uma crise mais ampla, no mercado de crédito de modo geral. O principal segmento afetado, que deu origem ao atual estado de coisas, foi o de hipotecas chamadas de "subprime", que embutem um risco maior de inadimplência.

O mercado imobiliário americano passou por uma fase de expansão acelerada logo depois da crise das empresas "pontocom", em 2001. Os juros do Federal Reserve (Fed, o BC americano) vieram caindo para que a economia se recuperasse, e o setor imobiliário se aproveitou desse momento de juros baixos. A demanda por imóveis cresceu, devido às taxas baixas de juros nos financiamentos imobiliários e nas hipotecas. Em 2003, por exemplo, os juros do Fed chegaram a cair para 1% ao ano.

Em 2005, o "boom" no mercado imobiliário já estava avançado; comprar uma casa (ou mais de uma) tornou-se um bom negócio, na expectativa de que a valorização dos imóveis fizesse da nova compra um investimento. Também cresceu a procura por novas hipotecas, a fim de usar o dinheiro do financiamento para quitar dívidas e, também, gastar (mais).

As empresas financeiras especializadas no mercado imobiliário, para aproveitar o bom momento do mercado, passaram a atender o segmento "subprime". O cliente "subprime" é um cliente de renda muito baixa, por vezes com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar renda. Esse empréstimo tem, assim, uma qualidade mais baixa --ou seja, cujo risco de não ser pago é maior, mas oferece uma taxa de retorno mais alta, a fim de compensar esse risco.

Em busca de rendimentos maiores, gestores de fundos e bancos compram esses títulos "subprime" das instituições que fizeram o primeiro empréstimo e permitem que uma nova quantia em dinheiro seja emprestada, antes mesmo do primeiro empréstimo ser pago. Também interessado em lucrar, um segundo gestor pode comprar o título adquirido pelo primeiro, e assim por diante, gerando uma cadeia de venda de títulos.

Porém, se a ponta (o tomador) não consegue pagar sua dívida inicial, ele dá início a um ciclo de não-recebimento por parte dos compradores dos títulos. O resultado: todo o mercado passa a ter medo de emprestar e comprar os "subprime", o que termina por gerar uma crise de liquidez (retração de crédito).

Após atingir um pico em 2006, os preços dos imóveis, no entanto, passaram a cair: os juros do Fed, que vinham subindo desde 2004, encareceram o crédito e afastaram compradores; com isso, a oferta começa a superar a demanda e desde então o que se viu foi uma espiral descendente no valor dos imóveis.

Com os juros altos, o que se temia veio a acontecer: a inadimplência aumentou e o temor de novos calotes fez o crédito sofrer uma desaceleração expressiva no país como um todo, desaquecendo a maior economia do planeta – com menos liquidez (dinheiro disponível), menos se compra, menos as empresas lucram e menos pessoas são contratadas.

No mundo da globalização financeira, créditos gerados nos EUA podem ser convertidos em ativos que vão render juros para investidores na Europa e outras partes do mundo, por isso o pessimismo influencia os mercados globais.

Financiadoras

Em setembro do ano passado, o BNP Paribas Investment Partners – divisão do banco francês BNP Paribas – congelou cerca de 2 bilhões de euros dos fundos Parvest Dynamic ABS, o BNP Paribas ABS Euribor e o BNP Paribas ABS Eonia, citando preocupações sobre o setor de crédito 'subprime' (de maior risco) nos EUA. Segundo o banco, os três fundos tiveram suas negociações suspensas por não ser possível avaliá-los com precisão, devido aos problemas no mercado "subprime" americano.

Depois dessa medida, o mercado imobiliário passou a reagir em pânico e algumas das principais empresas de financiamento imobiliário passaram a sofrer os efeitos da retração; a American Home Mortgage (AHM), uma das 10 maiores empresa do setor de crédito imobiliário e hipotecas dos EUA, pediu concordata. Outra das principais empresas do setor, a Countrywide Financial, registrou prejuízos decorrentes da crise e foi comprada pelo Bank of America.

Bancos como Citigroup, UBS e Bear Stearns têm anunciado perdas bilionários e prejuízos decorrentes da crise. Entre as vítimas mais recentes da crise estão as duas maiores empresas hipotecárias americanas, a Fannie Mae e a Freddie Mac. Consideradas pelo secretário do Tesouro dos EUA, Henry Paulson, "tão grandes e tão importantes em nosso sistema financeiro que a falência de qualquer uma delas provocaria uma enorme turbulência no sistema financeiro de nosso país e no restante do globo", no dia 7 deste mês foi anunciada uma ajuda de até US$ 200 bilhões.

As duas empresas possuem quase a metade dos US$ 12 trilhões em empréstimos para a habitação nos EUA; no segundo trimestre, registraram prejuízos de US$ 2,3 bilhões (Fannie Mae) e de US$ 821 milhões (Freddie Mac).

Menos sorte teve o Lehman Brothers: o governo não disponibilizou ajuda como a que foi destinada às duas hipotecárias. O banco previu na semana passada um prejuízo de US$ 3,9 bilhões e chegou a anunciar uma reestruturação. Antes disso, o banco já havia mantido conversas com o KDB (Banco de Desenvolvimento da Coreia do Sul, na sigla em inglês) em busca de vender uma parte sua, mas a negociação terminou sem acordo.

O Bank of America e o Barclays também recuaram, depois que ficou claro que o governo não iria dar suporte à compra do Lehman. Restou ao banco entregar à Corte de Falências do Distrito Sul de Nova York um pedido de proteção sob o "Capítulo 11", capítulo da legislação americana que regulamenta falências e concordatas.

Combate

Como medida emergencial para evitar uma desaceleração ainda maior da economia – o que faz crescer o medo que o EUA caiam em recessão, já que 70% do PIB americano é movido pelo consumo -, o presidente americano, George W. Bush, sancionou em fevereiro um pacote de estímulo que incluiu o envio de cheques de restituição de impostos a milhões de norte-americanos.

O pacote estipulou uma restituição de US$ 600 para cada contribuinte com renda anual de até US$ 75 mil; e US$ 1.200 para casais com renda até US$ 150 mil, além de US$ 300 adicionais por filho. Quem não paga imposto de renda, mas recebe o teto de US$ 3 mil anuais, teve direito a cheques de US$ 300.

HSBC anuncia que vai encerrar atividades no Brasil e na Turquia e cortar 50 mil empregos no mundo

Bradesco, Itaú e Santander negociam compra de operação brasileira. Unidade é avaliada entre US$ 3,2 bilhões e US$ 4,6 bilhões

O HSBC Holdings, o maior banco da Europa, anunciou nesta terça-feira um plano estratégico para restaurar os lucros e o crescimento até 2017. Para isso, vai encerrar suas atividades no Brasil e na Turquia, o que reduzirá seus custos entre US$ 4,5 bilhões e US$ 5 bilhões, e eliminar quase 50 mil postos de trabalho em todo o mundo. Fontes afirmam que o banco está negociando a venda de suas operações no Brasil com Bradesco, Santander e Itaú.

De acordo com a instituição, 25 mil empregos serão cortados na venda de suas operações no Brasil e na Turquia. Não está claro ainda o prazo de encerramento de atividades nos dois países tampouco as datas das demissões. No caso do Brasil, o HSBC só continuará funcionando para grandes corporações. De 20 mil a 25 mil vagas em tempo integral, ou 10% da força de trabalho, serão cortadas no restante do mundo. Só no Reino Unido, 8 mil postos serão fechados.

— Reconhecemos que o mundo mudou e precisamos mudar com ele — disse o diretor-presidente Stuart Gulliver. — Estou confiante que nossas ações vão permitir atingir nossas previsões de crescimento e aumentar o valor para os nossos acionistas.

O plano de corte terá um custo de US$ 4 bilhões a US$ 4,5 bilhões até 2017, segundo o comunicado do HSBC.

BRADESCO FARIA PAGAMENTO À VISTA

Fontes próximas à negociação afirmaram à agência Bloomberg que o Bradesco deve desembolsar entre US$ 3,2 bilhões e US$ 4 bilhões pela unidade brasileira do HSBC, que não é rentável — em 2014, teve um prejuízo de R$ 441 milhões — e tem 853 agências no país. De acordo com o analista do Deutesche Bank Tito Labarta, a unidade brasileira está avaliada em entre US$ 3,2 bilhões e US$ 4,6 bilhões.

O Bradesco estaria disposto a pagar em dinheiro, segundo as fontes. Além disso, o Bradesco teria mais facilidade de integrar os ativos e de obter aprovação do governo do que um banco estrangeiro como o Santander, que também fez uma oferta. O espanhol Santander é o segundo banco com maior probabilidade de comprar o HSBC.

A compra, no entanto, não seria suficiente para o Bradesco passar o Itaú Unibanco em ativos. O HSBC é o sétimo maior banco do país em ativos, segundo dados dos balanços dos bancos. O Bradesco passaria a ter R$ 1,18 trilhão em ativos comparado com R$ 1,3 trilhão do Itaú. O Banco do Brasil é maior do país, com R$ 1,54 trilhão.

O Itaú também fez uma oferta, mas teria menos interesse por já ter o maior valor de mercado no Brasil. O Goldman Sachs Group coordena a venda. O Banco Central afirmou que não comentará o assunto.

Procurados pelo agência Bloomberg News, Bradesco, HSBC e Santander não comentaram o assunto. Já o Itaú disse que sempre avalia oportunidades "focadas no crescimento do banco no Brasil e na América Latina e na geração de valor aos acionistas".

EM NOTA, BANCO AFIRMA QUE OPERA NORMALMENTE NO BRASIL

Em nota, o HSBC Brasil esclareceu que está em um processo de venda e não de encerramento de suas operações no país. “O banco segue operando normalmente e, mesmo após a venda, seguirá prestando serviços aos seus clientes”, afirmou.

“O HSBC está empenhado em garantir a continuidade do negócio e uma transição suave e coordenada para um potencial comprador. HSBC Brasil é parte da HSBC Holdings, uma das maiores instituições financeiras mundiais, com US$ 2,6 trilhões em ativos e mais de 51 milhões de clientes em 73 países”, informou o HSBC Brasil.

O diretor-presidente quer restaurar a confiança dos investidores no banco após uma série de escândalos que atingiram a empresa e aumentaram seus custos. Na semana passada, o HSBC anunciou que pagará US$ 43 milhões como parte de um acordo para encerrar a investigação do Ministério Público de Genebra sobre lavagem de dinheiro na filial suíça do banco, no caso que ficou conhecido como SwissLeaks. O HSBC também foi pressionado a reduzir seus custos e a reverter a redução do lucro após envolvimento em um escândalo de manipulação de taxas no mercado cambial.

Desde que assumiu, em 2011, o diretor-presidente anunciou o corte de mais de 87 mil empregos, a saída de 78 negócios e reduziu o número de países com operações do HSBC de 88 para 73. O banco foi fundado 150 anos atrás em Hong Kong, quando o território ainda estava sob domínio britânico.

Alguns meses após assumir a chefia do banco, Gulliver anunciou o corte de 30 mil vagas, com o objetivo de reduzir os custos em cerca de US$ 2,5 bilhões. Nas demissões anunciadas nesta terça-feira, 21 mil postos serão encerrados de olho no aumento das operações digitais, do processo de automação e do fechamento de agências, de acordo com o diretor-presidente.

MAIS INVESTIMENTOS NA ÁSIA

Por outra parte, o HSBC pretende acelerar seus investimentos na Ásia, em particular no Sul da China e no Sudeste asiático, anunciou o banco em uma nota à Bolsa de Hong Kong.

— O HSBC é um grande banco e está se movendo na direção certa — afirmou Chris White, do Premier Fund Managers. — E boa parte disso já era amplamente esperado.

Com o plano estratégico, o banco vai se livrar de ativos de risco avaliados em cerca de US$ 290 bilhões. Já a rentabilidade do banco (ROE, retorno sobre o patrimônio líquido) ficou em mais de 10%. O banco cortara esta meta de 15% para 10% em fevereiro. Em 2014, a meta era de 7,3%.

No banco de investimento, o HSBC planeja cortar os ativos ponderados pelo risco (RWA) em US$ 130 bilhões líquidos, ou 31%, mantendo os custos baixos. O banco global e a divisão de mercados tiveram um ganho de 6% no primeiro trimestre, com o aumento receita cambial.

Em fevereiro, Gulliver prometeu que as unidades de baixo desempenho enfrentariam “soluções extremas” após os ganhos no ano terem caído 17% e as metas de rentabilidade não terem sido atingidas por quatro anos, em um ambiente regulatório mais duro.

O HSBC está entre os bancos mais duramente atingidos pelas autoridades regulatórias, com o banco central da Inglaterra obrigando as maiores instituições a separa suas unidades de varejo

das de investimento de risco até 2019. O banco também foi afetado pela elevação das imposto bancário, que custará cerca de 5,3 bilhões de libras aos bancos nos próximos cinco anos.

Além disso, o banco está revendo a localização de sua sede, que pode deixar Londres devido ao aumento dos custos tributários e do ambiente regulatório mais rígido. A decisão sobre o futuro de sua sede será tomada até o fim deste ano, segundo o comunicado do banco.

— Seria um erro o HSBC deixar o Reino Unido — afirmou o estrategista Jonathan Ferro, da Mint Partrners. — Londres ainda é um lugar muito bom para os bancos estarem.

8 perguntas básicas para entender a crise na Grécia e suas consequências

Da BBC Mundo

Depois de cinco anos, a crise grega chega a um momento de definição

Neste domingo, os gregos votam em um plebiscito visto por muitos como um capítulo-chave para o futuro do país, do euro e até da União Europeia.

Mas a votação de domingo é exatamente sobre o quê? E por que esta votação é tão importante para o resto do continente? E, talvez, o mais importante: como a Grécia chegou a este ponto?

Veja abaixo oito pontos fundamentais para responder entender esta e outras questões da crise grega.

1. Qual é a causa da crise grega?

Na raiz da crise grega está uma dívida de aproximadamente 320 bilhões de euros (mais de R$ 1 trilhão), que o país simplesmente não tem condições de pagar.

A explicação mais simples para esta crise é que, durante muitos anos, o país gastou bem mais do que arrecadava, e financiava os gastos através de empréstimos.

A Grécia já fazia isso antes de adotar o euro. E o governo continuou gastando mais do que podia, mesmo após a chegada do euro, em 2001.

O gasto público, por exemplo, aumentou cerca de 50% entre 1999 e 2007, muito mais do que em outros países da zona do euro.

E, somado aos problemas de corrupção e evasão fiscal, esse gasto provocou um déficit muito acima de 3% do PIB, limite imposto a todos os países da zona do euro.

Empréstimos que não foram declarados para a zona do euro também fizeram com que a dívida do país ultrapassasse significativamente os 60% do PIB estabelecidos como limite de dívida para os países da zona do euro.

Mas o problema só ganhou contornos graves quando a crise financeira global limitou o acesso do país ao crédito, o que motivou a intervenção de outros países da zona do euro, que temiam o impacto da suspensão dos pagamentos ou default.

Para muitos economistas, essa intervenção, ou seja, novos empréstimos concedidos sob a condição de que o país impusesse várias medidas de austeridade, acabou piorando a situação da Grécia.

2. O que está sendo feito para a Grécia sair da crise?

O primeiro pacote de ajuda financeira à Grécia foi aprovado pela União Europeia e o FMI em maio de 2010.

Naquele momento, o governo grego recebeu 110 bilhões de euros (cerca de R$ 380 bilhões) para honrar seus compromissos com os credores que, naquele momento, em sua maioria, eram bancos privados europeus.

Logo ficou claro que esta quantia não seria suficiente e um segundo resgate elevou a cifra total para 240 bilhões de euros (R$ 832 bilhões).

E, nos dois casos, como condição para facilitar a liberação do dinheiro, o país teria que implementar uma série de medidas de austeridade.

Entre estas, estavam drásticos cortes nos gastos públicos, aumento de impostos e reforma no sistema de previdência e no mercado de trabalho.

Mas o atual governo grego, que chegou ao poder no começo do ano com uma plataforma contra a austeridade, vem tentando renegociar algumas destas condições para conseguir um novo pacote de resgate estimado em mais 29,1 bilhões de euros.

3. Qual foi o impacto das medidas contra a crise? Elas funcionaram?

Para saber se as medidas associadas ao resgate financeiro funcionaram, primeiro é preciso lembrar os seus principais objetivos.

Se o objetivo era proteger o euro, então as medidas parecem estar funcionando, pelo menos por enquanto.

Efetivamente, os empréstimos coordenados pelo FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu ajudaram a reduzir o impacto da crise grega sobre a moeda do bloco.

Mas economistas como Paul Krugman e Joseph Stiglitz, ganhadores do prêmio Nobel de economia em 2008 e 2001, respectivamente, afirmam que as medidas não fizeram nada para melhorar a situação ou as perspectivas da Grécia.

A estimativa é que a economia do país tenha encolhido em 25% desde o início dos programas de austeridade, o que acentuou sua dependência de créditos externos.

Muitos sentem que as medidas impostas à Grécia não visam o futuro dos gregos, mas apenas do euro

O impacto das medidas foi brutal para o povo grego: a taxa de desemprego está em 26%, a mais alta de toda a União Europeia. Entre os jovens, esta taxa supera os 60%.

Milhões de gregos vivem abaixo da linha da pobreza.

Esta situação acabou levando ao poder o Syriza, coalizão de partidos de esquerda que melhor soube reconhecer a insatisfação gerada pelas medidas de austeridade.

E as tentativas do governo atual de renegociar as condições de pagamento da dívida acabaram levando a crise ao seu momento mais delicado.

Ou, pelo menos, a um momento de definição que poderia ter consequências importantes para o futuro da moeda comum.

4. Qual é a situação atual?

O cenário mais temido no começo da crise, o calote, começou a se tornar realidade na noite de terça-feira, quando a Grécia não conseguiu pagar 1,5 bilhão de euros ao FMI.

A Grécia se transformou no primeiro país desenvolvido a não pagar o FMI e seu calote é o maior da história da instituição, apesar de não ter sido declarado tecnicamente como tal.

Naquela terça-feira, também venceu o último programa de ajuda financeira, assim que o governo grego declarou que não aceitava a última série de condições impostas pelas instituições internacionais, pois via estas como "humilhantes".

O governo de Alexis Tsipras já tinha anunciado antes que deixaria a decisão final sobre a aceitação ou não das medidas impostas pelos credores para novos empréstimos nas mãos dos cidadãos gregos e, por isso, convocou um plebiscito.

De acordo com as últimas pesquisas de opinião, a maior parte dos gregos estão inclinados a rejeitar as medidas de austeridade.

Mas a vantagem do "não", favorecida por Tsipras, tem diminuído depois que o governo grego fechou os bancos por uma semana e limitou a retirada de dinheiro dos bancos do país.

O governo grego diz que está aberto a acordos de última hora. Mas, até o momento, suas contrapropostas foram consideradas insuficientes.

E a chanceler alemã, Angela Merkel, já disse que vai esperar o resultado do referendo antes de pensar em retomar a negociação com a Grécia.

5. Quais os pontos mais polêmicos?

Em sua última contraproposta, o governo grego aparentemente teria aceitado a maior parte das exigências do FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu.

Mas ele pediu um tempo maior para implementar a reforma do sistema de Previdência, uma das principais exigências de seus credores. O governo grego também resiste em implementar a cobrança, em várias de suas ilhas mais turísticas, do IVA, uma espécie de imposto sobre circulação de mercadorias.

Os líderes da zona do euro, no entanto, não se mostraram dispostos a abrir novas negociações.

Para muitos, as principais diferenças agora não são mais técnicas, mas políticas; alguns analistas acham que os principais líderes da zona do euro podem estar querendo derrubar o governo de Tsipras para evitar que sua postura antiausteridade contamine outros países da região.

6. E então, os gregos decidirão sobre o quê?

A pergunta do plebiscito é muito específica e foi redigida em uma linguagem muito técnica. Não é muito fácil entender.

O texto que se lê na cédula do plebiscito: "Deve ser aceito o acordo proposto, que foi apresentado pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional no Eurogrupo de 25.06.2015 e consiste de duas partes, que constituem sua proposta unificada?".

E aí o eleitor pode votar sim ou não.

Os pontos centrais da proposta são uma ampliação da base do imposto IVA e uma redução drástica no número de pessoas que podem optar por uma aposentadoria antecipada.

E os credores também exigem mais ações para reduzir a evasão fiscal e acabar com a corrupção.

O governo grego afirma que as exigências específicas da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI além de serem pouco eficazes também são humilhantes e, por isso, inaceitáveis.

E, para o governo grego, a questão é muito mais simples: os gregos devem continuar padecendo por causa de mais medidas de austeridade ou não?

Esta decisão poderia determinar a continuidade do governo de Tsipras. Ele já disse que, em caso da vitória do "sim", respeitará a decisão do público mas não ficará no governo para implementar a proposta do Eurogrupo.

Outros líderes europeus, começando por Merkel, afirmam que a pergunta do plebiscito é outra.

Eles dizem que o que os gregos vão decidir no domingo é se querem que seu país continue zona do euro ou não.

7. É inevitável a saída da Grécia da zona do euro no caso de vitória do "não"?

A verdade é que ninguém sabe ao certo.

Não existe nenhum precedente e até o vice-presidente do Banco Central Europeu, Vitor Constancio, disse em abril que não havia nenhuma lei que determina a expulsão da zona do euro em caso de calote.

O governo grego insiste que não está tentando abandonar a moeda e até insinuou que poderia iniciar processos legais caso os outros países da zona do euro tentem expulsar a Grécia do grupo.

Os principais líderes europeus já falaram claramente: a votação de domingo é sobre se a Grécia deve ou não conservar o euro.

E se não existe vontade política de manter a Grécia na zona do euro, importa pouco o que dizem as leis e regulamentos da União Europeia.

Se o Banco Central Europeu decidir bloquear completamente o crédito para Atenas, as autoridades gregas não teriam mais opção a não ser começar a imprimir sua própria moeda para tentar manter a economia funcionando.

8. Quais seriam as consequências de uma saída da Grécia do euro?

É difícil prever o comportamento dos mercados nesse caso.

Uma possibilidade é que investidores comecem a exigir juros mais interessantes para compensar os riscos de comprar títulos de dívidas das economias mais fragilizadas da zona do euro.

Isto afetaria de forma negativa a moeda europeia e aumentaria a instabilidade em países com peso maior na economia global.

E uma Grécia inadimplente implicaria em grandes perdas financeiras para vários países europeus.

Além disso, também há o risco de um contágio político.

Efetivamente, se a saída da zona do euro se mostra como opção viável, até trazendo benefícios para a Grécia, outros países poderiam seguir o exemplo.

E isto poderia colocar a própria União Europeia em risco, pois o bloco colocou a moeda comum no centro de seu projeto de integração.

A saída do euro poderia também forçar a saída da Grécia da União Europeia.

Mas, como acontece com muitos outros possíveis cenários, tudo vai depender da vontade política e criatividade dos líderes europeus.

Bolsas da China têm forte queda e 'arrastam' mercados; entenda

Ações vêm perdendo valor desde junho e já acumulam baixa de 30%.

Economia não tem mostrado dados positivos, e mercado está receoso.

Do G1,

As bolsas de valores chinesas têm protagonizado uma queda livre nas últimas sessões, com empresas correndo para escapar do desastre, tendo suas ações suspensas e os principais índices acionários despencando.

A Bolsa de Xangai fechou em baixa de 5,90% nesta quarta-feira (8), gerando um clima de pânico nos mercados. O índice de referência perdeu 219,93 pontos, a 3.507,19 unidades, depois de operar em queda de 8% durante a sessão. A Bolsa de Shenzhen fechou em baixa de 2,5%.

Também foram suspensas as negociações das ações de 1,3 mil empresas em Xangai. Ou seja: o preço delas não pode cair mais porque seus papéis não podem ser comprados ou vendidos.

Entenda o que está derrubando o mercado chinês:

O que está acontecendo com a bolsa chinesa?

As ações chinesas vêm perdendo valor desde o mês passado. De junho até agora, a queda chega a 30%. Os dados da economia chinesa não têm sido muito positivos ultimamente, e isso vem gerando temor entre os investidores sobre a "saúde" do país. O PIB do primeiro trimestre, por exemplo, apesar de ter crescido 7%, mostrou o pior ritmo em seis anos.

"Nunca vi esse tipo de queda antes. Não acho que alguém tenha visto. A liquidez está totalmente esgotada", disse o analista da Northeast Securities Du Changchun.

Não se sabe, no entanto, o que provocou a forte onda de venda de ações que acentuou a queda das cotações nos últimos dias.

Quem são os investidores que estão fugindo da bolsa?

Na China, diferentemente dos mercados europeus ou dos Estados Unidos, 80% dos investidores são cidadãos, pessoas físicas. Muitos deles são inexperientes e seguem rumores ao tomar decisões. Assim, o mercado é mais vulnerável a reviravoltas repentinas, como num rebanho.

Outro lado da questão é que investidores de longo prazo estão investindo menos em ações porque muitos acumularam bons ganhos no último ano. O índice de Xangai, por exemplo, havia acumulado alta de 150% até junho.

Por que o público investidor é diferente?

O governo de Pequim tinha visto nos mercados acionários uma peça importante na estratégia de transformar o país numa sociedade de consumo. A popularização das bolsas serviria para recapitalizar as endividadas empresas do país e, ao mesmo tempo, fazer com que o pequeno investidor se sentisse rico. No entanto, o efeito tem sido oposto.

Como fica a situação das empresas que têm ações nas bolsas?

Com essa forte queda, as empresas tiveram que suspender a negociação de suas ações para que o "prejuízo" não fosse ainda maior – ou seja, esses 1.300 papéis não puderam ser nem comprados nem vendidos.

O governo chinês tomou alguma providência diante dessa queda?

A agência que supervisiona as maiores estatais do país disse tê-las aconselhado a não vender ações e a comprar mais "para garantir a estabilidade do mercado". Mas as medidas não surtiram efeito – e o risco de intervenção do governo poderá só piorar as coisas, já que investidores podem se assustar ainda mais.

Outras medidas foram tomadas incluem emissões de bônus financeiros ou refinanciamento de empréstimos e o aumento das compras de ações de pequenas e médias empresas pela Comissão Reguladora da Bolsa de Valores da China para aumentar a liquidez do mercado.

As autoridades chinesas já tinham tomado durante o fim de semana uma ampla bateria de medidas para acalmar o mercado, mas não adiantou.

O que os analistas pensam sobre isso?

Alguns analistas não acreditam que o medo de que uma queda ainda maior das bolsas possa causar um choque mais sério na economia.

"O mercado acionário é tão pequeno, completamente irrelevante", disse Chen Long, economista da Gavekal Dragonomics para a China. "Responde por apenas 5% da riqueza das famílias chinesas e, de qualquer maneira, o mercado está no mesmo lugar onde estava no ano passado."

Além do risco econômico, há o potencial de revolta popular com as perdas. Em meio a uma desaceleração do PIB, a última coisa que o governo quer são dezenas de pequenos investidores protestando nas ruas.

Há reflexos no Brasil?

O principal índice da Bovespa fechou em baixa. O mercado está cauteloso quanto a eventuais efeitos de nova queda nos mercados acionários na China.

"A forte correção nos mercados acionários da China pode ser indício de uma desaceleração mais ampla do gigante asiático e quem deve sofrer com isso são aqueles países exportadores de commodities, como o Brasil", escreveu em nota a clientes o operador Jefferson Luiz Rugik, da corretora Correparti.

Como fecharam os mercados asiáticos em geral?

A Bolsa de Xangai fechou em baixa de 5,90%, em um clima de pânico, apesar das novas medidas das autoridades e da suspensão da cotação de quase 1.300 títulos do mercado chinês.

O índice de referência perdeu 219,93 pontos, a 3.507,19 unidades, depois de operar em queda de 8% durante a sessão. A Bolsa de Shenzhen fechou em baixa de 2,50%.

Na Bolsa de Hong Kong, a queda foi de 5,84%. O índice Hang Seng perdeu 1.458,75 pontos e fechou o dia a 23.516,56 unidades, o menor resultado desde janeiro. Durante a sessão, a baixa chegou a 8,43%.

Em Tóquio, o índice Nikkei perdeu 3,14% (638,95 pontos), a 19.737,64 pontos, ficando abaixo da marca de 20.000 pontos pela primeira vez desde 18 de junho.

Outros mercados também foram afetados: Seul perdeu 1,18% e Sydney registrou queda de 2,01%.

ECONOMIA NACIONAL

Crise na Rússia aumenta pressão sobre a economia brasileira

A derrocada do rublo e a consequente alta de juros na Rússia nesta terça-feira coloca mais um ponto de interrogação para o mercado financeiro, num momento em que o Brasil já fornece dúvidas em excesso sobre o futuro econômico dos países emergentes.

A alta significativa de juros pelo BC russo, de 10,5% para 17%, está sendo vista como uma sinalização de que a hora da verdade dos países em desenvolvimento chegou. O fim do ciclo de comodities em alta, a melhora da economia dos Estados Unidos e a recuperação letárgica do mundo se soma aos problemas específicos de cada país.

Os russos, em particular, estão pagando a fatura da queda do preço do barril de petróleo abaixo dos 80 dólares, e dos conflitos geopolíticos de Vladimir Putin. O Brasil, porém, também tem um arsenal bombástico do porte da crise da Crimeia de Putin, acredita Alex Agustini, da agência de risco Austin Rating. “Não estamos em conflito com vizinhos, mas a Petrobras é a nossa guerra particular, que tem afetado muito o risco país”, afirma Agustini. A Petrobras também será afetada pela queda de preços do petróleo, o que vai dificultar o seu desempenho, para além das denúncias de corrupção.

Se até ontem o Brasil já tinha preocupações demais para gerenciar, a crise da moeda da Rússia aumenta o nível de incerteza. Se até ontem o Brasil já tinha preocupações demais para gerenciar, a crise da moeda da Rússia aumenta o nível de incerteza. O dólar atingiu uma das maiores altas da década, fechando o dia a 2,736 reais. O quadro pressiona o Governo de Dilma Rousseff a tomar medidas mais concretas que garantam, ao menos, manter as condições de temperatura e pressão na economia. “Não existe nenhum país do mundo que esteja só fazendo política macroeconômica [mexendo nos juros, câmbio, etc.]. É preciso um mix de tudo”, avalia Marcos Troyjo, diretor do BRICS Lab da Universidade Columbia.

Troyjo acredita que o atual panorama tende a empurrar o Brasil para uma política mais ousada do ponto de vista comercial. “Vai ser preciso negociar algo mais concreto entre Mercosul e União Europeia, com a Aliança do Pacífico, e melhorar as conversações com os Estados Unidos”, avisa. Seria a saída ideal para não ficar refém do humor dos mercados, que já estão desconfiados do Governo Dilma há muito tempo.

"Sou você amanhã"

O repique dos juros russos acontece um dia antes do início da reunião do BC dos Estados Unidos, que pode aumentar a vulnerabilidade dos emergentes. Essa alta também é vista como uma espécie de efeito Orloff para o Brasil (“eu sou você amanhã”), que terá de seguir receita

semelhante para baixar a febre inflacionária interna e eventualmente proteger o real, com a natural fuga de capitais de curto prazo para mercados mais seguros, como os Estados Unidos. “Se o efeito dessa nova crise russa não for passageiro, teremos de aumentar nossos juros também”, prevê Sidney Nehme, diretor executivo da NGO Corretora. A calibragem, porém, deve ser mais moderada no Brasil.

O BC brasileiro já havia subido a Selic duas vezes desde a vitória de Dilma, no dia 26 de outubro. Mas, a inflação se mantém persistente, e não deve ceder até o final do primeiro trimestre, pelas previsões do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

Marcos Troyjo aposta, ainda, que outras mudanças significativas devem ocorrer em função da crise na Petrobras, como a flexibilização da política de conteúdo local, que exigia fabricantes instalados no Brasil para se tornarem fornecedores da estatal. No mundo ideal dos investidores, um choque de gestão na petroleira, com a mudança de toda a cúpula atual, seria um sinal de coragem da mesma proporção que foi a indicação de Joaquim Levy para substituir Guido Mantega no Ministério da Fazenda. Tudo, porém, está no campo das especulações, algo que o mercado financeiro detesta. “Para piorar, este período de transição, em que não se sabe quem serão os próximos ministros e suas ações, aumenta a inquietação”, afirma Sidney Nehme.

Apesar dos pesares, a Bolsa de Valores de São Paulo ainda logrou uma pequena recuperação ao longo do dia. As ações da Petrobras, por exemplo, tiveram leve alta de 2,07%, fechando a 9,37. O valor, no entanto, continua abaixo dos 10 reais, e muito distante dos áureos tempos da companhia, quando seus papeis eram negociados a 27 reais.

Receituário de Dilma para retomar economia inclui medidas impopulares

Reajuste de preços, aumento dos juros e ajuste fiscal são algumas das escolhas difíceis

Retomar a confiança dos investidores e da população na economia brasileira deve ser a prioridade ‘zero’ da presidenta Dilma Rousseff, reeleita com 51% dos votos para governar o país por mais quatro anos. A tarefa, entretanto, promete impor um alto custo político para a petista, já que algumas opções previstas para o menu de 2015 são, para muitos, indigestas: cortar gastos públicos, elevar a taxa de juros e aumentar impostos.

Em entrevista um dia após a vitória de Dilma, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que a prioridade da próxima gestão – da qual ele não fará parte – será controlar as contas públicas e afastar o fantasma da inflação, que está acima do teto da meta (de 6,5%) e é uma das maiores reclamações dos brasileiros. “A prioridade é fortalecer os fundamentos fiscais da economia. Manter um bom resultado fiscal para que a dívida pública fique sob controle. (...) A prioridade é manter a inflação sob controle”, reiterou o ministro.

Para controlar o aumento dos preços dos produtos, um dos caminhos é manter elevada a taxa básica de juros, atualmente em 11% ao ano. “O caminho para 2015 será o ajuste fiscal. Aumentar os impostos e controlar os gastos públicos. A Dilma também deve considerar subir ou manter elevados os juros, para controlar a inflação”, avalia o economista Roberto Padovani, do banco Votorantim.

Contudo, eis a saia justa da presidenta: manter os juros elevados provoca um crescimento mais lento, embora implique na retração da inflação ao desestimular o consumo. Por outro lado, juros baixos estimulam o crescimento, mas jogam a inflação às alturas. O primeiro mandato de Dilma foi marcado por um 'vai e vem' da taxa de juros. A presidenta conseguiu fazer com que o Banco Central levasse a taxa Selic à mínima histórica, de 7,25% ao ano (mantida por seis meses), em um ciclo de queda que durou cerca de um ano. Mas ela foi obrigada a dar início a um novo ciclo de alta em abril de 2013, justamente para conter a escalada inflacionária.

Por outro lado, um aumento dos juros também pode representar um agravamento do desequilíbrio das contas públicas, uma vez que encarece a dívida do próprio Governo, o que também deixa os investidores desconfiados. Já para acertar as contas do Tesouro e a dívida pública, uma opção é aumentar os impostos, outra medida cujo efeito colateral pode ser a desaceleração do crescimento e uma enxurrada de críticas dos consumidores e empresários.

Qualquer que seja o caminho escolhido, dificilmente o Brasil conseguirá cumprir a meta de levar a inflação, atualmente em cerca de 6,5% ao ano, a 4,5% e crescer mais que 1% em 2015, avaliam os especialistas. "A inflação brasileira é resistente. E isso não vai mudar em 2015. Tentar baixar essa inflação implica em um custo econômico muito grande. Acho que é difícil o Governo mexer nisso", afirma Antonio Corrêa de Lacerda, economista e professor da PUC-SP.

Outra dificuldade que o Governo terá é estimular o crescimento do país mantendo o desemprego baixo, que atualmente é de cerca de 5%, e é justamente um dos principais pilares da reeleição de Dilma. "É uma gestão macroeconômica que implicará no aumento do desemprego, em esfriar o mercado de trabalho para aumentar produtividade. Mas a Dilma não pode se contaminar pelo discurso de campanha. O Brasil é pragmático e faz o que precisa ser feito, com racionalidade", completa Padovani.

Já o ajuste fiscal esperado implica em cortes dos gastos públicos, cujas consequências impopulares podem representar desde o crescimento baixo até o corte de investimentos públicos em setores estratégicos. Para os economistas, é pouco provável que o Governo mexa nos programas sociais, como o Bolsa Família, já que são esses programas a principal vitrine da gestão petista.

Os caminhos são duros e a pressão sobre Dilma é forte. O Brasil, que já teve sua nota de crédito reduzida neste ano pela agência de classificação de risco Standard&Poors (S&P), devido ao temor de uma recessão, corre o risco de ver reduzida novamente sua nota do grau de investimento, entre outras razões, pela dificuldade em cumprir as metas do superávit primário. Daí a importância de Dilma não errar nas escolhas que tomar. Para Lacerda, porém, 2015 será um ano de "observação".

"A avaliação dos analistas de risco é que 2015 será um ano de observação, então a reclassificação (da nota de crédito) deve ocorrer em 2016. Mas como o ônus é muito grande politicamente (de ter a nota reduzida), o Brasil vai optar por fazer esses ajustes o quanto antes", pondera.

Petrobras: o melhor e o pior do Brasil

Empresa é cobiçada pela experiência da produção de 2,2 milhões de barris diários

A história contemporânea brasileira registrará no futuro que a campanha eleitoral de 2014 teve um alvo preciso de ataques: a Petrobras. A maior estatal brasileira e da América Latina está no

olho de um furacão, e nele deve continuar por algum tempo, com as denúncias de corrupção da empresa para beneficiar partidos brasileiros. Entre eles, o PT e o PMDB, aliado do Governo.

À medida que a campanha avançava, as denúncias do ex-diretor da companhia, Paulo Roberto Costa, e do doleiro que atuava com ele, Alberto Yousef, se multiplicaram. A mais recente, divulgada pela revista semanal Veja, cuja linha editorial é anti-PT, insinua que a presidenta Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula da Silva seriam conhecedores de todo o esquema de desvios, a partir de relatos, que ainda estão em segredo de Justiça, do doleiro corrupto. O assunto é controverso, e já foi desmentido pelo próprio advogado de Yousef. A presidenta reagiu em seguida. "A Veja passou de todos os limites", reagiu a presidenta em seu programa eleitoral desta sexta. "É terrorismo eleitoral", completou. Não se sabe o impacto que as insinuações terão a esta altura da campanha. Certamente, será um farto prato para o último debate desta sexta à noite, na Rede Globo.

O rival Aécio Neves teve, com a Petrobras, um alvo preciso para atacar o PT desde o início do processo eleitoral. Neves criticou a má gestão da companhia e a necessidade de tirá-la da ingerência do partido em todas as oportunidades que teve. Dilma já admitiu publicamente, há alguns dias, que houve desvios e que os recursos subtraídos seriam ressarcidos quando toda a extensão do escândalo for confirmada. Há um problema sério na empresa, e seja quem for o presidente eleito, precisará dar uma resposta à sociedade brasileira e aos investidores globais que possuem ações da Petrobras, para estancar a sangria.

A estatal, fundada nos anos 50, tem revelado o pior do Brasil neste período, com a mescla do público e privado, e a corrupção desmedida. A empresa, porém, reúne também o melhor do Brasil. A companhia, que emprega 86.000 pessoas, tem sistemas de extração, produção, refinarias, oleodutos e rede de abastecimento no país inteiro. A Petrobras está sentada sobre um tesouro negro que faz diferença. Trata-se de uma reserva de 16,5 bilhões de barris de petróleo. O que fazer com as receitas desse petróleo também tem sido assunto para debate eleitoral. Mais ou menos ingerência do Estado? Fornecedores nacionais ou estrangeiros? Royalties para educação e saúde?

Alheia ao momento eleitoral, a empresa vive um momento importante, devido ao know how para explorar águas profundas. É do fundo do mar, sob a chamada camada do pré-sal que a empresa vem extraindo cerca de 25% da sua produção diária de mais de 2 milhões de barris de petróleo. Todos os anos, especialistas do mundo desembarcam no Rio de Janeiro para conhecer a eficácia da sua tecnologia. "A empresa é muito maior do que todas essas denúncias", defende Stephen Segen, professor de estruturas oceânica da Instituto Alberto Luiz Coimbra, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Alheia ao momento eleitoral, a empresa vive um momento importante, devido ao know how para explorar águas profundas

Segen recebe todos os anos alunos noruegueses, chineses, franceses e iranianos que se matriculam em seu curso para aprender mais sobre a tecnologia da empresa brasileira. "Um diretor que se envolveu em atos ilícitos não pode afundar uma empresa como a Petrobras", afirma o professor. Afundá-la, não. Mas sua caixa de Pandora faz estragos grandes na imagem e na valorização da petroleira. As ações da companhia oscilam ao sabor de cada novo fato que vem à tona, ainda que não estejam confirmadas todas as denúncias.

Somada à baixa do mercado internacional, a empresa vem perdendo valor de mercado. Do final de dezembro de 2010 até o final de setembro deste ano a companhia teve perda de

58%, segundo levantamento do jornal O Estado de São Paulo. Valia 228,2 bilhões e caiu para 96 bilhões. Nas últimas semanas até recuperou parte dos ganhos, mas nada retumbante. O ajuste era esperado, ainda que não nessa magnitude, diz o expert Jean Paul Prates. De fato, os problemas de gestão, que incluem o represamento do reajuste da gasolina para não afetar a inflação, prejudicaram a empresa. Mas, ela foi vítima também de um excesso de otimismo com o seu desempenho entre 2009 e 2010, garante Prates.

Ao fim e ao cabo, diz ele, a Petrobras é a cara do Brasil. "Ela apanha, falam mal, mas sempre tem investimento."

Entenda quais são os entraves ao crescimento da economia brasileira

Brasil cresceu, desde 2009, abaixo de grande parte dos países emergentes. Especialistas explicam quais são as 'amarras' e apontam soluções.

Se o ritmo de crescimento da economia registrado nos últimos anos fosse um campeonato de futebol, o Brasil estaria no meio da tabela, bem longe do G4, o grupo dos melhores colocados, e da possibilidade de se classificar para qualquer torneio internacional.

Entre 2009 e 2013, após a piora da crise financeira internacional, a economia brasileira registrou um crescimento médio de 2,68%. Foi superada pela maior parte dos emergentes e dos países da América Latina, mas ficou, em geral, acima da média de crescimento dos países da Europa e das economias mais desenvolvidas.

Nesta sexta (29), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a economia brasileira encolheu 0,6% no segundo trimestre deste ano, na comparação com os três meses imediatamente anteriores. Dos três setores analisados pelo IBGE para o cálculo do PIB, apenas um mostrou variação positiva, o de agropecuária, que teve ligeira alta, de 0,2% no segundo trimestre ante o trimestre anterior. O setor de serviços teve queda de 0,5% e o da indústria, de 1,5%.

Os números recentes do Produto Interno Bruto (PIB) mostram que o Brasil não tem conseguido superar o estigma do "voo de galinha", aquele que faz muito barulho, mas tem pouco alcance. O país tem registrado crescimento irregular: um pouco maior em um ano, seguido por expansão menor no seguinte. O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos no país, e serve para medir a evolução da economia.

O G1 procurou economistas para saber quais são as principais "amarras" ao crescimento da economia brasileira e buscar sugestões para reverter a situação nos próximos anos.

ENTRAVES AO CRESCIMENTO BRASILEIRO

Alta de preços gira ao redor de 6% por cinco anos seguidos, acima da meta central de 4,5%, o que diminui o poder de compra e reduz o nível de confiança das empresas e famílias

Juros altos

Em termos reais (descontada a inflação), são os juros reais mais altos do mundo, o que limita o crescimento do crédito e também do investimento na economia

Gastos públicos altos

Economistas avaliam que o governo gasta muito e gasta mal. Recomendam controle de gastos, o que contribuiria para baixar a inflação e os juros.

Carga tributária elevada

Em quase 36% do PIB em 2012, a carga tributária brasileira supera a dos demais países dos Brics (emergentes), além de EUA, Turquia, Suíça e Coreia do Sul, entre outros.

Investimento baixo

Taxa de 18% do PIB do Brasil é considerada baixa por economistas, que pedem redução dos custos.

Estrutura tributária complexa

Sistema brasileiro tem mais de 60 tributos. Somente no ICMS, há 27 legislações diferentes. Isso é considerado por estrangeiros como um dos principais entraves ao investimento no país.

Infraestrutura deficiente

Com poucas e ruins estradas, ferrovias, portos, aeroportos e infraestrutura urbana, transporte representa um custo maior no Brasil do que em outros países.

Burocracia

Alto nível de burocracia existente na economia brasileira dificulta e atrasa negócios, impondo um custo a mais para os empresários.

Educação

Níveis ruins de educação básica, além da baixa oferta de educação profissional, geram baixa produtividade na economia brasileira.

Corrupção

Problema é apontado como um limitador do crescimento da economia, pois recursos desviados poderiam ser aplicados nos serviços públicos.

Leis trabalhistas

Empresários apontam que a terceirização já é uma realidade na economia brasileira e recomendam sua regulamentação, com fiscalização pelo governo.

Comércio exterior

Analistas recomendam uma agenda de maior integração com o exterior para aumentar os negócios.

Licenciamento ambiental

Investidores pedem transparência no licenciamento, clareza, padronização de conceitos e normas e desburocratização.

Ranking

De 29 economias pesquisadas, entre elas países emergentes, da América Latina e também desenvolvidos, somente 12 registraram, na média dos últimos cinco anos, desempenho pior que o brasileiro: Rússia (+1,14%), México (+1,9%), África do Sul (+1,92%), Estados Unidos (+1,24%), Alemanha (+0,66%), Itália (-1,54%), Japão (+0,32%), Portugal (-1,38%) e Espanha (-1,34%).

Por outro lado, foi superado por 16 países, entre eles Argentina (+4,34%), Chile (+4,02%), China (+8,86%), Colômbia (+4,12%), Índia (+7,02%), Paraguai (+5,16%), Uruguai (+5,24%), Bolívia (+4,94%) e Costa Rica (+3,42%). Os dados foram compilados pelo Banco Mundial (Bird), considerando as divulgações oficiais de cada país, e estão disponíveis para consulta em sua página na internet.

Previsão do mercado para o Brasil

Segundo economistas dos bancos, a situação por aqui não deve melhorar tão cedo: até 2018, a expectativa do mercado financeiro é que o PIB cresça no máximo 3%, segundo o boletim Focus, que aponta a expectativa do mercado.

A última vez que a economia brasileira avançou mais de 3% foi em 2010, quando a expansão atingiu a marca de 7,5%, comparável ao ritmo chinês de crescimento. Desde então, a maior taxa foi a de 2013 (2,5%). Para este ano e o próximo, as previsões são de altas de 0,7% e 1,2%.

Em 2016, 2017 e 2018, por sua vez, as previsões dos economistas do mercado financeiro são de altas de 2,3%, de 3% e de 3%, respectivamente. Se as expectativas se concretizarem, o Brasil vai completar 8 anos de crescimento máximo de 3%: de 2011 a 2018.

O que fazer?

Uma das principais medidas para estimular o crescimento, segundo especialistas, é a redução de impostos. Mas ela deve ser bem feita e acompanhada de outras ações para o desenvolvimento do país.

"Com menores tributos, as famílias teriam mais renda disponível para consumir e para poupar, o que aumentaria nossa capacidade de investimento. Para reduzir a carga tributária, é necessário melhorar a qualidade dos gastos públicos por meio da melhoria na gestão", avalia Eduardo Bassin, economista da Bassin Consultoria. Ele acrescenta que é preciso qualificar o cidadão

para que ele seja um trabalhador com maior produtividade, além de resolver problemas de infraestrura.

Não tem país que se desenvolveu sem dar um grande salto na educação. Desde o ensino básico até a universidade".

Para o professor Gilberto Braga, do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), a reforma tributária é "urgente" no Brasil, com menor cobrança de impostos (desoneração) sobre o consumo e a produção, e aumento da taxação sobre a "acumulação de capital". "É impossível um ambiente empresarial com mais de 60 tributos."

Ele recomenda ainda o controle a inflação, por meio da Lei de Responsabilidade Fiscal (controle de gastos dos estados e municípios), do sistema de metas de inflação e da eficiência na gestão pública. Para a educação, ele sugere melhores escolas, professores e reforma de currículos, estimulando o conhecimento prático.

Emerson Marçal, coordenador do centro de macroeconomia aplicada da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, diz que seria importante não só reduzir a carga tributária do Brasil, mas também simplificar a estrutura dos tributos. "É um coisa complicadíssima fazer negócio com a estrutura tributária que a gente tem". Ele também sugere aumentar a integração comercial, pois avalia que o Brasil "está isolado do mundo".

"Também têm uma agenda de concessões de infraestrutura, que avançou, mas não na velocidade necessária. Não só portos, aeroportos, mas também infraestrutura urbana, como mobilidade", avalia Marçal. O pesquisador sugere ainda olhar com mais atenção educação básica no Brasil. "Precisa formar gente de melhor qualidade para o país dar um salto. Não tem país que se desenvolveu sem dar um grande salto na educação. Desde o ensino básico até a universidade."

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que representa o empresariado brasileiro, seria importante melhorar a gestão fiscal (controle de gastos públicos) para reduzir o papel da taxa de juros no controle da inflação no Brasil. A entidade também pede redução dos custos do investimento no Brasil.

Sobre a educação, a entidade diz que é preciso facilitar o acesso da população à escola, além de melhorar a qualidade do ensino básico e aumentar a oferta do profissional. "São necessários cinco trabalhadores brasileiros para fazer o que um norte-americano faz no mesmo setor, ou quatro para fazer o que um alemão faz ou então três para igualar a produtividade de um sul-coreano", afirma Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da CNI.

A entidade também defende a modernização da regulação das relações do trabalho combinando proteção ao trabalhador com foco na competitividade, além de um marco legal para regulamentar o processo de terceirização na economia brasileira. "Não se pode coibir a terceirização ou estabelecer condições que, de tão difícil cumprimento, a inviabilizem e deixem o ambiente de negócios desfavorável à geração de empregos e à competitividade empresarial", avalia.

Para a indústria brasileira, também é preciso aumentar a eficiência do processo de licenciamento ambiental. "Para isso, a indústria precisa de agilidade e transparência no licenciamento, clareza e padronização de conceitos e normas, além de procedimentos menos onerosos e burocratizados", afirma Rafael Lucchesi.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, reclama da taxa de investimento da economia brasileira, atualmente em cerca de 18% do PIB. Para ele, ela deveria ser, pelo menos, de 24% do PIB. "Estamos muito longe de quem deseja crescer. É preciso aumentar a eficiência do Estado e fazer mais com menos recursos."

Martins também defende a modernização da lei trabalhista. "A legislação atual é ultrapassada. É preciso regulamentar a terceirização, mas sem precarizar as relações de trabalho. Que o Ministério do Trabalho fiscalize quem está errado. Também precisamos melhorar a capacitação dos trabalhadores", afirma. Em sua visão, também é preciso fazer uma legislação ambiental específica para as áreas urbanas.

Dá pra crescer no curto prazo?

Com tantas dificuldades, o G1 questionou os economistas sobre uma possível expansão no curto prazo. O Brasil estaria condenado a ter, nos próximos anos, baixo crescimento do PIB, conforme estimam os economistas consultados pelo Banco Central?

Só crescemos um terço do podemos".

Para o professor Gilberto Braga, do Ibmec, com a estrutura jurídica, tributária e a abordagem social, o Brasil está fadado a ter crescimento baixo nos próximos anos. "Só crescemos um terço do que podemos."

Já o economista Eduardo Bassin avalia que talvez não seja adequado afirmar que o Brasil está fadado a ter vários anos de crescimento baixo. "Entendo que é imprescindível diminuir a crise de confiança que assola os agentes econômicos há alguns meses. Ao alterar as expectativas dos agentes, já teríamos um ambiente mais adequado ao crescimento, independente de quem seja o próximo presidente. Obviamente é necessário que implementemos medidas e reformas estruturais de forma a aumentar o dinamismo de nossa economia", conclui.

Emerson Marçal, da FGV-SP, recomenda enfrentar os "gargalos" que impedem um crescimento maior da economia. "Tem que fazer a lição de casa direitinho. Se fizer uma política econômica mais próxima do tripé [metas fiscais, de inflação e câmbio flutuante], você não vai ter dúvida sobre o primário [meta fiscal], a taxa de inflação. E isso pode facilitar o ambiente de negócios. Com contas certas e nível de preços [controlados], há mais previsibilidade", diz ele, acrescentando que isso pode melhorar a confiança e ajudar a estimular a economia no curto prazo.

Segundo Marçal, com a economia "patinando" e crescendo por três anos ao redor de 1% a 2%, isso não contribui para o aumento do chamado "PIB potencial", ou seja, possibilidade de o Brasil crescer sem gerar desequilíbrios, como, por exemplo, pressões inflacionárias. "Deve estar por aí o PIB potencial [em torno de 2% de alta]. Quando os economistas veem que o crescimento do PIB está próximo do PIB per capita, a economia está estagnada, ou muito próxima da estagnação. Tem de retomar uma agenda pró-produtividade, com uma agenda de curto e longo prazo."

Copa e crise na indústria puxaram a queda do PIB, dizem especialistas

Dado do 1º tri foi revisado para recuo de 0,2%, configurando recessão técnica.

Apesar disso, economistas acreditam em crescimento no 2º semestre.

Do G1, em São Paulo



Variação PIB 2012-2014 – matéria (Foto: G1)

As quedas consecutivas na produção industrial e a Copa do Mundo são as causas apontadas pelos especialistas ouvidos pelo G1 para a redução de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do 2º trimestre, com relação aos três meses anteriores. Com a revisão feita no resultado do 1º trimestre, esta é a segunda queda consecutiva neste ano e, apesar de configurar um quadro de recessão técnica, os economistas minimizam a situação e apontam para um crescimento sutil no segundo semestre.

Na contramão, o professor de economia da Universidade de São Paulo (USP) Simão Silber acredita que o país está sim em recessão, e que um evento esportivo não pode ser apontado como causa para três meses de desaceleração na economia.

A taxa de investimento teve um resultado preocupante, na visão dos especialistas: 16,5% do PIB, quando o ideal para um país como o Brasil é 20%.

Os dados da economia brasileira foram divulgados nesta sexta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro e serve para medir o crescimento da economia.

Dos três setores analisados pelo IBGE para o cálculo do PIB, apenas um mostrou variação positiva, o de agropecuária, que teve ligeira alta, de 0,2% no segundo trimestre ante o trimestre anterior. O setor de serviços teve queda de 0,5%, e a indústria registrou queda de 1,5% no período.

Veja o que dizem especialistas sobre o resultado do 2º trimestre:

Carlos Stempniewski, professor de economia e política das Faculdades Rio Branco

“A queda do PIB no segundo trimestre reflete bem a questão da Copa. A economia já não vinha em um bom momento – desde outubro que a indústria está tecnicamente em recessão –,

mas a Copa piorou o resultado. Tivemos um período em que o país praticamente parou, e os setores envolvidos no evento não lucraram o esperado. Falar em recessão técnica é um pouco de palavrório. Historicamente, o período eleitoral levanta o crescimento da economia, porque movimenta muito dinheiro. É sempre um reforço positivo no quadro. Se não tivesse a eleição, os resultados do segundo semestre poderiam ser piores. Acredito que haverá um crescimento tênue para os próximos trimestres, e o governo deve dar uma 'maquiada' nos dados, para terminar o ano com o PIB entre 0,45% e 0,60%."

Claudemir Galvani, professor do departamento de economia da PUC-SP

"Na minha avaliação, o fator que teve o pior desempenho foi a taxa de investimento, que reflete especificamente no setor onde o efeito multiplicador na economia é muito grande: a indústria. Neste trimestre ela ficou em 16,5% do PIB, quando o aceitável para um país como o Brasil é 20%. Também foi muito baixa com relação ao primeiro trimestre, o que é coerente com a redução da indústria. O grande perigo desse quadro é a desindustrialização, o que está sendo mostrado pelo número negativo do PIB industrial deste o começo deste ano. Mas há um ponto positivo: continuamos recebendo investimento estrangeiro, que não olha a curto prazo, e que está enxergando condições no mercado brasileiro. Apesar do indicador técnico de recessão, a tendência é de crescimento no segundo semestre, quando haverá menos feriados".

Simão Silber, professor do departamento de economia da Universidade de São Paulo (USP)

"Com a queda do PIB, considero que estamos sim em recessão. Há parâmetros internacionais que consideram dois trimestres de queda no PIB como recessão. Além disso, o país vem de uma desaceleração muito grande. O desempenho da economia está desmanchando. A indústria está desmoronando. Os dados divulgados hoje cobrem até junho, e temos dados para julho que mostram que a situação continua ruim. Como o segundo semestre tende a ser um pouquinho melhor que o primeiro, estamos caminhando para um crescimento próximo a zero neste ano. Para mim não seria surpresa uma estagnação econômica em 2014. Não acredito que a Copa teve muita influência, pois explicar três meses de desaceleração da economia por causa de um evento esportivo é forçado. Quando se erra na política de juros, de câmbio e fiscal, não adianta culpar o mundo [dos problemas da economia], que não está nesta situação."

Robson Braga de Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

"O segundo trimestre de 2014 para a indústria é um fracasso devido à redução das vendas da indústria automobilística, que está caindo 30%, a redução do aço, e do setor elétrico eletrônico. E as últimas notícias dão certo a redução também do consumo tanto no varejo quanto no atacado. E isso, na indústria, significa não reposição de estoques, então, significa não produção de novos produtos para colocar no mercado".

Fabio Bentes, economista da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em nota

"Ao nível baixo de confiança [na economia], soma-se atualmente o encarecimento dos recursos para consumo e investimentos obtidos no mercado de crédito. As taxas de juros cobradas nas operações com recursos livres [sem contar crédito habitacional e rural] para as pessoas físicas passaram de 36,2% para 43,2% nos últimos 12 meses. No crédito para pessoas jurídicas, houve avanço de 20% para 23,1%."

Paulo Francini, diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em nota

“Infelizmente, acreditamos que não há perspectiva de reversão desse quadro recessivo do setor num horizonte de curto prazo. Que o ano em curso será um desastre para a nossa economia, já sabemos. Queremos ter visão sobre urgência de medidas capazes de, a partir do próximo ano, alterar este cenário de queda.”

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, em nota

"A retração do PIB neste 2º semestre é resultado da política econômica equivocada adotada pelo governo. Este dado é nefasto para as campanhas salariais das categorias com datas-base no segundo semestre, pois irá dificultar e prejudicar as negociações e os índices de reajustes. Esta é a segunda vez consecutiva que o PIB encolheu, e, com isto, fica clara a incompetência da equipe econômica do governo. (...) O Brasil não vai alavancar economicamente sendo campeão mundial em taxa de juros e praticando uma nefasta política de incentivo às importações e à desindustrialização. Os números apresentados devem servir de alerta para o governo, visto que nossa economia está em franca recessão."

Desemprego aumentará no Brasil até 2016, diz OIT

Janeiro 2015

A taxa de desemprego no Brasil deve continuar crescendo nos próximos dois anos e atingir 7,1% em 2015 e 7,3% em 2016, prevê a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em estudo divulgado nesta segunda-feira.

No ano passado, o índice de desemprego no Brasil atingiu 6,8%, nos cálculos da organização.

Segundo o relatório "Perspectivas para o emprego e o social no mundo – Tendências para 2015", o desemprego no Brasil também deverá ser de 7,3% em 2017, o mesmo índice do ano anterior.

As taxas de desemprego previstas em relação ao Brasil em 2015 e nos dois próximos anos se situam acima da média mundial e também dos índices médios na América Latina e Caribe e dos países do G20, grupo que reúne as principais economias do planeta, entre elas o Brasil.

"Pela primeira vez desde 2002, o crescimento do PIB na América Latina em 2014 (e 2015) deverá ser inferior ao das economias avançadas. O desemprego voltou a crescer em toda a região, em particular nos países mais dependentes das exportações de matérias-primas", diz a OIT.

"O ritmo do crescimento econômico na região desacelerou claramente, afetando os mercados de trabalho", ressalta a organização.

De acordo com o estudo, o desemprego na América Latina deverá ser de 6,8% neste ano e de 6,9% em 2016. Em 2017, a previsão é de leve recuo na região, que deve voltar a registrar uma taxa de 6,8%.

Há grandes diferenças entre os países da América Latina. Impulsionado pela recuperação da economia americana, o México deve ter uma taxa de 4,8% neste ano.

Já para a Argentina, o índice de desemprego previsto é de 9,5%, segundo a OIT. Na Colômbia, deverá atingir quase 10% e, na Bolívia, apenas 2,7%.

O relatório aponta que as perspectivas mundiais de emprego vão se deteriorar nos próximos cinco anos.

Em 2014, mais de 201 milhões de pessoas estavam sem emprego, o que representa 31 milhões a mais do que antes do início da crise financeira mundial, em 2008.

Segundo a OIT, deverá haver cerca de 3 milhões de novos desempregados no mundo em 2015 e 8 milhões nos quatro anos seguintes.

O "déficit de empregos" no mundo, que contabiliza o número de postos de trabalho perdidos desde o início da crise mundial, é de 61 milhões, nos cálculos da organização.

"Se levarmos em conta as pessoas que vão entrar no mercado de trabalho nos próximos cinco anos, serão necessários 280 milhões de empregos suplementares até 2019 para absorver esse déficit", afirma a OIT.

A organização destaca que a economia mundial continua crescendo a taxas bem inferiores às registradas antes da crise de 2008 e que ela parece "incapaz" de reabsorver o déficit de empregos e reduzir as desigualdades sociais que surgiram nesse período.

"O desafio de fazer com que o desemprego e o subemprego voltem aos níveis antes da crise parece ter se tornado uma tarefa insuperável", ressalta a organização, que também alerta para os "sérios riscos sociais e econômicos" da situação.

De acordo com o relatório, o desemprego está caindo em algumas economias avançadas, como Estados Unidos, Japão e Grã-Bretanha, mas permanece "preocupante" na maior parte dos países europeus.

Nos Estados Unidos, o desemprego deve atingir 5,9% neste ano e 5,5% em 2016, depois de ter atingido 6,2% no ano passado.

Apesar da melhoria em algumas economias desenvolvidas, a situação de emprego se deteriora nos países emergentes e em desenvolvimento, diz o estudo.

Na China, o desemprego, que deve ser de 4,7% em 2014, segundo estimativas, deverá aumentar para 4,8% neste ano e 4,9% em 2016.

Para a OIT, o subemprego e o emprego informal "deverão permanecer irredutivelmente elevados" nos próximos cinco anos na maior parte de países emergentes e em desenvolvimento.

FMI reduz drasticamente projeção de crescimento do Brasil para 2015

Relatório baixou estimativa em 1,1 ponto percentual, para 0,3%.

Economia global também foi revisada para baixo, com avanço de 3,5%,

Do G1, em São Paulo

FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu drasticamente a projeção de crescimento do Brasil para 2015. O Produto Interno Bruto (PIB) deve crescer 0,3%, de acordo com o World Economic Outlook (WEO), divulgado nesta terça-feira (20). Esta é a quarta revisão negativa para o país publicada no relatório.

A estimativa é 1,1 ponto percentual menor que a divulgada no último relatório do fundo, em outubro do ano passado, quando a previsão de crescimento havia sido rebaixada de 2,0% para 1,4%. Em abril de 2014, o Fundo havia estimado alta de 2,7% para 2015 e, em janeiro do ano passado, de 2,8%.

O FMI também reduziu a projeção de crescimento para a economia mundial em 0,3 ponto percentual. Segundo o órgão, o PIB global deve avançar 3,5% em 2015. Os Estados Unidos foram a única economia em que as projeções subiram ante outubro, com avanço de 0,5 ponto percentual.

A queda [nos preços do petróleo] pode tornar-se um 'tiro no pé' ainda maior do que está implícito nas nossas previsões".

Olivier Blanchard, conselheiro do FMI

Para o órgão, o desempenho das economias emergentes, por sua vez, deve ser melhor que o das avançadas, com aumento de 4,3% contra 2,4% nos países ricos. As duas previsões também foram revisadas para baixo.

Petróleo e dólar pesaram na análise

O órgão enumerou quatro fatores que moldaram a nova perspectiva para o mundo. Um deles é a baixa cotação do petróleo, que acumula perdas recordes desde 2009. O crescimento desigual entre os países, com Estados Unidos em modesta recuperação, ao passo que economias como o Japão ainda têm desempenho abaixo da expectativa, pesaram na análise.

Outro fator foi a valorização do dólar, frente à queda de moedas importantes como euro e iene. Por fim, pesaram a elevação das taxas de juros em países emergentes – especialmente os exportadores de matérias-primas –, e a elevação do risco em títulos e produtos atrelados aos preços da energia.

De acordo com o relatório, essas revisões refletem uma reavaliação das estimativas na China, Rússia, zona do euro e Japão, assim como a atividade econômica mais fraca em alguns países exportadores, devido à acentuada queda nos preços do petróleo.

“O principal risco [ao crescimento] é uma reviravolta nos baixos preços do petróleo, embora haja incertezas sobre a persistência do choque de oferta dessa matéria-prima”, concluiu o FMI.

"A queda [nos preços do petróleo] pode tornar-se um 'tiro no pé' ainda maior do que está implícito nas nossas previsões. Em outras palavras, quando nos encontrarmos novamente na primavera, nossas projeções podem ter se tornado um pouco mais pessimistas", afirmou o conselheiro econômico e diretor do departamento de pesquisa do FMI, Olivier Blanchard.

Saiba mais –

FMI corta pela quinta vez previsão para crescimento do PIB brasileiro.

Economistas veem 'grandes desafios' para o Brasil voltar a crescer.

Ainda segundo o documento, há risco de deterioração causados por mudanças de humor e volatilidade nos mercados financeiros globais, especialmente em economias emergentes, onde os baixos preços do petróleo levaram vulnerabilidades aos exportadores de petróleo.

O órgão acredita, ainda, que a queda nos preços do mineral ocasionada por problemas de demanda – que segundo o órgão "devem ser revertidos apenas gradualmente ou parcialmente", vai impulsionar o crescimento global nos próximos dois anos, aumentando o poder de compra e a demanda privada de importadores de petróleo.

Mercado prevê crescimento zero do PIB e inflação de 7,15% em 2015

Expectativa de crescimento deste ano passou de 0,03% para zero.
Para inflação, estimativa de analistas avançou para 7,15% em 2015.

Do G1, em Brasília

As estimativas do mercado financeiro para este ano continuam piorando. Segundo pesquisa conduzida pelo Banco Central na semana passada com mais de 100 economistas de instituições financeiras, o crescimento da economia deve ser zero em 2015; e a inflação deve atingir a marca de 7,15% – a maior em 11 anos.

A expectativa do mercado para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano, que estava em 7,01% na semana retrasada, subiu para 7,15% na última semana. Foi a sexta alta seguida na estimativa para a inflação de 2015. Se confirmada, a taxa de 7,15% será a maior desde 2004, quando ficou em 7,6%. Para 2016, a previsão do mercado ficou estável em 5,60%.

Com isso, a estimativa do mercado para o IPCA de 2015 segue acima do teto do sistema de metas. A meta central de inflação para este ano e para 2016 é de 4,5%, com tolerância de dois pontos para mais ou para menos. O teto do sistema de metas, portanto, é de 6,5%. Em 2014, a inflação somou 6,41%, o maior valor desde 2011.

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que a inflação oficial do país, medida pelo IPCA, ficou em 1,24% em janeiro, depois de avançar 0,78% em dezembro do ano passado. Essa foi a taxa mensal mais alta desde fevereiro de 2003, quando ficou em 1,57%. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 7,14% – a maior desde setembro de 2011, quando o índice atingiu 7,31%.

Cenário para a inflação em 2015

Segundo analistas, a alta do dólar e dos preços administrados (como telefonia, água, energia, combustíveis e tarifas de ônibus, entre outros) pressionam os preços em 2015. Além disso, a inflação de serviços, impulsionada pelos ganhos reais de salários, segue elevada.

O governo, para reorganizar as contas públicas, informou que não fará mais repasses para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) neste ano, antes estimados em R$ 9 bilhões. Com isso, a alta da energia elétrica neste ano pode chegar a até 40% em 2015.

Ao mesmo tempo, também anunciou o aumento da tributação sobre os combustíveis, o que pode gerar um aumento de mais de 8% na gasolina e de 6,5% no diesel nas próximas semanas. Com isso, os chamados "preços administrados", segundo o próprio Banco Central, devem subir pelo menos 9,3% em 2015, o maior aumento desde 2004 – quando avançaram 9,77%. O peso dos preços administrados no IPCA é de cerca de 25%.

PIB zero

Ao mesmo tempo em que elevaram sua estimativa de inflação para mais de 7% neste ano, os economistas do mercado financeiro também reduziram novamente sua previsão para o crescimento da economia brasileira em 2015.

Para o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015, os economistas baixaram a estimativa de alta de 0,03% para zero na última semana – na sexta queda consecutiva. Para 2016, a estimativa de expansão da economia permaneceu em 1,50% de alta na semana passada.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços feitos em território brasileiro, independentemente da nacionalidade de quem os produz, e serve para medir o crescimento da economia.

No fim de outubro, o IBGE informou que a economia brasileira saiu por pouco da recessão técnica no terceiro trimestre de 2014 – quando o PIB cresceu 0,1% na comparação com o trimestre anterior. De janeiro a setembro, a economia teve expansão de 0,2% frente ao mesmo período do ano passado. Já no acumulado em quatro trimestres até setembro, a alta foi de 0,7%.

Em janeiro, durante encontro reunião do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, disse que espera um PIB "flat" (próximo de zero) neste ano. Ele anunciou, nas últimas semanas, aumentos de tributos e medidas para conter gastos públicos com o objetivo de resgatar a confiança na economia brasileira.



Juros devem ficar em 12,5% (Foto: G1)

Taxa de juros

Para a taxa básica de juros da economia brasileira, a Selic, que avançou recentemente para 12,25% ao ano, a expectativa do mercado é de 12,5% ao ano no fim de 2015 – o que pressupõe um novo aumento na taxa Selic. Para o término de 2016, a previsão do mercado é de que juros somem 11,5% ao ano.

A taxa básica de juros é o principal instrumento do BC para tentar conter pressões inflacionárias. Pelo sistema de metas de inflação brasileiro, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. Em 2015 e 2016, a meta central é de 4,5% e o teto é de 6,5%.

Câmbio, balança comercial e investimentos estrangeiros

Nesta edição do relatório Focus, a projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2015 permaneceu em R$ 2,80 por dólar. Para o término de 2016, a previsão dos analistas para a taxa de câmbio ficou estável em R$ 2,90 por dólar.

A projeção para o resultado da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações) em 2015 ficou estável em US$ 5 bilhões. Para 2016, a previsão de superávit comercial avançou de US$ 10,5 bilhões para US$ 12 bilhões.

Para este ano, a projeção de entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil avançou de US$ 59,2 bilhões para US$ 60 bilhões. Para 2016, a estimativa dos analistas para o aporte ficou caiu de US$ 60 bilhões para US$ 59,5 bilhões

FMI prevê Brasil com crescimento de apenas 0,3% em 2015

Previsão estimada anteriormente era de 1,4%. A mudança acontece graças à uma possível fuga de capitais do País e ao impacto gerado pela desaceleração na China

Por Agência Brasil — publicado 20/01/2015

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu drasticamente nesta segunda-feira 19 sua expectativa de crescimento para o Brasil em 2015, cujo PIB avançará apenas 0,3% diante da possibilidade de uma fuga de capitais e do impacto pela desaceleração na China.

No relatório divulgado em outubro passado, o FMI havia informado uma expectativa de crescimento do Brasil de 1,4%, de forma que a nova previsão reduz fortemente o avanço do PIB brasileiro, estimado em 0,1% no ano de 2014.

O Fundo reduziu sua expectativa de crescimento para toda a América Latina, que no conjunto deve crescer 1,3% em 2015 e 2,3% em 2016. Em outubro, a previsão de crescimento do PIB regional era de 2,2% para 2015 e 2,8% em 2016.

De acordo com o Fundo, as economias emergentes sofrerão o impacto de três fatores simultâneos: a desaceleração na China, as perspectivas desalentadoras para a Rússia e as revisões para baixo do crescimento nas exportações de matérias-primas.

Este último fator está ligado ao "impacto da queda nos preços do petróleo e de outras matérias-primas em termos de intercâmbio e de ingressos reais", que por sua vez "causarão um dano maior no crescimento a médio prazo", assinala o relatório.

Do ponto de vista dos mercados financeiros, as economias latino-americanas estarão expostas a "surpresas na trajetória da nacionalização da política monetária americana no contexto de uma expansão mundial sem equilíbrio".

Neste cenário, "as economias emergentes estão particularmente expostas, já que poderão sofrer uma reversão dos fluxos de capital", adverte o FMI.

Em relação à China, cujo crescimento está diretamente ligado ao avanço no Brasil, o Fundo prevê um PIB de apenas 6,8% em 2015, o mais baixo registrado no país nos últimos 25 anos.

Em outubro passado, o FMI havia antecipado um crescimento de 7,1% para 2015, o menor nível desde 1990 na China, mas que se mantinha acima dos 7%. Para 2016, o FMI prevê um PIB ainda mais moderado para os padrões chineses, de 6,3%.

De acordo com o último relatório do Fundo, a segunda maior economia do planeta manterá em 2015 sua trajetória de desaceleração, fundamentalmente devido a uma redução dos investimentos, uma tendência que permanecerá até 2016.

O Fundo também revisou para baixo suas previsões de crescimento global, apesar do impulso proporcionado pela queda dos preços do petróleo nos países importadores.

O PIB mundial avançará 3,5% este ano e 3,7% em 2016, com uma redução de 0,3 ponto em relação aos percentuais anunciados em outubro passado para os dois anos.

"A queda dos preços do petróleo – produzida em grande parte pelo aumento da oferta – estimulará o crescimento mundial, mas este estímulo se verá amplamente superado por fatores negativos", afirma o relatório.

De acordo com o FMI, a queda nos preços do petróleo – superior a 55% desde setembro passado – favorecerá em geral os países importadores, mas "oculta profundas diferenças de crescimento entre as grandes economias".

Neste cenário, o FMI elevou em 0,5 ponto sua previsão de crescimento para os Estados Unidos.

O Fundo prevê ainda que a zona do Euro seguirá ameaçada pelo risco de deflação.

BC está sozinho contra a inflação', diz economista

O Globo – 16/01/2014

Silvia Matos avalia que, ao elevar gastos, o governo pressiona os preços de serviços, num cenário de expansão do crédito, ainda que em ritmo menor. Para ela, o Banco Central terá de recorrer a novas altas de juros, um remédio amargo para a economia.

Qual é a situação da inflação hoje?

Houve aceleração da inflação nos últimos dois meses, principalmente de serviços. Sem considerar passagens aéreas, ela acelerou de 8,45% em 2012 para 8,75% em 2013. Isso preocupa. Quase 70% dos itens da cesta do IPCA subiram acima de 4,5%, que é o centro da meta, e mais de 50% subiram mais de 50%. Que loucura é essa? A inflação está muito alta, persistente e generalizada. Mesmo que se possa ter algum alívio de preços de alimentos, a gente está muito fragilizado. Nosso cenário é de inflação pelo IPCA em 6% este ano, mas há risco de ficar mais perto do teto da meta.

Por que a inflação no país está resistente?

Quando ela começa a rodar em nível elevado, os agentes se preparam para isso, e as pessoas repassam preços. Apesar de a economia não estar grande coisa, a pressão de demanda existe. Temos uma combinação muito ruim, de inflação alta com atividade fraca. Infelizmente, os salários estão crescendo acima da capacidade da economia. É preciso dar uma esfriada nisso.

Quando aumentam os gastos, o governo pressiona os preços de serviços. E o crédito continua crescendo. E o Banco Central fica sozinho (para combater a inflação).

O BC é o único no governo trabalhando para combater a inflação?

O BC faz o papel dele, mas, infelizmente, teria que subir mais os juros. O único remédio é amargo e é mais taxa de juros. A atividade cresceu pouco, mas a renda continuou em expansão. Só que a política fiscal é mais eficiente para combater a inflação. O governo está sinalizando o controle de gasto público, mas é muito pouco. E a política fiscal não tem muita margem de manobra. O governo só vai se mexer se a situação ficar dramática. A Fazenda teria que fazer mudanças radicais, mas é difícil em ano eleitoral.

Qual será o efeito do câmbio?

Teremos na inflação o componente do câmbio mais valorizado. E nem todo esse repasse do câmbio vem, como é o caso do combustível. Alguns preços estão desalinhados, como de combustíveis e de energia. Então, corremos o risco de um repique inflacionário mais à frente, o que exigiria uma dose cavalar de juros.

O que impede o crescimento da economia brasileira?

O baixo investimento é um problema estrutural. Os desembolsos em infraestrutura são fundamentais. Há também menos gente entrando no mercado de trabalho e com baixa qualidade. Há uma terceira questão: a ineficiência da economia como um todo. A política econômica está confusa, há uma instabilidade de regras. O Brasil tem problemas estruturais de baixo crescimento que devem ser perenes.

Alta da Selic gera custo extra de ao menos R$ 14 bilhões aos cofres públicos

O Globo – 16/01/2014

O combate à inflação por meio da elevação da taxa básica de juros, a Selic, vai custar pelo menos R$ 14,2 bilhões a mais aos cofres públicos neste ano. É o que mostra cálculo do economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria. Segundo ele, as despesas com juros devem crescer de R$ 56,5 bilhões no ano passado para R$ 70,7 bilhões neste ano, efeito do ciclo de aumento da Selic, que estava em 7,25% em abril de 2013 e chegou a 10,5% nesta quarta-feira.

Salto diz que sua estimativa é conservadora, pois considera apenas as operações compromissadas – instrumento do Banco Central (BC) para enxugar excesso de liquidez na economia pela venda de títulos públicos. Não está incluso o impacto dos juros sobre os títulos pós-fixados vendidos pelo Tesouro.

– Esses R$ 70 bilhões já representam três orçamentos do Bolsa Família. E o governo não vai conseguir mudar isso por decreto. É preciso mudar a base desta política fiscal expansionista, o que abriria espaço para uma política monetária mais decente – diz.

Pelos cálculos de José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), o aumento de gastos com o ciclo da Selic é um pouco maior, de R$ 15,3 bilhões. O número, também considerado conservador, tem como base a estimativa informada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União. Segundo o texto, o aumento de um ponto percentual da Selic provoca despesa extra com pagamento de juros de 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de produtos e serviços produzidos no país).

– A taxa de juros é o instrumento predominante de política monetária também em outros países, mas parece que existe monopólio disso aqui no Brasil – disse Afonso, lembrando que o governo também tem adotado outros caminhos para conter preços. – O governo está intervindo diretamente nos preços dos combustíveis, da energia elétrica. Os chamados preços administrados estão sendo mais administrados do que nunca.

Segundo Margarida Gutierrez, professora da UFRJ, o crescimento do custo de pagamento de juros pode ser maior este ano por causa das incertezas em torno do corte da nota de classificação de risco do Brasil pela agência Standard & Poor's (S&P) e do ano eleitoral. Ela explica que, neste cenário, os investidores tendem a exigir maior rendimento nos títulos do país.

– Se o BC não elevasse a Selic, aumentaria ainda mais a incerteza e cresceria ainda mais a conta de juros.

Adeus, consumo: BC quer incentivar a poupança

BC prepara plano de incentivo à poupança

O Globo – 16/12/2013

Após anos de estímulo ao consumo, o governo planeja agora incentivos à poupança, com o intuito de elevar a taxa de investimento do país, hoje em níveis baixos. Com a mira na nova classe média, o Banco Central prepara uma estratégia de educação financeira, que inclui o uso de tablets em áreas pobres, para que 50 milhões de brasileiros comecem a economizar.

Após anos de foco no consumo, governo quer estimular classe C a economizar para elevar taxa de investimento

Em vez de esconder dinheiro embaixo do colchão, o armador de ferragens Rubens Mariano deixa suas economias em uma conta corrente. É quase a mesma coisa, já que não recebe rendimento algum. Todo mês, ele separa R$ 200 ou R$ 300 para emergências. Não gosta de deixar na poupança porque acredita — erradamente — que não poderá sacar quando precisar. Com a mira em pessoas como ele, o Banco Central prepara uma estratégia para incentivar a poupança e aumentar a taxa de investimento no país, principalmente, entre a nova classe média. A medida vem após anos de incentivos do governo ao consumo.

Para fazer com que 50 milhões de brasileiros comecem a economizai; o Banco Central investirá em educação financeira. Uma das iniciativas é fazer softwares de jogos e distribuir tabíets em áreas pobres e favelas das grandes cidades para ensinar pessoas como Rubens. Se ele soubesse que pode usar os recursos da caderneta de poupança a qualquer momento, mas que só recebe os rendimentos a partir de 30 dias do depósito, ficaria mais tranquilo. E poderia entrar para as estatísticas de investidores brasileiros.

— No banco, eles falam que tem de deixar o dinheiro por três ou seis meses para render alguma coisa. Daí, deixo na conta mesmo, porque posso precisar — diz o trabalhador.

Formação de multiplicadores

Com isso, continua fora do grupo de poupadores do país, mas já faz parte da população bancarizada, que teve um incremento substancial com a ascensão da nova classe média. Em outubro, o Brasil ultrapassou a marca de 100 milhões de contas correntes: crescimento de 27% nos últimos cinco anos. Muitos brasileiros que utilizam o sistema financeiro nem abrem conta corrente. Crianças e adolescentes — principalmente das classes mais altas — têm instrumentos de poupança como a caderneta e até previdência privada. Por isso, 132,4 milhões de CPFs mantêm relacionamento ativo com o sistema. Para incentivar esse tipo de comportamento entre a população de menor renda, o BC encomendou uma pesquisa sobre os hábitos bancários da classe C. Essa parcela da população teve um papel importante na retomada do crescimento via consumo, após a crise global de 2009. Antes mesmo dos resultados do estudo, a autarquia já traça projetos para incentivar a poupança em 2014 — o último ano do programa de inclusão financeira da autarquia. O foco é sempre formar "multiplicadores" ou seja, pessoas da própria comunidade que possam repassar os conhecimentos. Aí, entram os joguinhos nos tablets.

Os dispositivos serão entregues às mulheres. Com ajuda de cooperativas de crédito e do Ministério de Desenvolvimento Social, o BC começa a identificar grupos que já se reúnem para alguma atividade como, por exemplo, costurar. O equipamento passará de mão em mão.

E elas poderão aprender a melhor forma de poupar num jogo j educativo e ensinar familiares.

— Esse é o maior desafio: como sensibilizar a população a fazer aplicações de mais longo prazo — afirmou o diretor de Relacionamento Institucional e Cidadania do BC, Luiz Edson Feltrim.

A autoridade monetária, entretanto, quer mostrar que a caderneta de poupança não é a única forma de guardar dinheiro. O BC sabe que a modalidade é o mecanismo predileto das famílias com menor renda, mas quer ensinar que — de acordo com o objetivo das famílias — há instrumentos mais apropriados e eficazes.

— Nunca pensei em deixar em outro lugar que não fosse a poupança — afirma a estagiária em enfermagem Talita Lobato. — Acho que por falta de informação nunca pensei nisso.

Já a cozinheira Janaína Ribeiro não consegue guardar nem uma pequena parcela do que ganha por mês. Mesmo assim, tem uma caderneta de poupança, onde depositou todo o dinheiro da rescisão do último emprego. Aos 25 anos, a mãe solteira conta que colocar na aplicação foi uma decisão imediata ao trocar de trabalho.

— Quando a gente poupa é em caderneta de poupança, não? — pergunta Janaína.

Outros instrumentos – Além de estimular a nova classe média a guardar dinheiro, o BC pretende ainda incentivar os bancos a criarem novos produtos para atrair esses potenciais poupadores. É uma determinação do presidente Alexandre Tombini, que tem falado cada vez mais sobre o tema. O assunto é uma das vedetes da diretoria comandada por Feltrim.

Vamos construir essa agenda: aumentar a poupança, alongar os instrumentos de aplicação financeira, mas não temos a fórmula ainda — afirmou Feltrim. — Vamos lançar o desafio para o pessoal de baixíssima renda para ensinar esse pessoal a poupar. Independentemente do valor do seu ingresso, você pode poupar e não apenas com caderneta de poupança, mas com vários instrumentos.

FMI: gargalos em infraestrutura afetam expansão do Brasil

Agência Estado

Publicação: 05/10/2014

A infraestrutura deficiente no Brasil não é apenas uma preocupação de médio prazo e tem afetado a atividade econômica do País mesmo no curto prazo, destaca um estudo do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgado na semana passada e que pede que os governos de diversos mercados invistam mais em infraestrutura. Em meio ao crescimento econômico decepcionante de vários países, o aumento do investimento público em energia, estradas, abastecimento de água e portos seria uma forma de estimular a atividade e gerar emprego.

"Em vários mercados emergentes, incluindo Brasil, Índia, Rússia e África do Sul, gargalos em infraestrutura não são apenas uma preocupação de médio prazo, mas têm sido apontados como uma restrição ao crescimento mesmo no curto prazo", afirma o documento do FMI, que faz parte do relatório "Perspectiva Econômica Global". Um aumento do investimento em infraestrutura é crucial para a transição da economia mundial para um nível maior de expansão, ressalta o relatório.

"Cinco anos após a crise financeira global, a recuperação das economias mundiais continua, mas permanece fraca", diz o FMI, que pode rebaixar novamente as previsões de crescimento para diversos países, incluindo o Brasil, em um novo relatório com projeções que será divulgado na semana que vem, dia 7.

Os países emergentes, após um forte crescimento econômico depois da crise de 2008, vêm registrando taxas decepcionantes de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), afirma o FMI. As taxas têm sido inferiores não apenas aos níveis do pós-crise, mas também aos números da década anterior a 2008. "A natureza persistente da desaceleração sugere que fatores estruturais podem estar contribuindo", ressalta o relatório. Embora os economistas da instituição reconheçam que outros itens tenham peso no esfriamento da atividade, as deficiências na infraestrutura são alvo de preocupação crescente, escrevem no documento.

"Em países com necessidade de infraestrutura, o momento é certo para um empurrão (nos investimentos)", afirma o relatório do FMI logo em seu início. As taxas de juros estão baixas nos mercados desenvolvidos e ainda devem continuar por algum tempo próximas de zero, o que reduz os custos de financiamento dos projetos. Além disso, os fracos níveis de expansão do PIB de vários países sinalizam que a atividade pode precisar desse tipo de estímulo. O aumento do investimento público em infraestrutura contribui para expansão maior do PIB no curto e longo prazo, diz o texto.

Em muitos países desenvolvidos o aumento do gasto em investimento público em infraestrutura é uma dos últimos recursos que restam para estimular a atividade, principalmente porque a política monetária já vem sendo usada desde 2008, destaca o FMI.

Apesar de incentivar o aumento dos gastos do governo em infraestrutura, o relatório do FMI faz a ressalva de que os projetos precisam ser eficientes e dar retorno. "O investimento público em infraestrutura pode se pagar se feito corretamente", aponta o texto, ressaltando que esse tipo de gasto pode ter maior efeito na economia se for feito de forma eficiente, ou seja, sem aumentar a relação dívida/PIB. O impacto na economia é maior quando o investimento público é financiado por dívida (emissão de papéis do governo ou tomada de financiamento em bancos

ou organismos multilaterais) do que por corte de gastos do governo em outros setores ou aumento de impostos.

"É difícil imaginar qualquer processo de produção em qualquer setor da economia que não dependa da infraestrutura. Ao mesmo tempo, uma infraestrutura inadequada pode ser sentida rapidamente", afirma o FMI. Em países desenvolvidos, o aumento de um ponto porcentual no gasto público com investimento aumenta o nível do produto em 0,4 ponto no mesmo ano e em 1,5 ponto quatro anos depois.

Brasil afunda no crescimento negativo, diz Banco Mundial

Economistas da instituição estimam redução de 1,3% do PIB brasileiro este ano

Com um escândalo de corrupção de grandes proporções dominando as atenções sobre o país, “o Brasil tem tido pouca sorte, afundando no crescimento negativo”, afirmou o economista-chefe do Banco Mundial, Kaushik Basu, no lançamento da nova edição do relatório "Perspectiva Econômica Global", esta tarde em Washington. O time de economistas da instituição multilateral projeta uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 1,3% em 2015.

O número é mais pessimista do que a avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI) feita em abril — de queda de 1% — e está em linha com o mercado financeiro, que projetou retração de 1,3% no último boletim Focus do Banco Central (BC), que circulou segunda-feira.

À recessão contribuem ainda os reajustes de preços administrados, que fizeram a inflação dar um salto para mais de 8% no acumulado em 12 meses, forçando aperto de juros; os baixos preços das commodities, que afetam as receitas com exportações; uma seca mais forte do que antecipada; e gargalos do lado da oferta (infraestrutura, mercado de trabalho, carga tributária etc). O Banco Mundial acrescenta ainda incertezas no fornecimento de energia como uma trava à produção industrial.

A forte depreciação do real frente ao dólar trouxe a taxa de câmbio para um patamar mais favorável às exportações, mas, salienta a instituição, o Brasil vai tirar proveito limitado do cenário.

“A competitividade das exportações continua a ser detida por gargalos estruturais, incluindo uma infraestrutura deficiente, abertura comercial limitada e um pequeno número de firmas exportadoras”, explica o relatório.

Segundo o time de economistas da instituição, o Brasil é, ao lado dos países em desenvolvimento exportadores de petróleo, uma das "decepções" da economia global, que cresce mais lentamente do que anteriormente estimado.

— O Brasil, com o seu escândalo de corrupção no topo das atenções, tem tido pouca sorte, afundando no crescimento negativo — afirmou Kaushik Basu, economista-chefe do Banco Mundial e vice-presidente sênior do organismo multilateral.

Com o resultado projetado para o seu PIB, o Brasil está contribuindo também, avalia o Banco Mundial, para a desaceleração da América Latina e as trajetórias "crescentemente divergentes" entre os Brics _ grupo das maiores nações emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A Rússia terá recessão acentuada este ano (queda de 2,7% do PIB) e a África do Sul patina, de acordo com as projeções. Já a Índia pela primeira vez lidera o ranking de crescimento do Banco (7,5%) e a China, mesmo desacelerando, mantém ritmo forte, a 7,1% este ano.

Para a equipe de Kaushik Basu, a recuperação da economia brasileira, se consolidada, será "modesta" nos próximos dois anos. Em 2016, o crescimento do PIB seria de 1,1%, passando a 2% em 2017.

Juros do crédito sobem pela oitava vez consecutiva e chegam ao maior patamar desde 2010

Taxa média em seis linhas de empréstimos está em 6,87% ao mês, o equivalente a 121,96% ao ano

O consumidor voltou a pagar juros mais altos nas operações de crédito no mês de maio. A taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 0,10 ponto percentual no mês passado, passando de 6,77% ao mês em abril (o equivalente a 119,48% ao ano) para 6,87% (121,96% ao ano). É a maior taxa de juros desde junho de 2010 e a oitava elevação consecutiva, acompanhando o movimento de alta da taxa básica de juros (Selic) que o Banco Central vem promovendo para tentar conter a alta da inflação.

O levantamento foi feito pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac). Segundo a pesquisa, entre seis linhas de crédito analisadas, todas tiveram suas taxas de juros elevadas no mês, entre elas juros do comércio, cartão de crédito rotativo, cheque especial, CDC-bancos-financiamento de veículos, empréstimo pessoal nos bancos e empréstimo pessoal nas financeiras.

Os juros do comércio subiram de 5,16% para 5,21% ao mês, enquanto os do cartão de crédito, os mais altos da praça, passaram de 12,14% para 12,34%. A taxa do cheque especial saltou de 9,74% para 9,90% e o CDC nos bancos para a compra de veículos foi de 2,03% para 2,08%. Os juros do empréstimo pessoal nos bancos foi de 4% para 4,06% e nas financeiras saltou de 7,54% para 7,60%.

Para o diretor da Anefac responsável pela pesquisa, Miguel Ribeiro de Oliveira, vários fatores explicam a escalada dos juros no comércio nos últimos meses. Ele lembra que o crédito apertado, o endividamento das famílias e os juros altos aumentam o risco de crescimento da inadimplência.

— A inflação mais elevada, o aumento de impostos e juros maiores reduzem a renda das famílias. E o cenário de baixo crescimento econômico se reflete no aumento dos índices de desemprego. Assim, as instituições financeiras aumentam suas taxas de juros para compensar prováveis perdas com a alta da inadimplência — diz Ribeiro de Oliveira.

Ele cita também que a elevação da carga tributária para o sistema financeiro que aumentou a CSLL (Contribuição Social sobre o lucro líquido) de 15% para 20% inevitavelmente será repasse para as taxas de juros das operações de crédito.

Para o diretor da Anefac, como a expectativa é que o Banco Central continue elevando a Selic, novos aumentos dos juros ao comércio devem ser registrados nos próximos meses.

Economistas elevam previsão de inflação neste ano pela oitava vez seguida

Mas os analistas mantiveram estimativa para os juros básicos em 14%

Economistas de instituições financeiras mantiveram a expectativa para a Selic no fim deste ano após o Banco Central elevar a taxa de juros a 13,75% na semana passada. Ao mesmo tempo, pioraram a perspectiva para a inflação pela oitava semana seguida: agora os analistas preveem que o IPCA acumule 8,46% ao fim deste ano, contra 8,39% estimados na semana anterior.

A pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira mostrou que os especialistas deixaram inalterada a projeção de que a Selic encerrará 2015 a 14% ao ano.

Na quarta-feira passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve o ritmo de aperto monetário e elevou a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 13,75% ao ano, levando a Selic ao mesmo patamar de dezembro de 2008.

Banco Mundial prevê queda de 1,3% no PIB brasileiro este ano

O Banco Mundial divulgou relatório nesta quarta-feira revisando de 1% para -1,3% a projeção de crescimento do PIB brasileiro este ano. Uma alteração de 2,3 pontos em relação à estimativa feita em janeiro. Entre todos os países da América Latina, o Brasil só crescerá mais que a Venezuela, que tem projeção de -5,1%, segundo o Banco Mundial. Para o ano que vem, a estimativa para o Brasil caiu de 2,5% para 1,1%.

Em relatório, o Banco citou os escândalos da Petrobras, que abalaram a confiança dos empresários, e a inflação elevada no país.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, têm previsão média de crescimento de 4,4% este ano, uma taxa menor do que os 4,8% previstos em janeiro. A queda das commodities afeta esses países, assim como a ameaça de alta dos juros nos EUA.

Para o mundo, a previsão é de alta de 2,8%, ou seja, não há como o governo culpar o mundo. Estamos tendo contração, enquanto a média é de crescimento.

OCDE põe Brasil e Rússia na lanterna de ranking de crescimento para 2015

Somente o Brasil e a Rússia, em uma lista de mais de 40 países, deverão ter queda do PIB em 2015, nas previsões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgadas nesta terça-feira.

Segundo o relatório Perspectivas Econômicas da OCDE, o PIB brasileiro deve sofrer retração de 0,8% neste ano. Em 2016, a estimativa é de retorno ao crescimento, com alta de 1,1%.

No documento, a OCDE piora novamente suas perspectivas para o Brasil. No relatório anterior, divulgado em março, a organização havia projetado queda de 0,5% do PIB brasileiro em 2015, e já havia revisado para baixo as perspectivas de crescimento de 1,5% neste ano, que constavam no estudo de novembro passado.

Apenas a Rússia, em uma lista que inclui 42 países mais a zona do euro, deverá ter desempenho abaixo do Brasil. O PIB russo deve cair 3,1% neste ano e ter crescimento de 0,8% em 2016, segundo o relatório.

A estimativa da OCDE em relação à queda de 0,8% do PIB brasileiro em 2015 é, no entanto, mais otimista do que a de analistas no Brasil, cujas previsões indicam que a economia contrairá 1,27%, segundo o Boletim Focus, do Banco Central, que recolhe pesquisas com 100 economistas de entidades financeiras.

"Ventos contrários da política de aperto econômico" foi um dos fatores que afetou o país, diz OCDE

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê queda de 1% da economia brasileira em 2015.

"A economia brasileira será afetada negativamente em 2015 pelo baixo nível de confiança, menores investimentos no setor de petróleo e pelos ventos contrários da política econômica de aperto", diz o estudo da OCDE.

"A performance fiscal do Brasil se deteriorou e a inflação subiu consideravelmente. Por consequência, restaurar a confiança nas políticas macroeconômicas continua uma prioridade", afirma o relatório.

A OCDE destaca também o baixo nível de investimentos no Brasil, inferior a 20% do PIB, "tradicionalmente baixo se comparado a padrões internacionais e latino-americanos".

Denúncias de corrupção na Petrobras tiveram impacto na economia do país, afirma OCDE

"Nos últimos quatro anos, a tendência é de baixa nos investimentos no Brasil em razão das incertezas das políticas e da falta de confiança", diz o documento.

"Esses fatores foram recentemente agravados pelas alegações de corrupção na Petrobras", afirma a OCDE, que prevê que os investimentos privados devem ser retomados no país em 2016, quando a atividade econômica voltar a acelerar.

Economia mundial

A OCDE prevê que a economia mundial irá crescer 3,1% neste ano e 3,8% em 2016.

"A retomada econômica após a crise financeira e econômica global que estourou em 2008 tem sido extraordinariamente fraca", diz a OCDE.

"O crescimento global tem sido consistentemente mais baixo do que a média dos 12 anos anteriores à crise financeira."

A organização aponta que o primeiro trimestre de 2015 registrou o crescimento global mais fraco desde a crise.

Desaceleração do PIB da China deve se intensificar

"Os Estados Unidos tiveram uma redução acentuada (no ritmo de crescimento), mas outras economias avançadas também encolheram durante esse primeiro trimestre e o crescimento na China desacelerou mais do que o previsto", segundo o documento.

A OCDE prevê que a economia americana irá crescer 2% neste ano (após 2,4% em 2014) e 2,8% em 2016.

O PIB da China, estima a organização, deverá ter expansão de 6,8% em 2015 e continuar desacelerando em 2016, com alta de 6,7%.

A zona do euro mantém sua retomada econômica: a OCDE estima aumento de 1,4% neste ano e de 2,1% em 2016 no bloco dos países da moeda única europeia.

PIB em queda: saiba o que esperar de um ano de recessão

Os dados do PIB do primeiro trimestre, divulgados pelo IBGE nesta sexta-feira, confirmam o que consultorias econômicas vinham prevendo há algum tempo: 2015 será um ano de aperto.

Entre janeiro e março, a economia retraiu 0,2% em relação ao trimestre anterior e 1,6% na comparação com o mesmo período do ano passado. "Houve queda tanto no consumo das famílias, quanto no investimento e gastos do governo", analisa o economista e professor do Insper João Luiz Mascolo.

Especialistas esperam que o segundo trimestre seja ainda mais difícil, em parte em função do anúncio, feito na semana passada, de que o governo pretende cortar R$ 69,9 bilhões do orçamento de 2015.

"Não há dúvida de que ainda vai piorar antes de melhorar", diz Mascolo.

"Pelas estimativas mais otimistas, uma recuperação só ganhará fôlego em 2016", concorda Márcio Salvato, coordenador do Curso de Economia do Ibmec-MG.

Até o governo já admite que o PIB deve cair 1,2% neste ano, o que seria a maior contração econômica vivida pelo país desde 1990, quando o governo Collor confiscou a poupança de milhares de pessoas desatando uma onda de demissões e falência de empresas.

Nos últimos anos, os brasileiros se acostumaram a um cenário de relativa bonança. Os salários vinham subindo, o índices de desemprego batiam recordes históricos de baixa e o acesso ao crédito estava cada vez mais fácil.

O que esperar, então, de um ano de recessão? E como se preparar para as incertezas e o aperto econômico dos próximos meses? A BBC Brasil consultou analistas financeiros e economistas para responder a essa questão. Confira:

Emprego em risco?

Se as previsões dos analistas estiverem corretas, centenas de milhares de brasileiros perderão seu ganha-pão este ano.

Em abril, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE registrou uma taxa de desemprego de 6,4%, a maior desde março de 2011. O índice ainda é baixo se comparado aos do início da década passada (que costumavam ter dois dígitos). Mas há um ano, era de 4,9%.

Já há setores que enfrentam demissões coletivas, como as montadoras, a construção civil e petróleo e gás (cuja crise foi acentuada pelas repercussões da Operação Lava Jato).

Um levantamento feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) mostrou que só a indústria paulista no ano passado teve uma perda de 128 mil postos de trabalho. E para este ano as perspectivas não são muito melhores.

"O desemprego está aumentando e infelizmente isso é só o começo, porque o mercado de trabalho reage ao cenário econômico com defasagem", diz Alessandra Ribeiro, analista da consultoria Tendências. "Pelos nossos cálculos teremos uma média de 370 mil desempregados a mais que no ano passado."

Para Samy Dana, professor de Finanças da FGV-SP, diante de um cenário como este é importante que as famílias mais vulneráveis revisem seus gastos e acumulem reservas.

Márcio Salvato, do Ibmec-MG, concorda e recomenda que essas economias para emergências sejam colocadas em uma aplicação de baixo risco, como um fundo de renda fixa ou títulos do tesouro.

"Um trabalhador que perde o emprego hoje provavelmente demorará mais para achar outra coisa - e possivelmente terá de aceitar um salário menor", diz Dana.

"Se alguém da família corre o risco de ficar desempregado, o ideal é que seus integrantes enxuguem seus gastos fixos para fazer uma reserva de precaução o quanto antes. Talvez seja hora de cortar a TV a cabo ou contratar um plano mais barato de celular. Eles também devem evitar fazer grandes compras ou comprometer o orçamento com a prestação de um carro ou imóvel."

Para Salvato, para alguns profissionais também pode valer a pena investir em formação e reciclagem.

"Em um ambiente de mais competição pelos postos de trabalho disponíveis, uma boa formação ou um treinamento específico podem fazer a diferença. Às vezes, pode até valer a pena pensar em mudar de área, se você trabalha em um setor que teve uma freada brusca", diz ele.

"Além disso, essa é hora de se empenhar para garantir a produtividade de seu trabalho, porque profissionais vistos como pouco produtivos no geral estão entre os primeiros a serem demitidos."

Bolsos mais vazios

Até o ano passado, era comum ouvir histórias de profissionais que pulavam de uma empresa para outra atraídos por salários mais altos. A partir deste ano, o grande diferencial de um bom emprego parece ser estabilidade.

A PME, do IBGE, já vem registrando quedas sucessivas na renda dos trabalhadores. Em abril, o rendimento real médio registrou a terceira queda consecutiva, ficando em R$ 2.138. O recuo foi de 0,5% frente a março e de 2,9% frente ao mesmo período de 2014.

"Em um cenário como esse, quem é demitido pode ter de aceitar um salário menor para voltar ao mercado", diz Dana. "Além disso, deve ficar cada vez mais difícil negociar aumentos para repor a inflação."

"Mesmo os sindicatos que estão saindo na rua hoje estão reivindicando estabilidade. Não há ambiente por uma briga por salários mais altos", concorda Salvato, do Ibmec.

A inflação, que segundo as previsões do mercado deve ficar em 8,2%, também ajuda a apertar o orçamento das famílias brasileiras.

E ainda é preciso pôr na conta um possível aumento de impostos.

"Já tivemos um aumento da carga com as altas da Cide, sobre os combustíveis, e do IPI dos carros, por exemplo. Mas é bem possível que venham mais aumentos por aí" , diz Ribeiro.

Ela explica, que, pelas contas de analistas da Tendências, sem esses aumentos vai ser muito difícil para o governo entregar o superavit de 1,2% do PIB, prometido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Ainda mais considerando o impacto do desaquecimento da economia na arrecadação.

"Por isso, o momento é mesmo de revisar gastos e cortar o que não for essencial", aconselha Dana.

Casa própria ou aluguel?

Os preços médios de imóveis em 20 cidades brasileiras já registraram uma queda real de 3,47% neste ano de acordo com o índice FipeZap.

Os mercados imobiliário de cada região e cidade brasileira têm dinâmicas próprias, mas Eduardo Zylberstajn, coordenador do índice, diz que no geral, os preços tendem a continuar caindo este ano em função de dois fatores.

Primeiro, o aumento do desemprego e a queda nos salários, que reduz a demanda do setor. "Esse é um mercado que depende muito da renda e confiança dos consumidores", diz Zylberstajn.

De outro, as mudanças nas regras da Caixa Econômica Federal para o crédito imobiliário, que reduzem o teto de financiamento com recursos da poupança para a compra de imóveis usados.

"Mas não vejo o risco de nada que se assemelhe a um 'estouro de bolha' no mercado imobiliário. O que devemos ter é um período de correção moderada de preços", diz ele.

Para quem quer comprar um imóvel, vale a pena esperar uma queda maior?

Ribeiro, da Tendências acredita que sim. Já para Zylbertajn vale a pena ficar de olho no mercado para tentar uma barganha desde já.

"Ao encontrar um imóvel de seu interesse você pode fazer uma oferta 20%, 15% mais baixa que o preço oferecido. Quem precisa vender sabe que no atual cenário é provável que tenha de aceitar um desconto", diz.

No caso do aluguel, a recomendação de muitos economistas e analistas financeiros é que se tente uma renegociação de contratos. "Mesmo antes do vencimento você pode tentar pagar menos se notar que o aluguel de outros imóveis em sua região está caindo", diz Dana.

Ribeiro, porém, acredita que, embora os preços do aluguel já tenham mostrado uma boa desaceleração este ano, "as novas dificuldades para o acesso ao crédito para a compra de um imóvel podem bloquear essa queda."

Câmbio volátil

Segundo as previsões do mercado, registradas no relatório Focus, do Banco Central, o dólar deve fechar o ano em R$ 3,20, mantendo uma média de R$ 3,07 ao longo de 2015.

Mas em função do cenário doméstico complicado e de uma série de incertezas relacionadas a recuperação da economia internacional também podem haver surpresas sobre esse indicador.

"Devemos ter muita volatilidade no câmbio. Ao que tudo indica, o Fed (Banco Central americano) deve começar a aumentar os juros no segundo semestre deste ano, o que tende a provocar uma valorização do dólar. Mas as variáveis que influenciam esse mercado são muitas - também temos as expectativas sobre a implementação do ajuste fiscal no Brasil - então é difícil fazer previsões de médio prazo", diz Ribeiro, da Tendências.

Dana diz que planos de viagens e estudos no exterior precisam ser repensados diante do novo patamar do dólar e dessa esperada volatilidade. A queda de 16% nos gastos de brasileiros no exterior nos primeiros meses deste ano mostra que muitos já estão refazendo as contas.

"Ao menos esse novo patamar do dólar faz com que tenhamos uma boa notícia no que diz respeito aos dados do PIB: as exportações estão começando a se recuperar", opina Ribeiro.

Mascolo, do Insper, concorda. Ele nota que o setor externo foi o que evitou uma queda mais acentuada no PIB do primeiro trimestre. "As exportações cresceram 5,7% em relação ao trimestre anterior", diz. "E o novo patamar do dólar também ajuda a indústria, ao dar mais competitividade a produtos brasileiros frente a concorrência externa."

Em 2014, a balança comercial brasileira teve deficit de US$ 3,93 bilhões. Para este ano, o mercado espera um superavit de US$ 4 bilhões.

Por que é tão difícil para o governo cortar gastos?

Após semanas de negociações e embates, o governo anunciou um corte de R$ 69,9 bilhões no Orçamento Federal, com objetivo de garantir recursos suficientes para o pagamento da dívida da União e manter as contas públicas equilibradas.

Com um orçamento amarrado, o governo teve que sacrificar áreas consideradas prioritárias. O Ministério da Saúde perderá R$ 11,8 bilhões e o da Educação, R$ 9,4 bilhões. O corte no orçamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) será de R$ 25,7 bilhões.

Emendas apresentadas por parlamentares, que em geral destinam recursos para gastos e investimentos em seus Estados de origem, sofrerão um corte de R$ 21,4 bilhões.

Os cortes são uma consequência do baixo crescimento da economia, o que tem impacto direto na arrecadação de impostos. Em sua apresentação, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, anunciou que o governo agora trabalha com uma queda de 1,2% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano.

O valor total anunciado ficou no meio do intervalo debatido pela equipe de Dilma Rousseff. De um lado, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, recomendou um contingenciamento de R$ 80 bilhões. De outro, os ministérios da Casa Civil e do Planejamento, defendiam uma redução menor, de R$ 60 bilhões.

A previsão para as receitas primárias (essencialmente com impostos e tributos) do governo foi reduzida de R$ 1,45 trilhão para R$ 1,37 trilhão. Os valores anunciados no contingenciamento podem parecer, então, uma parcela pequena desses ganhos vindos da arrecadação. Mas, na prática, representam um esforço expressivo de economia.

Diante disso, afinal, por que é tão difícil para o governo cortar gastos?

Gastos

O que acontece é que boa parte do Orçamento do governo é formada por despesas obrigatórias, ou cujas alterações são impopulares e dependem de aprovação do Congresso Nacional (Previdência Social, por exemplo) ou ainda por gastos fixados em contratos, como o pagamento dos salários dos servidores.

Aposentadorias compõem um gasto crescente devido ao envelhecimento da população e aos reajustes do salário mínimo, que hoje servem de referência para esses benefícios. Dessa forma, a Previdência Social deve consumir R$ 437 bilhões neste ano.

Já os gastos com pessoal, que subiram devido aos reajustes salariais e aos novos concursos realizados principalmente no governo Lula, devem somar R$ 235 bilhões. Além disso, o governo é obrigado a repassar parte do que arrecada para Estados e municípios, o que deve representar R$ 213 bilhões em 2015.

As chamadas despesas discricionárias, aquelas que de fato podem ser cortadas imediatamente pelo governo estão previstas em R$ 312 bilhões neste ano – e a maior parte desse valor corresponde a gastos em áreas sociais, como Educação, Saúde e os benefícios do Programa Bolsa Família, ou investimentos do PAC.

"O governo está apagando fogo. Não dá tempo de fazer uma reforma da Previdência e ele precisa cortar agora. Inevitavelmente terá que sacrificar investimentos", observa Carlos Thadeu de Freitas, ex-diretor do Banco Central e hoje economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio.

Cortes impopulares

O economista da PUC-Rio José Márcio Camargo nota que essas despesas previdenciárias representam 13% do PIB brasileiro, o que, segundo ele, é alto em relação à idade média da população.

A realização de uma reforma da Previdência, porém, é algo impopular, que enfrenta grande resistência na sociedade, pois representa cortes de benefícios sociais.

A tentativa do governo de mudar, por exemplo, as regras de seguro-desemprego, abono salarial e pensões está sofrendo forte resistência dentro do Congresso, até mesmo de parlamentares do PT, devido a grande impopularidade das medidas junto aos trabalhadores.

Nesse contexto, o governo tem sido pressionado por parcelas da sociedade e pelo PMDB, em particular, a enxugar a máquina federal. No entanto, o custeio administrativo – passagem aérea, luz, equipamentos, etc – não tem um peso tão expressivo nos gastos que permitam que o ajuste fiscal seja viabilizado simplesmente com a redução dos números de ministérios (atualmente 39), por exemplo.

Ainda assim, Camargo considera que a redução do número de ministérios, assim como a de cargos comissionados (postos preenchidos por indicação), seria muito importante simbolicamente, para convencer a população e o Congresso da necessidade de ajuste fiscal.

"Você não consegue fazer um ajuste só cortando esses gastos, mas você pode conseguir mudar a atitude da sociedade em relação aos gastos. As pessoas vão entender muito melhor porque o seguro-desemprego, o abono salarial, as pensões estão sendo cortados", acredita Camargo.

"Eu acho que o ajuste está tendo dificuldade de ser aprovado no Congresso exatamente por isso, porque ninguém percebe que o governo está efetivamente interessado em diminuir os seus próprios gastos", frisa.

Com orçamento amarrado, governo teve de sacrificar áreas consideradas prioritárias, como educação, saúde e infraestrutura

Corte insuficiente

Apesar do contingenciamento anunciado ser expressivo, Camargo diz que ele será insuficiente para garantir o cumprimento da meta de superávit primário deste ano, de 1,1% do PIB.

O objetivo dessa economia é pagar juros da dívida pública, evitando que ela cresça em proporção ao PIB. A estabilidade da dívida é considerada importante para manter a oferta de crédito para o governo, a juros menores. Seu crescimento descontrolado, pode afastar investidores dos títulos públicos, elevando as taxas pagas pelo Tesouro Nacional.

Diante das dificuldade de aprovar no Congresso as medidas de ajuste fiscal – além das mudanças nos benefícios, o governo também busca reduzir a desoneração da folha de pagamento das empresas – o Ministério da Fazenda vem promovendo aumento de impostos.

Hoje foi anunciado também o aumento da alíquota da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) paga pelos bancos de 15% para 20%, o que vai gerar uma receita de R$ 3,8 bilhões por ano. Em 2015, porém, o ganho é de apenas R$ 747 milhões.

Para Camargo, o governo deve evitar ao máximo esses recursos, porque a carga tributária do país já elevada.

O economista da FGV José Roberto Afonso, referência nos estudos de contas públicas, considera que o governo pode fazer mais na contenção de gastos. Ele defende, por exemplo, que a União seja mais dura na relação com seus fornecedores, procurando renegociar contratos.

"É possível cortar gastos tidos como fixos fazendo recenseamento de servidores e de aposentados, renegociando e reduzindo à força os contratos de compra de serviços, de bens e sobretudo de obras, cancelando restos a pagar (valores autorizados mas ainda não efetivamente gastos) ainda não efetivamente gastos e propondo descontos no pagamento dos que são inevitáveis", enumera.

"Imagina o poder de negociação do maior comprador de uma economia em recessão? Essas medidas estão sendo adotadas por alguns Estados e algumas prefeituras, mas eu nunca ouvi que tenham sido adotadas em Brasília", afirma.

Negócios com China reduzem influência dos EUA na América Latina

Os acordos fechados durante a visita do premiê chinês, Li Keqiang, à América Latina nesta semana elevam a um novo patamar a presença da China na região e reduzem o poder dos Estados Unidos para influenciar políticas em países latino-americanos, segundo analistas ouvidos pela BBC Brasil.

Li iniciou na segunda-feira um giro de oito dias pelo Brasil, Colômbia, Peru e Chile. Nesta terça, após reunião com a presidente Dilma Rousseff em Brasília, os dois líderes fecharam 37 acordos em várias áreas, entre as quais infraestrutura, energia e mineração. Segundo o governo brasileiro, os acertos envolvem gastos de mais de US$ 53 bilhões (R$ 160 bilhões).

O principal investimento anunciado é uma ferrovia que ligará a região Centro-Oeste ao Pacífico, atravessando o Peru. A obra facilitaria a venda de produtos brasileiros para a China, hoje feita a partir de portos no Atlântico, mas deve enfrentar a resistência de ambientalistas e grupos indígenas por cruzar um longo trecho da Floresta Amazônica.

Outro acordo firmado entre a Caixa Econômica e o Banco Industrial e Comercial da China criará um fundo de US$ 50 bilhões (R$ 152 bilhões) para financiar projetos de infraestrutura no Brasil, cerca de cinco vezes o valor da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Espera-se que Li anuncie novos investimentos até o fim de sua viagem, no dia 26. Em janeiro, o presidente chinês, Xi Jinping, autoridade máxima do país, disse que Pequim investiria US$ 250 bilhões (R$ 759 bilhões) na América Latina na próxima década.

Além de ampliar a influência de Pequim na região, analistas avaliam que as ações também buscam amortecer os efeitos da desaceleração da economia chinesa, que força suas empresas a buscar lucros no exterior.

Ofensiva de imagem

Para Oliver Stuenkel, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, a China tenta com a visita "desfazer o argumento de que vem para explorar o continente e criar uma relação de dependência" com países latino-americanos.

Uma das principais críticas à China na América Latina é a assimetria em suas trocas comerciais com a região. Os chineses compram principalmente matérias-primas de países latino-americanas, mas lhes vendem produtos industrializados, com maior valor agregado.

Ao diversificar seus laços com países latino-americanos para além do comércio e investir em áreas como infraestrutura, diz Stuenkel, a China reforça o discurso de que não busca apenas o benefício próprio na relação, mas integrar a América Latina à economia global.

"São ações que vão tornar a China um ator político e econômico na região por muitas décadas, e depois disso será impossível cortá-la da equação".

Para Stephan Mothe, analista da Euromonitor International baseado no Rio de Janeiro, a crescente participação chinesa na América Latina reduz a influência dos Estados Unidos na região. Ele diz que, ao passar a contar com financiamentos de bancos estatais chineses, os países latino-americanos se tornam menos dependentes de organizações mundiais que operam na órbita de Washington, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Os Estados Unidos passam a ter menos alavancagem para pressionar esses países a adotar as políticas que eles queiram", afirma Mothe, que morou na China por quatro anos.

Margaret Myers, diretora do programa de China e América Latina do Inter-American Dialogue, em Washington, diz que os chineses oferecem à América Latina e outras regiões um modelo alternativo aos financiamentos dos Estados Unidos e de órgãos mundiais tradicionais.

Nos últimos anos, muitos países emergentes têm recorrido a empréstimos chineses em vez de se engajar em lentas e complexas negociações com bancos multilaterais e países desenvolvidos, que costumam fazer uma série de exigências para liberar seus recursos.

Já críticos ao modelo chinês dizem que os empréstimos de Pequim são mais sujeitos a desvios e ignoram boas práticas ambientais e trabalhistas.

A oferta global de crédito chinês deverá aumentar ainda mais nos próximos anos, quando começarem a operar o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que a China gerenciará com seus parceiros nos Brics (Brasil, Índia, Rússia e África do Sul), e o Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (BAII), capitaneado por Pequim.

Flexibilidade ideológica

Analistas destacam outro aspecto da visita do premiê chinês. Em seu giro, ele deixará de lado aliados mais próximos de Pequim, como Venezuela, Argentina, Cuba e Nicarágua, e viajará a países com governos considerados mais moderados e identificados com os Estados Unidos.

Para Stuenkel, da FGV, a decisão busca mostrar que a China "consegue trabalhar com todos os lados" no continente.

Jaseon Marczak, vice-diretor do Adrienne Arsht Latin America Center do Atlantic Council, em Washington, lembra que três dos quatro países visitados por Li (Chile, Colômbia e Peru) integram a Aliança do Pacífico, bloco econômico lançado em 2012 e focado no comércio com a Ásia.

Os três países também integram as discussões para a criação da Parceria Trans-Pacífica (PTT), inciativa econômica liderada pelos Estados Unidos e que exclui a China. Para Marczak, ao visitar Colômbia, Chile e Peru, o premiê chinês fortalece a posição de Pequim nesses países e no Pacífico latino-americano, contrapondo-se a eventuais riscos da PTT aos interesses chineses.

Mothe, da Euromonitor International, diz que os movimentos de Pequim na América Latina também são uma resposta às ações americanas na vizinhança chinesa. "É como se eles dissessem: se vocês não respeitarem o nosso quintal, não respeitaremos o seu".

Já Stuenkel, da FGV, avalia que a China por ora não tem interesse em desafiar os Estados Unidos e fará de tudo para evitar confrontos com Washington, já que teria muito a perder com um conflito.

E como os Estados Unidos têm reagido às ações mais recentes de Pequim na América Latina?

Para Myers, do Inter-American Dialogue, a expansão do modelo chinês de financiamentos e o possível enfraquecimento das organizações multilaterais arquitetadas por Washington preocupam autoridades americanas.

Por ora, no entanto, ela considera que a reação do governo americano às ações chinesas na América Latina tem sido discreta.

Um dos poucos pontos de atrito é a construção do Canal da Nicarágua, maior obra de engenharia do mundo, financiada por um empresário chinês. A obra está em fase inicial e pretende ligar o Atlântico ao Pacífico, tornando-se uma alternativa ao Canal do Panamá. Autoridades americanas afirmaram que falta transparência à obra e cobraram o governo nicaraguense a sanar preocupações com questões ambientais e fundiárias.

Mas de maneira geral, diz Myers, "o que ouvimos do Departamento de Estado (americano) é que o que é bom para a América Latina é bom para todo o hemisfério".

Para Marczak, do Atlantic Council, as ações chinesas na América Latina não ameaçam os interesses dos Estados Unidos diretamente. "É importante que a América Latina diversifique sua economia e se desenvolva, e os investimentos chineses podem ajudá-la a chegar lá".

O problema, diz ele, "é como esses investimentos serão feitos, o quão transparentes serão e se serão bons para as pessoas que deles precisam".

"Nos últimos anos a América Latina teve importantes avanços em transparência e democracia em resposta a demandas populares, e seria preocupante se os acordos com os chineses fizessem a região retroceder nesses campos."

FMI prevê queda de 1,5% do PIB do Brasil

Fundo reduziu sua previsão para o crescimento econômico global em 2015 para considerar o impacto da fraqueza recente nos Estados Unidos

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reduziu nesta quinta-feira sua previsão para o crescimento econômico global em 2015 para considerar o impacto da fraqueza recente nos Estados Unidos, enquanto piorou sua projeção para o Brasil, passando a ver uma contração na economia de 1,5 por cento este ano.

Mas a instituição financeira global disse que as perspectivas de crescimento para o mundo no próximo ano permanecem intactas, apesar da crise da dívida da Grécia e recente volatilidade nos mercados financeiros chineses.

Para o Brasil, em particular, o FMI ajustou sua estimativa para o recuo na economia a 1,5 por cento em 2015, ante 1,0 por cento antes. Para o ano que vem, a entidade também passou a ver um crescimento mais modesto para o país, de 0,7 por cento contra projeção anterior de 1,0 por cento.

Já para a economia global, o FMI disse em uma atualização do seu relatório World Economic Outlook que a expansão este ano deverá ser de 3,3 por cento este ano, 0,2 ponto percentual abaixo do previsto em abril. O crescimento deve acelerar para 3,8 por cento no próximo ano, disse a entidade, percentual inalterado em relação à previsão anterior.

Em nota, a entidade assinalou que o crescimento nos mercados emergentes deve desacelerar de 4,6 por cento em 2014 para 4,2 por cento este ano, fundamentalmente impactado pela queda no preço de commodities e condições mais apertadas de financiamento externo, particularmente na América Latina, citando nominalmente o Brasil.

Para justificar a projeção reduzida para o crescimento global neste ano, o FMI atribuiu boa parte da culpa à projeção para os Estados Unidos. A economia norte-americana sofreu contração no primeiro trimestre, impactada por nevascas excepcionalmente pesadas, um dólar ressurgente e paradas nos portos da Costa Oeste.

O FMI disse que espera que a economia dos EUA cresça 2,5 por cento este ano. O FMI havia reduzido a estimativa para os EUA no mês passado ante 3,1 por cento em abril. O FMI também disse que a lentidão econômica nos EUA irá afetar Canadá e México.

"(Mas) a fraqueza inesperada na América do Norte ... deve se provar um revés temporário", assinalou o FMI no relatório.

O FMI também manteve suas previsões para uma retomada no crescimento na zona do euro, apesar de a Grécia se mover cada vez mais perto de um calote e para uma saída do bloco de moeda única.

"Os desenvolvimentos na Grécia não resultaram, até agora, em qualquer contágio significativo", disse o FMI. "Uma ação de política oportuna deve ajudar a gerenciar tais riscos se forem se materializar", disse o FMI.

O que mudou na previdência?

A presidente Dilma Rousseff vetou ontem a mudança na previdência aprovada pelo Congresso e propôs uma outra mudança no lugar. A proposta da presidente foi publicada como Medida Provisória nesta quinta-feira e já está valendo. O texto cria alternativas para o famigerado fator previdenciário, e tem consequências diretas na aposentadoria dos brasileiros.

Veja a seguir seis respostas para entender de vez o que muda na sua aposentadoria:

1. O que é o fator previdenciário?

O fator previdenciário foi criado no governo FHC para desestimular aposentadorias precoces e tenta mitigar um problema sério: o aumento nos gastos da Previdência Social. O dispositivo leva em conta a expectativa de vida do contribuinte, sua idade e tempo de serviço.

2. Qual o problema com ele?

O fim do fator previdenciário é uma reivindicação história do movimento sindical. Isso porque esse dispositivo tem reflexo direto no valor do benefício pago a quem se aposenta por tempo de serviço, antes de completar a idade mínima de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres. Isso prejudica quem começou a contribuir cedo com a previdência.

3. Qual era a proposta do Congresso?

A proposta aprovada no Congresso modificava esse sistema e o substituía pelo sistema chamado de 85/95. Por esta fórmula, o trabalhador teria direito à aposentadoria integral, caso a soma de sua idade e seu tempo de contribuição fosse igual a 85 para as mulheres e 95 para os homens. Com isso, a conta ficaria mais justa para quem tem mais tempo de contribuição.

4. Por que Dilma vetou esse projeto?

Dilma vetou o projeto porque o governo acredita que, do jeito que estava, a fórmula iria quebrar a Previdência Social no futuro, já que a expectativa de vida da população vem crescendo.

5. O que a presidente propôs no lugar?

Dilma aproveitou a ideia proposta pelo Congresso, mas fez algumas alterações. A fórmula 85/95 passa a valer a partir de agora, mas a soma será elevada gradativamente até chegar a 90/100.

O primeiro aumento ocorrerá em 1º de janeiro de 2017. Nesta data a pessoa que quiser se aposentar e receber o benefício integral precisará atingir 86/96 na soma de tempo de contribuição e idade. A fórmula ganhará um ponto a mais, de dois em dois anos, até chegar a 90/100 em 2022.

6. Como fica isso num exemplo prático?

Hoje, com a nova regra que já está valendo, um homem que queira receber aposentadoria integral deverá ter a soma de tempo de contribuição e idade igual a 95. Ele pode ter 65 anos de idade e 30 de contribuição, por exemplo. Em 2017, a soma precisará ser igual a 96. Ou seja, ele precisará ter 66 anos de idade, ou 31 anos de contribuição para fechar a conta.

Em cinco pontos: Por que a revisão da meta fiscal enfureceu o mercado?

A revisão da meta fiscal anunciada na quarta-feira pelos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Planejamento, Nelson Barbosa, caiu como uma bomba nos mercados. Nos últimos dias o

dólar disparou, a bolsa caiu e aumentaram as apostas de que os juros devem continuar subindo e o Brasil perderá seu grau de investimento.

A meta, que diz respeito ao montante que o governo promete economizar para pagar os juros da dívida pública, passou de 1,1% para 0,15% do PIB.

Na visão de parte dos economistas e analistas do mercado, a mudança representou um afrouxamento do compromisso com o ajuste fiscal e a recuperação das contas públicas.

A equipe econômica nega o afrouxamento e diz que o objetivo era ampliar a "transparência" e lidar com a questão fiscal com "realismo", tendo em vista a queda na arrecadação do setor público do primeiro semestre deste ano.

"Acho que pode até haver algum exagero nas reações do mercado. Mas podemos ver isso como uma forma de pressionar o governo para que ele dê provas claras de que ainda está comprometido com o ajuste e que Levy não perdeu apoio", opina o economista Antônio Carlos dos Santos, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Economistas e analistas consultados pela BBC explicaram, em cinco pontos, porque esse 'ajuste do ajuste' provocou a fúria dos mercados. Confira:

1) Escala da mudança

Até quarta-feira, o governo estava prometendo economizar em 2015 para o pagamento dos juros da dívida pública 1,1% do PIB, ou R$ 66,3 bilhões.

Muitos já consideravam a meta inviável tendo em vista a queda na arrecadação de quase 3% no primeiro semestre e as estimativas de que o PIB deve ter uma contração de 1,5% a 2% este ano. Mas a expectativa dos analistas era que a nova meta fosse de 0,4% ou 0,5% do PIB.

Levy e Barbosa revelaram que não só o governo reduziu sua promessa para uma economia de apenas 0,15% do PIB, ou R$ 8,7 bilhões, este ano mas que ainda há a possibilidade de que isso acabe sendo revertido em um deficit de R$ 17,7 bilhões (-0,3% do PIB) se iniciativas como o projeto para a repatriação de recursos de brasileiros no exterior não renderem o esperado.

"A revisão das metas de 2016 e 2017 também foi vista como muito radical e abrupta", explica Marcos Mollica, sócio-responsável pela gestão de recursos da Rosenberg Partners. A meta dos dois anos era de 2%. Agora, ficou em 0,7% e 1,3%.

O governo até anunciou um corte adicional de R$ 8,6 bilhões do orçamento para compensar a queda na arrecadação, provocada, em grande medida, pelo desaquecimento da economia. O mercado, porém, esperava mais cortes e um plano mais ambicioso para sanear as contas públicas.

"Talvez um corte no número de ministérios ou algo do tipo fosse interessante. O importante é que esse plano sinalizasse um compromisso com o ajuste", diz Wilber Colmerauer, diretor do Emerging Markets Funding, em Londres.

2) Fator surpresa

Analistas interpretaram mudança no ajuste fiscal como enfraquecimento da posição de Levy no governo

Semanas e até dias antes da mudança ser anunciada, o ministro Levy ainda se dizia comprometido com a meta de 1,1%, apesar de os dados da arrecadação já mostrarem que uma alteração seria necessária.

Para os analistas, a equipe econômica deveria ter começado a dar sinalizações de que haveria uma virada na meta no momento em que percebeu que esta poderia ser necessária.

"O modo como o anúncio foi feito, sem indicações prévias, acabou afetando a confiança na equipe econômica", diz Mollica. "Pareceu uma demonstração de fraqueza."

Para Santos, da PUC, "Levy errou na comunicação com os mercados."

Colmerauer concorda: "Eles tinham um plano anunciado há quatro meses e, de repente, trocaram de plano como quem troca de camisa. A imagem que isso passou para investidores estrangeiros é que o Brasil não está preparado para cortar gastos, que não há um consenso em torno do ajuste no governo e na sociedade."

3) Dúvidas sobre Levy

Levy sempre foi visto como o garante de um ajuste fiscal duro, enquanto Barbosa seria o defensor de uma abordagem mais gradualista.

A tese do ministro da Fazenda, avalizada por economistas ortodoxos, é que um ajuste contundente poderia gerar um "choque de credibilidade" na economia brasileira, criando as condições para uma retomada do investimento.

Mas Levy nunca foi visto como uma unanimidade dentro do governo. Seus críticos argumentam que um corte muito drástico nas contas públicas poderia lançar a economia em uma espiral recessiva em que esses cortes ampliam a recessão e a recessão derruba a arrecadação, levando à necessidade de mais cortes.

"O PT também é um grande crítico do ministro e por isso sempre houve dúvidas sobre em que medida ele tinha o apoio da presidente", diz Santos.

Com a revisão da meta, a percepção dos analistas é de que o ministro Joaquim Levy perdeu "a briga" dentro do governo, ou seja, que a tese "gradualista" ganhou terreno com a economia às portas de uma recessão.

O ministro nega que haja uma queda de braço no governo. "Mas acho difícil não ver essa mudança como um enfraquecimento de Levy", opina Santos.

4) Expectativa sobre grau de investimento

A revisão da meta fiscal deu força às apostas de que as agências de classificação de risco devem tirar do país o grau de investimento nos próximos meses, o que complicaria ainda mais a retomada do crescimento.

Sem o selo de bom pagador, paga-se mais para se financiar no mercado. Também fica mais difícil atrair investidores - há fundos de pensão que não podem colocar recursos em países que não são grau de investimento, por exemplo.

Mollica diz que na realidade o mercado já vem precificando a queda do grau de investimento há algum tempo: o crédito ao país já estaria mais caro que o de outros países com a mesma nota de risco.

"Mas é claro que quando a decisão for tomada haverá algum ajuste de posição", diz ele.

5) Contexto externo

Para Colmerauer, o timing da mudança da meta também "não poderia ter sido pior" em função do contexto externo.

"Uma série de incertezas sobre a economia chinesa está afetando o preço das commodities e faz com que os investidores estrangeiros há cerca de três semanas estejam muito sensíveis a qualquer instabilidade em países emergentes", diz Colmerauer.

"A sensação é de que uma tempestade pode estar a caminho na economia internacional e o que os ministros mostraram na quarta-feira é que o teto do Brasil está cheio de furos. Não estamos preparados."

SOCIEDADE

Imigração africana no Brasil aumenta 30 vezes entre 2000 e 2012

Entidades assistencialistas criticam demora e burocracia na obtenção de documentos

Palco dos maiores eventos esportivos do mundo nesta década, o Brasil não só concentrou a atenção de órgãos internacionais e de grandes investidores, mas também se fortaleceu como destino das tradicionais rotas de emigração do continente africano.

Dados da PF (Polícia Federal) aos quais a agência EFE teve acesso apontam que, entre 2000 e 2012, o número de residentes e refugiados africanos no Brasil cresceu mais de 30 vezes — mas os números podem ser ainda maiores, se forem levados em conta os imigrantes ilegais, sobre os quais não se têm registros oficiais.

O relatório da PF diz que, em 2000, viviam no Brasil 1.054 africanos regularizados de 38 nacionalidades, mas o número saltou em 12 anos para 31.866 cidadãos legalizados provenientes de 48 das 54 nações do continente.

Navio sem rumo

A maioria das rotas de imigração é por via aérea. Outras são pelo mar e, em alguns casos, há quem vá primeiro a países da fronteira norte para depois fazer a travessia para o território brasileiro por terra.

"Conheço alguns casos raros de pessoas que fugiram do Congo escondidas em navios e sem saber seu destino, que muitas vezes era o porto de Santos", no litoral paulista, afirmou o padre Paolo Parise, diretor da Casa do Imigrante de São Paulo, principal centro de amparo dos africanos.

O abrigo da pastoral recebe imigrantes desde 1978, em 90% dos casos estrangeiros e com status de refugiados. De acordo com Parise, antes havia predominância de latino-americanos e, agora, de africanos e haitianos.

A maioria dos africanos, segundo a PF, é de países lusófonos, como Angola e Cabo Verde, com 11.027 e 4.257 cidadãos respectivamente até 2012 — ano dos dados consolidados mais recentes — seguidos pela Nigéria, com 3.072 imigrantes que regularizaram sua situação.

Segundo o coordenador de Políticas para Imigrantes da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, Paulo Illes, o aumento da corrente imigratória africana é "mais visível" após 2010, quando o fluxo passou a ser "contínuo".

Illes, que trabalha com o tema da imigração há 15 anos, afirmou que a crise financeira de 2008 foi um dos fatores que fez muitos africanos optarem pelo Brasil e não por países da Europa, que por sua vez ficaram mais estritos com as normas migratórias.

A imagem de nação emergente no cenário internacional levou o Brasil a ser visto pelos africanos de lugares mais pobres como "o país do futuro e dos sonhos" e um destino "mais atraente" em termos de fácil receita e direitos trabalhistas em comparação à Europa, ressaltou Illes.

Guerras

A congolesa Cathy, por exemplo, deixou sua terra natal devido à guerra civil entre o governo e forças rebeldes no norte do país e depois de seu marido, membro de um partido de oposição, ser preso.

"Saí por questões de segurança, e como na África é difícil conseguir vistos, me disseram que para o Brasil seria fácil e que, como país emergente, precisava de mão de obra para o trabalho", contou ela, que chegou a São Paulo em dezembro do ano passado com os filhos e espera regularizar seus documentos para conseguir trabalho.

Parise lamentou que, apesar de a PF outorgar um documento provisório para acesso ao País nas fronteiras, o status de refugiado e as autorizações para trabalhar podem demorar meses.

— Pessoas que chegaram em março têm entrevista marcada para dezembro. Isso quer dizer que a vida delas fica parada até essa data, com uma série de consequências e problemas.

Cathy questionou a burocracia para obter os documentos e rotulou como "mito" a fama de receptividade dos brasileiros.

— Mudei de ideia, pois aqui se pedem documentos para tudo, até para comprar alguma coisa.

A xenofobia e as demonstrações de racismo, como o preconceito contra os africanos no transporte público e por parte dos órgãos de segurança, também são relatados por alguns imigrantes que chegam ao abrigo da pastoral.

Apesar de o Brasil ser mais "acolhedor" do que a Europa com os imigrantes, Parise explicou que a taxa de imigração comparada com a dos países europeus é "baixa".

"Se os imigrantes representassem 10% da população, gostaria de ver como a sociedade brasileira reagiria", concluiu o sacerdote, que lembrou que os imigrantes representam apenas 1% do total de habitantes do Brasil.

Ministério do Trabalho resgatou mais de 2 mil em situação de escravidão em 2013

Maioria foi encontrada no meio urbano e 41% trabalhavam na construção civil

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) divulgou nesta semana os dados das operações realizadas para fiscalizar a situação do trabalho escravo no Brasil. Foram realizadas 179 operações no último ano, que resultaram no resgate de 2.063 pessoas.

Mais da metade dos trabalhadores resgatados estavam no meio urbano — 1.068. Esta foi a primeira vez que o número ultrapassa o de encontrados em péssimas condições em áreas rurais.

Do total de resgatados, 41% trabalhavam na construção civil. As operações aconteceram em todo o País, mas em cinco estados os resgates foram maiores: MG (446), SP (419), PA (141), BA (135) e GO (133).

Além das más condições de trabalho fiscalizadas na construção civil, os setores da agricultura e da pecuária também apresentam números significativos de funcionários em situação análoga a de escravo. Respectivamente, 16% e 13% dos resgatados estavam nessas áreas.

O aumento da fiscalização resultou no crescimento dos resgates nas cidades. Em Minas Gerais, por exemplo, todos os trabalhadores resgatados no meio urbano realizavam atividades na área da construção civil. Já em São Paulo, os números se dividem entre as indústrias da construção e confecção.

Governo cria diretrizes para tentar controlar imigração de haitianos

Plano é incentivar que interessados em trabalhar no Brasil já cheguem com vistos em mãos

Haitianos estão ficando num abrigo do governo de São Paulo Sebastião Moreira/EFE

Após a confusão e troca de acusações entre os governo de São Paulo e do Acre, o governo brasileiro criou três diretrizes para tentar controlar a imigração de haitianos no País.

A primeira delas é incentivar que todos os interessados em viver e trabalhar no Brasil já venham com visto para evitar a ação de coiotes e do crime organizado. A segunda é a inserir os haitianos no mercado de trabalho e em programas sociais do governo.

Na próxima semana, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, deverá se reunir com os governadores do Acre, Tião Viana, e de São Paulo, Geraldo Alckmin, para discutir meios de inserção dos haitianos nas políticas públicas do País, como trabalho e educação.

Por último, o MRE (Ministério das Relações Exteriores) entrará em contato com os países de trânsito para que auxiliem na entrada regular no Brasil.

De acordo com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, cerca de trinta haitianos entram por dia no Brasil ilegalmente e a Embaixada brasileira no Haiti tem emitido mil vistos por mês.

O ministro disse ainda que a intenção não é restringir a entrada de haitianos, mas legalizar a entrada no País. Em 2010, haitianos começaram a entrar no Brasil pelas fronteiras no Norte do país, principalmente, pelo Acre.

Em 2012, o governo daquele Estado passou a abrigá-los num alojamento na cidade de Basileia, na fronteira com a Bolívia. Como chegavam sem visto, os imigrantes permaneciam ali até retiraren os documentos para trabalhar legalmente no País.

No início deste mês, por conta das enchentes que atingiram o Estado, o governo do Acre resolveu fechar o abrigo e transferir parte dos imigrantes à capital Rio Branco. Foram enviados a São Paulo outros quatrocentos estrangeiros.

O rolezinho como revelador do racismo e de estigmas eufemizados no cotidiano

A resposta dada pelos empresários dos shoppings não é racional, é cultural. Eles se expressaram com a única convenção social que possuem em mente: a da exclusão histórica de pobres e pretos

Por Le Monde Diplomatique Brasil

Ao som de muito funk, acessórios e roupas de marcas, adolescentes e pré-adolescentes se identificam como "nós somos as rolezeiras". "Rolezeira? Eu sou rolezeira", responde a jovem à repórter do UOL. "Rolê? Rolê, para mim, é curtição, é sair, beijar na boca." Na miríade de significados atribuídos ao "rolezinho" que encontramos na mídia, evocamos uma cena clássica a título de reflexão: a praça central das cidades natais de nossos pais e avós, pelo interior do país. A praça era dividida: em uma parte, as pessoas do "morro"; na outra, geralmente diante dos casarões que a circundam, os jovens filhos dos proprietários desses imóveis. A princípio, flertavam em convivência harmoniosa em torno do footing – uma espécie de "rolezinho de antigamente".

O frisson causado pela atualização desses eventos em shoppings não deixa de evidenciar o que as antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Milene Mizrahy destacaram sobre eles. A primeira se concentrou nos elementos estruturais dessa transformação, realçando as assimetrias sociais e, novamente, a falácia da democracia brasileira, muitas vezes tendo como consequência o próprio racismo. Já Milene Mizrahy destacou a atuação dos atores e dessa "velha prática" a partir do consumo, em um "novo" uso social do shopping, chamando a atenção para o fato de que, ao contrário do que alguns defendem, o uso de marcas e a presença no shopping são feitos de modo ostensivo pelos participantes. Estes agiriam assim para se fazerem diferentes dos "outros" que cerceiam sua presença em espaços destinados às elites, mas que "são cobiçados e igualmente desprezados". Trata-se de outro mundo, que não é, e não pretende ser, decalque do mundo dos frequentadores ordinários dos shoppings.

Muitos já presenciaram os aglomerados de adolescentes em corredores de shoppings, concentrados nas entradas auxiliares, geralmente perto dos pontos de transporte coletivo que dão acesso ao centro comercial. Tal fenômeno nunca ganhou a dimensão que teve nos últimos tempos, diante da reação à proibição de tal prática por parte de alguns administradores que logo se reuniram em peso para tentar coibi-la. Com a retaliação, os efeitos, segundo alguns, tiveram relação com os protestos de junho contra as tarifas, que mobilizaram parte da sociedade brasileira. Ainda que pela teoria oficial precisassem ser identificados, enquadrados, foi a partir das manifestações de crítica à proibição dos rolezinhos que se desencadeou a retaliação por parte da sociedade contra a criminalização da prática. Esta assumiu uma dimensão política, talvez um pouco distante das práticas das próprias rolezeiras, incrementadas, em relação ao footing, por novas relações criadas com usos específicos de aparelhos celulares, de aplicativos como o WhatsApp e do próprio shopping.

Sobre os eventos, seria importante destacar a multiplicidade de significados reatualizados, buscando não o monopólio de um ponto de vista, que se dá sempre a posteriori, e sim a complexidade dos fenômenos, dos agentes envolvidos e de suas transformações, a objetificação de pessoas, coisas e lugares, como as praças, os shoppings, os celulares, os produtos de marca, por exemplo, que constroem novas relações sem deixar de expressar, contudo, atualizações de variantes estruturais da sociedade brasileira, como o preconceito de classe e o racismo.

A herança racial no Brasil como variante estrutural

Nesse sentido, o rolezinho nos shoppings do Brasil é um fenômeno social que consegue desmascarar nossa pretensa democracia racial e as disputas de classe. Além disso, podemos desvendar os mecanismos ocultos no processo da chamada distinção social à brasileira, que se coloca bem mais complexa do que a dita distinção social à la française.

Podemos exemplificar esse processo quando caracterizamos alguns grupos sociais e seus estilos de vida, a saber, um executivo superior na França teria como disposições ou em um agir cotidiano num final de semana as seguintes atividades: ir ao teatro clássico, tipos de comportamento como o ato diferenciado de como pegar na taça de vinho, a escolha do tipo de vinho a ser degustado (Romanée-Conti) e compras nas lojas mais elegantes da Galeries Lafayette. É exatamente a "desenvoltura irônica", a "elegância preciosa" e a "segurança estatutária" dos dominantes que permitem classificá-los como elite e desclassificar os demais como outsiders. As classes populares substituem alguns produtos consumidos pelas classes dominantes − como caviar, uísque, champanhe, cruzeiros − por espumante, corino em vez de couro, reproduções no lugar dos quadros etc.

Há, portanto, uma vida que reconhece o desapossamento, e este último não é somente econômico, mas duplica-se no desapossamento cultural, que por sua vez fornece a melhor justificativa para o desapossamento econômico. Desprovidos de cultura oficial (aquela transmitida via escola), que é a condição da apropriação conformista do capital cultural objetivado nos objetos técnicos.

Os dominados tendem a se atribuir o que a distribuição lhes atribui, recusando o que lhes é recusado, contentando-se com o que lhes é concedido, avaliando suas expectativas segundo suas oportunidades, definindo-se como a ordem estabelecida os define e reproduzindo o veredicto da economia sobre eles. Existe um "conformismo lógico", como diria Émile Durkheim, ou seja, a orquestração de categorias do mundo social que, por estarem ajustadas a divisões da ordem estabelecida (e aos interesses dos que dominam), se impõe com aparência de necessidade objetiva.

No caso do Brasil, vemos a raça acompanhada de elementos de posição de classe como componente fundamental de privação (daquele que não o tem), e este fato é percebido como uma mutilação que atinge a pessoa em sua identidade e dignidade humanas, condenando-a ao silêncio em todas as situações oficiais em que precisa aparecer em público, mostrar-se diante dos outros com seu corpo, sua maneira de ser e sua linguagem. No caso do fenômeno dos rolezinhos, esse silêncio é quebrado por meio do desejo de comprar, de ser visto e de compartilhar um espaço destinado simbolicamente aos membros da elite, em geral constituída por pessoas brancas.

Inserimos, portanto, uma questão que torna esse jogo mais complexo, pois as classificações ditas sociais e raciais se travestem de classificações espaciais. Os shoppings sempre foram um

espaço de elite, dos grandes agentes endinheirados (como cita Jessé Souza em suas entrevistas), que têm como objetivo agregar a um ambiente de consumo elementos de socialização de um grupo que se distingue pelo dinheiro, por condições fenotípicas e pela dimensão simbólica de como portar-se nesses espaços, de como vestir-se e de como socializar-se com outras pessoas.

Para além da questão do preconceito fenotípico − pois fica muito evidente que a maioria dos jovens que aderem ao movimento do rolezinho é negra − e para além de uma discriminação de classe − pois também é evidente que esses indivíduos não possuem a marca de distinção social das elites frequentadoras dos shoppings, como o estilo das roupas, o modo de socializar entre si e de se comportar socialmente −, devemos levar em conta o traço da distinção que se dá pela segregação espacial.

Esses acontecimentos tornam explícito o fato de: (1) habitarmos um país que não vive uma verdadeira democracia racial, como assinalava Gilberto Freyre em Casa-grande & senzala – o que o senso comum replica, perpetuando essa ideia desde os anos 1930 –; (2) a questão de classe ter se tornado muito mais complexa em razão da abertura proporcionada pela gestão petista para reverter o quadro social por meio do empoderamento econômico dos ditos "batalhadores do Brasil"; e (3) a questão espacial transcender a da criação de espaços livres para o lazer (como acentua o sociólogo João Clemente Neto, da Universidade Presbiteriana Mackenzie), mas tocar na questão da segregação espacial e da criação de verdadeiras trincheiras simbólicas, diante das quais aqueles que fogem ao padrão heteronormativo da família burguesa, branca, elegante e distinta (modelo do período da Revolução Francesa) se encontram completamente fora.

Abrindo possibilidades para a reflexão

Em termos analíticos, o fenômeno rolezinho mostra que os empresários brasileiros não estão preparados para o novo grupo social que ascende socialmente e que por sua vez passa a frequentar os espaços ditos de classe média, como os shoppings. Esse grupo, em grande parte desempregados estruturais na década de 1990 ou herdeiros destes, ascenderam economicamente nos últimos dez anos por meio de políticas de distribuição de renda e geração de empregos, sobretudo na base da pirâmide social.

O episódio nos faz lembrar depoimentos de gerentes da Caixa Econômica Federal – por ocasião de uma pesquisa sobre o Bolsa Família realizada por autores deste texto – que afirmaram que, com a introdução do programa, tiveram de preparar seus funcionários para que estes atendessem os beneficiários do programa, afinal, o público atingido pelo Bolsa Família não é costumeiramente o cliente que frequenta bancos, possui conta bancária e domínio cultural das ferramentas das finanças. Com o Bolsa Família, os funcionários foram preparados para falar com o grupo. Não somente tecnicamente preparados, mas emocionalmente. Eles tiveram de se acostumar com outros hábitos linguísticos, outras vestimentas, outros odores, distintos do público que tradicionalmente frequenta o banco.

Portanto, a chegada dos beneficiários do Bolsa Família ao banco (os quais chamamos provocativamente de miseráveis) exigiu uma alteração cognitiva dos funcionários da Caixa. Alteração essa que não acontece em curto prazo, pois exige convencimento, mudança real no plano das ideias. Logo, é uma alteração que está em processo.

Mas quais são as relações entre os beneficiários do programa Bolsa Família e o fenômeno do rolezinho?

Como já dito, esse grupo de jovens faz parte de uma geração resultante de diversos programas sociais, inclusive o Bolsa Família. Como mostra Marcelo Neri, o Brasil criou nos últimos dez anos "uma nova classe média". Independentemente das classificações (nova classe média? Batalhadores? Ascensão dos miseráveis?), é fato que nos últimos anos um grupo historicamente excluído do acesso ao banco e ao consumo passou a fazer parte desses espaços. No plano macro, tivemos diversas políticas públicas que possibilitaram essa "recomposição dos grupos sociais": Bolsa Família, microcrédito, Prouni, Enem...

Essa mudança macro, via políticas públicas e projetos sociais, obviamente repercute no nível micro, nos indivíduos de carne e osso, os quais jamais foram apreendidos com exatidão pelas Ciências Sociais. E são esses indivíduos que passam a circular em outros espaços sociais, fazendo-se notar. Trata-se de uma guerra simbólica muito mais do que uma guerra material. E, como toda guerra, essa é também política. Trata-se de uma disputa política e simbólica por símbolos e representações, que por sua vez reflete as lutas entre as classes e os grupos sociais no Brasil contemporâneo.

No caso específico do rolezinho, de um lado da trincheira estão os grupos de classe popular, com seus hábitos e habitus particulares, seus ritmos, seus hábitos alimentares, linguísticos e de vestimenta. Do outro estão os empresários dos shoppings (e seus funcionários, assim como os clientes ditos oficiais desse espaço e alguns segmentos da imprensa), que assim como os funcionários da Caixa não estão preparados para falar e dialogar com esse grupo de "transgressores sociais", que querem entrar no templo do consumo e da ostentação.

A resposta dada pelos empresários dos shoppings não é racional, é cultural. Eles se expressaram com a única convenção social que possuem em mente: a da exclusão histórica de pobres e pretos; os funcionários, idem; assim como determinados segmentos da imprensa. Essa convenção social de exclusão não é mais uma prática individual, e sim uma prática incorporada nos corpos e nas mentes, um habitus coletivo do grupo dominante. Quando fazemos um retrocesso e olhamos historicamente para os programas sociais e as políticas públicas de inclusão dos pobres no Brasil, encontramos uma convenção social que pressupõe direitos sociais como "favor", assistencialismo. O que é oferecido ao pobre não é visto como direito no Brasil. Portanto, uma análise aprofundada dos direitos sociais no país nos mostra a cristalização do habitus de exclusão do pobre e preto.

Contudo, o fenômeno do rolezinho nos sinaliza questionamentos desse habitus, dessas convenções sociais. Remetendo a Erving Goffman, diríamos que esses adolescentes e jovens estão quebrando o sense of one's place, ou seja, o lugar predefinido para eles. Claro que mudanças provocam conflitos no plano das ideias, sobretudo as mudanças culturais. Assim, poderíamos dizer que, agindo "fora do lugar de origem", fora do esperado, esses jovens incomodam diversos segmentos. Tanto o empresariado do setor de shopping como os funcionários e "clientes tradicionais" – frequentadores desse espaço de distinção – sentem-se fortemente ameaçados pelos "miseráveis" em ascensão.

Nesse sentido, são interessantes as propostas que estão emergindo dos empresários e como essas disputas estão circunscritas no plano político. Em São Paulo, o presidente da Associação dos Lojistas de Shopping (Alshop), Nabil Sahyon, reuniu-se com o governador Geraldo Alckmin, que prometeu disponibilizar para os jovens espaços, chamados "rolezódromos", os quais poderiam abrigar shows com patrocínios das lojas. O prefeito Fernando Haddad diz haver um exagero na repressão, pois se trata de jovens com menos de 18 anos, que querem namorar e se

encontrar para conversar, e que estava sendo estabelecida uma gestão compartilhada nos CEUs e clubes comunitários para disponibilizar esses espaços.

Finalmente, a forma como a imprensa, os empresários e a política reagiram ao rolezinho foi apenas uma indicação cultural de que "as coisas estão fora do lugar". Isso seria resultado da recomposição dos grupos sociais no Brasil, que por sua vez é resultante das políticas públicas de redistribuição de renda. O fenômeno é revelador de que mudanças econômicas acontecem, mas as transformações culturais ainda estão por vir. E, para nós, são estas últimas que têm realmente a capacidade de uma "revolução simbólica", como diria o sociólogo Pierre Bourdieu.

Transformação econômica sem transformação cultural deixa um grande impasse para os grupos menos favorecidos economicamente, e o rolezinho é exemplo disso.

As cotas raciais chegam aos concursos públicos

Por ANDRE FIORAVANTI em 17/jun/2014

Foi publicada na semana passada a Lei nº 12.990/14, que reserva 20% das vagas dos concursos do Poder Executivo federal e de sua respectiva Administração Indireta (autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações) para candidatos negros, sempre que o número de cargos oferecidos for igual ou superior a três. Vale destacar que, por ora, a lei não alcança os concursos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e os certames estaduais e municipais. A tendência, todavia, é a expansão dessa política para as demais esferas da Federação.

Não é de hoje que o governo lança mão de ações afirmativas para tentar reduzir desigualdades históricas no mercado de trabalho (já conversamos sobre algumas delas aqui no blog). Depois das universidades federais, é a hora e a vez dos concursos públicos.

Naturalmente, as mesmas polêmicas surgirão, mormente por se tratar de medida que reduz as vagas destinadas à ampla concorrência: a cota racial se soma à reserva para portadores de necessidades especiais, totalizando 25% de cargos restritos a esses grupos. Não se pode negar, por outro lado, que, na mesma toada da necessidade de garantir o acesso a universidades, as barreiras do racismo realmente dificultam a inserção dos negros no mercado de trabalho formal e principalmente em postos de maior estatura.

Contudo, não é porque a nova lei tem boas intenções que não é passível de críticas. O governo insiste em adotar o critério da auto declaração: para concorrer às vagas reservadas aos negros, basta que o candidato se declare preto ou pardo (termos utilizados no censo do IBGE). A norma diz ainda que, em caso de "declaração falsa", será anulada a nomeação e instaurado processo administrativo para a punição do candidato.

Ora, mas o que seria uma "declaração falsa"? Qual o requisito para ser pardo? Se, de um lado, temos pessoas que, apesar da obviedade, afirmam que não são negros (como Neymar), de outro, pessoas de pele clara que possuem qualquer ancestralidade negra (como um bisavô, por exemplo) e comprovem isso serão consideradas pardas, como na one-drop rule norte-americana?

Ademais, penso que é hora de começarmos a cobrar a mesma política inclusiva do Governo Federal em relação a seus cargos de confiança. Claro que as universidade e cargos públicos merecem atenção, mas o que dizer do alto escalão da Administração Pública? Com a

aposentadoria de Joaquim Barbosa, será um juiz negro a ocupar sua cadeira no STF? E por que só há uma ministra negra dentro dos 39 Ministérios e Secretarias com status de Ministério, justamente a Ministra da Igualdade Racial? Será que o racismo está tão imbricado em nossa sociedade que nem mesmo aqueles que lutam pelo seu fim percebem-no em suas ações?

E não é que teve Copa?

por HENRIQUE SUBI em 13/jul/2014

No fim das contas, teve Copa. Que bom!

Não sei dizer se foi a Copa das Copas, como querem os marketeiros do Governo Federal. Vi poucas delas e somente nas últimas podia entender minimamente o que se passava. Mas, sem dúvidas, foi uma boa Copa, como reconheceram, inclusive, diversos veículos de imprensa internacionais.

Não podemos negar que foi uma Copa "à la" Brasil: tudo mais ou menos pronto de última hora, na correria, estádios padrão Fifa circundados por canteiros de obra; melhorias de mobilidade urbana que ficaram só na promessa; arquibancadas provisórias para garantir que todos que compraram ingresso teriam onde sentar. Ficou um pouco aquela sensação de teatro mambembe (no melhor sentido do termo), mas que funcionou, funcionou.

O povo, por seu turno, deu exemplo de receptividade. Continuou a fazer o que sabe fazer de melhor: festa! Garantiu uma vez mais uma legião de estrangeiros apaixonados por nossa terra. Americanos, alemães, colombianos, coreanos certamente não esquecerão o bom humor e a alegria do brasileiro.

As manifestações anticopa foram perdendo sua força a partir da abertura. Segundo algumas estatísticas, o número de manifestantes nas ruas caiu 40% na primeira semana do Mundial. Parece que o #nãovaitercopa cedeu à paixão que o futebol desperta em nossos corações, ainda que para muitos seja somente a cada 4 anos.

Até os aeroportos funcionaram! O esperado caos aéreo não veio. Não vieram também os aeroportos prometidos, as melhorias em nossa infraestrutura, ficaram os "puxadinhos" do Ministro espalhados por aí e alguns estádios que serão transformados em arenas de evento multiuso, porque nem todo Estado brasileiro movimenta milhões com o futebol.

A imprensa, definitivamente, acompanhou o sentimento do povo. Do pessimismo derrotista da véspera, afirmando que as manifestações atrapalhariam o Mundial, que os estádios não estariam prontos etc., só se falou de futebol. Os poucos incidentes foram mostrados rapidamente e voltamos à Granja Comary para falar da seleção. O mesmo se deu nas rodinhas de conversa, nas mesas de bar e nos encontros familiares.

A corrupção? Bem, a corrupção continua sendo nosso maior mal. Ao menos a Fifa está aí para mostrar que ela não é o monstro que assola somente o lado de baixo do Equador. Uma instituição europeia, formada majoritariamente por europeus, prova que o dinheiro compra sedes de Copa (Catar-2022) e ingresso a preço de ouro (cambistas "oficiais).

Pena que a seleção brasileira não correspondeu a tudo isso (quer dizer, talvez tenha se espelhado nas obras inacabadas...). Fico com duas frases que me marcaram na acachapante derrota para a Alemanha: "Eu preferia que fosse 1 a 0 para a Alemanha por uma falha minha

do que 7 a 1" (Júlio César); e "Eu só queria dar uma alegria ao povo brasileiro que sofre tanto" (David Luiz).

Sim, amigos, dentre tantas mazelas, contamos com o futebol para fazer festa. Sempre foi assim e sempre será. Que venha 2018!

Às vésperas da Copa, grupos retomam protestos e buscam apoio internacional

Manifestações simultâneas contra o evento ocorrem em todo o País

Grupos contrários aos gastos com a Copa dizem que terão apoio de ativistas internacionais

A menos de 30 dias da Copa do Mundo, uma série de ações marcadas para esta quinta-feira (15) buscam dar impulso a um eventual retorno dos grandes protestos às vésperas do megaevento.

E além de saírem às ruas das capitais brasileiras, os manifestantes contam agora com apoio internacional - em ao menos oito países foram confirmados atos de solidariedade aos manifestantes no momento em que o mundo está de olho no Brasil.

Organizados por dezenas de movimentos sociais, grupos de estudantes, sindicatos e diferentes entidades, os protestos estão sendo coordenados pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo e de outros locais. Eles contariam com apoio do Movimento Passe Livre (que iniciou a onda de protestos no ano passado), MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), e ao menos no Rio de Janeiro teriam apoio dos adeptos da tática Black Bloc.

Seus idealizadores prometeram ações em 15 cidades, entre elas a capital paulista, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

A expectativa é de que em São Paulo ocorram ações simbólicas e paralisações no trânsito desde o início da manhã, além do protesto marcado para o final da tarde.

Já no exterior, os organizadores dizem que haverá atos em Santiago do Chile, Buenos Aires, Londres, Paris, Berlim, Barcelona, San Francisco, Nova York e Bogotá — outras cidades aguardavam confirmação até a noite de quarta-feira.

Para Juliana Machado, do Comitê Popular da Copa de São Paulo, o apoio internacional ao '15M', como está sendo chamado o dia de mobilizações, é resultado de um esforço de divulgação.

— Está acontecendo um tour de ativistas brasileiros por algumas capitais do mundo, alertando para as nossas lutas. Além disso, traduzimos o manifesto para inglês, alemão, francês, italiano, espanhol, dentre outros idiomas, e disseminamos por nossas redes de contatos e articulações de movimentos.

Ela diz que houve a sugestão de que os protestos ocorressem diante das embaixadas brasileiras, mas que há total autonomia local quanto ao formato, lugar e horário das manifestações.

A ativista diz que a mobilização internacional conta tanto com ativistas brasileiros vivendo no exterior como estrangeiros que integram movimentos sociais em seus países e que se solidarizam com as demandas.

Dentre os 11 itens constantes do manifesto defendido pelo grupo e assinado por dezenas de organizações constam o passe livre, o direito à livre manifestação, a realocação das famílias removidas pelas obras da Copa, a indenização às famílias dos nove mortos durante as obras, dentre outras.

Impacto internacional

O geógrafo americano Christopher Gaffney, professor-visitante de pós-graduação na UFF (Universidade Federal Fluminense) que vem analisando as mudanças em curso no Brasil devido aos grandes eventos, diz que o embate dos diferentes atores sociais terá impactos diretos em como o mundo vai ver o Brasil nas próximas semanas.

— O que ocorrer aqui terá impacto direto lá fora. Se a polícia for violenta no Brasil, você terá reações no exterior. Mais ou menos protestos vai depender do que acontecer daqui para frente.

Quanto aos reflexos para a imagem do país no exterior, Gaffney diz que depende de quem se está tentando convencer.

— Para os executivos e grandes corporações internacionais, agrada ver que o Estado brasileiro está disposto a usar a força para defender seus interesses. Para o turismo e para mostrar que aqui se vive um estado democrático de direito, no entanto, será péssimo se as cenas de violência de junho do ano passado se repetirem agora.

Movimentação e outro lado

Após meses de especulação de especialistas, sociólogos e da imprensa, que buscaram prever a intensidade das mobilizações populares durante a Copa, o '15M' pode ser um primeiro teste de como as ruas vão, de fato, reagir ao megaevento.

'Eu tendo a achar que a linha é essa mesmo, do recomeço dos protestos de grande impacto. Acredito que deve haver um fluxo regular agora de manifestações, ações emblemáticas, e de grandes protestos', diz Gustavo Mehl, do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, no Rio de Janeiro.

Ele diz que deve haver a confluência entre as demandas dos movimentos sociais e dos trabalhadores que devem intensificar as greves que já estão ocorrendo.

— Muitos trabalhadores tiveram o custo de vida aumentado, os aluguéis subiram. Há o sentimento de revolta de que os eventos trazem oportunidades de negócios para os grandes empresários, e agora as pessoas querem sua parte. O trabalhador está cobrando a conta da Copa.

Na visão dos organizadores, os protestos, embora legítimos, devem ser adiados para depois do Mundial. Tanto a Fifa quanto o Ministério do Esporte apostam no clima de festa e comemoração e pedem que as manifestações sejam 'adiadas'.

Em entrevista à reportagem, em Londres, o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, disse em março deste ano que a Copa do Mundo "não é um momento de nós fazermos protestos, porque teremos todo o tempo para reivindicar e para melhorar as coisas no nosso país [depois do Mundial]".

Pouco antes, o secretário-geral da Fifa, o francês Jerôme Valcke, disse que a Copa "é a hora errada de protestar, porque é a hora que o Brasil deveria curtir esse momento único, um momento que eles não puderam ter desde 1950. É um direito protestar. Para eles (os manifestantes), é o melhor momento. Para mim, é a hora errada".

Polícia e segurança pública

Consultadas pela reportagem, as corporações de polícia das duas maiores cidades do país dizem estar preparadas para os protestos desta quinta-feira, mas se recusaram a comentar o assunto em maiores detalhes.

"A Polícia Militar se preparou especialmente para atuar nesses eventos, porém o esquema de policiamento, por questões estratégicas, não será comentado neste momento. Após as operações, deveremos fazer um balanço e comentar os resultados", disse, em nota, a Polícia Militar do Estado de São Paulo.

No Rio, a nota cita vandalismo e detenções.

— A Polícia Militar estará presente em toda e qualquer manifestação garantindo o direito constitucional. Se houver atos de vandalismo e dano ao patrimônio público, as pessoas serão detidas e conduzidas para as delegacias.

E a Secretaria de Estado de Segurança diz reconhecer "a importância de manifestações democráticas e que é dever e papel das polícias prover a segurança e preservar o direito de ir e vir de todos".

Censo 2010: Síntese dos principais resultados e acesso à publicação completa

17 de novembro de 2011 Sem categoria

Segundo os resultados do Censo Demográfico, os emigrantes brasileiros residiam em 193 países do mundo, sendo a maioria mulheres (53,8%). O principal destino dos emigrantes foi os Estados Unidos, especialmente daqueles oriundos de Minas Gerais. São Paulo era a principal origem dos emigrantes(aproximadamente 106 mil pessoas ou 21,6%). É a primeira vez que o IBGE investiga essa informação, que permite detectar a origem, o destino e o perfil etário e por sexo dos emigrantes.

O Censo 2010 detectou, ainda, que, embora muitos indicadores tenham melhorado em dez anos, as maiores desigualdades permanecem entre as áreas urbanas e rurais. O rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento1, ficou em R$ 1.202. Na área rural, o valor representou menos da metade (R$ 596) daquele da zona urbana (R$ 1.294). O rendimento das mulheres (R$ 983) alcançou cerca de 71% do valor dos homens (R$ 1.392), percentual que variou entre as regiões.

A taxa de analfabetismo, que foi de 9,6% para as pessoas de 15 anos ou mais de idade, caiu em relação a 2000 (13,6%). A maior redução ocorreu na faixa de 10 a 14 anos, mas ainda havia, em 2010, 671 mil crianças desse grupo não alfabetizadas (3,9% contra 7,3% em 2000). Entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento ou com rendimento mensal domiciliar per capita de até ¼ do salário mínimo, a taxa de analfabetismo atingiu 17,5%, ao passo que na classe que vivia com 5 ou mais salários mínimos foi de apenas 0,3%.

Apesar de a infraestrutura de saneamento básico ter apresentado melhorias entre 2000 e 2010, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, estas não foram suficientes para diminuir as desigualdades regionais no acesso às condições adequadas. A região Sudeste se destacou na cobertura dos três serviços (abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), ao passo que o Norte e o Nordeste, apesar dos avanços, estão distantes dos patamares da primeira. Um exemplo é o abastecimento de água por rede geral, que atingiu 90,3% dos domicílios do Sudeste, bem acima dos 54,5% na região Norte.O Censo 2010 detectou também mudanças na composição por cor ou raça declarada. Dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil indígenas. Registrou-se uma redução da proporção brancos, de 53,7% em 2000 para 47,7% em 2010, e um crescimento de pretos pardos e amarelos. Foi a primeira vez que um Censo Demográfico registrou uma população branca inferior a 50%.

Ao investigar a possibilidade de haver mais de uma pessoa considerada responsável pelo domicílio, observou-se que cerca de 1/3 deles tinha mais de um responsável. Nos demais, o homem foi apontado como único responsável em 61,3% das unidades domésticas. A mulher mostrou-se mais representativa como cônjuge ou companheira (29,7%), enquanto apenas 9,2% dos homens aparecem nessa condição.

Além destes, os resultados do Universo do Censo Demográfico 2010 apresentam dados sobre crescimento e composição da população, unidades domésticas, óbitos, registro de nascimento, entre outros. As informações, coletadas em todos os 57.324.167 domicílios, estão disponíveis para todos os níveis territoriais, inclusive os bairros de todos os municípios do país. A exceção fica por conta das informações sobre rendimento que, por serem ainda preliminares, não estão sendo divulgadas para níveis geográficos mais desagregados. A publicação completa pode ser acessada AQUI.

Brasileiros residem em 193 países estrangeiros

O número estimado de brasileiros residentes no exterior chegou a 491.645 mil em 193 países do mundo em 2010, sendo 264.743 mulheres (53,8%) e 226.743 homens (46,1%); 60% dos emigrantes tinham entre 20 e 34 anos de idade em 2010. Este resultado não inclui os domicílios em que todas as pessoas podem ter emigrado e aqueles em que os familiares residentes no Brasil podem ter falecido. O principal destino era os Estados Unidos (23,8%), seguido de Portugal (13,4%), Espanha (9,4%), Japão (7,4%), Itália (7,0%) e Inglaterra (6,2%), que, juntos, receberam 70,0% dos emigrantes brasileiros. A origem de 49% deles é a região Sudeste, especialmente São Paulo (21,6%) e Minas Gerais (16,8%), respectivamente primeiro e segundo estados do país de onde saíram mais pessoas (106.099 e 82.749, respectivamente).

Os EUA foram o principal destino da população oriunda de todos os estados, especialmente de Minas Gerais (43,2%), Rio de Janeiro (30,6%), Goiás (22,6%), São Paulo (20,1%) e Paraná (16,6%). O Japão é o segundo país que mais recebe os emigrantes de São Paulo e Paraná, respectivamente 20,1% e 15,3%. Portugal surge como segunda opção da emigração originada no Rio de Janeiro (9,1%) e em Minas Gerais (20,9%). As pessoas que partiram de Goiás elegeram a Espanha como o segundo lugar preferencial de destino, o que representou 19,9% da emigração. Esse país aparece como segunda ou terceira opção de uma série de outras unidades da federação, o que permite inferir que a proximidade do idioma estaria entre as motivações da escolha.

Goiás foi o estado de origem da maior proporção de emigrantes (5,92 pessoas para cada mil habitantes), seguido de Rondônia (4,98 por mil), Espírito Santo (4,71 por mil) e Paraná (4,39 por mil). Sobrália, São Geraldo da Piedade e Fernandes Tourinho, todas em Minas Gerais, foram as cidades brasileiras com maiores proporções de emigrantes (88,85 emigrantes por mil habitantes; 67,67 por mil; e 64,69 por mil, respectivamente). Entre as capitais, Rio Branco (AC) destaca-se com uma proporção de 12,82 emigrantes por mil habitantes, estando em 42º lugar no ranking nacional. Em seguida, Macapá (AP), com 4,30 por mil (37ª posição), Boa Vista, com 3,42 por mil (38ª posição), e Brasília, com 2,89 por mil (41ª posição).

Censo contabiliza 133,4 mortes de homens para cada 100 óbitos de mulheres

Em 2010, o Censo também introduziu a investigação sobre a ocorrência de óbitos de pessoas que haviam residido como moradores do domicílio. Entre agosto de 2009 e julho de 2010 foram contabilizados 1.034.418 óbitos, sendo 591.252 homens (57,2%) e 443.166 mulheres (42,8%). O maior número de óbitos masculinos resultou numa razão de sexo de 133,4 mortes de homens para cada grupo de 100 óbitos do sexo feminino.

A maior sobremortalidade masculina foi em Rondônia, 165,7 óbitos de homens para 100 mortes de mulheres, fruto de dois fatores: uma maior participação masculina na população total (razão de sexo para a população total de 103,4 homens para cada grupo de 100 mulheres, a segunda mais elevada do país) e uma maior mortalidade da população masculina em relação à feminina. Já a menor razão de óbitos pertenceu ao Rio de Janeiro, 116,7 falecimentos masculinos para cada grupo de 100 femininos. Esse fato pode ser explicado por ser o estado com a menor participação de homens na população total, 47,7%.

A sobremortalidade masculina ocorre em quase todos os grupos de idade, principalmente entre 20 a 24 anos de idade, 420 óbitos de homens para cada 100 de mulheres. Neste grupo, 80,8% do total de óbitos (32.008) pertenceram à população masculina. A partir desta faixa etária, este indicador começa a declinar até atingir no grupo de 100 anos ou mais, o valor mais baixo, 43,3 óbitos de homens para cada 100 óbitos de mulheres. Aos 81 anos o número de óbitos da população feminina já começa a superar o da masculina, em função de um maior contingente de mulheres.

Valores elevados também foram encontrados nos grupos de 15 a 19 anos (350 homens para cada 100 mulheres) e de 25 a 29 anos (348 homens para cada 100 mulheres). Isso se deve ao alto número de óbitos por causas externas ou violentas, como homicídios e acidentes de trânsito, que atingem mais a população masculina.

Na faixa de 20 a 24 anos, o menor valor pertence ao Amapá, 260 óbitos masculinos para cada grupo de 100 mortes da população feminina. No outro extremo, Alagoas apresenta a relação de 798 óbitos de homens para cada 100 mulheres mortas. Com exceção de Maranhão (397,7 homens para cada 100 mulheres) e Piauí (391,7 homens para cada 100 mulheres), todos os demais estados da região Nordeste estavam acima da média nacional (419,6 homens para cada 100 mulheres). Na região Centro-Oeste, somente Goiás (421,7 homens para cada 100 mulheres) se encontrava acima dessa média. Na Sudeste, os estados do Rio de Janeiro (476,7 homens para cada 100 mulheres) e Espírito Santo (466,9 homens para cada 100 mulheres) apresentaram razões acima da encontrada para o Brasil.

3,4% dos óbitos são de crianças menores de um ano e 43,9% são de idosos

No Brasil, 3,4% dos óbitos ocorreram antes do primeiro ano de vida. Esse valor, segundo as Estatísticas do Registro Civil de 1980, era de 23,3%, um declínio de 85,4% em 30 anos. A menor participação foi encontrada no Rio Grande do Sul (2,1%), seguido do Rio de Janeiro (2,3%), Minas Gerais (2,7%), São Paulo (2,7%) e Santa Catarina (2,8%). No outro extremo, Amazonas (8,5%), Amapá (7,9%), Maranhão (7,1%) e Acre (7,0%). Todos os estados das regiões Sudeste e Sul estão abaixo da média nacional, além de Paraíba (3,2%), Rio Grande do Norte (3,3%), Pernambuco (3,3%) e Goiás (3,4%).

O grupo de 70 anos ou mais de idade, que representava 2,3% da população em 1980, passou em 2010 para 4,8% do total. A consequência desse processo de envelhecimento populacional é o aumento da participação dos óbitos desse grupo no total de mortes. Para o Brasil, a participação dos óbitos da população de 70 anos ou mais de idade foi de 43,9%. Roraima possui a mais baixa participação, 30,4%, seguido do Amapá (31,9%) e Pará (34,3%). As maiores participações foram encontradas no Rio Grande do Norte (50,2%), Paraíba (48,8%) e Rio Grande do Sul (48,4%).

Participação nos óbitos na faixa de 1 a 4 anos é 118,9% maior na área rural

Os padrões de mortalidade das áreas urbana e rural são próximos. As maiores diferenças são observadas até os 15 anos. Enquanto na área urbana o grupo de menores de 1 ano concentra 3,1% do total de óbitos, na área rural este percentual é de 5,4%. A maior diferença foi encontrada no grupo de 1 a 4 anos, onde o percentual da área rural (1,6%) foi mais que o dobro do da área urbana (0,7%). Em contraste com a área urbana, a participação dos óbitos de menores de 1 ano em relação à população total, na área rural, assume valores bem significativos no Amazonas (16,0%), Amapá (15,0%), Acre (12,6%), Pará (11,1%) e Maranhão (10,2), os únicos que apresentaram percentuais acima de 10%.

Idade média é de 31,3 anos para homens e 32,9 para mulheres

Em 2010, a idade média da população foi de 32,1 anos, sendo 31,3 anos para os homens e 32,9 para as mulheres. A maior diferença foi no Rio de Janeiro, 2,5 anos em favor das mulheres. As idades médias mais altas estavam nas regiões Sul (33,7 anos) e Sudeste (33,6), seguidas do Centro-Oeste (31,0), Nordeste (30,7) e Norte (27,5). Sete estados possuíam idade média acima da nacional: Rio Grande do Sul (34,9 anos), Rio de Janeiro (34,5), São Paulo (33,6), Minas Gerais (33,3), Santa Catarina (33,0), Paraná (32,9) e Espírito Santo (32,4). A menor encontrava-se no Amapá, 25,9 anos.

A idade média da população urbana era de 27,1 anos em 1991, atingindo 32,3 anos em 2010, um acréscimo de 5,2 anos. Na área rural, este valor, que era de 24,8 anos em 1991, alcançou 30,6 anos em 2010. Os diferenciais das idades médias segundo a situação do domicílio diminuíram de 2,3 anos em favor da área urbana para 1,7 ano em 2010. O maior aumento entre 1991 e 2010 se deu na área rural da região Sul: 7,5 anos, onde a idade média passou de 27,4 para 34,9 anos. O Rio Grande do Sul apresentou a maior idade média da população rural, 37,2 anos, o Amazonas teve a menor, 24,0 anos. Goiás apresentou o maior incremento na idade média na área rural entre 1991 e 2010, passando de 25,7 anos para 33,6 anos (7,8 anos).

Diminui pela primeira vez o número de pessoas que se declararam brancas

Dos cerca de 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil indígenas. Registrou-se uma redução da proporção brancos de 53,7% em 2000 para 47,7% em 2010, e um crescimento de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%).

Cerca de 30% da população indígena de até 10 anos não tem registro de nascimento

O Censo 2010 mostra que 98,1% das crianças com até 10 anos eram registradas em cartório. Dentre os menores de 1 ano de idade, a cobertura do registro civil de nascimento foi de 93,8%, elevando-se para 97,1% para as pessoas com 1 ano completo e aumentando, consecutivamente, para as demais idades. A pesquisa considerou a existência de registro público feito em cartório, a Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI).

A região Norte foi a que teve as menores proporções de pessoas com o registro de nascimento por grupo etário. Entre os menores de 1 ano, 82,4% tinham registro civil de nascimento, número inferior ao da região Nordeste (91,2%). Em ambas, o percentual ficou abaixo do observado em todo o país (93,8%). A região Sul teve o melhor resultado, com 98,1%. Nessa faixa etária, as menores proporções foram no Acre (83,1%), Maranhão (83,0%), Pará (80,6%), Roraima (80,2%) e Amazonas (79,0%). No Amazonas (87,9%) e em Roraima (85,5%), mesmo entre as crianças com 1 ano completo, o percentual das que tinham registro civil foi significativamente inferior à média do país (97,1%).

Era menor a proporção de registro civil de nascimento para a população indígena em relação às demais categorias de cor ou raça. Enquanto brancos, pretos, amarelos e pardos tiveram percentuais iguais ou superiores a 98,0%, a proporção entre os indígenas foi de 67,8%. Para os menores de 1 ano, as proporções nas regiões Centro-Oeste (41,5%) e Norte (50,4%) são inferiores aos demais grupos, todos acima de 80%.

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais cai de 13,6% para 9,6% entre 2000 e 2010

A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi de 9,6% em 2010, uma redução de 4 pontos percentuais em relação a 2000 (13,6%). O indicador diminuiu de 10,2% para 7,3%, na área urbana, e de 29,8% para 23,2%, na rural. Entre os homens, declinou de 13,8% para 9,9%, e de 13,5% para 9,3%, entre as mulheres.

Regionalmente, as maiores quedas em pontos percentuais se deram no Norte (de 16,3% em 2000 para 11,2% em 2010) e Nordeste (de 26,2% para 19,1%), mas também ocorreram reduções nas regiões Sul (de 7,7% para 5,1%), Sudeste (de 8,1% para 5,4%) e Centro-Oeste (de 10,8% para 7,2%). A menor taxa encontrada foi no Distrito Federal (3,5%), e a maior foi de 24,3%, em Alagoas.

No contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento mensal domiciliar per capita de até ¼ do salário mínimo, a taxa de analfabetismo atingiu 17,5%. Nas classes de mais de ¼ a ½ e de ½ a 1 salário mínimo domiciliar per capita, a taxa caía de patamar, atingindo

12,2% e 10,0%, respectivamente, mas ainda bastante acima daquela da classe de 1 a 2 salários mínimos (3,5%). Nas faixas seguintes, a taxa de analfabetismo prosseguiu em queda, passando de 1,2%, na classe de 2 a 3 salários mínimos, a 0,3%, na de 5 salários mínimos ou mais.

3,9% das crianças de 10 a 14 anos ainda não estavam alfabetizadas em 2010

Na faixa de 10 a 14 anos, havia, em 2010, 671 mil crianças não alfabetizadas (3,9%). Em 2000, este contingente atingia 1,258 milhão, o que representava 7,3% do total. No período intercensitário, a proporção diminuiu de 9,1% para 5,0%, no segmento masculino, e de 5,3% para 2,7%, no feminino. A proporção baixou de 4,6% para 2,9%, na área urbana, e de 16,6% para 8,4%, na rural.

Na faixa entre 15 e 19 anos, a taxa de analfabetismo atingiu 2,2% em 2010, mostrando uma redução significativa em relação a 2000, quando era de 5%. Por outro lado, no contingente de pessoas de 65 anos ou mais, este indicador ainda é elevado, alcançando 29,4% em 2010.

Distribuição de rendimento permanece desigual

Em 2010, o rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento foi R$ 1.202. Na área rural, representou 46,1% (R$ 596) daquele da zona urbana (R$ 1.294). O rendimento médio mensal das mulheres (R$ 983) representou 70,6% dos homens (R$ 1.392), sendo que esse percentual variou de 70,3% na região Sul (R$ 1.045 para as mulheres e R$ 1.486 para os homens) a 75,5% na região Norte (R$ 809 das mulheres contra R$ 1.072 dos homens).

Em termos regionais, Centro-Oeste (R$ 1.422) e Sudeste (R$ 1.396) tiveram os rendimentos mais elevados, vindo em seguida o Sul (R$ 1.282). A região Nordeste teve o menor rendimento (R$ 806), 56,7% do verificado no Centro-Oeste, enquanto o segundo mais baixo foi o da Norte (R$ 957,00), que representou 67,3% do valor do Centro-Oeste.

A parcela dos 10% com os maiores rendimentos ganhava 44,5% do total e a dos 10% com os mais baixos, 1,1%. Já o contingente formado pelos 50% com os menores rendimentos concentrava 17,7% do total.

O Índice de Gini, que mede o grau de concentração dos rendimentos, ficou em 0,526. Ele varia de zero, a igualdade perfeita, a um, o grau máximo de desigualdade. Nas regiões, o mais baixo foi o da Sul (0,481) e o mais alto, da Centro-Oeste (0,544). O Índice de Gini da área urbana (0,521) foi mais elevado que o da rural (0,453).

A distribuição das pessoas de 10 anos ou mais por classes de rendimento mostrou que, na área rural, os percentuais de pessoas nas classes sem rendimento (45,4%) e até um salário mínimo (15,2%) foram maiores que os da urbana (35,6% e 4,8%, respectivamente). Já a parcela que ganhava mais de cinco salários mínimos mensais ficou em 1,0% na área rural e 6,0% na urbana.

Os percentuais da parcela feminina foram maiores que os da masculina nas classes sem rendimento (43,1% e 30,8%), até ½ salário mínimo (8,0% e 4,6%) e até 1 salário mínimo (21,5% e 20,8%).

O percentual de pessoas sem rendimento na população de 10 anos ou mais de idade foi mais elevado nas regiões Norte (45,4%) e Nordeste (42,3%) e mais baixo na Sul (29,9%), ficando

próximos os da Sudeste (35,1%) e Centro-Oeste (34,8%). Quanto ao contingente que recebia mais de cinco salários mínimos mensais, os percentuais das regiões Nordeste (2,6%) e Norte (3,1%) ficaram em patamar nitidamente inferior ao das demais. O indicador alcançou 6,1%, na região Sul; 6,7%, na Sudeste; e 7,3%, na Centro-Oeste.

Média de moradores por domicílio diminui conforme a renda aumenta

O rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento foi de R$ 2.222, alcançando R$ 2.407, na área urbana, e R$ 1.051 na rural. Entre as regiões, os mais altos foram os do Centro-Oeste (R$ 2.616) e Sudeste (R$ 2.592), seguidos da Sul (R$ 2.441). Em patamares mais baixos ficaram as regiões Nordeste (R$ 1.452) e Norte (R$ 1.765). O maior distanciamento entre os rendimentos médios domiciliares das áreas urbana e rural foi o da região Nordeste (R$ 2.018 contra R$ 910) e o menor, da Sul (R$ 2.577 contra R$ 1.622).

Entre as unidades da federação, o rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento do Distrito Federal foi destacadamente o mais elevado (R$ 4.635), seguido pelo de São Paulo (R$ 2.853). No outro extremo, ficaram Maranhão (R$ 1.274) e Piauí (R$ 1.354).

Do conjunto dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar, os 10% com os rendimentos mais altos detiveram 42,8% do total, e os 10% com os menores, 1,3%. Os 50% com os menores rendimentos ficaram com 16,0% do total. O rendimento médio mensal domiciliar dos 10% com os maiores rendimentos foi R$ 9.501 e dos 10% com os menores, R$ 295.

O Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios com rendimento domiciliar foi de 0,536. Ele foi mais baixo na região Sul (0,480) e mais alto no Nordeste (0,555). Em todas as regiões, o Índice de Gini da área urbana foi sensivelmente mais alto que o da rural.

A comparação das distribuições dos domicílios por classes de rendimento mensal domiciliar per capita mostrou que a concentração dos domicílios rurais nas classes sem rendimento (7,2%), até 1/8 do salário mínimo (13,1%), até ¼ do salário mínimo (14,5%) e até ½ salário mínimo (24,0%) foi substancialmente maior que a dos urbanos (3,8%, 2,1%, 5,5% e 16,1%, respectivamente). No agregado destas classes, encontravam-se 27,6% dos domicílios urbanos e 58,8% dos rurais. Por outro lado, 11,8% dos domicílios urbanos tinham rendimento domiciliar per capita de mais de três salários mínimos, enquanto que para os rurais esse percentual ficou em 1,7%.

O número médio de moradores em domicílios particulares permanentes ficou em 3,3. Nos domicílios com rendimento, esta média mostrou declínio com o aumento do rendimento domiciliar per capita. Na classe de até 1/8 do salário mínimo, o número médio de moradores foi de 4,9 e na de mais de 10 salários mínimos atingiu 2,1. Este comportamento foi observado em todas as regiões, tanto nas áreas urbanas como nas rurais.

38,7% dos responsáveis pelas unidades domésticas são mulheres

Segundo o Censo 2010, havia no Brasil cerca de 57 milhões de unidades domésticas, com um número médio de 3,3 moradores cada uma. Do total de indivíduos investigados, 30,2% eram responsáveis pela unidade doméstica. Desses, 61,3% eram homens (35 milhões) e 38,7%, mulheres (22 milhões). A maioria dos responsáveis (62,4%) tinha acima de 40 anos de idade.

A distribuição do total de unidades domésticas pelos diferentes tipos de constituição mostra que, em 2010, 65,3% eram formadas por responsável e cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente (37,5 milhões de unidades). O Censo 2010 abriu a possibilidade de registro de cônjuge ou companheiro de mesmo sexo do responsável, o que se verificou em algo em torno de 60.000 unidades domésticas no país, 0,1% do total.

Entre as unidades domésticas compostas por responsável e cônjuge, em 68,3% havia pelo menos um filho do responsável e do cônjuge (44,6% do total de unidades domésticas). Já os tipos constituídos por pelo menos um filho somente do responsável ou ao menos um filho somente do cônjuge (enteado do responsável) corresponderam, respectivamente, a 4,8% e 3,6% do total de unidades domésticas. Na distribuição das pessoas residentes, destaca-se a importância dos netos (4,7%), um contingente mais expressivo que o de outros parentes ou conviventes, revelando a existência de uma convivência inter-geracional no interior das unidades domésticas.

O Censo 2010 também investigou a possibilidade de haver mais de uma pessoa responsável pela unidade doméstica. Em caso afirmativo, foi solicitado que se elegesse uma delas para o preenchimento dos dados de relação de parentesco dos demais membros da unidade doméstica. No Brasil, cerca de 1/3 das unidades domésticas tinha mais de um responsável. Ao se segmentar por sexo, o homem aparece de forma mais recorrente como a pessoa responsável pela unidade doméstica (37,7%). A mulher, por sua vez, é mais representativa como cônjuge ou companheira (29,7%), enquanto apenas 9,2% dos homens aparecem nessa condição.

Domicílios próprios predominam nas áreas urbana e rural

O Censo 2010 mostra um Brasil com predomínio de domicílios particulares permanentes (99,8%) do tipo casa (86,9%) e apartamento (10,7%). Dependendo da localização, há distinções marcantes na sua forma de ocupação. Entre os urbanos, predominam os próprios (72,6%) e os alugados (20,9%). Nas áreas rurais, apesar de a maioria dos domicílios serem próprios (77,6%), há um percentual significativo de cedidos (18,7%).

Rede geral de abastecimento de água avança mais na zona rural

No Brasil, 82,9% dos domicílios eram atendidos por rede geral de abastecimento de água em 2010, um incremento de 5,1 pontos percentuais em relação a 2000. Na área urbana, o percentual passou de 89,8% para 91,9%, ao passo que na rural, subiu de 18,1% para 27,8%. Este avanço ocorreu em todas as regiões, embora de forma desigual. Sudeste e Sul continuaram sendo, em 2010, as regiões que tinham os maiores percentuais de domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água (90,3% e 85,5%, respectivamente), em contraste com o Norte (54,5%) e Nordeste (76,6%) que, apesar dos avanços, continuaram com os percentuais mais baixos.

A expansão da rede geral de abastecimento de água se deu de forma significativa em direção às áreas rurais. No Sul, a proporção de domicílios rurais com abastecimento por rede passou de 18,2% em 2000 para 30,4% em 2010. No Nordeste, o crescimento foi ainda maior (18,7% e 34,9%, respectivamente). A região Norte, com a menor proporção (54,5%), teve um aumento proporcional mais acelerado na área rural do que na urbana: no rural foi um aumento de 7,9 pontos percentuais e de 3,7 pontos percentuais no urbano.

Esgotamento sanitário adequado cai na região Norte

Entre 2000 e 2010, a proporção de domicílios cobertos por rede geral de esgoto ou fossa séptica (consideradas alternativas adequadas e esgotamento sanitário) passou de 62,2% para 67,1% em todo o país. O mesmo se deu em quatro das cinco regiões, com exceção da Norte, onde o aumento de 2,0 pontos percentuais na área rural (de 6,4% em 2000 para 8,4% em 2010) não foi suficiente para compensar a queda de 6,1 pontos percentuais ocorrida nas áreas urbanas (de 46,7% para 40,6%). O Sudeste continuou sendo a região com as melhores condições, passando de uma cobertura de 82,3% dos domicílios, em 2000, para 86,5%, em 2010. Segue-se a região Sul, que passou de 63,8% para 71,5%. A região Centro-Oeste apresentou o maior crescimento de domicílios com rede geral ou fossa séptica no período, acima de 10%. A despeito da melhoria das condições de esgotamento sanitário, o Centro-Oeste tinha pouco mais da metade de seus domicílios com saneamento adequado (51,5%) e o Norte (32,8%) e Nordeste (45,2%) apresentaram patamares ainda mais baixos. Nessas regiões, as fossas rudimentares eram a solução de esgotamento tanto para domicílios urbanos quanto rurais.

Lixo é queimado em 58% dos domicílios rurais

Como os demais serviços de saneamento, a coleta de lixo aumentou no período entre os Censos, passando de 79,0% em 2000 para 87,4% em 2010, em todo o país. A cobertura mais abrangente se encontrava no Sudeste (95%), seguida do Sul (91,6%) e do Centro-Oeste (89,7%). Norte (74,3%) e Nordeste (75,0%%), que tinham menores coberturas (57,7% e 60,6%), apresentaram os maiores crescimentos em dez anos, de 16,6 e 14,4 pontos percentuais respectivamente. Nas áreas urbanas o serviço de coleta de lixo dos domicílios estava acima de 90%, variando de 93,6% no Norte a 99,3% no Sul. Nas áreas rurais, o serviço se ampliou na comparação com 2000, passando de 13,3% para 26,0%, em média.

Em relação às demais formas de destino do lixo, há melhoras em 2010, principalmente nas áreas rurais, porém, a dificuldade e o alto custo da coleta do lixo rural tornam a opção de queimá-lo a mais adotada pelos moradores dessas regiões. Essa alternativa cresceu em torno de 10 pontos percentuais, passando de 48,2% em 2000 para 58,1% em 2010. A solução de jogar o lixo em terreno baldio, que em 2000 era adotada por moradores de 20,8% dos domicílios rurais, reduziu para 9,1% em 2010.

Energia elétrica chega a 97,8% dos domicílios

Em 2010, dos serviços prestados aos domicílios, a energia elétrica foi a que apresentou a maior cobertura (97,8%), principalmente nas áreas urbanas (99,1%), mas também com forte presença no Brasil rural (89,7%). Com exceção das áreas rurais da região Norte, onde apenas 61,5% dos domicílios tinham energia elétrica fornecida por companhias de distribuição, as demais regiões apresentaram uma cobertura acima de 90%, variando de 90,5% no Centro-Oeste rural a 99,5% nas áreas urbanas da região Sul.

Em 2010 havia 1,3% de domicílios sem energia elétrica, com maior incidência nas áreas rurais do país (7,4%). A situação extrema era a da região Norte, onde 24,1% dos domicílios rurais não possuíam energia elétrica, seguida das áreas rurais do Nordeste (7,4%) e do Centro-Oeste (6,8%).

Cresce índice de jovens de 25 a 34 anos que vivem com os pais, diz IBGE

Proporção aumentou de 20% para 24% entre 2002 e 2012, aponta IBGE.

"Geração canguru" está mais presente em famílias com rendas maiores.

A proporção de brasileiros entre 25 e 34 anos de idade que ainda vivem na casa dos pais aumentou de 20% para 24% entre 2002 e 2012, aponta uma análise feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, divulgada nesta sexta-feira (29). Cerca de 60% dos jovens nesta condição eram homens e 40%, mulheres.

A "geração canguru" (como é conhecida esta parcela de pessoas entre 25 e 34 anos que moram com os pais) apresenta altas taxas de ocupação, embora um pouco inferiores àquelas observadas para os demais jovens.

saiba mais

Quatro estados concentram metade dos internautas do Brasil, diz Pnad

Apenas 10% das brasileiras jovens com filhos estudam, aponta IBGE

Diferença de renda entre homens e mulheres é maior em cargos de chefia

Saúde no Brasil evolui, mas ainda precisa melhorar qualidade, diz IBGE

37,4% de jovens pretos e pardos estão no ensino superior, diz IBGE

70,3% dos domicílios do país têm saneamento adequado, aponta IBGE

Em contrapartida, o estudo aponta que a geração tem uma maior escolaridade média. Em 2012, 14% das pessoas desta faixa etária que não deixaram o lar materno e paterno continuavam estudando, contra 9% para as que saíram de casa.

É possível ainda perceber uma diferença na presença de jovens que moram com os pais por classes de rendimento.

A pesquisa feita no ano passado aponta que cerca de 11,5% das famílias com relações de parentesco possuíam integrantes de 25 a 34 anos de idade na condição de filhos. Para os arranjos familiares com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, esta proporção foi de 6,6%. A proporção é maior para as famílias com renda mais elevada, chegando a 15,3% naquelas com renda de 2 a 5 salários mínimos per capita.

Apesar do aumento da "geração canguru", a proporção de pessoas de todas as idade morando sozinhas no Brasil aumentou de 9,3% em 2002 para 13,2% em 2012.

Jovens "nem-nem"

Além da "geração canguru", a análise do IBGE também destacou a presença dos jovens "nem-nem" (que nem trabalham, nem estudam) no país. Na semana em que a pesquisa foi feita em 2012, 19,6% das pessoas de 15 a 29 anos se enquadravam neste perfil. Para aqueles entre 15 a 17 anos, a proporção é menor (9,4%). O índice aumenta quando são considerados apenas jovens entre 18 e 24 anos (23,4%).

A presença das mulheres entre os brasileiros que nem trabalham, nem estudam, é elevada e cresce com a idade. No grupo entre 15 e 17 anos, 59,6% são do sexo feminino. O índice aumenta para 76,9% entre as pessoas de 25 a 29 anos.

Entre as mulheres "nem-nem", destaca-se ainda a proporção daquelas que tinham pelo menos um filho: 30% entre as jovens de 15 a 17 anos, 51,6% entre 18 e 24 anos, e 74,1% entre 25 a 29 anos

A análise também destaca o nível de escolaridade dos adolescentes de 15 a 17 anos de ambos os sexos que não frequentavam escola e não trabalhavam. 56,7% não tinham o ensino fundamental completo, sendo que, com essa idade, normalmente já deveriam estar cursando o ensino médio. Entre as pessoas de 18 e 24 anos, somente 47,4% completaram o ensino médio.

O índice é ainda mais baixo para a faixa etária de 25 a 29 anos de idade (39,2%). Quanto ao ensino superior, somente 9,3% de "nem-nem" nessas idades tinha este nível incompleto ou completo.

Baixa remuneração

O IBGE também destaca a baixa remuneração dos jovens brasileiros no geral. Entre aqueles de 15 a 29 anos que trabalham, 39,6% tinham rendimento de até um salário mínimo em 2012. Somente 18,2% tinham rendimento superior a dois salários mínimos.

ASPECTOS CULTURAIS

CULTURA BRASILEIRA RECENTE

Interesse por cultura brasileira cria chance de fortalecer economia via 'soft power'

Da BBC Brasil em Londres

Soft Power brasileiro requer mais organização, dizem produtores e especialistas

O Brasil pode estar desperdiçando uma oportunidade única de fortalecer o chamado "soft power" no cenário internacional, com impacto positivo na sua economia, aproveitando o corrente interesse por sua produção cultural.

Essa é a opinião de especialistas ouvidos pela BBC Brasil, que dizem que esse interesse tem aumentado nos últimos anos, em parte pela projeção do país como nova potência econômica, mas também turbinado por ações isoladas de setores ligados ao governo e de grupos privados.

Enquanto o governo instala bibliotecas de fronteira e incentiva o lançamento de escritores brasileiros em outras línguas, agentes privados levam ao exterior eventos antes só disponíveis no Brasil, caso do festival Back2Black, uma das mais de dez grandes atrações brasileiras a desembarcar em Londres até os Jogos Olímpicos (veja quadro abaixo).

Mas especialistas alertam: se estas iniciativas não forem coordenadas e representarem uma estratégia deliberada, os benefícios que a crescente economia brasileira teria por meio da exportação e poder de sedução de seus valores - o chamado soft power - podem ser limitados.

"Soft Power" é um conceito elaborado pelo professor americano Joseph Nye para definir a capacidade de países influenciarem relações internacionais e intensificarem trocas comerciais através da sedução de produtos como filmes, música, moda, mídia e turismo. A economia dos Estados Unidos, por exemplo, se beneficia da ampla exposição de seus produtos por meio dos filmes de Hollywood.

O termo se contrapõe ao chamado "hard power", que define ações militares e bloqueios comerciais, por exemplo.

"O Brasil exerce naturalmente o soft power", diz Nye em entrevista à BBC Brasil. "Se você observar a cultura brasileira e seu impacto, verá que a imagem do país é originalmente positiva, mesmo antes do avanço econômico recente. Pode ser que isso tenha a ver com o futebol, mas

o fato é que há uma percepção de que o Brasil lidou bem com questões caras a outros países, como a racial. Ou seja, é portador de valores como tolerância. E isso é importante", resume.

Mais artistas brasileiros

Nye e outros especialistas alertam para o fato de que, para funcionar, o soft power requer capacidade de articulação entre agentes públicos e privados, o que muitas vezes pode exigir a criação e uma entidade específica.

"Não é essencial, mas ajudaria muito. O British Council (órgão de promoção da cultura britânica no exterior), por exemplo, é muito bem sucedido e prova que não é preciso gastar muito, mas apenas coordenar ações, para se obter grande impacto", exemplifica Nye, antes de lembrar que os setores cultural, de mídia e de entretenimento tendem a ser os primeiros a se beneficiar. "Mas isso depois se espalha por toda a economia."

Além da Grã Bretanha, países como França, com a Aliança Francesa, Alemanha, com o Instituto Goethe, e a emergente China, com o Instituto Confúcio, optaram por este tipo de organização.

Foto: Kieron McCarron - Southbank Centre

Jude Kelly diz que 'há mais artistas (brasileiros) do que nunca' na Grã-Bretanha

"É preciso notar, porém, uma diferença histórica. Os poderes coloniais montaram estas instituições quando estavam em declínio e precisavam aumentar trocas comerciais. O caso do Brasil é diferente, porque o país está em ascensão", pondera o professor de História Econômica da América Latina Colin Lews, da London School of Economics.

"Como o país está mais afluente e confiante, há uma pressão natural por institucionalizar a ação de soft power. E, de fato, é preciso haver um espaço institucional. O Itamaraty sempre teve uma postura independente - até mesmo dos governos, civis ou militares - e sabia onde queria ver o país. Mas agora a ação brasileira se tornou mais extracontinental", diz o Colin.

O crescimento da procura por produtos brasileiros no mercado internacional de arte e entretenimento é claro. "Há mais artistas vindo do que nunca. Neste ano, há eventos com brasileiros em todos os grandes centros culturais britânicos", sublinha Jude Kelly, diretora artística do gigante Southbank Centre, à beira do rio Tâmisa, em Londres.

Com nove viagens ao Brasil carimbadas no passaporte, Kelly promoveu há dois anos um festival de um mês integralmente dedicado a mostrar "como a cultura brasileira está sendo usada para transformar comunidades". Neste ano, o Southbank sedia o espetáculo "Hotel Medea", que Kelly assistiu no Festival Internacional de Edimburgo do ano passado, e a instalação "aMAZEme".

'Nova Bossa Nova'

Envolvido há quase duas décadas com produções teatrais no Brasil e na Grã-Bretanha, o produtor inglês Paul Heritage diz que, no passado, levava mais ingleses ao Brasil do que o contrário. Hoje, diz, há interesse e movimentação semelhante - e crescente - nos dois lados.

Brasil na Grã Bretanha

London Book Fair

16/04 a 18/04 - A 41a edição da feira terá pela primeira vez um estande dedicado à produção brasileira.

World Shakespeare Festival 2012

07/05 - Companhia BufoMecânica encena Two Roses for Richard III, inspirada no clássico Ricardo III

Globe to Globe

19/05 - Grupo Galpão encena seu aclamado Romeu e Julieta no Globe Theatre.

Salisbury International Arts Festival

25/05 a 09/06 - Terá a sua edição 2012 inspirada nos temas da cultura brasileira, com o filme 5 Vezes Favela, a Oficina de Percussão do Affro Reggae e a pianista Cristina Ortiz, entre outros

British Library e King's College

08/06 - Ciclo de debates sobre a obra de Jorge Amado e mestiçagem, com o sociólogo Roberto DaMatta e os escritores Mia Couto (moçambicano) e Ana Maria Machado, entre outros.

Festival Back2Black

29/06 a 01/07 - Luiz Melodia, Marcelo D2, Criolo, Mart'nalia, Emicida, Arnaldo Antunes, Virginia Rodrigues, Femi Kuti, Roots Manuva e Fatoumata Diawara se apresentam na Old Billingsgate.

One Hackney Festival

21/07 - Integrantes de grupos carnavalescos do Rio e de Londres desfilam nas ruas de Hackney para celebrar a passagem da tocha olímpica.

Rio Occupation London

06/07 a 04/08 - Trinta artistas ocupam Londres por 30 dias e trabalham em colaboração com britânicos. Os artistas ficarão instalados no Battersea Arts Centre (BAC).

Casa Brasil

12/07 a 12/09 - Na Somerset House, uma série de eventos divulga a cultura brasileira, com destaque para mostra de design com curadoria de Rafael Cardoso e Daniela Thomas. O local também servirá de base ao Comitê Olímpico Brasileiro durante os Jogos de Londres.

Victoria and Albert Museum

Sem data ainda - Exposição reune 83 peças de Arthur Bispo do Rosário no tradicional museu em South Kensington.

Boomba Down the Tyne

01/09 a 9/09 - Música e dança do Brasil, em performance que mistura Bumba Meu Boi com o Blaydon Races, do Nordeste do Brasil e do Nordeste da Inglaterra, respectivamente. No Southbank Centre.

"O Brasil tem que aproveitar este momento. O país tem usado com sucesso uma tecnologia social das artes muito particular. O Ministério da Cultura investiu muito nas redes e criou um

mercado alternativo ao capitalismo que vem ajudando as comunidades. E esta tecnologia, única, pode ser exportada. A Inglaterra, por exemplo, não tem", diz Heritage. "Esta tecnologia social das artes é a nova Bossa Nova", compara o produtor, responsável pela vinda de grupos como o Afro Reggae, Galpão e Nós do Morro à Grã-Bretanha.

Para Heritage, a área cultural do Itamaraty não está afinada com o crescimento da demanda por produtos artísticos do país. "É preciso mais coordenação, porque em um mundo de poucos recursos, é necessário haver mais diálogo. Está na hora de criar um novo órgão. O British Council, por exemplo, une forças", exemplifica Heritage.

Organizadora do festival Back2Black, que há duas edições vem estabelecendo a ponte entre a música brasileira e seus semelhantes na África e nos Estados Unidos, Connie Lopes concorda com o colega britânico.

"É a hora de o Brasil ter seu instituto cultural permanente para representar interesses e divulgar valores que são comungados por artistas, produtores e empresas que apoiam estes eventos. Nós, de forma geral, nos articulamos, mas seria bom uma ação coordenada", pontua ela, à frente do segundo festival brasileiro a chegar ao exterior - o primeiro foi o Rock in Rio, com versões em Portugal e na Espanha. "A partir da gestão do Gilberto Gil no Ministério da Cultura, o setor se profissionalizou muito e requer nos níveis de organização", defende.

O Itamaraty não nega que a conjuntura mudou. "Há espaço para interação (entre agentes econômicos e poder público) mais lógica, sim. Não há uma unidade", reconhece o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Tovar Nunes da Silva. "Mas não necessariamente haverá um novo organismo, especificamente destinado a cuidar das ações de soft power", adianta.

Nunes da Silva afirma que o Brasil é o único país emergente que "só tem soft power". "Optamos conscientemente pela não militarização. Basta ver que somos um dos poucos países do mundo em que o herói nacional é um diplomata (Barão do Rio Branco) e não um general. Não temos escolha, nossa história é de soft power".

'Ocidental plus'

O porta-voz cita organismos como os Centros de Estudos Brasileiros e a Agência Brasileira de Cooperação como exemplos de institucionalização do soft power. No entanto, defende diversidade na condução das ações públicas e privadas. "Somos um país 'ocidental plus'. Ocidental não é suficiente para classificar o Brasil. Os modelos dos países desenvolvidos talvez não satisfaçam esta alma meio solta, que é parte do que somos. Há um processo de sofisticação que talvez demande que este país seja representado de mais de uma forma. Não há um kit Brasil", diz.

"Optamos conscientemente pela não militarização. Basta ver que somos um dos poucos países do mundo em que o herói nacional é um diplomata e não um general. Não temos escolha, nossa história é de soft power"

Tovar Nunes da Silva, porta-voz do Itamaraty

Em meio ao crescimento constante da procura por produtos (muitos dos quais culturais) brasileiros na Grã-Bretanha, o embaixador Roberto Jaguaribe concorda com Nunes da Silva. O diplomata diz que a imagem brasileira está mudando "do alegórico, festivo, para o da

potência econômica, ambiental, democrática e capaz de incluir socialmente". "No entanto, pessoalmente acho que uma organização específica não é a melhor forma de articular esforços. Buscar homogeneidade em tudo limita um universo mais amplo de representação", reforça.

"Sem uma instituição, de fato há mais diversidade", concorda o professor Colin Lewis, da London Schoool of Economics. "Mas corre-se o risco de se perder o foco."

Além da Grã-Bretanha, onde, segundo Jaguaribe, há crescimento do interesse pela produção brasileira nos últimos 20 anos, as artes brasileiras são destaque na Alemanha, na Colômbia e em Nova York, onde o Sesc acaba de assinar um acordo com o selo Nublu e o festival Globalfest para garantir destaque permanente a artistas brasileiros no evento, que acontece todo mês de janeiro. Acordos também estão sendo fechados no Leste Europeu e na Ásia, sempre com ação pública e privada.

Em pouco menos de um mês, o Brasil perdeu quatro grandes escritores

Colegas e especialistas tentam contabilizar as perdas para o país

O ciclo trágico que abalou a literatura brasileira neste julho friorento começou na primeira quinta-feira do mês, quando a morte levou o poeta Ivan Junqueira. Surpreendeu a todos no último dia 18, tirando a vida de João Ubaldo Ribeiro. E entristeceu os leitores apaixonados pelo Brasil popular no início desta semana, ao colocar a Caetana no caminho de Ariano Suassuna. Não satisfeita, a dona morte passou por Campinas (SP) e levou Rubem Alves, cronista habilidoso e grande pensador da educação no país.

É um vazio literário que não será preenchido. Eles fazem parte de uma era na qual escritores eram celebridades seguidas na rua e personalidades capazes de lotar auditórios. Viveram o suficiente para deixar uma obra acabada e bem lapidada, mas não o bastante para saciar uma legião de leitores fiéis e fascinados.

Se essas mortes têm seu aspecto triste, elas carregam também uma tragicidade na leitura do crítico e escritor Silviano Santiago. "Porque eles são escritores complementares", explica. "Nenhum terá um correspondente perfeito na situação atual." Ivan Junqueira supriu uma lacuna relegada a segundo plano pelo modernismo ao investir no diálogo com a poesia lusitana. "Era um poeta de formação clássica que reata esse diálogo de maneira brilhante. Além disso, era um grande tradutor", diz Santiago, ao lembrar traduções memoráveis de T. S. Eliot e Charles Baudelaire.

João Ubaldo resgatou, segundo o crítico, uma tradição esquecida nos anos pós-ditadura, quando surgiu com uma literatura mais regional, e Suassuna trouxe a experiência portuguesa popular para o Brasil. O país não chegou a viver o medievo, mas o paraibano mostrou que havia uma raiz medieval na cultura popular nacional.

Ignácio de Loyola Brandão ficou desolado com as perdas. "Foi um tusnami. Ariano é um buraco enorme na camada de ozônio da literatura brasileira. Um grande homem, de uma cultura imensa que ia de Shakespeare ao cordel com a mesma desenvoltura, não tinha nada de acadêmico, não alardeava erudição e falava a língua do povo brasileiro", descreve.

O poeta maranhense Ferreira Gullar revelou que, há poucos dias, havia recebido carta de Ariano Suassuna em apoio a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras e se disse chocado com as mortes tão próximas dos companheiros. “São perdas incalculáveis. Estou tão perplexo como qualquer outra pessoa. Mas a vida continua e a literatura continua. É uma perda porque essas pessoas continuavam produzindo. Infelizmente não se sabe o por que em tão pouco tempo. Eu pessoalmente acho que é um mistério. Vamos esperar que surjam outros.”

O poeta amazonense Tiago de Mello lembrou que a obra dos grandes escritores permanece viva, no entanto. “A literatura do Brasil não perdeu nada com a morte deles. A obra deles continua viva, porque eram obras grandiosas que vão durar para sempre. Na última vez em que estive com Ariano, em um evento em Ribeirão Preto (SP), ele me disse que logo morreria, mas que seus personagens continuariam vivos. A obra dele engrandeceu o Brasil, a literatura oral e a poesia do Nordeste.”

Eco na Academia

Escritor, ensaísta, jornalista e membro da ABL, o pernambucano Marcos Vilaça foi três vezes presidente da academia e lembrou que as perdas vão deixar um espaço insubstituível na ABL. “O inusitado foi essa sequência de perdas muito fortes que caiu sobre a academia: um poeta, um romancista, e um dramaturgo. Isso desorientou a todos nós. Quando começávamos a pensar na perda de um, veio o outro e mais outro”, constata.

Amigo pessoal de Ariano Suassuna, Vilaça lembra que foi escolhido pelo escritor para ser recebido na ABL e destaca a importância da obra e pensamento de Ariano para o Brasil. “Eu admiro muito em Ariano o fato dele ter reunido o erudito e o popular e ter reunido o sangue da tragédia com o riso da comédia. Ariano é insubstituível. É singular. Por isso, vai ficar sempre a sensação de falta. Ele conseguiu o admirável de fazer a gente escutar o silêncio no Sertão. Deu som ao silêncio que a gente tem nas terras sertanejas.”

A acadêmica Nélida Piñon mal havia pensado nas palavras a serem ditas na Sessão da Saudade que homenagearia João Ubaldo na ABL quando recebeu a notícia da morte de Suassuna. “Os buracos que eles deixam são aqueles de três grandes escritores”, disse. “Cada qual tem uma voz narrativa e cada um deles dá início ao Brasil com a sua versão sobre o país. O Brasil perde um retrato precioso de si mesmo.” O país, aponta a escritora, está presente na obra de todos eles. A união entre a cultura popular e a erudita marca as peças de Suassuna, enquanto o talento narrativo de João Ubaldo permite a aparição de personagens totalmente afinados com a cultura nacional. Nos versos de Junqueira, vida e morte são duas pontas do destino humano e ganham uma leitura particular no contexto literário nacional e no diálogo com a poesia portuguesa.

Três perdas recentes na literatura

O ano de 2014 vem somando perdas irreparáveis no mundo literário. Em poucos meses, tivemos de nos despedir de João Ubaldo Ribeiro, Rubem Alves e, ontem, de Ariano Suassuna.

João Ubaldo, baiano, irreverente e muitas vezes irônico nas críticas que inseriu em suas obras, era membro da Academia Brasileira de Letras e vencedor de dois prêmios Jabuti, com “Sargento Getúlio”, em 1972, e “Viva o povo brasileiro”, em 1985. Uma de suas obras mais recentes, “A casa dos budas ditosos”, teve amplo destaque por conta da polêmica que gerou: fala de uma

senhora na casa dos 70 anos que divide com o leitor suas memórias de experiências sexuais sem qualquer pudor. Foi adaptada para o teatro em forma de monólogo interpretado por Fernanda Torres até 2013.

Rubem Alves, mineiro, teólogo, filósofo, educador; sua formação multidisciplinar lhe permitiu transitar em suas obras pelos mais profundos conhecimentos humanos. Sempre em linguagem direta, investigou a natureza humana em suas diversas formas e peculiaridades. Sua vasta bibliografia inclui contos e crônicas, livros infantis, teologia, reflexões filosóficas sobre educação e ciência, monografias e teses acadêmicas. Radicou-se em Campinas, onde se tornou cidadão honorário, professor emérito da UNICAMP e criador de diversos grupos de pesquisa e discussão literária.

Ariano Suassuna, paraibano, além de escritor e poeta, era advogado e, por que não? Comediante (apesar de longa, vale assistir cada segundo da palestra divertidíssima no último link desse post). Ávido defensor da cultura brasileira, principalmente do Nordeste, fez desse o cenário da maioria de suas obras. A mais famosa delas, “O auto da Compadecida”, virou filme e série de TV e foi traduzida para o inglês, espanhol, holandês, francês e alemão. Teve, também, participação política no estado que o acolheu na adolescência: foi Secretário de Cultura de Pernambuco nos governos de Miguel Arraes e Eduardo Campos. As Academias Literárias todas o queriam: era membro da ABL, da Academia Pernambucana de Letras e Academia Paraibana de Letras.

Vão-se embora, em pouco tempo, três referências literárias de várias gerações. Mas essa é a vantagem do artista, inclusive das letras: mesmo quando morre, deixa o legado incomensurável de sua obra, a qual poderá continuar a ser lida, explorada e ensinada para todas as gerações que ainda virão.

Aspectos culturais do Brasil

Com influência de muitos povos diferentes, a cultura brasileira é bem diversa. Conheça os aspectos culturais do Brasil do passado e atual.

Aspectos culturais do BrasilCom 8.515.767 km², divididos em cinco regiões brasileiras que são Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sul e Sudeste, o Brasil ocupa a quarta posição de país com maior extensão territorial do mundo, quilômetros estes que favorecem a heterogeneidade dos povos e da cultura, sem falar do fato de que cada estado possui suas características geográficas como clima, vegetação, relevo e fauna que também são favoráveis aos aspectos culturais de cada região brasileira.

Mas, além disso, o Brasil sofreu grande influência de diferentes países e etnias desde sua colonização, o que fez com que a cultura se diferenciasse em cada região brasileira, formando então uma cultura brasileira totalmente heterogênea de diferentes vertentes que juntas formam os aspectos culturais do Brasil.

E, além dos diferentes povos, o Brasil recebeu e ainda recebe influência dos períodos passados, entre eles, o período colonial e o ditatorial, sem falar no período atual, os quais contribuem para a formação dos aspectos culturais do país, confiram:

Aspectos culturais do Brasil colonial

Aspectos culturais do Brasil colonial. Os aspectos culturais do Brasil começou sua formação no período colonial, caracterizado pelo povoamento e colonização do país, ocasionando então uma fusão entre as culturas dos indígenas que aqui viviam e dos portugueses e também dos escravos africanos, cada qual com seus costumes, hábitos, arte e cultura que influenciaram e muito a formação da cultura brasileira.

Entre os aspectos culturais de maior evidência no período colonial está a herança dos portugueses que foi a língua portuguesa, falada por todos os habitantes do país, o catolicismo e o calendário religioso que é a praticado e seguido pela maioria dos brasileiros, as festas como o carnaval, festa junina, cavalhadas e bumba meu boi, as cantigas de roda e o folclore e os personagens brasileiros.

Outros povos de grande influência foram os indígenas que influenciaram na culinária e nos costumes do povo brasileiro, os africanos com grande influência na religião, na culinária, na dança e na música e outros povos, entre eles, os espanhóis, alemães, italianos, árabes e japoneses.

Aspectos culturais do Brasil ditatorial

Aspectos culturais do Brasil ditatorial. O período militar ou ditatorial foi marcado por um regime autoritário que durou de 1964 a 1985 e foi implantando no Brasil pelo Golpe de 1964, quando os militares do Brasil tiraram o então atual presidente do governo e iniciaram uma revolta militar que posteriormente levou a Proclamação da República.

Mas, mesmo com um período totalmente autoritário, a cultura brasileira não deixou de existir e o período acabou por influenciar os aspectos culturais do Brasil a partir da arte que era usada como instrumento de denúncia da situação do país.

Os aspectos culturais da ditadura foram à criação dos festivais de música, entre eles, os cantores e compositores Chico Buarque e Elis Regina e no cinema vários cineastas retratavam um povo sem direitos.

Aspectos culturais do Brasil atual

Desde seu descobrimento e até os dias atuais o Brasil sofre com influência dos povos antigos, e desde esta época os aspectos culturais brasileiros sofreram poucas modificações, pois o Brasil ainda apresenta uma cultura passada de geração em geração, cultivando e preservando os costumes, hábitos e, em especial, a cultura.

Mesmo com a modernização, os aspectos culturais do Brasil formados no passado são presentes na atualidade.

Culturalmente falando, o Brasil é um dos países mais vastos. Com sua face plural, a cultura brasileira possui em si mesma, todos os traços sociais do desenvolvimento do próprio país, criando uma fauna cultural complexa, com quadros contrastantes e sobrepostos cujo resultado final é uma profusão de cores, ritmos, história, mitos, pulsando em uma cadeia cultural viva, que dia a dia está em movimento e transformação.

Ou seja, são tantas etnias, tantos povos, classes sociais diferentes, espaços geográficos totalmente opostos, que nossa cultura seria por si só muito difícil de mapear, não fosse pelo fato de estarmos todos unidos pela condição universal de brasileiros. Conheça um pouco mais sobre essa bela e gigantesca constelação cultural.

Aspectos culturais do Brasil colonial

Dizem que a cultura brasileira começou com a colônia, mas a verdade é que ela antecede esse período, já com os índios, em tempos imemoriais, já existia uma produção cultural aqui. Tratava-se de uma produção voltada para ritos religiosos e de passagem, que demarcavam a entrada da infância para a vida adulta e desta para a velhice.

Muito já era produzido em termos de literatura oral, e muito se perdeu. Com o advento dos colonos, a cultura assumiu duas posturas: a de importação e a de catequização.

A primeira postura era recorrente àquela cultura que os colonos traziam consigo, desde a música, livros, religião, até seus hábitos de vida. A segunda postura era aquela praticada pela igreja, e tinha por objetivo doutrinar os “selvagens, ao mesmo tempo em que cuidava da vida espiritual dos colonos.

Tratava, portanto, de uma cultura de cunho religioso e bastante politico. Houve também aquilo que seria o início da nossa literatura, com as cartas e crônicas que visavam relatar a corte como eram nossas terras, e com os sermões dos padres. Com a chegada dos escravos, esse movimento cultural se tornou ainda mais rico.

Já havia nessa época as primeiras produções culturais realizadas pelos colonos para os colonos, dando início a uma vida cultural nossa própria. Os escravos trouxeram consigo, por sua vez, a cultura que tinham na África, como a música, a dança e a religião.

Sua situação de escravos, ao mesmo tempo, também serviu para fazer nascer novas formas de cultura, como a culinária, sendo a feijoada por exemplo, um de nossos pratos típicos, nascida na senzala.

Aspectos culturais do Brasil atual

Atualmente, o Brasil é um caldeirão em plena efervescência cultural. Impulsionada pela indústria da mídia, a cultura tem ganhado cada vez dimensões maiores. Existe uma cultura de consumo muito forte, e em contra partida uma cultura moral em transição.

Isso significa que atualmente a cultura brasileira sofre mutações nos costumes e nos hábitos, fazendo com que muito dos elementos folclóricos clássicos desapareçam.

É o caso de muitas danças de roda, por exemplo, e de certos hábitos religiosos. Da mesma forma, a cultura agora tida como indústria produz toneladas de mercadoria. Isso explica as prateleiras lotadas nas lojas de CDs, com todo o tipo de gênero musical, ou o cinema brasileiro que ganha cada vez mais espaço.

Mas, nessas áreas, o que mais tem se desenvolvido é o dito sertanejo universitário, uma espécie de música romântica que tenta combinar os elementos do sertanejo clássico com as demais modalidades musicais.

Enquanto o cinema segue uma tendência realista, buscando explorar o cotidiano da classe média brasileira e dos níveis mais baixos, fazendo com que favelas, por exemplo, ganhem também as telonas.

O carnaval ainda é o acontecimento cultural mais forte do país, embora hoje seja tido como um mega show de três dias, ainda acontece em menor escala através dos carnavais de rua por todo Brasil.

Aspectos culturais do Brasil na era vargas

A cultura nos tempos de Getúlio Vargas teve muito em comum com a cultura dos tempos da ditadura militar, pois tratou de uma cultura de resistência, que buscava sobreviver à repressão.

Muitos artistas tiveram seus trabalhos caçados e censurados. Foi o caso de muitos livros de Jorge Amado, incluindo o seu famoso Capitães da Areia.

Os movimentos culturais das décadas de 20, 50 e 80, passaram por grandes evoluções e mudanças claramente notórias, tanto na música, na literatura, no teatro, e em outras expressões culturais. O objetivo é sempre o mesmo: expressar opiniões, manifestar ideias censuradas, demonstrar também paixões, amores e ideologias. Antigamente a cultura era algo somente para a burguesia, quem era pobre não tinha acesso a livros, teatro e bem pouco à música. Nos séculos passados a arte era feita para os ricos, pois somente eles entendiam o que se passava em eventos culturais.

Até hoje, apesar de muitas coisas terem mudado, essa visão ainda existe, repare, as cadeiras dos teatros pelo Brasil estão ocupadas por pessoas de melhor poder aquisitivo, a cultura "pobre" é o funk, o pagode, e o churrasco na laje. Preconceito? Em parte sim, em parte não, muitas pessoas da classe C, D e E se conformam com este pensamento e não buscam avançar seu conhecimento cultural, por outro lado tem muito rico nas rodas dançando axé em micaretas. Esta visão que faz separação entre ricos e pobres em relação à cultura é ignorante, afinal hoje existem centenas de projetos voltados para a inclusão cultural para todas as pessoas.

Movimentos culturais da década de 20

Louis Armstrong, na década de 20 os cabarés, night clubs e casinos eram frequentados pelos ricos até altas horas da madrugada, nesta mesma década começou aparecer a cultura de massa, com o intuito de que a cultura fosse acessível para todos, o telefone e o telégrafo facilitava a comunicação entre as pessoas, o rádio e o cinema foram abertos para a grande população, já nesta época o futebol e outros esportes já conquistavam o público. O estilo musical que se destacou na época foi Jazz, nos Estados Unidos, foi a época que destacou Louis Armstrong e outros cantores que se apresentavam no Cotton Club.

Movimentos culturais da década de 50

Tom Jobim e Vinícius de Moraes, na década de 50 foram os anos dourados, no Brasil esta década foi marcante, pois neste período acontecia a inauguração da TV brasileira com a TV Tupi, a primeira emissora a exibir as imagens televisivas, a primeira a exibir desenhos animados

e novelas, no dia 20 de Outubro de 1951 a cidade de São Paulo foi contemplada com a I Bienal Internacional de Arte de São Paulo que reuniu vários artistas. Na música, considerado o rei do Rock, Elvis Presley encantava as pessoas com suas letras de amor e ritmos dançantes, a Bossa Nova também entrava no cenário fazendo o maior sucesso com Tom Jobim, Vinícius de Moraes e João Gilberto, e no final da década, surge a banda lendária do rock The Beatles.

Movimentos culturais da década de 80

Oscar Niemeyer, no primeiro ano da década de 80, o arquiteto modernista Oscar Niemeyer cria o Memorial JK, em 1982 foi fundado o Museus Afro-brasileiro em Salvador-BA, no cinema, foi o lançamento de Star Wars e E. T, o Extra Terrestre que são carinhosamente lembrados até hoje. Na música o rei do Pop Michael Jackson lança o álbum Thriller, no Brasil era a vez de explodirem, Ney Matogrosso, Paralamas do Sucesso, Blitz, Cazuza, RPM, Ultraje a Rigor, Engenheiros do Havaí entre outras bandas que são lembradas com carinho até os dias de hoje

O samba era o gênero musical do momento, e fazia muito sucesso nas rádios, que eram as principais formas de comunicação na época. Na literatura, um movimento muito importante que surgiu foi o regionalismo, que buscava dar ao Brasil uma cultura própria, sem nada importado.

Dela surgiram nomes como Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Érico Veríssimo. Assim, houve de fato uma cultura e ela foi um movimento muito forte, apesar de toda repressão da ditadura.

Uma das características mais fortes de nosso país é sua efervescência cultural. A miscigenação de povos de várias etnias que esteve acontecendo desde sua colonização resultou em uma enorme coxa de tradições, crenças, história, que, olhando mais perto, formam a vasta constelação cultural brasileira, mais diretamente a dita cultura popular, que é aquela que nasce no povo, entre o imaginário coletivo das pessoas comuns, quase sempre na tradição oral ou sem a preocupação consciente com a estética, legado de pais para filhos, e que se concentram em espaços específicos.

Entretanto, foi justamente a cultura popular que em determinado momento serviu como catalisador para uma identidade cultural cem por cento brasileira.

Diferentes costumes e hábitos são adotados por diferentes regiões em todo o mundo, fazendo com que, principalmente de acordo com os países, seja possível identificar tradições que são cultivadas pelos moradores do local, fazendo com que tais ações, práticas e até mesmo gostos pessoais sejam repassados para outras gerações.

No Brasil é possível constatar uma série de costumes que são adotados pela população, podendo identificar a cultura popular brasileira e suas tradições, além de músicas, danças e comidas que originaram-se no país e, até hoje, são cultivadas para que permaneçam nas raízes de nossa nação.

Dança da cultura popular brasileira

Há uma série de danças que fazem parte da cultura popular brasileira, podendo destacar uma série de tradições que até hoje são cultivadas neste quesito.

O samba é uma das principais danças do Brasil, sendo que esta tradição surgiu com a chegada dos negros ao Brasil, principalmente como costume dos escravos, fixando-se no Rio de Janeiro, Bahia e Maranhão, normalmente com uma roda de samba com várias pessoas dançando com movimentos variados, também derivando outra dança que é conhecida como samba de roda, esta que reúne, além de movimentos, palmas e cantos.

O maracatu também é uma dança comum, com os dançarinos vestidos de personagens históricos, com o acompanhamento de instrumentos musicais que ditam as batidas. O frevo é muito popular em algumas regiões do Brasil, sendo dançado com guarda-chuvas coloridos para ditar os movimentos que são coreografados, com vários passos tradicionais, rodopios e saltos, semelhante ao malabarismo.

Baião também é uma dança típica do Brasil, semelhante ao forró, sendo dançado em casais que devem ficar com seus corpos colados.

Ainda há várias outras danças que podem ser constatadas como parte da cultura popular brasileira, assim como as conhecidas: catira, quadrilha, reisado, caninha verde, pau da bandeira, maneiro-pau, bumba meu boi, fandango, carimbó, congada, cabaçais do Cariri, torém, côco, xaxado, axé, pagode, gafieira, forró, zouk, xote, vaneirão e chorinho.

Comidas da cultura popular brasileira

As comidas da cultura popular brasileira também recebem grande destaque, com os pratos típicos divididos de acordo com a região. Na região sul, por exemplo, é possível constatar a presença de pratos famosos e ingredientes muito utilizados, podendo destacar o prato que é conhecido como barreado, também conhecido como carne de panela com mistura de mandioca e banana. Peixes, torta de maçã, salame de porco, chimarrão e arroz-de-carreteiro também são especiarias do local.

Na região sudeste é possível constar a presença de pratos como linguiça, feijoada, carne de posto, peixes, pirão, moqueca capixaba, galinha ao molho, arroz carreteiro, feijão tropeiro, tutu, couve, torresmo, farofa, bolo de fubá, romeu e julieta, doces em calda, doce de leite, pizza, massas, pastéis, entre outros.

Na região centro-oeste pratos como arroz carreteiro, escaldado, pacu, peixe com mandioca, frango com guariroba, espeto, quiabo frito, pirão, caldo de piranha e dourado recheado são comuns.

No nordeste é possível destacar: peixes, carne-de-sol, manteiga de garrafa, rapadura, acarajé, caruru, abará, bobó de camarão, vatapá, sarapatel, xinxim de galinha, moqueca de peixe, azeite de dendê, cocada, quindim, baba de moça, bolinho do estudante, buchada de bode, ensopados de camarão, sorvetes de frutas tropicais, entre outros. No norte destacam-se pratos como: tucunaré, tacacá, tapioca, pato no tucupi, castanha-do-pará, açaí, cupuaçu, graviola, bolo de macaxeira e baião-de-dois.

Músicas da cultura popular brasileira

As músicas pertencentes à cultura popular brasileira são, basicamente, os ritmos que foram expostos nas danças citadas acima, podendo constatar uma série de batidas e melodias que são tradicionais.

O pagode, samba, axé, gafieira, zouk, frevo, forró e xote fazem parte dos ritmos de músicas da cultura popular brasileira mais conhecidos e em destaque, até os dias atuais, em nossa sociedade.

STF decide liberar publicação de biografias sem autorização prévia

Decisão unânime libera biografias publicadas em livros, filmes e novelas. Ministros destacaram que abusos poderão levar a medidas de reparação.

Do G1

Por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram nesta quarta-feira (10) derrubar a necessidade de autorização prévia de uma pessoa biografada para a publicação de obras sobre sua vida. A decisão libera biografias não autorizadas pela pessoa retratada (ou por seus familiares) publicadas em livros ou veiculadas em filmes, novelas e séries.

Todos os nove ministros que participaram do julgamento acompanharam a relatora da ação, ministra Cármen Lúcia, que condenou em seu voto a censura prévia sobre biografias. "Pela biografia, não se escreve apenas a vida de uma pessoa, mas o relato de um povo, os caminhos de uma sociedade", afirmou, em defesa da liberdade de expressão e do direito à informação.

Durante as discussões, os ministros do Supremo deixaram claro que eventuais abusos por parte dos biógrafos, como relato de fatos inverídicos ou ofensas à honra ou à imagem das pessoas biografadas, poderão levar a medidas de reparação, como indenizações, que terão de ser definidas pelo Judiciário.

Em seu voto, o ministro Gilmar Mendes disse que além do pagamento, outros meios poderão ser buscados para reparar danos, como publicação de uma versão com correção ou com direito de resposta. Ele também falou da possibilidade de uma decisão judicial que "suste uma publicação".

"A proteção que se possa obter poderá ser outra que não eventualmente a indenização. Haverá casos em que certamente poderá haver justificativa até mesmo de decisão judicial que suste uma publicação. Isso se houver justificativa. Mas não nos cabe aqui tomar essa decisão a priori", afirmou.

Após a manifestação, Cármen Lúcia decidiu tirar de seu voto uma parte que limitava a reparação à indenização financeira. Com isso, será possível, por exemplo, a apreensão de um livro já publicado, mas somente em situações extremas.

Após o julgamento, o representante da Associação Nacional de Editores de Livros (Anel), Roberto Feith, que apresentou a ação em 2012, disse ver a decisão com muita alegria. "É a conclusão de três anos de luta dos editores. Acho que não só os editores, mas todos os brasileiros, com essa decisão, reconquistaram o direito à plena liberdade de expressão e o direito ao livre acesso ao conhecimento sobre nossa história", afirmou ao G1.

Advogado da Anel, Gustavo Binenbojm disse que houve uma "vitória retumbante" da liberdade de expressão no país. "O que tem que ser celebrado é esse passo largo dado no caminho da plena liberdade de expressão. E é uma vitória não só dos editores, não só dos autores, é uma vitória de todos aqueles que amam a literatura, a cultura e acreditam que as palavras e as ideias podem mudar o mundo".

Autor de uma biografia não autorizada sobre Roberto Carlos, recolhida das livrarias, o escritor Paulo César de Araújo também comemorou a decisão. "Eliminou talvez o último entulho autoritário da nossa legislação. Não tinha cabimento viver no Estado democrático de direito com censura prévia e livros apreendidos", afirmou ao G1.

Análise

A análise no STF se deu sobre dois artigos do Código Civil. Um deles permite à pessoa proibir publicações com fins comerciais ou que atinjam sua "honra, boa fama ou respeitabilidade". O outro diz que a vida privada é "inviolável" e que cabe ao juiz, a pedido da pessoa interessada, adotar medidas para impedir algum ato que contrarie esse preceito.

A decisão não anulou essas regras, mas afastou a possibilidade de interpretá-las de modo a proibir publicações não autorizadas.

Primeira a votar, Cámen Lúcia afimou que a liberdade de expressão e o direito à privacidade são princípios da Constituição a serem compatibilizados. Em vários trechos de seu voto, afirmou que a indenização, feita após a publicação, é a maneira de contornar abusos.

"Há risco de abusos, não somente no dizer e no escrever. Mas a vida é uma experiência de riscos. A vida pede de cada um de nós coragem. E para os riscos há solução, o direito dá formas de fazer, com indenização a ser fixada segundo se tenha apurado dano. Censura é forma de cala-boca. Isso amordaça a liberdade para se viver num faz de conta. Abusos, repito, podem ocorrer e ocorrem. Mas acontece em relação a qualquer direito", afirmou.

"O que não admite a Constituição do Brasil é que sob o argumento de ter direito a ter trancada a sua porta, abolir-se a liberdade do outro de se expressar de pensar, de criar obras literárias especialmente, no caso, obras biográficas, que dizem respeito não apenas ao biografado, mas que diz respeito à toda a coletividade", completou depois.

No voto, ela também enfatizou o direito da pessoa afetada por uma biografia buscar o Judiciário para obter reparação por danos morais.

"A busca pelo Judiciário é um direito, o jurisdicionado há de ser respeitado. Ele pode vencer ou perder a demanda, mas sua ação judicial é sinal de respeito ao Estado e à sociedade, muito maior que a intolerância daqueles que sequer aceitam que alguém por pensar contrário, não há de lutar pelo seu direito", afirmou.

Outros votos

Com algumas variações de argumentos, os demais ministros da Corte seguiram o voto da relatora para proibir necessidade de consentimento. Em sua manifestação, Luís Roberto Barroso disse que além da liberdade de expressão do biógrafo, a sociedade tem "direito de preservar a memória nacional". "Liberdade de expressão não é garantia de verdade nem de Justiça. É garantia da democracia", afirmou.

Em seu voto, Luiz Fux condenou a censura e argumentou que quanto maior a notoriedade de uma pessoa, menor sua privacidade. "Por que uma pessoa que participa de um reality show

pode alegar em termos de privacidade, se ela permite inclusive que seja filmada dormindo?", questionou.

Ministro mais antigo da Corte, Celso de Mello afirmou que é "intolerável qualquer ensaio de censura" pelo Estado, ainda que a pedido das pessoas. "A Constituição, ao subtrair do processo de criação literária, a interferência sempre tão nociva do poder público, mostrou-se que Estado não pode dispor de poder algum sobre palavras, idéias e sobre os modos da divulgação", afirmou.

Ao final, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, declarou que "não existirem direitos ou liberdades abolsutos" e destacou a possibilidade de pessoas afetadas recorrerem à Justiça. "É impossível que se censure ou exija autorização prévia de biografias. A Corte hoje reafirma a mais plena liberdade de expressão artística, científica e literária desde que não se ofendam outros direitos constitucionais dos biografados", disse.

Entidades

Antes dos ministros, se manifestaram sobre a ação várias entidades interessadas no tema. Uma delas, o Instituto Amigo, criado por Roberto Carlos, foi representada pelo advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay.

Em sua manifestação, ele disse que o Instituto não é favorável à necessidade de consentimento prévio para a publicação, mas que o biografado possa recorrer ao Judiciário caso se sinta lesado. "Eu acho que a única censura que existe nesse processo é a censura de impedir que o cidadão que vê sua dignidade afetada, não poder procurar o Judiciário", disse, em referência à proposta feita na ação da Anel.

"Se você proíbe esse cidadão de ter acesso ao Judiciário para questionar o que ele julga ser ultrajante, você torna o biografado um pária social. O pior dos criminosos tem acesso ao poder Judiciário, com direito de ampla defesa, todos os direitos inerentes ao cidadão", disse.

O primeiro a falar no julgamento foi o advogado da Anel, Gustavo Binenbojm, que relatou a ocorrência de ordens judiciais e apreensões de livros a partir de interpretação das regras do Código Civil. Ele disse que o Judiciário tem sido usado assim para uma espécie de "censura privada" e que as biografias não servem para atender "curiosidade mórbida ou a mera bisbilhotice".

"A biografia simultaneamente é um gênero literário e uma fonte de história, vista pela ótica dos personagens mais ou menos conhecidos que a protagonizaram", afirmou. Ao defender defender ampla liberdade para a pesquisa e a publicação de biografias, disse que não pode haver somente versões autorizadas da história.

"Como só acontece em qualquer biografia, a verdade histórica não é um dado, imposto pelo Estado ou pela versão dos protagonistas da história, mas um processo constante de construção e reconstrução que pressupõe a pluralidade de versões, a diversidade de fontes e interpretações, cabendo a formação das convicções e opiniões à sua excelência, o leitor", afirmou.

Na sustentação, ele defendeu que as pesquisas devem ser feitas "no limite da legalidade". "Não há direito de se vetar eventuais obras. Isso, no entanto, não significa que a liberação de

biografias possa ser feita sem análise. Não se cogita evidentemente a subtração de documentos reservados, violação de computadores, de sigilos", disse.

Também se manifestaram no julgamento o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que defenderam a não necessidade de autorização, e também o Instituto dos Advogados de São Paulo, para quem não precisa haver autorização em caso de pessoas públicas e notórias, sobre fatos de interesse público.

Presidente da OAB, Marcus Vinícius Coêlho disse a manifestação do pensamento é "totalmente livre" na maioria das democracias. Em sua sustentação, ele disse que fatos inverídicos, ofensas à honra e calúnias poderão ser resolvidas no Judiciário com a indenização.

"Quando somente a opinião oficial pode ser divulgada ou defendida e se privam dessa liberdade as opiniões discordantes ou minoritárias, enclausura-se a sociedade em uma redoma que retira oxigênio da democracia e por consequência aumenta-se o risco de ter um povo dirigido, escravo dos governantes e da mídia, uma massa de manobra sem liberdade", afirmou.

Atualidades

Professora Patrícia Moreira

QUESTÕES RELACIONADAS A FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS, OCORRIDOS A PARTIR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

CRISE HÍDRICA:

Momento crítico iniciado em 2014 no estado mais populoso do Brasil, no qual os níveis de seca e redução de oferta de água atingiram níveis preocupantes e poucas vezes vistos na história do local. Um dos símbolos desta crise é a diminuição drástica do Sistema Cantareira, imenso reservatório administrado pela Sabesp e responsável pelo abastecimento de água de cerca de 8,8 milhões de pessoas. A partir de dados da própria empresa foi constatado que a gestão dos recursos hídricos pela Sabesp é uma das principais responsáveis pela crise. De acordo com um grupo de especialistas, as causas da crise vão desde a diminuição das chuvas no Estado até o desmatamento, à ocupação desenfreada dos mananciais e à falta de planejamento do governo de São Paulo. Há outras correntes de entendidos no assunto que acusam ainda o governo federal, por meio da Agência Nacional de Águas (ANA), que é o órgão responsável pela implementação e gerenciamento de todos os recursos hídricos do Brasil. Para este grupo, a agência não recomendou de forma adequada e clara que São Paulo e outros estados diminuíssem o consumo de água e tampouco exigiu da Sabesp uma postura mais firme contra a crise hídrica.



OBS: O Sistema Cantareira é o maior dos sistemas administrados pela Sabesp, destinado a captação e tratamento de água para a Grande São Paulo e um dos maiores do mundo, sendo utilizado para abastecer 8,8 milhões de clientes da Sabesp. O sistema é composto por seis barragens interligadas por um complexo sistema de túneis, canais, além de uma estação de bombeamento de alta tecnologia para ultrapassar a barreira física da Serra da Cantareira. O sistema chama atenção ainda pela distância de sua estrutura em relação ao núcleo urbano ao qual ela serve e também pela extensão da sua área de drenagem, que se estende até o sul do estado de Minas Gerais.



Em agosto de 2015: TCE culpa governo de SP por crise hídrica e diz que faltou planejamento. Relatório relata que despoluição da Billings poderia ter minimizado impacto. Documento afirma que Secretaria recebeu alertas sobre risco de escassez. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) afirmou que a falta de água em São Paulo foi resultado da falta de planejamento do governo paulista e relatou que a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos (SSRH) recebeu vários alertas sobre a necessidade de um plano de contingência para eventuais riscos de escassez hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. A pasta negou as alegações e disse que era impossível prever a estiagem de 2014. As informações fazem parte do parecer do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) em relação ao ano passado. O TCE aprovou as contas do tucano com ressalvas no fim de junho e listou 20 recomendações em diferentes áreas que o governo deveria adotar.

(http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/08/tce-culpa-governo-de-sp-por-crise-hidrica-e-diz-que-faltou-planejamento.html)



Plano de Contingência contra a crise hídrica em São Paulo (novembro de 2015). O documento orienta como o poder público, companhias e a sociedade civil deverão agir em caso de seca ou desabastecimento de água para a população da Região Metropolitana e até a forma de implantação de rodízio, o corte sistemático de abastecimento, que deverá ser executado somente em caso de emergência. O texto identifica e mapeia as edificações das áreas de saúde e seguran-

ça pública a serem atendidas ininterruptamente como prioritárias, como hospitais, maternidades, presídios, unidades da Fundação Casa e clínicas de hemodiálise. A estratégia pressupõe o abastecimento desses pontos diretamente pela rede da Sabesp, que precisa de obras para prolongamento de redes. O plano poderá ser ativado pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo sempre que forem constatadas as condições estabelecidas nos níveis de atuação, e prevê a programação de ações para vários cenários hidrológicos e detalha as ações necessárias para curto, médio prazo para minimizar os efeitos de estiagem no estado de São Paulo. O plano de contingência considera ações em três níveis: NÍVEL 1 - ATENÇÃO: deverá ser adotado quando houver sinais de estiagem prolongada, quando então passa a existir uma situação de risco elevado de não ser atendida a demanda de água. NÍVEL 2 - ALERTA: será adotado quando a situação dos sistemas de abastecimento chegar a níveis críticos, podendo comprometer a curto prazo o atendimento à demanda de abastecimento de água. O risco de não atendimento é elevado. NÍVEL 3 - EMERGÊNCIA: será adotado quando for eminente o não atendimento da demanda, uma vez que um ou mais sistemas de abastecimento estejam sob elevado risco de esvaziamento crítico, comprometendo o abastecimento de parte da população com grau de severidade significativo. Neste nível serão feitos cortes sistemáticos no abastecimento de água de modo a evitar o colapso total de um ou mais sistemas produtores de água potável. Em caso de emergência, quando a possibilidade do rodizio existe, o plano prevê ações como a restrição de água potável para atividades industriais de grande impacto e atividades de irrigação. Caberá à Sabesp, à Secretaria de Recursos Hídricos e às prefeituras a operação de abastecimento em pontos prioritários e a requisição, se necessário, de poços outorgados para a distribuição de água à população em pontos de apoio.

(http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/11/plano-de-contingencia-da-crise-hidrica-em-sp-preve-rodizio-em-emergencia.html)



Obras: transposição de água da Represa Billings para o Sistema Alto Tietê, a principal obra emergencial (out 2015); Outra grande intervenção prevista é a ligação do Rio Paraíba do Sul com o Sistema Cantareira, o mais prejudicado pela crise hídrica. A obra já foi autorizada pela Agência Nacional de Águas, mas deve ficar pronta apenas em 2017. Essa é a principal intervenção direta no Sistema Cantareira (obra autorizada no início de 2015 e envolve três estados: SP, RJ e MG). O objetivo da obra é fazer com que a represa Jaguari deixe de ser utilizada majoritariamente para produção de energia elétrica e priorize o abastecimento humano. Crítica: desabastecimento do RJ.

ÁGUA NOVA PARA O CANTAREIRA
Veja a região que teria uma ligação para conectar o rio Paraíba do Sul ao sistema



SISTEMA CANTAREIRA
- Abastece **15 milhões** de pessoas
- **8,8 milhões** delas na Grande São Paulo

RIO PARAÍBA DO SUL
- Responsável por fornecer água para **15 milhões** de pessoas
- **10 milhões** delas na região metropolitana do Rio

Recuperação: a primavera de 2015 teve mais chuvas que o mesmo período do ano passado. Notícia veiculada dia 30 de dezembro informava que, após 19 meses, o sistema conseguiu deixar o volume morto depois que seu nível teve altas seguidas durante quase um mês por causa das recentes chuvas na região.

http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/12/30/apos-mais-de-um-ano-e-meio-cantareira-sai-do-volume-morto.htm

INCÊNDIO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA:

O fogo começou no primeiro andar do museu, no dia 21 de dezembro. Ali estava montada uma exposição sobre o historiador Câmara Cascudo. Em vídeo divulgado na internet, mostra que no local estava pendurada uma série de redes de dormir. Em cima das redes, havia uma série de refletores que foram instalados não pelo museu, mas pelo pessoal da exposição da Câmara Cascudo. São refletores antigos, porque a ideia era a de dar um clima mais da época da Câmara Cascudo. Tudo indica que o incêndio tenha começado em cima, numa das luminárias que estavam penduradas acima das redes. O fogo começou no primeiro andar, num corredor que dá de frente para a rua. Os vidros estavam fechados, o fogo desceu pelas redes e aí o material, muito incandescente, pegou fogo. O fogo subiu pelos dois fossos do elevador. Graças a uma porta "corta-fogo" na sala de tecnologia do museu, todo o acervo digital foi salvo. Os computadores estão lá e todo acervo do museu permanece intacto. É por isso que todas as autoridades, o diretor do museu, o curador, disseram que, uma vez recuperado o prédio, recuperar as instalações não vai ser difícil. As obras de recuperação do prédio começaram na quarta-feira (23), no terceiro andar. Traves maiores, no alto, dilataram por causa do fogo. Como a parede interna –

que é justamente a parede que dá para os trilhos da CPTM – é mais fina do que a parede externa, a parede está sendo empurrada para cima dos trilhos. Para fazer a sustentação, tubos foram colocados e serão amarrados à cabos de aço pra estabilizar a estrutura. A estação da luz ficou interditada até dia 31 de dezembro, quando foi confirmada a segurança do local. Transtornos para os passageiros e também para as empresas de logística: cerca de 35 trens de carga passam diariamente pela Estação da Luz.



Uma pessoa morreu: Homem tentou combater início do incêndio e teve parada cardiorrespiratória. O bombeiro civil Ronaldo Pereira da Cruz, que trabalhava no museu como brigadista, morreu após tentar apagar o início do incêndio. A torre do relógio e a parte onde fica a administração do museu não foi atingida. O prédio onde fica o museu foi inaugurado em 1901. Já o Museu da Língua Portuguesa foi inaugurado oficialmente no dia 20 de março de 2006 e abriu suas portas ao público no dia 21 de março daquele ano. Em seus três primeiros anos de funcionamento mais de 1,6 milhão de pessoas já visitaram o espaço, consolidando-o como um dos museus mais visitados do Brasil e da América do Sul. O Museu da Língua Portuguesa foi desenvolvido e implantado pela Fundação Roberto Marinho por meio de um convenio com o governo do estado de São Paulo. O museu é dedicado à valorização e difusão da língua portuguesa.



A Estação da Luz, que se encontra em um espaço de 7500 metros quadrados do antigamente bem frequentado Jardim da Luz, em São Paulo, foi projetada pelo Barão de Mauá para suceder a primeira estação, a qual data de 1867. Foi edificada entre os anos de 1895 e 1901 e hoje é parte integrante da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e do Metrô de São Paulo, constituindo-se em um dos principais centros metro-ferroviário da cidade. Idealizada na estética vitoriana, a Estação foi construída sob a supervisão do engenheiro James Ford, com matéria-prima vinda da Inglaterra. Seu propósito era abrigar a nova Companhia São Paulo Railway, empresa natural da Bretanha. Na época ela também foi utilizada para o transporte do café, então o principal produto brasileiro, para o porto de Santos. Seu relógio foi, desde o início, um ponto de referência para que todos mantivessem seus horários ajustados. A linha que atravessava a Estação da Luz ia de Santos, cidade litorânea paulista, a Jundiaí, localizada no interior do Estado. Através dela São Paulo recebia todos os produtos importados de que necessitava, tanto para o consumo quanto para a produção, em uma era na qual a industrialização ainda não avançara o suficiente. Por este tronco ainda transitam, hoje, as mais variadas linhas ferroviárias e metroviárias. A estrutura desta Estação foi toda importada da Inglaterra. Mecanismos pré-moldados desembarcaram em São Paulo e aí foram montados. O material de alvenaria, porém, é de origem brasileira. Ela foi inspirada em uma estação australiana, a Flinders Street Station, localizada em Melbourne. Um incêndio quase extinguiu a Estação da Luz, em 1946, mas foi possível reedificá-la com algumas pequenas modificações. Durante esta restauração foi acrescentado um novo andar na seção administrativa. A partir de então o transporte por meio de trens entrou em declínio, levando também esta construção a decair. A importância arquitetônica desta edificação, porém, levou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat), a tombá-lo, em 1982. Nos anos 90 e 2000 a Estação foi submetida a várias restaurações, uma delas dirigida pelo arquiteto Paulo Mendes da Rocha e por seu filho, Pedro Mendes da Rocha.

(http://www.infoescola.com/sao-paulo/estacao-da-luz/).



PROTESTOS CONTRA REFORMA ESCOLAR:

A reforma escolar propõe a divisão dos alunos em ciclos. Com isso, segundo o site da secretaria estadual de educação, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre

15 e 17 anos. A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens. As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores. Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes.



Ainda segundo a secretaria da educação, alunos em escolas de ciclo único aprendem mais: Entre diversos estudos que foram utilizados para a proposta da reorganização, está o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp), que mostrou que unidades que atendem alunos de apenas uma faixa etária têm desempenho melhor.

- No Ensino Médio, por exemplo, os estudantes que frequentam escolas neste modelo aprenderam 28% mais;
- Escolas de segmento único do 1º ao 5º ano tiveram um rendimento 14,8% superior às demais;
- Aquelas que oferecem apenas do 6º ao 9º ano obtiveram resultado 15,2% melhor.



Porém, após inúmeros protestos e dezenas de escolas ocupadas, a Reorganização Escolar foi adiada pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar. Em dezembro (17), a Justiça de São Paulo suspendeu o projeto de reorganização escolar do ensino estadual em 2016, reforçando a decisão do governo do estado. A reestruturação previa o fechamento de mais de 90 escolas e a afetaria cerca de 300 mil alunos. Cabe recurso à decisão.

Escolas ocupadas: muitas foram depredadas (discute-se se foram os alunos ou após estes terem desocupado as escolas...) e outras foram pintadas/reformadas pelos alunos.

CASO ALSTOM:

O escândalo do caso Alstom consiste numa série de denúncias de suborno envolvendo a empresa francesa Alstom e governos de vários países do mundo. No Brasil, foi apontado o envolvimento de autoridades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo e empresas estatais como Eletropaulo, Cesp, CPTM, Metrô e Sabesp.



Alstom: Fabricante francesa de equipamentos de infra-estrutura para as áreas de energia e transporte. Firmou diversos contratos com o Metrô de SP e companhias de energia (CETEEP, Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Itaipu Binacional). Já teve funcionários envolvidos em suspeitas de participar de esquemas de corrupção no Brasil. A empresa está presente em 70 países.

CARTEL METROFERROVIÁRIO:

Formação de cartel (1998 - 2008), envolvendo o Metrô e a CPTM (ação civil que pede a dissolução de nove empresas, entre elas as multinacionais Siemens, Alstom, CAF do Brasil e Bombardier, além de devolução de quase R$ 1 bilhão ao Tesouro paulista por danos materiais e morais). Os promotores pedem, ainda, a anulação dos três procedimentos de licitação relativos a contratos de manutenção de 88 trens da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), séries 2000, 2100 e 3000;



A Siemens assinalou que, por iniciativa própria, "compartilhou com o CADE e demais autoridades informações que deram origem às atuais investigações quanto às possíveis práticas de formação de um cartel em contratos do setor metroferroviário. "O compromisso contínuo da Siemens com negócios limpos é exemplificado pela sua colaboração proativa com as autoridades brasileiras, no contexto do acordo de leniência assinado com o CADE, Ministério Público Federal e do Estado de São Paulo, bem como pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preliminar firmado com o Ministério Público do Estado de São Paulo, respectivamente em 2013 e 2014. "A Siemens colabora com as investigações atuais, apoiando as autoridades brasileiras em seus esforços investigativos."



Setembro de 2015: O Ministério Público Estadual (MPE) instaurou inquérito civil para apurar eventuais irregularidades no contrato de compra antecipada de 26 novos trens da empresa espanhola CAF para a Linha 5-Lilás do Metrô de São Paulo. Os trens estão parados em um pátio, conforme mostrou reportagem do Estado. A Linha 5-Lilás deveria ter sido entregue em 2014. Já os trens foram entregues antes de a obra física ter sido concluída. A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público quer saber se essa situação causou prejuízo aos cofres públicos. O MPE vai apurar se, por falta de espaço próprio para guardar os trens, o governo solicitou área da CAF e pagou aluguel. A representação feita na quarta-feira tem por base uma denúncia recebida pela promotoria, que apontou sete supostas irregularidades. Ela instaurou inquérito para investigar cinco.



Dezembro 2015 - A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público, braço do Ministério Público de São Paulo, acusa na Justiça quatro ex-dirigentes do Metrô por suposto ato de improbidade administrativa na contratação sem licitação, em 2005, da MGE Equipamentos Ferroviários - uma das empresas apontada como integrante do cartel metroferroviário. Em ação de improbidade protocolada na Justiça de São Paulo na sexta-feira (4), a Promotoria pede a condenação do ex-presidente do Metrô Sérgio Avelleda (na época, gerente jurídico); do então gerente de contratações e compras Sérgio Corrêa Brasil, do então gerente de custos e controle José Jorge Fagali e do gerente de manutenção Nelson Scaglione, além da própria MGE, por violação aos artigos 10 e 11 da Lei de Improbidade - lesão ao erário e enriquecimento ilícito.



4 Dezembro 2015 - A Polícia Federal concluiu o inquérito sobre o cartel metroferroviário que operou em São Paulo entre 1998 e 2008. Foram indiciados 33 investigados por corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, formação de cartel e crime licitatório. Cerca de R$ 60 milhões dos alvos estão bloqueados. Entre os indiciados estão servidores públicos, doleiros, empresários e executivos de multinacionais do setor que teriam participado do conluio para obter contratos com o Metrô de São Paulo e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). "A vítima é a sociedade", avalia a Polícia Federal.

Desvios no fundo de pensão dos funcionários - Metrus (8 denunciados);

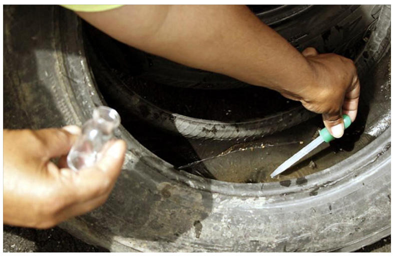
DENGUE E ZIKA VÍRUS:

Crise faz cidades de SP reduzirem combate à dengue: Com a arrecadação em queda por causa da crise econômica, as prefeituras estão reduzindo as ações de combate à dengue, em um momento em que o Estado de São Paulo corre risco de nova epidemia. Conforme dados da Secretaria Estadual da Saúde, do início de julho ao fim de setembro, período de baixa incidência, 81% dos municípios paulistas notificaram casos de dengue. Foram 19.304 novos casos suspeitos em 527 cidades, dos quais 4.542 já foram confirmados. Em todo o ano, o Estado já confirmou 609 mil casos, número recorde. A situação no Estado de São Paulo e na região Nordeste do país, com casos registrados em meses frios, quando há tendência a zerar notificações, preocupa o Ministério da Saúde, que não descarta o risco de o país viver em 2016 uma nova epidemia de dengue. Vários municípios paulistas adotaram o meio expediente e reduziram o horário das unidades de saúde para cortar custos. As equipes que percorrem as casas para eliminar criadouros foram enxugadas e os arrastões ficaram menos frequentes. Na maioria, são municípios que já figuram na lista de 91 cidades em alerta para epidemia, segundo a secretaria estadual. Para o Ministério Público Estadual, as ações de combate cabem sucessivamente aos gestores municipais, estadual e federal. Só neste ano, foram abertos inquéritos em 86 municípios para obrigar agentes públicos a combater a doença. "Se o cidadão mantém criadouro no quintal, faltou fiscalização e a responsabilidade recai sobre o gestor", disse o promotor Mário Coimbra, de Presidente Prudente. Ele abriu inquérito civil, após serem anunciadas, em setembro, três mortes. A prefeitura disse que, apesar da queda na arrecadação, são mantidas as ações de combate.



Exemplos: Em São José do Rio Preto, que lidera o número de casos confirmados do segundo semestre, com 653 registros e 1.586 casos suspeitos, o Ministério Público vai investigar se o atraso na divulgação dos números da dengue serviu para encobrir a falta de ações de combate. A prefeitura informou que arrastões contra a dengue estão sendo feitos até aos sábados, com apoio do Tiro de Guerra. Em Ribeirão Preto, com 1.134 notificações e 299 casos confirmados desde julho, os trabalhos de nebulização contra a dengue foram reduzidos, ocorrendo só pela manhã. De acordo com o Sindicato dos Servidores, seria necessária a contratação de mais 130 trabalhadores para dar combate ao mosquito, presente em toda a cidade. A prefeitura informou que o trabalho é sazonal. São Carlos dispensou a empresa contratada para fazer nebulização por não conseguir pagar. A prefeitura deve R$ 40 milhões a fornecedores e prestadores de serviços, mas está contratando novos agentes para o combate à dengue. Araraquara reduziu o horário de trabalho dos servidores para economizar energia, papel e combustível. As equipes de combate à dengue trabalham de segunda a sexta, das 7 às 11 horas. Em Mairinque, o município cortou em 10% a cota de exames de sangue na rede pública, até para suspeita de dengue. A medida foi tomada por falta de dinheiro.

(http://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/estado/2015/10/21/crise-faz-cidades-paulistas-reduzirem-combate-a-dengue.htm).



O mosquito transmissor da dengue, o Aedes aegypti, também é responsável pela transmissão da chikungunya e do zika vírus. No início de dezembro, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo lançou um pacote de medidas para combater o mosquito. Todos os casos de microcefalia detectados serão analisados para ver se há relação com o zika vírus. As amostras de soro colhidas de pacientes com suspeita de dengue que derem negativo vão ser testadas para o zika. A ação anunciada pelo governo inclui ainda a participação de policiais militares e agentes da Defesa Civil destacados para fazer vistoriais e remover criadouros. O Exército também poderá ser acionado para dar maior segurança à população em relação à entrada de agentes de combate à doença, em especial em bairros com grandes índices de criminalidade. Profissionais de saúde serão treinados para diagnosticar e tratar as doenças transmitidas pelo mosquito. Segundo a secretaria, 80% dos criadouros do mosquito Aedes aegypti estão dentro de casa. Em 2015, em todo o estado foram mais de 630 mil casos de dengue, com 451 mortes. Na capital foram 23 óbitos.



Notícia de 14 de dezembro: SP investiga 6 casos de microcefalia com possível relação com zika vírus. Todos eles preenchem requisitos clínicos para a ligação com o zika vírus. Cinco são tratados como autóctones, quando doença é contraída no estado. Os casos investigados são de bebês nascidos em Campinas, Guarulhos, Mogi Guaçu, Ribeirão Preto, São Paulo e Sumaré. O recém-nascido da capital paulista é o único que a mãe tem histórico de viagem para o Nordeste. Ela chegou a São Paulo com 37 semanas de gestação. De 17 de novembro até 10 de dezembro os municípios do estado notificaram 46 casos de microcefalia ao Centro de Vigilância Epidemiológica da Secretaria. Segundo a secretaria, todos os seis casos preenchem os requisitos clínicos para a ligação com o zika vírus: as gestantes apresentaram exantema (manchas avermelhadas pelo corpo) durante a gestação e tiveram exames negativos para rubéola, toxoplasmose, sífilis, herpes e citomegalovírus. Em quatro dos casos, uma tomografia computadorizada mostrou presença de calcificação no cérebro, o que pode sugerir infecção pelo zika. O secretário estadual da Saúde de São Paulo, David Uip, disse na semana passada que o número de casos de microcefalia está dentro da média dos registros nos últimos 5 anos. "A minha opinião pessoal é que se o zika vírus estiver ocorrendo no estado de São Paulo, seguramente não é em nível epidêmico a semelhança de outros estados. Eu acho também que não tem porque eu imaginar que isso não vai ocorrer. Nós temos o vetor, que é o mosquito, e pessoas que vem e vão", afirmou Uip.

Microcefalia e causas: A microcefalia é condição rara em que o bebê nasce com o crânio do tamanho menor do que o normal. Ela é diagnosticada quando o perímetro da cabeça é igual ou menor do que 33 cm – o esperado é que bebês tenham pelo menos 34 cm, mas isso vale apenas para crianças nascidas a termo (com 9 meses de gravidez). No caso de prematuros, esses valores mudam e dependem da idade gestacional em que ocorre o parto. Na maior parte dos casos, as causas da microcefalia são infecções adquiridas pela mãe, especialmente no primeiro trimestre da gravidez, que é quando o cérebro do bebê está sendo formado. Toxoplasmose, rubéola e citomegalovírus são alguns exemplos. Outros possíveis causadores são abuso de álcool e drogas ilícitas na gestação e síndromes genéticas como a síndrome de down.

Relação com o zika: Identificado pela primeira vez no país em abril, o zika vírus tem provocado intensa mobilização das autoridades de saúde no país. Enquanto a doença costuma evoluir de forma benigna – com sintomas como febre, coceira e dores musculares – o que mais preocupa é a associação do vírus com outras doenças. O Ministério da Saúde já confirmou a relação do zika com a microcefalia e investiga uma possível relação com a síndrome de Guillain-Barré. Assim como os vírus da dengue e do chikungunya, o zika também é transmitido pelo mosquito Aedes aegypti. Os principais sintomas da doença provocada pelo zika vírus são febre intermitente, erupções na pele, coceira e dor muscular. A evolução da doença costuma ser benigna e os sintomas geralmente desaparecem espontaneamente em um período de 3 até 7 dias. O quadro de zika é muito menos agressivo que o da dengue, por exemplo. A relação entre zika e microcefalia foi confirmada pela primeira vez no mundo no fim de novembro pelo Ministério da Saúde brasileiro. A investigação ocorreu depois da constatação de um número muito elevado de casos em regiões que também tinham sido acometidas por casos de zika.

Perímetro cefálico: O perímetro cefálico é usado para a triagem e identificação de bebês possíveis portadores de microcefalia. O procedimento faz parte do “Protocolo de Vigilância e Resposta à Ocorrência de Microcefalia Relacionada à Infecção pelo Vírus Zika” que considera, como medida padrão mínima para a cabeça de recém-nascidos, 32 centímetros. Segundo o Ministério da Saúde, o perímetro cefálico varia conforme a idade gestacional do bebê. Assim, na maioria das crianças que nascem após nove meses de gestação, o perímetro de 33 cm é considerado normal para a população brasileira, podendo haver alguma variação para menos, dependendo das características étnicas e genéticas da população.

USP E A FOSFOETANOLAMINA:

Após pacientes terem ficado desamparados após descobrirem que não teriam mais acesso à fosfoetanolamina, o **STF suspendeu a decisão** (8 de outubro) que proibia a distribuição da droga. A decisão foi tomada dia 28 de setembro pelo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), José Renato Nalini, que justificou o ato dizendo que "(...) não há nenhuma prova de que, em humanos, a substância reclamada, que não é um remédio, produza algum efeito no combate a doenças. Portanto, presentes os requisitos legais, o deferimento da suspensão é medida de prudência".



A substância, supostamente anticâncer, é produzida pelo Instituto de Química da USP de São Carlos. Com a decisão do STF, a universidade deveria continuar distribuindo a droga para os pacientes. Entretanto, a USP, em comunicado oficial, afirmou que a substância não é um remédio e que não tem estrutura para continuar a produzi-la em larga escala:

(outubro de 2015): Os fatos sobre a fosfoetanolamina - Fosfoetanolamina não é remédio. A Universidade de São Paulo (USP) foi envolvida, nos últimos meses, na polêmica do uso de uma substância química, a fosfoetanolamina, anunciada como cura para diversos tipos de cânceres. Por liminares judiciais, a Universidade foi obrigada a fornecer o produto para os que a solicitam. Em respeito aos doentes e seus familiares, a USP esclarece: Essa substância não é remédio. Ela foi estudada na USP como um produto químico e não existe demonstração cabal de que tenha ação efetiva contra a doença: a USP não desenvolveu estudos sobre a ação do produto nos seres vivos, muito menos estudos clínicos controlados em humanos. Não há registro e autorização de uso dessa substância pela Anvisa e, portanto, ela não pode ser classificada como medicamento, tanto que não tem bula. Além disso, não foi respeitada a exigência de que a entrega de medicamentos deve ser sempre feita de acordo com prescrição assinada por médico em pleno gozo de licença para a prática da medicina. Cabe ao médico assumir a responsabilidade legal, profissional e ética pela prescrição, pelo uso e efeitos colaterais – que, nesse caso, ainda não são conhecidos de forma conclusiva – e pelo acompanhamento do paciente. Portanto, não se trata de detalhe burocrático o produto não estar registrado como remédio – ele não foi estudado para esse fim e não são conhecidas as consequências de seu uso. É compreensível a angústia de pacientes e familiares acometidos de doença grave. Nessas situações, não é incomum o recurso a fórmulas mágicas, poções milagrosas ou abordagens inertes. Não raro essas condutas podem ser deletérias, levando o interessado a abandonar tratamentos que, de fato, podem ser efetivos ou trazer algum alívio. Nessas condições, pacientes e seus familiares aflitos se convertem em alvo fácil de exploradores oportunistas. A USP não é uma indústria química ou farmacêutica. Não tem condições de produzir a substância em larga escala, para atender às centenas de liminares judiciais que recebeu nas últimas semanas. Mais ainda, a produção da substância em

pauta, por ser artesanal, não atende aos requisitos nacionais e internacionais para a fabricação de medicamentos. Por fim, alertamos que a substância fosfoetanolamina está disponível no mercado, produzida por indústrias químicas, e pode ser adquirida em grandes quantidades pelas autoridades públicas. Não há, pois, nenhuma justificativa para obrigar a USP a produzi-la sem garantia de qualidade. Os mandados judiciais serão cumpridos, dentro da capacidade da Universidade. Ao mesmo tempo, a USP está verificando o possível envolvimento de docentes ou funcionários na difusão desse tipo de informação incorreta. Estuda, ainda, a possibilidade de denunciar, ao Ministério Público, os profissionais que estão se beneficiando do desespero e da fragilidade das famílias e dos pacientes. Nada disso exclui, porém, que estudos clínicos suplementares possam ser desenvolvidos no âmbito desta Universidade, essencialmente dedicada à pesquisa e à ciência

(http://www5.usp.br/99485/usp-divulga-comunicado-sobre-a-substancia-fosfoetanolamina/).



De um lado, médicos e especialistas concordam com a universidade, e reforçam que é absurdo uma droga que não passou por testes clínicos ser considerada um remédio anticâncer. De outro, pacientes e familiares, em busca de tratamentos alternativos, exigem que a produção e distribuição continue. O grande problema da fosfoetanolamina sintética é que ela só foi testada em ratos e em algumas culturas de células humanas, como é possível verificar nestes estudos. Para que uma substância seja aprovada pela Anvisa como medicamento, ela deve ser testada em animais e humanos (testes clínicos), como esclarece o órgão regulador: "Importante esclarecer que antes de começar a testar novos medicamentos em seres humanos, devem ser realizados os estudo não clínicos, os quais são realizados em laboratórios e em animais de experimentação". A fosfoetanolamina ainda não realizou todos os testes não clínicos, o que significa que, até ela ser possivelmente liberada, ainda vai um bom tempo. Ainda segundo a Anvisa, o pedido para a regulamentação nunca chegou: "Não há na Anvisa qualquer registro concedido ou pedido de registro para medicamentos com o principio ativo fosfoetanolamina". Em entrevistas, o professor aposentado Gilberto Chierice, que sintetizou a substância, afirma que, por não ser médico, não pode realizar os testes clínicos. Consequentemente, não consegue dar andamento ao processo. É difícil saber se a melhora que alguns pacientes experimentam com o uso da droga é consequência do efeito placebo ou não. Mesmo assim, como ela ainda não foi testada em humanos, os efeitos colaterais não foram medidos.

Novembro: O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) anunciou na quinta-feira dia 12 que deverão ser destinados R$ 10 milhões para as atividades ligadas à pesquisa da fosfoetanolamina em um período de 2 anos.

Os testes para comprovar a eficácia da fosfoetanolamina sintética, substância que teria suposta capacidade de curar o câncer, devem ser realizados em cinco hospitais da rede estadual de São Paulo, com a participação de até mil pacientes na pesquisa. Os detalhes sobre o trabalho, que será encabeçado pelo Instituto do Câncer do Estado de São Paulo (Icesp), foram apresentados após o governador Geraldo Alckmin (PSDB) anunciar que ofereceria a rede hospitalar e os laboratórios do Estado para a realização de testes clínicos.

20 ANOS DE SÃO PAULO FASHION WEEK:



Outubro: O evento de moda começou na Bienal do Ibirapuera em 1995 e era chamada de Morumbi Fashion Brasil. As primeiras edições eram pequenas e tinham no máximo quatro desfiles por dia. Mas aos poucos, a SPFW foi ganhando projeção e através dela, modelos brasileiras ganharam fama internacional. A uber model Gisele Bündchen deu os primeiros passos em direção ao mundo na semana de moda. E foi justamente no evento, em abril deste ano, que ela se despediu das passarelas. SPFW ocorre duas vezes ao ano, com lançamentos para o verão e para o inverno, sempre seis meses antes das peças chegarem às lojas.

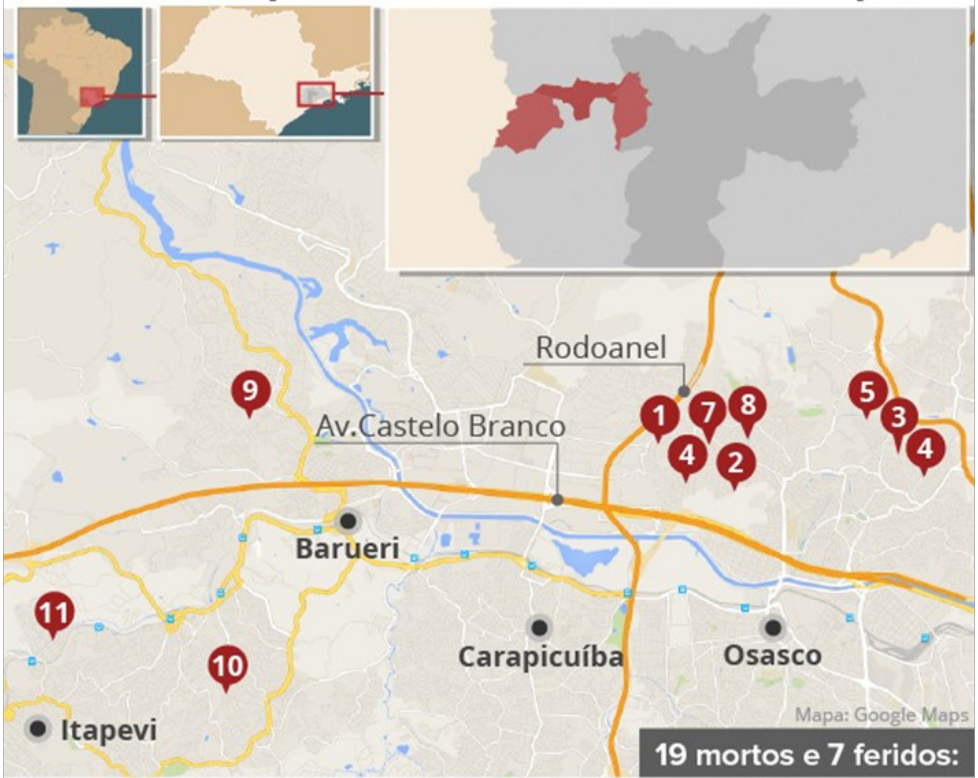
CHACINA NA GRANDE SÃO PAULO:

No dia 13 de agosto de 2015, 18 pessoas foram mortas e sete ficaram feridas em ataques realizados por indivíduos armados em 10 lugares próximos em Osasco e Barueri. Uma adolescente de 15 anos, que foi internada, morreu duas semanas depois. Dias antes da chacina, o guarda-civil Jefferson Rodrigues da Silva, de 40 anos, e o policial militar Avenilson Pereira de Oliveira, de 42 anos, haviam sido assassinados na região. Os ataques ocorreram em vingança pelas mortes, confirmou na quinta-feira (8 de outubro) a força-tarefa que investiga o caso. Cinco PMs e um coordenador da guarda-civil de Barueri foram presos suspeitos de participação na chacina. Outras cinco pessoas foram detidas por outros crimes durante a operação realizada nesta quinta - entre eles uma outra chacina ocorrida em Carapicuíba.



"Levantamos quatro motivações para os crimes. A primeira que envolvia policiais militares em virtude do homicídio de um policial no dia 7 de agosto, a segunda que direcionava o envolvimento de guardas civis, por causa da morte de um guarda no dia 12, a terceira possibilidade por briga de tráfico de drogas e a última foi a junção das duas primeiras. Com a avanço das investigações, nós vimos que a quarta hipótese foi a que acabou prevalecendo", afirmou o secretário da Segurança Pública, Alexandre de Moraes. A polícia também disse ter identificado "uma relação forte" da chacina em Osasco e Barueri com quatro mortes ocorridas em 8 de agosto na mesma região. Os suspeitos da chacina em Osasco e Barueri foram presos após quebra de álibi. Eles informaram que estavam em um local, mas na realidade estavam em outro. Foi feito o monitoramento do sinal dos celulares dos investigados. Entre os detidos há dois sargentos, dois cabos, um soldado e um coordenador da guarda civil. Outro soldado da polícia militar já havia sido preso no final de agosto pelo crime.

Série de ataques em Osasco, Barueri e Itapevi



Osasco

1. **20h30** Dez baleados em um bar na **Rua Antonio Benedito Ferreira**, em Osasco, oito morreram e dois ficaram feridos
2. **21h25** Um morto na **Rua Cuiabá**
3. **21h29** Quatro baleados na **Rua Moacir D'ávila**, um morreu
4. **21h30** Um assassinato na **Avenida Eurico da Cruz**
5. **21h33** Duas mulheres foram baleadas na **Rua Suzano**
6. **21h55** Duas pessoas atingidas na **Rua Vitantônio d'Abril**, uma morreu
7. **22h00** Um homem assassinado na **Rua Professor Sud Menucci**
8. \+ dois mortos na **Rua Astor Palamin**

Barueri

9. **22h15** Uma pessoa morta na **Rua Carlos Lacerda**
10. **23h10** Dois assassinatos na **Rua Irene**

Itapevi

11. Um morto na **Rua Pedro Valadares**

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública de SP
Infográfico elaborado em: 14/8/2015

G1.com.br

Referências:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Crise_h%C3%ADdrica_no_estado_de_S%C3%A3o_Paulo_em_2014%E2%80%932015

http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/07/limite-de-captacao-do-sistema-cantareira-e-ampliado-para-agosto.html

https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_Cantareira

http://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2015/08/conselho-aprova-transposicao-do-rio-paraiba-do-sul-sem-garantia-de-seguranca-hidrica-5878.html

http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/12/imagens-indicam-onde-comecou-o-fogo-no-museu-da-lingua-portuguesa.html

http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/

http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/justica-suspende-reorganizacao-escolar-em-sp-diz-defensoria.html

https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_caso_Alstom

http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/entenda-o-caso-alstom/

http://noticias.r7.com/brasil/promotoria-suspeita-que-cartel-dos-trens-corrompeu-agentes-publicos-14092015

http://noticias.r7.com/brasil/ministerio-publico-investiga-trens-parados-do-metro-de-sp-19092015

http://noticias.r7.com/brasil/promotoria-acusa-quatro-ex-dirigentes-do-metro-de-sp-por-improbidade-08122015

http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/secretaria-da-saude-de-sp-lanca-pacote-para-combater-zika-e-dengue.html

http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/sp-investiga-6-casos-de-microcefalia-com-possivel-relacao-com-zika-virus.html

http://super.abril.com.br/ciencia/a-polemica-da-droga-anticancer-usp-afirma-que-fosfoetanolamina-nao-e-remedio

http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2015/11/hospitais-de-sao-paulo-vao-testar-fosfoetanolamina-em-mil-pacientes-com-cancer-4916009.html

http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/10/chacina-na-grande-sp-ocorreu-por-causa-de-vinganca-confirma-policia.html

casa do concurseiro
sinta-se em casa para estudar conosco

Dicas Para Prova Prática – Digitação

Professor Márcio Hunecke

DICAS PARA PROVA PRÁTICA – DIGITAÇÃO

Informações do Edital

- Prova de caráter eliminatório
- Prova de digitação será na mesma cidade da prova objetiva
- Data a ser publicada no Diário Oficial e no site da banca
- Comparecer ao local da prova com 60 minutos de antecedência e documentos de identificação
- Prova avaliada de 0 a 10. Será considerado apto o aluno que obtiver nota igual ou superior a 5.

A Prova

- Cópia de texto impresso com aproximadamente 1800 caracteres
- Ambiente Windows e teclado ABNT 2
- Tempo máximo de 11 minutos (candidato com deficiência tem 17 minutos)
- Após o término da digitação, pode fazer correções
- A avaliação levará em conta a produção e os erros
- Cada erro (caractere a mais, a menos ou diferente) desconta 0,05 pontos na nota final
- Fórmula: Nota = 10 - (erros x 0,05)
- Para nota 10 – 163 caracteres por minuto, sem erros
- Para nota 5 – Digitar todo texto cometendo 100 erros

Como praticar e avaliar

- Software: www.keybr.com
- Configuração recomendada
    - Fazer login com Facebook
    - Settings – Learning Mode – Enable capital letters + Enable punctuation characters
    - Settings – Keyboard Layout – Portuguese – Brazilian ABNT2
    - Settings – Miscellaneous – Characters per minute (CPM)
- Verificar histórico em “My Profile”
- Alternativa – www.keybr.com/legacy